



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

**A CONSTRUÇÃO DA DIFERENÇA NUM ARQUIPÉLAGO *MESTIÇO*:
BRANCOS E NÃO-BRANCOS NA SÃO FILIPE DA PRIMEIRA
METADE DE NOVECENTOS**

Maria de Lurdes Martins Caldas

Tese de Doutoramento em Ciências Sociais
Especialidade de História dos Factos Sociais

Orientadora: Professora Doutora Maria Celeste Rogado Quintino

Júri:

Presidente: Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais: Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutora Maria Celeste Gomes Rogado Quintino, professora associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Pedro João Borges Graça, professor associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Eduardo Maria Costa Dias Martins, professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Doutor Philipe Jan Havik, investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical.

Lisboa
2011

**A CONSTRUÇÃO DA DIFERENÇA NUM ARQUIPÉLAGO *MESTIÇO*:
BRANCOS E NÃO-BRANCOS NA SÃO FILIPE DA PRIMEIRA
METADE DE NOVECENTOS**

Maria de Lurdes Martins Caldas

2011

Resumo

Neste trabalho, propõe-se um modelo teórico de interpretação do sistema de relações raciais em São Filipe, ilha do Fogo, Cabo Verde, na primeira metade de Novecentos. Trata-se de uma linha de pesquisa focada nas dinâmicas da percepção e construção da raça e nas determinantes não raciais na explicação da dominação de exterioridade racial. O cruzamento das identificações raciais com outras variáveis (cultura, classe, poder) constitui um quadro de análise permitido pela existência de vasta documentação escrita e iconográfica e pela longevidade de parte considerável da população insular. A metodologia de investigação assenta, pois, na pesquisa documental e na entrevista a informantes qualificados. Os conceitos compósitos de *branco* e *não-branco* condensam o essencial da argumentação: ser *branco*, no Fogo, fazia parte de uma referencialidade simbólica alargada que integrava, para além da biológica, as dimensões cultural e linhagística. Assimetrias profundas e continuadas entre os dois grupos de povoadores – livre europeu e escravo africano – conformaram uma racialidade forte. A rarefacção do capital económico dos *brancos*, obstando à reprodução simbólica do grupo, e a crescente capitalização material e escolar dos *não-brancos* diminuíram a importância relativa da raça e do nascimento entre as dimensões significantes da estratificação e heterogeneizaram a composição sócio-racial da elite local.

Palavras-chave: raça, classe, cultura, poder, São Filipe, ilha do Fogo, Cabo Verde

Abstract

This work proposes a theoretical interpretation of the racial relationship in Sao Filipe, Fogo, Cape Verde, in the first half of the twentieth century. This is a line of research focused on the dynamics of perception and construction of racial and non-racial determinants in the explanation of racial exteriority domination. The miscegenation of racial identifications with other variables (culture, class, power) is a framework of analysis allowed by the existence of extensive iconographic and written records and by the longevity of part of the islander population. The research methodology is based on documentary research and interviews to qualified informants. The heterogeneous concepts of *white* and *non-white* condense the essential of the controversy: being *white*, in Fogo, was part of a wider symbolic referentiality which included, in addition to biological, cultural and linguistic dimensions. Deep and continuing asymmetries between the two groups of settlers – Europeans and African slaves – conformed strong racial issues. The diminishing of the economic resources of *whites*, preventing the symbolic reproduction of the group, and the growth of material and scholar capitalization of the *non-whites*, decreased the relative importance of race and birth amongst the significant dimensions of stratification and heterogenized the socio-racial composition of the local elite.

Keywords: race, class, culture, power, Sao Filipe, Fogo Island, Cape Verde

Ora é, sem dúvida, verdade que não se conhece senão o que se ama; mas é verdade, também, que não se pode amar senão o que se consente em conhecer.

Jacques Bouveresse, *Prodígios e vertigens da analogia*

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
NOTAS PRÉVIAS	xi
INTRODUÇÃO	1
1. Tema e construção do objecto	1
2. Fundamentos teóricos e metodologia de pesquisa	11
2.1. Princípios teóricos que subjazem à estratégia da pesquisa	11
2.2. Definição das estratégias de pesquisa	23
PARTE I – (Con)textura teórica do estudo: linhas de reflexão e clarificações conceptuais	65
Capítulo 1 – A desigual repartição dos recursos e a avaliação diferencial das posições	66
1.1. Metaforização estratigráfica. Factores de estabilidade e de instabilidade dos sistemas de estratificação	66
1.2. Os diferenciais de poder	71
1.3. A confluência da classe e do prestígio na estruturação da desigualdade	75
Capítulo 2 – Raça: a (in)digeribilidade de uma omelete conceptual	82
2.1. Os 'agentes' da institucionalização da raça: o empreendimento colonial e a modernidade	82
2.2. Da biologização à construção social da raça	86
2.3. Cor racial e cor social: as contingências das categorizações raciais	99
2.4. As dimensões do racismo	107
2.5. Mestiçagem: velhas e novas formulações	114
2.6. Dinâmica académica, mobilização política e racialização das identidades	131
Capítulo 3 – Crioulização e hibridação: a mesma lógica sincrética	149
3.1. Crioulização – virtualidades e (de)limitações do conceito	150
3.2. Hibridação: perspectivas, cipotenidades e contradições	156
Capítulo 4 – Entre África e a Europa: elites intelectuais e programas identitários em Cabo Verde	163
4.1. Pós-colonial: um campo de estudos, um tempo, uma crítica	163
4.2. Hierarquias culturais	168
4.3. As elites intelectuais e os discursos coloniais, anti-coloniais e pós-coloniais sobre a identidade nacional em Cabo Verde	170
PARTE II – O arquipélago de Cabo Verde: de acidente da expansão europeia a estaleiro de emergências sociológicas	194
Capítulo 5 – A conversão de desvantagens de partida em recursos geo-estratégicos: da distância face ao reino à proximidade dos mercados negreiros	195
5.1. As capitánias-donatarias: o modelo político-administrativo adoptado	198
5.2. A fraca atractibilidade das ilhas	201
5.3. As cartas régias de 1466 e de 1472	204
5.4. Os povoadores europeus	211
5.5. Os povoadores africanos	215

5.6. A economia interna sob o impulso do diploma de 1472.....	219
5.7. A decadência da economia mercantil de base escravagista das ilhas de Santiago e do Fogo.....	222
Capítulo 6 – O regime de propriedade e os sistemas de exploração agrícola: a singularidade do sub-arquipélago do Sul.....	229
6.1. A desescravização e a parcelização da exploração agrícola.....	235
6.2. Os sistemas de exploração do solo: o arrendamento e a parceria.....	237
6.3. A concentração da propriedade. A propriedade vinculada.....	238
6.4. A complexificação do ordenamento sócio-racial.....	245
PARTE III – A ilha do Fogo: dinâmicas geo-históricas.....	249
Capítulo 7 – O contexto geográfico.....	250
7.1. O relevo, o clima e a vegetação.....	250
7.2. O condicionalismo climático e a pressão sobre os recursos: os ecossistemas <i>ager</i> e <i>saltus</i>	253
Capítulo 8 – A evolução histórica.....	262
8.1. Os condicionalismos do povoamento.....	262
8.2. A orgânica político-administrativa.....	266
8.2.1. A criação da capitania.....	266
8.2.2. A presença do poder central: os funcionários régios.....	268
8.2.3. A organização concelhia.....	272
8.2.4. As tendências autárquicas da administração insular.....	276
8.2.5. A Igreja.....	278
8.3. O perfil económico.....	283
8.3.1. A filiação algodoeira do Fogo.....	283
8.3.2. A periferização face aos circuitos do tráfico negreiro e o declínio da economia insular.....	287
PARTE IV – Brancos e não-brancos: construções raciais em São Filipe.....	294
Capítulo 9 – As configurações do espaço urbano de São Filipe: a espacialização do poder.....	295
9.1. O (possível) panorama demográfico.....	295
9.2. As manifestações espaciais da desigualdade das posições.....	301
Capítulo 10 – Os brancos.....	311
10.1. <i>Branco di Fogo</i> : a questão identitária e a afinidade grupal.....	311
10.2. A Europa, <i>locus</i> da referencialidade rácica e cultural.....	318
10.3. A evocação dos antepassados nobres.....	338
10.4. O (duplo) apelido: marcador linhagístico e racial.....	341
10.5. Casamento e reprodução social: a homogamia familiar, grupal e racial.....	344
10.6. Uma elite terratenente e comercial.....	351
10.7. Uma elite política.....	360
Capítulo 11 – Os não-brancos.....	383
11.1. Os <i>negros</i>	383
11.2. Os <i>mestiços</i>	385
Capítulo 12 – Um espaço social em mudança.....	389
12.1. O declínio económico e político dos <i>brancos</i>	389
12.2. A emergência económica e política dos <i>não-brancos</i>	398
Capítulo 13 – O conteúdo compósito das categorias rácicas e a interpretação racial das práticas discriminatórias ...	407
13.1. A percepção nativa das categorias racializadas.....	407
13.2. A representação racial da discriminação.....	415
Capítulo 14 – Os quadros da interacção racial e os limites impostos à convivência.....	420
Capítulo 15 – A interacção sexual e a raça.....	447

15.1. A raça e o género, objectos de uma moral sexual diferencial	455
15.2. Pais <i>brancos</i> e <i>fidjo di fora</i> : a impossível padronização das relações.....	473
CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS	487
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	505
1. Relação de arquivos e bibliotecas institucionais consultados	506
2. Fontes e bibliografia específica sobre cabo verde / ilha do fogo.....	507
2.1. Fontes escritas inéditas.....	507
2.2. Fontes escritas publicadas.....	512
2.3. Fontes não escritas.....	515
2.4. Estudos, obras de referência e outras fontes publicadas.....	516
3. BIBLIOGRAFIA GERAL.....	532
ANEXOS	555
ANEXO I – Guião de entrevista.....	556
ANEXO II – Ilha do Fogo: localização geográfica e zonagem agro-ecológica.....	558
ANEXO III – São Filipe: vistas panorâmicas, vistas parciais, planta oitocentista e cartografia das edificações.....	561
ANEXO IV – Apropriação sócio-racial do espaço urbano de São Filipe na primeira metade do século XX.....	576
ANEXO V – A referencialidade europeia do segmento <i>branco</i>	581
ANEXO VI – A referencialidade europeia dos <i>não-brancos</i> emergentes	615
ANEXO VII – A disputa pelo controle institucional da ilha	629
ANEXO VIII – O alargamento dos quadros da interacção entre <i>brancos</i> e <i>não-brancos</i>	640
ANEXO IX – A complexidade e a ambiguidade das relações com os servidores.....	648
ANEXO X – Exterior e interior de funco.....	650
ANEXO XI – O empreendedorismo de alguns fogueteiros, <i>brancos</i> e <i>não-brancos</i>	652
ANEXO XII – Algumas reflexões sobre a campa no exterior do Cemitério de Baixo de São Filipe	658

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figuras

1 – Composição da amostra por sexos e grupos de idade	42
2 – Composição da amostra por categorias sócio-raciais.....	43
3 – Nível de escolaridade dos inquiridos	44
4 – Local onde decorreram as entrevistas	45
5 – País de residência dos inquiridos	45
6 – Efeitos das disposições da carta régia de 1472.....	211
7 – População residente em São Filipe, em 1731, segundo o sexo, o grupo de idade, a raça/tipo somático, o estado civil e a condição jurídica	297
8 – População residente em São Filipe, em 1855, segundo o sexo e a condição jurídica	298
9 – População da ilha do Fogo, segundo a raça/tipo somático.....	300

Quadros

1 – Composição da amostra por sexos e grupos de idade	42
2 – Composição da amostra por sexos e categorias sócio-raciais	43
3 – Composição da amostra por níveis de escolaridade	43
4 – População do arquipélago de Cabo Verde e da ilha do Fogo (1900-1950)	260
5 – População residente em São Filipe, em 1731, segundo o sexo, o grupo de idade, a classe e/ou o tipo somático, o estado civil e a condição jurídica.....	296
6 – População residente em São Filipe, em 1855, segundo o sexo e a condição jurídica.....	298
7 – População da ilha do Fogo, segundo a raça/tipo somático.....	299

LISTA DE SIGLAS

AHN – Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde
AHCGD – Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
AML – Área Metropolitana de Lisboa
BO – Boletim Oficial de Cabo Verde
BNU – Banco Nacional Ultramarino
CMF – Câmara Municipal do Fogo
HGCV – História Geral de Cabo Verde
HGCV-CV – História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental
HTS – Henrique Teixeira de Sousa
MMA – Monumenta Missionaria Africana
MpD – Movimento para a Democracia
PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
RPSAC – Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil
SGG – Secretaria Geral do Governo
TN – Terra Nova

NOTAS PRÉVIAS

A minha iniciação na raça, grande estaleiro – e simultaneamente sub-produto – da posição relativa dos indivíduos e dos grupos no espaço inter-relacional, é um dos grandes activos deste trabalho. Um tipo de saber é o que advém das interacções quotidianas, geralmente funcionais e frequentemente superficiais, com o *outro* fenotípico, num país crescentemente cosmopolita e receptor de imigração de origem pluri-continental, como é o Portugal das últimas décadas; outro, distinto, é o que releva do estudo, mormente da sua componente empírica, de formações sociais estruturadas em torno da raça, como o era ainda o Fogo da primeira metade do século XX.

A minha maior satisfação provém, contudo, de legar a Cabo Verde, em geral, e à ilha do Fogo, em especial, um modelo de análise dos processos de formação e reprodução dos sistemas de relações sócio-raciais, segundo uma perspectiva integrada da raça, contribuindo para suprir as lacunas que a produção académica neste domínio patenteia (no arquipélago, como em todo o antigo espaço da colonização portuguesa, à excepção do Brasil, onde é prolífera, mas frequentemente cunhada por intensa instrumentalização ideológica e política).

Pensei, inicialmente, aspar ou grifar todo o prolixo léxico racializado do texto. Parecia-me, então, que marcaria a intenção de demarcação face à naturalização da diferença, proposta pelo racismo eurocêntrico de Oitocentos e das primeiras décadas de Novecentos, e, concomitantemente, afirmaria a minha adesão às teorias presentemente mais consensuais em ciências sociais (apoiadas, aliás, pelos resultados dos estudos genéticos do último quarto de século), de acordo com as quais a raça é uma construção social enformada pela confluência de várias estruturas diferenciadoras. Para evitar sobrecarregar um texto denso de termos de matriz rácica, cedo, optei, porém, por prescindir das aspas e por reservar o itálico para os constructos de *branco* e *não-branco*, *negro* e *mestiço/misto*, como marcadores de distância entre as conotações biológicas do discurso quotidiano e o conteúdo processual que lhes é conferido no contexto deste trabalho, e pela sua centralidade na contextura do modelo de análise proposto.

A análise em profundidade que a escala local consente permite recuperar ocorrências que, pelo forte impacto então tido no quotidiano das relações interpessoais e interfamiliares, foram criteriosamente remetidas ao limbo do olvido. Lamento, por isso, o eventual desconforto que a alusão a algumas delas possa suscitar nos envolvidos ou nos seus descendentes. Contudo, os seus registos fazem parte do espólio de arquivos institucionais, cujo livre acesso os expõe à curiosidade dos investigadores, casual ou dirigida. Factos ocorridos cujos pormenores, não sendo muito relevantes para a fundamentação do modelo de relações sociais construído, e cuja revelação teria tão-somente o efeito gratuito de realimentar divergências remotas, optei por não os expôr.

Com frequência, omiti a identificação onomástica dos envolvidos, ciente, porém, que dois ou três quartos de século de permeio não constituem impedimento a que sejam reconhecidos pelos seus conterrâneos, sobretudo tratando-se de um meio pequeno e onde as quezílias familiares constituem um património que se lega, acalenta e conserva por muito tempo. Mas esses são alguns dos efeitos colaterais inevitáveis de qualquer pesquisa que, incidindo sobre formações sociais locais, se revista de uma forte componente empírica. Desejo que o interesse que o tema de pesquisa suscitou entre os informantes, a satisfação por saberem a sua (tão amada) cidade objecto de interesse académico e o entusiasmo por se encontrarem envolvidos neste projecto, contrabalançam, com vantagem, eventuais contrariedades.

É possível também que algumas pessoas, informantes ou não, sintam surpresa pelo facto de as suas famílias não integrarem, no contexto deste trabalho, o grupo então situado no topo da hierarquia do prestígio, o *branco*. Penso sobretudo naquelas a quem, apesar da manifesta ambiguidade estatutária e da complexidade das formas de convivência social, a ordem sócio-racial são-filipense do primeiro meio século de Novecentos excluía do espaço da identidade *branca*. Será o caso daqueles a quem – (1) ou por terem uma paternidade metropolitana e herdado um fenótipo classificado como *branco* (2) ou porque aparentados (por via ilegítima) com elementos das famílias do grupo dominante *branco* (3) ou pela posse de elevado capital económico e escolar (4) ou ainda por terem percorrido posteriormente trajectórias sócio-raciais marcadamente orientadas num sentido embranquecedor – se adscreveria outra pertença racial, noutros registos geo-temporais e de estudo. Tratar-se-á, porém, assim o creio, de uma surpresa que durará apenas o tempo da leitura do texto apresentado, e que se diluirá perante a exposição do conteúdo semântico dos conceitos racializados construídos, mormente dos de *branco* e *não-branco*.

A concretização deste estudo beneficiou do apoio decisivo de várias pessoas, às quais quero deixar uma nota de agradecimento. Em primeiro lugar, à Professora Doutora Maria Celeste Rogado Quintino, que aceitou orientá-lo, pelas críticas e sugestões oportunas e ainda por me ter imposto as potencialidades da Rede, às quais era até então jurassicamente refractária. O seu vínculo familiar à Brava, a outra ilha *branca* de Cabo Verde, fez-nos partilhar impressões e memórias, transformando sessões de trabalho em momentos de prazer.

À distância de duas décadas, actualizo a minha dívida para com o Professor José Baginha, que me ajudou a ver-me, e ao *outro*, enquanto totalidades culturais, e a historicizar o meu olhar e o do *outro*, descentrando ambos.

Também aos legados literários de Baltasar Lopes, de Manuel Lopes e de Henrique Teixeira de Sousa, que colocaram as ilhas de Cabo Verde no horizonte do meu interesse e afecto, estou muito reconhecida.

Quero, naturalmente, agradecer a todas as instituições e pessoas que disponibilizaram os fundos documentais e bibliográficos que alimentaram esta investigação. Dirijo um especial

agradecimento ao Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, cuja vasta documentação inédita servirá a recuperação do património do Oitocentos e do Novecentos cabo-verdiano: ao seu presidente, Dr. Humberto Lima; à directora do Serviço de Documentação, Dra. Maria da Luz Pires, sempre disponível para me acompanhar nas digressões pelo vasto acervo do Arquivo; ao Hélio e à Sandra Rosa, intermediários entre a minha avidez documental e os serviços de documentação; ao António, mais directamente sobrecarregado pelo volume diário da documentação consultada.

Da Câmara Municipal de São Filipe, agradeço ao seu presidente, Dr. Eugénio da Veiga, ao Sr. Miguel Garcia e à Arq.^a Mónica Vicente, por me terem facilitado o acesso à documentação dos Serviços de Fazenda e do Registo Predial do antigo concelho do Fogo, e ao *Plano Director Urbano* de São Filipe, tão útil na elaboração dos anexos cartográficos.

Agradeço igualmente ao Dr. Paulo Barbosa, conservador do Registo Civil do Fogo e Brava, e ao Sr. Nilson Barbosa, pela pronta resposta às solicitações de consulta dos vários livros de registo.

A Monique Widmer, que, não sendo originária da ilha do Fogo, fez dela a sua morada espacial e afectiva, endereço a minha gratidão pela total disponibilidade para me revelar o conteúdo da excelente biblioteca temática sobre Cabo Verde, em geral, e sobre o Fogo, em particular, da sua Casa da Memória.

Quero também agradecer à Dra. Lídia Barros, ao Dr. Rui Miguel Costa e à Sra. D. Rosa Maria Teixeira, do Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, que foram insuperáveis no apoio à consulta do importante fundo documental do Banco Nacional Ultramarino.

Devo um agradecimento muito especial a alguns dos guardiães da memória de São Filipe: a Agnelo Vieira de Andrade, cujo amor à ilha faz partilhar a informação genealógica e os materiais iconográficos que possui com aqueles que o abordam; a Fausto do Rosário, pelas nossas conversas sobre o passado insular, sempre temperadas com citações da sua amada literatura portuguesa; à Dra. Gilda Barbosa e a Amélia do Sacramento Monteiro, pela parte disponibilizada dos imensos arquivos fotográficos familiares de que são depositárias; ao Dr. Luís Nunes, que nos facultou o importante espólio fotográfico sobre o espaço urbano de São Filipe do seu avô, o antigo administrador do concelho, Luís Silva Rendall; a Rosa Seminario, cooperante na ilha, que também se deixou envolver pela história da cidade, e que me deixou livremente fotografar os placares da exposição *Herança*, de que foi co-autora.

Sou igualmente muito grata ao Dr. Renato Delgado, por se ter prontificado a ajudar-me no recrutamento de potenciais bons informantes nas redes familiares onde o seu casamento com uma fogueense o introduziu.

Ao Mário Luís, agradeço ter compensado a minha pouca apetência pela exploração das possibilidades da informática.

Quero exprimir toda a minha gratidão aos informantes que, ao abrirem as portas das suas casas e das suas recordações, participaram numa investigação cujo objecto os envolvia e/ou aos seus antepassados. Dirijo um especial agradecimento àqueles que, ultrapassada a fase mais funcional da relação investigador/informante, vêm construindo comigo amizades que

pretendemos sólidas. Destaco Anita Gomes de Pina e Teodoro Monteiro de Macedo, inexcedível na oferta generosa do seu tempo, procurando fotos, rebuscando memórias, estabelecendo contactos; a ele se deveu a abertura de muitas portas, pessoais e institucionais.

Endereço uma palavra de reconhecimento ao presidente da República de Cabo Verde, comandante Pedro Pires, por ter anuído receber-me e partilhar comigo a sua leitura das mudanças ocorridas no sistema sócio-racial do seu Fogo natal, na primeira metade do século XX.

Num outro registo, agradeço aos meus Filhos as suas reservas de paciência: ao Tomás, a quem o tempo difícil da adolescência não impediu de prover de recursos afectivos uma mãe orgulhosa, mas nem sempre serena; e à Francisca, cujos mimos diários e som produzido com o seu violino ajudaram muitas vezes a inverter os humores tempestuosos da fase final da redacção.

A minha maior gratidão divide-se, porém, pelo João de Sousa Ramos, a quem só a doença e o erro médico não permitiram assistir à etapa final de um percurso que acompanhou com um cuidado laborioso e um alento quotidiano, ensinando-me a força da amizade; e pelos meus Pais, que, além de incondicionais mecenas numa investigação exigente em recursos financeiros pelas estadias prolongadas longe de casa, constituíram o meu suporte emocional nos momentos de maior ansiedade (ó, gélidos computadores, insensíveis aos cataclismos domésticos que os vossos bloqueios e viroses originam!). Trata-se de dívidas que nem o tempo de muitas vidas alcançaria saldar.

INTRODUÇÃO

1. TEMA E CONSTRUÇÃO DO OBJECTO

Apesar de se tratar de um arquipélago desde muito cedo periférico no contexto do igualmente periférico (ou semi-periférico) império português, Cabo Verde tem constituído, a par do Brasil, a demonstração da excelência colonizadora portuguesa e da ausência de tensões raciais na administração do império. A legitimação da continuação da soberania portuguesa em África conferiu-lhe novamente, já no terceiro quartel do século XX, um papel que não correspondia em absoluto à sua importância económica, demográfica e política real no seio do império ultramarino português.

O nosso primeiro contacto com Cabo Verde fez-se através da sua literatura. Não tínhamos contactado, senão muito esporádica e superficialmente, com cabo-verdianos, e tudo o que sabíamos sobre o arquipélago era que tinha sido descoberto por portugueses, colonizado por eles e por escravos da costa da Guiné, que Portugal era um dos destinos migratórios dos seus habitantes – que gozavam da reputação de agressivos –, e que até há poucas décadas era um território onde se morria ciclicamente de fome. Nada mais. A morna e outras expressões musicais do arquipélago não tinham ainda atingido o grau de divulgação e adesão internacionais que conheceram posteriormente, nem as praias das ilhas do Sal e da Boavista constituíam ainda rotas privilegiadas das experiências turísticas dos portugueses.

Foi, pois, a literatura que nos impôs Cabo Verde como objecto de pesquisa académica. Foi pela pena dos *claridosos* que penetrámos na problemática ecológica do arquipélago: frágeis ecossistemas que mecanismos climáticos planetários condenam a um regime de chuvas aleatório e a condições de aridez pouco propícias à produção de subsistências, deparavam-se com uma carga humana e animal cujas necessidades superavam a sua limitada capacidade sustentadora. A resposta ambiental a esta sobrepressão sobre os recursos manifestava-se recorrentemente sob a forma das localmente designadas *crises*, ou seja, elevadas taxas de mortalidade pela fome. Foi esta aproximação às características ecoclimáticas do arquipélago e a resposta antrópica a esses condicionalismos, por via da obra romanesca de Manuel Lopes, que constituiu o objecto da nossa dissertação de mestrado.

O contacto posterior com outros autores cabo-verdianos, mormente com Henrique Teixeira de Sousa, sem dúvida aquele que mais reflectiu e escreveu sobre a problemática racial no arquipélago, concretamente no Fogo, sua ilha natal, revelou-nos que, para além do drama das estiagens e da vulnerabilidade alimentar, a humanidade das ilhas constituía um manancial abundante para o domínio da investigação definido como *relações raciais*. Simultaneamente, este campo de estudos ia-se-nos gradualmente impondo como aquele em que se centraria a investigação a empreender no âmbito do doutoramento em ciências sociais.

Pela sua complexidade, mais do que num domínio único de especialização, este campo de estudos inscreve-se na intersecção das contribuições conceptuais e metodológicas de várias ciências humanas e sociais, mormente da história, da antropologia e da sociologia.

As lacunas na produção empírica portuguesa sobre relações raciais em contextos locais no antigo espaço da colonização portuguesa, em geral, e a penúria dos estudos com suporte empírico sobre as relações raciais em Cabo Verde, em particular, reforçaram a escolha do tema – relações raciais em sociedades intensamente miscigenadas em contexto colonial – e a delimitação espacial do âmbito da investigação – o arquipélago cabo-verdiano. Cedo, porém, nos desviámos do propósito demasiado abrangente de construir um modelo teórico de interpretação das relações raciais à escala de todas as ilhas. A evidência das especificidades insulares foi-se infundindo, à medida que prosseguíamos a leitura da vasta bibliografia sobre o arquipélago e no decorrer da primeira viagem exploratória às ilhas, onde entabulámos conversas informais com quem o acaso nos proporcionava como interlocutores.

Num arquipélago paradigma da superação da raça como vector estruturante das relações sociais, sobrevivera num pequeno espaço insular – a ilha do Fogo –, até ao segundo quartel do século XX, uma formação social rigidamente estratificada segundo critérios económicos, mas também rácicos, em que o grupo social dominante, constituído pelas famílias que reivindicavam uma origem exclusivamente europeia, se auto-impunha uma estrita disciplina endogâmica. Mas mesmo a ilha do Fogo se revelaria uma unidade de pesquisa demasiado abrangente: conquanto os seus dois principais agregados populacionais – o de Igreja, na região dos Mosteiros, e o de São Filipe, no Sul da ilha – tenham participado dos mesmos processos de miscigenação e construção racial, fizeram-no a diferentes tempos e modos, correlacionados com a diversidade ecológica intra-insular e sobretudo com os diferentes itinerários e características das suas elites, uma muito mais marcadamente rural que a outra, numa ilha em que as díades campo/cidade, rústico/urbano eram muito acentuadas e conformadoras das inter-relações entre os ilhéus.

Restringimos então o quadro espacial da análise ao núcleo urbano de São Filipe, sem que tenhamos deixado de fazer as necessárias incursões pelo interior da ilha e pelo Sotavento em geral, seja para realçar as especificidades sociológicas da vila, depois cidade, seja para relevar as afinidades com outras ilhas, mormente Santiago. A investigação sobre uma comunidade local permite a densidade de análise das representações e das práticas que o estudo do peso relativo da raça nas relações sociais requer e a revisão das leituras sobre as relações raciais noutros âmbitos geo-históricos, numa perspectiva comparativa.

Quanto ao quadro temporal da investigação, parece-nos igualmente válido o que afirmamos a propósito da sua escala local – ele deve ser delimitado para possibilitar uma análise em profundidade, mas também suficientemente dilatado para permitir captar os processos de mudança e as permanências. A génese dos processos sociais raramente se inscreve num momento preciso; as tendências que os prenunciam recuam, frequentemente, anos, décadas ou mesmo séculos. Faremos, por isso, as necessárias incursões a montante e a jusante do período alvo do nosso estudo.

Escolhemos a primeira metade do século XX, por ter constituído um período marcado por uma série de dinâmicas de ruptura na distribuição da posição relativa dos indivíduos e dos grupos no sistema de estratificação, em que a raça deixa, por si só, de constituir recurso invocável para assegurar o lugar cimeiro nas hierarquias do poder e do prestígio. À medida que se avançava pela primeira metade do século XX, os mecanismos de controle do acesso a determinados bens, materiais e simbólicos, que haviam secularmente assegurado a dominação ao segmento *branco* da cidade, foram-se revelando inoperantes e um número crescente de *não-brancos* foi participando de atributos antes reservados aos *brancos* – a residência no centro da cidade, a direcção da vida pública, através da vereação camarária e da administração do concelho. Quando atingimos a metade do século, mesmo no último baluarte da resistência *branca* – o casamento endogâmico – já se vislumbram as brechas que o franquearão nas décadas seguintes à alteridade racial. Será o toque a finados por um sistema de relações multissecular profundamente assimétrico, de que a homogamia familiar constituirá o sustentáculo privilegiado, pela reprodução dos patrimónios genealógico, rácico, económico e cultural.

A delimitação cronológica da pesquisa prende-se ainda com considerações de ordem metodológica. Nos estudos dos processos de transformação social, as entrevistas a informantes qualificados permitem-nos apreender as percepções desses processos pelos sujeitos que os viveram, as significações e as explicações que atribuem às práticas. Recuar à segunda metade do século XIX desprovia-nos dos discursos dos que participaram directamente nos processos em análise, cuja recolha constituiu um dos procedimentos metodológicos que privilegiámos.

A premência dos estudos sobre as relações raciais no Fogo de outrora, cujo teor terá permanecido com muitas regularidades até às primeiras décadas do século XX, impõe-se também pela idade avançada dos que foram observadores-participantes dos sistemas de relações estudados. Eles constituem as últimas ‘testemunhas’ de um tempo de transição e de reformulação do peso relativo dos capitais racial, escolar e económico na forja das identidades sociais e na estruturação da desigualdade. Pareceu-nos igualmente pertinente deixar falar também a minoria, que neste caso não era a deserdada, a marginalizada, a discriminada, como acontece em grande parte dos estudos sobre minorias – mormente dos que incidem sobre os fluxos migratórios que acompanharam a derrocada dos impérios europeus –, mas antes a que pertencera ao segmento sócio-racial dominante, os *brancos do Fogo*.

Diferentemente do que sucedera noutros espaços coloniais, em Cabo Verde, porque o território era deserto, não houve que disputar/negociar legitimidades nem criar articulações com o poder tradicional de uma elite indígena pré-colonial. Conquanto perante dois grandes referentes, ambos alienígenas – o elemento poderoso, materializado no pai *branco*, de ascendência europeia, e o elemento dominado, materializado na mãe *não-branca*, de ascendência africana –, a identificação da população fez-se sobretudo com o centro (imperial). A independência política não conseguiu impedir as manifestações latentes dos constrangimentos ideológicos gerados pela condição de ex-colónia e pela condição ambígua

de povo predominantemente africano, do ponto de vista somático, e predominantemente europeu (pelo menos as suas elites, que são quem define os programas identitários), do ponto de vista cultural.

Fora o conteúdo das representações económicas, políticas, sociais e culturais sobre a Europa e a África menos assimétrico, e as construções identitárias dos cabo-verdianos não assentariam tão ostensivamente na enunciação da diferença essencial entre o arquipélago e África. Forjada no contexto hegemónico do eurocentrismo, a *orientalização* de África permanece cunhada pelo estigma da escravatura. Este sistema de representações é, em Cabo Verde, transversal aos estratos sócio-económicos e às gradações cromáticas. A crescente periferidade do continente face às dinâmicas da globalização não propicia descontinuidades neste quadro referencial, antes acentua as permanências, dando continuidade à lógica da irreversível auto-condenação de África e dos africanos.

Os processos contemporâneos de hibridez associados à globalização, ao diminuírem o protagonismo das bases territoriais das actividades e manifestações económicas, culturais e políticas, e ao materializarem a ultrapassagem das concepções fixistas, puristas e homogeneizantes das identidades, podem, contudo, vir a diluir as oposições Europa/África em que se forjou a narrativa identitária cabo-verdiana. Parte do discurso oficial – o do Estado e o académico –, parece vir sentindo os efeitos dos fluxos culturais e ideológicos que acompanham a globalização económica e estar-se reorientando para o enaltecimento das origens *mistas* da população e para a celebração da criouldade. A *poética da relação* e o mito da criouldade supõem a exclusão da hierarquização dos diferentes legados. A constituírem a orientação predominante do discurso oficial, é possível que atenuem a carga valorativa e hierarquizadora que acompanha os conteúdos Europa e África no repertório identitário da população, ainda que os indicadores sócio-económicos relativos aos continentes de origem desses legados possam contrariar esse efeito.

Em Cabo Verde, o programa identitário mais hegemónico sobre a nação centra-se nas emergências da mestiçagem e da hibridação cultural¹. O processo de identificação é contínuo e as manipulações do passado constituem importantes fontes de legitimação dos modelos identitários. Nesta medida, as narrativas identitárias são alvo de disputa pelos grupos que as protagonizam. A potenciação da histórica intercontinentalidade e da condição crioula e mestiça do arquipélago tem virtualidades, como sejam o propósito de superação da sua periferidade económica e política actuais, relevando a vivência precoce dos processos culturais e miscigénicos envolvidos nas tramas da globalização, ou ainda o efeito de escapar à repopularização do discurso racista. Contudo, a eficácia dos projectos de construção nacional depende da capacidade de eleger determinados símbolos etno-culturais comuns e excluir o que escapa ou contraria essa homogeneidade discursiva da nação. Como qualquer programa identitário, também o das elites cabo-verdianas – coloniais e pós-coloniais – é

¹ Apesar de as diferentes configurações da identidade nacional cabo-verdiana que atravessaram o século XX terem assentado num núcleo fundador comum – a mestiçagem (com excepção, talvez, do programa africanista da *geração de 50*) –, elas diferem, como veremos, quanto ao que se tornou o eixo do debate: a contabilização dos legados europeu e africano na génese da sociedade insular.

unificador, ocultando as particularidades, que, em Cabo Verde, além de regionais, são também insulares.

A expansão europeia de Quatrocentos e Quinhentos globalizou os contactos e as relações entre povos com diferentes atributos fenotípicos e de patrimónios culturais muito diversos. O quadro assimétrico em que decorreram estas relações, em que raça, classe e *status* tenderam a sobrepor-se, atravessou todos os modernos colonialismos e inscreveu-se nos contextos dos fenómenos imigratórios pós-coloniais. A abordagem dos fenómenos de desigualdade numa escala reduzida (no caso, o arquipélago de Cabo Verde e a sua diversidade insular, sociologicamente singularizadora) permite captar pontos de convergência entre diferentes experiências coloniais, marcadas por grande diversidade de contextos ecológicos e sociológicos.

A ideia de raça – enquanto somatório de determinantes biológicas do comportamento – aplicada à espécie humana é geo-temporalmente enquadrável: ela surge na Europa ocidental contemporânea em processo de hegemonia planetária. O recurso à raça no processo de construção e legitimação das nacionalidades não é, contudo, exclusivo do Oitocentos e das primeiras décadas do Novecentos europeu; também os nacionalismos dos movimentos independentistas africanos da segunda metade do século XX relevaram, para além da sua especificidade cultural, a sua diferença racial. O movimento negritudista – quer na sua vertente mais literária, quer na de combate político ao sistema colonial – enfatizava a pertença rática.

No continente americano, a raça vem adquirindo no meio académico uma importância estratégica, não já na explicação da diversidade humana, como no final do século XIX e primeiras décadas do XX, mas na explicação da desigualdade social. A intersecção da produção intelectual com o poder revelava-se na articulação do discurso ‘científico’ acerca da raça com os projectos expansionistas europeus; nas últimas décadas, tem-se manifestado no comprometimento político da academia no combate (também institucional) à discriminação racial, via criação de centros de estudos e publicações sobre relações raciais, desenvolvendo estratégias identitárias de cariz racial visando a orientação dos discriminados para a mobilização racial. Este «efeito social da ciência»² gera dinâmicas cujos efeitos são imprevisíveis, mas que se conjecturam de novas demarcações de fronteiras raciais, percebidas mais como entidades monolíticas e estanques que como configurações circunstanciais.

A inflação de publicações sobre as características ecoclimáticas do arquipélago – o regime hídrico e de ventos, o relevo, o tipo de solos, a vegetação e as recorrentes estiagens – não encontra correspondência quando que se inicia uma pesquisa bibliográfica sobre a implantação humana, a evolução da estrutura social das várias ilhas ou a sua história política e institucional. Sobre estas temáticas, o volume de publicações restringe-se consideravelmente. Não fora a tão ansiada e recentemente iniciada publicação, por um grupo de investigadores portugueses e cabo-verdianos, da *História Geral de Cabo Verde*, e estaríamos praticamente

² Miguel Vale de Almeida, «Misto, crioulo e cidadão: notas para um humanismo radical», in AA. VV., *O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, Lisboa, Espaço Oikos, 1997, p. 21.

cingidos à obra de um único investigador, António Carreira, autor de vários estudos de referência sobre a economia e a sociedade arquipelágicas, dos quais destacamos, pela sua afinidade temática com a nossa pesquisa, *Cabo Verde, Classes sociais, Estrutura familiar* (1977); *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)* (1972) e *Migrações nas ilhas de Cabo Verde* (1977).

Fundamental pela introdução de novas perspectivas sobre a história do arquipélago é a mencionada *História Geral de Cabo Verde* e os artigos associados a este projecto que os membros da equipa têm vindo a publicar. A obra vai no seu terceiro volume de publicação e dela faz parte, em edição separada, um *Corpo Documental*, em dois tomos. Partindo das questões levantadas pelos estudos desbravadores de António Carreira e de vasta documentação escrita, parcialmente inédita³, o valor desta *História* reside no seu carácter marcadamente interpretativo. Porém, os seus três volumes já publicados não ultrapassam o século XVIII, não abrangendo, por isso, a época sobre a qual incide o nosso trabalho.

Orlando Ribeiro e Ilídio do Amaral dedicam páginas dos seus dois trabalhos maiores sobre o arquipélago ao espaço social das suas ilhas de eleição, respectivamente o Fogo e Santiago. Apesar de já um pouco recuadas no tempo, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, de 1954, e *Santiago de Cabo Verde. A terra e os homens*, de 1964, continuam a ser obras de referência fundamental. Trata-se, todavia, de obras de carácter mais generalista, que não pretendem abordar em exclusivo as formações sociais das duas ilhas do Sotavento cabo-verdiano.

A participação de Gabriel Mariano nos *Colóquios cabo-verdianos*, organizados pela Junta de Investigações do Ultramar, com o trabalho «Do funco ao sobrado ou o “mundo” que o mulato criou», constitui uma leitura interessante sobre a evolução da sociedade cabo-verdiana, tal como outros ensaios seus reunidos num volume com o título *Cultura Caboverdeana – Ensaios*. O essencial da sua argumentação baseia-se na importância do *mulato* como agente de homogeneização social e de mudança. Também Manuel Ferreira discorre sobre o processo formativo insular e as linhas de evolução das relações sociais, mormente em *A aventura crioula*. Igualmente relevante é a perspectiva que Luís Batalha desenvolve, num artigo recente sobre a elite cabo-verdiana (parte da qual oriunda do Fogo) e o seu percurso recente em Portugal, e sobretudo a ponte que estabelece entre o passado colonial e o presente pós-colonial⁴.

É, porém, na produção sobre os processos de diferenciação e hierarquização racial nas ilhas que a indigência bibliográfica é mais acentuada. Mesmo sobre o Fogo, ilha em que a permanência tardia de um sistema racializado de dominação tornaria um objecto de estudo

³ Cf. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, «Introdução», in Luís de Albuquerque & Maria Emília Madeira Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa e Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, p. xvi.

⁴ Vd. Luís Batalha, *The Cape Verdean Diaspora in Portugal: Colonial Subjects in a Postcolonial World*, Lanham, Lexington Books, 2004 e «A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário», in Clara Carvalho & João de Pina Cabral (coords.), *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 191-225. Tomámos recentemente conhecimento do trabalho de recolha arquivística para os primeiros séculos do povoamento da ilha, empreendido por Isabel Calmeiro dos Santos, e que constituiu o tema da sua dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2008 – *A ilha do Fogo, séculos XV-XVIII: Sistematização de informações históricas*. Trata-se, porém, de uma recolha de âmbito generalista.

apetecido, tem-se mantido, incompreensivelmente, o mesmo *deficit* de estudos de há cerca de meio século atrás. Sobre a emigração, a imprensa e a educação vão surgindo trabalhos, alguns de fôlego; a raça, contudo, permanece tabu num arquipélago tido como paradigmático da substituição precoce dos elos de subordinação racial pelos de classe.

Bibliografia de referência com sustentação empírica especificamente sobre a problemática racial em Cabo Verde, apenas existe, tanto quanto sabemos, a obra de Deirdre Meintel sobre a ilha Brava. Porém, não só não está editada em Portugal e em português, como é de relativamente difícil acesso⁵. Trata-se de uma publicação dos anos oitenta baseada num estudo de campo realizado pela autora na década anterior. Assim, a bibliografia fundamental sobre a sociedade fogueteira do século XX continua a ser a constituída pelos dois curtos mas densíssimos ensaios que Henrique Teixeira de Sousa (por vezes, simplesmente HTS) publicou nos números 5 e 8 da revista *Claridade*: «A estrutura social da ilha do Fogo» e «Sobrados, lojas & funcos – contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo», de 1947 e 1958, respectivamente. Se exceptuarmos a contribuição de Félix Monteiro, também na *Claridade*, com os artigos «Bandeiras da Ilha do Fogo. O senhor e o escravo divertem-se» e «Cantigas de Ana Procópio», o primeiro de 1958 e o segundo de 1966, e algumas alusões ao que teria constituído a especificidade sócio-racial foguense nalguns ensaios de Gabriel Mariano⁶, Henrique Teixeira de Sousa permanece a única grande referência. Para além dos dois ensaios, o tema das relações entre *brancos* e *não-brancos* no Fogo e a evolução da correlação de forças entre ambos percorre toda a obra literária de Henrique Teixeira de Sousa, com destaque para a trilogia composta pelos romances *Na ribeira de Deus*, *Ilhéu de contenda* e *Xaguete*⁷, que constituem relatos ficcionados da tese que o autor desenvolvera décadas antes nos dois referidos artigos⁸ (vd. anexo VI, p. 627).

Parcialmente publicada num periódico dedicado à ilha do Fogo, entretanto extinto, a *Auto-biografia* de Abílio Monteiro de Macedo⁹, elemento proeminente de uma das famílias *brancas* de São Filipe, é uma fonte de informação fundamental, pelas suas várias incursões pelo sistema racializado de relações da ilha e pelo que permite captar da percepção pelos contemporâneos das mudanças na hierarquia dos recursos. Uma outra obra também inscrita na vivência pessoal do seu autor é *Little Known*, publicada por Américo Araújo, um bravense *branco* que discorre sobre as elites (aparentadas) da Brava e do Fogo, as duas ilhas onde viveu antes de passar a residir nos Estados Unidos da América. De forma despretensiosa – Araújo não é um académico –, pretende contrariar a versão hegemónica sobre a nação cabo-verdiana – a de uma população biologicamente *mestiça* e culturalmente crioula – e propor estratégias identitárias (simbólicas, como o são todas) alternativas, assentes na diversidade

⁵ Encontrámo-la na Praia, na Biblioteca Nacional de Cabo Verde.

⁶ Reunidos no volume *Cultura Caboverdeana – Ensaios*, Lisboa, Vega, 1991.

⁷ Citamos os três volumes pela sequência dos acontecimentos narrados e dos factos históricos reconstituídos e não pela ordem por que foram publicados (1992, 1978 e 1988, respectivamente).

⁸ É o próprio autor quem o afirma. Vd. Michel Laban, *Encontro com escritores*, vol. I, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1992, p. 205.

⁹ Uma cópia do texto original foi-nos facultada pelo seu único filho vivo, a quem, mais uma vez, muito agradecemos todo o apoio concedido. Abílio de Macedo não intitulou as suas memórias; dada a sua intenção auto-biográfica, revelada pelo próprio logo no princípio da sua narrativa, pareceu-nos pertinente intitulá-las *Auto-biografia*.

racial e cultural do arquipélago que, segundo ele, além de maioritariamente euro-africano, possui também minorias europeias e africanas.

A literatura é criadora de identidade, na medida em que «les individus auxquels s'adressent les hommes de lettres et de savoir vont intérioriser les principes de division et de catégorisation de la réalité sociale qui véhiculent les discours de ces derniers (...)»¹⁰. A de Henrique Teixeira de Sousa, perante a (quase) ausência de trabalhos e discursos antropológicos e sociológicos alternativos sobre a ilha do Fogo, vem sendo instituída em verdade histórica. Os seus artigos espalhados por vários periódicos, mas sobretudo os dois mencionados ensaios da *Claridade*, recuados aos anos quarenta e cinquenta do século passado, vêm construindo a narrativa identitária dos fogueteiros, à exceção de alguns grupos de famílias do segmento *branco* da população, maioritariamente residentes em Portugal, que se manifestam desagradados perante a fácil identificação entre os seus antepassados e as personagens ficcionadas e caricaturadas por Teixeira de Sousa na trilogia em que erige a análise do espaço social da sua ilha natal como *leitmotiv*.

Passados os anos dos ressentimentos políticos do pós-independência do arquipélago, a obra de Teixeira de Sousa tem vindo a ser revista, por parte de alguns intelectuais do poder, sobretudo por José Luís Hopffer Almada, a cuja leitura, conquanto politicamente orientada, reconhecemos valor. A reinterpretação que propomos das práticas de diferenciação social no passado recente do Fogo visa também fornecer alternativas a este monopólio analítico da realidade sociológica insular detido por Teixeira de Sousa, a que o revestimento literário confere ainda maior persuasão.

A perspectiva do conflito privilegiada por Teixeira de Sousa parece-nos uma proposta teórica de grande préstimo, na medida em que parte de alguém que foi contemporâneo das transformações e alvo de práticas discriminatórias – era fenotípica, mas não socialmente *branco*, já que contava entre os seus ascendentes indivíduos de origem que se supunha exclusivamente europeia, mas também outros já mestiçados. Contudo, as suas vivências como observador participante e sobretudo a experiência da discriminação acabaram por vinculá-lo demasiado ao conflito entre *brancos* e *não-brancos*, manifesto sobretudo nos seus textos mais recuados, aqueles que revelam um menor distanciamento e um tom mais contundente na análise e reconstrução dos processos sociais que descreve.

Como referimos atrás, a primeira metade do século XX fogueense é especialmente rica do ponto de vista da mudança das estruturas sócio-económicas e raciais. A legitimidade da ordenação hierárquica do espaço social foi activamente questionada, à medida que a perda de poder económico por parte dos *brancos* e a concorrência dos *não-brancos* destruía as bases do monopólio do estilo de vida em que um grupo de famílias assentara a sua distintividade. Se a discriminação racial foi fonte de ressentimentos para os *não-brancos*, também a perda da propriedade fundiária e dos prédios urbanos por parte dos *brancos* – por vezes para antigos meeiros ou descendentes de antigos servidores – terá sido motivo de ressentimentos para os *brancos*, e as tensões sociais ter-se-ão, de facto, agudizado a partir do primeiro quartel do

¹⁰ Michel Giraud, «La créolité: une rupture en trompe-l'oeil», *Cahiers d'Études Africaines, La Caraïbe: Des îles au continent*, vol. XXXVII (4), n° 148, 1997, pp. 796-797.

século XX: aqueles puseram em prática estratégias ofensivas de aquisição de *status* e poder, ao mesmo tempo que estes desenvolveram estratégias defensivas de conservação de *status* e poder.

Todavia, as disposições consensuais também atravessaram todo o período; as recorrentes relações de conjugalidade entre os homens *brancos* e as mulheres *não-brancas* e com os filhos de ambos, conquanto mantidas à margem do núcleo legítimo da família (*branca*), terão, pelas redes de solidariedades inter-raciais que geravam, enfraquecido as disposições conflituais. O próprio desejo de integração nas malhas do convívio *branco*, o revestido de maior prestígio, concorreria mais para a negociação que para o antagonismo, mesmo quando a contestação das assimetrias atingia o ponto mais crítico, ou seja, as últimas duas décadas da primeira metade do século passado.

O interesse da investigação e o seu carácter pioneiro residem essencialmente na construção de um modelo teórico de interpretação das relações sociais que permita contextualizar a importância da raça na definição das posições sociais na ilha do Fogo, de molde a: (1) colmatar a penúria da produção empírica sobre relações sociais no antigo império português, dado que a construção de modelos de relações raciais, necessariamente circunscritos a um dado universo social, é uma linha de investigação ainda pouco explorada; (2) ultrapassar a visão redutora, e só por isso já distorcida, de uma realidade complexa e prenhe de matizes como era a das relações entre *brancos* e *não-brancos*, no Fogo da primeira metade do século XX, enquadrando as significações das práticas que constituíram essas relações em totalidades multidimensionais.

Pretende-se ainda com esta pesquisa introduzir a raça nos estudos sobre o arquipélago – a sociologia das relações raciais constitui um domínio da investigação a que Cabo Verde se tem demonstrado refractário –, não como um nível explicativo isolado, mas inscrita num quadro teórico alternativo que a situe no contexto dos outros critérios da desigualdade, contrabalançando assim o impacto da produção sociológica norte-americana – recebida no arquipélago, sobretudo via instituições de ensino brasileiras, onde vários cabo-verdianos são bolseiros. Em Cabo Verde, «primeiro caldeirão de ensaio de miscigenação»¹¹, a atenuação das estruturas raciais de dominação e a precoce secundarização da raça perante a classe ou o capital escolar, **nalgumas** ilhas do arquipélago, impõe uma leitura alternativa das relações inter-raciais, diversa da dicotomia racial proposta pela academia norte-americana. A polarização *branco-preto*, para além do seu efeito pernicioso sobre a reprodução das (auto e hetero) representações raciais, não contempla as categorias surgidas dos cruzamentos bio-culturais entre os dois contingentes populacionais iniciais, que, em Cabo Verde, abrangem a quase totalidade da população.

Sob a influência de Henrique Teixeira de Sousa, esperáramos deparar com uma colectividade racialmente tripartida entre *brancos*, *mestiços* e *negros*. Gradualmente, contudo, a abordagem empírica foi-nos impondo um espectro racial insular coberto por apenas duas categorias sócio-raciais centrais: a percepção nativa, enformada pelo grupo social dominante,

¹¹ Manuel Ferreira, *A aventura crioula*, Lisboa, Plátano Editora, 3ª ed. revista, s.d., p. 37.

que era quem detinha a legitimidade da nomeação e da definição das diferenças, contemplava apenas a categoria *branco* e a correlata *não-branco*. A identidade grupal deste segmento forjara-se na profunda assimetria de posições que historicamente se consolidara perante o outro contingente povoador do arquipélago – os escravos do continente fronteiro. *Branco* impôs-se-nos, pois, como categoria analítica principal, e o conteúdo deste constructo – o que era ser *branco* (e *não-branco*) no Fogo da segunda metade do século XX? – como a chave para a interpretação das relações raciais na ilha.

Foi assim que foi tomando corpo a nossa hipótese central: em São Filipe do Fogo, a raça fora mais do que a raça e podia mesmo ter estado para além da raça, conquanto a nomeação das diferenciações inter-individuais e intergrupais fosse essencialmente rácica. Os conteúdos da identidade e da alteridade raciais eram compósitos e aglutinavam critérios genealógicos, de classe, de poder, de estatuto social, para além dos propriamente fenotípicos.

A demarcação rígida das fronteiras do endogrupo estabelecia não apenas o espaço da identidade *branca* – que não se restringia à origem e cultura europeias e ao fenótipo caucasoide –, mas também o repertório das diferenças, inatas e adquiridas, entre o *nós* (*brancos*) e o *eles* (*não-brancos*). O património racial incorporado no património genealógico revelava-se o primeiro elemento diferenciador, o de maior visibilidade e o de reprodução prioritária.

As famílias *brancas* do Fogo constituíam um grupo a um tempo agrário e mercantil, cuja condição de classe condicionava e estimulava a adesão a certos estilos de vida, que, por sua vez, operavam na permanência da sua condição de classe, ambos concorrendo para lhe assegurar o monopólio dos cargos concelhios. Porque a referencialidade era *branca* e eram os *brancos* quem detinha a capacidade de erigir em valores universais o que não eram senão as particularidades dos seus próprios elementos culturais, impôs-se-nos a caracterização sociológica das famílias *brancas* de São Filipe e dos seus padrões culturais. Apesar do segmento de origem europeia ser contrastantemente minoritário no total da população, pela sua relevância sociológica ele ocupará um espaço desproporcionalmente maior ao seu peso numérico, na economia da investigação.

Assim, os objectivos centrais desta pesquisa são os seguintes: (1) ilustrar como um processo miscigénico precoce e intenso como o que ocorreu na ilha do Fogo coexistiu com formas racializadas de comportamento, contrariando alguma celebração pós-moderna da infalibilidade do hibridismo bio-cultural como superador de antinomias; (2) demonstrar como as práticas racializadas que caracterizavam as inter-relações quotidianas se inscreviam em contextos mais amplos de desigualdade de recursos e poder; (3) averiguar em que medida a raça constituía um recurso associado às estratégias grupais de maximização das diferenças, para legitimar e perpetuar assimetrias de poder.

Orientada pelos objectivos atrás enunciados, procuraremos responder às seguintes questões: (1) qual a importância relativa da raça no conjunto dos critérios de diferenciação intergrupais?; (2) em que circunstâncias decorriam e quais os limites impostos para as relações entre *brancos* e *não-brancos*?; (3) que representações do endogrupo partilhavam os *brancos*

do Fogo?; (4) quais os principais canais da circulação vertical que permitiram a trajetória ascendente dos *não-brancos*?; (5) de que aspectos se revestiu a disputa pela posse dos recursos económicos, políticos e simbólicos entre *brancos* e *não-brancos*?

Se bem que distante das imposições (essencialistas e generalistas) do activismo político, e por isso menos saturada ideologicamente, também a nossa postura teórica não é asséptica, já que a neutralidade axiológica é, quando muito, do domínio do ideal, mais que do do possível. O simples facto de estarmos posicionada do lado mais privilegiado da hierarquia racial constitui, desde logo, um factor de limitação e simultaneamente de capacitação: se, por um lado, nos dificulta a percepção da discriminação racial nos vários matizes de que esta se reveste, por outro, justamente porque historicamente do lado dos que definem os conteúdos das categorias raciais, facilita-nos a compreensão da medida em que esses conteúdos extravasam largamente a exterioridade fenotípica e a origem geográfica dos antepassados.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1. Princípios teóricos que subjazem à estratégia da pesquisa

Porque são «as condições sociais globais» que «delimitam “espaços” de possibilidades do que é pensável e estudável em dado momento histórico»¹², e porque não há princípios universais e atemporais de explicação dos fenómenos e das transformações sociais, centramo-nos agora nos fundamentos teóricos que orientam esta investigação. Trata-se de uma perspectiva que (1) traz implícita que a raça não é somente a raça e pode nem ser sobretudo a raça, no sentido mais comum do termo, ou seja, enquanto conjunto diferenciado de traços fenotípicos; (2) privilegia os processos e a análise em profundidade, visando a complexidade; (3) assenta na superação das dualidades redutoras do local e do global, do individual e do social, da acção e dos constrangimentos estruturais.

Uma perspectiva integrada da raça

A problematização do objecto apoiou-se num núcleo teórico assente em quatro principais linhas de força: (1) a raça é um fenómeno pluridimensional; (2) as estruturas de distribuição dos recursos articulam-se com os sistemas de representação que lhes conferem sentido, para construir a raça e as categorias raciais; (3) a mediação do individual e do social pelo grupal; (4) a historicidade de qualquer configuração sócio-cultural obrigando à contextualização das práticas e, entre elas, as racializadas.

¹² José Madureira Pinto, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 100.

Qualquer fenómeno é pluridimensional. Não há factos puramente demográficos, ou puramente económicos, ou puramente psicológicos. Só a contemplação dos vários níveis significantes na abordagem de um fenómeno social lhe confere inteligibilidade. Existem diferentes perspectivas teóricas de abordagem, por vezes muito fragmentadas e demasiado centradas em diferentes tradições disciplinares. É do diálogo entre essas diferentes perspectivas que se potencia uma maior aproximação ao real. Os contornos disciplinares são flutuantes e, no quotidiano da investigação, é mais difícil observá-los que quando ponderamos sobre eles. O itinerário da nossa pesquisa foi, assim, sendo traçado na convergência entre as abordagens histórica, antropológica, sociológica e (em menor medida) ecológica.

A complexidade dos processos sociais não se coaduna com uma abordagem redutora e simplista das relações raciais. Estas não devem ser isoladas do contexto geral da desigualdade social¹³. O estudo das dinâmicas da raça, no Fogo, como noutros contextos sócio-espaciais, requer uma investigação empírica perspectivada no âmbito de uma análise dos processos multidimensionais de diferenciação dos indivíduos e dos grupos, e tendo em conta as percepções dos sujeitos sociais sobre os conteúdos das categorias raciais. O isolamento das várias dimensões do fenómeno e a sua consideração autónoma para efeito de análise pode ofuscar a sua geral inextricabilidade. Desenquadrar a raça e as práticas racializadas dos outros sistemas de relações dos quais fazem parte conduz inevitavelmente ao enviesamento das conclusões, em que o que parece decorrer de considerações meramente rácicas (no sentido coloquial do termo) poder não ser senão a manifestação e a reprodução das assimetrias de classe, de cultura e de poder entre indivíduos ou grupos, forjadas nas heranças da escravatura e da colonização e na perpetuação da sua memória.

Os sistemas de valores geram-se em contextos históricos precisos. A construção da raça e dos sistemas de classificação racial foi forjada em contexto colonial, o que exige ao investigador a incontornável consideração diacrónica dos fenómenos sociais correlacionados com muitas das adscrições negativas dos *não-brancos*, por parte dos *brancos*, e a sua articulação com as relações de poder, tanto mais que as representações sociais sobre as raças sobreviveram ao contexto político-ideológico do imperialismo europeu que as forjou. A ponderação do processo formativo insular na configuração das práticas racializadas revela-se, pois, um imperativo da investigação.

Não pudemos saltar imediatamente do nível (individual) dos eventos narrados pelos informantes e dos dados das outras fontes – textuais e iconográficas – para o da construção de um modelo global das relações raciais em São Filipe, na primeira metade do século XX. Era no quadro intermédio do grupo social de pertença dos informantes, com os seus sistemas de valores e práticas identitárias, que os comportamentos dos sujeitos se inscreviam e ganhavam sentido. Sem este nível *meso*, não poderíamos atingir o global. Daí o termos reservado a estes referentes e práticas grupais um espaço relevante na economia da investigação. A perspectiva da identidade social e das relações intergrupais constituíram importantes vias de questionamento e de reflexão sobre (1) os conteúdos das categorias racializadas de *branco* e

¹³ André Béteille, «The Decline of Social Inequality?», in André Béteille (org.), *Social Inequality*, Middlesex, Penguin Books, 1969, p. 377.

não-branco, (2) o(s) traço(s) dominante(s) da identidade auto e hetero-definida do grupo dominante, (3) o peso da raça na estruturação das práticas do grupo e (4) a dimensão estruturante da raça nas relações entre os grupos sociais no Fogo.

As relações de poder reproduzem-se nas práticas quotidianas. Como Allan Pred faz notar, «power relations become practices and practices become power relations»¹⁴. Não é indiferente o posicionamento face ao poder: só das posições dominantes emana o poder manifesto na nomeação dos referentes, na atribuição de sentido às práticas. São elas que constroem a diferença que, tal como a identidade, faz parte da lógica de poder; diferenciar racialmente é expandir a diferenciação aos ascendentes e aos descendentes, e, desta maneira, é também garantir a perpetuidade da diferença. É nesta medida que a reprodução da diferenciação racial integra as estratégias simbólicas de dominação.

Um dos pressupostos dos quais partimos é o de que a reprodução secular das desigualdades propicia uma racialidade forte. Inversamente, o encurtamento das assimetrias sócio-económicas, culturais e políticas fomenta projectos identitários e redes de sociabilidades caracterizados por uma racialidade comparativamente mais fraca¹⁵. Trata-se de esquemas teóricos assentes em regularidades observadas em configurações sociais específicas, histórica e geograficamente delimitadas, não tendo, por isso, validade universal atemporal. O conteúdo de alguns conceitos só adquire validade no quadro da problematização que lhe confere sentido, perdendo-a quando se procuram grandes generalizações. Porém, esta delimitação do âmbito de aplicação de um conceito ou de um modelo de relações raciais não obvia a que se procurem continuidades entre experiências geográfica ou temporalmente distantes, como a brasileira, a colombiana, as caribenhas ou outras, nascidas do expansionismo europeu de Quatrocentos e Quinhentos.

As desigualdades estruturais actuam sobre as hierarquias raciais; a um baixo capital social, económico, político e cultural corresponde geralmente um baixo capital racial. Podemos afirmar sobre o espaço da raça o mesmo que Machado afirma sobre o da etnicidade: «O espaço da etnicidade é assim definido por contrastes e continuidades, as últimas começando a ter significado quando os primeiros se atenuam e vice-versa»¹⁶. Os desiguais níveis de riqueza actuam para além da esfera económica; eles são geradores de diferentes disposições (no sentido bourdieusiano do termo), porquanto constituem o suporte material de estilos de vida desigualmente apreciados. A analogia que Olin Wright estabelece entre a importância da análise de classes na explicação dos fenómenos sociais e a especialidade endocrinológica no seio da medicina, em que, para além do funcionamento do sistema endócrino propriamente dito, o endocrinologista se debruça sobre uma grande quantidade de problemas aos quais o

¹⁴ Allan Pred, «The Social Becomes the Spatial, the Spatial Becomes the Social: Enclosures, Social Change and the Becoming of Places in Skoane», in Derek Gregory & John Urry (orgs.), *Social Relations and Spatial Structures*, Houndmills etc, Macmillan Education, 2ª ed., 1987, p. 340. [A itálico, no orig.]

¹⁵ Parece-nos poder aplicar à raça o que Fernando L. Machado adianta sobre a etnicidade. Machado define situações de etnicidade forte como aquelas em que «convergem numa mesma minoria múltiplas dimensões de contraste social e cultural» e, inversamente, as de não etnicidade aquelas «em que as continuidades sociais e culturais de determinada minoria assumem máxima expressão (...), ou seja, situações em que a etnicidade não é o traço saliente da diferenciação estrutural.» Cf. *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2002, p. 35.

¹⁶ *Ibid.*, p. 33.

sistema hormonal não é alheio¹⁷, dá conta desta contaminação do social, do político e do cultural pela classe. Mesmo no seio de uma mesma comunidade histórica e racial, a classe gera distância cultural, ao capacitar indivíduos e grupos para uma posse diferencial de bens simbólicos, uns requerendo maior investimento de capital económico e mais tempo de aprendizagem que outros, e sendo por isso diferencialmente cotados.

Apesar dos volumes de capital racial e económico apresentarem frequentemente descoincidências, quando estamos perante uma configuração social formada por dois contingentes populacionais de diversa origem geográfica e de fenótipo acentuadamente diferente, situados nos extremos polares das hierarquias económica, social e do poder, geram-se sistemas de disposições culturais que tendem a sobrepor-se às demarcações raciais. Nesta medida, a raça integra-se numa totalidade cultural mais abrangente e como tal tende a ser percebida pelos sujeitos sociais.

Todas estas asserções nos conduzem ao seguinte corolário: a racialização e as práticas discriminatórias percebidas como fundamentadas apenas na raça firmam-se num conjunto de assimetrias multidimensionais confluentes, que interactivam cumulativamente nos processos de identificação e de diferenciação raciais.

O local e o global: as diferentes escalas de observação

Vivemos de há pouco mais de meio século para cá o abandono das grandes teorias explanatórias, necessariamente assentes em generalizações sem grande consistência empírica. A pequena escala de observação ganhou foros de legitimidade académica e, com ela, os estudos locais. Entre o local e o global não se coloca apenas a questão da escala, mas igualmente a do aprofundamento da análise, que só o nível local da observação permite. O local – um bairro urbano, uma aldeia, uma vila ou uma pequena cidade, como a que estudamos – está dimensionado para viabilizar uma abordagem mais complexa da articulação entre as várias lógicas – económicas, culturais, sociais, políticas – e para a identificação das suas particularidades. O estudo dos meios pequenos propicia mais uma generalização em profundidade que em extensão¹⁸. Daí que o modelo de relações raciais que construímos para São Filipe não seja suficientemente flexível para dar conta das especificidades de outras formações sociais, ainda que revelando afinidades sociológicas. E o mesmo se pode afirmar de todos os modelos de relações raciais: eles reportam-se a contextos localizados, que podem constituir o substrato de futuras abordagens comparativas.

As relações (hierárquicas) entre ambos os espaços – local e global – têm vindo a ser rediscutidas: sendo localmente que o global é percebido, a participação do e no global é feita no e a partir do local. As duas dimensões ou escalas não se excluem mutuamente, são

¹⁷ *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l' Homme, 1ª ed., 1997, p. 1.

¹⁸ Augusto Santos Silva, *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, tese de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1991[policopiado], p. 85.

antes condição uma da outra; e entre o local e o global, há espaço para os vários níveis intermédios de observação. Mesmo o painel da estratificação sócio-racial de São Filipe, que pode e deve ser interpretado como uma realidade sociológica localizada, pode igualmente ultrapassar esta escala local se enquadrado no contexto mais geral das formações sociais multirraciais geradas no movimento expansionista europeu. Uma das articulações possíveis entre os níveis local e global far-se-ia assim pela via da comparação entre experiências históricas com um fundo comum. Daí o termos revisitado a literatura empírica e as elaborações teóricas de modelos de relações raciais desses contextos com elevado grau de afinidade com o cabo-verdiano objecto da nossa investigação. Outra articulação possível seria, partindo de monografias assentes em investigações empíricas (por ora inexistentes para a quase totalidade das parcelas insulares), relacionar as especificidades sociais locais da ilha com o conjunto nacional cabo-verdiano, e, assim, estaríamos já perante uma escala intermédia, a nacional. Trata-se de vias de realização do «vaivém dialéctico contínuo entre o mais local dos detalhes locais e a mais global das estruturas globais», proposto por Clifford Geertz¹⁹.

O entrosamento indivíduo/sociedade, acção/estrutura

A metodologia prosseguida num trabalho de investigação pressupõe determinadas perspectivas sobre o peso relativo dos factores sociais e da subjectividade individual na economia da explicação das práticas. É determinada também pela extensão da importância concedida ao sentido nas práticas sociais e pela hierarquização da posição do *locus* da produção desse sentido, o actor individual e/ou a sociedade. Trata-se, no fundo, da questão central da articulação entre a dimensão do sujeito e a dimensão social nas práticas sociais.

Por um lado, pretendemos captar a estrutura das relações sociais e os processos de mudança; por outro, apreender os sistemas de sentido operantes nos sujeitos. Interessam-nos tanto as significações como as disposições estruturais, que, aliás, participam da construção das significações, tal como estas orientam as práticas que enformam as disposições. O nosso quadro analítico escapa, intencionalmente, às falsas dicotomias estrutura/acção, sociedade/indivíduo, explicação (as regularidades, a causalidade)/compreensão (as considerações subjectivas, os quadros de sentido dos indivíduos, encarados como agentes). A ultrapassagem destas díades faz-se integrando os monómios no modelo teórico²⁰, superando o reducionismo individualista, que remete o sentido das acções para a intencionalidade dos sujeitos, e o reducionismo sociologista, que acaba por neutralizar o indivíduo, ao conferir ao social um poder explicativo absoluto. Negligenciar o supra-individual, ou seja, aquilo que na acção individual é socialmente determinado, ou, na postura oposta, encarar o individual meramente como resultado dos determinismos sociais, é recusar ao real o seu carácter de

¹⁹ Geertz, 1986, p. 88, *ap.* Jean-Claude Kaufmann, *L'entretien compréhensif*, Paris, Éditions Nathan, 1996, p. 87. [Trad. livre]

²⁰ António José Fernandes, *O Social em Construção. A Teorização nas Ciências Sociais*, Porto, Figueirinhas, s.d., pp. 182-193 *passim*.

totalidade integrada, em que os condicionalismos estruturais são teias de relações, não só entre indivíduos e grupos, como entre as várias dimensões significativas dessas relações.

Mais relevante que reconhecer prioridade às propriedades estruturais ou à acção, parece-nos ser a evidência da sua inextricabilidade. O(s) sentido(s) gerados no decurso das interações radicam nas componentes estruturais dos processos sociais, que, internalizadas pelos indivíduos ao longo da vida, actuam de forma mais ou menos ‘inconsciente’ na produção desse sentido. É por via da incorporação destes elementos estruturais das interações individuais e grupais que se geram os sentidos que orientam a acção. Sendo em grande medida produto das disposições estruturais, e reproduzindo-as, o indivíduo tem, no entanto, uma margem, maior ou menor, de autonomia na reprodução dessas disposições, tratando-se, pois, de um movimento em espiral e não em círculo. Esta perspectiva não radica em qualquer determinismo, porquanto, quer as idiosincrasias individuais, quer os contextos interaccionais são também actores nessa produção e reprodução de sentido, ao conduzirem a resultados nem sempre intencionais e antecipados. O desenvolvimento de um processo depende de uma série de cruzamentos favoráveis, ou seja, o factor acaso tem, igualmente, um carácter estruturante. Daí que o real não esgote o possível, ou, como afirma Boaventura de Sousa Santos, «a existência não esgota as possibilidades da existência»²¹.

Anthony Giddens e Pierre Bourdieu são dois dos autores cujas propostas de superação do binómio agência/estrutura mais contributos conceptuais nos legam – através da teoria da estruturação, o primeiro, e da teoria do *habitus*, o segundo. Com a sua teoria da estruturação, Giddens pretende ultrapassar os limites quer das teorias da acção intencional quer da análise estrutural, na superação das oposições dicotómicas entre estrutura e acção, permanência e mudança, sincronia e diacronia, constrangimento e capacitação, actor e sociedade. Contesta o carácter modelar da estrutura social em Lévi-Strauss, para quem as estruturas são simplesmente construções abstractas dos observadores. As relações sociais constituiriam uma espécie de massa moldada por um sistema matricial de referência: «As *relações sociais* são a matéria-prima empregada para a construção de modelos que tornam manifesta a própria *estrutura social*. Em nenhum caso esta poderia, pois, ser reduzida ao conjunto das relações sociais, observáveis numa sociedade dada.»²²

Giddens também aceita a existência meramente virtual da estrutura, mas, ao contrário de Lévi-Strauss, não a circunscreve a modelos de interpretação sócio-antropológica. Conceptualiza a estrutura como «propriedade estruturante», distinguindo-a de sistema social, «propriedade estruturada». Por estrutura, entende as «regras e recursos, organizados como propriedades dos sistemas sociais», sendo que estas propriedades estruturais não são puro constrangimento (afasta-se assim da concepção parsoniana da acção, muito vinculada à internalização dos constrangimentos estruturais); são “regras”, mas também “recursos”, “capacitação”. Já o sistema social é uma «totalidade estruturada» de «relações reproduzidas entre actores ou colectividades, organizadas enquanto práticas sociais regulares», não sendo a

²¹ Boaventura de Sousa Santos, *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da ciência*, vol. I, Porto, Edições Afrontamento, 2000, p. 23.

²² Claude Lévi-Strauss, *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Edição Tempo Brasileiro, 4ª ed., 1991, p. 316.

sua existência virtual, como a das estruturas. A estruturação, o elemento mais dinâmico da sua conceptualização da estrutura (e cuja ausência no estruturalismo de Lévi-Strauss Giddens lamenta), prende-se com as «condições que regem a continuidade ou a transformação da estrutura e, como tal, a reprodução dos sistemas.»²³

A sua teoria da estruturação assenta no que entende como o carácter dual da estrutura: «Por dualidade da estrutura pretendo afirmar que as propriedades estruturais dos sistemas sociais são simultaneamente o meio e o resultado das práticas que constituem esses mesmos sistemas.»²⁴ Esta concepção da estrutura simultaneamente como meio e produto da interacção permite-lhe transpor as dualidades redutoras estrutura/interacção. É no quadro desta última que as propriedades estruturais dos sistemas se geram e se manifestam, enquadrando-a.

Também Bourdieu procura ultrapassar o binómio prática/estrutura, através do *habitus*, conceito central na sua teorização do espaço social, que estabelece a articulação entre os constrangimentos estruturais e as práticas dos actores sociais, e que define como:

Structure structurante, qui organise les pratiques et les perceptions des pratiques, l'*habitus* est aussi structure structurée: le principe de division en classes logiques qui organise la perception du monde social est lui-même le produit de l'incorporation de la division en classes sociales.²⁵

É pela internalização do *habitus* que as práticas dos sujeitos são estruturantes, ao actualizarem as características estruturais do espaço social.

Esta construção bourdieusiana do espaço social como espaço de posições, mediadas pelo *habitus* de classe, gira em torno de um eixo – a função social do simbolismo. Ao gerarem «*consensus* acerca do sentido do mundo social», os símbolos «são os instrumentos por excelência da “integração social”», e, nessa medida, constituem poderosos instrumentos de reprodução social²⁶. As estruturas de dominação produzem mecanismos de conservação, como sejam as representações sobre a sua própria legitimidade, que, uma vez internalizadas pelos agentes, condicionam as suas práticas, revelando-se, a um tempo, produto e produtoras dessas estruturas de dominação. Através desta sua função gnoseológica, os símbolos revestem-se de um carácter conservador: «as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força.»²⁷ Os agentes são desta forma orientados para a acção, ignorantes dessa orientação.

Aqui reside uma das divergências entre as teorias da acção de Bourdieu e Giddens. Para o segundo, a reflexividade dos sujeitos e a intencionalidade constituem elementos da autonomia relativa (e de transformação) de que os actores dispõem na mobilização de recursos

²³ Anthony Giddens, *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta, 2000, p. 36.

²⁴ *Ibid.*, p. 43.

²⁵ Pierre Bourdieu, *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979, pp. 190-191.

²⁶ *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 10.

²⁷ *Ibid.*, p. 145.

no decurso da acção (a «*conduta estratégica*»²⁸ dos actores). Para Bourdieu, pelo contrário, as regularidades nas práticas dos actores não decorrem da sua reflexão e desígnio em agir em conformidade com as disposições estruturantes do *habitus*, mas antes da sua incorporação inconsciente durante o processo de socialização. Neste sentido, a prática dos actores é, em Bourdieu, mais espontânea e menos consciente que a acção em Giddens.

Os sistemas sociais possuem mecanismos potenciadores da ordem e das permanências e mecanismos que favorecem as instabilidades e as transformações. No decurso da interacção, reproduzem-se as posições relativas de cada um dos interactuantes no espaço de relações. Nesta medida, a interacção reveste-se de um carácter estabilizador e conservador. Porém, a interacção pode ser igualmente palco da inovação no esquema de distribuição dessas posições, como quando, por exemplo, sujeitos de diferentes pertenças raciais estabelecem relações duradouras que ultrapassam o carácter funcional e se estendem a contextos que extravasam aqueles em que foram geradas (no caso do Fogo, as crianças de diferentes pertenças raciais que frequentavam as mesmas escolas primárias e que mantinham na vida adulta as relações de amizade aí geradas).

As condutas são reguladas e os comportamentos individuais são condicionados pelas expectativas dos outros; não são, contudo, inteiramente determinados por elas, senão a variabilidade da conduta individual, o seu maior ou menor grau de conformação com elas, não existiria. As novidades não são redutíveis aos contextos, na medida em que também ajudam a criar outros contextos. Se o fossem, como se explicaria a novidade? No decurso das inter-relações, os actores articulam e negoceiam situacionalmente as várias dimensões da diferença, ou seja, actualizam – em espiral e não em circularidade – as componentes estruturais dos sistemas. Estas não são assim elementos estáticos; são dinâmicas que geram outras dinâmicas, marcadas por continuidades e descontinuidades, por permanências e rupturas.

Se pretendemos apreender a dimensão racial dos comportamentos discriminatórios de um grupo social, devemos atentar na identificação dos processos sócio-económicos, políticos e culturais que enquadram esses comportamentos e ouvir os actores envolvidos na produção do sentido desses comportamentos. É do cruzamento dos dois grupos de dados – um testemunhando a realidade 'objectiva', o outro a realidade objectiva subjectivada – que procuraremos delimitar o peso da raça na definição das posições sociais e nas práticas de conservação dessas posições por parte do grupo dominante. Tendo presente o carácter expressivo (ou socialmente condicionado), mas também criativo das práticas individuais e grupais, e procurando articular ambas as dimensões – social e individual – na construção do nosso objecto de estudo, definimos as estratégias metodológicas que melhor dessem conta desta articulação. O racial nunca é somente racial. A dimensão económica, política e cultural do racial impede-nos de o recortarmos e analisarmos negligenciando os vasos comunicantes e

²⁸ *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, op. cit., p. 81. Os recursos constituem elementos estruturais que são mobilizados no decurso da interacção e constituem simultaneamente veículos do exercício do poder e meios da reprodução das estruturas de dominação (p. 88).

as interações com as outras dimensões significantes do social para a produção e reprodução das assimetrias raciais.

A objectivação do conhecimento pela percepção da sua subjectividade

A objectivação passa pela consciência desta presença ubíqua do circunstancialismo e dos valores durante todo o processo de investigação – na construção do objecto, na definição da metodologia, na selecção e na interpretação dos dados. O ser do investigador não se anula, mesmo na quantificação. Afinal, do real não podemos conhecer senão a nossa participação nele. A escolha do objecto e a orientação dada à investigação relevam *de* e revelam as preferências do investigador. O mal não está, assim, no «conteúdo valorativo dos efeitos», mas na sua ocultação. Nesta medida, os pré-conceitos do investigador, as suas premissas de valor, não constituindo condição suficiente para a investigação, constituem condição necessária.

O «impulso» racionalista de «recalcar as valorações para o subsolo»²⁹ prende-se com o estatuto reconhecido ao sujeito (e ao objecto) no processo de construção do conhecimento. A ilusão da transparência dos factos e das configurações sociais, apresentando-se neutros e regulando-se por leis que os tornavam antecipáveis, somente à espera de quem os identificasse e decifrasse, à semelhança das ocorrências no mundo físico, estruturou a ciência moderna. A percepção de que os factos humanos são sempre interpretados, de que o sujeito-investigador tem um papel activo na criação do conhecimento e de que este é sempre relativo aos quadros explicativos de referência subjacentes a qualquer tentativa de interpretação/explicação do real, é uma conquista da pós-modernidade. Na medida em que «todo o conhecimento científico é auto-conhecimento», a ciência não pode deixar de ser também «auto-biográfica»³⁰. Reconhecer esta subjectividade permite-nos objectivar-nos e à nossa interpretação dos fenómenos sociais³¹. As premissas de valor que atravessam todo o processo de investigação devem ser claramente expostas, para evitar distorções da análise³². É também neste esforço de objectivação que consiste a (possível) objectividade do investigador. Nesta auto-reflexividade crítica, a par de uma metodologia para a produção de conhecimento, radica um traço diferenciador fundamental entre os saberes científico e de senso comum.

A diferenciação entre ciência e senso comum supõe, desde logo, uma avaliação hierarquizada por parte de quem nomeia as duas diferentes práticas de conhecimento, ou seja, a ciência. Trata-se de diferentes saberes, que pressupõem diferentes sistemas categoriais e desiguais níveis de abstracção. O hetero-designado senso comum constitui uma espécie de epistemologia espontânea dos sujeitos, em que a visão do real é concebida como o próprio real, ou seja, não há a percepção de que o que se vê passa por uma grelha de categorias

²⁹ Gunnar Myrdal, *O valor em teoria social*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1965, p. 190.

³⁰ Boaventura de Sousa Santos, *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Edições Afrontamento, 6ª ed., 1993, p. 52.

³¹ Edgar Morin, *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa, Edições Piaget, 3ª ed., 2001, p. 67.

³² Gunnar Myrdal, *A objectividade nas ciências sociais*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976, p. 60 *passim*.

previamente incorporada. Já ao auto-designado saber *científico* não basta descrever as práticas tal como elas surgem ao observador, mas também inscrevê-las em relações que são invisíveis. O que separa o investigador de outros actores exteriores ao meio científico não é a ausência de pré-conceitos, mas esta capacidade de, partindo do património teórico legado pelos que o antecederam, situar o visível em relações invisíveis, ou seja, a elaboração conceptual/teórica³³.

Foi contra o senso comum gerador de ‘falsas’ evidências que o ímpeto positivista de construção de uma ciência social à imagem e semelhança das ciências físicas impôs a *ruptura epistemológica* como condição de acesso a um conhecimento que se queria e se cria *objectivo*, no sentido de resultante da neutralização das condições da sua produção. E é a partir desta primeira ruptura que Boaventura de Sousa Santos, na sua reflexão epistemológica sobre as ciências sociais, propõe uma segunda ruptura epistemológica: a sensocomunicação do conhecimento científico³⁴. Enquanto a primeira ruptura se fez em oposição ao senso comum, esta faz-se pela comunicação ecuménica dos saberes, a partir de uma requalificação estatutária do senso comum³⁵, a ser desenvolvida no interior da própria sede da sua estigmatização, a universidade. O paradigma emergente – simultaneamente, paradigma científico e paradigma social –, ao qual chama «paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente»³⁶, propõe-se rentabilizar a experiência do homem comum na criação de formas alternativas de vida que ultrapassem o impacto negativo do paradigma científico-tecnológico dominante, no homem, na sociedade e na biosfera.

Também Kaufmann propõe uma forma diferente de objectivação nas ciências sociais, que não a (pretensa) ruptura total com o senso comum. De acordo com o autor, o modelo clássico, formalista e tecnicista, privilegia a técnica metodológica como instrumento principal, com o recurso a procedimentos matemáticos de validação. Ora, as técnicas, por si só, não são garante de objectividade, daí que o autor centre na elaboração teórica o elemento principal da objectivação, constituindo esta um vaivém constante entre compreensão e distanciamento analítico, sem romper completamente com o senso comum³⁷.

As pré-noções e os pré-conceitos do pensamento corrente (o «património cognitivo» de que fala Augusto Santos Silva³⁸) são também partilhados pelos investigadores que deles revelam maior ou menor percepção e face aos quais se apresentam melhor ou pior apetrechados para os desconstruir. Os mais recorrentes em relação à ilha do Fogo são os que concebem a (quase) sobreposição entre estratificação racial, económica, política e cultural a que se assistia ainda no primeiro quartel do século findo, como manifestações de racismo (entendido este como a menorização do outro racial) do grupo social dominante (*branco*). Não

³³ Como refere José Madureira Pinto, «são os objectos conceptuais que, contra as evidências do senso comum e as redundâncias do empirismo sociológico, nos permitem dar conta da dimensão significativa das sociedades.» Cf. *Ideologias: Inventário Crítico dum Conceito*, Lisboa, Editorial Presença, s.d., p. 116.

³⁴ «Um discurso sobre as ciências na transição pós-moderna», *Estudos Avançados*, vol. 2, nº 2, São Paulo, Maio/Agosto 1988, p. 70.

³⁵ Até porque «o fundamento do estatuto privilegiado da racionalidade científica não é em si mesmo científico.» – Boaventura de Sousa Santos, *Um discurso sobre as ciências*, op. cit., p. 55

³⁶ Boaventura de Sousa Santos, *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, op. cit., p. 71.

³⁷ Jean-Claude Kaufmann, *L'entretien compréhensif*, Paris, Éditions Nathan, 1996, pp. 20 e 22.

³⁸ Cf. «A ruptura com o senso comum nas ciências sociais», in Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986, p. 31.

rejeitando que a consideração da existência de raças e da sua avaliação desigual tenha integrado as representações sociais dos grupos racializados e que tenha orientado as respectivas práticas, entendemos que a análise do quadro de profundas assimetrias insulares deve extravasar a simples consideração do racismo *branco*, incluindo-o, eventualmente, como dimensão explicativa importante. Pensamos que o modelo que se revela mais profícuo do ponto de vista heurístico é o que assenta na articulação de dois grandes eixos de análise – o dos indicadores sócio-económicos, políticos e culturais, e o das representações dualistas: da África, da escravatura e da raça *negra*, por um lado, e da Europa, da dominação e da raça *branca*, por outro.

A visão do mundo e do conhecimento ‘científico’ que subjazem às (infundadas) batalhas teóricas em torno do quantitativismo e do qualitativismo em ciências sociais.

A perspectiva positivista, segundo a qual o real é absolutamente inteligível e ordenado, tem vindo a ser ultrapassada pela percepção da complexidade de qualquer fenómeno, social ou natural. Proceder simplesmente por generalização é negligenciar o carácter particular, único dos fenómenos sociais, ou seja, a sua historicidade. A complexidade do mundo social não se compadece com a mera obsessão da produção de dados susceptíveis de sobre eles fazer recair uma análise estatística. Esta produção industrial de dados, através de técnicas impessoais crescentemente sofisticadas e informatizadas, acompanhados de uma interpretação mínima e rudimentar, porque percebida como ameaça à objectividade, é o que caracteriza, segundo Kaufmann, o presente da sociologia, imersa nas questões sociais e descurando as sociológicas. A construção teórica vem, segundo ele, perdendo terreno a favor do metodologismo, ou seja, a «obsessão do método pelo método», quando «o objectivo principal do método é a construção de teoria», e esta enraiza-se no terreno. Assiste-se ao que considera um paradoxo: procedimentos de cunho positivista, num ambiente académico de contestação do positivismo³⁹.

Esta contestação assenta numa mudança na perspectivação, e logo na postura, do investigador, que, de observador e descritor imparcial do real ‘objectivo’, correspondendo este ao conhecimento produzido, passa a produtor de conhecimento, forjado na interacção com o real objecto do estudo, por sua vez construído pelo investigador e por toda a produção ‘científica’ que o precedeu. O regime é sempre, pois, o da co-produção – com o objecto do estudo e com a comunidade científica, através da literatura produzida sobre o assunto, por um lado; e por outro, com o meio social mais alargado onde se move, que lhe suscita os interesses e lhe fornece as referências.

Na perspectiva oposta à positivista, a do pós-moderno Steinar Kvale, que rejeita radicalmente a possibilidade de o investigador aceder a qualquer conhecimento ‘objectivo’ do mundo cultural do entrevistado independente do investigador e do contexto interaccional da

³⁹ *Op. cit.*, pp. 9-14.

entrevista; pretendê-lo seria ingénuo e seria partir de uma falsa concepção reificada dos conteúdos desse mundo, que não têm uma dimensão fixa, imutável e descontextualizada. A realidade é a situação de interacção na qual é produzido conhecimento. Esta postura radical tem como corolário o reconhecimento de uma igual pertinência e qualidade a todas as variações sobre a interpretação de um mesmo fenómeno. Debruçando-se concretamente sobre a técnica da entrevista qualitativa, Kvale usa as metáforas do entrevistador como mineiro – extraíndo dados ‘objectivos’ para serem quantificados – e do entrevistador como viajante – aberto à novidade e à diversidade –, fazendo-as corresponder a duas concepções divergentes do conhecimento e a duas abordagens diferentes do mundo social: de um lado, a perspectiva positivista das ciências sociais, que, seguindo o modelo das ciências naturais, na sua busca de dados objectivos quantificáveis, com a previsão e controle do comportamento dos outros como objectivo, entende o universo humano, logo o universo social, como matematicamente ordenado; do outro lado, a perspectiva pós-moderna da natureza construída da realidade, privilegiando a contextualização histórica e social da actividade humana⁴⁰.

Não pensamos, como Kvale, que (através da entrevista, como de outras técnicas de investigação) não se possa aceder a qualquer sistema de sentido, porque este não existe a não ser como construção situacionalmente determinada entre o investigador e o sujeito objecto da investigação. Aceitar isto seria também aceitar a radical impossibilidade de aceder a qualquer fenómeno cultural exterior ao investigador, até porque esse fenómeno não existiria sem (a sua co-produção pelo) o investigador. O que não rejeitamos é o carácter construído do conhecimento e a parcial determinação do investigador pelas suas circunstâncias. Consideramos que, conquanto constituído de senso comum e de formas pré-concebidas de pensar e actuar, pela sua suposta preparação ‘científica’ (também ela sócio-cultural e politicamente construída, naturalmente), o investigador detém mais instrumentos que o habilitam à auto-reflexividade (parcialmente) superadora das suas subjectividades, no que estas podem constituir de limitações (porque também constituem potencialidades) à investigação.

Quer quando procuramos apreender as significações, quer quando nos interessam as disposições estruturais, que, aliás, participam da construção das significações, tal como estas orientam as práticas que as enformam, revelamo-nos mais capacitados – pelos instrumentos teóricos de que nos fomos habilitando – do que estávamos antes de os obter e do que está o indivíduo estranho ao corpo de conhecimentos e às práticas do meio ‘científico’. É na, e para a, procura dos sistemas de sentido que configuram as práticas e são por elas reconfigurados, é na procura de captação do cultural, do social, do económico, do político e de todas as dimensões entendidas como relevantes que acompanham as motivações e a acção quotidiana dos agentes individuais e grupais, é por essa procura que se identifica o investigador e é pela preparação para definir estratégias para a prossecução desse projecto que ele está mais habilitado do que quem não possui essa preparação nem essa disposição de busca. Permanecendo condicionado pelo ‘meio’, ele procura aproveitar os recursos que este lhe

⁴⁰ Steiner Kvale, *InterViews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing*, Thousand Oaks/Londres/Nova Deli, Sage Publications, 1996, p. 11.

oferece, mas projecta igualmente contornar os limites que a sua inclusão num dado meio pode constituir ao pretendido distanciamento. Trata-se de identificar o social como impregnado de singularidades e de identificar o singular como condicionado pelo social. Não se trata de ignorar nem de escamotear as continuidades culturais do investigador face ao seu meio social, mas de estimular a descentração face a esse meio.

2.2. Definição das estratégias de pesquisa

Definida a orientação, passemos, então, à descrição do itinerário percorrido. A obra literária de Henrique Teixeira de Sousa, uma primeira viagem exploratória à ilha, motivada pela sua leitura, há já vários anos, as conversas informais com ilhéus e a bibliografia que fomos acompanhando sobre a raça e a sua articulação com outras dimensões relevantes no processo de posicionamento social dos indivíduos e dos grupos, constituíram os principais procedimentos exploratórios que forneceram os materiais básicos para o primeiro esboço da definição do objecto da pesquisa. A revisão da literatura teórica sobre as temáticas desenvolvidas foi promovendo a desejada consolidação conceptual. A pesquisa bibliográfica não incidiu somente sobre o contexto cabo-verdiano; os estudos sobre configurações sócio-históricas afins, como sejam as centro e sul-americanas, algumas das quais partilhando um processo semelhante de implantação geográfica e as mesmas estruturas racializadas de dominação em contexto colonial, permitiram-nos alguma perspectiva comparada dos fenómenos abordados. A interactividade que caracterizou as etapas seguintes da investigação – pesquisa documental e entrevistas a informantes qualificados – foi fornecendo pistas para a definição e reformulação da problemática.

A reflexão sobre os procedimentos metodológicos releva quer das perspectivas de análise e das diferentes tradições em ciências sociais quer da problemática teórica. O método não será mais que uma «teoria processual»⁴¹, virada para as práticas de pesquisa. Todo o dispositivo metodológico de que damos conta tendeu a fazer convergir, contrapor e estabelecer relações entre os dados obtidos através de diferentes técnicas. Estas foram seleccionadas de acordo com as suas capacidades comparadas (e os seus limites) de produção de informação. Foi nesse potencial face à problematização que residiu o critério de validação dos dois instrumentos de maior peso na economia da metodologia da investigação – a pesquisa documental e a entrevista a informantes qualificados.

Mas a problematização teórica também não é uma construção asséptica e anódina; ela não é alheia a considerações ideológicas e, nessa medida, a metodologia prosseguida nunca é inocente⁴². Bourdieu distingue entre *neutralidade axiológica* e *neutralidade metodológica*, alertando para o facto de o discurso sobre a primeira ofuscar a necessidade do debate sobre a segunda, sob risco de se actualizarem, sob novas roupagens, as mesmas velhas ilusões

⁴¹ Boaventura de Sousa Santos, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 3ª ed., 1993, pp. 80-81.

⁴² François Furet, *A Oficina da História*, Lisboa, Gradiva, s.d., p. 105.

positivistas. Os procedimentos que constituem a investigação não são epistemologicamente neutros, não passando, eles próprios, de «teorias em acto»⁴³.

A pesquisa documental

Fontes escritas

A génese dos processos sociais raramente se inscreve num momento preciso; as tendências que a prenunciam recuam, frequentemente, aos anos, décadas ou mesmo séculos que precedem a visibilidade desses processos. A relação colonial em geral e a escravatura em particular foram determinantes nos processos geradores das hierarquias cromo-rácicas que a colonização europeia moderna instituiu. Dada esta visão integrada da raça e dos sistemas de relações raciais, tem toda a pertinência procurar as condições de emergência e de reprodução do modelo de relações racializado desenvolvido na ilha do Fogo, que sobreviveu até há pouco mais de meio século.

Fizemos, assim, uma incursão – que não é meramente descritiva, mas que se pretende interpretativa e explicativa – pela sociogénese e a evolução dos dois grandes grupos humanos em presença, nos primeiros e determinantes séculos da colonização do arquipélago. Consultámos fontes manuscritas inéditas do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde e fontes impressas, editadas em colectâneas, como as organizadas por António Brásio (*Monumenta Missionaria Africana* – doravante, *MMA*) e pelo grupo de investigadores portugueses e cabo-verdianos que compilou dois volumes de um *Corpo Documental* (doravante, *HGCB-CD*), suporte do seu projecto de redacção de uma *História Geral de Cabo Verde* (doravante, *HGCB*), que vai no terceiro volume de publicação. As fontes que utilizámos para os séculos XVII e XVIII foram sobretudo as anotadas e publicadas por António Carreira (*Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*) por João da Silva Feijó e *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné” (Séculos XVII e XVIII)*). Para os séculos XIX e XX, a natureza das fontes disponíveis é bem mais heteróclita. Para além de *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas no Ultramar, Livro I – Das Ilhas de Cabo Verde e suas Dependências*, de José Joaquim Lopes de Lima, de *Corografia Cabo-verdiana ou descrição geo-histórica da província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, de José Carlos de Chelmicki e Francisco Adolfo de Varnhagen, e de *Subsídios para o conhecimento das ilhas de Cabo Verde. Resultados de uma viagem de estudo no verão de 1912*, de Immanuel Friedlaender, há uma grande diversidade de publicações, grande parte das quais periódicas, repletas de informações sobre o Oitocentos e o Novecentos cabo-verdiano.

A orientação predominantemente qualitativa requerida pelo nosso objecto de estudo não obsteu a que utilizássemos os dados estatísticos disponíveis, mormente as estatísticas económicas e sociais oficiais, incontornáveis para a percepção dos condicionalismos

⁴³ Pierre Bourdieu et al., *Le métier de sociologue*, Paris, Mouton Éditeur, 4ª ed., 1983, p. 61.

estruturais das interações sócio-raciais. As estatísticas demográficas, se bem que usadas com as reservas que justificaremos, revelaram-se especialmente importantes, porque constituem, a par de relatos de viajantes, de homens de ciência deslocados em missão ao arquipélago e de oficiais régios, os únicos instrumentos de aproximação à quantificação da população por categorias racializadas. As fontes utilizadas foram o *Boletim Oficial de Cabo Verde* (doravante, simplesmente *BO*), os Anuários Estatísticos da Província de Cabo Verde, os Recenseamentos Gerais da População, os relatórios dos governadores (para o terceiro quartel do século XIX) e o Boletim Trimestral de Estatística de Cabo Verde.

As estatísticas demográficas, ainda que tendo origem nos órgãos do Estado e mesmo quando se reportam aos mesmos anos, apresentam, por vezes, valores díspares, sobretudo as duas primeiras fontes mencionadas. Mesmo os dados censuários, que constituem as principais fontes de informação estatística da população, devem ser lidos apenas como aproximações aos quantitativos populacionais por raças. Vários factores explicam o seu carácter meramente aproximativo: a fórmula utilizada nos censos para classificar racialmente os indivíduos era a divisão num número variável de categorias (em 1940, eram cinco, em 1950, foram apenas três, por exemplo); os agentes recenseadores obedeciam frequentemente a diferentes critérios na categorização racial da população, privilegiando umas vezes o fenótipo, outras a ascendência; e sobretudo, em populações como a cabo-verdiana, com índices de mestiçagem tão elevados, são inúmeros os casos em que as fronteiras fenotípicas são pouco notórias e em que dependia simplesmente do arbítrio do censor a inclusão numa ou noutra categorias. Contudo, apesar das limitações apontadas, os censos revelam-se instrumentos estatísticos preciosos, na medida em que são poucas as outras fontes de que dispomos para estabelecer ordens de grandeza da composição racial da ilha e do arquipélago.

O Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (doravante, AHN) contém a maior parte das fontes documentais oficiais escritas referentes aos séculos XIX e XX. Do seu acervo, destacam-se os fundos arquivísticos da Secretaria Geral do Governo (doravante, SGG) e da Repartição Provincial dos Serviços da Administração Civil (doravante, RPSAC). A Secretaria-Geral do Governo era o organismo onde estavam centralizados os serviços administrativos da Província/Colónia e para o qual era endereçada toda a correspondência dos municípios, até 1926, ano em que foi extinta e substituída pela Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil, que se manteve até à independência política do arquipélago⁴⁴. Estes organismos tinham vastíssimas atribuições administrativas, políticas e económicas – tudo o que era levado à apreciação do governador passava previamente pelo chefe dos Serviços da Administração Civil –, o que explica que os seus fundos documentais, que versam os mais díspares assuntos e actividades (das estatísticas oficiais, aos tribunais e às alfândegas, passando pelas publicações oficiais, pelo ensino, pelo registo civil⁴⁵ e pelas questões

⁴⁴ Cláudia Correia, «Historial» do *Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (1907-1979)*, Praia, Instituto do Arquivo Histórico Nacional, 2004.

⁴⁵ Do *Repertório Numérico Simples do Fundo da Secretaria Geral do Governo* referente aos Livros de Registos – 1647-1954, fazem parte os livros dos registos paroquiais de nascimento, baptismo, casamento e óbito.

relacionadas com o culto, entre outros), tenham constituído imprescindíveis instrumentos de pesquisa.

Especialmente as cópias das sessões da Câmara Municipal, que eram remetidas ao chefe da Repartição Central dos Serviços de administração Civil, na Praia, e toda a correspondência camarária com a capital da província – notas, ofícios, informações, requerimentos – retiveram-nos várias semanas no AHN, divididas por duas estadias, a primeira na Primavera de 2008, a segunda, no Inverno de 2010. Esta documentação constituiu a principal fonte de informação sobre a vida económica da ilha, o espaço urbano da cidade de São Filipe e, especialmente, a composição social das vereações. A consulta das actas das sessões camarárias, em que se identificavam todos os presentes, permitiu-nos, através do registo dos apelidos, traçar o perfil social, económico e racial dos que compunham a administração municipal no período que estudamos e nos quartéis de século antecedente e sucedâneo, e avaliar a evolução dessa composição. A recolha desta informação empírica foi determinante, na medida em que as alterações na composição social dos órgãos concelhios constituem importantes indicadores da mudança operada na distribuição das posições sociais. As listas de eleitores e de eleitos e as actas das votações para os órgãos camarários informam-nos não apenas sobre o processo de eleição dos vogais da Câmara, como também sobre as idades, o estado civil e as ocupações profissionais dos eleitores.

Acompanhámos os processos individuais dos funcionários públicos, através das respectivas folhas de serviço, que, para além de nos permitirem acompanhar os seus percursos no funcionalismo, ver como transitavam de um para outro cargo público, as promoções e as exonerações, nos fornecem frequentemente alguns dados biográficos importantes, como as habilitações possuídas (e muitas vezes, o local onde foram obtidas), o estado civil, o número de filhos, incluindo os nascidos fora do quadro do casamento e posteriormente legitimados. Por vezes, obtemos informação sobre o estatuto social das mães destes filhos, que surgem frequentemente designadas como «trabalhadora» ou «proprietária».

Por sua vez, a averba das censuras públicas aos diversos funcionários civis da Província e os registos da correspondência confidencial indicam os processos disciplinares instaurados a alguns funcionários, e sobretudo as suas causas, que nem sempre estavam associadas senão formalmente ao desempenho propriamente profissional do funcionário. Estes registos constituíram, por exemplo, uma fonte preciosa de informação sobre a oposição interna ao Estado Novo. A correspondência confidencial dá-nos também conta das relações dos órgãos concelhios e da oligarquia local com o poder provincial sediado na Praia.

Para acompanharmos o percurso dos funcionários da administração, as cartas, portarias e ordens expedidas pelo Governo Geral às várias autoridades insulares, no século XIX, servimo-nos dos *Boletins Oficiais*, das actas das sessões camarárias e sobretudo dos Livros de Patentes Régias e Portarias de nomeação, que fazem parte do repertório da SGG.

Os relatórios anuais dos governadores sobre os territórios sob sua governação passaram a ser obrigatórios, a partir de 1836. Nem sempre foi cumprida esta determinação, mas foi-o bastas vezes, e estes relatórios constituem fonte importante de informações sobre a

situação económica, política, administrativa da ilha e do arquipélago e ainda sobre a sua ecologia. O mesmo se pode dizer dos relatórios dos administradores do concelho e de outros funcionários destacados para a ilha, em determinada missão, como, por exemplo, a do cirurgião-mor da Província que, tendo sido incumbido, em meados do século XIX, de relatar a evolução da epidemia de *cholera morbus* na ilha, nos fornece indicadores de natureza sócio-económica e demográfica nem sempre contemplados pelos relatórios dos governadores. A parte não oficial destes relatórios é também muito interessante, pelo que revela das disputas pelo poder concelhio no interior do segmento *branco* da população e pelo que nos diz das formas do exercício desse poder. Os diários de serviço das administrações concelhias, mensais, constituem uma fonte de informação preciosa sobre os diversos assuntos e áreas de actividade sobre os quais se fixava o expediente dos administradores – a agricultura e o comércio, a gestão da água, as queixas dos habitantes do concelho, a manutenção da segurança pública, a prestação de informações sobre as escolas existentes no município, o número de alunos matriculados, por sexo e idade – e sobre todas as principais ocorrências no quotidiano do município, mormente para a década de quarenta, altura em que passam a ser mais descritivas.

A consulta dos vários actos notariais registados nos *Livros de notas* ou *Livros de notas e contratos*, existentes na Conservatória dos Registos e Notariado de São Filipe informa-nos sobre quem comprou e quem vendeu propriedades, quem pediu e quem emprestou dinheiro (quando os empréstimos eram escriturados, naturalmente), sobre a constituição de sociedades agrícolas e comerciais e de associações. Destes livros constam ainda registos de testamentos e escrituras pré-nupciais de separação de bens, celebradas especialmente entre nubentes com volumes de riqueza material, sobretudo fundiária, desiguais. Estes elementos permitem-nos acompanhar as pertenças familiares e sócio-raciais dos protagonistas destes actos, analisando a sua evolução ao longo da primeira meia centúria do século XX.

Os livros de registo de nascimentos, casamentos e perfilhações, tal como os livros paroquiais de assentos de baptismos, casamentos e óbitos, constantes uns da Conservatória dos Registos e Notariado de São Filipe, outros do Arquivo Nacional de Cabo Verde, forneceram-nos dados sobre as filiações, as datas (muitas vezes apenas aproximadas) e os locais em que os nascimentos e os óbitos ocorreram, e, pela informação dos padrinhos dos baptizando e nubentes, sobre a rede de relações das várias famílias que compunham a elite social local, por um lado, e sobre as relações entre estas famílias e as *não-brancas* emergentes. Permitiram-nos ainda cruzar essas informações com as das genealogias das famílias ‘tradicionais’ de São Filipe, publicadas em livro ou disponibilizadas na Rede. Os registos do bilhete de identidade dos funcionários públicos ajudaram-se igualmente a confirmar datas de nascimento, filiações e, porque contêm fotografias, fenótipos e supostas pertenças raciais.

Acedemos à documentação dos Serviços de Fazenda e Contabilidade do Fogo, de que destacamos, pela carga informativa, os inventários por morte, que nos permitiram fazer a reconstituição dos patrimónios familiares e avaliar a extensão e importância das propriedades,

o volume total dos bens rolados (que, para além dos bens de raiz, se descriminavam noutras categorias – semoventes, mobiliário, jóias, dinheiro, e outros). Os mapas de partilhas que constam nos autos de liquidação do imposto sucessório, revelam-nos quem eram os herdeiros e os legatários dos bens deixados por morte, informando-nos da presença ou ausência entre eles dos filhos nascidos fora do casamento.

Não pudemos, infelizmente, consultar directamente os processos relacionados com demandas judiciais de reconhecimento de ascendência paterna e consequente direito a herdar; uma inundação ocorrida no recinto do Tribunal da Comarca do Fogo, onde os processos estavam arquivados, destruiu os respeitantes à época em estudo. Porém, tivemos conhecimento por via indirecta de alguns, através dos actos notariais em que foram transcritos os autos desses processos.

O Boletim Oficial da Província, para além das listas estatísticas da população, dos registos dos volumes de mercadorias entradas e saídas na ilha, do trânsito marítimo inter-ilhas e destas com a metrópole e com outras origens e destinos de comércio, das portarias indicando nomeações, transferências, demissões e suspensões dos funcionários e a legislação aplicada no arquipélago, possuía uma rubrica («Notícias das Ilhas») destinada a informações de carácter diversificado sobre os concelhos e publicitava ainda as vendas em hasta pública das propriedades hipotecadas e confiscadas por insolvência dos proprietários. Estes dados permitiram confirmar o declínio da posição de classe de um crescente número de *brancos* que, a partir do primeiro quartel do século XX, se viram forçados a desfazer-se dos seus imóveis rurais e urbanos.

Outra importante fonte de informação sobre a degradação da situação económica dos terratenentes e comerciantes *brancos* de São Filipe foi o espólio do Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos (doravante, AHCGD). O acervo do Arquivo referente às ilhas do Fogo e de Santiago compõem-se, entre outros documentos, dos cadastros de clientes da filial da Praia do Banco Nacional Ultramarino – muitos dos quais elementos das famílias *brancas* do Fogo –, das informações prestadas pelos correspondentes sobre a situação económica dos proprietários – para concessão ou alargamento de crédito –, das acções movidas pelo Banco por incumprimento das condições do empréstimo e da publicitação das vendas em hasta pública dos imóveis hipotecados. Até uma carta escrita a Salazar, por um seu opositor de São Filipe, encontrámos no AHCGD (vd. anexo V, p. 611).

Pelo cruzamento de informação, todos estes documentos de entidades públicas nos permitiram ainda controlar os acontecimentos e as datas mencionados nas entrevistas.

Sendo a percepção dos lugares nos espaços de relações da ilha definida quase exclusivamente pelo nascimento, e constituindo este o critério de inclusão no grupo *branco*, seguir as filiações familiares no interior deste grupo revelou-se uma necessidade quotidiana durante toda a pesquisa. Esta tarefa foi facilitada pela existência de listas genealógicas, na sua maior parte elaboradas por elementos das famílias contempladas, algumas publicadas (em suporte de papel ou em formato electrónico), outras não, algumas terminadas, outras ainda em gestação. A integração dos sujeitos nos universos do parentesco em que se inscreviam

permitiu-nos elaborar explicações mais contextualizadas sobre os complexos processos sociais que se precipitaram no segundo quartel do século passado.

Em certa medida, a genealogia continua a estruturar a reprodução da identidade grupal dos *brancos* fogueiros. Muitos informantes revelaram verdadeiro prazer e notável facilidade a rememorar os nomes dos antepassados, muitas vezes até ao reinol fundador dos ramos locais. Sentirem-se parte de uma linhagem, mesmo que nenhum membro se tenha destacado por nenhum facto, a não ser, claro, o ter existido enquadrado pelos apelidos de família, constitui uma parte importante dos seus processos identitários. Talvez a discrepância de poder e estatuto entre os tempos passados que a memória seleccionou para registar e o presente em que, distantes da ilha onde essa ascendência fora significativa, se diluem nas classes médias do Portugal ex-metropolitano, explique, em parte, esta omnipresença da genealogia no discurso dos *brancos* do Fogo.

Conquanto preciosíssimos auxiliares de pesquisa, a análise destas listas genealógicas revelou-se, por vezes, difícil, não tanto pelas incongruências de alguns dados entre elas (resolvidos fácil, mas demoradamente, pelo cruzamento das listas e pela confrontação com os dados dos livros de registos de nascimento e casamento, de que dispõe o AHN), mas mais pela repetição dos nomes, sobretudo dos masculinos, e pela diversidade de conjugação de apelidos no interior de um mesmo segmento familiar.

Sobre as famílias *brancas* do Fogo, mesmo excluindo estes acervos familiares, deparamo-nos com muitas outras fontes de registos escritos e de vestígios materiais. Encontram-se múltiplas referências nos arquivos, quer nos dos registos paroquiais/civis, porque oficializavam as uniões e baptizavam a descendência, quer nos notariais e prediais, porque eram sobretudo elas quem detinha as propriedades móveis e imóveis. A sobre-representação do grupo dominante passa também pelas publicações oficiais, como o *BO*, onde vemos os seus elementos circularem pelo funcionalismo, requerer autorização para instalar electricidade ou telefone nas respectivas residências, onde sabemos das suas deslocações à metrópole ou a outros destinos, quando partem em licença de férias, onde se publicam editais sobre o património deixado por parentes ou sobre o anúncio do confisco e leilão das suas propriedades. Também nas actas das reuniões camarárias, pelo menos até quase meados do século XX, é sobretudo com os apelidos das famílias *brancas* que deparamos. Numa outra fonte importante de informação, a dos registos de viagens de metropolitanos e estrangeiros à ilha, até ao final do primeiro quartel do século XX, praticamente só a elite *branca* é referenciada, já que é ela a hospedeira e anfitriã dos dignitários e viajantes. Também nos jornais insulares, são os seus casamentos, nascimentos e conclusões de cursos universitários que são noticiados, tal como são os seus artigos que são publicados.

Para além das fontes escritas oficiais, dos periódicos e das genealogias, dispusemos também de registos escritos por fogueiros ou indivíduos que residiram longos períodos na ilha, nas cinco décadas abrangidas pelo estudo; contêm informes sobre a elite local, sobre o posicionamento relativo dos diferentes estratos sociais e a forma como a raça estruturava a respectiva relação, ou ainda sobre as várias fases identificáveis no conteúdo destas relações

ao longo da primeira metade do século XX. Um informante facultou-nos as memórias escritas do pai, em que este, entre as revelações de cariz mais auto-biográfico, onde se identificam os estilos de vida compartilhados pelo grupo a que pertencia (o das famílias da elite *branca*), discorre sobre o sistema social insular de que fez parte, e concretamente sobre a natureza das relações entre *brancos* e *não-brancos*⁴⁶. Também uma obra publicada por um bravense que viveu na ilha do Fogo alude a estas relações e ao contexto cultural em que se desenrolavam⁴⁷. Encontram-se igualmente várias referências a determinados aspectos das relações raciais na ilha em documentos pessoais e em textos publicados por funcionários ou outros indivíduos que se deslocavam à ilha. No caso destas últimas, trata-se, porém, de comentários esporádicos baseados em observações rápidas e naturalmente superficiais.

A produção de índole sociológica e a narrativa, mormente a trilogia⁴⁸, de Henrique Teixeira de Sousa, constituem importantes fontes escritas – primárias e secundárias, porquanto o autor começou a escrever sobre o assunto na década de quarenta e continuou a fazê-lo, já muito depois de deixar o Fogo, de onde era natural e onde viveu durante a infância, parte da adolescência e vários anos da vida adulta –, publicadas sobre a importância determinante da raça no posicionamento social dos indivíduos e dos grupos na ilha.

A trilogia constitui uma apresentação romanceada de um esquema interpretativo das dinâmicas sociais da ilha do Fogo. Encontramo-nos face a um espaço geográfico e social indissociável da vivência do autor, mormente em *Ilhéu de contenda*. Muitos dos episódios narrados na trilogia são tributários da experiência e observação do autor. A esta trilogia, concretamente aos seus dois primeiros volumes, aqueles cuja acção decorre no meio século abrangido pelo nosso estudo, concedemos um estatuto intermédio entre o de informante (na medida em que a morte inesperada, por acidente, do autor, impediu que o entrevistássemos) e o de ensaio.

Apesar de o texto de um romance ser «sempre um texto biográfico, quaisquer que sejam as aparências concretas»⁴⁹, esse carácter biográfico, tal como a intenção ensaística do autor são especialmente evidentes na trilogia⁵⁰: (1) pelo facto de o discurso das personagens mais marcadamente ‘tipo’ – e são-no quase todas –, estar densamente (sobre)carregado de enunciados avaliativos representativos do segmento social a que essas personagens pertencem; (2) pelas correspondências óbvias entre algumas das principais personagens e os indivíduos reais que as enformaram; pela fraca complexidade psicológica da maior parte das personagens; (3) pela descrição frequentemente pouco ficcionada de factos marcantes ocorridos na ilha, mormente em São Filipe; (4) pela continuidade cronológica dos três volumes, que denota a intenção do autor em apresentar a sua representação do tecido social da sua ilha

⁴⁶ Somente o primeiro capítulo da auto-biografia de Abílio Monteiro de Macedo, «Infância», se encontra publicado (*Magma*, nº 3, ano II, 1989, pp. 11-17, e nº 4, ano II, 1989, pp. 18-24). Acedemos ao original, por cedência do único filho vivo do autor.

⁴⁷ Américo C. Araújo, *Little Known: The European Side of Cape Verde Islands*, New Bedford, 2000.

⁴⁸ Referimo-nos a *Na ribeira de Deus*, *Ilhéu de contenda* e *Xaguate*, focando-se, o primeiro, no primeiro quartel do século XX; o segundo, na transição da primeira para a segunda metade do século; e o terceiro, no Cabo Verde pós-independência política.

⁴⁹ Julia Kristeva, *O texto do romance*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 17.

⁵⁰ O próprio autor situa a sua obra dentro de um «esquema sociológico», como revela em entrevista a João Lopes Filho, em 1983. Cf. *Vozes da Cultura Cabo-Verdiana: Cabo Verde visto por cabo-verdianos*, Lisboa, Ulmeiro, 1ª ed., 1998, p. 166.

natal sob uma perspectiva diacrónica, revelando as transformações registadas nas relações intergrupais, ao longo do passado século. Trata-se de uma reconstrução, como o são todas as reconstituições sociais, em que a representação do passado está profundamente vinculada à sua visão do presente. Daí que tenhamos abordado quer a obra quer a biografia do autor de forma problematizadora.

Fontes iconográficas e outros elementos da cultura material

As imagens fotográficas e outros vestígios de natureza material não tiveram uma função meramente ilustrativa do texto. Não sendo o seu potencial heurístico inferior ao das fontes escritas e orais, eles participaram com o mesmo estatuto na construção do texto. Quer as fontes escritas quer as iconográficas revelam-se muito mais disponíveis acerca dos grupos dominantes que acerca dos dominados. Sendo os primeiros os que tiveram acesso à escrita e a outros elementos de registo, como fotografias e pinturas, todo um manancial de documentos testemunha as suas práticas quotidianas e elementos da vida material, ao contrário dos outros grupos, que deles não dispuseram ou só dispuseram de forma rudimentar e associada à luta quotidiana pela sobrevivência. Daí que as fontes sejam sobretudo orais quando se trata de estudar estes últimos (a que se somam os números frios das estatísticas, quando existem). Ainda assim, e procurando escapar ao que parece ser a «general tendency in academic research to presume that the ordinary keep no records and therefore is no need even to look for them»⁵¹, procurámos elementos materiais que testemunhassem a vida quotidiana não apenas da elite *branca*, mas igualmente dos *não-brancos*. Quanto a estes, deparámo-nos com duas situações distintas, marcadas sobretudo por diferenças de classe: os outrora (quase) absolutamente desapossados, vivendo no limiar da sobrevivência, e os seus descendentes, por um lado; e os que, em São Filipe, ocupavam os lugares inferiores do funcionalismo público, ou que eram os prestadores de serviços exigindo alguma especialização, ou ainda alguns proprietários fundiários e comerciantes, por outro. Enquanto estes, à semelhança dos *brancos*, dispõem de inscrições que perpetuam a memória familiar, os primeiros recordam também muito intensamente, mas apenas as *crises* e a precaridade da subsistência. Dos antepassados, recordam os pais e, por vezes com dificuldade, os avós.

Sendo Cabo Verde, porém, um arquipélago de condições ecoclimáticas próximas das do deserto (e sofrendo-lhe a influência), continuamente assolado por crises famíneas até à segunda metade do século passado, em que as vítimas procuravam adiar a morte, desfazendo-se de tudo o que fosse cambiável por comida – incluindo as portas e as janelas das casas (daquelas que ainda as possuíam, porque muitas vezes tinham sido já retiradas aquando das *crises* anteriores), muito pouco restará da materialidade da vida quotidiana dos *não-brancos*, que constituíam o grosso da população. Eles são por vezes mais os descendentes das *crises*, face às quais todo um património de sofrimento herdado é

⁵¹ John Stanfield II, «In the Archives», in John Stanfield II & Rutledge Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity in Research Methods*, Newbury Park/Londres/Nova Deli, Sage Publications, 1993, p. 275.

recorrentemente rememorado, que propriamente os filhos ou os netos de pessoas do qual pouca ou nenhuma memória possuem.

Como registar na memória os antepassados, mesmo que apenas os progenitores, se com eles pouco se privou, por não terem sobrevivido à *crise* de princípios de Quarenta, e sem se possuir auxiliares, como fotografias ou outros legados materiais, que actualizem a sua memória? Por vezes, a desmemoriação intencional pode também ocorrer, sobretudo quando as condições materiais de existência ou o posicionamento social actuais se afastam consideravelmente desse tempo passado de subsistências sempre contingentes, de que se herdou pouco mais que a memória da inanição. Colmatando parcialmente estas lacunas, alguns vestígios etnográficos, como utensílios de trabalho e recipientes onde se confeccionavam as refeições puderam ser observados nos dois pequenos, mas bem organizados, núcleos museológicos, um privado, outro estatal, da cidade de São Filipe, respectivamente, Casa da Memória e Museu Municipal.

Para entender o teor das relações intergrupais e perceber a importância da raça na estruturação dessas relações, revelou-se necessário articular as formas culturais e a evolução sócio-económica e política do grupo dominante, já que era ele que estabelecia os conteúdos das categorias *branco* e *não-branco* e fazia a distribuição dos indivíduos por essas duas categorias. A cultura escrita da elite *branca* reforça-lhe os laços com o passado, muitas vezes, o único a prover-lhes uma identidade social positiva e a conceder-lhes resquícios da posição de *status* perdida. A sua herança é fundamentalmente a memória de um passado glorioso, independentemente da equivalência entre a glória efectiva dos tempos passados e a glória do passado que reconstroem. Dispõem de algumas memórias escritas, já que os seus elementos eram alfabetizados, mas sobretudo de outros legados materiais, como fotografias, terras (os que as conseguiram herdar, porque muitas destas famílias tiveram de se desfazer delas), jóias de família, objectos de culto, livros, móveis, baixelas, para actualizarem esta relação com o passado.

Também a oralidade era e é muito marcada no seio das famílias *brancas* do Fogo – como na das elites de outros contextos. A narração de eventos passados, das ocasiões festivas, das viagens, faz parte da socialização infantil e juvenil da descendência e alimenta os momentos do convívio familiar durante a vida adulta. Esta é a memória do passado que se alimenta continuamente. A outra, que também muitos a têm, a das dívidas e perdas de propriedades, a das humilhações por vezes sofridas – a mudança acentuada das posições de classe e *status* constitui geralmente, só por si, uma humilhação – esta memória, este passado, omite-se frequentemente perante os outros.

Nos arquivos fotográficos particulares, privilegiámos as fotografias de época: retratos individuais ou fotografias do grupo familiar – em contexto de estúdio fotográfico, onde a pose e a indumentária constituíam acontecimentos cuidadosamente preparados com antecedência, ou em contextos de exterior (em recepções oficiais a dignitários, em demonstrações desportivas, em festas locais, em casamentos, em piqueniques ou noutros momentos de convívio). Estes acervos particulares raramente estão organizados de forma sistemática, com excepção dos de

um ou outro inquirido. Mas mesmo permanecendo várias personagens retratadas por identificar com segurança, dado o estado deteriorado de algumas das fotografias ou o estado ilegível das inscrições no seu verso, estas fontes iconográficas contêm um potencial informativo valioso. Toda a diversidade de situações que fixaram no tempo nos permitiu identificar o edificado urbano e muitos outros consumos materiais e simbólicos dos grupos, tal como contribuiu para situar a época da transição da configuração das relações raciais, quando os *não-brancos* abastados e/ou instruídos começam, paulatinamente, a penetrar nas redes de convívio dos *brancos*.

Para além das fotografias coetâneas que reproduzimos, e das quais damos parcialmente conta no anexo fotográfico que incluímos no final do trabalho, e para o qual remetemos frequentemente no corpo do texto, fotografámos e filmámos tudo o que nos pareceu que pudesse colmatar as lacunas do acervo coetâneo, que se prendem sobretudo com os interiores domésticos e, no caso dos *brancos* ou dos *não-brancos* abastados, as propriedades do interior. Foi assim que solicitámos várias vezes autorização para fotografar as balaustradas dos pátios interiores de alguns sobrados (dos poucos que ainda possuem as originais, em madeira), os frescos de algumas paredes, o mobiliário, os acessórios decorativos e as baixelas monogramadas herdadas, tal como peças usadas em actos litúrgicos nas capelas familiares ou outros objectos de devoção religiosa, recordações materiais de casamentos ou de graduações universitárias de antepassados, ou ainda objectos testemunhando a ligação a organizações como a Maçonaria.

Outra fonte importante de dados sobre os sistemas de diferenciação social numa cidade é sua a geografia residencial. Tal como a de outras cidades, a organização social do espaço urbano de São Filipe informa-nos sobre os sistemas assimétricos de relações da colectividade. Pareceu-nos, por isso, importante cartografar as residências do núcleo central da vila/cidade, para o que utilizámos a descrição do edificado urbano publicada por Miguel Alves⁵² e o cruzamento da informação das entrevistas. Sabendo dos laços entre os comportamentos residenciais e a evolução das posições relativas de *brancos* e *não-brancos*, e sendo a localização residencial, ao mesmo tempo, sinal e factor de mobilidade, identificámos as pertenças raciais dos proprietários dos imóveis do centro da cidade (na sua maior parte, sobrados), antes do fim do primeiro quartel do século XX e após essa data, até às décadas de cinquenta e sessenta. A evolução da divisão sócio-racial do espaço urbano revelou-nos as trajectórias ascendentes de vários *não-brancos* e as trajectórias descendentes de vários *brancos*. Muitos de entre estes conservaram os seus prédios na cidade. Porém, o estado de ruína ou de quase ruína em que a maior parte se encontra (e que é de há muito – Orlando Ribeiro já os descrevia assim, em princípios da década de cinquenta) testemunha frequentemente a decadência económica das famílias suas proprietárias. Também o recheio das casas nos informa sobre as funções simbólicas da habitação, a distribuição desigual dos recursos e os diferentes padrões de consumo.

⁵² Cabo Verde, ilha do Fogo. São Filipe, sua evolução até à categoria de cidade: sobrado que sobrou, s.l., Edição do Autor, 1992.

Frequentámos algumas vezes os dois cemitérios da cidade de São Filipe e o de São Lourenço, onde se encontram as lápides com registos mais antigos (o mais recuado que encontrámos, datando do século XVI, é, porém, o do interior da igreja da pequena povoação de São Lourenço). Fizemo-lo, não só porque as inscrições tumulares permitem identificar datas e filiações, mas também pelo que a distribuição e disposição das campas podem indicar das assimetrias das relações sociais que produziram essa distribuição. O espaço urbano de São Filipe foi, como veremos, profundamente marcado pelas relações de dominação dos *brancos* sobre os *não-brancos*. Dominação que foi social, económica, cultural, política, racial, mas também dominação espacial. E os cemitérios, mormente o mais antigo, o Cemitério *di Baxo*, como é localmente designado, testemunham essa dominação, tal como as trajetórias de mobilidade (ascendente e descendente) dos que o ocupam⁵³.

As entrevistas

Pretendíamos estudar as diferentes configurações das relações entre *brancos* e *não-brancos*, ao longo de uma metade de século de acentuadas transformações sócio-económicas, e averiguar se a posicionalidade relativa das raças de pertença interferia, e em que medida, nas representações sobre as relações raciais nesse meio século. Numa investigação desta índole, a semântica teria necessariamente de substituir o empenhamento estatístico. Como medir as dinâmicas internas da discriminação racial e como captar as atribuições de sentido dos que as vivenciaram, sem confrontar as várias memórias das vivências dessas dinâmicas? Só as metodologias qualitativas permitem uma análise aprofundada das práticas, porque só elas permitem atingir os esquemas interpretativos dos sujeitos⁵⁴, inferir os sistemas de valores que orientam as suas acções e os quadros de sentido que as legitimam.

A entrevista de tipo qualitativo revelou-se uma técnica especialmente profícua neste diagnóstico. Ela permitiu-nos apreender os pontos de vista dos que usufruíam os atributos e os privilégios da sua posição de raça – os *brancos* –, e os pontos de vista dos que sofriam de baixa cotação racial na avaliação diferencial das raças – os *não-brancos*. Também para captar

⁵³ Porém, não se tratou de um cemitério de *brancos*, como se afirma nalgum discurso político-mediático. Tratando-se inicialmente de um cemitério familiar, que só posteriormente foi convertido em cemitério público, está maioritariamente ocupado pela família outrora proprietária do espaço onde foi construído (e que o doou ao município). Como todas as famílias da elite *branca* eram aparentadas pela política endogâmica muito restritiva que praticavam, acabamos por encontrar ali todos os apelidos *brancos*. Estes não esgotam, todavia, todo o espaço do pequeno cemitério, encontrando-se aí também sepultados vários *não-brancos* (mormente, mas não exclusivamente, os que, ainda na primeira metade do século XX, traçaram um percurso económico, social e político ascendente. E talvez o facto das muito precárias condições de vida da maioria da população não lhe permitirem senão um enterro muito simples e despojado, sem caixão nem jazigo, justifique parcialmente a desproporção das inscrições tumulares de *brancos* e *não-brancos* no Cemitério de Baixo). Também no Cemitério de Riba (assim chamado por se situar acima do primeiro), construído posteriormente também em terreno doado por uma família do segmento *branco*, se encontram sepultados vários elementos da antiga elite *branca*, ao lado da população *não-branca*.

⁵⁴ Esses «elementos padronizados de reservas de conhecimento aplicados pelos actores na produção da interacção», como os define Giddens, em *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, op. cit., p. 71.

a percepção social das mudanças, as entrevistas e os relatos de vida, assim como os textos escritos por coevos sobre essas transformações, se revelaram as técnicas mais apropriadas.

Quando iniciámos as entrevistas, detínhamos já considerável informação sobre os elementos estruturais sócio-históricos geradores desses sistemas de sentido. Faltava-nos a percepção e a avaliação da importância da raça nos sistemas de relações sociais, o relato dos eventos e das experiências dos entrevistados, a partir do seu próprio ponto de vista. Provavelmente por influência da leitura da trilogia e de outros textos de HTS, e talvez também pelas próprias referências sócio-culturais europeias, que, na sua ânsia classificatória e ordeira, concebem tipologias raciais 'puras', remetendo para a categoria de *mestiço*, *mulato* ou *meia-casta* os indivíduos de filiação racial *mista* (como se se pudessem identificar grupos humanos racialmente *puros*, isentos de cruzamentos abastardadores dessa padronização idealizada), partimos para as entrevistas exploratórias concebendo um esquema tripartido da composição racial da população, em *branco*, *negro* e *mestiço*.

Porém, perante a rara ocorrência da categoria *mestiço* ou *mulato* nos relatos dos inquiridos, depressa se tornou evidente que o sistema de pensamento dos entrevistados considerava somente duas categorias, *branco* e *preto*, subsumindo geralmente a categoria *mestiço* na categoria *preto* – à revelia do que parece ser o modo de classificação sócio-racial predominante na maior parte das outras ilhas do arquipélago, noutras áreas da colonização portuguesa e na própria ex-metrópole, e à semelhança do modelo bipolar de classificação racial dominante dos meios anglo-saxónicos. Este exemplo é especialmente revelador de como os materiais das entrevistas extravasam a função meramente ilustrativa de uma teoria em maior ou menor grau pré-fabricada e alheia, e de como eles participaram activamente da construção do modelo de relações raciais da ilha, a partir mesmo do seu núcleo conceptual central.

Damos ainda outro exemplo ilustrativo da desejável interacção entre reflexão teórica e trabalho empírico e de como as entrevistas fornecem pistas que podem constituir novas possibilidades de análise. Quando iniciámos a pesquisa empírica, sabíamos que os fenómenos relacionados com as assimetrias raciais são fenómenos inscritos na longa duração e que, como outras realidades sócio-culturais, constituem todos integrados, que não devem ser dissecados, isolando um dos níveis, no caso, o racial, sem cuidar das intersecções com os outros níveis (social, económico, político) em que se moldam as identidades raciais. Tínhamos também presente que a divisão categorial entre *brancos*, *mestiços* e *negros* ou simplesmente entre *brancos* e *pretos*, não se afere unicamente por critérios fenotípicos e que as adscrições raciais assentam em critérios que variam consoante as configurações sócio-históricas que as geram. À medida que as entrevistas prosseguiam, foi-se-nos, porém, impondo a articulação com um outro espaço estruturador-estruturado da disposição das raças no espaço social: a família e as práticas linhagísticas do segmento *branco* dominante. Estas práticas e outros padrões de comportamento e referência – como a 'qualidade' do nascimento, decorrentes da (suposta ou real) ascendência aristocrática do grupo dominante – constituíram factores generativos tão importantes dos conteúdos das configurações das relações sociais na ilha,

quanto as características do povoamento inicial – feito por dois grupos humanos social e juridicamente definidos por grandes assimetrias de recursos –, o regime da propriedade e a estruturação do poder.

A diversidade é sempre um recurso e a diversidade de pontos de vista, de maneiras de interpretar os fenómenos, de reconstruir esses fenómenos, de lhes atribuir sentido, é necessariamente enriquecedor de qualquer estudo que se pretenda em profundidade. Daí que os depoimentos dos informantes não devam desempenhar apenas a função de corroboração do previamente intuído ou a confirmação do modelo construído. A abertura a novas pistas explicativas exige da parte do investigador receptividade a possíveis infirmações desse modelo. A entrevista é assim entendida como entre-vista, ou mais propriamente, como entre-vistas, ou seja, entre diferentes modos de ver. É nesta diversidade de perspectivas sobre o mundo que a entrevista permite captar e construir que reside a grande mais-valia da entrevista qualitativa⁵⁵.

Kaufmann, tratando da metodologia da entrevista *compreensiva*, defende uma *grounded theory*, uma teoria fundada nos factos, insistindo no que chama a inversão do modo de construção do objecto, ou seja, um modelo de pesquisa que parte dos dados da pesquisa empírica para a teoria: «le terrain n'est plus une instance de vérification d'une problématique préétablie mais le point de départ de cette problématisation.»⁵⁶

Independentemente das precedências no ponto de partida – constituído pela análise dos materiais de outras fontes documentais (geralmente escritas) e da leitura da bibliografia de referência, ou, pelo contrário, pela análise das entrevistas –, o que nos parece importante é a articulação contínua entre pesquisa empírica e elaboração teórica e a recursividade permanente de cada uma das várias fases da pesquisa⁵⁷: (1) sabendo utilizar o potencial explicativo das narrativas dos informantes, sem tombar num empirismo estéril, meramente descritivo, incapaz de estabelecer relações entre fenómenos e identificar processos; (2) procurando aderir, por exigência analítica, aos sistemas de valores dos inquiridos, para melhor lhes captar o sentido, mantendo, simultaneamente, uma postura de observação distanciada face a esses sistemas; (3) estimulando a disposição reflexiva dos informantes, mas sem conceder aos seus enunciados uma autoridade analítica que se substitua à do investigador, sob pena de, como alertam Bourdieu *et al*, «substituer purement et simplement à ses propres prénotions les prénotions de ceux qu'il étudie»⁵⁸; (4) estabelecendo, durante as várias etapas da investigação, um movimento espiral de diálogo entre o modelo teórico em construção e o material empírico.

É no contínuo questionamento dos procedimentos – da construção à interpretação dos dados e à teorização em permanente reformulação – que radicam a objectivação e a validação numa pesquisa de cariz predominantemente qualitativo. A validade dos resultados é testada pela adequação do modelo teórico aos dados (e revelada esta pelo alcance do ponto de

⁵⁵ Steinar Kvale *op. cit.*, p. 7.

⁵⁶ *L'entretien compréhensif*, Paris, Éditions Nathan, 1996, pp. 9, 20-21 *passim*.

⁵⁷ António Firmino da Costa, «A pesquisa de terreno em sociologia», in Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, *op. cit.*, p. 143.

⁵⁸ *Le métier de sociologue*, *op. cit.*, p. 57.

saturação), pela consistência da argumentação e pela congruência das conclusões. Essas consistência e congruência não devem ser conseguidas pela inconsideração dos dados infirmativos, mas, pelo contrário, pelo seu aproveitamento para reformular os elementos invalidados do modelo construído. Tendo menor alcance teórico, as definições operacionais cujo campo de aplicação se circunscreve às necessidades concretas do estudo do investigador, revelam, contudo, maior alcance heurístico. Grandes níveis de generalização não se adequam a uma análise de uma determinada configuração sócio-cultural que se pretende interpretativa e aprofundada.

Ao colocar em causa o fundamento positivista da generalização da ciência, a perspectiva pós-moderna da contextualização (e, nessa medida, de um certo relativismo) do conhecimento, produzido pela comunidade científica ou pelo senso comum, também partilhado pelos membros da referida comunidade, exige uma postura reflexiva do investigador face aos resultados e aos modelos construídos. As motivações a montante da construção do objecto de estudo exigem um questionamento não só dessas motivações, mas das construções teóricas que elas condicionam. A interacção entre o investigador e a população estudada, exige um accionamento de mecanismos permanentes de controle de reflexividade.

No nosso caso, a adscrição à raça *branca* e a identidade cultural europeia, sem nunca termos sentido o estigma da raça nem o fardo simbólico da origem africana, poderiam induzir-nos a uma menorização do peso relativo do factor racial sobre as práticas discriminatórias/excludentes da elite *branca* fogueteira. Poderiam também interferir nos sentidos construídos sobre os entrevistados, gerando, por exemplo, menor empatia com os conteúdos dos relatos dos informantes *não-brancos*. Afinal, a investigação é um processo ao qual não é alheio nem a situacionalidade sócio-económica, cultural e racial do investigador, nem o seu posicionamento ideológico face ao objecto do estudo. A auto-reflexividade é assim a grande estratégia prosseguida pela metodologia no seu esforço de objectivação: observarmo-nos a observar; aperfeiçoarmo-nos, aperfeiçoando as nossas práticas de investigação; apurarmo-nos, apurando o modelo que construímos.

Os arquivos da memória

Na impossibilidade da apreensão directa dos comportamentos no momento da sua produção, a entrevista revela-se uma técnica especialmente profícua para a reconstituição de factos passados, numa abordagem que também se pretende compreensiva. Através da confrontação das reconstituições dos vários informantes, permite uma aproximação às representações que enformaram as práticas dos agentes sociais, aos sistemas de relações inter-individuais e intergrupais.

Assiste-se a um crescente reconhecimento da importância da memória oral, em áreas disciplinares que não as que tradicionalmente a privilegiaram, como a antropologia e a história. Também a sociologia se vai deixando seduzir por esta fonte de informação. Afinal, a almejada

'objectividade' não pode dispensar as percepções individuais e grupais ('subjectivas'), nem os enunciados avaliativos acerca dos sistemas de relações por parte daqueles que os vivenciaram. Como portadores de memória dos modelos de relações sócio-raciais da primeira metade do século XX, é importante e urgente aproveitar-lhes os testemunhos, sob pena de, dada a sua avançada idade, se perderem relatos de acontecimentos, revelações íntimas e confidenciais significantes, percepções do real, auto e hetero-representações grupais.

Ainda que os ritmos da mudança se tenham acelerado extraordinariamente no último século, mormente na sua segunda metade, os processos de racialização e as relações raciais que lhes estão associadas, estão ainda muito impregnados de vestígios do passado, sobretudo ao nível das representações das raças. Os quadros mentais, o nível de análise que os historiadores dos *Annales* recobriam com o termo *mentalidades*, são o que manifestam maior resistência à mudança. Nessa medida, passadas algumas décadas, os informantes revelam-nos ainda muito das representações raciais mútuas de então.

Porém, se as representações dos entrevistados sobre o mundo social insular se fundam nas suas experiências quotidianas passadas enquanto actores, elas firmam-se igualmente na mediação pelo presente na atribuição de sentido a essas experiências. Não é só a nossa que é uma leitura *a posteriori* das características da configuração social são-filipense; as dos informantes também o são, na medida em que, conquanto assentem na sua vivência coetânea na ilha, são já interpretações dessa vivência mediadas pela sua experiência e mundividência posteriores, que orientam a própria acção selectiva das suas memórias. Estamos sempre perante a intersecção de dois tempos: o tempo pretérito das informações pedidas, dos acontecimentos narrados e das experiências vividas, por um lado; a ulterioridade da narração, da interpretação e da posição do informante face aos eventos relatados, por outro.

A memória inscreve-se no domínio das práticas, não no dos actos reflexos, sendo que esta prática, como as outras, é constituída pelo presente, partindo deste para a reconstrução do passado⁵⁹. Ela é criativa, não é recaptadora anódina da transparência desse passado. Como tal, os exercícios de rememoração são selectivos, tal como o é o esquecimento. Confrontámo-nos várias vezes com a evidência desta selectividade da memória, especialmente quando pedíamos a reconstituição da trajectória de determinado elemento da família do inquirido, que sabíamos ter-se afastado dos padrões grupais.

Pina Cabral e Pedroso de Lima mencionam duas situações de retracção de parentesco: a retracção de classe e a retracção residencial. O primeiro tipo reporta-se ao maior conhecimento e avivamento da memória acerca dos parentes que nos estão mais ou menos próximos ou acima, do ponto de vista sócio-económico, e o correspondente maior desconhecimento e esquecimento dos que se situam abaixo. A segunda situação prende-se com a maior ou menor proximidade residencial entre parentes ou destes com a casa ou o local originários da família: tem-se menos informação dos parentes que moram mais afastados de

⁵⁹ Daniel Bertaux e Isabelle Bertaux, 1977, *ap.* Paul Grell, «Les récits de vie: une méthodologie pour dépasser les réalités partielles», in Danielle Desmarais & Paul Grell (orgs.), *Les Récits de vie: théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Éditions Saint-Martin, 1986, p. 157.

nós ou do local de origem da família. Os autores referem ainda, no entanto, uma outra situação, que é a da exclusão intencional da memória familiar de parentes, «por virtude de um estigma, de opções ideológicas religiosas ou políticas diferentes, ou porque optaram por sair do grupo étnico», e aos quais a sucessão das gerações rapidamente condenou ao esquecimento⁶⁰. Como Bhabha refere, «remembering is never a quite act of introspection or retrospection. It is a painful re-membling, a putting together of the dismembered past to make sense of the trauma of the present.»⁶¹

As características da amostra e o acesso à população

Começámos por definir o universo dos inquiríveis – os originários da ilha, descendentes de ilhéus por parte de pelo menos um progenitor, que tivessem residido pelo menos durante um período de tempo alargado na vila/cidade de São Filipe, de forma a terem vivenciado as experiências decorrentes das interações raciais, ou, no caso dos que tivessem nascido durante a década de quarenta, ou seja, já próximo do limite temporal da análise, pudessem revelar os sistemas de representações das relações raciais insulares, que eram, em considerável medida, os dos seus ascendentes, se bem que filtrados e actualizados pela sua própria experiência pessoal posterior. Procedemos ao desdobramento deste universo em (1) indivíduos reportáveis à categoria *branco* (ou seja, que tivessem integrado o segmento sócio-racial dominante da ilha, no período estudado), dos sexos masculino e feminino, e (2) indivíduos reportáveis à categoria *não-branco* (ou seja, que não tivessem integrado o segmento sócio-racial dominante da ilha, no período estudado), dos sexos masculino e feminino; entre os primeiros, estariam contemplados indivíduos de cada um dos principais ramos familiares da vila/cidade de São Filipe; entre os segundos, estariam contemplados indivíduos das sub-categorias *mestiço* e *negro*.

Dada a dimensão da população e a sua dispersão geográfica, impôs-se a construção de uma amostra. Desprovida de uma (impossível) listagem dos indivíduos que constituíam o universo a inquirir, recorremos a fontes de dados de natureza diversa, que fomos cruzando, de molde a organizar uma amostra, não-probabilística (a mais adequada quando o que se pretende é a compreensão de processos sociais ou o desenvolvimento de teoria⁶²). A estadia de algumas semanas na Praia, onde permanecemos para pesquisa de fontes primárias no AHN, permitiu-nos fazer uma primeira selecção dos elementos da amostra. A partir das cópias das actas camarárias e da correspondência enviada pela administração do concelho do Fogo aos serviços da administração central, listámos os titulares dos principais cargos

⁶⁰ Cf. João de Pina Cabral & Antónia Pedrosa de Lima, «Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social», *Etnográfica*, vol. IX (2), 2005, pp. 368-369. Deparámos com uma situação muito ilustrativa deste esquecimento: a de uma mulher do segmento *branco* da cidade que, tendo abandonado a residência familiar para coabitar com um *não-branco*, foi envolvida num absoluto silêncio condenatório intra-grupal, indutor do seu apagamento nas memórias individuais. Se tomámos conhecimento da sua existência e a procurámos foi pelas referências de informantes *não-brancos*.

⁶¹ *The Location of Culture*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 2ª ed., 1995, p. 63.

⁶² Carlos Diogo Moreira, *Teorias e práticas de investigação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007, p. 121.

administrativos insulares. A identificação dos sobrenomes dos vogais e dos secretários camarários e de outros elementos ligados aos órgãos municipais permitiu-nos construir uma primeira lista das famílias da elite política e social local da primeira metade do século XX, onde deveríamos recrutar uma parte dos entrevistados. Cruzámos esta informação com os dados das listas genealógicas a que entretanto acedêramos. Aproveitámos as horas livres (a partir das 18 horas, altura em que o arquivo encerrava, e aos fins-de-semana) para, junto de funcionários públicos, empregados comerciais, da hotelaria e da restauração, ir inquirindo sobre os nomes, os endereços e os contactos telefónicos de indivíduos do Fogo residentes na capital e para ir fazendo as primeiras entrevistas exploratórias.

Chegada a São Filipe, começámos por demandar os residentes mais velhos da cidade, independentemente das suas pertenças rácicas. Entrevistando-os, íamos também delineando os contornos da amostra: iam-se confirmando as famílias que identificáramos no AHN como constituindo o grupo dominante na primeira metade do século XX, e que correspondiam às famílias *brancas* da vila/cidade, à medida que outras iam sendo indicadas, mormente famílias *não-brancas* emergentes, cuja trajectória sócio-económica as fizera ir paulatinamente participando na gestão concelhia a partir da década de trinta.

Sabendo previamente que poucos *brancos* residiam na cidade, escolhêramos demandar a ilha numa altura em que supostamente ela seria procurada por indivíduos residentes no exterior, para férias e/ou para as celebrações religiosas e profanas anuais que envolvem o dia do padroeiro, São Filipe. Tivemos assim acesso quer a emigrantes nos Estados Unidos da América, quer a descendentes da antiga elite *branca* residentes em Lisboa e na sua área metropolitana, mas que periodicamente se deslocam ao Fogo, em visita a familiares e/ou em negócios (a especulação imobiliária está a atrair novamente alguns descendentes de *brancos* à ilha).

À medida que avançavam as entrevistas, novas pistas e identificação de entrevistáveis foram surgindo e aquilo que constituiu inicialmente uma espécie de 'caça' aos idosos são-filipenses converteu-se numa procura muito mais selectiva de informantes, na qual se privilegiaram os interlocutores que apresentavam condições de potencial infirmação do modelo teórico que ia sendo construído e que cobrissem as várias situações de classe das duas categorias sócio-raciais (*branco* e *não-branco*). A amostra em bola de neve acabou, pois, por se impor como um dos principais procedimentos de selecção dos inquiridos.

Regressada a Lisboa, trazíamos já uma lista de nomes e números de telefone de indivíduos que correspondiam aos critérios de selecção da amostra que íamos definindo e que residiam na Área Metropolitana de Lisboa (doravante, AML). Referir que os contactávamos por recomendação de parentes, ou simplesmente que já havíamos entrevistado no Fogo alguns familiares, abriu-nos muitas portas. Participar, a convite de um dos elementos anteriormente entrevistados, num almoço onde anualmente se reúne parte da comunidade cabo-verdiana da ilha, mormente os *brancos* e os *não-brancos* que, pelo casamento, entraram no círculo de sociabilidades destas famílias, facilitou-nos ainda mais contactos.

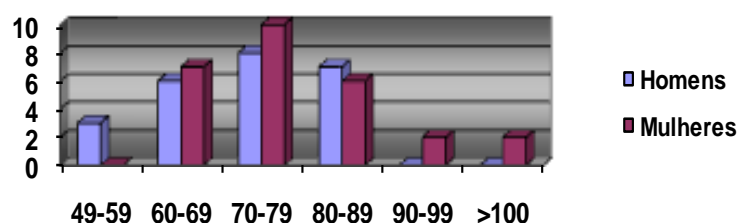
Este tipo de amostragem revelaria, porém, uma limitação que lhe é inerente, e que é o seu condicionamento às redes de conhecimento dos informantes. Depois de muitas entrevistas efectuadas, continuávamos ainda sem a indicação, por parte de qualquer dos inquiridos, de um único elemento de um dos ramos familiares do topo do segmento *branco* da cidade, o ramo Monteiro de Macedo. Parecia-nos incompreensível, porquanto, da consulta das listas genealógicas e dos registos de casamento, sabíamos que os elementos deste ramo se matrimoniavam, ainda no primeiro quartel do século XX, com elementos de outros ramos familiares do segmento *branco* de São Filipe. A explicação para esta ostracização chegou mais tarde, ao consultarmos no AHN o volumoso processo de inquérito à Câmara Municipal do Fogo, decorrido nos anos trinta, que expõe o *modus operandi* das facções político-familiares em disputa pelo domínio dos órgãos concelhios. Num meio onde as hostilidades inter-familiares atingiam grandes proporções e longevidade e impunham limites rígidos ao convívio, permanecem por vezes ainda relativamente actualizados esses limites. Nalguns casos, também as características idiossincráticas de determinados elementos deste ramo familiar ou as próprias trajectórias pessoais de outros, ajudam a compreender a sua ausência e/ou exclusão das redes de relações que envolvem os originários do Fogo, na AML, onde a maior parte reside. Se bem que sem qualquer preocupação de proporcionalidade, parecia-nos importante que todos os principais ramos familiares do segmento dominante fossem amostrados. Como não conseguíamos junto de nenhum informante o contacto de qualquer elemento Monteiro de Macedo, procurámo-lo na lista telefónica de Lisboa e retirámos um de entre os registos encontrados. Entrevistámos o seu assinante e, a partir daí, retomámos o processo de amostragem em bola de neve e pudemos inquirir vários elementos deste ramo familiar.

No princípio de 2010, retornámos ao arquipélago, para mais uma estadia de um mês, desdobrada entre a Praia, onde prosseguimos a análise documental no AHN, e São Filipe, onde consultámos os arquivos da Conservatória dos Registos e Notariado e da Câmara Municipal, e onde efectuámos mais entrevistas. Dada a fácil abordagem de quase todos os entrevistados, em nenhuma situação se revelou necessário o envio prévio de uma carta de apresentação a requerê-las.

Foram três os critérios definidores básicos a que obedeceu a selecção da população a inquirir: etário, racial (no sentido de categoria social racializada) e geográfico. Entendeu-se que os inquiridos não deveriam ter idade inferior a sessenta anos e que seriam privilegiados os mais idosos (o limite mínimo de idade acabou por reduzir-se, posteriormente, dado o perfil privilegiado de três dos informantes, com idades compreendidas entre os 49 e os 58 anos). O quadro e o gráfico subsequentes indicam a estrutura etária da amostra:

Quadro 1 – Composição da amostra por sexos e grupos de idade

Grupos de idade	Homens/Mulheres	Homens	Mulheres
49-59 ⁶³	3	3	0
60-69	13	6	7
70-79	18	8	10
80-89	13	7	6
90-99	2	0	2
>100	2	0	2
TOTAL	51	24	27

**Figura 1 – Composição da amostra por sexos e grupos de idade**

A média etária da amostra aproxima-se dos 75 anos (74,8), tendo o mais novo dos inquiridos 49 anos e o mais velho 108.

Procurámos assegurar que a amostra integrasse indivíduos das duas grandes categorias raciais consideradas (*branca* e *não-branca*), de molde a fornecer-nos material para aferir se a uma diferente posicionalidade racial de origem correspondiam semelhantes ou diferentes conteúdos das representações das relações raciais na ilha. Entrevistámos 17 *brancos* e 34 *não-brancos*. A distribuição dos entrevistados pelas categorias raciais fez-se de acordo com o conteúdo definido neste estudo para estas categorias (*vd. infra*, pp. 101 e ss.), acontecendo alguns indivíduos de fenotípia caucasiana serem classificados como *não-brancos*. Apesar de, em termos absolutos, a amostra conter mais *não-brancos* que *brancos*, existe uma considerável desproporção face aos quantitativos coevos da população que, de acordo com os censos de 1900, 1930 e 1950 (para abarcarmos o princípio, sensivelmente o meio e o final do período estudado), registariam, respectivamente, 1,2% de *brancos* e 98,8% de *não-brancos*, 1,8% de *brancos* e 98,2% de *não-brancos*, e 1% de *brancos* e 99% de *não-brancos*. A média

⁶³ O alargamento e consequente heterogeneidade da definição do primeiro grupo de idade face aos restantes (decenais) em que se apresenta estruturada a amostra, deve-se à intenção de abranger um inquirido de 49 anos (portanto, não integrável num grupo dos 50 aos 59 anos) que se considerou de posse de informação potencialmente muito relevante.

dos três censos regista 1,3% de *brancos* e 98,7% de *não-brancos*, proporcionalidade muito diversa da da nossa amostra, constituída por 33% de *brancos* e 67% de *não-brancos*.

Quadro 2 – Composição da amostra por sexos e categorias sócio-raciais

<i>Brancos</i>		<i>Não-brancos</i>	
17		34	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5	12	17	17

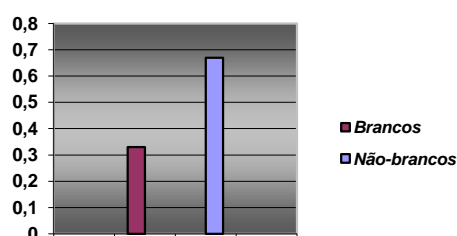


Figura 2 – Composição da amostra por categorias sócio-raciais

Consideramos, no entanto, que a amostra caracteriza a população, porquanto: (1) fora o grupo dominante *branco* a fornecer os referenciais e os critérios para a categorização racial; e a quem detinha os meios legítimos para impor sistemas de valores hegemónicos, deve, numa pesquisa que se pretende qualitativa, reservar-se um espaço superior à sua importância numérica; (2) procurámos, entre os *não-brancos*, contemplar os *mestiços* e os *negros*, de molde a contemplar as várias situações de classe no interior do vasto segmento *não-branco* da população.

Quanto ao grau de instrução dos inquiridos, distribui-se conforme o quadro seguinte:

Quadro 3 – Composição da amostra por níveis de escolaridade

Grau de ensino	Homens/Mulheres
Sem escolaridade	8
Ensino Primário (actual 1º ciclo do Ensino Básico), completo ou incompleto	22
Ensino Liceal (actuais 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário), completo ou incompleto	13
Médio (Curso Agrícola)	1
Ensino Universitário (licenciatura)	7
Total	51

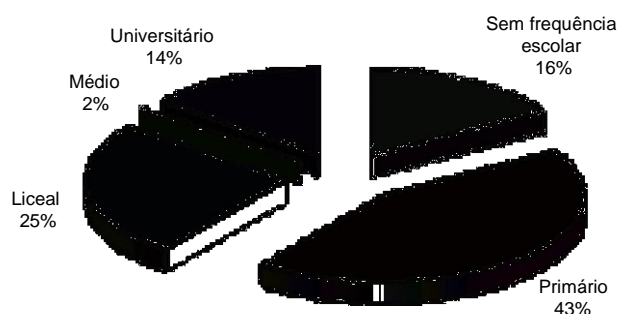


Figura 3 – Nível de escolaridade dos inquiridos

O grupo dos que frequentaram e/ou concluíram o ensino primário é o melhor representado, seguindo-se-lhe o dos que frequentaram/concluíram o ensino liceal; o número dos analfabetos e o dos que possuem um diploma universitário é muito próximo; regista-se ainda um caso isolado de frequência de uma escola agrícola metropolitana. O grande grupo dos que frequentaram ou concluíram o ensino primário abrange quer elementos do segmento *branco* ex-dominante – sobretudo mulheres, a quem, à excepção das enviadas para colégios metropolitanos, se facultava somente a instrução elementar – quer *não-brancos*. Porém, enquanto os primeiros se expressam facilmente em português, até por, na sua maioria, residirem em Portugal, os segundos são frequentemente crioulofonos; entre estes, encontram-se os que falam, ou pelo menos entendem, a língua portuguesa, e aqueles para os quais ela é absolutamente estranha. Apesar das dificuldades na interacção que entrevistamos acrescidas para os que se expressavam exclusivamente em crioulo, foi intencionalmente que os não excluimos da amostra. Tê-lo feito significaria privar a pesquisa da perspectiva dos que pertenciam à camada sócio-económica e racial pior situada no espaço de relações insulares da primeira metade do século XX, ou seja, seria enviesá-la *ab initio*. Foi o mesmo critério de representatividade face à problemática delineada que nos fez incluir na amostra um considerável número de indivíduos analfabetos (aproximadamente um sexto dos inquiridos).

A quase totalidade dos inquiridos – cerca de 97% – encontra-se dispersa por dois países de residência, Cabo Verde e Portugal. Entrevistámos somente dois residentes nos Estados Unidos da América – um em São Filipe, onde se encontrava de férias, e outro por telefone. Dois outros entrevistados haviam feito a emigração americana, mas tinham já retornado à ilha. Em Cabo Verde, efectuámos 39 entrevistas – 34 no Fogo e 5 em Santiago –; em Portugal, foram feitas 11 – 9 em Lisboa e 2 na AML, como consta do gráfico abaixo:

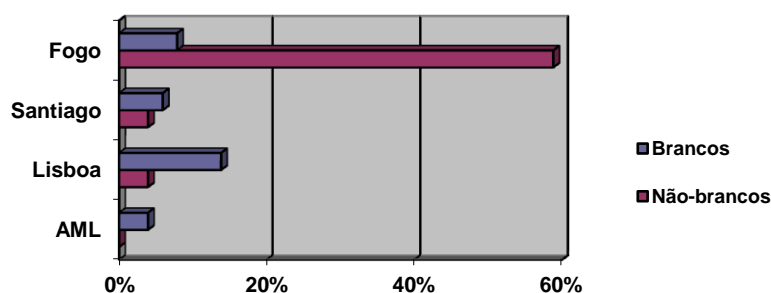


Figura 4 – Local onde decorreram as entrevistas

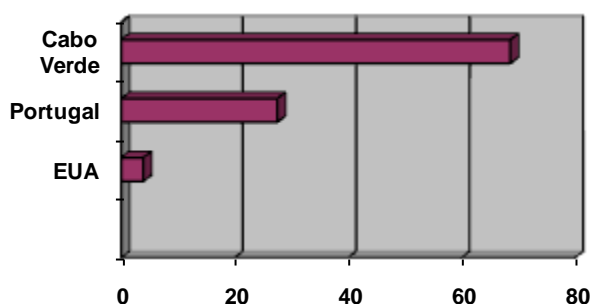


Figura 5 – País de residência dos inquiridos (%)

Quer em Santiago, onde iniciámos as entrevistas, quer em Lisboa, contactámos por telefone a maior parte dos potenciais informantes, solicitando-lhes uma entrevista. Em São Filipe, seguimos o mesmo processo, nuns casos; noutros, abordámo-los pessoalmente. Estes primeiros contactos telefónicos foram sempre bem acolhidos, tendo alguns futuros entrevistados manifestado alguma estranheza pelo nosso interesse sobre uma temática aparentemente tão localizada e seguramente tão controversa como a das relações raciais insulares: afinal, porque se haveria de interessar uma portuguesa por uma remota ilha cabo-verdiana, para mais para investigar o seu passado racial? Outros, pelo contrário, saudaram-nos pela escolha que fizéramos, congratulando-se por finalmente alguém «de fora» se interessar pelo «folclore riquíssimo da ilha». Outros ainda se demonstraram satisfeitos com a perspectiva de novas leituras das relações raciais na ilha, para além da de HTS ou da veiculada pela propaganda partidária.

A idade dos entrevistados terá também facilitado as entrevistas: quanto mais idosos, menor suspeição e resistência face ao tema ofereciam, mesmo nos momentos iniciais da entrevista, e maior segurança e mais disponibilidade evidenciavam para abordar temas relacionados com a vida privada. Mesmo o receio de que esta faixa etária manifestasse menor à-vontade na abordagem de assuntos relacionados com as relações sexuais entre *brancos* e *não-brancas* e com os filhos nascidos dessas relações se revelou infundado. Tratando-se, na

maioria dos casos, de indivíduos que já haviam terminado a sua actividade laboral, manifestaram grande disponibilidade de tempo, gosto em recordar acontecimentos e ambiências sociais passadas e vontade em colaborar, muitas vezes cedendo os mais variados documentos privados, desde fotografias a cartas e a extractos bancários.

As preocupações de representatividade que nos orientaram cingiram-se apenas à representatividade da população inquirida face à problemática definida. Daí que tenhamos estado sempre aberta à inclusão de novos entrevistáveis. No que respeita aos *brancos*, procurámos inquirir indivíduos dos vários ramos familiares, de forma a averiguar se havia variação familiar nas várias dimensões do relacionamento com *não-brancos*, em função dos diferentes posicionamentos de classe no interior do segmento *branco*. Interessava-nos também averiguar a percepção dos informantes sobre o grau de ligação entre as múltiplas questiúnculas familiares ocorridas no período de tempo abrangido pelo estudo e a disputa pelos órgãos do poder político concelhio pelos oligarcas locais, (quase) todos *brancos* até à terceira década do século XX.

Quanto aos informantes *não-brancos*, procurámos que fossem quer filhos de *brancos* e de *não-brancas* quer indivíduos de progenitura inteiramente *não-branca*. Não se tratou de uma representatividade estatística, porque, se o fosse, teríamos uma maioria ainda mais substancial de inquiridos *não-brancos*. A representatividade de que se trata é a da exemplaridade face ao grupo sócio-racial de origem. Pretender uma amostra representativa da população *branca* e *não-branca* de São Filipe da época em estudo, além de não estar nos nossos propósitos, seria quimérico, porquanto os dados de que dispomos variam consideravelmente de fonte para fonte (ou seja, de censo para censo populacional) e de critérios de classificação.

Deparámo-nos com um índice de aceitação elevadíssimo (88%). Do total das pessoas directamente contactadas por nós, somente duas recusaram, alegando problemas de saúde. Não foi possível, no entanto, entrevistar quatro outros potenciais bons informantes, contactados através de familiares ou amigos anteriormente entrevistados: um, por se encontrar acamado e já muito debilitado, outro, porque de idade muito avançada e já com alguma confusão mental (morreria pouco depois de ter sido contactado), um terceiro, por depressão, outro, sem ter apresentado justificação. À excepção destes, conseguimos inquirir todos os indivíduos que fomos seleccionando. Nalguns casos, mencionar que o contacto tinha sido estabelecido por recomendação de familiar ou amigo terá facilitado a pronta aceitação.

Alguns dos entrevistados foram-no por mais de uma sessão, pela riqueza de informes que se dispunham a partilhar e pela sua vontade em colaborar e fazer eles próprios prospecção de materiais – fotografias, recolha de objectos herdados de antepassados e testemunhos dos respectivos quotidianos, relatos de familiares que suprimissem lacunas encontradas na própria memória, influência junto de familiares para que se prestassem eles próprios a ser entrevistados, o que, por vezes, se revelou de grande utilidade, sobretudo quando se tratava de pessoas mais reservadas e por isso potencialmente renitentes a ser entrevistadas.

Quadros da interacção e estratégias de dinamização

Cuidámos em não confinar a uma só estadia na ilha as entrevistas. Após a transcrição dos relatos, necessitávamos de tempo para reflectir, antes de encetar um novo ciclo de entrevistas, já enriquecido pelas novas questões e pistas suscitadas pela anterior fase da pesquisa empírica. Em Lisboa e na AML, onde a maior parte dos *brancos* e descendentes reside⁶⁴, as entrevistas decorreram de forma espaçada, pretendendo-se com isso o mesmo enriquecimento e reformulação da problematização obtidos com a análise das entrevistas anteriores.

Não relevando do número, em si, qualquer autoridade, não pré-estabelecemos um número determinado de entrevistas a efectuar. Ainda assim, e por outras considerações que não a ilusão de que um maior número de entrevistas poderia aferir maior cientificidade ao estudo, porque lhe afectaria maior capacidade de generalização⁶⁵, elas acabaram por ser em maior número do que inicialmente pressupuséramos. A avaliação da qualidade das entrevistas centrou-se na sua potencialidade a um tempo descritiva, compreensiva e explicativa dos assuntos estudados, o que se consegue mais com o aprofundamento que com o número de entrevistas. Numa análise de natureza qualitativa, a optimização dos materiais das entrevistas é mais importante que a sua quantidade. Quando o grau de redundância cresceu ao ponto em que mais entrevistas significavam apenas mais do mesmo face aos propósitos do objecto construído, demos as entrevistas por terminadas.

Muitas das entrevistas prolongadas a informantes qualificados constituíram pequenos relatos de vida⁶⁶; o próprio enquadramento temático das entrevistas e a respectiva condução propiciavam narrativas biográficas (para além do facto evidente de qualquer entrevista ser, em grande medida, biográfica). Tratou-se sempre, porém, de relatos de vida parciais, porque de conteúdo centrado na temática da pesquisa e delimitado cronologicamente à primeira metade do século. O interesse do material biográfico recolhido centrou-se no que, pelo cruzamento dos relatos sobre os ajustes individuais e a procura de inteligibilidade no oceano de factos descritos, pôde revelar das representações e dos comportamentos raciais e das adaptações grupais numa época de transição.

As acções humanas desenrolam-se em contexto grupal, independentemente da dimensão dos grupos. No caso dos *brancos* de São Filipe, o grupo básico – a família – esgotava todos os *brancos*, na medida em que a prossecução atenta de uma política estritamente endogâmica, num mercado matrimonial muito restrito – se bem que os *brancos* do *Fogo* fossem dos proporcionalmente mais numerosos do arquipélago, em termos absolutos não excederiam escassas centenas – tornava todos aparentados. Com o objectivo

⁶⁴ Luís Batalha, *The Portuguese Cape Verdean "Elite"*, op. cit., p. 90.

⁶⁵ Steinar Kvale, op. cit., pp. 102-103 *passim*.

⁶⁶ Parece-nos pertinente a distinção analítica entre relato de vida (*life story*) e história de vida (*life history*), feita por Paul Grell, de acordo com o qual, o relato de vida consiste numa narrativa exclusivamente auto-biográfica, feita somente pelo próprio, e a história de vida se reporta a uma biografia feita por outrem, a partir do relato, mas acrescentando a esta narrativa auto-biográfica informações provenientes de outras fontes. Cf. «Les récits de vie: une méthodologie pour dépasser les réalités partielles», op. cit., p. 162.

prosopográfico de, com o individual, delinear o colectivo⁶⁷, procurámos acompanhar as trajectórias sociais de alguns elementos deste relativamente reduzido número de famílias com a intenção de, também a partir daí, caracterizar os processos sociais em que esses percursos se inscreveram.

Tal como as outras entrevistas, também estes relatos de vida parciais constituíram instrumentos que nos permitiram inferir da cognição social dos entrevistados: quais os sistemas de sentido operantes nos sujeitos, qual a sua auto-representação social, como representam os actos discriminatórios (assentando-os ou não na raça), se e como os legitimam, enfim, a sua 'sociologia espontânea'. Como Ferraroti afirma, a importância social das trajectórias individuais reside no facto de «se nós somos, se cada indivíduo representa a reapropriação singular do universo social e histórico que o rodeia, podemos conhecer o social partindo da especificidade irreduzível de uma praxis individual.»⁶⁸ A confrontação de relatos de vida permitiu ultrapassar o nível da reconstituição das trajectórias individuais, para identificar trajectórias sociais similares, isolando as regularidades, os elementos estruturais que constituíram factores de precipitação da mudança e condicionaram as transformações nas posições relativas dos grupos. A grande virtualidade das narrativas biográficas é constituírem espaços de intercepção entre o individual e o social (o nível do meso-social, de que fala Daniel Bertaux⁶⁹).

Vários factores – endógenos e exógenos à própria situação da entrevista – condicionam as narrativas dos inquiridos. Desde logo, o acto interrogatório profundamente assimétrico a que as pessoas geralmente associam uma entrevista. Saber que é o entrevistador quem selecciona as questões, quem supostamente está de posse de muita informação sobre o assunto, que inevitavelmente avaliará as respostas, tende a gerar pelo menos algum constrangimento e ansiedade nos respondentes. Podem, contudo, seguir-se determinados procedimentos tendentes a ultrapassar as reservas e a formalidade iniciais e a diminuir os possíveis enviesamentos gerados pela situação de interacção entrevistado-investigador.

Os quadros da interacção intervêm sempre nos relatos dos informantes. Daí que tenhamos manifestado preferência por estar a sós com o entrevistado, de preferência em sua casa, não apenas por ser o local onde eventualmente dispunham, podendo assim no-las facultar, de documentos iconográficos e outros testemunhos da vida material da época estudada, mas sobretudo por crermos constituir o espaço mais potencialmente desinibidor e menos dispersivo para revelações sobre o passado. Se excluirmos uma ou outra entrada de um familiar, empregada doméstica ou amigo, raramente permanecendo mais do que alguns segundos ou minutos no local onde se desenrolavam as entrevistas, estas decorreram geralmente a sós. Preferimo-lo, para diminuir episódios de constrangimento e, por isso, de diminuição do potencial informativo da entrevista, e para subtrair os respondentes à possível

⁶⁷ José Amado Mendes caracteriza a prosopografia como «uma espécie de 'biografia colectiva'». Cf. «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», *Análise Social*, vol. XXVII, nºs 116-117, 1992, p. 360.

⁶⁸ *Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*, 1983, p. 51, ap. AA. VV., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1ª ed., 1997, p. 207.

⁶⁹ Daniel Bertaux, ap. Danielle Desmarais, «Introduction», in Danielle Desmarais & Paul Grell (orgs.), *Les Récits de vie: théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Éditions Saint-Martin, 1986, p. 11.

influência do(s) indivíduo(s) presente(s). Exceptuaram-se, porém, as situações em que a insuficiência da nossa compreensão do crioulo falado pelos entrevistados exigiu a presença de um familiar ou de um acompanhante nosso bilingue.

Duas das entrevistas foram obtidas por telefone: num dos casos, porque o entrevistado reside nos Estados Unidos da América, e noutro, pelos impedimentos familiares do entrevistado (cônjuge que restringe os contactos sociais do outro cônjuge). Houve ainda uma outra situação de entrevista continuada, que, na impossibilidade de nos encontrarmos sempre com o entrevistado, decorreu várias vezes também por telefone. Tratou-se de um informante que, desde o primeiro contacto, patenteou grande interesse pelo tema da pesquisa e se demonstrou especialmente prestativo. Também por não ter mantido os laços com a parentela insular, não se revelava muito cauteloso e reticente na abordagem de aspectos das relações sócio-raciais susceptíveis de contrariar as representações familiares, tendo-se revelado uma fonte preciosa de informação. Todas as outras entrevistas resultaram da interacção pessoal com os entrevistados. A sua duração foi muito variável, decorrendo entre uma e muitas horas, por vezes repartidas por várias sessões.

À excepção da anotação escrita de uma entrevista (também ela repartida por mais de uma sessão), pelo facto do inquirido ter manifestado indisponibilidade para falar perante um gravador, todas as entrevistas foram gravadas. Esperávamos mais resistência à gravação das entrevistas. Inicialmente mais atentos à coerência do discurso e sobretudo à qualidade da expressão – num contexto de bilinguismo e/ou de variedades dialectais como o cabo-verdiano, os interlocutores revelaram-se especialmente conscientes da dimensão social das formas da expressão oral –, com o decorrer da conversa, os respondentes tendiam a abrandar a vigilância sobre a forma da expressão, parecendo frequentemente negligenciar estarem a ser gravados. Mais raramente, pediam para desligar o gravador, quando pretendiam relatar algum acontecimento mais confidencial, sobretudo se este envolvesse pessoas ainda vivas ou se se reportasse à esfera sexual. Mesmo quando percebíamos algum constrangimento e perguntávamos se queriam que desligássemos momentaneamente o gravador, a maior parte das vezes recusavam, afirmando que, não se tratando de material destinado a publicação, não viam inconveniente no registo gravado.

A consciência que os entrevistados revelam das várias dimensões estruturais de uma época que viveram é permeada pelo presente. A projecção sobre o passado de uma coerência que ele, por demais complexo, não pôde ter, gera, por vezes, uma certa tensão nos informantes, divididos entre valorações em conflito. Preocupados com a coerência dos seus relatos, evitando enunciados contraditórios (apesar de eles serem recorrentes), raramente percebem até que ponto as valorações podem não constituir entidades homogêneas, sempre coerentes, o que lhes causa, por vezes, algum embaraço. Procurámos, por isso, que as primeiras perguntas incidissem sobre aspectos mais descritivos, que envolvessem menos considerações avaliativas, como a enumeração das famílias da elite local de antigamente ('antigamente' é uma expressão suficientemente vaga para não constranger os inquiridos, logo na primeira questão, a esforçar-se por situar com precisão a época sobre a qual o trabalho

incide). Quando entrevistávamos *brancos*, afirmávamos pretender inquirir elementos das 'principais famílias do Fogo', das 'famílias tradicionais' ou ainda das 'famílias antigas', o que, implicando a valorização implícita no reconhecimento das suas pertenças sociais (sobretudo quando, no arquipélago como na ex-metrópole, as últimas décadas foram ou de hostilização ou inconsideração dessas pertenças), terá também, nalguns casos, contribuído para diminuir resistências à abordagem.

À medida que a cumplicidade com o informante aumentava, no decorrer da entrevista, colocámos então as questões que eventualmente pudessem causar maior melindre, como as que envolvem certos aspectos da memória familiar que supostamente menos a abrilhantam ou factos que podem fazer perigar a imagem de união das famílias (*brancas*, especialmente) que geralmente se quer fazer veicular. Algumas hostilidades familiares herdadas, que no Fogo não são raras, constituíram um factor facilitador de acesso a determinado material (uma confidência relevante, uma carta, uma notícia de jornal). Da parte de alguns entrevistados *brancos*, notou-se uma preocupação em preservar uma imagem exterior de unidade do grupo e em ocultar ou branquear factos ou características do comportamento dos antepassados considerados menos conformes aos padrões de conduta grupais. Contudo, quando demonstrávamos estar já na posse de determinadas dessas informações, ou seja, quando sugeríamos que elas já tinham sido facultadas por outro inquirido, então acontecia contrariarem a determinação inicial em manter o silêncio sobre determinado assunto melindroso e revelarem-se muito colaboradores (expressões como 'ah, já lhe contaram?!' ou 'ah, já sabe?!', 'mas se calhar não lhe disseram que... pois eu vou contar-lhe!'), narrando então a sua própria versão dos acontecimentos, inevitavelmente diferente e reparadora da memória do parente descredibilizado. Claro que registávamos agradada as informações, mas esta ambiência fogueense de sólidos ressentimentos intra e inter-familiares herdados, causou-nos, por vezes, alguma tensão na gestão de algumas entrevistas, sobretudo quando estas se sucederam por mais de uma sessão.

As conversas continuadas com alguns informantes possibilitaram um grau de à-vontade e de disponibilidade propícios à abordagem de assuntos de natureza privada: relações extra-conjugais, tendo como protagonistas elementos de diferentes pertenças raciais, filiações dúbias ocorridas no quadro do matrimónio, indiciadoras de relações sexuais inter-raciais no seio da elite *branca*, tendo como protagonistas mulheres e assim extravasando o quadro recorrente homem *branco* – mulher *não-branca*. Estas entrevistas continuadas a informantes qualificados revelaram-se especialmente importantes acerca dos assuntos que suscitavam maior reserva por parte dos entrevistados, mormente os que rodeavam a gestão da sexualidade das mulheres do segmento *branco*. Sendo determinantes pelo que nos podiam revelar dos limites raciais da convivência, deparámos com uma «espécie de barreira de silêncio», como a caracterizou um informante. Procurámos forçá-la e conseguimos-lo em muitos casos, mas foi sem dúvida um dos assuntos que os inquiridos demonstraram mais relutância em abordar. Suspeitas ou certezas sobre desvios ao espaço restrito da sexualidade feminina *branca* e as disputas e antagonismos intra e inter-familiares pela posse de determinados

recursos (as partilhas de legados familiares, sobretudo as que envolviam as terras mais valorizadas, foram momentos especialmente atribulados das relações familiares) foram claramente os mais intencionalmente silenciados.

Alguns informantes residentes no arquipélago (em Santiago) evidenciaram receios, também. A recordação dos insultos e ameaças de há três décadas, nos primeiros anos da independência política, permanece muito viva. Apesar de termos garantido a todos os inquiridos o anonimato e o uso exclusivo dos seus relatos numa investigação de âmbito académico, vários entrevistados procuravam assegurar-se, por vezes em mais do que uma ocasião no decorrer da entrevista, que o conteúdo das suas narrativas não chegaria aos jornais. Perguntas como 'Não vai colocar no jornal, não é?', ou 'Não vai dizer que fui eu que disse, pois não?', aconteciam sobretudo quando se preparavam para fazer confidências ou afirmações que consideravam mais contundentes e menos conformes com a ideologia dominante.

Demonstrar alguma adesão à racionalização dos comportamentos descritos por parte dos inquiridos também ajudou a gerar confiança para obter mais informação e alargar a rede dos contactos (familiares e de amigos) para entrevistas. Não se sentindo julgados, 'soltavam-se' mais, quer quanto ao número dos factos narrados, quer quanto ao teor (mais íntimo ou confidencial), quer quanto aos juízos emitidos. A ostentação da escuta atenta e a completa disponibilidade do tempo de escuta constituem certamente dos procedimentos mais catalizadores de uma boa entrevista (avaliando-se esta pela riqueza em informes). A atenção de que os informantes se viam rodeados e o apreço pelos seus relatos encorajavam-nos a mais revelações. O facto de sermos estranha ao meio e à rede de relações dos entrevistados, tal como a garantia de anonimato, estimulou a confidência, a revelação do que não se ousaria contar aos próximos, ou pelo menos daquilo que só aos muito próximos é revelado.

As estratégias de dinamização das entrevistas variaram de entrevista para entrevista e exigiram uma diversidade de posturas do entrevistador, consoante o entrevistado e o contexto da interacção. Tratou-se, no fundo, de ganhar a confiança do interlocutor, por jogos de sedução (uma expressão facial revelando compenetração, o comentário, o riso) que duravam todo o tempo das entrevistas e que, naturalmente, alternavam conforme o entrevistado. Se cada inquirido é um inquirido e cada entrevista é uma entrevista, o investigador é o mesmo, e tem de saber gerar mais e mais informação, através de uma permanente reformulação de estratégias. A omnipresente tensão causada pela gestão do que se pretende saber e a gestão da disponibilidade (psicológica ou de tempo) do entrevistado fazem da entrevista uma técnica muito exigente e exaustiva. Contudo, revela-se uma actividade igualmente muito estimulante – pelo contacto com a diversidade humana, com experiências de vida muito díspares, e pela versatilidade que exige. É, de facto, «o mais sociável de todos os procedimentos de investigação»⁷⁰.

O contexto da entrevista interfere na postura e nos relatos dos entrevistados, produzindo geralmente algum constrangimento, pelo menos inicial, que requer que o

⁷⁰ Russel A. Jones, *Méthodes de recherche en sciences humaines*, Paris/Bruxelas, De Boeck & Larcier, 2000, p. 137.

entrevistador gere confiança, desconstracção e distensão do auto-controlo exigido pela coerência dos relatos. Há, porém, situações em que a utilização instrumental do investigador-entrevistador⁷¹, por parte do entrevistado, exige outros procedimentos por parte do primeiro, associados, geralmente, a uma maior directividade. No caso concreto deste trabalho, deparámos com três situações em que os inquiridos procuraram servir-se da entrevista com propósitos instrumentais: a de um elemento do grupo ex-dominante, no seu desejo de «repôr a verdade» e de sancionar, ou de pelo menos explicar à luz dos sistemas de sentido da época, as assimetrias de estatuto entre os dois grandes grupos sócio-raciais em presença; e outras duas em que, no seu proselitismo partidário, de cuja intensidade não terá sido alheio o processo de campanha eleitoral que então decorria no arquipélago, os inquiridos pretenderam doutrinar-nos nos enunciados da história do arquipélago veiculados pelo partido em que militavam. Estes dois entrevistados, com pouca escolarização, mas com pronunciado auto-didactismo partidário, chegaram mesmo a apresentar-se no dia marcado para a entrevista, com textos de várias páginas sobre o que entendiam ter sido a acção etnocidária e espoliativa dos *brancos*, em geral, no continente africano, e dos portugueses muito particularmente.

Alguns dos informantes entrevistados em Lisboa, por manterem contactos muito regulares com o arquipélago, especialmente propiciados pela Rede, acabam por viver intensamente, não apenas a situação sócio-económica, como também os muito ideologizados eventos políticos insulares, exigindo, por isso, uma atenta contextualização do seu discurso.

A importância determinante da avaliação da interacção pelos entrevistados na produção das respostas passou essencialmente por sentirem de que lado (do dos *brancos* ex-dominantes ou do dos *não-brancos* ex-dominados) se situava o entrevistador e a maior ou menor simpatia pelas suas asserções acerca da predominante africanidade ou europeidade cultural cabo-verdiana e em torno da ‘colonização’ portuguesa, já que a antiga elite *branca* da ilha é, desde a independência, associada a Portugal e às práticas colonialistas portuguesas. A esta associação não é, certamente, estranha a sua fenotipia predominantemente europeia e o facto de a quase totalidade dos seus elementos que haviam permanecido na ilha até à cedência do poder ao PAIGC⁷² ter passado depois a residir em Portugal.

A perpetuação das tensões político-ideológicas em torno dos dois tópicos – África *versus* Europa e a avaliação da experiência colonial – foi também um importante co-construtor dos relatos dos inquiridos, sobretudo em ambiência de campanha eleitoral muito vívida. A suspeita de que se o presente não fosse palco de tão efervescente confronto ideológico, os factos passados e a transmissão da interpretação desses factos e práticas apresentariam possivelmente diferentes matizes, foi um dos factores que nos levou a agendar para um período mais normalizado do ponto de vista político e partidário uma nova ‘ronda’ de entrevistas no arquipélago, que acabou por ter lugar quase dois anos depois da primeira.

⁷¹ Valerie Raleigh Yow, *Recording Oral History: a Practical Guide for Social Scientists*, Thousand Oaks/Londres/Nova Deli, Sage Publications, 1994.

⁷² Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

As representações acerca do espaço social insular da primeira metade do século XX têm também origem nas posições relativas que os informantes e/ou os seus ascendentes ocuparam, antes da aceleração do ritmo das transformações sócio-económicas e durante esse processo. As pertenças raciais e as afinidades com os protagonistas dos eventos narrados interferem nas narrativas. Assistimos, nalguns casos, à hesitação em expor um quadro passado de relações sócio-raciais prototípico do que é actualmente condenado pela ideologia oficial, em territórios ex-colonizados, como nos de ex-colonizadores. O cuidado em justificá-lo, integrando-o na totalidade social, económica e cultural insular da época, revela a percepção desse desfasamento entre a vivência passada da raça, face ao actualmente veiculado pelo poder político, pelos *media* e pela academia. Por um lado, sendo a postura ideológica predominante a que contesta a existência de raças e a que apela ao combate à discriminação fundada no fenótipo ou na origem, e à integração das minorias étnicas (termo sob o qual por vezes se oculta a racialização dessas minorias), os entrevistados, independentemente de serem *brancos* ou *não-brancos*, procuraram evidenciar no seu discurso esta convergência com a postura oficial. Por outro lado, alguns inquiridos *brancos* evidenciaram oscilações acentuadas entre esta busca de convergência e outras convicções, muito marcadas pela sua anterior vivência numa ilha em que a raça constituía um elemento de inclusividade e exclusividade grupais.

As reservas iniciais dos entrevistados *não-brancos*, quando existiram, prenderam-se sobretudo com a gestão das lealdades. Tratando-se, nalguns casos, de filhos de *brancos* e de mulheres *não-brancas*, nascidos à margem do quadro do casamento oficializado, hesitavam, por vezes, em emitir juízos avaliativos sobre as práticas racializadas das famílias *brancas*, com as quais, pela via paterna, são aparentados. Uma vez ultrapassado o constrangimento inicial, as narrativas tendiam a fluir facilmente.

A própria pertença racial do investigador («a senhora é branca, não é? Ah, ah, ah» dizia, rindo, uma entrevistada *não-branca*, depois de criticar as práticas discriminatórias dos *brancos* sobre os *não-brancos*) sugere e apela a complacências, ou a adesões pelas supostas similitudes de experiências, ou, eventualmente, a reticências perante os depoimentos de quem sempre esteve à margem da raça do prestígio e do poder. Daí que não tenhamos poupado às nossas interpretações os exercícios de controlo que aplicámos aos relatos dos informantes. Também o facto de sermos portuguesa, logo, vinculada ao ‘colonialismo’ – se bem que, como dissemos, não seja clara a demarcação dos sujeitos colonizadores e colonizados, em Cabo Verde, território desabitado à data da descoberta portuguesa e efectivamente colonizado por ambos os contingentes, europeu livre e africano predominantemente escravo –, condiciona os discursos, quer de *brancos* quer de *não-brancos*. Pensamos que foi sobretudo pela percepção por parte dos entrevistados destas nossas duas dimensões identitárias – a racial e a nacional, que fomos simultaneamente narratária e co-autora das narrativas⁷³.

O facto de ser mulher parece-nos ter contribuído para dinamizar as entrevistas, quer as efectuadas a homens, quer a mulheres. Em relação aos primeiros, pode ter resultado num

⁷³ Jean Poirier, Simone Clapier-Valladon & Paul Raybaut, *Histórias de Vida. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora, 1995, pp. 17 e ss.

acréscimo de atenção com a forma como os assuntos da esfera sexual eram abordados, mas, simultaneamente, e uma vez ultrapassado o acanhamento inicial, parece-nos ter resultado num maior empenho em colaborar; perante as mulheres inquiridas, a partilha do género terá estimulado a confiança e tido um efeito diluidor de alguma pequena reserva inicial no tocante a certos domínios.

Por já dispormos de suficiente informação para esboçar um quadro preliminar de análise, escolhemos a modalidade semi-directiva da entrevista de investigação. As potencialidades heurísticas das entrevistas semi-directivas residem especialmente na sua capacidade de revelar as lógicas – os sentidos e as motivações – que orientam as práticas e que por estas são continuamente recicladas. Ao contrário da modalidade estruturada, permite apreender dimensões – como os sentidos e as motivações a montante dos comportamentos dos actores – que não tenham sido antecipadamente captados pelo investigador.

Não utilizámos modelos pré-definidos, porque uma entrevista é sempre única e a adaptação que requer, por parte do narratário, como do narrador, exige uma versatilidade que contraria a prossecução rígida de um modelo – adaptação ao contexto situacional da entrevista, às características idiossincrásicas do entrevistado ou ao seu grau de compreensão (não é a mesma coisa inquirir um indivíduo analfabeto ou pouco alfabetizado, ou, no outro extremo, dominando o quadro lexical básico das ciências sociais).

O guião de entrevista, conquanto constituído por uma lista de tópicos bem definidos (vd. anexo I, pp. 555-556), não correspondeu a um protocolo estruturado de molde a ser apresentado a todo o universo de inquiridos, como sucede com a aplicação de inquéritos por questionário. Ele constituiu antes um instrumento de orientação e auto-disciplina na condução da entrevista. A fuga à ordem em que as questões surgiam no guião revelou-se uma necessidade recorrente. Respeitámos apenas a ordem inicial das primeiras questões, de índole mais descritiva – informações como o nome, a idade, o nome dos pais e avós, a profissão/ocupação, as habilitações, o país/ilha/cidade de residência, de forma a preencher uma pequena ficha biográfica de cada um dos entrevistados, à qual acrescentávamos posteriormente informações adicionais consideradas relevantes. Encaminhávamos depois os entrevistados para o campo temático da pesquisa, colocando questões gradualmente mais incisivas. A antecipação de eventuais melindres que alguns tópicos poderiam suscitar nos informantes levou a que, por vezes, os contornássemos ou mesmo evitássemos durante a primeira sessão de uma entrevista, para só posteriormente os explorarmos mais sistematicamente numa outra sessão ou no contexto de uma conversa mais informal, por exemplo, no decurso de refeições em comum, propiciadoras de um clima de confiança e descontração.

O grau de directividade imprimido às entrevistas foi variável, oscilando entre uma elevada (se bem que tanto quanto possível subtil) intervenção, nas situações em que os respondentes tendiam a derivar com frequência para aspectos da biografia pessoal pouco pertinentes no âmbito da pesquisa, ou em que os (dois citados) entrevistados se fizeram acompanhar de publicações oficiais/partidárias, de molde a endoutrinar a entrevistadora; e

outras tendencialmente abertas, quando os inquiridos demonstravam grande percepção dos principais eixos temáticos e não se desviavam significativamente deles. Nestas últimas, limitávamo-nos a estimular a comunicação por parte do entrevistado, demonstrando compreensão e até adesão aos valores que enunciava ou que se inferiam do seu discurso.

No que respeita a análise dos materiais – verbalizados e não verbalizados – coligidos nas entrevistas, esta assentou em procedimentos de natureza qualitativa. Procedemos à construção de categorias semânticas, dispondo as sequências da narrativa dos entrevistados por rubricas consideradas significativas no contexto da pesquisa. A construção de categorias a partir dos materiais das entrevistas é um trabalho teórico-prático: por um lado, constroem-se dados a partir dos relatos das entrevistas; por outro, essa construção remete para a elaboração teórica. Esta é, assim, produto e produtor dessa conversão dos materiais brutos das entrevistas em dados. O enquadramento categorial do discurso dos respondentes fez-se em função dos objectivos que já haviam presidido à elaboração do guião de entrevista e das linhas de interpretação que se foram definindo, e que eram a contextualização das práticas e a sua interpretação também à luz dos significados atribuídos pelos agentes a essas práticas.

Porque os nossos propósitos não eram de quantificação das ocorrências, privilegiámos o que se revelava, do ponto de vista heurístico, mais potencialmente pertinente de acordo com o objecto da pesquisa. A diferente valorização dos extractos das entrevistas (registos mais significantes têm por vezes mais de uma entrada), em função do desigual manancial de sentido que se lhes descobre, sucede de que, independentemente da técnica seguida, a análise de conteúdo assenta sempre numa interpretação do conteúdo por parte do investigador⁷⁴ e qualquer processo classificatório procede da mesma origem. Nesta medida, a subjectividade não só é um elemento sempre presente como se revela *conditio sine qua non* de qualquer análise crítica de dados.

O que a entrevista qualitativa perde em capacidade de generalização ganha em profundidade. Numa entrevista aprofundada não é apenas o conteúdo manifesto – verbalizado – que é significativo. As referências implícitas são frequentemente mais indicativas que as explícitas, tal como os silêncios podem ser mais significativos que as palavras. Os registos não-verbalizados do discurso – as posturas corporais, a mímica, as interrupções, as pausas expressivas, as tonalizações, as dramatizações, os olhares, os suspiros – são muitas vezes portadores de mensagens menos sujeitos ao controlo dos narradores que as informações vocalizadas. Por isso, quando transcrevemos os discursos, fizemos acompanhar a transcrição do registo do que, sendo significativo, não fora verbalizado – os elementos que o gravador permitiu registar e as anotações que recorrentemente fizéramos, uma vez a entrevista terminada, sobre aspectos significativos da gestualidade dos interlocutores.

Optámos pela transcrição integral das entrevistas, apesar do esforço em que isso comportou. E fizemo-lo, por nos parecer ser esta a mais produtiva em termos de captação do sentido dos enunciados. Dispondo da totalidade dos relatos transcritos, encontrámos por vezes elementos significantes que nas leituras prévias nos haviam escapado ou que se tornaram

⁷⁴ Jean-Claude Kaufmann, *op. cit.*, p. 18.

relevantes após a redefinição da problemática (não concordamos aqui com Kaufmann, para quem, após a audição das entrevistas, só se justifica a transcrição dos fragmentos considerados como mais expressivos). O universo de cerca de cinco dezenas de entrevistas tornava exequível, conquanto demorada, a sua transcrição integral.

Quanto ao processo de transcrição das entrevistas, e estando consciente de que uma transcrição nunca é um original, estamos convicta de que o esforço de fidelidade ao discurso que empregámos na transcrição dos depoimentos o aproxima muito do original. Interessava-nos não só a perspectiva dos entrevistados, como também obter essa perspectiva pelo próprio discurso dos entrevistados. Esforçámo-nos por isso por reproduzir o mais fielmente possível o discurso dos interlocutores, transcrevendo-o literalmente, no que respeita a sintaxe (descurámos intencionalmente a correcção gramatical) e a outros elementos, por vezes muito significativos, como as pausas, os silêncios, as interrupções, a entoação, o arrastamento das palavras, utilizando para isso sinais gráficos, como a exclamação, a interrogação, o travessão, as reticências ou as aspas simples, para os registar o mais fielmente possível. Reticências entre parênteses curvos – (...) – indicam cortes no texto citado; entre parênteses rectos – [] – acrescentamos notas referentes a risos, a amolecimentos ou a endurecimentos de voz, a hesitações, a suspiros ou a gestos que acompanharam a enunciação e que não foram vocalizados; reticências envolvidas por parênteses rectos – [...] – reportam-se a nomes de pessoas mencionadas pelos informantes, que optámos por omitir. Usámos plicas de abertura e fecho – ‘ ’ – no início e no fim de citações no corpo do enunciado do entrevistado, ou seja, quando este citou directamente o discurso de outrem ou se citou a si próprio. As passagens mais enfatizadas pelos inquiridos foram registadas a negrito, e a itálico o que foi enfatizado por nós, ou seja, os segmentos do discurso considerados especialmente significativos.

Já em relação à grafia das palavras, mormente dos relatos em português, optámos por não a adequar à pronúncia. Conquanto imprescindível noutros âmbitos de estudo, no nosso não se apresentava relevante. Nas situações em que os inquiridos falavam simultaneamente em português e crioulo (aconteceu alguns começarem na língua do prestígio e terminar as entrevistas na língua que melhor dominam), pareceu-nos importante respeitar a grafia das duas línguas, ainda que presentes numa mesma frase. Sempre que citámos palavras ou expressões no crioulo da ilha, usámos a ortografia portuguesa e não a proposta pelo ALUPEC⁷⁵. Tratando-se de um crioulo de base portuguesa, julgamos conveniente dispensar os *k* e os *y* da norma que está a ser implementada no arquipélago e à qual ainda não conseguimos ouvir nenhuma referência elogiosa da parte dos linguistas com quem falámos⁷⁶. Apesar da proximidade gráfica, a semântica crioula apresenta, por vezes, matizes face ao português metropolitano. Quando palavras ou frases em crioulo, cuja compreensão possa não ser

⁷⁵ Acrónimo de Alfabeto Unificado para a Escrita da Língua Cabo-verdiana.

⁷⁶ Além da questão da variância insular do crioulo e da discórdia sobre qual das variantes eleger como base de uma língua escrita nacional cabo-verdiana, também a utilização forçada de letras estranhas ao contexto latino em que o crioulo cabo-verdiano predominantemente assenta é alvo de debate e contestação no arquipélago. Mais de três décadas passadas sobre o acto da independência política do território e atendendo às características da sua colonização – a inexistência de uma população autóctone conquistada pela força e o predomínio das referências culturais do contingente populacional dominante (o europeu/português), desde a implantação demográfica no arquipélago –, a (es)forçada distanciação face ao português manifesta-se, quanto a nós, anacrónica e constitui factor de desrespeito pela identidade nacional cabo-verdiana.

imediate, pelo afastamento lexical ou sintáctico face ao português, apresentamos a sua ‘tradução’, em nota de rodapé.

Um condicionamento que acompanhou as entrevistas a informantes exclusiva ou predominantemente crioulofonos foi a nossa difícil compreensão do crioulo insular, mormente do utilizado pelos elementos menos ou nada alfabetizados. Há conceitos que estão enraizados no crioulo e que perdem pelo menos parte do seu conteúdo semântico quando ‘traduzidos’ para outra língua, ou tonalidades da entoação cujo alcance expressivo se perde quando não se domina a língua. Antecipando a dificuldade em entrevistar os que se exprimem exclusivamente em crioulo, procurámos aprender os seus rudimentos, para o que frequentámos em Portugal um pequeno curso de crioulo (da variante de Santiago) e lemos poesia também em crioulo. Sentimos relativa facilidade em entender o crioulo mais próximo do português actual, falado pelos indivíduos mais escolarizados, o mesmo não se podendo afirmar do falado pelos analfabetos ou pelos muito precariamente alfabetizados. Só nestes casos solicitámos a presença de um vizinho, amigo ou parente do entrevistado que nos pudesse esclarecer quando as dúvidas surgiam. Na transcrição, tudo se revelou mais fácil, porque pudemos lentificar a pronúncia das palavras, de modo a captá-las melhor. Houve apenas uma situação de um inquirido de idade avançada, cuja dificuldade em falar perceptivelmente gerou dúvidas, durante a audição do discurso gravado, quanto ao seu conteúdo, mesmo depois de pedido auxílio a dois falantes da variante insular de crioulo. Na persistência de dúvidas, ainda quando se tratava de apenas uma palavra no contexto de uma frase, optámos por não a transcrever.

Tivemos o cuidado de não sobrecarregar o trabalho, pelo perigo de distensão, com demasiadas inclusões de extractos das entrevistas, tendo-nos cingido aos que, pela sua expressividade, melhor permitissem captar o sentido do enunciado. As precauções tomadas para garantir o anonimato dos inquiridos prenderam-se não só com a atribuição de etiquetas de referência na identificação dos autores dos trechos das entrevistas citados no texto, cuidando de escolher nomes fictícios que não coincidissem com os nomes dos entrevistados, como também com o cuidado em evitar, na medida do possível, a citação de passagens muito susceptíveis de identificar os seus autores, mormente os registos mais confidenciais, geralmente os que relatam aspectos íntimos da vida própria ou alheia. Contudo, apesar de movida por estas considerações deontológicas, sabemos que, dada a pequenez do meio e os laços de amizade ou de parentesco que unem muitos dos entrevistados (mormente os *brancos*, todos feitos parentes pela homogamia grupal), algumas das citações, directas ou indirectas, pelo seu conteúdo, farão recair suspeitas sobre a sua fonte ou presumível fonte.

O controlo dos materiais dos relatos foi feito pela confrontação entre si e com documentação de outra natureza: elementos das fontes ‘duras’ tradicionais – estatísticas e outros documentos oficiais, documentos notariais e do registo civil e predial –, da imprensa periódica e de testemunhos escritos de indivíduos que passaram ou viveram temporariamente na cidade de São Filipe. Os pontos de referência temporais dos acontecimentos descritos (muito na base da imprecisão, do *por volta de...*), os locais e os protagonistas, para serem

precisados e validados, exigiram demorada pesquisa documental, mormente do espólio do AHN da Praia, onde permanecemos algumas semanas em 2008 e em 2010.

Não cuidámos nunca de proteger o modelo construído, ignorando tacticamente o material que o poderia infirmar parcial ou integralmente. Tratar-se-ia de uma má estratégia, já que condenaria o modelo a uma falta de consistência que seria facilmente detectada por estudos posteriores que certamente surgirão. Procurámos sempre dados e leituras dos dados susceptíveis de refutar a orientação que estávamos dando à nossa interpretação. Indagámos por trajectórias individuais e/ou de agregados domésticos que contrariassem o modelo tal como ele fora sendo esboçado até então. Quando deparávamos com percursos sociais singulares que, pela confluência de uma série de factores, se haviam feito mais à 'revelia' das condicionantes estruturais, analisávamos o respectivo grau de excepcionalidade – tratando-se de casos únicos, tendiam a confirmar o modelo em construção; se o grau de singularidade diminuía, repensávamos e reconstruíamos o modelo. As relações de paternidade pai *branco* – filho *não-branco*, por exemplo, caracterizavam-se por uma tal diversidade de práticas, que não conseguimos mesmo identificar suficientes regularidades que autorizassem a constituição de modelos globais únicos. Foi também o assunto sobre o qual a leitura e a análise dos relatos dos informantes mais nos foi revelando sempre aspectos novos e sugerindo pistas de reinterpretação que sistematicamente demonstravam os limites do quadro anteriormente esboçado. Foi esta postura de abertura e de auto-refutabilidade que acompanhou toda a investigação que nos levou a mais uma estadia na ilha e que nos conduziu a algumas reformulações da problemática. Foi na confrontação contínua entre modelo teórico e factos que assentaram alguns dos principais procedimentos de objectivação.

O texto final apresenta-se estruturado em quatro partes, subdivididas em quinze capítulos. Preliminamos o capítulo 1 com a justificação da pertinência da metaforização estratigráfica na análise da localização diferencial dos grupos no espaço social, pondo em relevo o seu carácter dinâmico. Revisitamos brevemente as principais tradições teóricas sobre a estratificação social: a marxista, focada essencialmente nas condições materiais de existência e na luta de classes, relevando o conflito e a mudança; a weberiana, acrescentando à riqueza outras dimensões da desigualdade, como a posição na hierarquia da estima social e do exercício do poder e enfatizando a adesão a um sistema comum de valores na legitimação das assimetrias; e, muito enformada por esta última, a funcionalista, que faz corresponder à desigual distribuição dos recursos uma desigual importância funcional dos papéis desempenhados pelos actores, privilegiando o consenso em torno de um sistema de valores como garante da ordem e da integração social, logo, da estabilidade dos sistemas sociais.

Acentuando o peso dos factores económicos na determinação da desigualdade ou inscrevendo-se numa perspectiva mais multidimensional da estratificação, as propostas posteriores repercutem as contribuições destas diferentes ênfases teóricas e põem em

evidência a sua complementaridade. O último ponto do capítulo incide sobre a teorização bourdieusiana do espaço social enquanto «espaço de relações» de diferenças⁷⁷. Nele, vemos como, para Bourdieu, as posições no espaço de relações estão associadas a estilos de vida exclusivos, de cuja reprodução, através do investimento em capital cultural e simbólico, depende o lugar ocupado pelos grupos no sistema de posições relativas. Tendo presente que foi sob a ampliação das diferenças entre práticas culturais de colonizados e colonizadores que historicamente se legitimaram os sistemas de dominação inerentes à política imperial europeia de Oitocentos e Novecentos, relevamos sobretudo a contribuição de Bourdieu, por este ter procurado conceptualizar, sob a noção de *habitus*, uma certa unidade de práticas que, desigualmente valorizadas, constituem instrumentos de legitimação dos diferenciais de poder.

Porque uma qualquer análise das relações raciais não pode eximir-se do estudo dos conteúdos do conceito de raça, o capítulo 2, a que a analogia gastronómica de Montagu dá o mote, ocupa-se de várias das suas formulações aplicadas ao género humano, desde a sua construção científica e as suas divisões hierarquizadas no Oitocentos euro-hegemónico, até à percepção do seu carácter socialmente construído, no século seguinte. Reflecte-se também sobre as diferentes perspectivas e linhas de argumentação em torno da defesa ou da irradicação do léxico da raça no campo da análise social e a grande contingência e fluidez das adscrições raciais, mormente em contextos como o brasileiro, o antilhano e o cabo-verdiano, em que o seu entrosamento com a classe e a instrução pode diluir ou ampliar o seu conteúdo fenotípico.

Apresenta-se e define-se o *corpus* conceptual eixo do suporte teórico da análise empírica – a distinção entre *branco* e *não-branco*. Sendo a identidade um processo relacional, a identidade *branca* do Fogo construiu-se face a outra(s), *não-branca(s)*. Residindo o valor analítico desses conceitos correlativos na sua articulação com a análise empírica da realidade social, discorreremos sobre as suas dimensões constitutivas, que excedem largamente o fenótipo.

O capítulo 2 debruça-se também sobre a ideologia colonial portuguesa da mestiçagem, sobre o potencial transgressivo desta, mas igualmente sobre os limites da sua capacidade de transpor dualidades sócio-raciais e culturais, procurando-se escapar, quer à sua diabolização quer à sua hagiografia.

Ainda neste capítulo, abordamos a relevância da questão racial na dinâmica académica e, em maior medida, da dinâmica académica sobre a (construção/reconstrução da) questão racial no Brasil. Fazemo-lo por dois grupos de razões: por um lado, pela relativa proximidade sociológica da vivência quotidiana da raça no Sotavento de Cabo Verde e no Brasil, caracterizada (1) pela memória estigmatizante da ordem social escravocrata; (2) pela não assumpção – tanto formal como informal – da importância da raça; (3) pela histórica convivialidade (dentro de certos limites, representando o casamento o mais estruturado desses limites) entre os diferentes segmentos cromáticos; (4) pela ambiguidade do sistema

⁷⁷ Bourdieu define o espaço social como «espaço dos estilos de vida ou (...) conjunto de *Stände*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes.» Cf. *O Poder Simbólico*, op. cit., p. 144.

classificatório e das identificações, em que a cor desempenha um papel relevante, mas não autónomo; (5) por um intenso processo de miscigenação e hibridação cultural, (6) coexistindo com uma estrutura de classe, estatuto e poder parcialmente assente no fenótipo; por outro lado, pela importância de que este debate se reveste no Brasil, manifestada no volume de obras publicadas sobre o assunto, muitas das quais numa perspectiva comparativa com os Estados Unidos da América. Tecemos ainda algumas considerações sobre os possíveis efeitos de reessencialização rática desta orientação pró-racialista de parte considerável do meio académico e político-institucional brasileiro da actualidade, e da sua eventual exportação para Cabo Verde, pelos bolseiros do arquipélago a estudar em universidades brasileiras.

No capítulo 3, passa-se em revista o alcance, os limites e as diferentes perspectivas de alguns conceitos que pretendem dar conta das dinâmicas engendradas pela multiplicação das ocasiões de contacto entre povos de matrizes culturais muito diversas. A conceptualização de fenómenos sociológicos emergentes do contacto entre europeus e não-europeus, na sequência do processo de globalização despoletado pelos portugueses no século XV, tem vindo nalguns casos a distender-se de forma a cobrir as dimensões culturais dos processos de diáspora actual. Conquanto se possam identificar confluências entre a primeira globalização e a fase actual do processo, caracterizado pela aceleração e (quase) generalização dos contactos culturais, essa identificação nem sempre autoriza à utilização dos mesmos constructos, sob risco de anacronismo e correlativa redução do alcance operativo dos conceitos. Propomos, neste terceiro capítulo, que se retenham alguns conceitos, desde que se sujeitem a uma clarificação semântica que delimite os respectivos campos de aplicação. É o que se defende para dois dos constructos centrais da teoria pós-colonial – o de crioula e o de hibridação: que o uso do primeiro se restrinja aos processos associados às emergências bio-culturais surgidas no contexto da colonização europeia de África, da América e de alguns territórios da Ásia, nos primeiros séculos da Idade Moderna; e que o segundo se aplique aos fluxos culturais que atravessam a globalização económica desde o pós-Segunda Grande Guerra, quando os antigos territórios colonizados acederam formalmente à independência política, e quando as urbes das antigas potências colonizadoras passaram a ser o destino preferencial das correntes migratórias com origem nas antigas colónias.

A própria consideração do facto crioulo ou do facto híbrido, de identidades crioulas ou de identidades híbridas, parte da suposição prévia de que as identidades podem ser historicamente construções estáticas, monolíticas e monocentradas, o que contraria o paradigma predominante, quer em história quer em sociologia, da processualidade dos factos sociais. A inclusão do sufixo *ção* salvaguardaria assim a dimensão processual dos fenómenos abrangidos pelos dois conceitos e ultrapassaria os redutos de essencialismo de que têm sido acusados, mormente o conceito de hibrididade. No último ponto do capítulo 3, reflecte-se sobre os limites do conceito de hibridação para definir uma realidade cultural que continua muito marcada por assimetrias, não apenas as herdadas da colonização, como as desenvolvidas pela intensificação contemporânea do processo de globalização.

No capítulo 4, expõem-se as principais narrativas da identidade cabo-verdiana. Começa-se por focar a paleta compósita da temática pós-colonial, a pertinência desta designação para cobrir um vasto campo de estudos, e por tecer algumas considerações em torno do pós-colonialismo de expressão portuguesa. Entre as explicações de fundo culturalista para dar conta das particularidades do colonialismo português e do pós-colonialismo em português, e as que assentam nas vulnerabilidades da(s) experiência(s) colonial(is) (e pós-coloniais) portuguesa(s), parece difícil contestar, senão a existência de um fundo comum às várias e tão diversas – no tempo, no espaço e no modo – experiências coloniais portuguesas, pelo menos algumas práticas recorrentes e individualizadoras, quando contrastadas com outras experiências europeias, como a do colonialismo-referência britânico. Em Cabo Verde, as vulnerabilidades do Próspero português articularam-se com as características ecológicas desencorajadoras do povoamento humano do arquipélago, para gerar práticas que singularizaram o espaço de relações sócio-raciais entre europeus e africanos, no universo da colonização portuguesa.

No último ponto do capítulo, vemos como as representações identitárias cabo-verdianas se têm historicamente forjado em torno do binómio Europa-África: a uma genética predominantemente negro-africana, que é consensual, corresponderia um legado cultural essencialmente europeu ou, pelo contrário, preponderantemente africano, consoante os horizontes político-ideológicos das elites próximas do Estado, na perspectiva das suas estratégias de dominação.

E como a narrativa não é neutra – nem a colonial nem a pós-colonial –, convocamos os dois autores que nos últimos anos mais se têm debruçado sobre a problemática identitária e sobre as diferentes propostas de construção da nação em Cabo Verde, e ainda sobre a articulação entre os discursos em torno da identidade cultural e os interesses que moveram as anteriores elites políticas e intelectuais e movem as que detêm actualmente o poder no arquipélago – Gabriel Fernandes e Gomes dos Anjos. Privilegiando o enquadramento histórico dos contornos e dos conteúdos da nação que estas elites veicularam e continuam veiculando, os dois autores analisam em que medida as diferentes conjunturas político-ideológicas, actuando sobre os interesses dessas elites, têm mobilizado diferentes programas identitário-nacionais. Ao mesmo tempo que revisitam os discursos novecentistas sobre a nação cabo-verdiana, expõem a sua própria versão da mesma, assumindo claramente, no caso de Anjos, uma dimensão eminentemente prospectiva, inscrita na sua percepção estritamente utilitária da nação, segundo a qual a escolha dos conteúdos deve ser apenas determinada pela contabilização das mais-valias que eles perspectivam.

Porque as sociedades são processos aos quais a percepção temporal introduz um importante elemento de inteligibilidade, depois de, no capítulo 5, se aludir brevemente ao achamento das ilhas de Cabo Verde, a partir das primeiras fontes documentais a fazer-lhe referência, os capítulos 6 e 7 incidem sobre a análise dos fenómenos relevantes para a problemática sócio-racial do arquipélago, numa perspectiva essencialmente diacrónica. Num quadro interpretativo em que a raça constituiu uma das dimensões das profundas assimetrias

que diferenciavam os dois contingentes humanos colonizadores do território e enformavam as suas interações, impõe-se a sociogénese dessas estruturas assimétricas: as características do povoamento, a constituição dos grupos dominante e dominado – respectivamente, o de origem europeia, *branco* e livre e o de origem africana, *negro* e escravo –, a organização político-administrativa e o sistema económico, com destaque para a desescravização precoce, para o regime de propriedade e para a crescente retracção da economia cabo-verdiana.

No capítulo 8, faz-se a descrição ecológica da ilha do Fogo, realçando as características orográficas, edáficas e climáticas que mais condicionaram o tipo de povoamento e de exploração agrícola da ilha. Relevando da preocupação em enquadrar o sistema de relações raciais fogueense nos processos sócio-económicos e políticos seculares que remontam à implantação demográfica na ilha, no capítulo 9, discorre-se sobre os factores que terão contribuído para a prioridade do povoamento do Fogo face ao de outras ilhas, sobre a difícil implementação de uma estrutura administrativa e a propensão autárquica da administração insular, de que as dificuldades no seu provimento e as relações atribuladas entre os agentes régios e os oficiais concelhios eram causa e sintoma. Prossegue-se, no capítulo 10, com o panorama económico da ilha, com destaque para o cultivo do algodão, móbil da precocidade do povoamento do Fogo, e para a retracção da economia insular e a sua desmonetarização, na sequência da marginalização do arquipélago face ao comércio inter-continental de escravos oeste-africanos.

Os sete capítulos em que se desdobra a secção IV do trabalho constituem a sua parte mais criativa. Neles reside o contributo da investigação para o estado do conhecimento das relações raciais no antigo espaço da colonização portuguesa. É neles que se apresenta o modelo que propomos de interpretação do sistema de relações sócio-raciais de São Filipe.

A relativa insularidade sociológica da ilha do Fogo no interior do arquipélago patenteava-se na apropriação sócio-racial e económica do espaço urbano do seu principal aglomerado populacional. Para além da dimensão física, o espaço urbano envolve todas as outras dimensões socialmente significativas: a económica, a política, a racial e a simbólica. A distribuição das residências familiares, que cartografámos, permite-nos identificar as manifestações espaciais das assimetrias entre *brancos* e *não-brancos* em São Filipe.

Nos capítulos 10 e 11, reflectimos sobre os princípios de diferenciação subjacentes à distribuição dos lugares na cidade ou, colocando a questão de outra maneira, sobre a relação entre a natureza e quantidade dos capitais possuídos por *brancos* e *não-brancos*. A maior extensão do capítulo 10 deve-se à necessidade de privilegiar na nossa análise o perfil do grupo que, ocupando os lugares cimeiros das várias estruturas hierarquizadas, impunha os referentes e estabelecia as práticas de diferenciação, ou seja, os *brancos*. Analisamos a interligação entre as várias dimensões da identidade do grupo de famílias que constituía o segmento dominante da vila/cidade, mostrando como a racial não surgia isolada da económica, da cultural, da social e da política, todas participando umas das outras, todas confluindo para a identidade global do grupo. Vemos como a ascendência assegurava as fronteiras inter-raciais e a sua reprodução e ainda a transmissão do património familiar, assente em dois grandes referentes: o fundiário e o

onomástico. Ainda neste capítulo, defendemos que o que designamos por prática linhagística constituía um dos principais elementos do repertório simbólico de diferenciação entre *brancos* e *não-brancos* em São Filipe.

O último ponto do capítulo trata das dinâmicas geradas pela rede alargada de parentela e pelas funções de intermediação com o exterior ao nível do poder local: os efeitos da concentração dos cargos da administração concelhia e a importância da disputa pelo poder político nas hostilidades entre fracções familiares.

O capítulo 12 debruça-se sobre os processos que condicionaram ou determinaram o esbatimento das fronteiras, inclusive raciais, entre os dois segmentos populacionais, *branco* declinante e *mestiço* ascendente. Nele se expõe em que medida a erosão da posição de autoridade em função da raça foi tributária das transformações nas condições sócio-económicas que estavam associadas ao modelo racializado de relações de São Filipe. Quais as componentes estruturais potenciadoras desse sistema de relações, até ao final do primeiro quartel do século XX?, que mecanismos actuaram no sentido da transformação desse sistema?, que lógicas inerentes à própria configuração social anterior potenciaram as transformações posteriores, mas também as continuidades? – são questões às quais se procura dar resposta.

Na medida em que as representações sociais são simultaneamente orientadoras da (inter)acção e modeladas no contexto do seu decurso, as categorias raciais reflectem as relações estruturais. No capítulo 13, equaciona-se a considerável sobreponibilidade entre baixo estatuto e classe e elevada pigmentação, por um lado, e entre elevadas posições sócio-económicas e baixa pigmentação, por outro, na construção das representações mútuas de *brancos* e *não-brancos*: se os julgamentos prévios negativos que o grupo dominante faz recair sobre os dominados conduzem frequentemente à discriminação, também a percepção da discriminação por parte dos dominados tende a corporizar-se na raça, negligenciando outros elementos diferenciadores e potencialmente indutores da discriminação.

No capítulo 14, procura-se captar as regularidades das relações entre *brancos* e *não-brancos*, pondo em evidência a importância dos contextos situacionais e os limites impostos à interacção. Tratava-se de relações que, conquanto nem sempre circunscritas à funcionalidade, se enquadravam em geral no contexto hegemónico da dominação *branca*.

O capítulo 15 desdobra-se em dois pontos: no primeiro, retoma-se a relevância da homogamia grupal na reprodução simbólica das famílias da elite *branca* do Fogo, mas agora para ajudar a explicar os diferentes papéis sexuais atribuídos pelo segmento dominante, aos homens e às mulheres *brancos*, por um lado, e às mulheres *brancas* e às *não-brancas*, por outro.

Ainda neste último capítulo, propomos uma reinterpretação das relações entre os homens *brancos* e os seus filhos *de fora* (os nascidos à margem do casamento), que, tal como referimos no respeitante à mestiçagem, se demarque quer da hagiografia quer da condenação generalistas. Consideramos que se tratava de um fenómeno complexo que contemplava uma

grande diversidade de situações e que, por isso, não nos permite um elevado grau de generalização.

Finalmente, na última secção do trabalho, apresentam-se as conclusões gerais a que a pesquisa empírica conduziu, incidindo-se nas respostas às questões colocadas e ponderando-se sobre a validação da hipótese central. Expõem-se ainda algumas reflexões sugeridas pelo decurso da investigação e reafirma-se a perspectiva analítica que a enquadrava, firmada na convicção de que a raça não emerge de um vácuo, mas que, pelo contrário, é uma configuração particular de um fenómeno mais geral de marcadas assimetrias – sociais, culturais, de poder – entre grupos humanos, que, no caso estudado, teve origem na escravização massificada dos africanos e dos seus descendentes no contexto do expansionismo europeu das Épocas Moderna e Contemporânea.

PARTE I

**(CON)TEXTURA TEÓRICA DO ESTUDO:
LINHAS DE REFLEXÃO E CLARIFICAÇÕES CONCEPTUAIS**

Capítulo 1

A DESIGUAL REPARTIÇÃO DOS RECURSOS E A AVALIAÇÃO DIFERENCIAL DAS POSIÇÕES

1.1. Metaforização estratigráfica. Factores de estabilidade e de instabilidade dos sistemas de estratificação

A desigualdade pode ser apreendida através da imagem e terminologia estratigráficas, se bem que estratificação social e desigualdade social não sejam sobreponíveis: a primeira envolve a estruturação da segunda em camadas hierarquizadas que se caracterizam por oportunidades e estilos de vida distintos e ainda pelas dinâmicas que geram essas diferenças⁷⁸.

A imagem estratigráfica sugere frequentemente pouca fluidez, sinais de evolução a ritmos muito lentos, ofuscando as movimentações sectoriais dos agentes sociais e as mudanças. Porém, se definirmos estratificação social como «a observação empírica da disposição por camadas de pessoas e grupos relativamente a dimensões sociais significativas»⁷⁹, e a apreendermos como sistema de relações, evidenciamos o seu carácter dinâmico, eventualmente ofuscado pela metaforização geológica.

As várias dimensões sectoriais do posicionamento social de que se constitui a posicionalidade global têm dinâmicas próprias, se bem que interrelacionáveis, como o atesta a frequente correspondência entre as dimensões económica, social e política da estratificação e, no caso das sociedades nascidas do expansionismo europeu do último meio milénio, também entre estas e a dimensão racial. São múltiplas as situações em que numa mesma situação de classe estão contidas diferentes posições de *status* e vice-versa, em que elementos situados em diferentes classes partilham um *status* aproximado. Nesta correspondência – e, em muitos casos, correlação – entre as bases da hierarquização nos vários sistemas de estratificação radica o potencial de transformação desses sistemas, pelo impacto das dinâmicas sectoriais nas estruturais globais da estratificação.

A posição relativa nas hierarquias da estratificação pode variar consoante a origem e o nível do rendimento, o capital escolar, a ocupação profissional, a área da residência, a raça, a religião ou outros critérios de valoração. Consoante os critérios definidores do estrato social,

⁷⁸ John Scott, *Stratification and Power: Structures of Class, Status and Command*, Cambridge, Polity Press, 2ª ed., 2004 [1996], p. 191.

⁷⁹ António Marques Bessa, *Quem governa? Uma análise histórico-social do tema elite*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1992, p. 357.

assim o número de estratos que se podem identificar numa formação social. Se privilegiarmos, à maneira marxista, as classes sociais e as respectivas relações conflituais como instrumentos de análise da organização social, identificamos dois grandes estratos estruturados em torno do processo de produção. Se, pelo contrário, considerarmos a pluridimensionalidade da estratificação, é possível que identifiquemos mais estratos.

Os sistemas de estratificação, conquanto estejam equipados com instrumentos de conservação – mormente a partilha de quadros de sentido que, ao conferirem alguma legitimidade à estruturação das assimetrias, neutralizam o potencial de ruptura das tendências centrípetas geradas pelo posicionamento diferencial de sujeitos e grupos – não constituem sistemas de relações de inequívoca rigidez estrutural, que a analogia geológica poderia superficialmente fazer supor⁸⁰. Como em tantos outros conceitos em ciências sociais, coloca-se mais a questão terminológica que a de conteúdo: uma posição social, ou seja, o lugar ocupado por um sujeito ou um grupo num determinado espaço social, pode ser designado por estrato, desde que consideremos tratar-se de uma camada idealmente construída com base na nossa interpretação, e à qual não é alheia a mobilidade e a intercomunicabilidade. Se, por um lado, as relações entre estratos sociais trazem impressa a carga avaliativa da diferente posicionalidade no espaço social – o facto de um estrato se situar acima ou abaixo de outro interfere nas relações entre os sujeitos e os grupos –, por outro, assiste-se, na maior parte das situações, e apesar dos condicionalismos, à circulação entre estratos, à excepção, talvez, das sociedades cujo modelo de estratificação assenta na casta e em que a sua legitimidade deriva da própria chancela divina. O facto de se percepcionar a sociedade como espaços mais ou menos fluidos de relações não invalida, pois, que não consideremos a dimensão vertical das relações sociais dada pela metaforização estratigráfica do espaço social.

É nesta perspectiva que John Scott afirma a actualidade, pertinência e potencialidades da abordagem estratigráfica. Filiando as críticas que a associam a uma visão pouco dinâmica da sociedade, de onde o conflito estaria ausente, na ignorância da disciplina geológica, origem inicial do léxico estratigráfico, relembra que as formações geológicas são estruturas complexas e não simples estratos sobrepostos: «They are complex structures that are characterised by fissures, faults, folds and intrusions, and that involve complex metamorphic processes. (...) Strata do not simply lie on top of one another in net layers like a jam sandwich.»⁸¹ É esta complexidade que, segundo o autor, torna o modelo estratigráfico especialmente fecundo no estudo das dinâmicas sociais. Os estratos sociais são formações dinâmicas a partir do momento da sua origem: eles resultam de processos de interacção e de mobilidade intra e intergeracionais que congregam situações de poder diferenciais. Estas são engendradas pelos mecanismos que subjazem aos três elementos em que Scott assenta a estratificação social – «class, status and command»⁸²: as situações de classe, geradas pela propriedade e pelas relações de mercado, originam modelos de dominação motivados pelo interesse económico; as

⁸⁰ John Rex, por exemplo, recusa a terminologia estratigráfica pela suposta ausência de movimento que esta sugeriria. Cf. *Raça e Etnia*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 24. Já Georges Balandier propõe uma designação alternativa: *sistema de desigualdade e de dominação*. Cf. *Anthropo-logiques*, Paris, PUF, 1974, p. 126.

⁸¹ John Scott, *op. cit.*, pp. 191-192.

⁸² *Ibid.*, p. 158.

situações de *status*, pelo prestígio; as relações de controlo⁸³, pela dominação legítima, todas concorrendo para gerar diferentes estilos e oportunidades de vida. Os estratos sociais podem, assim, ser definidos como estruturas multidimensionais assentes em diferenciais de poder, que se podem revestir de um cariz essencialmente económico (classes sociais), social (*status*) ou político (blocos sociais), e que estão sujeitas a forças e tensões que actuam no sentido de reproduzir ou transformar essas estruturas de estratificação⁸⁴. O fenómeno da estratificação reveste-se, portanto, de um carácter dinâmico.

Em meados do século, a *American Sociological Review* foi suporte de uma controvérsia mantida em torno do fenómeno da estratificação, entre os teóricos de matriz funcionalista Kingsley Davis e Wilbert Moore, por um lado, e Melvin Tumin, por outro. Esta polémica está reproduzida na obra que Reinhard Bendix e Seymour Lipset organizaram em torno de três grandes dimensões da estratificação, a classe, o *status* e o poder⁸⁵. Para os dois primeiros autores, a existência dos sistemas de estratificação prende-se com o reconhecimento social diferencial aos que desempenham as tarefas funcionalmente mais necessárias, difíceis e importantes, atribuindo-lhes maiores parcelas dos recursos socialmente valorizados. Conquanto os sistemas de estratificação apresentem diferentes formas, a sua ubiquidade reside na necessidade de todos os sistemas sociais situarem os indivíduos e motivá-los para o desempenho de papéis funcionalmente importantes⁸⁶. Àqueles que requerem maiores qualificações, capacidades e treino, correspondem as maiores recompensas e as mais elevadas posições no sistema social. Assim, o acesso diferencial aos bens, ao prestígio, às posições ocupadas pelos indivíduos, ou seja, a desigualdade, é uma necessidade originada pela própria ordem social:

Social stratification systems function to provide the elite with the political power necessary to procure acceptance and dominance of an ideology which rationalizes the *status quo*, whatever it may be, as "logical", "natural" and morally right." In this manner, social stratifications systems function as essentially conservative influences in the societies in which they are found.⁸⁷

A adesão relativamente consensual ao mesmo sistema de valores explica que a desigualdade tenda a ser interiorizada como legítima, favorecendo dessa forma a estabilidade tendencial dos sistemas sociais, mesmo quando estes apresentam uma distribuição muito assimétrica dos recursos, materiais e simbólicos.

Davis e Moore relevam, pois, a função integradora da desigualdade e da estratificação, que, sob uma perspectiva mais generalista e abstractizante, Talcott Parsons partilhará. Para Parsons, é na distribuição de papéis desigualmente valorizados que reside o carácter estruturado do sistema social⁸⁸, cujo regular funcionamento exige que a papéis socialmente mais valorizados, porque funcionalmente mais importantes para o sistema, equivalham

⁸³ É difícil traduzir com precisão o termo *command* empregue por Scott; o que nos parece mais próximo é *controlo*, já que *autoridade*, *dominação* e outros são paralelamente empregues pelo autor, que não os sinonimiza.

⁸⁴ John Scott, *op. cit.*, pp. 192-194.

⁸⁵ Vd. Reinhard Bendix & Seymour Lipset (orgs.), *Class, Status and Power. Sociological Stratification in Comparative Perspective*, Nova Iorque, The Free Press, 2ª ed., 1966 [1953].

⁸⁶ Kingsley Davis e Wilbert E. Moore, «Some Principles of Stratification», in Reinhard Bendix & Seymour Martin Lipset (orgs.), *Class, Status and Power: Social Stratification in Comparative Perspective*, *op. cit.*, p. 47.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 58.

⁸⁸ Talcott Parsons, *El Sistema Social*, Madrid, Editorial Revista de Occidente, 2ª ed., 1976, p. 116.

gratificações superiores e correspondente localização no sistema, ou seja, homóloga posição de *status*⁸⁹.

A Melvin Tumin, pelo contrário, repugna o carácter forçosamente integrador que Davis e Moore atribuem à estratificação. Enquanto estes relevam a funcionalidade positiva da estratificação, fazendo derivar a funcionalidade da universalidade, Tumin, aceitando a universalidade da desigualdade da distribuição dos recursos materiais, do prestígio e do poder, discorda que da universalidade decorra inevitavelmente a sua funcionalidade e acentua as consequências desintegradoras da desigualdade institucionalizada pelos sistemas de estratificação. Para Tumin, nem a universalidade é garantia da funcionalidade positiva dos sistemas de estratificação (logo, da desigualdade), nem implica a sua inevitabilidade⁹⁰. Tumin, ao contrário dos outros dois autores, considera que, conquanto elementos conservadores, os sistemas de estratificação geram desconfiança e suspeição entre os arredados das recompensas sociais, obstaculizando, desta maneira, a integração social e constituindo um factor de desestabilização pelo menos potencial.

Depois de apresentar os critérios fundamentais que estariam na origem da hierarquia entre as várias posições sociais⁹¹, às quais subjazem diferentes proporções de poder, prestígio, propriedade e gratificação social, este autor releva, e essa é quanto a nós a sua principal contribuição, a constante mutabilidade dos sistemas de estratificação.⁹² Se, à semelhança de Parsons⁹³, destaca a importância da socialização e das sanções como sustentáculos da estabilidade e da continuidade das normas e do conformismo, como explica então que haja evolução nos sistemas de estratificação? Tumin considera que isso se deve à variabilidade da eficácia da socialização, de uma família para outra, de uma geração para outra. A demografia é também outra fonte importante de explicações para a mutabilidade dos sistemas de estratificação: quando a taxa de nascimentos na classe dirigente não assegura as necessidades sociais, recorre-se estrategicamente aos elementos oriundos das outras camadas sociais⁹⁴.

Um factor de estabilidade dos sistemas de estratificação, pelo contrário, é o elevado grau de «aceitação voluntária» das assimetrias. Esta decorre do facto de os comportamentos serem movidos por considerações de *status*, já que é universal o desejo de avaliação positiva por parte dos outros. É o que explica, segundo Tumin, a grande estabilidade dos sistemas de castas⁹⁵.

Na mesma publicação, Wlodzinaierz Wesolowski releva a dimensão autoridade na estruturação da desigualdade, considerando que as estruturas de poder são inevitáveis em

⁸⁹ *Ibid.*, p. 34.

⁹⁰ «Reply to Kingsley Davis», Melvin Tumin, in Reinhard Bendix & Seymour Martin Lipset (orgs.), *op. cit.*, pp. 62-63.

⁹¹ O autor expõe estes critérios em *Social Stratification: The forms and Functions of Inequality*, 1966; utilizámos a tradução *La stratification sociale: Les formes et les fonctions de l'inégalité*, Gembloux, Editions J. Duculot, 1971, pp. 31 e ss.

⁹² Aos quais, no entanto, são inerentes pelo menos quatro processos – diferenciação, classificação, avaliação e gratificação. À semelhança de Weber, Tumin funda a hierarquia das posições nos diferenciais de poder, de propriedade, de avaliação social, e acrescenta-lhes um outro critério, o da «gratificação psíquica», que cobre o espaço de satisfação não abrangido pelos anteriores. Cf. *La stratification sociale (...)*, *op. cit.*, pp. 31-32.

⁹³ Cf. *El Sistema Social*, *op. cit.*, p. 446.

⁹⁴ Melvin Tumin, *La stratification sociale: Les formes et les fonctions de l'inégalité*, *op. cit.*, p. 36.

⁹⁵ *Ibid.*, pp. 57 e 162.

qualquer estrutura social complexa e que enquanto uns obedecem, outros são obedecidos: «This structuralization consists among others in the emergence of positions of command and subordination»⁹⁶. Já para Lloyd Fallers a universalidade da estratificação deve ser procurada, em primeiro lugar, na diversidade humana e na constatação dessa diversidade pelos homens; depois, na avaliação dessa diferença, em face da sua conformação com determinados princípios morais⁹⁷.

Também Bernard Barber considera a estratificação social como um aspecto estrutural de todas as sociedades humanas e considera inevitável a existência de sistemas de estratificação social, na medida em que decorre das dinâmicas societárias que os diferentes papéis e acções sejam valorados diferencialmente. Como as sociedades humanas tendem a complexificar-se, o apuramento das técnicas e das competências exigirá aos actores sociais um treino crescentemente longo e difícil que só uma escala valorativa e ao nível das recompensas, materializadas na posição elevada na hierarquia dos estratos, tornará apelativa.

De acordo com Barber, os sistemas de estratificação social são produzidos pela relação entre a diferenciação e a valoração sociais. O quadro de valores de uma determinada formação social reflecte-se no diferencial de importância atribuída aos vários papéis sociais que, por sua vez, no decorrer da acção, opera sobre o sistema de valores global. É em torno desta inter-relação entre práticas e valores que se vão formulando e reformulando os sistemas de estratificação. É a diferenciação dos papéis, desigualmente valorizados, que constitui o critério nuclear da estratificação. O capital e a propriedade, tal como o nascimento e a linhagem ou as qualidades individuais, são critérios secundários de valoração⁹⁸. Comungando da perspectiva funcionalista, Barber salienta as funções integradora e instrumental/adaptativa dos sistemas de estratificação: a partilha por parte dos membros da formação social de um mesmo quadro de valores naturaliza a avaliação diferencial e a consequente hierarquização, sem que esta experiência seja vivida como ilegítima. É esta percepção da justiça face às recompensas sociais de uns e às privações de outros, em função dos seus desempenhos, que gera consensos e obstaculiza a contestação e os conflitos⁹⁹.

Porém, Barber também salienta que as relações funcionais que o sistema de estratificação promove são acompanhadas por relações de orientação inversa. Apesar de se poder identificar um sistema de valores mais ou menos partilhado, ele não é homogéneo, nem incorporado por todos, nem em igual extensão, nem em todas as circunstâncias, já que vários outros quadros de valores coexistem numa mesma formação social. Para os que perfilham outras grelhas de valores que não a tendencialmente hegemónica, ou os que, partilhando-a, não a experimentam nalgumas circunstâncias, o sistema de estratificação não é apenas fonte de harmonia, é também disfuncional e indutor de conflitos: «Las relaciones disfuncionales entre las partes son tan “naturales” como las relaciones funcionales.» É sempre determinado

⁹⁶ «Some Notes on the Functional Theory of Stratification», in Reinhard Bendix & Seymour Martin Lipset (orgs.), *Class, Status and Power: Social Stratification in Comparative Perspective*, op. cit., p. 68.

⁹⁷ «Social Stratification and Economic Processes in Africa», in *ibid.*, p. 141.

⁹⁸ Bernard Barber, *Estratificación social. Análisis comparativo de estructura y proceso*, Madrid, Ediciones de Fondo de Cultura Económica, 1974, pp. 12-14, 56 e 59.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 17.

universo de valores que determina o grau de integração no sistema de estratificação social, por isso a funcionalidade deste é relativa e circunscrita aos que, conjunturalmente, perfilham esse conjunto de referências¹⁰⁰.

1.2. Os diferenciais de poder

Na teorização funcionalista, mais relevadora de consensos, quanto mais próximo se estiver de um quadro de internalização da legitimidade das assimetrias, mais se pode dispensar a compulsão, na medida em que as relações de poder são aceites não só pelos dominantes como pelos dominados. Trata-se de uma perspectiva tributária da abordagem weberiana da dominação, assente em grande medida na legitimação. Para Weber, *poder* é a capacidade de impor a vontade, mesmo contra a resistência daquele sobre o qual essa vontade é imposta¹⁰¹, e o que separa ambos, poder e dominação, é que, enquanto esta radica na aceitação por parte daqueles sobre a qual é exercida, por lhe reconhecerem legitimidade, o primeiro pode envolver uma vertente de coerção. Como afirma Baudouin, em Weber, «a legitimidade é em última instância o árbitro» que demarca as duas instâncias¹⁰².

No contexto deste trabalho, porém, quando falamos em dominação ou relações de dominação, fazemo-lo numa acepção mais abrangente que a weberiana, no sentido de exercício da capacidade de impor a vontade no decurso da inter-relação. Também Giddens define o exercício do poder como a capacidade de influência ou controlo, independentemente deste provir de meios coercivos ou, pelo contrário, decorrer da *auctoritas*: «O uso do poder na interacção pode ser entendido em termos de recursos ou facilidades, que os participantes detêm e mobilizam, como elementos, para a sua produção, dirigindo, assim, o seu curso (...) incluindo a posse de “autoridade” e a ameaça do uso da “força”.»¹⁰³

Grande parte da produção sociológica sobre o poder reproduz o essencial da abordagem weberiana, segundo a qual o poder se define pela capacidade de impor a vontade¹⁰⁴. Tumin define poder como a capacidade de se atingir o que se pretende, mesmo perante eventuais resistências¹⁰⁵. Lipset entende que o poder ultrapassa as meras «instrumentalidades da coerção», para abarcar também os meios de em que assenta a influência sobre outros¹⁰⁶.

Mesmo entre os que não professam a matriz funcionalista, se releva o factor influência como um importante capital mobilizado na actualização das relações de poder. Cashmore considera que o que distingue o poder é a capacidade de influenciar a acção e mesmo o

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 21.

¹⁰¹ Max Weber, *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, Lisboa, Edições 70, s.d., pp. 81-82. [Trata-se da publicação, separada, do primeiro capítulo de *Economia e Sociedade*.]

¹⁰² Cf. Jean Baudouin, *Introdução à sociologia política*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 60.

¹⁰³ Cf. Anthony Giddens, *Novas Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Gradiva, 1ª ed., 1996, p. 130.

¹⁰⁴ Cf. Max Weber, *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, op. cit., p. 82.

¹⁰⁵ *La stratification sociale*, op. cit., p. 31.

¹⁰⁶ Seymour Martin Lipset, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, 1ª ed., 1992, p. 40.

pensamento de outros¹⁰⁷. Também Pina Cabral define poder social como «a capacidade para constranger as pessoas a agirem desta ou de outra forma»¹⁰⁸. Em Bourdieu, é a posse desigual de determinados tipo, volume e combinação de capitais e a valoração diferencial dos estilos de vida que conferem aos agentes níveis assimétricos de poder. Bourdieu releva a dimensão simbólica das relações de dominação, especialmente evidente no uso social da língua. As maneiras de falar não são somente distintas, mas também distintivas e é nesta qualidade que frequentemente são mobilizadas no decurso das interações¹⁰⁹.

Os critérios da influência, variáveis consoante os tempos e os modos das formações sociais – a pertença a determinada família, os diplomas escolares e as competências técnicas, a riqueza material, a proximidade com os órgãos do poder, mas também, frequentemente, a posse de capital racial –, determinam práticas sociais a que subjazem lógicas de posições hierarquizadas.

Nas relações interpessoais, os intervenientes partem de posições assimétricas de poder e fazem intervir – conscientemente ou não – essas assimetrias. Essa percepção do diferencial de poder tende a reproduzir-se no contexto da interação, reforçando-o. É assim que, tributários de diferenciais de poder, o prestígio e a influência que dele decorre, são eles próprios fonte de poder, ao legitimarem a desigualdade e, nessa medida, operando como elementos estruturais, actualizados no decorrer das interações.

Independentemente das especificidades dos vários colonialismos e da sua distância face ao colonialismo hegemónico oitocentista e novecentista, e da própria diversidade das situações coloniais no interior de um mesmo império, todo o dispositivo (administrativo, militar, ideológico) colonial supõe, à partida, duas categorias de indivíduos – os colonizadores e os colonizados. Como o exercício do poder e das práticas coloniais em geral é facilitado pela sobrevalorização das diferenças entre as duas categorias, as práticas discursivas do colonizador revelam-se importantes instrumentos de legitimação do poder. Da sua eficácia depende a internalização por parte dos colonizados não só da diferença como da legitimidade da diferenciação. Assim se entende o relevo que os autores pós-coloniais concedem ao papel da cultura como agente de poder e legitimação da desigualdade, quer em tempos coloniais, quer pós-coloniais. Mesmo em contextos pós-coloniais, uma vez obtida a independência política, os efeitos da internalização do discurso do *outro* (colonizador) sobre o *eu* (ex-colonizado) e sobre o que os diferencia/separa, logo, sobre as construções identitárias, perpetuam-se nas relações sociais.

Pierre-Michel Fontaine considera, porém, que é redutor, e por isso enviesado, um quadro de posse e de privação absolutas de poder, em que uns (no caso, os *brancos*, no Brasil) deteriam o seu monopólio, em detrimento dos outros (os *negros*), desprovidos de quaisquer instrumentos de poder. Parece-lhe poderem existir níveis e dimensões diferenciais de poder, mesmo no Brasil, onde, à semelhança de outros espaços ex-coloniais, a

¹⁰⁷ Entrada «Power», in Ellis Cashmore, *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, Londres, Routledge, 4ª ed., 1996, p. 286.

¹⁰⁸ «Cisma e continuidade em Moçambique», in Clara Carvalho & João de Pina Cabral (orgs.), *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, op. cit., p. 380.

¹⁰⁹ *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, s.l., Fayard, s.d. [1982], pp. 13-16.

miscigenação secular em larga escala não constituiu mecanismo suficientemente integrador da diferença fenotípica. Identifica focos de poder por parte dos *negros* ao nível local e relações de poder entre *negros* e *negros*¹¹⁰ e refere algumas das suas dimensões: o *poder intersticial*, o *poder residual*, o *poder incremental* e o poder potencial de algumas entidades 'étnicas'. O *poder intersticial* é aquele que se circunscreve a pequenas bolsas (por exemplo, as favelas e as suas estruturações internas de poder, com os seus próprios sistemas 'legais' e a sua capacidade de mobilização). O *poder residual* é o que decorre das relações de clientelismo (cita o exemplo dos cabos eleitorais *negros* que têm como missão angariar votos *negros* para um determinado candidato *branco*. Oferecendo contrapartidas para o voto, prometendo benesses, estão numa situação de liderança face aos outros *negros*. Apesar de esta situação continuar a caracterizar-se por relações desiguais de poder entre *negros* e *brancos*, na medida em que dependem dos cabos eleitorais para o voto, estabelece-se uma certa reciprocidade. Porém, na medida em que o *poder residual* «é um mecanismo para distribuição de recursos residuais entre os desapossados», actualiza e reforça a desigual distribuição de recursos e as relações de dependência¹¹¹. O *poder incremental* é o que resulta do aumento da desigualdade de poder entre os *negros* que acompanhou o processo de diferenciação social, desde a abolição da escravatura, sobretudo desde os anos vinte do século passado¹¹². Como exemplo de poder potencial de algumas entidades 'étnicas', Fontaine apresenta o candomblé, que é especialmente observável em actos eleitorais, quando os candidatos visitam os terreiros e quando instam pelo voto junto dos elementos que os controlam¹¹³. Com esta exposição de vários tipos e dimensões do poder, Fontaine não rejeita as disparidades de poder entre *brancos* e *negros*, apenas desconstrói a lógica bipolar da dominação, segundo a qual poder e subordinação residem em condomínios raciais fechados.

As abordagens marxista e funcionalista dos fenómenos de estratificação e de mudança social permanecem as grandes matrizes das interpretações subsequentes. Apesar de a análise marxista se focalizar sobretudo nas contradições dos sistemas e no conflito e na mudança, e de a perspectiva funcionalista privilegiar os mecanismos estabilizadores, os reajustamentos, as permanências, a ordem e a funcionalidade das hierarquias de posição, não as torna mutuamente exclusivas, na medida em que, como refere Seymour M. Lipset, a análise de Marx «está repleta de proposições funcionais», da mesma maneira que os funcionalistas têm presente o potencial de conflito que a rejeição de um sistema de estratificação pode acalantar para os menos beneficiados por ele¹¹⁴. Também Marques Bessa refere outra confluência entre

¹¹⁰ Pierre-Michel Fontaine, «Blacks and the Search for Power in Brazil», in Pierre-Michel Fontaine (org.), *Race and Power in Brazil*, Los Angeles, Universidade da Califórnia, Centro para Estudos Afro-Americanos, 3ª ed., 1995, p. 59.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 68.

¹¹² *Ibid.*, pp. 59-64.

¹¹³ Os terreiros constituem estruturas de poder, ainda pelo facto de o candomblé ser uma manifestação de sobrevivência e resistência de expressões religiosas afro-brasileiras, que se revelam como sistemas de crenças alternativos aos hegemónicos, e também enquanto expressão artística. *Ibid.*, pp. 65 e 68.

¹¹⁴ Seymour Martin Lipset, *Consenso e Conflito*, op. cit., pp. 74-75. Tumin, apesar de comungar da perspectiva funcionalista da estratificação, já afirmava este potencial de descontentamento e conflito junto dos menos beneficiados pelo sistema de recompensas diferenciais. *Vd. supra*, p. 69.

as duas matrizes interpretativas: ambas acentuam a importância da dimensão distributiva nos sistemas de estratificação e a desigual distribuição dos bens produzidos¹¹⁵.

Nas últimas décadas, os cientistas sociais têm continuado a acentuar ou o papel estabilizador da estratificação, relevando as inter-relações funcionais, ou, os que partilham a perspectiva oposta, a enfatizar o carácter endémico do conflito, fruto do antagonismo de interesses e da desigual posse de recursos – bens materiais, capital social, poder. Este esquema dual redutor tem, no entanto, vindo a ser ultrapassado, com o avanço de propostas sincréticas, nas quais se reconhece o carácter ordenado e simultaneamente dinâmico dos sistemas sociais. Ou seja, os sistemas sociais participam de um processo contínuo de transformação, em que os vários sistemas de estratificação se vão reconfigurando. O cruzamento destas grandes orientações teóricas pode potenciar uma interpretação menos redutora e parcial dos fenómenos da desigualdade, da dominação e da estratificação social. As sínteses entre diferentes abordagens permitem, a um tempo, captar as potencialidades de cada uma e simultaneamente contornar os respectivos limites.

Quando o que temos em mira são as sociedades nascidas da expansão europeia no mundo, na Época Moderna, e a que Livio Sansone chama globalização tradicional¹¹⁶, parece-nos fecundo fazer ainda intervir outros componentes da estratificação (como a raça), que não apenas os privilegiados pela tradição sociológica dos estudos sobre a estratificação, como sejam a posição económica de classe, a desigual distribuição do prestígio ou o acesso assimétrico ao poder. Daí a importância do estudo da experiência colonial «na pequena escala, como fenómeno local, disperso (...) heterogéneo, contraditório, como fenómeno feito nas práticas, tanto discursivas quanto não discursivas»¹¹⁷. As diferentes formações sociais, temporalmente situadas, privilegiam diferentes critérios de estratificação. No próprio Cabo Verde da primeira metade do século XX, coabitavam diferentes combinações desses critérios. Santiago e Fogo, as duas ilhas pelas quais se começou o povoamento, constituíam uma unidade espacial que comportava experiências relativamente singulares no contexto cabo-verdiano. Esta unidade que António Correia e Silva conceptualiza como *sub-arquipélago do Sul*¹¹⁸ é frequentemente apontada como excepção à pouca importância que a raça teria tido como atributo no posicionamento individual e grupal, no contexto do arquipélago¹¹⁹. O que procuramos neste trabalho é apurar até que ponto e em que medida a raça constituiu – *per se* (na sua aceção mais comum de conjunto de atributos bio-comportamentais), ou associada a outras dimensões, como a classe e o prestígio – uma componente fundamental da estratificação, na ilha do Fogo, mormente no seu único núcleo urbano, até ao primeiro quartel do século XX.

¹¹⁵ A. Marques Bessa, *Quem governa? Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*, op. cit., p. 359.

¹¹⁶ A que se teria seguido a nova globalização, a partir de meados do século XX. Cf. Livio Sansone, *Negritude sem Etnicidade*, Salvador/Rio de Janeiro, EDUFBA/PALLAS, 2004, p. 34.

¹¹⁷ Ricardo Roque, «O fio da navalha: vulnerabilidade imperial na ocupação do Moxico, Angola», in Clara Carvalho e João de Pina Cabral, op cit., p. 65.

¹¹⁸ Cf. *Histórias de um Sahel insular*, 2ª ed., Praia, Edições Spleen, 1996, *passim*.

¹¹⁹ É pelo menos esta a voz corrente, do meio popular ao académico, apesar da ausência de trabalhos empíricos que permitam fundamentar esta dualidade Fogo+Santiago/restantes ilhas do arquipélago.

1.3. A confluência da classe e do prestígio na estruturação da desigualdade

Não pretendemos fazer uma revisão da vasta literatura sociológica contemporânea sobre as classes sociais¹²⁰. Conquanto nas suas conceptualizações mais recentes, as classes sejam construções compósitas a partir dos legados de várias formulações, elas permanecem muito tributárias das teorias de classes de Marx e Weber. Faremos, por isso, algumas referências breves aos principais conteúdos, confluências e divergências das interpretações dos dois clássicos e focar-nos-emos especialmente na renovação do conceito por Pierre Bourdieu, no contexto da sua teorização do espaço social.

Marx subsume a posição no espaço social ao lugar ocupado no sistema de produção e às relações de classe que daí derivam, em que uns são os detentores dos meios de produção e definem as condições da produção e os outros são apenas fornecedores de força de trabalho, sujeitando-se às condições impostas pela classe possidente. É a relação com o processo produtivo que determina a posição na estrutura de classes e é esta que enforma o sistema de desigualdades e hierarquias sociais¹²¹.

Em Marx, a perspectiva das classes é já relacional, porquanto só a existência de uma classe de proletários explorada e subjugada assegura o domínio de uma classe ociosa, que se produz e reproduz pela exploração da força de trabalho da primeira. O teor das relações entre as duas classes é necessariamente conflitual, já que decorre dos diferentes e antagónicos interesses materiais entre proprietários dos meios de produção e fornecedores de força de trabalho: os primeiros aspiram ao lucro, só conseguido através da ‘exploração’ do trabalho dos segundos, mormente através de horários sobrecarregados e de baixos salários (tenhamos presente que o contexto em que escreve é o de meados do século XIX, quando o capitalismo industrial, dispondo de vastos contingentes de mão-de-obra disponível, mais se permitiu agravar as condições de trabalho dos proletarizados).

Marx radica o processo histórico e a mudança social na luta de classes: «A história de qualquer sociedade até aos nossos dias não foi mais do que a história das lutas de classes.»¹²² São estas que, movidas pelos interesses antagónicos que a diferente posição no sistema de produção gera, actuam como propulsoras das transformações nos sistemas e relações de produção.

O determinismo económico da concepção marxista foi ultrapassado pela análise weberiana que, conquanto reafirme o factor económico como o fundamento mais relevante da classe («the factor that creates “class” is unambiguously economic interest»¹²³), abre o ângulo de abordagem, fazendo intervir outras dimensões relevantes, que não exclusivamente a

¹²⁰ Que pode ser encontrada, entre outras, na recente resenha feita por Maria Manuel Fonseca, em *Educar herdeiros: práticas educativas da classe dominante lisboeta nas últimas décadas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003, pp. 25-93. Além de expor as principais contribuições para a sociologia das classes sociais, a autora tem o mérito de focar os limites e as mais-valias teóricas dos vários autores e tradições.

¹²¹ «A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.» Karl Marx, *Para a Crítica da Economia Política*, in Marx & Engels, *Obras Escolhidas*, tomo I, Lisboa/Moscovo, Edições “Avante!”/Edições Progresso, 1982, p. 530.

¹²² Começa assim o texto do Manifesto Comunista. Cf. Karl Marx & Friedrich Engels, *O Manifesto do Partido Comunista* [1948], Lisboa, Editorial Estampa, s.d., p. 35.

¹²³ Max Weber, «Class, Status and Party», in Reinhard Bendix & Seymour Lipset, *op. cit.*, p. 22.

económica, na sua interpretação dos fenómenos da estratificação social. Para Weber, as relações sociais eram eminentemente relações de poder¹²⁴, alimentadas pelos diferenciais de riqueza e honra sociais.

A situação de classe prende-se com o nível de vida e congrega os que partilham semelhantes condições materiais de existência e oportunidades de acesso aos bens (a posição no mercado). Já o *status* surge associado ao diferencial de prestígio ou honra sociais e prende-se com adesão a estilos de vida diferenciados. Os grupos de *status*, ou as diferentes posições no espaço das relações sociais, tendem a apresentar-se mais conscientes da sua identidade que as classes e a proteger a sua distintividade face aos outros grupos, procurando a exclusividade dos consumos e dos comportamentos em geral¹²⁵. Assentando o prestígio nos capitais genealógico, rácico, cultural e social, e dissociando-o do volume da riqueza, comparativamente mais fácil e rapidamente adquirível, o *status* é um elemento conservador dos sistemas, operando no sentido de obstaculizar a mobilidade social. Como refere Lipset, para Weber, «como para Veblen, a função do consumo conspícuo (...) era a prevenção da mobilidade e a institucionalização dos privilégios dos que tinham subido até ao topo»¹²⁶.

Os desajustes e as incongruências entre estas duas instâncias da estratificação tendem a diminuir com o decorrer do tempo, já que, por um lado, é difícil conservar uma posição elevada de *status*, desacompanhada de uma condição de classe que aja como sustentáculo dessa posição (a sociedade hindu de castas revestir-se-á, também aqui, de excepcionalidade, já que a condição de classe não parece assumir carácter estruturante da elevada estima social que reveste o segmento brâmane, por exemplo); e por outro, porque a posse de riqueza possibilita e frequentemente induz à adesão e aprendizagem de estilos de vida distintivos dos que ocupam as posições mais apreciadas no espaço social, através da aquisição de símbolos de *status*.

Ambos, classe e *status*, constituem elementos estruturais da organização das sociedades e mantêm correlações. Porém, trata-se de dimensões dotadas de relativa autonomia, porquanto a posse de elevado capital escolar nem sempre coincide com a mesma proporção de capital económico, tal como um grande nível de riqueza não assegura, *per se*, correspondentes níveis de capital social. Da mesma forma que uma classe pode agregar vários grupos de *status*, também estes podem incorporar elementos de várias classes.

Esta perspectiva pluridimensional da estratificação social e as interinfluências das componentes económica, social e política constituem duas importantes matrizes da abordagem weberiana que enformaram as problematizações subsequentes da desigualdade e da dominação no último século. Inspirando-se uns autores mais na tradição do pensamento social e político marxista, outros na tradição da sociologia compreensiva de Max Weber, outros ainda na análise funcionalista da estratificação social, todos os autores centrais apresentam, em maior ou menor grau, propostas assentes na fusão de elementos de diferentes contribuições

¹²⁴ Bryan Turner, *Status*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, p. 99.

¹²⁵ Max Weber, *Ensaios de Sociologia*, org. e introd. de H. H. Gerth e C. Wright Mills, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963 [1946], sobretudo, pp. 219, 223 e 226.

¹²⁶ *Consenso e Conflito*, op. cit., p. 85.

teóricas. De entre eles, destacamos Pierre Bourdieu e a sua concepção do espaço social, pelos nexos que estabelece entre representações, práticas e condicionamentos estruturais e pela importância nuclear que o simbolismo adquire na economia global da sua construção teórica.

Bourdieu bebe das duas grandes tradições: aceita de Marx a importância do factor material na explicação da diferença e da desigualdade e partilha a sua visão conflitual das relações sociais; porém, pela multidimensionalidade dos factores estruturantes da posição dos indivíduos e dos grupos, pelas relações entre estratificação económica e estratificação social, pelo relevo dado à dimensão cultural e simbólica da vida social, através do conceito mediador de *habitus*, por pensar as relações entre posições no espaço social também como relações de poder simbólico, aproxima-se de Weber.

Bourdieu optou por manter, renovando-a, a noção de *classe* dos fundadores da sociologia, apostando no carácter cumulativo das construções conceptuais¹²⁷. Define classes como «conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em situações semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes.»¹²⁸ Estas classes não têm, porém, existência objectiva; existem, quando muito, em estado virtual¹²⁹. Elas são instrumentos teóricos de análise e classificação, são classes «no papel». Mas elas são também classes em potência, ou «prováveis», como lhes chama Bourdieu, porque politicamente mobilizáveis os interesses e as afinidades que aproximam os agentes que os partilham.

Já o espaço social tem um estatuto objectivo, ele «é tão real como um espaço geográfico», se bem que se trate de uma «realidade invisível» e intaceável¹³⁰. As operações teóricas de reconstituição que procuram dar visibilidade a esse espaço é que podem permitir-nos a construção das categorias analíticas a que Bourdieu designa por classes e que, nessa medida, constituem «regiões» desse espaço de posições¹³¹. Estas não se revestem, portanto, de outro estatuto senão o teórico.

As classes bourdieusianas não constituem porções estanques do espaço de relações, de onde o movimento está arredado. A circulação entre posições está contemplada na obra de Bourdieu, para quem os agentes podem transitar para outras classes que não a de origem, se bem que, pelo menos no caso da orientação ascendente desse movimento, à custa de «trabalho, (...) esforços e sobretudo (...) tempo», ficando neles impresso o esforço da

¹²⁷ *O Poder Simbólico*, op. cit., pp 62-63.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 136.

¹²⁹ *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997, p. 13.

Também Bernard Barber entende as classes sociais como construções conceptuais concebidas para identificar aspectos da realidade social percebidos como relevantes. Cf. *Estratificación social. Análisis comparativo de estructura y proceso*, op. cit., p. 84. Inversamente, Georges Balandier considera-as agrupamentos reais, ao contrário dos estratos ou camadas sociais, que constituem instrumentos analíticos. Cf. *Anthropo-logiques*, op. cit., pp. 118-119.

¹³⁰ Pierre Bourdieu, *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, op. cit., p. 10.

¹³¹ *Ibid.*, p. 10 e *O Poder Simbólico*, op. cit., p. 150.

subida¹³². Neste contexto de mobilidade social ascendente, são os consumos simbólicos os mais importantes.¹³³

As assimetrias são de classe, no sentido que lhe atribuímos neste trabalho, ou seja, o de condições materiais de existência, mas são também simbólicas. O conceito bourdieusiano de *habitus* congrega estas duas dimensões das assimetrias e estabelece sua inextricabilidade. O *habitus* é um sistema de disposições que vai sendo incorporado pelos indivíduos, ao longo de todo o processo de socialização, fazendo-os comungar determinadas quadros de sentido que orientam a sua acção. As diferentes posições no espaço social, a que as condições de existência não são alheias, encontram correspondência com diferentes práticas geradas pelo *habitus de classe*. É a relativa coerência interna dessas práticas que permite identificar regularidades entre os que partilham a mesma posição no espaço de relações e que gera relações de proximidade ou de afastamento, de identidade ou de alteridade face aos que ocupam outras posições. Assim, o *habitus*, além de conferir uma certa unidade à acção individual, favorece simultaneamente a identidade grupal do indivíduo, na medida em que os membros de um grupo, partilhando os mesmos sistemas de disposições, tendem a agir no interior de um mesmo espaço de referências. Estas referencialidades manifestam-se em estilos de vida [«systemes de pratiques classées et classantes i.e. de signes distinctifs («les goûts»)»¹³⁴] distintos e distintivos.

Bourdieu não participa da «metafísica da tomada de consciência e da consciência de classe», identificando antes um «inconsciente de classe»¹³⁵, ou seja, um conjunto de disposições incorporadas pelos agentes que os induz a ‘naturalizarem’ a sua posicionalidade diferencial no espaço de relações e a não a percepcionarem como uma configuração de entre outras possíveis. Porém, a perspectiva do conflito não está ausente da sua teorização do espaço social; ela assume apenas uma dimensão diferente da que ocupa na tradição marxista da luta de classes. As disputas dão-se a nível simbólico, são disputas por sistemas de sentido, em que se procura impor a hegemonia de uma determinada representação do mundo social. A luta de classes em Bourdieu é mais uma luta entre posições e representações sobre o espaço social que legitimam ou contestam as posicionalidades diferenciais. Mas é uma luta igualmente desigual, na medida em que o arsenal de combate dos que ocupam as posições menos valorizadas do espaço social é substancialmente menor, já que eles possuem menos capital simbólico e é no campo simbólico que a luta se dá.

É neste sentido que o capital simbólico, o que confere melhor posicionalidade nas relações (que são relações de poder) se revela um elemento conservador: ao impor, não só pela coacção (como quando o Estado se serve dos instrumentos legais para exercer a sua «violência simbólica»¹³⁶), como pela atracção exercida pela distintividade, uma determinada

¹³² *O Poder Simbólico*, op. cit., p. 137.

¹³³ Aos próprios recursos materiais estão associados diferentes graus de prestígio. A natureza dos recursos e a forma como foram obtidos revela-se frequentemente mais importante que o seu volume para efeitos de apreciação social. Roland Mousnier, *As Hierarquias Sociais – De 1450 aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d., p. 13.

¹³⁴ *La distinction: critique sociale du jugement*, op. cit., p. 191.

¹³⁵ *Ibid.*, pp. 140-141.

¹³⁶ É à luz desta «luta simbólica pela produção do senso comum» (P. Bourdieu, *O Poder Simbólico*, op. cit., p. 146) que devemos interpretar as disputas das elites cabo-verdianas pelo acesso aos instrumentos de coacção do Estado, únicos

representação do espaço social como legítima, torna invisível o carácter de classe de determinado *habitus*. É a posse de capital simbólico que capacita os que ocupam os lugares cimeiros do espaço de relações a estender a todos – sem impor – representações do espaço social que, em última instância, são apenas as representações do grupo em posição de as declarar hegemónicas. Esse poder que deriva da posse de capital simbólico explica-se pelo efeito cumulativo produzido pela distribuição relativa das quantidades e qualidades de capital possuídos.¹³⁷ É o prestígio conferido por essa combinação de tipos e volumes de capital que permite naturalizar essas representações e fazê-las ser partilhadas por todos e, desta forma, neutralizar o poder mobilizador que o questionamento da legitimidade da distribuição desigual dos recursos poderia constituir.

As estratégias de distinção¹³⁸ (o que não significa que a distinção não exista independentemente da sua afirmação intencional) passam por restringir os padrões do consumo – o vestuário, o calçado, os acessórios, o arranjo do cabelo, os livros, a música, a decoração das casas, as festas, as férias, as práticas desportivas, mas também o modo de falar, a gestão dos gestos – aos que comungam a mesma posicionalidade. E se outrora havia disposições legais que regulamentavam o consumo, em função da ‘qualidade’ das pessoas, ou seja, do seu nascimento (nobre ou plebeu), a abolição das leis sumptuárias, já na Época Contemporânea, exige dos actores uma mais acurada gestão social dos seus consumos. De acordo com a dialéctica do raro e do banal¹³⁹, quanto mais raro e distante das necessidades básicas da sobrevivência, tanto maior o valor distintivo de um bem. Inversamente, os bens simbólicos perdem a sua distintividade, logo o seu valor social, quando o seu consumo se massifica. A distintividade, tal como a diferença, também é relacional. Se todos possuísem os mesmos bens simbólicos estes não seriam distintivos. É o facto de serem apanágio daqueles que, no espaço das relações, ocupam o topo, que os reveste de prestígio e os torna apetecidos. Daí que a optimização dos recursos simbólicos por parte de um grupo dominante passe também por conservá-los no interior desse grupo. Uma vez perdido esse carácter de exclusividade, novo consumo tende a absorver o prestígio que lhe estava associado. Sendo as identidades sociais «uma questão de símbolos e, mesmo, de aparências»¹⁴⁰, a hiperbolização das diferenças grupais (fenotípicas, comportamentais, de consumo) ou, como prefere Bourdieu, entre os que ocupam determinada posição (geralmente as mais elevadas) no espaço de relações – reforça a visibilidade das fronteiras entre essas posições.

a poderem impor como legítimos e partilhados por todo o corpo da ‘nação’ os conteúdos construídos pelos interesses e representações de segmentos dessa ‘nação’.

¹³⁷ Também Henri Janne considera que o prestígio «constitue la cristallisation de l'ensemble des autres critères d'évaluation et, en principe, synthétise les positions dans l'échelle des degrés de la stratification.» Cf. *Le système social*, Bruxelas, Editions de l'Institut de Sociologie de l'Université de Bruxelles, 1968, p. 351.

Gurvitch já considerara a dimensão simbólica das classes na sua conceptualização, ao não circunscrever ao lugar ocupado no sistema das relações de produção o critério exclusivo da pertença a uma classe, contemplando também na sua formulação as representações sociais e os estilos de vida (sob as noções de «mentalidade», «género» e «nível de vida»). Cf. *Classes Sociales*, Paris, Editions Gonthier, 1966, p. 198.

¹³⁸ Se bem que, independentemente de qualquer propósito intencional de visibilidade a montante, a distinção já é, por natureza, distintiva, na medida em que «todo o consumo e, mais geralmente, toda a prática, é *conspicuous*, visível». P. Bourdieu, *O Poder Simbólico*, op. cit., p. 144.

¹³⁹ P. Bourdieu, *La distinction: critique sociale du jugement*, op. cit., p. 270.

¹⁴⁰ Amin Maalouf, *As identidades assassinas*, Lisboa, DIFEL, 1999, p. 134.

Também Bryan Turner, que, na sua análise da importância estratificadora do *status*, partilha a mesma perspectiva sociológica do conflito, concedendo embora algum espaço à dimensão consensual da partilha de quadros de sentido, releva o carácter conflitual das relações sociais, ainda que a disputa pelos recursos socialmente valorizados seja frequentemente encapuzada de «certas normas de etiqueta, lealdade ou boas maneiras». Para si, o cultivar da distintividade de determinado estilo de vida reveste-se, também, de uma faceta estratégica de coesão grupal, por um lado, e de resistência à penetração de estranhos, por outro¹⁴¹.

O ascendente do capital cultural sobre outros tipos de capital justifica-se pelo tempo de aprendizagem e pelos custos em esforço acrescido quando essa aprendizagem é feita 'fora do tempo'. A valoração positiva do raro e do que está associado ao distinto conduz mais ao mimetismo que ao questionamento de um sistema global de valores.

Também a Veblen repudiava a concepção meramente conflitual das relações entre as classes. O que as caracterizava não era o conflito e a luta, mas o mimetismo. Passada a fase da mera luta pela sobrevivência era o desejo de emulação que motivava a acumulação de capital e propriedade. O objectivo era a conquista do reconhecimento e da estima sociais. Para os obter, as classes superiores gastavam o seu capital e tempo em bens e actividades não produtivos, mas distintos (e distintivos). Este desejo de emulação e reconhecimento social era partilhado pelos elementos das classes mais baixas, que, ao invés de repudiarem os mecanismos subjacentes à estratificação e os sistemas de valores que os conformavam, procuravam antes imitar os comportamentos e os consumos das classes altas, adquirindo versões inferiores do mesmo tipo de bens, procurando copiar as suas maneiras. Ou seja, não contestando, mas aderindo, e assim reforçando, o mesmo sistema de valores¹⁴².

Bourdieu aproxima-se aqui da perspectiva vebleniana, ao considerar que se trata mais de uma luta pelo acesso a um conjunto de bens simbólicos que à sua contestação enquanto fundamentos de legitimação das estruturas de dominação. Porém, seja na disputa pela posse desses bens simbólicos, seja na luta pela imposição de outras legitimações, a competição é sempre marcada pelas desiguais condições de partida dos dominados. Entende-se assim porque é que os autores mais próximos da análise marxista das classes sociais desvalorizam as trajectórias individuais ascendentes: estas, além de constituírem excepções num quadro social fortemente estruturado em classes, ludibriam a visibilidade da determinação social dos destinos pessoais. O seu carácter excepcional não vem senão confirmar que a produção diferencial dos indivíduos os habilita também diferencialmente para a gestão da sua posição no espaço social¹⁴³. Nesta medida, a mobilidade social constitui um factor actuante na desmobilização de classe, ao canalizar a competição pelos recursos para o plano individual, desviando-a da luta colectiva¹⁴⁴. As expectativas face a mudanças de posição na hierarquia de

¹⁴¹ *Op. cit.*, p. 32.

¹⁴² Littlejohn, James, *Social Stratification: An Introduction*, Londres, George Allen & Unwin LTD, 1972, p. 29.

¹⁴³ *Vd.*, por exemplo, Daniel Bertaux, *Destinos pessoais e estrutura de classe*, Lisboa, Moraes Editores, 1ª ed., 1978.

¹⁴⁴ Sérgio Grácio, «A mobilidade social revisitada», *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 24, Junho de 1997, p. 51.

classe e a permeabilidade das fronteiras de classe constituem assim factores diluidores da identidade de classe¹⁴⁵.

Nem a abordagem abrangente da classe social em Bourdieu permite cobrir inteiramente a análise dos fenómenos de desigualdade e segmentação da sociedade fogueense no período abrangido pela nossa investigação. Reteremos da análise de Bourdieu sobretudo os nexos que, através do conceito de *habitus*, estabelece entre a classe e os sistemas de disposições que lhes estão associados e que retroagem sobre ela, fortalecendo-a. Não nos serviremos, no entanto, da noção de classe para designar os dois segmentos sociais que isolámos no tecido social da ilha do Fogo. Designá-los-emos genericamente por 'grupo de famílias brancas', 'segmento branco' ou, simplesmente, 'os brancos', por um lado, e 'não-brancos', por outro, dado que a raça e o nascimento permaneceram, durante todo o período em estudo, dois fundamentos determinantes na auto e hetero-identificação destes segmentos e da sua posicionalidade no espaço social da ilha.

O elemento classe das relações sociais é socialmente muito relevante, não somente pelo diferencial de capital económico e pelo potencial diferencial de poder que este supõe, mas também pelo conjunto de disposições que lhe estão associadas e que, incorporadas, situam os indivíduos e os grupos em relação uns aos outros em diferentes lugares do espaço social. No âmbito deste trabalho, tal como em Bourdieu, a classe será concebida como instrumento de análise; porém, contrariamente ao sociólogo francês, o sentido atribuído à classe será o equivalente a capital económico, ou seja, o de conjunto das condições materiais de existência, objectivamente mensuráveis. Servir-nos-emos da classe para analisar as diferentes posições relativas dos indivíduos e dos grupos, exclusivamente na hierarquia dos recursos materiais. Ela surgirá como uma dimensão da desigualdade, co-operante com outras (raça, genealogia, acesso diferencial ao poder) e potenciando outras, para conformar o espaço social fogueense. Durante a primeira metade do século XX, este espaço ainda profundamente diferenciado vive um processo de mudança acelerada, em que a raça e o nascimento, conquanto se mantenham importantes critérios de inclusividade/exclusividade, vão perdendo operacionalidade relativa face a outras dimensões da diferenciação e da hierarquização sociais.

¹⁴⁵ Erik Olin Wright, *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l' Homme, 1ª ed., 1997, p. 535.

Capítulo 2

RAÇA: A (IN)DIGERIBILIDADE DE UMA OMELETE CONCEPTUAL

2.1. Os ‘agentes’ da institucionalização da raça: o empreendimento colonial e a modernidade

Já se havia inaugurado a classificação sistemática das outras espécies – botânicas e zoológicas –; restava a espécie humana. Historicamente situadas, as teorias raciais constituíram-se no contexto da expansão da moderna colonização europeia. Desde logo, porque foi ela quem pôs em contacto mais regular várias populações da espécie humana que divergiam acentuadamente dos pontos de vista somático e cultural. Este contacto não se deu num vazio ou numa paridade de poder. Pelo contrário, ele acompanhou o processo de colonização dos outros continentes – Ásia, América, África, Austrália – pela Europa. Desde a expansão ultramarina dos povos ibéricos, iniciada em Quatrocentos, e até ao seu ocaso, a partir do final da Segunda Grande Guerra, o Euromundo, enquanto formação política, económica e cultural hegemónica, constituiu o contexto em que decorreram os contactos e se estabeleceram as relações entre os europeus e os diferentes grupos humanos autóctones dos territórios que iam sendo anexados aos projectos expansionistas dos Estados europeus. A percepção das diferenças, a categorização e a decorrente hierarquização desenrolaram-se assim em contextos de dominação.¹⁴⁶

A crença numa natural e imutável desigualdade entre as raças, em detrimento do reconhecimento do papel dos factores culturais e materiais, justificava e reforçava as assimetrias económicas, sociais e de poder de uma delas – a europeia. Há um consenso quase geral entre os autores acerca da instrumentalização das tipologias e hierarquizações raciais na legitimação das desigualdades e da dominação.¹⁴⁷ A ciência europeia ou de matriz

¹⁴⁶ Já na segunda metade do século XVII, o Padre António Vieira, reportando à distância face ao Sol as diferenças cromáticas entre os grupos humanos, e por isso desvalorizando-as, questionava os critérios da dominação fundados na diferença fenotípica (no caso, a cor): «As nações, umas são mais brancas, outras mais pretas, porque umas estão mais vizinhas, outras mais remotas do sol. E pode haver a maior inconsideração do entendimento, nem maior erro do juízo entre homens, que cuidar eu que hei de ser vosso senhor, porque nasci mais longe do sol, e que vós haveis de ser meu escravo, porque nascestes mais perto?» Cf. *Sermão da Epifania*, 1662, in NUPILL, *Literatura Brasileira, Textos literários em meio eletrônico* [em linha]. Disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/BT2803065.html>

A oposição de António Vieira à escravização dos ameríndios não se estendia, porém, à população negra de origem africana. Mas este é um assunto que não cabe abordar neste trabalho.

¹⁴⁷ No espaço de debate pluridisciplinar em torno da raça, organizado pela Oikos, Miguel Vale de Almeida considera que a função primordial das classificações raciais seria a legitimação das assimetrias de poder. Cf. «Misto, crioulo e cidadão: notas para um humanismo radical», in AA. VV., *O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, op. cit., p. 20.

Também Jorge Vala, Diniz Lopes & Rodrigo Brito insistem na função das categorizações raciais como suporte de relações de dominação. Cf. «A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias», in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p. 164.

européia foi, de facto, voluntária e/ou involuntariamente cúmplice na legitimação do imperialismo europeu de Oitocentos. Porém, terá existido somente este móbil consciente, no fundo, um programa, por detrás de todas as tentativas de cientificização da raça e das hierarquias raciais, face a questões como o movimento abolicionista e a exploração dos recursos das regiões colonizadas, ou ter-se-á tratado, concomitantemente, de experiências de reais convicções de superioridade perante povos com uma tecnologia profundamente rudimentar e com formas de organização social muito díspares das dos académicos europeus e americanos?

Não foram só as populações autóctones das regiões dominadas dos impérios coloniais europeus que foram alvo de uma hierarquização racial inferiorizante. No seio do próprio continente europeu, várias Europas caminhavam (caminham) a diferentes velocidades. As Europas meridional e oriental, conquanto partilhassem o mesmo grande agrupamento racial, eram consideradas civilizacionalmente muito distantes de uma certa Europa central e ocidental, comercial, industrial e militarmente hegemónica. Nas diferenciações raciais intraeuropeias que se estabeleceram, ibéricos e eslavos ocupavam lugares distanciados dos então considerados como mais representativos da excelência caucásica – germânicos e anglo-saxónicos. Este fenómeno que Robert Miles classifica como «racialização do *interior* da Europa»¹⁴⁸ torna redutora qualquer atribuição da importância estratégica da raça na explicação da diversidade humana, transversal às várias disciplinas, a um mero envolvimento e comprometimento do meio académico com o empreendimento colonial/esclavagista.

É, porém, incontornável que a sistematização do racismo no século XIX contribuiu para legitimar muitas das práticas coloniais de dominação, em especial da população *negra* de África. É o que defende Miles, para quem a racialização e o racismo constituíram mecanismos ideológicos interactuantes com as relações económicas e políticas de dominação, no sentido de situar e legitimar as posições de classe dos dois grandes grupos em presença – o grupo constituído pela força de trabalho escrava e o grupo detentor dos meios de produção e do poder de compelir ao trabalho a população não livre¹⁴⁹. Esta, condenada pela sua matriz biológica à inferioridade, era julgada irremediavelmente perdida para a civilização.¹⁵⁰ O seu comportamento e (diminutas) aptidões adequavam-se ao estatuto menor que lhe reservavam os europeus.

Também Edward Said releva a questão do poder na representação do Oriente pelo Ocidente, ambos construções histórico-geo-culturais. O *Orientalismo*, além de constituir uma visão do Ocidente sobre o Oriente, foi uma manifestação do poder do Ocidente sobre o Oriente. A orientalização do Oriente foi-no num contexto de domínio hegemónico do Ocidente.

Homi Bhabha afirma que o discurso colonial da diferença do colonizado face ao colonizador é crucial para o exercício do poder por parte deste: «The objective of colonial discourse is to construe the colonized as a population of degenerate types on the basis of racial origin, in order to justify conquest and to establish systems of administration and instruction.» *The Location of Culture*, op. cit., p. 70.

¹⁴⁸ Cf. todo o terceiro capítulo de *Racism after 'race relations'*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1993.

¹⁴⁹ Não são só as manifestações de racismo e exclusão que, na óptica Miles, constituem dimensões das relações de classe; é todo o fenómeno do colonialismo que deve ser lido à luz da evolução do modo de produção capitalista (*ibid.*, pp. 50 e 103, por exemplo).

¹⁵⁰ Valter Roberto Silvério, «O movimento negro e os novos contornos do debate brasileiro sobre raça, etnia e democracia», *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 2004. Também disponível em linha, em: [www.ces.ucp.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel 25/ValterSilverio/pdf](http://www.ces.ucp.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel%2025/ValterSilverio/pdf)

Neste sentido, o *Orientalismo* foi também um facto político¹⁵¹, como o foram as representações das populações de todas as áreas geográfica e culturalmente marginais de um mundo eurocêntrico.

A aceitar-se que as doutrinas rácicas serviram em grande medida de legitimação para as assimetrias económicas e sociais e foram requeridas pelo interesse material dos Estados europeus, ter-se-ia de reequacionar a perspectiva generalizada segundo a qual o preconceito racial teria precedido a sistematização do racismo no século XIX. Robert Young, por exemplo, ao tentar harmonizar as duas interpretações, acaba por contradizer-se, declarando que a teoria racial não deve ser separada do contexto histórico do expansionismo europeu em que foi forjada, quando imediatamente antes tinha afirmado assertivamente que «of course, racial prejudice preceded racialism – that is, theories of race offered as a form of scientific knowledge about mankind».¹⁵² O racismo não teria sido consequência, mas causa da raça. As teorias racistas forjadas pelas necessidades das políticas imperiais europeias é que teriam tornado útil o conceito de raça¹⁵³.

Esta perspectiva ajuda-nos, também, a compreender melhor a evolução das representações do *outro* fenotípico e cultural, por parte dos europeus: de quase edénicas, nos relatos de alguns missionários e cronistas dos primeiros séculos da expansão ultramarina europeia (a *Carta* de Pêro Vaz de Caminha sobre os nativos americanos é ilustração privilegiada) às prenhes de adscrições negativas do discurso hegemónico do eurocentrismo.

Não negligenciando o aspecto funcional das considerações sobre a raça e do racismo na ideologia e política coloniais, parece-nos, contudo, que o ascendente dos modelos das ciências físicas e biológicas sobre as ciências sociais emergentes no século XIX ajudará também a compreender as generalizações das divisões raciais à espécie humana. Radicar a raça e o racismo exclusivamente na legitimação do projecto de dominação do mundo pela Europa pode deixar escapar outras dimensões do fenómeno.

O desenvolvimento do capitalismo e o projecto imperialista europeu dos séculos XVIII e XIX encontraram na diferenciação e hierarquização das raças a sua justificação moral. A raça tornou-se um instrumento especialmente adequado ao discurso e à prática coloniais. O domínio europeu passava a justificar-se pela necessidade de civilizar povos em estado considerado primitivo ou pelo menos muito aquém de poderem beneficiar das luzes da civilização europeia. Mesmo que os caracteres somáticos fossem considerados estáticos e irreversíveis, nada impedia que as populações colonizadas assimilassem os traços culturais das potências colonizadoras e atingissem assim estádios superiores de desenvolvimento cultural.¹⁵⁴

¹⁵¹ Edward Said, *Orientalism*, Londres, Penguin Books, 1995 [1978]. Cf. sobretudo a Introdução e o capítulo 1.

¹⁵² *Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture and Race*, Londres, Routledge, 1ª ed., 1995, p. 91.

¹⁵³ Bill Ashcroft, Gareth Griffiths & Helen Tiffin, *Key Concepts in Post-Colonial Studies*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1998, pp. 198-199.

¹⁵⁴ As opiniões divergiam, naturalmente, quanto à capacidade assimilatória dos povos racialmente inferiores, desde a rejeição da assimilabilidade e a condenação eterna a formas incipientes de humanidade, às tradições portuguesa e francesa, orientadas pela ideologia e prática assimilacionistas, que entroncavam numa visão hierárquica, mas não intransponível, das culturas.

Para Robert Young, a divisão da humanidade em tipos diferenciados teria constituído uma espécie de inflexão dos ideais de universalismo, de igualdade e de um certo relativismo eurocêntrico da época das Luzes e da Revolução Francesa¹⁵⁵. Outra interpretação do fenómeno apresenta Zygmunt Bauman, para quem o discurso sobre a raça e a sua passagem ao político se inserem na própria lógica da modernidade inaugurada pelo Iluminismo. A divisão da humanidade em raças ter-se-ia inserido na fobia ordeira característica da modernidade: «A taxonomia, a classificação, o inventário, o catálogo e a estatística são estratégias supremas da prática moderna. A mestria moderna é o poder de dividir, classificar e localizar – no pensamento, na prática, na prática do pensamento e no pensamento da prática.»¹⁵⁶

Além de articular o discurso racista com os princípios estruturantes da modernidade, um outro mérito de Bauman é a desmistificação da ideia de que o programa de engenharia social do nacional-socialismo alemão constituiu um caso singular no contexto europeu. Cita biólogos, médicos, psicólogos, políticos (entre eles, os antigos primeiros-ministros britânicos Balfour e Chamberlain) que noutros Estados europeus participaram no debate sobre o controlo científico da espécie humana. Refere também as leis eugénicas de esterilização que, em cerca de duas dezenas de Estados norte-americanos, foram adoptadas nas três primeiras décadas do século XX. O próprio comunismo moderno, teorizado na Alemanha, mas feito programa oficial de Estado a Leste, teria sido uma emanção do espírito do Iluminismo¹⁵⁷. A engenharia social, usando técnicas mais ou menos radicais – que podiam ir do simples apelo à fecundidade dos representantes da raça (ou sub-raça) considerada superior, à esterilização forçada dos elementos considerados passíveis de a degenerar (deficientes, doentes, criminosos e outros potenciais marginais), aos manifestos anti-miscigenação e ao genocídio – foi prática corrente no Ocidente da primeira metade do século XX¹⁵⁸.

O que teria conduzido apenas a Alemanha e não outros Estados europeus à situação limite do Holocausto teria sido uma conjunção favorável de factores – um Estado forte, centralizado, com enorme capacidade de mobilização, com consideráveis recursos tecnológicos, alicerçado em teorias ‘científicas’ de depuração sócio-racial (muito anteriores, aliás, à chegada ao poder por parte do partido nazi) e, naturalmente, a determinação de Hitler. A passagem do racismo ao político, ou seja, a sua institucionalização, ao unificar «as práticas, os discursos e os efeitos»¹⁵⁹, potenciou-o, na medida em que o apresentou como programa e que colocou ao seu dispor todos os mecanismos (entre eles, os de propaganda) do Estado¹⁶⁰. A Alemanha e o seu programa de extermínio dos impuros constituiu o exemplo de resultados mais extremos desta passagem.

O Estado moderno, racional e ordenador, apoiado na ciência, conduziu a uma série de experiências genocidárias: ele «nasceu como uma força missionária, proselitista, de cruzada, empenhado em submeter as populações dominadas a um exame completo de modo a

¹⁵⁵ *Op. cit.*, p. 92.

¹⁵⁶ Zygmunt Bauman, *Modernidade e Ambivalência*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2007, p. 26.

¹⁵⁷ *Ibid.*, pp. 44 e 47.

¹⁵⁸ E não só no Ocidente. O massacre e a deportação de Arménios, no primeiro quartel do século XX – quase três décadas antes do início da Segunda Grande Guerra –, foram perpetrados no seio do Império Otomano.

¹⁵⁹ Michel Wieviorka, *L'espace du racisme*, Paris, Éditions du Seuil, 1991, p. 86.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 87.

transformá-las numa sociedade ordeira, afinada com os preceitos da razão. (...) O Estado moderno era um Estado jardineiro.»¹⁶¹ Teria sido portanto à modernidade oriunda das Luzes, e não à sua revelia, como pretende Robert Young, que as teorias e as políticas da raça se foram forjando e consolidando. O discurso oitocentista em torno da raça é em grande medida tributário da universalização dos modelos de progresso europeus e da mobilização para a resolução dos problemas sociais.

2.2. Da biologização à construção social da raça

A segunda metade do século XIX foi marcada por um debate intenso em torno da origem – una ou múltipla – da humanidade. De entre a pluralidade das interpretações, dois grandes grupos de concepções se definiram: de um lado, os evolucionistas sociais, adeptos da monogenia, que entendiam as desigualdades entre os vários grupos humanos como manifestação dos diferentes estádios de desenvolvimento; contrariamente, os darwinistas sociais, defensores do poligenismo, centravam-se nas diferenças naturais entre os homens. Para os primeiros, a desigualdade era transitória e reversível; para os segundos, a hierarquia entre grupos (espécies, raças, nações) era inultrapassável, porque inerente às diferenças essenciais no seio do género humano¹⁶².

As teses poligenistas mais radicais defendiam que as diferentes raças humanas constituíam diferentes espécies¹⁶³, apesar da definição de espécie assentar em critérios como o da capacidade de reprodução e o da fertilidade da descendência e de esse argumento estar rebatido à partida, já que todos os grupos humanos são inter cruzáveis e os frutos desses cruzamentos são eles próprios fecundáveis. Note-se que este debate decorreu numa época em que já várias gerações de híbridos férteis habitavam os territórios colonizados por europeus, mormente os de colonização mais antiga, como os arquipélagos atlânticos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por exemplo.

Mesmo quando, na sequência da publicação de *A origem das espécies*, em 1859, os poligenistas passam a aceitar uma origem remota comum, servem-se igualmente da teoria darwiniana da evolução, através da selecção natural, para justificar a hierarquização entre as raças: os grupos humanos teriam passado há muito por processos separados de evolução que os teriam afastado irreversivelmente uns dos outros dos pontos de vista físico e cultural. A teoria evolucionista de Charles Darwin foi apropriada pelas duas teses antagónicas – a mono e a poligenista – e também ela adaptada às necessidades de cada uma¹⁶⁴.

As teorias sociais darwinistas, ao transferirem para as sociedades humanas o princípio da selecção natural, segundo o qual se imporiam as melhor adaptadas, vai ao encontro das concepções raciais hierarquizadoras dos grupos humanos. Daí que *negros* africanos, *índios*

¹⁶¹ Zygmunt Bauman, *op. cit.*, p. 31.

¹⁶² Lília Moritz Schwarcz, *O espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 62.

¹⁶³ Robert Young, *op. cit.*, 101.

¹⁶⁴ Lília Moritz Schwarcz, *op. cit.*, pp. 54-57.

americanos e outros grupos possuidores de tecnologia muito rudimentar ocupassem os lugares inferiores na hierarquia das populações humanas e se situassem nos escalões intermédios no processo de evolução humana – desde a pré-história até à raça europeia coetânea dos estudiosos. A hierarquia não se estabelecia, porém, apenas entre os três ou quatro grandes grupos rácicos (caucasóide, negróide e mongolóide). Reconhecia-se a superioridade racial dos europeus, mas distinguiam-se no seu interior vários escalões evolutivos e gradações de pureza e excelência. Os nórdicos eram superiores aos mediterrânicos e, de entre os primeiros, destacava-se o (suposto) arianismo alemão como representante mais evoluído da espécie. Já em 1853, no seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, Gobineau proclamara a superioridade da raça ariana¹⁶⁵. Os povos do Sul e do Leste do continente eram considerados como tendo passado por processos degenerativos mais acentuados, atribuindo-se à mestiçagem importante quota-parte na sua adulteração.

Não é apenas o *outro* somático, de outras culturas e biótopos, que se mede, classifica e hierarquiza. É também o *outro* no interior do próprio Estado – o deficiente, o doente, o marginal (ou simplesmente o potencial marginal, porque oriundo de extractos sócio-económicos menos favorecidos, e por isso sujeito a uma socialização entendida como menos adequada e eficaz). A antropologia física surge numa primeira fase muito associada à antropometria policial. Medidas eugénicas aplicaram-se sobretudo a grupos de indivíduos da raça *branca*, porque era esta que se queria aprimorar. Francis Galton, autor de *Hereditary Genius*, livro fundador da eugenia, «uma ciência aplicada direccionada para o aperfeiçoamento das potencialidades genéticas da espécie humana»¹⁶⁶, defendia a possibilidade de se melhorar a população através de políticas reprodutivas, já que era a hereditariedade a definir as aptidões humanas. Preconizava-se a identificação dos grupos sobre os quais recairiam restrições à reprodução – os portadores de determinadas doenças e os socialmente indesejáveis – e, inevitavelmente, a restrição à miscigenação¹⁶⁷.

Naturalmente que o processo de colonização propriamente dito por que a quase totalidade do continente africano passou (e que data apenas do último quartel do século XIX, quando algumas potências europeias se propõem ocupar efectivamente os territórios nominalmente possuídos e estender-lhes a sua soberania) abriu a este campo de estudos uma matéria-prima muito variada sobre a qual se podia exercitar o espírito taxonómico e seriador dos antropólogos físicos – os naturais desses territórios e os seus cruzamentos com os colonizadores, ou seja, de acordo com os conceitos da época, os *puros* e os *mistos*.

A medição, a comparação, a classificação e a hierarquização eram as fases de um processo que partia dos marcadores externos observáveis e mensuráveis nos indivíduos para a formulação de correspondências com supostos atributos internos. Os estudos antropométricos adquiriram grande popularidade, em especial a osteometria. A antropometria é apenas a extensão da obsessão pela medição – que caracteriza a civilização ocidental desde

¹⁶⁵ Ap. A. Pinto de Carvalho, «O mito racista», separata da revista *Brotéria*, vol. XXVI, nº 6, Lisboa, Junho de 1938, p. 6.

¹⁶⁶ Michael Banton, entrada «Eugenics», in Ellis Cashmore (org.), *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, op. cit., p. 125.

¹⁶⁷ Luisa Moritz Schwarcz, op. cit., p. 60.

as últimas décadas do século XIX – ao corpo humano. É a estatística do corpo, como a define Nuno Luís Madureira¹⁶⁸.

Dentro da osteometria humana, a vedeta era a craniometria. Alojando o cérebro, o crânio prestava-se a que fizessem dele «um barómetro das habilidades cognitivas»¹⁶⁹ e da «psicologia étnica»¹⁷⁰. Às medições, seguiam-se as comparações. Robert Young faz uma longa listagem das disciplinas científicas em que se desenvolveram estudos comparativos entre exemplares das várias raças (desde a filologia comparada à fisiologia e à anatomia) e cujo aproveitamento extrapolaria as ciências bio-físicas para fundamentar teorias em outras áreas científicas e noutros ramos do conhecimento em geral, como a história, a arqueologia, a etnologia, a geografia, a geologia, o direito, a literatura, a teologia¹⁷¹.

Segmentou-se a humanidade em tipos raciais, de acordo com a sua exterioridade somática, e erigindo-se, naturalmente, o tipo caucásico a que pertenciam os investigadores a critério-tipo ideal. Da configuração e medição cranianas aos testes de avaliação do quociente de inteligência, todos os critérios morfológicos de classificação da antropologia física serviam para reforçar os índices de superioridade europeus. Além de referente estético, a raça europeia, *branca*, constituía o critério de avaliação das capacidades intelectuais dos outros grupos humanos. Quanto maior o distanciamento face às superiores tradições culturais europeias, mais baixa a localização na escala da evolução.¹⁷² Neste sentido, o discurso científico dos séculos XVIII e XIX contribuiu para acentuar a distância entre os *civilizados* (europeus ou de matriz cultural europeia) e os *selvagens* (os geo-culturalmente distantes da matriz europeia) e para a racialização dessa diferença.

Aquando das primeiras abordagens, parecia predominar o critério religioso da diferenciação, o que não surpreende, por um lado, porque muitos dos relatos que nos chegaram são de clérigos e, por outro, porque a identidade cultural e política europeia se baseava, então, muito na religião (a *respublica christiana*). O *outro* era o gentio, ou seja, o desconhecedor da Palavra e do Deus dos cristãos; as suas sociedades organizavam-se politicamente de forma muito diversa da das dos Estados europeus em processo de afirmação, desconhecendo muitos a figura estatal; os trajos – ou a sua ausência – espantavam e/ou repugnavam pelo contraste com os europeus. Porém, o Cristianismo, considerando recuperáveis todos os homens, não os condenava irremediável e definitivamente a um estatuto intermédio de uma qualquer escala de evolução biológica. Em pleno século XVII, no seu *Sermão da Epifania*, o Padre António Vieira afirma esta igualdade em potência de todos os homens, independentemente do grau de pigmentação da pele, através da conversão ao Cristianismo. O baptismo, pela sua capacidade *embranquecedora* (no sentido de purificadora), igualizaria os grupos humanos, deslegitimando, assim, qualquer hierarquização fundada na

¹⁶⁸ «A estatística do corpo: antropologia física e antropometria na alvorada do século XX», *Etnográfica*, vol. VII, nº 2, 2003, p. 284.

¹⁶⁹ Eugénia Cunha, «O esqueleto humano e a “raça”: breve apontamento sobre uma relação sem sentido», in AA. VV., *O que é a raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, op. cit., p. 54.

¹⁷⁰ Nuno Luís Madureira, *op. cit.*, p. 285.

¹⁷¹ Robert Young, *op. cit.*, p. 93.

¹⁷² Arthur de Gobineau defendera mesmo na *Encyclopaedia Britannica* que só as raças brancas eram criadoras de cultura (naturalmente que reportando-se às criações eruditas de cultura). Ap. Alan Burns, *Colour prejudice with particular reference to the relationship between whites and negros*, Londres, George Allen & Unwin, 1948, p. 24.

diferença epidérmica: «entre cristão e cristão não há (...) diferença de cor (...) porque todos são brancos»; «Um etíope se lava nas águas do Zaire fica limpo, mas não fica branco: porém na água do Baptismo sim, uma coisa e outra»¹⁷³.

O século XIX passou destes critérios religiosos de diferenciação entre os povos (os cristãos *versus* os não cristãos) para a lógica racial dos discursos 'científicos'. Doravante, é o próprio determinismo biológico que os condena ao afastamento da humanidade civilizada. Se já eram não-cristãos e não-*brancos*, passaram também a ser não-civilizados. Às formulações oitocentistas sobre a(s) raça(s) subjazem concepções baseadas em vínculos muito estreitos entre o natural e o cultural: às variações do fenótipo – cor, configuração e dimensão cranianas, textura de cabelo, estatura – corresponderiam diversas aptidões mentais e morais e, consequentemente, diferentes comportamentos. Estes não eram remetidos para a diferente experiência socializadora dos vários grupos humanos, mas para um determinismo genético hereditário.

Explorando o conceito de raça-omelete de Montagu¹⁷⁴, podemos condensar os pressupostos em que assentava a concepção oitocentista e primi-novecentista de raça: a imagem de um preparado culinário feito a partir de ingredientes não combináveis – características biológicas, capacidade cognitiva, aptidão moral, condutas sociais – e utilizando como tempero base o património genético dos povos, como entidade estável e fixa.

A teoria da selecção natural deu também suporte argumentativo às teses eugénicas e à sua recusa da miscigenação entre a raça *branca*, superior, e as raças *negra* e *amarela*. Foi neste contexto de exaltação da pureza e do aperfeiçoamento raciais, que se realizou na Universidade de Londres, em 1911, o primeiro Congresso Universal das Raças. Tendo contado com a presença de W.E.B. Dubois, integrado na delegação americana, o Congresso reafirmou a unidade biológica da espécie humana. Todavia, as práticas antropométricas mantiveram-se populares entre os investigadores e a antropologia física continuou a explorar e a sobredimensionar as diferenças somáticas superficiais dos grupos humanos, durante as primeiras décadas do século XX.

A Segunda Grande Guerra despopularizou a raça, ao revelar os limites onde a aplicação deste conceito taxonómico à espécie humana podia conduzir. O conhecimento do processo ordenado e sistematizado de extermínio de grupos humanos considerados racialmente inferiores nos grandes laboratórios de engenharia social em que se converteram os campos 'de trabalho' nazis constituiu a grande viragem em torno das crenças sobre a diversidade e a hierarquização racial humana. Quatro décadas depois do Congresso Universal das Raças, onde a unidade racial humana fora proclamada, em 1951, a UNESCO emite a *Declaração sobre a Natureza da Raça e a Diferença Racial (Statement of the Nature of Race*

¹⁷³ Padre António Vieira, *Sermão da Epifania*, 1662, in Rui Miguel da Costa Pinto, «O escravagismo negro no pensamento de Vieira e a sua passagem por Cabo Verde», in *Actas do Congresso Internacional Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira*, vol. I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1999, p. 596.

¹⁷⁴ Ashley Montagu, escrevendo nos princípios da década de quarenta do século passado, apresenta o então dominante conceito de raça como uma omelete conceptual indigerível, preparada a partir de ingredientes de tipo muito variado, a qual só existe enquanto registo estatístico da frigideira onde foi concebida pelo calor da imaginação antropológica. Esta *omelete de raça*, por bem confeccionada que tenha sido, era já então percebida por muitos como acientífica. Cf. *Man's Most Dangerous Mith: The Falacy of Race*, Walnut Creek, AltaMira Press, 6ª ed., 1997, p. 103.

and Racial Difference), na qual estabelece a prioridade dos factores ambientais sobre os factores genéticos na determinação das características comportamentais dos povos¹⁷⁵ e a erradicação da raça no discurso científico (onde seria vantajosamente substituída pela etnia) e na linguagem vulgar.

Já em 1941, Julian Huxley havia proposto a substituição do termo *raça* pela expressão *grupo étnico*, não a tendo, porém, definido¹⁷⁶. No ano seguinte, Ashley Montagu¹⁷⁷ proporia a seguinte definição: «An ethnic group represents one of a number of populations, which grade into another and together comprise the species *Homo sapiens*, but individually maintain their differences, physical and cultural, by means of isolating mechanisms such geographic and social barriers.»¹⁷⁸ Apesar de o antropólogo escrever a meio da Guerra (a primeira edição surge em 1942), quando os programas genocidários alemães não tinham ainda atingido a fase de extermínio acelerado, anteviu os extremos que a política racial de Estado poderia atingir e desmontou o conceito antropológico sobre que assentava, recorrendo à metáfora gastronómica, considerando a raça «an omelet that correspond to nothing in nature: an indegustible dish conjured into being by na anthropological chef from a number of ingredients which were extremely varied in character. This omelet conception of race had no existence outside the statistical frying pan in which it had been reduced by the heat of the anthropological imagination»¹⁷⁹.

Na linha de Montagu, mas antecipando-se-lhe alguns anos, em Portugal, um ano ainda antes da invasão da Polónia e do desencadear da Segunda Grande Guerra, e quando o discurso antropológico em torno da raça gozava de grande popularidade, no contexto da «tradição da *construção do império*»¹⁸⁰, A. Pinto de Carvalho escreveu um pequeno texto, que ainda se reveste de uma espantosa actualidade e a que deu o sugestivo título de «O mito racista»¹⁸¹. Nele alertava para os perigos da institucionalização hitleriana da ideologia da raça, que considerava o mito do século XX. Também ainda antes da publicação de *Man's Most Dangerous Myth*, Gilberto Freyre, na linha de Franz Boas, de quem foi discípulo, se opunha à tradição antropométrica da antropologia clássica, recusando a orientação racializada do estudo dos vários grupos humanos e afirmando «(...) a nenhuma base científica dos mitos de raças superiores ou raças puras.»¹⁸²

Facilmente contrariada pela intensidade dos movimentos migratórios e dos caldeamentos sucessivos que caracterizaram a história da espécie humana no Planeta, a falaciosidade da divisão da espécie humana em três, quatro ou mais grandes grupos rácicos

¹⁷⁵ Bill Ashcroft, Gareth Griffith & Helen Tiffin, *op. cit.*, p. 204.

¹⁷⁶ Em «The Concept of Race», in *Man Stands Alone*, 1941, *ap.* Ashley Montagu, *Man's Most Dangerous Myth: The Falacy of Race*, *op. cit.*, p. 186.

¹⁷⁷ Montagu foi um dos principais intervenientes na redacção da *Declaração sobre a Natureza da Raça e a Diferença Racial* (*Statement of the Nature of Race and Racial Difference*), da UNESCO; além de ter sido um dos relatores, foi ele quem fez a revisão final do texto. Cf. Andreas Hofbauer, «Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil», *Lua Nova*, São Paulo, nº 68, 2006, pp. 9-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/468/a02n68.pdf>, p. 29.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 186.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 103.

¹⁸⁰ Maria Celeste Rogado Quintino, *Revisão de Agendas Etnográficas – Convés, Varandas, Aldeias e Cidades*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004, p. 47. [A itálico, no orig.]

¹⁸¹ Sep. da revista *Brotéria*, vol. XXVI, fasc. 6, Junho de 1938.

¹⁸² Gilberto Freyre, *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1942, p. 20.

homogêneos viu-se confirmada pelo desenvolvimento dos estudos genéticos. Estes vieram comprovar a baixa variabilidade da estrutura genética da espécie humana, que não autoriza a falar em raças. A diversidade fenotípica não é directamente proporcional à variabilidade genética, registando-se com frequência maior diversidade genética no seio de um mesmo grupo classificado como rácico que entre diferentes grupos. Da mesma forma, a proximidade genética de grupos humanos com patrimónios culturais muito distintos viria comprovar a inexistência de associação entre a (limitada) diversidade genética das populações e a especificidade das suas manifestações culturais. Nem a diversidade do fenótipo nem a das tradições culturais assentam em diferenças genéticas profundas. Desmoronaram-se assim os grandes pilares sobre os quais assentavam as teses do racismo científico. As décadas que se seguiram à Segunda Grande Guerra foram de predomínio das teses culturalistas, que ignoravam a raça na explicação da diversidade humana, relevavam a importância da cultura e da história e festejavam a diversidade e a igualdade estatutária de todas as culturas.

Os anos sessenta e setenta marcam o regresso da popularidade das explicações biológicas do comportamento social. A sociobiologia, ramo das ciências biológicas especialmente popular nos departamentos de biologia norte-americanos, estuda as bases biológicas do comportamento social dos animais, incluindo o comportamento humano. Acusado de recair na geneticização da cultura, o discurso sócio-biológico tem sido alvo da crítica das ciências sociais, mormente da antropologia, que radica as diferenças observadas no comportamento humano nos diferentes processos de socialização. Trata-se do eterno debate em torno das determinantes biológicas e das determinantes culturais do comportamento humano.

Perante a grande diversidade de condições ecológicas com que a espécie humana se tem confrontado, as variações fenotípicas constituíram adaptações ecológicas das várias populações¹⁸³, constituindo a cor da pele uma das mais visíveis e mais valorizadas ao nível do que Albert Memmi chama a maximização das diferenças¹⁸⁴. O fenótipo comum a determinada população não seria o somatório de um grupo fixo de características imutáveis, mas o resultado das interações do genótipo com o meio¹⁸⁵. Aos dados da genética, dever-se-iam, pois, juntar os do meio, e sobretudo as interações entre ambos, na análise das condutas sociais. As próprias possibilidades que se vêm abrindo no campo da engenharia genética – permitindo que a tecnologia (logo, a cultura) intervenha no organismo – têm contribuído para uma maior fluidificação das fronteiras entre o natural e o cultural.

No que respeita à persistência da raça como critério de diferenciação e avaliação do *outro* pelo senso comum, décadas depois da sua desconstrução científica e da declaração da UNESCO, Luís Souta apresenta várias razões que ajudam a entendê-la: falhas na comunicação entre a comunidade científica e o público em geral, (mal) mediada pelos meios de comunicação social, ineficiência das instituições de ensino, permanência da raça enquanto conceito operativo no discurso de algumas ciências sociais contemporâneas, ainda que já

¹⁸³ Sérgio Costa, «A Construção Sociológica da Raça no Brasil», *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 1, 2002, p. 31.

¹⁸⁴ Albert Memmi, *O Racismo: Descrição, definição, tratamento*, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, p. 123.

¹⁸⁵ Sérgio Costa, *op. cit.*, p. 35.

despojada do seu carácter essencialista, e o recrudescimento do racismo¹⁸⁶. A estas razões acrescentamos outra que nos parece das mais importantes: a fácil (e por isso tentadora) associação entre a óbvia variabilidade fenotípica e as diferenças culturais, sem a mediação da análise dos factores históricos que teriam forjado essa diversidade. Como a variabilidade somática e cultural apresenta frequentemente uma correspondência com os diferentes índices de acesso aos recursos materiais e ao poder, torna-se quase automático no registo do senso comum estabelecer uma ligação 'natural' entre baixo estatuto económico e social e a pertença a determinados grupos racializados.

Contudo, se bem que propiciadoras, nem a evidência da diferença somática (cuja percepção não é pré-social, mas socialmente construída¹⁸⁷), nem a fraca escolarização, nem o baixo rendimento constituem condição necessária à discriminação racial (ou seja, ao tratamento diferencial dos indivíduos em função das suas supostas pertenças ráticas). Comprova-o o caso judeu, em que a inexistência de traços somáticos individualizadores (apesar da popularidade das representações acerca do *nariz judeu*), (comparativamente) elevados índices de instrução e de recursos económicos não constituíram óbice a que fossem diferenciados, avaliados em função dessa diferenciação e alvo de tratamento discriminatório, em contextos históricos muito diversos, desde a sua recuada guetização residencial na Europa medieval, à exigência de porte de sinal material distintivo e, posteriormente, até ao programa de extermínio por parte do Estado alemão. Nem a partilha do mesmo capital fenotípico, nem de elevados indicadores económico-culturais (cultura, aqui, entendida no seu sentido erudito, enquanto conjunto de manifestações superiores do intelecto humano), nem mesmo a conjugação desses factores constituiu imunidade para a racialização desta parte minoritária da população alemã pela parte supostamente mais representativa da sua *nacionalidade*.

Por maioria de razão, porque arredado do capital económico e cultural de que dispunham os judeus alemães, o operariado das fases iniciais da revolução industrial constituía também objecto privilegiado dos temores de degenerescência da estirpe nacional dos vários Estados europeus. As distantes condições de classe e os diferentes estilos de vida que proporcionavam contribuíam para a naturalização da diferença: completamente desapossados, não dispendo senão da própria força de trabalho, marcados pelo alcoolismo, pela doença, pela promiscuidade, apresentando-se andrajosos e sujos, os recém-proletarizados constituíam, a par dos judeus e dos *coloniais*, raças degeneradas e potencialmente degeneradoras. A partir da segunda metade do século XX, serão os imigrantes com origem nos impérios desfeitos que constituirão o alvo predilecto dos discursos nacionalistas. O facto de neles convergirem vários factores diferenciadores – a baixa posição de classe, o rarefeito acesso à cidadania, as diferenças culturais e as características somáticas – facilita a sua racialização.

¹⁸⁶ «Da raça ao racismo», in AA. VV., *O que é a Raça?*, op. cit., pp. 45-46.

¹⁸⁷ Trata-se da «constitución social del propio reino de la naturaleza.» Peter Wade, *Gente negra, nación mestiza: dinámicas de las identidades raciales en Colombia*, Santafé de Bogotá, Ediciones Uniandes, 1997, p. 401.

A classificação racial da população pelos censos: eleição da raça como marcador identitário

A categorização racial participa das características e funções da categorização em geral, que são essencialmente a selecção e compactação da informação entendida como mais relevante, no meio de uma imensa e inassimilável quantidade de informação. Porém, como as categorias são enformadas pelas estruturas diferenciadoras dos contextos sociais que as produzem, ao seleccionar categorias raciais nas quais agrupar a população, essas categorias surgem já revestidas de uma avaliação diferencial. A simples eleição da raça, pelas recolhas censitárias periódicas, como característica considerada relevante na descrição da população tem, por si só, um poderoso efeito racializador e discriminatório¹⁸⁸. Racializador, na medida em que, se decorre da classificação a focagem na informação identificada como essencial, então, a categorização racial vem atribuir aos atributos fenotípicos e a outros dados raciais (como a ascendência) importância nuclear. Discriminatório, porque, estando os grupos racionais pelos quais se reparte a população desigualmente revestidos de recursos, é o que detém o poder de nomear que tem também o de julgar e avaliar; ora a celebração da pertença ao endogrupo (racial, no caso) faz-se pela atribuição de positividade às características afins ao grupo, reservando-se as adscrições negativas ao exogrupo (racial), que passa a ser percebido não simplesmente como diferente, mas como desigual. Esta lógica diferenciadora conduz frequentemente à discriminação, manifestada quer ao nível das condutas individuais quer das grupais. É neste sentido que os censos, independentemente da sua intenção primeira de ordenação, são mecanismos produtores e reprodutores de desigualdades.

Se considerarmos que somos constituídos por várias identidades raciais – a *interna* (aquela que pensamos ser a nossa), a *externa* (a que afirmamos ser a nossa) e a *observada* (a que os outros nos atribuem em função da nossa aparência)¹⁸⁹ –, então a construção das identidades também é tributária da actividade censuária. Para David Ikertzer e Dominique Arel, os recenseamentos populacionais constituem mesmo os instrumentos políticos mais importantes de que o Estado se serve para construir as identidades colectivas. Esta obsessão de separar¹⁹⁰, de que os censos são um instrumento, relewa do impulso ordenador e organizador da modernidade. Eles permitem impor – com toda a legitimidade advinda da chancela estatal – a representação da identidade racial do território nacional/imperial. Os certificados de nascimento e os documentos de migração podem também inscrever-se neste desejo de controlo por parte do poder político¹⁹¹.

¹⁸⁸ Como afirma Fernando Luís Machado, «no decurso dessas práticas classificatórias (...) se pode transformar facilmente uma característica entre muitas outras daqueles que são observados (...) em eixo organizador da própria prática de observação, deixando a categorização racial de ter uma função apenas descritiva, para passar a ser um princípio de explicação de tudo o que se observa, e abrindo caminho, portanto, à formação de estereótipos e preconceitos raciais.» Cf. «Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?», *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, 2000, p. 20.

¹⁸⁹ David Harris e Jeremiah Slim, 2002, *ap.* Mary Campbell & Lisa Troyer, «The Implications of Racial Misclassification by Observers», *American Sociological Review*, vol. 72, Outubro de 2007, pp. 751-752.

¹⁹⁰ Zygmunt Bauman, *op. cit.*, p. 25.

¹⁹¹ «Census, identity formation and political power», in David Ikertzer & Dominique Arel (orgs.), *Census and Identity: the Politics of Race, Ethnicity, and Language in National Censuses*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, p. 3.

O poder do Estado manifesta-se também na capacidade de dividir a população de acordo com os critérios que estipula e na formação dada aos agentes censuários. Foi assim que os critérios que presidiram ao censo de 1940 em Cabo Verde assentaram na observação dos caracteres somáticos («Indicar se é *branco, indiano, preto, amarelo* ou *misto, consoante o aspecto exterior ou outros elementos*»¹⁹²), enquanto o censo do decénio seguinte já incidia na raça dos ascendentes, o que conduziu a diferentes pressupostos de categorização: *brancos* e *negros* passaram a ser não aqueles que apresentavam fenotipia leucodérmica ou negróide, mas os que possuíam uma ascendência inteiramente caucásica, no primeiro caso, ou negróide, no segundo; todos os que apresentassem pelo menos um dos ascendentes próximos de raça *negra* ou *mista* eram considerados *mistos*. O resultado desta alteração de critérios orientadores dos apuramentos foi que indivíduos agrupados numa categoria no censo de 1940 tenham sido agrupados noutra, no de 1950, do que resultou uma alteração na composição racial da população do arquipélago, que passou a contar oficialmente com um maior número de *mistos*. A ilha do Fogo foi a que apresentou maior percentagem de população *mista* – 97%.

Neste censo (o oitavo a realizar-se em Cabo Verde, a contar de 1878, e sexto após a carta de lei de 1899, que decretou a decenalidade dos recenseamentos populacionais), procurou-se melhorar os procedimentos que envolviam a actividade censuária: os agentes recenseadores foram nomeados preferencialmente entre professores primários e outros funcionários públicos e já não entre os presidentes das câmaras ou comissões municipais, deu-se-lhes alguma formação nas sedes dos concelhos e aumentou-se-lhes a recompensa. Porém, davam conta os serviços da Secção de Estatística que o exame dos boletins recolhidos continuava a revelar preparação insuficiente por parte dos agentes, que também teriam zelado pouco pelo seu correcto preenchimento¹⁹³.

A auto-identificação rática nem sempre coincidiria com a hetero-categorização para efeitos censuários. Muitos *mestiços* identificar-se-iam como *brancos*, enquanto os agentes os incluíam na categoria *mestiço* ou mesmo *negro*. Quando a população se apresenta intensamente mestiçada, cresce a dificuldade em seleccionar os aspectos somáticos mais relevantes – a cor da pele?, o tipo de cabelo?, a abertura nasal? –, sobretudo quando alguns desses traços indicam determinada pertença racial e outros indiciam outra. A quais dar prioridade?¹⁹⁴ Em 1940, Mendes Correia afirmava que

poucos são os recenseamentos, em populações racialmente mistas que merecem confiança no ponto de vista da especificação racial dos recenseados. (...) não faltarão (...) os mestiços que desejarem... e conseguirão fazer-se passar por brancos, ou os mestiços que os recenseadores brancos não deixem de dar como negros retintos...¹⁹⁵

¹⁹² Jaime de Figueiredo, «Distribuição somática nos censos de Cabo Verde», *Cabo Verde*, ano V, nº 55, 1 de Abril de 1954, p. 23.

¹⁹³ Serviços de Administração Civil, *VIII Recenseamento Geral da População da Província de Cabo Verde em 1950*, vol. I, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1953, pp. 14-16.

¹⁹⁴ John Stanfield II coloca o mesmo dilema para as recolhas censitárias nos Estados Unidos da América: «Where to place people from mixed backgrounds has always been a dilemma, both for keeping official records and for constructing everyday identity categories.»; «it is conceivable that the fluctuations in numbers of, say, “Blacks” and “whites” reported in the U.S. Census from decade to decade may actually be in some significant sense more a function of ‘mixed persons’ changing their racial identity declarations than a real increases and declines in population numbers.» Cf. «Epistemological Considerations», in John H. Stanfield II & Rutledge M. Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity in Research Methods*, Newbury Park, Sage Publications, 1993, p. 22.

¹⁹⁵ *O mestiçamento nas colónias portuguesas*, Comunicação apresentada ao Congresso Colonial, Lisboa, 1940, p. 17.

Esta inconsistência entre as auto e hetero-categorizações raciais, por um lado, e as disparidades entre os quantitativos de cada um dos grupos raciais identificados de censo para censo (mesmo quando passaram a fazer-se decenalmente), por outro, revelam como o carácter construído das raças se presta a categorizações contrastantes, que nos permitem somente uma leitura aproximada da composição racial da população.

O valor conceptual da raça e as ambiguidades terminológicas em torno do idioma racial

O uso de categorias racializadas no discurso das ciências sociais, mormente na sociologia e nos meios académicos anglo-saxónicos, recua ao primeiro quartel do século XX, à Escola de Chicago¹⁹⁶. Nas últimas décadas, é especialmente a área de estudos conhecida como *racial studies* ou *racial relations* que se tem focado preferencialmente na percepção racial enquanto dimensão estruturante das identidades e das relações sociais. Banton define-a como o estudo das auto ou hetero identificações raciais ou étnicas¹⁹⁷. Porém, e ainda de acordo com Banton, a situação actual dos estudos étnicos e raciais configura mais uma manta de retalhos («a thing of shreds and patches»¹⁹⁸) que um campo integrado e autónomo de estudos. O autor refere-se aos trabalhos de âmbito circunscrito – local ou nacional – que têm dominado a produção nesta área, que não têm sido potenciados pelo aprofundamento paralelo da aparelhagem teórica, quando só esta teria permitido ultrapassar as perspectivas nacionais das investigações, conferindo-lhes uma dimensão mais global¹⁹⁹.

Perante a quota-parte de responsabilização do discurso científico pela longevidade da raça – ao usar e abusar do léxico rácico –, permanece vivo o debate no seio das ciências sociais em torno da pertinência do uso de categorias racializadas no seu discurso. A própria colocação de aspas em torno da palavra raça ou a sua grafia a itálico, quando surge aplicada a grupos humanos, revela o desconforto da sua utilização por parte dos cientistas sociais. Para grande parte dos autores, o uso de categorias raciais em ciências sociais justifica-se enquanto constructos sociais partilhados pelas populações (ou indivíduos) objecto de estudo. Afirmam que se a raça existe para determinada colectividade, enquanto discurso e enquanto sistema de crenças, e, como tal, enquanto formadora de atitudes e comportamentos, é pertinente o recurso às categorias racializadas pelas quais essa colectividade simultaneamente se auto-define e representa o *outro*.

Na perspectiva oposta, colocam-se os que, ou pela sua polissemia, ou pelas dificuldades conceptuais que apresenta, ou ainda pelo seu impacto social negativo, relativizam o valor conceptual da raça. É a posição de Ashley Montagu, para quem a raça se tornou uma

¹⁹⁶ Fernando Luís Machado, «Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?», *op. cit.*, p. 21.

¹⁹⁷ «The study of ethnic and racial relations became the study of persons in circumstances in which they defined themselves in ethnic or racial terms, or were so defined by others.» Cf. «Progress in ethnic and racial studies», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, nº 2, Março de 2001, p. 187.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 175.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 193.

palavra fraticida²⁰⁰, na medida em que «language especially seduces us into believing that every noun is a thing, and that things are enduring and permanent»²⁰¹. É também esta a posição de Robert Miles, que considera que a raça «devia ter sido explícita e consistentemente confinada ao caixote de lixo dos termos analiticamente inúteis»²⁰², por reforçar as crenças na existência de raças, logo, a ideologia racista. Para Miles, se o objectivo da utilização da raça como conceito analítico é relevar o processo social de percepção e construção da(s) diferença(s) somática(s), então o conceito de racialização adequa-se-lhe melhor, por acentuar essa dimensão processual²⁰³. Na mesma linha de pensamento se inscreve o biólogo Paulo Gama Mota, para quem o conceito de raça não só não tem qualquer valor operacional, como é «socialmente disfuncional»²⁰⁴. Michael Banton sugere que as diferenças percebidas na aparência sejam descritas enquanto variações fenotípicas, já que estas estabelecem fronteiras mais fluidas entre os grupos assim designados, que a raça, que supõe maiores descontinuidades, e manifesta-se favorável a um *continuum* cromático²⁰⁵. E afirma o que já dissera noutro lugar acerca do racismo: a necessidade das ciências sociais forjarem conceitos independentes da percepção social dos fenómenos por eles descritos.

Entre os que reconhecem a pertinência – e a necessidade – do recurso ao conceito de raça em ciências sociais, e os que prescrevem a sua irradicação do discurso científico, encontra-se João Filipe Marques, que considera haver razões teóricas para a utilização de «conceitos retirados da ontologia social das colectividades para analisar processos sociais»²⁰⁶, não descartando, porém, o seu afastamento por razões éticas, dada a influência do discurso científico nas práticas quotidianas²⁰⁷.

A persistência do uso do conceito no quotidiano, muitas vezes mantendo correspondência directa com o fenómeno biológico que pretensamente nomeia, dificulta a sua operacionalização nas ciências sociais e expõe-no ao risco de reificação. Por isso, nos questionámos se seria vantajoso eliminar a raça e os seus derivados do texto deste trabalho. David Leary, num artigo a que atribui o sugestivo título de «Naming and Knowing: Giving Forms to Things Unknown», afirma a inevitabilidade do pensamento metafórico em todos os níveis do conhecimento, inclusive o científico, pela impossibilidade de se conseguir um nome distinto e consensualmente aceite para cada objecto, pensamento, sentimento ou acção. São as analogias percebidas entre os objectos que se pretendem nomear e aqueles para os quais determinados termos foram cunhados que nos permitem superar a ausência de termos específicos para cada parcela da realidade com que nos deparamos. Como diz: «(...) we are

²⁰⁰ *Man's Most Dangerous Mith*, op. cit., p. 185.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 176.

²⁰² *Racism*, 1989, ap. Fernando Machado, «Os novos nomes do racismo (...)», op. cit., p. 21.

²⁰³ Robert Miles, *Racism after 'race relations'*, op. cit., p. 46.

²⁰⁴ O autor cita Douglas Futuyma. Cf. Paulo Gama Mota, «A essência da raça: variações sobre o conceito de raça», in AA. VV., *O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, op. cit., p. 33.

²⁰⁵ *Racial Theories*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 1998, pp. 13 e 198-199.

É difícil não estabelecer um paralelo entre o que propõe Banton e o muito aceso debate académico no Brasil, acerca do impacto social de conceitos como o de *continuum* de cores ou, no campo oposto, os que derivam da divisão racial bipolar norte-americana. Deste debate, porém, ocupar-nos-emos adiante.

²⁰⁶ «Debate – O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia», in AA. VV., *O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, op. cit., p. 78.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 78.

necessarily creatures of metaphor.»²⁰⁸ Seria esta concentração no essencial, ou pelo menos no mais relevante, que nos tornaria aptos a agir, na medida em que «a clareza cognitiva (classificatória) é uma reflexão, um equivalente intelectual da certeza comportamental. Ocorrem e desaparecem juntas.»²⁰⁹

Tratando-se de raças sociais, variam consideravelmente segundo o contexto da análise. Pierre van den Berghe enumera quatro dos principais usos do termo raça: enquanto expressão da crença na permanência e imutabilidade da associação entre aptidões, comportamentos e caracteres somáticos dos diferentes grupos humanos; enquanto sinónimo de ‘espécie’, abarcando assim toda a Humanidade; enquanto sinónimo de uma nação ou grupo étnico²¹⁰; e enquanto «grupo social definido pela visibilidade somática»²¹¹. Procurámos alternativas na vasta literatura sociológica sobre o assunto²¹², sem que, porém, a tivéssemos encontrado. Mesmo os autores que defendem a erradicação da raça, propõem em alternativa todo um idioma racializado. A inflação conceptual²¹³ baseada na raça – racização, racialização, racialismo, racismo (com todas as propostas de adjectivação – subtil, flagrante, institucional, intelectual, da inteligência, biológico, cultural, culturalista, étnico, simbólico, da diferença, aversivo, de classe, de atitudes, colonial/não colonial/postcolonial, imperialista, assimilacionista/diferencialista, aristocrático, auto-referencial/hetero-referencial, heteróforo/heterófilo, clássico, moderno, neo-racismo) –, revela, por um lado, a vontade de afastamento face às conotações reificadas do senso comum, mas é, por outro, demonstração que ainda não se almejou substituí-la enquanto categoria de análise de um conjunto específico de fenómenos associados à diferenciação e hierarquização fundadas no fenótipo.

Optámos, assim, por utilizar o conceito operativo de raça, no contexto deste trabalho, aproximando-o, todavia, do sentido de categoria social racializada²¹⁴ e por isso distante da carga objectiva de associação de características somáticas a capacidades cognitivas e a aspectos comportamentais dos diversos grupos humanos²¹⁵. O conteúdo processual do nosso conceito de raça aproxima-se do que Livio Sansone propõe para o de *racialização*: «processo por meio do qual as “raças” são construídas, um processo que sempre vê uma inter-relação entre discursos e práticas, entre culto e popular.» Este autor insiste nas vantagens

²⁰⁸ *Social Research*, vol. 62, nº 2, 1995, p. 267.

²⁰⁹ Zygmunt Bauman, *op. cit.*, p. 67.

²¹⁰ Nesta acepção, a mais comum até ao desenvolvimento do racismo científico no século XIX, reportava-se ao património cultural que o convívio prolongado tornara comum a determinado grupo humano. Neste sentido, pode afirmar-se que o termo *raça* se aproximava do uso actual do de *cultura*. É também esta a opinião de Paul Gilroy. Cf. *The Black Atlantic Modernity and Double Consciousness*, Londres, Verso, 2ª ed., 1995, p. 8. Robert Young considera mesmo que o que atravessa as várias concepções de raça é a sua dimensão de «auto-definição cultural» para o Ocidente, sempre muito cioso da definição das suas fronteiras civilizacionais. Cf. *op. cit.*, p. 3.

²¹¹ Entrada «Race – as synonym», in Ellis Cashmore (org.), *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, *op. cit.*, p. 297.

²¹² Para uma revisão da evolução do conceito de raça e das teorias raciais, na Europa e na América do Norte, nos últimos dois séculos, vd. Michael Banton, *Racial Theories*, *op. cit.*, 1998.

²¹³ Do título do já citado artigo de Fernando L. Machado «Os novos nomes do racismo (...)», *op. cit.*

²¹⁴ Enquanto conceito descritivo da «ideia quotidiana de “raça” – através da qual, numa determinada sociedade, num dado momento histórico, determinados grupos de indivíduos são percebidos, designados ou se auto-designam.» Cf. João Filipe Marques, *op. cit.*, p. 66.

²¹⁵ E que Mary Klages condensa na sua definição de raça: «Race is, in short, a means of identifying people by connecting their bodily configurations, the way they look, with culturally constructed notions of identity; it's a way of connecting the signifiers of a physical body with the signifieds of cultural ideas about what a person can or cannot or is likely to do» Cf. «Race and Postcolonialism, 3» [em linha]. Disponível em: <http://www.webpages.uidaho.edu/~flores/KlagesBhaba>, p. 1.

comparativas da noção de racialização face à de raça, por transmitir melhor o carácter contingente e processual da construção da raça e das categorias racializadas²¹⁶.

Na nossa perspectiva, mais importante do que erradicar o idioma racial das ciências sociais, é utilizá-lo com parcimónia, circunscrevendo-o às épocas, às formações sociais e aos contextos em que a raça foi/é de facto significativa na estruturação das relações sociais, da desigualdade no acesso aos recursos materiais e ao poder. Só a dimensão processual do conceito de raça o reveste de pertinência analítica. Para além desta delimitação do seu espaço de aplicação, impõe-se ainda articulá-la com outras dimensões explicativas dos fenómenos de desigualdade e discriminação que se pretendem analisar. Consoante os contextos sociais em apreço, há outras dimensões igualmente ou mais importantes que se entrecruzam com a raça – quiçá reforçando-a, ou à sua percepção – na explicação da desigualdade. O que nos parece redutor é ancorar a desigualdade apenas no factor raça, utilizando-o como matriz explicativa única, o que, como diz Sérgio Costa, «acaba funcionando como um mal sucedâneo da categoria classe na sociologia marxista, na medida em que abrange e subsume todas as outras adscrições sociais»²¹⁷. O que deve ser refreado talvez não seja o uso, mas o abuso da raça.

A raça, no contexto sócio-histórico sobre o qual recai a nossa investigação empírica – a São Filipe da primeira metade do século XX – constituía ainda o eixo explicativo em torno do qual se articulavam as diversidades somática e cultural e em torno do qual se estruturavam as relações sociais. Não vemos, portanto, qualquer vantagem em evitar as fórmulas racializadas presentes no discurso dos actores, desde que ressalvemos o seu valor meramente descritivo.

É esta dimensão meramente subjectiva da raça que é realçada por João Filipe Marques, que a contrapõe «à classe, relativamente à qual podemos separar uma dimensão objectiva, em termos de rendimento ou ocupação, de uma dimensão subjectiva (a consciência de classe)»²¹⁸. Uma coisa é interpretar as estratégias racialistas como mera expressão de um conjunto de assimetrias (sociais, materiais, de poder); outra, é entendê-las como manifestações de crenças biologizantes da raça. Ao longo do texto deste trabalho, o uso do itálico quando referenciamos algumas categorias raciais, sobretudo as que se prendem com a cor, como *branco*, *não-branco*, *negro*, *mestiço*, reforça e actualiza o afastamento destes constructos de quaisquer conotações com grupos biológicos distintos, de resto (objectivamente) inexistentes.

²¹⁶ Vd., por exemplo, *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*, op. cit., p. 16.

Sobre a genealogia e os vários usos do conceito de racialização, vd. Rohit Barot & John Bird, «Racialization: the genealogy and critique of a concept», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, nº 4, Julho 2001, pp. 601-618.

²¹⁷ Op. cit. p. 50.

²¹⁸ «Ainda podemos falar de “raças”? A “raça” enquanto conceito sociológico», in AA. VV., *O que é a Raça?*, op. cit., p. 66.

2.3. Cor racial e cor social: as contingências das categorizações raciais

Num mundo racializado, e fazendo-se-lhe ou não apelo identitário, a raça impõe-se como estrutura hierarquizada de poder²¹⁹. A taxonomia racial da fase da colonização europeia de África não podia deixar de reflectir a assimetria das relações subjacente ao próprio fenómeno colonial. Mas mesmo depois de alcançada a independência política dos territórios, as classificações e as adscrições raciais das anteriores estruturas de dominação sobreviveram-lhes, persistindo uma escala avaliativa que tem como referência a cor (*branca*) do prestígio e do poder.

Se eram os grupos melhor posicionados quem preferencialmente capitalizava o referente racial como componente da sua etnicidade, sobretudo se (alegadamente) possuído em regime de exclusividade (caso do Fogo até à primeira metade do século), a partir da Segunda Grande Guerra, sobretudo, o recrudescimento de activismos fundados na raça, como o movimento negro ou o índio, tem feito da raça um instrumento de luta pela conquista de lugares no espaço social multirracial, por parte dos que tradicionalmente ocupavam os lugares inferiores das hierarquias económica, social, cultural e política. Como nota Sansone, esta «criação de identidades racializadas faz parte de um processo geral de redefinição das identidades sociais e da posição do indivíduo na sociedade.»²²⁰

A conquista europeia do planeta criou o fenómeno raça e a miscigenação (quase) generalizada que a acompanhou e lhe sucedeu baralhou indelével e irreversivelmente os dados, complexificando as classificações e as categorizações raciais. Os resultados de dois estudos sobre a cartografia genética da população brasileira, realizados nos últimos anos por equipas de geneticistas da Universidade de Minas Gerais²²¹ veio mais uma vez demonstrar a impossibilidade de, a partir da cor ou qualquer outro traço somático, se inferir a importância proporcional das contribuições genéticas e a respectiva origem geográfica, em populações tão profundamente miscigenadas quanto a brasileira ou a cabo-verdiana. Numa das referidas investigações, decorrida em 2003, seleccionaram-se indivíduos com marcadores fenotípicos – como a cor, a textura do cabelo, a cor dos olhos, o formato do nariz ou a espessura dos lábios – comumente atribuídos a *brancos*, *pretos* e *pardos*. Os resultados evidenciaram o que outros trabalhos que já haviam utilizado os recursos da genética molecular já haviam demonstrado: no Brasil, a cor e outros traços somáticos não são indicadores de uma ancestralidade africana. Num outro estudo, recolheram-se amostras de ADN de duzentos e cinquenta indivíduos auto-percepcionados como *brancos*, de várias regiões do país. O objectivo destas recolhas era averiguar a proveniência geográfica das linhagens materna e paterna da parte da população brasileira percepcionada como *branca*. Tal como esperado, os resultados indicaram uma linhagem paterna predominantemente europeia; porém, em relação

²¹⁹ Vilna Bashi, «Racial categories matter because racial hierarchies matter: a commentary», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21, nº 5, Setembro 1998, p. 961.

²²⁰ Livio Sansone, *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*, op. cit., p. 32.

²²¹ As referências às conclusões destes estudos encontram-se em Carol Cantarino, «Nova genética desestabiliza idêia de “raça” e coloca dilemas políticos», *Com Ciência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico* [em linha]. Disponível em <http://paterlex.com.br/Jornais-revistas/2006/Desestabiliza.pdf>

à linhagem materna, os resultados revelaram o inesperado: a origem das linhagens maternas tripartia-se quase equitativamente entre africana (33%), ameríndia (28%) e europeia (39%), com apenas uma discreta superioridade para esta última. Esta 'genealogia' molecular da população *branca* do Brasil, divulgada em 2000, veio comprovar a variabilidade genética da população *branca* e a decorrente impossibilidade de estabelecer, a partir da mera visibilidade fenotípica, a origem geográfica da ancestralidade de uma população tão miscigenada quanto a brasileira.

Estes estudos têm sofrido críticas de alguns sectores do movimento negro, que acusam as equipas de geneticistas de fornecerem um suporte biológico à ideologia da mestiçagem e, assim, de contribuírem para uma menor visibilidade da discriminação racial no Brasil. Porém, a inexistência de raças humanas, que a genética molecular tem comprovado, não exclui a percepção nem a estruturação racial das relações sociais, a partir do fenótipo. Como vimos, a discriminação racial prescinde da existência objectiva de raças.

Os resultados destes estudos têm incidência no debate actual no Brasil acerca da pertinência das medidas de discriminação racial positiva²²², destinadas a corrigir as desvantagens históricas, decorrentes da escravatura e do racismo, de que a parte afro-descendente da população brasileira continua a sofrer os efeitos. Ao demonstrarem a falácia da associação entre cor escura e ancestralidade africana e cor clara e ancestralidade europeia, expõem a arbitrariedade dos critérios político-institucionais de selecção dos considerados afro-descendentes.

Nas sociedades em que a população mestiçada é numericamente maioritária, como em Cabo Verde, no Brasil, em quase toda a América de língua castelhana e nas Antilhas, observam-se três tendências quanto à categorização racial: a identificação de dois grandes núcleos de significação nas categorias racializadas – o estatutário e o fenotípico –, o seu carácter fluido e contingente, especialmente evidente nos termos *branco*, *negro/preto* e *mulato/pardo* e a diversidade terminológica em torno dos caracteres fenotípicos racializados, com destaque para a taxonomia da cor da pele e do tipo de cabelo.

O uso do *preto* e do *branco* estatutários não é recente no arquipélago. Em 1724, Sebastião Bravo Botelho, ouvidor das ilhas de Cabo Verde, escrevia a D. João V, informando-o do estado da administração pública na ilha principal, deixando-nos informes quer sobre a composição racial da população quer sobre o conteúdo das categorias cromáticas usadas localmente. Compunham-na, além dos «escravos e pretos vadios», apenas cerca de três dezenas de *brancos*, alguns dos quais reinóis, mas a maior parte «mulatos a que chamam de brancos» e «uns homens pretos a que chamam brancos por andarem calçados e terem a sua fazendinha»²²³. Ou seja, estamos perante uma sociedade estratificada em três grupos, em que a delimitação sócio-económica não coincide com a rácica: um grupo que o ouvidor chama de «homens brancos» constituído por alguns reinóis e por uma maioria de *mestiços*; um outro constituído por *pretos* a que chamam *brancos* por não andarem descalços e terem algo de seu;

²²² Como seja o estabelecimento de quotas para *negros* e *índios* no acesso ao ensino superior.

²²³ Zelinda Cohen, «Cabo Verde – Da criouliização do homem à criouliização do aparelho de estado», *Revista de Estudos-Cabo-Verdianos*, nº 2, Janeiro de 2006, p. 12.

e, por fim, o grupo constituído pelos escravos e pelos «pretos vadios». É, portanto, o critério económico que principalmente os distingue: os *pretos* são-no quando completamente despossuados, escravos ou “vadios”; se já têm posses que lhes permitam andar calçados, convertem-se em *brancos*. Também os *mulatos* se convertem em *brancos* nas representações locais («são mulatos a que chamam de brancos»).

A ilha do Fogo, porém, divergia deste esquema geral: o termo *branco*, mais notoriamente que o termo *preto*, reportava-se a um grupo de cor, assumindo um carácter descritivo da aparência física (que não esgotava, no entanto, o conteúdo da categoria étnica *branco*), sobretudo entre a parte *branca* da população da ilha (sobre os conteúdos semânticos das categorias racializadas no Fogo e respectivas cambiantes conforme a pertença racial e a posição social do locutor, *vd.* capítulo 13, ponto 13.1.).

O carácter contingente da terminologia da cor e a enorme maleabilidade das adscrições raciais decorrem do facto de a raça ser uma construção social. Como qualquer classificação social, a classificação racial é enformada pelas representações da formação social que a constrói. Expressão deste carácter construído e não natural das raças, e consequentemente das adscrições raciais, são as diferenças entre as auto e hetero-designações raciais, mesmo no interior de uma mesma formação social, por um lado, e a sua variabilidade consoante os contextos geográficos, históricos e sociais, por outro. Os conceitos racializados de *branco* e *preto*, de *branco*, *preto* e *mulato/mestiço*, ou de outros, não são extrapoláveis para além dos limites das formações que os conceberam. Esta situacionalidade das categorizações e classificações raciais – elas variam de acordo com o objecto classificado, de acordo com o sujeito classificante e de acordo com o contexto da classificação – impõe, assim, a sua prévia desconstrução e posteriormente a sua reconstrução, a partir das especificidades das configurações sócio-históricas que as produziram (imaginaram).

O facto de as referências teóricas e a problematização acompanharem todas as fases da investigação não determina que os pressupostos teóricos se mantenham ao longo da pesquisa. Daí que tenhamos reoperacionalizado alguns conceitos, mormente os racializados, que profusamente utilizámos. Sobretudo quando utilizamos como categorias sociológicas termos do uso quotidiano, impõe-se fazê-las preceder da necessária clarificação conceptual. E porque definir um conceito é já construir uma matriz, uma problemática, são os seguintes os conteúdos dos conceitos de *branco*, *não-branco*, *negro* e *mestiço*, no âmbito deste trabalho:

- **Brancos** – os indivíduos cujo fenótipo caucasiano fazia antever uma ascendência predominante ou unicamente europeia. Como no Fogo, até às décadas de vinte/trinta do século passado, este grupo racial era o que ocupava o topo da hierarquia global dos recursos – económicos, políticos, sociais, culturais e raciais – e praticava uma rígida endogamia grupal, quando nos referimos aos *brancos*, simplesmente, ou aos *brancos* de São Filipe ou ainda ao segmento *branco* de São Filipe, é à elite local constituída pelas famílias que se reivindicavam uma ascendência exclusivamente europeia, mormente reinol, e uma continuidade cultural com

a Europa, que nos reportamos. O conceito de *branco* tem, assim, um conteúdo simultaneamente racial, cultural e classista-estatutário.

A nossa definição de *brancos* não corresponde à da categoria multissecular de *branco di terra*²²⁴, usada correntemente no arquipélago. Numa das suas obras, Carreira define esta categoria como «brancos ou mestiços pouco pigmentados, nascidos da união entre brancos ou entre brancos e mestiços, uns e outros nados nas ilhas.»²²⁵ Esta definição absorve os leucodérmicos ou quase leucodérmicos, ou seja, os *mestiços* claros nascidos no arquipélago. Noutro trabalho, Carreira apresenta contornos raciais mais restritos para a categoria *brancos da terra*, excluindo dela os *mistos*, e acrescenta-lhe um conteúdo económico, ao afirmar acerca da camada sócio-económica superior que era constituída «por escassos reinóis, por muitos “brancos da terra” (sargentos, capitães-mores, padres, morgados, etc.) e um ou outro mestiço ou preto que circunstâncias várias permitiram ascender. Detinham as melhores terras e todo o sistema económico insular, bens patrimoniais e privilégios.»²²⁶ Noutra obra, Carreira apresenta ainda outra definição, cujos critérios são simultaneamente raciais e económicos: «Consideramos “brancos da terra (cujo número era apreciável) tanto os indivíduos fenotipicamente mais próximos do europeu (ainda que nascidos nas ilhas), como o mulato e o preto abastados que ascenderam à classe “alta” ou média burguesia rural-mercantil.»²²⁷ Ou seja, os leucodérmicos são por direito próprio (de acordo, aliás, com o sentido nominal da expressão *brancos da terra*) abrangidos pela categoria. Esta, por sua vez, não se fecha aos *mestiços* em geral, independentemente do grau de pigmentação, nem mesmo aos *negros*. Porém, uns e outros vêm a sua inclusão na categoria condicionada ao volume da riqueza material. Comum às três definições, contudo, é o local do nascimento, já que só os nascidos no arquipélago são abrangíveis pela categoria (mais uma vez, de acordo com o sentido nominal da expressão (*brancos da terra*)).

- **Não-brancos** – todos os indivíduos não abrangidos pela categoria *brancos*, ou seja, os *negros* e os *mestiços*. Trata-se da categoria mais abrangente em termos numéricos, porquanto absorve a quase totalidade da população, à excepção do grupo de famílias leucodérmicas que constituíam a elite da cidade. Mesmo a população fenotipicamente *branca*, desde que não integrasse o restrito núcleo de famílias da oligarquia são-filipense, será integrada nesta categoria, dado seu o conteúdo simultaneamente racial, cultural, sócio-económico e genealógico.

- **Negros** – os indivíduos cujos caracteres somáticos negróides faziam supor uma ascendência predominante ou unicamente africana. Na linha da tradição escrita portuguesa, optámos pelo termo *negro*, preterindo o de *preto*, que apenas utilizamos quando fazemos citações directas do discurso dos informantes, conquanto seja a categoria mais usada por eles. Como na ilha do Fogo os indivíduos de pigmentação mais intensa eram, na sua maior parte, os

²²⁴ Brancos da terra.

²²⁵ António Carreira, *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné” (Séculos XVII e XVIII)* Lisboa, 1983, p. 72.

²²⁶ Id., *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, op. cit., p. 139.

²²⁷ Id., *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1ª ed., 1977, p. 288.

que se posicionavam na base da hierarquia global dos recursos²²⁸, à semelhança do conceito de *brancos*, também este tem uma dupla significação, racial e sócio-económica.

▪ **Mestiços** – os indivíduos que patenteavam traços fenotípicos que evidenciavam uma ascendência euro-africana e também os que, mesmo apresentando um fenótipo caucásico, não descendiam, ou descendiam só pela via ilegítima, do núcleo de famílias que supostamente conservara o monopólio da europeidade racial, e que por isso não eram socialmente percebidos como *brancos*. Em relação à distribuição dos recursos, os *mestiços* ocupavam no Fogo os escalões intermédios entre os *brancos* e os *negros*. Constituíam o grupo racial maioritário, que era também o mais diferenciado internamente quanto aos volumes de capital económico, social e racial. Excepcionalmente, faremos uso do termo *mulato*, quando de citações directas do discurso dos informantes. *Mulato* terá então o mesmo sentido que atribuímos a *mestiço*.

Numa população maioritariamente miscigenada, deve ter-se presente que, da mesma maneira que entre os *brancos* se encontrariam alguns indivíduos com ascendência *mista*, também entre os *negros* o mesmo se passaria. Repetimos para estas categorias o que afirmámos sobre a utilização de raça e de outros constructos racializados neste trabalho – trata-se de conceitos operativos que não possuem realidade ontológica, até porque, como referimos, a visibilidade somática não determina a geografia da ancestralidade.

Procurámos uma alternativa lexical para o conteúdo da categoria *branco*, dada a confusão conceptual que poderia resultar dos usos quotidianos do termo *branco*. A sua categoria solidária *não-branco* seria ainda mais susceptível de gerar ambiguidades semânticas, porquanto, no âmbito do presente trabalho, além da população predominantemente negróide do ponto de vista somático, ela cobre também os indivíduos *mistos* menos pigmentados e os indivíduos de aparência caucásica exteriores ao conjunto de famílias que compunham a elite urbana. Pareceu-nos que, apesar da polissemia do termo *branco* (e, na medida em que *branco* e *não-branco* são categorias que se implicam reciprocamente, também do de *não-branco*) e da carga valorativa que encerra, é o que melhor consubstancia o conteúdo semântico do conceito que construímos.

Porque constituímos as duas categorias racializadas centrais da investigação em torno dos *brancos* (*brancos* e *não-brancos*)? Porque não considerámos, por exemplo, *negros* e *não-negros* ou *pretos* e *não-pretos*, ou ainda *mestiços* e *não-mestiços*? Porque, como veremos, consideramos que apenas os *brancos* constituíram, de facto, um grupo étnico, no sentido que atribuímos ao termo (vd. *infra*, pp. 312-313), e porque, como grupo que secularmente detinha o poder, era quem nomeava os referentes e classificava os indivíduos. *Branca* era a norma. Ao demarcar as fronteiras do endogrupo, definia quem era *branco* e quem não o era, logo, quem era *não-branco*. A operacionalidade destes dois conceitos centrais confina-se à individualidade fogueense, mormente à são-filipense (eventualmente, abrangendo a

²²⁸ Teixeira de Sousa opta, no primeiro dos seus artigos para a *Claridade*, por designá-los simplesmente por «povo», evidenciando assim esta sobreposição entre baixa classe e *status* e fenótipo negróide.

Brava e parte da ilha de Santiago, o que só o desenvolvimento de trabalhos empíricos afins permitirá aferir), no interior da singularidade cabo-verdiana.

A identidade *branca* era o referencial a partir do qual se estabeleciam as diferenciações e hierarquizações avaliativas. Esta identidade *branca* extravasava a racialidade *branca*, no seu sentido mais restrito e quotidiano (enquanto referência fenotípica e de origem geográfica dos antepassados de um indivíduo), para abranger um conjunto de produtos culturais: sistemas de valores, estilos de vida e política (que designámos de) linhagística.

Deirdre Meintel publicou, em 1984, um estudo sobre as formas de classificação e discriminação raciais na ilha Brava, baseado no trabalho de campo que aí desenvolvera na década anterior. Ao intercalar eventuais propósitos (ideológicos) de contrariar o que considera a sobredimensão das diferenças entre os sistemas raciais norte-americano e cabo-verdiano e brasileiro, com a análise dos dados que colectou e que apontaram no sentido oposto, Meintel acaba por entrar nalguma contradição. Por um lado, afirma que a realidade racial cabo-verdiana se aproxima mais da anglo-saxónica do que os estudos comparados tinham até então concluído; mas, por outro, confirma pelo trabalho de campo que realizou que no arquipélago predomina uma classificação racial tripartida – entre *branco*, *mulato/misto* e *preto/negro*. Ora, não é irrelevante nem inconsequente o facto de um dos sistemas (o anglo-saxónico dominante) assentar numa classificação polarizada em torno dos conceitos *branco* e *preto*, e o outro sistema (o cabo-verdiano e o brasileiro) introduzir, de acordo com a própria autora, uma terceira categoria, a de *mulato*. Logo num dos primeiros capítulos da obra, a própria Meintel atribui papel de relevo à constituição desta categoria específica e diferenciada na explicação da peculiaridade do sistema racial cabo-verdiano (mais do que à atitude tolerante para com a mestiçagem). Ora, se discurso e prática se entrecruzam numa mesma lógica, como pode afirmar «I suggest that Iberian-type racial systems, such as those in Brazil and colonial Cape Verde, bear a closer resemblance to “Anglo” models, such as that of the United States, than has generally been understood to date»²²⁹?

Meintel considera ainda que a terminologia racial que recolheu na ilha Brava não se baseava em critérios meramente fenotípicos; o contexto do uso e a condição sócio-económica dos classificados influenciavam a classificação, podendo considerar-se, à semelhança do Brasil, que o dinheiro embranquecia. A expressão *gente branca* seria em Cabo Verde mais uma classificação de classe que de raça²³⁰. Também esta asserção contraria a sua tese de um padrão cabo-verdiano de relações raciais mais próximo do padrão americano. Para além destas incoerências, Meintel extrapola ainda para o conjunto do arquipélago as conclusões a que chegou pelo trabalho empírico que realizou na ilha Brava, negligenciando que, tendo embora feito parte do mesmo espaço colonial e integrado posteriormente o mesmo Estado, as várias ilhas apresentam realidades sociológicas diversas e por vezes contrastantes. Esta é, aliás, uma crítica extensível aos trabalhos dos autores que, sem suporte empírico prévio, apresentam as relações raciais em Cabo Verde como um sistema homogéneo, seja na versão

²²⁹ *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cape Verde*, Nova Iorque, Syracuse University, 1984, p. 112.

²³⁰ *Ibid.*, pp. 98 e ss.

idílica da ausência de preconceito racial, seja na versão oposta, passando pelas versões intermédias.

A pesquisa que efectuámos no Fogo leva-nos a considerar que a complexidade dos fenómenos que envolvem as adscrições raciais não se coaduna com uma definição tão simples e linear dos critérios de categorização racial. A posicionalidade dos entrevistados (posicionalidade global, mas com especial enfoque para a racial) pareceu-nos ser um factor de peso não apenas na percepção social da raça, que enforma necessariamente a representação racial dos classificados, como também na determinação do conteúdo semântico das categorias usadas nessa classificação. É assim que os mesmos termos *branco* e *preto* tinham uma significação diferente, consoante eram empregues por *brancos* ou por *não-brancos*. E mesmo entre estes, o conteúdo dessas categorias cromáticas assumiu um carácter tanto mais fenotípico e tanto menos sócio-económico (aproximando-se assim dos significados que os *brancos* lhes conferiam), quanto maior era o volume global dos recursos dos informantes.

O facto de às categorias raciais estar associada uma carga valorativa – *preto/negro* como indicador de fracos recursos e baixo estatuto, *branco* como a cor da riqueza e do prestígio – revela a persistência nas representações sociais dos contrastantes volumes de capital dos dois contingentes populacionais inicialmente postos em contacto nas duas ilhas de povoamento antigo. A evolução diferenciada relativamente às outras ilhas do arquipélago concorreu para que, mesmo que os sistemas de classificação social que vigoravam assentassem em todas as ilhas na terminologia cromática, esta se revestisse de conteúdos semânticos diferentes no sub-arquipélago do Sul. Foi assim que, extrapolando indevidamente para todo o arquipélago os dados sociológicos das suas ilhas de origem ou de fixação profissional, os autores barlaventistas puderam afirmar o esvaziamento racial das categorias cromáticas. Gabriel Mariano considera que em Cabo Verde os cromónimos perderam a sua referencialidade cromática para ganhar um conteúdo social («o social esvaziou o étnico»²³¹); Baltazar Lopes corrobora este esvaziamento «étnico» das categorias racializadas, em que *branco*, *gente branca* e *negro* teriam uma semântica sócio-económica, designando as primeiras elevado estatuto, ainda que qualificando alguém muito pigmentado, e a última baixo estatuto, ainda que aplicada a indivíduos de pele clara²³². Influenciado pelos escritores e ensaístas são-nicolenses, com os quais conviveu em São Vicente, e pela realidade sociológica desta ilha, Manuel Ferreira também afirmou contundentemente a mutabilidade das designações cromáticas que acompanha a mobilidade social ascendente ou descendente dos indivíduos.

Mais recentemente, Luís Batalha e José Carlos Venâncio consideram igualmente que nas ilhas de povoamento posterior, em que a implantação demográfica já foi feita por indivíduos *mestiçados*, as categorias *branco* e *preto* classificavam mais social que racialmente os indivíduos²³³ e que Cabo Verde partilha com o Brasil e as Caraíbas a possibilidade de embranquecimento individual pela subida nas hierarquias de classe e de *status*²³⁴. Em Cabo

²³¹ Gabriel Mariano, *Cultura Caboverdeana – Ensaios*, Lisboa, Vega, 1991, pp. 71-72.

²³² Cf. «Uma experiência românica nos trópicos – II», *Claridade*, nº 5, Setembro de 1947, p. 10.

²³³ *The Cape Verdean Diaspora in Portugal (...)*, op. cit., p. 55.

²³⁴ *A Dominação Colonial. Protagonismos e Heranças*, Lisboa, Editorial Estampa, 1ª ed., 2005, p. 85.

Verde, as categorias *branco* e *preto* teriam um conteúdo sobretudo estatutário, informando-nos das posições no espaço social dos assim classificados, enquanto outras categorias intermédias, como *claro*, *escuro*, *escurinho*, constituiriam marcadores físicos²³⁵, ou seja, seriam conceitos de cor e, como tal, o seu conteúdo seria meramente descritivo (ou, nas palavras de Robin Sheriff, seriam empregues com um sentido mais adjectivo que substantivo²³⁶).

Ao afirmar que em Cabo Verde «quando o preto é culto ou abastado, sobe em categoria e chamam-lhe branco», João de Almeida²³⁷ elege a instrução como elemento de mutabilidade das classificações raciais, confirmando assim o carácter processual das adscrições raciais no arquipélago e a importância do capital escolar como canal de mobilidade social ascendente. Este efeito *embranquecedor* dos diplomas académicos, que o arquipélago partilharia com outros espaços lusófonos, foi relativizado pelo trabalho de Edward Telles sobre o contexto brasileiro. Telles analisou os dados de um levantamento nacional sobre preconceito de cor efectuado no Brasil, pelo jornal diário paulista *Folha de São Paulo*, em 1995, em que pela primeira vez se terá tido em consideração a hetero-classificação racial dos entrevistadores (categorização) e a auto-classificação racial dos respondentes (identificação). Telles procurou observar o grau de variabilidade entre as classificações de uns e outros (a inconsistência) e analisar como variáveis como a instrução, a composição racial local e a posição dos respondentes na escala cromática configuravam essa inconsistência²³⁸. No Brasil, que a literatura na área das ciências sociais apresenta frequentemente como a demonstração mais evidente do carácter construído da raça e da mutabilidade das categorizações raciais, o efeito embranquecedor do capital instrução revelou-se menos importante e mais dependente de outras variáveis do que o habitualmente considerado. A instrução revelou-se potencialmente tão mais embranquecedora quanto menor a proporção da população *branca* na área geográfica da recolha dos dados e quanto mais distante estiver o respondente do extremo da pigmentação do *continuum* cromático. A importância da instrução sobre as classificações raciais variou também consoante o género. O capital escolar embranquecia mais as mulheres que os homens, sobretudo entre os situados nos espaços mais escuros do *continuum* cromático. Ou seja, foi entre as mulheres com maior volume escolar, de fenótipo *misto* de traços menos acentuadamente negróides, e em regiões de população maioritariamente *não-branca* que a instrução se revelou potencialmente mais embranquecedora.

Nos espaços de influência latina e anglo-saxónica, para designar racialmente alguém de ascendência e fenótipo europeus, usa-se correntemente uma só categoria – *branco*; já para classificar quem possui traços somáticos negróides, evidenciando ascendência africana, utilizam-se duas categorias – *negro* e *preto*, com conteúdos e conotações que variam consoante as línguas e os contextos da sua utilização. Enquanto no português escrito e falado,

²³⁵ Luís Batalha, «A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário», *op. cit.*, p. 216.

²³⁶ Cf. «Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca», in Claudia Barcellos Rezende e Yvonne Maggie (orgs.), *Raça como retórica: a construção da diferença*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p. 219.

²³⁷ «A população de Cabo Verde», *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 56.

²³⁸ «Racial ambiguity among the Brazilian population», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 25, nº 3, Maio de 2002, pp. 415-441.

sobretudo em contexto europeu, *negro* é utilizado de forma descritiva, sem carga valorativa negativa, no antigo ultramar português, seria usado com intenções ofensivas. Também em francês, o uso de *noir* e de *nègre* não é aleatório: enquanto o primeiro se reporta à cor, o segundo reveste-se de um carácter racial. Em inglês, foi a fórmula *black* a escolhida pelo activismo negro, quer nos EUA, quer na África Austral anglófona, assumindo o termo *negro* conotação negativa²³⁹.

José Luís Hopffer Almada menciona o carácter injurioso do termo *negro* em Cabo Verde e, segundo o próprio, sobretudo, no Fogo. A ser assim, assemelhar-se-á ao de que se reveste nos meios anglo-saxónicos e estará essencialmente associado à categorização social, contrariamente à categoria racial *preto*. Porém, Hopffer de Almada também acrescenta que os termos *negro*, *afro* e *africano* se vêm revestindo de uma carga mais positiva na actualidade, devido à confluência de vários factores: (1) a diáspora migratória dos cabo-verdianos, que os expõe ao racismo e lhes propicia a reversão a) da sua auto-identificação (fenotipicamente *mestiça* e marcadamente europeia do ponto de vista cultural), quando confrontados com as suas representações raciais nos países de acolhimento e b) da representação negativa do que é africano; (2) ao maior volume de informação veiculada pelos *media*; (3) ao pan-africanismo importado pelos nacionalistas cabo-verdianos²⁴⁰.

2.4. As dimensões do racismo

O racismo oitocentista, a que, por comodidade de expressão, podemos designar racismo clássico, assentava na ideia de raça como expressão de uma matriz biológica estável, transmitida por via hereditária, à qual correspondiam determinados traços físicos e aptidões mentais. A diversidade fenotípica acentuava a visibilidade da diversidade cultural e permitia sobretudo naturalizá-la. Foi, como dissemos, a época áurea dos estudos de anatomia comparada, em que as actividades de medição, comparação e classificação de grupos humanos iam de encontro ao reconhecimento do ascendente racial de uma Europa hegemónica em processo interno de afirmação nacionalista.

A confirmação da baixa variabilidade genética entre as diversas populações da espécie humana e a consequente desnaturalização das diferenças culturais atenuaram as formas assumidas pelo racismo clássico. Contudo, não as extinguiram e deram origem a outras expressões de preconceito. O determinismo biológico foi sendo preterido pelo determinismo cultural, passando o património cultural de um grupo a constituir o objecto sobre o qual passou a recair a avaliação da cultura hegemónica. A ameaça de contaminação de uma nação por genes inferiores, e a sua consequente degeneração pela mestiçagem, tem vindo a ser transposta para o plano cultural. O bem intencionado apelo da UNESCO à substituição de *raça*

²³⁹ Maria Carrilho, *Sociologia da Negritude*, Lisboa, Edições 70, 1975, p. 56.

²⁴⁰ Cf. «Homogeneidade e Heterogeneidade da Caboverdianidade», *Fragments*, nºs 11-15, Dezembro de 1997, p. 37.

por *grupo étnico* teria constituído «a semente de um novo racismo»²⁴¹, cujo objecto não seria já «o homem individual mas uma certa forma de existência»²⁴². O discurso ideológico, que não apenas o conotado com a extrema-direita política, desenrola-se em torno da ameaça de diluição da cultura nacional/europeia, face ao processo totalitário da globalização, em geral, ou perante a presença maciça de imigrantes oriundos de outras latitudes e tradições sócio-culturais, em particular. Este «neo-racismo» seria mais «sofisticado e subtil», não apelando já à hierarquização das raças, mas ao direito de todas elas manterem a sua identidade cultural, em nome da biodiversidade e do relativismo cultural²⁴³.

Se bem que se possa colocar em causa a existência de um racismo sem raça, a verdade é que a persistência de manifestações de um certo tipo de preconceito, que é, consoante as situações, mais ou menos aparentado com as formas tradicionais do racismo, tem gerado um consenso quase generalizado, entre a academia, o sector político-institucional e os *media*, na necessidade de redefinição do conceito, de molde a abranger a diversidade de modalidades do fenómeno. Michel Wieviorka, por exemplo, fala na unidade teórica do racismo, mas também na grande heterogeneidade do seu espaço empírico²⁴⁴. Jorge Vala, Rodrigo Brito e Diniz Lopes preferem o plural *racismos*, por cobrir melhor a diversidade dos comportamentos, as continuidades e as descontinuidades do fenómeno²⁴⁵. Estes novos racismos²⁴⁶ apresentam-se multifacetados, oscilando entre as versões mais ‘duras’ – raciais – e as mais ‘leves’ – as culturais.

As conclusões de um estudo desenvolvido por Pettigrew e Meertens em quatro Estados da União Europeia (Reino Unido, Holanda, França e Alemanha), no sentido de aferir a presença de preconceito face a grupos minoritários oriundos de outros Estados ou continentes, apontaram para a existência de diferentes tipos de preconceito, que os dois autores agregaram em torno dos conceitos de preconceito flagrante e preconceito subtil: o primeiro reportar-se-ia às manifestações de rejeição das minorias-alvo do inquérito, sentidas como ameaça; o segundo referir-se-ia à acentuação da diferença cultural e à ausência de emoções positivas face a esses grupos minoritários²⁴⁷. Vala, Brito e Lopes revelam os resultados de um estudo que efectuaram, com o objectivo de avaliar se em Portugal as crenças racistas se inscreviam no mesmo quadro conceptual proposto por Pettigrew e Meertens. As conclusões a que chegaram testam, segundo os autores, a validade do esquema no nosso país, contrariando, assim, quer a ausência de racismo em Portugal, quer a existência de um racismo de diferentes contornos, ou seja, de um racismo à portuguesa²⁴⁸. Os três investigadores associam a forma

²⁴¹ Jorge Vala, Diniz Lopes & Rodrigo Brito, «A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias», *op. cit.*, p. 167.

²⁴² Frantz Fanon, *Racism and Culture*, ap. David Lloyd, «Race under Representation», in E. Valentine Daniel & Jeffrey M. Peck (orgs.), *Culture/Contexture: Explorations in Anthropology and Literary Studies*, Berkeley, University of California Press, 1996, p. 249.

²⁴³ Manuela Pereira da Cunha, «A natureza da “raça”», *Sociedade e Cultura*, nº 2, *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, vol. 13, nº 2, 2000, pp. 195-196.

²⁴⁴ *L’espace du racisme*, *op. cit.*, pp. 214 e ss.

²⁴⁵ «O racismo flagrante e o racismo subtil», in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos*, *op. cit.*, p. 32.

²⁴⁶ Do título da obra colectiva referida na nota anterior.

²⁴⁷ Ap. Jorge Vala, Rodrigo Brito & Diniz Lopes, «O racismo flagrante e o racismo subtil», *op. cit.*, pp. 36 e ss.

²⁴⁸ Cf. *ibid.*, p. 55. Partilhando uma noção igualmente distendida de racismo, também Rosa Cabecinhas, dos seus estudos empíricos envolvendo estudantes do ensino superior público portugueses e angolanos residentes em Portugal, conclui pela crescente capacidade de metamorfoseamento do racismo, cada vez mais ambíguo nas suas expressões,

flagrante de preconceito ao que classificámos como racismo clássico, ou seja, o que está associado à raça, enquanto expressão da diferença biológica. Já o preconceito subtil valorizaria a diferenciação cultural e conviveria pacificamente com as concepções igualitárias e com a rejeição das formas flagrantes de racismo, veiculadas pelas instituições estatais.

Fernando Luís Machado considera, todavia, pouco pertinentes alguns dos indicadores de preconceito racial utilizados por Pettigrew e Meertens e, na sua esteira, por Vala, Brito e Lopes, considerando «que só por extrema ampliação do conceito» de racismo se podem considerar bons medidores deste tipo de preconceito. Interpretar como forma de racismo o reconhecimento, por parte dos membros do grupo majoritário inquiridos, da diferença e da grande distância cultural de alguns dos grupos minoritários, oferece, segundo Machado, reservas face às conclusões obtidas a partir desses indicadores²⁴⁹.

Jorge Vala, Diniz Lopes e Rodrigo Brito propõem uma análise do racismo «no âmbito do processo mais geral de construção de identidades, ou seja, de auto-representações, de representações sobre o outro, de representações das diferenças entre grupos sociais, povos ou comunidades»²⁵⁰. Também João Filipe Marques releva a dimensão identitária do fenómeno, acentuando, porém, o contexto conflitual em que se manifesta. Para Marques, o conceito designa a «conflitualidade de contornos identitários», característica «das sociedades cujos membros estruturam as suas relações com base em diferenças fenotípicas»²⁵¹. Loring Brace também funda o racismo na assumpção da existência de raças humanas, mas estabelece, no entanto, uma distinção entre *racialismo* e *racismo*, reportando o primeiro à crença na desigual distribuição não só de atributos fenotípicos como também cognitivos entre os grupos humanos, e reservando o segundo à correspondência entre este conjunto de crenças e o comportamento diferencial para com os vários grupos²⁵².

A maior parte das propostas de conceptualização do fenómeno fazem-no assentar na concepção prévia duma Humanidade dividida em diferentes tipos rácicos, ou seja, consideram a raça como pré-condição para a existência de racismo. Porém, à medida que as ciências sociais, a biologia e a genética foram confluindo no sentido de afirmarem a inexistência de raças humanas, o conceito de racismo tem-se vindo a esvaziar desta pré-condição para ir ao encontro da diversidade das expressões actuais do fenómeno, que envolvem uma dimensão (pelo menos assumidamente) mais cultural.

Miles interroga-se sobre os motivos por que fenómenos discriminatórios decorrentes dos fluxos imigratórios da segunda metade do século XX, sendo comuns a vários Estados europeus, só no Reino Unido têm sido problematizados em termos raciais. Segundo o autor, só a desconstrução do conceito analítico de raça permitirá descortinar e evidenciar os processos político-ideológicos que subjagam à racialização das questões relacionadas com os problemas migratórios. Propõe, por isso, não apenas a erradicação do conceito de raça, como a

cada vez mais cultural e complexo. Cf. *Preto e branco: A naturalização da discriminação racial*, Porto, Campo das Letras, 2007, pp. 279-280, *passim*.

²⁴⁹ «Os novos nomes do racismo (...)», *op. cit.*, p. 15.

²⁵⁰ A construção social da diferença: Racialização e etnicização das minorias», *op. cit.*, p. 145.

²⁵¹ João Filipe Marques, «Ainda podemos falar de “raças”? A “raça” enquanto conceito sociológico», in AA. VV., *O que é a raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, *op. cit.*, p. 70.

²⁵² «Foreword to the Sixth Edition by C. Loring Brace», in Ashley Montagu, *Man's Most Dangerous Mith*, *op. cit.*, p. 15.

concomitante depuração do conceito de racismo. Liberta da raça, a conceptualização do racismo permitiria evidenciar o entrelaçamento de muitas práticas de discriminação e exclusão com o sistema económico capitalista²⁵³.

Vala, Brito e Lopes definem o racismo como

uma configuração multidimensional, e tendencialmente articulada, de crenças e emoções negativas relativamente a um exogrupo, ou a indivíduos membros de um exogrupo, categorizado e objectivado como um grupo "racial" a partir da cor. (...) Neste sentido, o racismo é entendido como uma manifestação do preconceito negativo relativamente a uma categoria social racializada.²⁵⁴

Esta definição do conceito tem o mérito de acentuar o carácter multidimensional e articulado da negatividade face à alteridade racial; todavia, padece, quanto a nós, de duas importantes limitações. Ela baseia a racialização dos grupos exclusivamente na cor, quando sabemos que, embora esta constitua eventualmente o marcador fenotípico mais valorizado na afirmação da distintividade racial, está longe de ser o único. A afirmação da diferença faz-se igualmente a partir de outros traços somáticos, entre eles, a textura do cabelo, o formato do nariz ou a espessura dos lábios.

O outro aspecto da definição de Vala, Brito e Lopes que consideramos redutor da dimensão do fenómeno é o relevo dado à negatividade atribuída ao exogrupo racial sem que seja afirmada a correspondente positividade conferida ao endogrupo. Quem manifesta preconceito negativo em relação a um determinado grupo racial, fá-lo se se considerar parte do grupo que valoriza ou, pelo menos, mais próximo dele, que o indivíduo ou grupo sobre o qual se manifestou negativamente. É o caso dos *mestiços* e do seu proverbial racismo para com os membros do grupo racial socialmente menos valorizado com quem partilha parte da sua ascendência. A crença na sua superioridade racial face a este grupo funda-se na sua maior proximidade fenotípica e, frequentemente, cultural, face ao grupo melhor posicionado na escala da hierarquia racial.

Pensamos que o racismo não deve ser entendido como expressão do preconceito geral face à alteridade, mas de um tipo específico de preconceito, aquele associado aos caracteres genéticos herdados pelos diversos grupos humanos e à sua articulação com características comportamentais. Retirar a componente raça ao racismo é, quanto a nós, esvaziá-lo da sua pré-condição de existência. Ou seja, a aplicação do conceito deveria restringir-se àquelas manifestações de preconceito e discriminação baseadas em diferenças fenotípicas e na associação destas a aptidões intelectuais e a características culturais.²⁵⁵ O que, quanto a nós, está em causa, não é a irradicação do conceito, mas uma redução do seu campo de aplicação. O conceito deve acompanhar a evolução das manifestações do fenómeno, sem contudo se esvaziar por excessiva distensão.

²⁵³ Robert Miles, *op. cit.*, p. 49.

²⁵⁴ «O racismo flagrante e o racismo subtil», in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos*, *op. cit.*, pp. 31-32.

²⁵⁵ Esta clarificação do campo semântico de *racismo* não se afasta muito da definição que Lévi-Strauss dá ao conceito: racismo era «uma doutrina que pretende ver nas características intelectuais e morais atribuídas a um conjunto de indivíduos, seja qual for a maneira como o definam, o efeito necessário de um património genético comum.» *O Olhar Distanciado*, Lisboa, Edições 70, s.d. [1983], p. 15.

Duas dimensões importantes do conceito de racismo são a diferenciação – no sentido já referido de ênfase da diversidade – e a hierarquização. No racismo, há um sobredimensionamento das diferenças, especialmente das mais visíveis. Trata-se da maximização da diferença, de que fala Albert Memmi. Sejam quais forem as suas associações a outras dimensões – o poder ou a classe²⁵⁶ – no racismo, como noutras expressões de discriminação, há uma ênfase das diferenças – biológicas e/ou culturais –, sendo que a valorização da identidade corresponde uma desvalorização da alteridade, ou seja, não há uma contextualização do olhar do observador. O *eu* (individual ou grupal) é a medida do julgamento.

Quando, pela desconstrução da noção de raça humana e pela interiorização da norma anti-racista²⁵⁷, os marcadores físicos da diferença, geneticamente herdados – cor da pele, estatura, configuração do crânio, textura do cabelo, espessura dos lábios, formato do nariz e dos olhos –, apesar de mais evidentes, são banidos do discurso (que nem sempre da prática), a diferenciação passa a operar-se sobretudo ao nível do património cultural dos indivíduos/grupos. As propostas de meados do século XX de substituição do idioma rácico pelo étnico traziam subjacente a desvalorização do inato – o geneticamente herdado (e, por isso, irreversível) – e a diferenciação pelo adquirido – a cultura. Porém, permanecia a mesma afirmação da diferença – requisito de todos os processos identitários. O eixo em torno do qual se passou a estabelecer a diferenciação é que passou do biológico associado ao cultural, como era característica do racismo científico do século XIX e princípios do XX, para o cultural. Daí que a formação de estereótipos acerca do *outro* se tenha tendencialmente desvinculado da raça e assumido uma vertente mais etnicizada, no sentido de as características culturais serem as mais significantes, sem que frequentemente, todavia, e à semelhança da raça, os grupos e as características percebidos/identificados como étnicos tenham perdido um certo carácter permanente e imutável. Se a raça é facilmente percebida como constructo social, à etnia, pelo menos ao nível do registo do senso comum, passa mais despercebido esse carácter construído e operativo.

Memmi descreve o racismo como outros descrevem a raça, como «a ideologia do tráfico de escravos e da colonização nascente.»²⁵⁸ Um tópico importante no trabalho deste autor sobre o racismo é esta função do racismo – a dominação; ambos – racismo e dominação – surgem aí organicamente ligados. Citando um passo da Bíblia, onde o tipo etíope é apresentado como estereótipo de beleza feminina, Memmi correlaciona-o com o contexto de poder do então império etíope. Na mesma linha de pensamento, associa o baixo estatuto que as características fenotípicas negróides foram alcançando ao processo de conquista e escravidão dos negros²⁵⁹.

Porém, também a Memmi escapam outras dimensões do fenómeno. Para além da incontornável assimetria de poder – que se revela, desde logo, na capacidade de nomear, a

²⁵⁶ Sobre a dimensão económica do(s) racismo(s), *vd.* a análise que Etienne Balibar faz do racismo contemporâneo, em «Le 'racisme de classe'», *in* Etienne Balibar & Immanuel Wallerstein, *Race, nation, classe. Les identités ambiguës*, Paris, Éditions La Découverte, 1990, pp. 272-288.

²⁵⁷ Expressão que tomamos de Vala, Brito & Lopes, «O racismo flagrante e o racismo subtil», *op. cit.*, *passim*.

²⁵⁸ *O Racismo: Descrição, definição, tratamento*, *op. cit.*, p. 115.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 61.

que nos vimos referindo –, cremos que o racismo não se subsume numa estratégia intencional de reforço da dominação. Quem detém o poder – indivíduo, grupo – centraliza-se, tende a tomar-se como medida. O *outro* adquire o seu significado enquanto lido (interpretado) pelo centro. Se o observador se coloca no centro e se este é percebido como zona privilegiada da observação, não há descentração do seu olhar, ou seja, enquanto observador não é contextualizado. Erigindo-se em centro, o que escapa a este centro é entendido como periferia. Ora, entre centro e periferia existe uma hierarquia que é sentida como natural.²⁶⁰ Esta hierarquia é, a par da diferenciação, outra dimensão importante do conteúdo do conceito de racismo. O afastamento do centro é sentido como constituindo um desvio – considerado tanto maior e mais negativo quanto maior a distância face a esse centro. Absolutizados, os valores do observador passam a constituir a norma e, na medida em que os valores do *outro* se afastam desse norma, são considerados desvios – ameaçadores ou simplesmente exóticos.

Quando Edward Said conceptualiza o *Orientalismo*, ou seja, a criação da categoria *Oriente*, por uma Europa hegemónica, reporta-se a este conteúdo a-histórico, no sentido de descontextualizado, do olhar de uma certa Europa – industrializada, positivista e expansionista – sobre um outro cultural, empacotado com o rótulo de *Oriente*. Mas mais que uma utilização intencional, estratégica desse poder de construir categorias com o objectivo de ampliar o seu ascendente político, económico e cultural (que já o tinha) sobre essa parte do mundo, parece-nos ser uma manifestação (e uma celebração) desse poder. É a questão da concepção da alteridade e da relação com essa alteridade que nos parece estar sobretudo em causa, sendo que ambas são mediadas por relações assimétricas de poder. Naturalmente, os valores motivam acções e a capacidade de agir sobre o *outro* provém de relações desiguais de poder; porém, a avaliação e a inerente hierarquização fazem-se por todas as partes em contacto – as detentoras e as destituídas (de certo tipo) de poder.

Até ao hiper-relativismo característico da pós-modernidade ocidental, predominou, e predomina em vastas áreas do Planeta, uma visão muito paroquial e estática do mundo e da alteridade. O *outro*, tal como o *eu*, surgiam como entidades fixas, não como fenómenos dinâmicos, como momentos de um processo. As características físicas e culturais da identidade – individual e social – eram erigidas em absolutos, sendo todas as expressões da alteridade avaliadas em função da distância face à identidade. Daí que, como dissemos a propósito da definição do conceito de racismo de Vala, Brito e Lopes, pensemos que uma proposta de definição do conceito de racismo não deva envolver somente a dimensão negativa da representação da alteridade, mas também a correspondente valoração positiva da identidade. Nas definições de racismo é recorrente privilegiar-se a atribuição de negatividade à alteridade física e cultural: Memmi fala no «coeficiente negativo» dos traços associados ao *outro*²⁶¹; Sérgio Costa na «adscrição negativa» desses traços²⁶²; Michel Wieviorka em princípio de

²⁶⁰ Michel Wieviorka refere que a «(...) a sociologia da diferença é necessariamente também uma sociologia da hierarquia social.» (*A diferença*, Lisboa, Fenda Edições, 2002, p. 150). Na mesma linha, Vala, Brito & Lopes afirmam que «quando dizemos que somos culturalmente diferentes, estamos a dizer que somos culturalmente superiores.» Cf. «A construção social da diferença», *op. cit.*, p. 148.

²⁶¹ *O Racismo: Descrição, definição, tratamento*, *op. cit.*, p. 69.

²⁶² *Op. cit.*.

«inferiorização»²⁶³; Vala, Brito e Lopes em «preconceito negativo»²⁶⁴. Porém, a avaliação negativa das diferenças que constituem o *outro* só se faz, porque ao endogrupo estão associados os marcadores somáticos e os traços culturais socialmente valorizados. As duas operações – apreciação do familiar, do *afim* e desvalorização do diferente – constituem assim o anverso e o verso de um mesmo processo.

Contudo, como as várias dimensões dos fenómenos se entrecruzam, a visibilidade da valorização da afinidade ocorre preferencialmente do lado mais próximo do poder, ou seja, de quem tem a capacidade de impôr os referentes. Como afirma Zygmunt Bauman, «cada acto nomeador divide o mundo em duas entidades, as que respondem ao nome e todas as outras que não.»²⁶⁵ Os indivíduos e os grupos portadores de uma cultura marcadamente distante da cultura hegemónica, e por isso inferiorizada, e que sofrem uma grande pressão assimilatória tendem a desenvolver uma preferência pelos valores do exogrupo. A situação dos imigrantes, até ao período relativamente recente da afirmação das diferenças e da exigência pelo reconhecimento e aceitação dessas diferenças, era tendencialmente a da desvalorização dos traços culturais próprios.

Partindo de um esquema teórico ligado aos conceitos de modernidade e ambivalência, Zygmunt Bauman apresenta-nos o mesmo fenómeno de preterição do *afim* a favor do *outro*, mas a propósito da população judia na Alemanha da época de formação e exaltação nacionalista do século XIX e da primeira metade do século XX. Os judeus, a quem o Estado liberal prometera a redenção da sua condição de estrangeiros, se cumprissem um programa assimilatório total, procuraram desfazer-se do passado²⁶⁶ e tornar-se alemães, ou seja, converter-se no *outro*. Porém, perante a pressão assimilatória, o desejo de se tornar *outro* trazia consigo a prévia condição de se reconhecer a inferioridade do que se era. Tratava-se, no fundo, de deixar de se ser o que se era (judeu), sem se ter conseguido passar a ser o que se pretendia ser (alemão), porque o poder do reconhecimento – logo, da integração – só o nativo, o portador da cultura e dos genes de referência (o alemão) o podia conceder, e este não estava disposto a integrar o até então *estranho*, no interior da nação.

Tendo sido o *estranho* até um passado muito recente, a suspeita pesará sempre sobre ele. Apesar da sua frequente superioridade educacional e económica no seio do Estado alemão, o judeu nunca será plenamente integrado. Segundo Bauman, o judeu alemão de finais do século XIX, princípios do seguinte, é o protótipo da vítima da condição moderna e da ambivalência que ela gera. Neste caso, não estamos perante o fenómeno que descrevemos como a apreciação do *afim*, do culturalmente próximo, mas tendencialmente do fenómeno oposto, o do ódio de si²⁶⁷. Podem estabelecer-se paralelos entre esta situação ambivalente do judeu alemão em processo interminável de assimilação com a do colonizado descrito por Memmi: ambos partilham a mesma «recusa de si e o amor ao outro»²⁶⁸, que é, afinal, a própria

²⁶³ *L' espace du racisme*, op. cit., p. 214.

²⁶⁴ «O racismo flagrante e o racismo subtil em Portugal», op. cit., p. 32.

²⁶⁵ *Modernidade e Ambivalência*, op. cit., p. 14.

²⁶⁶ Zygmunt Bauman, «A Construção Social da Ambivalência», *Modernidade e Ambivalência*, op. cit., pp. 64-84.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 84.

²⁶⁸ Albert Memmi, *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*, Lisboa, Mondar, Editores, 1974, p. 165.

condição da assimilação, e, à semelhança do judeu, também o colonizado «foi amputado do seu passado e cerceado no seu futuro»²⁶⁹.

2.5. Mestiçagem: velhas e novas formulações

Numa época de afirmação das nacionalidades, em que se procurava defini-las (construí-las), territorializá-las e fazê-las corresponder a uma estrutura política, a sua legitimação – aos olhos dos que se queria integrar no espaço da nação e perante os outros – teria de assentar numa simbólica que privilegiasse os caracteres individualizadores da comunidade (imaginada²⁷⁰) que se pretendia nacional. Ora, a referencialidade racial era, pela sua fácil visibilidade, automaticamente diferenciadora, constituindo, por isso, um recurso não negligenciável de mobilização nacional.

O *mestiço* (do latim tardio *mixticius*, misturado²⁷¹) surgia na contra-corrente de toda esta construção: desde logo, contrariava o tempo mítico das origens da nacionalidade, por se tratar de um fenómeno relativamente recente, e por isso espaço-temporalmente situável – o dos contactos resultantes entre europeus e não-europeus nos últimos cinco séculos –; depois, porque, apresentando-se como fruto de duas matrizes biológicas e culturais distintas, impedia a transmissão hereditária da diferença, constituindo, nessa medida, um abastardamento, senão face a ambas as matrizes, pelo menos perante a considerada superior, a europeia *branca*. A genuinidade nacional do Estado ameaçava, assim, perder-se, na diluição da pureza racial individual dos seus cidadãos. E quando não era a subversão do património biológico da nação que estava em causa, era pelo menos a do seu legado cultural.

A concepção de que só os *brancos* eram portadores e capazes de produzir verdadeira civilização induzia a que se considerasse a herança biológica *negra* como causa da decadência das nações. Alan Burns, escrevendo no final da década de quarenta do passado século, sobre algumas questões relacionadas com o preconceito racial, cita vários autores para os quais a penetração de *sangue negro* constituiu um factor primordial de decadência civilizacional. O esplendor intelectual e científico do Portugal baixo-medieval, que o havia de preparar para a expansão marítima do princípio da Época Moderna, ter-se-ia eclipsado perante o poder degenerativo do *sangue negro*, infundido através dos contactos sexuais com as populações litorais africanas e com os escravos trazidos para a metrópole. Igual miscibilidade teriam revelado os árabes que, pelo mesmo motivo, rapidamente teriam entrado em declínio. Também os egípcios, nos seus cruzamentos com os servidores *negros*, teriam precipitado a destruição da sua civilização²⁷².

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 172. O colonizado está também em estado de permanente «atraso»: assim que finalmente se parece ter convertido em assimilado, interiorizando as disposições culturais do colonizador, já este adoptou outras disposições. Guy Rocher, *Introduction à la sociologie*, vol. 3, *Le changement social*, s.l., Éditions HMH, 1968, pp. 230-231.

²⁷⁰ Expressão com que Benedict Anderson define o processo de construção da nação moderna. Cf. *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*, ed. rev., Londres e Nova Iorque, Verso, 1991.

²⁷¹ *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa*, 5º vol. São Paulo, Editora Lisa, 1988, p. 2410.

²⁷² Cf. Alan Burns, *Colour prejudice with particular reference to the relationship between whites and negroes*, Londres, George Allen & Unwin, 1948, pp. 121-122.

Apesar de séculos de intenso processo miscigénico entre europeus e africanos, europeus e americanos (aqui, no sentido de nativos do continente americano) e europeus e asiáticos comprovarem a reprodutibilidade dos *mestiços*, a tese da irreprodutibilidade (ou da menor fertilidade) dos frutos das uniões *mistas* constituiu um argumento recorrente das doutrinas anti-miscigénicas do século XIX. Pertencendo a diferentes espécies, *brancos* e *negros* não poderiam ser interfecundáveis. Este argumento circulava quando já várias gerações de *híbridos* férteis habitavam os territórios colonizados por europeus, mormente os de colonização mais antiga, como os arquipélagos atlânticos de Cabo Verde e São Tomé, por exemplo. E mesmo quando este era já um argumento caído em desuso, Vicente Ferreira, antigo ministro das Colónias da Primeira República²⁷³, em 1944, ainda apresentava a «diminuição da fecundidade» como um dos «inconvenientes do mestiçamento» e considerava que a mestiçagem produzia «degenerescência dos caracteres psíquicos e, porventura, também dos caracteres somáticos»²⁷⁴. Para a ética racista, a mestiçagem, especialmente a processada entre *brancos* e *negros*, considerados, respectivamente, no topo e na base da hierarquia racial, era um pecado capital contra a raça, constituindo a transgressão máxima do seu sistema de valores²⁷⁵.

A construção das purezas raciais não se circunscreveu aos meios políticos, científicos e literários centro-europeus. Em Portugal, também tiveram receptividade as teses eugénicas (se bem que nunca tenham alcançado grande popularidade) e a condenação da mistura racial. Dois dos nomes maiores de duas importantes escolas antropológicas portuguesas, a do Porto e a de Coimbra, respectivamente Mendes Correia e Eusébio Tamagnini, escreveram mesmo especificamente sobre o assunto.

Em relação a Mendes Correia, e restringindo-nos às décadas de trinta e quarenta, pensamos que apesar de se poder reconhecer uma orientação crescentemente negativa da sua posição sobre a mestiçagem, que o próprio admite²⁷⁶, ela não se funda nos argumentos clássicos do *racismo científico*. Numa comunicação em que fala dos resultados dos estudos realizados por si sobre *mestiços* cabo-verdianos e macaenses, Mendes Correia deita por terra qualquer pretensão de cientificidade dos argumentos anti-miscigenação, assumindo o carácter provisório e incompleto quer dos seus trabalhos, quer dos efectuados pelos seus congéneres estrangeiros: «Nem os estudos portugueses nem a grande maioria dos estrangeiros autorizam a considerar por agora como cientificamente estabelecida a asserção corrente de que os mestiços têm menor prolificidade²⁷⁷, robustez e resistência orgânica do que ambos os elementos progenitores», da mesma forma que também não permitem concluir, diz, que sejam «seres fracos, instáveis, desequilibrados, desarmónicos e de fecundidade diminuída», nem que se trate de «produtos mental e moralmente inferiores às raças que se cruzaram.» E acrescenta

²⁷³ Vicente Ferreira foi também ministro das Finanças, ainda durante a Primeira República, e alto-comissário em Angola, já durante o Estado Novo, tendo ainda desempenhado outros cargos na administração civil.

²⁷⁴ Vicente Ferreira, *Colonização étnica da África portuguesa*, Lisboa, 1944, pp. 78 e 39, respectivamente.

²⁷⁵ Pierre-André Taguieff, *La force du préjugé: Essai sur le racisme et ses doubles*, s.l., Éditions La Découverte, 1987, pp. 160-161.

²⁷⁶ *O mestiçamento nas colónias portuguesas*, Comunicação apresentada ao Congresso Colonial, Lisboa, 1940, p. 20.

²⁷⁷ Admite, porém, que possa haver uma diminuição dessa prolificidade, no caso de progenitores de «raças muito afastadas». *Ibid.*, p. 11.

que, a encontrarem-se inferioridades, elas se devem antes «a inferioridades *individuais* dos progenitores – tantas vezes aventureiros, *déclassés*, tarados, miseráveis, anti-sociais.»²⁷⁸ Sublinhe-se que Mendes Correia fala em progenitores, em geral, e não especificamente na parte não *branca* da progenitura.

Mas se, por um lado, Mendes Correia afirma que o produto das uniões *mistas* não é inerentemente inferior aos progenitores observados individualmente, a sua postura é de condenação de uma política colonial fundada na mestiçagem. Discorrendo acerca das representações estatísticas da população das então colónias portuguesas, que considera pouco fiáveis – ou pela determinação embranquecedora dos recenseados, pretendendo ser incluídos em categorias das quais a evidência fenotípica os excluía, ou por negligência e/ou falta de preparação dos agentes recenseadores –, Mendes Correia refere que em muitos casos «nem a mais penetrante análise antropológica pode já discernir com segurança *inquinações*»²⁷⁹ raciais mais ou menos remotas!²⁸⁰ Esta passagem revela a valoração negativa – *inquinação* é seguramente um termo contundente – que Mendes Correia atribui à miscigenação.

De facto, e apesar de não reconhecer cientificidade aos argumentos de condenação da mestiçagem, assume uma posição favorável à restrição do fenómeno. A esta sua orientação a-científica, como o próprio a classifica, não é estranha a ideologia-ambiente da época, de enaltecimento das virtudes nacionais e do culto da raça. Mendes Correia escreve em 1940, ano da Exposição do Mundo Português e do auge da hegemonia nazi na Europa. Mas ainda assim, mais que uma posição de defesa da superioridade e da pureza da raça *branca*, são as alterações à «fisionomia tradicional da Pátria»²⁸¹, ou seja, a atipicidade nacional, que o inquietam e o induzem a condenar a prática sem restrições da mestiçagem. Aliás, assemelha a situação dos *mestiços* à dos estrangeiros naturalizados portugueses, o que esvazia de conteúdo (pelo menos exclusivamente) racial a sua postura de condenação da hibridação humana. Neste seu texto sobre a mestiçagem nas colónias portuguesas, assenta a sua argumentação na necessidade da preservação das características nacionais e no risco de degenerescência que a mestiçagem em larga escala acarretaria, ao descaracterizar os diferentes «grupos raciais» em presença, transformando-os em «atípicos e lazarentos “cães da rua”». Apesar de manifestar a sua convicção na unidade da espécie humana²⁸², Mendes Correia quere-la, porém, diversa nas suas particularidades raciais distintivas.

No que diz respeito a Eusébio Tamagnini, as considerações que fazemos sobre a sua postura acerca da mestiçagem baseiam-se exclusivamente na sua participação no I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, realizado no Porto, em Setembro de 1934²⁸³. O título que deu à sua intervenção – «Os *problemas*»²⁸⁴ da mestiçagem» – antecipa desde logo a perspectiva do autor, segundo a qual a miscigenação constitui um problema. Porém, como

²⁷⁸ *Ibid.*, pp. 9-10.

²⁷⁹ [Itálico nosso]

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 17.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 21. A mesma ideia expressa-a na comunicação apresentada ao Congresso Nacional de Ciências da População – *Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate*, Porto, 1940.

²⁸² *Ibid.*, pp. 11-12.

²⁸³ Eusébio Tamagnini, «Os problemas da mestiçagem», *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Porto – Setembro de 1934, Porto, Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.

²⁸⁴ [Itálico nosso]

veremos, não são as considerações eugénicas, tão em voga na Europa e na América das primeiras décadas do século XX, que o levam a considerar a mestiçagem um problema. Tamagnini propõe-se discorrer sobre os produtos da mestiçagem, recorrendo à biologia genética. Ultrapassada a questão da interfecundidade, a partir da aceitação de que os cromossomas dos vários tipos humanos não apresentam nenhuma incompatibilidade, coloca-se a questão da qualidade dos produtos da mestiçagem, quando comparados com os progenitores e com os produtos das uniões endorrácicas. Conclui que, apesar de revelarem «combinações desarmónicas de detalhes», como sejam a desproporção entre tronco e membros e problemas do aparelho dentário, apresentam maior «vigor» (o «*vigor híbrido*»²⁸⁵), ou seja, menor taxa da degenerescência causada pelo homozigotismo. E chega mesmo a defender que, sendo a endogamia degenerescente, a prática prolongada da mestiçagem originaria uma nova raça, superior às duas que haviam entrado no processo²⁸⁶.

Os seus propósitos de objectividade na análise bio-genética da mestiçagem não lhe permitem, pois, condená-la. Será na focagem da sua dimensão social, relevando a desadaptação e o isolamento do *mestiço*, que firmará a sua rejeição dos cruzamentos entre grupos humanos somato-culturalmente muito distintos: rejeitado e perdido entre dois legados culturais, o *mestiço* «vagueia como um pária sem esperança de salvação possível.» Se conclui considerando a mestiçagem «um risco tomado grave sobre as gerações futuras»²⁸⁷ e, por isso, prática a evitar, não é pelo perigo de degenerescência do património genético da raça *branca*, em geral, ou da portuguesa, em particular: é pela «posição intermediária»²⁸⁸, geradora de sofrimento, que os *mestiços* ocupam entre dois referentes culturais e dois sistemas sociais muito distantes.

O eugenismo, com o seu programa de aperfeiçoamento da raça era incompatível com a celebração da miscigenação. A inexistência de *mestiços* favorecia o não questionamento da intransponibilidade das fronteiras – económicas, culturais, sociais – entre *negros* e *brancos*, entre europeus e africanos, entre colonizados e colonizadores. Os *mestiços* não haviam existido desde sempre, segundo a ordem *natural* das coisas; pelo contrário, a *natureza* criara raças distintas e só a vontade humana se havia interposto nesse percurso estabelecido pela *natureza*. Eram, portanto, uma criação *artificial* e, nessa medida, naturalmente suspeitos.

Nada foi atribuído aos *mestiços* por direito de nascimento e por isso a suspeição pesará sempre sobre eles. O reconhecimento que nos outros é adquirido por direito próprio, ou seja, pelo nascimento, no *mestiço* tem de ser conquistado. Trata-se de um processo interminável, porque indelével é a marca da sua estranheza, revelada na cor da pele, na textura do cabelo ou em qualquer outro estigma. Sem um cais referencial seguro, o *mestiço* sentir-se-á permanentemente observado e avaliado, quer pelos da raça associada ao poder (os *brancos*) quer pelos da raça dominada (os *não brancos*). Ele sabe que ao mínimo desvio o peso da categoria (impura) de *mestiço* recai a qualquer momento sobre ele, distanciando-o

²⁸⁵ *Ibid.*, pp. 54-55. [A itálico, no orig.]

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 56.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 63.

²⁸⁸ No novo paradigma epistemológico da mestiçagem, esta posição intermediária é, pelo contrário, apresentada como uma das mais-valias dos *mestiços* e dos *híbridos* em geral.

novamente da almejada – e nunca completamente concretizada – integração no grupo protótipo (geralmente, o da filiação paterna). E por isso ele deve permanecer sempre em estado de alerta, porque qualquer falha será entendida como expressão da sua qualidade de estranho, de aberração existencial.

O desenraizamento, a neurose, a «irritabilidade», o «desapego das tradições»²⁸⁹, a dissimulação, a instabilidade identitária²⁹⁰, a auto-depreciação atribuídos aos *mestiços*, e por muitos considerados inerentes à degeneração biológica produzida pela mistura de raças, fazem parte dos «obstáculos de ordem psicossocial contra os quais os híbridos têm geralmente de lutar.»²⁹¹ É a discriminação e a segregação de que são vítimas os *mestiços* em sociedades para as quais a raça é um elemento estruturante das relações sociais que os converte em homens marginais, e não os conflitos psicológicos decorrentes de conter em si a diversidade bio-cultural dos progenitores (ou, em terminologia mais recente, a situação de *in-between*). Trata-se de um marginalismo estrutural e não cultural²⁹².

Gabriel Mariano considera o *mestiço* cabo-verdiano mais que o mero receptáculo das especificidades bio-culturais que estão na sua origem. Para ele, o *mestiço* é mais que «dois em um»; ele é por excelência um criador de cultura, que no arquipélago de Cabo Verde se revelou o principal protagonista da mudança social. Está distante, pois, da visão do *mestiço* atormentado com considerações existenciais. Mariano aborda, porém, especificamente o *mestiço* cabo-verdiano, sem extrapolar para outros contextos sócio-históricos, escapando à reificação de uma qualquer condição *mestiça*²⁹³.

Jorge Dias invertia mesmo os termos da equação: não era a mestiçagem que criava indivíduos desajustados, mas o ambiente social saturado de convicções racistas que provocava esses desajustes e inaptações nos *mestiços*.²⁹⁴ A prová-lo os *mestiços* de Cabo Verde, harmoniosos e bons²⁹⁵.

Mais que uma condição biológica *mestiça*, seria a condição social *mestiça* a determinar a montante muitas das perturbações associadas aos *mestiços*. São estas considerações psico-sociológicas que levam vários autores que (pelo menos confessadamente) se afastam das teorias raciais e dos seus sistemas de valores assentes na continuidade dos tipos físicos diferenciados, a rejeitar a prática indiscriminada da mestiçagem. Morris Ginsberg é um dos que defendeu que os complexos (conscientes ou inconscientes) de inferioridade associados ao baixo estatuto e limitado acesso aos recursos económicos dos *não-brancos* constituem um importante inconveniente dos casamentos inter-raciais e que até essa situação se reverter,

²⁸⁹ Vicente Ferreira, *op. cit.*, p. 78.

²⁹⁰ Que, mais tarde, a teoria pós-colonial converteria na principal mais-valia dos espaços de *in-betweenness*.

²⁹¹ Kabengele Munanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes, 1999, p. 41.

²⁹² Roger Bastide, *Anthropologie Appliquée*, Paris, Payot, 1971, p. 108.

²⁹³ Cf. os vários textos reunidos em *Cultura Caboverdeana – Ensaios*, Lisboa, Veja, 1991.

²⁹⁴ Roger Toumson expõe o fenómeno do 'trauma' identitário *mestiço*, a partir dos dados da psicanálise: «Dans le schéma freudien, l'identification est un processus dont les effets sont déterminés par une norme paternelle. L'identification au père est normative au sens où elle est identification à un type idéal, à une figure de l'être aimé par incorporation de l'image paternelle. (...) Toutefois, le Métis n'appartient qu'à moitié à l'ordre normatif de l'amour du père. L'identification métisse a ceci de paradoxal qu'elle n'en appelle pas à un objet aimé mais à une demande d'amour dont l'attente est fatalement déçue. En raison de sa double appartenance, le Métis est condamné au désillusionnement identitaire. L'identification n'est pour lui qu'une illusion.» *Mythologie du métissage*, Paris, PUF, 1^a ed., 1998, p. 261.

²⁹⁵ Cf. «Contactos de cultura», in *Colóquios de política ultramarina internacionalmente relevante, Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, vol. VII, 1958, p. 68.

deve circunscrever-se a sua prática²⁹⁶. Na mesma linha, Norton de Matos manifestava-se contra a mestiçagem, não por uma questão de cor, que considerava «secundária», mas pelo abismo civilizacional que se interpunha entre *brancos* e *negros* e que só um intenso processo assimilatório por parte destes reverteria a situação. Até lá, preconizava a separação entre europeus e nativos africanos²⁹⁷. Ao contrário de outros ideólogos da colonização, Norton de Matos relevava a distância cultural e não a inferioridade genética, fixa e irreversível.

Vicente Ferreira prescrevia para Angola

a separação efectiva dos dois grupos étnicos: os brancos acantonados em zonas planálticas de clima temperado; os indígenas nas regiões de clima tropical (...) É a *segregação*, que muito repugna ao instinto dos portugueses e às tradições da sua colonização; mas que teremos que aceitar, não por orgulho de raça, mas por necessidade política, para se evitarem consequências gravíssimas no futuro: lutas sanguinolentas, degenerescência da raça branca por mestiçamento, extinção gradual da raça negra.²⁹⁸

Note-se que afirma que a receita de segregação que prescreve não é motivada por pruridos racionais; contradiz-se, contudo, quando acrescenta logo à frente que um dos factores que quer combater é a «degenerescência da raça branca».

Era difícil para estes homens compreender senão o *mestiço* biológico, pelo menos o *mestiço* cultural. Como entender e aceitar o que partilha a *civilização* e a *selvajaria* dentro de si? O *mestiço* era, para o *branco* europeu, um tipo muito especial de estranho: ele era o *outro*, mas também, simultaneamente, (quase) o *mesmo*, na medida em que partilhava parte do seu universo somático e muitas vezes também cultural. Talvez este carácter ambíguo e descentrado do *mestiço* ajude a explicar a ambivalência das atitudes, mormente quando se trata das relações entre o progenitor *branco* e o filho *mestiço*, como veremos quando abordarmos o espaço social fogueense, na parte IV deste trabalho. Os mestiços vêm comprovar que não só as fronteiras culturais são porosas, como até as fronteiras somáticas são transponíveis. Só pelo facto de existirem, eles expõem a artificialidade dos *limes* raciais: como se pode definir onde começa o *branco* e acaba o *negro* no *mestiço*?²⁹⁹

O *mestiço* partilha, nalguma medida, este carácter de estranheza e desordem perante as referencialidades raciais, com os judeus alemães de antes da Segunda Grande Guerra. A capacidade assimilatória que estes haviam evidenciado demonstrou que a *germanidade* não se transmitia hereditariamente, mas que até um povo com uma religião e uma língua diferentes e para mais tradicionalmente endogâmico, como o judeu, podia adquiri-la. Um pensamento (como o pré-moderno e o moderno) que privilegia a origem e que é tributário de uma concepção das identidades (raciais, nacionais e outras) como fenómenos estáticos, homogéneos e monocentros, teria necessariamente de sentir-se abalado perante a capacidade de assimilação revelada pelos *mestiços* (no espaço colonial dos contactos

²⁹⁶ Cf. «The Problem of Colour in Relation to the Idea of Equality», suplemento do *The Journal of Philosophical Studies*, vol. I, nº 2, ap. Alan Burns, op. cit., pp. 120-121.

²⁹⁷ Cf. Cláudia Castelo, «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, 1998, p. 85.

²⁹⁸ Op. cit., p. 59.

²⁹⁹ Este descentramento está bem patente no poema «Canção do mestiço», do são-tomense Francisco José Tenreiro: «Mestiço! / Quando amo a branca / sou branco... / Quando amo a negra / Sou negro / Pois é...». In *No reino de Caliban II: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Lisboa, Plátano Editora, 3ª ed., 1997, p. 437.

generalizados entre grupos racializados) e pelos judeus (numa Alemanha recentemente unificada e em processo ostensivo de construção nacional).

A política assimilacionista praticada por alguns Estados europeus em África assentou na mesma lógica de sedução e promessas de integração (a aspiração à plena cidadania) feita aos judeus alemães no último quarto do século XIX e no primeiro do XX, baseando-se em contratos assimilacionistas sem termo certo. Neste sentido, à semelhança dos judeus alemães oitocentistas e primi-novecentistas, também os *mestiços* (e os colonizados em processo de assimilação, em geral), pela sua condição *entre* dois espaços sociais e simbólicos (sem pertencer plenamente a nenhum) e pela pressão assimilatória, se podem considerar vítimas do projecto ordenador da modernidade.

O que Albert Memmi afirmava em relação aos colonizados³⁰⁰ e Zygmunt Bauman sobre os judeus alemães³⁰¹, pode aplicar-se aos *mestiços*: o mimetismo e o excesso *kitsch* decorrem da necessidade de exteriorizar a pertença ao universo simbólico daqueles por quem se pretende ser reconhecido como igual. O que é avaliado como falsificação e pechisbeque por parte dos detentores do poder de classificar e hierarquizar – os *brancos* – foi fruto do esforço de adaptação às representações, ao comportamento e até à aparência física do grupo dominante.

Contudo, a imitação é uma espécie de espada de dois gumes: se, por um lado, como refere Hommi Bhabha, o imitado tende a desprezar o seu imitador, reforçando assim a distância entre ambos, por outro, essa reivindicação de inimitabilidade por parte do imitado é acompanhada pela percepção da quebra de unidade da totalidade que constituía a sua identidade – unidade do discurso, do comportamento, da posição; é essa unidade que é rompida com a imitação³⁰². Ora, como era o monopólio sobre essa totalidade que conferia legitimidade à posição dos *brancos* (em Bhabha, do colonizador), a violação dessa totalidade pelos assimilados abre brechas na autoridade dos *brancos*, e através dela é todo o sistema de valores que sustentava essa legitimidade que é questionado. Como veremos, foi a esse processo que se assistiu na ilha do Fogo, na primeira metade do século XX.

O desejo dos indivíduos se aproximarem – pelo comportamento, pelo vestuário, pela utilização da língua³⁰³ – das características distintivas dos que ocupam os lugares cimeiros na hierarquia das posições não se restringe nem à situação colonial, à qual Fanon, Memmi e Bhabha se reportam, respectivamente, em *Pele negra, máscaras brancas*, *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador* e em *The Location of Culture*, nem à relação mais abrangente *branco* dominante/*negro* e *mestiço* dominados. Trata-se antes de uma orientação recorrente do menos para o mais valorizado socialmente. Comprova-o a ocorrência

³⁰⁰ «Um homem a cavalo sobre duas culturas, raramente estará bem montado, e, com efeito, o colonizado nem sempre encontra o justo termo.» Cf. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*, op. cit., pp. 168-169.

³⁰¹ Os judeus «esperam que uma delicada emulação das maneiras nativas os torne indistintos dos hospedeiros e, além disso, garanta a sua reclassificação como pessoas de dentro (...)» - op. cit., p. 81.

Também Frantz Fanon discorre sobre os problemas identitários vividos pelo imitador, em *Pele negra, máscaras brancas*, Porto, Paisagem, s. d..

³⁰² Em «On mimicry and man: The ambivalence of colonial discourse», in Homi Bhabha, *The Location of Culture*, op. cit..

³⁰³ Sobre os usos sociais da língua e sobre o carácter distintivo do seu manuseamento, especialmente evidente quando a língua do prestígio (a europeia) coabita com o crioulo, nascido do contacto entre colonizados e colonizadores, falar-se-á no cap. 10 (10.2.).

do mesmo fenómeno de mimetismo em contextos que extravasam os referidos, como sejam os Estados-nação europeus monocromáticos ou, mais genericamente, entre grupos de *status* diferenciados. Só que aqui o outro social é o mesmo racial; e em contexto colonial, à alteridade social sobrepunha-se a alteridade racial.

Em época de enaltecimento das características somáticas e civilizacionais da raça *branca*, fizeram-se ouvir algumas vozes dissonantes. Em 1933, ainda em plena euforia eugénica, fora editada uma obra que se pode considerar precursora do que décadas depois viria a constituir o novo paradigma da mestiçagem, *Casa Grande & Senzala*.³⁰⁴ Nela, Gilberto Freyre enaltece a miscigenação e as suas capacidades criativas: «A mestiçagem reunifica os homens separados pelos mitos raciais. A mestiçagem reúne sociedades divididas pelas místicas raciais em grupos inimigos. A mestiçagem reorganiza nações comprometidas em sua unidade e em seus destinos democráticos pelas superstições raciais. A mestiçagem completa Cristo. A mestiçagem é o verbo feito homem – seja qual for a sua raça»³⁰⁵. Na sua valorização do *mestiço* como emergência capaz de novas reconfigurações a partir dos opostos iniciais, Gilberto Freyre antecipou o discurso pós-moderno de reessencialização étnica, não já em torno dos dois extremos polarizados – *brancos* e *negros* –, mas dos interstícios. Estes espaços de hibridéz, caracterizados pela ambiguidade, pela inexistência de fronteiras mais ou menos bem definidas – sejam elas económicas, fenotípicas ou outras –, são percepcionados como espaços por excelência das emergências.

A segunda metade do século XX assistiu a uma viragem na abordagem da miscigenação. À medida que as teorias raciais sofrem um recuo, reabilita-se a mistura entre grupos humanos de diferentes fenótipos e culturas e sobretudo os resultados desses cruzamentos, vistos agora como *locus* privilegiados da criatividade superadora de dualismos antagónicos. A academia portuguesa participou também desta reabilitação da mestiçagem característica da segunda metade do século XX. Os anos cinquenta marcam a viragem na orientação da recepção à obra freyriana em Portugal.³⁰⁶ À medida que a conjuntura internacional se tornava crescentemente desfavorável à permanência da soberania portuguesa em África, a teoria luso-tropical fornecia o suporte ideológico legitimador dessa permanência. Incidindo no carácter diferenciado da colonização portuguesa, que só o teria sido num sentido etimológico, radicava-o na ausência de preconceito racial. A novidade da civilização luso-tropical consistiria na «independência dos traços culturais da civilização luso-cristã das características fisiológicas do indivíduo ou grupo (...)», ou seja, na «superação do facto

³⁰⁴ Curiosamente, no mesmo ano da publicação de *Casa Grande & Senzala*, o poeta e jornalista fogueense Pedro Cardoso celebrava em Cabo Verde as recentes orientações da ciência, no sentido de considerar que a espécie humana era uma, quase generalizadamente mestiça e toda ela penetrada por «sangue negro». Cf. «Conferência» lida no teatro Virgínia Vitorino, na Praia, em 30 de Dezembro de 1933 e editada no Porto, em 1934.

³⁰⁵ Gilberto Freyre, *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*, Conferência proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, a 10 de Outubro de 1962, p. 31.

³⁰⁶ Sobre a boa recepção do luso-tropicalismo em Portugal, na segunda metade de Novecentos, transversal às várias disciplinas académicas, vd. Cláudia Castelo, *op. cit.*

biológico pelo sociológico»³⁰⁷. O Brasil profundamente miscigenado e a proliferação de população *mestiça* nos territórios portugueses de África, mormente em Cabo Verde, arquipélago panmixo³⁰⁸ por excelência, constituíam a evidência empírica desta capacidade portuguesa de ver para além da raça.

Em meados do século passado, Adriano Moreira afirmara que apesar da mestiçagem nunca ter sido «um mito racialmente relevante» para os portugueses, não constituía «um objectivo da nossa política»³⁰⁹; três décadas passadas, também ele profunda e assumidamente influenciado pela teoria freyriana, referia-se ao *mestiço* (concretamente ao brasileiro) como a emergência da «metarraça»³¹⁰ e relevava o seu papel como agente de superação de antinomias. Também para Jorge Dias, a mestiçagem era superadora de antinomias. Dizia o antropólogo, em 1958, que «os mestiços (...) acabam por ser o elemento de ligação entre as duas raças, o elemento moderador de orgulhos e de aglutinação da diversidade num todo homogéneo e harmonioso»³¹¹.

E é justamente de Cabo Verde, onde a teorização de Gilberto Freyre tivera uma aceitação precoce, entre os elementos da revista *Claridade*, que surge o discurso mais afirmativo da excelência do *mestiço* como agente de mudança social. Gabriel Mariano vai ao ponto de retirar aos portugueses o seu papel de protagonistas na transposição das fronteiras entre a identidade e a alteridade culturais e de concedê-lo aos *mestiços*. Como identidade híbrida e expressão da transposição de fronteiras biológicas e culturais, os *mestiços* teriam sido o elemento mais activo na reestruturação da sociedade cabo-verdiana:

Renovador, dado o seu notório dinamismo, tanto cultural como social; integrador, pelas oportunidades biológicas e étnicas especialmente conferidas ao mestiço. Renovador e integrador, ainda, pela sua capacidade de infiltração social: pela sua capacidade de contaminar, de assimilar e de transmitir elementos novos; de suscitar combinações novas; pelas possibilidades de se sentar tanto à mesa do *sobrado* como na terra batida das *senzalas*.³¹²

Por isso, para Mariano, o arquipélago de Cabo Verde não constituía parte do *mundo que o português criou*; era antes o *mundo que o mulato criou*, ou seja, o protagonismo era retirado aos colonos portugueses e atribuído às emergências, ou seja, ao *mulato*: «a evolução da sociedade cabo-verdiana de um agregado heterogéneo e plural para o tipo de sociedade homogénea que ela é hoje deve-se ao contínuo alargamento da área ou do campo de jurisdição do mulato.»³¹³ Teria sido a aptidão do mestiço para diluir as fronteiras bio-culturais, e não a predisposição de abertura ao *outro* revelada pelos portugueses, como defendia a

³⁰⁷ *O Luso e o Trópico: Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num contexto novo de civilização: o luso-tropical*, Lisboa, Comissão Executiva do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 73 e 53, respectivamente.

³⁰⁸ Onésimo Silveira caracteriza a situação bio-cultural do arquipélago de panmixia. Cf. *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Edições Colibri, 2005, p. 33.

³⁰⁹ *Política Ultramarina*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1956, p. 126. Marcelo Caetano, em 1945, não se pronunciando embora sobre os aspectos biológicos da mestiçagem, considerava-a, do ponto de vista sociológico, um fenómeno grave e, nessa medida, a «evitar ou reprimir». Cf. «Comunicação à Colónia, por intermédio do Rádio Clube de Moçambique, em 7 de Setembro de 1945», in *Alguns discursos e relatórios: viagem ministerial a África em 1945*, Agência Geral das Colónias, 1946, p. 56.

³¹⁰ «Metodologia gilbertiana», *Estudos Políticos e Sociais*, vol. XII, nº 1-2, 1984, p. 78.

³¹¹ «Contactos de cultura», *op. cit.*, p. 78.

³¹² Gabriel Mariano, *Cultura Caboverdeana – Ensaios*, *op. cit.*, p. 70.

³¹³ Mariano, Gabriel, «Do funco ao sobrado ou o “mundo” que o mulato criou», in *Colóquios cabo-verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, col. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 22, 1959, pp. 36-37.

teorização luso-tropical, que teria permitido em Cabo Verde a formação de uma sociedade plenamente integrada, com um povo e uma cultura verdadeiramente *mestiços*.

Já fora do contexto português, mas afinando-se pelo mesmo diapasão, Léopold Senghor, discursando na década de setenta, na academia de Ciências de Lisboa, afirmava (ele que fora um dos teóricos da Negritude) que «o que está na índole da mestiçagem é precisamente resolver as contradições, não pela violência do afrontamento, mas pela doçura da simbiose: da ternura.»³¹⁴

Apesar de desde a segunda metade do século passado (e com antecessores ainda nas primeiras décadas do século, como Gilberto Freyre), se ter vindo a assistir a uma viragem na abordagem teórica da mestiçagem e dos seus produtos, a orientação favorável predominante não é, contudo, consensual e a rejeição do fenómeno assume novas configurações e protagonistas. Se a mestiçagem aparecia relacionada com quadros de degenerescência bio-cultural, ela surge agora associada à perpetuação de fenómenos de discriminação. O Brasil, sobretudo, é um caso especialmente prolixo em publicações sobre a sua identidade *mestiça* e o debate que desde há mais de um século aí se vem mantendo em torno da mestiçagem revela diferentes posturas ideológicas em face deste fenómeno e do próprio projecto de construção da nação. Desde a abolição da escravatura e até ao primeiro quartel do século XX, as teorias raciais vigentes na Europa e na América, ao excluïrem os *negros* de qualquer projecto civilizacional, entendiam, naturalmente, a mestiçagem como causa de degenerescência genética e cultural. Os baixos índices de desenvolvimento económico e social do país eram atribuídos aos contributos indígena e sobretudo *negro* na formação nacional brasileira. Com um tal substrato racial, como poderia o país atingir a prosperidade do seu vizinho do Norte?

Casa-Grande & Senzala veio alterar esta consideração negativa *a priori* da herança cultural índia e negro-africana e questionar o modelo de relações raciais dos Estados Unidos da América. Como poderiam estes constituir um paradigma de Estado, como pretendiam as elites políticas e intelectuais brasileiras, se os seus dois principais substractos populacionais viviam segregados e em permanente tensão? A prática extensiva da mestiçagem no Brasil permitira um quadro de relações sociais marcado por maior convivalidade e cordialidade e tinha criado um tipo novo de civilização, adaptado às características ecológicas do meio e caracterizado pela convergência e reelaboração dos diferentes legados culturais. É, pois, sobretudo com Gilberto Freyre que a mestiçagem passa de passivo a activo, de prática anatematizada a processo a estimular, e, desde logo, pela sua inclusividade – de genes e de cultura.

Porém, a mestiçagem não tem impedido a proliferação de concepções e práticas discriminatórias fundadas na raça, mesmo em territórios profusamente miscigenados, como os centro e sul-americanos e os arquipélagos africanos do Atlântico e do Índico. A discriminação baseada na cor ou noutros traços fenotípicos, quando converge com outros critérios de avaliação, como a classe, a origem familiar ou o nível de instrução, constitui evidência empírica

³¹⁴ *Lusitanidade e negritude*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1975, p. 54.

de que a mestiçagem não se revela um instrumento suficientemente inclusivo, como o denunciaram Florestan Fernandes e a escola paulista de sociologia, nos anos cinquenta do século passado. A mestiçagem, por si só, não tem, portanto, um significado social; é necessário averiguar previamente as condições em que decorre, antes de se aferir a sua benignidade ou malignidade.

Para a corrente teórica associada ao activismo negro no Brasil, a mestiçagem tem servido propósitos eugénicos de *embranquecimento* da população brasileira. De acordo com Teófilo de Queiroz Júnior, ela «serve para projectar o mulato, dissimulando o preto e ampliando arbitrariamente o branco»³¹⁵. Mantendo-se o embranquecimento o ideal de *negros* e *mestiços*, estes alinham preferencialmente com os *brancos*, ao invés de engrossarem as fileiras dos movimentos activistas, afirmativos de uma identidade *negra*. Kabengele Munanga acusa mesmo este ideário latente e inconfessado de *embranquecimento* de prejudicar também a construção de uma identidade étnica *mestiça*. Ou seja, e aqui reside o interesse das asserções de Munanga, a mestiçagem (ou o seu discurso) é anti-*mestiça*, ou pelo menos, a-*mestiça*, na medida em que a tendência para alinhar com o elemento socialmente mais valorizado, no caso, o *branco*, impede o *mestiço* de construir uma entidade étnica *mestiça*.³¹⁶ Nesta medida, a mestiçagem não constitui um fim em si mesmo, mas apenas um meio que permite atingir mais um patamar no ideal da *branquitude*.³¹⁷ Assim, e de acordo com o autor, é o seu próprio «conteúdo simbólico e político»³¹⁸ que a impede de servir os interesses dos seus frutos, os *mestiços*.

Também Igor Machado considera a mestiçagem e o *branqueamento* como o anverso e o verso de uma mesma moeda³¹⁹. Tomando como pretexto os discursos académico e institucional integrados num evento comemorativo dos cinco séculos do Brasil³²⁰, Machado introduz o conceito de *mestiçagem arqueológica*, definindo-o como um tipo de interpretação do discurso em que o *negro* e o índio são abordados apenas como comunidades no passado, que a miscigenação dissolveu, como se estivessem plenamente integrados na nação brasileira, como se não existissem comunidades nativas na Amazónia e como se a questão da discriminação racial face ao *negro* não existisse no Brasil contemporâneo. Como refere, «joga-se para um passado remoto o conflito e deixa-se implícito que a história o resolveu.»³²¹ Esta *mestiçagem arqueológica* tem, segundo o autor, sede na academia, sendo os intelectuais «orgânicos» que, através da renovação das ideias de democracia racial e da mestiçagem, as forjam como matrizes da identidade brasileira³²².

Quer a representação da nação brasileira como essencialmente *mestiça* (por parte das elites *brancas*), quer a da mestiçagem como eufemismo de dominação racial (como a

³¹⁵ «Prefácio», in Kabengele Munanga, *op. cit.*, p. 11.

³¹⁶ Também Onésimo Silveira considera que a mestiçagem (pelo menos a praticada em larga escala, como aconteceu em Cabo Verde) retira «à etnicidade «toda a sua operância como (...) força de actuação social.»³¹⁶

³¹⁷ Kabengele Munanga, *op. cit.*, p. 16.

³¹⁸ *Ibid.*, p. 15.

³¹⁹ «Mestiçagem Arqueológica», *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 2, Rio de Janeiro, 2002, p. 387.

³²⁰ Trata-se do fórum internacional «História e Cultura no Sul da Bahia, Os Povos da Formação do Brasil (nações indígenas, africanas e europeias)».

³²¹ «Mestiçagem Arqueológica», *op. cit.*, p. 400.

³²² *Ibid.*, p. 404.

percepçionam os activistas *negros*), quer as diferentes orientações ideológicas que lhes subjazem, estão também ligadas às relações de poder entre os grupos que as veiculam: de dominação, no primeiro caso, e de resistência, no segundo. A academia e o poder político no Brasil permanecem profundamente envolvidos no debate em torno da «“religião civil” brasileira»³²³, ora empenhando-se na enfatização do activo da mestiçagem – a despolarização da questão racial e a criação de modelos de relações sociais menos acentuadamente marcados por antagonismos de raça –, ora, pelo contrário, centrando-se no seu passivo – a política oculta de *embranquecimento* bio-cultural que, desde a abolição da escravatura, continuaria a obcecar as elites políticas brasileiras.

Na Europa, o argumentário anti-mestiçagem tem sido penetrado por outro tipo de considerações. Dominando os circuitos comerciais, o continente europeu canalizou, durante os últimos séculos, as matérias-primas das suas possessões coloniais para o Norte industrializado. Ocorrida a independência política desses territórios, o fluxo não cessou e permaneceu predominantemente de Sul para Norte; porém, a mercadoria é agora quase exclusivamente humana. A mundialização do mercado e a intensa circulação internacional e intercontinental de pessoas ameaça diluir as especificidades culturais dos vários Estados-nação europeus. O acréscimo da imigração africana, asiática e latino-americana está a provocar uma «reorganização étnica»³²⁴ da Europa, o que tem suscitado novas elaborações teóricas de cunho nacionalista e regionalista. Apropriando-se da cartilha do relativismo cultural reinante, estes discursos propõem não já a hierarquia das raças e das culturas, mas a sua evolução separada, a fim de impedir a erosão genética de ambas, a que o mestiçamento bio-cultural inevitavelmente conduziria.

Destarte, o discurso contemporâneo e declaradamente universalista do enaltecimento da mestiçagem coabita com a afirmação ostensiva das identidades nacionais, raciais, culturais e especificamente religiosas de várias comunidades. É assim que se assiste na Europa a correntes de opinião que reivindicam a preservação das especificidades raciais europeias e apelam à consequente demanda de limites quantitativos à imigração e à condenação da mestiçagem em larga escala, como medidas capazes de sustentar o processo que ameaçaria de extinção a raça europeia. O discurso de um ex-dirigente da Frente Nacional francesa, Bruno Mégret, é representativo das considerações ecológicas que se colocam a uma mestiçagem global da população mundial: «Porquê batermo-nos pela preservação das espécies animais quando ao mesmo tempo aceitamos o princípio do desaparecimento das raças humanas pela mestiçagem generalizada?»³²⁵ Naturalmente que, mais uma vez, se assiste à naturalização da raça e ao equívoco da equivalência dos vários grupos humanos a diferentes espécies. Porém, esta nova dimensão do que comumente se designa por racismo prescinde, pelo menos formalmente, da raça, na sua hagiografia da diferença e do direito à diferença. Pierre-André Taguieff identifica esquematicamente a evolução das concepções racializantes nas últimas

³²³ Como Sérgio Costa define a ideologia da mestiçagem, no Brasil. Cf. «A Construção Sociológica da Raça no Brasil», *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 2, 2002, p. 45.

³²⁴ Roger Toumson, *op. cit.*, p. 17. Citando o título de um artigo de Umberto Eco, no *Globe-Hebdo*, de 26 Maio-1 Junho de 1993, Toumson interroga-se sobre quando é que a Europa se tornará afro-europeia.

³²⁵ *Le Nouvel Observateur*, nº 1412, 1991, ap. Manuela Pereira da Cunha, *op. cit.*, p. 195.

cinco décadas, a partir de três deslocamentos: da raça para a etnia/cultura, da desigualdade para a diferença e da heterofobia para a heterofilia³²⁶.

Semelhante postura não é partilhada por François Laplantine e Alexis Nouss, que vêm procurando nos últimos anos construir uma epistemologia da mestiçagem e que se propuseram, num ensaio de 1997, transformar a noção biológica de mestiçagem em conceito e mesmo em paradigma³²⁷. Não a definem, nem a descrevem, porque, momento de uma permanente transformação e inscrevendo-se no devir, ela é indefinível e indescritível. Podemos assistir aos seus processos, podemos narrá-los, podemos acompanhar as suas transformações, mas nunca a obra feita. A mestiçagem é da ordem das transições, das sucessões, não do produto acabado³²⁸. Fenómeno em perpétua evolução, a mestiçagem não se deixa apanhar pelas malhas da previsão, da descrição e da definição. Por isso, aos autores parece mais pertinente dizer aquilo que ela não é. E não é, desde logo, sincrética. O sincretismo partilha com o(s) purismo(s) o mesmo desejo de ordem; porém, enquanto o segundo procura, por depuração, eliminar de si o outro, o sincretismo fá-lo por absorção desse outro. Em ambos, o múltiplo dá lugar a um todo integrado. Na mestiçagem, pelo contrário, preserva-se o múltiplo, sem o fundir num único (como faz o sincretismo). Os dois autores rejeitam a própria ideia de *mistura*, na medida em que esta supõe a junção de elementos preexistentes, o que remeteria «à metafísica do fundamento e do princípio.»³²⁹

A ética da mestiçagem radica, segundo os dois autores, no «equilíbrio das partes» e na preservação da identidade dos elementos presentes na composição. Nem a diferenciação (no sentido de atribuição de valor à diferença) nem o sincretismo; os diferentes legados devem coabitar, dialogando e confrontando-se, sem se fundir. A contribuição/ inovação de Laplantine e Nouss reside no seu afastamento das formulações da mestiçagem enquanto potencialmente superadora de antinomias, pela sua capacidade de amalgamação dos diferentes. Para os dois autores, ela processa-se por confrontação. Aliás, uma epistemologia *mestiça* baralha a própria lógica cartesiana da classificação dual: o local e o global, a periferia e o centro, o futuro e o passado³³⁰, o *branco* e o *negro*, a razão e a emoção, a ciência e o senso comum, o espírito e a matéria, a causa e a consequência, deixam de ser identificadas como categorias antinómicas.

Os dois autores recusam mesmo a existência de uma identidade propriamente *mestiça*, porque a mestiçagem vive da junção da identidade com a alteridade, ela é o «pensamento da multiplicidade nascida do reencontro.»³³¹ Na mesma lógica, o discurso *mestiço* é necessariamente um discurso múltiplo, porque múltiplas são as experiências e as variações sobre o que inicialmente surgia como um mesmo tema.

³²⁶ Cf. *La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles*, s.l., Éditions La Décourte, 1987, p. 14.

³²⁷ François Laplantine & Alexis Nouss, *Le métissage: un exposé pour comprendre, un essai pour réfléchir*, Paris, Flammarion, 1997, p. 8

³²⁸ *Ibid.*, pp. 84 e 90.

³²⁹ *Ibid.*, pp. 10 e 83-84.

³³⁰ *Ibid.*, pp. 111 e 89.

³³¹ *Ibid.*, pp. 82-83.

Raça, mestiçagem e lusotopia³³²

Como todas as representações do *carácter nacional* dos povos, a lusotopia é tributária de um entendimento da identidade como fenómeno estático e não como processo. No caso português, a identidade nacional assenta num repertório de características diferenciadoras – a afirmação da identidade só é possível a partir da identificação da diferença –, evidenciadas no pano de fundo comum da acção colonial. Porque a colonização vinculou todos – colonizados e colonizadores – ao processo, tal como as outras potências coloniais, os portugueses têm sido moldados pelas referências ao seu passado colonizador. A singularidade portuguesa assentaria num modo distinto de interagir com a alteridade nos diversos contextos sociológicos³³³, caracterizado especialmente pela bi-direccionalidade dos fluxos culturais – ao invés de qualquer exclusivismo cultural imposto – e pela ausência de normas restritivas ao convívio inter-racial.

Urs Bitterli levanta como hipótese explicativa da relação desigual de forças entre o Ocidente e o resto do mundo das Épocas Moderna e Contemporânea, mais que a desproporção entre o poder militar e económico de ambos, a capacidade revelada pela cultura ocidental de absorver e transformar alguns elementos das culturas com as quais foi contactando – atribuindo-lhes novos significados e funções – e de rejeitar outros. Ela teria constituído um permanente estímulo à mudança e à renovação³³⁴. Ora, de entre os povos europeus, considera que os portugueses se demonstraram especialmente capacitados na relação despreconceituada com outras culturas. Esta capacidade para não rejeitar *a priori* a diferença cultural, teria sido, ainda segundo Bitterli, coadjuvada pela atitude positiva perante as relações sexuais inter-raciais, que a falta de mulheres europeias, por si só, não justifica, porquanto ela era comum a outros poderes coloniais que, ainda assim, não terão praticado a mestiçagem à escala portuguesa³³⁵. Conquanto recorde profusamente ao longo da obra algumas das condições desfavoráveis iniciais de Portugal para o empreendimento ultramarino – Bitterli começa mesmo o segundo capítulo do texto, aquele que dedica à presença portuguesa em África e na Ásia, com a interrogação exclamativa (que todos fazemos): «how was it possible? (...) how did one of the smallest countries in Europe manage to secure its access to the most important tradind centres of two continents?»³³⁶ –, o historiador suíço parece aqui ter menosprezado a importância das fragilidades demográficas, económicas e

³³² Do nome do periódico publicado em França *Lusotopie*, dedicado ao espaço lusófono.

³³³ Sobre as imagens do *outro* (africano, americano, asiático) nos momentos iniciais dos contactos proporcionados pela expansão marítima portuguesa, nos documentos (iconográficos, cartográficos, escritos), *vd.* António Luís Ferronha (org.), *O Confronto do Olhar: O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas, Séculos XV e XVI*, Lisboa, Caminho, 1991.

³³⁴ E o contrário parece-nos igualmente pertinente: a montante da aptidão para reter – transformando e adaptando – componentes culturais do *outro*, poderá ter estado a capacidade de inovação e mudança que a cultura ocidental revelara.

³³⁵ Cf. *Cultures in Conflict: Encounters Between European and Non-European Cultures, 1492-1800*, Cambridge, Polity Press, s.d. [1986], pp. 50-52 e 67-68.

³³⁶ *Ibid.*, p. 52. Abou Haydara também releva a «performance excepcional» de Portugal, que, com pouco mais de um milhão de habitantes, construiu o primeiro império planetário, facto que só encontraria paralelo no apogeu dos impérios macedónio e romano. Haydara considera ainda os portugueses como «l'un des rares peuples à avoir crée des faits de civilisation.» Cf. *L'envers de l'épopée portugaise en afrique (XV^e-XX^e siècles)*, Paris, L'Harmattan, 2007, p. 29. [A negrito, no original]

políticas do Próspero português, que, ainda assim, também não nos parecem esgotar a economia da explicação das especificidades portuguesas de relacionamento com o *outro*, racial e cultural. Parece-nos pertinente mencionar a perspectiva de Bitterli, partilhada, aliás, por vários outros cientistas sociais, por se tratar de um autor insuspeito de ter confinado a sua análise do fenómeno colonial português às leituras freyrianas e suas discípulas.

No caso da experiência colonial portuguesa – moderna e contemporânea –, a dimensão relacional do fenómeno revestiu-se talvez de uma maior complexidade. Se, como pretende Bhabha, a relação colonial forja o colonizado mas também o colonizador, no caso português, as vulnerabilidades do poder imperial patenteavam-se mais claramente – um pequeno país que se foi periferizando, à medida que não acompanhava o desenvolvimento de um sistema económico que contribuía para engendrar –, manifestando-se nas ambiguidades identitárias portuguesas. A coexistência do Próspero e do Caliban portugueses terão contribuído para gerar um *modo português de estar no mundo*, cujo conteúdo descritivo foi em grande medida informado pela proposta teórica do luso-tropicalismo, construída por Gilberto Freyre, nas décadas de quarenta e cinquenta, que constituiu uma das mais persistentes representações sobre o Próspero português na narrativa identitária nacional. Partindo da comparação entre os diferentes processos europeus de colonização, Freyre assenta a especificidade e superioridade da experiência lusa no ecumenismo e proselitismo cristãos praticados pelos portugueses, na sua plasticidade social manifesta no relacionamento com o outro – cultural, racial, geográfico.

O facto de o protagonista ser em Freyre (quase) sempre o elemento masculino e (quase) sempre o elemento português fundamenta-se no próprio cenário colonial, na medida em que sejam quais forem as matizes de que se reveste a acção colonizadora, a dominação faz sempre parte da sua lógica: exerça-se através da imposição de uma estrutura administrativa e militar intimidatórias e repressivas ou através da assimilação cultural, não directamente coactora e oferecendo aos dominados, como contrapartida pela sua integração na cultura do elemento dominante, dividendos simbólicos, sociais e políticos.

De acordo com a teoria freyriana, a imposição do domínio português teria passado mais pela cama que pela conquista armada: «[o português] dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gosto as mulheres de cor.»³³⁷ Assim, assenta a particularidade distintiva da acção colonizadora portuguesa na aproximação pela libido de conquistadores e conquistados, de colonizadores e colonizados, de senhores e escravos. O grande contributo português para a humanidade teria sido a aproximação biológica – pela mestiçagem – e cultural – pela interpenetração, ao invés da imposição unilateral – dos povos. Do cruzamento de portugueses europeus com mulheres dos trópicos emergiria o grande agente da modernidade (pós-colonialidade, dir-se-ia agora) – o mulato. Nele e na extensão das práticas conviviais das raças consistiriam os principais legados da colonização portuguesa:

³³⁷ Gilberto Freyre, *O mundo que o Português criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 43.

«Depois de Cristo ninguém mais contribuiu para a aproximação das raças e povos de cor do que o português»³³⁸.

Influenciado pela obra de Freyre, Roger Bastide afirma dos portugueses que «ils ont (...) découvert en pionniers ce que les anthropologues (...) ne font que découvrir aujourd'hui: l'importance des "sang-mêlés", et des "marginaux" comme leaders du changement et comme principaux responsables du développement communautaire.»³³⁹ A aculturação unidireccional, no sentido ocidentalizador, nos territórios da colonização anglo-saxónica, contrastaria com a reciprocidade do processo nos espaços colonizados pelos portugueses³⁴⁰. Estes teriam constituído uma espécie de praticantes da moderna antropologia.

Os factores que teriam predisposto os homens portugueses à miscigenação teriam sido, segundo Freyre, por um lado, os demográficos – a desproporção entre homens e mulheres europeus nos espaços colonizados –, e por outro, estes mais acentuadamente culturalistas, (1) o seu ecumenismo cristão, (2) a ausência de preconceito racial, enraizada no contacto remoto e duradouro dos portugueses com a diversidade somática em contexto peninsular, (3) a apetência pela dimensão oceânica, ela própria estratégica perante o perigo espanhol sempre presente, (4) o fascínio pelo exótico e a perspectiva aventureira da vida³⁴¹.

Também Mendes Correia, conquanto recuse as mais-valias de uma política colonial orientada para a mestiçagem (vd. *supra*, pp. 115-116), considera que esta era incontornável no espaço da colonização portuguesa, dada a miscibilidade e a menor propensão «a preconceitos de endogamia e pureza *raciais*» dos portugueses³⁴². Bem diverso das suas posturas actuais, também Alfredo Margarido, nos anos sessenta, encontrava na miscigenação «virtualidades bem próprias, bem especificamente portuguesas». Comungando das especificidades da colonização portuguesa propaladas pelo luso-tropicalismo ambiente de então, afirmava como eram «apertados e firmes os fios com que se tece a teia de um mundo português tão tipicamente diferente do que vai pelo mundo nos dias de hoje.»³⁴³

Freyre radica o carácter diferencial das relações raciais no Brasil, quando comparadas com os contextos norte-americano e sul-africano, nas especificidades da colonização portuguesa, elas próprias enraizadas na idiosincrasia do homem português: a ausência de conflitos raciais com a dimensão dos observados noutros contextos multirraciais, a inexistência, na legislação brasileira, de proibições e sanções para o contacto sexual inter-racial, a intensidade do processo miscigénico, a ausência de legislação discriminatória relativamente aos *mulatos* e a fácil convivialidade entre *brancos* e *não-brancos*. As construções identitárias *negras* ou afro-descendentes, associadas aos grupos de activistas que as reclamam, a sua naturalização das diferenças, através de (re)essencializações rácicas e a bipolarização *preto-branco* que vem servindo propósitos analíticos e de mobilização política (especialmente

³³⁸ «Onde Gilberto Freyre fala de Cabo Verde», *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, nº 36, 1 de Setembro de 1952, p. 19. [Entrevista de Manuel Ferreira a Gilberto Freyre, em Goa, em 1951, publicada inicialmente no *Boletim da Emissora de Goa*.]

³³⁹ Roger Bastide, *Anthropologie Appliquée*, Paris, Payot, 1971, p. 101.

³⁴⁰ *Ibid.*, pp. 104-106.

³⁴¹ *O Luso e o Trópico (...)*, op. cit., pp. 50 e ss.

³⁴² António Mendes Correia, *Ultramar Português II – Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1954, pp. 139-140.

³⁴³ «O arquipélago de Cabo Verde e as ilhas atlânticas», *Cabo Verde*, ano XI, nº 127, 1 de Abril de 1960, p. 30.

imbricados, no debate sobre a raça, no Brasil) não conseguem contrariar as dissemelhanças que se observam entre os sistemas raciais brasileiro e norte-americano, independentemente de os factores explicativos serem procurados exclusivamente nos condicionalismos económicos e demográficos diferenciais a montante dos colonialismos português e britânico ou nas características identitárias que esses e outros condicionalismos tenham forjado nos dois povos colonizadores.

É na criação teórica de um espaço luso-tropical abrangendo todas os espaços da colonização portuguesa, e nas semelhanças sociológicas que nele procurou encontrar, mesmo depois do seu périplo pelo *mundo português*, que a teorização de Freyre revelará maiores fragilidades. As descontinuidades das configurações sociais no interior de cada um e entre esses espaços (mesmo no do pequeno arquipélago cabo-verdiano, onde a pequenez da terra emersa contrasta com a diversidade do espaço social construído) dificultam a apreensão das pretendidas *constantes* portuguesas de colonização.

Foi já no pós-Segunda Grande Guerra que as reflexões de Freyre em torno da fácil miscibilidade dos portugueses e da sua capacidade para superar antagonismos raciais foram apropriadas pelo Estado Novo, por largos sectores do meio académico e intelectual (Almerindo Leça, na ecologia humana; Jorge Dias, na antropologia; Orlando Ribeiro, na geografia; Adriano Moreira, na ciência política). Se ao enaltecer a capacidade miscigenadora dos portugueses³⁴⁴ e as suas virtudes convivenciais com as populações tropicais, Gilberto Freyre tinha em mente a reabilitação das componentes demográficas mais desprestigiadas da população brasileira, acabou por involuntariamente fornecer ao Estado Novo das últimas décadas um precioso manual de legitimação da presença portuguesa em África. Porque estrangeiro e emanado de um território ex-colonial, o sociólogo brasileiro conferia uma aura de insuspeitabilidade a uma tese já com longa tradição nos meios político-literários portugueses. O facto de a ter integrado numa teoria e de ser um cientista social considerado no meio académico, aumentava a credibilidade das suas asserções. Tendo inaugurado um novo tipo de civilização – a luso-tropical –, feita de inclusões genéticas e culturais, e não de segregações e purismos, os portugueses teriam criado nos espaços tropicais onde se fixaram um sistema de relações com os povos autóctones que os impediu de descambar nos ódios e conflitos que marcaram outros espaços africanos, sujeitos a outras colonizações. Não havia, pois, motivo para erradicar de África esta *pax lusitana*, num contexto global de bipolarização político-ideológica estimuladora de tensões e conflitos.

Porém, não nos parece que a sua transmutação de «interesse confidencial» a «reconhecimento oficial»³⁴⁵ por determinado colonialismo e ideologia de Estado faça perder virtualidades a uma construção teórica, sobretudo, como é o caso, quando ela nem se restringiu ao que foi funcionalmente aproveitado por esse poder colonial. Após algumas décadas de rejeição, frequentemente *a priori* e sem conhecimento da obra, assiste-se nos

³⁴⁴ Para Freyre, esta miscibilidade dos portugueses funda-se nas condições em que decorreu a sua própria etnogénese. A passagem e a fixação de povos com origens geográficas, complexos fenotípicos e tradições culturais muito diferentes teria acostumado os portugueses ao fácil contacto com o outro.

³⁴⁵ Yves Léonard, «Salazarisme et lusotropicalisme, histoire d'une appropriation», *Lusotopie*, 1997, p. 211.

últimos anos, sobretudo no Brasil, mas também em Portugal, e por vezes com origem nos seus anteriormente mais acérrimos críticos, a releituras e reinterpretções, que agora se pretendem ideológica e politicamente menos intensamente comprometidas, da obra de Gilberto Freyre.

Marcada pela leitura freyriana, mas abstendo-se de fazer extrapolações para outros contextos coloniais que não o latino-americano, Ruth Chittó Gauer, não se escudando em considerações culturalistas, antes afirmando os constrangimentos demográficos de Portugal e as suas várias precaridades no processo de domínio e administração de um território com a dimensão e diversidade ecológica do Brasil, não deixa, porém, de caracterizar os traços que conferem especificidade à colonização portuguesa e que, segundo a autora, consistem na relativização das culturas (a que naturalmente não subjaz a sua horizontalização) pela incorporação (e não exclusão) da alteridade³⁴⁶. Peter Fry, no Brasil, e Fernando Machado, em Portugal, são dos que, tal como nós, para além de encontrarem virtualidades na proposta teórica de Freyre, têm em conta o «potencial de anti-racismo» que, conquanto «sistemas activos de crenças», o luso-tropicalismo e a democracia racial no Brasil possuem³⁴⁷.

2.6. Dinâmica académica, mobilização política e racialização das identidades

Raça e cor

A questão da relação entre raça e preconceito de cor, em Cabo Verde, na América Latina e noutras sociedades moldadas pela expansão europeia da Idade Moderna, pode perspectivar-se de diferentes maneiras. A cor pode ser percepcionada como «um tropo», um eufemismo, um sucedâneo para raça³⁴⁸, e, neste caso, o sistema racial brasileiro só superficialmente se afastaria do norte-americano; ou podemos entender não estar em presença de racismo, propriamente dito – no sentido em que definimos o conceito no âmbito deste trabalho, ou seja, enquanto manifestação de uma crença na divisão da humanidade em grupos a partir da sua afinidade fenotípica, reveladora de uma profunda diferenciação genética, ela própria determinadora de diferentes aptidões e comportamentos – e, no entanto, assistir ao fenómeno corrente do estabelecimento de uma hierarquia cromática (e/ou de outros marcadores fenotípicos), alicerçada em preferências estéticas.

³⁴⁶ Ruth M. Chittó Gauer, «A contribuição portuguesa para a construção da sociedade brasileira», *Revista de História das Ideias*, vol. 19, 1997, pp. 574-575.

³⁴⁷ Fernando Luís Machado, *Contrastes e Continuidades (...)*, op. cit., p. 383. Também Fry afirma enfaticamente: «Há algo de específico no mundo de fala portuguesa, sim. É a (ainda) persistente predominância do mito da igualdade da potencialidade humana sobre o mito das diferenças étnicas intransponíveis e essenciais que é dominante em terras anglófonas e, crescentemente a nível "global".» Cf. «"Raça" e saber no Brasil contemporâneo», in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Novos Olhares*, Actas das sessões plenárias do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, p. 123. Lília Schwartz também considera a democracia racial um «bom mito», por possuir «verdades parciais ao indicar uma singularidade no relacionamento entre as raças». (Schwartz, 1996, ap. Andreas Hofbauer, «Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil», op. cit., p. 39.)

³⁴⁸ Yvonne Maggie diz, a propósito da categoria «moreno [que] é a categoria que por excelência fala do nosso modo particular cotidiano de falar nas raças e nas oposições [negro/branco], sem falar delas». Maggie, 1996, ap. Andreas Hofbauer, «Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil», op. cit..

Naturalmente que também estas preferências são culturalmente construídas e estão vinculadas a diferenças de estatuto e assimetrias de poder. Quando à cor branca e a outros traços caucasoídes estão historicamente associados posicionamentos elevados nas estruturas política, económica e simbólica, e, simultaneamente, aos caracteres negróides se vinculam a memória e o estigma da escravidão, a preferência pela branquidão torna-se quase naturalmente estratégica. No entanto, a esta preferência não subjaz imperativamente o reconhecimento de quaisquer equivalências entre capacidades cognitivas ou outras e graus de pigmentação.

Um casamento *misto*, enquanto estratégia de mobilidade por parte do elemento mais escuro do casal, permite a este uma relativa reversão do ónus da pele, legando à descendência uma melhoria automática das condições de partida. Daí que pessoas mais claras sejam geralmente melhor cotadas no mercado matrimonial. A progenitura clara, preferencialmente *branca* ou quase *branca*, tende a revelar-se uma importante mais-valia logo desde o nascimento, pelo tratamento diferencial dado aos membros mais claros de uma família, considerados mais bonitos: os filhos, irmãos e netos mais próximos fenotipicamente do paradigma europeu são alvo de mais atenções e privilégios por parte dos pais, irmãos e avós. Na origem deste embranquecimento intergeracional, podem estar dois processos: um progenitor *branco*, ainda que absentista, ainda que descurando a educação escolar e a situação económica do filho *mestiço*, pelo simples legado da cor ‘melhorada’, transmite ao filho uma importante vantagem inicial; ou um progenitor *negro*, que, em processo de mobilidade ascendente, se une a outro, *branco* ou *mestiço* claro, resultando daí também uma prole mais clara, logo, com mais vantagens de partida. Em ambos os casos, como refere Wade, a associação entre mestiçagem e mobilidade ascendente é estreita³⁴⁹, acentuando-se a pigmentação, à medida que descemos na escala da estratificação sócio-económica. É mais frequente serem os *mestiços* mais claros a atravessar o *limes* racial e a casar com *brancos* – mas também porque são sobretudo eles que, nos seus percursos de mobilidade social ascendente, atingem os maiores volumes de capital – escolar, económico, social. As hierarquias da cor, da riqueza e do poder tendem, assim, a caminhar a par.

Também Luisa Farah Schwartzman considera que os nexos entre mestiçagem, embranquecimento e mobilidade social ascendente se inserem nos processos de estratificação geradores da desigualdade social. Num estudo cujo objectivo era articular o estatuto sócio-económico, o casamento inter-racial e a classificação racial dos frutos dos casamentos *mistos* na análise do processo intergeracional de *embranquecimento* da população brasileira, entre os censos de 1996 e de 2005³⁵⁰, Schwartzman apresenta de forma inovadora pistas para explicar a relação entre ambos os níveis – estatuto sócio-económico e raça – na percepção relativamente consensual de que o casamento entre *brancos* e *não-brancos* é mais frequente quando os últimos possuem maior estatuto sócio-económico.

³⁴⁹ Peter Wade, *Gente negra, nación mestiza*, op. cit., p. 353.

³⁵⁰ Luisa Farah Schwartzman, «Does Money Whiten? Intergenerational Changes in Racial Classification in Brazil», *American Sociological Review*, nº 6, vol. 72, Dezembro de 2007, pp. 940-963.

Na linha de Octávio Ianni, Schwartzman conclui que se observa um *embranquecimento* na sociedade brasileira, à medida que os indivíduos ascendem na escala da estratificação sócio-económica. Contudo, e divergindo do esquema proposto por aquele, a autora apresenta um modelo alternativo, em que o mecanismo de *embranquecimento* já não é, como para Ianni, entendido como uma estratégia de mobilidade social desenvolvida pelas famílias *não-brancas*, que esperam pela descendência *mista* para melhorarem a sua posição no espaço social³⁵¹. Segundo Schwartzman, este modelo não explica nem as correlações entre *embranquecimento* e estatuto sócio-económico nem a permanência estrutural da hierarquia racial no Brasil. A autora reconhece que *embranquecer* é uma aspiração e que o casamento com indivíduos de pele mais clara (e por isso originadores de uma prole igualmente mais clara) é motivo de satisfação e orgulho; porém, para Schwartzman, o importante é que, à medida que os filhos das uniões *mistas* embranquecem, são integrados no grupo dos *brancos*, ou seja, passam a *brancos*.

Este esquema permite compreender dois fenómenos paralelos: o do *embranquecimento* da população, constatado pelos censos, e o da persistência da relação inversamente proporcional entre grau de pigmentação e elevação do estatuto social. Vejamos como. À medida que a elevação do estatuto económico permite maior e melhor escolarização, há alguns indivíduos que passam por um processo de mobilidade social ascendente. Chegados aos escalões superiores da hierarquia, desenvolvem mais contactos com os que se situam no mesmo patamar – na sua grande maioria *brancos*. Estes contactos estendem-se ao casamento, já que a tendência é casar dentro ou na proximidade da mesma classe. Ora, como o mercado matrimonial dos escalões superiores da hierarquia está preenchido muito maioritariamente por famílias *brancas*, mais do que um programa consciente e premeditado de mobilidade social, como referia Ianni, o casamento dos *não-brancos* – marcadamente minoritários – com membros das famílias *brancas*, é quase uma inevitabilidade.

Outra das conclusões a que a autora chega, e através da qual explica o *embranquecimento* intercensitário, é que os descendentes dos casais *mistos* – porque também efectivamente mais claros de pele – tendem a ser classificados como *brancos* pelos seus progenitores; por outro lado, pelo facto de conviverem preferencialmente com famílias *brancas* – já que estas tendem a monopolizar os escalões superiores da hierarquia social – integram-se nos seus padrões, o que constitui outra forma de *embranquecimento*. Os *brancos*, porque grupo racial de maior estatuto e porque ocupando os lugares cimeiros da escala da estratificação, impõem a sua distintividade cultural. Para a autora, os mecanismos de *embranquecimento* da população brasileira devem ser integrados nos processos de estratificação geradores da desigualdade social. Ou seja, contrariamente à orientação de vários investigadores brasileiros actuais, muito associada ao activismo negro, Schwartzman não atribui à raça um papel de protagonista único – nem sequer principal – na definição do perfil da estratificação no Brasil³⁵². Contrariando as críticas de que o *embranquecimento* tem sido alvo, no último meio século, por uma parte considerável da academia brasileira, que o considera um

³⁵¹ «Segunda Parte», in Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (orgs.), *Côr e mobilidade social em Florianópolis*, 1960, ap. Luisa Schwartzman, *op. cit.*, p. 958.

³⁵² *Ibid.*, p. 941.

poderoso mecanismo perpetuador das desigualdades no Brasil, Luisa Schwartzman entende-o como mais uma forma de passadiço inter-racial.

Aludimos um pouco mais demoradamente a este trabalho de Luisa Schwartzman, por constituir uma tentativa de explicação do *embranquecimento* da população brasileira e da persistência da sobreposição entre desigualdades sociais e diferenças raciais no Brasil, que não se circunscreve aos automatismos raciais nos processos de inclusão e exclusão grupais. A autora procura entender a natureza das fronteiras raciais no Brasil, a partir da relação entre a raça e a classe, ao analisar o processo de *embranquecimento* – enquanto mecanismo de transposição das fronteiras raciais – numa perspectiva intergeracional, a partir do fenómeno da homogamia de classe. A justificação da necessidade de cruzar classe, *status* e raça na análise dos fenómenos de discriminação racial, funda-a a autora na tendência que os indivíduos manifestam de estabelecer as suas redes de sociabilidade – sobretudo no que aos laços mais íntimos diz respeito, como o casamento – entre os que partilham ou se situam na proximidade da mesma posição social. Schwartzman faz intervir factores de classe, como o rendimento e a ocupação profissional, sem resvalar, porém, numa visão redutora de um determinismo de classe, ao ressaltar a importância dos actores na construção social dos significados – no caso em estudo, das categorias racializadas *branco* e *não-branco*. A hipótese de que a autora havia partido, a da capacidade *embranquecedora* do dinheiro – ou *escurecedora*, no caso da sua ausência – é comprovada pela orientação dos processos de mobilidade social: ela é ascendente, no caso dos *não-brancos* de origem, mas *embranquecidos* pelo acesso aos recursos materiais e escolares, e descendente, para os originariamente *brancos*, mas destituídos dos referidos recursos.

À semelhança de Cabo Verde, também no Brasil as fronteiras de classe contribuem para manter as fronteiras raciais, contrariamente aos Estados Unidos da América, em que prevaleceria a ordem inversa. O facto de a cor se apresentar mais como processo que como dado (ou pelo menos como dado potencialmente móvel) retira operacionalidade aos critérios raciais. Os aforismos são especialmente reveladores da percepção popular deste efeito da dimensão classe no processo de construção da cor. Se pudéssemos inferir apenas deles as representações sobre a relação entre a classe e a raça, depararíamos com sociedades *mestiças* como a brasileira e a cabo-verdiana ainda mais conscientes do que a antilhana do carácter classista das racializações: enquanto nas Antilhas, a riqueza faz apenas subir um patamar na escala da estratificação racial («tout nèg riche cé milât»³⁵³), no Brasil, tal como em Cabo Verde, ele tem a capacidade de catapultar um indivíduo para o topo da hierarquia cromática e, assim, de um *negro* fazer um *branco* («negro rico é branco, branco pobre é negro» (adágio brasileiro).

A maior flexibilidade do sistema latino-americano e cabo-verdiano permite maior margem de negociação: um indivíduo escuro, se escalar as hierarquias económica e escolar, participa de processos de avaliação social tendencialmente despigmatizantes, o que, em sistemas de relações consideravelmente estruturados pela cor, significa que fica menos

³⁵³ Marie-Andrée Ciprut, *Outre-mère: essai sur le métissage*, Paris, L' Harmattan, 2004, p. 20.

exposto a pelo menos algumas dimensões da discriminação. Pelo contrário, a sobrevivência institucional e popular da *one-drop-rule*, nos Estados Unidos da América, ao não dar espaço ao reconhecimento da categoria *mestiço*, armazena automaticamente na categoria *negro* a descendência dos casamentos *mistos*, independentemente da proporção relativa de traços negróides/caucasóides que ela tiver herdado³⁵⁴. Tornando imediatas, imperativas e irrevogáveis as catalogações raciais circunscritas ao *preto/branco*, restringe ou elimina de todo o espaço de negociação que a tradição de ausência de regras de descendência no Brasil favorece. Dada a considerável impermeabilização das fronteiras entre *brancos* e *negros*, testada pelos baixos índices de casamentos *mistos*, o poder económico tem menos hipóteses de ser herdado pelos *negros*. É neste sentido que Schwartzman considera a fortaleza da fronteira-raça como garante da fortaleza-classe/riqueza³⁵⁵.

Não é este o espaço para fazer uma revisão dos discursos académico e político sobre as relações raciais no Brasil, ao longo do passado século e princípios deste. Porém, sucintamente, pode dizer-se que a versão oficial da democracia racial brasileira se manteve hegemónica até meados do século XX e que, a partir daí, trabalhos como os de Florestan Fernandes e de outros investigadores, alguns dos quais igualmente ligados à chamada escola paulista de sociologia (da Universidade de São Paulo), vieram desconstruir a representação do Brasil como paradigma da ausência da raça e atribuíram a esta o estatuto de variável explicativa da desigualdade.

Roberto Motta considera três paradigmas no estudo das relações raciais no Brasil, aos quais subjazem diferentes concepções do desenvolvimento histórico, ou seja, diferentes filosofias da história: (1) o que designa por «paradigma da morenidade», que tem como principais teóricos Gilberto Freyre, Marvin Harris e Carl Degler³⁵⁶, e que atribui a considerações de ordem religiosa, ecológica, demográfica e material o carácter irrelevante e ambíguo da classificação racial no Brasil; (2) o que considera que as relações sociais (entre as quais se incluem as de âmbito racial) são essencialmente determinadas pelas relações de classe, recusando assim autonomia à raça na explicação das assimetrias³⁵⁷; e por último, (3) o que tem em Carlos Hasenbalg a principal referência e que situa na discriminação racial a origem das desigualdades entre *brancos* e *não-brancos* no Brasil e que aponta como instrumento de combate a essa desigualdade a mobilização dos *não-brancos* para o conflito inter-racial³⁵⁸.

³⁵⁴ Esta reprodução quotidiana da *one-drop-rule* ficou bem patente aquando da candidatura e eleição de Barack Obama, apresentado pelos *media* norte-americanos (e pelos portugueses, por contágio mediático), como o primeiro presidente *negro* dos Estados Unidos da América, quando a sua ancestralidade é tanto africana como europeia e o seu fenótipo é *mestiço* (para não falar já da sua herança cultural, essencialmente vinculada ao legado europeu da América).

³⁵⁵ *Op. cit.*, p. 960.

³⁵⁶ De acordo com Roberto Motta, os dois últimos, tendo-se proposto rebater as teses freyrianas, teriam, se bem que inconfessadamente, aderido ao essencial delas. Cf. «Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil», *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 38, Rio de Janeiro, Dezembro de 2000, pp. 1-8.

³⁵⁷ Roberto Motta considera que Florestan Fernandes, que tanto contribuiu para o questionamento do modelo de relações raciais consubstanciado na noção de *democracia racial*, acaba por, paradoxalmente, ser um seu partidário acérrimo, ao negar a autonomia da raça na estruturação das relações sociais no Brasil. Ao fazê-lo, teria ultrapassado ainda Gilberto Freyre, já que este, pelo menos, reconhecia autonomia ao «preconceito de raça – embora o considere fraco ou inexistente no colonizador português». O que distinguiria sobretudo Florestan Fernandes e Gilberto Freyre seria que o primeiro via na democracia racial um projecto a concretizar, enquanto o segundo estabelece uma correspondência entre esse projecto utópico e o carácter modelar das relações raciais no Brasil. Cf. *ibid.*, pp. 9-10.

³⁵⁸ Ou seja, Hasenbalg parte da raça para a classe. É aquela que constitui uma vantagem ou desvantagem inicial e que, através de práticas discriminatórias sobre os *não-brancos*, vai determinar a posição destes na hierarquia de

Quer Cabo Verde, quer o Brasil, quer outras sociedades latino-americanas, caracterizadas por intenso processo miscigenico e de hibridação cultural, desenvolveram modelos de «relações interétnicas e (...) [de] racialização dos grupos sociais» que não são redutíveis ao modelo racial bipolar norte-americano, onde a pertença racial configura adesões a estilos de vida distintos e opera até nas formas de expressão oral, permitindo identificar racialmente um interlocutor mesmo sem ele ser visualizado. Inspirando-se em Hoetink, Sansone caracteriza o padrão de relações raciais na América Latina como: «uma tradição de casamentos mistos, muito difundidos entre pessoas de fenótipos diferentes, por um *continuum* racial ou de cor, (...) uma cordialidade transracial nas horas de lazer, entre as classes mais baixas (...) e (...) uma organização política relativamente fraca com base na “raça” e na etnicidade, a despeito de uma longa história de discriminação racial.»³⁵⁹

Pelo contrário, o sistema racial norte-americano assenta em classificações raciais bipolares, exclui a categoria *mestiço* e baseia-se na hipodescendência, regra segundo a qual basta a existência remota de um *não-branco* na linha da ascendência para que um indivíduo seja igualmente considerado *não-branco*, reservando-se a categoria *branco* para os indivíduos de absolutamente imaculada ascendência europeia. Também inversamente ao Brasil, os Estados Unidos conheceram uma discriminação racial institucionalizada, que sobreviveu, nalguns Estados, até há poucas décadas.

A interpretação e avaliação das diferenças não é, contudo, consensual. Num artigo que intitulou «Dicotomia racial e riqueza cromática», Antonio Risério, faz decorrer a diferença entre o *racismo à brasileira* e o *racismo à americana* de três grupos de factores: o contexto histórico em que decorreu cada um dos dois projectos expansionistas europeus (o português e o britânico), a cultura dos dois povos colonizadores e a diferente trajectória social dos povos brasileiro e norte-americano. Da conjunção destes factores, resultou, de acordo com Risério, no caso brasileiro, «uma sociedade de natureza mais convivial e conversável, mais “relaxada”», diversa da física e socialmente segregada sociedade norte-americana³⁶⁰.

Os activistas *negros* brasileiros têm uma perspectiva diferente, segundo a qual a discriminação racial no Brasil assume dimensões tão grandes ou maiores que nos Estados Unidos e manifesta-se de forma mais perversa, porque a coberto de uma ideologia oficial de onde a raça está erradicada. Este carácter encapuzado da raça no Brasil dificulta a arregimentação em torno das filiações raciais e, nessa medida, o combate ao racismo. De acordo com o antropólogo activista João Costa Vargas, o que caracteriza a construção social da raça no Brasil é a dialéctica entre a hiperconsciência da raça, por um lado, e a negação quotidiana da sua importância na estruturação das relações sociais, fruto da persistência do

classe, reservando-lhes os escalões inferiores do rendimento. De acordo com Matta, as lacunas metodológicas da sua obra – a utilização profusa de dados estatísticos sem se deter nos mecanismos da discriminação – tornam a sua obra inconsequente e conferem-lhe um carácter de manifesto. Cf. *ibid.*, pp. 10-11.

³⁵⁹ Livio Sansone, *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*, op. cit., p. 19.

³⁶⁰ Antonio Risério, «Dicotomia racial e riqueza cromática» [em linha], Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Cultura. Disponível em:

<http://www.cultura.gov.br/site/2003/09/08/dicotomia-racial-e-riqueza-cromatica-por-antonio-riserio>

mito da democracia racial, por outro³⁶¹. Daí que a estratégia combativa dos activistas consista na desconstrução das representações das relações sociais veiculadas pela ideologia da democracia racial e na demonstração estatística de que a diferença entre os racismos brasileiro e norte-americano é mais formal que substancial.

Para Peter Wade, a dicotomização Estados Unidos da América *versus* América Latina, além de demasiado simplificadora, induz a vícios analíticos, como sejam aceitar que a raça (1) só tem um significado social, quando as identificações raciais e as discriminações a que conduzem se apresentam de forma explícita e inequívoca; (2) na América Latina, a raça, propriamente dita, não existe, apenas é significativo o aspecto exterior (a «aparência»); (3) na América Latina, a raça é neutralizada pela classe; (4) nos Estados Unidos, a raça, porque assente na ancestralidade, é «real»³⁶².

A própria existência de várias escalas cromáticas³⁶³, fruto da esmiuçadíssima categorização fenotípica das sociedades *mestiças*, como as latino-americanas, não deve obscurecer o facto de se poderem condensar num esquema tripartido (*branco, negro, índio*)³⁶⁴ ou, no caso brasileiro, quadripartido de classificação (*branco, negro, pardo e índio*). Porém, o simples facto de contemplar um escalão intermédio, como o *mestiço*, tão abrangente e permeável que aglutina virtualmente toda a população, não deixa de constituir um importante carácter diferenciador face ao modelo norte-americano, que recusa aos frutos de uniões *mistas* uma categorização (*mestiça*) autónoma.

Ao repudiar o discurso freyriano da mestiçagem, é o projecto político branqueador das elites de ascendência europeia que nele se ocultaria que o activismo negro visa. Gilberto Freyre, afirma Hasenbalg, «created the most formidable ideological weapon against blacks.»³⁶⁵ Também Wade entende que a assimilação embranquecedora via mestiçagem, competindo pela identidade de *negros* e *mestiços*, enfraquece a solidariedade *negra*, ao afastá-los de uma consciência *negra* mobilizadora: «El blanqueamiento es parte de las fuerzas que actúan para diluir y dispersar lo negro y la cultura negra»³⁶⁶. Quando os *negros* em processo de mobilidade social ascendente procuram áreas residenciais não *negras*, aderem a estilos de vida considerados exógenos, diminuindo o potencial combativo da identidade *negra*.

Paralelamente ao movimento negro, outra corrente académica propõe uma abordagem menos comprometida ideologicamente, de uma releitura da democracia racial e da mestiçagem e das condições iniciais em que esta decorreu – num contexto de compulsão sexual. Recusa a sinonimização entre mestiçagem e ausência de preconceitos raciais, cara à ideologia da democracia racial, mas rejeita igualmente a visão instrumental da mestiçagem ao serviço do

³⁶¹ «Hyperconsciousness of Race and Its Negation: The Dialectic of White Supremacy in Brazil», *Identities: Global Studies in Culture and Power*, vol. 11, nº 4, Outubro-Dezembro 2004, pp. 443, 446 e 450.

³⁶² *Gente negra, nación mestiza* (...), op. cit., p. 24.

³⁶³ Nem só os ibéricos foram profusos quanto à multiplicidade das designações cromáticas; John H. Stanfield II recensou um reportório cromático de cerca de treze dezenas de termos utilizados pelos colonizadores franceses para classificar as gradações na cor nos filhos dos *mestiços*. Cf. «Epistemological Considerations», in John H. Stanfield II & Rutledge M. Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity in Research Methods*, Newbury Park, Sage Publications, 1993, p. 142.

³⁶⁴ Wade, op. cit., p. 25, mas também, no tocante a Cabo Verde (concretamente à ilha Brava), Meintel, *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cape Verde*, op. cit..

³⁶⁵ Carlos A. Hasenbalg, «Race and Socioeconomic Inequalities in Brazil», in Pierre-Michel Fontaine (ed.), *Race and Power in Brazil*, op. cit., p. 25.

³⁶⁶ *Gente negra, nación mestiza* (...), op. cit., p. 351.

embranquecimento nacional, cara ao activismo negro. Peter Fry é um dos representantes desta corrente e explica a evolução da sua posição face à obra de Gilberto Freyre, de quem se afirmava um crítico acérrimo, pela influência negativa que a postura de alinhamento de Freyre com a política colonial portuguesa de então, teve sobre a sua capacidade de análise da obra. Mais que o seu conteúdo propriamente dito, foi o comprometimento político de Freyre que enviezou a sua leitura de *Casa-Grande & Senzala*. A vivência de Fry na África Austral peri e pós-colonial e a releitura mais descomprometida da sua obra ter-lhe-iam revelado a pertinência da interpretação freyriana das diferenças em que assentaram as colonizações portuguesa e britânica, a primeira (pelo menos assumidamente) assimilatória e a segunda segregacionista, tal como o convenceram da importância pedagógica e pró-activa de uma ideologia nacional a-racista. Fry apresenta a virtualidade do mito da democracia racial como ideal de superação da hierarquia entre os diversos tipos humanos, e que, sendo ideal, não pode espelhar a prática social³⁶⁷. É, pois, sobretudo no seu potencial utópico que reside o grande mérito da democracia racial, que, aliás, estende a todo mundo lusófono.

A construção da nacionalidade brasileira em torno do eixo central da mestiçagem bio-cultural deve ser contextualizada. Tal como noutras áreas da América Latina recém-independentes de Espanha, os imperativos da construção de nação geravam um «dilema» às elites brasileiras: por um lado, uma massa humana profundamente mestiçada; por outro, os ideais de progresso herdados do Iluminismo francês, associados às populações europeia e norte-americana, onde, no primeiro caso, a população era *branca* e, no segundo, a parte *branca* da população estava 'protegida' da *negra* e ameríndia por uma tradição de separação, apoiada por determinações legais³⁶⁸. A representação das populações *negra* e ameríndia como pouco industriais e avessas ao trabalho dificultava a sua inclusão na nação que se queria progressiva. A inevitável comparação com os níveis de desenvolvimento industrial alcançados pela metade Norte do continente americano e pela Europa fazia recair a análise das causas desse diferencial sobre a diferente composição da população, entre outros factores, como as características e o desempenho diferencial das próprias metrópoles europeias, britânica, a Norte, ibéricas a Sul. Se a isto juntarmos as contribuições da ciência da época, com as suas teorias raciais e os seus programas eugénicos, podemos apreender melhor a articulação da construção e afirmação da nação com a gestão dos conteúdos da raça. Permite-nos também perceber como a mestiçagem como instrumento de embranquecimento e de integração no ideário nacional se revelava funcionalmente importante para muitos dos ideólogos da nação.

³⁶⁷ Peter Fry, «Raça e saber no Brasil contemporâneo», *op. cit.*, p. 122-124.

³⁶⁸ Wade, *Gente negra, nación mestiza (...)*, *op. cit.*, p. 41. É, de resto, acautelando-se as devidas distâncias de época e conteúdo, o mesmo 'dilema' que os *claridosos* vivem. Daí a mesma orientação europeizadora da identidade cultural. É, porém, exclusivamente cultural a pretendida aproximação à Europa, e aqui reside uma importante diferença face ao mais ou menos confessado, mas sempre desejado embranquecimento latino-americano, materializado, por exemplo, na política de atracção de imigrantes europeus.

Comprometimento político e redefinição das identidades raciais

Ao reivindicar para os *mestiços* uma identidade *negra*, os activistas promovem a *one-drop-rule* norte-americana³⁶⁹, o que constitui, desde logo, um branqueamento de uma das 'matrizes' constituintes do *mestiço*. Em espaços tão miscigenados como o Brasil, a considerar-se *negros* todos os que têm inscrito no seu património genético a herança de um qualquer ascendente *negro*-africano, que percentagem da população pode afirmar com segurança a sua ascendência europeia imaculada? Outro corolário da aplicação da hipodescendência ao Brasil é que o próprio movimento negro e todas as medidas de discriminação positiva que têm vindo a ser implementadas nas últimas décadas têm de ser questionadas: se a população é maioritariamente *mestiça* e se os *mestiços* alcançaram os lugares cimeiros das várias hierarquias – económica, social, política –, e se afinal os *mestiços* são *negros*, pode legitimamente perguntar-se a quem finalmente se destinam as políticas raciais compensatórias. Outra questão que se coloca é que, na impossibilidade de se aferir a origem geográfica de todos os ascendentes, o critério de classificação é essencialmente cromático (se bem que a textura do cabelo ou o perfil de outros traços do rosto também sejam utilizados na aferição). Nas situações em que irmãos apresentam características somáticas díspares em termos raciais deve fomentar-se numa auto-consciência racial *negra* – que assim passa a identificar-se como alteridade racial face ao irmão *branco*³⁷⁰ –, induzindo-se institucionalmente a racialização das próprias relações familiares?

O Brasil assiste a um debate vívido sobre os efeitos da intervenção do poder político na aplicação de legislação racializadora, como seja o conjunto de medidas de discriminação positiva, mormente a aplicação de quotas para *negros* no acesso ao ensino superior. Peter Fry é um dos académicos que tem assumido uma postura reticente face a esta relativamente recente orientação do governo federal brasileiro, que, segundo o antropólogo britânico, está a conduzir a uma crescente racialização da sociedade brasileira em termos dicotómicos,

³⁶⁹ Barbara Tizard e Ann Phoenix, *Black, white or mixed race? Race and racism in the lives of young people of mixed parentage*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1993, p. 3.

³⁷⁰ Trata-se de medidas das quais decorre que a identidade racial passa a ser determinada por uma espécie de tribunal racial (a Universidade de Brasília foi a primeira a aderir ao sistema de quotas e a criar uma comissão para a selecção dos candidatos) que decide se os candidatos a serem abrangidos pelo sistema de quotas – ou seja, os candidatos a *negros*, a *índios* e, posteriormente, também a *pardos* – possuem ou não suficientes requisitos fenotípicos que os habilitem a ser catalogados como *negros* e, assim, a aceder mais facilmente à universidade, ou se, pelo contrário, não dão provas de suficiente negritão somática, sendo, desta forma, preteridos por outros com mais acentuados (de acordo com as considerações da Comissão) traços negróides.

Ainda em 2004, a Universidade de Brasília rectificou as regras do sistema de quotas, abrindo-o também a *mestiços* (*pardos*). A possibilidade de os *pardos*, larga maioria da população brasileira carenciada, também acederem às quotas para *negros* não é isenta de incongruências, e, entre elas, o estímulo ao ludíbrio: além de serem fotografados no momento da inscrição, de acordo com o edital, os candidatos deviam declarar por escrito que se consideravam *negros*, apesar da sua aparência *mestiça* (*parda*). Ou seja, os candidatos podiam ser *pardos*, mas deviam afirmar-se *negros*. A confirmação ou infirmação da sua suficiente negritão era dada pela Comissão, a partir da apreciação da fotografia que lhe fora tirada. Cf. Ali Kamel, «Universidade de Brasília e o sistema de cotas», *Jornal do Brasil*, 03/02/2004. Disponível em: <http://www.ipae.com.br/pub/pt/re/ae/99/materia5.htm>

A partir de 2008, os procedimentos para apreciação das candidaturas foram alterados e a fotografia passou a ser dispensada, passando a entrevista com os candidatos e a observação presencial dos caracteres fenotípicos dos mesmos a constituir o procedimento essencial de determinação do preenchimento dos requisitos. A ambiguidade dos critérios de selecção dos candidatos a integrar as cotas para o acesso ao ensino superior tem gerado situações caricatas, como a da aceitação de um irmão e a rejeição do outro, por não exibir suficientes traços exteriores de negritão.

orientação contrária às características sociológicas da população, caracterizada por intenso hibridismo. Criticar a ideologia nacional a-racista do Estado brasileiro, um dos poucos, segundo o antropólogo, a tê-la construído, em vez de concentrar energias para o combate ao racismo em si, é cercear a prossecução de um projecto (a utopia de um Estado a-racista) e ampliar o espaço das crispações baseadas numa qualquer construção identitária racial *negra*. O facto de o preconceito e a discriminação raciais serem universais, não postula a sua inevitabilidade. Contestar a ideologia da democracia racial (a ideologia e não apenas a discriminação racial que historicamente terá ajudado a encobrir) é promover o afastamento de uma perspectiva nacional e global em que a raça deixe de constituir o princípio estruturador das relações sociais. Legislar de acordo com a origem racial dos indivíduos é transportar a racialização para o plano jurídico, é colocar a raça nas orientações do Estado³⁷¹.

O movimento literário da Negritude, surgido nas dependências ultramarinas francesas, já havia defendido uma afirmação reactiva da identidade *negra*. Estratégica e provisória, como Sartre a entendia, a mesma política de identidade forjada na raça foi também apropriada pelo movimento negro, no Brasil. As novi-essencializações ráticas (mormente as dos movimentos activistas negros) revelam a dupla intenção de construir uma auto-identidade positiva, através da afirmação do orgulho racial, e ao mesmo tempo estabelecer os fundamentos do activismo anti-discriminação e anti-exclusão³⁷². Porém, a utilização instrumental da etnicidade como arma política, ao propor que a parte da população cuja fenotipia sugere ascendência africana *negra* assumia uma *negritude* cultural enferma do mesmo carácter essencialista de que se revestiam as teorizações da superioridade racial *branca* do racismo clássico, que sobrepujam raça, cultura e identidade *brancas* como agora o fazem os activistas, ao sobrepujar raça, cultura e identidade *negras*.

Partindo de uma perspectiva culturalista, Paul Gilroy afirma-se categoricamente contra the Africentric project [that] has an absolute and perverse reliance on a model of the thinking, knowing racial subject», e critica o afrocentrismo dos activistas negros, por este assentar numa estratégia que privilegia «the idea of tradition as invariant repetition rather than a stimulus toward innovation and change.»³⁷³

Também Peter Wade considera perigosa a sobreposição entre ancestralidade africana, real ou imaginária, e cultura africana, até porque, como diz, «gran parte de lo que es la cultura negra procede de fuentes europeas.»³⁷⁴

Fry posiciona-se contra o envolvimento dos académicos na mobilização política em torno da identidade étnica e da raça.³⁷⁵ Apesar da tradicional resistência popular às reclassificações ráticas defendidas pelo movimento negro – a categoria *negro* a absorver a de *pardo* (*mestiço*) e a auto-designação hifenizada (afro-brasileiro), à semelhança do que se

³⁷¹ Cf. «A democracia racial infelizmente virou vilã», entrevista de Peter Fry a Luciano Trigo, *O Globo – Prosa & Verso*, parcialmente reproduzida em *Jornal da Ciência*, 20 de Junho de 2005. Disponível em linha, em: <http://paginas.unisul.br/fiori/noticias/2005/peterfry.pdf>

³⁷² Robert Miles, *op. cit.*, p. 28.

³⁷³ *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*, *op. cit.*, pp. 188 e x, respectivamente.

³⁷⁴ *Gente negra, nación mestiza*, *op. cit.*, p. 19.

³⁷⁵ Também Antonio Sérgio Guimarães fala no risco de «uma excessiva politização» e «uma certa contaminação moral e ideológica, como se estes estudos pudessem ser reduzidos a dados estatísticos a munir o ativismo e as políticas sociais.» Cf. «Preconceito de cor e racismo no Brasil», *Revista de Antropologia*, vol. 47, nº 1, São Paulo, 2004, p. 28.

passa no Norte do continente –, o efeito cumulativo da globalização das essencializações raciais e a crescente marginalização de quem procura escapar a esta onda racializadora imposta pela academia norte-americana e é remetido para o campo das «posições politicamente incorrectas», podem inverter esta aparentemente baixa orientação dos brasileiros para a mobilização racial³⁷⁶.

Também em Portugal, os académicos se dividem quanto aos efeitos da mobilização da raça nas auto-identificações dos grupos discriminados. Miguel Vale de Almeida considera que «pessoas e grupos marginalizados por razões de classe, geografia, *raça*, etc., podem entrar num processo de *empowerment* se aprenderem e apurarem os produtos e performances negros ou afro-brasileiros, aos quais podem aceder *legitimamente* (isto é, dentro das regras de um sistema de classificação baseado numa leitura social de traços físicos) auto-definindo-se como negros.»³⁷⁷ Já Fernando Machado considera que é «da racialização produzida em sede institucional que advêm os maiores contributos para que a fronteira ténue entre a mera categorização racial e o preconceito seja transposta.»³⁷⁸ Uma política activa e/ou reactiva de valorização da raça, mesmo quando pretende combater a discriminação racial e reverter a auto-imagem negativa dos *negros*, parece de alcance duvidoso e tem com certeza efeitos imprevisíveis, de entre os quais a ampliação de um tópico de conflito nas relações inter-pessoais.³⁷⁹

Como ainda não foi inventado um método que imunizasse o académico das suas circunstâncias³⁸⁰ e como a sua produção está imbricada dessas circunstâncias – políticas, institucionais, ideológicas, o conhecimento também é político. Foi neste sentido que Said afirmou ser o Orientalismo um produto e um produtor do imperialismo europeu.

Bourdieu e Wacquant afirmam mais ou menos o mesmo da pressão racializadora dos Estados Unidos da América sobre os académicos brasileiros, num artigo contundente, intitulado «Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista», em que abordam a racialização da produção académica brasileira como produto da acção conquistadora do que consideram o imperialismo cultural norte-americano. Este revela-se na transplantação para o Brasil da conceptualização dualista da realidade racial norte-americana, na exportação de acções afirmativas, no financiamento por parte de instituições, como a Fundação Rockefeller, de programas como o da «Raça e Etnicidade», na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ou do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, e do seu periódico *Estudos Afro-Asiáticos*³⁸¹. O forte mercado norte-americano, a «nova Meca simbólica»³⁸²,

³⁷⁶ ««Raça» e saber no Brasil contemporâneo», in AA. VV., *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Novos Olhares*, op. cit., pp. 122-124. Em meados da década de oitenta, o norte-americano Thomas E. Skidmore celebrava o activismo negro no Brasil na sua cruzada pela «consciencialização racial dos Afro-Brasileiros» (atente-se na hifenização). Cf. «Race and Class in Brazil: Historical Perspectives», in Pierre-Michel Fontaine (org.), *Race and Power in Brazil*, op. cit., p. 18.

³⁷⁷ *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política de Identidade*, Oeiras, Celta Editora, 1ª ed., 2000, p. 158.

³⁷⁸ «Os novos nomes do racismo (...)», op. cit., p. 20.

³⁷⁹ Luisa F. Schwartzman alerta para as mudanças que necessariamente ocorrerão na etnicização dos brasileiros com formação universitária, quando a componente de consciencialização racial está presente logo desde os cursos preparatórios para o acesso ao ensino superior. Cf. op. cit., p. 945.

³⁸⁰ Edward Said, op. cit., *passim*.

³⁸¹ Pierre Bourdieu & Loïc Wacquant, «Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista», *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº 1, 2002, p. 22. O artigo foi inicialmente publicado no periódico *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, em 1998, ano em que foi pela primeira vez publicado também no Brasil (pela editora Vozes).

impõe-se também na produção académica dos outros países, ao aliciar investigadores estrangeiros a aceitar as suas condições de mercado: impõe temas, conceitos, títulos e, em troca, remunera generosamente. A promiscuidade entre a produção editorial universitária e a comercial contribui também, de acordo com os dois autores, para a universalização do que é particular a um determinado contexto sócio-histórico, o norte-americano.

Na sequência da publicação do artigo de Bourdieu e Wacquant, a revista *Estudos Afro-Asiáticos* resolveu editar um número especial, exclusivamente dedicado aos comentários e rebate dos dois sociólogos franceses. Um dos articulistas foi Michael Hanchard, um dos autores visados pelas críticas de Bourdieu e Wacquant. Cientista político norte-americano da questão racial no Brasil, vem preconizando a mobilização dos *negros* brasileiros e a convergência dos vários grupos de (intuídos³⁸³) afro-brasileiros em torno de um ideário *negro* transnacional e suprapartidário. No seu artigo de resposta, Hanchard reafirma a pertinência do esquema classificatório bipolar vigente nos Estados Unidos na caracterização racial da população brasileira. Considerando que «a tese da saída mulata é basicamente uma formação ideológica de elite», defende a erradicação da categoria individualizada *mulato* e a integração dos *mestiços* na categoria abrangente *negros*, quer do ponto de vista da análise sociológica quer do da militância negra. E assemelha o que considera a transnacionalização do activismo negro à expansão desterritorializada de movimentos como o anarco-sindicalismo e o comunismo, na primeira metade do século passado. Defensor de uma política transnacional *negra*, Hanchard termina o seu artigo de resposta a Bourdieu e Wacquant, acusando-os de «etnocentrismo e incorrigibilidade cultural» e de incapacidade para alcançar formas políticas de expressão que extravasem as tradicionalmente encerradas nos quadros territorializados do Estado-nação, nos partidos e nos sindicatos³⁸⁴.

Noutro artigo de resposta a Bourdieu e Wacquant, Livio Sansone reconhece a dependência dos investigadores brasileiros do financiamento das fundações norte-americanas³⁸⁵, mostrando-se, todavia, magoado com o facto de o artigo tratar os investigadores brasileiros como «um conjunto de repetidores das *verdades USA* em termos de relações etno-raciais.»³⁸⁶

À semelhança de Bourdieu e Wacquant, também Antonio Risério, antropólogo e assessor do ministro da Cultura do Brasil, é contundente no seu repúdio pela importação de

³⁸² *Ibid.*, p. 21.

³⁸³ Intuídos, na medida em que o grau de mestiçamento da população brasileira não permite reconhecer o predomínio da ancestralidade africana a partir da cor.

³⁸⁴ «Política Transnacional Negra, Antiimperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: Exemplos de Interpretação Equivocada», *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 1, 2002, pp. 63-96.

³⁸⁵ A revista *Estudos Afro-Asiáticos*, de que é editor, é publicada pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, que, para além dos apoios institucionais governamentais brasileiros, é financiado pela Fundação Ford.

Sobre uma perspectiva menos 'imperialista' da actuação das fundações norte-americanas na investigação sobre a raça no Brasil e no apoio ao movimento negro, vd. Edward Telles, «As Fundações Norte-Americanas e o Debate Racial no Brasil», *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 1, 2002, pp. 141-165.

³⁸⁶ «Um Campo Saturado de tensões: O Estudo das Relações Raciais e das Culturas Negras no Brasil», *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 1, 2002, p. 7. A revista *Estudos Afro-Asiáticos*, de que é editor, é publicada pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, que, para além dos apoios institucionais governamentais brasileiros, é financiado pela Fundação Ford.

Sobre uma perspectiva menos 'imperialista' da actuação das fundações norte-americanas na investigação sobre a raça no Brasil e no apoio ao movimento negro, vd. Edward Telles, «As Fundações Norte-Americanas e o Debate Racial no Brasil», *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 1, 2002, pp. 141-165.

modelos de relações raciais de contextos histórico-sociais tão diferentes como o norte-americano, que, segundo o próprio, estão a transformar «parte considerável do ambiente universitário brasileiro numa espécie de McDonald's de construções ideológicas e sanduíches conceituais alheios.»³⁸⁷

A posição crítica de Bourdieu e Wacquant quanto ao poder ideológico desproporcionado dos modelos multiculturalistas anglo-saxónicos e às suas extensões aos domínios académico e político é partilhada por Fry, que teme que os modelos de relações raciais norte-americanos se tornem numa profecia que se cumpre a si própria³⁸⁸.

Também Laurent Medea detecta na Reunião das duas últimas décadas, o fenómeno do ressurgimento – três séculos depois – do multiculturalismo na ilha, à semelhança do que tende a acontecer no Brasil e noutros territórios latino-americanos, em face da campanha dos movimentos negros, dos consumos etnicizados (sobretudo os que emanam da «contra-cultura negro-americana»³⁸⁹) e, de uma forma geral, das exportações ideológicas norte-americanas, no contexto mais geral do processo de globalização.

Em Cabo Verde, que tenhamos conhecimento, ainda não é muito visível a penetração dos modelos raciais dicotómicos. Porém, as vivências racializadas da diáspora e a capacidade de penetração, via mediática ou académica (através dos universitários com bolsas de estudo no Brasil e nos Estados Unidos, por exemplo) do sistema racial americano, é possível que não deixem o território imune à polarização racial e às identidades etno-racializadas a partir do que se supõe património da cultura *negra* e legado africano.³⁹⁰

Trata-se de um debate intelectual, mas também (sobretudo?) de um debate político. Os académicos na mobilização em torno da identidade étnica e da raça partem da acumulação de dados estatísticos³⁹¹ sobre o rendimento, a ocupação e o grau de escolaridade, e negligenciam as interinfluências das várias variáveis da desigualdade e o efeito cumulativo desta interinfluência. O simplismo da análise leva-os a concluir que se são os afro-descendentes (categoria assente em premissas falaciosas, como se referiu) ou os *negros* a apresentar sistematicamente os índices mais baixos de rendimento, a ocupar os lugares que requerem menos qualificação, a possuir menos escolarização, e se esse esquema se mantém desde a abolição, isso comprova, por si só, a persistência de um racismo profundamente entranhado na sociedade brasileira, que a leva a cercear os instrumentos de mobilidade da sua componente

³⁸⁷ «Dicotomia racial e riqueza cromática», *op. cit.*

³⁸⁸ «A democracia racial infelizmente virou vilã», *op. cit.*

³⁸⁹ É esta a expressão que Medea utiliza. Cf. «Identity formation in La Réunion». [Artigo entretanto retirado da Rede, onde foi consultado.] Na Europa, nas zonas urbanas económica e socialmente mais problemáticas da concentração da emigração e da descendência da emigração africanas e asiáticas, verifica-se o mesmo fenómeno.

³⁹⁰ Assiste-se, se bem que menos contundente ou assumidamente, ao mesmo fenómeno, sobretudo em torno da selecção e interpretação dos conteúdos da nação, pela elite intelectual e política. Por intermédio das instituições de ensino e investigação, das quais são bolseiros, os académicos cabo-verdianos não estão imunes aos tentáculos hegemónicos dos estudos raciais norte-americanos. Sobre o alcance dessas relações institucionais na produção intelectual sobre Cabo Verde é talvez prematuro fazer balanços.

³⁹¹ Como se estes, por si só, sem a devida contextualização e interpretação, dessem conta da explicação dos fenómenos sobre a desigualdade. Constatar correlações entre fenótipos e índices de rendimento ou de escolaridade não é interpretar as causas e os contextos da desigualdade social. Como refere Jessé de Souza, «as ilusões do empiricismo meramente quantitativo (...) torna-se cada vez mais dominante nas ciências sociais brasileiras e por extensão também no debate público.» Cf. «Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira», *Lua Nova*, nº 65, Maio-Agosto 2005, p. 44.

negra, e que, desde logo, se manifesta a partir dos processos de classificação – *preto* o indivíduo de baixo estatuto; *branco*, ainda que não leucodérmico, o de alto estatuto).

Foi afirmando pretender combater uma postura demasiado culturalista e afastada das realidades económicas, sociais e políticas que grande parte da academia brasileira se envolveu nas últimas décadas. Porém, assiste-se, em muitos casos, ao inflacionar do estatuto explicativo da raça e à menorização do papel da classe e do capitalismo contemporâneo na estruturação das hierarquias sociais. A classe tem sido, aliás, uma variável «largamente subestimada pela sociologia das relações étnicas e raciais»³⁹², mesmo em estudos apoiados em indicadores sócio-económicos, como os desenvolvidos por académicos associados ao movimento negro, no Brasil. E, contudo, já em meados do século passado, Florestan Fernandes mostrara como fenómenos complexos como o da discriminação racial exigem uma articulação de vários eixos de análise e como a problemática de classes enforma o tratamento da desigualdade, mesmo quando esta se apresenta marcadamente racializada.

Florestan é categórico ao afirmar o papel determinante dos factores de classe na produção e reprodução da desigualdade: «a estratificação social de São Paulo nunca representou o produto de diferenças de raça ou de côr. Ao contrário, ela sempre se calcou na posição que os componentes de cada uma das raças em contacto ocupavam no sistema de relações materiais, constituindo portanto um produto dos processos sociais que operam no plano económico da vida social.»³⁹³ Para o autor, que se reporta à sociedade paulista, se há sobreposição entre as estratificações racial e social ela não se deve a considerações raciais, em si mesmas, mas às exigências do regime capitalista de produção, associado a determinados factores de produção a que a mão-de-obra recentemente libertada teve dificuldades em adaptar-se. A alteração do estatuto jurídico-político dos *negros* (de escravos a cidadãos) foi muito mais rápida que a integração dos novos cidadãos no sistema de produção capitalista e, por outro lado, subsistiram à ordem social escravocrata as representações decorrentes da dominação social, económica, política e racial do senhor *branco* em relação ao escravo *negro*.

O que Fernandes afirma para São Paulo pode extrapolar-se para as outras formações sociais constituídas a partir da expansão europeia da Época Moderna e em que a rentabilização económica dos espaços se fez a partir do modo de produção escravocrata, em que os senhores eram predominantemente *brancos* e os escravos *negros* ou *mestiços*. A transição do regime secular de trabalho escravo para o regime de trabalho livre não apagou nem as condições de partida de cada uma das partes nem as respectivas representações, antes condicionou a integração dos ex-escravos no regime de trabalho livre. O padrão de estratificação sócio-económica não foi substancialmente alterado, na medida em que os *negros*

³⁹² Fernando Luís Machado, *Contrastes e Continuidades (...)*, op. cit., p. 39. Livio Sansone manifesta uma atitude corajosa, sobretudo se atendermos à orientação pró-racialista de parte considerável do meio académico e político-institucional brasileiro da actualidade, ao afirmar que «a maioria dos pesquisadores das relações raciais não está preparada, ou simplesmente não está disposta a enfrentar» a complexidade dos conflitos sociais. Cf. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*, op. cit., p. 18.

³⁹³ Florestan Fernandes, «Côr e estrutura social em mudança», in Roger Bastide & Florestan Fernandes, *Brancos e negros em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de côr na sociedade paulistana*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª ed. [revista e ampliada], 1959, p. 79.

ficaram expostos a novos desajustamentos na estrutura de classes sociais ou ao confinamento às actividades socialmente mais desvalorizadas³⁹⁴. Fernandes não concede, assim, estatuto autónomo à raça na análise da desigualdade, afirmando antes que

as condições sociais de exploração económica da mão-de-obra escrava favoreceram a formação de símbolos sociais e de padrões de comportamento polarizados em torno da raça ou da cor, os quais se ligaram, como causa ou como condição operante, à determinação da dinâmica dos ajustamentos entre negros e brancos em São Paulo.³⁹⁵

Na mesma linha de Fernandes, mas reportando-se à sociedade norte-americana pós-industrial, também William Julius Wilson considera que é necessário rever, à luz das determinantes de classe, a problemática da desigualdade, ainda quando esta assume uma exterioridade racial³⁹⁶. O facto de se tratar de um cientista social *negro* a afirmar a importância decrescente da raça, num contexto como o americano, tão politizado em torno do combate à discriminação racial, retirou ao activismo legitimidade na sua absolutização da raça como factor explicativo da desigualdade nos meios urbanos. A posição do académico – do lado de quem discrimina (os *brancos*) ou do lado de quem é vítima da discriminação (os *negros*) – não tem de ser, afinal, determinante da sua postura analítica (e política) perante a raça na interpretação da desigualdade.

Distinguindo entre períodos pré-industrial, industrial e industrial moderno (subsequente à Segunda Guerra Mundial), Wilson releva a importância determinante da análise dos sistemas de produção na abordagem da discriminação racial. A expansão económica da segunda metade do século XX, ao permitir a migração laboral *negra* para os pólos urbanos industrializadas, permitiu maiores e mais diversificadas oportunidades de emprego para os *negros*, que passam também a aceder às profissões de ‘colarinho branco’. A importância do capital escolar na determinação da mobilidade ocupacional e o maior acesso dos *negros* a este tipo de capital vai gerando entre a população *negra* maiores diferenciações internas de classe, que vão adquirindo as características heterogéneas da estrutura de classes *branca*. A competição racial não desapareceu, mas diminuiu a sua importância relativa face a outros factores na estruturação da desigualdade nos centros urbanos norte-americanos e foi transposta para o campo sócio-político, onde as próprias manifestações de resistência *branca* às incursões de *negros* indiciam que muitos destes estão a viver processos de mobilidade económica e social outrora inalcançáveis e que portanto a raça está a perder terreno. E Wilson conclui: «In view of these developments, it would be difficult to argue that the plight of the black underclass is solely a consequence of racial oppression, that is, the explicit and overt efforts of whites to keep blacks subjugated». Mesmo a desproporção entre *negros* e *brancos* nas camadas deserdadas dos centros urbanos industriais americanos reflecte mais «the historical consequences of racial oppression than (...) the current effects of race.» Daí que defenda que a intervenção institucional deve orientar-se no sentido de combater a desigualdade, actuando

³⁹⁴ *Ibid.*, pp. 142 e 154.

³⁹⁵ *Ibid.*, p. 77.

³⁹⁶ *The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institutions*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 2ª ed., 1980, p. 144.

sobre os efeitos da estruturação classista do sistema de produção industrial moderno, que remete para as margens grande parte da população americana³⁹⁷.

Também Jessé de Souza contesta a hierarquia causal da desigualdade que perpassa grande parte da produção académica, que confere à raça o poder explicativo primeiro e muitas vezes único. Para Souza, a classe tem sido minorizada na explicação sobre a desigualdade no Brasil, onde se desenvolvem trabalhos empíricos fundados em estatísticas e destinados a demonstrar a sobreposição entre cor e fraco acesso aos recursos, elegendo o preconceito racial como factor explicativo primordial. Esta confluência ninguém a contesta; mas sim à sua problematização e à importância relativa da raça na produção e reprodução da desigualdade. Para Souza, a raça é uma variável explicativa da desigualdade no Brasil, mas não a única nem a mais importante e defende a necessidade de a incluir num quadro explicativo mais abrangente. Esse quadro é o da especificidade do processo de inserção do Brasil no sistema capitalista mundial. É o *habitus* de classe gerado pela modernidade dualista – razão/instinto, intelecto/matéria, civilização/selvajaria, que exclui a maior parte dos brasileiros (com predominância para os mais escuros, porque aqueles a quem, historicamente, esse *habitus* é mais estranho) e não no preconceito de cor (que existe, porque decorre do *habitus*) que radica a associação entre raça, classe e poder. A ascendência e a fenotipia, no Brasil, têm-se revelado socialmente ultrapassáveis, quando e na medida em que os indivíduos aderem ao projecto de mercado da modernidade. É pelo facto de o *habitus* de classe ser mais importante que a raça que esta é negociável no Brasil, tal como embranquecimento, ou seja, a invisibilidade social da cor e dos traços negróides³⁹⁸. Radicar todos os fenómenos de desigualdade no preconceito racial, se, por um lado, autoriza à ilibação perpétua dos *negros*, por outro, tem conduzido a um estreitamento das estratégias políticas de combate à desigualdade e à marginalização – assistencialismo e populismo –, que se têm demonstrado incapazes de inverter a situação. Importante para Jessé Souza é, pois, analisar as hierarquias das causas da desigualdade, para que estas possam orientar políticas consequentes de reversão da desigualdade, e não meras intervenções tópicas, como as medidas de acção afirmativa a que o Estado brasileiro tem vindo a dar cobertura institucional³⁹⁹.

Se bem que concedendo uma relativa autonomia analítica à raça, também Wade realça a importância determinante dos factores económicos, políticos e demográficos na estruturação histórica da desigualdade racial e, assim, na configuração das especificidades norte-americanas, caribenhas e latino-americanas. O autor releva a história colonial na estruturação das hierarquias pós-coloniais e reconhece-lhes um peso autónomo face aos factores materiais. Ou seja, a classe e o passado colonial, como conjunto de ideologias e de práticas internalizadas, articulam-se na reprodução da desigualdade social⁴⁰⁰.

Também Medea, interrogando-se se a ilha de Reunião assiste a um recrudescimento da etnicização das relações sociais, conclui que lhe parece tratar-se mais de fenómenos de

³⁹⁷ *Ibid.*, pp. 150-154.

³⁹⁸ Jessé Souza, «Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira», *op. cit.*, p. 64.

³⁹⁹ *Ibid.*, p. 67.

⁴⁰⁰ *Op. cit.*, pp. 56-60.

alienação, de luta de classes, em que se joga o álibi da cor. Mais que a divisão étnica, o que seria estruturante na Reunião seria a divisão classista⁴⁰¹.

Em Portugal, os imigrantes cabo-verdianos ou os seus descendentes permitem observar o mesmo fenómeno, porquanto se trata não de uma mas de duas comunidades, se bem que com origem geográfica no mesmo arquipélago: os originários das ilhas de Barlavento, com maior capital escolar e frequentemente com um passado profissional na administração colonial, «são os que menos presente têm no seu quotidiano o facto de serem cabo-verdianos, ou seja, de pertencerem a uma minoria étnica»⁴⁰²; já quanto aos oriundos de Santiago, que constituem a maioria e que são menos escolarizados e culturalmente mais próximos de África que os provindos das ilhas do Norte, a dimensão étnica intervém mais no processo de diferenciação identitária.

O estudo de Luís Batalha sobre a diáspora cabo-verdiana em Portugal ilustra a importância da análise dos contextos de partida e de chegada dos grupos de indivíduos envolvidos. O que Batalha faz é «to deconstruct the commonly held notion of “Cape Verdean community” and to present a two-edged portrait of the people who live in Portugal and claim some sort of “Cape Verdean” identity.»⁴⁰³ Não podemos, do ponto de vista analítico, considerar uma só comunidade diaspórica cabo-verdiana em Portugal, englobando toda a população que reivindica uma origem e uma (pelo menos parcial) identidade cabo-verdianas. Os dois grupos que Batalha recenseou – o formado pelas elites cabo-verdianas do tempo colonial, que deixaram o arquipélago aquando da transferência de poder para o PAIGC ou ainda antes, e que conceptualiza como *elite Portuguesa Cabo-Verdiana*, e os imigrantes laborais, propriamente ditos, que começaram a afluir a Portugal desde a década de sessenta – não fazem e não se consideram fazendo parte da mesma comunidade: separa-os a disparidade de acesso a todos os tipos de capital: social, económico, cultural e político, com tudo o que ela condicionou e condiciona os seus percursos de vida.

Quer se privilegie a dimensão sócio-económica da discriminação racial, quer a dimensão racial da desigualdade, raça e classe são em considerável medida sobreponíveis; séculos de escravização da população africana não se apagaram com a abolição da escravatura ou a independência face às soberanias europeias. As representações sobre os *negros*, associadas a baixos níveis de urbanidade e más condições materiais de existência, sobreviveram quer a uma quer a outra, mesmo em sociedades como a cabo-verdiana, em que nem todos os africanos tiveram estatuto escravo, em que nem só os descendentes de europeus foram terratenentes proprietários de escravos e em que desde muito cedo a população *mestiça* acedeu aos órgãos do poder. Porém, como Wilson e outros defendem, a raça vem perdendo peso face aos imperativos do capitalismo industrial, que se regula por lógicas de competência, produtividade e competitividade que não se compadecem com filiações nacionais, raciais, culturais ou outras alheias às determinações do lucro e do mercado.

⁴⁰¹ *Op. cit.*

⁴⁰² Ana de Saint-Maurice, *Identities Reconstructed: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1997, p. 136.

⁴⁰³ Luís Batalha, *The Cape Verdean Diaspora in Portugal: Colonial Subjects in a Postcolonial World*, op. cit., p. 9.

É essencialmente a adesão a determinado *habitus* de classe que condiciona a inclusão/exclusão dos indivíduos.

O tópico *relações raciais* não deve, por isso, ser isolado das outras dimensões de análise do social. Os fenómenos relacionados com a desigualdade e a discriminação não são fenómenos simples. E apesar da sua observação mais superficial, a partir da sua mera exterioridade, sugerir que estamos em presença de fenómenos associados ao racismo, a sua complexidade assenta na confluência de muitas desigualdades, que se reforçam mutuamente e que, por isso, não devem ser cimentadas numa explicação racial monolítica.

Capítulo 3

CRIOLIZAÇÃO E HIBRIDAÇÃO: A MESMA LÓGICA SINCRÉTICA

A polissemia do termo *crioulo*

De acordo com o *Dicionário* de Cashmore, o termo *crioulo* teria tido origem no português, de onde teria migrado para outras línguas europeias, dando origem ao *criollo* castelhano e ao *créole* francês⁴⁰⁴. Num dicionário português da primeira metade do século XVIII, o *Vocabulário portuguez e latino*, de Raphael Bluteau, publicado entre 1712 e 1728, *crioulo* surge com o significado de escravo nascido na casa do seu senhor⁴⁰⁵. Segundo o dicionário francês de Furetière, de 1690, o vocábulo *criole*, que posteriormente evoluiria para *créole*, designava, desde o século XVI, os filhos dos colonos espanhóis do Novo Mundo⁴⁰⁶. Ashcroft, Griffiths e Tiffin fazem derivar o inglês *creole* do português *criolulu*, através do francês *créole*. Ou seja, a origem do vocábulo seria portuguesa, ou hispano-portuguesa, a partir do étimo latino *creara* (criar), e teria sido rapidamente adoptado pelo castelhano que, por sua vez, o teria exportado para o francês, de onde o inglês o viria também a tomar. Estes autores recenseiam para os séculos XVII, XVIII e XIX, um significado tributário da origem geográfica: *crioulo* era aquele que nascera no Novo Mundo⁴⁰⁷. Em França, Toumson identifica uma restrição crescente do sentido do termo, que, a partir do século XVIII, se aplicaria exclusivamente ao indivíduo *branco*, originário das colónias⁴⁰⁸.

Abrangendo todos os indivíduos nascidos nos novos espaços coloniais (mormente no Novo Mundo), ou restringindo-se apenas à população *branca* descendente de ibéricos, o requisito fundamental era a autoctonia. Como salienta Marie-José Jolivet, sublinhava-se a «descendência local de uma espécie importada» e, por isso, transversal ao mundo vegetal e animal, neste incluso o humano⁴⁰⁹. Apesar da pluralidade de contextos em que a palavra tem sido usada e da extensão dos seus significados – (1) escravo nascido em solo colonial⁴¹⁰, (2)

⁴⁰⁴ *Op. cit.*, p. 90.

⁴⁰⁵ Cf. *Vocabulário portuguez e latino*, de Raphael Bluteau, edição em linha do Instituto de estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, p. 613. Disponível em: <http://143.107.31-9/ieb/dicionarios/bluteau/Brasiliiana/formBuscaDicionarioPLChave.asp>

⁴⁰⁶ Cf. Marie-José Jolivet, «La créolisation en Guyane. Un paradigme pour une anthropologie de la modernité créole», *Cahiers d'Études Africaines (La Caraïbe: Des îles au continent)*, vol. XXXVII, n° 4, 148, 1997, p. 816.

⁴⁰⁷ Cf. *op. cit.*, p. 57.

⁴⁰⁸ Cf. Roger Toumson, *op. cit.*, p. 119.

⁴⁰⁹ Marie-José Jolivet, *op. cit.*, p. 816.

⁴¹⁰ E, aqui, usado tanto como substantivo como como adjectivo, para qualificar os escravos nascidos já nas novas sociedades coloniais, e, nessa medida, já *ladinizados* ou em processo de *ladinização*, por oposição aos recém-chegados de África, ainda permanecendo na condição de *boçais*. Como dizemos adiante, a par da idade e da robustez física, a *ladinização* era um factor relevante na determinação do valor de um escravo. Para uma exposição

criança europeia nascida no Novo Mundo, (3) todo o europeu aí nascido, (4) todo o indivíduo aí nascido, independentemente da origem geográfica dos antepassados e da raça –, detecta-se, porém, uma evolução semântica, no sentido de abarcar os fenómenos sociológicos emergentes do contacto entre europeus e não-europeus no contexto da expansão europeia iniciada no final da Idade Média. É assim que, quer o substantivo quer o adjetivo *crioulo*, continuam a designar tanto o *mestiço* biológico (os indivíduos nascidos do contacto sexual entre europeus e ameríndios ou entre europeus e africanos), como o fenómeno linguístico e outras manifestações culturais resultantes da necessidade de comunicação nas comunidades multilingues, em contexto colonial.

Paralelamente a estes significados associados a experiências simbióticas, João Vasconcelos detecta em Cabo Verde uma orientação semântica mais culturalista no significado atribuído a *crioulo*. *Crioulo* continua a nomear o indivíduo *di tera*, ou seja, originário do arquipélago – e este sentido aproxima-o do de *nativo* –, mas também aquele que se integra na vivência quotidiana dos ilhéus, em sintonia com o modo cabo-verdiano de estar⁴¹¹. Eriksen refere igualmente uma base menos exclusivamente territorial no significado atribuído à palavra na Guiana Francesa, onde *crioulo* é o indivíduo que adoptou predominantemente traços culturais europeus⁴¹².

Vale de Almeida recenseia as principais acepções do termo *crioulo* no mundo lusófono: em Portugal, reserva-se a expressão para designar o produto da criouliização linguística no arquipélago de Cabo Verde (e, acrescentamos nós, noutras áreas do Planeta, onde semelhantes contextos de dominação colonial originaram fenómenos linguísticos análogos); em Cabo Verde, para além de designar a língua materna falada em todo o arquipélago (se bem que com consideráveis variações), *crioulo* vai assumindo uma dimensão identitária crescente, tornando-se sinónimo de *cabo-verdiano*; no Brasil, designa um *negro* de baixa condição sócio-económica; na África continental ex-portuguesa, nomeia as comunidades *mestiças*, urbanas e litorâneas, que desempenharam funções de intermediação (no comércio e na administração) entre o colonizador europeu e o colonizado africano⁴¹³.

3.1. Criouliização – virtualidades e (de)limitações do conceito

Terá sido Edward Brathwaite, escritor barbadino, a introduzir, em 1971, o conceito de *criouliização*, para designar «a cultural process (...) based upon the stimulus/response of

desenvolvida sobre o valor diferencial entre escravos *boçais* e *ladinos*, vd. António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, s.l., Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972, cap. VII.

⁴¹¹ Cf. «Filhos da terra, ou Lamarck em Cabo Verde», 2006 [em linha]. Disponível em:

www.ics.ulpt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_7pdf

⁴¹² Cf. «Tu dimunn pu vini kreol: The Mauritian creole and the concept of creolization» [em linha]. Disponível em:

<http://www.transcomm.ox.ac.uk/workingpapers/eriksen.pdf>

⁴¹³ Cf. «Criouliização e Fantasmagoria», Brasília, 2004 [em linha]. Disponível em:

<http://www.unb.br/ics/dan/Serie365empdf.pdf>

Mário António propôs para estas cidades litorâneas surgidas entre os séculos XVII e XIX a designação de *Arquipélago tropical Atlântico Português*. Cf. *Luanda, “ilha crioula”*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968, p. 17.

individuals within the society to their [new] environment and to each other»⁴¹⁴. Ou seja, o conceito descreveria – ou narraria, como pretendem Laplantine e Nouss – as dinâmicas geradas pelo contacto de culturas. Este contacto, apesar de ocorrido em condições de violência e disparidade de recursos, foi também criativo, já que originou novas culturas, como as americanas.

Édouard Glissant retomará este tópico da criatividade, mas alargando o âmbito de aplicação do conceito, que passará a cobrir todo o planeta, em ritmo acelerado de comunicação e circulação de informação. Seria todo o mundo que estaria em processo de criouliização, muito especialmente as grandes metrópoles para onde converge a população de todos os continentes. Ao ritmo comparativamente mais lento da criouliização ocorrida aquando da expansão europeia, teria sucedido um tempo de criouliização aceleradíssimo. Utilizando as metáforas botânicas da *identidade-raiz* e da *identidade-rizoma*, tomadas de Gilles Deleuze e Félix Guattari⁴¹⁵, Glissant define duas concepções de identidade a partir da dualidade árvore-rizoma: a identidade-raiz está fixada num único referencial, condicionador, e pretende-se possuidora do monopólio da verdade. Trata-se de uma identidade exclusivista, substancializada, que prende, cativa, não liberta, não permitindo novas combinações e possibilidades.⁴¹⁶ A esta identidade excludente, Glissant contrapõe a identidade-rizoma, quotidianamente construída, inclusiva, indo ao encontro de outras ramificações, interagindo com elas num plano não hierárquico (sugerido pela própria horizontalidade das ramificações, alastrando, sem desapossar ou esclerosar as outras). A identidade-raiz caracteriza o Ocidente imperial, pouco convivial e hegemónico; já os habitantes das megalópoles contemporâneas seriam produtos rizomáticos por excelência.

Em torno deste modelo rizomático, Glissant conceptualizou a sua *poética da relação* como forma alternativa de viver a (e com a) alteridade⁴¹⁷. Extrapolando da literatura para o social e o político, a *relação* é apresentada como um projecto de convívio entre as várias culturas em confluência, baseado na horizontalidade das relações. Enquanto o modelo da identidade-raiz legitimara a conquista e colonização europeias e a imposição dos referentes culturais europeus, a concepção relacional da identidade-rizoma descreve – projecta – o Planeta num plano mais desterritorializado e fluido, em processo contínuo e acelerado de criouliização, em que às relações de domínio se substituem as da diversidade convivial, cujo produto se caracteriza pela imprevisibilidade⁴¹⁸.

⁴¹⁴ Edward Brathwaite, 1971, ap. Bill Ashcroft, Gareth Griffiths & Helen Tiffin, *op. cit.*, p. 58.

⁴¹⁵ Em *Mille plateaux*, 1980, ap. Jovita Maria Noronha, «Da criouliidade à criouliização: os ensaios autobiográficos de Patrick Chamoiseau», *Ipotesi, revista de estudos literários Juiz de Fora*, vol. 8, nºs 1 e 2, Janeiro/Junho e Julho/Dezembro de 2004, p. 99. Disponível em linha, em: <http://www.revistaipotesi.ufjf.br/volumes/14/cap07.pdf>

⁴¹⁶ Glissant mantém, porém, a ideia de enraizamento, se bem que não monopolista, ao contrário de Amin Maalouf, que, numa nota introdutória ao seu livro *Origens*, explica que optou por este título, preterindo-o ao de *raízes*, porque estas «enfiam-se na terra, contorcem-se na lama, crescem nas trevas; mantêm a árvore cativa desde o seu nascimento e alimentam-na graças a uma chantagem: “Se te libertas, morres!”» Cf. *Origens*, Lisboa, DIFEL, 2004, p. 9.

⁴¹⁷ «O pensamento de rizoma estaria na base do que chamo uma poética da Relação, segundo a qual toda identidade se estende numa relação com o Outro» – Glissant, 1990, p.23, ap. Jovita Maria Noronha, *op. cit.*, p. 99.

⁴¹⁸ Enilce Albergaria Rocha, «A noção de Relação em Édouard Glissant», *Ipotesi, revista de estudos literários Juiz de Fora*, vol. 6, nº 2, pp. 34-37. Disponível em linha, em: <http://www.revistaipotesi.ufjf.br/volumes/11/cap03.pdf>

Já vimos como Laplantine & Nouss preconizam a mesma imprevisibilidade para os produtos da mestiçagem, que consideram plena de possibilidades.

Ora, este pensamento glissantiano da *relação* tem uma dimensão sobretudo prospectiva ou mesmo utópica: prospectiva, na medida em que é contrariada pela realidade actual das megalópoles, nicho das grandes experiências de multiculturalismo, nas quais às assimetrias económicas, sociais, políticas e raciais, se vêm juntar as assimetrias culturais; utópica, por restar averiguar da possibilidade de contornar a hierarquização da diferença.⁴¹⁹

Na linha de Glissant, também Robin Cohen problematiza o conceito de criouliização numa perspectiva contemporânea e não cingida às sociedades que resultaram da combinação de contributos biológicos e culturais muito distintos, em contexto colonial moderno. Cohen considera a criouliização um aspecto muito importante do actual processo de globalização cultural e por isso a usa como conceito sociológico geral⁴²⁰. Ulf Hannerz realça igualmente os fluxos culturais que acompanham a intensa mobilidade geográfica contemporânea e propõe que se estenda a interconectividade característica da globalização a outras dimensões que não apenas a económica. Propõe o conceito de criouliização cultural e elege as cidades como «lugares estratégicos para pensar a cultura em termos de uma organização da diversidade.»⁴²¹

Os fenómenos de confluências e recombinações culturais resultantes da experiência quotidiana da proximidade da alteridade nas sociedades contemporâneas mais atingidas pelo processo de globalização económica têm algum paralelismo com os fenómenos culturais característicos das vivências quotidianas das sociedades crioulas nascidas da expansão europeia. Neste sentido, podemos considerar que algumas experiências da contemporaneidade foram vividas com a antecedência de vários séculos nas sociedades crioulas (ou noutros espaços imperiais anteriores, como o romano ou o otomano, que, pela sua própria extensão territorial, foram muito marcados pela multiculturalidade). Porém, apesar do conceito de criouliização poder extravasar o contexto histórico da colonização europeia do Novo Mundo para estender o seu campo de significação aos contextos sociológicos pós-coloniais, cremos que rentabilizamos o seu uso se o restringirmos ao seu contexto originário, permitindo-nos assim uma fértil distância analítica entre os diferentes tipos de fenómenos subsequentes às diferentes etapas (e modos) da globalização.

O fenómeno da criouliização não é, aliás, isento de paradoxos, quer na sua versão mais restrita, abrangendo somente as sociedades de plantação resultantes da expansão europeia de Quatrocentos e Quinhentos, quer na sua interpretação mais ampla, de modo a abarcar os processos contemporâneos de interculturalidade, decorrentes da circulação intensa de pessoas, no quadro do sistema capitalista mundial. Por um lado, através dele, a identidade é

⁴¹⁹ Na mesma linha de pensamento, Roger Toumson considera que é precisamente pela insuficiência manifestada pela mestiçagem para abolir as barreiras *raciais*, que «le métissage demeure une “valeur-refuge” d’avenir, un mythe idéologique d’actualité.» (op. cit., p. 25.) Neste sentido, a ideologia da mestiçagem revela tanto uma «concepção da história», como «uma moral da acção». É esta mesma dimensão prospectiva que Peter Fry e outros académicos brasileiros relevam na retórica da democracia racial, que consideram positiva, mesmo se por ora apenas mero plano de acção, projecto enquadrador das práticas quotidianas. Fry apresenta a virtualidade do mito da democracia racial como ideal de superação da hierarquia entre os diversos tipos humanos, e que, sendo ideal, não pode espelhar a prática social. Cf. «Raça e saber no Brasil contemporâneo», in AA. VV., *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Novos Olhares*, op. cit., p. 122.

⁴²⁰ Cf. Robin Cohen, «Creolization and Cultural Globalization: The Soft Sound of Fugitive Power», *Globalizations*, vol. 4 (3), 2007, pp. 369-384. A versão que citamos, porém, é a que o autor publicou previamente na Rede, em www2.warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/rsw/current/cscs/working_papers/creolization_and_cultural_globalization_-_the_soft.pdf

⁴²¹ Cf. Ulf Hannerz, «Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização», *Maná*, vol. 5, nº 1, 1999, p. 154.

parcialmente desracializada e desetnicizada: como se podem situar, na confusão das capturas e, sobretudo, nas condições de transporte e revenda de escravos, as pertenças étnicas, os sistemas sociais, as origens, os mitos fundadores, de uma das suas partes constituintes, a da ascendência materna, no caso de *mestiço* de europeu e africano, ou das duas origens, no caso de *mestiço* de segunda geração? Ao produto das uniões *mistas* estava vedada qualquer lógica identitária firmada em essências e purezas raciais. Como refere Toumson, «La nature est, pour lui, en tant qu'origine, un paradigme irrémédiablement perdu»⁴²². Por outro lado, as sociedades crioulas, como as antilhesas, e, talvez ainda em maior medida, a cabo-verdiana, em que o processo miscigénico abrangeu quase toda a população, registam paralelamente uma atenta observação, catalogação e hierarquização dos atributos raciais.⁴²³ Isto constitui o que Toumson chama de paradoxo antropológico crioulo: «déracialisée, l'identité créole n'en est pas moins consciente que sa *détermination est raciale en premier* comme en *dernière* instance.»⁴²⁴

Na hiperbolização das virtudes da criouliização tende-se, também, por vezes, a negligenciar os contextos em que decorre. E eles estão muito frequentemente associados à necessidade. É a luta pela sobrevivência num cenário de privação que os teria levado a uma abertura forçada à alteridade – privação dos laços com a sociedade e a cultura de origem, quer no caso dos escravos da África continental transplantados para as sociedades insulares do mesmo continente ou para o Novo Mundo, quer em relação aos imigrantes voluntários⁴²⁵. A montante da construção de um *pidgin* e posteriormente de uma língua crioula, terá estado a necessidade dos escravos se entenderem, entre si e com os seus senhores europeus, através de um repertório comum mínimo de palavras. O cosmopolitismo das sociedades crioulas derivaria assim da expatriação, quer de africanos quer de europeus, ambos afastados dos seus sistemas culturais e ecológicos de origem, e a criouliização seria um fenómeno radicado na carência, mais que na auto-suficiência⁴²⁶.

Mesmo em relação à contemporaneidade, caracterizada pelo aumento exponencial das hipóteses de contacto e pela circulação rápida de pessoas, bens e informação, também é verdade que grande parte da população mundial permanece arredada destes fluxos, circunscrevendo-se espacialmente à proximidade dos seus locais de origem e continuando a viver a ritmos muito diferentes dos das urbes industrializadas e informatizadas dos países do Norte. Nesta medida, também a criouliização cultural global seria mais projecto que realidade.

Os diversos conteúdos dos discursos em torno da categoria *crioulo* – produto linguístico, biológico, sociológico, incluindo-se neste a vivência pós-moderna da heterogeneidade, da multiplicidade da globalização – e uma correlata dilatação do conceito de

⁴²² *Op. cit.*, p. 122.

⁴²³ Laplantine & Nouss falam mesmo, para a população *branca*, de «une obsession chromatique, une véritable phobie de la couleur noire, qui a donné lieu à la construction de nombreuses échelles de couleur qui comportent plusieurs dizaines de graduations allant du blanc le plus clair au noir le plus foncé.» *Cf. op. cit.*, p. 31

⁴²⁴ *Op. cit.*, p. 123. [As palavras a itálico estão-no no original]

⁴²⁵ Os fluxos migratórios contemporâneos, intra ou intercontinentais, revelam esta mesma capacidade de absorção e de reformulação do património cultural dos países de acolhimento por parte dos imigrantes, se bem que se venha assistindo, sobretudo na Europa, a um processo de resistência cultural afirmativa por parte de algumas comunidades de imigrantes, inscrita no apelo ao reconhecimento do direito à alteridade cultural (e especialmente religiosa).

⁴²⁶ Gabriel Fernandes, «O Lugar como Não-Lugar: Expatriação, Hibridização e Aventuras Cosmopolitas Cabo-Verdianas», *Estratégia*, nº 20, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 2004. Disponível em: <http://www.ieei.pt/files/lugarnaolugarGabrielFernandes.pdf>

crioulização e de crioulização cultural, ameaça desprover este de valor analítico. Teríamos de nos considerar todos crioulos, na medida em que todos dispomos de um património cultural construído e em construção a partir de contribuições de diversíssimas origens. Para designar esta condição crioula planetária, preferimos destinar-lhe o conceito de *hibridação* (e hibridez), reservando o de crioulização para a descrição dos fenómenos de interculturalidade das configurações históricas coloniais modernas, marcadas pela deslocação massiva e forçada de mão-de-obra africana e pela interconexão das profundas assimetrias sociais, económicas, políticas e raciais. Assim, salvaguarda-se o reconhecimento dos diferentes tempos, modos e graus dos processos de confluências culturais.

Também a *crioulidade*, outro conceito derivado de *crioulo*, é acusado da mesma lógica essencialista. O *Éloge de la créolité*, manifesto publicado em 1989, por três martiniqueses – Raphaël Confiant, Jean Bernabé e Patrick Chamoiseau –, centra a identidade antilhana em torno da crioulidade, definindo esta como «l'agrégat interactionnel ou transactionnel des éléments culturels caraïbes, européens, africains, asiatiques et levantins, que le joug de l'Histoire a réunis sur le même sol» e do qual resultou uma nova humanidade⁴²⁷.

Para Michel Giraud, este discurso da crioulidade, como qualquer outra ideologia, é contraditório. Num texto em que discorre sobre as imbricações entre os campos intelectual e político, Giraud radica essa contradição na necessidade de, por um lado, se elegerem referentes precisos para reforçar a identidade nacional e daí a (re)constituição do passado, da tradição, feita pelos adeptos da crioulidade; por outro lado, a crioulidade faz apelo – e nisso consiste a sua antecipação ao pós-modernismo – ao jogo livre das combinações possíveis⁴²⁸. O autor descortina nestas contradições da crioulidade uma grande perícia para gerir os dois objectivos do discurso: no destinado ao consumo interno, o tom é mais contundente, mais de acordo com as necessidades de afirmação nacional; para o mercado exterior, ele é mais aberto, mais descentrado, mais pós-moderno, apresentando a crioulidade como a abertura de possibilidades em liberdade. Esta corrente padece, de acordo com Giraud, da mesma concepção essencialista da identidade, centrada nas expressões culturais e tombando no mito das origens⁴²⁹, requerido pela utilização política da identidade, em vez de se centrar exclusivamente nas dinâmicas dos fenómenos culturais. Mesmo nos teóricos da crioulidade, com excepção para Édouard Glissant, a diferença (a excepcionalidade crioula) é naturalizada. Tal como a negritude, também a crioulidade está, para Giraud, ao serviço de propósitos de legitimação política. Consoante as relações de força no interior de uma sociedade, assim os diferentes projectos identitários nacionais.⁴³⁰

⁴²⁷ Bernabé, Chamoiseau e Confiant, *Éloge de la créolité*, 1989, p. 26, ap. Michel Giraud, *op. cit.*, p. 799.

⁴²⁸ Michel Giraud, *op. cit.*, pp. 801-802.

⁴²⁹ Todavia, esta mesma limitação pode ser imputada aos conceitos de mestiçagem, miscigenação e hibridação, na medida em que, tal como a crioulização, sugerem a presença de pelo menos duas entidades homogêneas iniciais na origem da combinação de que resultou o *mestiço*, o *híbrido* ou o *crioulo*.

⁴³⁰ Estes mais não sendo, para José Carlos Gomes dos Anjos, que um campo de batalha, onde se disputam os interesses dos intervenientes e de que se esperam todos os tipos de capital – económico, político e sobretudo social. Cf. «Representações sobre a Nação Cabo-Verdiana: Definição mestiça da identidade nacional como ideologia do clientelismo em contexto de dominação racial», *Fragmentos – Revista de Letras, Artes e Cultura*, nºs 11-15, Praia, edição do Movimento Pró-Cultura, 1997, pp. 13, 14 e 25.

Este impasse pode, porventura, ser ultrapassado, distinguindo claramente os conceitos de criouldade e crioulição: fazendo radicar no primeiro a rigidez, o estatismo, a substancialização da identidade e, no segundo, o que é dinâmico, processual, imprevisível. As características que Bernabé, Chamoiseau e Confiant atribuem à criouldade, como sejam as «qualidades de abertura», pertenceriam, de facto, ao processo de crioulição, conceptualizado por Glissant⁴³¹.

Desde a sua captura ou compra pelos comerciantes negreiros, e sobretudo a partir do momento em que eram incorporados nos circuitos de transporte e revenda, para a Europa, a América ou simplesmente para outros destinos africanos, os escravos viam-se privados do seu estatuto social de origem e de todos os seus referentes culturais, sociais e políticos. A sua inserção no interior de uma plantação fazia-se ao arrepio das suas pertenças étnicas. Arrebatados das suas estruturas económicas, sociais e políticas tradicionais, poucos elementos culturais partilhavam, possuindo muitas vezes em comum apenas o estatuto da escravidão.

Esta é, aliás, uma das principais características diferenciadoras entre a escravidão doméstica pré-colonial, em África, e a subsequente integração do tráfico negreiro nas redes comerciais atlânticas. Nas sociedades tradicionais africanas, o sistema da escravatura integrava-se na lógica segundo a qual era o número de dependentes – de estatuto escravo ou livre – que conferia prestígio e poder, mas em que o escravo era tendencialmente integrado no novo meio social. Trabalhava ao lado dos restantes membros da comunidade, independentemente do seu estatuto, livre ou cativo, podendo frequentemente dedicar-se a outras actividades económicas, inclusivamente ao comércio. O escravo participava na organização política e administrativa, sendo-lhes muitas vezes atribuídas importantes funções políticas das quais auferia os privilégios que lhes eram inerentes. Foi a sedução dos chefes africanos pelas mercadorias comercializadas pelos mercadores europeus que veio alterar este sistema tradicional de escravatura, levando as autoridades locais a participar activamente neste comércio⁴³².

Consequências da ruptura forçada com as formas de organização social, política e religiosa foram, como já dissemos, 1) a adopção (decorrente da necessidade) e a reformulação por parte dos escravos transplantados de elementos da cultura dos seus proprietários e a sua reformulação; 2) o arriegado individualismo crioulo e o carácter contratual das relações sociais⁴³³; 3) a instabilidade identitária vivida a nível individual e uma fragilidade ao nível da identidade colectiva, consubstanciadas numa «fraca organização interna e um crónico problema de liderança»⁴³⁴; 4) a impossibilidade para os seus descendentes de situar a origem da metade africana da sua ascendência. A dispersão imediata dos contingentes escambados pelos vários locais de destino e a sua mistura com outros contingentes vindos de outras áreas africanas inviabiliza qualquer procura de uma identidade étnica pré-colonial. As Antilhas e outras sociedades com uma implantação demográfica análoga (entre elas, Cabo Verde, se

⁴³¹ Marie-José Jolivet, *op. cit.*, p. 827.

⁴³² Abou Haydara, *op. cit.*, pp. 61 e ss.

⁴³³ Thomas Eriksen, «Tu dimunn pu vini kreol: The Mauritian creole and the concept of creolization», *op. cit.*

⁴³⁴ *Ibid.*

bem que, neste caso, sem a presença do elemento ameríndio autóctone) nasceram sob o signo do contacto de civilizações⁴³⁵, o que inviabiliza qualquer retorno às suas origens pré-coloniais.

Depois de séculos de mestiçagem bio-cultural, naturalmente que a negritude dificilmente seria apropriada pelos cabo-verdianos ou pelos caribenhos, apesar de ser martiniquês um dos ideólogos do movimento e seu baptizante (referimo-nos a Aimé Césaire). A proposta identitária da criouldade, do manifesto dos três martiniqueses, é mais inclusiva, contemplando todos os intervenientes no processo, sem os branqueamentos redutores pró-Europa ou pró-África. A negritude teria consistido numa espécie de etapa preliminar da consciencialização da totalidade crioula, recuperando e dignificando a herança cultural africana e equiparando-a em valor ao legado europeu. Este estágio teria sido, porém, ultrapassado pela criouldização.

3.2. Hibridação: perspectivas, potencialidades e contradições

A hibridação tem-se vindo a constituir em paradigma epistemológico assente na capacidade de mediação e de síntese de diferentes matizes. A sua grande aceitação derivaria, segundo Hannerz, do facto de permitir uma fácil mobilidade entre as várias disciplinas científicas⁴³⁶. Mas à popularidade do termo não é com certeza estranho o facto de constituir um dos conceitos-chave da teoria pós-colonial, de matriz anglo-saxónica, e por isso facilmente transportado pela língua inglesa para outros meios académicos.⁴³⁷ À semelhança da criouldização, a hibridação reveste-se de significações tanto biológicas quanto sociológicas: o *híbrido* é tanto o indivíduo nascido de pais de diferentes raças (e neste sentido, é sinónimo de *mestiço*)⁴³⁸, quanto a síntese de formas culturais. Perde, porém, face ao *crioulo*, o significado de criação linguística⁴³⁹. No seu uso actual em ciências sociais, o conceito caracteriza as formações identitárias forjadas nos contextos diaspóricos da contemporaneidade, caracterizada por movimentos transnacionais de importantes contingentes populacionais, fluxos de capital, tecnologias, sobretudo as da comunicação, e ideologias.

Todavia, apesar de constituir um dos conceitos centrais da teoria da globalização e da teoria pós-colonial, a noção de hibridação também apresenta limites. Floya Anthias, num interessante artigo⁴⁴⁰ sobre as possibilidades das sínteses culturais, explora as virtualidades e sobretudo as contradições da hibridação. Considera que a abordagem pós-colonial da hibridação trouxe importantes achegas para o estudo da problemática identitária e cultural num mundo (ou em parte considerável dele) em processo de globalização. A perspectiva da

⁴³⁵ Michel Giraud, *op. cit.*, p. 795.

⁴³⁶ Cf. «Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional», *Maná*, nº 3 (1), 1997, p. 26.

⁴³⁷ Se bem que em Portugal, como em França ou na América Latina, o termo mestiçagem permaneça mais usado.

⁴³⁸ Das suas origens botânicas e zoológicas, onde designa o cruzamento de duas diferentes espécies de que resulta uma terceira, o termo *híbrido*, de onde deriva *hibridação*, estendeu-se aos humanos, tornando-se sinónimo de *mestiço*. Já aparece com este sentido no *Vocabulário português e latino*, de Raphael Bluteau, *op. cit.*, p. 45.

⁴³⁹ Apesar de Ashcroft, Griffiths e Tiffin considerarem que também assume significação linguística. Cf. *op. cit.*, p. 118.

⁴⁴⁰ «New hybridities, old concepts: the limits of 'culture'», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, nº 4, Julho 2001.

hibridação contesta as narrativas da identidade assentes em conteúdos estáticos, homogêneos e delimitados e oferece uma visão construtivista e por isso dinâmica da identidade⁴⁴¹.

Mas, tal como dissemos em relação à criouliização, na medida em que somos todos híbridos (ou *mestiços*, ou crioulos), a hibridação perde a sua pertinência analítica. Há contextos sócio-históricos otimizadores das confluências culturais e das reformulações a partir dessas confluências. Podemos, pois, distinguir diferentes graus de hibridação nas várias configurações sócio-culturais.⁴⁴²

Quanto à tese, cara a Bhabha, de que vivemos num tempo de hibridação transpositora de fronteiras nacionais, Anthias considera-a demasiado generalizadora. A coexistência, na actualidade, de uma (pelo menos aparente) hibridação multidimensional e de uma organização política, judicial e social radicada nos Estados-nação, contraria o alcance da capacidade transgressora do hibridismo. Se, por um lado, se assiste ao alargamento da jurisdição e das competências de algumas instituições de âmbito supranacional e ao alinhamento dos vários Estados-nação com diferentes espaços económicos, culturais e militares regionais (as elites políticas em Cabo Verde fazem deste alinhamento múltiplo uma estratégia de desenvolvimento e afirmação nacionais), por outro, a emergência de alguns nacionalismos, a reemergência de outros e a intensificação de alguns conflitos centrados em reivindicações territoriais e políticas em nome da nação, contrariam o monopólio desta tendência. O paradigma nacionalista não sai lesado pela presença do outro cultural no interior do espaço nacional territorial(izado); tendo constituído um dos principais legados da colonização europeia, permanece como referência no Ocidente, como noutras áreas do planeta.

Também a questão da dimensão da globalização cultural é questionada por Anthias, que a considera de carácter descontínuo e relativo. A intensificação e a expansão dos fluxos comerciais – característica da primeira globalização, de que os portugueses foram pioneiros⁴⁴³, arrastou consigo a generalização dos contactos entre diferentes configurações sócio-culturais. Actualmente, vivemos apenas uma fase especialmente intensa e acelerada deste processo, que, em sentido lato, se confunde com a história da presença do homem na Terra⁴⁴⁴. Aceleraram-se os processos de desterritorialização, com a hipermobilidade de pessoas, capitais e mercadorias. Estes fluxos globais são acompanhados pela circulação de línguas, imagens, sons, odores, ou seja, tudo o que é património dos ‘deslocados’, e que vai propiciando novas sínteses culturais. Porém, como refere Anthias, «we may have global imagery, but these global images are read through local eyes»; «we need to distinguish between the existence of the global image, and its differential transmission, availability and

⁴⁴¹ *Ibid.*, p. 320.

⁴⁴² O mesmo diz Hannerz dos diferentes graus do processo de criouliização: «O que precisa ser dito é que, em determinado período, algumas culturas são mais crioulas do que outras (...) Em um momento ou outro da história, nós ou nossos antepassados podemos ter passado pela criouliização, mas não estamos envolvidos eternamente nesse processo, nem o fomos necessariamente no mesmo grau.» Cf. «Fluxos, fronteiras e híbridos», *op. cit.*, p. 28. Também Anthias não descarta a possibilidade de a condição híbrida não passar de uma etapa transitória na formação identitária. Cf. *op. cit.*, p. 630.

⁴⁴³ A globalização foi um processo iniciado há já seis séculos, no século XV, sob a liderança de Portugal, primeiro país europeu a desenvolver um «intento estratégico global». As rotas de navegação e comércio que estabeleceu, envolvendo quatro continentes, marcaram a «transição de um mundo quase multipolar, partilhado em geometria variável (...) para um mundo hegemonizado». Jorge Nascimento & Tessaleno Devezas, *Portugal: O Pioneiro da Globalização*, Lisboa/Famalicão, Centro Atlântico, 2007, p. 20.

⁴⁴⁴ Alexandre Melo, *Globalização Cultural*, s.d., Quimera Editores, 2002, pp. 24-26.

relevance in a world dominated by illiteracy, poverty and disease»⁴⁴⁵. Estas diferentes temporalidade e recepção da «imagística global» prendem-se com duas outras questões – a das relações entre o local e o global, transversais às várias dimensões da globalização, e a da assimetria centro/periferia que continua a estruturar a interculturalidade.

Na fase actual da globalização, a transposição de fronteiras físicas, se bem que caracterize as sociedades envolvidas nesse processo, não se revela condição necessária para forjar novas sínteses culturais. Tão-pouco o é a proximidade física da alteridade cultural. O processo é protagonizado pelos *media*, cuja planetarização medeia as inter-influências entre globalização económica e globalização cultural. Se outrora só uma relativamente limitada comunidade de comerciantes ou emigrantes laborais⁴⁴⁶ estabelecia contacto regular com a alteridade, sendo para isso necessário transpor o espaço territorial nacional ou mesmo continental, o desenvolvimento das tecnologias da comunicação aproximou o *outro* da vivência quotidiana. Neste sentido, a globalização mediática veio democratizar o acesso aos conteúdos da contemporaneidade ocidental, ou, visto de outra perspectiva, ela constitui mais uma etapa da invasão do mundo por parte do Ocidente, desta feita sem guerras de conquista nem organograma político-administrativo colonial.

Esta omnipresença (e onnipotência) dos *media* num mundo tendencialmente globalizado induz-nos à reavaliação das categorias *local* e *global*. Estas «são hoje lugares relativos interdependentes e indissociáveis no quadro de uma dinâmica abrangente que é exactamente a dinâmica de globalização. O local e o global não se opõem em termos lógicos, conceptuais ou político-ideológicos. O local é global, o global é local. Tudo está em tudo ao mesmo tempo»⁴⁴⁷.

Anthias considera estreita, redutora e demasiado culturalista uma visão que menospreze as assimetrias sociais, económicas e políticas das relações sociais. A propensão à abertura ao *outro* que constituiria uma característica inata da hibridação necessita, assim, de ser contextualmente analisada⁴⁴⁸. À semelhança dos activistas brasileiros quando contestam a ideologia da *democracia racial* alicerçada na mestiçagem, afirmando-a branqueadora de eugenismos *brancos*, também Anthias considera que os teóricos da hibridez global encobrem «hierarquias culturais e práticas hegemónicas.»⁴⁴⁹ Quer as potencialidades des-hierarquizadoras da hibridação, quer as virtualidades desracializadoras da mestiçagem não passam disso mesmo – potencialidades.

A coexistência de diferentes referentes culturais para os que estão envolvidos nas tramas da colonização ou da emigração propicia, mas não determina, um olhar mais descentrado sobre a alteridade e, correlativamente, também sobre a identidade. As situações

⁴⁴⁵ Floya Anthias, *op. cit.*, pp. 636-637.

⁴⁴⁶ Ou ainda de leitores e viajantes movidos pelo 'exotismo' doutras civilizações. Alexandre Melo fala em *cosmopolitismos de elite* e *cosmopolitismos vernaculares*, para distinguir as práticas e as percepções da *intelligentia* das das comunidades migrantes, que os imperativos da sobrevivência obrigam a grandes deslocamentos geográficos e a permanentes negociações culturais e identitárias. Cf. *op. cit.*, pp. 53 e 58.

⁴⁴⁷ Alexandre Melo, *op. cit.*, p. 38.

⁴⁴⁸ *Op. cit.*, pp. 637-638.

⁴⁴⁹ Cf. «New hybridities, old concepts: the limits of 'culture'», *Ethnic and Racial Studies*, *op. cit.*, pp. 618-619.

de *in-betweenness*⁴⁵⁰, inerentemente ambíguas, constituem à partida espaços de maiores possibilidades para configurações identitárias mais abertas e inclusivas.

Todavia, tal como a mestiçagem não é, por si só, garantia de inclusão (assiste-se a sociedades profundamente miscigenadas, onde o fenótipo e a narrativa geográfica das origens⁴⁵¹, continuam a estruturar as interações e a condicionar a mobilidade social), também a intensidade dos fluxos de pessoas não é condição suficiente de hibridação. A diáspora, entendida numa perspectiva transnacionalista⁴⁵², pode mesmo orientar-se no sentido da mobilização de alguns marcadores identitários do espaço de origem como estratégia de reforço da nação. Frequentemente, entre as comunidades migrantes, o casamento, o convívio pós-laboral e pós-escolar, as manifestações religiosas, a música que se ouve e dança, tendem a circunscrever-se aos que partilham a mesma origem geográfica e/ou a mesma nação (frequentemente sobrepostas), se bem que se trate de uma nação diáspórica, desterritorializada. É o fenómeno a que Floya Anthias se reporta quando fala nos processos de guetização e enclavização, gerados pela migração e pela diáspora. Muitas vezes, é o próprio poder político da sede geográfica da nação que fomenta estas estratégias de afirmação da nação no espaço transnacional. Na sua cruzada identitária, assente actualmente sobretudo no crioulo cabo-verdiano (crioulo, aqui, como expressão linguística), o poder político em Cabo Verde actua junto das comunidades cabo-verdianas migrantes, muito visivelmente nos Estados Unidos da América, apelando à sua *cabo-verdianidade* e estimulando a utilização do crioulo e a adesão ao ALUPEC, eixo e simultaneamente cavalo de batalha da sua política cultural.

As influências musicais dos grupos socialmente menos valorizados junto dos grupos dominantes, especialmente dos elementos mais jovens, não permitem qualquer assumpção de que se está a assistir a um diálogo alargado e aberto de culturas. O cosmopolitismo é uma situação que propicia, ou pelo menos facilita a abertura ao outro, mas não a determina. Para Anthias, só se pode falar em formas culturais híbridas contemporâneas, quando os grupos culturalmente dominantes se mostrarem abertos «to **transforming and abandoning some of their own central cultural symbols and practices of hegemony.**»⁴⁵³ Havendo culturas hegemónicas e, no interior destas, elementos culturais igualmente hegemónicos, importa identificar quais desses elementos circulam mais, as direcções dos respectivos fluxos e a posicionalidade dos actores.

⁴⁵⁰ 'No-espaco-entre', em português. Metáfora espacial que designa situações intersticiais, propícias à hibrididade cultural e a reformulações identitárias. As populações medievais do Sul da Península Ibérica mantiveram-se, durante séculos, numa situação *in-betweenness*. Bebendo influências visigóticas e árabes em diferentes proporções, originaram configurações sociais marcadas por enorme diversidade cultural e fenotípica, ainda muito evidente no tempo presente, quer em Espanha, quer no reduzido espaço do território português, onde a vários níveis (da música tradicional à culinária, da diversidade lexical à vivência religiosa) é visível a diversidade de práticas culturais entre o Norte e o Sul de Portugal. As dinâmicas culturais que envolvem o processo de globalização económica vêm, contudo, atenuando esta visibilidade.

⁴⁵¹ Se bem que associadas a outras dimensões, como o acesso a determinados tipos de capital e a sua distribuição relativa.

⁴⁵² Trata-se, portanto, de uma concepção mais abrangente que a tradicional, associada à expulsão de grupos populacionais, como foi a situação histórica dos judeus, em permanente diáspora transnacional. Waters propõe a seguinte definição: «a **population category** or a **social condition** entailing a particular form of 'consciousness' which is particularly compatible with postmodernity and globalization, and like hybridity, embodies the globalizing principle of transnationalism». Cf. Waters, 1995, *op. cit.*, p. 631.

⁴⁵³ *Op. cit.*, p. 630. [A negrito, no original]

A importância da metaforização espacial – espaço, margem, interstício, *in-between*, praia, ilha –, é, para Denis-Constant Martin, mais uma das contradições dos autores pós-modernos. Por um lado, expõem os artifícios da pureza, da homogeneidade, da estabilidade das culturas, mas, por outro, elegem os espaços intersticiais como *locus* privilegiado da hibridação. Porque envolvem limites físicos – margens, separações –, no fundo, territorializações, as metáforas espaciais, em vez de sugerirem continuidades e pontos de convergência entre as várias expressões culturais, acabariam por erigir barreiras, impedindo o livre percurso dos fluxos. Ou seja, a concepção localizada, fixista e territorializada das identidades, que os teóricos pós-modernos se propõem combater, acabaria por emergir, ainda que não sendo essa a intenção dos autores⁴⁵⁴.

Anthias propõe o conceito de *posicionalidade translocacional*, que lhe parece superar o de hibridez, na medida em que: 1) permite a ultrapassagem do binómio acção/estrutura, ao combinar «a reference to social position (as a set of effectivities: as outcome) and social positioning (as a set of practices, actions and meanings: as process)»; 2) focando-se na localização, privilegia o contexto; 3) a translocacionalidade contempla a complexidade da posicionalidade enfrentada pelos que se situam na intersecção dos efeitos recíprocos de todo um conjunto de localizações associadas às várias pertenças – de género, de raça, de classe, de nação; 4) tudo isto permite ao conceito escapar, segundo Anthias, a concepções essencialistas e culturalistas que o conceito de hibridação ainda retém⁴⁵⁵.

A persistência das assimetrias e de várias formas de exclusão parece dar razão a um certo cepticismo face a esta capacidade da hibridação de transpôr fronteiras, diluir hierarquias de poder, quebrar silêncios e exclusões. A desproporção de todo o tipo de recursos que distancia os imigrantes dos autóctones, nas sociedades de acolhimento, constitui uma desvantagem de partida para uma real interculturalidade. O alcance deste enaltecimento pós-moderno da hibridez tem sido questionado, entre nós, por exemplo, por Boaventura de Sousa Santos e Miguel Vale de Almeida. Ambos reconhecem limitações ao «pós-modernismo celebratório» e consideram excessivo o «optimismo híbrido», susceptíveis de conduzir a jusante à demissão das ciências sociais perante a desigualdade e a injustiça.⁴⁵⁶ De acordo com Boaventura, quer o campo de estudos pós-colonial quer o paradigma pós-moderno estão marcados ou pela ausência ou pela insuficiente presença da economia política e por uma análise demasiado culturalista e fundada nas práticas discursivas, o que destitui as ciências sociais da sua vertente combativa. Talvez seja por isso mais apropriado falar-se nas

⁴⁵⁴ Cf. Denis-Constant Martin, «A Creolizing South Africa? Mixing, Hybridity and Creolization: (Re)Imagining the South African Experience?» [Em linha] Disponível em:

http://www.uct_cmc.co.za/conferences/2005/races/pdf/dc_martin.pdf

⁴⁵⁵ *Op. cit.*, p. 634.

⁴⁵⁶ Cf., respectivamente, «Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade», in Maria Irene Ramalho & António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Afrontamento, 2001, pp. 37 e ss; e *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*, op. cit., p. 204. Nesta obra, afirma Vale de Almeida: «O “optimismo híbrido” que pressinto nos meus colegas pós-modernos deixa-me sempre um mal-estar expectante que me conduz ao cepticismo metodológico sob a forma da pergunta: até que ponto esses processos não redefinam essências culturais escalonadas, apresentadas como “variedade de escolha”, naquilo que afinal é um supermercado que pertence a um só dono?» (p. 204). O mesmo tipo de interrogação coloca Gabriel Fernandes: «Quais são as verdadeiras margens de manobra dos híbridos subalternos, num contexto em que a sua auto-identificação positiva é permanentemente confrontada com uma heteroidentificação estigmatizante e ostracizante?» Cf. *A diluição da África: Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002, p. 218.

potencialidades da hibridação que nas sua *capacidades* inatas de, por si só, abalar estruturas assimétricas de poder e de distribuição de recursos materiais e simbólicos. Uma experiência híbrida pode revestir várias configurações, nas quais importa descortinar as estruturas de dominação que lhe serviram como pano de fundo e condicionantes, mesmo quando os envolvidos não percebem nem mobilizam intencionalmente esse diferencial de poder.

Quer os contactos que se deram em contexto colonial quer os que decorrem das diásporas laborais contemporâneas, se bem que indelevelmente marcados por fortes assimetrias de poder, e, nessa medida, por valorações muito hierarquizadas das culturas em presença e/ou contacto, não se traduziram somente por aquisições por parte dos dominados. A ocidentalização pretendida com as políticas assimilacionistas das potências coloniais cobre apenas uma parte do processo bi-direccional das trocas culturais. Gilberto Freyre celebrou precocemente o Brasil híbrido, caracterizado pela ambiguidade e pela inexistência de fronteiras rigidamente definidas, sejam elas económicas, fenotípicas ou outras, e por isso mesmo espaço por excelência de emergências. Ao teorizar o Brasil como produto da hibridação cultural, em que o fluir das diferentes formas culturais terá envolvido todos os grupos humanos em contacto, dominados e dominadores (no caso dos primeiros, por exemplo, através da influência das amas *negras* junto das crianças *brancas*), Freyre antecipou em meio século uma perspectiva recorrente do discurso de alguns teóricos pós-coloniais, mormente de Homi Bhabha.

Também o discurso *claridoso* sobre o regionalismo cultural cabo-verdiano constitui um exemplo de pensamento crítico e posturas identitárias alternativas e, nessa medida, pode considerar-se um pós-colonialismo *avant la lettre*. A mobilização da criouldade como recurso identitário (se bem que integrado no espaço identitário maior da cultura portuguesa) viria até a integrar o próprio discurso do colonizador, quando afirmava a legitimidade da permanência da sua soberania em África. É a ilustração da bi-direccionalidade (centro-periferia) dos fluxos culturais. Como afirmam Williams e Chrisman, «the subaltern may have played a constitutive rather than a reflective role in colonial and domestic imperial discourse and subjectivity. (...) In other words, the movement may have been as much from 'periphery' to 'centre' as from 'centre' to 'periphery'». ⁴⁵⁷

Uma crítica que se faz, porém, a este carácter bi-direccional dos fluxos culturais, defendido por alguns autores pós-coloniais e em especial por Bhabha, é a de que ele serviria para encobrir as trocas desiguais e a permanência pós-colonial das assimetrias herdadas da colonização. Parece-nos, porém, que isso só acontece quando se menospreza a análise dos conteúdos e dos contextos em que decorrem essas sínteses culturais. O recurso ao repertório da hibridação não oculta necessariamente a desigualdade nas relações entre colonizador e colonizado, ou entre ex-colonizador e ex-colonizado, ou, simplesmente, entre as partes dominadas e dominantes do mundo globalizado e assimétrico do presente.

⁴⁵⁷ Patrick Williams & Laura Chrisman (orgs.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory*, MPG Books, 1994, p. 16.

Isto articula-se já com as problemáticas pós-coloniais e as suas leituras dos processos coloniais. Se bem que breve e despreziosamente, teceremos algumas considerações em torno dos três tópicos que, em nosso entender, tornam mais problemática a referencialidade pós-colonial deste campo de estudos: a universalização de uma matriz que é essencialmente anglo-saxónica, o cronónimo propriamente dito e a pretendida representatividade das vozes subalternas.

Capítulo 4

ENTRE ÁFRICA E A EUROPA:

ELITES INTELECTUAIS E PROGRAMAS IDENTITÁRIOS EM CABO VERDE

4.1. Pós-colonial: um campo de estudos, um tempo, uma crítica

Os estudos pós-coloniais constituem um vasto campo discursivo, onde se cruzam várias perspectivas, que têm como denominador comum o propósito manifesto de desconstrução das narrativas hegemónicas do ex-colonizador europeu. Esta corrente desenvolveu-se entre as décadas de setenta e oitenta, em torno dos estudos literários, mas estendeu-se a outras áreas disciplinares, como a história, a antropologia e a sociologia, onde reintroduziu e reactualizou assuntos relacionados com a identidade racial, étnica e nacional, partindo agora da perspectiva dos tradicionais silenciados, ou seja, os remetidos para as posições mais desprovidas de poder, seja em função da raça, do género ou da classe. A coexistência de vários discursos pós-coloniais, frequentemente em oposição, sem que um possa reivindicar-se o porta-voz da corrente, afecta a coerência interna deste campo académico. Podem, porém, identificar-se alguns temas recorrentes das reflexões pós-coloniais: a relação entre identidade e alteridade culturais, em contextos marcadamente assimétricos, como sejam o da colonização e o das diásporas contemporâneas que lhe sucederam, a experiência da escravatura, da resistência e da hibridação.

Centrado nos meios académicos anglo-saxónicos, os seus autores-referência são originários do antigo império britânico. Trata-se, portanto de um pós-colonialismo moldado numa experiência colonial concreta, a britânica, da qual teria herdado o carácter hegemónico. Boaventura de Sousa Santos, num texto em que discorre sobre as temáticas colonial e pós-colonial numa perspectiva comparativa e tomando como referência o colonialismo-norma (britânico), acusa o pós-colonialismo de homogeneizar a relação colonial, como se esta não tivesse sido marcada pelas diferenças entre os vários colonialismos e entre as diversas experiências no interior de cada um deles. A «falta de perspectiva histórica e comparativa»⁴⁵⁸, inter, mas também intra-colonialismos conduz a análises centradas no colonialismo de referência, o anglo-saxónico, ele próprio potencialmente desdobrável em experiências múltiplas e diversas, conforme os contextos sócio-espaciais em que ocorreu.

A um colonialismo diferente da norma anglo-saxónica corresponderia um pós-colonialismo igualmente diferente. Aquilo que no pós-colonialismo de referência constitui

⁴⁵⁸ «Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade», *op. cit.*, p. 40.

recurso de subversão por parte dos subalternos silenciados – a experiência da ambivalência e da hibridez –, no pós-colonialismo de língua oficial portuguesa⁴⁵⁹ apresenta-se como recurso mobilizado pelo próprio Próspero⁴⁶⁰. Boaventura alude, naturalmente, à ideologia colonial portuguesa do pós-Segunda Grande Guerra, fortemente tributária de Gilberto Freyre e da sua teoria do luso-tropicalismo, enaltecadora das potencialidades da mestiçagem, superadoras de polarizações e antagonismos raciais. Teria partido das fraquezas estruturais e conjunturais de Próspero e não de Caliban a celebração destes espaços intersticiais bio-culturais constituídos pelos *mestiços*. Por isso, o autor distingue entre «hibridações emancipatórias» e «reaccionárias», constituindo as primeiras recurso de subversão por parte dos subalternos silenciados, e as segundas fazendo parte de «um kit de primeiros socorros em situações de que não se podia ser evacuado pelo braço ágil e longo do império.»⁴⁶¹

Esta associação falaciosa entre mestiçagem e ausência de preconceito racial remete para a introdução da problemática da sexualidade na análise das relações entre as raças em contexto colonial, e sobretudo para a questão da concubinação quase institucionalizada entre o homem *branco* e a mulher *não-branca* em vários espaços coloniais e a vigilância rigorosa da sexualidade feminina. Este é, porém, assunto que trataremos adiante, no capítulo 15.

Boaventura afasta-se de quaisquer considerações culturalistas na abordagem das especificidades do colonialismo e do pós-colonialismo portugueses. Estes radicariam na identidade dupla do colonizador português: Próspero calibanizado e, por isso, representado como Caliban, por parte dos «Super-Prosperos europeus»; e Caliban prosperizado e, como tal, representado como Próspero, por parte dos Calibans ultramarinos. Esta promiscuidade identitária confunde os próprios subalternos do colonialismo português, retirando-lhes recursos mobilizados pelos subalternos doutros colonialismos. É nesta medida que Boaventura considera que a ambivalência nem sempre constitui recurso emancipatório dos dominados; ela pode surgir como contrapeso, intencional ou não, às contingências e limitações do Próspero português⁴⁶².

A exploração, quase sem contrapartidas, dos recursos africanos para alimentar as indústrias europeias exigia soberanias fortes, o que não acontecia com Portugal, onde a revolução industrial quedava por fazer. Porém, o requisito da efectividade da ocupação e da extensão das estruturas administrativas e militares para o reconhecimento internacional da soberania sobre os territórios aos quais Portugal se considerava com direito (pela precedência na 'descoberta' e/ou penetração/fixação de nacionais), obrigou-o a prosperizar-se. Naturalmente, a mística imperial dominante no Oitocentos ocidental actuou como coadjuvante do processo de imperialização do Próspero português. O colonizador português passou a estar sujeito a duas diferentes lógicas: às impostas pelo colonialismo hegemónico pós-Berlim e às

⁴⁵⁹ Boaventura usa «a expressão pós-colonialismo português para designar o pós-colonialismo no espaço-tempo de língua oficial portuguesa.» Cf. *ibid.*, p. 40.

⁴⁶⁰ Neste ensaio, Boaventura, à semelhança de outros autores que discorrem sobre o fenómeno colonial, serve-se das personagens shakespearianas de Caliban e Próspero. Sobre diferentes interpretações e reinterpretaciones destas personagens de *A Tempestade*, vd. Manuel Ferreira, *No reino de Caliban I: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Lisboa, Plátano Editora, 4ª ed., 1997 [1969], pp. 59-63.

⁴⁶¹ *Ibid.*, p. 43.

⁴⁶² *Ibid.*, pp. 42-43.

decorrentes do seu anterior modo de colonizar. Este vaivém entre um e outro tipo de lógicas e práticas terá sido gerador de inconsistências e inconsequências, mesmo quando a identidade de Próspero foi a preferencialmente assumida⁴⁶³.

A tese que Boaventura desenvolve é a de que a fraqueza estrutural do colonialismo português o afastou do colonialismo-referência britânico e que a este colonialismo 'diferente' sucedeu um anti-colonialismo 'bloqueado'⁴⁶⁴, a ausência de neo-colonialismo e um pós-colonialismo também peculiar, 'inconsistente': foi a «debilidade político-administrativa do Estado colonial, [que] fez com que os Portugueses que comerciavam nessas paragens fossem colonizadores sem Estado colonial e por isso fossem forçados a praticar uma forma de autogestão colonial». A semiperifricidade e falta de recursos (materiais e humanos) revestiu o colonialismo português de um carácter mais fluido, menos rígido em termos ideológicos e doutrinários, onde emergiram «ilhas de relações não imperiais». Esta oscilação entre identidades e práticas – entre Próspero e Caliban –, esta «inter-identidade» e «indecidibilidade» terá propiciado a comparativamente longa experiência colonial portuguesa: ao inviabilizar um esquema binário rígido (colonizado/colonizador, europeu/africano), pelo menos nestas 'ilhas', terá coarctado o espaço de resistência anti-colonial⁴⁶⁵.

No que diz respeito ao arquipélago de Cabo Verde, mais importante que a ausência (aliás, relativa, tendo variado conforme as conjunturas) de Estado colonial, foi sobretudo a inteira novidade de todas as experiências – ecológicas, políticas, judiciais, religiosas e sociais⁴⁶⁶. Grande parte das estruturas sociais e político-administrativas foram transplantadas do Reino; porém, a prática da miscigenação em série com *negros* africanos, na sua maior parte escravos, a distância da metrópole, as características ecológicas do arquipélago, muito diferentes das metropolitanas, colocavam problemas novos que exigiam soluções novas. A atestá-lo, a flexibilidade da própria Coroa, que, perante a falta de atractibilidade do arquipélago e o consequente impasse no povoamento, se viu forçada a abdicar de um monopólio (o do tráfico de escravos), a favor dos potenciais candidatos a povoadores da ilha de Santiago. A construção *ex-nihilo* da nova sociedade constituiu um desafio para a própria Coroa, que se viu, muitas vezes, perante o facto consumado ou perante a necessidade de não instruir, mas de corroborar o já estabelecido no local.

⁴⁶³ *Ibid.*, p. 71. A inter-identidade do Próspero português terá sido especialmente evidente aos olhos dos outros Prósperos e dos Calibans desses Prósperos, mormente dos anglo-saxónicos, que o situaram num espaço bio-cultural intermédio, a meio caminho entre os nativos e os colonos europeus caucasóides. (*Ibid.*, pp. 62-63). Boaventura defende que os conteúdos das representações coloniais portuguesas dos nativos africanos não diferem muito dos dos relatos de europeus do Norte sobre os portugueses: «do subdesenvolvimento à precariedade das condições de vida, da indolência à sensualidade, da violência à afabilidade, da falta de higiene à ignorância, da superstição à irracionalidade.» *Ibid.*, p. 48.

⁴⁶⁴ *Ibid.*, pp. 76 e 54.

⁴⁶⁵ *Ibid.*, p. 58.

⁴⁶⁶ Mormente nos primeiros séculos da colonização do arquipélago. M^a Emília Madeira Santos chama ao século XVI cabo-verdiano «o tempo de todas as surpresas.» Cf. «Mulatos, sua legitimação pela Chancelaria Régia no século XVI», *STVDIA*, nº 53, 1994, p. 246.

A ambiguidade da referência pós-colonial revela-se desde logo na sua dimensão cronológica, a que o prefixo *pós* situa depois do fim das modernas experiências coloniais europeias. Aos estudos coloniais interessa tudo aquilo que foi tocado pelo fenómeno colonial e que, mesmo uma vez abolida a dependência política formal entre os antigos espaços coloniais e os antigos centros imperiais, persiste em manifestar-se como expressão dessa relação desigual.⁴⁶⁷ Porém, o processo que desencadeou a liquidação dos antigos impérios coloniais foi acompanhado pelo fim do eurocentrismo que caracterizara o ordenamento político, económico e cultural dos séculos anteriores. A perda de poder e protagonismo por parte das antigas potências europeias remeteu-as para uma condição de perifericidade ou semi-perifericidade no contexto político internacional, condição que passaram a partilhar com os antigos espaços colonizados. Portugal, potência colonial e Estado periférico, é talvez a melhor ilustração de como é falacioso qualquer esquema que sobreponha as condições colonial e periférica. O próprio Reino Unido, imagem-referência das representações e práticas do Estado colonial oitocentista, ao longo da primeira metade do século XX, perde o estatuto de potência hegemónica no jogo dos novos equilíbrios de poder, ao mesmo tempo que assiste ao desmembramento do seu vasto império. Processo de sentido inverso vive a Índia, sua antiga periferia colonial, que surge, nas últimas décadas, como potência emergente.

Se este campo académico é pós-colonial continua a tomar como referência o colonial – o colonial cronológico – o tempo colonial, que antecedeu as independências políticas dos territórios ultramarinos sob soberania europeia – e o colonial referente – práticas e representações. Ora, se o registo é o da desigualdade, então, as relações económicas, culturais e políticas no seio do actual sistema capitalista hegemónico, profundamente assimétricas, enquadram-se no esquema de domínio colonial denunciado pelos teorizadores pós-coloniais. O neo-colonialismo, que caracteriza em considerável medida as relações entre alguns dos antigos espaços coloniais e os ex-centros imperiais, acaba assim por vulnerabilizar a dimensão cronológica do termo pós-colonial.⁴⁶⁸ Mesmo os Estados que permanecem sob a órbita de outras hegemonias culturais, económicas e políticas que não as das antigas metrópoles coloniais, não deixam de ser neo-coloniais, apesar de salvaguardada a (apenas formal, mas consoladora) independência política. Um mundo gerido por práticas hegemónicas neo-coloniais é ainda um mundo de referências marcadamente coloniais.

Como têm vindo a realçar alguns dos autores-chave da crítica pós-colonial, mais do que a origem geográfica do discurso – da periferia para o centro –, é a perspectiva não

⁴⁶⁷ Como só pequenos nichos poderão eventualmente ter escapado ao facto colonial moderno, trata-se de um campo académico extremamente distendido, com uma panóplia de áreas de interesse virtualmente ilimitada. No sentido de obstar a um esvaziamento do termo, por excessiva dilatação, Miguel Vale de Almeida propõe algumas restrições cronológicas, geográficas, conceptuais e metodológicas ao uso do termo pós-colonial. Vd. *Um Mar da Cor da Terra* (...), op. cit., p. 231.

⁴⁶⁸ Jean-Marc Moura usa a distinção ortográfica entre *pós-colonial* e *póscolonial* para precisar o campo de aplicação de um conceito talvez demasiado plástico: o hífen marcaria a intenção de periodizar; a sua ausência remeteria para as temáticas e perspectivas do campo académico de natureza pluridisciplinar desenvolvido como teoria ou crítica pós-colonial. Cf. «Les influences et permanences coloniales dans le domaine littéraire», in Pascal Blanchard & Nicolas Bancel, *Culture post-coloniale 1961-2006: Traces et mémoires coloniales en France*, Paris, Éditions Autrement, 2005, p. 167.

polarizada do fenómeno colonial, em torno da oposição binária entre um colonizador-sujeito da enunciação e um colonizado mero receptáculo passivo do discurso do primeiro, que define e distingue o discurso pós-colonial. Ora, se se aceita que os fluxos culturais entre colonizador e colonizado se fizeram em ambas as direcções e que o discurso pós-colonial incorporou o colonial, transportando-o das periferias para o interior das antigas metrópoles, sobretudo por via das diásporas laborais que no último meio século têm afluído aos antigos centros coloniais, teremos de aceitar que, em certa medida, somos (quase) todos sujeitos coloniais num mundo pós-colonial (e, por isso, marcadamente colonial).

Os críticos pós-coloniais pretendem contrapor às perspectivas e narrativas do imperialismo cultural, económico, político e militar ocidentais a palavra dos ex-colonizados, como se esta não estivesse impregnada das mesmas referencialidades. Foi pelo seu carácter hegemónico que o discurso do colonizador penetrou os subalternos, tornando-se património de ambos e incorporando o discurso pós-colonial. O Estado-nação e o 'desenvolvimento' (versão contemporânea do 'progresso' setecentista e oitocentista) são das melhores demonstrações de universalização de criações da modernidade ocidental. Por imperativos de construção do Estado que se quer nacional, adoptam-se como fronteiras e línguas oficiais as herdadas do colonizador europeu; por imperativos desenvolvimentistas (e o 'desenvolvimento' já é também uma representação ocidental), seguem-se, tanto quanto os recursos materiais e humanos o permitem, os modelos económicos ocidentais. Perpetuam-se, assim, por mimetismo, os imperativos da modernidade ocidental.

Uma vez obtida a independência política, são as elites políticas e culturais, as parcelas mais ocidentalizadas da população dos novos Estados, que dirigem os processos, eles próprios muito condicionados às orientações e pressões exógenas. Ou seja, o mimetismo colonial perpetua-se na era pós-colonial, tal como as assimetrias económicas, políticas e simbólicas face aos centros hegemónicos sobreviveram às independências políticas das antigas colónias. Parece, pois, pertinente perguntar quais são afinal os silenciados que os pensadores pós-coloniais se propõem fazer ouvir e qual a representatividade desse discurso. Quando Dirks afirma que o mundo pós-colonial é aquele em que podemos viver depois do colonialismo, mas nunca sem ele⁴⁶⁹, o que ele pretende dizer é que o mundo só é pós-colonial, na medida em que é (ainda) profundamente colonial. Quando afirmam o seu projecto democrático de dar a ouvir as vozes da periferia, as elites intelectuais «que medeiam o comércio de mercadorias culturais do capitalismo mundial na periferia»⁴⁷⁰, é ainda a voz do colonizador que fazem ressoar.

⁴⁶⁹ Cf. Nicholas B. Dirks, «Introduction: colonialism and Culture», in Nicholas B. Dirks (org.), *Colonialism and Culture*, Michigan, The University of Michigan Press, 2000, p. 23.

⁴⁷⁰ Miguel Vale de Almeida, citando Appiah, 1997. Cf. *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*, op. cit., p. 233.

4.2. Hierarquias culturais

Fruto ou não de projectos políticos coloniais de *assimilação* dos valores ocidentais entendidos como universais e, por isso, superiores aos particularismos das culturas locais, como os desenvolvidos por Portugal e sobretudo pela França nos seus territórios ultramarinos, a europeização cultural foi uma das dinâmicas transversais à colonização moderna e contemporânea. Levar aos *gentios* as luzes da *civilização*, entendida esta como as conquistas materiais e espirituais do Ocidente, relevou do mesmo princípio de proselitismo cultural em que, no tempo do Império Romano, assentava o programa de *romanização* dos povos *bárbaros*). O projecto oitocentista e novecentista de trazer o indivíduo colonizado para a história, incorporando-o na marcha linear do progresso – a missão civilizadora do homem branco – decorria tanto da legitimação de um programa imperialista (como afirma Bhabha, «o colonialismo toma o poder em nome da história»⁴⁷¹), como de um ideal humanista. Marcelo Caetano sintetizava assim, em 1945, as três virtualidades da colonização europeia de África: «Servir a Pátria, servir a Civilização e servir a Humanidade»⁴⁷². Ou seja, engrandecia-se Portugal, a civilização ocidental (entendida como a civilização) e, simultaneamente, arrancava-se o africano ao rudimentarismo (que não era percebido apenas como tecnológico) da sua existência – residindo aqui a dimensão universalista da colonização.

Porém, os fluxos não ocorreram num sentido único. Esta bi-direccionalidade tem sido, aliás, um tema recorrente na desconstrução pós-colonial da perspectiva monopolista e unidireccional das correntes culturais no discurso do colonizador. A transposição das fronteiras culturais não se faz somente através das relações de dominação, em que o grupo ou grupos dominados não investem o seu capital cultural. Ainda que quantitativamente desiguais os contributos, porque marcados pelas profundas assimetrias dos grupos de que emanavam, eles foram localmente integrados, reinterpretados, e reformulados. No caso insular, as interações entre os repertórios culturais de dominantes e dominados são evidentes na gastronomia, nas festas religioso-profanas, como as das *bandeiras* e, claro, na língua, o crioulo cabo-verdiano.

Não nos preocupa aqui determinar o grau da assimetria das contribuições – saber se a culturalidade insular era mais devedora dos europeus ou dos africanos, do segmento *branco* da população da ilha ou dos *não-brancos*. Porém, parece-nos que a relação de forças entre grupo dominante (*branco*) e dominado (*não-branco*) terá pesado mais que a desproporção numérica entre os dois grupos na conformação sócio-cultural da ilha. As hierarquias sociais e políticas encontram-se espelhadas nas hierarquias culturais. A comparação transporta geralmente uma dimensão avaliativa, na qual a diferença é julgada em função da distância face aos referentes, sendo que estes são geralmente fornecidos pelo grupo dominante.

Os valores veiculados por determinado grupo social dominante circulam entre todos os segmentos sociais, formando expectativas de conduta e manifestando-se no comportamento. Trata-se de quadros comuns de referência que, conquanto não determinem as condutas, as

⁴⁷¹ *The Location of Culture*, op. cit., p. 85.

⁴⁷² «Comunicação à Colónia, por intermédio do Rádio Clube de Moçambique, em 7 de Setembro de 1945», op. cit., p. 56.

condicionam. O grau de conformidade entre as condutas e os valores prevalecentes é que varia, da mesma maneira que esses valores não constituem referências estáticas, imunes aos contextos das inter-relações. As condições históricas em que decorreram os contactos entre europeus e africanos e as estruturas de desigualdade que actualizaram essas condições, perpetuaram as hierarquizações intergrupais (*brancos/não-brancos*), acentuando a avaliação diferencial das culturas e das raças às quais eram associadas. A diferenciação racial no Fogo assentava também na diferenciação cultural, independentemente da bi-direccionalidade dos fluxos culturais.

Mesmo sem imposição cultural, sendo a referencialidade cultural europeia a do prestígio e a do poder, os seus efeitos prosélitos, mesmo que não intencionais, pelos seus agentes – os *brancos* – estendem-se naturalmente aos dominados, mormente àqueles que experimentam ou procuram experimentar processos de emergência sócio-económica e política, e que tomam os códigos e os modelos de comportamento do grupo de referência. Estes códigos e modelos são instrumentos que necessitam de manejar para o seu trajecto ascensional, dissimulando os elementos do património cultural que obstaculizariam ou retardariam a concretização desse projecto. Como acentuam Katherine O'Sullivan See e William J. Wilson, «assimilation is the result of accumulated individual choices based on perceived benefits of abandoning group identities and cultural attributes.»⁴⁷³ Neste sentido, o *embranchecimento* constituía uma estratégia e um fim, tanto raciais como culturais. Na medida em que era desejado pelo próprio indivíduo, o processo dispensava frequentemente a coerção.

Mesmo obtida a independência política, os efeitos da internalização do discurso do colonizador sobre o ex-colonizado e sobre o que os diferenciava/separava perpetuaram-se nas relações sociais em contextos pós-coloniais. Daqui a importância que os autores pós-coloniais têm concedido ao papel da cultura como agente de poder e legitimação da desigualdade, quer em tempos coloniais quer nos pós-coloniais.

Um sistema racial é parte de outros sistemas de relações numa formação sócio-cultural. Para além de constituir um fenómeno económico, político e social, a raça também assenta em lógicas de dominação da cultura dominante face à cultura dominada.⁴⁷⁴ Um autor central na articulação entre hierarquias culturais e definição das posições é Bourdieu. O conteúdo do seu conceito de *cultura* prende-se sobretudo com a posse de capital simbólico, acercando-se mais do sentido quotidiano do termo, que é o de práticas culturais mais valorizadas. Já o seu conceito de *habitus*, conquanto não cubra os conteúdos vastos da abordagem antropológica de cultura, aproxima-se mais deles. Para Bourdieu, é a posição relativa no sistema de relações que determina o prestígio diferencial dos estilos de vida.

Sempre que falarmos em cultura é na sua acepção mais lata e próxima da concepção antropológica, ou seja, na que abarca todas as manifestações e produções, materiais e simbólicas do homem, contemplando-se assim o conteúdo semiótico de conceito, proposto por

⁴⁷³ «Race and Ethnicity», in Neil Smelser (ed.), *Handbook of Sociology*, Newbury Park, Sage Publications, 2ª ed., 1989, p. 229.

⁴⁷⁴ Como refere Denys Cuche, «falar de cultura “dominante” ou de cultura “dominada” é, portanto, recorrer a metáforas; na realidade, o que existe são grupos sociais, que mantêm entre si relações de dominação e de subordinação.» Cf. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século Edições, 2ª ed., s.d..

Clifford Geertz⁴⁷⁵. O carácter dinâmico e processual dos sistemas culturais não os impede, porém, de apresentarem, nos seus recortes espaço-temporais, configurações específicas, em que é possível isolar para efeitos de pesquisa determinados aspectos considerados pelo investigador especialmente relevantes das representações e das práticas do núcleo estudado, capazes de fornecerem explicações sobre os sistema de relações. As raras referências à cultura no seu sentido mais restrito de *alta cultura*⁴⁷⁶, enquanto conjunto das práticas mais valorizadas do espírito humano, mormente nos domínios das Humanidades, serão acompanhadas pela respectiva clarificação.

Thomas Eriksen é um dos autores que mais apela ao retorno da cultura, definindo-a como «sistemas de significação e simbolização»⁴⁷⁷, na mesma perspectiva culturalista de Clifford Geertz, que define cultura como teias de significado⁴⁷⁸. Defende que o receio de, ao identificarmos diferenças ou afinidades culturais, estarmos a alimentar mais conflitos para além dos já existentes, não deve fazer-nos ignorar que a cultura não é descartável. Apesar dela não se revestir de um carácter estático, estando em permanente construção, há elementos que absorvemos durante o período de vida, mormente na socialização da infância e da adolescência, e que estão a montante das nossas representações e acção⁴⁷⁹.

De conceito central da antropologia, forjado no contexto do colonialismo contemporâneo (Dirks levanta mesmo a hipótese da possibilidade da noção antropológica de cultura não chegar a ser concebida sem o encontro colonial⁴⁸⁰), a cultura vem sendo aproveitada para legitimar ideologias e práticas contrárias às que motivaram os moldes da sua conceptualização. Parece-nos muito interessante a perspectiva de Taguieff, segundo a qual o novo racismo surge sob o signo da diferença e do direito radical à diferença (o «*integrismo da diferença*»). O que constitui a matriz do argumentário anti-assimilacionista – a recusa do universal e do universalismo, em nome de um pluralismo e relativismo culturais radicais – constitui o princípio legitimador das novas formas de racismo. O igualitarismo cultural assenta num paradoxo, porque contorna o facto de a identificação de diferenças integrar já uma dimensão avaliativa, logo, hierarquizadora e não igualitarista⁴⁸¹.

4.3. As elites intelectuais e os discursos coloniais, anti-coloniais e pós-coloniais sobre a identidade nacional em Cabo Verde

Formadas no Ocidente, as elites pós-coloniais dominam o aparelho do Estado, de que se servem para veicular as suas narrativas da identidade nacional, inscritas nos modelos

⁴⁷⁵ *The Interpretation of Cultures*, Londres, Fontana Press, 1993 [1ª ed., 1973], pp. 5, 24.

⁴⁷⁶ Jonathan Friedman, *Cultural Identity and Global Process*, Londres, Sage Publications, 1994, p. 67.

⁴⁷⁷ Thomas Hylland Eriksen, «Do cultural islands exist?», *Social Anthropology*, nº 1, 1993. Disponível em: <http://folk.uio.no/geirthe/Culturalislands.html>

⁴⁷⁸ Devendo a sua análise consistir numa ciência interpretativa em busca de sentido, de modo a aceder ao mundo conceptual do *outro* estudado. Cf. *The Interpretation of Cultures*, Londres, Fontana Press, 1993 [1ª ed., 1973], pp. 5, 24.

⁴⁷⁹ *Id.*, «Confessions of a useful idiot, or Why culture should be brought back in», *LBC Newsletter*, Uppsala University, Outubro 2002.

⁴⁸⁰ «Introduction: Colonialism and Culture», in Nicholas B. Dirks (org.), *Colonialism and Culture*, op. cit., p. 3.

⁴⁸¹ Pierre-André Taguieff, op. cit., pp. 16-17.

culturais ocidentais. Em Cabo Verde, a exiguidade territorial e o suposto isolamento do arquipélago prenunciariam um elevado grau de homogeneidade cultural e um relativo consenso sobre os principais marcadores da identidade nacional. Porém, o carácter insular do território, dificultando as comunicações, os diferentes tempos e modos do povoamento das várias ilhas e a diáspora tricontinental – colonial e pós-colonial – da sua população, são factores que favoreceram a enorme variedade das expressões culturais da população cabo-verdiana e que têm dificultado qualquer formulação uniformizadora dos conteúdos da nação. Esta diversidade cultural tem estado na origem das diferentes versões da identidade nacional, algumas profundamente divergentes entre si, onde cada narrativa rebusca, no repertório cultural do arquipélago, os conteúdos que lhe parecem confirmar a legitimidade das suas propostas e os elege como **os** referentes da construção nação.

Em Cabo Verde, Gabriel Fernandes e José Gomes dos Anjos vêm protagonizando o debate em torno da construção da identidade nacional. Em ambos, a nação é interpretada como conjunto de narrativas que remetem para os interesses prosseguidos pelos seus enunciadores e para as diferentes estratégias de poder por eles delineadas. Por isso, em ambos também, a análise dos processos históricos subjacentes às formulações identitárias se revela incontornável. A partir da revisitação dos discursos fini-oitocentistas e novecentistas das elites intelectuais locais sobre a identidade nacional cabo-verdiana e das diferentes conjunturas político-ideológicas que enquadraram e actuaram sobre os interesses dessas elites, procuram explicar porque é que elas mobilizaram diferentes, e por vezes contrastantes, programas identitários nacionais.

Gomes dos Anjos apresenta a proposta mais radical de desconstrução das narrativas coloniais e pós-coloniais da nação em Cabo Verde. Partindo da perspectiva da sociologia do conflito, pretende demonstrar que são os interesses particulares dos agentes envolvidos nas representações da nação que os mobilizam na construção dessas e não de outras representações alternativas, e como o capital cultural associado ao reconhecimento dessas narrativas nacionais hegemónicas rapidamente se revela convertível noutros tipos de capital – económico, político e social⁴⁸². A vinculação das elites intelectuais ao poder faz-se pela sua «condição de mediador[a] político-cultural»⁴⁸³ entre os modelos ocidentais e a população. Para reforçar o carácter hegemónico (proporcional aos benefícios que lhe advêm) do seu programa identitário, as elites alicerçam em determinada construção do passado as bases da sua legitimidade e transmitem-na através dos instrumentos do Estado, como sejam os eventos culturais comemorativos, os programas e os manuais escolares.

Quando a historiografia (de sua condição, anacrónica, segundo Anjos, porque «ideologicamente projectada sobre o passado») define como quadro de decadência do

⁴⁸² «Representações sobre a Nação Cabo-Verdiana: Definição mestiça da identidade nacional como ideologia do clientelismo em contexto de dominação racial», *op. cit.*, pp. 13-14.

Também Amselle entende as disputas ideológicas da nação como lutas identitárias de grupos: «La perception des faits sociaux à travers les "traditions", les "coutumes", ou les "nations", c'est-à-dire en termes d'essence ou de substance, exige (...) l'oubli des conditions de création de l'entité en question et l'injection du présent dans le passé.» Jean-Loup Amselle, *Logiques métisses. Anthropologies de l'identité en Afrique et ailleurs*, Paris, Éditions Payot, 1990, p. 62.

⁴⁸³ Do título do artigo de Gomes dos Anjos «A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional», *Etnográfica*, vol. VIII, nº 2, 2004, pp. 273-295.

arquipélago o menor afluxo de escravos à cidade da Ribeira Grande, entreposto negreiro em função do qual se iniciou e desenvolveu o povoamento das ilhas, e o aumento dos ataques de piratas e corsários, com o seu efeito desestruturante na sociedade escravagista de então, Anjos interroga-se: «Será que os escravos que se aproveitavam dos ataques para se embrenharem nas montanhas de onde não regressavam, também eram Caboverdianos em decadência, logo no momento em que escapavam ao cativeiro?»⁴⁸⁴ Afinal, trata-se de *decadência*, do ponto de vista de quem? Não, com certeza, do dos escravos trãsfugas, assim libertos da condição servil, mas dos que utilizavam a sua mão-de-obra, muitas vezes também agentes envolvidos no tráfico negreiro. É com os interesses destes últimos que os historiadores parecem identificar-se, ao catalogar como *decadente* o tempo em que o comércio de humanos deixa de ter no arquipélago um dos seus principais pontos de venda e revenda, com os consequentes efeitos desestruturadores sobre esta sociedade escravagista, de cujo breve esplendor tinha estado arredado quem o alimentara, o africano escravizado da costa fronteira.

As antigas estruturas de dominação pessoal da época escravagista teriam sobrevivido à independência, não assumindo já contornos raciais, mas antes culturais, económicos e políticos: à dependência face aos senhores *brancos* escravocratas⁴⁸⁵ ter-se-ia substituído a «dependência internacional com relação às potências ocidentais “doadoras”, “financiadoras” e “investidoras”»⁴⁸⁶. Gomes dos Anjos serve-se do conceito de *patronagem internacional*, tomado de Yves Dezalay, para mostrar como se «cria nos “Estados-clientes” toda uma categoria de clero que deve o essencial de sua legitimidade e, portanto, muitas vezes também as posições privilegiadas que detêm no aparelho de Estado – a um saber ocidental de que são os depositários e os importadores»⁴⁸⁷. De acordo com Anjos, assistimos à persistência do referente colonial quer nas relações elite-povo no interior do Estado agora independente, quer nas relações entre Cabo Verde e os Estados doadores e investidores.

De entre as continuidades entre os discursos colonial e pós-colonial sobre a nação, estaria a identidade *mestiça* dos cabo-verdianos. De acordo com o autor que vimos seguindo, este discurso é apenas um produto da função de mediação assumida pelas elites (terratenentes e, depois, comerciais e intelectuais), desde os primeiros séculos do povoamento do arquipélago. Para poderem participar no «empreendimento imperialista de Portugal na África negra como mediadores do contato entre as sociedades tradicionais e os portugueses, sobretudo na Guiné-Bissau», a elite intelectual optimizou o passado de miscigenação euro-africana no arquipélago, que lhe permitia distanciar-se culturalmente dos continentais, valorizando o seu *curriculum* de candidata a parceira na administração das colónias portuguesas. Foi assim que se viu compelida a erigir um modelo identitário extensivo a toda a população do arquipélago e não somente a si própria enquanto grupo.

⁴⁸⁴ «Representações sobre a Nação Cabo-Verdiana: Definição mestiça da identidade nacional como ideologia do clientelismo em contexto de dominação racial», *op. cit.*, p. 17.

⁴⁸⁵ Gomes dos Anjos parece negligenciar aqui que os *brancos* nunca detiveram o monopólio da propriedade de escravos, em Cabo Verde, como noutros espaços, e que a relação de dominação sobre a população escravizada se estendia a *mestiços* e *negros*.

⁴⁸⁶ José Carlos dos Anjos, «O nascimento da tradição cabo-verdiana e de sua cultura política sob enfoque sociológico», *Revista Científica de Estudos Cabo-Verdianos*, nº 0, 2005, p. 31.

⁴⁸⁷ Delazay, 1995, *ap.* José C. Gomes dos Anjos, *ibid.*, p. 31.

O modelo de análise que Gomes dos Anjos propõe, e que é essencialmente o da articulação entre a condição de mediador político-cultural das elites cabo-verdianas e o móbil do retorno em capital económico e social dessa mediação, não se circunscreve à elite *claridosa*, aquela que, na década e meia que antecedeu a independência política do território e na que lhe sucedeu foi alvo privilegiado da acusação de ter criado o modelo de identidade mais funcionalmente adaptado à sua posição de intermediação no contexto político de então. De acordo com Gomes dos Anjos, não houve, em Cabo Verde, gerações de elites imunes às mais-valias económicas e sociais proporcionadas pela intermediação política e cultural.

A própria geração de 50 e 60 só se teria revelado nacionalista e combatente, uma vez frustradas as suas expectativas na hierarquia social e do poder⁴⁸⁸. Mesmo a versão da nação menos tocada pela ideologia da mestiçagem, a da geração independentista da década de sessenta, teria sido mobilizada pelas crescentes dificuldades de colocação no mercado administrativo colonial dos jovens letrados, cuja produção se vinha inflacionando. Teria sido o desequilíbrio entre a crescente oferta de intelectuais no arquipélago e a sua procura por parte do aparelho administrativo colonial que teria produzido a ruptura entre o Estado colonial e esta geração⁴⁸⁹.

Conquanto não negligencie a importância da conjuntura político-ideológica internacional, desfavorável à presença política da Europa em África, e a experiência do racismo metropolitano por parte dos estudantes cabo-verdianos, a abordagem que Gomes dos Anjos faz ao anti-colonialismo em Cabo Verde centra-se na articulação desta ambiência internacional (apreendida sobretudo no meio universitário metropolitano, mormente na Casa dos Estudantes do Império) com os interesses de grupo da geração nacionalista, privilegiando estes na economia da sua explicação do nacionalismo cabo-verdiano. Para além da coerência que manifesta com a sua linha de análise do fenómeno da construção da nação no arquipélago, Anjos revela igualmente grande coragem, ao abranger a acção anti-colonialista do próprio Amílcar Cabral nesse seu esquema explicativo⁴⁹⁰, quando ainda actualmente, mesmo entre os sectores ideologicamente mais distantes de Cabral, este permanece no arquipélago uma espécie de (pelo menos confessada) referência política e moral arquetípica, intocada e intocável. Mesmo para quem, como nós, se afasta do que considera uma excessiva ponderação (que, nalgumas passagens da sua tese de doutoramento, roça quase o determinismo) das trajectórias e dos interesses individuais e grupais nas adesões aos conteúdos/projectos de identidade nacional por parte dos «intelectuais», desde o final do século XIX, não pode deixar de reconhecer no modelo proposto por Anjos – interseccionando dinâmicas grupais, conteúdos de nação e mediação/patronagem colonial e pós-colonial (no sentido cronológico dos termos) – pertinência, coerência e, como dissemos, ousadia, ao

⁴⁸⁸ *Vd.*, por exemplo, «A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde (...)», *op. cit.*, pp. 280-282.

⁴⁸⁹ Cf. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, Porto Alegre/Praia, Universidade Federal de Rio Grande do Sul/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002, p. 156, 160 *passim*.

⁴⁹⁰ «A percepção dos limites que o racismo português impunha à “carreira” dos “nativos” certamente está na origem do engajamento de Amílcar Cabral». Cf. *ibid.*, p. 159.

dessacralizar o próprio Amílcar Cabral, inserindo o seu activismo anti-colonial no seu esquema explicativo.⁴⁹¹

A geração nacionalista, quer ainda enquanto resistência ao poder colonial, quer já enquanto poder instituído, até à instauração do sistema pluri-partidário em Cabo Verde, quebrou a continuidade discursiva em torno da identidade *mestiça* dos cabo-verdianos. Esta seria, porém, posteriormente retomada, na década de noventa, pelo partido vencedor das primeiras eleições pluripartidárias⁴⁹². Para Gomes dos Anjos, o actual discurso identitário assente na mestiçagem não faz mais que actualizar velhas concepções e estruturas de dominação, que até finais do século XIX se fundavam na raça e que, passado um século, se firmam na cultura: de um lado, uma minoria da população que, familiarizada com os valores ocidentais, mantém relações privilegiadas com o poder e cuja função de intermediação local dos modelos ocidentais é recompensada em acréscimo de capital económico e social; do outro, a grande maioria da população a quem esses modelos são estranhos.

Realce-se que este discurso da fractura entre a população local e os códigos culturais e políticos importados, sendo recorrente para a África continental, contraria a tradição da definição da cabo-verdianidade quer como regionalismo português, logo pertencendo à área de influência cultural europeia, como pretendiam os *claridosos*, quer como realidade profundamente hibridizada de influências culturais europeias e africanas, como regista o discurso tendencialmente hegemónico das duas últimas décadas; aproxima-se talvez mais, neste ponto, da concepção africanista da cultura cabo-verdiana, defendida pela geração independentista, que afirmava as descontinuidades entre elites europeizadas e remanescente população, essencialmente africana.

Para Gomes dos Anjos, a 'mesticite' de que estariam infectadas as elites revelaria o mesmo cunho essencialista e racista que a europeidade e a africanidade⁴⁹³. Escapando a concepções essencialistas da identidade e reafirmando o carácter instrumental das narrativas nacionais, expõe o que considera serem as vantagens estratégicas da (sua) opção africana nesta disputa pela nação: ela permite (1) a criação de um espaço de identidade dos dominados, facilitando a mobilização das comunidades cabo-verdianas emigrantes, vítimas da mesma xenofobia europeia; (2) uma maior disposição para a luta contra as formas de dominação racial e de «esquemas clientelísticos de pensamento» que sobreviveram à independência política e que o discurso *mestiço* continua a alimentar; (3) maior amplitude política que a do nacionalismo africano que, tributário de estruturas políticas, administrativas e ideológicas ocidentais, abriu as portas ao neo-colonialismo⁴⁹⁴.

Quando Gomes dos Anjos defende que «a identidade nacional de um país é fundamentalmente objecto de disputa, portanto não existindo independentemente dos agentes

⁴⁹¹ Sobretudo por provir de alguém insuspeito de simpatias pela abordagem de uma qualquer cabo-verdianidade pela óptica da mestiçagem e da hibridiz cultural, que considera como manifestações branqueadoras de concepções racialistas e de hierarquias culturais assentes no primado da europeidade, elas próprias pelo menos parcialmente explicáveis no quadro da geografia cultural e racial do arquipélago.

⁴⁹² Em 1991, ocorrem as primeiras eleições livres em Cabo Verde, num quadro multipartidário, tendo a vitória cabido ao MpD (Movimento para a Democracia).

⁴⁹³ *Ibid.*, p. 293.

⁴⁹⁴ Cf. «O nascimento da tradição cabo-verdiana e de sua cultura política sob enfoque sociológico», *op. cit.*, p. 25.

que debatem a sua definição»⁴⁹⁵, negligencia a segunda parte do processo que é a internalização dessas definições identitárias, por parte dos nacionais desse país, através dos mecanismos da socialização, da literatura, dos discursos oficiais e, de uma forma geral, de todos os veículos legitimados pela chancela estatal. Decorrente da vinculação das elites intelectuais ao poder político, o que era apenas *uma* representação da nação tornou-se tendencialmente constituinte dos representados.

Em consonância com a tradição académica brasileira, o autor evita a retórica da criouliização. Dos termos que sugerem a ideia de mistura, mescla, ou confluência, só *mestiçagem* marca presença e, ainda assim, apenas como crítica ao discurso identitário nela fundado e não como referência ao seu eventual potencial hibridizante. Também termos centrais nos estudos pós-coloniais, como *hibridação*, *cosmopolitismo*, *transculturalidade* e outros descritores das dinâmicas culturais e sociais da globalização, em que, pela sua dimensão de nação diaspórica, Cabo Verde está envolvido, são quase ignorados. Ao facto não deve ser alheia a linha de interpretação do autor, orientada para a análise das estruturas de dominação, do ponto de vista do conflito (*disputa* e *luta* são constantes terminológicas dos seus textos). A sua afirmação das fracturas culturais entre os grupos dominante e dominado, herdadas da época colonial e mantidas na pós-colonial, impede-o de caracterizar como crioula a sociedade insular, já que a criouliização pressupõe reformulações a partir dos referentes culturais matriciais e, nessa medida, continuidades e não apenas fracturas. Se Gomes dos Anjos está próximo da corrente académica brasileira associada ao activismo *negro*⁴⁹⁶, ele escapa, contudo, à diabolização da mestiçagem e ao apelo a qualquer busca de autenticidade centrada nas origens africanas. Rejeitando concepções essencialistas da nação, afirma o carácter estratégico da definição da identidade nacional e apresenta o que quanto a si constitui o modelo mais adequado à realidade cabo-verdiana, no seio do cardápio das propostas identitárias nacionais – o africano.

Numa posição igualmente reabilitadora do legado africano, mas mais em consonância com as temáticas e léxico das correntes pós-coloniais, a análise de Gabriel Fernandes revela-se politicamente menos empenhada e, porque mais contempladora da contextualização histórica dos fenómenos analisados, conduz a interpretações menos simplistas e redutoras. Porém, também ele se revela céptico quanto ao potencial criador da mestiçagem como agente cultural e de mudança social: «afigura-se-nos bastante questionável a ampla proeminência atribuída ao *mestiço* na edificação do cenário sócio-cultural cabo-verdiano. Ao contrário, cremos que ele foi menos proativo que reativo, em estruturas de oportunidades e bloqueios que pouco influenciou e jamais controlou.» Dada a extensão da mestiçagem em todo o

⁴⁹⁵ «Representações sobre a Nação Cabo-Verdiana (...)», *op. cit.*, p. 13. Ressaltando o carácter eminentemente arbitrário das construções nacionais, Anjos afirma mesmo que, perante a ausência de configurações nacionais ante-coloniais e dada a dispersão geográfica e a diversidade cultural e racial do arquipélago de Cabo Verde, «a construção de uma nação reunindo as dez ilhas é tão arbitrária quanto a inclusão da Guiné ou qualquer outro recorte de nação». *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, *op. cit.*, p. 175.

⁴⁹⁶ Sobre a consonância de Gomes dos Anjos com este movimento, veja-se, por exemplo, o seu texto «Se as Raças Não Existem, É Inegável que Insistem!», no qual o autor expõe o argumentário dos académicos ligados ao movimento *negro*, ao desmontar as proposições dos que se opõem à crescente institucionalização da raça no Brasil, mormente através das medidas de 'discriminação positiva'. Disponível em linha, em:

pticasdejusiaediversidadecultural.blogspot.com/2007/06/se-as-raas-no-existem-inegvel-que.html

arquipélago e o seu efeito despolarizador, «num campo de interacção em que o branco enegrece e o negro se autopercebe branco, perde seu valor explicativo o mestiço.»⁴⁹⁷ Experiência da mestiçagem tê-la-ão sentido os cabo-verdianos, por exemplo, quando migravam para as colónias africanas de Portugal, onde constituíam uma camada intermédia entre *brancos e negros*⁴⁹⁸.

Na rejeição das potencialidades mobilizadoras duma auto-consciência *mestiça* em Cabo Verde, Fernandes distancia-se de Gabriel Mariano, o pioneiro da teorização do *mestiço* cabo-verdiano como o grande arquitecto da sociedade insular. Na sua colectânea de ensaios⁴⁹⁹, Mariano inflecte neste ponto o discurso luso-tropicalista de Freyre e da ideologia colonial portuguesa. A sua perspectiva é a de que o protagonista da construção da sociedade insular não foi o português, mas o *mestiço*. Como identidade híbrida e expressão da transposição de fronteiras biológicas e culturais, o *mestiço* teria sido o grande agente da mudança social no arquipélago. Teria sido a «vocação do mulato cabo-verdiano para quebrar a rigidez e a agressividade dos ritos de convívio social»⁵⁰⁰, que teria permitido a formação de uma sociedade que Mariano considerava plenamente integrada e homogénea, com um povo e uma cultura *mestiços*.

Onésimo Silveira afina pelo mesmo diapasão de Gabriel Mariano, quando considera o *mestiço* cabo-verdiano «criatura da colonização e criador das suas próprias formas de diferenciação em relação aos valores estruturantes da sua mestiçagem, tanto os negros como os brancos.»⁵⁰¹

Numa perspectiva oposta à de Gabriel Mariano, Aimé Césaire nega a possibilidade de uma cultura *mestiça*. No primeiro Congresso dos Escritores Negros, em Paris, em 1956, Césaire dizia: «c'est parce qu'une culture n'est pas une simple juxtaposition de traits culturels qu'il ne saurait y avoir de culture métisse». Considerava que era da própria natureza da situação colonial que esta condenasse as diferentes culturas em presença – a do colonizado e a do colonizador – a não se fundirem e a permanecerem justapostas, formando um mosaico e não uma totalidade harmoniosa, ou seja, uma civilização. Só uma situação de liberdade, incompatível com a situação colonial, permitia a um povo seleccionar das outras culturas os aspectos que lhe convinham. Do que era imposto não podia haver integração. E adiantava que não negava a possibilidade de *mestiços* biológicos puderem fundar uma civilização; simplesmente, ela só o seria se não fosse *mestiça*. Ou seja, o autor caribenho desvinculava a condição biológica *mestiça* de quaisquer correspondências com traços culturais específicos e afirmava a impossibilidade radical de uma civilização *mestiça*, pela ausência de um estilo que abarcasse todas as manifestações humanas. Césaire fala em «anarquia cultural»,

⁴⁹⁷ A diluição da África (...), op. cit., p. 49.

⁴⁹⁸ *Ibid.*, p. 52.

⁴⁹⁹ Publicada com o título *Cultura Caboverdeana – Ensaios*, op. cit..

⁵⁰⁰ Gabriel Mariano, «Do funco ao sobrado ou o “mundo” que o mulato criou», op. cit., pp. 36-37 e 42.

⁵⁰¹ *Op. cit.*, p. 129.

caracterizada pela presença de uma cultura europeia, das elites, e uma outra, indígena, reservada pela cultura hegemónica ao estatuto de sub-cultura⁵⁰².

A geração do Seminário-Liceu

A participação dos *filhos da terra* na administração das ilhas funda-se numa longa tradição. Face às questões que a inteira novidade de todas as experiências relacionadas com o povoamento do arquipélago levantavam, as relações entre o centro colonial e esta periferia caracterizaram-se, desde o princípio, por considerável ambiguidade e desviaram-se da lógica e das práticas coloniais características doutros espaços ultramarinos. A falta de indivíduos que preenchessem os requisitos para o provimento dos cargos da administração pública – a «limpeza de sangue e partes e qualidade»⁵⁰³ – conduziu à maleabilização destes critérios e à admissão de *mestiços* e *negros* no funcionalismo régio. O acesso precoce à administração por parte dos homens da *governança* locais, *brancos* e *não brancos*, e o seu acesso directo ao rei, via câmara da Ribeira Grande, ilustra esta ambiguidade, na medida em que este era um importante órgão da gestão insular, dada a distância do poder central e as vezes em que assumia a sua representação no arquipélago. Perante a crescente falta de atractibilidade económica do arquipélago, a dificuldade no provimento de determinados ofícios régios, levava a que estes fossem desempenhados pela elite insular, que os acumulava com o exercício dos cargos concelhios. Mesmo nos relativamente frequentes períodos de vacância do governo das ilhas, era a elite local que, através da câmara da Ribeira Grande, o assumia interinamente. O consulado de Pombal, marcado por um reforço da afirmação do poder central no arquipélago e pela acção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, marcou apenas um interregno nesta tradição de considerável autonomia administrativa das elites insulares.

Já na fase pós-Conferência de Berlim, a imprensa protagonizou este diálogo das elites locais crioulas com a Coroa e com a República.⁵⁰⁴ Os principais expoentes do *nacionalismo lusitano-crioulo*⁵⁰⁵, a geração da fase final da monarquia e da implantação da República, reafirmam a sua lealdade política ao Estado português e a sua adesão orgulhosa à cultura lusa, o que não os impede de valorizar as expressões culturais crioulas, como o dialecto falado nas ilhas, ou mesmo outras mais vincadamente africanas, como a tabanca. Perante a hipótese de venda de espaços ultramarinos portugueses a outras potências coloniais, Eugénio Tavares revela «preferir à dourada e infamante felicidade de passar a ser estrangeiros, que se nos

⁵⁰² Cf. Aimé Césaire, «Culture et Colonisation», *Présence Africaine*, número especial – Le 1^{er} Congrès International des Écrivains et Artistes Noirs (Paris-Sorbonne-19-22 Setembro 1956 –, n^{os} 8-9-10, Junho-Novembro de 1956, pp. 202-203.

⁵⁰³ Zelinda Cohen, «Cabo Verde – Da criouliização do homem à criouliização do aparelho de Estado», *op. cit.*, p. 13.

⁵⁰⁴ Também Fernandes considera que, «de certa forma, e salvaguardadas as devidas proporções, jornais e revistas terão representado para os seus dinamizadores aquilo que os senados das câmaras haviam representado para os chamados “homens da governança”. Ambos pressupõem algum tipo de influência dos chamados filhos da terra sobre os decisores políticos metropolitanos.» Cf. *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006, p. 100.

⁵⁰⁵ A Gabriel Fernandes, como a outros, repugna qualificar de protonacionalistas expressões política e culturalmente vinculadas aos e orientadas para os Estado e cultura lusas. *Ibid.*, pp. 130-131. O conceito de *nacionalismo lusitano-crioulo* traduz melhor o sentimento de total pertença à nação portuguesa e simultaneamente o apego aos traços culturais locais.

oferece, esta inextinguível mas honrosa desgraça de morrer portugueses»⁵⁰⁶. É ao assumir-se nação portuguesa que à elite arquipelágica repugna o teor colonial das relações com o Estado português. É porque se sente tão portuguesa como a metropolitana que exige ser tratada em igualdade de circunstâncias pelo Estado português. Quanto a Gabriel Fernandes, a insatisfação desta geração residia na desproporção entre as expectativas investidas na posse desse capital cultural e escolar e o acesso real aos vários níveis da hierarquia administrativa local. A manifesta desigualdade de critérios na «partilha» desse «*mínimo cultural compartilhado*», que levava os letrados locais a serem preteridos por metropolitanos de iguais ou inferiores recursos escolares, levou a geração formada ou tendo passado pelo Seminário de São Nicolau a «procurar resgatar os traços da cultura acobertados sob a lógica assimilacionista», sem, contudo, deixar de afirmar a sua fidelidade à pátria e cultura lusas⁵⁰⁷, mesmo quando se manifestava mais contundente na sua crítica à incúria do poder central, reflectida nos crescentemente recorrentes episódios de mortalidade catastrófica.

Mesmo o centralismo e autoritarismo do Estado Novo não porão cobro à relevância política da elite endógena, otimizando o capital escolar que a elite acumulara, sobretudo desde a fundação, em 1866, do Seminário-Liceu de São Nicolau, para a transformar em parceira privilegiada na administração dos outros espaços coloniais portugueses. Perante o endurecimento do poder no centro e a sua extensão nas periferias, a elite intelectual *claridosa* abandonou a contundência do discurso da geração que a precedera, e, sem abdicar da sua postura crítica de porta-voz dos ilhéus, utilizou estrategicamente a literatura e o acesso à imprensa local do Estado para expor as carências do arquipélago e a negligência e incompetência de Próspero, sem explicitamente as nomear. Em face dos condicionalismos político-ideológicos da época, ousou fazer a crítica, sem que, naturalmente, a pudesse ter feito acompanhar da contundência de verbo que a maior liberdade de imprensa da Primeira República permitira aos plumitivos da geração anterior.

A geração *claridosa*

O grupo de intelectuais reunido em torno da revista *Claridade*⁵⁰⁸ radicou a cultura cabo-verdiana no complexo da cultura portuguesa, entendendo-a como uma variante regional

⁵⁰⁶ Eugénio Tavares, 1899, *ap.* Fernandes, *Em busca da nação (...)*, op. cit., p. 141. Já nos anos trinta, Eugénio Tavares continuava a considerar que a grande ameaça ao Ultramar português não provinha da resistência oferecida pelas populações nativas da África continental, mas das «chancelarias europeias» e da sua «bulímia colonial», que as impedia de perceber que «as colónias portuguesas não são propriedades de Portugal, porque constituem o próprio Portugal» e que «arrebatar a Portugal uma colónia, é trincar-lhe o todo étnico, é amputar-lhe um membro vital, é alterar a harmonia física e moral de uma família histórica.» Cf. «O perigo branco», in *O Eco de Cabo Verde*, nº 3, 1 de Janeiro de 1933, p. 4 (artigo previamente publicado no periódico *Alvorada*).

⁵⁰⁷ *A diluição da África (...)*, op. cit., p. 222.

⁵⁰⁸ A dispersão dos colaboradores e a falta de meios explicam que, em três décadas, se tenham publicado apenas nove números da revista (o primeiro número sai em 1936 e o último, em 1966) e sem periodicidade regular. Apesar de relativamente escassa, esta produção foi de tal forma importante e influente nos coetâneos e nas gerações posteriores, que a *Claridade* e o movimento literário-ensaístico que lhe está associado permanecem a principal referência cronológica do discurso sobre a identidade nacional dos ilhéus, considerando-se *pré-claridosa* a geração que a antecedeu e *pós-claridosa* a que lhe sucedeu. Manuel Ferreira considera a *Claridade* «o maior acontecimento de todos os tempos na vida literária e cultural de Cabo Verde». Cf. «O Texto Brasileiro na Literatura Caboverdiana», *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 81.

dessa cultura e, porque variante, com elementos específicos e mais ou menos diferenciados do núcleo central metropolitano.⁵⁰⁹

O «propósito de caboverdianização temática»⁵¹⁰ dos fundadores e colaboradores da revista fazia-os volver o olhar sobre as realidades ecológica, social e cultural insulares. Toda a produção *claridosa* se revestiu de um cunho telúrico muito vincado, fazendo a denúncia das condições materiais de existência dos ilhéus, dos recorrentes períodos de seca, carência de alimentos e mortalidade catastrófica e das estratégias migratórias de fuga à fome, em especial das levas de famintos que os poderes públicos orientavam para São Tomé. Porém, distanciando-se da interventividade política do movimento neo-realista metropolitano coetâneo, os *claridosos* assumiam uma estratégia essencialmente culturalista, assente na afirmação da portugalidade, logo da europeidade, da cultura cabo-verdiana, e no correlativo e crescente distanciamento face a um continente, com o qual só partilhavam a proximidade física e a origem remota dos antepassados, constatável no legado fenotípico e nalgumas quantitativamente pouco significativas manifestações culturais, aliás, circunscritas ao sub-arquipélago do Sul.

Tal como acontecera com Gilberto Freyre, no Brasil, a *Claridade* foi pioneira, em Cabo Verde, da construção de e do regozijo perante uma identidade *mestiça*, quando no Portugal metropolitano ainda circulavam no meio científico (e político) as teses de enaltecimento da raça e se considerava a mestiçagem potencial causa de degeneração da mesma (vd. o que afirmámos sobre os discursos de Eusébio Tamagnini e Mendes Correia acerca da mestiçagem, em 2.5., pp. 115-117).

Para Manuel Lopes⁵¹¹, um dos nomes grandes do movimento, a *Claridade* teria constituído uma «revolução literária» e uma «tomada de Bastilha», ao assumir a dupla matriz dos cabo-verdianos, numa época em que a memória da escravatura era (e é) ainda muito recente⁵¹² e a herança africana constituía um entrave à almejada mobilidade ascendente dos ilhéus. As manifestações (meramente exteriores) de africanidade não deviam ser compulsivamente eliminadas. Tratava-se, antes, de um processo aculturativo de orientação europeia (a «aristocratização»), desejado e irreversível, que por isso dispensava a coacção. Afinal, as sobrevivências da herança africana haviam-se tornado «residuais»⁵¹³ e estavam condenadas à extinção⁵¹⁴.

⁵⁰⁹ Num debate organizado por Almerindo Lessa, em São Vicente, em 1956, sobre o homem cabo-verdiano, discorreu-se sobre se este constituiria ou não uma individualidade cultural. Baltasar Lopes, Júlio Monteiro e Daniel Tavares pronunciaram-se negativamente, concedendo apenas a existência de «caracteres regionais» da matriz portuguesa hegemónica. Discordando dos supracitados, António Aurélio Gonçalves inclinava-se a aceitar a existência de «uma tentativa de civilização» cabo-verdiana, que era, porém, contrariada, quer por uma «crise de imaginação» quer pela cruzada europeizadora da elite intelectual do arquipélago. Cf. Almerindo Lessa e Jacques Ruffié (orgs.), *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde e Mesa redonda sobre o homem caboverdiano*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1957, pp. 113-118.

⁵¹⁰ Baltasar Lopes, «Depoimentos de Baltasar Lopes e Manuel Lopes», *Claridade: revista de arte e letras*, org., coord., e dir. de Manuel Ferreira, Linda-a-Velha, ALAC, 2ª ed. (fac-similada), s.d., p. XV.

⁵¹¹ Manuel Lopes foi, juntamente com Jorge Barbosa e Baltasar Lopes, fundador da revista. Como a actividade de professor no ensino público – leccionava no Liceu Gil Eanes, na cidade do Mindelo – impedia este último de assumir oficialmente a direcção da revista, Manuel Lopes foi o seu primeiro director.

⁵¹² As entrevistas que efectuámos revelaram-nos como a memória do passado recente da escravatura permanece ainda muito viva entre os ilhéus, tanto entre os descendentes de escravos como entre os descendentes de escravocratas, e como se mantém um elemento relevante na estruturação das relações sociais na ilha do Fogo.

⁵¹³ E, além de residuais, estavam confinadas às duas ilhas do povoamento inicial, Santiago e Fogo, mormente à primeira. João Lopes considerava Santiago «em parte um compartimento estanque em Cabo Verde» e Baltasar Lopes

Esta concepção eurocêntrica da identidade cabo-verdiana, tão veementemente afirmada pela elite *claridosa*, explica a susceptibilidade revelada perante a interpretação africana da população do arquipélago, feita por Gilberto Freyre. Este visitou Cabo Verde, em 1951, na sequência do convite que o então ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, lhe fizera para um périplo pelo *Mundo Português*. Tendo passado, em escassos dias, por três ilhas (Santiago, São Vicente e Sal), teceu algumas considerações sobre o que teria observado, que incluiu na sua obra *Aventura e Rotina*, publicada em 1953. Para Freyre, quer a fenotipia quer os costumes quer a língua da população eram predominantemente africanos, exceptuando-se o funcionalismo e os negócios, únicos redutos da Europa. Para colmatar a «instabilidade» e «incaracterização cultural» de uma população que rejeitava o seu passado africano, mas que era predominantemente africana, Freyre propunha uma europeização cultural do arquipélago, pela melhoria da sua situação económica⁵¹⁵.

O desagrado e a mágoa que estas impressões causaram à elite intelectual das ilhas foram proporcionais ao entusiasmo e à expectativa suscitados pela sua visita e à grande receptividade de obras suas anteriores, mormente de *Casa-Grande & Senzala*. Quase cinco anos depois da visita, e três depois da publicação de *Aventura e Rotina*, Baltasar Lopes faz uma crítica aos comentários de Freyre, sob a forma de seis crónicas apresentadas num programa de rádio. Logo na primeira emissão, desabafa: «O Messias desiludiu-nos.»⁵¹⁶ Considera que foi a análise pouco sistematizada e o curto tempo da sua estadia que traíram Freyre e que o fizeram tomar o fenótipo negróide (a «maquilhagem epidérmica») dos cabo-verdianos, onde a presença de África é notória, pela sua cultura.⁵¹⁷ Rejeita as semelhanças sócio-culturais encontradas por Freyre e Archibald Lyall⁵¹⁸ entre Cabo Verde e as Antilhas e mesmo entre Cabo Verde e o Brasil, referindo as heranças africanas no arquipélago – como a tabanca – como «resíduo» e contrapondo-as à «vitalidade dos cultos antilhanos de proveniência africana»⁵¹⁹.

Para todo o grupo *claridoso*, a cultura cabo-verdiana é entendida como uma variante regional da cultura portuguesa, e, porque variante, com elementos específicos e diferenciados

dizia que se encontrava ainda em fase de «*adaptação*». Cf., respectivamente, «Apontamento», *Claridade*, nº 1, Março de 1936, p. 9 e «Uma experiência românica nos trópicos – I», *Claridade*, nº 4, Janeiro de 1947, p. 19.

Mesmo actualmente, Santiago permanece internalizada como a ilha africana do arquipélago; o facto de ter absorvido a grande parte dos africanos escravizados que se fixaram no arquipélago, a menor abrangência da mestiçagem e a maior distância entre escravos e senhores de escravos, proporcionada pela maior dimensão da propriedade fundiária, confluíram para que a população de Santiago se apresentasse globalmente fenotípica e culturalmente mais próxima do continente africano do que as outras ilhas, sobretudo as do grupo de Barlavento, como São Vicente, ilha-emblema da europeidade no arquipélago. Todavia, constituindo pólo de atracção económica no contexto do arquipélago, é possível que a afluência de migrantes das outras ilhas, os contributos trazidos pela diáspora e pelos *media*, e, de uma forma geral, os processos de globalização cultural inerentes à globalização económica, contribuam certamente para atenuar esta maior presença de África na ilha capital do arquipélago.

⁵¹⁴ As citações foram retiradas de um texto de Manuel Lopes onde estão condensadas as principais linhas de força das representações da identidade cabo-verdiana veiculadas pelo grupo. Referimo-nos a «Temas cabo-verdianos», *Estudos Ultramarinos*, Lisboa, nº 3, 1959, pp. 81-88.

⁵¹⁵ *Aventura e Rotina* – *Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e ação*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, pp. 291 e 304.

⁵¹⁶ Baltasar Lopes, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, Apontamentos lidos ao microfone de Rádio Barlavento, 1ª emissão, 12/05/1956, Praia, Imprensa Nacional, 1956, p. 11.

⁵¹⁷ Noutra ocasião, Baltasar considerará que ao fenótipo negróide se juntava a precaridade das condições de vida da população (que se apresentava mal nutrida, mal trajada e insuficientemente assistida do ponto de vista médico) como ludibriante da europeidade dos cabo-verdianos. Cf. Almerindo Lessa e Jacques Ruffié (orgs.), *Mesa redonda sobre o homem caboverdiano*, op. cit., pp. 114-115.

⁵¹⁸ A quem reputa de «observadores turísticos». Cf. 3ª emissão, 26/05/1956, op. cit., p. 23.

⁵¹⁹ *Ibid.*, p. 19.

do núcleo central metropolitano. Estes elementos são os constituídos pela componente africana da cultura de Cabo Verde, cuja importância relativa no conjunto das expressões culturais do arquipélago é, à excepção de Santiago, residual. Baltasar não podia, pois, deixar de se indignar com a afirmação de Freyre da africanidade dos cabo-verdianos: «Acode-me ao bico da pena o adjectivo “absurdo” para qualificar esta caracterização que Gilberto Freyre concebeu, à *vol d’oiseau*, do homem cabo-verdiano. Pela cabeça de quem, medianamente informado das coisas de Cabo Verde, é que passa que o cabo-verdiano é mais africano do que português?»⁵²⁰

Nas emissões seguintes (de 26/05/1956, 02/06/1956 e 09/06/1956, respectivamente), discorre sobretudo sobre as referências pouco lisonjeiras que Freyre faz ao crioulo cabo-verdiano (Freyre afirmara que o crioulo o repugnara⁵²¹) e que ele considera a-científicas. Se atendermos ao peso do estudo do dialecto crioulo na economia da obra de Baltasar Lopes e ao seu empenho na sua valorização, considerando qualquer tentativa de erradicação do crioulo como «crime de genocídio»⁵²², de tal forma ele é «a própria carne e vida da população»⁵²³, a contundência de Freyre acerca do crioulo foi certamente causa de grande melindre.

Também de Manuel Ferreira partiu uma reacção pública às considerações de Gilberto Freyre sobre a africanidade do arquipélago. Das lacunas metodológicas – impressionismo, generalizações abusivas, falta de sustentação empírica das suas teses sobre a cultura cabo-verdiana⁵²⁴ –, só poderia advir uma avaliação distorcida: o sociólogo brasileiro «estigmatizou o cabo-verdiano com uma pesada herança africana», quando o «seu traço [é] predominantemente europeu.»⁵²⁵

Esta representação da identidade cabo-verdiana como predominantemente europeia não se circunscrevia à elite intelectual *claridosa*. As características sociológicas do arquipélago – a miscigenação quase generalizada, o comparativamente elevado grau de assimilação dos padrões culturais europeus, a tradicional parceria na administração do Império, que remontava aos primórdios do povoamento, uma elite formada nos códigos culturais, sociais e políticos europeus e que se sentia tão lusitana quanto a metropolitana – geraram na população a convicção da sua diferença ontológica face ao africano (continental). Tenhamos presente que foi essencialmente a posse desse capital cultural europeu que conferiu ao arquipélago a sua especificidade no contexto da colonização portuguesa de África. Ela foi transversal a todos os estratos sociais (exceptuando, talvez, alguns núcleos mais interiorâneos da ilha de Santiago), tal como transversal foi a falta de receptividade da população ao modelo africanista proposto pela Geração de 50, que culminou com o figurino político da Unidade Guiné-Cabo Verde, no pós-independência.

⁵²⁰ 2ª emissão – 19/05/1956, *in ibid.*, p. 14.

⁵²¹ *Aventura e Rotina (...)*, op. cit., p. 301.

⁵²² 4ª emissão – 02/06/1956, *in ibid.*, p. 30.

⁵²³ Baltasar Lopes, «Uma experiência românica nos trópicos – I», *op. cit.*, p. 20.

⁵²⁴ *A aventura crioula*, op. cit., p. 96.

⁵²⁵ «Do Regionalismo Cabo-Verdiano», *Ocidente*, vol. LXIII, nº 294, 1962, p. 177. Alguns anos antes, Júlio Monteiro afirmara inequivocamente: «o paradigma da nossa evolução foi a própria metrópole. Nós temos vindo evoluindo exactamente no sentido de obter uma identificação, tanto quanto possível, com o europeu. Essa identificação, já se fez no ponto de vista espiritual, moral, étnico.» Almerindo Lessa e Jacques Ruffié (orgs.), *Mesa redonda sobre o homem caboverdiano*, op. cit., p. 115.

Os escravos africanos que desembarcavam no arquipélago – os das levas iniciais, mas também os que até à abolição da escravatura foram afluindo, cada vez em muito menor número –, ao contrário do que se passava com os nascidos nas ilhas, vinham ainda *boçais*, não tendo sido iniciados nem nas rotinas do trabalho ao qual eram destinados, nem nos rudimentos da religião católica, nem, sobretudo, na língua falada pelos ilhéus. A associação entre *boçalidade*, estatuto escravo e origem geográfica (africana) forjou a representação do africano em Cabo Verde, e atravessou as diferentes classes sociais e categorias cromáticas.⁵²⁶ Para a ainda muito viva e actuante memória da escravatura contribui com certeza a etnicização da origem geográfica. *África* ou *Guiné* são categorias que continuam a corporizar o estado selvagem, o atraso civilizacional, porque a referência permanece a dos padrões ocidentais. O carácter insular do território, mantendo-o próximo, mas simultaneamente separado de África, reforça esta representação da excepcionalidade dos cabo-verdianos no contexto da colonização portuguesa.

À excepção dos elementos da geração pós-*claridosa* mais empenhados politicamente na contestação à presença colonial portuguesa em África, cremos que se gerou, mesmo fora do arquipélago, um certo consenso acerca da prevalência da componente europeia da cultura cabo-verdiana.⁵²⁷ Não sendo surpreendente em autores portugueses, como Augusto Casimiro⁵²⁸, Orlando Ribeiro ou, pela sua proximidade com os *claridosos*, Manuel Ferreira, que contribuiu para expandir na academia portuguesa esta representação da matriz cultural europeia dos ilhéus⁵²⁹, é, porém, significativo que um investigador menos comprometido

⁵²⁶ Durante o tempo que permanecemos no arquipélago, pudemos aperceber-nos como, apesar do fácil acesso aos *media* dos intelectuais veiculadores da retórica da africanidade da cultura cabo-verdiana, *África* permanece uma referência com forte carga negativa. Quer no decorrer das entrevistas efectuadas, quer noutros contextos mais informais, ouvimos frequentemente evocações pejorativas ao continente africano, muitas vezes corporizado na categoria *Guiné*, cujo conteúdo se associa à indigência de todo o tipo de capital – económico, educacional, político, social. Recorrentemente, *Guiné* e *preto di Guiné* surgiam como entidades sócio-culturais distantes, face às quais se denotava a ausência de qualquer vestígio de simpatia fundado numa remota parceria cultural ou genética. Esta representação negativa do africano era especialmente evidente nos segmentos menos letrados da população, onde o discurso fluía menos censurado por preocupações de coerência interna e de correcção política. *África*, ou simplesmente *Guiné*, face às quais se estabelece uma diferenciação positiva, permanecem, pois, estruturantes da identidade nacional. Se a reprodução das representações de Cabo Verde e da cabo-verdianidade permanecem ancoradas na ideia de mestiçagem, esta teria ajudado a criar um fantasma, «o fantasma do africano negro e de como lidar com ele, a sua corporalidade, a sua cultura, a sua herança.» Na fantasmagorização do negro africano que teria acompanhado o processo de criouliização, este teria sido «simbolicamente aprisionado no território continental, do qual as ilhas se encontram seguramente separadas por oceano.» Cf. Miguel Vale de Almeida, «Criouliização e Fantasmagoria», *Série Antropologia*, 365, Brasília, 2004, pp. 9-10. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie365empdf.pdf>

Para Gabriel Fernandes, a grande receptividade das teses lusotropicalistas pela geração *claridosa* (quando elas já eram rejeitadas nas colónias portuguesas da África continental) deve-se ao seu aproveitamento como «suporte científico ao esconjuramento da *africanidade* do cabo-verdiano.» Cf. *A diluição da África (...)*, op. cit., p. 229. Também na ilha de Reunião, cujo povoamento data da iniciativa europeia da época moderna, à semelhança de Cabo Verde, tendo então, e também como este, sido colonizada *ex nihilo*, os marcadores somáticos negróides são avaliados negativamente e mesmo a parte da população que mais os evidencia, recusa o legado africano da sua origem. Cf. F. Laurent Medea, «Identity formation in La Réunion».

⁵²⁷ Francisco José Tenreiro considerava Cabo Verde «uma “adjacência” que resultou muito mais da irradiação da cultura portuguesa, **em bloco**, para o arquipélago, do que propriamente de um lento processo de assimilação» e «o limite Sul da transplantação da cultura portuguesa nos arquipélagos [atlânticos].» Cf. «Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta», *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, nº 76, 1 de Janeiro de 1956, p. 17. [Negrito nosso]

⁵²⁸ «Em toda a parte a língua, a religião, os costumes são os de Portugal. Sobre o fundo africano o *etos* português impõe-se.» Cf. Augusto Casimiro, *Portugal Crioulo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1940, p. 17.

⁵²⁹ Ferreira afirma que «No percurso histórico e social do homem cabo-verdiano, os traços ou padrões de cultura africana, ao longo do século, foram-se diluindo nos estratos culturais europeus (...)» ou ainda que «há séculos ter sido cerceado o cordão umbilical com a África e os grandes fluxos e refluxos humanos e culturais terem vindo a orientar-se particularmente para a Europa (...)» Cf. Manuel Ferreira (org.), *No reino de Caliban I: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, op. cit., pp. 18 e 70, respectivamente. Já antes declarara sobre os cabo-verdianos que «a sua cultura é essencialmente europeia e o seu comportamento psicológico e social é, essencialmente, ainda,

afectivamente quer com a antiga metrópole quer com o arquipélago, como Charles Boxer, conceda que, ao contrário do sucedido nos territórios continentais, onde «fosse mais o caso dos comerciantes e aventureiros portugueses africanizados do que o dos negros europeizados», em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe os traços da cultura europeia são dominantes, e refira que «a amálgama racial completou-se, predominando o elemento negro na constituição física e o português no aspecto cultural.»⁵³⁰

Também Fernandes considera que a europeização foi transversal às várias camadas sociais. Tendo constituído a principal estratégia de mobilidade ascendente (o «assimilacionismo» como «ferramenta de autopromoção»⁵³¹) por parte dos *mestiços* (e *mestiços* são quase todos os cabo-verdianos) «foi a de maior impacto sobre a dinâmica de identidade individual e coletiva.»⁵³² O capital escolar – naturalmente, de matriz europeia – era um importante canal da mobilidade social ascendente; daí que a acção da Igreja, a quem, como noutras partes do Império, além da catequização, coube a instrução dos nativos, tivesse encontrado grande receptividade. A sua acção, conjugada com a memória da escravatura, contribuiu para o processo de «ocultamento» dos elementos da cultura africana, a ponto de «quanto mais negros chegavam ao pólo dominante da estrutura social cabo-verdiana, mais *branca* se tornava a sociedade.»⁵³³

Porém, de entre as abordagens actuais da identidade cabo-verdiana, a que mais inequivocamente acentua o predomínio da matriz cultural portuguesa sobre a africana – não genericamente europeia, mas concretamente portuguesa – é a de Onésimo Silveira. Aquele que outrora foi um dos elementos da geração de 50 mais críticos ao que entendiam ter sido a falta de empenhamento político da geração *claridosa*⁵³⁴, passadas mais de quatro décadas, é talvez o autor cabo-verdiano contemporâneo mais próximo do ideário *claridoso*⁵³⁵. O actual Onésimo considera a nação cabo-verdiana «a um tempo criação de Portugal e obra do *acaso e da necessidade*»⁵³⁶, condensando as que, também quanto a nós, constituem as grandes linhas estruturadoras da sociedade cabo-verdiana: (1) a gestão do capital geo-estratégico do arquipélago no contexto da estratégia expansionista portuguesa de Quatrocentos e Quinhentos; (2) a vulnerabilidade do Próspero português, conjugada com a falta de atractibilidade do arquipélago, que não se mostrou suficientemente interessante para atrair colonizadores metropolitanos; (3) a inteira novidade de todas as experiências – humanas, sociais, ecológicas, políticas; (4) o contexto generalizado de privação (dos referentes

europeu» – «Consciência Literária Cabo-Verdiana. Quatro gerações: Claridade – Certeza – Suplemento Literário – Boletim do Liceu Gil Eanes», *Estudos Ultramarinos*, nº 3, 1959, p. 50.

⁵³⁰ *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*, Porto, Edições Afrontamento, 2ª ed., 1988 [1963], pp. 18 e 19.

⁵³¹ *A diluição de África (...)*, op. cit., p. 67.

⁵³² *Ibid.*, p. 49.

⁵³³ *Ibid.*, p. 220.

⁵³⁴ Onésimo acusa os claridosos de «indiferença» perante as mortalidades catastróficas provocadas pelas *crises* da década de quarenta, qualifica a sua literatura de «inautêntica» e critica a sua «mentalidade saturadamente europeia», de «nítida fuga aos componentes negróides da cultura cabo-verdiana». Cf. *Concienalização na literatura caboverdiana*, Lisboa, Edição da Casa dos Estudantes do Império, 1963, pp. 13, 15, 16 e 20, respectivamente.

⁵³⁵ José Luís Hopffer Almada inclui-o entre «os discípulos neo-claridosos de Baltasar Lopes da Silva». Cf. «Indagação identitária, síndromas de orfandade continental nos discursos caboverdianos da criouliidade e novos desafios de desenvolvimento», publicado pelo *Liberal Online*, a 29 de Abril de 2007. Disponível em:

<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=13185&idSeccao=533&Action=noticia>

⁵³⁶ *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Edições Colibri, 2005, p. 66.

ecológicos, sociais, políticos e culturais das terras de origem) dos dois contingentes populacionais iniciais (o europeu e o africano), que partem de posições muito assimétricas de poder; e (5) a acção conjugada dos factores supra mencionados que foi dissolvente dessas assimetrias e que engendrou formas de relacionamento humano e entre os homens e o meio natural que viriam a conformar a cultura cabo-verdiana.

Afirmando inequivocamente que «sendo tributária de contribuições étnicas diferenciadas, a sociedade cabo-verdiana é, no entanto, detentora de padrões de comportamento e de cultura que destacam, **com particular relevo**, a sua raiz europeia» e que «(...) causa certa perplexidade que **só alguns** traços culturais [africanos] tenham, em certa medida, resistido à força do empreendimento assimilacionista»⁵³⁷, Onésimo está muito próximo das narrativas identitárias do regionalismo português cabo-verdiano, propaladas pela geração *claridosa*.

A representação *claridosa* da identidade cabo-verdiana como fundamentalmente europeia afastava-a da coetânea corrente da *negritude*. O movimento fundado, a partir de finais da década de trinta, por três francófonos (o senegalês Léopold Sédar Senghor, o martiniquês, Aimé Césaire e o guianense Léon-Gontran Damas), revestia-se de um carácter de denúncia: a empresa colonial e o rol de humilhações a que sujeitara o indivíduo colonizado, mormente o *negro* africano – pela sua escravização em massa, pelo seu transplante intercontinental forçado, mas também pela violência da assimilação imposta. A corrente negritudinista propunha-se resgatar a identidade perdida, através da valorização das culturas *negro*-africanas, que a colonização europeia e a sua legitimação moral – na sua vertente filantrópica, evangelizadora e civilizadora –, condenara ao recalcamento.

O programa *claridoso* também revestia as duas vertentes, identitária e de denúncia. Porém, o que era denunciado não era a acção colonizadora, mas as difíceis condições de existência dos ilhéus, a que a acção conjugada da sua situação ecológica (os condicionais climáticos e o consequente desequilíbrio entre a limitada capacidade sustentadora dos ecossistemas cabo-verdianos e a carga humana do arquipélago: a crónica parquês de recursos, as estiagens e a mortalidade associada) e da negligência dos poderes públicos condenava a períodos cíclicos de mortalidade anormal. Ao fazê-lo, deixavam expostas as limitações da organização sócio-económico-política, mormente do regime de propriedade, a migração *forçada*⁵³⁸ para São Tomé e Príncipe e, dados os condicionais políticos e censórios da época, sem a nomear, mas deixando-a subentendida, a incúria metropolitana.

⁵³⁷ *Ibid.*, pp. 122 e 25, respectivamente. [Negrito nosso]

⁵³⁸ É assim que António Carreira qualifica o encaminhamento, por parte do governo metropolitano de levas de ilhéus famintos, em épocas de acentuada desproporção entre recursos alimentares e população (as *crises*), para outras parcelas do espaço colonial português, mormente para as plantações de São Tomé e Príncipe. Cf. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, op. cit., e *Cabo Verde – Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*, Lisboa, Ulmeiro, s.d.. À diferença ecológica somavam-se as condições de trabalho e o tratamento a que os 'voluntários' contratados eram sujeitos. O opúsculo *Alma Negra! Depoimento sobre a questão dos serviços de São Tomé* (1912), de um curador de Serviços na ilha do Príncipe, nos primeiros anos de 1900, reúne testemunhos de contratados sobre a sua inadaptação às condições e relações de trabalho nas plantações de café e açúcar de São Tomé. Como exemplo de afirmação pública da posição sempre muito crítica da elite intelectual local sobre este encaminhamento dos ilhéus para as roças santomenses, vd. Henrique Teixeira de Sousa, «A emigração para S. Tomé», *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, nº 65, 1 de Fevereiro de 1955, p. 4.

A produção literária e ensaística *claridosa* revela uma auto-identidade positiva, que filiava no património ancestral da cultura portuguesa e que não deixava espaço para quaisquer lacunas ou alternativas identitárias. Enquanto os negritudinistas afirmavam o carácter distinto da cultura e do homem *negros*⁵³⁹, aos *claridosos* era estranho qualquer programa, mesmo que defensivo e instrumental⁵⁴⁰, de exaltação da cor ou da raça (*negra* ou *branca*).⁵⁴¹ E, ao invés dos negritudinistas, que clamavam por uma autenticidade centrada nas origens e no património cultural *negro*-africano, pela desalienação face a uma assimilação colonial hegemónica, nos *claridosos*, pelo contrário, essa assimilação exclusiva dos valores europeus era aceite e desejada. Aspectos confluentes entre as duas correntes eram a admiração pela civilização europeia e pela língua do colonizador, que tanto *claridosos* como negritudinistas, cultivaram. Aimé Césaire, um dos fundadores do movimento e um dos mais contundentes críticos do colonialismo, afirmava, no entanto, que a Europa era, historicamente, «o lugar geométrico de todas as ideias, o receptáculo de todas as filosofias, o ponto de acolhimento de todos os sentimentos». Césaire não contesta, por isso, a europeização do mundo, processo que, aliás, considera ter sido «afrouxado» e «falseado» pela colonização, ou seja, pela imposição da Europa, caída «nas mãos dos financeiros e capitães da indústria»⁵⁴².

Perante o poder assimilatório da cultura mais valorizada, a África ter-se-ia *diluído*, permanecendo apenas residual.⁵⁴³ Fundando-se nesta representação da população do arquipélago, a elite *claridosa* reivindicou um estatuto jurídico-político que correspondesse ao que consideravam ser o seu estádio cultural e a sua portugalidade: o estatuto de adjacência. Esta aproximação estatutária aos arquipélagos da Madeira e dos Açores consagraria toda a epopeia assimilatória de orientação portuguesa dos cinco séculos da existência de Cabo Verde. Porém, a nunca almejada adjacência tornou-se (mais um) factor de ressentimento entre o arquipélago que não queria ser colónia, porque se sentia nação, e a metrópole que, por negligência ou erro de visão, oscilava entre um discurso (da nação) inclusivo e práticas (coloniais) de exclusão. A somar-se ao descontentamento perante o tratamento preferencial reservado aos metropolitanos nos órgãos do governo provincial e à ambiência ideológica internacional, favorável à independentização política das colónias europeias, o não reconhecimento de um estatuto administrativo especial ao arquipélago engrossou consideravelmente as reivindicações nacionalistas da geração de 50. É o insuspeito de

⁵³⁹ Nas palavras de Maria Carrilho, «aquele conjunto de qualidades que distinguiram o indivíduo ou o povo de pele negra de qualquer outro indivíduo ou povo, para além da aparência exterior.» Cf. *Sociologia da Negritude*, Lisboa, Edições 70, 1975, p. 57.

⁵⁴⁰ A dimensão instrumental da negritude (a despeito dela própria) foi enfatizada por Sartre, em 1948 no seu «Orphée noir», prefácio à *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*, de Léopold Sédar Senghor: «Este racismo anti-racista é o único caminho capaz de levar à abolição das diferenças de raça.» Cf. Jean-Paul Sartre, *Reflexões sobre o Racismo*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª ed., 1960, p. 111 [Esta edição contém o «Orfeu negro».]

⁵⁴¹ Gabriel Mariano, referindo-se à não inclusão da poesia cabo-verdiana na antologia organizada por Mário Pinto de Andrade e Francisco Tenreiro (*Cadernos de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, 1953), diz: «Agora que a poesia cabo-verdiana não coubesse na designação de “negritude”, é verdade. Essa expressão não tinha cabimento em Cabo Verde. Seria absurdo designar um movimento cultural cabo-verdiano de negritude, branquitude ou mulatidade.» Cf. entrevista a Gabriel Mariano, in José Carlos Venâncio, *Literatura e poder na África Lusófona*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª ed., 1992, p. 79. Também Manuel Ferreira fala na «simbiose» cabo-verdiana «em confrontação com a “negritude”». Cf. Manuel Ferreira (org.), *No reino de Caliban I: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, op. cit., p. 18.

⁵⁴² *Discurso sobre o colonialismo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa editora, 1ª ed., 1978, pp. 15 e 27.

⁵⁴³ Baltasar Lopes falava de «uma ou outra **rara sobrevivência** das culturas afro-negras», apenas. Cf. «Uma experiência românica nos trópicos – I», op. cit., p. 19. [Negrito nosso]

simpatias pró-integracionistas Gabriel Fernandes quem (corajosamente) o afirma: «se hoje Cabo Verde é independente, isso ficou a dever-se em larga medida a esse fracasso dos crioulos no seu pleito pela adjacência.»⁵⁴⁴ Aqui, Fernandes vai mais longe que Gomes dos Anjos, que se limita a considerar que a recusa ou o constante adiamento da concessão do estatuto de adjacência às ilhas do arquipélago e o seu reflexo no estatuto de subalternidade da província (apesar de o estatuto do indigenato não contemplar a população de Cabo Verde), está na origem do ressentimento das elites locais e terá constituído o detonador das construções identitárias locais por parte dessas elites.

Conquanto afirmassem o predomínio da matriz europeia e o processo de desafricanização da população, os *claridosos* não renegaram o legado africano da cultura cabo-verdiana, nem tão-pouco omitiram o contexto de violência da sua fundação. No segundo número da revista, o poema «Presença» regista com forte carga emotiva o constrangimento e a violência que envolveram os processos de miscigenação e de criouliização no arquipélago: «Eu sinto / Para além da tua epiderme de jambo dourado / O lirismo antigo da minha raça / **Crucificada** / Na encruzilhada / De duas sensibilidades...»⁵⁴⁵.

Fernandes considera paradoxal («bizarra» é o qualificativo que utiliza) a afirmação do propósito *claridoso* de *fincar os pés na terra*, fazendo-se voz das especificidades dessa terra e simultaneamente inseri-la no espaço da cultura portuguesa. Considera que a primeira atitude correspondeu ao «idealismo identitário» dos intelectuais *claridosos* e que a segunda se enquadra no «pragmatismo político» desta elite, colaboradora da administração colonial no espaço insular e extra-insular. Dos dois compromissos – um com a *terra*, o outro com os seus interesses de grupo – o segundo teria suplantado e neutralizado o primeiro⁵⁴⁶. Porém, como o próprio Gabriel Fernandes salienta, os *claridosos* entendiam os particularismos culturais de Cabo Verde como uma situação de regionalismo face ao núcleo geo-histórico da cultura portuguesa, sedado na Europa, ele próprio revestido de considerável heterogeneidade, patente na diversidade das expressões culturais entre as várias regiões que compunham o território continental e os restantes arquipélagos atlânticos.

Imbuídos das concepções luso-tropicalistas freyrianas, os *claridosos* não entendiam como um paradoxo (como Fernandes entende) que um povo considerado plástico se tivesse desdobrado numa multiplicidade de formas culturais, consoante os condicionalismos ecológicos dos novos espaços colonizados e os patrimónios culturais dos povos com os quais se colocou em contacto. Eventualmente, a concepção de cultura e identidade portuguesas que perfilhavam revestia-se de um carácter suficientemente dinâmico e abrangente, de molde a cobrir realidades sócio-culturais que outros viriam a identificar como pertencentes a outros quadros (africanos) de referência. A geração *claridosa* assumiu (por convicção ou por interesse, ou por ambos) a prossecução de um projecto identitário para o arquipélago, baseado na *cabo-verdianidade*, constituindo esta, porém, uma variante da *portugalidade*. Assim,

⁵⁴⁴ *Em busca da nação (...)*, op. cit., p. 271.

⁵⁴⁵ Osvaldo Alcântara [pseudónimo poético de Baltasar Lopes], poema «Presença», *Claridade*, nº 2, p. 6. (Negrito nosso)

⁵⁴⁶ *Em busca da nação (...)*, op. cit., pp. 224-225.

coerentemente, privilegiou as continuidades com a cultura portuguesa e hipotrofiou as descontinuidades face a essa cultura socialmente mais valorizada. Por isso, nos parece francamente redutor limitar a uma simples gestão de recursos movida por interesses pessoais e grupais as tomadas de posição e toda a produção *claridosa*, como Anjos e, por vezes, Fernandes pretendem. O mesmo se podendo, aliás, afirmar da geração nacionalista, cuja postura anti-colonial e africanista entendemos não se circunscrever a uma mera reacção de descontentamento perante a insuficiência do mercado do funcionalismo público e da optimização do seu capital cultural, como defende Gomes Anjos.

A geração do retorno a África

De agente da colonização e exemplo ilustrativo da excelência da colonização portuguesa, por via da assimilação cultural e da mestiçagem, a geração *claridosa* viu-se contestada no interior do arquipélago por um grupo de intelectuais que propunha um novo modelo de identidade, distante do português/europeu e assente no resgate da herança cultural africana. Na origem deste deslocamento político-cultural-identitário terá estado a convergência de três grupos de factores: (1) o anti-colonialismo subsequente à Segunda Grande Guerra; (2) a saturação do mercado da oferta de funcionários públicos, que deixou de fora muitos potenciais candidatos com o necessário capital escolar⁵⁴⁷; (3) a frequência de estabelecimentos de ensino universitário no Portugal metropolitano, que os terá despertado para a racialização da sua diferença, e onde «de nada mais lhe[s] serve a *branquitude social* que ao longo de décadas fez se esbaterem as diferenças e *cor*»⁵⁴⁸. Como esta percepção racial da diferença era partilhada pelos oriundos dos outros espaços coloniais africanos, «esses jovens tentaram buscar numa suposta cultura originária o mecanismo compensatório de sua insegurança ontológica e social, propondo, para o efeito, a *reafricanização dos espíritos e o retorno às origens*.»⁵⁴⁹ Mas como, no caso dos cabo-verdianos, não havia um passado pré-colonial a erigir como referente identitário, nem *origens* pré-coloniais às quais retornar, focaram-se na reabilitação do legado africano, inventando, assim, uma tradição africana para o arquipélago. Mais programático que interpretador da identidade insular, o Onésimo Silveira dos anos sessenta afirmava mesmo que «o problema decisivo não é o de saber quais as contribuições humanas que predominam nas Ilhas, mas, diversamente, o de tornar o homem comum caboverdiano consciente de seu destino africano»⁵⁵⁰.

Envolvidos na mobilização política e militar contra o colonialismo português, os intelectuais da geração pós-*claridosa* procuraram novos referentes identitários, já não centrados na Europa, *locus* do colonizador, mas no continente de costas para o qual os ilhéus

⁵⁴⁷ É o que defende Gomes dos Anjos: «A ruptura com o Estado colonial e a reivindicação nacionalista só se dá na década de 1960, quando o crescimento do número de intelectuais a nível de Cabo Verde esbarra na ausência de espaços de inserção e ascensão nos quadros da administração colonial.» Cf. «A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde (...), op. cit., pp. 281-282.

⁵⁴⁸ Gabriel Fernandes, *A diluição da África* (...), op. cit., p. 141.

⁵⁴⁹ *Ibid.*, p. 142.

⁵⁵⁰ *Concienialização na literatura caboverdiana*, op. cit., p. 22.

haviam firmado a sua identidade. Legitimado pelos vínculos (genéticos, económicos e administrativos) históricos entre o arquipélago e a costa africana fronteira, o projecto de união com a Guiné, acalentado por Amílcar Cabral e outros da sua geração, constituiu o cerne da nova proposta identitária para o arquipélago. Todavia, este foi sempre um projecto muito vulnerável, já que o que separava os dois povos era muito mais do que os unia. Se, no passado, o principal contingente populacional do arquipélago tinha sido transplantado da área da costa africana que abarcava também o território da Guiné, e se fora a complementaridade do espaço agro-comercial Cabo Verde-Rios de Guiné que levava ao povoamento do arquipélago, em meados do século XX, os dois espaços partilhavam pouco mais que a situação de dependência colonial e o mesmo colonizador, com o qual, aliás, os cabo-verdianos emparceiravam na administração do Império.

Eram vários e muito actuates os factores de diferenciação: (1) se bem que todos súbditos do mesmo poder colonial, os ilhéus, possuindo uma elite letrada europeizada e europeizadora, eram, na África continental e noutras parcelas do então ultramar português, agentes desse poder colonial; (2) a população dos dois espaços era consideravelmente diferente do ponto de vista cultural, sendo que uma, a cabo-verdiana, se considerava muito mais avançada civilizacionalmente que a outra; (3) a miscigenação generalizada da população cabo-verdiana distanciara-a consideravelmente do tipo negróide 'puro', o que, de acordo com a hierarquia racial dominante, constituía um capital de elevado potencial simbólico; (4) as características ecológicas e as estratégias de sobrevivência que lhes estavam associadas constituíam mais um elemento de diferenciação que o discurso da complementaridade histórica não conseguiu neutralizar.

As diferenças culturais e os ressentimentos perante o diferente estatuto jurídico e o lugar ocupado por ambos no contexto da colonização portuguesa terão estado na origem das várias rupturas entre cabo-verdianos e guineenses no seio do PAIGC⁵⁵¹, onde os cabo-verdianos se ocupavam das funções directivas, do planeamento e definição de estratégias, da diplomacia, e aos guineenses estava sobretudo destinado o combate no terreno. Para Gabriel Fernandes, tratou-se de «questões mal resolvidas do encontro entre *assimilados* e *indígenas*» e considera que foi a cultura «que, paulatinamente, os desuniu», chegando mesmo a falar em «encontro de civilizações.»⁵⁵²

O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e o processo revolucionário subsequente agudizaram no arquipélago as disputas pela nação e expuseram a dimensão política dos vários projectos de identidade nacional. De um lado, o PAIGC, com os ex-combatentes na Guiné pugnando pela independência política e pela africanização dos ilhéus; do outro, os que recusavam ambos os projectos. Alguns antigos colaboradores da *Claridade* viriam a organizar um movimento de opinião, a UDC⁵⁵³, que se opunha à união de Cabo Verde com a Guiné, por

⁵⁵¹ Essas rupturas culminaram no assassinato de Cabral, em 1973. Os relatos de cabo-verdianos que participaram na luta na Guiné afirmam a desconfiança e hostilidade que a sua fenotípia *mestiça*, a sua cultura crioula e a sua tradição de agentes da colonização produzia na ala guineense do PAIGC. Vd., por exemplo, Gabriel Fernandes, *A diluição da África (...)* e *Em busca da nação (...)*, op. cit..

⁵⁵² *A diluição da África (...)*, op. cit., pp. 166, 167 e 176, respectivamente.

⁵⁵³ União Democrática de Cabo Verde.

todos os motivos acima enunciados, e reivindicava autonomia para Cabo Verde, no quadro da associação a Portugal. Rejeitavam a independência política, por a considerarem meramente formal, já que a sobrevivência económica do arquipélago o colocaria sempre na dependência de outro Estado⁵⁵⁴.

A evolução política em Portugal acabaria por condicionar todo o equilíbrio de forças interno e encaminhar o arquipélago para a independência, assegurando ao PAIGC, partido ideologicamente mais próximo das lideranças do movimento revolucionário em Portugal, a tomada do poder no novo Estado. Apesar da oposição interna (mesmo no seio do próprio partido, onde originou dissidências), avançou o projecto de unidade entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau, tendo sido formalmente abandonado, somente aquando do golpe de Estado na Guiné-Bissau, liderado por Bernardo (Nino) Vieira, que depôs Luís Cabral, irmão do principal ideólogo da unidade. Esta ruptura conduziu o ainda partido único a uma (re)orientação de Cabo Verde em direcção à Europa, e mormente a Portugal, reflectida na assinatura de múltiplos acordos de cooperação, tendo começado a «ganhar visibilidade o *mínimo cultural compartilhado* configurador do modelo identitário lusitano-mestiço»⁵⁵⁵, herdado da retórica *claridosa*. A democratização política do país e a chegada ao poder do MpD reforçaram esta orientação, manifesta na adopção de um novo hino e de uma nova bandeira (cujas cores – branca, azul e encarnada – cortam simbolicamente com África e marcam a reaproximação à Europa) e no retorno aos topónimos da época colonial (com excepção de alguns, mormente os associados a Amílcar Cabral).

A geração pós-colonial

Para Gabriel Fernandes, a abertura cosmopolita da identidade cabo-verdiana fez-se com o MpD, que assim terá rompido com a lógica assente na dependência de uma mediação externa – Portugal/Europa ou África⁵⁵⁶, inaugurando um «*hibridismo de Estado*»⁵⁵⁷. Correspondendo a uma fase de maturidade da nação cabo-verdiana, o mote passou a ser explorar as peculiaridades endógenas da identidade crioula cabo-verdiana, a sua abertura e capacidade de inclusão, ultrapassando o velho debate em torno da filiação europeia ou africana do arquipélago. Marcos desta abertura cosmopolita protagonizada pelo poder político de Cabo Verde seriam a inserção do país em organizações multilaterais de cooperação de

⁵⁵⁴ Henrique Teixeira de Sousa afirmava, em Outubro de 1974: «Cabo Verde não pode ter a sua independência sem se encostar a outro Estado. Para o PAIGC é a Guiné-Bissau, para mim é Portugal.» *Novo Jornal de Cabo Verde*, 10 de Outubro de 1974, ap. Gabriel Fernandes, *A diluição da África (...)*, op. cit., p. 170.

⁵⁵⁵ *Ibid.*, pp. 179-180.

⁵⁵⁶ «O Lugar como Não-Lugar: Expatriação, Hibridação e Aventuras Cosmopolitas Cabo-Verdianas», *Estratégia*, nº 20, 2004. Disponível em:

http://www.ieei.pt/files/lugar_nao_lugar_Gabriel_Fernandes.pdf, p. 10.

⁵⁵⁷ Gabriel Fernandes, *A diluição da África (...)*, op. cit., p. 236. Esta tem sido uma estratégia discursiva também protagonizada pelo Estado português, de inserção e potenciação de Portugal no mundo, como uma das suas vantagens comparativas na actual fase do processo de globalização. O contacto precoce com os mais variados povos e espaços, decorrentes da expansão marítima, e a actual dispersão pluricontinental da emigração laboral portuguesa têm legitimado esta dinâmica do Portugal-ponte. Não deixa de ser um tópico interessante de reflexão que o poder político em Cabo Verde e noutro dos Estados colonizados por Portugal, o Brasil, reivindique o mesmo activo estratégico.

âmbito regional e centradas em diferentes continentes e a instituição da cidadania transnacional lusófona, que concede aos originários dos países da CPLP⁵⁵⁸ direitos reconhecidos aos cidadãos nacionais⁵⁵⁹. Esta maior abrangência das parcerias estratégicas do Estado remonta já aos últimos anos da governação do PAICV⁵⁶⁰, que, após o fim da Unidade Cabo Verde – Guiné, se sentiu ideologicamente mais descomprimido para encetar, senão um discurso, pelo menos uma prática de maior ligação com o Ocidente, sobretudo com Portugal, contrariando, desta forma, a orientação afro-centrada do seu programa identitário⁵⁶¹.

O modelo de afirmação da nação em Cabo Verde passa a assentar numa dinâmica identitária forjada essencialmente na criouldade, alcançando esta uma dimensão supra-territorial. Num quadro de dispersão geográfica da nação por três continentes, em que o peso demográfico da diáspora é superior ao dos residentes no território, o modelo de nação teria de contemplar essa sua desterritorialização, no contexto das dinâmicas geradas pelo processo de globalização. Desde os primórdios do povoamento do arquipélago, que a criouliização e o cosmopolitismo têm caminhado a par. Distantes dos seus referentes identitários, e perante a adversidade ecolimática, os dois grupos – africano e europeu –, abriram-se a novas experiências e diálogos, cosmopolitizaram-se. Na origem desta «aventura identitária e cosmopolita das sociedades crioulas» estão a privação e a expatriação⁵⁶². As profundas assimetrias de todo o tipo de recursos entre ambos fez com que essa «aventura cosmopolita» se processasse, porém, em diferentes condições e grau, já que «para os dominantes, trata-se de uma perda auto-consentida, estratégica e provisória; para os dominados, ela é hetero-induzida, compulsória e definitiva.»⁵⁶³ Da parte dos colonos *brancos*, as principais iniciativas consistiam na fuga às imposições comerciais régias (o exclusivo) e a aplicação selectiva das directivas emanadas do poder central⁵⁶⁴; da parte dos africanos escravizados, na fuga das explorações agrícolas (pelos *badios*) como forma de resistência à escravização e, sobretudo e mais generalizadamente, a assimilação dos valores europeus.

O processo de criouliização abarcou toda a sociedade, dominantes e dominados, europeus e africanos, senhores e escravos. No caso dos últimos, o processo de *ladinização* iniciava-os nos rudimentos da língua e da religião dos senhores e nas funções que se esperava que desempenhassem, domésticas ou agrícolas. Em relação aos primeiros, à semelhança de Gilberto Freyre, também Gabriel Fernandes realça o papel determinante da escrava *negra*, cujo peso relativo foi desproporcionado face ao estatuto conferido pela escravidão. A criouliização

⁵⁵⁸ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

⁵⁵⁹ «O Lugar como Não-Lugar: Expatriação, Hibridação e Aventuras Cosmopolitas Cabo-Verdianas», *op. cit.*, p. 11. O *Estatuto do Cidadão Lusófono* foi decretado por Cabo Verde, em 1997 (Lei N.º 36/V/97), tendo sido posteriormente aprovado pela Guiné-Bissau.

⁵⁶⁰ Partido Africano da Independência de Cabo Verde, designação tomada pela valência cabo-verdiana do PAIGC, na sequência do golpe de Estado na Guiné-Bissau, em 1981, e da subsequente ruptura do projecto de unidade entre os dois Estados.

⁵⁶¹ José Gomes dos Anjos, «A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional», *op. cit.*, p. 292.

⁵⁶² Gabriel Fernandes, «O Lugar como Não-Lugar: Expatriação, Hibridação e Aventuras Cosmopolitas Cabo-Verdianas», *op. cit.*, pp. 8-9.

⁵⁶³ *A diluição da África*, *op. cit.*, p. 60.

⁵⁶⁴ Noutro local, Gabriel Fernandes fala em «desnoriteio» e «quadro de colapso institucional» para caracterizar as ligações entre a Coroa e as estruturas políticas locais. Cf. *A diluição da África (...)*, *op. cit.*, p. 31.

do povoador *branco* fez-se, segundo Fernandes, inicial e predominantemente na cama e à mesa⁵⁶⁵.

Mas se a «crioulização societária» constitui um dado histórico, a «crioulização institucional»⁵⁶⁶ não foi completa. Como dissemos, pelas contingências do (difícil) povoamento das ilhas e das fragilidades político-administrativas do Próspero português, a crioulização societária facilitara o acesso muito precoce dos *filhos da terra* aos órgãos do poder local e aos ofícios régios. A colonização do arquipélago, na sua formulação moderna⁵⁶⁷, oscilou entre um discurso inclusivo – que a ideologia assimilacionista e a exclusão do arquipélago do estatuto do indigenato alimentavam – e práticas excludentes, como as que arredavam a elite local dos lugares-topo da hierarquia político-administrativa, mesmo quando possuíam o necessário capital escolar e cultural. Foram a frustração e o ressentimento provocados por estas ambiguidades que mais tarde viriam a ser capitalizados pela geração nacionalista. Se os nacionalismos dos espaços coloniais se inspiraram no modelo do Estado-nação ocidental, em Cabo Verde, pelo menos, e esta é a tese de Fernandes, ele foi mais do que um «nacionalismo derivado»⁵⁶⁸; apesar de veiculado por elites iniciadas nos valores ocidentais, ele foi também forjado «nas práticas quotidianas, ante as contradições do sistema nacional/colonial, e não apenas nas escolas»⁵⁶⁹.

Paradigma da mistura (dada a precocidade e a intensidade dos processos de mestiçagem e crioulização), da diversidade (intra-regional e insular) e da diáspora tricontinental, Cabo Verde parece estar especialmente bem apetrechado para responder aos desafios identitário-vivenciais colocados pela mundialização. Mesmo a mestiçagem e a crioulização, que, em Cabo Verde, não se teriam revelado instrumentos de emancipação político-cultural, porque nascidas de experiências de desenraizamento e privação, podem potenciar programas identitários firmados no cosmopolitismo contemporâneo. Nação a que a diáspora retirou o suporte territorial, assentaria as suas referências identitárias alternativas na capacidade de convívio e abertura à alteridade, ultrapassando as perspectivas culturalistas dos modelos enraizados nos legados europeu e africano, por um lado, e transpondo as fronteiras geográficas dos Estados de acolhimento, por outro.

A elite *claridosa* empenhara-se em construir uma identidade nacional homogénea transinsular, a partir da neutralização dos particularismos regionais e insulares. A elite pós-colonial conferiu-lhe uma dimensão transcontinental, procurando captar para o espaço identitário nacional cabo-verdiano as comunidades migrantes dispersas pelos vários países de acolhimento dos continentes europeu e americano. A acção centralizadora e unificadora da administração colonial tem sido assim prosseguida pelos órgãos do Estado independente, que, além de contrariarem eventuais tendências centrífugas fundadas nas especificidades insulares, vêm alargando o espaço da inclusão nacional à diáspora. Francine Vieira questiona mesmo se a retórica da nação diaspórica não se inscreverá nas estratégias defensivas do Estado-nação,

⁵⁶⁵ *Ibid.*, pp. 36-37.

⁵⁶⁶ Fernandes, *Em busca da nação* (...), op. cit., p. 66.

⁵⁶⁷ Que Iva Cabral & A. Correia e Silva consideram iniciar-se com o governo de Pombal. Cf. *ibid.*, p. 82.

⁵⁶⁸ *Em busca da nação* (...), op. cit., p. 28.

⁵⁶⁹ *Ibid.*, p. 16.

numa época em que permanece um importante referente identitário, mas em que vem perdendo terreno perante as dinâmicas económicas, sociais, culturais e políticas da globalização, que propõem outras narrativas da identidade⁵⁷⁰. Como refere Gabriel Fernandes, «se antes a nação se encontrava inscrita nos indivíduos, hoje ela tende a ser apenas uma dentre as várias afiliações possíveis.»⁵⁷¹

Com o regresso ao poder do PAICV, assiste-se a um certo retorno de África, patente nos discursos dos intelectuais vinculados ao partido no poder. Na sua intervenção num colóquio sobre os humanismos latino e africano, Tomé Varela da Silva considerou os intelectuais cabo-verdianos culturalmente distantes da realidade concreta do arquipélago e acabou por tocar na magna questão política e cultural em que se converteu o crioulo cabo-verdiano: a preferência contumaz da utilização do português como língua literária, no arquipélago, em detrimento do crioulo, que Varela da Silva considera uma língua «plástica». Para além desta «alienação dos intelectuais cabo-verdianos», o impacto (negativo, segundo o autor) da aculturação de sentido europeu também se faz sentir desfavoravelmente a outros níveis, por exemplo, no que se depreende ser a falta de empenho na integração de Cabo Verde nos blocos regionais africanos, para os quais, pela sua situação geográfica, o arquipélago estaria vocacionado⁵⁷².

No mesmo colóquio, participou David Hopffer Almada⁵⁷³, que reafirmou «o carácter e a natureza, específica e predominantemente, africanos do povo Cabo-Verdiano». O processo miscigénico no arquipélago ter-se-ia caracterizado mais pela africanização do contingente populacional europeu que pela europeização dos povoadores africanos e dos *mestiços* já nascidos nas ilhas. Porém, na mesma intervenção, Almada caracterizou a cultura cabo-verdiana como «de inspiração cristã e tributária da civilização ocidental»⁵⁷⁴. Ficamos, pois, sem compreender o real alcance das suas afirmações: será que também integra o continente africano no âmbito da «civilização ocidental», e neste caso seria despidendo, porque pleonástico, referir a dupla matriz cultural (africana e europeia) do arquipélago, na medida em que ambas se inscrevem na mesma matriz civilizacional ocidental? Ou será que Almada apenas renova os votos de reafricanização do arquipélago, o que confere um carácter apenas programático e prospectivo à sua intervenção (que, aliás, intitulou «Cabo Verde e o século XXI»)?

O discurso identitário em Cabo Verde permanece marcadamente politizado e partidarizado. Tendo adoptado ambos a retórica da hibridação e da abertura que acompanha a actual fase da globalização económica, o PAIGC continua a configurar o modelo africanista da

⁵⁷⁰ «Pour une nouvelle lecture des phénomènes identitaires dans les Etats post-coloniaux: le cas du Cap Vert», *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, nº 0, 2005, p. 42.

⁵⁷¹ Gabriel Fernandes, *A diluição da África (...)*, op. cit., p. 216.

⁵⁷² Tomé Varela da Silva, «Humanismo Cabo-verdiano: Edificação duma Encruzilhada numa Encruzilhada», Actas do Colóquio *O Humanismo Latino e o Humanismo Africano*, 6-7-8 de Janeiro 2000, Praia. Disponível em: http://www.fondazioneecassamarca.it/eng/05_emigrazione/convegna/con_africa.html

⁵⁷³ Antigo ministro da Cultura e antigo presidente da Associação de Escritores Cabo-Verdianos.

⁵⁷⁴ David Hopffer Almada, «CV e o século XXI», Actas do Colóquio *O Humanismo Latino e o Humanismo Afr.o*, 6-7-8 Jan 2000, Praia. Disponível em: http://www.fondazioneecassamarca.it/eng/05_emigrazione/convegna/con_africa.html

nação em Cabo Verde, considerando o legado africano o mais significativo na génese das sociedade e cultura cabo-verdianas, e o MpD a focar as potencialidades endógenas da nação, mas acentuando a prevalência da matriz cultural europeia sobre a africana.

A questão das parcerias regionais, que sempre fora um assunto importante e polémico da agenda política do Cabo Verde independente, nos últimos anos, com as hipóteses acalentadas por Adriano Moreira e Mário Soares, entre outros, de estabelecimento de acordos preferenciais, parceria especial e, eventualmente, a mais longo prazo, integração plena do arquipélago na União Europeia, tem suscitado um debate aceso entre os que privilegiam as afinidades europeias da cultura cabo-verdiana e os que defendem a ligação preferencial do arquipélago a África. Trata-se, no fundo, de mais uma actualização de um velho debate, o da predominante europeidade ou africanidade dos cabo-verdianos. Privilegiando as afinidades históricas e culturais, em detrimento do critério geográfico, os proponentes da integração de Cabo Verde na Europa comunitária realçam a vertente atlântica do arquipélago, uma das componentes do projecto comunitário.

Quer Gabriel Fernandes quer Gomes dos Anjos salientam a «lógica da exogenidade» [sic]⁵⁷⁵ subjacente à tradição novecentista das narrativas da nação, em Cabo Verde, em torno de Portugal/Europa ou de África. Porém, enquanto que para Fernandes, o projecto proposto pelo MpD é renovador, na medida em que estabelece uma ruptura com as matrizes identitárias culturalistas, fundadas nos legados europeu ou africano, para Anjos, ele constitui a continuidade de um «discurso racista-culturalista que constitui e unifica o povo cabo-verdiano numa mestiçagem não-africana» e que releva «de uma intenção de reforço da cooperação com a Europa, e das teias de clientelismo internacional.»⁵⁷⁶

⁵⁷⁵ José Gomes dos Anjos, «A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional», *op. cit.*, p. 292.

⁵⁷⁶ José Carlos dos Anjos, «O nascimento da tradição cabo-verdiana e de sua cultura política sob enfoque sociológico», *op. cit.*, p. 29.

PARTE II

**O ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE:
DE *ACIDENTE* DA EXPANSÃO EUROPEIA
A ESTALEIRO DE EMERGÊNCIAS SOCIOLÓGICAS**

Capítulo 5

A CONVERSÃO DE DESVANTAGENS DE PARTIDA EM RECURSOS GEO-ESTRATÉGICOS: DA DISTÂNCIA FACE AO REINO À PROXIMIDADE DOS MERCADOS NEGREIROS

As dúvidas em torno do *achamento* do sub-arquipélago

As fontes documentais para os primeiros anos da ocupação e colonização do sub-arquipélago do Sul são as cartas de doação das ilhas – a D. Fernando – e as cartas de doação das capitánias. Na carta régia de 3 de Dezembro de 1460 são duas vezes enunciadas as ilhas doadas por Afonso V a seu irmão D. Fernando: as dos arquipélagos da Madeira e dos Açores e quatro ou cinco ilhas orientais do arquipélago de Cabo Verde – «ilha de são Jacobo [Santiago] e Filipe e da ilha das Maias e da ilha de são Cristóvão e da ilha Lana»⁵⁷⁷. Se às últimas três se fazem corresponder, consensualmente, Maio, Boavista e Sal, já no tocante à denominação das duas primeiras tem-se gerado alguma controvérsia em torno das designações. Para a maior parte dos autores, em «ilha de são Jacobo e Filipe» estão patentes referências a duas ilhas, as posteriormente denominadas Santiago e Fogo. Damião Peres, porém, tendo partilhado esta opinião, fez posteriormente uma reinterpretação do documento, que o levou a considerar tratar-se de uma só ilha, a de Santiago. O autor apresenta alguns argumentos em favor da sua tese, dos quais destacamos dois⁵⁷⁸: (1) no dia da descoberta da ilha, 1 de Maio, a Igreja celebra simultaneamente dois santos, Santiago Menor e São Filipe, motivo por que a ilha nos surgiria com designação dupla; (2) as ilhas enumeradas vêm o seu nome precedido de «ilha de» ou simplesmente «ilha»; daqui, deduz o autor, se o redactor tivesse querido referir-se, não a uma mas a duas ilhas, teria feito preceder a referência a São Filipe da palavra «ilha» ou da locução «ilha de»⁵⁷⁹.

A tese de Damião Peres tem recebido, porém, mais rebates que aplausos. Recentemente, no capítulo dedicado ao descobrimento do arquipélago, na *História Geral de Cabo Verde*, Luís Albuquerque reforça a ideia de que a referência se faz não a uma mas a duas ilhas, afirmando que na carta de doação do arquipélago a D. Fernando, se faz menção explícita a cinco ilhas encontradas por António de Noli, ainda em vida do infante D. Henrique («a Ilha de Santiago e a Ilha são Filipe e a Ilha das Maias e a Ilha de são Cristóvão e a Ilha do

⁵⁷⁷ HGCV – CD, vol. I, doc. 2, p. 15.

⁵⁷⁸ Damião Peres, *Descobrimientos Portugueses*, 2ª ed. actualizada, Coimbra, edição do Autor, 1960.

⁵⁷⁹ *Ibid.*, pp. 190-191.

Sal»⁵⁸⁰) e que o enorme cone do vulcão do Fogo dificilmente não seria avistado de Santiago. E Albuquerque acrescenta: «Contrapôs Damião Peres que “descobrir” não é o mesmo que “avistar”, mas o argumento é de certo modo especioso.» Para Luís de Albuquerque, o facto dos dois santos escolhidos serem festejados pela liturgia cristã no mesmo dia, ao invés de induzir a pensar que se trata de uma só ilha, a de Santiago, pode ser indício de terem sido vistas ou descobertas no mesmo dia⁵⁸¹. Muito antes de Albuquerque, já Orlando Ribeiro se pronunciara pela tese das duas ilhas. Partilha a ideia de que a proeminência do cone vulcânico do Fogo dificilmente a faria passar despercebida aos descobridores e acrescenta outro argumento: a situação de dois nomes para uma mesma ilha não se repete para mais nenhuma ilha⁵⁸².

Parecem-nos pertinentes os dois grupos de interpretação: se, por um lado, o majestoso cone do Fogo chamaria a atenção dos navegadores, que por isso teriam eventualmente abordado a ilha⁵⁸³, por outro, a tese de Damião Peres não nos parece despida de pertinência, não só pelas razões apresentadas pelo autor, como ainda por uma outra: todas as ilhas mencionadas na carta de Afonso V com nomes retirados da hagiografia cristã vêm os seus nomes precedidos de «sam» (são) ou «samta» (santa), conforme se trata de masculino ou feminino. Ora, a referência a «Filipe» não é precedido de «são». Um aspecto que dificulta a interpretação destes documentos é o uso muito livre da copulativa numa listagem, na época, contrariamente à prática actual, em que é substituída por vírgulas, reservando-se a copulativa para a última referência de uma enumeração.

Outra questão a não recolher consensos prende-se com uma hipotética ocupação humana do arquipélago, ou pelo menos da ilha de Santiago, anterior à chegada dos Portugueses. António Carreira foi provavelmente o autor contemporâneo que mais se debruçou sobre a questão, comentando as passagens de textos antigos em que surgem referências a um povoamento ou pelo menos a uma abordagem das ilhas por parte de povos africanos. Concluindo que, apesar da inexistência de provas concludentes, se trata de hipóteses a manter em aberto, Carreira acrescenta, no entanto, que, a ter-se dado essa ocupação prévia, ela não parece ter-se revestido de um carácter intencional, contínuo e duradouro⁵⁸⁴.

Na linha de Lopes de Lima, Orlando Ribeiro afirma peremptoriamente que o arquipélago não só estava despovoado como também era desconhecido à década de sessenta do século XV, atestando esta asserção com a ausência de qualquer vestígio⁵⁸⁵. Mais recentemente, Ilídio Cabral Baleno pronuncia-se também sobre o assunto. Partindo do referido texto de António Carreira, tece-lhe alguns comentários críticos e, não rejeitando embora a viabilidade de uma travessia desde o continente fronteiro até às ilhas, em pequenas embarcações, considera-a pouco plausível:

⁵⁸⁰ Carta de doação do arquipélago de Cabo Verde a D. Fernando, datada de 1462, in *HGCV – CD*, doc. 3, vol. I, p. 17.

⁵⁸¹ Luís de Albuquerque, «O descobrimento das ilhas de Cabo Verde», in *HGCV*, vol. I, p. 31.

⁵⁸² Cf. Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, 2ª ed., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Memórias, série Geográfica, 1960, p. 94.

⁵⁸³ Ou simplesmente avistado, como depreende Damião Peres?

⁵⁸⁴ Cf. *Cabo Verde – Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, s.l., Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972, pp. 294-302.

⁵⁸⁵ Cf. Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 93.

A travessia em canoas por mares tão revoltosos e por uma distância de aproximadamente 500 km (da costa do Senegal até às ilhas de Cabo Verde), não será, em absoluto, um acontecimento inverosímil (milagres ocorrem sempre), mas, até prova em contrário, temos de admitir que o arquipélago de Cabo Verde permaneceu despovoado até à chegada dos Portugueses.⁵⁸⁶

Tendo ou não o arquipélago sido abordado antes por povos oeste-africanos, ou mesmo ocasionalmente por eles povoado, o que se afigura improvável pelas razões apontadas – distância, águas alterosas a separar as ilhas do continente e rudimentarismo das embarcações, por um lado, e ausência de vestígios, por outro –, os documentos existentes apontam no sentido de os Portugueses ou comandantes a navegar por iniciativa portuguesa terem sido os primeiros a arribar ao território e a povoá-lo desde então ininterruptamente.

Também acerca da data concreta do achamento e do nome do primeiro navegador a avistar e a desembarcar nas ilhas – os portugueses Vicente Dias e Diogo Gomes, o genovês António de Noli ou o veneziano Luís de Cadamosto – os documentos ora são omissos ora parecem revelar o carácter pouco consensual dos testemunhos dos coevos. Sabemos que provavelmente até 1446 as ilhas de Cabo Verde não tinham ainda sido achadas. Gomes Eanes de Azurara, na *Crónica dos Feitos da Guiné*, omite-as, pelo menos de uma forma expressa, na sua enumeração dos descobrimentos portugueses até essa data.⁵⁸⁷ Sabemos também, pela carta régia de 3 de Dezembro de 1460, que, no final desse ano, pelo menos cinco já o haviam sido. Ou seja, o momento provável do reconhecimento situa-se algures entre essas duas datas, 1446 e 1460. Todavia, e ao invés do ocorrido no Brasil, em que temos em primeira mão, por quem participou na expedição, e a *pari passu*, um relato impressionante do achamento, no tocante a Cabo Verde, os documentos que aludem expressamente à sua descoberta – os diplomas reais de 3 de Dezembro de 1460 e de 19 de Setembro de 1462 e as *Relações* de Luís de Cadamosto e de Diogo Gomes⁵⁸⁸ – são-lhe todos posteriores.

Relativamente à data do reconhecimento das ilhas do grupo ocidental e da Brava, feito por Diogo Afonso, um escudeiro de D. Fernando, os documentos são omissos; porém, podemos situá-la entre dois marcos temporais: depois de 3 de Dezembro de 1460 (já que no diploma régio da mesma data apenas aparecem mencionadas quatro ou cinco⁵⁸⁹ das ilhas do grupo oriental) e antes de 4 de Outubro de 1462, quando se lhes faz a primeira referência conhecida.

⁵⁸⁶ Cf. Ilídio Cabral Baleno, «Povoamento e formação da sociedade», in *HGCV*, vol. I, p. 127.

⁵⁸⁷ De acordo com Luís de Albuquerque, não se pode afirmar peremptoriamente que as ilhas não tenham sido pelo menos avistadas até 1446, a partir do texto de Azurara, só porque o cronista não lhes faz referência. Cf. Luís de Albuquerque, «O descobrimento das ilhas de Cabo Verde», in *HGCV*, vol. I, pp. 29-30.

⁵⁸⁸ A *Relação* de Diogo Gomes é o nome por que é conhecido o relato de memórias de navegações, feito por este navegador a Martin Behaim (ou Martinho da Boémia, como ficou conhecido entre nós o cosmógrafo autor de um dos mais antigos globos terrestres), que o escreveu em latim, com o título *De prima inuentione Guineae*, e que conhecemos do *Manuscrito* de Valentim Fernandes.

⁵⁸⁹ Conforme aderimos à tese de Damião Peres ou à contrária, expostas atrás.

5.1. As capitanias-donatarias: o modelo político-administrativo adoptado

Com mais ou menos nebulosidade e reticências quanto às datas e aos nomes dos navegadores que primeiro terão arribado às ilhas de Cabo Verde, o seu achamento está visceralmente associado às viagens de reconhecimento da costa ocidental de África, empreendidas pelos Portugueses no século XV. Aos descobridores ‘oficiais’ dos dois grupos de ilhas – António de Noli e Diogo Afonso – foram concedidas, respectivamente, as capitanias Sul e Norte da ilha de Santiago, a primeira com sede na vila da Ribeira Grande e a segunda sedeada na vila de Alcatrazes. Enquanto a Ribeira Grande seria elevada a cidade, em 1533, e se tornaria sede de episcopado e de governo, Alcatrazes nunca atingiu o lustro da primeira, que funcionou como pólo aglutinador da população da ilha.⁵⁹⁰ Foi por Santiago que se iniciou o povoamento do arquipélago⁵⁹¹ e o modelo adoptado para a administração da ilha foi o mesmo que para os arquipélagos recém-descobertos no Atlântico-Norte: a capitania-donatária hereditária.

Desenvolvida no século XV, esta figura político-administrativa estender-se-ia posteriormente a alguns estabelecimentos ultramarinos continentais, como o Brasil e Angola. Apesar de se consubstanciar numa série de traços comuns, este modelo foi apresentando diferentes matizes consoante o tempo e o espaço em que foi adoptado. Naturalmente que as dificuldades iniciais do povoamento em Santiago haveriam de conduzir a nuances face ao ocorrido na Madeira. E mesmo no interior do arquipélago de Cabo Verde, as determinações das diversas cartas régias variavam quanto à extensão das prerrogativas dos donatários, aproximando-se mais ou menos do estatuído para Santiago.

A instituição do sistema das donatarias foi o instrumento a que a Coroa recorreu perante a dificuldade em povoar, estruturar a economia e administrar directamente os territórios distantes que iam sendo descobertos. O rei doava a um particular, o donatário – geralmente elemento da nobreza, muitas vezes da família do monarca ou outro elemento da corte, por vezes ainda implicado ou participante nas expedições –, o usufruto sobre vastos domínios, com extensos privilégios económicos (monopólio de alguns instrumentos de produção, como sejam os moinhos e os fornos, por exemplo), fiscais (lançamento e cobrança de impostos), jurídicos (jurisdição cível e crime), comprometendo-se o donatário a fomentar o povoamento, a explorar e a administrar esses domínios. A propriedade das terras recém-descobertas permanecia, porém, nas mãos do rei.

Apesar de extensos, os poderes do donatário não eram ilimitados: estavam-lhe vedadas a aplicação da pena de morte e de talhamento de membros, a legitimação de filhos naturais, a cunhagem de moeda, tal como a declaração de guerra e paz, já que todos estes direitos constituíam prerrogativas régias. Este modelo apresentava-se vantajoso para a Coroa: permitia o povoamento e a organização das sociedades emergentes, a sua estruturação

⁵⁹⁰ Isto, apesar da sua insalubridade, que acabaria, juntamente com os recorrentes e violentos ataques de piratas, por levar ao seu declínio e substituição, enquanto centro administrativo, pela cidade da Praia.

⁵⁹¹ Concluído apenas no século XIX, com excepção da ilha de Santa Luzia, ainda hoje sem ocupação humana permanente.

económico-fiscal e a administração jurídico-política de vastos e distantes territórios, sem uma excessiva sobrecarga para os seus cofres.

A doação, pelo donatário ou pelo monarca, de terras para administrar e rentabilizar, a um nobre, como mercê e recompensa por serviços prestados, integra-se num sistema de relações de tipo senhorial. Mas se se denota a influência do senhorialismo metropolitano na donataria, é talvez excessivo ou mesmo anacrónico, considerá-la um decalque do sistema feudal, como o faz Richard Lobban Jr.. Este autor fala em «feudal *capitania* or *donatário*», referindo a sociedade insular como réplica, em grande medida, da coetânea sociedade portuguesa feudal⁵⁹². Ora, não só a sociedade portuguesa medieval não teria comungado de parte dos traços do modelo piramidal feudal típico, como as emergentes sociedades insulares, surgidas já em pleno processo de afirmação do Estado se afastam desse modelo⁵⁹³. Como Maria Emília Ferreira refere, o próprio peso do mercado na organização económica destas unidades, aproximá-las-ia mais de «senhorios capitalistas»⁵⁹⁴.

Também esta autora considera exagerada a frequente associação entre o modelo donatário e o modelo feudal clássico: em primeiro lugar, a propriedade das terras recém-descobertas permanecia nas mãos do rei, detendo o donatário apenas o seu usufruto, ou parte dele; depois, faltava às donatarias a orgânica hierárquica feudal; por fim, as prerrogativas do capitão-donatário estavam muito distantes das do senhor feudal: não podia cunhar moeda, não possuía um exército privado, a jurisdição suprema cabia ao rei, estando

⁵⁹² Richard Lobban, Jr., *Cape Verde. Crioulo Colony to Independent Nation*, São Francisco e Oxford, Westview Press, 1995, p. 22. Também Ilídio do Amaral considera o capitão “um senhor «feudal»; administrava e governava a Capitania, sujeito apenas à superintendência real e ao pagamento do dízimo.” Note-se, porém, o uso que o autor faz das aspas em torno de «feudal», o que pode ser entendido como reconhecimento do carácter meramente aproximativo desta comparação. Cf. Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, nº 48, 2ª série, 1964, p. 170.

⁵⁹³ Perante um cenário de desagregação do poder real, assistiu-se na Europa ao assenhoreamento, por parte da alta nobreza terratenente, de prerrogativas e funções outrora reservadas ao rei. Porém, na Península Ibérica, a Reconquista cristã teria constituído a experiência que teria contrariado a tendência a que se assistiu na Europa além-Pireneus. Por um lado, o protagonismo do rei na guerra contra o infiel muçulmano, por outro, o tipo de repovoamento e distribuição dos territórios reconquistados, teriam travado a concentração de grandes domínios nas mãos da antiga nobreza. E mesmo nos casos em que essa concentração aconteceu, já na Baixa Idade Média, ela ter-se-ia revestido mais de um carácter senhorial, de cunho sobretudo económico, sem os vínculos pessoais de vassalagem baseados na protecção e prestação de auxílio militar, segundo o clássico esquema da pirâmide feudal. Também o facto de o rei surgir como o maior proprietário de terras e por isso o único a poder conceder consideráveis porções territoriais e cargos (compensando desta forma a falta de rendimentos de muitos elementos de famílias nobres sem grandes proventos), fazia dele o único com capacidade económica para manter muitos vassallos ao seu serviço. O rei surge também como árbitro nos constantes conflitos senhoriais. Torquato de Sousa Soares escreve um interessante artigo, no qual expõe resumidamente as diferenças entre feudo e senhorio, apontadas por Paulo Merêa, e a evolução de ambos os institutos ao longo da Idade Média, onde cita alguns historiadores ibéricos que radicam a diferença peninsular, como atrás se referiu, no processo da Reconquista cristã. Na perspectiva oposta, se coloca A. de Oliveira Marques, para quem o regime feudal existiu em Portugal, já que entre o senhorio e o feudo haveria parentesco económico-social, só podendo ser apontadas diferenças a nível político-jurídico. *Vd.*, respectivamente, T. de Sousa Soares, «Feudalismo em Portugal», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 572-574, e A. de Oliveira Marques, «Senhorial, regime», in *Dicionário de História de Portugal*, *op. cit.*, vol. V, pp. 531-532.)

Também a historiografia mais recente parece não se deixar iludir pelo protagonismo régio na guerra de Reconquista. Apesar de mais fluidos, instáveis e seguindo de menos perto o pacto feudal clássico, encontrar-se-iam na história medieval portuguesa mais exemplos de vínculos de vassalagem do que os apontados por alguns historiadores peninsulares. Para José Mattoso, os monarcas medievais portugueses teriam usado “esquemas feudais para estabelecer laços pessoais com alguns nobres (...)” (*Identificação de um País*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, p. 145). Uma especificidade portuguesa teria sido antes a ausência de vínculos entre as diversas linhas da nobreza, ou seja, os senhores seriam apenas vassallos do rei, o que escapa à típica pirâmide feudal. O facto de se ter assistido ao esforço precoce por parte do rei de estender a sua autoridade soberana a todo o Reino, através da extensão dos poderes públicos, e em especial o do exercício da justiça, ajuda a conferir ao nosso feudalismo, a ter existido, um carácter excêntrico. O debate em torno da existência ou não de feudalismo em Portugal parece sugerir linhas de investigação ainda a trilhar. Parece-nos, no entanto, que só aceitando uma grande flexibilidade de contornos ao conceito de feudalismo se pode considerar feudal o medievo português.

⁵⁹⁴ Cf. Maria Emília Cordeiro Ferreira, entrada «Capitão-donatário», in *Dicionário de História de Portugal*, tomo I, p. 476.

este sempre mais ou menos presente, através de importantes funcionários régios (sobretudo o corregedor), que cerceavam quer o poder do capitão, quer o do emergente poder local.

Esta presença da autoridade régia, através de oficiais nomeados pelo rei originou situações de sobreposição de autoridades e numerosos conflitos quer com o capitão quer com os órgãos do poder municipal, que depressa se organizaram. Grande parte da informação de que dispomos sobre os primeiros séculos da vida em Cabo Verde provém-nos das numerosas queixas feitas ao rei, quer pelos representantes do poder central nas ilhas, quer pelos detentores do poder local, acusando-se mutuamente de abusos de poder.

Tal como acontecera já com a Reconquista, a expansão ultramarina nos territórios atlânticos ia obrigando à colonização dos mesmos (*colonizar*, aqui, no sentido próprio, etimológico, do termo). Quer o rei quer os capitães-donatários, estes muitas vezes ausentes na corte, delegavam em elementos de linhas inferiores da nobreza, o exercício do poder e a responsabilidade de povoar e explorar os domínios que lhes haviam sido concedidos. Estes capitães distribuíam terras, segundo o sistema usual em Portugal pelo menos desde a primeira década de Duzentos e que se estenderia às ilhas atlânticas e ao Brasil: eram concedidas aos colonos terras em sesmarias, obrigando ao seu cultivo em determinado prazo.

Em relação a Cabo Verde, as primeiras cartas régias são omissas quanto à concessão de terras.⁵⁹⁵ O primeiro documento a fazer-lhe menção é a carta de 14 de Junho de 1485⁵⁹⁶, em que D. Manuel, já como rei, confirma a doação por ele feita anteriormente, ainda enquanto duque de Beja e senhor de Cabo Verde, a Rodrigo Afonso, da capitania da parte Norte da ilha de Santiago. Nela se estipula o prazo de cinco anos para o cultivo das terras concedidas pelo donatário, prazo findo o qual, caso não tivessem sido arroteadas e aproveitadas, seriam retiradas aos colonos e atribuídas a outros⁵⁹⁷, segundo o espírito da Lei das Sesmarias, promulgada por D. Fernando, no século anterior.⁵⁹⁸

⁵⁹⁵ Se bem que, como refere António Carreira, o direito de concessão possa estar subentendido na carta de 1462, quando o rei doa a D. Fernando as ilhas «assim e tão compridamente como a nós [rei] pudesse». Cf. carta régia de 19 de Setembro de 1462, in *HGCV – CD*, vol. I, doc. 3, p. 17.

⁵⁹⁶ Ap. António Carreira, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, op. cit., p. 40.

⁵⁹⁷ «Item me apraz que ele [Rodrigo Afonso] possa dar por suas cartas a terra de sua capitania (...) a quem lhe aprover, com tal condição que aqueles a que a derem aproveitem até cinco anos. E não aproveitando, que a possa dar a outrem.

E depois que aproveitada for, se a deixarem por aproveitar até outros cinco anos, que isso mesmo a possa dar.» Cf. carta régia de 14 de Janeiro, in *HGCV – CD*, vol. I, doc. 17, p. 51.

⁵⁹⁸ A regulamentação destas concessões, na Lei das Sesmarias, promulgada por D. Fernando, em 1375, e mais tarde integradas nas *Ordenações Afonsinas*, surgiu no contexto da crise do século XIV. Esta crise multifacetada caracterizou-se por uma recessão agrária, para a qual confluíram vários factores. Alterações climáticas, que já se vinham anunciando desde o século anterior, caracterizadas por um arrefecimento e aumento de pluviosidade, provocaram o apodrecimento precoce do cereal e uma série de maus anos agrícolas. À diminuição da produção de cereal, sucedeu o aumento do seu preço, não acompanhado por um correspondente aumento dos salários agrícolas, numa fase inicial. Isto teve como consequência uma ainda maior precarização da vida da maior parte da população, sobretudo nas cidades, onde os efeitos da crise fromentária mais se fizeram sentir. Mas se foram as cidades as principais atingidas pela crise alimentar, os campos foram-no pelas crises bélicas. Se a Idade Média europeia sempre lidara com a guerra, as mudanças qualitativas que se operaram tornaram-na mais destrutiva: os conflitos multiplicaram-se, ganharam um carácter mais permanente e as técnicas militares aprimoraram-se. Os campos, sem as muralhas protectoras das cidades, revelavam-se mais vulneráveis e constituíam reservatórios de alimentos para os exércitos em contenda, que, além de devastarem os campos, destruíam muitas vezes também os meios de produção (moinhos, lagares, fornos). O século XIV português está recheado destes conflitos.

As epidemias vieram agravar e acelerar todo este quadro, actuando sobre a demografia e consequentemente sobre a estrutura agrária. Sobretudo a grande peste de 1348, que se manteve endémica durante todo o século XIV, e que encontrou uma população já debilitada fisicamente. A Peste Negra provocou grande depressão demográfica em quase toda a Europa e um movimento geral de abandono dos campos. Esta retracção do espaço cultivável veio agravar a crise fromentária que já se fazia sentir. A elevada mortandade e o êxodo rural provocaram falta de mão-de-obra nos campos, a que se sucedeu momentaneamente um aumento considerável dos salários. Este aumento reflectiu-se

5.2. A fraca atractibilidade das ilhas

Como entre os principais deveres do donatário, se incluía o de arrotear as terras, tornando-as produtivas, os donatários transportaram indivíduos e casais metropolitanos, sobretudo do Sul do País, para Santiago. Mas, apesar de o modelo da administração ter sido o mesmo que o anteriormente ensaiado no arquipélago da Madeira, ou seja, o das capitánias-donatarias, com as nuances que as dificuldades do povoamento viriam a impor, nos primeiros anos do povoamento, a ilha não se apresentou suficientemente sedutora para atrair colonos da metrópole. D. Fernando viu-se então na necessidade de requerer do monarca seu irmão «algumas liberdades», como política de atracção de colonos.

A que se ficou a dever a dificuldade no povoamento do arquipélago? Que constituía a sua especificidade face aos arquipélagos norte-atlânticos? Pela sua importância e consequências em toda a evolução sócio-económica do arquipélago até aos nossos dias, é importante que nos debrucemos sobre os factores que obstaculizaram o povoamento inicial das ilhas nos primeiros anos após o seu achamento. Os mais frequentemente apontados são (1) a distância geográfica, (2) as características ecoclimáticas desfavoráveis, condicionantes da utilização do solo e, conseqüentemente, do regime alimentar, (3) a atracção concorrente dos arquipélagos da Madeira, dos Açores e de outras paragens ultramarinas e (4) a escassez de outros recursos naturais. Foi, cremos, a confluência de todos estes aspectos, mais que a acção determinante de um em particular, que redundou na fraca atractividade inicial do arquipélago.

Quanto à distância face ao Reino, responsabiliza-a D. Afonso V pela falta de povoadores: «por ser tão alongada de nossos reinos, a gente não quer a ela ir viver (...)»⁵⁹⁹. Contudo, outras paragens ultramarinas eram mais remotas e nem por isso menos apelativas à imigração. São Jorge da Mina, apesar de mais distante, tinha candidatos a moradores em «lista de espera»⁶⁰⁰. Mais tarde, será o Brasil a gerar fluxos migratórios que nem a independência política passados três séculos veio abrandar. E contudo tinha a separá-lo do Portugal europeu toda a extensão do «mar oceano»⁶⁰¹. A lonjura não constituiu, pois o grande impedimento ao rápido povoamento do arquipélago.

Sobre as características ecoclimáticas das ilhas não nos alongaremos.⁶⁰² Retemos apenas que já no século XVI elas se revelavam profundamente dissuasoras da ocupação humana do arquipélago. Se bem que as condições de aridez se tenham acentuado com a presença humana e a conseqüente sobreexploração dos poucos recursos das ilhas, poucas décadas após o achamento, já a cobertura vegetal era precária, à excepção dos leitos e das

negativamente nas médias e grandes explorações agrícolas. Os senhores ressentiram-se com as quebras nos lucros e pediram protecção aos monarcas, no sentido de imporem limites ao aumento dos salários. Foi neste contexto que também em Portugal os monarcas legislaram sobre o trabalho: D. Afonso IV com a legislação de 1349, e sobretudo D. Fernando, com a Lei das Sesmarias, obrigando ao trabalho, regulamentando o trabalho camponês e fixando os salários. Foi este regime de concessão de terras que, com maior ou menor eficácia, se procurou aplicar nas ilhas recém-descobertas de Cabo Verde.

⁵⁹⁹ Preâmbulo da carta régia de 12 de Junho de 1466, concedendo aos moradores de Santiago permissão para participar no trato da Guiné. *HGCV – CD*, vol. I, doc. 4, p. 19.

⁶⁰⁰ Cf. Ilídio Baleno, «Povoamento e formação da sociedade», in *HGCV*, vol. 1, p. 128.

⁶⁰¹ É assim que a carta régia de 12 de Junho de 1466 se refere ao Atlântico: «mar oceano». In *HGCV – CD*, doc. 4, op. cit., p. 21.

⁶⁰² Sobre as características da circulação atmosférica e do regime hidrológico, vd. por exemplo, Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, op. cit., pp. 23-75.

margens das ribeiras entalhadas, onde nalgumas ilhas se praticava o regadio, mormente de culturas alimentares. Os relatos coevos de cronistas e navegadores, se bem que por vezes contraditórios, referem geralmente a aridez das ilhas e o seu regime hidrológico pouco propício para a agricultura. Duarte Pacheco Pereira, escrevendo na primeira década do século XVI, já dá conta de que «Estas ilhas são estéreis porque são vizinhas do trópico de Câncer, e tem muito pouco arvoredo por causa de nelas não chover mais dos ditos três meses»⁶⁰³ (Agosto, Setembro e Outubro).

De entre os elementos ecoclimáticos desfavoráveis, ou deles decorrentes, destacam-se o regime de chuvas – «um inimigo feroz, persistente e implacável»⁶⁰⁴ – e a aridez. Enquanto o primeiro impedia a transposição para o arquipélago das práticas agrícolas e das espécies cultivadas no Reino, a segunda era responsável pela quase ausência de espécies vegetais espontâneas que pudessem ser usadas na alimentação. A carência de um alimento de base no arquipélago só foi suprida após a introdução posterior do milho americano.

Outro factor que eventualmente tornaria a ilha de Santiago pouco atraente para a população de origem europeia seria o que corria sobre a sua insalubridade. Valentim Fernandes, escrevendo em princípios do século XVI, afirmava a sua anterior benignidade, onde até os leprosos se saravam; no entanto, segundo o impressor da Morávia, os escravos haviam transportado para a ilha as doenças das suas terras de origem, tornando-a doentia⁶⁰⁵. Já Gaspar Frutuoso, depois de discorrer sobre a vida económica do arquipélago (escreve em finais do século XVI, quando mais ilhas estão já povoadas), desmente, em tom contundente, as acusações de insalubridade da ilha. Sendo, além de historiador, sacerdote, acentua a importância dos comportamentos e responsabiliza a gula e a luxúria pela má fama de Santiago: os excessos alimentares e sexuais conduziam à morte, ao passo que a castidade e a moderação na comida e na bebida eram garantes de longevidade⁶⁰⁶. A Avaliar pelos relatos, e independentemente dos regimes alimentar e sexual, o clima de Santiago favorecia a morbidez, mormente da parte europeia da população. Apesar do escasso volume das precipitações anuais, a sua distribuição concentrada em escassos meses, aliada à temperatura do ar, podia favorecer a propagação de microrganismos responsáveis por várias patologias.⁶⁰⁷

Também a insularidade não parece ter constituído factor dissuasor do povoamento. A partir do momento em que a Ribeira Grande se converteu num entreposto de escravos, a insularidade tornou-se uma aliada dos moradores de Santiago, pela maior segurança que proporcionava à actividade comercial, pela mais fácil fuga à fiscalização por parte dos oficiais régios e pela posição geográfica que a transformava num ponto de escala e aguada dos navios que cruzavam o Atlântico. O carácter insular do território não constituiu, pois, um factor de

⁶⁰³ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de situ orbis*, Ed. crítica de Augusto Epifânio da S. Dias, 1905, p. 84.

⁶⁰⁴ Orlando Ribeiro, «Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde», *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, nº 59, 1962, p. 156.

⁶⁰⁵ Cf. Abel Fontoura da COSTA, *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939.

⁶⁰⁶ Cf. A. H. de Oliveira Marques, «Gaspar Frutuoso e a colonização de Cabo Verde», *Garcia de Orta*, vol. 9, nº 1, 1961, p. 28.

⁶⁰⁷ O paludismo sempre foi endémico em Cabo Verde e continua a existir em Santiago, na época das chuvas e na que imediatamente a antecede. Uma grave epidemia de uma variante da malária, a dengue, atingiu o arquipélago, mormente as ilhas de Sotavento, no Outono de 2009.

isolamento, mas de contacto. Outros territórios descobertos no Atlântico Norte partilhavam com Cabo Verde do mesmo condicionalismo insular e, no entanto, ele não representou um entrave ao seu povoamento. No que respeita os Açores, a ocupação humana de algumas das suas ilhas passou por um processo mais lento, dada a actividade sísmica e vulcânica no arquipélago. Porém, estas características geológicas do arquipélago não foram impeditivas nem da produção cerealífera nem da pecuária, facilitadas pelas elevadas taxas de precipitação. Já em relação à Madeira, pela amenidade do clima, pela facilidade de implantação de determinadas espécies especialmente bem cotadas nos mercados internacionais se implantaram⁶⁰⁸ e pela sua fácil abordagem por mar, o povoamento procedeu-se rapidamente. Parece, pois, poder considerar-se a atracção concorrente de outros territórios recém-descobertos como mais um factor desacelerador da ocupação humana no arquipélago.

O último dos aspectos que apontámos como pouco estimulante para a atracção inicial de colonos europeus foi a ausência de recursos naturais que contrabalançassem a precaridade da agricultura. Comparemos a situação do arquipélago com a de outro território, situado na outra margem do Atlântico e onde os portugueses desembarcaram quatro décadas depois. O Brasil partilhava com Cabo Verde algumas das desvantagens iniciais apontadas: a (ainda maior) distância, a falta de salubridade de grande parte do seu imenso território e as características semi-desérticas de outra parte. Após a chegada dos primeiros portugueses, estabeleceram-se feitorias junto à costa, mas só a partir da década de trinta do século XVI se estimulou o povoamento europeu e também por iniciativa régia. Apesar da distância e da debilidade numérica da população portuguesa metropolitana, foram-se constituindo núcleos populacionais no litoral, se bem que só mais tarde, com a actividade bandeirante e a descoberta das minas auríferas da região de Minas Gerais, a corrente migratória em direcção ao Brasil se tivesse acentuado e expandido para o interior, a ponto de tornar necessária a intervenção da Coroa, no sentido de limitar os contingentes de emigrantes.

Contudo, ao contrário de Cabo Verde, o Brasil possuía recursos naturais catalizadores: madeiras cuja seiva colorante era facilmente introduzida no mercado europeu, clima propício, pelo menos em vastas regiões do imenso território, para culturas de plantação também muito procuradas nos mercados internacionais e, mais tarde, os metais preciosos que fariam afluir da metrópole a população que ela nunca possuía em abundância. Ora, Cabo Verde, além condições climáticas desfavoráveis, possui um subsolo igualmente pobre.

É sobretudo esta ausência de recursos naturais alternativos que pudessem suprir a contingência agrícola das ilhas que, quanto a nós, explica a morosidade e as dificuldades da ocupação humana do arquipélago, que se estendeu por quatro séculos. E é pela sua inexistência que as características ecológicas se revestem de um protagonismo que de outra forma não atingiriam. A comprová-lo estão os escassos anos que medeiam entre o

⁶⁰⁸ Referimo-nos sobretudo à cana-de-açúcar. A facilidade do seu cultivo e a sua grande produtividade na ilha da Madeira nesta ilha, e mais tarde também em São Tomé, talvez tenham desencorajado a sua expansão em Cabo Verde. É o que Ilídio Baleno avança e que Gaspar Frutuoso parece corroborar quando afirma que «A ilha de Santiago dá muito açúcar, e fazem-se nelas muito boas conservas, ainda que nada disto chega ao da ilha da Madeira». Cf., respectivamente, Ilídio Baleno, «Povoamento e formação da sociedade», in *HGCV*, vol. I, p. 129, e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 28.

achamento de Santiago e a publicação de um diploma régio – a carta de privilégios de 1466, autorizando os moradores de Santiago a participar no comércio com a costa da Guiné, até aí monopólio do monarca – que converteu uma ilha praticamente despovoada, distante do Reino, árida, de orografia acidentada e com um regime pluviométrico pouco favorável, num núcleo atractivo para emigrantes europeus. Contrariando o efeito da ausência de recursos naturais alternativos, o referido documento régio transformou a inicialmente desfavorável posição geográfica da ilha numa mais-valia. A Santiago negreira para onde confluíram durante algumas décadas as carreiras marítimas que cruzavam três continentes e que se desenvolveu relativamente depressa é, assim, obra do favor régio de 1466.

Pela sua importância no povoamento e subsequente evolução sócio-económica e racial do arquipélago, debruçemo-nos sobre dois instrumentos legais – a já mencionada carta régia de 1466 e a de 1472. Apesar de terem aplicabilidade directa somente sobre a ilha de Santiago, tiveram, no curto espaço de uma década, importante alcance sobre a ilha do Fogo.

5.3. As cartas régias de 1466 e de 1472

O diploma datado de 12 de Junho de 1466 consiste numa carta de privilégios concedida por Afonso V aos moradores da ilha de Santiago. Perante a dificuldade em povoar a ilha de Santiago, pelas razões que acabámos de expor, o donatário, D. Fernando, solicitou ao rei «algumas liberdades»⁶⁰⁹, de modo a torná-la atraente para virtuais povoadores. Este expediente tinha antecedentes, no pedido por parte de D. Henrique de isenções fiscais para os povoadores dos dois arquipélagos norte-atlânticos. Porém, as mercês contempladas na carta de 1466 extravasavam largamente o conteúdo das concessões anteriores. Elas consistiam no acesso livre, por parte dos moradores de Santiago, aos mercados dos Rios de Guiné, com excepção de Arguim, e na isenção da dízima sobre todas as mercadorias com origem na ilha ou adquiridas em qualquer outra parte e vendidas no Reino. Dada a rentabilidade deste comércio, sobretudo da sua mais cobiçada mercadoria, o escravo, ter-lhe acesso constituía importante prerrogativa. A única exigência legal era a fixação de residência em Santiago.

Este diploma constituiu, pois, uma espécie de dote oferecido pelo monarca aos potenciais candidatos a moradores da ilha e levou a uma reavaliação da sua posição geográfica. O que antes parecia ser uma desvantagem inicial converteu-se, mercê da intervenção régia, em principal elemento pró-activo do povoamento do arquipélago. A partir da carta de 1466, já não é a distância que separa Santiago do Reino que é relevada, mas antes a sua proximidade com os centros do comércio escravagista da costa ocidental de África. É essa vizinhança que se tornará no principal factor de atracção do arquipélago, capaz de mobilizar e atrair os requisitados (por D. Fernando) elementos europeus para o povoamento de Santiago.

⁶⁰⁹ Carta régia datada de 12 de Junho de 1466, in *HGCV – CD*, vol. I, doc. 4, p. 19.

Como refere António Correia e Silva, «apesar de a posição geográfica de um lugar ser fixa e imutável, o seu valor geo-estratégico, esse, nasce, cresce e morre.»⁶¹⁰

Outro factor imprevisto que veio acentuar a importância geo-estratégica do arquipélago foi a chegada dos europeus ao continente americano. Tendo em vista alcançar por ocidente a Índia, Colombo, em 1492, atingiu ilhas no novo continente e, oito anos passados, Pedro Álvares Cabral desembarcou em Terras de Vera Cruz. A América espanhola e o Brasil que, pelas características da sua economia – agricultura de plantação e actividade mineira –, eram muito carentes de mão-de-obra, tornaram-se importantes mercados para os escravos resgatados na costa africana.

De ilha onde ninguém queria residir, Santiago converteu-se, assim, e mercê da carta de privilégios concedida aos seus moradores, em 1466, num importante entreposto escravagista. Chegadas da Guiné, as *peças de escravo* eram desembarcadas na Ribeira Grande, de onde eram posteriormente reexportadas para a Europa, Canárias e Antilhas. A cidade portuária⁶¹¹ desenvolveu-se rapidamente e constituiu o primeiro núcleo urbano colonial nos trópicos. O seu (relativo) esplendor durou o tempo em que a ela aportavam os navios que cruzavam o Atlântico: de África para a Europa, de África e da Europa para o continente americano, da Europa para África e para a Ásia.⁶¹² Mas foi sobretudo a organização económica da América colonial em torno da mão-de-obra escrava que lhe permitiu sustentar o relativo fausto da primeira metade do século XVI, consubstanciado em exemplares de arquitectura religiosa, militar e civil, como sejam a Sé Catedral (que albergava um cabido composto por dezassete dignidades), o Convento de São Francisco, a fortaleza de São Filipe, a alfândega, casas de habitação em alvenaria, de que sobrevivem apenas algumas ruínas (praticamente, as da Sé e da Fortaleza).

A carta de 1466 conferiu um carácter sobretudo mercantil à sociedade insular. O grosso dos colonos europeus que se estabeleceu em Santiago veio atraído pela participação no lucrativo comércio de escravos da costa da Guiné e não pela colonização agrária da ilha, que havia sido o móbil do texto e das mercês concedidas pelo rei em 1466.

Outro aspecto deste diploma que é frequentemente negligenciado, mas que Correia e Silva releva, é que, com a atribuição do regime de excepção aos moradores-comerciantes de Santiago, abriu-se o precedente da interferência directa do rei num território doado havia poucos anos sob o regime das donatarias, logo, com extensos poderes de natureza

⁶¹⁰ A. Correia e Silva, *Histórias de um Sahel insular*, op. cit., p. 39.

⁶¹¹ De acordo com António Correia e Silva, uma expressão pleonástica em Cabo Verde, já que todos os principais núcleos urbanos neste arquipélago – Ribeira Grande, Praia, São Filipe, São Vicente – são centros portuários. *Ibid.*, p. 39.

⁶¹² Os navios da carreira da Índia escalavam com frequência na Cidade Velha ou no Porto da Praia. A armada de Vasco da Gama, por exemplo, aí aportou e permaneceu uma semana em Julho de 1497. Cf. Orlando Ribeiro, «Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde», op. cit., p. 137. Ao contrário deste autor, Ilídio do Amaral é de opinião de que, à excepção de Angra, nos Açores, as restantes cidades coloniais atlânticas, entre as quais a Ribeira Grande, não constituíam pontos de apoio de real importância para a navegação oceânica, por duas ordens de factores: por um lado, o desencorajamento das paragens, por parte dos monarcas, pelo receio do contrabando e da fuga aos tributos; por outro, a própria vontade dos implicados na navegação – comandantes e comerciantes – em acelerar as viagens, já de si longas, para mais rapidamente e a melhor preço venderem as mercadorias e para evitar contendas a bordo. Cf. Ilídio do Amaral, «Cidades Coloniais Portuguesas (Notas preliminares para uma geografia histórica)», *Povos e Culturas*, nº 2, 1987, pp. 193-214.

económica, fiscal e jurídica concentrados na figura do donatário⁶¹³. Tradicionalmente, conferia-se ao donatário o direito de tributar; porém, não havendo ocupação humana, não havia actividade económica e sem esta não havia base de tributação. Dadas as dificuldades iniciais do povoamento, e a pedido do próprio donatário, o rei interveio, concedendo privilégios comerciais e fiscais aos potenciais povoadores. Esta intervenção régia era, no entanto, cerceadora dos poderes de quem a solicitou, o donatário. O monarca não só estabeleceu um elevado imposto de que era o beneficiário – o quarto sobre todas as mercadorias resgatadas nos portos da Guiné –, como isentou de direitos as mercadorias transaccionadas para a Guiné, o Reino ou arquipélagos da Madeira e Açores. Também aqui o regime de excepção criado para os povoadores de Santiago se fez à custa dos tradicionais áreas de intervenção do donatário. A partir de 1466, o sistema tributário tornou-se bicéfalo: o donatário passou a estipular e a beneficiar da tributação sobre a terra, enquanto a tributação sobre a actividade comercial era de iniciativa e benefício régios.

À medida que prosseguia o empreendimento ultramarino e que o poder régio se fortalecia, com ritmos desiguais, consoante os reinados, os monarcas foram intervindo cada vez mais directamente no arquipélago, não só em detrimento da esfera de actuação dos donatários, como se disse, como também do espaço de manobra dos moradores de Santiago no comércio com a costa da Guiné, em geral, e no tráfico negreiro, em particular. Quer através de funcionários por si nomeados e agindo em seu nome, quer através de diplomas que expressamente limitavam o acesso ao resgate, os monarcas procuraram controlar o (à distância) incontrolável e rentável comércio das *peças de escravo*.

A carta de 8 de Fevereiro de 1472 foi a primeira de uma série de intervenções régias, caracterizadas pelo cerceamento das prerrogativas concedidas em 1466 aos moradores de Santiago. Algumas cláusulas mantiveram-se: a área do trato – até ao limite das descobertas ao tempo da carta de 1466, ou seja, até à Serra Leoa, mantendo-se a interdição sobre Arguim, e os direitos régios sobre as mercadorias desembarcadas na ilha. A maior parte, porém, consistiu em delimitações e restrições aos privilégios anteriormente concedidos. De acordo com o texto de 1472, (1) somente navios dos moradores podiam por eles ser armados e em Santiago – «(...) nom possam armar nenhuns navios em outro lugar algum para mandar (...)»; (2) unicamente mercadorias com origem na ilha podiam ser utilizadas no tráfico – «Nem possam (...) outras nenhuma mercadorias mandar resgatar (...) senão aquelas que eles de suas novidades e colheitas na dita ilha houverem»; (3) os escravos e outras mercadorias resgatadas deviam circunscrever-se ao consumo interno – «escravos, escravas, machos e fêmeas para seus serviços e ser azo para sua melhor vivenda e boa povoação.»⁶¹⁴ –, ao contrário do anteriormente estatuído, que permitia a sua venda livre, fora ou dentro do Reino; por fim, (4) impediam-se as parcerias com comerciantes e armadores não moradores de Santiago. Ou seja, tudo o que rodeava a participação no trato da Guiné tinha que provir da ilha: o *quem* –

⁶¹³ Cf. A. Correia e Silva, *Histórias de um Sahel insular*, op. cit., p. 25. O autor retomará posteriormente este assunto em «A tributação nos primórdios da História de Cabo Verde (1460-1516)», in *HGCV*, vol. I, pp. 348 e ss..

⁶¹⁴ Carta régia de 1472, delimitando os privilégios concedidos aos moradores de Santiago, pela carta régia de 1466. In *HGCV – CD*, vol. I, doc. 6, p. 27.

somente os moradores, sem quaisquer parcerias externas –, o *como* (unicamente navios armados em Santiago) e o *com quê* – apenas mercadorias com origem na ilha podiam ser utilizadas nas trocas.

O que terá conduzido a este volte-face da política régia face ao arquipélago de Cabo Verde ou, mais propriamente dito, face a Santiago, em escassos seis anos? Apesar das declarações em contrário do monarca, afirmando que o explicitado na carta de 1472 mantinha o espírito do texto de 1466⁶¹⁵, pretendendo-se apenas desmontar e precisar o seu conteúdo⁶¹⁶ (aquilo a que agora chamaríamos regulamentar a lei), a verdade é que o diploma de 1472 evidencia já claramente o que seria uma constante na estratégia de gestão da navegação e comércio marítimos em toda a época da expansão: «o improviso organizacional, o incrementalismo na formulação de uma estratégia em geometria variável»⁶¹⁷. Segundo o próprio texto da carta, o facto que lhe esteve na origem foi a queixa apresentada por Fernão Gomes, o rico mercador de Lisboa a quem foi arrendado, em 1468 ou 1469⁶¹⁸, por cinco anos, prorrogados posteriormente, o comércio da Guiné, contra o capitão da ilha de Santiago, por este ter enviado caravelas a áreas da costa africana abrangidas pelo contrato de arrendamento.⁶¹⁹

Ao restringir a liberdade de comércio outrora outorgada aos moradores de Santiago, o monarca não só procurava evitar os conflitos de interesses entre contratadores e moradores⁶²⁰, como protegia os seus, já que o comércio directo dos moradores com a costa da Guiné escapava ao controlo da Coroa. Os moradores comerciavam em áreas que ultrapassavam os limites impostos pela carta de 1466, muitas vezes com mercadorias defesas que compravam a mercadores estrangeiros, e contornavam o pagamento dos direitos régios (um quarto de todas as mercadorias transaccionadas⁶²¹), o que se tornava lesivo para os cofres reais.

O que terá pesado mais sobre a decisão do monarca? A pressão do arrendatário do comércio da Serra Leoa ou a incapacidade revelada pela carta anterior para promover o povoamento total da ilha e não apenas o do seu porto principal? Apesar de ter resultado provavelmente da confluência de ambas, inclinamo-nos a considerar o primeiro factor como determinante da carta de limitação de privilégios de 1472. Por um lado, parece-nos que os seis anos que medeiam entre os dois despachos régios não constituiriam para a época um período experimental demasiado longo, dada a distância e a maior morosidade das comunicações, apesar do tráfico marítimo constante entre a ilha e a Península Ibérica; por outro, os grandes mercadores de Lisboa, como Fernão Gomes, constituiriam, pelo seu peso económico e pela

⁶¹⁵ Diz o rei: «e porque nós somos bem certo da vontade nossa e tenção que então tivemos, quando a dita carta e privilégio outorgámos». Cf. carta régia de 1472, in *HGCV – CD*, vol. I, doc. 6, *op. cit.*, p. 26.

⁶¹⁶ «(...) mandamos agora passar esta nossa carta patente para se notificar e publicar aos sobreditos, para (...) saberem como a carta do dito privilégio hão-de entender e dela hão-de usar» - *ibid.*, p. 26.

⁶¹⁷ Jorge Nascimento Rodrigues & Tessaleno Devezas, *op. cit.*, p. 20.

⁶¹⁸ Sobre a falta de consenso em torno das duas datas, vd. António Carreira, *Cabo Verde – Formação e extinção de uma sociedade escravocrata, (1460-1878)*, *op. cit.*, pp. 25 e 26.

⁶¹⁹ A possibilidade do arrendamento futuro deste comércio não estava, aliás, descartada, aquando da redacção do texto de 1466: «vindo caso que nós daqui em diante arrendemos os ditos tratos das partes de Guiné ou parte deles (...)». Cf. carta régia de 1466, in *HGCV – CD*, vol. I, doc. 4, p. 21.

⁶²⁰ «e porque mercê vontade sempre foi e é arredarmos dentre nossos súbditos e naturais todo azo de contendias». Cf. carta régia de 1472, in *HGCV – CD*, doc. 6, p. 26.

⁶²¹ Estipulava a carta régia de 1466 que «(...) nossos direitos, que hão-de ser o quarto de todas as cousas que os moradores da dita ilha assi resgatarem em as ditas partes de Guiné.» In *HGCV – CD*, vol. I, doc. 4, p. 20.

proximidade da corte, um grupo de pressão não negligenciável.⁶²² Havia ainda a percepção da dificuldade em regular e sobretudo fiscalizar o referido comércio, de que poderiam resultar prejuízos para o Tesouro real. O rei ter-se-á arrependido da extensão dos privilégios concedidos aos moradores de Santiago e as questiúnculas havidas entre Fernão Gomes e o capitão da ilha forneceram-lhe o momento e o pretexto para corrigir o anteriormente estatuído.

Em apenas alguns parágrafos, a carta 1472 permitia ao rei agir em quatro frentes: (1) conciliavam-se os dois regimes de exclusividade instituídos, (2) restringia-se o acesso e a participação dos moradores no tráfico de *peças de escravo*, (3) estimulava-se o povoamento e a colonização do interior da ilha e, sem que esse tivesse sido um objectivo inicial, (4) colonizava-se mais uma ilha do arquipélago, o Fogo.

Doravante, a legislação orientar-se-á no sentido de reduzir a possibilidade de participação dos moradores-comerciantes de Santiago no trato da costa fronteira.⁶²³ Do aumento da lista de mercadorias defesas, à obrigatoriedade do desembarque de escravos na capital do Reino⁶²⁴ e à proibição total da participação dos moradores de Santiago no comércio nos Rios da Guiné⁶²⁵, as determinações régias foram-se sucedendo. O aumento do volume do tráfico – legal e ilegal – terá provocado o que hoje chamamos uma deterioração dos termos de troca. O custo dos escravos aumentava à medida que as mercadorias utilizadas no escambo se desvalorizavam. Pelo menos disso se queixava o rei e nisso fundamentou a sua decisão de proibir aos moradores o acesso ao comércio negroiro⁶²⁶. Porém, sendo o comércio de *peças humanas* a mercadoria mais apetecida pelo volume e relativa rapidez dos proventos que permitia auferir, os moradores de Santiago não abdicariam dele facilmente, até porque o rei, se bem que representado pelos seus funcionários na ilha, estava distante, enquanto a fonte de tão fabulosos lucros estava a escassas milhas de distância. Estes dois factores – a distância face ao Reino e a sedutora proximidade física com os locais do resgate – confluíam para impedir uma eficaz fiscalização do comércio da zona e, conseqüentemente, o aumento dos abusos.

Quanto mais as disposições régias iam no sentido de limitar o espaço de manobra dos moradores, mais estes as transgrediriam. Associados a comerciantes e armadores de fora, reinóis ou estrangeiros, continuaram a participar no trato, e Santiago e Fogo, pela sua posição geográfica privilegiada, constituíam potenciais viveiros de *lançados* ou *tangomaus*. Tratava-se de indivíduos de origem diversa, mas que inicialmente seriam sobretudo os europeus⁶²⁷

⁶²² É esta também a opinião de António Carreira. Cf. *Cabo Verde – Formação e extinção de uma sociedade escravocrata, (1460-1878)*, op. cit., pp. 33 e 42.

⁶²³ Em *Cabo Verde – Formação e extinção de uma sociedade escravocrata, (1460-1878)*, António Carreira apresenta uma síntese da evolução da legislação concernente às restrições às actividades comerciais dos moradores de Santiago. *Vd. op. cit.*, pp. 47-48.

⁶²⁴ Pelo alvará de 24 de Outubro de 1512, os comerciantes de escravos ficavam obrigados a rumar directamente a Lisboa, já que não podiam descarregar-los senão aí. Pelo prejuízo que isto implicava para a população de Santiago, esta dirigiu ao rei uma petição no sentido de a exceptuar desta determinação. Esta petição está publicada na *HGCV – CD*, vol. I, doc. 76, pp. 209-211.

⁶²⁵ *Vd. alvará de 15 de Março de 1518, HGCV-CD*, vol. I, doc. 104, pp. 289-290. O grau de cumprimento destas disposições deve ter sido o mesmo do alcançado pela legislação anterior, já que, logo nos anos seguintes, novos diplomas procuraram regulamentar este comércio.

⁶²⁶ Queixa-se o rei de que «(...) a perda e dano que os moradores da nossa Ilha de Santiago têm feito com suas armações nos nossos resgates de Guiné, de maneira que os têm tão abatidos, por a pouca valia e estima em que têm postas as nossas mercadorias, e a careza em que lhe têm alçadas a suas, que há mui pouco ganho». In *HGCV-CD*, vol. I, doc. 104, p. 289.

⁶²⁷ Rapidamente, porém, *mestiços e negros* se tornaram também *lançados*. Cf. António Carreira, *Cabo Verde – Formação e extinção de uma sociedade escravocrata, (1460-1878)*, op. cit., p. 62.

residentes, estantes ou simplesmente de passagem por Santiago e pelo Fogo, dispostos a ignorar as prescrições régias e a aventurar-se no lucrativo comércio de escravos, com consideráveis danos para a tesouraria da Casa Real. O monarca sentia-se tão lesado nos seus interesses que as penas previstas para os prevaricadores eram muito duras, indo desde o confisco dos navios e outros bens⁶²⁸ e o degredo para a ilha de São Tomé⁶²⁹, à sua entrega, com os respectivos haveres, aos régulos locais, «para que os matem ou entreguem aos capitães dos nossos navios»⁶³⁰. Todos os meios serviam para combater a praga dos *lançados*, até a delação, que era estimulada. Os bens dos infractores – fazendas e navios – eram apreendidos, sendo metade encaminhada directamente para os cofres reais e a outra revertendo para quem os tivesse denunciado.⁶³¹

Os navios que se dirigissem à Guiné deveriam ser alvo de inspecção, não só para averiguar se transportavam mercadorias defesas a utilizar no trato (e a lista das assim consideradas não parará de crescer), como para contabilizar os seus ocupantes; estes deveriam ser os mesmos à chegada, sob pena de serem considerados *lançados* e verem, por isso, os seus bens confiscados. Outra medida estipulada para evitar a permanência na Guiné por mais tempo que o estritamente necessário e assim diminuir o número de *lançados* era a obrigatoriedade do pagamento de uma fiança por todos os pilotos e⁶³² *brancos* que embarcassem para a costa da Guiné. O montante desta fiança variava em função da importância de cada um a bordo: duzentos cruzados para o capitão, cento e cinquenta para o piloto, cem para os marinheiros e cinquenta para os grumetes. Esta fiança só seria devolvida aquando do retorno à ilha.

De tal modo este comércio se apresentava cheio de possibilidades, que mesmo fidalgos não hesitavam em demandar Santiago para aí fixar residência. É o que se depreende da carta de D. Manuel, datada de 1515, na qual se proíbe a emigração de mais fidalgos para Santiago sem expressa autorização régia: «(...) que daqui em diante não possam viver de morada nem estar na dita Ilha [ne]nhuns fidalgos, salvo aqueles a que nós por nossa provisão especial para ele dermos lugar e licença.»⁶³³

Regressando ao diploma de 1472, se este limitou consideravelmente o espaço de manobra dos moradores de Santiago no tráfico negreiro, por outro, pode considerar-se que a colonização do interior da ilha de Santiago e da ilha do Fogo tem nele o seu marco fundador. A exigência de que as mercadorias levadas para o resgate tivessem origem em Santiago

⁶²⁸ Previsto e repetido exaustivamente em quase toda a legislação concernente à regulação do comércio com a costa da Guiné.

⁶²⁹ A aplicar a quem traficasse com mercadorias defesas, e não exclusivamente a *lançados*. *Vd.* diploma de 24 de Março de 1514, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 86, p. 235.

⁶³⁰ Alvará de 15 de Março de 1518, *HGCV-CD*, vol. I, doc. 104, p. 289.

⁶³¹ *Vd.*, por exemplo, o Regimento de Afonso Lopez d'Avílla, feitor do trato de Santiago, in *HGCV – CD*, vol. I, pp. 295-301.

⁶³² Mantivemos a utilização da copulativa, porque é assim que nos surge na documentação, sugerindo que, por esta altura, também já *negros* e *mestiços* participavam como pilotos nas viagens de resgate à costa guineense. O documento citado na nota anterior refere «(...) nem piloto *nem* pessoa branca (...)» *Ibid.*, p. 298. [Itálico nosso]

⁶³³ Carta régia de 8 de Maio de 1515, fazendo depender a presença e fixação de fidalgos e cristãos-novos em Santiago de provisão especial. In *HGCV – CD*, op. cit., doc. 90, p. 247. É possível que, com esta determinação, o rei estivesse a satisfazer a vontade dos moradores, para quem os nobres vindos do Reino significavam potenciais concorrentes – quer no escambo, quer na administração concelhia –, além de um encargo, no caso dos mais desafortunados, que o rei pedia que protegessem e tratassem com deferência. *Cf.* Ilídio Baleno, «Povoamento e formação da sociedade», *op. cit.*, pp. 159-160.

contribuiu para o desenvolvimento das estruturas produtivas internas, se bem que ainda muito orientadas para as necessidades da actividade económica mais rapidamente rentável, o tráfico de escravos na vizinha costa africana.

O cerco em torno da participação dos moradores de Santiago no trato da Guiné continuou a apertar-se com (1) a concorrência dos mercadores estrangeiros, (2) as determinações régias restritivas, (3) o arrendamento a particulares, em determinados períodos, do comércio ao Sul da Serra Leoa e (4) o corso e a pirataria. Perante um quadro legal e um ambiente comercial crescentemente hostil, os moradores sentiram necessidade de se virar para dentro, não só para o interior da ilha de Santiago, como para o interior do arquipélago, para a ilha-apêndice que melhor pareceu poder fornecer as mercadorias apetecidas pelos negreiros africanos. Referimo-nos à ilha objecto do nosso estudo, o Fogo, e ao seu produto mais valorizado, o algodão⁶³⁴.

Se é verdade, como afirma António Carreira, que este diploma tira muito e dá pouco aos moradores de Santiago⁶³⁵, só o faz, no entanto, no curto prazo. A partir deste diploma dá-se, por força das determinações restritivas do comércio com a costa da Guiné, uma inflexão na evolução do arquipélago: se é verdade que o comércio de escravos continua como a actividade económica por excelência, propiciadora de grandes e rápidos lucros, porém, ela é cada vez mais acompanhada pelo desenvolvimento de estruturas produtivas internas, que, se bem que orientadas para a referida actividade catalizadora, foram intensificando a colonização de Santiago e do Fogo, as duas ilhas então povoadas, moldando a sua paisagem agrária e social.

Se a montante deste diploma estão o conflito de interesses comerciais entre Fernão Gomes e os moradores de Santiago e o incremento do povoamento da ilha, os seus efeitos a jusante vieram traçar as linhas orientadoras da evolução sócio-económica e racial do Sotavento do arquipélago nos séculos subsequentes. As restrições à participação no comércio de escravos e a simples imposição da utilização de mercadorias nativas no comércio com a costa africana obrigaram os moradores, fundamentalmente comerciantes, a converterem-se também em agricultores, ainda que de olhos voltados para as necessidades do tráfico.

Necessitando de mão-de-obra para o cultivo das terras e para a construção das infraestruturas produtivas, foi do continente fronteiro que a importaram: a proximidade geográfica dos locais do resgate e a disponibilidade e abundância de escravos tornaram-nos a opção natural dos moradores da ilha. Os relativamente (pelo menos em função das necessidades) débeis quantitativos da população de origem metropolitana, a que se somavam alguns indivíduos de outras nações europeias, cedo conduziu ao predomínio do povoamento *negro-africano* e à prática intensa da mestiçagem.

Os três grandes efeitos da carta de 1472 e da legislação sobre o comércio que se lhe seguiu foram a expansão da produção agrícola e pecuária, a implantação do modo de produção escravagista em Santiago e no Fogo (mais tarde transportado para o arquipélago de

⁶³⁴ Sobre a importância deste produto no comércio com a costa da Guiné, *vd. infra*, pp. 283 e ss..

⁶³⁵ Cf. António Carreira, *Cabo Verde – Formação e extinção de uma sociedade escravocrata, (1460-1878)*, op. cit., p. 31.

São Tomé e para o Brasil) e uma população maioritariamente de origem africana, com o passar do tempo intensamente mestiçada.

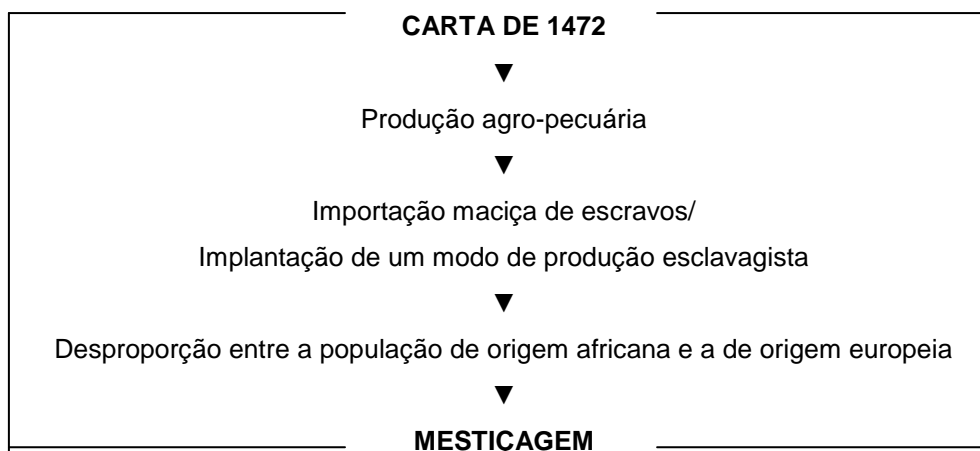


Figura 6 – Efeitos das disposições da carta régia de 1472

5.4. Os povoadores europeus

Achada deserta, a ilha de Santiago, primeira a ser povoada, foi-o por dois contingentes populacionais de características étnicas, sociais e de estatuto muito díspares: europeus livres e africanos, na sua maioria cativos. O que distingue, desde logo, estes dois contingentes é o carácter voluntário ou forçado da sua fixação no arquipélago. E essa diferença manifestava-se nas expectativas de uns e (na sua ausência para) outros: enquanto o imigrante europeu vinha atraído pelo comércio com a costa africana, promissor de riquezas e possibilidades de melhorar o lugar ocupado no sistema de estratificação social, o escravo era embarcado compulsivamente, aguardando-o apenas o envilecimento. Como afirma Iva Cabral, os cativos africanos desembarcavam em Santiago «privados de todos os seus bens, direitos e liberdades; arrancados às suas linhagens e à terra dos antepassados; privados de suas identidades e posições sociais (...) sem pontos de referência, como cativos, igualados pela escravidão»⁶³⁶. Começemos por abordar o grupo constituído pelos reinóis, por terem sido estes os primeiros a fixar-se no território.

Somente dois anos depois do achamento, em 1460, se terá iniciado o povoamento da ilha de Santiago. É pelo menos o que nos indica a carta de privilégios de Afonso V aos moradores de Santiago, datada de 1466, quando refere que «haverá quatro anos que ele [D. Fernando] começara [a] povoar a sua ilha de Santiago»⁶³⁷. É com base neste documento que se aponta o ano de 1462 como o do princípio da ocupação humana do arquipélago. Como

⁶³⁶ Iva Cabral, «Dos povoadores aos “filhos da terra”: a dinâmica da sociedade caboverdiana», *STVDIA*, nº 56/57, 2000, p. 301.

⁶³⁷ Carta régia de 12 de Junho de 1466, op. cit., p. 19.

donatário das ilhas, convinha a D. Fernando colonizá-las, dotando-as de actividade económica sobre a qual pudesse tributá-las. A documentação coeva é omissa quer quanto ao número de elementos introduzidos por D. Fernando, quer quanto aos acompanhantes de António de Noli, quando este, acompanhado de reinóis e de genoveses, partiu para Santiago para tomar posse da administração da capitania Sul da ilha.

Quanto à procedência geográfica destes primeiros reinóis, supõe-se que tenha sido o Sul do país – o Algarve⁶³⁸ ou o Algarve e o Alentejo. Sabemos, porém, que a colonização da ilha não se revelou fácil, porquanto, quatro anos volvidos, o donatário se viu na necessidade de solicitar ao rei medidas que a incrementassem. O povoamento da ilha é, pois, tributário da carta de privilégios de 1466. Os europeus dos primórdios do povoamento eram maioritariamente portugueses, encontrando-se também genoveses, entre os quais familiares e acompanhantes de António de Noli, e castelhanos, estes últimos bem documentados, já que muito intervenientes no comércio de escravos, tratando-se de grandes compradores e reexportadores para as Américas insular e continental.

No tocante à origem social dos primeiros povoadores de origem reinol, ela deve ter sido muito heterogénea. Está documentada a afluência de fidalgos, alguns dos quais ligados à Corte, que, atraídos pelas boas perspectivas de negócio que a carta régia de 1466 deixava antever, partiam rumo a Santiago, acompanhados pelos seus servidores.

Quanto aos reinóis de origem plebeia, como a política de atracção de colonos girou em torno de privilégios comerciais, é possível que tenham sido sobretudo indivíduos de alguma forma ligados anteriormente a esta actividade a sentir-se atraídos pelo rendível trato com a costa africana. Entre estes, esteve presente desde o início o segmento judeu, tradicionalmente ligado ao comércio e, por isso, potencial concorrente dos moradores de *sangue limpo*. A avaliar pelas queixas endereçadas ao Reino por ambas as partes, foram várias as situações de conflito entre cristãos-novos e cristãos-velhos, a que a proverbial desenvoltura comercial dos primeiros não deve ter sido alheia.

A reboque de todos estes – nobres, comerciantes (judeus e cristãos) e clérigos – deve ter afluído a Santiago toda uma legião de trabalhadores manuais que se ocupava das tarefas associadas à vida quotidiana: padeiros, cozinheiros, talhantes, alfaiates, sapateiros, barbeiros, boticários, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, servidores domésticos. Tratando-se de uma ilha, para mais tendo a sua actividade económica centrada no comércio com a costa fronteira, também os profissionais ligados à navegação – pilotos, marinheiros, indivíduos ligados à construção e reparação de navios – deviam estar bem representados, quer como moradores, quer como estantes (os indivíduos que, não tendo o estatuto de morador, permaneciam largas temporadas na ilha, por motivos comerciais ou outros. Alguns estantes tornar-se-iam, com o tempo, moradores).

Ainda de origem europeia e reinol, regista-se a presença dos condenados pela justiça do Reino a penas de degredo em Cabo Verde. Prática partilhada com as restantes metrópoles

⁶³⁸ Como pretende Orlando Ribeiro, baseando-se na presença, em Cabo Verde e nos arquipélagos portugueses do Atlântico Norte, da mó manual, semelhante à que ainda se encontrava no Algarve, ao tempo em que escrevia. Cf. *Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde*, op. cit., p. 136.)

coloniais, o envio de degredados para os territórios ultramarinos, permitia ao Reino desembaraçar-se deles e simultaneamente fomentar o povoamento das colónias. Estes indivíduos constituíam a excepção ao carácter voluntário que caracterizou a afluência a Santiago dos povoadores reinóis. Apesar de povoadores forçados, muitos depressa terão entrevisto as possibilidades de enriquecimento do comércio dos Rios de Guiné e se terão tornado *lançados*, mais uma vez agindo à revelia da lei. A justiça estava distante, ao contrário do lucrativo resgate.

Os degredados que, de acordo com António Carreira, só terão atingido um número considerável no século XIX, devem ter, ainda assim, constituído uma má influência sobre a maioria da população, escrava ou forra, já de si desenquadrada, porque retirada à força, das suas comunidades de origem e das suas instituições tradicionais de socialização. Ainda de acordo com Carreira, este grupo terá protagonizado a última e mais intensa fase do cruzamento *brancos-negros*, ocorrida durante o século XIX, como se depreende pelo aumento dos números registados dos indivíduos condenados ao degredo em Cabo Verde: 2433, entre os anos 1802 e 1882, ou seja, uma média de quase quatro dezenas por ano⁶³⁹.

À excepção dos degredados, a população de origem europeia ocorreu voluntariamente ao arquipélago, atraída pelos privilégios comerciais concedidos pelo rei aos moradores de Santiago, mormente a possibilidade de participar no trato da costa da Guiné. À semelhança dos imigrantes que actualmente procuram legalizar a sua situação para poder trabalhar, residir e usufruir de determinados direitos reservados aos nacionais, também na Santiago de fins de Quatrocentos e de Quinhentos, muitos seriam os que procuravam aceder ao estatuto de morador, para assim ficarem abrangidos pelas prerrogativas concedidas pela carta de 1466.

O segmento social de maior prestígio era, naturalmente, o composto pelos moradores-vizinhos de Santiago. Os critérios que definiam a pertença a este grupo vêm definidos nas *Ordenações Manuelinas* e eram os seguintes: (1) ser natural da terra; (2) ter nela alguma dignidade; (3) aí residindo, desempenhar nela algum ofício régio ou concelhio, desde que este lhe permitisse um nível de vida aceitável; (4) ter adquirido nela estatuto livre ou ter sido adoptado por algum morador, desde que essa adopção fosse confirmada pelo rei; (5) ser casado com mulher da terra, enquanto aí residisse e aí tivesse a maior parte dos seus bens⁶⁴⁰.

Porém, se ser morador era condição necessária para aceder ao trato da Guiné⁶⁴¹, ela não era suficiente. Nem todos os moradores podiam armar para a costa fronteira. E por duas ordens de razões – legais e materiais. Na primeira situação, encontravam-se os oficiais régios. Apesar de terem garantido, de acordo com as *Ordenações Manuelinas* (vd. (3) do parágrafo anterior), o estatuto de vizinho, estavam excluídos do principal dos privilégios atribuídos aos moradores de Santiago, o de armar para a costa africana (o que não significa que não prevaricassem com frequência, como disso dá conta a documentação coetânea). Outros

⁶³⁹ Cf. António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 288.

⁶⁴⁰ *Ordenações Manuelinas*, liv. II, tít. XXI. Disponível em linha, em: <http://www.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/ordenamanu.htm>

⁶⁴¹ A título de mercê, o rei podia, no entanto, atribuir carta de morador a não residentes e a não estantes. Cf. Ângela Guimarães, «Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *HGCV*, vol. I, p. 41.

moradores impossibilitados de participar no resgate, já não por imposição legal, mas por falta de meios, eram os que não possuíam os consideráveis cabedais necessários para armar um navio. Tal como alguns oficiais régios, também muitos moradores menos capitalizados, não podendo participar neste comércio de acordo com o estipulado pela legislação régia, o fariam à margem dela, engrossando a legião dos *lançados*.

Apesar de não possuímos números referentes à população de origem europeia na ilha, nos primeiros tempos do povoamento, ao contrário do frequentemente afirmado, ela não deveria ser desprezível. Entre moradores e estantes, entre armadores, comerciantes, oficiais régios, sacerdotes, missionários, profissionais de ofícios mecânicos⁶⁴² e outros servidores trazidos do Reino, o número de *brancos* só pode supor-se escasso, se comparado com o (também desconhecido, mas que supomos muito maior) número de escravos africanos.

Mais do que a penúria do contingente europeu inicial, deve registar-se, no entanto, o seu carácter marcadamente masculino. Da limitada descendência autóctone estritamente *branca* infere-se a modesta percentagem da população feminina *branca* de origem europeia. Ou seja, os europeus *brancos*, maioritariamente portugueses, devem ter afluído em número considerável a Santiago e (também pela escassez de mulheres europeias) diluído entre a população africana e posteriormente *mestiça*. À medida que Santiago vai perdendo importância como ponto de escala nos circuitos transatlânticos do tráfico negreiro, e que a legislação régia, a concorrência estrangeira e a pirataria vão confluindo para a decadência da Ribeira Grande, a ilha perde a sua capacidade (muito dependente, como vimos, dos privilégios comerciais concedidos em 1466) de atrair a imigração europeia. Os *stocks* populacionais europeus não foram sendo renovados e, à excepção de algumas famílias muito vinculadas à sua identidade étnica e racial, que prosseguiram, até princípios do século passado, uma política matrimonial tendencialmente homogâmica⁶⁴³, os povoadores metropolitanos foram-se dispersando entre a maioria da população, de origem africana.

Os *brancos da terra* distinguiam-se dos *brancos* reinóis, não só por já terem nascido no arquipélago, como pela ascendência *mista*, que não os tinha impedido de herdar dos pais europeus a supremacia sócio-económica e política. A ilha objecto do nosso estudo é, em parte, uma excepção a esta tendência, já que algumas famílias (real ou alegadamente) descendentes dos povoadores portugueses iniciais e de outros reinóis que foram afluindo ao arquipélago, no decurso dos séculos seguintes, além de concentrarem, ainda no primeiro quartel do século XX, as maiores e melhores propriedades fundiárias, os estabelecimentos comerciais e os órgãos do poder camarário, terão conseguido manter consideráveis volumes de capital racial europeu.

⁶⁴² Iva Cabral lista pilotos, marinheiros, padeiros, pedreiros, calafates, sapateiros, boticários, cirurgiões, caçadores, açougueiros e barbeiros. Cf. «Dos povoadores aos “filhos da terra”: a dinâmica da sociedade caboverdiana», *op. cit.*, p. 285.

⁶⁴³ E mesmo estas famílias não constituíram a excepção aos cruzamentos inter-étnicos, se não por via legítima, pelo menos pela via bastarda, como o atesta a existência de numerosa prole *mista*.

5.5. Os povoadores africanos

À excepção de alguns dos grupos islamizados, os povos da antiga Senegâmbia permaneceram ágrafos até um período relativamente tardio e, por isso, baseiam a sua memória em relatos da tradição oral, por natureza, refractária à precisão cronológica. Também da parte dos europeus envolvidos no tráfico, na segunda metade do século XV, o conhecimento das populações da zona do resgate era com certeza muito deficiente. Havia poucas décadas que os portugueses se tinham aventurado pela costa e só a partir do século seguinte os relatos que os viajantes, missionários, comerciantes e militares vão deixando das suas incursões pelo território nos fornecerão mais informes. Com absoluta certeza, sabemos apenas que a larga maioria de africanos introduzidos em Santiago, nos primeiros anos e décadas do seu povoamento, foi-o compulsivamente, depois de ter sido escambada nos portos dos Rios de Guiné.

Sobre os diferentes processos de recrutamento, Carreira enumera os mais comuns: a captura que resultava (1) de guerras entre classes sociais ou profissionais no seio da mesma etnia, (2) da islamização forçada, (3) de lutas dinásticas pela sucessão, (4) da comutação da pena de morte em cativo, (5) da condenação depois de sujeição a provas de ordálio, (6) da prática de actos de adultério ou furto, (7) da auto-venda ou venda por membros da família, aquando de crises famíneas ou de outras calamidades; (8) registava-se também a entrega de homens e mulheres a credores por falta de cumprimento de dívidas ou, simplesmente, (9) da sua captura à força⁶⁴⁴.

Apesar da ausência de vestígios materiais da época e de registos oficiais coevos sobre a origem étnica dos cativos desembarcados, é possível, no entanto, ter-se uma ideia aproximada das principais etnias presentes no arquipélago desde o dealbar do seu povoamento. O estudo da implantação demográfica e das movimentações dos vários grupos étnicos na zona do resgate e a existência de documentação escrita de origem metropolitana e cabo-verdiana, datada dos séculos XVI e XVII, fazendo algumas referências à filiação étnica e social dos primeiros povoadores africanos, permite-nos identificar com alguma segurança alguns desses grupos.

Carreira, baseando-se na documentação escrita da segunda metade do século XVI e do século XVII, na implantação demográfica da região e na afinidade de traços culturais entre a população das ilhas do Sotavento e algumas da costa da Guiné, conclui pela presença precoce de jalofo, fulas e mandingas. Estão documentadas as incursões de elementos destas etnias aos territórios vizinhos para captura de escravos que posteriormente vendiam aos portugueses. Elas terão entrado no arquipélago quer com estatuto escravo quer com estatuto livre.⁶⁴⁵ As descrições de André Álvares de Almada sobre o tráfico de escravos na região são muito ricas em informes sobre os protagonistas das capturas, o processo de captura e as etnias dos

⁶⁴⁴ Cf. *Notas sobre o tráfico português de escravos*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1ª ed., 1978.

⁶⁴⁵ Lemos Coelho faz referência a famílias jalofo nobres, largadas em Santiago, na sequência de disputas pelo poder. Cf. A. Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., pp. 316. Também André Álvares de Almada menciona os que se entregavam aos traficantes para escapar à morte (por antropofagia ou simplesmente às mãos de grupos étnicos hostis).

capturados. Para além das três já mencionadas, muitas outras da mesma região aparecem na obra como fazendo parte dos contingentes de cativos vendidos aos mercadores europeus⁶⁴⁶ e nalgumas passagens são expressamente referidas como tendo ido para Santiago, aí passado a trabalhar ou daí tendo regressado à costa (na sequência das crises famíneas do arquipélago): felupes, banhuns, cassangas, brâmes, papéis, balantas, biafares, bijagós (mencionados como especialmente proficientes na captura de escravos), nalús, sapes, bolões, sossos.

Tal como o povoamento europeu do arquipélago é maioritariamente, mas não exclusivamente, voluntário, também nem todo o povoamento de origem africana foi forçado; há registos dos séculos XVI e XVII que mencionam africanos livres que participavam no comércio entre a costa e a ilha de Santiago e que, acompanhando comerciantes e missionários, passaram a residir na ilha. Muitos conheciam e expressavam-se em português (ou em crioulo, mais provavelmente), tinham sido voluntariamente cristianizados e trajavam à europeia⁶⁴⁷.

À maioria dos africanos, contudo, esperava-a o cativeiro. Uma vez desembarcados, os escravos que permaneciam na ilha distribuíam-se por quatro grupos de actividade: (1) os destinados à apanha de algodão, ao trabalho agrícola e ao pastoreio, (2) os que se ocupavam do trabalho doméstico, (3) os que se especializavam nalgum ofício e (4) os que participavam no comércio com a costa africana. Quanto aos primeiros, constituíam a força de trabalho das explorações agro-pecuárias dos moradores, que, como já vimos, por efeito das disposições da carta régia de 1472, se convertem também em exploradores agrícolas. Os escravos domésticos (*escravo de casa* e *escravo de quinta*⁶⁴⁸), pela sua proximidade física com os senhores, foram os mais abrangidos pelas cartas de alforria. Os escravos que se dedicavam a actividades que requeriam alguma especialização terão sido instruídos pelos oficiais mecânicos reinóis que, pela escassez de aprendizes de condição livre, se viram forçados a iniciá-los nos seus mesteres.⁶⁴⁹ Relativamente aos escravos que participavam no comércio com a Guiné, umas vezes como *línguas* (intérpretes) e outras como delegados dos seus senhores, dadas as hipóteses de fuga (que por vezes concretizariam), deveriam ser merecedores de grande confiança por parte dos seus proprietários. É uma das situações *sui generis* vividas no arquipélago: a de cativos ocupando-se do resgate de outros cativos.

Todavia, estas quatro 'categorias profissionais' de escravos constituíam uma ínfima parte dos cativos desembarcados em Santiago. A grande maioria destinava-se à reexportação, inicialmente para a Península Ibérica e depois, também e sobretudo, para o Novo Mundo. Sobre o percurso do escravo desde o seu desembarque em Santiago, e até ao seu encaminhamento para os locais de destino – Europa, América ou simplesmente interior de Santiago e Fogo – seguiremos de muito perto o já citado estudo de António Carreira *Cabo*

⁶⁴⁶ Não cita, entre estes últimos, expressamente os moradores de Santiago, mas A. Carreira crê que eles se encontrariam entre aqueles. Cf. *ibid.*, p. 327.

⁶⁴⁷ Cf. *ibid.*, pp. 310-311. Apesar de documentadas várias destas situações, para Ilídio Baleno, elas deveriam ser excepcionais, já que só o temor de ser reduzido ao cativeiro, uma vez desembarcado, constituiria um factor dissuasor. Cf. «Povoamento e formação da sociedade», *op. cit.*, pp. 155-156.

⁶⁴⁸ António Carreira, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, *op. cit.*, p. 27.

⁶⁴⁹ É também o que pensa Iva Cabral. Cf. «Dos povoadores aos “filhos da terra”: a dinâmica da sociedade caboverdiana», *op. cit.*, p. 303.

Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878), ainda hoje obra de referência sobre esta temática.

Capturadas e escambadas no continente fronteiro, as *peças de escravo* desembarcavam nos portos de Santiago, onde aguardavam, na sua maioria⁶⁵⁰, o reembarque para os portos finais de destino. Quer aos armadores da ilha quer aos seus clientes peninsulares convinha, naturalmente, embarcá-las rapidamente: por um lado, havia que alimentá-las e cada uma que adoecesse ou morresse durante a estadia em Santiago, antes do reembarque, era um abate no lucro; por outro, quanto mais cedo os comerciantes europeus as fizessem chegar à outra margem do Atlântico, mais depressa receberiam o seu pagamento. Encurtar a estadia na ilha era, pois, o que convinha a ambos, moradores de Santiago e negreiros transatlânticos.

Porém, à medida que Santiago se foi convertendo num mercado revendedor de escravos, questões como a da cristianização dos cativos – não só dos que permaneciam na ilha, como dos que eram destinados à reexportação – foram sendo levantadas pelo clero, sobretudo por quem fazia a missão junto dos povos nativos com os quais os europeus iam entrando em contacto. D. Manuel determinara que todos os que possuíssem escravos tinham de os baptizar e catequizar, no prazo de seis meses após terem entrado na sua posse, sob pena de lhes perderem o direito⁶⁵¹.

Ora, se ninguém se opunha a que os escravos fossem baptizados, essa consensualidade quebrava-se em torno do *modus faciendi* da cerimónia. Enquanto para os traficantes, um baptismo em grupo, por grosso, nos porões dos navios que os transportavam, era suficiente para transformar gentios em cristãos, já os missionários defendiam o baptismo individual, alegando que, para se almejar o pretendido sentido espiritual, era necessário alguma doutrinação prévia, sumária que fosse. Esta implicava, porém, que catequista e candidato (involuntário) a cristão partilhassem, se não a mesma língua, pelo menos alguns vocábulos que permitissem ao primeiro explicar e ao segundo entender o significado do sacramento a receber. E como o tempo de permanência em Santiago era geralmente insuficiente para que tal acontecesse, queixavam-se os clérigos da insuficiente cristianização dos escravos. Por seu lado, mesmo sabendo que a ladinização constituía uma importante mais-valia que se reflectia no preço pago por cada *peça de escravo*, os moradores não se manifestavam dispostos a aceitar uma dilatação do tempo de permanência dos escravos na ilha, pelos encargos que isso acarretava e porque, alegavam, ela dificilmente superaria as dificuldades evidenciadas pelos cativos na aprendizagem da língua e da doutrina cristã.

Os monarcas mostravam-se sensíveis face às exposições dos missionários e legislavam no sentido de obrigar ao baptismo e à doutrinação dos escravos, antes do seu embarque rumo às Américas.⁶⁵² Contudo, tal como em relação aos atropelos ao estatuído nas

⁶⁵⁰ Só uma pequena percentagem permanecia na ilha destinando-se ao consumo interno.

⁶⁵¹ *Ordenações Manuelinas*, liv. 5, tit. XCIX. Disponível em linha, em:

<http://www.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/ordenamanu.htm>

⁶⁵² António Carreira dedica algumas páginas a este conflito de interesses entre armadores e missionários, apresentando extractos de exposições de ambas as partes ao monarca. Tece ainda algumas considerações sobre a evolução da legislação régia sobre o assunto. Vd. *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., pp. 265-282.

várias determinações régias sobre as condições em que deveria decorrer o comércio de escravos, também as concernentes à sua cristianização deveriam ter um sucesso limitado. A sucessão das disposições assim no-lo indica.

De acordo com o seu maior ou menor conhecimento da cultura dos senhores, especialmente do seu elemento mais importante do ponto de vista da comunicação, a língua, podemos dividir a população escrava em dois grupos: o constituído por aqueles que, ou por estarem há pouco tempo em Santiago, ou por revelarem maior dificuldade na aprendizagem da língua dos europeus (a idade constituiria um importante óbice), necessitavam de intérprete para comunicar com eles – os escravos *boçais* –; e o composto pelos que já entendiam e se expressavam num crioulo mais ou menos próximo do português, ou por terem desembarcado ainda jovens no arquipélago, onde foram baptizados e eventualmente catequizados, ou por evidenciarem maior facilidade na aprendizagem dos rudimentos da língua e dos trabalhos que lhes eram destinados – os *ladinos*. Em relação aos já nascidos no arquipélago – os *naturais* –, a questão da língua não se colocaria, já que estariam em contacto com o crioulo, com algum catequismo e com as rotinas do trabalho desde o nascimento.⁶⁵³

O conhecimento de rudimentos de crioulo era importante, não só para a comunicação entre escravos e senhores, no âmbito doméstico ou dos ofícios, ou entre escravos e feitores, nas explorações agrícolas, como também para o entendimento entre os próprios escravos. Oriundos de diversas etnias e áreas de recrutamento, a diversidade linguística obstaculizava a comunicação entre os próprios cativos. A expansão do crioulo tem origem nesta necessidade de comunicação entre todos os intervenientes no povoamento das duas ilhas (Santiago e Fogo) – a simplificação da estrutura da língua dos senhores, à qual se juntaram contribuições das línguas de origem, era o meio de expressão que todos partilhavam e com o qual se podiam fazer entender.

Se, como dissemos, sobre o percurso do escravo desde a sua chegada a Santiago até ao seu posterior encaminhamento para reexportação ou para as propriedades agrícolas de Santiago e do Fogo, António Carreira permanece a grande referência, já sobre o processo de aquisição dos escravos por parte dos comerciantes europeus, mormente dos peninsulares, Maria Emília Santos e Iva Cabral, tendo complementado a documentação existente em Portugal com a pesquisada no arquivo de Sevilha, avançam informação interessante num dos capítulos da sua responsabilidade da *HGCV*⁶⁵⁴. De acordo com os documentos que citam, todo o processo que envolvia a compra de escravos aos moradores-armadores de Santiago se apresentava aparentemente organizado, com a área de actuação de cada um dos intervenientes bem delimitada. O processo iniciava-se por uma encomenda, feita directamente no local pelos próprios mercadores europeus ou por agentes locais seus. Por vezes, havia

⁶⁵³ António Carreira fundamenta esta divisão cultural dos escravos de Santiago na descrição apresentada pelo Padre Alonso de Sandoval dos escravos aportados à América espanhola vindos de Santiago, no livro *Naturaleza, Política, Sagrada e Profana, Costumbres e Ritos, Disciplina e Catechismo evangélico de todos los Etiópes*. Nesta obra, do primeiro quartel do século XVII, aparecem as três categorias: «boçales», «ladinos» e «naturales». Ap. A. Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit. pp. 264-265.

⁶⁵⁴ Referimo-nos a «O nascer de um sociedade através do morador-armador», in *HGCV*, vol. I, pp. 371-430.

mais participantes no processo, como sejam os procuradores dos comerciantes castelhanos e sevilhanos sedeados em Lisboa, que por sua vez eram agentes dos armadores de Santiago.

Apesar da dispersão dos lucros por tantos intervenientes, este sistema de encomenda prévia, com celebração de contratos de compra, tinha a vantagem de assegurar aos mercadores europeus, uma vez aportados a Santiago, a disponibilidade da mercadoria pretendida. O tempo de permanência na ilha via-se assim encurtado, reduzindo-se ao necessário para embarcar as *peças*. Talvez por isso os comerciantes preferissem dispersar a montante o que poupariam (em tempo, logo em dinheiro) a jusante: um tempo de escala abreviado era garantia de mais rápidos e maiores lucros. Os armadores de Santiago eram assim, a um tempo, comerciantes – quando adquiriam os escravos nas zonas do resgate – e armazenistas – gerindo os seus *stocks* de escravos, de acordo com os contratos de compra antecipadamente feitos. Se é verdade que, ao abster-se de participar na sua reexportação para fora do arquipélago, perdiam a fatia do lucro correspondente, por outro, libertavam-se das despesas que a sua reexportação até ao destino final (fosse a Península Ibérica ou a Antilhas) comportava.

5.6. A economia interna sob o impulso do diploma de 1472

Como temos dito, a carta de 1466 teve como móbil o povoamento da ilha de Santiago, ante a tentativa frustrada do donatário de encaminhar elementos reinóis para a colonizar. Perante a relevância dos privilégios concedidos, afluem à ilha elementos dos vários estratos sociais do Reino: nobres, burgueses ligados ao comércio, profissionais ligados aos ofícios manuais, servidores indiferenciados. À medida que a sociedade se ia estruturando e complexificando e que se expandia o comércio com a costa da Guiné, a presença de um número crescente de oficiais régios, com funções diversificadas – justiça, alfândega, cobrança dos direitos reais – e de sacerdotes veio engrossar a população de origem reinol fixada em Santiago. E de facto, o litoral, sobretudo a povoação em torno do então principal porto da ilha, a Ribeira Grande, foi-se povoando. Apesar do regime de chuvas em Cabo Verde não ser propício ao cultivo de muitas espécies cerealíferas e hortícolas, as melhores condições ecológicas comparativas de Santiago permitiram que, desde as primeiras décadas do povoamento, se praticasse uma agro-pecuária intensiva, mormente nas margens e nos leitos das ribeiras. Os documentos coevos dão-nos conta de uma produção relativamente variada de frutícolas e hortícolas. Estes destinavam-se quer ao auto-consumo familiar quer ao mercado, onde eram trocados por cereais e outros produtos agrícolas mais condicentes com os hábitos alimentares dos povoadores europeus, como o trigo, o azeite e o vinho.

A transplantação de comportamentos e actividades do Reino para Santiago exigia a importação de toda uma série de bens que lhes estavam associados e que não eram manufacturados na ilha: vestuário, calçado, materiais de construção e decoração, ferramentas e outros utensílios de trabalho, objectos ligados ao lazer, etc. Para lhes ter acesso, os

moradores produziam géneros facilmente colocáveis nos mercados externos, europeu e africano: milho, couro, sebo. Também a cana sacarina, se bem que distante dos quantitativos produzidos na ilha da Madeira, desde cedo fez parte do património agrícola de Santiago.

Contudo, como o comércio de compra e revenda de escravos se revelava suficientemente lucrativo para adquirir no exterior quer as mercadorias a utilizar nesse comércio, quer as que se destinavam a satisfazer os hábitos de consumo trazidos da metrópole, a colonização agrícola do interior da ilha não constituiu uma prioridade. A exploração da terra limitava-se a satisfazer as necessidades do mercado interno (a alimentação da população escrava, sobretudo) e dos navios que ali escalavam para se abastecer de escravos ou simplesmente para aguada. Tratava-se, porém, de uma policultura mais ou menos intensiva, restringida aos espaços mais irrigados da ilha.

Ao restringir aos produtos originários da ilha as mercadorias a utilizar no trato, o diploma de 1472 obrigou os moradores a converter vastos espaços incultos em explorações agrícolas. Ilustração de como a necessidade faz o engenho, os moradores-armadores de Santiago partiam para a colonização agrícola não só do interior da sua ilha como também da do Fogo, depressa transformada em centro produtor de uma mercadoria-chave para o resgate na costa, o algodão. À sua escala e das suas potencialidades produtivas, a Santiago mercantilizada em torno do tráfico negreiro converteu-se paralelamente em produtora-exportadora de produtos agro-pecuários: para a costa fronteiria, levavam-se sobretudo algodão e cavalos, pelos quais se trocavam escravos, cereais (arroz, milhos nativos) e marfim.

A colonização agrícola das duas ilhas foi acompanhada pelo aumento das necessidades de mão-de-obra. A população plebeia de origem portuguesa disposta a trabalhar nas explorações agrícolas, sobretudo nas plantações de algodão, era manifestamente insuficiente. Por outro lado, a grande disponibilidade de mão-de-obra escrava desmobilizava a procura de homens livres para trabalhar a terra. E assim, uma mercadoria que até aí fora sobretudo de exportação – as *peças de escravo* – converteu-se igualmente na principal força de trabalho das duas ilhas. Por convergência destes dois factores – diminuta população de origem europeia e facilidade de aquisição de cativos africanos – o modelo de produção implantado nas ilhas foi o escravagista. Quanto mais carentes em braços se iam revelando as unidades agro-pecuárias das ilhas, mais a desproporção entre os dois contingentes iniciais do povoamento se acentuava.

Nas explorações agro-pecuárias asseguravam-se dois tipos diferenciados de produção: a policultura destinada a satisfazer as necessidades do consumo doméstico – as casas dos proprietários rurais, com as suas famílias, clientelas e criados; e a monocultura direccionada para o mercado – o abastecimento em frescos dos navios que escalavam a ilha (hortícolas, frutícolas, gado miúdo e graúdo – bovídeos, caprídeos, suídeos – e seus derivados) e a produção de mercadorias valorizadas pelos povos da costa. De entre estas últimas, destacavam-se, como se disse, o algodão e os cavalos.

Em toda a área do resgate, especialmente no rio de São Domingos, onde a tecelagem e a confecção de panos de algodão eram importantes actividades económicas, o algodão era muito bem cotado. Além de matéria-prima destas manufacturas, trocada directamente por escravos, marfim e outros produtos, o algodão era igualmente apreciado como moeda para aquisição de outras mercadorias, algumas das quais defesas, também utilizadas na compra de escravos, como o ferro⁶⁵⁵. Dada a sua importância para o escambo, a comercialização desta fibra na área do resgate era exclusivo régio, estando por isso formalmente vedada aos moradores de Santiago, que, de acordo com o texto da carta de 1472, só podiam utilizar no trato mercadorias produzidas na ilha. Mais ainda do que esta, o Fogo foi a ilha algodoeira do arquipélago, chegando o monarca a instituir o cargo de feitor dos algodões do Fogo, cuja função era arrecadar toda a mercadoria disponível, remetê-la para Santiago, de onde abasteceria as embarcações que se destinassem ao comércio com a costa. Porém, sendo os principais proprietários rurais do Fogo moradores de Santiago, canalizavam parte da sua produção para as suas próprias armações, contornando a proibição régia, eventualmente com a cumplicidade dos funcionários régios. O excesso de oferta desta fibra na costa africana acabou, assim, por desvalorizá-la, alterando-se os termos de troca no sentido desfavorável aos compradores de escravos: pelo mesmo número de peças exigia-se cada vez mais algodão.⁶⁵⁶

Pelo que acaba de ser dito, pensamos poder isolar alguns aspectos que caracterizaram a vida económica das duas ilhas, no primeiro século da sua colonização:

- 1) Dado o condicionalismo ecoclimático das ilhas, só a posse de uma mercadoria muito valorizada nos mercados exteriores permitia a ligação aos circuitos económicos internacionais, únicos a poder alimentar o povoamento e a prosperidade que o seu principal centro populacional, a Ribeira Grande, conheceu durante o primeiro século do povoamento.
- 2) Se a situação geográfica, por si só, não constitui uma mais-valia, na Santiago dos séculos XV e XVI, a proximidade face ao continente africano foi um factor determinante de desenvolvimento, que as cartas régias de 1466 e de 1472 vieram potenciar. Para os portos da Guiné se orientava a produção agrícola da ilha e deles procedia o principal produto de exportação de Santiago.
- 3) Constituindo o comércio de escravos a actividade mais lucrativa e catalisadora da vida económica de Santiago, ela não a esgotava. Justamente porque hipertrófica, ela movimentava, quer a montante, quer a jusante, uma série de outras actividades – agrícolas, pecuárias e comerciais –, em estreita articulação com os fluxos comerciais internacionais: metropolitano, ibérico, americano e, antes de mais, oeste-africano.
- 4) A vida económica de Santiago, durante a época áurea em que foi um importante centro de reexportação de *peças de escravo*, surge-nos como muito virada para o exterior, e

⁶⁵⁵ Cf. Maria Manuel Torrão, «Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. O algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufactura africana», *STVDIA*, nº 50, 1991 pp. 164-165.

⁶⁵⁶ O mesmo acontecerá com os cavalos. Vd. António Correia e Silva, «Espaço, ecologia e economia interna», in *HGCV*, vol. I, p. 188.

também dele muito dependente, produzindo sobretudo para exportar e importando quase tudo o que consumia. A centralidade ocupada pelo escravo – quer como força de trabalho, quer como principal produto de exportação – deixá-la-ia muito vulnerável, quando uma série de factores confluíram para afastar Santiago das rotas da navegação e do comércio internacionais. A pequena dimensão do mercado interno e as fracas potencialidades produtivas da ilha mergulharam-na num arrastado processo de declínio.

5.7. A decadência da economia mercantil de base escravagista das ilhas de Santiago e do Fogo

O muito lucrativo comércio de escravos que se vinha desenrolando nos portos da Guiné foi a razão por que se iniciou a colonização de Santiago. A sociedade e a economia estruturaram-se em torno desta mercadoria-chave, que constituiu o motor do rápido desenvolvimento da ilha: ela foi o seu produto de exportação mais valorizado nos mercados internacionais e simultaneamente a força de trabalho das explorações agrárias que produziam para alimentar este comércio. Foi esta matriz escravocrata da organização sócio-económica de Santiago e do Fogo, as duas ilhas-mães do arquipélago, que começou a desintegrar-se a partir da segunda metade do século XVI e, mais perceptivelmente, do século XVII em diante.

Que factores intervieram para provocar a sua dissolução? Enumeramos os cinco que, articulados, mais contribuíram para esta morte lenta, mas precoce, do modelo escravagista em Cabo Verde: 1. um enquadramento legal crescentemente desfavorável; 2. a concorrência da navegação e do comércio reinóis e estrangeiros; 3. o corso e a pirataria; 4. o afrouxamento da ligação comercial Santiago – Rios de Guiné; 5. as secas e as crises famélicas. Debrucemo-nos sobre cada um deles.

1. Já focámos atrás a importância da orientação das determinações régias, que, após o diploma de 1466, vai quase sempre no sentido de dificultar o acesso dos moradores de Santiago ao comércio dos Rios de Guiné. Logo em 1472, surgiram as primeiras grandes restrições aos privilégios dos moradores, impedindo-os de vender livremente os escravos resgatados, limitando as viagens para os portos do trato aos navios armados por eles em Santiago e proibindo-lhes as parcerias comerciais com não residentes. Em 1512, decretou-se a obrigatoriedade do encaminhamento dos escravos resgatados para a capital do Reino, impedindo assim o seu desembarque em Santiago e, pouco depois, proibiu-se a participação dos moradores no seu resgate.

Também o rol das mercadorias defesas se foi dilatando, de diploma para diploma, à medida que o rei estendia os seus exclusivos. Em 1466, a lista limitava-se a armas, ferramentas, navios e equipamento náutico, podendo, de resto, armar-se os navios com toda a sorte de mercadorias adquiridas no Reino ou noutros entrepostos comerciais; apenas seis anos depois, em 1472, produtos defesos eram todos aqueles que não fossem originários da ilha.

Para o próprio algodão, produto de capital importância para o resgate na costa da Guiné, o rei instituiu um regime de venda exclusiva na região, a partir de 1520.⁶⁵⁷

Perante estas prescrições cada vez mais restritivas, aos moradores de Santiago não restou alternativa senão contorná-las, fixando-se e comerciando ilegalmente nos Rios de Guiné ou contrabandeando no arquipélago com os navios que aí fundeavam. Mas não eram só os comerciantes e armadores de Santiago a ignorar as disposições legais. Os abusos partiam frequentemente dos próprios funcionários régios, mesmo dos governadores, muitas vezes intervenientes activos no comércio com a costa da Guiné.⁶⁵⁸ Alguns fretavam directamente navios para o escambo e rentabilizavam-nos, cobrando elevadas quantias pelo transporte das cargas dos moradores, a quem a crescente descapitalização impedia de investir na construção e apetrechamento de embarcações. Mesmos os altos dignitários eclesiásticos não se abstinham de armar para a Guiné.⁶⁵⁹

Contudo, apesar do discutível alcance das determinações régias e das infracções quotidianas à legislação que regulamentava o trato da Guiné, ela deve ter tido alguma importância, quanto mais não seja na desmotivação da emigração para a ilha.

2. Apesar dos tratados celebrados entre os Estados ibéricos (Alcáçovas e Tordesilhas, de 1479 e 1494, respectivamente) e da sua legitimação pelo papa, fonte de direito público internacional da época, consagrarem à esfera de influência portuguesa a costa africana a Sul do cabo Bojador, e de o seu comércio constituir monopólio régio, a prosperidade deste atraiu desde cedo comerciantes e corsários de outras nacionalidades. A partir de meados do século XVI, o Atlântico abriu-se progressivamente aos navegadores e mercadores não ibéricos, convertendo-se cada vez mais num *mare liberum*, cruzado por todos os que queriam participar nos rendíveis circuitos comerciais entre a Europa e a costa africana e sobretudo entre esta e as Américas insular e continental. A própria dissidência ocorrida na Cristandade, subtraindo da obediência papal uma considerável parcela dos Estados europeus, colocava-as fora do alcance das suas determinações.

Perante a impossibilidade de patrulhar eficazmente toda a costa, Portugal assistiu à presença cada vez mais assídua de franceses e depois também de ingleses e de castelhanos das Canárias nos pontos de venda de escravos, escapando à tributação régia e à intermediação dos moradores de Santiago. Esta concorrência comercial desenrolava-se em condições desiguais, já que os comerciantes estrangeiros adquiriam nos portos europeus as mercadorias mais apetecidas pelos povos africanos, e que integravam o rol dos produtos defesos, com os quais, oficialmente, só a Coroa ou os agentes por ela autorizados podiam comerciar. Os mercadores de Santiago viam-se, assim, preteridos no escambo.

⁶⁵⁷ Mais tarde, a criação de companhias monopolistas agravará este quadro de cerco à iniciativa comercial dos habitantes do arquipélago. Voltaremos a este assunto, quando mencionarmos a acção, em Cabo Verde, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

⁶⁵⁸ Sobre a actividade comercial dos governadores, *vd.* Ilídio Baleno, «Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão», in *HGCV*, vol. III.

⁶⁵⁹ Foi o caso do bispo de Cabo Verde D. Pedro Brandão, que, a par da sua acção episcopal, desenvolveu intensa actividade mercantil, participando no trato da Guiné com armações suas, o que lhe valeu a hostilidade dos moradores de Santiago, a quem esta concorrência não agradava. Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares, em «Igreja, missão e sociedade», expõem, com algum detalhe, o processo originado pelas práticas espirituais e comerciais pouco ortodoxas deste prelado, desde a sua saída do arquipélago, em 1594, até à sua renúncia, em 1606. *Vd.* *HGCV*, vol. II, pp. 395 e ss.

Um outro tipo de concorrência, neste caso entre nacionais, foi a desenvolvida entre os contratadores das ilhas e os mercadores dos portos da Guiné, por um lado, e os moradores de Santiago, por outro. Os primeiros procuravam embarcar os escravos sem ter de ir pagar os respectivos direitos a Santiago, o que lhes atrasava a viagem de retorno, aumentando a morbilidade e mortalidade das *peças* a bordo; os segundos, residentes ou estantes na costa da Guiné, tendo para oferecer a mesma ‘mercadoria’ que os seus congéneres de Santiago, disputavam com estes os potenciais compradores: quanto mais frotas escalassem a ilha para se abastecer de escravos, menos procurados seriam os comerciantes da costa e, ao invés, quanto mais navios se abastecessem directamente na costa, menos abordariam Santiago.

Os contratadores concorriam, aliás, em circunstâncias desiguais, nos mesmos portos de resgate: podiam armar em parceria com quem entendessem e, mais importante, podiam escambar com mercadorias defesas, como se disse, as mais valorizadas pelos fornecedores africanos de escravos. Esta fuga dos navios negreiros que faziam o transporte de escravos de uma para a outra margem do Atlântico afectava não apenas os comerciantes de Santiago, como toda a organização económica, militar e eclesiástica da ilha. Os quantitativos da moeda em circulação viram-se reduzidos, tal como as receitas alfandegárias, com as quais até aí se haviam custeado as despesas da administração e defesa da ilha.

3. Práticas antigas, o corso e a pirataria incidiam nos oceanos, mares, ilhas e outros lugares costeiros onde o volume da navegação e do comércio marítimos prenunciavam bons saques. Quando o Atlântico Sul começou a ser percorrido por frotas que faziam a ligação entre os três continentes – Ásia, Europa, América –, também ele passou a ser palco da actividade de corsários e piratas. Mais esporádicos até à segunda metade do século XVI, os ataques e saques a navios e povoados litorâneos foram-se intensificando a partir daí. Poucas décadas após o achamento das ilhas de Cabo Verde, e quando na Europa se tomou conhecimento do tráfego comercial entre Santiago e os portos da Guiné, a ilha de Santiago e sobretudo a cidade-emblema do seu período de glória, a Ribeira Grande, tornaram-se também alvos apetecidos. Da forma de actuar e dos resultados destas pilhagens e violências informam-nos as cartas endereçadas aos monarcas por funcionários régios, camarários e sacerdotes que presenciaram os ataques ou a destruição deles resultantes.⁶⁶⁰ Os salteadores entravam na cidade, roubando não só artigos valiosos, de habitações e lugares de culto, como tudo o que tivesse algum valor comercial ou fosse cambiável por outras mercadorias. Estes assaltos decorriam em quadros de vandalismo e violência. Os navios que faziam o comércio entre a ilha e a costa africana e entre esta e outros destinos atlânticos eram frequentemente assaltados e algumas vezes destruídos e afundados, sendo as respectivas tripulações aprisionadas ou mortas. Este quadro de insegurança e violência contribuiu para gerar uma retracção na iniciativa dos moradores.

⁶⁶⁰ Sena Barcelos, António Brásio e Teixeira da Mota são alguns dos autores que citaram e/ou publicaram estes documentos e dos quais António Carreira retirou extractos para o capítulo IX de *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, relativo aos ataques de corsários e seus reflexos na dinâmica social da ilha de Santiago.

Para além dos prejuízos materiais, por vezes muito avultados, de que dão conta documentos coevos, as razias de piratas e corsários, sobretudo dos países que se tornariam os principais concorrentes dos portugueses no mar, ingleses, franceses e holandeses, tiveram um efeito destruturador sobre os alicerces em que a sociedade da ilha assentava. A insegurança sentida pela crescente actividade de piratas e corsários na zona levou a população a procurar refúgio e habitação longe das aglomerações urbanas costeiras, mais expostas. Os pontos mais interiorâneos e inacessíveis da ilha, por isso mais ao abrigo da pirataria, tornaram-se apetecidos, conduzindo a um êxodo urbano de consequências desastrosas para o comércio e toda a actividade económica da cidade. A fuga de escravos que acompanhava este êxodo ajudou a fragilizar a ordem escravocrata em que assentaram o povoamento e o desenvolvimento da Ribeira Grande.

4. A ausência de feitorias nos Rios de Guiné⁶⁶¹, mesmo quando o volume do tráfico já era considerável, capitalizou a importância de Santiago na conjuntura comercial atlântica da segunda metade do século XV e do século XVI. Foi o monarca que, ao conceder os privilégios comerciais aos moradores de Santiago, contemplados na carta de 1466, deu início à transformação da inicialmente desvantajosa posição geográfica de Santiago no seu mais importante activo estratégico. Este viu-se posteriormente confirmado com a regulamentação do tráfico de escravos na costa ocidental de África, de acordo com a qual os navios que aí se dirigissem para comprar esta mercadoria deveriam passar pela ilha antes e depois da aquisição – antes, para registar a sua entrada na Alfândega da Ribeira Grande; depois, para contabilizar o número de *peças* e pagar a tributação correspondente⁶⁶².

Porém, a partir da segunda metade do século XVI, a conjuntura comercial foi-se tornando crescentemente desfavorável para o arquipélago e o número de navios negreiros a escalar a ilha foi escasseando. A fiscalização deste comércio por parte dos oficiais régios revelava-se forçosamente deficiente, quer pela insuficiência de meios quer porque as características geográficas dos locais do resgate dificultavam essa acção de fiscalização quer pela cumplicidade interessada dos próprios oficiais com o tráfico ilegal. O abastecimento feito directamente nos portos do resgate e a navegação sem escalas entre as duas margens do Atlântico, que as maiores capacidades técnicas dos navios passaram a permitir, satisfaziam os interesses dos mercadores, permitindo-lhes maiores lucros: (1) menos agentes intermediários envolvidos (os moradores de Santiago), reflectia-se no menor custo da mercadoria; (2) o encurtamento do tempo de viagem repercutia-se na diminuição das despesas com a alimentação dos escravos, na redução das suas morbilidade e mortalidade a bordo. A grande desvantagem das ligações directas entre a costa de África e a América residiria na impossibilidade de adquirir escravos já ladinizados, melhor cotados no principal mercado negreiro, o americano.

⁶⁶¹ A insegurança que envolveria um entreposto comercial em terra firme fez com que até à primeira metade do século XVII a feitoria de São Domingos operasse a bordo de um navio, que facilmente se poria em fuga em caso de ataque dos autóctones.

⁶⁶² Cf. António Carreira, *O tráfico de escravos nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850): (subsídios para o seu estudo)*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, col. Estudos de Antropologia Cultural, nº 14, 1981, p. 9.

Decorrente deste afastamento de Santiago das rotas negreiras do Atlântico foi a crescente distância que se foi interpondo entre o arquipélago e o continente africano. Tinha sido o tráfico de escravos a aproximá-los; finda a importância – logística, administrativa e tributária – de Santiago no contexto deste tráfico, os dois espaços vão-se apartando. Como a economia das ilhas se organizara em função das necessidades do comércio com a costa, ela teve de se adaptar às novas circunstâncias, caracterizadas por um maior isolamento das ilhas e por uma maior autarcia. Sem as receitas provenientes do comércio externo, os moradores de Santiago voltaram-se para o interior da ilha, para o cultivo de maiores extensões de terra. Esta ruralização da vida económica terá agravado a pressão sobre a fraca capacidade sustentadora dos ecossistemas locais e exposto a população a uma maior vulnerabilidade às secas que recorrentemente atingiam as ilhas.

5. As secas e as crises famíneas constituíram importantes dinâmicas sócio-económicas. António Correia e Silva é o autor que melhor articula o agravamento das condições ecológicas do arquipélago e os outros aspectos que concorreram para a decadência de Santiago e, por arrastamento, do Fogo. Recusando qualquer monodeterminismo, seja ele em torno dos factores endógenos (condicionalismo natural, secas e crises alimentares cíclicas) ou dos exógenos (sobre os quais temos vindo a discorrer), o autor propõe antes articulá-los, de modo a avaliar-se o peso relativo de cada um e a forma como potenciaram ou, pelo contrário, atenuaram os efeitos uns dos outros.

Conquanto a seca seja «um fenómeno inscrito na identidade ecológica de Cabo Verde»⁶⁶³, ela adquire uma importância variável consoante a conjuntura: enquanto a economia do arquipélago assentou na exportação de um produto altamente valorizado nos mercados internacionais – o escravo –, ela conseguiu superar o efeito dos maus anos agrícolas; quando Santiago se viu arredada dos circuitos comerciais atlânticos, sem o seu produto de exportação por excelência, capaz de compensar o *deficit* alimentar causado por uma agricultura pobre e vulnerável, determinada pela contingência climática, então as fomes tornaram-se importantes factores de decadência das ilhas. Foi o que aconteceu a partir do século XVII.

Um dos efeitos das secas foi a redução da mão-de-obra escrava, sobre a qual se alicerçava a organização económica de Santiago e do Fogo. A diminuição dos escravos, no decurso destes períodos de crise alimentar, acelerava-se por três vias: (1) por morte, quando os proprietários de escravos não podiam ou já não queriam continuar a alimentar os seus escravos, que nos anos de estiagens se tornavam improdutivos; (2) por alforria, mais ou menos voluntária, já que, quando não se conseguia vender um escravo, a sua libertação era a alternativa a ter de continuar a alimentar um elemento agora improdutivo; (3) por venda, em termos muito desfavoráveis para os seus proprietários e muito convenientes para os compradores, já que a concentração da oferta nestes períodos de *crise*, em que todos sentiam as mesmas dificuldades e todos se procuravam livrar ao mesmo tempo da mão-de-obra que já não era rentável e cuja alimentação constituía um encargo acrescido, desvalorizava-a. Numa conjuntura de falta de mantimentos e de excesso (tendo em conta as necessidades

⁶⁶³ António C. e Silva, «Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. As secas e as fomes nos séculos XVII e XVIII», *STVDIA*, nº 53, 1994, p. 367.

conjunturais) de escravos, a troca de uns por outros fazia-se especulando em torno do preço dos primeiros.

Quando as crises famíneas assolavam o arquipélago, este tornava-se «uma espécie de loja em liquidação total»⁶⁶⁴, e por isso muito atractivo quer para os comerciantes do exterior, quer para alguns comerciantes-especuladores das ilhas. Esta característica das secas enquanto conjunturas profundamente destabilizadoras da frágil economia local, é transversal a toda a história posterior do arquipélago: nos séculos XVII e XVIII se assistiu à venda intensiva dos escravos que iam restando, nos séculos XIX e XX, após a derrocada do modelo de exploração escravocrata, passou a ser a terra o factor de produção alienado. Perante as estiagens e a falta de mantimentos, os pequenos proprietários rurais recorriam à venda das suas fazendas, nas mesmas condições desfavoráveis que nos séculos anteriores os proprietários de escravos os haviam vendido: por baixo preço e em troca de mantimentos.

Se bem que as secas e as crises alimentares sejam um tema recorrente na produção académica sobre o arquipélago e na literatura cabo-verdiana, nenhum autor as descreveu de forma tão pormenorizada e tridimensional como o romancista Manuel Lopes. Desde os seus prenúncios (em *Chuva Braba*) e até à sua consumação (em *Os flagelados do vento leste*), o autor descreve-nos os processos através dos quais, até aos finais da década de cinquenta do século passado, os condicionalismos naturais, a organização sócio-económica do arquipélago e a negligência da então metrópole se articularam para redundar em crises famíneas de consequências devastadores para a demografia das ilhas. O recurso desesperado dos proprietários rurais a empréstimos em condições muito desvantajosas e oferecendo como garantia as suas parcelas de terra, e a sua alienação por quantias irrisórias, por um lado, e a especulação em torno do preço dos alimentos, sobretudo do milho, base da alimentação nas ilhas, por outro, confluíam para uma contínua desvalorização da terra. Os usurários e alguns comerciantes-especuladores eram assim os únicos agentes económicos internos a beneficiar das estiagens e do endividamento progressivo dos proprietários rurais⁶⁶⁵. Retornaremos a este tema e à política estatal de estabilização dos preços do milho e do feijão de produção local quando analisarmos estes processos na ilha do Fogo, já no século XX.

Por ora, o que nos parece importante reter é que as características da circulação atmosférica e do regime hidrológico em Cabo Verde, conquanto adversas, só redundaram em crises alimentares e em elevada mortalidade, quando potenciadas por outros factores e, de entre eles, a ausência de um produto de exportação bem cotado nos mercados internacionais que suprisse a quebra da produção interna. Daí que a decadência do modelo escravocrata em Santiago se confunda com o processo de decadência geral em que o arquipélago mergulha a partir da segunda metade do século XVI e, mais manifestamente, dos séculos XVII e XVIII.

Para além da mortandade pela fome e os seus reflexos na estrutura demográfica das ilhas, o efeito dissuasor das secas junto dos potenciais candidatos à emigração para o

⁶⁶⁴ *Ibid.*, p. 375.

⁶⁶⁵ Maria de Lurdes Caldas, *A realidade ecológica santantonense e a crise de 1941-1943, a partir da narrativa de um claridoso – Manuel Lopes*, dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1997 [policopiado], pp. 155-158.

arquipélago, tornou-a um parceiro importante da dinâmica social cabo-verdiana. Havia sido a contingência climática (aliada a outros factores, como a distância) a arredar inicialmente das ilhas a população reinol. O acesso aos pontos de venda de escravos na costa da Guiné ultrapassara as reticências iniciais dos povoadores europeus, e colocara em segundo plano as contingências ecoclimáticas do arquipélago. Findo o período da Santiago negreira, os dados da geografia e do clima voltaram a adquirir toda a sua primitiva relevância. Doravante, os contingentes populacionais não serão renovados senão pelos autóctones, já que quer o povoamento voluntário por europeus, quer o povoamento forçado por africanos estancaram: o arquipélago deixara de ser atractivo para atrair a emigração europeia e os residentes já não podiam comprar e alimentar (sobretudo nos recorrentes períodos de carência alimentar) os escravos africanos.

A redução dos quantitativos da mão-de-obra escrava – por morte, venda ou alforria – não foram compensados por mão-de-obra livre, porquanto os antigos escravos e os seus descendentes rejeitavam frequentemente o trabalho assalariado. Esta situação gerou no arquipélago uma crónica falta de mão-de-obra que se repercutia nos sistemas de exploração da terra.

Capítulo 6

O REGIME DE PROPRIEDADE E OS SISTEMAS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA: A SINGULARIDADE DO SUB-ARQUIPÉLAGO DO SUL

Em Cabo Verde, como noutras sociedades de formação colonial da Época Moderna, surgidas da fixação em territórios inabitados, de dois principais contingentes populacionais ocupando os dois extremos do novo espaço hierarquizado de relações, o perfil da estratificação apresentava-se polarizado em torno da convergência de vários critérios. Em primeiro lugar, o do estatuto jurídico, livre ou cativo, que estabelecia desde logo a diferença essencial e os laços de poder/dependência quase absolutos não só entre os próprios como entre a respectiva descendência. Depois, as pertenças culturais e a origem geográfica: europeia, de matriz judaico-cristã, ou africana, estranha à mesma matriz. Critérios como a raça e a classe, não actuando *per se*, reforçavam a dualidade, na medida em que a população livre, europeia e cristã era *branca* e detinha os recursos materiais, móveis (*peças de escravo* incluídas) e imóveis, e a população escrava, africana e *gentia* era *negra* e desapossada.

A escassez de recursos terá constituído, porém, um factor atenuante das distâncias abissais entre escravos e escravocratas no arquipélago. Em Cabo Verde, a desescravização – por alforria, fuga ou simples libertação dos escravos, sobretudo aquando das crises alimentares – foi precoce, de modo que a legislação abolicionista não terá tido no arquipélago o mesmo impacto alcançado noutras economias e sociedades. Sobretudo nas ilhas do grupo de Barlavento, em que o tempo e o modo do povoamento as diferenciaram das de Santiago e Fogo, a menor distância entre as classes possidente (de pequenas parcelas, trabalhadas pelo próprio, pelo agregado familiar ou pelo sistema de entre-ajuda – *djuntamon* –, ou ainda recorrendo excepcionalmente nas alturas de mais exigências da lavoura à mão-de-obra jornaleira) e não possidente⁶⁶⁶ terá criado uma estrutura de relações entre os dois grupos que se afastava do modelo predominante na estrutura produtiva assente da exploração da mão-de-obra escrava, característica das duas ilhas do sub-arquipélago do Sul.

Quando as ilhas do grupo de Barlavento se povoaram, já havia homens *pretos* e *pardos* potenciais sesmeiros⁶⁶⁷, enquanto na fase inicial do povoamento de Santiago e do Fogo, o quadro da população livre era composto somente por europeus, por quem a terra foi distribuída. Aqui, a fronteira económica correspondia à fenotípica e à cultural: uns eram

⁶⁶⁶ De acordo com Henrique Teixeira de Sousa, esta menor distância revelar-se-ia até nas formas de tratamento usuais nas ilhas dos dois grupos, as de Barlavento usando *bocê* ('você'), forma de tratamento menos cerimoniosa que o pronome de tratamento *nhô* (simplificação de 'senhor'), comum nas de Sotavento. Cf. «Os falares das ilhas de CV», *Islenha*, nº 25, Julho-Dezembro de 1999, p. 14.

⁶⁶⁷ António Carreira, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, op. cit., p. 41.

brancos, livres, de ascendência e cultura europeias, proprietários fundiários e detentores dos órgãos do poder; outros eram *negros*, escravos, de ascendência e cultura africanas, desapossados e arredados de qualquer instância de poder. A diferenciação económica, política, cultural e fenotípica delimitou, *ab initio*, as fronteiras intergrupais: a convergência de todos estes elementos diferenciadores, todos eles prenhes de visibilidade, manifestava-se nas identificações grupais, nos valores e nas práticas que individualizavam os grupos, mormente o dominante. Só a necessária perspectiva diacrónica permite compreender o conteúdo das diferenças do quadro de relações entre grupos no Barlavento e no Sotavento. Os primeiros tempos da colonização colocaram frente a frente dois grupos absolutamente distintos, partilhando apenas a condição humana e a desenraização face aos quadros geo-culturais de origem. A pressão horizontalizadora da mestiçagem, indiscutível no conjunto do arquipélago, apesar de também muito actuante no Fogo, não se fez sentir da mesma maneira, não obstante esta ser a ilha com maior proporção de *mestiços* face à população total, na época abrangida pelo nosso estudo – 97%, de acordo com o censo de 1950.

Na busca das explicações para a singularidade sotaventista ou simplesmente foguense, o factor económico tem assumido quase consensualmente lugar de protagonista. Já João da Silva Feijó concluía, no final do século XVIII, que «na capital e Fogo, quase todo o terreno está reduzido a vínculos ou Capelas, a que ali chamam Morgados, e a maior parte bem insignificantes. E como é uma muito pequena porção de habitantes que os possui, sucede que a maior parte dos indivíduos não tenham terras próprias para trabalharem, o que não acontece nas adjacentes ilhas, onde por serem hoje todas realengas, seus habitantes as possuem, em maior ou menor porção, como foreiros. E por isso são também as mais trabalhadas, e eles os mais activos.»⁶⁶⁸ Foi, porém, a partir de um texto publicado na primeira metade do século XX, que o regime de propriedade se viu erigido em factor gerador das diferentes identidades sócio-culturais presentes no arquipélago. Referimo-nos ao pequeno mas densíssimo artigo que João Lopes escreveu para o primeiro número da revista *Claridade*⁶⁶⁹, no qual discorre sobre a dualidade identitária que caracterizaria as ilhas de Cabo Verde.

O autor começa por afirmar a existência de duas expressões culturais distintas, no arquipélago, tributárias de dois diferentes regimes de propriedade, o minifundiário e o latifundiário. De um lado, Santiago, com o seu passado relativamente recente de grandes explorações, assentes na utilização intensiva de mão-de-obra escrava; do outro, as restantes ilhas do arquipélago, mormente as de Barlavento, em que a modéstia dos povoadores os teria cingido às pequenas parcelas que podiam cultivar directamente, já que não dispunham dos cabedais necessários para a aquisição de escravos. João Lopes considera mesmo a escassez de mão-de-obra escrava como o móbil da mestiçagem nas ilhas do minifúndio. Esta teria vindo suprir a falta de braços e, com o surgimento dos *mestiços*, as heranças ter-se-iam encarregado de parcelizar mais ainda a propriedade.

⁶⁶⁸ António Carreira, *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII) por João da Silva Feijó*, Apresentação e comentários de António Carreira, Praia, Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, 1986, p. 9. [As referências e citações à obra são as que constam da edição «Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde, em 1797», *Memórias Económicas* da Academia das Ciências de Lisboa, Tomo V, 1815]

⁶⁶⁹ João Lopes, «Apontamento», *Claridade*, nº 1, Março de 1936, p. 9.

Curiosamente, quando considera os dois regimes de propriedade – o minifúndio e o latifúndio –, João Lopes inclui o Fogo no primeiro. Se bem que não o afirme expressamente, ao considerar apenas a ilha de Santiago como representativa do segundo, e as remanescentes como ilhas de minifúndio (se bem que saliente as de Barlavento e, de entre estas, a de São Nicolau), implicitamente coloca o Fogo neste último grupo. Apesar de João Lopes escrever numa altura (1936) em que a propriedade fundiária no Fogo se apresentava mais pulverizada que nas décadas anteriores, ela apresentava ainda um elevado grau de concentração que, em vista da dimensão da ilha, se considera de tipo latifundiário. Mesmo quando as famílias *brancas* suas velhas proprietárias a partilharam entre os herdeiros, na sequência da abolição dos morgadios, ou se viram forçadas a vendê-la, ela continuou a convergir para a posse de um número reduzido de proprietários. Somente alguns, poucos, indivíduos de extracção estranha a estas famílias se apresentavam suficientemente capitalizados para adquirir terra – comerciantes a quem a recente riqueza pretendia ser legitimada pela posse de terra e de residência no único centro urbano da ilha e emigrantes ou ex-emigrantes nos Estados Unidos da América. A terra mudou, pois, de mãos, mas sem que se tenha por isso democratizado muito a sua posse. Este processo não foi exclusivo do Fogo. Cláudio Alves Furtado reporta-o em Santiago, onde só com a expansão da emigração a propriedade começou a desconcentrar-se⁶⁷⁰. Deste modo, não deixa de ser curioso que João Lopes subtraia esta ilha da unidade espacial que mais tarde Correia e Silva conceptualizaria como *sub-arquipélago do Sul*.

As quatro principais asserções a reter do artigo de João Lopes são (1) a consideração de dois tipos culturais no arquipélago – a) o escravo das grandes explorações de Santiago, que as circunstâncias do processo histórico excluíram da assimilação dos genes e dos valores europeus, permanecendo parcialmente um reduto de África em Cabo Verde, por um lado, e b) o ilhéu biologicamente mestiçado e sociologicamente próximo do europeu, característico das outras ilhas do arquipélago, por outro; (2) a analogia entre a grande propriedade vinculada, em Santiago, e a casa-grande e o engenho brasileiros; (3) a mestiçagem como estratégia de superação da escassez de mão-de-obra escrava; (4) a afirmação do luso-tropicalismo, ou seja, da existência de um modo específico português de inter-relação e colonização nos espaços postos em relação com a Europa a partir dos séculos XV e XVI, e de que os cabo-verdianos seriam herdeiros.

Correia e Silva, num trabalho sobre o regime agrário no arquipélago⁶⁷¹, faz uma análise crítica deste artigo de João Lopes, debruçando-se sobre os dois primeiros pontos assinalados no parágrafo anterior. Em relação ao primeiro, o autor considera que o segmento mais refractário à aculturação foi o composto pelos escravos fugitivos, vivendo sós ou em pequenas comunidades, à margem dos núcleos populacionais que se foram estabelecendo, e não o dos escravos das grandes propriedades latifundiárias, como defende João Lopes. Pelo menos em Cabo Verde, não teria sido a concentração de população africana em grandes explorações que

⁶⁷⁰ Cf. *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1993, p. 78.

⁶⁷¹ Referimo-nos à colectânea de cinco ensaios temáticos editada sob o título *Histórias de um Sahel insular*, já citada.

teria inviabilizado a apreensão de traços culturais europeus, mas antes a sua deambulação à margem dessas explorações – nos pontos de maior altitude e mais difícil acesso –, em que o contacto com o mundo europeu dos escravocratas se restringia aos actos de pilhagem que periodicamente assolavam as propriedades.

Num quadro de raras interacções com população de origem e/ou cultura europeias, o fundo cultural africano foi persistindo, manifestando-se no trajo, na dança, na música, na língua. Assim, teria sido mais a recusa da escravidão que, ao diminuir os contactos, cerceou a interpenetração cultural, que propriamente o aquartelamento de grandes contingentes de escravos em latifúndios. Estas grandes propriedades não eram meras unidades de produção. Nelas permaneciam as suas vidas quer escravos quer escravocratas, nelas decorria a maior parte dos actos significativos das suas comunidades – o nascimento, a infância, a reprodução sexual, a morte, acompanhados das respectivas cerimónias religiosas. Por isso, Correia e Silva as define como «verdadeiros quadros estruturadores da vida social no seu conjunto.»⁶⁷²

O outro passo do artigo de João Lopes que ‘corrige’ é o que se refere ao paralelismo estabelecido pelo *claridoso* entre o morgadio de Santiago e a grande propriedade escravocrata brasileira. Esta afinidade entre as duas estruturas agrárias também Ilídio do Amaral, quiçá sob influência de João Lopes, a havia mencionado, caracterizando os morgados como «uma espécie de “senhores de engenho”»⁶⁷³, como «verdadeiros senhores de casa grande e senzala»⁶⁷⁴. Correia e Silva, aceitando embora a analogia, determina-lhe um prazo de validade, o século XVII. O autor estabelece este limite temporal, já que é ele que marca o princípio do fim da grande exploração em Santiago. Esta ilha e o Brasil teriam partilhado até aí a mesma estrutura agrária, caracterizada pela grande propriedade e pela grande exploração, pela orientação da produção para o mercado, pela utilização intensiva de mão-de-obra escrava e pela existência de uma actividade transformadora de matérias-primas (da cana-de-açúcar e do algodão, em Santiago). A partir daqui, a crescente marginalização de Santiago e, por arrastamento, de todo o arquipélago, das rotas comerciais atlânticas, tendo acarretado uma contínua descapitalização dos terratenentes – pelo fim dos lucros com o negócio de escravos e pela perda de mercados para os produtos agrícolas –, deixa estes incapazes de renovar os contingentes de escravos que constituíam a força de trabalho das suas propriedades. Vendo-se impossibilitados de as cultivar directamente – quer pela escassez de escravos quer pela relutância dos homens livres em assalariar-se –, os senhores parcelaram-nas, entregando-as para exploração a rendeiros e a parceiros.

Estas formas de exploração constituíam uma espécie de situação intermédia entre o trabalho escravo e a posse plena da terra. Apesar de trabalharem a terra de outros, quer o rendeiro quer o parceiro detinham uma autonomia e margem de acção muito superiores ao do escravo, que constituía apenas uma fonte de energia braçal, não intervindo em nenhuma decisão durante todo o processo. A liberdade de horários e de ritmos de trabalho, a selecção

⁶⁷² *Ibid.*, p. 74.

⁶⁷³ *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, op. cit., p. 180.

⁶⁷⁴ *Ibid.*, p. 190.

de sementes e a posse de alguns meios de produção são factores estranhos ao trabalho escravo numa plantação⁶⁷⁵.

A parcelização da grande propriedade passou, portanto, a definir Santiago, a partir de Seiscentos. As possíveis similitudes entre o Brasil das grandes plantações escravagistas e a Santiago dos morgadios terminariam aqui: enquanto no primeiro, grande propriedade e grande exploração voltada para o mercado caminharam a par até à actualidade, na segunda, só a grande propriedade sobreviveu aos embates causados pela decadência geral que a ilha viveu após o seu afastamento das rotas do tráfico negreiro; a pulverização da exploração e a produção para a auto-subsistência e para o mercado interno foi o recurso de que deitaram mão os terratenentes empobrecidos.

Manifesta em várias dimensões, a dualidade Sotavento/Barlavento, ou, com mais propriedade, a individualidade do bloco constituído pelas ilhas de Santiago e do Fogo face às outras ilhas do arquipélago, remonta aos primórdios do povoamento. Em todo o arquipélago, o modelo administrativo aplicado foi o das capitanias-donatarias. Porém, foi no Barlavento que ele sobreviveu mais tempo (a capitania-donataria da Ribeira Grande foi extinta logo no terceiro quartel do século XVI⁶⁷⁶). Ora, quanto à promoção do povoamento e colonização dos territórios doados, a empresa donatorial não se revelava muito ambiciosa. Residentes na Europa, aos nobres feitos donatários interessavam os rendimentos que os territórios que lhes haviam sido doados pudessem proporcionar, mas não os moviam grandes preocupações de fomento. Convinham-lhes, por isso, formas de rentabilização do espaço que fossem menos tributárias de planeamento e de capital inicial. A pecuária extensiva enquadrava-se nestes requisitos: o sebo e o couro do gado tinham fácil colocação no mercado europeu e exigiam um baixo volume de investimento inicial. Pelo contrário, as explorações agrícolas de Santiago e do Fogo, tendo a montante as necessidades do comércio com a costa da Guiné, requeriam um grande investimento inicial, sobretudo em escravos.

Assim, não só as características do ambiente natural, como sobretudo o estatuto político-jurídico das ilhas e a sua dependência face ao mercado europeu convergiram para destinar estas ilhas à pecuária extensiva. A opção por esta actividade económica acabaria, naturalmente, por marcar o espaço das ilhas: fraca densidade populacional e uma rede pouco densa de infraestruturas económicas e outras construções⁶⁷⁷ contrastavam com o espaço muito mais humanizado do Fogo e de Santiago, onde o número de homens, unidades residenciais e infraestruturas ligadas ao comércio, aos ofícios, à agro-pecuária e às actividades transformadoras que lhe estavam associadas concorriam para dar ao espaço uma feição muito mais humanizada. É desta forma que Correia e Silva faz corresponder à dicotomia económica uma bipolaridade espacial no arquipélago, em que Santiago e Fogo constituiriam «ilhas plenas» no meio de um deserto e semi-deserto.»⁶⁷⁸

⁶⁷⁵ A. Correia e Silva, *Histórias de Sahel insular*, op. cit., pp. 67-68.

⁶⁷⁶ Cf. Zelinda Cohen, «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu distrito no segundo século de colonização (1560-1640)», in *HGCV*, vol. II, p. 208.

⁶⁷⁷ António Correia e Silva, *Histórias de Sahel insular*, op. cit., pp. 143 e 144.

⁶⁷⁸ *Ibid.*, p. 160.

Como já referimos, nas duas ilhas de ocupação antiga, foram distribuídas grandes superfícies de terra a Europeus, parte das quais foi posteriormente vinculada. Nas ilhas de Barlavento, sobretudo depois da extinção das donatárias, o povoamento fez-se através da distribuição de parcelas de terra de muito menores dimensões, segundo o regime de sesmarias. Daqui resultou a grande concentração do capital fundiário em Santiago e no Fogo e a sua pulverização nas restantes ilhas do arquipélago, onde a maior parte da população se tornou proprietária de pequenos quinhões de terra.

Esta bipolaridade ter-se-ia, porém, diluído, a partir do século XVII, à medida que o declínio económico das duas ilhas se acentuava e que os proprietários das terras, perante a falta de mão-de-obra – livre e escrava –, se viam impedidos de as gerir directamente, fraccionando-as e entregando o seu cultivo a rendeiros e a parceiros. De qualquer modo, pese embora o carácter diluído dessa dualidade, ele manteve-se até ao século XX.⁶⁷⁹

Mesmo o sub-arquipélago do Sul apresentava já na primeira metade do século XX diferentes matizes quanto ao grau de concentração da propriedade. E isso ficou a dever-se a dois factores: a hegemonia de Santiago e a orientação da emigração fogueense para os Estados Unidos. Estando a ilha do Fogo na inteira dependência da de Santiago, terá sofrido mais acentuada e precocemente os efeitos da longa crise que se abateu sobre esta última. Perante o seu progressivo afastamento dos principais fluxos comerciais atlânticos, a economia de Santiago teria conseguido descentrar-se (1) do seu principal núcleo urbano, a Ribeira Grande, para o interior, e (2) do comércio com a costa da Guiné para a exploração agro-pecuária das grandes propriedades, para o que terá contribuído a (relativamente) maior disponibilidade de recursos face à ilha vizinha – maior percentagem de terra arável, mais água.

Por outro lado, os diferentes destinos da emigração nas duas ilhas – para os Estados Unidos, no caso do Fogo, para São Tomé e Príncipe, no que respeita a Santiago – foram gerando dinâmicas económicas e sociais diversas: enquanto os *mercanos* conseguiam amealhar pecúlio que lhes permitia adquirir terra na sua ilha de origem, os “contratados” para as plantações de cacau e café de São Tomé, regressavam (quando regressavam) fisicamente depauperados e com a mesma capacidade aquisitiva com que haviam partido, incapazes, por isso, de partilhar com os tradicionais terratenentes a propriedade da terra.

Já Augusto Casimiro, que, como exilado político, vivera alguns anos no arquipélago, na década de trinta, afirmara que, comparativamente com o de Santiago, o regime agrário no Fogo se apresentava mais desconcentrado e distante do modelo escravocrata que, segundo o autor, ainda perdurava em Santiago⁶⁸⁰.

Cerca de duas décadas mais tarde, quando Orlando Ribeiro escreve, a propriedade estava já muito mais fraccionada. A partir da relação entre o número de fogos (5400) e o

⁶⁷⁹ A esta dualidade económica e espacial corresponde igualmente, nos dois primeiros séculos após a descoberta do arquipélago, uma bipolaridade institucional, como demonstra Zelinda Cohen, que encontra em Santiago e no Fogo «espaços pontuais onde os organismos de gestão pública ganham pertinência», à medida que o funcionalismo régio e camarário vão absorvendo o que as cartas de doação estipulavam como funções-prerrogativas do donatário; e nas outras ilhas, se não um «total vazio administrativo», pelo menos «administrações donatárias que não conduziram propriamente à emergência de organismos públicos de gestão.» Cf. «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu distrito no segundo século de colonização (1560-1640)», *op. cit.*, pp. 189 e 190.

⁶⁸⁰ *Portugal Crioulo*, *op. cit.*, pp. 35 e 36.

número de colectados (4719), o autor estabelece que somente um quinto das famílias não era proprietária; porém, analisando a percentagem de contribuintes por escalão de colecta, conclui sobre a minúscula dimensão da grande maioria destes prédios: só cerca de 0,5 % do total dos contribuintes sobressaía, e ainda assim, modestamente, do panorama geral de extrema pulverização da propriedade⁶⁸¹. Contudo, é a esta pulverização que Orlando Ribeiro atribui o estado (comparativamente) menos descurado da agricultura no Fogo. Apesar de partilhar com as restantes ilhas o «mesmo quadro de abandono», ele reveste-se aqui de «tintas menos carregadas do que em Santiago.»⁶⁸²

6.1. A desescravização e a parcelização da exploração agrícola

O estado de abandono ou semi-abandono de muitas propriedades de que Orlando Ribeiro fala atribui-o frequentemente a literatura sobre o assunto à incúria dos terratenentes, que não zelavam pelo integral aproveitamento das suas propriedades, entregues a feitores, rendeiros e meeiros. Um pouco à semelhança dos cenários traçados pela literatura oitocentista para o morgado ocioso vivendo de rendas, também o grande proprietário fogueense ou santiagoense é recorrentemente diabolizado. Correia e Silva, porém, não rejeitando embora a hipotética falta de iniciativa de alguns terratenentes, avança com outro quadro explicativo, baseado na ligação intrínseca entre a agricultura do arquipélago e o comércio com a costa da Guiné. Ou seja, enquanto Santiago foi escalada por embarcações que cruzavam o Atlântico e operou como armazenista de *peças de escravo*, teve ao dispor a mão-de-obra de que a sua agricultura, voltada para o comércio internacional, necessitava. Uma vez secundarizada como entreposto escravagista, a partir da segunda metade do século XVI, a economia das duas ilhas de povoamento antigo, profundamente dependente do comércio de escravos, entrou em decadência e focalizou-se na exploração agrícola do interior. Esta requeria, porém, uma quantidade de escravos que os terratenentes tinham crescente dificuldade em obter. O elevado custo dos escravos e a descapitalização dos principais moradores, que tinham sido armadores-mercadores de escravos, e que eram também os principais proprietários fundiários, limitavam a sua importação dos Rios de Guiné. Ao mesmo tempo, assistia-se à saída de muitos que, na sequência das secas e das crises famíneas que recorrentemente assolavam o arquipélago, eram vendidos por baixo preço aos navios que abordavam as ilhas.

Dos escravos que permaneciam, alguns eram libertados do cativeiro pelos seus senhores. As alforrias não eram infrequentes e recaíam sobretudo (1) sobre as escravas com quem se relacionavam sexual e afectivamente, (2) sobre os filhos havidos com elas, ou, simplesmente, (3) sobre aqueles a quem uma maior proximidade face ao senhor ou à sua família (os escravos domésticos) permitia evidenciar os bons serviços prestados e estabelecer

⁶⁸¹ *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 146.

⁶⁸² *Ibid.*, pp. 102 e 106, respectivamente.

inter-relações que extravasariam o quadro mais anónimo e impessoal das relações senhor-escravo numa exploração agrícola.

Um outro factor interno de desescravização consistia na fuga continuada de escravos. Apesar de se desconhecerem os quantitativos exactos ou aproximados destas fugas, a avaliar pelas queixas dos proprietários ou dos seus representantes, devem ter tido um alcance considerável. Sendo uma característica comum às sociedades coloniais de base escravagista das duas margens do Atlântico, a fuga dos que queriam escapar à escravidão encontrou nas características orográficas de Santiago um aliado. As vertentes alcantiladas da ilha, de difícil acesso, constituíam bons esconderijos, de onde os escravos “fujões” muitas vezes só desciam para saquear as propriedades.⁶⁸³

Pela confluência destes factores de desescravização – falta de renovação dos *stocks*, morte (por inanição, aquando das *crises*), venda, alforria e fuga – as ilhas de Santiago e do Fogo foram-se afastando gradualmente do modo de produção escravagista que as caracterizara no período de maior prosperidade. Processo irreversível e precoce de desestruturação do regime agrário escravagista, como afirma Correia e Silva acerca de Santiago, mas em que podemos incluir o Fogo, «possui a estranha particularidade de ser a mais antiga sociedade escravocrata e crioula do Atlântico, e simultaneamente o lugar onde a escravocracia teve um fim precoce em relação às sociedades similares.»⁶⁸⁴

Uma vez alforriados, estes ex-escravos juntavam-se ao resto da população livre no seu repúdio pelo trabalho assalariado. Assim, perante a dificuldade em conseguir mão-de-obra, e apesar do aumento da população, muitas terras continuaram incultas. O absentismo dos proprietários não deverá, por isso, reputar-se apenas à sua falta de espírito empreendedor. Diante de um quadro ecológico irremediavelmente desfavorável e desmobilizador e perante a escassez de mão-de-obra escrava e a ausência da jornaleira, os proprietários viam-se impossibilitados de explorar directamente os seus domínios. Como ressalta Cláudio Furtado⁶⁸⁵, em Cabo Verde não foram colonos europeus a suprir as carências de mão-de-obra deixadas pelo fim do afluxo de escravos e posteriormente pela abolição da escravatura, como sucedeu no Brasil.

A falta de atractividade económica do arquipélago constituiu desde o seu achamento um obstáculo ao seu povoamento por europeus. Findos os privilégios comerciais atribuídos aos moradores de Santiago e entrando as ilhas num processo arrastado e contínuo de decadência, improvável seria o afluxo maciço de emigrantes provindos da Europa. Ao que se assistiu foi ao percurso contrário: perante uma série de conjunturas desfavoráveis, uma parte dos proprietários deixou as ilhas, entregando as suas propriedades a feitores; outros cederam-nas sob os regimes de parceria e arrendamento. Estas duas formas de exploração indirecta da terra terão tido a montante, não apenas nem sobretudo a incúria dos terratenentes, mas a falta de mão-de-obra escrava e assalariada disponíveis.

⁶⁸³ Já fora do contexto da escravatura, a vivência da personagem Leandro, do romance de Manuel Lopes *Os flagelados do vento leste* ilustra, revela-nos como a orografia de Santo Antão, à semelhança da das duas ilhas de colonização antiga, sobretudo Santiago, propiciava o refúgio de indivíduos em fuga.

⁶⁸⁴ *Histórias de um Sahel insular*, op. cit., p. 105.

⁶⁸⁵ Cf. *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*, op. cit., p. 50.

6.2. Os sistemas de exploração do solo: o arrendamento e a parceria

Vimos como a reconversão agrícola ensaiada pelos terratenentes na sequência da marginalização do arquipélago face aos circuitos comerciais atlânticos deparou com um obstáculo que se tornaria endémico no arquipélago, a obtenção regular de mão-de-obra. Vimos também como a parcelização da propriedade e a sua exploração pelos sistemas de arrendamento e parceria foram as formas de gestão de que se socorreram os que permaneceram no arquipélago e que, assim, se tornaram proprietários absentistas involuntários. Vamos agora percorrer brevemente sobre as características destes dois sistemas de exploração do solo, já que eles foram apontados durante muito tempo como a causa primeira do deficiente aproveitamento do solo, em Cabo Verde.

De acordo com o sistema de arrendamento, os proprietários de uma ou mais parcelas de terra entregavam-nas a indivíduos que, mediante um contrato – verbal ou escrito – se comprometiam a explorá-las, durante determinado prazo, geralmente anual, em troca do pagamento de um montante, geralmente em numerário, previamente fixado.

A precaridade da relação do arrendatário com a terra que explorava era consubstanciada na curta duração dos contratos de arrendamento, que na maioria das vezes não excediam um ano. Este curto vínculo do arrendatário com a terra demovia-o de lhe introduzir grandes benfeitorias, como sejam a introdução de novos cultivos, a construção de pequenas obras de hidráulica ou de medidas anti-erosivas. Findo o período da vigência do contrato, o proprietário, em face da valorização da sua propriedade, à custa do trabalho e da iniciativa do seu arrendatário, aumentava-lhe a renda. Ou seja, das melhorias introduzidas, o arrendatário só colhia o agravamento das condições contratuais.

Outra limitação deste tipo de contrato a renda fixa é a que se prende com o pagamento da renda nos anos de más colheitas. Quanto mais valorizada tivesse sido a propriedade durante a vigência do anterior contrato, maior o montante da renda exigida no seguinte. Na presença de mais um bom ano agrícola, o arrendatário até poderia conseguir pagar essa renda aumentada. Mas quando a um bom ano sucedia um mau, ou uma sucessão de maus anos agrícolas, como poderiam os arrendatários satisfazer as suas obrigações contratuais? Tendo presente a contingência climática do arquipélago, era do interesse do arrendatário acordar com o proprietário uma renda baixa, ainda que isso fosse à custa do desaproveitamento de todas as capacidades produtivas da terra; para tal, limitava-se a produzir o estritamente necessário à sua subsistência e à da sua família.

O facto do pagamento da renda, aquando das colheitas, coincidir com a da cobrança das contribuições ao Estado, obrigava arrendante e arrendatário a venderem as suas produções em simultâneo, inundando o limitado mercado interno das ilhas com as mesmas produções e fazendo, por isso, baixar a sua cotação. Esta situação beneficiava apenas os comerciantes que aproveitavam para atestar os seus armazéns de géneros que revendiam nos anos de más ou nulas colheitas a preços especulados.

Ao contrário do sistema de arrendamento, na parceria ou meação, não há a figura da renda, o que não significa que a situação do parceiro ou meeiro não fosse igualmente contingente e precária. De acordo com este sistema, o terratenente entregava o seu prédio para cultivo a um parceiro ou meeiro. Este deveria fornecer tudo o que se relacionasse com a produção: mão-de-obra (desde a fase inicial de desbravamento da terra e sementeira até à colheita), utensílios, sementes. Do fruto da colheita, reservava-se, conforme o estipulado, um quarto, um terço ou metade para o parceiro, sendo o remanescente entregue ao proprietário.

Parece-nos importante ressaltar dois aspectos. Em primeiro lugar, a extrema vulnerabilidade de rendeiros e parceiros, que se prestavam a suportar abusos vários por parte dos proprietários, com receio de lhes não serem renovados a parceria ou o contrato, no ano seguinte. Num quadro ecológico de condições agravadas, periodicamente incapaz de assegurar a subsistência a uma população em crescimento,⁶⁸⁶ o património agrário era insuficiente para o mercado potencial de rendeiros e meeiros. Perante esse excesso de procura de trabalho rural (repetimos, não assalariado), os proprietários podiam permitir-se determinados excessos, como exigir dias de trabalho gratuito em outras propriedades que não as trabalhadas pelo parceiro ou pelo rendeiro, pedir exorbitâncias pela utilização do trapiche ou de outras infraestruturas, cobrar pela lenha cortada ou pelas sementes usadas na iluminação da modesta casa do rendeiro⁶⁸⁷.

Um outro ponto que nos parece relevante é que não é apenas o arrendatário ou o parceiro quem sai depauperado por estes regimes de exploração da terra. Se bem que protegido pelo volume dos seus bens, também o grande proprietário da terra saía lesado, na medida em que tanto um como outro sistemas não promoviam a rentabilização e produtividade da terra e, conseqüentemente, a prosperidade do proprietário.

6.3. A concentração da propriedade. A propriedade vinculada

O regime de propriedade em Cabo Verde foi profundamente influenciado pela instituição vincular. Os seus efeitos mantiveram-se muito depois da sua abolição, em 1864, quer na manutenção da grande propriedade nas duas ilhas de povoamento antigo, quer na sobrevivência, até apenas algumas décadas, de formas de dependência características deste regime de posse da terra. Para melhor medirmos o alcance desta forma de gestão do património fundiário no arquipélago, parece-nos importante fazer uma pequena incursão por este instituto jurídico.

⁶⁸⁶ Mesmo até meados do século XX, e apesar dos recorrentes períodos de elevada mortalidade pela fome, a evolução demográfica de Cabo Verde caracterizou-se por um rápido, se bem que descontínuo, crescimento. A partir do momento em que cessaram as crises famíneas do arquipélago (as *crises*, que durante séculos constituíram mecanismos reguladores do equilíbrio população/recursos), assistiu-se a uma verdadeira explosão demográfica em Cabo Verde.

⁶⁸⁷ Cf. Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, op. cit., pp. 199-200. Elisa Andrade publica duas reclamações de rendeiros contra proprietários, datadas das décadas de quarenta e sessenta, do século passado, nas quais se descrevem alguns dos comportamentos abusivos dos terratenentes. Vd. *As ilhas de Cabo Verde «da descoberta» à independência nacional (1460-1975)*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1996, Anexos 6 e 7.

Esta instituição continua a inflamar os ânimos, mesmo entre os autores com uma tradição de investigação menos comprometida e empenhada ideologicamente. É o caso de José Mattoso, nos cinco parágrafos em que prefacia a obra de Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, cujo conteúdo reproduz no essencial a dissertação de mestrado da autora, de que Mattoso foi orientador. Formada na sua produção admirável sobre o medievo português, na qual se evidenciam a serenidade e a capacidade de descentração e contextualização dos objectos das suas análises, neste prefácio, surpreende-nos a contundência, quase o acinte, da apreciação feita por Mattoso acerca do pensamento iluminista e liberal sobre a instituição vincular. O historiador não vê nas críticas dos autores dos séculos XVIII e XIX ao morgadio mais do que manifestações de cobiça por parte de um grupo social – a burguesia – face a outro – a nobreza –, que detivera em regime de quase exclusividade um objecto a que só tardiamente a burguesia conseguira aceder – a terra. Os mecanismos de perpetuação da propriedade vinculada na posse de determinadas famílias, sobretudo a sua indivisibilidade e inalienabilidade, teriam constituído o alvo dos ataques de um grupo que, tendo de há muito o poder material e (de há menos) o político, vinha acedendo ao símbolo por excelência da respeitabilidade social – a posse de terra.

Mesmo que as observações de José Mattoso se revelem pertinentes (conquanto talvez redutoras), o tom exaltado em que as formula não se afasta muito daquele que critica aos detractores da propriedade vinculada. Neste seu libelo, em que inclui também um autor recente, como Armando Castro e o artigo que este escreveu sobre o assunto para o *Dicionário de História de Portugal*. Mattoso acaba por tombar na mesma explicação causal exclusiva dos autores avessos ao morgadio: se estes relevavam o seu cariz arcaico e obturador do desenvolvimento económico e social do país, neste prefácio, José Mattoso ressalta a importância da propriedade vinculada, apenas do ponto de vista dos instituidores e dos seus descendentes, ou seja, a perpetuação familiar em torno de uma base territorial.

Armando Castro, aliás, não deixa de acentuar esta função primeira dos morgadios, ao afirmar que «tiravam a sua força principal das próprias possibilidades internas de defesa económica da classe senhorial e do seu instinto de conservação»⁶⁸⁸. Os dois historiadores identificam a importância do morgadio para a conservação de um grupo social; porém, enquanto para Armando Castro é a conservação do seu poder económico que está a montante da vinculação, para Mattoso, a par da sustentação económica, o morgadio é também o instrumento da reprodução simbólica das famílias⁶⁸⁹. Um e outro níveis estão associados, como o comprova o declínio da nobreza 'tradicional', quando viu ruir a base económica que sustentava o seu prestígio. O processo que conduziu à 'decadência' das famílias *brancas* do Fogo é também, como veremos, bem ilustrativo dos nexos entre o económico e o social, entre a classe e o *status*.

⁶⁸⁸ Armando de Castro, «Morgado», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, *op. cit.*, vol. IV, p. 345.

⁶⁸⁹ José Mattoso, «Prefácio», in Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 14.

Característico de uma orientação mais compreensiva da análise histórica, é o citado estudo de Maria de Lurdes Rosa. Na esteira de Mattoso, a autora procura captar a perspectiva dos actores envolvidos (os instituidores dos vínculos e os seus descendentes), enquadrando-a nos quadros mentais da época. É apoiados na sua leitura e no citado artigo de Armando Castro que faremos uma breve incursão pelo instituto vincular.

A instituição de um morgadio consistia num acto jurídico de regulação da transmissão e gestão de um conjunto de bens de um senhor. Característica das sociedades ibéricas, esta forma de vinculação da propriedade caracterizava-se sobretudo pela indivisibilidade e inalienabilidade. Por morte do fundador, a administração e o usufruto da propriedade – mais do que a sua posse plena, já que esta pressupõe a faculdade de dispor livremente da propriedade e o morgado estava impedido de a doar, partilhar ou alienar – eram transmitidos ao primogénito legítimo. Primogenitura, masculinidade e legitimidade do nascimento constituíam os três critérios determinantes da herança de um vínculo. A ele estavam associados determinados emblemas distintivos de uma família, de que se destacavam o apelido, o brasão e a casa-cabeça de morgadio. O morgado não era apenas o administrador dos bens vinculados; ele também o era do culto dos antepassados. A par da manutenção do património territorial familiar, a relação com o sagrado era uma valência importante da vinculação. O fundador, mesmo que não institísse uma capela (forma de vinculação de determinados bens a actos de índole pia ou religiosa) – o que acontecia frequentemente –, estabelecia a obrigatoriedade de uma série de actos, que consistiam em cerimónias religiosas, donativos para instituições ligadas à Igreja e obras de caridade.

Os morgadios foram instituídos ainda no século XIII (segundo Armando Castro) ou já no século XIV (de acordo com Maria de Lurdes Rosa) e figuraram na legislação portuguesa até à segunda metade do século XIX. A legislação foi sofrendo algumas alterações, mas só a partir da segunda metade do século XVIII é que se manifesta a orientação que perdurará até à sua extinção, no sentido de restringir o número de vínculos, segundo o critério da sua importância económica. Legisla-se no sentido, por um lado, de limitar a instituição de novos morgadios, e por outro, de permitir que não nobres pudessem instituir, tendo sempre como critério para a fundação, a manutenção ou a extinção de vínculos o rendimento anual das propriedades. Já em pleno Estado liberal, a legislação de Mouzinho da Silveira não ousou terminar com um instituto já então olhado como uma sobrevivência anacrónica de outros tempos. A extinção dos morgadios e das capelas foi decretada apenas em 1863, constituindo a Casa de Bragança a única excepção ao novo regime.

O reforço do poder da nobreza enquanto grupo social ou a estratégia de conservação de algumas famílias no seio desse grupo são os móveis comumente apresentados para a vinculação do património. Maria de Lurdes Rosa, porém, acrescenta-lhes uma outra dimensão importante: a de transmissão de «modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados»⁶⁹⁰. Não é só a transmissão do património que é regulada; é também a auto-identificação social de um grupo que é veiculada e

⁶⁹⁰ Maria de Lurdes Rosa, *op. cit.*, p. 20.

que se pretende seja perenemente reproduzida. Daí a imperatividade dos códigos de conduta eram imperativamente expostos nos textos que fundavam os vínculos. Podemos alegar que é apenas a voz do instituidor a que ouvimos nesses documentos, e não, por exemplo, a dos (aos olhos de hoje) supostos lesados – filhas, filhos-segundos e descendentes colaterais. Contudo, na medida em que os instituidores pertenciam ao mesmo grupo social, é verosímil que partilhassem os seus quadros mentais e por eles regulassem as suas acções.

A manutenção do património familiar à custa do prejuízo material directo dos filhos segundos face ao varão primogénito tem sido acentuada pela historiografia e pela literatura, nem sempre se cuidando de inscrever essa forma de gestão de bens patrimoniais no conjunto alargado das representações e das práticas partilhados por estas famílias. Como regista a autora que vimos seguindo: «na prática dos comportamentos familiares existiam, de igual modo, formas de inferiorização dos mais novos e linhas subalternas, contribuindo para uma interiorização, individual e colectiva, do modelo vertical.»⁶⁹¹ A análise da propriedade vinculada deve, por isso, extravasar o quadro das suas implicações económicas da vinculação, já que, como fenómeno social total, esta é produto e produtora de uma totalidade que lhe confere inteligibilidade – a estrutura das relações sociais no Antigo Regime.

Dada a natureza tendencialmente privada das inter-relações familiares, a documentação escrita capaz de fornecer informação sobre o teor da recepção das prerrogativas do primogénito, por parte dos elementos (supostamente) lesados da família, não deve abundar, mormente no que diz respeito às datas mais recuadas.

Oliveira Marques, baseando-se nas biografias de nobres do século XV compendiadas por Baquero Moreno⁶⁹², expõe um cenário menos dramático do que o apresentado pela historiografia liberal relativamente aos filhos segundos. Estes não tinham como único recurso o ingresso na vida religiosa, já que (1) não estavam completamente arredados da propriedade fundiária, na medida em que o morgadio não absorvia a totalidade do património senhorial; (2) participavam no exercício do poder, central e local; (3) a expansão ultramarina proporcionou-lhes (a) a ocupação de cargos ligados à administração e à defesa dos territórios que iam sendo colonizados e (b) o envolvimento no comércio intercontinental, ambos potenciais fontes de proventos⁶⁹³.

Como vimos, as novas perspectivas de enriquecimento fácil e rápido do comércio com a costa africana haviam atraído a Santiago, desde a concessão régia dos privilégios comerciais aos moradores em 1466, vários europeus, de todos os grupos sociais. Entre os que acabaram por se fixar no arquipélago contavam-se representantes da nobreza reinol, que transplantaram para as ilhas, com maiores ou menores adaptações, instituições sócio-económicas metropolitanas e, entre elas, a instituição vincular.

Apesar de marcadamente mercantilizada nos dois primeiros séculos da colonização, a agricultura de Santiago e do Fogo estava enquadrada por formas de organização e gestão do

⁶⁹¹ *Op. cit.*, p. 105.

⁶⁹² *A Batalha de Aljubarrota*, Lourenço Marques, 1973, ap. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 254.

⁶⁹³ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *ibid.*, pp. 254-255.

património agrário e por representações sociais anteriores à sua emergência. Estas nem sempre se revelavam facilmente ajustáveis aos tempos e aos modos da primeira globalização económica, caracterizados pela maior circulação de mercadorias e capitais e pelas novas oportunidades de enriquecimento. Como refere Correia e Silva, «a fazenda escravocrata-mercantil surge aqui como uma realidade interna e instrumentalizada por uma “superestrutura” jurídico-mental que a antecede em séculos»⁶⁹⁴ e que surge reflectida na rigidez das cláusulas dos textos instituidores dos vínculos.

Os encargos estipulados no acto da instituição, eram-no para toda a posteridade e, mormente no caso das capelas, implicavam um desvio para actividades não produtivas nem mobilizadoras de melhoramentos nas explorações, dos recursos com origem na propriedade – venda de colheitas, de derivados pecuários e de matérias-primas transformadas, rendas. A imposição da indivisibilidade e da inalienabilidade, por sua vez, obrigava grandes parcelas de terra a manterem-se na posse de famílias descapitalizadas e sem recursos para lhes introduzir benfeitorias, ou de proprietários ausentes e pouco motivados para esses actos de beneficiação. Um outro aspecto que limitaria a iniciativa seria o facto de, com este regime, o herdeiro receber do seu antecessor apenas a administração e o usufruto de um conjunto de propriedades e não a sua posse plena.

Contudo, e ainda do ponto de vista exclusivamente económico, ao favorecer a concentração da propriedade, este regime também apresentava algumas vantagens comparativas face às pequenas explorações. Ele permitia, pelo menos potencialmente, uma maior rentabilização dos recursos, a partir da utilização de um considerável contingente de mão-de-obra escrava, no primeiro ciclo do povoamento, e do monocultivo virado para a exportação. Não pretendendo avançar na discussão em torno dos malefícios e dos vícios do regime da propriedade vinculada, porque marginal ao âmbito desta investigação, parece-nos que tão ou mais determinante que o seu anacronismo em vista das novas realidades económicas, tenha sido o crescente défice do elemento-chave do sistema: o escravo.

A instituição vincular remonta, no arquipélago, se não aos finais do século XV, pelo menos aos primeiros anos do século XVI. Atesta-o uma confirmação régia de um contrato estabelecido entre um cavaleiro e um escudeiro da casa real, de administração de uma capela, instituída por um falecido morador de Santiago, Rodrigo de Vilharam. Neste documento, datado de 1508, faz-se referência aos actos pios estipulados pelo instituidor e ao facto de ele lhes ter afectado todos os bens, móveis e imóveis, que possuía nas ilhas de Santiago e do Fogo⁶⁹⁵. Durante as décadas que se seguiram, prosseguiu a vinculação de terras, algumas de dimensões consideráveis. Foi o caso do morgadio do Engenho, instituído em 1531, pelo primeiro contador de Santiago, André Rodrigues dos Mosquitos, cuja imensa riqueza abarcava cerca de uma centena e meia de escravos, milhares de reses e vários prédios rurais e urbanos⁶⁹⁶. Também o vínculo instituído poucos anos depois, por Fernão Fiel de Lugo, revelava

⁶⁹⁴ Cf. «A sociedade agrária. Gentes das águas: senhores, escravos e forros», in *HGCV*, vol. II, p. 337.

⁶⁹⁵ Quer o documento do contrato quer o da confirmação régia vêm publicados na *HGCV – CD*, vol. I, doc. 65, pp. 173-178.

⁶⁹⁶ Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, op., cit., pp. 192-193.

a prosperidade desta família, que, em apenas duas fazendas (possivelmente as mais importantes) possuía uma centena de *peças de escravo*, três trapiches e vários currais⁶⁹⁷.

Na passagem do século XV para o XVI, assistiu-se, pois, no arquipélago, a uma mudança qualitativa gradual no regime de posse da terra. No início da colonização de Santiago, ele caracterizara-se pela concessão de terras aos donatários, que, por sua vez, as entregavam para explorar segundo o sistema das sesmarias. A propriedade das terras mantinha-se, porém, na Coroa. Este regime viu-se progressivamente substituído, ao longo do século XVI, por um processo de concentração de terras, que passam para a posse plena de algumas famílias. Pelo carácter pouco flexível do regime jurídico a que muitas destas terras foram sujeitas, mantiveram-se, até à extinção dos vínculos, na propriedade dessas famílias.

Desconhecemos em que medida e grau os próprios morgados não estariam interessados de há muito na abolição dos vínculos, única a permitir-lhes alternativas de gestão fundiária que propiciassem maior rentabilização de propriedades cujo rendimento estaria decrescendo, e a canalização para benefício próprio das despesas com os encargos estipulados pelas disposições dos instituidores. Como administradores de fazendas às quais foram impostos ónus pios, tinham de prestar contas do respectivo cumprimento.

Já em 1745, quando o corregedor provedor das capelas, Inocência Álvares da Silva, foi em correição à ilha, António Barbosa Aranha, um dos grandes terratenentes do Fogo, solicita, em nome próprio, como administrador das capelas de Cancela e Fragoso, e em nome da mulher, Isabel Correia Tavares, administradora das de Pico Pires e Lageta, «fazer desistência das Capelas que administra (...) por estas estarem diminutas (...) por causa da muita seca e estarem as fazendas diminutas no tempo quente e que assim requeria a sua mercê tomasse conta delas como provedor (...)», afirmando que «para todo o sempre desistia dela da posse, domínio e senhorio». Perante esta súplica, o desembargador, ouvidor geral e corregedor da comarca decide proceder a uma avaliação e vistoria das fazendas das capelas para saber qual o seu rendimento, nomeando como avaliadores pessoas de idade avançada e experientes, diz-se no documento. Perante o resultado da avaliação, o provedor aceitou-lhe a desistência e «houve [a Barbosa Aranha] por desobrigado do encargo e satisfação», ordenando ao porteiro da vila que pusesse as propriedades «em pregão em praça para serem arrematadas a quem por elas mais der»⁶⁹⁸.

Como Aranha, outros suplicantes alegavam que as recorrentes faltas de chuvas e consequente falta de produção das terras («por causa da seca estar a fazenda perdida em firmeza de tudo») os impedia de tomar as contas dos encargos das respectivas capelas. Apesar da resposta positiva à súplica de Aranha, na primeira metade do século seguinte, deparamos com um dos seus netos, Francisco do Sacramento Monteiro, como administrador das mesmas capelas de Pico Pires, Cancela e Lageta, a pedir igualmente para se desobrigar de cumprir o estipulado pelos instituidores, argumentando a mesma ausência de precipitações

⁶⁹⁷ Cláudio Furtado, *op. cit.*, p. 36.

⁶⁹⁸ AHN, SGG, Lv. 741 – *Livro do Tombo da Matriz de São Filipe da ilha do Fogo*, Títulos de ónus de missa dos tombos das capelas da ilha do Fogo impostos a várias pessoas, 31 de Dezembro de 1764-7 de Julho de 1779, p. 156.

e degradação da situação agrícola, que não lhe permitia suportar os encargos internos das fazendas, quanto mais os estipulados pelos instituidores⁶⁹⁹.

A diminuição da capacidade produtiva das terras insulares remonta não aos finais do século XIX e século XX, mas a muito antes, o que nos faz questionar a pertinência da leitura da lei de 1863 como uma das causas da degradação da situação de classe dos *brancos* do Fogo, como é recorrentemente apontada. Quando vemos os principais terratenentes da ilha, e em plena vigência da instituição vincular, a apelarem para a dissolução dos vínculos que administram, por incapacidade de cumprimento dos respectivos encargos pios, duvidamos quer do peso da nova legislação quer da própria fruição pelo segmento *branco* dos benefícios económicos da propriedade vinculada, no Fogo e Santiago contemporâneos.

Os séculos XVII e XVIII serão já de declínio. A crise comercial reflectiu-se intensamente na agricultura das duas ilhas, profundamente vinculada às necessidades do tráfico negreiro. Uma forma de atestar o grau de declínio dos grandes terratenentes de Santiago e do Fogo é a confrontação entre os bens enumerados aquando da instituição dos vínculos e os anotados aquando do seu tombo. Ilídio do Amaral fê-lo para um morgadio (um dos principais da ilha de Santiago, o do Engenho) e para uma capela (a do Pico Vermelho⁷⁰⁰). Instituídos, respectivamente, em 1531 e 1548, aquando do seu tombo, em 1768 e 1779, registavam considerável diminuição do número de escravos e de cabeças de gado e, pelo estado ruinoso apresentado por algumas das construções, se avalia o grau de decadência e ruína a que haviam chegado, em apenas dois séculos, as respectivas famílias proprietárias.

Mas a decadência não conduziu à fragmentação da propriedade, acautelada, no caso das terras vinculadas, pelas cláusulas de inalienabilidade e indivisibilidade dos seus textos instituidores e, após a sua extinção, pela política endogâmica das principais famílias terratenentes⁷⁰¹. As tendências desagregativas da propriedade – por venda, partilha, doação ou troca – foram ainda, em grande medida, contrariadas pela dinâmica gerada quer pela emigração quer pelas crises alimentares do arquipélago.

As crises constituíram um importante elemento conservador da estrutura agrária. A sucessão de maus anos agrícolas e as crises alimentares que estas originavam foram momentos propícios à reconcentração da propriedade. Quando já nada restava que pudesse ser trocado por alimentos, os pequenos proprietários⁷⁰² colocavam à venda, em simultâneo, na fase mais aguda das crises, as suas pequenas fazendas, fazendo baixar a sua cotação no mercado. Acontecia também serem simplesmente trocadas por milho, produto-base da alimentação no arquipélago, e em torno do preço do qual alguns comerciantes especulavam.⁷⁰³

⁶⁹⁹ AHN, SGG, Lv. 742 – Contas de todos os morgados, capelas e ónus pios da ilha do Fogo, 29 de Novembro de 1825-12 de Fevereiro de 1837.

⁷⁰⁰ *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, op., cit., pp. 190-193. A capela do Pico Vermelho foi recentemente objecto de uma monografia, por João Lopes Filho – *A Capela do Pico Vermelho em Santiago*, Praia, Instituto Camões – Centro Cultural Português, 2003.

⁷⁰¹ Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, op. cit., p. 198.

⁷⁰² O «bocado do coitado» ou «Cada coitado tem o seu bocado» eram ainda há algumas décadas expressões usuais em Santiago e no Fogo, respectivamente, para designar a minúscula dimensão das parcelas de terra dos pequenos proprietários. Cf. Júlio Monteiro Jr., *Os rebelados da ilha de Santiago, de Cabo Verde*, Praia, Centro de Estudos de Cabo Verde, 1974, p. 30 e Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., 146.

⁷⁰³ Com vista a limitar os efeitos do açambarcamento do milho e sua venda a preços especulados nas alturas de crise alimentar, por parte de alguns comerciantes, o Governo criou, em 1942, um organismo que visava a estabilização dos

Estes períodos permitiam quer a comerciantes locais quer a emigrantes adquirir por baixo preço um número considerável de parcelas de terra.⁷⁰⁴

Os emigrados nos Estados Unidos ou os já daí retornados constituíram importantes agentes da reconcentração da propriedade fundiária nas ilhas de Santiago e do Fogo. Estes novos grandes proprietários («novos morgados», como lhes chama Cláudio Furtado) mantiveram, porém, os moldes de exploração do solo a que haviam assistido antes da sua saída do arquipélago, ou seja, pulverização de parcelas entregues a parceiros e rendeiros. Este fenómeno terá sido mais acentuado em Santiago que no Fogo, já que nesta a percentagem de homens emigrados para o Estados Unidos, e portanto com recursos para adquirir várias parcelas de terra, foi muito superior à registada naquela. Em Santiago, a grande propriedade manteve-se nas mãos de apenas alguns *mercanos*. Esta situação só se inverteria a partir de meados do século passado, quando a expansão da emigração aumentou os potenciais adquirentes⁷⁰⁵.

6.4. A complexificação do ordenamento sócio-racial

Pelos motivos já enumerados, a sociedade escravocrata cabo-verdiana iniciou cedo o processo de desescravização, dando origem a uma população que, não sendo de origem reinol e leucodérmica, tinha estatuto livre. Ou seja, a par dos escravos de origem africana ou já nascidos no arquipélago, e da população de origem europeia, temos um contingente que não parou de aumentar e que se tornou maioritário no arquipélago, o dos *negros* e *mestiços* livres, já assim desembarcados no arquipélago ou posteriormente alforriados, ou ainda os que haviam escapado ao cativeiro pela fuga (os escravos *fujões*). Grande parte desta população *negra* e *mestiça* tornou-se, também ela, escravocrata. Lucas de Sena, no primeiro quartel do século XIX, afirmava a existência de muitos forros no arquipélago, cuja primeira preocupação, uma vez conseguida a alforria, era racionar a própria alimentação, de maneira a amearhar o suficiente para adquirir, por seu turno, escravos. A pobreza de ambos era a mesma e o escravo esforçava-se para ajudar o seu novo senhor, tão miserável quanto ele, a adquirir uma garrafa de aguardente e um copo, para passarem a subsistir (indigentemente) da venda, avulso, de copos de aguardente⁷⁰⁶. A complexificar mais ainda o quadro humano do arquipélago, os europeus exteriores ao segmento dominante que foram absorvidos pela massa *mestiça*, entre os quais, os criados dos povoadores iniciais, os artesãos e os degredados.

preços dos principais produtos usados na alimentação. Através do Decreto nº 31 880, de 8 de Fevereiro de 1942, instituiu-se o SAGA, Serviço de Aquisição de Géneros Alimentícios, responsável pelo abastecimento dos géneros de primeira necessidade. A montante desta iniciativa governamental terá igualmente pesado a garantia do pagamento da contribuição predial por parte dos pequenos proprietários, a quem a venda do milho permitia o cumprimento das suas obrigações fiscais.

⁷⁰⁴ Mais próximos das realidades vividas nas ilhas e das oscilações do valor da terra, eram muitas vezes os comerciantes que aproveitavam o baixo preço que a terra atingia aquando das *crises* e as adquiriam, com o intuito de as revender posteriormente a emigrantes, a um preço muito inflacionado face ao da compra.

⁷⁰⁵ Cláudio Alves Furtado, *op. cit.*, p. 78.

⁷⁰⁶ Manuel Roiz Lucas de Sena, *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde, 1818*, anotações e comentários de António Carreira, s.l., s.e., 1987, p. 62.

A curta proeminência de Santiago nos circuitos negreiros intercontinentais e o consequente declínio económico do sub-arquipélago obrigara os proprietários fundiários a praticar outros regimes de exploração da terra, de forma a suprir a carência de mão-de-obra criada pela não reposição dos *stocks* de escravos. Os rendeiros e parceiros dos terratenentes passaram a constituir um segmento social intermédio entre o dos proprietários de terras e o dos escravos. A anterior estruturação social em torno do binómio senhor-escravo⁷⁰⁷ viu-se crescentemente complexificada com o surgimento destas duas categorias de homens livres. Foi delas e de outros elementos que partilhavam igualmente posições intermédias, como sejam os filhos *de fora* das famílias *brancas*, que emergiram alguns indivíduos que foram acumulando parcelas de terra e abrindo lojas comerciais. O pecúlio que foram amealhando permitiu-lhes investir na instrução secundária ou universitária dos filhos, afastando-os desta forma do trabalho manual e abrindo-lhes as portas do funcionalismo público. Esta conversão de capital económico em capital cultural e social habilitou-os a disputar posições na hierarquia do prestígio e a partilhá-las com o número restrito de famílias *brancas* que tradicionalmente monopolizara o topo dessa hierarquia.

Uma *finaçom*⁷⁰⁸ da ilha de Santiago, anónima e de extracção popular, retrata incisivamente a formatação da sociedade nas duas ilhas de povoamento antigo, relevando uma acentuada sobreposição entre a classe e a raça. De conteúdo simultaneamente premonitório e programático, esta *finaçom* prevê uma redistribuição – mas também ela não igualitária – dos recursos materiais e simbólicos entre *brancos*, *mestiços* e *negros*:

Branco ta morá na sobrado,
Mulato ta morá na loja,
Nego ta morá na funco,
Sancho ta mora na rotcha.

Ta bem um dia, Nhô Trasco Lambasco,
Rosto frangido,
Rabo comprido,
a corrê co nego di funco,
Nego ta corre co mulato di loja,
Mulato co branco di sobrado,
Branco ta bá rotcha, el ta tomba...⁷⁰⁹

Os *negros* permanecem ao nível da «loja», anterior patamar sócio-económico dos *mulatos*, e a queda dos *brancos* lança-os directamente na «rocha», ou seja, condena-os ao seu desaparecimento enquanto classe. É a substituição dos *brancos* pelos *mulatos* que é

⁷⁰⁷ Que, como atrás afirmámos, nunca foi rigidamente dual, já que a compunham também estratos intermédios constituídos por homens livres, europeus e africanos, que eram trabalhadores manuais, pequenos comerciantes, ou que estavam envolvidos no tráfico com a costa da Guiné, alguns dos quais degredados do Reino. A fuga ou libertação de muitos escravos, sobretudo nos momentos mais críticos de falta de recursos ou perante as incursões de piratas, criou ainda outra categoria estranha às iniciais, a dos *bádios*, que sobreviviam da recollecção, da captura de animais que vagueavam livremente, de algum escasso cultivo que a altitude das zonas onde se refugiavam propiciava e do produto dos assaltos às propriedades.

⁷⁰⁸ Baltasar Lopes descreve este tipo de poesia popular como «expressão de regras morais, de normas de comportamento e de conceitos elaborados pela experiência.» Cf. «Finaçom», *Claridade*, nº 6, São Vicente, Julho 1948, p. 37.

⁷⁰⁹ «Branco mora no sobrado / Mulato mora na loja / Negro mora no funco (cabana) / Sancho (o macaco) mora na rocha. / Virá um dia / Nhô Trasco Lambasco (o macaco) / Rosto franzido / Rabo comprido / Correrá com o negro / Do funco / O negro correrá com o mulato da loja / O mulato correrá com o branco do sobrado / O branco irá para a rocha, irá tomar (precipitar-se da rocha.» Tradução de Baltasar Lopes, *ibid.*, p. 37.

prognosticada, com a sua ascensão ao sobrado, símbolo identitário do grupo dominante nas ilhas.

A *finaçom* apresenta uma sociedade insular hierarquizada entre *brancos*, *mestiços* e *negros*. Conquanto Santiago fosse a única ilha do arquipélago onde a população *mestiça* não era maioritária, os conteúdos desta tripartição social não podem ser meramente *raciais*, ainda que o sejam numa importante medida. As posições objectivas e subjectivas dos indivíduos e dos grupos requerem uma complexidade de análise ao nível dos sistemas de relações e de classificação social que ultrapassa a da mera articulação entre a raça e a classe.

Apesar da partilha de muitos traços históricos comuns e dos mais ou menos intensos contactos entre as ilhas, a evolução das respectivas estruturas demográficas, económicas e políticas deu-se, se não de forma autónoma, pelo menos com características peculiares, algumas das quais vincadamente individualizadoras. Na maior parte do arquipélago, o acesso dos *filhos da terra* a diferentes cargos da hierarquia civil, militar e eclesiástica deu-se precocemente. Dois factores induziram esta precocidade: a crescente rarefacção da população de origem metropolitana e a mestiçagem acelerada entre os que permaneceram e respectivos descendentes com a população escrava, por um lado, e a falta de atractividade do arquipélago para atrair candidatos reinóis para o desempenho desses ofícios, por outro.

Na Ribeira Grande de meados do século XVII, um escravo alforriado foi ordenado padre pelos Jesuítas, a troco de património imobiliário na cidade⁷¹⁰. As referências que o padre António Vieira, na sua passagem por Cabo Verde, a caminho do Maranhão, fez acerca do clero autóctone, indicam-nos que ele era maioritariamente constituído por *não-brancos*. A falta de clérigos de origem metropolitana será, aliás, um assunto recorrente na correspondência dos missionários estantes ou de passagem pelo arquipélago.

Esta dificuldade de provimento dos órgãos teve consequência similar na administração civil, ou seja, o acesso também precoce de *filhos da terra* (de todos os graus de pigmentação) ao oficialato régio e às instituições municipais. Nomear para a administração pública nativos que não preenchiam os requisitos para o provimento dos cargos – a «limpeza de sangue e partes e qualidade»⁷¹¹ – conduziu à maleabilização destes critérios e à admissão de *mestiços* e *negros* no funcionalismo régio. A vulnerabilidade do Próspero português, conjugada com a falta de atractibilidade do arquipélago que não se mostrava suficientemente interessante para atrair colonizadores metropolitanos, conduziu assim a uma precoce integração de *mestiços* no sistema de poder (local). A alternativa seria a vacância frequente dos ofícios e a inoperacionalidade da própria administração do arquipélago⁷¹². Numa carta escrita de Santiago, na primeira metade do século XVII, o padre Sebastião Gomes dizia que «Quando nos pediram havia muita gente de Portugal, e na Câmara raramente entrava crioulo (...) estes homens

⁷¹⁰ Maria Emília Madeira Santos *et al.*, «Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI –XVII)», *Africana*, 6 Especial, 2001, p. 70.

⁷¹¹ Zelinda Cohen, «Cabo Verde – Da criouliização do homem à criouliização do aparelho de Estado», *op. cit.*, p. 13.

⁷¹² *Id.*, «Entre os proscritos e os seleccionáveis: contribuição para o estudo do perfil do funcionalismo régio insular (Cabo Verde: do século XV a meados do século XVIII)», *Africana*, nº 6 especial, 2001, pp. 79-91.

quase todos são mortos, e chegou a terra a tais termos, que quantos há hoje na Câmara são crioulos»⁷¹³.

No Fogo, porém, a administração concelhia e a gestão camarária permaneceram, até às primeiras décadas do século XX, um quase-feudo de um grupo de famílias *brancas*. Os reinóis que nos alvares do povoamento para lá se haviam transferido, alguns idos de Santiago, e outros que nos séculos seguintes se estabeleceram na ilha, como autoridades nomeadas pelo rei, ou para escapar a perseguições políticas no Reino, desenvolveram uma política de alianças matrimoniais restritiva que os perpetuou como grupo dominante nas hierarquias económica, política, racial e cultural da ilha. O Fogo conservou assim uma considerável população *branca*, se não em termos relativos, já que os censos apontavam a ilha como a mais mestiçada de Cabo Verde, pelo menos em termos absolutos. A sobrevivência deste grupo individualizado pela riqueza material, pelo monopólio dos órgãos do poder concelhio (os únicos com quem a população tinha contacto, se exceptuarmos as visitas de dignitários) e pela raça atingiu as primeiras décadas do século XX.

⁷¹³ Carta do Padre Sebastião Gomes ao Padre Geral da Companhia, de 27 de Junho de 1617, in Brásio, MMA, *África Ocidental (1600-1622)*, 2ª série, vol. IV, doc. 149, p. 613.

PARTE III

A ILHA DO FOGO: DINÂMICAS GEO-HISTÓRICAS

Capítulo 7

O CONTEXTO GEOGRÁFICO

7.1. O relevo, o clima e a vegetação

A ilha do Fogo ocupa uma superfície de 476 km² e um perímetro basal de 81 km. O seu comprimento ronda os 26 km (direcção N-S) e a largura os 24 km (direcção E-O). É a quarta ilha do arquipélago em tamanho e a que regista a maior altitude – 2 829 m. É também a sua ilha mais jovem⁷¹⁴ e uma das que, por se manter activo o seu vulcão⁷¹⁵, apresenta formas mais vigorosas. A acção dos agentes erosivos tem tido aqui menor alcance que na maior parte das outras, o que se manifesta na sua topografia, caracterizada por formas de relevo muito acentuadas.

A ilha consiste num grande aparelho vulcânico⁷¹⁶, cujos elementos constitutivos são (1) o seu cone principal (antigo), (2) os numerosos cones adventícios, alguns dos quais em processo de erosão e já com cobertura vegetal, espontânea e introduzida, incrustados no cone principal, (3) uma caldeira em forma de ferradura, aberta a Leste, de cerca de 9 km de comprimento e 2 km de largura, que deve a sua quase regularidade ao avolumar de lava emitida pelas erupções⁷¹⁷ – a Chã das Caldeiras –, e (4) uma escarpa que a contorna e que dela se eleva a uma altura variável que atinge em alguns pontos os 1 000 m – a Bordeira (vd. anexo II, figuras 3 e 4, p. 558).

Sensivelmente a partir do centro da caldeira, emerge o cone eruptivo principal, o *Vulcão* ou *Pico*, cuja cratera mede cerca de 500 m de diâmetro e 180 m de profundidade e que, no seu topo, atinge os 2 829 m de altitude. Nas encostas do Vulcão, incrustam-se vários pequenos cones adventícios, mas não se regista actividade vulcânica desde o final do século XVIII. Quer a erupção de 1951 quer a mais recente, ocorrida em 1995, partiram de focos exteriores ao cone principal. E foi assim porque a pressão dos gases na câmara magmática é já insuficiente para abrir a cobertura de lava que tapa a chaminé do Vulcão, o que, por sua vez,

⁷¹⁴ C. F. Torre de Assunção, *Expedição científica à ilha do Fogo: estudos petrográficos (1952-1953)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1954, p. 151.

⁷¹⁵ O Fogo registou duas manifestações vulcânicas recentes, em 1951 e em 1995.

⁷¹⁶ Ezequiel Correia & Fernando Costa, «Breve notícia da recente erupção na ilha do Fogo e as suas consequências», *Finisterra*, vol. 30, nºs 59-60, 1995, p. 165.

⁷¹⁷ A erupção de 1995 diminuiu, em certas áreas, a anterior regularidade relativa da Chã, salpicada por cones de escória e pela sobreposição da lava resultante dos diversos episódios eruptivos. Entre as alterações nas formas do relevo, destaca-se o surgimento de um cone antes inexistente, com cerca de 150m de altura. Cf. *ibid.*, p. 171.

é indício do enfraquecimento da actividade eruptiva do vulcão do Fogo, ele próprio última manifestação de vulcanismo em todo o arquipélago⁷¹⁸.

O grande declive, conjugado com a quantidade de material sólido que se vai soltando das encostas do cone principal, impedem a formação de cursos de água regulares, inclusivamente na Chã, com o seu fundo plano, se bem que irregular. Mesmo a formação de *ribeiras*, cursos de água temporários junto aos quais, noutras ilhas do arquipélago, se estabeleceram aglomerados populacionais e se pratica agricultura de regadio, é dificultada nesta ilha pela grande escorrência superficial proporcionada pelos declives muito acentuados. Em 1951, quando Orlando Ribeiro visitou a ilha, das setenta *ribeiras* que identificou, somente a *ribeira* Colunjur esboçava indícios de regularização⁷¹⁹ e, mais recentemente, Castanheira Diniz e Cardoso de Matos referem o carácter temporário de todas elas⁷²⁰. Perante uma orografia tão acentuada, na época das chuvas, a água cai em torrente, arrastando materiais sólidos, que vai depositando.

Quanto à Bordeira, o seu declive quase vertical, imuniza-a à erosão. Como refere Orlando Ribeiro, «as águas caem mas não *correm* sobre ela»⁷²¹. Mesmo a quebra que a Bordeira regista, na vertente oriental da ilha, onde as encostas íngremes do Pico descaem directamente para o mar, deve reportar-se a um abatimento e não à actividade eólica.

Descendo para o litoral, a topografia mantém-se muito acidentada. A rebentação é intensa, sobretudo na costa Leste, e a ilha dispõe de apenas duas planícies litorâneas: as *fajãs* de Mosteiros e Casinha-Bombardeiro⁷²². A estas duas Castanheira Diniz e Cardoso de Matos juntam uma outra plataforma aplanada, a Noroeste da ilha, entre a Ponta do Baixio de Campanas e a de Diogo Gomes⁷²³. Também estas plataformas litorâneas são contornadas, como toda a base da ilha, por uma linha de arribas muito pronunciadas.

A altitude, o relevo, a exposição das vertentes e a acção dos ventos predominantes são os factores responsáveis pelas diferenças no volume de precipitação, na temperatura e na vegetação. É a sua acção conjugada que explica que, numa ilha com as dimensões do Fogo, se identifiquem vários microclimas e sistemas ecológicos. Os já citados autores da Carta de Zonagem Agro-Ecológica e da Vegetação da ilha identificam cinco zonas climáticas – árida, semi-árida, sub-húmida, húmida e húmida/sub-húmida – e descrevem cerca de seis dezenas de unidades agro-ecológicas⁷²⁴.

A correlação entre a altitude e a precipitação só se manifesta até aos 1 400 m, a partir dos quais os efeitos das condensações das massas de ar que sobem pelas encostas transportando humidade, deixam de se fazer sentir⁷²⁵. A partir daí, a escassez da vegetação aproxima esta região das cotas mais baixas do litoral. Podemos, pois, considerar esta cota

⁷¹⁸ Cf. Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., pp. 55 e 56.

⁷¹⁹ *Ibid.*, p. 58.

⁷²⁰ *Op. cit.*, p. 37.

⁷²¹ Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 49.

⁷²² *Ibid.*, pp. 44 e 57.

⁷²³ Cf. *Carta de Zonagem Agro-Ecológica e da Vegetação de Cabo Verde. II – Ilha do Fogo*, sep. de Garcia de Orta, série Botânica, vol. 9 n^{os} 1 e 2, 1987, p. 45 e sobretudo a Carta.

⁷²⁴ Representadas graficamente na Carta e legendadas nas pp. 52 a 61.

⁷²⁵ Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., pp. 72-73.

como aquela que, pela presença de nuvens e de maior humidade e precipitação, contrasta quer com as terras baixas quer com as altas, caracterizadas por muito mais acentuada aridez.

O litoral⁷²⁶ apresenta-se muito árido, mais pronunciadamente a Sudoeste, onde está implantado o principal núcleo urbano da ilha, a cidade de São Filipe. O Sul e o Sudoeste, abrigados pelas encostas íngremes da Bordeira dos ventos dominantes carregados de ar húmido, registam taxas de precipitação muito inferiores às manifestadas no Nordeste ou no Leste da ilha.

À semelhança do que acontece noutras ilhas do arquipélago, o Fogo regista uma grande flutuação inter-anual nos valores pluviométricos totais e zonais. Nas regiões mais baixas da orla litorânea, sobretudo, essa variabilidade é tão expressiva que se torna pouco relevante procurar a pluviosidade média da ilha.

As diferenças térmicas também se manifestam com a altitude: à medida que as cotas se elevam, diminui a temperatura, que, na zona de Chã das Caldeiras, regista valores muito baixos, sobretudo durante a noite e a madrugada, além de grande variação diurna, superior a 20°. As terras baixas registam valores superiores e uma amplitude diária menor⁷²⁷.

A topografia acentuada, o regime concentrado e torrencial das chuvas e a fraca cobertura vegetal convergem para que a água das precipitações não seja retida no solo, antes se encaminhando rapidamente para o mar e arrastando material sólido. Os materiais vulcânicos do solo, permeáveis, não propiciam a formação e permanência de nascentes. Estas, sobretudo as de água doce, são, por isso, escassas em toda a ilha, o que inviabiliza a prática generalizada do regadio.

Quanto à paisagem vegetal da ilha, ela caracteriza-se pela extrema pobreza. Esta deve-se tanto à intervenção humana quanto ao condicionalismo natural – lavas e cinzas vulcânicas recentes, regime e volume das chuvas. Apesar dos danos causados pela sobrepastagem do gado introduzido e pela sua deambulação livre, pelo cultivo e por práticas agrícolas pouco adaptadas à fragilidade do ecossistema (como as queimadas) e ainda pelo abate indiscriminado da vegetação para combustível, não é aos factores antrópicos que devemos atribuir, nesta ilha, a responsabilidade pela pobreza do coberto vegetal.

Dadas as condicionantes ecoclimáticas desta e de outras ilhas de Cabo Verde, e ao contrário dos arquipélagos do Atlântico Norte, a paisagem vegetal anterior à fixação humana não deve nunca ter excedido a estepe⁷²⁸, cortada num ou noutro pontos por uma vegetação mais densa. Num painel em que sobressaem solos muito jovens, pouco profundos e pobres, dominam a paisagem espécies adaptadas à xerofilia: espinhosas, herbáceas, arbustos de pequeno porte e pouca vegetação arbórea.

⁷²⁶ No Fogo, não há propriamente um *litoral*. A permanência da actividade eruptiva na ilha, a sua juventude e o completo protagonismo do seu cone principal no conjunto das formas vulcânicas, aliados à acção muito limitada dos agentes erosivos, impedem o Fogo de ter um *interior*, por oposição ao qual se pudesse considerar um litoral. *Vd. ibid.*, pp. 217-219.

⁷²⁷ Sobre os registos pluviométricos e térmicos e as variações dos valores consoante a exposição e a altitude, *vd. ibid.*, pp. 69-76.

⁷²⁸ De uma espécie espontânea, a *Euphorbia tuckeyana*, segundo Orlando Ribeiro, que a encontrou ainda nas terras altas. *Vd. ibid.*, p. 87.

Naturalmente que a altitude e os contrastes térmicos e pluviométricos intrainsulares haveriam de reflectir-se também na vegetação⁷²⁹. As zonas baixas, desarborizadas, dominadas por pedras e pequenos tufos de vegetação, contrastam com as terras altas expostas aos ventos favoráveis, onde as chuvas de relevo e a condensação nocturna permitem uma maior biodiversidade e onde se cultivam, a par de outras frutícolas, o café, uma das principais culturas de exportação da ilha. A partir dos 700/800 metros, encontram-se terrenos mais férteis, mais ricos em húmus e por isso mais favoráveis à agricultura. Porém, estas condições só se mantêm até aos 1 400 metros, altura em que a estepe aberta volta a dominar. As escarpas da Bordeira, grande parte da Chã e o cone apresentam-se quase desnudos, dominando o tom negro das pedras vulcânicas. Aqui, a desolação só é interrompida por exemplares esparsos de algumas espécies endémicas. As zonas da Bordeira, Montinho e Monte Velha, abrangidas pelo recentemente classificado Parque Natural do Fogo, são as que conservam maior número de endemismos da ilha e onde se encontram espécies, muitas delas vivazes, menos adaptadas às condições de aridez. É igualmente aqui que se encontram árvores de maior porte, como algumas espécies de *Eucalyptus* e *Cupressus*.

7.2. O condicionalismo climático e a pressão sobre os recursos: os ecossistemas *ager* e *saltus*

Se já antes da ocupação humana a paisagem da ilha não se caracterizava pela densidade do coberto vegetal, após a fixação de homens e gado, as condições de aridez acentuaram-se, como de resto nas outras ilhas do arquipélago. A pressão sobre os limitados recursos – o corte indiscriminado para expansão do cultivo e para combustível e a depredação pelo gado, mormente o caprino – destruiu grande parte dos elementos vegetais pré-existentes, degradando ecossistemas já de si frágeis.

As condições climáticas, orográficas e edáficas não são favoráveis a uma exploração intensa dos solos. Nas áreas recobertas por mantos de lava com origem na actividade vulcânica mais recente dos últimos cinco séculos, a vegetação ou ainda não penetrou ou se limita a pequenos tufos de líquenes. Trata-se de solos ainda muito incipientes, pouco espessos e com grande concentração de materiais sólidos. Estas características inviabilizam qualquer utilização agrícola. Outras áreas, apesar de recobertas por mantos de lava com origem em episódios eruptivos mais antigos, pelo seu declive acentuado, tornam-se também refractárias à actividade agrícola. As áreas que reúnem condições mais favoráveis à exploração agrícola situam-se a Norte e sobretudo a Nordeste e são aquelas cujas vertentes estão expostas às correntes atmosféricas propiciadoras de mais humidade e onde os solos se apresentam mais

⁷²⁹ Diniz & Matos reconheceram vinte e dois tipos de comunidades vegetais, agrupados de acordo com as três unidades fisiográficas que consideraram e com as várias zonas climáticas. Cf. *op. cit.*, pp. 44-49. Os autores incluem ainda uma listagem das espécies encontradas, citadas pelas suas designações científicas e pelas correspondentes denominações vulgares (pp. 62-65). O estudo de Auguste Chevalier sobre a flora cabo-verdiana – *Les Îles du Cap Vert. Flore de l'Archipel* – e a monografia de Orlando Ribeiro sobre o Fogo, que vimos acompanhando, e que aliás segue o texto do botânico francês, no capítulo sobre o povoamento vegetal do arquipélago, constituem importantes fontes de informação sobre os elementos da vegetação no arquipélago.

evoluídos⁷³⁰. Porém, mesmo aqui, as formas demasiado enérgicas do relevo constituem um factor condicionante da expansão da superfície cultivada.

Na ilha do Fogo, a utilização agrícola do solo (vd. carta agrícola de Teixeira e Barbosa, anexo II, ponto 2., p. 559) vê-se restringida pela acção conjugada de vários factores: características edáficas, regime aleatório e torrencial das chuvas, relevo pronunciado, afloramentos rochosos e emissões de lava. Porém, a agricultura e a pecuária continuam constituindo as principais actividades económicas da ilha. Os solos susceptíveis de aproveitamento agrícola estão todos cultivados, mesmo que um declive intenso dificulte o seu manejo. Para contornar este obstáculo, arma-se o terreno em socalcos, que consistem em faixas horizontais de terra (geralmente muito estreitas, devido às características do relevo), sustidas por muros de pedra solta. Além de aumentar a superfície cultivada, este processo de conservação da terra permite ainda arrumar o material sólido retirado aquando da preparação do terreno para a lavoura e proteger os solos da erosão.

Trata-se de uma agricultura de sequeiro, praticada sobretudo nas zonas semi-áridas, sub-húmidas e húmidas, já que a escassez de aquíferos inviabiliza a prática do regadio⁷³¹. É, por isso, uma agricultura muito marcada pela contingência: em anos de boas e bem distribuídas chuvas, as colheitas são satisfatórias; nos restantes, maioritários, dado o agravamento das condições de aridez ao longo dos séculos da presença humana, a produção ou é escassa ou nula.

Para a breve apresentação das principais produções, apoiámo-nos nos levantamentos de Orlando Ribeiro e de António Teixeira e Grandvaux Barbosa, que fornecem muita informação sobre as várias espécies cultivadas e métodos de cultivo, e se reportam à primeira metade do século XX (aproximando-se, por isso, dos limites temporais do nosso estudo), e sobretudo no trabalho de Diniz e Matos que, na legenda descritiva da sua Carta, mencionam os principais produtos da ilha, consoante as várias unidades agro-ecológicas recenseadas. Apesar de duas décadas nos separarem deste último levantamento, as produções actuais não se afastam do quadro apresentado por estes dois autores, já que os hábitos alimentares se mantêm e as condições ecológicas não permitem grandes variações e alternativas.

Pelas áreas cultivadas, distribuem-se sobretudo culturas alimentares, se bem que desde sempre tenham estado presentes culturas de rendimento, como a purgueira, o rícino, o café, a vinha e, com especial relevo desde os primórdios do povoamento da ilha, o algodão. De entre as primeiras, destacam-se o milho, as leguminosas, geralmente em consociação com o milho, e os tubérculos.

Em relação ao milho, ele foi introduzido logo no século XVI e rapidamente se expandiu pelas superfícies cultiváveis do arquipélago. Uma grande vantagem comparativa deste cereal face aos outros e que ajuda a compreender o seu quase monopólio e, conseqüentemente, o seu peso na dieta alimentar dos cabo-verdianos, é a sua rusticidade, que o permite adaptar-se

⁷³⁰ Diniz & Matos referem a boa capacidade produtiva destes solos, desde que se apresentem livres de recobrimentos recentes de lava. Cf. *op. cit.*, p. 50.

⁷³¹ Diniz & Matos recensearam o regime de regadio apenas na zona árida sub-litorânea de Monte Genebra, não especificando as diversas culturas de regadio encontradas. *Op. cit.*, pp. 58-59.

a diversas zonas climáticas e a solos com diferentes características, desde as superfícies íngremes às achadas, às fajãs e aos fundos de vale. Porém, dadas as características da circulação atmosférica e do regime hidrológico, a sua produção foi sempre contingente, tendo-se sucedido os anos de fracas colheitas e de consequentes crises alimentícias.⁷³² A maisocultura tem constituído igualmente um factor de degradação do património fundiário das ilhas, já que se destrói a escassa vegetação natural, constituída em grande parte por espécies competitivas, e se utilizam solos pouco espessos e facilmente desagregáveis como os das encostas.

O milho é tradicionalmente cultivado no arquipélago em associação com leguminosas. Diniz e Matos encontraram-no sempre associado a uma ou mais variedades de feijão, discriminando apenas quatro, possivelmente as mais presentes na ilha: bongolão (*Vigna unguiculata* L.), congo (*Cajanus cajan* L.), pedra (*Lablab niger* ou *Dolichos Lablab* L.) e fava⁷³³, variedade da espécie bongé (*Phaseolus lunatus* L.). Igualmente presentes nas áreas cultivadas das zonas sub-húmidas do Fogo são algumas espécies de tubérculos, em especial a batata-doce (*Ipomea batatas* Poir.) e, em muito menor extensão, a mandioca (*Maniot esculenta* Grantz).

Os produtos hortícolas, estando presentes, tiveram sempre menor expressão, dada a falta regular de água⁷³⁴. O mesmo se pode dizer dos frutícolas, restringidos às zonas húmida e sub-húmida e aos quintais próximos da habitação⁷³⁵. As espécies recenseadas por Diniz e Matos são/foram a bananeira, a mangueira (*Mangifera indica* L.), a papaeira (*Carica papaya* L.), a figueira e a macieira.

Em relação às culturas de rendimento, elas não ocupam actualmente um lugar de destaque no conjunto das produções da ilha. Ainda assim, encontram-se (1) o café (o conhecido café dos Mosteiros), na variedade arábica (*Coffea arabica* L.), cultivado nalgumas encostas e vales das zonas húmida e sub-húmida das vertentes expostas a Norte e a Nor-Nordeste; (2) a vinha (*Vitis vinifera* L.) na região da Chã das Caldeiras, nalguns cones vulcânicos e na encosta do sopé da Borda, em regime de sub-espontaneidade; (3) algumas oleaginosas, como a purgueira (*Jatropha curcas* L.) e o rícino (*Ricinus communis* L.). Quanto a esta última, adapta-se bem à aridez e a diferentes altitudes e está naturalmente protegida do apetite voraz dos caprídeos, pelo tanino que contém. A purgueira constituiu no passado importante fonte de rendimento para os ilhéus, até o exclusivo comercial metropolitano fazer baixar a sua cotação. Além de produto de exportação, a sua utilização interna era polivalente: o óleo era utilizado no fabrico de sabão e na iluminação, as sementes como purgante e a

⁷³² Isabel Fêo Rodrigues escreveu um interessante artigo em que aborda a onnipresença destas crises alimentares e das rotinas de sobrevivência na memória social cabo-verdiana. Afirma a autora: «Quando 40% da população é dizimada por fomes ou epidemias com elas relacionadas e tem menos de uma década para recuperar antes da ocorrência da fome seguinte, a memória e a fome intersectam-se.» Cf. «Escassez abundante: memória e rotina alimentar em Cabo Verde», in Clara Carvalho & João Pina Cabral (orgs.), *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, op. cit., pp. 227-249.

⁷³³ Op. cit., pp. 53-61.

⁷³⁴ A ponto de Diniz & Matos nem os recensearam na sua Carta. Orlando Ribeiro menciona alguns, em associação com o milho – couves, tomateiro, abóbora, malagueta, alho, cebola, hortelã –, mas confinados aos quintais próximos da casa, onde o gado permite estrumá-los. Cf. *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 126.

⁷³⁵ De acordo com Diniz & Matos, o tamarindo e o cajueiro (*Anacardium occidentale* L.) constituiriam as excepções, por terem sido encontrados numa zona semi-árida. Cf. op. cit., p. 61. As outras espécies frutícolas recenseadas pelos autores, nas zonas húmida e sub-húmida, são a bananeira, a mangueira, a papaeira, a figueira e a macieira.

madeira como combustível. No último quartel do século XX, porém, Diniz e Matos encontraram-na em apenas duas das unidades agro-ecológicas identificadas, em zonas semi-áridas do ocidente da ilha. Em relação ao rícino, cultivado com algum empenho por parte do Estado e de particulares, durante o passado século, foi, tal como a purgueira, produto de exportação. Em meados do século XX, as maiores produções encontravam-se no interior da Chã das Caldeiras e na encosta exterior da Bordeira⁷³⁶; a *Carta* já as menciona somente no exterior da Bordeira, mas em grande profusão⁷³⁷. Quanto ao algodão (*Gossypium hirsutum*), outrora principal exportação com origem no arquipélago e produto eleito no comércio com a costa da Guiné, a sua produção foi entrando em declínio, acompanhando a crescente periferização do sub-arquipélago do Sul no tráfico negreiro. As três grandes fontes de informação para o século XX sobre o uso do solo na ilha do Fogo, que vimos seguindo, não a recenseiam em qualquer parte da ilha.

As condições ecológicas limitam fortemente a utilização agrária do solo, no Fogo. O baixo rendimento e a aleatoriedade da produção agrícola são a consequência da adversidade do meio. Ainda assim, e mesmo que em condições extremas (relacionadas com a aridez, com o relevo acentuado, com a abundância de materiais grosseiros, com a actividade vulcânica recente), os ilhéus teimam em extrair da terra o que ela não pode dar-lhes senão muito frugal e contingentemente.

A criação de gado é muitas vezes a única alternativa de exploração do solo: (1) onde predominam os afloramentos rochosos, (2) nas superfícies de escorrimentos recentes de lava e (3) onde, apesar de haver condições edáficas e de humidade favoráveis à agricultura, vertentes muito íngremes impedem o acesso e o amanho da terra. As zonas áridas litorâneas e sub-litorâneas do Sul da ilha reúnem as condições mais desfavoráveis; nelas confluem o fraco desenvolvimento dos solos, a pedregosidade, muitas vezes o declive pronunciado e a acentuada escassez de água. Nalgumas destas áreas, mesmo a actividade pastoril é impraticável.

O pastoreio é um importante complemento da agricultura na ilha. Ele fornece o leite, a carne, as peles, a bosta (para fertilização e combustão) e o transporte. Trata-se de um pastoreio extensivo, em que o gado, sobretudo o caprino, vive praticamente em liberdade e é deixado a vaguear por entre os escassos pastos, constituídos por espécies xerófitas, muitas vezes de fraco valor forrageiro. A actividade pastorícia está presente em quase todas as unidades agro-ecológicas identificadas na *Carta* de Diniz e Matos, mesmo nas áreas mais inóspitas. Somente nalgumas áreas das zonas húmida e húmida/sub-húmida, as que fornecem as melhores condições para uma certa diversificação cultural – milho, leguminosas, fruteiras, café –, ele não se pratica. O Fogo era, ao tempo em que Orlando Ribeiro o visitou (no princípio da segunda metade do século XX), a principal ilha pecuária do arquipélago, contando com 50% do total de equídeos e caprídeos e com mais do total de 30% dos bóvidos e ovídeos⁷³⁸. A

⁷³⁶ Cf. Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 133.

⁷³⁷ Diniz & Matos descrevem a «cintura do rícino», de tal forma esta espécie se encontra disseminada. Cf. op. cit., pp. 55 e 61.

⁷³⁸ Cf. *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 143. Já em meados do século XIX, João Fernandes da Silva Leão, no seu relatório sobre a epidemia de cólera que atingiu a ilha em meados do século, faz referências ao gado existente:

actual diferença numérica entre bovídeos e caprídeos, no Fogo, como em todas as ilhas do arquipélago, deve-se sobretudo ao facto dos últimos necessitarem de menos água e serem menos exigentes e selectivos que os primeiros, adaptando-se melhor às espécies vegetais locais. A produtividade, medida pela relação entre as quantidades de biomassa ingerida e de produção leiteira, é também maior na cabra que na vaca. Todavia, apesar da rusticidade dos hábitos alimentares das cabras, quando sobrevinha uma *crise*, o número de cabeças decaía acentuadamente⁷³⁹. A sua capacidade de reconstituição era, no entanto, notável e rapidamente se expandiam novamente pela ilha, voltando a pressionar os seus exíguos recursos. A cabra é a espécie mais utilizada na alimentação. Quer a vaca, quer o cevado constituíam uma espécie de capital de reserva, vendido quando urgia realizar dinheiro, sobretudo por ocasião do pagamento anual da renda, da realização de festas, de funerais, de preparativos para emigração.

O gado miúdo, constituído sobretudo pelos galináceos, está também presente na ilha, tal como em todo o arquipélago. Para além das espécies usadas na alimentação ou vendidas para esse fim, fazem ainda parte do património pecuário da ilha cavalos, muares e burros. A sua utilização restringe-se ao transporte de pessoas e de carga, já que as características do relevo e do solo excluem o seu uso agrícola. Os cavalos da ilha, outrora um dos símbolos de pertença grupal das famílias *brancas*, que os utilizavam como meio de transporte e os exibiam nos festejos das *bandeiras*, continuam a gozar de prestígio no seio do arquipélago.

Quer a carga representada pela população pecuária – excessiva, dada a reduzida capacidade sustentadora do meio – quer as práticas tradicionais do pastoreio nem sempre têm sido as mais adequadas aos frágeis ecossistemas da ilha, podendo atribuir-se-lhe a destruição da escassa vegetação natural.

Causadora de menor impacto sobre o meio natural e menos aleatória que a agricultura ou a pastorícia, a pesca é uma actividade económica alternativa, que no Fogo, como na maior parte das ilhas, ocupou sempre um lugar secundário. A pesca mantém-se sobretudo artesanal e costeira, e o volume das capturas está distante do potencial existente nas águas do arquipélago, ricas nalgumas espécies, sobretudo de tunídeos. O litoral da ilha, recortado abruptamente sobre o mar – como referimos, há apenas duas planícies litorâneas – não oferece bases de apoio à navegação. Até há poucas décadas, não havia portos propriamente ditos, apenas dois locais de fundeadoiro e desembarque na costa⁷⁴⁰, separados por uma ponta de areia, cuja utilização sazonal acompanhava o movimento das areias deslocadas pelas

os caprídeos e os suídeos eram em pequeno número, mas os bovídeos eram em tão grande quantidade que mesmo nos melhores anos agrícolas o pasto mal supria as suas necessidades. Em anos de escassez, a mortandade, a fuga e a sua colocação em liberdade pelos proprietários contribuíam para a destruição das sementeiras, concorrendo assim para a falta de subsistências. O cirurgião-mor concluía que a situação se perpetuaria, até que o número de cabeças de gado se reduzisse à capacidade sustentadora do montado público. Cf. «Relatório do Cirurgião-Mor da Província de Cabo Verde sobre a cholera-morbus na ilha do Fogo em 1855», Praia, 15 de Janeiro de 1856, *Anais do Conselho Ultramarino*, Setembro de 1857, p. 360.

⁷³⁹ Orlando Ribeiro faz uma apresentação gráfica da oscilação destes números em *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 144.

⁷⁴⁰ O sargento-mor das ilhas, Francisco de Andrade, em 1582, mencionava os mesmos dois ancoradouros. Cf. *Relação sobre as ilhas de Cabo Verde*, in António Brásio, *MMA. África ocidental (1570-1600)*, 2ª série, vol. III, doc. 42, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1964, p. 101. O Anónimo de 1784 refere que, além destes dois 'portos', o da Vila e o de Nossa Senhora, havia «mais dois portos, tam somente para as lanchas, chamado um – das Salinas, e outro – dos Mosteiros.» *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo-Verde (...)*, Lisboa, Empresa da Revista Diogo-Cão, col. Inéditos Coloniais, série A, nº 3, 1937, p. 27.

correntes marítimas: na estação das águas, de Junho a Outubro, o 'porto' da Vila; na época das brisas, de Novembro a Maio, a praia de Nossa Senhora da Encarnação, a cerca de dois quilómetros da Vila. Num e noutro ancoradouros improvisados, o desembarque de pessoas e carga via-se muito dificultado e agravado pela violência da rebentação. Na ausência de um porto que permitisse o desembarque, este era feito em pequenos botes e muitas vezes nos braços dos homens da Companhia Braçal.⁷⁴¹ Só na segunda metade do século XX, ficou concluído o Porto de Vale dos Cavaleiros⁷⁴², na costa ocidental da ilha, a menos de três quilómetros de São Filipe. Perante esta ausência de bons portos naturais e o difícil acesso por mar ao Fogo, poucos navios a abordavam, para além dos de cabotagem, aumentando o isolamento e a dependência da ilha das actividades agrícola e pecuária e, no que respeita os abastecimentos, a sua dependência face a Santiago.

Orlando Ribeiro descreve o povoamento do Fogo como de tipo misto, já que nem a perfeita e ordenada aglomeração nem a absoluta dispersão caracterizam a distribuição da população pela ilha⁷⁴³. Esta continua condicionada pelo relevo, não se fazendo em regra até ao mar, porque apenas em alguns troços há superfícies litorâneas aplanadas. Destas destacam-se duas: a de Mosteiros, a Norte, e a de Casinha-Bombardeiro, a Leste. Apesar de a água ser um recurso muito escasso na ilha, o povoamento não se fez de acordo com a proximidade dos mananciais hídricos, a maior parte dos quais em zonas de difícil acesso. Têm sido considerações relacionadas com a capacidade produtiva dos solos e outras condições favoráveis à agricultura que têm orientado a distribuição da população. À parte São Filipe, sede administrativa e comercial da ilha, localizada a Sudoeste, a população concentrava-se no Norte, fugindo da aridez das vertentes Leste e Sul, e procurando a exposição aos ventos mais favoráveis. A maioria das pequenas aglomerações dispersas pela ilha mantém um carácter rural. Mesmo o único núcleo urbano, a cidade de São Filipe, era descrito por Orlando Ribeiro em princípios de Cinquenta «como uma pequena e tranquila vilória de província», como uma «cidadezinha», com cerca de dois mil habitantes⁷⁴⁴.

O município dos Mosteiros, designação que engloba uma série de micropovoados, é o segundo mais importante da ilha. Essencialmente agrícola, a quase totalidade da sua população vive no meio rural, dedicando-se à agricultura. Trata-se, porém, de uma agricultura

⁷⁴¹ Sobre as condições precárias em que o desembarque era feito, a descrição da visita de Craveiro Lopes à ilha, em 1955, é elucidativa: «Nem paredão de alvenaria, nem ponte-cais, nem plataforma natural de desembarque. Apenas uma pequena praia de areia negra, onde tão facilmente poderia varar como virar-se uma embarcação saída do mar.» – *Diário da Viagem Presidencial às Províncias de Guiné e Cabo Verde 1955*, 2º vol., Agência-Geral das Colónias, 1956, p. 243.

⁷⁴² Vale dos Cavaleiros talvez seja a 'tradução' pouco fiel da designação crioula de *Barca Balero*. Nos Relatórios referentes aos anos de 1910, 1911 e 1912, apresentados pela Capitania dos Portos de Cabo Verde, sugeria-se a versão mais próxima de Embarca Baleeiros (AHN, SGG, A1/A2.8/Cx.121, peça 2). Como a ilha do Fogo era abordada pelas embarcações de pesca à baleia, é muito verosímil que esta tradução seja a mais fiel, ou, como nos foi sugerida por um informante (António), simplesmente, Barca Baleeira. Porém, já em Sena Barcelos, surge a denominação Vale dos Cavaleiros (cf. *Roteiro do arquipélago de Cabo Verde*, Lisboa, Tipografia do Jornal *As Colónias Portuguesas*, 1892, mapa da ilha do Fogo, entre as pp. 36 e 37). Também na tradução para português, de 1979/1980, de uma obra do primeiro quartel do século XVIII, deparamos com a designação Vale dos Cavaleiros; não sabemos, contudo, por não termos acedido ao original, se ela constava já do texto inglês original ou se se tratou de uma opção do tradutor (cf. *As Ilhas de Cabo Verde nos anos 1720. Quatro anos de viagens do capitão George Roberts*, tradução portuguesa de Désiré Bonnafloux, Sarcelles [policopiado], p. 96. Trata-se da parte respeitante a Cabo Verde de *The Four Years Voyagers of Captain George Roberts*, Londres, 1726).

⁷⁴³ *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., pp. 158-159.

⁷⁴⁴ *Ibid.*, p. 160.

essencialmente virada para o auto-consumo, à excepção de alguns produtos, como o café (o *café dos Mosteiros*) e o vinho (o *Manecom*, extraído de vinhas que compensam a excessiva altitude com as benesses do microclima e das características vulcânicas dos solos) que, dentro dos limitados quantitativos da sua produção, vêm penetrando nos circuitos de comercialização no arquipélago.

A vertente oriental da ilha é das mais inóspitas. Como referimos atrás, o abatimento ocorrido no flanco Leste da Bordeira tem facilitado, aquando das erupções, o trânsito da lava, que escorre pelas encostas do monte vulcânico directamente até ao mar. Existem algumas pequenas aglomerações rurais, que nalgumas erupções, como a mais recente, de 1995, ficaram parcialmente cobertas de lava, com mortes humanas e plantações destruídas. A actual divisão administrativa da ilha contempla, desde 2005, mais um município, o de Santa Catarina, com sede em Cova Figueira, o segundo núcleo populacional da ilha, logo a seguir a São Filipe. O povoamento desta vila iniciou-se no primeiro quartel do século XIX e manteve sempre um carácter concentrado.

Quanto às características demográficas da ilha, elas não diferem das das outras ilhas do arquipélago e caracterizam-se por elevada natalidade e mortalidade em recessão. Uma população muito jovem e prolífica em Cabo Verde acentua o sempre precário (des)equilíbrio entre população e recursos. Destinadas a permanecer um deserto humano, dadas as características do meio, contrariar este desígnio teve sempre elevados custos e sofrimento para a população das ilhas. Sempre que as migrações anuais da Zona de Convergência Intertropical não atingem o arquipélago, expondo-o à influência da monção de Sudoeste, massa de ar pluviogénica, sucede-se um mau ano agrícola⁷⁴⁵. Quando estas condições se mantinham anos sucessivos, instalava-se uma *crise*, nomenclatura que em Cabo Verde designava um período de intenso *deficit* alimentar a que correspondia elevada mortalidade, humana e pecuária. Assim que regressavam os bons anos de chuvas (o que não se prende somente com os volumes pluviométricos, mas com a sua distribuição de acordo com o ciclo vegetativo das plantas, especialmente do milho), repunha-se o anterior equilíbrio entre a população e os recursos.

A evolução demográfica do arquipélago, desde os primórdios do povoamento, caracterizou-se por um crescimento relativamente rápido, mas não linear, já que os recorrentes ciclos de estiagem e elevada mortalidade travavam um aumento contínuo e acelerado da população. E assim sucedeu até meados do século XX. A partir daí, uma série de medidas de iniciativa oficial foram tomadas de forma a que a maus anos agrícolas deixassem de corresponder elevadíssimas taxas de mortalidade⁷⁴⁶. A evolução da estrutura demográfica

⁷⁴⁵ Sobre as características da circulação atmosférica, das flutuações anuais da ZCIT, da monção do Atlântico Sul e das suas repercussões sobre a pluviometria do arquipélago, *vd.*, por exemplo, Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde. A terra e os homens*, op. cit., pp. 49-53.

⁷⁴⁶ Referimo-nos à iniciativa do então governador, Silvino Silvério Marques, que, por despacho de 12 de Março de 1959, determinou a criação de um grupo de trabalho para estabelecer um plano de abastecimento do arquipélago, de forma a suprir as necessidades primárias da população e, assim, evitar a mortalidade catastrófica que acompanhava recorrentemente os períodos de seca. Deste estudo resultou o *Plano de Abastecimento do Arquipélago de Cabo Verde em Época de Seca*, elaborado por Arménio Ramires de Oliveira, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar de Cabo Verde, Júlio Monteiro Jr., Administrador do Concelho de São Vicente e Henrique Teixeira de Sousa, médico nutricionista, Adjunto da Missão de Combate às Endemias de Cabo Verde e escritor (o autor a que fazemos várias

alterou-se: manteve-se a elevada natalidade, mas a mortalidade regrediu e, em apenas quatro décadas – de 1960 a 2000 – a população do arquipélago duplicou de 199 902 para um pouco mais de 434 mil efectivos.

No meio século abrangido pelo nosso estudo, os dados dos censos decenais relativamente à população do arquipélago e da ilha do Fogo são os reunidos no quadro 4:

Quadro 4 – População do arquipélago de Cabo Verde e da ilha do Fogo (1900-1950)

Anos	Arquipélago	Fogo Valores absolutos	Fogo %
1900	147 424	17 620	11,95
1910	142 552	17 882	12,54
1920	159 675	21 563	13,50
1930	146 299	20 353	13,91
1940	181 740	23 022	12,67
1950	148 331	17 520	11,81

Fonte: Anuários Estatísticos, Estatísticas Gerais e Recenseamentos Gerais da População

Foi em 1940 que a população da ilha atingiu o valor mais elevado – 23 022 –, registando-se depois uma queda acentuada, motivada pela crise famínea dos anos seguintes, da qual não tinha ainda recuperado no princípio da década seguinte; e foi nos anos de 1928 e 1929 que a população da ilha atingiu o maior valor percentual face à população total do arquipélago – 15,3%⁷⁴⁷.

A diminuta capacidade dos ecossistemas cabo-verdianos para suportar a pressão de uma população em aumento e a inexistência em Cabo Verde de recursos alternativos (como minérios), restringem a duas as estratégias de sobrevivência: a emigração e a cooperação internacional. Em relação à emigração, ela tem já longa tradição no arquipélago, podendo até considerar-se que a fixação humana na ilha do Fogo, pelos moradores de Santiago e pelos seus escravos, constituiu a primeira experiência migratória dos habitantes de Cabo Verde (Santiago).

A primeira corrente migratória para o exterior do arquipélago recua aos finais do século XVII, princípios do seguinte, e direccionou-se para os Estados Unidos da América. Terá sido a bordo de navios baleeiros que percorriam o Atlântico em busca de cetáceos que os cabo-verdianos encetaram o que se tornaria o mais apetecido e procurado destino migratório entre os ilhéus, especialmente os das ilhas do Fogo e Brava. As plantações e as fábricas

vezes referência). Depois deste Plano e da determinação deste governador na sua implementação, acabaram no arquipélago, senão as doenças de etiologia carencial, pelo menos a morte por inanição.

⁷⁴⁷ António Carreira, *Demografia caboverdeana (subsídios para o seu estudo) (1807/1983)*, Praia, Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, 1ª ed., 1985, 43-44.

têxteis norte-americanas sucederam-se à pesca da baleia quando esta entrou em declínio. A partir de 1917, as restrições à imigração impostas pelo governo americano desviaram a emigração cabo-verdiana para outros destinos, sobretudo para Dacar, Guiné e Portugal. Um outro destino da emigração cabo-verdiana foi o arquipélago de São Tomé e Príncipe. Ela revestiu-se de características muito diferentes da orientada para os continentes americano e europeu. Emigração *forçada*, como lhe chamou António Carreira, ela foi encorajada por organismos oficiais, a partir de 1903 e sobretudo a partir de meados da década de quarenta, afectada por duas crises alimentícias. Pretendia-se com ela aliviar o arquipélago dos seus famintos e simultaneamente alimentar as plantações de cacau e café de São Tomé e Príncipe, muito carentes de mão-de-obra. De meados dos anos quarenta em diante, a Europa tornou-se o destino preferencial dos emigrantes cabo-verdianos, passando Portugal, Holanda, França e Itália a absorver a maior parte das saídas do arquipélago⁷⁴⁸.

Esta emigração tem-se revelado importante, não só pelo alívio da pressão com que inevitavelmente os emigrados sobrecarregariam os limitados recursos existentes, caso tivesse permanecido no arquipélago, mas sobretudo pelo envio de remessas em divisas, que continuam a constituir uma parte substancial das receitas do país. Em relação à ilha do Fogo concretamente, foram os dólares amealhados nos Estados Unidos que permitiram, a partir das primeiras décadas do século XX, a muitos indivíduos exteriores às tradicionais famílias terratenentes da ilha adquirir o imobiliário urbano e rural que elas conservavam cada vez mais com mais dificuldade. Para além da sua importância na vida económica da ilha, animando o comércio, sobretudo, a emigração direccionada para o continente americano contribuiu para a alteração das estruturas sociais islenhas.

Os crescentes entraves à entrada de imigrantes, por parte dos países que tradicionalmente absorviam a excedentária mão-de-obra cabo-verdiana, por um lado, e as manifestas intenções de limitar os fundos afectados à ajuda pública ao desenvolvimento, por parte dos países doadores, por outro, impõem a procura de novas estratégias capazes de contrabalançar o incontornável *handicap* ecológico. A rentabilização turística do património natural da ilha, sobretudo do vulcão, e do património histórico de São Filipe, tal como o incremento da produção e da comercialização do vinho e do café dos Mosteiros apresentam-se como as alternativas que mais perspectivas de desenvolvimento parecem oferecer.

⁷⁴⁸ Cf. António Carreira, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, ponto 3., *passim*.

Capítulo 8

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

8.1. Os condicionalismos do povoamento

Pela confluência das suas características ecológicas – dimensão, relevo, maior disponibilidade de água doce – com a sua proximidade geográfica com a costa da Guiné, com a qual se havia encetado havia poucas décadas uma importante actividade comercial, de que Portugal procurava deter o monopólio, Santiago apresentava-se como a ilha que reunia um maior número de vantagens comparativas no conjunto do arquipélago. Dada a importância deste comércio para as economias europeias em geral e ibéricas em particular, a partir do século XV, não espanta que se tenha procurado estabelecer numa ilha fronteira ao continente africano as bases logísticas do apoio à navegação e ao tráfico. Uma vez iniciada, cerca de 1462, e finalmente bem sucedida, a partir de 1466, a fixação humana em Santiago, ela estendeu-se à vizinha ilha do Fogo. Quais terão sido os motivos que levaram à eleição desta segunda ilha para expansão do povoamento? Porquê o Fogo e não o Maio, geograficamente mais próximo da costa da Guiné? A documentação coeva é silenciosa sobre as razões dessa escolha. Se algumas características da ilha desincentivavam qualquer plano de colonização, outras, que haveriam de sobrepor-se às primeiras, habilitavam-na a primeira opção após Santiago. Entre os factores desmobilizadores, ressaltavam os ecoclimáticos e, de entre estes, como vimos no ponto anterior, apresentavam especial relevo as características orográficas e os poucos recursos hídricos da ilha.

Correia e Silva coloca uma série de questões sobre as quais os documentos parecem omissos e para as quais procura aproximações. Pergunta-se o autor porque é que, perante a necessidade de expandir a produção de algodão, não se esgotaram primeiro as potencialidades produtivas de Santiago e não se optou por qualquer uma das outras ilhas, mormente as de Santo Antão ou de São Nicolau, mais vocacionadas para a agricultura do que o Fogo⁷⁴⁹?

Em Santiago, a fixação humana dera-se **apesar** das condições naturais da ilha, que os primeiros quatro anos do povoamento com elementos europeus (1462-1466) revelaram

⁷⁴⁹ O autor aborda estas questões em «A formação histórica do espaço do Arquipélago de Cabo Verde», um dos cinco estudos que reuniu no seu *Histórias de um Sahel insular*, op. cit., pp. 125-169 e concretamente pp. 145-148. Posteriormente, utilizou este texto em «Espaço, ecologia e economia interna», uma das suas contribuições para a *HGCV*, op. cit., vol. I, pp. 179-236, especialmente pp. 181-183. Seguiremos de perto as reflexões de Correia e Silva em ambos os textos para discorrer sobre as causas da escolha estratégica do Fogo por parte dos moradores de Santiago, ainda no século XV.

insuficientes para atrair mais colonos. O Fogo, que, do ponto de vista natural, é ainda menos vocacionado para a agricultura, teria de dispor de outras possibilidades que, no contexto do comércio atlântico da segunda metade de Quatrocentos, se apresentassem vantajosas face às restantes alternativas – o interior de Santiago ou qualquer das restantes ilhas. Essas vantagens comparativas busca-as Correia e Silva na relação entre a proximidade geográfica do Fogo, a disposição dos seus principais portos e a sua acessibilidade face aos dois núcleos de onde se armava para a costa da Guiné, a Ribeira Grande e a Praia. Transportar por mar, a curta distância, grandes cargas destinadas ao tráfico negreiro revelar-se-ia, na época, mais conveniente que fazê-las deslocar por terra.

A hipótese da maior acessibilidade do Fogo, que nos parece pertinente em relação ao algodão, o principal artigo de exportação para a Costa, afigura-se-nos mais vulnerável em relação ao transporte de cavalos, também eles importante mercadoria de troca, que, pelas suas características, se deslocaria facilmente do interior para o litoral da ilha de Santiago. A aceitarmos este critério da atractibilidade geográfica do Fogo, teremos de excluir São Nicolau e Santo Antão, que, sendo ilhas de maior potencial agrícola, estão a muito maior distância dos portos escoadores da Ribeira Grande e da Praia; em contrapartida, teremos de eleger a ilha do Maio, a mais próxima de Santiago, situando-se a cerca de metade da distância da que dela dista o Fogo. Contudo, a menor dimensão da ilha do Maio (pouco superior a metade da do Fogo) e sobretudo as suas características ecológicas pouco favoráveis ao cultivo do algodão (e da agricultura em geral) teriam feito os moradores de Santiago preterir-la a favor do Fogo.

Ao contrário de Santiago, primeira ilha a ser povoada e centro político, económico e administrativo do arquipélago, sobre o Fogo, ilha-subsidiária da primeira, não existe um volume de informação que nos permita reconstituir com relativa precisão o tempo e o modo do seu povoamento. Sabe-se que, em 1493, já havia pelo menos uma igreja na ilha, porquanto num documento datado desse ano se descrevem objectos de culto (e entre eles um retábulo de São Filipe, padroeiro da ilha) destinados às igrejas do Mestrado de Cristo existentes nas duas ilhas⁷⁵⁰. Pelo mesmo documento, se sabe que já existia à data um capitão da ilha, Fernão Gomes⁷⁵¹, a quem se entregou o referido espólio. Pode, pois, considerar-se com alguma certeza que a então designada ilha de São Filipe⁷⁵² estava habitada em 1493, na medida em que só a existência de residentes justificava a construção e o equipamento de locais de culto. Perante a documentação identificada, torna-se, porém, mais difícil estabelecer com precisão o início do povoamento da ilha. Pensa-se que não será anterior a 1480, já que o francês Eustache de la Fosse, comerciante e capitão de navio, que na sua viagem à costa da Mina terá passado por Cabo Verde, afirma que o arquipélago tinha à data (1480) apenas uma ilha habitada. Apesar de não identificar essa ilha, só poderia tratar-se de Santiago⁷⁵³. Porém, terá estado o francês, de facto, no Fogo, e terá constatado que a ilha se encontrava deserta, ou terá

⁷⁵⁰ HGCV-CD, vol. I, doc. 31, pp. 81-82.

⁷⁵¹ *Ibid.*, p. 81.

⁷⁵² Designação inicial da ilha do Fogo.

⁷⁵³ Cf. Ilídio Cabral Baleno, «Povoamento e formação da sociedade», in HGCV-CD, vol. I, p. 143.

recolhido indirectamente essa informação e, neste caso, qual a credibilidade da sua fonte? Nada garante, pois, que o povoamento não se tivesse iniciado antes de 1480.

Quanto à iniciativa do povoamento, também os (poucos) documentos que mencionam a ilha não fornecem qualquer informação. É possível que ela tenha partido dos moradores de Santiago, sobretudo os ligados ao comércio de escravos. Estes, perante a carta régia de 1472, delimitadora dos seus privilégios de comércio na costa da Guiné, e face ao aumento do volume do tráfico, ter-se-ão visto na necessidade de expandir a produção da principal mercadoria de troca no referido comércio, o algodão, e, pelos motivos referidos, foi sobre o Fogo que recaiu esta estratégia expansiva.

Ao contrário do sucedido com outras ilhas, em que a ausência da prerrogativa concedida exclusivamente aos moradores de Santiago haveria de atrasar e condicionar a evolução do povoamento, em relação ao Fogo ela não se teria revelado determinante. Terão sido os moradores de Santiago, abrangidos pelos privilégios régios contemplados na carta de 1466, a povoar a ilha do Fogo. E foi ao abrigo desse diploma que continuaram a participar no comércio com a costa fronteiria. Mesmo aqueles que se estabeleceram no Fogo mantiveram o estatuto de moradores de Santiago, único a permitir-lhes participar directamente no tráfico negroiro⁷⁵⁴.

O Fogo terá sido povoado basicamente por moradores de Santiago⁷⁵⁵ que aí desenvolveram grandes (dadas as dimensões da ilha e as suas capacidades produtivas) plantações de algodão e pelos cativos resgatados na Guiné que trabalhavam nessas plantações. Tal como Santiago se povoara e desenvolvera numa estreita dependência com o comércio da Costa, assim progrediu a colonização do Fogo em íntima ligação com Santiago. A montante do povoamento das duas ilhas deparamos com o mesmo móbil: a participação no tráfico atlântico de escravos e os diplomas régios de 1466 e de 1472.

As informações directas sobre a ilha do Fogo nos primeiros tempos do povoamento são escassas. Em princípios de Quinhentos, Valentim Fernandes diz apenas que «é povoada de gente»⁷⁵⁶. Francisco de Andrade, sargento-mor da ilha de Santiago, em 1582, na sua *Relação*, apresenta uma estimativa da população das ilhas de Santiago e do Fogo: para a primeira, aponta 13 408 habitantes; para a segunda, 2 300, dos quais trezentos moradores e dois mil escravos. Destes, cerca de mil e quinhentos já estariam ladinizados⁷⁵⁷. Dos números que apresenta, que são apenas aproximados, retemos o seguinte: (1) a população do Fogo era muito inferior à de Santiago (pouco mais de um sexto desta), (2) a (des)proporção entre moradores e escravos era sensivelmente de um para sete e (3) os escravos boçais constituíam apenas um quarto do contingente total. Para esta estimativa, Francisco de Andrade excluiu os menores e os forasteiros, uns e outros devendo apresentar quantitativos não negligenciáveis (no caso dos últimos, muito mais numerosos em Santiago, naturalmente). Um quarto de século mais tarde, em 1606, o jesuíta Padre Baltasar Barreira, residente na ilha de Santiago, em carta

⁷⁵⁴ *Ibid.*, pp. 144-145.

⁷⁵⁵ Desconhecem-se registos que indiciem um fluxo migratório directo do Reino para o Fogo. Cf. *ibid.*, pp. 144-145.

⁷⁵⁶ *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, op. cit., p. 50.

⁷⁵⁷ Francisco de Andrade, op. cit., pp. 99-101.

ao Padre João Álvares, descrevia a fertilidade da ilha e a riqueza de alguns dos seus habitantes: «nela se colhe muito algodão, e vinhas de que se faz muito e bom vinho, e dá todas as frutas que há nas outras mais perfeitas e em mais quantidade. A abundância faz com que haja ali homens mui ricos e de muitos escravos, com que lavram a terra»⁷⁵⁸. Em 1621, na *Relação da Cristandade da Guiné e do Cabo Verde*, diz-se apenas que na ilha do Fogo «há uma povoação de alguns Portugueses, e dos naturais, que todos são cristãos»⁷⁵⁹.

Apesar da inexistência de documentos que esclareçam a evolução inicial da ocupação humana da ilha, supõe-se que a fundação de São Filipe tenha ocorrido em simultâneo ou logo após a fixação dos primeiros habitantes. O que leva a pensar assim é o facto de um dos dois principais ancoradouros da ilha ser o de São Filipe, sobre o qual se ergueria a futura povoação⁷⁶⁰, e porque esta contava, já em 1572, com cento e cinquenta fogos⁷⁶¹. O desenvolvimento precoce de órgãos formais do poder local em São Filipe parece igualmente sugerir uma vida comunitária com um relativo grau de complexidade⁷⁶².

Porém, o facto de São Filipe ter tido uma fundação precoce e ter constituído o maior núcleo populacional da ilha não induz a pensar que o povoamento inicial do Fogo tenha sido predominante ou exclusivamente litorâneo. Se pensarmos que é provável que as regiões que revelavam as (comparativamente) melhores condições ecoclimáticas para a prática da agricultura tenham sido as escolhidas para o início do povoamento e que essas regiões, no caso do Fogo, não ficam na orla litoral (aliás, mais dificilmente acessível, dadas as características do relevo), então devemos crer que a ocupação inicial da ilha não foi, à excepção de São Filipe, essencialmente litorânea⁷⁶³. São Lourenço do Pico, zona interiorânea, no terceiro quartel do século XVI, contava já com noventa fogos⁷⁶⁴. As regiões que se revelavam mais aptas para a utilização agrícola do solo concentravam-se, como agora, na vertente Norte da ilha. Contudo, não há informação documental que comprove este pioneirismo do Norte no povoamento do Fogo.

Contrastando com as comparativamente mais favoráveis condições ecológicas da região Norte, a vertente oriental da ilha apresenta-se, ainda hoje, com vastas áreas desabitadas e alguns pequenos povoados, parte dos quais parcialmente cobertos pelas escoadas lávicas das últimas erupções, facilitadas pela abertura Leste da Bordeira. Já em direcção ao Sudeste, a que actualmente é a segunda mais importante aglomeração populacional da ilha, Cova Figueira, não é de fundação antiga. Só na segunda década de

⁷⁵⁸ In Brásio, MMA. *África ocidental (1600-1622)*, 2ª série, vol. IV, doc. 45, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968, pp. 161-162.

⁷⁵⁹ *Ibid.*, doc. 171, p. 663.

⁷⁶⁰ A importância geo-estratégica do arquipélago no contexto da expansão portuguesa para Sul e do trânsito marítimo atlântico manifestou-se no carácter «portuário-urbano-mercantil» da evolução da apropriação do espaço nas ilhas e no desenvolvimento da sua vida económica. Como Correia Silva afirma «A cidade-porto é neste arquipélago uma expressão pleonástica». *Histórias de um Sahel insular*, op. cit., p. 39.

⁷⁶¹ Ilídio Cabral Baleno, «Povoamento e formação da sociedade», op. cit., p. 146, nota 67.

⁷⁶² Sabemos que pelo menos em 1515 já havia juízes, porquanto uma carta régia de 30 de Janeiro desse ano lhes faz referência (HGCV – CD, vol. I, doc. 89, pp. 245-246). Ora, a presença de agentes do poder central ou local só se justifica se houver uma comunidade humana de dimensões que justifique a regulação do seu funcionamento. No caso dos juízes, a sua existência supõe a necessidade de resolver contendas e conflitos de interesses.

⁷⁶³ É também o que defendem Correia e Silva e Cabral Baleno, para quem a dispersão da população pelo interior caracterizaria as ilhas de Santiago e do Fogo no século XVI. Cf., respectivamente, *Histórias de um Sahel insular*, op. cit., p. 165 e «Povoamento e formação da sociedade», op. cit., p. 148.

⁷⁶⁴ Ilídio Cabral Baleno, *ibid.*, p. 146.

Oitocentos se terão instalado aí 703 pessoas, repartidas por 132 fogos, e cerca de um milhar de cabeças de gado, por iniciativa de um antigo feitor da fazenda, residente na ilha, mas de origem reinol, que solicitou o arrendamento da terra, a troco do seu povoamento e cultivo⁷⁶⁵.

Dada a sua aridez, o povoamento da vertente Sul da ilha foi igualmente tardio. Uma área considerável desta região era ocupada pelo Montado Real (depois, Nacional), ou seja, pelos terrenos do Estado. Contrariamente ao uso pré-estabelecido, nas terras do Montado, começou a praticar-se a agricultura, sobretudo nas regiões a partir de determinada cota, aquelas em que a humidade captada supre a extrema aridez das terras baixas e permite o cultivo de algumas espécies alimentares. O povoamento do Montado foi progredindo, sobretudo em direcção às cotas superiores. Este movimento intensificou-se já nas primeiras décadas do século XX, quando se promoveu a cultura do rícino, oleaginosa que durante algumas décadas se converteu num importante produto de exportação da ilha e que se adaptou bem às terras altas do Montado. De acordo com Cláudio Fonseca, a população terá ido subindo, acompanhando a expansão da cultura do rícino, até perto da Chã das Caldeiras.

É com a Chã que se fecha o ciclo do povoamento da ilha. O aspecto desolador da paisagem, dominada pela negrura dos derramamentos de lava e escórias, a escassa vegetação, limitada às paredes da Borda, a proximidade do *Vulcão* e o temor de novas erupções, que não só colocavam em risco a vida dos eventuais habitantes como ameaçavam cobrir a área cultivável, constituíam factores desmobilizadores do povoamento. O que terá, finalmente, conduzido ao povoamento e à exploração agrícola da Chã terão sido a distância de algumas décadas face à última erupção (ocorrida em 1857), a proximidade de campos de cultivo, quer a Sul, quer a Nordeste da Chã e, a partir de 1912, os trabalhos de captação e canalização de água da Chã, onde existem alguns dos poucos mananciais acessíveis da ilha, para a cidade de São Filipe⁷⁶⁶.

8.2. A orgânica político-administrativa

8.2.1. A criação da capitania

Apesar de se desconhecer o ano preciso da instituição da capitania do Fogo, ele é anterior a 1493, porquanto um documento desse ano menciona Fernão Gomes – não se sabe se o mesmo que, em 1468, arrendara por cinco anos o comércio da Guiné – como capitão da ilha⁷⁶⁷ e a carta de doação da capitania ao conde de Penela, de 1528, declara que lhe sejam atribuídos, para além dos direitos e rendas, a «jurisdição cível e crime, mero misto império e

⁷⁶⁵ Cf. Cristiano José de Sena Barcelos, *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, vol. II, parte III, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2ª ed., 2003, p. 197.

⁷⁶⁶ Cf. «Chã das Caldeiras nos finais do século XIX e princípios do século XX» [em linha]. Disponível em: <http://www.manduco.net/cha.htm>

Ainda que sem se firmar em documentos coevos (ao que se crê, inexistentes) que permitam acompanhar o povoamento da Chã das Caldeiras, o arrazoado de Cláudio Fonseca parece-nos pertinente.

⁷⁶⁷ Trata-se de um documento datado de 3 de Março de 1493, que já anteriormente citámos, no qual se enumeram alguns objectos de culto destinados a apetrechar as igrejas das ilhas de Santiago e Fogo, e no qual se diz que, no respeitante a esta última, foram «entregues a Fernão Gomes, capitão da dita Ilha». *HGCv-CD*, vol. I, doc. 31, p. 81.

liberdades e privilégios, assim e tão inteiramente como a tiveram os capitães passados da dita ilha, e até aqui teve Fernão Gomes, que ora faleceu»⁷⁶⁸. Atente-se no plural, ou seja, Fernão Gomes, o capitão anterior, não fora o primeiro; antes dele, houvera pelo menos um outro. Pelos dois documentos citados, se sabe que Fernão Gomes já era capitão do Fogo em 1493 e que conservou a capitania da ilha, que recebera a título vitalício, com as rendas, jurisdição e privilégios inerentes, até à morte, ocorrida em 1528, ou próximo desse ano, já que o segundo dos documentos se refere a «Fernão Gomes, que ora faleceu» (itálico nosso).

Na mesma data da doação da capitania a D. João de Meneses de Vasconcelos, uma outra carta régia doa-lhe as terras maninhas e montados que até então detivera Fernão Gomes⁷⁶⁹ e, sensivelmente um mês depois, o rei doa-lhe as terras maninhas e montados possuídos pelo bacharel Martim Mendes, que também acabara de falecer⁷⁷⁰. O rendimento das terras maninhas e montados estivera, pois, repartido entre o anterior capitão e o bacharel. Só quando ambos morrem se passa a reunir na mesma pessoa, D. João de Meneses de Vasconcelos, a capitania da ilha, com o rendimento de todos os seus montados e terras maninhas.

Quando, por morte de Fernão Gomes, a capitania vaga, D. João III, na tradição de recompensa por serviços prestados à Coroa, doa-a, em 1528, a seu primo e vedor da Fazenda, D. João de Meneses de Vasconcelos, conde de Penela. O carácter senhorial destas doações está patente desde logo no móbil da concessão – a recompensa a elementos da nobreza por serviços prestados e a prestar

esguardando eu os muitos e mui continuados serviços que tenho recebido e espero receber de dom João de Meneses e Vasconcelos, conde de Penela, meu muito amado primo e vedor de minha fazenda, por lhos em alguma parte galardoar, como a mim cabe, e querendo-lhe fazer graça e mercê (...)⁷⁷¹

mas também na extensão e alcance dos poderes e direitos atribuídos: jurisdição cível e crime com mero e misto império, foros e tributos devidos ao rei⁷⁷². Muitas vezes, como no caso de D. João de Meneses de Vasconcelos, a ligação ao rei passava pelo parentesco. Na confirmação da capitania da ilha aos condes de Penela, não se afirma apenas a concessão vitalícia da ilha, mas a sua perpetuação na mesma família, ao confirmar aos herdeiros do conde de Penela a doação da ilha. A concessão hereditária a uma família é mais um traço característico da sua expressão senhorial. Na capitania da ilha, sucedeu a D. João de Meneses de Vasconcelos seu filho, D. Afonso de Meneses; a este sucederá igualmente o filho, D. João de Vasconcelos de Meneses, e a este, novamente o filho, D. Afonso de Vasconcelos de Meneses. Assim, à semelhança do que aconteceu com outras ilhas, a ilha do Fogo foi sendo – senão de direito, pelo menos de facto – integrada no património familiar de nobres a quem os monarcas pretendiam recompensar a lealdade e os serviços prestados⁷⁷³.

⁷⁶⁸ Brásio, *MMM. África ocidental (1500-1569)*, 2ª série, vol. II, doc. 65, p. 208. [Os negritos do final das palavras são nossos e servem para acentuar a ideia de que Fernão Gomes não terá sido o primeiro capitão da ilha.]

⁷⁶⁹ *Ibid.*, doc. 66, pp. 210-211.

⁷⁷⁰ *Ibid.*, pp. 212-213.

⁷⁷¹ *Ibid.*, p. 208.

⁷⁷² Ângela Domingues, «Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *HGCV*, vol. I, p. 54.

⁷⁷³ *Ibid.*, p. 52.

8.2.2. A presença do poder central: os funcionários régios

À medida que a ilha se foi povoando, a comunidade local foi-se cimentando e organizando em torno do município de São Filipe. À semelhança de Santiago e dos municípios reinóis, a estrutura administrativa de São Filipe comportava uma série de órgãos cujas competências correspondiam, com as necessárias adaptações ao meio, aos da matriz institucional reinol. Na organização económica e fiscal, e ligadas à Fazenda Real, destacavam-se a feitoria dos algodões do Fogo e o almoxarifado. A primeira nomeação para o almoxarifado do Fogo data da primeira década de Quinhentos. Porém, o papel e funções deste oficial régio viam-se muito encurtados, se comparados com o seu congénere de Santiago, já que, estando os moradores da ilha impedidos de participar directamente no trato da Costa (como vimos, esta prerrogativa de excepção era reconhecida pelo diploma régio de 1466 exclusivamente aos moradores de Santiago), as funções do almoxarife limitar-se-iam a pouco mais que à cobrança de direitos sobre as exportações da ilha para a Europa, sobretudo ao algodão (e mesmo a maior parte da produção desta fibra era encaminhada, via feitoria de Santiago, para os portos do resgate). Deve ter sido este o motivo pelo qual o cargo se encontrou muitas vezes por ocupar, desempenhando as suas funções indivíduos nomeados pelo contador das ilhas, frequentemente ligados aos notáveis da ilha⁷⁷⁴. A dificuldade em encontrar indivíduos alfabetizados interessados no almoxarifado prendia-se, provavelmente, com a insuficiência e a irregularidade das remunerações destes oficiais.

Em relação à organização judicial, e à semelhança do que se passava na vizinha Santiago, o Fogo dispunha de três diferentes justiças: o capitão, os juizes camarários e o corregedor. Enquadrado num sistema de relações de tipo senhorial, o capitão era, nos primórdios do povoamento, a mais alta autoridade administrativa e judicial presente nas ilhas, já que nele o donatário, geralmente absentista residente no Reino, muitas vezes na própria corte, delegava as suas latas atribuições. Porém, no Fogo, a concessão da donataria deu-se num contexto diferente do que ocorrera em Santiago e que haveria de condicionar a evolução posterior da ilha: ao invés do que se passara em Santiago e do que se passaria noutras ilhas do arquipélago, no Fogo, a atribuição dos poderes de jurisdição (e outros) ao donatário foi subsequente ao povoamento em algumas décadas. Até 1528, data da concessão da donataria ao conde de Penela, a orgânica política e administrativa da ilha tinha tido como actores exclusivos o oficialato régio e a câmara⁷⁷⁵. Esta precocidade do povoamento face à iniciativa régia teria constituído uma condição de partida diferenciadora que estaria na origem da comparativamente menor intervenção da autoridade donatorial no Fogo, na medida em que o donatário, ou melhor, o capitão, seu representante na ilha, deparou com uma situação de facto – uma comunidade que estava já em processo de organização.

⁷⁷⁴ «Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento», *op. cit.*, pp. 101-102.

⁷⁷⁵ Zelinda Cohen, «Algumas reflexões sobre a colonização da ilha do Fogo», *Magma*, n^{os} 5-6, 1990, p. 28.

Com o tempo, e à medida que o poder régio foi tendo um controlo mais directo sobre os territórios ultramarinos, que os poderes locais se foram estruturando e que a complexidade adquirida pela comunidade gerou uma maior especialização funcional do poder, o capitão foi sendo ainda mais desvinculado das suas funções abrangentes iniciais. Em relação às suas atribuições judiciais, foi o corregedor a absorvê-las. Como representante do poder central, este oficial superintendia quer sobre o capitão, representante do poder donatário, quer sobre os dois juizes camarários. Perante a ausência de informações sobre o capitão-donatário do Fogo, Zelinda Cohen levanta a hipótese do corregedor ter absorvido parte das suas funções, em especial as que se prendiam com a administração da justiça. Este silêncio dos documentos em relação a um cargo outrora associado a atribuições tão inclusivas revelaria o seu esvaziamento, à medida que os poderes local e real se afirmavam. D. João Luís de Vasconcelos, capitão-donatário a partir de 1635, se não foi o último capitão-donatário do Fogo, é pelo menos o último identificado como tal. Com o declínio da instituição donatária, as suas atribuições ter-se-iam restringido à provisão de um alcaide e de um carcereiro⁷⁷⁶.

Quanto aos juizes camarários, formavam uma espécie de tribunal de primeira instância e diligenciavam nas áreas cível e penal. Eram eleitos anualmente pelos moradores da ilha e, não lhes sendo requerida formação jurídica, orientavam-se pelo costume, pelas posturas camarárias, pelas convicções pessoais e pelos próprios (e do grupo a que pertenciam) interesses. Fazia ainda parte da orgânica administrativa toda uma série de funcionários subalternos ligados quer à constituição dos processos – tabeliães, inquiridores, escrivães da correição – quer à execução das penas – meirinhos, carcereiros⁷⁷⁷.

Não foram só os domínios senhoriais que foram sentindo a crescente intervenção régia; também os concelhos vão perdendo autonomia, à medida que o Estado moderno se afirma, a partir do século XVI. As constantes queixas ao monarca, vindas quer do poder local camarário quer dos funcionários régios, acusando-se mutuamente de infracção de competências e de outros abusos, por um lado, e a tendência para uma maior e mais directa intervenção régia na administração das ilhas, por outro, levaram à instituição no arquipélago da corregedoria, que, pelo menos em 1501, já existia⁷⁷⁸. Esta iniciativa insere-se no processo de centralização régia a que se vinha assistindo na metrópole. A importância estratégica do arquipélago em relação ao tráfego atlântico e em especial ao comércio de escravos na costa da Guiné, as constantes infracções aos exclusivos régios, o ambiente de relativa anarquia que transpirava das cartas enviadas ao rei e a distância a que este se encontrava evidenciavam a necessidade de um funcionário que superintendesse sobre os demais – fossem eles oficiais régios ou camarários. Nomeado pelo rei, o corregedor era um oficial com formação jurídica – bacharel ou licenciado em direito –, cujas atribuições eram vastíssimas e extravasavam o domínio judicial. Fazia parte da sua esfera de competências indagar sobre a actividade económica das ilhas, orientar o seu desenvolvimento, pugnar pela boa aplicação dos fundos da

⁷⁷⁶ Zelinda Cohen, «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu distrito no segundo século de colonização (1560-1640)», in *HGCV*, vol. II, pp. 215-216.

⁷⁷⁷ *Id.*, «Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento», *op. cit.*, pp. 114-115.

⁷⁷⁸ Pela carta de perdão de D. Manuel a uma moradora de Santiago, Guiomar Fernandes, ficamos a saber que Francisco Soares fora corregedor em Santiago e que aí morrera. Cf. *HGCV – CC*, vol. I, doc. 48, p. 131.

Fazenda Real nas obras públicas, zelar pela segurança pública.⁷⁷⁹ Dado o alcance destas atribuições, este cargo requeria itinerância, a que os que o exerciam eram muitas vezes refractários, a avaliar pela reiteração de D. João III da necessidade de actuarem além da cidade da Ribeira Grande. Sabe-se que pelo menos um corregedor – Pêro de Guimarães, que ocupou o cargo entre 1512 e 1517⁷⁸⁰ – esteve no Fogo a fazer inquirições⁷⁸¹.

Pelos vastos poderes de que se revestia, o exercício deste cargo gerou atritos com os representantes dos poderes já instalados – câmara e capitão –, mas também oficiais régios, aos quais desagradaria ver os seus procedimentos investigados. Ângela Guimarães dá conta de duas fases distintas nas relações entre os ilhéus e os corregedores: inicialmente, estas eram muito tensas e suscitavam protestos de todos os estratos sociais. A distância do poder central tinha alargado tanto a área de acção dos poderes locais que estes se sentiam com autoridade para matar⁷⁸², mandar prender e devolver ao Reino os corregedores cuja acção desaprovavam. Os corregedores deveriam sentir-se muito isolados e desprotegidos, porque acabaram por optar fazer alianças com alguns dos grupos, gerando-se partidos favoráveis e desfavoráveis aos corregedores nomeados. Apesar de se tratar do seu principal representante no arquipélago, o monarca vergava-se por vezes à pressão dos poderosos das ilhas e destituía o corregedor⁷⁸³, mesmo quando este se limitava a cumprir as directivas régias.

O processo de centralização do poder e de articulação entre os vários poderes insulares e destes com o poder central prosseguiu, porém, e culminou na criação da figura do capitão-governador e, mais tarde, da do governador. Em 1587, Filipe I nomeou um fidalgo da sua casa, Duarte Lobo da Gama, capitão e governador do arquipélago⁷⁸⁴. Com a criação do Governo de Cabo Verde pretendia-se uma melhor coordenação de toda a administração civil e militar. O acréscimo da pirataria e do corso no Atlântico reflectia-se no quotidiano dos habitantes das ilhas, na navegação e no comércio. Para melhor assegurar a protecção dos habitantes, os monarcas recrutavam os governadores no meio militar, preferencialmente de entre os oficiais com historial de serviço que os recomendasse para o exercício do cargo. Porém, desprovidos de formação jurídica e «tão inimigos das letras»⁷⁸⁵, a avaliar pelos testemunhos de alguns ouvidores, os seleccionados ignoravam frequentemente os Regimentos e as noções básicas de governação, actuando discricionariamente⁷⁸⁶. Com o tempo, procurou-se obstar a esta deficiência de conhecimentos e nomear governadores com maior

⁷⁷⁹ Para uma informação mais detalhada sobre as latas atribuições deste oficial régio, vd. Ângela Domingues, «Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento», *op. cit.*, pp. 109-110.

⁷⁸⁰ Cf. Abel dos Santos Cruz, «Francisco Correia da Silva: Capitão e Governador de Cabo Verde. O Regimento de 9 de Novembro de 1605», *Africana*, nº 6 (especial), 2001, p. 282.

⁷⁸¹ Ângela Domingues, «Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento», *op. cit.*, p. 111.

⁷⁸² É pelo menos o que afirma Pêro de Guimarães, em carta ao rei, referindo-se aos corregedores que o antecederam: «(...) uns foram mortos e outros presos e mui mal tratados (...)». Abel dos Santos Cruz, «Francisco Correia da Silva: Capitão e Governador de Cabo Verde. O Regimento de 9 de Novembro de 1605», *op. cit.*, p. 282.

⁷⁸³ Ângela Domingues, «Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento», *op. cit.*, pp. 111-112.

⁷⁸⁴ Abel dos Santos Cruz, «Francisco Correia da Silva: Capitão e Governador de Cabo Verde. O Regimento de 9 de Novembro de 1605», *op. cit.*, p. 197.

⁷⁸⁵ Bravo Botelho, ouvidor, citado por Zelinda Cohen, «A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós-União Ibérica: Continuidades e Rupturas», in *HGCV*, vol. III, 2002, p. 96.

⁷⁸⁶ *Ibid.*, pp. 96-97.

preparação. O exercício deste cargo não deveria ser muito apetecido, porquanto, em menos de dois séculos – de 1591 e 1781 –, há registo de cinquenta governadores⁷⁸⁷.

Quanto à Ouvidoria-Geral, criada no final do século XVI, era a mais alta representante do poder central para a administração da justiça nas ilhas. Os ouvidores-gerais eram magistrados seleccionados entre os juizes de fora, para os quais as partes podiam recorrer das sentenças dos juizes ordinários. Detinham, pois, uma jurisdição de recurso⁷⁸⁸. Munidos de formação académica, lamentavam ao rei a falta de preparação e as arbitrariedades dos governadores, que, por sua vez, se queixavam ao monarca da intervenção dos ouvidores em áreas exteriores à sua esfera de actuação. A impreparação e consequente má governação de uns, por um lado, o excesso de intervencionismo de outros, por outro, e ainda o nepotismo, praticado por uns e outros, e revelado na colocação de familiares e homens próximos na administração civil e militar, eram reclamações que o monarca, à distância, procurava gerir com cautela, consciente da dificuldade em preencher as vagas em ambos os cargos.

A crescente marginalização do arquipélago, o estado das suas finanças e os atrasos no pagamento do funcionalismo, tal como a insalubridade⁷⁸⁹, a insegurança da viagem e da própria vivência nas ilhas, no meio de um oceano prenhe de corsários, não suscitavam naturalmente grande entusiasmo entre os funcionários de carreira. Perante a falta de candidatos e indivíduos dispostos a exercer os dois mais importantes cargos, os monarcas viam-se impedidos de ser mais selectivos na escolha e exigentes no cumprimento das funções.

As dificuldades no provimento dos cargos estendiam-se a toda a hierarquia da administração. As funções da provedoria da fazenda, dos defuntos e dos órfãos eram frequentemente asseguradas, cumulativamente, pelos titulares de outros órgãos. A nomeação destes oficiais era da responsabilidade do governador, depois de consulta ao ouvidor-geral, e estava sujeita a confirmação do poder central. Pelo menos no final do século XVII, além do ouvidor-geral, o governador tinha de auscultar um outro órgão, desta vez do poder local, a câmara da Ribeira Grande, antes de escolher os titulares de alguns ofícios, os mais ligados aos rendimentos da Fazenda Real, almoxarifes, recebedores e feitores. Com esta iniciativa, a Coroa não só evitava nepotismos e favorecimentos por parte do governador, que podia conduzir a desvios das receitas e ao consequente dano à Fazenda, como tornava a câmara co-responsável pelos possíveis erros e desvios perpetrados pelos titulares dos cargos. Porém, também a câmara, apesar de mais próxima da comunidade, sentia igual dificuldade em propor nomes para o provimento dos ofícios, dada a falta de nomeáveis com os necessários requisitos. Em 1729, queixava-se da falta de homens brancos e aptos para o exercício daquelas funções e apelava ao rei que a desobrigasse de apresentar candidatos⁷⁹⁰.

⁷⁸⁷ Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde. A terra e os homens*, op. cit., p. 196.

⁷⁸⁸ Cf. António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 301. A ouvidoria, enquanto instituição de recurso, tinha um âmbito semelhante ao dos actuais tribunais da Relação.

⁷⁸⁹ Esta insalubridade, característica da Ribeira Grande, extrapolou-se, nas representações sobre o arquipélago, a toda a ilha de Santiago e até às restantes ilhas. A sua propalada incompatibilidade com a saúde e prosperidade dos europeus constituiu uma recorrência nos discursos sobre o arquipélago.

⁷⁹⁰ Zelinda Cohen, «A administração das ilhas de Cabo Verde pós-União Ibérica: continuidades e rupturas», op. cit., pp. 74-75.

O provimento dos ofícios fazia-se, contudo, apenas depois da confirmação pelo rei dos nomeados por estas entidades – ouvidor-geral, governador e câmara. A partir de 1643, data da instituição do Conselho Ultramarino, a apresentação dos candidatos aos ofícios deixou de ser feita directamente ao rei, passando primeiro pelo crivo deste Conselho, que depois de se debruçar sobre as aptidões relativas dos pretendentes aos cargos, apresentava as suas propostas ao rei, para que este as confirmasse.

Na segunda metade do século XVIII, durante as duas décadas em que a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão monopolizou o comércio do arquipélago, esta, além dos seus extensos privilégios comerciais e fiscais, conseguiu do monarca importantes prerrogativas na área da administração e, entre elas, a do direito de nomear o governador, representante máximo do poder central nas ilhas⁷⁹¹, permitindo-lhe, assim, extravasar o âmbito agrícola e comercial para a qual tinha sido criada e penetrar nos domínios político e administrativo, limitando a actuação de governadores e ouvidores-gerais⁷⁹².

As dificuldades na provisão dos ofícios públicos eram muitas vezes contornadas com a acumulação de cargos e estes, por sua vez, tendiam a ser exercidos por membros da elite local, que, assim, somava à preponderância económica e social adquirida pela posse da terra e pela participação no comércio, a detenção do poder, do qual se servia para reforçar aquela. Esta interacção perceber-se-á melhor no capítulo 10, em que desenvolvemos a articulação entre as várias dimensões do poder no Fogo – económico, social e político propriamente dito –, muito evidente ainda no primeiro quartel do século XX, altura em que se começam a patentear as primeiras brechas.

8.2.3. A organização concelhia

Sobre o funcionamento dos órgãos municipais no Fogo nos alvares do povoamento não se dispõe de muitos dados. Já sobre os seus congéneres de Santiago há muito mais informação. Órgão representativo da comunidade do principal núcleo urbano, a câmara da Ribeira Grande era muito interventiva e tratava directamente com o poder central, ao qual se dirigia com frequência. O que através desta correspondência ficamos a saber da orgânica municipal e das tensões entre os diversos poderes pode extrapolar-se para o Fogo, já que a estrutura do município de São Filipe terá sido decalcada da da Ribeira Grande. Em ambas, tal como noutros territórios atlânticos que iam sendo povoados, vigoram as mesmas disposições que no Reino. As *Ordenações (Manuelinas* e mais tarde as *Filipinas*) no seu *Livro I*, determinavam os procedimentos para a escolha e as atribuições dos magistrados e dos outros oficiais municipais. Assim, os textos das *Ordenações* e da correspondência da câmara da

⁷⁹¹ Alvará secreto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (28 de Novembro de 1757), publicado por António Carreira, em «Cabo Verde e Guiné e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (Um documento inédito para a sua história)», sep. do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XXII, nºs 87-88, Julho-Outubro de 1967, pp. 322-324.

⁷⁹² Cf. Zelinda Cohen, «A administração das ilhas de Cabo Verde pós-União Ibérica: continuidades e rupturas», *op. cit.*, p. 76.

Ribeira Grande dirigida ao rei constituem, à falta de informes concretos em relação ao Fogo, as principais fontes sobre a administração concelhia.

A assembleia concelhia era tradicionalmente constituída pelos vizinhos ou homens bons, ou seja, os residentes num concelho que aí possuíssem bens de raiz.⁷⁹³ A evolução posterior deste órgão fez-se no sentido de restringir a sua composição aos que, além do estatuto de vizinho, eram ou importantes proprietários fundiários ou grandes mercadores ou simplesmente os que dispunham de mais recursos. Nas ilhas de Cabo Verde, numa primeira fase, estes indivíduos eram os que haviam vindo da Europa para as povoar. Porém, quando, na sequência da decadência em que o arquipélago mergulha, parte das principais famílias de extracção reinol regressa à Europa, e quando o número de indivíduos de ascendência somente europeia se revela insuficiente para preencher todos os órgãos do município, e à medida que uma elite de *filhos da terra mestiços*, se vai afirmando, assistimos aos pedidos ao rei para que permitisse aos de ascendência não europeia ou não exclusivamente europeia desempenhar cargos concelhios. Tal como no Reino sucedia com os municípios mais pobres e de menores dimensões, que pediam aos monarcas que os dispensassem de observar algumas das restrições impostas para a selecção dos elegíveis aos cargos camarários, como sejam a alfabetização e a condição⁷⁹⁴, também em Santiago, se bem que com base em critérios diferentes – a cor e a ascendência –, se requeria a não observância de certos requisitos.

A considerável abrangência da intervenção da assembleia concelhia estendia-se aos domínios económico-fiscal e jurídico-político. Entre os primeiros, destacava-se a gestão dos recursos naturais do concelho, a construção e manutenção das edificações, a garantia do abastecimento de géneros, a vigilância dos preços dos alimentos, o tabelamento dos salários e das jornas, o encaminhamento para o Desembargo do Paço dos pedidos para o lançamento de fintas (contribuições municipais de carácter extraordinário justificadas quando as receitas se revelavam insuficientes para cobrir determinadas despesas, sobretudo as relacionadas com obras e com a defesa do concelho⁷⁹⁵). De entre as atribuições político-jurídicas, salientavam-se a feitura e reforma de posturas – disposições através das quais se regulamentava o quotidiano dos munícipes e o funcionamento dos serviços do município –, e a eleição dos titulares dos cargos municipais⁷⁹⁶.

Os principais de entre estes eram os vereadores, os juízes ordinários, o procurador, o tesoureiro e o escrivão. Quanto aos primeiros, eram eleitos anualmente de entre os membros da Assembleia Municipal. De entre as atribuições muito latas associadas ao governo do município, destacava-se a gestão dos bens do concelho, a construção e manutenção de recursos de utilização comum – bosques, caminhos, poços⁷⁹⁷.

⁷⁹³ Do século XVI em diante, a expressão *homens bons* distendeu-se para passar a incluir os oriundos das famílias de onde tradicionalmente se extraíam os oficiais camarários – a gente da *governança*. Cf. António Manuel Hespanha, *op. cit.*, p. 244.

⁷⁹⁴ *Ibid.*, pp. 246-247.

⁷⁹⁵ Cf. Iria Gonçalves, «Fintas», in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, vol. III, p. 41.

⁷⁹⁶ Sobre o método de eleição por *pelouros* dos oficiais camarários, sistema instituído por D. João I, que veio tornar ainda mais restrita a paleta dos elegíveis, vd. António Manuel Hespanha, *op. cit.*, p. 249.

⁷⁹⁷ Cf. Ângela Domingues, «Administração e instituições: transplante, adaptações, funcionamento», *op. cit.*, p. 67.

Quanto à magistratura concelhia, tratava-se de um cargo electivo anual, para o qual não era exigida formação jurídica. Por uma carta régia de 1515, sabemos da existência de juízes no Fogo, pelo menos a partir dessa data⁷⁹⁸. Moradores da ilha, os juízes ordinários, ou *juízes da terra*, eram escolhidos de entre os vereadores seus pares e constituíam uma magistratura de primeira instância, à qual cabia julgar crimes e injúrias entre vizinhos e zelar pelo cumprimento das determinações camarárias e da legislação régia. Oriundos do grupo social mais poderoso – o dos principais terratenentes e comerciantes – eram os interesses deste que mais os sensibilizariam e que consequentemente mais procurariam proteger. Uma considerável liberdade de interpretação e actuação era-lhes facultada pelo carácter do direito que aplicavam, um direito baseado nas práticas costumeiras. Feudo das oligarquias locais, o exercício da magistratura concelhia, reforçava o seu poder. Porém, à semelhança do que se passou nos outros sectores da administração, também na justiça, o rei foi intervindo cada vez mais directamente, através da nomeação dos juízes régios ou *juízes de fora* (e dos corregedores, como vimos). Ao contrário dos magistrados locais, tinham formação jurídica, aplicavam o direito escrito e exerciam o cargo por um período de três anos, geralmente⁷⁹⁹. Sendo exteriores ao concelho, estavam, em princípio, mais imunes às pressões dos potentados locais. A resistência que as elites concelhias ofereciam aos juízes régios (e os conflitos com os corregedores) insere-se neste quadro de reforço do poder central e de diminuição da autonomia municipal.

Tal como os vereadores, o procurador era nomeado pelo concelho. Este magistrado era o delegado jurídico do município. Cabia-lhe representá-lo e aos seus interesses em tribunal, no município ou fora dele. Estas funções podiam, em municípios de menores dimensões, acumular com atribuições financeiras, quando o procurador assumia a tesouraria do concelho.

Outro cargo, vitalício e por vezes hereditário, cujo titular também era designado pela câmara, era o de escrivão. O facto de ser alfabetizado conferia a este funcionário alguma importância, num tempo e no seio de uma comunidade em que a maior parte dos membros não o era.

À semelhança do que se passava no Reino, para além dos vereadores, dos juízes ordinários, do procurador e do escrivão, uma série de outros oficiais, com cargos mais ou menos proeminentes, ocupavam-se da administração do município. De entre eles, destacava-se o almotacé, cujas funções bastante abrangentes incluíam a garantia do abastecimento da urbe, a vigilância dos pesos e medidas utilizados no comércio, o policiamento do mercado, a participação nos julgamentos sumários das infracções relacionadas com a sua área de intervenção, a limpeza dos espaços públicos. O policiamento do município era coordenado pelo alcaide que, a partir do século XVII, se tornou também responsável pela guarda da cadeia municipal, acumulando as atribuições antes reservadas ao carcereiro.

⁷⁹⁸ Carta régia de 30 de Janeiro de 1515, in *HGCV – CD*, vol. I, doc. 89, pp. 245-246.

⁷⁹⁹ Cf. António Manuel Hespanha, *op. cit.*, pp. 254-255.

Para além da câmara, outro importante órgão do poder concelhio era a milícia. A manutenção da ordem (do ponto de vista dos moradores, naturalmente) e da segurança nas ilhas estivera inicialmente a cargo dos moradores mais abastados, que utilizavam os escravos e os homens livres sob sua dependência sempre que sentiam os seus interesses ameaçados. A partir da segunda metade do século XVI, a defesa local transferiu-se, gradualmente, para corpos especialmente recrutados para esse fim, as companhias de ordenanças, que deviam acudir aos rebates, prontas para participar na defesa das ilhas.

Com a união das duas Coroas, o aumento dos ataques aos navios portugueses no Atlântico e a intensificação dos saques e das razias perpetrados por corsários e piratas terão gerado maior insegurança, que se terá procurado colmatar com o aperfeiçoamento do sistema de defesa das ilhas. Sabemos que já em 1582 a defesa em Santiago estava organizada em torno de quatro companhias de tropas milicianas e que o Fogo possuía dois baluartes, protegidos pela população comandada por um capitão⁸⁰⁰. Pelo menos a partir dos finais do século XVI, passou a haver instrução militar ministrada por militares de carreira, e em princípios do século XVII já existia uma força militar organizada em Santiago⁸⁰¹. A organização em companhias das tropas milicianas estendeu-se também ao Fogo onde, em 1734, havia seis capitães de Infantaria, doze sargentos e quase quatro centenas de soldados e cabos de esquadra e duas companhias de cavalaria, uma das quais constituía uma espécie de companhia de reservas, composta por oficiais reformados. Em caso de necessidade, a ilha dispunha ainda de mais de duas centenas de reservas de milicianos reformados⁸⁰². Na década seguinte, o Fogo contava com doze companhias de infantaria, que reuniam cerca de seis centenas de homens, duas companhias de cavalaria, que enquadravam 133 homens, dezanove cavaleiros que formavam uma companhia da Nobreza e quase nove centenas de milicianos⁸⁰³.

A chefia das tropas milicianas era um cargo vitalício, que frequentemente os filhos herdavam dos pais. Tal como os cargos concelhios e muitos dos ofícios régios, estas chefias estavam concentradas nas mãos do número limitado de famílias que constituía a oligarquia das duas ilhas. Detinham simultaneamente o poder político, na medida em que monopolizavam os principais cargos camarários e os do funcionalismo régio; o poder militar, porque a chefia da milícia lhes permitia dirigir corpos de homens armados, recrutados de acordo com as suas fidelidades; e o económico, já que as maiores e melhores parcelas de terra lhes pertenciam⁸⁰⁴.

⁸⁰⁰ De acordo com a *Relação* de Francisco de Andrade: «tem estes moradores um só capitão que com esta gente defende dois portos que a ilha tem, com dois baluartes». In Brásio, MMA. *África ocidental (1570-1600)*, 2ª série, vol. III, doc. 42, p. 101.

⁸⁰¹ Cf. Iva Cabral, «Política e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena», in HGCV, vol. III, *op. cit.*, pp. 260-261.

⁸⁰² *Ibid.*, p. 261.

⁸⁰³ *Ibid.*, p. 261.

⁸⁰⁴ *Ibid.*, p. 273.

8.2.4. As tendências autárquicas da administração insular

A participação no poder local – civil (a câmara) e militar (a milícia) – constituía, nos séculos XVII e XVIII, o principal meio de que a população autóctone dispunha para ascender na hierarquia social local. Não se tratando, em grande parte dos casos, de cargos remunerados, só o prestígio e o poder que o seu exercício concedia explica a sua atractibilidade junto das famílias terratenentes das ilhas. Era também alegando o exercício de importantes cargos camarários ou a participação na defesa das ilhas com homens e armas seus que as elites locais reforçavam os seus pedidos de honrarias e outras mercês junto dos monarcas.

Tratava-se de uma elite que açambarcava não apenas os cargos concelhios como também muitos dos ofícios régios. Apesar de já não possuir cabedais suficientes para armar e de ter sofrido em poder económico com a marginalização de Santiago da rota atlântica dos escravos, esta elite manteve, ao nível insular, uma preponderância que a terratenência e o exercício dos cargos públicos lhe conferia. A decadência económica de Santiago e do Fogo desfalcara-a de escravos – para vender aos navios que abordavam os portos das ilhas e para trabalhar as suas explorações agrícolas –, mas foi essa mesma decadência que, ao tornar pouco apetecível o funcionalismo régio no arquipélago, afastou os potenciais candidatos reinóis aos cargos e facilitou a sua apropriação pela elite dos filhos da terra. A descoberta e a identificação das potencialidades económicas do Brasil tornaram este território prioritário no contexto da política ultramarina da Coroa, à medida que o arquipélago de Cabo Verde se revelava crescentemente desinteressante. Como salienta Iva Cabral, este apagamento da importância comercial e geo-estratégica do arquipélago teve como efeito acentuar as (pré-existent) tendências autárquicas da elite insular⁸⁰⁵.

Se até à implantação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no arquipélago praticamente todo o funcionalismo insular se concentrou nas mãos dos potentados locais, períodos houve em que o poder dos homens da *governança* se estendeu até ao topo da hierarquia da administração pública. Referimo-nos aos frequentes períodos de vacância do governo, que ocorriam sobretudo por morte de um governador e até à sua substituição, e em que era a câmara quem assumia o governo interino das ilhas. No século e meio que medeia entre a segunda metade do século XVII e o final do século XVIII, isso sucedeu durante cerca de um quarto do período⁸⁰⁶.

Esta relativa autonomia terá sido ainda reforçada pelo facto da elite económica se ter adiantado ao rei na iniciativa do povoamento da ilha. Trata-se, portanto, de uma certa tradição de autonomia, que se manteve nos séculos seguintes, se bem que com oscilações conjunturais na sua capacidade de expressar-se, tendo atingido o ponto mais baixo no período da vigência da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Pelo menos no que diz respeito ao Fogo, esta tradição autárquica manifestava-se ainda no século passado, na relutância em aceitar a nomeação de administradores do concelho exteriores à ilha e

⁸⁰⁵ *Ibid.*, p. 266.

⁸⁰⁶ *Ibid.*, pp. 274-275.

concretamente estranhos aos potentados locais. A resistência à actuação dos representantes do poder central era facilitada pela distância a que este se encontrava. Fomentar divisões e alimentar questiúnculas entre os titulares dos principais cargos do poder régio, criando facções de apoiantes e detractores, fez parte dos expedientes deste reduzido mas poderoso (à escala insular) grupo de famílias. Sobretudo nas primeiras décadas do povoamento, algumas destas famílias pertenciam à nobreza reinol e tinham acesso à corte, sabendo tirar partido dessa proximidade com o rei. Quando se envolviam em conflito directo com os delegados do poder central, era ao próprio rei que se dirigiam directamente, obtendo frequentemente o seu perdão para as ofensas infligidas aos oficiais régios⁸⁰⁷.

Porém, a composição destas elites insulares foi acompanhando a evolução registada na constituição racial da população das ilhas, em que um número sempre crescente de *não-brancos* se foi sobrepondo aos dos dois contingentes populacionais originais, à medida que os europeus deixaram de se fixar nas ilhas e que a renovação dos *stocks* de escravos africanos se passou a fazer a conta-gotas, até quase cessar. E logo em 1546, escassas oito décadas após o início do povoamento, os moradores de Santiago agradecem a mercê concedida pelo rei de permitir a «homens pretos e baços (...) entrar nos ofícios do concelho»⁸⁰⁸. Como veremos na parte IV deste trabalho, o Fogo parece ter sido especialmente refractário a alargar a base de recrutamento da sua elite local aos *não-brancos*.

Face à absoluta novidade de muitas situações, num contexto geo-sociológico inédito, e perante um poder central distante, se bem que delegado em vários funcionários, o que ressalta da(s) estrutura(s) administrativa(s) dos primeiros séculos da história das ilhas do Fogo e Santiago são os abusos e as sobreposições de poder, os conflitos de competências e uma considerável autarcia. Apesar de se terem concedido ao capitão do Fogo os mesmos extensos direitos, liberdades e privilégios que aos capitães de Santiago⁸⁰⁹, e por isso ser autónoma do ponto de vista administrativo, a ilha permaneceu na dependência económica de Santiago. A sua filiação algodoeira assim o impôs: a ilha produzia o algodão que a feitoria de Santiago absorvia e que só ela podia redistribuir, apesar do Fogo ter um feitor dos algodões. Tendo sido ocupada e povoada pela iniciativa dos terratenentes e mercadores de Santiago, na mira do fornecimento de produtos de troca para o trato negreiro, só quando a participação de Santiago neste comércio se restringiu, e que os potentados locais reconverteram as suas unidades produtivas, é que o Fogo se foi progressivamente isolando e autonomizando. Foi a perda da importância desta fibra no contexto do tráfico negreiro protagonizado por Santiago que fez com que o Fogo passasse a gerir de forma mais autárquica a sua decadência do que a sua (muito relativa) opulência. Pelo mesmo processo passou Santiago, crescentemente negligenciada pelo poder central. Mais tarde, será o fluxo migratório com destino aos Estados Unidos da América que marcará a individualização da ilha no seio do sub-arquipélago.

⁸⁰⁷ *Ibid.*, pp. 257-258.

⁸⁰⁸ Carta dos moradores de Santiago a el-rei, in Brásio, *MMM. África ocidental (1500-1569)*, 2ª série, vol. II, doc. 117, pp. 386-387.

⁸⁰⁹ Declara a carta de doação da capitania do Fogo ao conde de Penela que lhe são atribuídos todos os direitos, rendas, jurisdição, liberdades e privilégios «assim e tão inteiramente (...) como os capitães da minha ilha de Santiago». In Brásio, *MMM. África ocidental (1500-1569)*, 2ª série, vol. II, doc. 65, p. 208.

O século XVII não foi, pois, apenas o da instalação da continuada decadência e isolamento da ilha do Fogo. Ele coincidiu também com a intensificação das tentativas de autonomização administrativa face a Santiago, como sejam as empreendidas pelo capitão-mor do Fogo, António da Fonseca Ornelas, no sentido de poder nomear alguns oficiais da ilha. Porém, o mesmo capitão-mor, paradoxalmente, perante a falta de receitas da ilha, requereu que o seu vencimento fosse pago pela Ribeira Grande, onde uma maior liquidez lhe dava maiores garantias de pagamento. Se o primeiro pedido não foi deferido, foi-o o segundo⁸¹⁰. Em meados do século XVIII, este processo de autonomização face a Santiago atingiu novas proporções, com o governo despótico do capitão-mor Caetano de Melo Albuquerque, que, a par dos conflitos com os moradores da ilha, se insurgiu contra a nomeação de oficiais pelo governador de Santiago, que considerava uma ingerência na administração da ilha. Parece ter havido no Fogo uma certa tradição de prepotência por parte dos capitães-mores, que se imiscuíam na esfera de acção de outros poderes locais e que enfrentavam a autoridade dos governadores das ilhas, sedeados em Santiago⁸¹¹. Contra a natural tendência centrípeta de Santiago, centro do poder político, administrativo e económico do sub-arquipélago do Sul e de todo o arquipélago, terão reagido as autoridades locais do Fogo, de forma mais ou menos arbitrária, conforme o carácter e o estilo de actuação de cada um dos capitães-mores.

8.2.5. A Igreja

Perante os frequentes conflitos entre os vários poderes públicos e privados instituídos, a Igreja apresentou-se muitas vezes como um poder moderador. Intervinha nas contendas entre governadores e ouvidores, entre estes representantes do poder central e os poderes locais ou simplesmente entre estes últimos. Em 1606, apenas dois anos após a chegada dos jesuítas ao arquipélago, o padre Manuel de Barros deslocou-se ao Fogo expressamente para tentar pôr fim às contendas entre os potentados da ilha.

Porém, se a Igreja presente no arquipélago muitas vezes almejou resolver estes antagonismos, ela própria não escapou à conflitualidade reinante, sendo recorrentes as facções e os partidos dentro da própria orgânica eclesial, como os que opunham o cabido ao bispo, figura tardiamente entrada nas ilhas, onde já se vinham definindo determinadas dinâmicas que a evolução sequente viria a acentuar. Antes de terminarmos esta incursão por alguns dos aspectos mais relevantes do processo de formação da configuração sócio-económica e administrativa da ilha, que mais viriam a condicionar a sua evolução posterior naquilo que constituiu a especificidade de algumas das suas dinâmicas sociais, faremos algumas referências sobre a presença deste outro poder no arquipélago, a Igreja, acompanhando sobretudo os dois extensos capítulos que lhe são dedicados na *HGCV*: «Igreja,

⁸¹⁰ Cf. Daniel Pereira, *Apontamentos históricos sobre a ilha do Fogo*, Praia, Alfa-Comunicações, s.d., pp. 68-69.

⁸¹¹ *Ibid.*, pp. 68-69.

missionação e sociedade», da autoria de Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares, e «A Igreja em tempo de mudança política, social e cultural» da última autora citada⁸¹².

Integradas na diocese do Funchal até 1533, as ilhas de Santiago e Fogo já dispunham de um corpo de clérigos e de edifícios religiosos onde, desde o século XV, eram ministrados os ofícios divinos. A implantação da Igreja nas duas ilhas é contemporânea da fixação dos europeus, que haviam transportado consigo o seu corpo de crenças, a sua religião e alguns sacerdotes que lhes asseguravam a assistência espiritual. Sendo a Ribeira Grande o núcleo urbano mais importante do sub-arquipélago e estando aí sedeada a diocese, a informação de que dispomos centra-se quase exclusivamente nela. Sobre a presença e a acção da Igreja na ilha do Fogo, nos primeiros séculos do povoamento, as fontes são quase omissas: uma ou outra descrição de objectos de culto destinados a igrejas do Fogo e Santiago, da visita de um dignitário ao Fogo e pouco mais. Constitui excepção a já citada *Relação* do sargento-mor Francisco de Andrade, que, em 1582, nos dá algumas (poucas) informações sobre as edificações religiosas e os agentes eclesiásticos existentes no Fogo. Refere que havia «duas freguezias, afora quatro ermidas de devoção» e acrescenta que havia um vigário, um beneficiado e um tesoureiro nas duas igrejas e que uma delas era de invocação de São Lourenço. Os membros do clero a quem a Fazenda Real, através da feitoria de Santiago, pagava vencimentos eram vigários, curas, beneficiados, tesoureiros⁸¹³.

Em 1532, D. João III, no cumprimento da missão evangelizadora integrada na sua política imperial, pede ao papa a criação de quatro novas dioceses em territórios que a expansão marítima portuguesa colocara sob sua soberania. Santiago de Cabo Verde é uma delas. Através da bula *Pro excellenti praeminentia*, de 31 de Janeiro de 1533, Clemente VII sanciona a criação da diocese de Cabo Verde, sedeada na Ribeira Grande e abrangendo, além das ilhas do arquipélago, uma extensa área do litoral do continente fronteiro: do rio Gâmbia ao cabo das Palmas. À semelhança do que acontecia com a administração civil do arquipélago, a diocese tinha também alçada sobre a terra firme da Costa.

Também para a partir dali desenvolverem a sua acção missionária sobre os Rios de Guiné, os jesuítas fixam-se no arquipélago em 1604, para saírem em 1642. Durante as quase quatro décadas em que aqui permaneceram mantiveram contínua correspondência com o Reino e esta correspondência constitui uma importante fonte documental para nos esclarecer sobre a acção da Igreja e dos seus ministros nas ilhas – desde os esforços e o alcance da acção evangelizadora do clero junto da escravaria, aos costumes, pouco ortodoxos aos olhos dos missionários, dos clérigos seculares.

Desenquadrados das suas sociedades e culturas nativas e dispersos pelas casas e plantações dos vários senhores das duas ilhas, os escravos teriam oferecido menor resistência à evangelização que as populações fixadas no continente fronteiro. Não podendo manter um culto organizado, não ofereciam nem um culto concorrente, nem uma resistência organizada à expansão da fé cristã. Quanto mais próximos estivessem da casa do senhor e mais privassem

⁸¹² Os referidos capítulos fazem parte, respectivamente, do vol. II, pp. 359-508, e do vol. III, pp. 327-406.

⁸¹³ *Relação* sobre as ilhas de Cabo Verde, in António Brásio, *MMA. África ocidental (1570-1600)*, 2ª série, vol. III, doc. 42, p. 102.

com ele – sobretudo os escravos domésticos e os dos ofícios mecânicos – mais assimilavam os traços da cultura dos senhores e, entre eles, a religião católica. O que não significa que as crenças anteriormente professadas e as manifestações religiosas não tivessem lugar. Como referem M^a Emília Santos *et al.*, «uma sociedade que cedo funde cores e raças, não tardará também em fundir as respectivas crenças»⁸¹⁴; simplesmente, no que às africanas diz respeito, elas viviam-se ao nível do privado. A figura do *jabacouce*, a um tempo médico e feiticeiro, era popular nas ilhas e aos seus serviços recorriam quer a população de origem africana quer a europeia.

Quanto às manifestações exteriores de religiosidade, aquelas que decorriam no espaço público, o monopólio pertencia à Igreja católica. Os senhores praticavam a sua fé com ostentação, constituindo oportunidades privilegiadas de exibição de poder (económico e político)⁸¹⁵. Pode, pois, afirmar-se que houve uma coexistência relativamente pacífica entre a religião católica, perfilhada inicialmente pelos senhores e posteriormente por toda a população, e os rituais africanos que, a par de outras manifestações culturais com origem em África, perduraram, sobretudo no sub-arquipélago do Sul.

Os jesuítas expandiram a sua acção pastoral pelo interior rural, nas fazendas, instando para que os terratenentes permitissem a catequização, ainda que rudimentar, dos seus escravos, de forma a entenderem os sacramentos que recebiam, mormente o baptismo, e a erradicar os rituais africanos. A boa aceitação que obtiveram inicialmente na comunidade ter-se-ia esbatido ao longo da sua presença nas ilhas, para o que terão concorrido as denúncias das práticas religiosas paralelas da comunidade, incluindo as da população de origem europeia, as censuras ao comportamento do clero secular e o facto de se terem convertido em grandes proprietários nas ilhas, aproveitando-se dos efeitos da decadência económica que já então se sentiam, para adquirir prédios rústicos.

Ao contrário dos missionários jesuítas, mais rigorosos na observância dos princípios que deviam nortear o seu comportamento, os clérigos seculares pautavam-se, em grande medida, pela liberdade de costumes da comunidade. Muitos viviam em concubinato, tinham às vezes vasta prole, pela qual frequentemente zelavam, alforriando-a e procurando garantir-lhe meios de subsistência. Por vezes, só a especificidade das suas funções – que, a avaliar queixas do clero regular, repetidamente negligenciavam – os distinguia dos laicos.

A composição do clero acompanhou a evolução que descrevemos para as elites insulares: ela é cada vez menos leucodérmica. Quando as ilhas entram num processo de decadência continuada e já não há receitas para cobrir o pagamento das ordinárias, cujo atraso chega a atingir anos, as ilhas, dizíamos, deixam de constituir um pólo apetecido para a evolução na carreira eclesiástica. Quando da antiga opulência nada restava e o clero, mesmo o do cabido e o próprio bispo, viviam miseravelmente, queixando-se recorrentemente disso ao rei, os sacerdotes deixam de se sentir atraídos pelo arquipélago, já de si lugar inseguro, e as freguesias vão permanecendo sem párocos. Doravante, a vacância dos ofícios será, tanto

⁸¹⁴ «Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)», *op. cit.*, p. 71.

⁸¹⁵ Maria Emília Santos e Maria João Soares referem as disputas e, por vezes, os conflitos, em torno dos lugares, na igreja, nas procissões e de uma forma geral nas ocasiões de demonstração pública de fé.

quanto possível, preenchida pelos recursos humanos endógenos, à semelhança do que ia ocorrendo no funcionalismo municipal. Analogamente ao oficialato civil e militar, a carreira eclesiástica surgia como meio de ascensão social para os *filhos da terra*.

Todavia, este clero autóctone carecia de suficiente formação doutrinal e linguística. Já o lamentavam os missionários jesuítas e disso se queixou também D. Frei Vitoriano Portuense, um dos bispos que mais marcou a história das ilhas. Testemunho contrário foi o do padre António Vieira, que, em 1652, escalou Santiago na sua viagem para o Maranhão e que se congratulou com este clero autóctone: «Há aqui clérigos e cônegos tão negros como azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer invejas aos que lá vemos nas nossas catedrais.»⁸¹⁶ Porém, a montante desta apreciação estaria mais a intenção de António Vieira de descreditar o clero secular reinol, que fazer um juízo fundamentado do clero do arquipélago.⁸¹⁷ A hipótese de os escassos dias que permaneceu em Santiago não lhe terem permitido aperceber-se inteiramente das deficiências da formação do clero de extracção local parece-nos menos pertinente, dada a sagacidade do missionário.

As lacunas linguísticas, literárias e doutrinárias que o clero evidenciava deviam-se à inexistência de um seminário nas ilhas. Ainda no terceiro quartel do século XVI, foram feitas a encomenda e a dotação anual para um seminário em Santiago, o que manifesta o empenho da Coroa na preparação do corpo sacerdotal das ilhas. Conquanto se tenha iniciado a construção do edifício, na prelatura de D. Frei Vitoriano Portuense, somente passados três séculos o projecto se viria a concretizar, não já na Ribeira Grande, mas na nova sede da diocese, na ilha de São Nicolau, com a criação do Seminário-Liceu de São José, em 1866. A instauração da República e o anti-clericalismo dos seus primeiros anos também se repercutiram no arquipélago, onde o Seminário-Liceu foi extinto, em 1917.

Melhor ou pior preparados, parece não ter havido falta de candidatos ao sacerdócio na população local. Contudo, esperavam anos para ser ordenados e por isso muitos ofícios permaneciam por ocupar. O cabido da Sé substituíu o bispo nos períodos de vacância do episcopado ou aquando das ausências, por vezes muito prolongadas, do bispo, mas não podia ordenar sacerdotes, já que essa era uma competência exclusivamente episcopal.

Referimos atrás que a desmonetização do arquipélago dificultava o pagamento ao oficialato civil e militar. Também o eclesiástico não escapava, já que a fonte de financiamento era a mesma, a Fazenda Real, ou, nos períodos em que o trato estava arrendado, os contratadores. As receitas de ambos provinham do trato negreiro, via feitoria de Santiago e almoxarifado. Tendo-se diluído a importância desta ilha nos circuitos atlânticos de comercialização de escravos, os cofres reais de pouco dispunham para financiar a administração civil, militar e eclesiástica das ilhas. Perante a degradação das condições de

⁸¹⁶ Carta ao Padre André Fernandes, in *Cartas do Padre António Vieira*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1970, p. 286.

⁸¹⁷ M^ª Emília Madeira Santos *et al.* expressam também esta opinião. Cf. «Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)», *op. cit.*, p. 71.

existência dos membros do clero⁸¹⁸, estes ameaçavam não officiar. Estas advertências suscitavam grande inquietação na população, que receava ficar sem quem lhe ministrasse os sacramentos. E uma vez que a acção do clero não se restringia aos officios divinos e se estendia à alfabetização das crianças – a cartilha catequizava e alfabetizava, simultaneamente –, o seu abandono reflectir-se-ia na preparação das novas gerações. Isto preocupava tanto mais as famílias quanto as ilhas não dispunham de instituições formais de ensino.⁸¹⁹

A pauperização do arquipélago reflectia-se também no estado das edificações ligadas ao culto⁸²⁰ e no adiamento da construção de outras. Ainda no período áureo da cidade da Ribeira Grande, pensara-se em construir uma sé catedral. Porém, a descomedida dimensão da projectada sé foi, provavelmente, o principal obstáculo à sua conclusão. Descomedida pelo reduzido número de fiéis que serviria, já que, com a decadência económica da ilha de Santiago, a população foi abandonando a cidade da Ribeira Grande, e também pela dificuldade que haveria em custear as obras, no contexto de diminuição das receitas provenientes do comércio. O projecto da sé foi redefinido de modo a reduzir a sua dimensão, com o empenho inquebrantável de D. Fr. Vitoriano Portuense, numa época em que o porto da vila da Praia ia assumindo protagonismo económico na ilha, mesmo que a sede do governo só muito mais tarde fosse oficialmente transferida. Maria João Soares considera que também terá tido importância a localização mais central da igreja da Misericórdia, que vinha servindo de sé. Esta maior proximidade facilitava o controlo do bispo e do cabido por parte da oligarquia local e justifica a resistência passiva que esta foi opondo ao recomeço das obras da Sé Nova⁸²¹.

Esta resistência insere-se no contexto mais geral da grande conflitualidade que caracteriza a relação entre os vários poderes no arquipélago. Se até à erecção da diocese, no segundo quartel do século XVI, o panorama das relações entre os representantes do poder central e os do poder local já oscilava entre a colaboração e o confronto, latente ou directo, a partir de então, mais um importante protagonista se perfilou na constelação dos poderes nas ilhas e veio complexificar ainda mais os jogos de alianças entre os homens da *governança* e as autoridades metropolitanas. Decorrente da dignidade do cargo episcopal e da faculdade de se dirigirem directamente ao rei, o que profusamente fizeram, os bispos assumiam por vezes a governação interina das ilhas, quando o governo estava vacante. Quando chegavam os novos governadores, os bispos revelavam alguma resistência em ver-se privados do acréscimo de poder com que o governo interino os havia cumulado. Outras vezes, eram os governadores a ingerir-se nos assuntos da jurisdição dos bispos.

A história do arquipélago é prenhe de episódios que revelam os antagonismos entre os representantes do poder régio e membros do clero, frequentemente protagonizados pelas duas

⁸¹⁸ Estas condições estendiam-se aos bispos, como nos revela a correspondência que enviavam ao rei e na qual revelavam a extrema frugalidade do seu quotidiano. A desactualização e falta de pagamento dos ordenados levava os prelados a, à semelhança de outros oficiais, recorrerem ao auto-financiamento – desde a propriedade de terras, das quais extraíam o sustento e trocavam os excedentes, à venda dos próprios ornamentos litúrgicos.

⁸¹⁹ Só no século XIX a rede de escolas do ensino primário se expandiu no arquipélago e apenas no XX surgiram na ilha do Fogo as primeiras escolas primárias públicas.

⁸²⁰ Ao contrário do que se passava na Ribeira Grande, onde, no primeiro século do povoamento, os viajantes se impressionavam com a riqueza da edificação religiosa, a igreja de São Filipe, no Fogo, já em 1533, portanto em pleno período áureo da ilha, se apresentava em muito mau estado (em dias de chuva não podia sequer haver serviço religioso) e pobremente aparelhada. Estava, contudo, em reconstrução, nesse ano.

⁸²¹ *Op. cit.*, p. 349.

figuras cimeiras da hierarquia civil e religiosa presentes nas ilhas. Ambos excediam a sua esfera de acção e penetravam na do outro. Os confrontos atingiam por vezes proporções consideráveis, usando uns a ameaça (muitas vezes concretizada, quer por seculares quer por jesuítas) de excomunhão⁸²², e os outros a ameaça de morte e utilizando a força para devassar espaços sagrados e contrariar o direito de asilo. O monarca, perante quem os dois deviam responder (o rei era simultaneamente mestre da Ordem de Cristo), procurava gerir à distância o melhor que podia estas dissensões. Interesses antagónicos e disputas de poder opunham igualmente os prelados aos oligarcas locais. Podendo ambos apelar para o monarca, faziam-no frequentemente, como o atesta o volume da correspondência entre o Reino e as ilhas.

A Igreja acompanhou a fortuna das ilhas e as linhas de evolução da sociedade insular. Enquanto o volume do comércio o permitiu, foi rica, opulenta e os seus ministros possuíram escravos, fazendas e armaram para a Costa; quando o grosso do tráfico negreiro se afastou de Santiago, adoptou a frugalidade e endogeneizou-se.

8.3. O perfil económico

8.3.1. A filiação algodoeira do Fogo

A restrição imposta pela carta de 1472, no sentido de limitar às produções autóctones os produtos exportados para a Costa, aliada à grande procura de algodão, por parte dos mercados guineenses, de algodão, levou os moradores-mercadores de Santiago a expandir a produção desta fibra. Na primeira década de Quinhentos, Duarte Pacheco Pereira faz referência aos «algodões assaz finos» que chegavam ao Reino, provindos de Santiago e de outras ilhas⁸²³. No contrato de arrendamento dos direitos régios das ilhas a Afonso Lopes dos Couros, menciona-se o algodão, quando se permite ao arrendatário que arme para os tratos da Guiné, como vizinho de Santiago, levando os produtos das ilhas. Não é muito claro se o redactor se refere apenas às ilhas de Santiago e Fogo, ou se também inclui a do Maio. O que é relevante é que menciona expressamente as mercadorias a que se refere – «algodões e cavalos»⁸²⁴ – e que já antes fizera menção ao «algodão da ilha do Fogo»⁸²⁵. Nas duas cartas de doação das terras maninhas e montados ao conde de Penela, de Abril e Maio de 1528, o rei indica expressamente que o faz «para se poder aproveitar delas em criação de gados e algodões, e em quaisquer outras benfeitorias (...)»⁸²⁶. Também no Regimento de Afonso Lopes

⁸²² Contudo, parece que o alcance desta medida era bastante maior no Reino que no arquipélago, a avaliar pelas reacções dos excomungados, que recorrentemente reincidiam no comportamento que conduzia à excomunhão. Assim aconteceu com o capitão e sargento-mor do Fogo, Cristóvão Gouveia de Miranda, excomungado em 1676, no decurso de uma visita pastoral à ilha do primeiro bispo do pós-Restauração, D. Fr. António de São Dionísio. Acontecia o mesmo indivíduo ser excomungado mais do que uma vez, o que sucedia frequentemente a membros da elite local ou mesmo a governadores das ilhas, e estes manterem inalterados os hábitos pelos quais tinham sido punidos.

⁸²³ *Esmeraldo de situ orbis*, op. cit..

⁸²⁴ Cópia do alvará de arrendamento dos direitos régios das ilhas de Santiago, Fogo e Maio, a Afonso Lopes dos Couros, de 6 de Fevereiro de 1507 (a cópia sobre a qual se faz a transcrição é de 28 de Novembro de 1511), publ. in *HGCV – CD*, vol. I, doc. 64, p. 170.

⁸²⁵ *Ibid.*, p. 169.

⁸²⁶ In Brásio, *MMM. África ocidental (1500-1569)*, 2ª série, vol. II, docs. 66 e 67, pp. 210 e 212, respectivamente.

de Ávila, feitor do trato de Santiago, datado de 1520, se afirma a grande importância do algodão no contexto das mercadorias usadas no resgate: «(...) por que parte deste resgate e a mor, se há-de fazer com algodões, requerereis lá nessa Ilha e na do Fogo, a quaisquer nossos oficiais e pessoas que nos neles forem obrigados (...) que vo-los entregue.»⁸²⁷

O importante era que este lucrativo comércio de escravos não fosse afectado pela falta da mais importante moeda de troca, o algodão. Ao passarem à ilha vizinha do Fogo, os moradores de Santiago transformaram-na na ilha algodoeira do sub-arquipélago, determinando assim a que foi, cremos, a primeira especialização agrícola de uma ilha de Cabo Verde. Claro que em Santiago também se cultivava esta fibra, mas no contexto de uma policultura, simultaneamente de auto-consumo e virada para o mercado constituído pelas embarcações que abordavam a ilha para escala e aguada. Ao contrário, o Fogo parece ter sido povoado a pensar no plantio de algodão, em função das necessidades dos mercados da Costa.

A distância a que o poder central se encontrava e as dificuldades vividas pelos oficiais régios que supervisionavam a actividade económica, nas suas atribuições fiscais ou quando zelavam pelo respeito dos exclusivos régios, facilitavam as transgressões, sobretudo quando os interesses do monarca colidiam com os dos moradores, o que sucedia com frequência em tudo o que envolvia o comércio com os Rios de Guiné. As disposições da carta régia de 1472, no sentido de proibir a utilização neste comércio de outros produtos que não os oriundos de Santiago, foram muitas vezes contornadas pelos moradores desta ilha. Muitos eram, simultaneamente, proprietários de plantações de algodão no Fogo⁸²⁸ e, desde que conseguissem neutralizar os oficiais régios, podiam desviar parte da produção para as suas próprias armações (garantindo-lhes alguma participação nos lucros ou simplesmente impondo todo o ascendente que detinham enquanto ‘senhores’ das ilhas. Os moradores-armadores de Santiago – e do Fogo, quando passaram a esta ilha – actuavam frequentemente como grupo de pressão, muitas vezes através dos próprios órgãos do poder local, que tendiam a monopolizar. Apesar das rivalidades pessoais e familiares internas, apresentavam-se na frente exterior unidos na defesa dos seus interesses comuns. É o que se depreende das cartas que enviavam ao monarca e das queixas sobre a actuação dos oficiais régios, de que se diziam vítimas. Ignorando o estipulado no Regimento, também os oficiais régios de extracção local armavam frequentemente para a Costa; ou seja, se, enquanto moradores de Santiago, podiam fazê-lo ao abrigo do privilégio outorgado pelo rei, já enquanto titulares de ofícios régios, estava-lhes vedada a participação neste comércio. Contudo, sendo este muito lucrativo e próximo e estando o poder central muito distante, os oficiais eram por vezes os primeiros a não observar as determinações legais.

O poder central manifestava-se muito preocupado com as infracções e queixava-se dos prejuízos para os cofres reais dos desvios de algodão por parte dos moradores de Santiago, que iam directamente buscá-lo ao Fogo, e que, à margem das disposições legais que os

⁸²⁷ HGCV-CD, vol. I, doc. 107, p. 297.

⁸²⁸ João de Alemão, Rui Pereira, Pêro de Alcáçova, João de Noli, Rodrigo Vilharam são exemplos de moradores de Santiago simultaneamente grandes proprietários no Fogo, tendo, nalguns casos, permanecido até hoje associados à toponímia desta ilha. Cf. A. Correia e Silva, «Espaço, ecologia e economia interna», *op. cit.*, p. 183.

impediam de participar no resgate da Costa com mercadorias que não as originárias de Santiago, dele abasteciam as suas armações para os Rios. No referido Regimento de Afonso Lopes de Ávila, dá-se uma série de instruções ao feitor sobre a localização preferencial da feitoria a instalar, sobre o seu funcionamento, sobre a regulamentação do comércio nas ilhas e na Costa e sobre as penalizações previstas para os infractores ao exclusivo régio. Neste diploma, promulgado a 13 de Janeiro de 1520, o apelo à vigilância sobre o destino do algodão produzido no Fogo ocupa espaço de relevo, fazendo-se-lhe referência por duas vezes⁸²⁹.

É neste contexto de desenvolvimento da produção de algodão no Fogo e da necessidade de controlar o seu comércio que o monarca decide criar mais uma feitoria no arquipélago, a feitoria dos algodões do Fogo, cuja função era a recolha da máxima quantidade de algodão produzido na ilha⁸³⁰ e o seu encaminhamento para a feitoria de Santiago, onde seria armazenado e posteriormente fornecido aos navios que abordavam a ilha, sobretudo os envolvidos no tráfico da costa da Guiné. Além dos contratadores a quem o rei arrendava o comércio da Costa, outros potenciais compradores desta matéria-prima seriam os moradores cujas propriedades não produzissem quantidade suficiente para alimentar a sua produção artesanal de panos. Desconhece-se a data concreta do ofício régio, sabendo-se apenas que, em 1532, Duarte Fernandes terminou as suas funções como feitor e que Jorge Correia o substituiu, pelo período de três anos⁸³¹.

Através da análise das provisões referentes ao abastecimento dos navios armados na Casa da Mina que, partindo de Lisboa, faziam o comércio com a costa da Guiné, e dos recibos referentes às quantias de algodão que lhes eram entregues no Fogo, Maria Manuel Torrão identifica dois circuitos comerciais distintos: o de Lisboa-Fogo-costa da Guiné-Lisboa e o de Santiago-Fogo-Santiago. No primeiro, os navios abordavam directamente o Fogo para adquirirem a fibra e dali rumavam para a Costa, de onde regressavam ao Reino; neste circuito, Santiago era, pois, ignorada. Já o segundo centrava-se nesta ilha e na sua importância como centro de armazenamento e posterior distribuição a retalho do algodão. Este movimento processava-se em duas etapas: de Santiago ia-se ao Fogo buscar a principal mercadoria de troca, o algodão – pago, como referimos, em *peças de escravo*, dinheiro e mantimentos – e de lá se regressava a Santiago; aqui, abasteciam-se de algodão quer os navios que rumavam à Costa (a maior parte⁸³²), quer os que se dirigiam a outros destinos.⁸³³ Como refere a autora, só a primeira etapa do circuito – Santiago-Fogo-Santiago permitia que se efectuasse a segunda – Santiago-costa da Guiné-Santiago⁸³⁴.

⁸²⁹ In *HGCV-CD*, vol. I, doc. 107, pp. 295-301.

⁸³⁰ Na feitoria do Fogo, o algodão era comprado aos proprietários0. com dinheiro, escravos e mantimentos enviados pela feitoria de Santiago. Para mais informação sobre o que envolvia estas transacções, vd. Maria Manuel Torrão, «Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. O algodão da ilha do Fogo: (...)», *op. cit.*, pp. 157-176.

⁸³¹ Cf. *ibid.*, p. 159.

⁸³² O trato da Guiné absorvia a maior parte da produção de algodão da ilha do Fogo, mas não a totalidade, já que havia outros destinos de escoamento. Francisco de Andrade, na sua *Relação*, refere Espanha: «e vão para Espanha em arrobas escolhidas». In Brásio, *MMM. África ocidental (1570-1600)*, 2ª série, vol. III, doc. 42, p. 102.

⁸³³ Diz Orlando Ribeiro que ainda no último quartel do século XIX o peso nas exportações dos panos de algodão produzidos na ilha era três vezes maior que o do café. Cf. *A ilha do Fogo e as suas erupções*, *op. cit.*, p. 189.

⁸³⁴ Cf. «Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. O algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufactura africana», *op. cit.*, pp. 161-162.

Ignorando o estipulado no Regimento, os oficiais régios de extracção local armavam frequentemente para a Costa; ou seja, se enquanto moradores de Santiago podiam fazê-lo ao abrigo do privilégio outorgado pelo rei, já enquanto titulares de ofícios régios, a participação neste comércio estava-lhes vedada. Porém, sendo este muito lucrativo e próximo e estando o poder central muito distante, os oficiais eram por vezes os primeiros a não observar as determinações legais.

Não obstante a imensa procura desta matéria-prima nas áreas do resgate, sobretudo no rio de São Domingos, onde a indústria local de panaria a absorvia (na sua *Relação*, Francisco de Andrade diz que «gastasse neste rio todo o algodão que se dá na ilha do Fogo, e deste algodão fazem roupa, que corre toda esta costa de Guiné»⁸³⁵), a partir de meados do século XVI, os panos de algodão confeccionados no arquipélago parecem ter tomado a dianteira como mercadoria preferida para o resgate, em detrimento da fibra de algodão. Foi a passagem do «ciclo do algodão» para o «ciclo da panaria»⁸³⁶. A importância desta manufactura (que se estendeu às outras ilhas povoadas) na economia do arquipélago, convertia-a em moeda nas trocas comerciais, na liquidação de multas e dízimos, no pagamento ao próprio funcionalismo, quando havia falta de moeda corrente ou a Fazenda tinha falta de liquidez⁸³⁷.

Apesar do incremento da cultura do algodoeiro por parte dos moradores-armadores de Santiago que a expandiram no Fogo, ela não cobriu toda a ilha. Cremo-lo, por um lado, porque nem toda a superfície da ilha era cultivável, ou utilizável sequer para o pastoreio; por outro, porque, apesar de o algodão ser adquirido na feitoria do Fogo a troco, entre outras coisas, de mantimentos, estes não cobriam as necessidades de uma população em expansão. As plantações de algodão requeriam considerável número de escravos e outro pessoal que era necessário alimentar, para já não falar da minoria de homens livres constituída por terratenentes, feitores, artesãos e, à medida que a comunidade se ia complexificando, oficiais régios (entre eles, o feitor dos algodões).

É provável que, nas zonas mais favoráveis à agricultura – onde a população se foi fixando –, se tivesse desenvolvido um policultivo de subsistência paralelamente à cultura algodoeira. É, aliás, o que atestam os autores que descrevem a ilha. Assim, logo em princípios do século XVI, Valentim Fernandes mencionava «grande criação de cabras» na ilha⁸³⁸; no último quartel do mesmo século, Francisco de Andrade referia também, para além do algodão, «alguns vinhos»⁸³⁹; em 1606, também o Padre Baltasar Barreira dizia que «nela se colhe muito algodão, e vinhas de que se faz muito e bom vinho, e dá todas as frutas que há nas outras [ilhas] mais perfeitas e em mais quantidade.»⁸⁴⁰

Outra mercadoria de troca apreciada nos portos do resgate era o cavalo. A sua procura e elevada cotação levou os moradores de Santiago a investirem na sua criação e, mais tarde, a

⁸³⁵ António Brásio, *MMA. África ocidental (1570-1600)*, 2ª série, vol. III, doc. 42, p. 105.

⁸³⁶ António Carreira, *Panaria caboverdeana-guineense (Aspectos históricos e sócio-económicos)*, s.l., Instituto Caboverdeano do Livro, 1983, pp. 30 e 23. Para Ilídio Baleno, terá sido a partir do século XVII que as peças de pano se tornaram produtos privilegiados para a aquisição das *peças de escravo*. Cf. «Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão», op. cit., p. 183.

⁸³⁷ António Carreira, *id.*, p. 32.

⁸³⁸ *Op. cit.*, p. 51.

⁸³⁹ In Brásio, *MMA. África ocidental (1570-1600)*, 2ª série, vol. III, doc. 42, p. 102.

⁸⁴⁰ In Brásio, *MMA. África ocidental (1600-1622)*, 2ª série, vol. IV, doc. 45, pp. 161-162.

expandi-la para o Fogo. Porém, esta expansão levou à sua desvalorização nos mercados da Costa, onde, a partir de princípios de Quinhentos, cada cavalo passou a valer um cada vez menor número de *peças de escravo*. No Fogo, contudo, manteve-se a tradição da criação de cavalos, tal como o valor simbólico da sua posse. A sua exibição pelas ruas e nos festejos das *bandeiras* era, ainda na primeira metade do século XX, manifestação da supremacia social de um grupo.

8.3.2. A periferação face aos circuitos do tráfico negreiro e o declínio da economia insular

Quando Santiago (quase) deixou de ser demandada pelas embarcações que se dirigiam à Costa e entrou num processo irreversível de decadência, também o Fogo, que orientara a sua economia em função das necessidades da feitoria de Santiago, sofreu os efeitos da marginalização da ilha vizinha. Como acontece com todas as economias muito focalizadas numa só produção e muito dependentes da exportação de um só produto, a do Fogo apresentava-se muito vulnerável às oscilações do mercado.

À medida que diminui o protagonismo da fibra e dos panos de algodão do Fogo no comércio negreiro nos Rios de Guiné, a ilha isolou-se e entrou rapidamente em decadência. Os panos de algodão que continuaram a manufacturar-se não podiam ser vendidos a estrangeiros e a ilha ressentiu-se do afastamento dos circuitos comerciais atlânticos. Se o principal núcleo urbano da ilha, São Filipe, nunca se pôde comparar ao fausto da Ribeira Grande do século XVI, também o desenvolvimento de infraestruturas produtivas que caracterizou o interior de Santiago (por exemplo, trapiches, onde se moía a cana-de-açúcar e se produzia aguardente⁸⁴¹ e açúcar) e que, se bem que muito parcialmente, podia colmatar alguns dos efeitos da perda dos rendimentos ligados ao trato da Guiné, no Fogo, ficou sempre muito aquém. Ao contrário da ilha-capital do arquipélago, onde a superfície cultivável e a produção puderam ser aumentadas a partir de algumas estruturas de conservação da água, como seja a construção de tanques para armazenamento dos caudais e de canais de irrigação (as *levadas*), no Fogo, as características do regime hidrológico conjugavam-se com as do relevo para impedir a prática do regadio.

Se na primeira década do século XVII o Padre Baltasar Barreira descrevia a abundância da ilha e a muita riqueza e escravaria de alguns moradores⁸⁴², na segunda metade

⁸⁴¹ O *grogue*, ainda hoje muito apreciado e consumido nas ilhas e na diáspora.

⁸⁴² Cf. Brásio, MMA. *África ocidental (1600-1622)*, 2ª série, vol. IV, doc. 45, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968, pp. 161-162.

Aquando do arrolamento de escravos do 1856, um dos mais completos em informes, o Fogo possuía 1247 escravos, ou seja, 24% da população escrava total do arquipélago, concentrada nas duas maiores ilhas do Sotavento (Santiago detinha sensivelmente o dobro – 2 422). O número médio de escravos por proprietário era de apenas 4,4 (cf. António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 462). Porém, se analisarmos a lista nominal dos possuidores, deparemos com alguns indivíduos com um elevado número de escravos: Inês Barbosa Amado – 29, Silvestre Osório Galvão – 27, Luzia (não conseguimos ler o primeiro nome; Carreira, contudo, identifica-o como sendo Luzia) Barbosa Amado e Simão José Barbosa – 25; Marcelino Félix de Medina – 21, Manuel Romano Mendes e P.^e Manuel Lopes de Andrade Gomes – 20, Manuel Barbosa Amado e Manuel J. de Jesus – 19; José Joaquim Vieira e Vasconcelos, João Barbosa e Francisco José do Sacramento Monteiro – 18; Maria das

deste século, a situação era já de grande penúria. É pelo menos o que se depreende dos vários pedidos ao rei pelos moradores do Fogo, pelo capitão e sargento-mor e pelos oficiais da câmara da ilha, no sentido de lhes ser permitido vender cavalos a estrangeiros, contrariando as disposições legais, e alegando a pobreza da população, desprovida de outros recursos. Em 1698, os mesmos moradores terão obtido licença para enviar uma embarcação à Guiné, abastecida com produtos da ilha para trocarem por escravos⁸⁴³. Esta autorização, se bem que pontual, era excepcional no contexto da orientação da política régia para o comércio com a Costa.

A partir do século XVII, o Fogo partilhou com as demais ilhas habitadas do arquipélago um quadro geral de decadência das suas transacções comerciais com o exterior, mormente com o Reino e com os Rios de Guiné, áreas de relação económica até então privilegiadas. A reconversão da sua economia – interiorização e comércio informal – caracterizariam o período subsequente à perda de importância estratégica e económica de Santiago. As razias de piratas e corsários e os efeitos dos maus anos agrícolas que cada vez mais frequentemente descambaram em crises famíneas e em grande mortalidade da população humana e pecuária agravaram-se.

A esta herança ecoclimática partilhada com as restantes ilhas somaram-se no Fogo as consequências das manifestações eruptivas do seu vulcão, que no último quartel deste século foram especialmente frequentes: Orlando Ribeiro reportou sete ou oito, com intervalos iguais ou inferiores a dois anos, nalguns casos. Os testemunhos que servem de fonte são descontínuos e devem-se a marinheiros e viajantes, em geral, na sua maior parte estrangeiros, que observavam o fenómeno do mar ou da ilha de Santiago. Não se trata de observações sistemáticas, resultado de estadias prolongadas na ilha ou mesmo em Santiago, de onde se avistam as erupções. Assim, Orlando Ribeiro coloca também a hipótese de se ter tratado de erupções muito prolongadas, ao invés de várias com pequenos intervalos de repouso⁸⁴⁴. Tenha sido uma ou outra a situação, este foi o período em que o vulcão esteve mais activo, com as respectivas consequências na diminuição dos espaços agricultáveis e na destruição das habitações.

Nos séculos seguintes, o panorama económico da ilha do Fogo não se alterou significativamente. O comércio informal, praticado sobretudo com os navios que demandavam o arquipélago para aguada e/ou abastecimento de algumas mercadorias, como os panos de algodão, a agricultura e a pecuária (para o auto-consumo e para venda ou, mais frequentemente, para troca com as tripulações) e a tecelagem terão continuado a constituir as principais actividades económicas. O aumento da circulação oceânica converteu o arquipélago «numa autêntica estação de serviço nessas auto-estradas que eram as rotas do Atlântico»,

Dores Nozolini de Macedo e José Leandro da Silva – 17. AHN, SGG, Lv 866 e 867 – *Livros 1º e 2º de Registo dos Escravos*, Lisboa, Imprensa Nacional, Março de 1856.

⁸⁴³ Sena Barcelos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. I, parte II, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2ª ed., 2003, p. 344.

⁸⁴⁴ *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 235.

transformando as praias em feiras e proporcionando à população ocasiões de permuta de produtos⁸⁴⁵.

Nas duas décadas (1755-1778) em que o arquipélago esteve sob o exclusivo comercial da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão⁸⁴⁶, ter-se-á assistido à diminuição do volume deste comércio informal, porquanto a Companhia procurava, por um lado, monopolizar o comércio do principal produto de troca, os panos de algodão, e, por outro, com o auxílio da sua frota e com os elevados preços por que revendia os produtos adquiridos à população, arredar a navegação que abordava as ilhas. Diminuindo a afluência de mercadores estrangeiros, a população sujeitava-se aos baixos preços por que a Companhia lhe adquiria os bens, geralmente permutados por outros, impostos pela Companhia. A especulação dos preços, o agravamento dos impostos e o rareamento das ocasiões de comércio com a navegação estrangeira vulnerabilizaram mais ainda a economia insular, tendo toda a população sofrido os seus efeitos⁸⁴⁷. A tendência a que se assistia desde o século anterior para a ruralização do povoamento⁸⁴⁸ acentuou-se com a acção da Companhia.

O Oitocentos fogueuse conheceu as mesmas profundas oscilações demográficas devidas à mortalidade catastrófica que há muito acompanhava as *crises*. As epidemias, como a de *Cholera morbus*, em 1855, encontravam a população muito depauperada pela subnutrição e contribuía para essas oscilações. O século XIX não assistiu a nenhuma reconversão económica, se exceptuarmos algum impacto que o desenvolvimento do Porto Grande do Mindelo tenha tido no Fogo. Apesar de não haver qualquer estudo sobre os seus eventuais efeitos na economia da ilha, parece-nos que, a terem-se feito sentir, se restringiram a um ou outro comerciante da elite *branca* da ilha, envolvido no comércio intra e inter-insular por grosso.⁸⁴⁹

Chegada ao dealbar do século XX, a ilha apresentava-se com uma economia pré-industrial, pouco diversificada, com uma agricultura de sequeiro, caracterizada por práticas muito rudimentares e, dado o regime das precipitações, marcadamente sazonal. Tema recorrente da correspondência com o Reino nos séculos antecedentes havia sido a situação de penúria generalizada que se sucedera à perda da importância da Ribeira Grande como entreposto negreiro, e que vinha afectando toda a estrutura da economia insular e todos os

⁸⁴⁵ Ilídio Baleno, «Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão», in *HGCv*, vol. III, p. 178.

⁸⁴⁶ A montante da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, pelo marquês de Pombal, havia estado o reconhecimento da necessidade de prover o Nordeste do Brasil, então disputado por outras potências europeias, da mão-de-obra que as suas plantações requeriam e dos bens com origem na outra costa do Atlântico, de forma a desenvolver a economia da região. A escravização da população ameríndia autóctone estava longe de suprir os quantitativos de braços reclamados pelos proprietários nordestinos, que, à semelhança do que ocorria nas Índias Ocidentais espanholas, careciam de uma mão-de-obra escrava mais produtiva, a africana (cf. António Carreira, *As Companhias Pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969, p. 31 *passim*). Dada a dimensão das atribuições da Companhia, que, além do monopólio sobre o comércio e a navegação, detinha o governo político e militar das ilhas e da área da costa fronteira onde se efectuava o grosso do trato negreiro, nomeando governadores e capitães-mores, Baleno considera tratar-se de «um processo de privatização do arquipélago». Cf. «Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão», *op. cit.*, p. 220.

⁸⁴⁷ Ilídio Baleno, *id.*, pp. 228-231.

⁸⁴⁸ Artur Teodoro de Matos (coord.), *A Colonização Atlântica*, vol. III, tomo 2 da *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques, Lisboa, Editoria Estampa, 1ª ed., 2005, p. 18.

⁸⁴⁹ Referimo-nos a elementos da família Monteiro de Macedo. Sobre o empreendedorismo de alguns membros desta família, *vd. infra*, pp. 359.

estratos sociais: faltava o comércio e por isso a moeda, os plantéis de escravos minguavam, à medida que cada nova crise agrícola sobrevinha, os terratenentes *brancos* abandonavam as ilhas e os que ficavam empobreciam, a ponto de nada fazer lembrar os tempos de abundância de moeda e de (relativo) fausto dos primórdios do povoamento.

No período abrangido pelo nosso estudo, a situação económica da ilha agravava-se, com a sucessão dos ciclos de seca. Restringiram-se os já anteriormente escassos produtos exportados, apesar de algumas culturas, como a do café e a da purgueira, terem escoamento garantido no mercado metropolitano, onde a primeira alcançava cotação relativamente elevada. As remessas em numerário enviadas pelos emigrados nos Estados Unidos da América animavam um pouco o comércio, mas o mercado interno insular permanecia muito reduzido. A pobreza extrema da maior parte da população, a pequeníssima dimensão da classe média, também com pouca capacidade aquisitiva, e uma classe superior igualmente restrita, constituída pelos *brancos* terratenentes e por *não-brancos* capitalizados pelo comércio e pela emigração para os Estados Unidos da América, mas importando grande parte do que consumiam, restringiam a actividade comercial a pouco mais que à troca directa de sementes de oleaginosas (purgueira e rícino), tubérculos e cereais por açúcar, aguardente e tecidos.

As informações mensais e os relatórios anuais da administração do concelho expõem traços de uma vida económica pouco monetarizada (da falta de moeda em circulação já se queixavam os moradores da Ribeira Grande desde o século XVII), com uma actividade mercantil sempre em declínio: registos de «muito desanimado», «mantém-se desanimado», «pouco animado» ou «pouco animado como sempre», sobretudo em São Filipe, percorrem todos os relatórios das décadas de trinta e quarenta. Excepcionalmente, lemos que o estado comercial se apresentava «regular», se bem que «continuando a notar-se falta de numerário» ou «melhorou um pouco» ou ainda «animou-se um pouco nos Mosteiros», mas o quadro geral é de «fraca compra a dinheiro» e de saturação comercial.

Como veremos à frente, aos estabelecimentos dos tradicionais comerciantes *brancos* foram-se somando os dos *não-brancos* que conseguiram abri-los com o pecúlio poupado da emigração americana ou os dos que, começando com uma simples venda de aguardente, foram alargando o negócio a outras mercadorias, a ponto de amealharem o suficiente para posteriormente se instalarem na própria cidade, fazendo concorrência aos primitivamente aí instalados. No relatório de 1936 sobre o estado da ilha no ano anterior, menciona-se a existência de cento e trinta estabelecimentos comerciais no concelho, na sua maioria de venda a retalho de tecidos, calçado, géneros alimentícios, loiça, bebidas e tabaco⁸⁵⁰. Era prática usual a permuta directa destes produtos por grãos de café ou sementes de purgueira e de rícino, os produtos com maior procura comercial.

Nos mesmos relatórios, os registos sobre o «estado industrial» da ilha referem-na como confinada aos lacticínios, à cestaria, ao fabrico de cordas de piteira e de esteiras e à

⁸⁵⁰ Relatório anual (ano de 1935) da Administração do Concelho da Ilha do Fogo, 18 de Março de 1936, p. 5. AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx008 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1936.

tecelagem artesanal de lã e algodão⁸⁵¹. A tecelagem dos panos de algodão do Fogo, que, como vimos, haviam constituído o principal instrumento de troca no negócio negreiro com a costa da Guiné, foi perdendo importância. Apesar de ainda no final do século XVIII, o Fogo fabricar um dos tipos de pano mais apreciado no arquipélago e meias de algodão⁸⁵², de ainda no último quartel do século XIX, as colchas e rendas se exportarem «profusamente (...) para as outras ilhas e para a Guiné»⁸⁵³ e de o número de pessoas empregue na sua manufactura ser ainda considerável – os novecentos e cinquenta tecelões, fiadeiras e rendeiras constituíam cerca de 87% da mão-de-obra que se ocupava dos ofícios mecânicos da ilha, segundo o recenseamento de 1878⁸⁵⁴ –, esta actividade têxtil artesanal era pouco mais que residual no período que estudamos.

Durante um curto período, a partir de Outubro de 1945, a ilha teve ainda uma pequena unidade industrial de peixe (atum e serra) em salmoura. A sua capacidade de produção atingia uma média de 2400 kg/mês, a sua utensilagem era muito rudimentar – apenas uma balança de pesagem –, e empregava apenas quatro pessoas - um fiscal, uma fiadeira de sal e duas escamadoras. O peixe era vendido a uma casa comercial de São Vicente, que, por sua, o exportava para a metrópole.

Apesar da aleatoriedade das colheitas, a agricultura permaneceu a actividade económica por excelência. Nos anos de boas safras, progressivamente mais raros à medida que nos aproximamos dos meados do século XX, a produção local supria e excedia as necessidades alimentares dos ilhéus, permitindo a exportação de milho para outras ilhas, mormente para São Vicente; em anos de chuvas escassas ou nulas, condenava a população à sub-alimentação e à morte por inanição.

As exportações da ilha limitavam-se ao café, à purgueira e ao rícino; nos anos bons, também ao gado e aos produtos pecuários. Para a Praia, vendia-se igualmente algum peixe seco e em salmoura⁸⁵⁵. Estes produtos eram transportados em veleiros que faziam a cabotagem inter-insular. À parte estes navios à vela, só aportava em São Filipe o vapor da colónia, duas vezes por mês, e esporadicamente, um vapor da Companhia Colonial que fazia o transporte de passageiros e recebia purgueira⁸⁵⁶.

Uma estrada que ligasse a região de Mosteiros, a mais rica do ponto de vista agrícola, à cidade de São Filipe, um fundeadouro seguro e um cais de embarque que permitissem a entrada e a saída de mercadorias da ilha constituíam duas infraestruturas há muito reclamadas pelos notáveis da ilha e sempre adiadas pelo governo da Província. A sua inexistência originava um isolamento intra e inter-insular que concorria com a limitada produção da ilha para o limitado volume das exportações.

⁸⁵¹ *Ibid.*

⁸⁵² *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)* por João da Silva Feijó, op. cit., pp. 14-16 e 22.

⁸⁵³ Joaquim Vieira Botelho da Costa, «A ilha do Fogo de Cabo Verde e o seu vulcão», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 5ª, nº 6, 1885, p. 384.

⁸⁵⁴ *Ibid.*, p. 384.

⁸⁵⁵ Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 190.

⁸⁵⁶ Agnelo Avelino Henriques, *Relatório anual (ano de 1935) da Administração do Concelho da Ilha do Fogo*, op. cit., p. 6.

Nas primeiras décadas do século XX, a emigração para os estados Unidos havia permitido colmatar parcialmente os efeitos dos maus anos agrícolas e aumentar o volume do comércio. As plantações e as fábricas têxteis de New Bedford, Providence, e Brooklyn absorveram a grande parte dos cabo-verdianos que aí se estabeleceu. Entre 1900 e 1920, o número de emigrantes cabo-verdianos saídos para os Estados Unidos atingiu os 18 629, o que representava 67,2% do total da emigração espontânea⁸⁵⁷; destas quase duas dezenas de milhar de pessoas, 61,1%, provinha das ilhas Brava e do Fogo⁸⁵⁸.

A partir de 1917, sucedem-se as iniciativas legislativas do governo norte-americano, no sentido de, inicialmente, restringir a imigração a provenientes do continente africano, e, depois, perante os efeitos da crise dos anos trinta, a imigração em geral. Efeito destas medidas restritivas e, em menor medida, do próprio conflito mundial, que dificultou a circulação no Atlântico, entre 1927 e 1945, saíram apenas 1408 cabo-verdianos com destino aos Estados Unidos, representando este número apenas 13,9% do total de ilhéus emigrados⁸⁵⁹.

A crise dos anos trinta teve também repercussões na ilha e no arquipélago; entre elas, a suspensão de remessas em numerário providas dos Estados Unidos. Isto conduziu não só a uma maior vulnerabilidade da população da ilha às crises famíneas, como também a um acentuado decréscimo do valor da propriedade rústica, por falta de procura. Quem, pela premência da subsistência, se via forçado a vendê-la, fazia-o por valores irrisórios⁸⁶⁰. Ou seja, à medida que as condições ecológicas eram cada vez mais desfavoráveis à agricultura e se sucediam com crescente regularidade os anos de seca, a ilha via-se privada da sua mais importante fonte alternativa de subsistência, os dólares enviados pelos emigrados no outro lado do Atlântico. Porém, mesmo depois de diminuído e quase estancado este fluxo migratório, a afluência de numerário continuou a alimentar a vida comercial insular, em especial a das ilhas Brava e do Fogo, pioneiras daquele destino migratório. As cambiais recebidas em dólares que, a título de auxílio ou de pensões, a população continuou a receber, eram vendidas aos comerciantes que, por sua vez, as revendiam na Praia, ao Banco Nacional Ultramarino, por um câmbio superior.

Quer o limitado volume das exportações, quer a afluência deste precioso e disputado numerário (os principais comerciantes de São Filipe concorriam para atrair a preferência dos *mercados* em férias ou já de torna-viagem) revelavam-se, porém, insuficientes para travar o processo de decadência secular da economia da ilha. Quando escreve sobre a ilha, que observou em princípios da década de cinquenta, Orlando Ribeiro traça um quadro depressivo do seu centro urbano, população e edificado:

«Nada resta em São Filipe das suas velhas igrejas ou ermidas, dos sobrados dos seus morgados ou dos baluartes que a defendiam. Quase todas as casas têm um ar gasto, sem serem velhas, e muitas se arruinam mais pelo abandono do que pela idade. (...) Uma grande mediocridade parece ter dominado toda a vida da ilha, tanto a dos seus morgados

⁸⁵⁷ António Carreira, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, op. cit., p. 125.

⁸⁵⁸ *Ibid.*, p. 119.

⁸⁵⁹ *Ibid.*, p. 125.

⁸⁶⁰ Cf. «As Matrizes Prediais na Ilha do Fogo», *O Eco de Cabo Verde*, nº 6, 15/07/1933, p. 2.

empobrecidos como a dos pretos e mulatos, descendentes de escravos, que nos anos de seca pagam à morte o duro tributo dos seus corpos debilitados pela fome.»⁸⁶¹

E o geógrafo não desembarcou na cidade durante os efeitos de nenhuma crise famínea, como a que ocorrera na década anterior, porque então poderia completar a descrição com as vítimas a afluir e a percorrer a cidade, famintas, esqueléticas, andrajosas, parasitadas, disentéricas, mendigando alimento as que ainda podiam, outras simplesmente aguardando que a morte as possuísse definitivamente.

⁸⁶¹ *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 107.

PARTE IV

BRANCOS E NÃO-BRANCOS: CONSTRUÇÕES RACIAIS EM SÃO FILIPE

Capítulo 9

AS CONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO URBANO DE SÃO FILIPE: A ESPACIALIZAÇÃO DO PODER

Os comportamentos racializados (como quaisquer outros) devem ser integrados nas totalidades formadas pelas disposições estruturais e pelas significações que lhes são atribuídas pelos agentes. Isolar uma dimensão do real, como a racial, e analisá-la pela sua mera exterioridade escapa aos propósitos interpretativos e compreensivos deste trabalho. Não se tratando de apresentar ‘justificações’ para as assimetrias do modelo de relações raciais insulares, nem de legitimá-lo *a posteriori*, partiu-se do posicionamento teórico de que as relações raciais nunca são apenas raciais e podem nem ser predominantemente raciais, se bem que, pela visibilidade dos marcadores fenotípicos associados às raças, possam apresentar-se sob denominador racial.

Impunha-se, por um lado, que nos provêssemos de um manancial teórico que nos habilitasse a procurar, para além da exterioridade factual, elementos que nos permitissem interpretar e compreender, à luz dos condicionalismos estruturais – económicos, sociais, políticos, culturais –, as assimetrias que geraram os processos de diferenciação racial e construíram as categorias que nomeavam racialmente os indivíduos e os grupos; e por outro lado, cabia-nos desenvolver um trabalho de pesquisa empírica que nos proporcionasse a apreensão dos sistemas de significação dos actores, as suas motivações, os seus modos de vida diferenciados e as expectativas recíprocas que orientavam a interacção entre *brancos* e *não-brancos*. Foi através da articulação desta dimensão simbólica das formações sociais, muito evidente nas relações raciais, com as propriedades estruturais que as enformam e pelas quais são enformadas, que caracterizámos o modelo de relações sócio-raciais da ilha do Fogo e identificámos as suas especificidades. É deste modelo que damos conta nesta quarta parte do estudo.

9.1. O (possível) panorama demográfico

Em 1731, o bispo de Cabo Verde, D. Frei José de Santa Maria de Jesus, enviou ao rei uma carta com uma tabela anexada com os resultados do levantamento censuário que empreendera no arquipélago e nos Rios de Guiné, a «Lista do Bispado de Cabo Verde, assim da Ilha de S. Tiago como das outras ilhas e terra firme de Guiné». Nela, a população estante é

apresentada distribuída por ilhas e freguesias (somente as do Fogo e Santiago), segundo o sexo, a classe e/ou o tipo somático⁸⁶², o grupo de idade (criança ou adulto), o estado civil e a condição jurídica. É das caracterizações mais pormenorizadas de que dispomos e das poucas que contemplam especificamente os principais aglomerados populacionais das ilhas. No caso do Fogo, as três unidades contempladas são São Lourenço, Mosteiros e Vila (de São Filipe). Apesar da riqueza informativa do documento, cujos dados, como dissemos, cobrem a capitania de Cabo Verde e não somente as ilhas do arquipélago⁸⁶³, debruçar-nos-emos apenas sobre os informes respeitantes à ilha do Fogo e, concretamente, à Vila.

De acordo com os dados do censo de 1727-1731, a população da Vila representava 38,7 % do total da população da ilha, computada em 3 766 indivíduos⁸⁶⁴, e apresentava-se conforme o quadro e o gráfico subsequentes:

Quadro 5 – População residente em São Filipe, em 1731, segundo o sexo, o grupo de idade, a classe e/ou o tipo somático, o estado civil e a condição jurídica

Branços		Mestiços		Forros		Cativos	
133 (9,6%)		487 (35,14%)		149 (10,75%)		617 (44,52%)	
Branços casados	20	Mestiços casados	72	Forros casados	26	Cativos casados	6
Branças casadas	18	Mestiças casadas	75	Forras casadas	18	Cativas casadas	13
Branços solteiros	34	Mestiços solteiros	104	Forros solteiros	33	Cativos solteiros	236
Branças solteiras	42	Mestiças solteiras	172	Forras solteiras	47	Cativas solteiras	284
Meninos brancos	11	Meninos mestiços	33	Meninos forros	10	Meninos cativos	40
Meninas brancas	8	Meninas mestiças	31	Meninas forras	15	Meninas cativas	38
Total – 1 386 (100%)							

Fonte: AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 33, Carta de D. Frei José de Santa Maria de Jesus ao rei, datada de 10 de Maio de 1731, acompanhada de um quadro estatístico.

⁸⁶² O conteúdo da categoria «mestiço», uma das quatro contempladas pelo censor de 1731, reportar-se-ia mais à classe social e à condição jurídica (livre) que propriamente ao tipo somático, porquanto, na primeira metade do século XVIII, indivíduos mestiçados havê-los-ia profusamente também entre os que foram integrados nas categorias «forros» e «cativos».

⁸⁶³ E que foram já objecto de análise por António Carreira («O primeiro “censo” de população da capitania das ilhas de Cabo Verde (1931)», *Revista de História Económica e Social*, nº 13, Janeiro-Junho de 1984, pp. 51-66).

⁸⁶⁴ Número que representava 12,39% da população total do arquipélago, composta, segundo os dados coligidos pelo bispo, por 30 397 indivíduos.

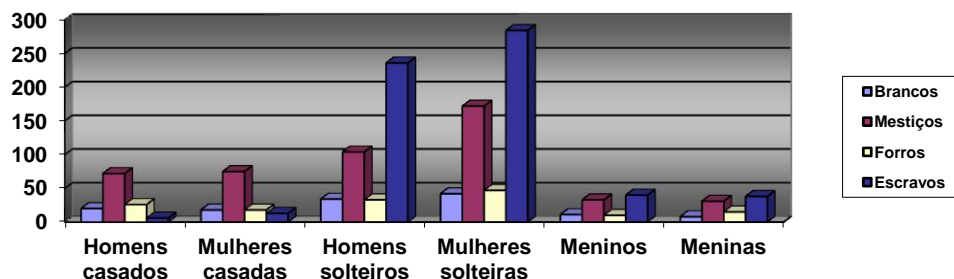


Figura 7 – População residente em São Filipe, em 1731, segundo o sexo, o grupo de idade, a raça/tipo somático, o estado civil e a condição jurídica

Os *brancos* constituíam ainda quase dez por cento da população da Vila, número muito superior, mesmo em termos absolutos, ao que se registava em qualquer dos principais aglomerados das outras ilhas, incluindo a de Santiago⁸⁶⁵, e um pouco mais elevado do que o manifestado para freguesia de São Lourenço, onde residiam 101 *brancos*. Nos Mosteiros, residiam apenas três *brancos* (homens casados). O grosso da população da Vila, cerca de 80%, era constituído por *mestiços* livres e por cativos. Em relação ao estado civil, mesmo excluindo os 186 meninos e meninas das categorias consideradas, que perfaziam um pouco mais de 13% da população total da Vila, os solteiros e as solteiras representavam 79,33% da população (952, entre homens e mulheres). Esta superioridade numérica dos solteiros era transversal a todas as categorias contempladas, sendo especialmente pronunciada entre os cativos, homens e mulheres. Curiosamente, é entre os homens forros que se registava menor discrepância entre o número dos casados e o dos solteiros. Para esta elevada percentagem de solteiros terão contribuído os valores dos viúvos, que, não tendo sido considerados separadamente, integravam certamente o grupo dos solteiros. Conquanto George Roberts tivesse afirmado, escassos cinco anos antes deste levantamento estatístico, que o Fogo partilhava com Santiago a mesma tradição de libertar os escravos após a morte dos seus senhores⁸⁶⁶, a manumissão não foi praticada com a mesma intensidade nas duas ilhas: enquanto em Santiago os forros constituíam mais de metade da população da ilha, no Fogo, eles não atingiam os 29% e na Vila eram menos de 11%.

No período abrangido pelo estudo, nos anuários estatísticos e nos censos decenais, encontramos dados sobre a população total do arquipélago e por ilhas; nalguns, publicam-se números referentes às várias freguesias dos concelhos, mas mesmo estes são omissos quanto à população dos principais núcleos populacionais das ilhas. A *Estatística Geral da Província de Cabo Verde*, referente ao ano de 1912, fornece-nos, contudo, informações sobre São Filipe, que era, nessa data, um pequeno burgo com 1121 habitantes (410 homens e 631 mulheres) e

⁸⁶⁵ A cidade da Ribeira Grande e as freguesias de Nossa Senhora da Luz e de São Lourenço, apesar de serem as que concentravam maior número de *brancos* em Santiago, não se aproximavam das cifras registadas para São Filipe: enquanto nesta se inventariaram 113, nas outras, apenas, respectivamente, 82, 65 e 64.

⁸⁶⁶ Cf. *As Ilhas de Cabo Verde nos anos 1720. Quatro anos de viagens do capitão George Roberts*, op. cit., p. 169.

278 fogos⁸⁶⁷. Em meados do século XIX, sabemos pelo relatório do cirurgião-mor da Província, publicado nos *Anais do Conselho Ultramarino*, que a população da Vila era, em Junho de 1855, ligeiramente superior, como consta do quadro seguinte:

Quadro 6 – População residente em São Filipe, em 1855, segundo o sexo e a condição jurídica

Homens		Mulheres		Total	
590		674		1264	
Livres	Escravos	Livres	Escravas	Livres	Escravos
258	332	297	377	555	709

Fonte: *Anais do Conselho Ultramarino*, Setembro e Outubro de 1857

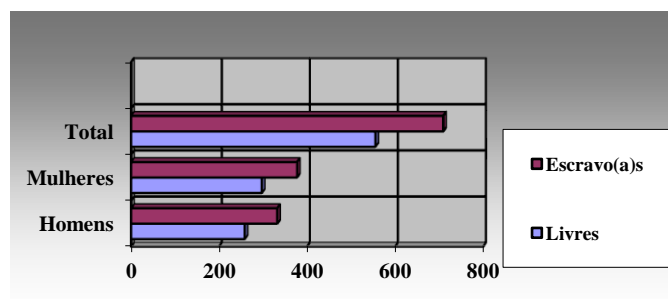


Figura 8 – População residente em São Filipe, em 1855, segundo o sexo e a condição jurídica

A Vila concentrava então 9,63% da população total da ilha (13 101 indivíduos) e 31,6% da da freguesia de Nossa Senhora da Conceição (4 043 indivíduos). A sua população era ainda maioritariamente escrava: 56,1% face a 43,9% da população livre, ao contrário do que acontecia nas restantes áreas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, onde havia apenas 92 escravos, e nas outras três freguesias da ilha, que totalizavam 580 escravos⁸⁶⁸. Apesar de, quer em números absolutos quer em termos relativos, São Filipe se apresentar ainda marcadamente escravocrata, detendo 709 dos 1 381 escravos da ilha, ou seja, 51,3% do

⁸⁶⁷ *Estatística Geral da Província de Cabo Verde: ano de 1912*, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1913, p. 18.

⁸⁶⁸ Em toda a freguesia de Santa Catarina havia somente três escravos, o equivalente a 0,4% da população total da freguesia; a de Nossa Senhora da Ajuda, a mais rica do ponto de vista agrícola, compunha-se de apenas 86 escravos num total de mais de três mil habitantes; mesmo na freguesia de São Lourenço, então a mais populosa da ilha, com 5 195 habitantes, os escravos eram em número de 491, ou seja, menos de 10% da população total. Cf. José Fernandes da Silva Leão, «Relatório do Cirurgião-Mor da Província de Cabo Verde sobre a cholera-morbus na ilha do Fogo em 1885», *op. cit.*, pp. 359-360.

total, tratava-se de uma escravidão essencialmente doméstica. Como veremos adiante (capítulo 15), este tipo de escravatura, pela maior proximidade física que impunha a escravos e proprietários de escravos, tendia a corroer a lógica dicotómica do sistema escravocrata-tipo, caracterizada pela posse e pela privação absolutas de poder.

Um século depois, na transição da primeira para a segunda metade de Novecentos, Orlando Ribeiro estimava que a «cidadezinha» possuísse cerca de dois mil habitantes⁸⁶⁹. Em 1950, os agentes recenseadores consideraram que, entre os 17 520 ilhéus computados, 172 eram *brancos* e que, destes, 29 eram analfabetos⁸⁷⁰. Conquanto o capital escolar dos *brancos*, mormente das mulheres, não fosse muitas vezes além da instrução primária, pelo menos a alfabetização era-lhes assegurada. O facto de os censores terem deparado com quase três dezenas de analfabetos entre os *brancos* revela que a recolha assentou em critérios de classificação muito distantes dos que serviram de base à nossa categorização de *branco*. As indicações junto dos agentes censuários foram no sentido de classificar os indivíduos não de acordo com os seus caracteres somáticos, como ocorrera com o recenseamento de 1940, mas antes com a raça dos ascendentes. Porém, elas não devem ter sido inteiramente seguidas, porquanto o número de indivíduos de (suposta) ascendência exclusivamente europeia seria, em 1950, muito menor. Entre os 172 *brancos* recenseados, encontrar-se-iam não apenas os abrangidos pela nossa conceptualização – que eram, pelo menos, alfabetizados –, como outros indivíduos de tipo somático predominantemente europeu, mas cuja ascendência seria em muitos casos ilegítima e que eram exteriores ao grupo de famílias que haviam constituído a elite económica, política, social e cultural insular. Só assim se explica que quase três dezenas fossem analfabetos. Para o número de 172 *brancos* em 1950, que nos parece excessivo, terá contribuído também uma tendência, que Carreira considera notória, para o embranquecimento da população nas recolhas censitárias.

No princípio, sensivelmente a meio e no fim do quadro temporal da nossa pesquisa, a distribuição da população por *raças*, nos censos de 1900 e 1930, ou segundo os *tipos somáticos*, no de 1950, apresentava-se assim aos agentes recenseadores:

Quadro 7 – População da ilha do Fogo, segundo a raça/tipo somático

Anos	Branco	Mistos	Pretos	Total
1900	206	14 268	3 146	17 620
1930	358 ⁸⁷¹	16 502	3 493	20 353
1950	172	17 062	284	17 520 ⁸⁷²

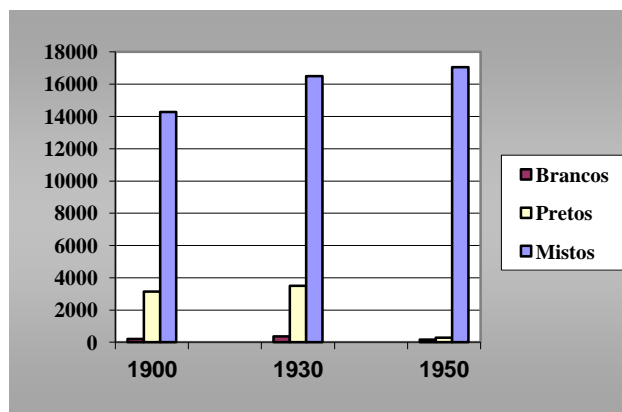
Fonte: Anuários Estatísticos, Estatísticas Gerais e Recenseamentos Gerais da População

⁸⁶⁹ *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 160.

⁸⁷⁰ *VIII Recenseamento Geral da População da Província de Cabo Verde em 1950*, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1953, pp. 38, 40 e 42.

⁸⁷¹ Só tendo em conta a grande diversidade de critérios classificatórios, se podem aceitar valores de três centenas e meia de indivíduos para a população *branca* da ilha. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição, de que a cidade de São Filipe era a sede, concentrava a quase totalidade dos *brancos* da ilha – 332 dos 358, ou seja, 92,7%.

⁸⁷² Por vezes, os agentes recenseadores consideravam ainda as categorias raciais 'outras' ou 'ignoradas', motivo pelo qual a soma dos totais das três grandes categorias consideradas nem sempre coincide com a soma total da população.



Fonte: Anuários Estatísticos, Estatísticas Gerais e Recenseamentos Gerais da População

Figura 9 – População da ilha do Fogo, segundo a raça/tipo somático

Apesar de o campo coberto pelos dados estatísticos corresponder ao campo de análise do nosso trabalho, já que os censos decenais começaram a efectuar-se, por determinação da Carta de Lei de 17 de Agosto de 1899, a partir de 1900, os valores apurados por raça dão-nos apenas aproximações dos quantitativos dos três tipos considerados (*branco*, *misto* e *preto*). A raça constitui uma categoria demasiado fluida, sobretudo em contextos panmiscigénicos como o cabo-verdiano, para ser quantificada por uma recolha que, para além dos critérios orientadores, é muito tributária da interferência do olhar do agente censuário. A própria sistematização dos dados recolhidos pela leitura visual dos traços somáticos impunha uma hierarquia de critérios deixada ao desígnio do agente, que concederia nuns casos primazia à cor da pele, noutros à textura do cabelo, noutros ainda ao formato do nariz ou dos lábios, sendo que cada um destes atributos exigia muitas vezes a colocação do indivíduo recenseado em categorias racializadas diferentes.

Paralelamente aos números apurados pelos censos, sujeitos a critérios variáveis, como vimos, e omissos quanto ao panorama demográfico do único centro urbano da ilha, procurámos chegar a um número aproximado da população *branca* de São Filipe (que reunia a quase totalidade dos *brancos* do Fogo), de acordo com a conceptualização que aqui fizemos, seguindo o critério patronímico, e a partir das listas de eleitores para a presidência e vereação camarárias. Confirmados os nomes nas relações genealógicas disponíveis, das listas de 1913 e 1926, respectivamente, vinte e oito e vinte e seis dos inscritos podem ser seguramente identificados como *brancos*. Dado que a lista é exclusivamente composta por homens e que a taxa de masculinidade na ilha se revelou sempre inferior nos censos (a assimetria entre os dois sexos só parcialmente é reputável à emigração, eminentemente masculina, na época), teremos de considerar uma população *branca* feminina pelo menos ligeiramente superior à masculina. Apesar de alguns homens e mulheres terem permanecido solteiros e, por isso, sem descendência *branca*, e de outros terem enviuvado cedo, mas atendendo também a que as mulheres *brancas* partilhavam com as *não-brancas* uma elevada fecundidade, parece-nos que o segmento *branco* da cidade atingiria mais de uma centena e meia de indivíduos, até ao final

da década de vinte, ou seja, a época das mudanças aceleradas na geografia da distribuição das posições sociais. Este número de *brancos* equivaleria a cerca de um décimo da população total da cidade. A partir de então, a saída da ilha de alguns agregados familiares *brancos*, frequentemente daqueles que reuniam mais diplomas escolares, procurando alternativas de colocação noutras áreas do espaço colonial português e na metrópole, foi diminuindo gradualmente o número de *brancos* da cidade.

9.2. As manifestações espaciais da desigualdade das posições

O espaço não é um vácuo social, um mero cenário onde se inscreve a acção humana; os elementos físicos – as ruas, as habitações, as praças e pracetas – não constituem elementos anódinos no decurso das interacções. O espaço é produzido no decurso dessas interacções ou, como pretendia Henri Lefebvre, ele é a materialização ou concretização material do social. A interpretação materialista da espacialidade, de Edward Soja, muito influenciada pela teorização de Lefebvre, contempla esta articulação entre a produção social do espaço e a dimensão espacial das relações sociais. Ao conceptualizar a espacialidade simultaneamente como produto e estruturação da vida social, Soja realça este carácter construído e construtor da espacialidade, o que tem como corolário que esta não tem existência fora do âmbito do social onde foi gerada, e, ao mesmo tempo, a necessária contemplação da dimensão espacial por parte da teoria social⁸⁷³. A espacialidade é assim o espaço socialmente construído – é simultaneamente espaço físico, espaço social, espaço simbólico.

Assim como o espaço é um produto social⁸⁷⁴, também a sociedade é espacialmente construída. As práticas sociais são práticas espaciais, também no sentido em que, no curso das interacções, a gestão da distância física se articula com a gestão das posições – de afastamento ou de proximidade – na hierarquia do espaço social, comunicando-as. A configuração espacial dos agregados populacionais, mormente dos urbanos, tende a traduzir as assimetrias inter-individuais e intergrupais e a reproduzir as relações de dominação, que são também relações de dominação pela apropriação do espaço.

A organização social do espaço urbano de São Filipe parece-nos, pois, uma fonte de informações relevante sobre a distribuição dos indivíduos e dos grupos pelo espaço de relações e sobre os sistemas assimétricos que a configuravam. Deter-nos-emos um pouco na descrição deste espaço urbano, do seu edificado, cartografando a localização das residências e a evolução da sua distribuição familiar, de forma a permitir-nos referenciar a apropriação racial e económica do espaço da cidade.

A fundação inicial da Vila, com o seu primeiro núcleo de casas, ter-se-á dado na Achada São Filipe, sobre a falésia que dava para o 'porto' de Nossa Senhora, de onde se

⁸⁷³ Edward Soja, «The Spatiality of Social Life: Towards a Transformative Retheorisation», in Derek Gregory & John Urry (orgs.), *Social Relations and Spatial Structures*, Houndmills etc, Macmillan Education, 2ª ed., 1987, pp. 92-95.

⁸⁷⁴ Yves Grafmeyer, *Sociologia urbana*, Mem Martins, s.d. [1994], p. 32.

escoava o algodão, principal produto usado no escambo com a costa da Guiné. A Achada situa-se a Sul da actual cidade de São Filipe e está separada desta pela ribeira São João (ou ribeira *Nhô Djlormo*, como é localmente designada⁸⁷⁵). É lá que se situa o *Cemitério di Baxo*, o mais antigo dos dois cemitérios da cidade, no local do qual terá havido uma capela dedicada a São Filipe. Só uma pesquisa documental mais exaustiva e sobretudo uma investigação arqueológica em todo o pequeno planalto revelaria dados mais precisos sobre o povoamento inicial da cidade.

Centro administrativo da ilha, apesar de se situar numa das suas vertentes mais áridas, São Filipe é uma cidade disposta em anfiteatro, cujo edificado se estende até à falésia da praia de *Fonti Bila*⁸⁷⁶ (vd. anexo II, figuras 5 e 6, pp. 560-561). O seu traçado urbanístico e arquitectónico assemelha-se ao estilo das vilas coevas metropolitanas: algumas praças, pracetas e largos, dois jardins (o maior, com coreto e quiosque, fronteiro ao edifício dos Paços do Concelho, o mais pequeno, posterior, no largo da Alfândega), igreja, hospital, botica (no forte D. Carlota, também edifício da antiga alfândega, posteriormente, convertido em cadeia), algumas lojas. Também a sua implantação litoral se insere na tradição urbanística portuguesa. A *Bila-Baxo* (Vila-Baixa) começava na falésia sobre o mar e estendia-se para Norte, até à Achada Pato (se bem que a área urbana se prolongasse até à ribeira Trindade), para Leste, até ao Alto de São Pedro, e para Sul, até à ribeira do Lém; no Alto de São Pedro e para Leste, começava a *Bila-Riba* (Vila-Riba).

A impressão que São Filipe tem deixado é bastante heterogénea. Em 1841, Chelmicki apresenta São Filipe como uma vila com pouco mais de cem fogos, «algumas boas casas», «caíadas e telhadas», mas completamente desarborizada. Década e meia depois, o cônsul britânico no arquipélago, John Rendall, confirmava que as casas eram amplas e bem construídas. No último quartel, o governador da província descrevia a cidade como uma «povoação muito pequena, irregular e onde poucas são as casas de boa aparência. Nada tem de notável. Há ali uma pequena igreja um pouco arruinada (...) Acham-se apenas levantadas as paredes para uma outra igreja»⁸⁷⁷. No seu relatório anual, o governador da província queixava-se, em 1881, do pouco asseio das ruas e quintais e ainda da ausência de um muro que delimitasse o espaço onde se depositavam as sepulturas, que ficavam, assim, expostas à predação dos animais. Apenas meio século depois, Archibald Lyall, depois de duas estadias no arquipélago, em 1936 e em 1937, chamava a São Filipe «a mais pequena, adormecida e esquecida pequena cidade do mundo», mas, ainda assim, uma cidade. Já Agostinho Vieira descreve-a, em 1940, como «pequenina cidade, com cerca de 500 almas, talvez a mais *célebre* entre as cidades do mundo, por ser a mais pequena e pobre»⁸⁷⁸.

⁸⁷⁵ *Djlormo* é uma corruptela de Jerónimo, nome do penúltimo morgado de Pico Pires, cuja família (Sacramento Monteiro) era proprietária das terras da Achada de São Filipe.

⁸⁷⁶ Fonte da Vila.

⁸⁷⁷ Quatro anos depois, em 1882, já estava concluída a construção da igreja matriz. (Cf. *Relatório do Governo Geral da Província de Cabo Verde referido ao ano de 1882*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 397). A terem existido todas, em pouco mais de três décadas, terão ruído sete das oito igrejas referidas por Chelmicki.

⁸⁷⁸ Cf., respectivamente, José Conrado de Chelmicki, *Corografia cabo-verdiana ou descrição geográfico-histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, tomo I, Lisboa, Tipografia de L. C. da Cunha, 1841, pp. 86-87; John Rendall, *Guide des Iles du Cap Vert*, Rennes, Université de Haute-Bretagne-Rennes 2, s.d. [1856], p. 88; *Relatórios do Governador Geral da Província de Cabo Verde sobre o estado da mesma Província, e em especial do Distrito da Guiné*

O modo de apropriação do espaço urbano correspondeu ao quadro geral das relações raciais, económicas, políticas e culturais. Numa pequena vila, depois cidade, como São Filipe, o outro racial e social estava sempre ao alcance da interacção. Esta proximidade física coexistia, contudo, com um grande distanciamento social, que os *brancos* cultivavam, pela celebração das afinidades no interior do grupo, e, conseqüentemente, pela celebração das diferenças face aos *não-brancos*. Assentar residência nas proximidades imediatas dos locais de maior centralidade simbólica fazia parte destas estratégias de diferenciação. A hierarquização do espaço acompanhou a hierarquização das posições: o centro urbano passou a identificar-se com o segmento *branco* dominante e a periferia com os mais desprovidos de todos os tipos de capital. A localização residencial revelava também a hierarquia política, assistindo-se à correspondência entre os vários níveis de participação na gestão concelhia e os estratos sócio-raciais: *brancos* no centro, *mestiços* remediados logo após, e *negros* na periferia. O anexo IV apresenta a nossa proposta de cartografia residencial do espaço urbano de São Filipe, de acordo com a apropriação sócio-racial (vd. pp. 576-580).

A grande parte das residências das principais famílias situava-se nas ruas que convergiam para os largos centrais, para onde davam os principais edifícios institucionais, civil e religioso: o da praça João Pais de Vasconcelos, defronte dos Paços do Concelho, e o da igreja de Nossa Senhora da Conceição (vd. anexo III, figuras 9 a 15, pp. 566-569; anexo IV, ponto 1., p. 578; e anexo V, figura 29, p. 581). Não se tratava, curiosamente, de um único largo central que agregasse as duas principais edificações, a igreja e o edifício dos Paços do Concelho. No tecido urbano da época em estudo, a localização da igreja e da câmara, pólos das actividades religiosa e político-administrativa da colectividade, se bem que próxima e alinhada paralelamente, estava já diferenciada. Os sobrados dos *brancos* davam para estes dois largos e, nas suas traseiras ou no alinhamento das suas fachadas laterais, muitos *não-brancos* ‘remediados’ – pequenos funcionários camarários e alfandegários, empregados comerciais e dos ofícios manuais e mecânicos – moravam em habitações de um só piso.

Os *negros* estavam circunscritos à periferia Norte da cidade, a Achada Pato, que terá sido a primeira zona de *fonte-aleixo* (ou *funco-aleixo*), expressão que na ilha denomina um bairro de funcos, casas sem telha e de pedra solta. Ainda em princípios de Cinquenta, Orlando Ribeiro menciona esta área de São Filipe, habitada pelas criadas que serviam na casa dos *brancos* ou dos *mestiços* abastados, por pescadores, catraeiros e mendigos, como a sua zona mais pobre, no meio de milheirais e recintos para gado⁸⁷⁹ (vd. anexo III, figura 28, p. 575).

A generalidade dos informantes associou *fonte-aleixo* ao local de maior concentração de casas com cobertura vegetal; houve, contudo, quem tivesse designado assim quer o local quer as próprias construções: «*Fonti-leixo era casa di palha*, casa coberta com palha é que se

Portuguesa referidos ao ano de 1878, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879, p. 14; Relatório do Governo Geral da Província de Cabo Verde referido ao ano de 1881; Archibald Lyall, *Black and White Make Brown: An Account of a Journey to the Cape Verde Islands and Portuguese Guinea*, Londres/Toronto, William Heinemann LTD, 1938, p. 139; e Agostinho Vieira, *Ilhas de Cabo Verde parcelas do Império (Impressões de viagem, notas históricas e apontamentos folclóricos)*, Lisboa, s.e., 1940, p. 90.

⁸⁷⁹ A ilha do Fogo e as suas erupções, op. cit., p. 156.

chamava *Fonti-Leixo*, hoje chama Santa Filomena⁸⁸⁰.» (Rita) Esta definição coincide parcialmente com a que encontramos num código de posturas da Câmara Municipal, com uma diferença, porém: enquanto neste se referenciam «as cubatas denominadas 'Fonte Aleixo'»⁸⁸¹, diferenciando-as das «casas cobertas de palha», para Rita, todas as construções em palha, independentemente da tipologia e tipo de construção, são incluídas na categoria, sendo simplesmente a cobertura vegetal a caracterizar este tipo de habitação.

Na década de trinta, os novos responsáveis camarários pretendiam expulsar do centro da cidade este tipo de construções e realojar os seus moradores na periferia, em espaços já confinantes com as áreas rurais, de modo a conferir a São Filipe uma aparência e higiene mais condizentes com o estatuto de cidade que adquirira na década anterior. Com este objectivo, em 1931, a Comissão Municipal deliberou proceder à matriz dos funcos levantados em terreno camarário, na área urbana de São Filipe, para impor aos moradores o pagamento do imposto municipal, sob pena de desalojamento⁸⁸². Porém, dois anos depois, em sessão ordinária de Dezembro de 1933, a mesma Comissão resolveu suspender o imposto de palhota, atendendo às muito precárias condições de vida dos seus habitantes, deliberando apenas não permitir a construção de novos funcos⁸⁸³.

No código de posturas camarárias aprovado em 1931, e à semelhança do anteriormente em vigor, proibia-se, no seu artigo 22.º, a utilização de palha na cobertura das casas da cidade («É defeso cobrir de palha as casas da cidade de S. Filipe e povoações do concelho») e estipulava-se sobre as casas cobertas de palha e as «cubatas» já existentes na cidade. Eram concedidos seis meses aos proprietários de casas cobertas de palha para retirassem esta cobertura e as cobrissem de telha de barro, sob pena de pagamento de multa e de serem compulsivamente descobertas (§2); contudo, atendendo ao preço dos materiais, permitia-se, em certas condições e sob prévia autorização camarária, a cobertura em colmo das habitações (§2). Ao código anterior, acrescentavam-se disposições relativas aos possuidores de «cubatas», aos quais se davam três meses para que as destruíssem (§4), permitindo-se-lhes, porém, que as reconstruíssem em local a designar pela Câmara, até que a programada construção de um bairro económico estivesse concluída (§5)⁸⁸⁴.

A desfuncionalização do centro da cidade só foi empreendida, porém, em meados do século, pelo administrador Luís Silva Rendall, que protagonizou grandes transformações no traçado urbano e dotou a cidade de infraestruturas até então inexistentes: a rede de esgotos, a primeira pista de aviação da ilha⁸⁸⁵, grande parte dos arruamentos e do calcetamento, várias pracetas, uma maternidade (vd. anexo III, figura 26, p. 573), o jardim do Presídio. Rendall pretendia que a zona onde o hospital, a maternidade e a escola primária estavam implantados

⁸⁸⁰ Zona alta da cidade, que albergava os mais desapossados e onde se concentravam os funcos, envoltos em mato e à volta dos quais se passeava o gado. Actualmente, constitui um bairro em expansão urbanística.

⁸⁸¹ *Código de Posturas da Câmara Municipal do Concelho do Fogo*, cap. II, secção II, art. 22.º, p. 8, *BO*, nº 30, Suplemento nº 7, 1931.

⁸⁸² Sessão ordinária de 10 de Dezembro de 1931. AHN, RPSAC, Cx. 16 – Correspondência recebida da Câmara Municipal do Concelho do Fogo, Janeiro de 1932-Janeiro de 1933.

⁸⁸³ AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D2\Cx016 – Correspondência recebida da Câmara Municipal do Concelho do Fogo, Janeiro de 1932-Janeiro de 1933.

⁸⁸⁴ *Código de Posturas da Câmara Municipal do Concelho do Fogo*, cap. II, secção II, art. 22.º, p. 8.

⁸⁸⁵ Em Julho de 1956, aterrou o primeiro avião na pista de São Filipe. Cf. *Cabo Verde*, ano VII, nº 83, p. 25.

constituíssem uma grande artéria, o que exigia o desvio dos funcos para a periferia Leste da cidade.

Em meados do século XX, Teixeira de Sousa comentava a inércia e a apatia dos habitantes, contrastante quer com a vitalidade que os órgãos municipais revelavam, quer com a iniciativa privada de outrora, que fora o eixo do progresso urbanístico:

Quando se construiu a maior parte dos antigos *sobrados*, a vila era uma trapalhada de espinheiros, ravinas e pedregulhos. De tal forma que se andava de cartola aos pontapés em latas velhas. Ainda conheci esse S. Filipe arranjado no interior das casas e caótico nos seus largos e ruas. E era assim ainda quando um seu ilustre filho, então Ministro das Colónias, lhe concedeu categoria de cidade.⁸⁸⁶

A partir do segundo quartel do século XX, diz, a ordem inverteu-se: a limpeza e o embelezamento dos espaços exteriores não foram acompanhados pela melhoria do edificado, que exigia recursos que os proprietários – *brancos* – deixaram de possuir. Foi a época em que se iniciou a construção das principais infraestruturas da cidade. HTS atribui à facção do segmento *branco* que tomou o poder concelhio nos últimos anos da década de vinte e que o manteve até princípios da década de quarenta, de que se destacaram sobretudo os Monteiro de Macedo e os Avelino Henriques, maior capacidade de acção que às anteriores vereações e administrações⁸⁸⁷. De facto, durante a sua presidência camarária, e à escala de São Filipe, Joaquim de Macedo fez o que o irmão Abílio de Macedo havia feito nos anos imediatamente anteriores na cidade da Praia, onde fora presidente da Câmara: reconstruiu a cidade, reparando as ruas e as canalizações de água danificadas pelo ciclone de Setembro de 1927, fez aterros e desaterros, deve-se-lhe a que é ainda a principal praça pública da cidade, a João Pais de Vasconcelos (com coreto, quiosque, canteiros arborizados, hidráulica para rega, passeios cimentados, gradeamentos de cimento armado e escadaria em alvenaria, construídos também noutros locais da cidade, como as praças 5 de Outubro e Pato Moniz), calçetou as principais ruas, construiu o edifício da central eléctrica (vd. anexo III, figuras 23 e 24, p. 572) e instalou a rede eléctrica para iluminação pública e particular (Joaquim de Macedo era engenheiro electrotécnico).⁸⁸⁸ A Câmara sob sua presidência elaborou um novo código de posturas (o anterior já tinha décadas), comprou bancos para as praças públicas, equipou o edifício dos Paços do Concelho, onde, para além da Câmara, estavam instaladas outras dependências públicas, como a Administração do concelho, os serviços do registo civil, do notário, do Julgado Instrutor e, depois de ter adaptado as caves do edifício, do posto de polícia.

⁸⁸⁶ «A ilha do Fogo e a sua cidade», *Cabo Verde*, ano VIII, nº 96, 1957, p. 7. HTS equivoca-se quanto às datas: quando São Filipe é elevada a cidade, o ministro das colónias era o metropolitano Alfredo Rodrigues Gaspar. Houve, de facto, dois fogueteiros ministros das colónias durante a Primeira República, José Barbosa e Carlos Eugénio de Vasconcelos; porém, o primeiro fora-o em 1920 e o último em 1924-1925.

⁸⁸⁷ «Apontamento para um romance: ilha do Fogo dos anos 27 e 28», *Magma*, nº 2, ano I, Novembro 1988, p. 29.

⁸⁸⁸ Na década de trinta, não havia ainda, contudo, electricidade nas habitações durante a noite, porque a central eléctrica da cidade só tinha capacidade para assegurar um serviço de sete horas diárias. (Cf. Agnelo Avelino Henriques, *Relatório anual (ano de 1935) da Administração do Concelho da Ilha do Fogo*, op. cit., p. 5) A situação terá piorado na década seguinte, porquanto, em 1945, havia electricidade apenas duas horas por dia, das 19 às 21 horas (pelo menos de acordo com o testemunho de Luís de Saldanha Oliveira e Sousa, *Cartas de Cabo Verde*, separata da revista *O Rosário*, 1946, p. 24).

O novo equipamento contemplava mobília, cortinados e galerias⁸⁸⁹, um aparelho para a reprodução de cópias, três máquinas de escrever, uma grafonola, lavatório. Segundo afirma, quando tomou posse, a Câmara possuía como mobiliário apenas duas cadeiras, tendo sido recebido, tal como os vereadores, em caixotes de petróleo vazios⁸⁹⁰.

A cidade (e a ilha) continuou, contudo, sem outros importantes equipamentos, como um hospital, que só na década de trinta foi construído e na seguinte apetrechado (vd. anexo III, figura 25, p. 574). Em 1936, o relatório anual do administrador mencionava a futura construção de um hospital-enfermaria em São Filipe, já que a cidade apenas dispunha de uma enfermaria que funcionava junto da Delegação de Saúde, e que não contava senão com quatro camas⁸⁹¹. O edifício do hospital ficou pronto em 1937; porém, as crises da década de quarenta impuseram que fosse utilizado como albergue para recolhimento dos famintos moribundos. Em 1943, o hospital, ao qual foi dado o nome de *Amadeu Gomes de Figueiredo*, em homenagem ao governador que disponibilizara parte da verba para a sua construção, ainda não estava apetrechado. Os responsáveis municipais decidiram, então, oferecê-lo ao Governo da colónia, para que o equipasse.

Em meados do século, ainda não havia sentinas públicas, nem rede de esgotos na cidade⁸⁹². Quanto à disponibilidade de água potável, a grande condicionante histórica da vida económica da ilha, durante todo o período estudado, fez parte dos assuntos recorrentes das sessões camarárias. A água era um bem tão escasso e precioso que, quando um indivíduo partiu «uns canos da canalização pública (...) por (...) não poder beber água salgada e não haver próximo água doce de que (...) pudesse servir-se», foi preso e assim foi mantido durante cinco anos⁸⁹³.

Na última década do século XIX, pela iniciativa de Serpa Pinto, então governador da província, fez-se a captação da água da nascente da Aguadinha, cujos depósitos ficavam na periferia da cidade (vd. anexo III, figura 22, p. 571). Até aí, a água era transportada da Praia Ladrão, a cerca de sete quilómetros da Vila, em *barquinhos*, odres de pele de cabra envoltos em gordura, o que lhe conferia um sabor descrito sempre como muito desagradável. À semelhança da Aguadinha, também no interior da ilha havia depósitos de água de venda ao público; porém, num e noutro casos, apenas para quem a pudesse custear. As cisternas privadas possuídas pelos mais abastados (em São Filipe, existiam, em princípios de Cinquenta, vinte e duas cisternas, onde se recolhia a água da chuva, que se utilizava para consumo próprio, se dava ou

⁸⁸⁹ Segundo o próprio afirma, Cf. Depoimento de Joaquim Monteiro de Macedo, pp. 271v-273v. AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro de 1934.

⁸⁹⁰ Cf. Depoimento de Joaquim Monteiro de Macedo, pp. 271v-273v. AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro de 1934.

⁸⁹¹ Agnelo Avelino Henriques, *Relatório anual (ano de 1935) da Administração do Concelho da Ilha do Fogo*, op. cit., pp. 4-5.

⁸⁹² HTS, «A ilha do Fogo e a sua cidade», op. cit., p. 8. Em 1950, a Junta Local ainda continuava a programar construir uma latrina, quando, já em 1895, o administrador do concelho falava da necessidade de se construírem sentinas públicas: «são as ruas da Vila para isso (...) as ruas amanhecem cheias de esterco e imundícies». AHN, SGG, A1/A3.6/Cx.141, peça 8 – Orçamento da Câmara Municipal do Fogo, 1895.

⁸⁹³ A certidão passada pela comarca de Sotavento, subscrita e assinada pelo escrivão de direito, José Manuel Madeira Rolão, em 6 de Abril de 1938, dá conta que o infractor esteve preso de 2 de Abril de 1933 a 4 de Fevereiro de 1938. AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx009 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1938.

se vendia⁸⁹⁴), cobravam preços muito superiores aos das públicas, só ao alcance de muito poucos. Daí que a prática de pacientemente, durante horas, recolher a água dos débeis *tchupadêros* (chupadeiros), e depois transportá-la, à cabeça das mulheres ou sobre o lombo de burros, até aos locais do consumo, continuasse ainda pela segunda metade do século XX⁸⁹⁵. A canalização de água da Praia Ladrão para São Filipe só se fez depois do período abarcado por este estudo, tendo o edifício da Câmara sido o primeiro a ter instalação de água, em Março de 1956. Em Agosto do mesmo ano, já quinze habitantes a tinham⁸⁹⁶.

Na década de cinquenta, já a antiga elite *branca*, proprietária da maior parte dos sobrados do centro da cidade, estava numericamente reduzida e desfalcada dos recursos económicos que lhe permitiriam a reprodução dos estilos de vida de antanho e mesmo o restauro das suas casas arruinadas. O número de armazéns e escritórios comerciais que se situavam junto do 'porto' de desembarque de mercadorias, e que na década de cinquenta já estava em ruínas, indiciava uma anterior actividade comercial bem mais relevante⁸⁹⁷.

A mobilidade geográfica acompanhou a trajectória económica – ascendente ou descendente – dos são-filipenses. No período abarcado pela nossa pesquisa, registaram-se dois tipos diferentes de mobilidade residencial em São Filipe: a protagonizada por alguns ramos familiares da elite *branca* da cidade, supostamente em busca de um desafogo de espaço que a concentração residencial no centro da cidade já não permitia, e a que exprimiu trajectos no espaço de relações sociais.

A partir das primeiras décadas do século XX, alguns *não-brancos* que se tinham convertido em importantes comerciantes do interior, ou que haviam feito o percurso americano da prosperidade económica, fizeram a sua trajectória geográfica em direcção à Vila. Outros que já aqui residiam, mas na periferia, ergueram sobrados no centro ou adquiriram-nos a *brancos* que haviam deixado a ilha ou a quem a crescente falta de meios materiais obrigava a vender. Num e noutro casos, a deslocação de famílias de *não-brancos* emergentes para o centro da cidade não é somente reveladora da sua trajectória ascendente, como constituiu também um factor actuante nessa trajectória.

A proximidade espacial também actua sobre as atitudes e os comportamentos residenciais (o mimetismo das construções dos *brancos*, da decoração dos seus interiores, da sua forma de habitar a casa), já que «os cidadãos terão tendência a alinhar-se segundo os modelos que prevalecem na sua vizinhança ("efeito de contexto")»⁸⁹⁸. As oportunidades de alargamento do quadro de relações, o acréscimo de prestígio de que o local da nova residência reveste a família, evidenciando o seu sucesso económico, são também factores de requalificação e reposicionamento sociais. Fincar sobrado e habitar na Vila era, pois, um importante canal de *embranquecimento*.

Inversamente, a trajectória descendente de um indivíduo ou família, a deslocação da sua residência do centro para a periferia urbana, pode multiplicar as ocasiões de interacções e

⁸⁹⁴ Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 78.

⁸⁹⁵ E continua ainda, já que a água canalizada não é acessível a todos os fogos dispersos pelo interior das ilhas.

⁸⁹⁶ *Cabo Verde*, ano VII, nº 83, p. 22.

⁸⁹⁷ HTS, «A ilha do Fogo e a sua cidade», op. cit., p. 9.

⁸⁹⁸ Yves Grafmeyer, op. cit., p. 34.

sociabilidades diminuidoras de consideração social, acentuando assim a orientação descendente do seu processo de mobilidade. Mesmo sem mencionar o tipo de habitação e as experiências residenciais que possibilita, o simples facto de ter de percorrer determinada distância – que não é meramente física, já que o espaço humanizado é, como vimos, dotado de sentido e alvo de avaliação diferencial – para ter acesso aos bens e serviços que a cidade disponibiliza, pode constituir um elemento de requalificação estatutária: «[...], filha de [...] morreu a mãe, rendimentos não eram nenhuns, foi ficando, foi ficando até que um dia, não podendo, passou a viver da caridade de uma família mestiça, em Santa Filomena⁸⁹⁹, lá em cima, e era vê-la a descer todo esse caminho, ela que antes ia à igreja a dois passos.» (Manuel) O estado de abandono e a venda dos sobrados urbanos por parte dos *brancos* exprimiam frequentemente o empobrecimento das famílias da antiga elite, ou pelo menos indiciam a percepção a montante do processo de decadência social e política que a diminuição das receitas fundiárias arrastava consigo.

A identidade *branca* assentara também na apropriação do centro da cidade. A dispersão do conjunto de famílias – para a periferia urbana, para o interior da ilha ou, como se acentuou no período estudado, para o exterior da ilha –, movida em grande medida por considerações económicas, terá também ajudado a fragilizar a coesão interna do grupo. Como refere Grafmeyer, «os lugares habitados e praticados podem servir de suporte, mas também de operadores mais ou menos eficazes para manter a coerência e a coesão de um grupo»⁹⁰⁰, tal como, acrescentamos, reforçar a diferenciação e distância face a outros, sobretudo se percepcionarmos os grupos como sistemas de interacção⁹⁰¹. Nesta medida, a configuração do espaço urbano é produto e produtora das relações sociais assimétricas.

O outro tipo de mobilidade residencial observado foi o iniciado no final da penúltima década do século XIX e prosseguido nas primeiras do XX, e diz respeito à deslocação de algumas famílias do segmento *branco* da parte baixa e nobre da cidade (Vila-Baixo) para a parte alta (Vila-Riba). Esta mudança teve como protagonista o núcleo central dos Monteiro de Macedo, que construiu um enorme sobrado no Alto de São Pedro⁹⁰² (vd. anexo III, figura 19, p. 570, e anexo V, figuras 31 e 32, p. 581), onde existia um barranco que bipartia a cidade e onde, posteriormente, seria construído um paredão (vd. anexo III, figuras 18 a 20, pp. 570-571, e anexo V, figura 34, p. 582), entre a última década de Oitocentos e a primeira de Novecentos⁹⁰³. Sobre as motivações que originaram estas deslocações de alguns ramos familiares *brancos* para a Vila-Riba e a expansão do edificado para Leste, para além dos

⁸⁹⁹ Bairro periférico da cidade, para onde se deslocaram os funcos antes existentes em Achada Pato, e onde residiam os menos abastados e os menos considerados socialmente.

⁹⁰⁰ *Op. cit.*, p. 97.

⁹⁰¹ Anthony Giddens, *Novas regras do Método Sociológico*, op. cit., p. 140.

⁹⁰² Miguel Alves refere, no entanto, a existência, em tempos recuados, no alto da Vila-Riba, de um grande sobrado, propriedade de Albino Avelino, de que, ao tempo em que escreve (1991), apenas restava a área de terreno onde tinha estado implantado e uma cisterna. Cf. *Cabo Verde, Ilha do Fogo: São Filipe, sua evolução até à categoria de cidade*, s.l., Edição do Autor, 1992, p. 23. Algumas fotografias a que acedemos atestam, de facto, um edifício extenso no Alto de São Pedro, já desaparecido. A sua existência só aparentemente contraria a data que apresentámos (o fim do século XIX) como tendo marcado o início do processo de mobilidade de alguns ramos familiares do segmento *branco* para a zona Leste da vila, porquanto se teria tratado de um caso isolado. É, porém, assunto a necessitar de pesquisa mais aprofundada.

⁹⁰³ Nele decorreram as gravações de *Ilhéu de Contenda*, a adaptação cinematográfica do segundo volume homónimo da trilogia de Henrique Teixeira de Sousa. O sobrado dos Monteiro de Macedo é comumente apresentado como principal *ex-libris* da cidade.

testemunhos de dois descendentes do casal que as iniciou, dispomos apenas de algumas alusões feitas por Abílio de Macedo nas suas memórias auto-biográficas. Quanto aos primeiros, afirmam ter-se devido apenas à determinação do casal João Monteiro de Macedo e Ana Botelho da Costa, em busca de espaço para uma habitação grande (em torno da qual posteriormente seria construído um jardim) e vista desimpedida sobre o mar e a ilha Brava. No que respeita a Abílio de Macedo, um dos filhos do casal construtor, narra o desagrado que a mudança para a Vila-Riba lhe causou e aos irmãos, devido às rivalidades entre as facções infanto-juvenis das partes alta e baixa da Vila, não fazendo, porém, quaisquer revelações sobre as origens destas facções nem sobre o que teria mobilizado os pais para deixar a Vila-Baixo.

Parece-nos, porém, que, ainda que a mudança dos Monteiro de Macedo tenha obedecido apenas à necessidade de espaço para construir uma grande habitação – tratava-se do ramo economicamente mais empreendedor e um dos mais prósperos do segmento *branco* da cidade –, o facto de terem sido seguidos pelos Henriques, tradicionais aliados nas quezílias entre facções familiares rivais, ajudou a territorializar, cimentando-os, os ódios e as perseguições entre os dois grupos de famílias, que tomaram forma na segunda década do século XX e se estenderam pelas seguintes (sobre os factores que terão exacerbado estas contendas, *vd. infra*, pp. 367 e ss.). A demarcação Vila-Baixo/Vila-Riba, sendo pré-existente, ganhou também, assim, um teor político⁹⁰⁴.

O Alto de São Pedro consiste num paredão que continua a definir duas áreas na cidade, delimitando as suas partes alta e baixa. O seu significado e importância simbólicos são diferentemente percebidos: de (1) apenas marco físico de demarcação de duas áreas de influência das crianças da cidade («Isso não tem nada a ver com famílias. Coisas de crianças. No meu tempo, todas as crianças de Vila-Baixo não podiam subir para além do Alto de São Pedro..., mas todas as crianças de todos os extractos! (...) havia umas pedradas, mas benéficas normalmente.» António), a (2) linha divisória que separava a elite racial, política e económica da cidade, sedeadas na Vila-Baixo, da população *mestiça*, descendente de antepassados dos habitantes da Vila-Baixo, mas sem o seu património racial (supostamente) impoluto, e que habitavam na Vila-Riba («Do lado de São Pedro para cima, que era... as famílias assim mais... aquelas famílias que não são legítimas (...) famílias dos filhos de fora.» Margarida) Porém, se o Alto de São Pedro definia, em certa medida, a legitimidade ou a ilegitimidade do nascimento, ele não a assegurava inteiramente, porquanto, como dissemos, nas traseiras dos sobrados da Vila-Baixo ou na parte posterior das ruas que convergiam para os largos para os quais davam a maior parte das residências das principais famílias, em casas de piso térreo, habitavam muitos *não-brancos* que asseguravam vários serviços às famílias do segmento *branco*.

Não se pode afirmar que houvesse uma segregação urbana assente na raça, em São Filipe. Porém, seguindo as lógicas sociais de diferenciação, os *brancos*, grupo dominante, reservaram-se os segmentos do espaço físico da cidade que, pela sua proximidade com a praia de Fonte da Vila, um dos desembarcadouros sazonais, e pela menor acentuação do

⁹⁰⁴ Que HTS ficciona com magistral humor em *Na ribeira de Deus*.

declive (São Filipe é uma cidade toda disposta em anfiteatro), eram os mais valorados e que se situavam na sua parte baixa.

A proximidade física dos *mestiços* decorria sobretudo das necessidades funcionais – tratava-se, na sua maior parte, de prestadores de serviços. Porém, se a proximidade espacial, por si só, não testemunhava uma proximidade social, que extravasasse o teor funcional das relações, também é verdade que constituía um factor potencial de aproximação social, sobretudo ao nível inter-individual. As relações de camaradagem que, mesmo com carácter excepcional, por vezes se estabeleciam entre crianças *brancas* e *mestiças*, mesmo fora das orientações familiares dos *brancos* – por exemplo, na escola – potenciavam uma atenuação da rigidez hierárquica das relações.

Capítulo 10

OS BRANCOS

10.1. *Branco di Fogo*: a questão identitária e a afinidade grupal

A percepção da diferença (a sua construção) e a representação da identidade constituem processos interactivos. As identidades – étnicas ou outras – são relacionais, na medida em que se compõem de comparações e referências a outras identidades face às quais se distinguem. Nesta medida, uma identidade é definida por outras identidades, por aquilo que não é⁹⁰⁵, ou seja, reveste-se igualmente de uma dimensão estratégica de afirmação do *eu* e, consequentemente, de demarcação face ao *outro*, individual ou grupal. A identidade é também multidimensional e processual, actualizando-se continuamente.

Só a necessária perspectiva histórica, diacrónica, permite compreender o processo de construção de identidade de grupo das famílias *brancas* do Fogo e o conteúdo de muitas das adscrições negativas dos *não-brancos* por parte dos *brancos*. Foi num contexto de colonização de terras inabitadas e de uma estrutura económica escravagista que se configuraram as sociedades insulares no arquipélago de Cabo Verde. A diferenciação económica, política, cultural e fenotípica delimitou, *ab initio*, as fronteiras intergrupais entre os dois principais grupos de povoadores, o dos escravos africanos e o dos *senhores* europeus. A convergência de todos estes elementos diferenciadores – todos eles prenhes de visibilidade – facilitava a consciência da pertença e a identificação, tanto com o grupo dominante pelo qual a riqueza material e o poder foram distribuídos quanto com o dominado, ele próprio consistindo num bem patrimonial do primeiro.

Sabemos que também existia quer uma população livre de origem africana, parte da qual não era desapossada, que foi engrossando com as alforrias e as fugas de escravos, quer uma população europeia de simples prestadores de serviços, contando apenas com a sua própria força de trabalho; porém, inicialmente minoritária, não esbateu este quadro dicotómico que persistiu nas representações da população ulterior sobre a implantação demográfica e a apropriação da terra e dos homens no espaço insular.

Ser *branco*, livre e da classe possidente conferia um estatuto – jurídico, racial e económico – que constituía um potencial de domínio sobre quem era *negro*, sujeito ao cativeiro e absolutamente desapossado. As categorias que persistiram até à contemporaneidade reflectem estas relações estruturais dos alvares da colonização do arquipélago. A sobreposição

⁹⁰⁵ Rawi Abdelal *et al.*, «Identity as a Variable», *Perspectives on Politics*, vol. 4, nº 4, Dezembro de 2006.

entre negridão e baixo índice de escolaridade e precaridade das condições de vida é uma herança do sistema de relações característico da economia escravagista colonial. A categoria social *preto* permanece com forte carga valorativa, mesmo entre os indivíduos mais pigmentados, que lhe conferem uma série de adscrições negativas. A importância estratégica da raça, interactuante com outras dimensões da desigualdade, na explicação da sobrevivência tardia da discriminação entre *brancos* e *não-brancos*, no Fogo, só deve ser interpretada no quadro global das relações de dominação, no contexto hegemónico do eurocentrismo. É no diferencial de poder dos dois grupos, colonizador e colonizado, que pode residir a explicação da discriminação⁹⁰⁶.

A enunciação colonial da diferença *essencial* entre ambos, veiculada pelas elites de ascendência europeia, foi interiorizada igualmente pelos desprovidos de poder. É frequente na ilha, e no arquipélago, em geral, atribuir aos africanos continentais, mormente aos oriundos da Guiné-Bissau, as mesmas adscrições negativas associadas aos *pretos*, mesmo quando com estes se partilha a cor e outros traços fenotípicos. Neste caso, não é só a raça, como também a origem geográfica, a constituir marcador identitário de exclusão. Como se o Oceano, conquanto não tivesse 'purgado' os cabo-verdianos do seu capital racial de africanidade, os tivesse pelo menos salvaguardado das continuidades culturais com o continente fronteiro.

Parece-nos que só as famílias *brancas* possuíam verdadeiramente consciência da identidade partilhada e da pertença a um grupo, definido este, de acordo com os propósitos da nossa análise, como uma entidade colectiva assente na partilha de «une *conscience collective* faite de representations, d'idées, de croyances, d'opinions, de sentiments, d'états psychiques qui constituent l'*habitus* où naissent et croissent les consciences individuelles.»⁹⁰⁷ É o acto relacional que confere o sentimento de pertença a um e não a outro grupo. Um grupo só existe na relação com o *outro*⁹⁰⁸, o que fica de fora do *limes* grupal e é face a esta alteridade que se constrói a identidade do grupo, componente importante da identidade individual.

Mesmo em sociedades caracterizadas por intensos fluxos culturais se podem manter as identidades étnicas, ou seja, essa forma específica de organização das relações sociais a partir da construção da diferenciação cultural, ou seja, da selecção dos materiais culturais entendidos como significantes⁹⁰⁹. Para além do relacional, Barth releva o aspecto organizacional na sua teorização da etnicidade e dos grupos e fronteiras étnicos. A etnicidade é a «organização social da diferença cultural»⁹¹⁰ e as diferenças culturais constituem os materiais de que os grupos étnicos se servem para erigir as suas fronteiras. Daí que os processos de formação dos grupos étnicos e a natureza e perpetuação das fronteiras étnicas sejam centrais para Barth, mais que a descrição empírica dos diferentes repertórios culturais

⁹⁰⁶ Sik Hung Ng, «Power and intergroup discrimination», in Henri Tajfel (org.), *Social identity and intergroup relations*, Cambridge e Paris, Cambridge University Press e Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1ª ed., 1982, p. 180.

⁹⁰⁷ Roger Toumon, *Mythologie du métissage*, op. cit., p. 172.

⁹⁰⁸ Jean-Claude Deschamps, «Social identity and relations of power between groups», in Henri Tajfel (org.), *Social identity and intergroup relations*, Cambridge e Paris, Cambridge University Press e Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1ª ed., 1982, p. 87.

⁹⁰⁹ Cf. «Introduction», in Fredrik Barth (org.), *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Cultural Difference*, Long Grove, Waveland Press, Inc., 1998 [1969], p. 14.

⁹¹⁰ Cf. «Preface 1998», in *ibid.*, p. 6.

dos grupos. A percepção do lado da fronteira étnica em que se está – de dentro ou de fora – e os diferentes estatutos das categorias étnicas organizam os conteúdos e os limites da interacção entre os indivíduos e os grupos. O grupo étnico é, assim, uma forma de organização das relações sociais⁹¹¹ e a identidade étnica é forjada na interacção e não produto da reconstituição pelo investigador social do repertório cultural de determinado grupo⁹¹².

Eriksen encontra na classificação de pessoas e nas relações grupais os dois denominadores comuns em diferentes abordagens da etnicidade. Tal como em Barth, em Eriksen, a etnicidade tem fundamentalmente a ver com as dinâmicas grupais, já que ela é gerada na relação e não no isolamento. É a auto-percepção da distintividade cultural pelos membros de um grupo que confere um elemento étnico às relações intergrupais⁹¹³.

Mesmo face ao conteúdo um pouco menos lato, mas ainda bastante abrangente, da conceptualização de Weber, segundo a qual, é a crença na ascendência comum – assente da afinidade fenotípica, nos costumes, ou em ambos, ou ainda na experiência da colonização ou da migração – que caracteriza um ‘grupo’⁹¹⁴ étnico, se pode qualificar de étnica a situação dos *brancos* do Fogo. O que lhes conferia um carácter étnico era a sua auto-consciência de partilha de experiências⁹¹⁵. Mesmo sem a experiência partilhada da privação (material, política, simbólica) – a não ser o sentimento de constituírem uma minoria e de estarem geograficamente distantes do núcleo geo-histórico da nação, o que também pode constituir uma experiência de privação –, os *brancos* do Fogo podem ser considerados um grupo étnico. Grupo dominante desde a implantação demográfica no arquipélago, não foi também a experiência da marginalidade imposta que lhes suscitou respostas identitárias positivas e inclusoras.

Diferentes são as perspectivas de João Vasconcelos, que considera que não se podem identificar, em Cabo Verde, grupos que tenham construído «identidades étnicas de longa duração vinculadas às respectivas origens»⁹¹⁶, e do autor de *Little Known*, que, conquanto considere que a ideologia dominante da criouldade e da mestiçagem não esgota a identidade de todos os cabo-verdianos, afirma que as antigas elites *brancas* do Fogo e da Brava eram racialmente (a sua concepção de raça reveste-se de uma dimensão predominantemente fenotípica) diferentes dos *negros* e dos *mestiços* das ilhas, mas que culturalmente falavam «a uma só voz»⁹¹⁷.

Num sentido agregador do conjunto da população da ilha terão actuado as condições ecoclimáticas do arquipélago e o (pelo menos sentido como) desamparo por parte desse mesmo núcleo geo-histórico, que estenderam a todos a mesma experiência de privação, vivida,

⁹¹¹ Cf. «Introduction», in *ibid.*, p. 10.

⁹¹² Cf. «Preface 1998», in *ibid.*, op. cit., p. 6.

⁹¹³ Cf. Thomas Hylland Eriksen, *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*, Londres, Pluto Press, 2002 [1993], *passim*.

⁹¹⁴ Cf. Max Weber, «What is an ethnic group?», in Monserrat Guibernau & John Rex (orgs.), *The Ethnicity reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, 1997, p. 18. Para Weber, a identidade étnica, porque destituída de «acção social concreta», por si só, não formava propriamente grupos; a etnicidade potenciava apenas a sua formação, mormente na esfera política (e, por sua vez, «a comunidade política» potenciava «a crença na etnicidade comum»). *Ibid.*, p. 19.

⁹¹⁵ Michel Banton, ap. Ellis Cashmore, op. cit., p. 120.

⁹¹⁶ Cf. «Filhos da terra, ou Lamarck em Cabo Verde». Disponível em: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_7.pdf, p. 8.

⁹¹⁷ Américo C. Araújo, *Little Known: The European Side of Cape Verde Islands*, New Bedford, 2000, p. 3.

naturalmente, de forma muito diferenciada pelos diferentes estratos sócio-económicos. Trata-se da comunhão na desgraça de que os *claridosos* falavam, como elemento da identidade regional cabo-verdiana. Apesar de constituir um factor propiciador, a experiência da privação não é, pois, condição necessária para a construção de identidades grupais baseadas na etnicidade. Os *brancos* do Fogo, pelo contrário, perceberam-se e agiram mais como grupo, enquanto a disponibilidade de recursos materiais sustentou um estilo de vida diferenciador e permitiu que encabeçassem as hierarquias política, social, racial e genealógica da ilha. A etnicidade deste grupo enfraqueceu, à medida que os seus elementos foram perdendo o capital fundiário e simbólico que os individualizara.

Sendo o grupo dominante o que impõe os referentes, ele reserva para si as adscrições positivas, atribuindo as adscrições negativas aos outros, que são remetidos para a categoria *outro*, apesar da diversidade interna deste *outro*. A categorização selecciona e compacta a informação, de modo a poder processá-la, mas à custa da pluralidade de especificidades dos objectos categorizados. Privilegia-se, pois, um elemento singularizado. Como refere Bauman,

a individualidade do estranho é dissolvida na categoria. Autêntica *pars pro toto*, o indivíduo estranho é visto metonimicamente como um microcosmo da categoria como um todo. Carrega a sua categoria aos ombros, por assim dizer. É improvável que se livre desse fardo enquanto a própria categoria existir.⁹¹⁸

No pré-conceito, elege-se um determinado exemplar-tipo como geral e a forma como se caracteriza um objecto serve para todos. Assim se compreende que uma grande maioria de informantes afirma que a categoria *mestiço/mulato* não era considerada, na época em estudo, mormente no interior do segmento *branco*. Ou se era *branco* ou não se era e se não se era pertencia-se à categoria de *não-branco*, independentemente da diversidade de fenótipo ou de condição de classe. A tendência era para a homogeneização da categoria *preto*, estendendo o peso do protótipo a todos os indivíduos melanodérmicos, nada singularizando um exemplar específico: «Pretos são pretos!...» (Susana) Porém, poucos são os informantes outrora pertencentes ao grupo dominante (*branco*) que expressam claramente percepções uniformizadoras dos *não-brancos*: a grande parte tende a homogeneizar o fenótipo, mas a rejeitar a homogeneidade cultural; há ainda os que manifestam em diferentes momentos as duas posturas: «não era [branco] como nós, mas não era qualquer, era pessoa educada», afirma Susana, quando antes referira que «preto é tudo igual». Entre os *não-brancos* registamos a mesma diversidade de atitudes. A tendência geral é para singularizarem as características comportamentais individuais do *outro* racial tanto mais quanto mais próximos da sua rede de relações os indivíduos se encontrem, e, concomitantemente, para lhes atribuírem os traços comportamentais do grupo racial de pertença tanto mais quanto maior for a distância relacional.

Perante a hetero-adscrição desfavorável por parte dos hegemónicos, a tendência é para o ou os grupos dominados não comungarem do favoritismo endogrupal. A interiorização da avaliação negativa que o *outro* forma sobre o *nós* é um elemento estabilizador das

⁹¹⁸ *Op. cit.*, p. 83.

estruturas diferenciadoras. Se os indivíduos eram concebidos como qualidades, era da natureza dos *brancos* ocupar os lugares cimeiros nas hierarquias significativas. Afinal, não havia sido sempre assim? O reverso deste favoritismo pró-endogrupo⁹¹⁹ no ou nos grupos de maior estatuto é, pois, o favoritismo pró-exogrupo do ou dos grupos dominados: «Essa família [Barbosa] tinha uma apresentação..., quer dizer, os brancos sempre têm uma apresentação..., têm apresentação, todos os brancos têm.» (Bernardo)

Daí que os grupos de menor estatuto procurem geralmente assemelhar-se aos de maior estatuto, por lhe reconhecerem mais-valias que eles próprios não possuem. A atribuição de uma distintividade positiva ao exogrupo conduz assim ao mimetismo. Mas como partilhar as características distintivas do grupo dominante é reduzir a legitimidade das assimetrias, o grupo dominante resguarda-se na ênfase valorativa das diferenças que persistem, especialmente daquelas que não são adquiríveis. Por isso, no Fogo da primeira metade do século XX, as estratégias de resistência dos *brancos* contra os efeitos da evolução sócio-económica passam a assentar exclusivamente na endogamia familiar, que podia assegurar a perpetuidade da raça, único capital de distintividade de que dispunham e que, não sendo adquirível, permanecia monopólio do grupo.

Os *brancos* sempre haviam enfatizado a pertença racial. Fez secularmente parte das suas estratégias identitárias enquanto grupo o investimento na ‘pureza de sangue’ europeu. A Europa, *locus* da origem e da permanência do seu poder, constituía um dos mais relevantes recursos simbólicos actualizados pelo grupo nas suas práticas quotidianas (através do vestuário, do calçado, do penteado, da decoração de interiores, das visitas à metrópole, do envio da descendência para colégios metropolitanos), nas suas interações e especialmente na sua política homogâmica. Qualquer deslize (o casamento com alguém que não fosse *branco*, e *branco* aqui no sentido meramente leucodérmico), ao dar origem a uma descendência *mestiça* legítima, diminuiria o volume de capital europeidade que constituía um dos fundamentos do lugar cimeiro que ocupavam nas hierarquias estabelecidas desde os primórdios do povoamento da ilha.

Esta dimensão estratégica de dominação subjacente à identidade não esgota, porém, o móbil das construções identitárias. À semelhança de outros autores, Denys Cuche considera a identidade «uma parada de lutas sociais», onde «nem todos os grupos têm o mesmo “poder de identificação”, porque o poder de identificação depende da posição ocupada no sistema de relações que liga os grupos uns aos outros.»⁹²⁰ Também Boaventura de Sousa Santos firma a identidade na perspectiva da dominação: «identidade é originariamente um modo de dominação assente num modo de produção de poder que designo por diferenciação desigual»⁹²¹. Sendo inegável que estabelecer diferenças é geralmente situá-las numa escala valorativa, e que, quem detém o poder de nomeá-las, as hierarquiza de acordo com a distância

⁹¹⁹ Optámos por usar as designações *endogrupo* e *exogrupo*, em vez das correlatas *in-group* e *out-group*, forjadas por Sumner, há mais de um século. Albert Reiss, Jr. & Harold Wilensky (orgs.), *Social Differentiation & Stratification*, Illinois, Scott, Foresman and Company, 1971, p. 31.

⁹²⁰ *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século Edições, 2ª ed., s.d., pp. 129-130.

⁹²¹ Boaventura de Sousa Santos, «Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade», *op. cit.*, p. 46.

face às que são afins ao endogrupo, dispensar-se-ia, porque pleonástica, a qualificação de «desigual» que Boaventura de Sousa Santos apensa à diferenciação.

Estas definições parecem-nos, porém, demasiado vinculadas à dominação, negligenciando outras dimensões igualmente relevantes da identidade, como sejam a da procura de uma identidade social positiva, baseada na diferenciação positiva do endogrupo relativamente ao exogrupo. Tajfel designa este fenómeno por «assumpção motivacional» e define a identidade social como a parte do auto-conceito individual que tem origem na pertença grupal, com toda a carga valorativa e emotiva associada a essa pertença⁹²². Nós propomos uma definição do conceito, que retém a ponte que Tajfel estabelece entre os planos individual e social, via grupo de pertença, mas que revela mais acentuadamente a índole processual da(s) identidade(s). Assim, definimos a identidade social como a construção das representações de si e dos outros que os agentes, individuais e colectivos (grupos), desenvolvem a partir de dimensões socialmente consideradas como significativas – que podem ser a raça, a cultura, a nação, a religião, a classe, ou outras –, e de cuja combinação resulta um repertório de propriedades sociais que definem os diferentes espaços ocupados pelos agentes ou grupos de agentes nos sistemas de relações. Trata-se, porém, de um conjunto mais ou menos fluido de significados em contínua reconstrução⁹²³, contingente ao contexto das interacções, no decurso das quais é negociado e frequentemente mobilizado de forma intencional e selectiva pelos actores, podendo revelar-se como capacitação ou como constrangimento.

Se nomear a diferença é já um acto de poder, a construção identitária vai além dessa dimensão. A construção e a afirmação da identidade fazem-se a partir da construção da diferença. É, no entanto, possível estabelecer diferenciações, no sentido que lhes temos vindo a atribuir, de hierarquização valorativa das diferenças, sem que lhes subjazam contextos assimétricos de poder. Dois grupos podem partilhar posições semelhantes na escala do poder e atribuir-se diferenças para eles significativas (de gostos musicais, de afinidades de clube, de preferências literárias, ou de qualquer outra dimensão percebida como relevante).

Nem sempre os conteúdos da identidade de que um grupo se reclama são indutores de poder. Quando os imigrantes, a par de estratégias integrativas, como seja a aprendizagem da língua e de outros elementos da cultura dos países de acolhimento, desenvolvem práticas que sabem ser desfavoravelmente valoradas nesse novo contexto e que contrariam a almejada integração, eles não estão a reproduzir as suas identidades como estratégia de poder, mas, quando muito, como estratégias de resistência aos poderes dominantes (o que, de alguma forma, não deixa também de ser uma estratégia de poder). Já ao nível das interacções individuais, no decurso das quais os actores gerem estrategicamente as suas identidades, de

⁹²² Ad F. M. van Knippenberg, «Intergroup differences in group perceptions», in Henri Tajfel (org.), *The Social Dimension*, vol. 2, Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1ª ed., 1984, pp. 563-571, *passim*.

⁹²³ Aquilo que designamos por identidade (individual, grupal, social) é constituído por múltiplas identidades e talvez o termo *identificação* cobrisse melhor o conteúdo do conceito no que ele tem de processual. Sobre o conteúdo relacional da identidade, ou seja, sobre a construção da identidade pela demarcação face à alteridade, vd. o que afirmámos anteriormente. Sobre algumas acepções e conteúdos do conceito de identidade, vd., por ex., James D. Fearon, *What is Identity (As We Now Use the Word)?*, Stanford, Stanford University, Novembro 1999 [em linha]. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~jfearon/papers/iden1v2.pdf>

modo a maximizar os seus recursos, esta mobilização é feita sob os condicionalismos decorrentes das posições assimétricas desses actores.

A valorização dos traços físicos – incluindo os mais marcadores da raça, como a cor da pele ou a textura do cabelo – ou dos aspectos de conduta comuns ao grupo é precocemente inculcada nos indivíduos através da socialização infantil. A importância do peso emocional e da segurança que envolvem o sentimento de pertença a um grupo, independentemente da sua dimensão (a família, o grupo de amigos, a nação) e as suas manifestações nas práticas dos membros do grupo não se subsumem numa estratégia intencional de dominação. Parece-nos mais produtivo analisar este aspecto da diferenciação – e da discriminação racial e de outras formas de exclusão, em geral –, pela perspectiva da identidade (e da correlativa diferenciação) grupal⁹²⁴, tendo sempre presente a importância das disparidades de poder que envolvem a construção e reconstrução das identidades grupais. Também para Banton, quanto maior a identificação com um grupo, mais este grupo e as relações que mantém com outros grupos afectarão as crenças e os comportamentos dos indivíduos nas dimensões relevantes suscitadas por essas relações intergrupais⁹²⁵. Daí que o conceito mais central no domínio dos estudos étnicos e raciais seja para ele o de discriminação, porquanto decorre da própria natureza do grupo – qualquer tipo de grupo – o tratamento diferencial entre membros e não membros⁹²⁶.

Não cremos que a homogamia grupal das famílias *brancas* de São Filipe deva, pois, interpretar-se exclusivamente como expressão de conservação do poder, ainda que também a revele. A raça e a origem familiar, primeiro, e depois a classe, concorriam para a definição do lugar de cada um e para a inclusão/exclusão de candidatos ao mercado matrimonial. Verificámos este mesmo propósito de manipulação estratégica do capital racial nas famílias *não-brancas* que ocupavam posições intermédias no espaço social da ilha e que globalmente apresentavam um fenótipo mais próximo dos *brancos* (pele mais clara, cabelo de textura mais fina e liso). Nele se inscreviam as práticas de embranquecimento da descendência, através da procura de uniões com elementos mais claros, ou pelo menos casando preferencialmente entre os de grau de pigmentação semelhante.

Não era, pois, prática exclusiva dos *brancos* a preferência pelas uniões matrimoniais entre os que partilhavam a mesma (ou superior) posicionalidade global no interior do espaço social da Vila. As práticas endogâmicas eram praticadas por todos, uns por opção, outros (os dos estratos sócio-económicos menos bem posicionados, geralmente, os possuidores de traços fenotípicos mais acentuadamente negróides) por falta de alternativa. Longe de constituir uma especificidade do grupo insular dominante, tem-se revelado uma prática comum às várias sociedades humanas, ainda que culturalmente muito diversas e geograficamente dispersas. A observância da homogamia, mesmo nas sociedades industrializadas, onde os canais da

⁹²⁴ O que coincide com a proposta de Michael Banton, se bem que esta mais orientada para a questão da construção dos grupos. Cf. *Racial Theory*, op. cit., p. 196.

⁹²⁵ Banton defende mesmo que a ultrapassagem do idioma da raça na linguagem das ciências sociais depende do desenvolvimento da teoria da formação e dissolução grupais. *Ibid.*, p. 235. Também para John Rex, a análise das relações raciais deve estar ligada ao estudo da formação dos grupos. Cf. *Raça e Etnia*, op. cit., p. 34.

⁹²⁶ Michael Banton, «Progress in ethnic and racial studies», op. cit., p. 188.

mobilidade social se diversificam, parece permanecer uma tendência. Afinal, «“qui se ressemble s’assemble”»⁹²⁷.

10.2. A Europa, *locus* da referencialidade r  ica e cultural

Friedlaender descrevera a popula  o da ilha, que visitara em 1912, como «quase toda preta, e apenas as poucas famílias de comerciantes proprietários, os notáveis de S. Filipe, são **mais ou menos brancos, ou seja mulatos.**»⁹²⁸ Ora, no princípio da segunda década do século XX,    excep  o de um ou outro *não-branco* que tivesse investido na Vila o que ganhara nos Estados Unidos, todos os principais proprietários pertenciam às famílias da oligarquia local. Foi, portanto, a estas que o vulcan  logo aludiu. O que terá levado Friedlaender a classificar como *mulatos* os notáveis de São Filipe? Sendo alemão, pode ter tomado como referência de branquitude a tez, os olhos e o cabelo muito claros (que, aliás, alguns fogueteiros possuíam). Terá identificado nos *brancos* da cidade alguns traços reputados como negróides, que são partilhados pelos europeus meridionais, nos quais a elite de São Filipe entroncava, como sejam a cor da pele, que a permanência em locais muito expostos    ac  o solar escurece, e os olhos e o cabelo escuros, estes últimos frequentemente com alguma ondula  o. Ou então, e esta é a segunda hipótese que colocamos, as poucas famílias de notáveis evidenciariam caracteres somáticos incontestavelmente negróides, reveladores de miscigena  o recente.

Inclinamo-nos para a primeira das hipóteses, a de que Friedlaender classificou como *mulatos* os *brancos* que se afastavam do padrão centro e norte-europeu de raça *branca*, por duas ordens de razões: 1) ao afirmar que só algumas famílias eram de *mulatos* estava a considerar, ainda que não o afirmando explicitamente, que a restante popula  o era *negra* e não *mestiça*, o que contraria o intenso processo miscigen  ico ocorrido na ilha desde o princípio do povoamento; 2) se pudéssemos deduzir somente do fenótipo a geografia da ascendência, pela quase totalidade dos muitos retratos da época a que tivemos acesso (e de que publicamos uma pequena parte no anexo V, ponto 3., figuras 52 a 68, pp. 591-599), não teríamos d  vidas em considerar exclusiva ou quase exclusivamente europeia a ascendência de grande parte dos retratados. Já quando Luís Oliveira e Sousa afirmou que a popula  o da ilha era toda *mestiça*⁹²⁹, não estaria tão distante da realidade, porquanto escrevia em meados da década de quarenta, quando já havia muito que se iniciara o   xodo da popula  o *branca* de São Filipe. Contudo, eram ainda relativamente numerosos os *brancos* da cidade («Nós   ramos muitos!», afirma João), mesmo aqueles que haviam preservado, ao nível da família legítima, a sua supostamente imaculada ascendência europeia. Os censos decenais, com todas as precau  es que a leitura e utiliza  o dos seus dados exige, confirmam este número considerável (repetimos, apenas em termos absolutos) de *brancos*. António Carreira,

⁹²⁷ Alain Degenne, *Les réseaux sociaux. Une analyse structurale en sociologie*, Paris, Armand Colin, 1994, p. 43.

⁹²⁸ Immanuel Friedlaender, *Subsídios para o conhecimento das ilhas de Cabo Verde. Resultados de uma viagem de estudo no verão de 1912*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1914, p. 28. [Negrito nosso]

⁹²⁹ Luís de Saldanha Oliveira e Sousa, *Cartas de Cabo Verde*, op. cit., p. 423.

fogueteiro, confirma a inclinação dos *branco di Fogo* para incluírem no repertório da sua distintividade face aos outros ilhéus do arquipélago a sua maior branquitude⁹³⁰.

Américo Araújo, bravense emigrado nos Estados Unidos da América, escreveu um livro em que se propôs dar a conhecer aos norte-americanos que Cabo Verde não é sinónimo de *preto* (sobre a polarização das classificações raciais nos EUA, vd. capítulo 2, ponto 2.6.) e que a sua população é racialmente heterogénea. Araújo considera três categorias raciais – *branca*, *negra* e *crioula* – e, à maneira anglo-saxónica, hifeniza-as de acordo com a suposta proveniência geográfica dos antepassados: cabo-verdianos europeus, cabo-verdianos africanos e a parcela maioritária de euro-africanos, ou seja, de ascendência *mista*⁹³¹. Toda a obra é uma exposição das memórias que o autor guarda do capital racial (que procura demonstrar através dos muitos retratos fotográficos que junta ao texto) e cultural europeu da parte *branca* da população das ilhas Brava e do Fogo, na primeira metade do século XX.

A par da raça, a componente cultural europeia fazia parte do património simbólico destas famílias. Apesar de os *brancos* terem constituído até ao primeiro quartel do século XX uma classe, no sentido em que partilhavam volumes aproximados de riqueza material, e de terem ocupado a posição cimeira na hierarquia de classes, esta constituiu um elemento estrutural, a par de outros, da organização social insular. Não era somente pela posse, em si, de recursos materiais (aliás, partilhada por um número crescente de elementos estranhos ao grupo), que o grupo se definia, mas por via de uma certa unidade de práticas simultaneamente distintas e distintivas que lhe conferiam identidade⁹³². Claro que esses sistemas de disposições estão estreitamente dependentes das condições materiais de existência, na medida em que só estas permitem a aquisição de competências que frequentemente requerem grande disponibilidade de tempo e de recursos (falar com desenvoltura o português da metrópole, comportar-se de acordo com determinadas regras de ‘etiqueta’, aceder a diplomas universitários, dominar conteúdos básicos de outras línguas, de arte, de história, de literatura, ou seja, o usualmente entendido como ‘cultura erudita’). É este *habitus* de classe que gera relações de proximidade ou de afastamento, de identidade ou de alteridade face a outras posições no espaço social que encontram correspondência com outras práticas.

A importância das práticas culturais na conservação da posição relativa dos indivíduos e dos grupos era percebida pelos próprios, que zelavam pela preservação e exteriorização do seu capital de europeidade, ainda que tivessem de importar as revistas, os jornais, os livros, as roupas, o calçado, ainda que sobrecarregassem o seu traje quotidiano com casacos, gravatas e pesados vestidos que o clima local desaconselhava.⁹³³ As mulheres trajavam e penteavam-se de acordo com a moda na Europa, de onde importavam os figurinos: vestidos

⁹³⁰ *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 456.

⁹³¹ Américo C. Araújo, op. cit., pp. 30 e 187.

⁹³² E que Bourdieu conceptualizou sob a noção de *habitus* de classe, aproximando-se aqui de Weber, para quem os grupos de *status* se identificavam sobretudo pelo estilo de vida.

⁹³³ Consultando as estatísticas alfandegárias da Delegação do Fogo da Alfândega da Praia, deparamos com uma lista de importações que revela os consumos marcadamente europeizados da população, pelo menos da possidente, e que ia dos alimentos ao calçado, ao vestuário e aos acessórios, masculinos e femininos. Da metrópole, importavam-se sobretudo bebidas fermentadas, géneros alimentícios, sabão, louça, calçado, tecidos, aparos e cimento; de França, chapéus; da Alemanha, géneros alimentícios e fósforos; do Reino Unido, petróleo (tal como dos Estados Unidos), tecidos e tintas; e até bacalhau era importado (da Holanda). Cf., por exemplo, *Estatísticas da Alfândega da Província de Cabo Verde: Janeiro, Fevereiro e Março de 1912*, Lisboa, Papelaria/Tipografia Casa Portuguesa, 1912.

longos e cabelos apanhados em elaborados toucados, até às primeiras décadas do século XX; bainhas subidas e cabelos mais curtos, usados soltos e frisados, a partir daí (vd. anexo V, figuras 52 a 68, pp. 591-599, e anexo VIII, figuras 108 e 109, p. 646).

Quanto ao vestuário masculino, também se nortearia pelo usado na metrópole, pelos elementos de equivalente estatuto e classe sociais. Fato, camisa e gravata, no quotidiano; casaca escura, colete e chapéu em ocasiões de cerimónia (vd. anexo V, figuras 69, 72 e 73, pp. 600 e 602). Paulo menciona a preferência de um seu antepassado, formado em engenharia numa universidade francesa, pelo linho branco. Possuía cinco fatos dessa cor, e não querendo parecer usar sempre o mesmo, pedia à mulher que esporadicamente colocasse os cinco em simultâneo no estendal, para que os transeuntes soubessem que possuía vários e não apenas um fato. Aparte o carácter mais ou menos anedótico deste relato, ele é importante, porque revela a importância do uso do linho branco no vestuário masculino, ainda na primeira metade do século XX, símbolo de posse e estatuto, ao contrário do algodão, consideravelmente mais barato, e por isso vestido pela maior parte da população.

A habitação

Na metade do ano em que os trabalhos agrícolas não requeriam a sua presença no interior, os *brancos* residiam em São Filipe, onde a política matrimonial endogâmica os fazia a quase todos aparentados. Habitavam o centro da Vila, em ruas que convergiam para os largos da igreja matriz e do que viria a ser o jardim central, na parte do povoado conhecido como Vila-Baixo. Já numa fase posterior (transição do século XIX para o XX), algumas destas famílias foram construindo as suas casas mais para o interior (Vila-Riba), onde foram surgindo outras praças e pracetas (vd. anexo III, figuras 18 a 20, pp. 570-571, e anexo V, figuras 31 a 35, p. 582).

No período que estudamos, o principal tipo de construção residencial dos *brancos* era o que talvez demasiado extensivamente se designa por *sobrado*. Tratava-se de edifícios de dois pisos (à excepção de um, de três pisos, propriedade de um comerciante e proprietário *não-branco* – vd. anexo VI, figura 89, p. 614), cobertos com telha marselhesa. A contorná-los, ou pelo menos a parte das suas fachadas, uma varanda com balaústres de madeira, encimada por uma cobertura de telhas de barro ou telhas *americanas* (de madeira). Num dos lados, havia, por vezes, um balcão envidraçado. As paredes eram espessas e o pavimento, pelo menos o do andar superior, era assoalhado. Em número variável, os compartimentos eram geralmente amplos e de grande pé-direito. As janelas eram envidraçadas e protegidas dos raios solares por portadas de duas bandeiras em madeira. O edifício, cuja frontaria dava para as praças ou ruas principais, era geralmente composto de vários corpos e anexos, que as famílias utilizavam de acordo com as suas necessidades, e que davam para pátios com porta para a rua de trás. Por vezes muito amplos, os pátios eram espaços utilizados como cavalariças e arrumos e onde existiam canteiros com flores e árvores de fruto ou de sombra. O

andar de cima, composto pelos quartos de dormir e áreas comuns, era usado para habitação; o de baixo, para loja, arrecadação e escritório comerciais. O piso térreo podia, ainda que excepcionalmente, ter outros usos, como acontecia na casa da família de um dos antigos administradores do concelho, onde funcionava uma escola primária particular.

Umás vezes, o sobrado era construído de raiz; outras, acrescentava-se um andar superior assoalhado a edifícios de rés-do-chão pré-existent. Por um orçamento, datado de 1938, para reparações num imóvel que fora dado como garantia hipotecária de um empréstimo ao Banco Nacional Ultramarino e que entretanto não fora saldado, ficamos a conhecer as assoalhadas e respectivas áreas do sobrado de uma das mais importantes famílias de São Filipe: tinha uma sala de estar (6mx6,20m), cinco quartos (dois de 5,20mx3,50m, um de 2,20mx3,30m, outro de 4mx3,50m e um último de 4,70mx4m), uma copa (5mx3,30m), uma sala de jantar (sem indicação de área), três pequenas dependências (igualmente sem menção de áreas), uma casa de banho (2,60mx2,70m) e uma retrete com duas pequenas dependências anexas⁹³⁴. Também o inventário por morte de Amélia do Sacramento Monteiro, uma das mulheres mais abastadas da cidade, nos dá a conhecer o interior do seu sobrado de São Filipe: tinha cinco divisões no primeiro andar, três no rés-do-chão, cozinha e quintal⁹³⁵.

O interior dos sobrados revelava a mesma proximidade com os interiores metropolitanos da camada sócio-económica correspondente: as mesmas peças diversificadas de mobiliário de madeira, louceiros envidraçados com peças de faiança expostas, aparadores com pratas antigas, naperões em crochê sobre mesas de apoio e sofás, pinturas e reproduções nas paredes, tal como retratos emoldurados de antepassados, baixelas monogramadas, serviços de copos e faqueiros em prata, às vezes importados directamente de Paris e Londres⁹³⁶ (vd. anexo V, figuras 46-51 e 70, pp. 588-590 e 601, respectivamente. A colecção da Casa da Memória, em São Filipe, possui várias peças que pertenceram a interiores dos Barbosa Vicente e que são ilustrativos da europeidade do quotidiano doméstico do grupo dominante, igualmente partilhada pelos *não-brancos* emergentes, como veremos).

Os inventários orfanológicos que a Fazenda requeria para determinar o valor do imposto sucessório constituem fontes preciosas de informação sobre o interior da habitação *branca*. Todo o espólio descrito revela práticas quotidianas do comer, do estar, do dormir, do folgar, de herança cultural marcadamente europeia. Os utensílios domésticos, a disposição do mobiliário, o arranjo do corpo (a higiene, o vestuário, o calçado e as jóias) denunciam estilos de vida essencialmente metropolitanos.).

Os sobrados constituíam elementos arquitectónicos que, além do património material que incorporavam, e que exprimia as pertenças de classe e as práticas quotidianas dos seus possuidores, se revestiam de uma dimensão simbólica especialmente importante. Eles eram o espaço por excelência da convivialidade *branca*, interdito aos *não-brancos*, a não ser aos

⁹³⁴ AHCGD, 004.16A/119A – «Imóveis. Prédio nº 30».

⁹³⁵ Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 777 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Amélia do Sacramento Monteiro, 1952.

⁹³⁶ Como o Limoges em que foi servido o copo-de-água do casamento mais faustoso do período que estudamos (realizou-se um pouco antes, em 1897), vindo expressamente de França. Tratou-se do enlace de Alfredo José Barbosa e Luísa Monteiro de Macedo, filha do mais empreendedor comerciante por grosso e armador da cidade, João Monteiro de Macedo (vd. anexo V, figuras 69 a 71, pp. 600-601).

empregados da casa e àqueles a quem os proprietários solicitavam serviços (por exemplo, as costureiras, que, ainda assim, tinham o seu acesso confinado a determinados compartimentos da casa). A dimensão simbólica deste tipo de edificado levou a que tenha sido apropriado pelos *não-brancos* em trajectória sócio-económica ascendente, mesmo por aqueles cujas necessidades familiares não impunham a sua construção. O sobrado foi assim perdendo gradualmente o seu conteúdo simbólico de habitação de *brancos*, tendo, contudo, mantido o seu carácter de classe, já que quase todos os principais comerciantes da cidade, maioritariamente *não-brancos*, a partir do segundo quartel do século XX, e ainda alguns emigrantes do interior, todos *não-brancos*, construíram o seu sobrado, se bem que nem sempre seguindo o padrão ortodoxo de construção.

Mas assim como, a partir de certa altura, nem todos os sobrados eram propriedade de *brancos*, também nem todos os *brancos* habitavam em sobrados. Alguns recordam-se de ter vivido em casas de um só piso antes de as suas famílias terem construído um sobrado e outros nunca chegaram a morar em nenhum.

Se bem que não tenhamos encontrado registos que permitam datar com segurança a construção dos primeiros sobrados no Fogo, estes remontam pelo menos a meados do século XIX, pois que o então cirurgião-mor do arquipélago, José Fernandes da Silva Leão, referia ser a vila de São Filipe o único povoado da ilha a possuir casas de primeiro andar e com **alguma** comodidade, «exceptuando o [sítio] de Pico Pires e suas vizinhanças onde há duas ou três casas de sobrado, e uma tão pequena que apenas consta de um quarto»⁹³⁷. Os sobrados ter-se-ão generalizado como habitação-tipo das famílias *brancas* da cidade, apenas a partir do último quartel do século XIX. Inferimo-lo não apenas das memórias dos informantes mais idosos, mas do relatório de um governador, datado de 1878, onde se diz de São Filipe que é uma «povoação muito pequena, irregular e **onde poucas são as casas de boa aparência.**»⁹³⁸

Parece-nos, pois, importante repensar as afirmações de alguma historiografia e literatura de e sobre a ilha do Fogo, segundo as quais o «esplendor da era “escravocrata”»⁹³⁹ e da propriedade vinculada teriam gradualmente desaparecido a partir do último quartel do século XIX. Da documentação a que acedemos, inferimos o contrário, ou seja, o relativo fausto existente nas primeiras décadas do século XX, com todas as aquisições que revelam algum conforto e distintividade, não terá recuado senão às décadas anteriores, e o período áureo destas famílias terá coincidido, como frequentemente acontece, com os primeiros anúncios da sua decadência económica. A hipótese que levantamos é a de que a fixação em São Filipe da

⁹³⁷ «Relatório do Cirurgião-Mor da Província de Cabo Verde sobre a cholera-morbus na ilha do Fogo em 1885», *op. cit.*, p. 360. Note-se que o referido cirurgião-mor utiliza a designação *sobrado* de acordo com o que parece ser o seu sentido próprio, o de compartimentos assoalhados, ou seja, com piso de madeira, e não, como se vem fazendo, ao que parece de forma abusiva, actualmente, para se designar todos os edifícios de primeiro andar existentes na cidade de São Filipe. Os *sobrados* terão constituído inicialmente um tipo de habitação rural, dispondo de anexos ou do piso térreo para a escravaria. É essa pelo menos a opinião de António Germano de Lima («A Cultura Material como fonte histórica: o caso do património construído da Praia», *Revista Científica de Estudos Cabo-Verdianos*, nº 2, 2006, p. 16) e de Luís Araújo (*op. cit.*, p. 29). Carreira também refere o pátio central dos sobrados como «derradeiro vestígio do esplendor da era “escravocrata”» (*Cabo Verde: Aspectos sociais, secas e fomes do século XX*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, 2ª ed., 1984, p. 156). Após a abolição, ter-se-ia assistido a uma evolução funcional do piso térreo, que na cidade passou a albergar a loja e outras dependências comerciais, como o escritório e o armazém, e que no meio rural foi utilizado para guardar as (escassas) alfaías agrícolas e armazenar as colheitas.

⁹³⁸ *Relatórios do Governador Geral da Província de Cabo Verde sobre o estado da mesma Província, e em especial do Districto da Guiné Portuguesa referidos ao ano de 1878*, *op. cit.*, p. 14. [Negrito nosso]

⁹³⁹ António Carreira, *Cabo Verde: Aspectos sociais, secas e fomes do século XX*, *op. cit.*, p. 156.

principal residência destas famílias é relativamente recente (século XIX?), ou seja, que a sua conversão em patriciado urbano antecedeu em poucas décadas o seu declínio. As muitas ruínas de casas de dois pisos na periferia da cidade e no interior parecem confirmar esta anterior vivência essencialmente rural da elite *branca*⁹⁴⁰ da ilha. Este é, porém, um assunto que extravasa o âmbito desta pesquisa nos seus contornos temporais e que requer consolidação empírica.

Sendo a documentação publicada relativa ao século XIX muito mais frugal do que, por exemplo, a relativa ao século XVIII, é difícil traçarmos com segurança o quotidiano material e os modos de vida dos terratenentes foguenses. Porém, os informes indirectos, provenientes sobretudo de entidades oficiais (mormente relatórios de governadores e de administradores), parecem indicar que o 'refinamento' das famílias *brancas* de São Filipe se pode balizar entre as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do XX, ou seja, quando já ameaçavam ruir os alicerces económicos em que secularmente assentara o seu poder. A corroborar esta ideia, o facto de os frescos do interior de uma das mais imponentes casas rurais da ilha, a de Maria Chaves, e do *sobrado* que a mesma família possuía na cidade (vd. anexo V, figuras 42 a 45, pp. 586-587), ambos apontados como a evidência máxima da abastança e do estilo de vida distintivos do segmento *branco*, terem sido pintados apenas nos primeiros anos do século XX.

Outra referência que nos indica a anterior rusticidade do modo de vida da elite insular é a que nos faz o já citado cirurgião-mor de Cabo Verde, que, em meados do século XIX, refere que um dos principais morgados do Fogo vivia no interior da sua propriedade, numa casa constituída por um só quarto⁹⁴¹. Esta descrição, em meados do século, é especialmente relevante, pelo facto de o seu autor ter percorrido toda a ilha, encarregado que estava pelo governador da província⁹⁴² de fazer o relatório sobre o percurso e a evolução do *cholera morbus* na ilha. O mesmo cirurgião comenta que «algumas d'estas anti-higiénicas casas não só são habitadas pela classe pobre da Ilha, mas também por alguns morgados, isto é, por homens que se diz terem alguma fortuna»⁹⁴³. Mesmo que o facto de ter conhecido o Fogo em circunstâncias anormais de grande mortalidade e morbilidade, tenha parcialmente influenciado as suas observações, elas não se afastam muito do que, meia centúria antes, João da Silva Feijó afirmara dos morgados de Santiago e do Fogo:

habitados, como os vadios, a uma vida mole e ociosa, livre e insociável, no centro de suas herdades, onde tudo podiam possuir com abundância, e ocupados unicamente na cultura das canas pelo interesse da aguardente, desprezam outra qualquer cultura que não seja a pequena porção de mandioca, e arroz para as suas mesas; e no tempo das águas o milho e feijão que supõem bastante para o sustento da sua família particular naquele ano, donde nasce o **viverem quase todos em grande mediocridade**.⁹⁴⁴

⁹⁴⁰ No contexto deste trabalho, as noções de 'elite local', 'elite insular', 'elite de São Filipe' ou 'elite branca' reportam-se todas ao grupo de famílias *brancas* que, na ilha do Fogo, e especificamente na cidade de São Filipe, monopolizaram secularmente o exercício do poder concelhio, detiveram as maiores e mais produtivas propriedades agrícolas e as principais casas comerciais, constituindo um grupo social consideravelmente fechado, pela observância escrupulosa do critério genealógico do recrutamento dos seus membros e de práticas conviviais restritivas. Pela composição e volume dos seus capitais, esta elite monopolizou os lugares mais altos da hierarquia das posições, até ao final do primeiro quartel do século XX, revelando uma grande auto-consciência.

⁹⁴¹ José Fernandes da Silva Leão, *op. cit.*, p. 360. Se bem que saibamos que possuía outras casas, não deixa de ser significativo que um dos mais ricos proprietários da ilha vivesse em semelhantes condições.

⁹⁴² Pela Portaria nº 73-A, de 19 de Julho de 1855.

⁹⁴³ *Ibid.*, p. 360.

⁹⁴⁴ *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)* por João da Silva Feijó, *op. cit.*, pp. 11-12.

A ociosidade e a falta de instrução dos mancebos destas famílias eram, para Feijó, as causas da decadência das propriedades agrícolas, porquanto, «faltando-lhes a educação, **não têm outras ideias nem conhecimentos** senão o dos objectos que têm continuamente entre os olhos». ⁹⁴⁵

A instrução formal

Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, a situação era já outra. Os *brancos* de São Filipe não eram apenas a elite fundiária, comercial e política da ilha: eles constituíam também a sua elite intelectual, por modesto que muitas vezes fosse o seu capital de instrução literária. As frequentes deslocações, em negócio ou lazer, à Madeira, a Lisboa e a outras cidades europeias e africanas, revelam um cosmopolitismo que não se coaduna com algumas descrições setecentistas relativas à rusticidade do estilo de vida dos *brancos* insulares. A elevação do capital escolar – encontram-se nestas famílias vários médicos, bacharéis e engenheiros –, as memórias dos informantes acerca dos primeiros electrodomésticos aparecidos na cidade, os gramofones (*vd.* anexo V, figuras 50 e 51, p. 589) e os discos que alguns ainda conservam, as pinturas artísticas de algumas casas, evidenciando cuidados com a decoração dos interiores, as várias peças de mobiliário que sobreviveram até hoje (algumas das quais recentemente doadas ao novo museu da cidade) levam-nos a pensar que as casas, quer as da Vila, quer as possuídas no interior, tinham já todos os apetrechos que na época iam surgindo para aumentar os níveis do conforto.

Estilos de vida exclusivos exigem geralmente longa aprendizagem, e um número relativamente elevado de jovens *brancos* foram encaminhados para o então Reino para prosseguir estudos, aperfeiçoar o conhecimento e a expressão da língua portuguesa e para alargar os seus conhecimentos em domínios aos quais a pequenez do meio são-filipense (e cabo-verdiano, em geral) impedia o acesso local. Os rapazes eram encaminhados preferencialmente para os cursos de direito, medicina, engenharia e posteriormente também para o comercial e de administração ultramarina. As raparigas vinham em menor número para a metrópole e direccionavam-se para colégios internos, mormente o do Bom Sucesso, em Lisboa, onde estudavam línguas, música e alguns labores.

Com a saída de algumas famílias e o declínio económico da maioria das que ficou na ilha, a educação literária da descendência masculina do segmento *branco* passou a confinar-se, com algumas (muito poucas) excepções ao ensino liceal, frequentado em São Vicente, onde existia o único liceu do arquipélago; as raparigas – à parte algumas Barbosa e as Monteiro de Macedo, enviadas as primeiras para estudar no mencionado colégio do Bom Sucesso, e as segundas num colégio de Espinho – ficavam-se geralmente pelo ensino primário, leccionado na ilha.

⁹⁴⁵ *Ibid.*, pp. 11-12.

Apesar de Friedlaender afirmar que «ler e escrever são aqui [na ilha do Fogo], para a maioria, artes inteiramente desconhecidas»⁹⁴⁶, no principal núcleo populacional da ilha, a situação divergia, porquanto, no diploma legislativo que em 1922 elevou a vila de São Filipe a cidade, mencionava-se como um dos fundamentos dessa elevação o facto de ser «insignificante o número de analfabetos que nela se contam»⁹⁴⁷. Afinal, era lá que residia a elite, que na época era constituída por um número ainda relativamente elevado de *brancos*, e muitos dos *mestiços* remediados, grande parte dos quais filhos de *brancos* nascidos fora do quadro do casamento, a quem haviam sido assegurados, por vezes, como veremos, além de meios de subsistência, também a escolaridade mínima.

Até às primeiras décadas do século XX, os diplomas académicos, conquanto conferissem aos seus detentores capital cultural institucionalizado acrescido, não se revelavam ainda determinantes para o desempenho dos principais cargos públicos da ilha. Eram sobretudo o nascimento – que assegurava simultaneamente a qualidade da linhagem e da raça – e, em menor medida, a classe que constituíam os critérios sobre os quais assentava o poder insular. A articulação entre as redes locais de poder político e as do Governo provincial e central exigia um relativo domínio da língua portuguesa, mas não impunha uma formação literária muito avançada. As famílias seleccionavam os membros nos quais pretendiam investir capital académico: «Essas famílias boas do Fogo, um ou dois filhos iam sempre para Lisboa estudar.» (Margarida). As faculdades de direito de Lisboa e Coimbra e a Escola Superior Colonial eram as mais frequentadas, quer pelos *brancos* quer pelos *não-brancos* emergentes.

A Primeira República fez de dois fogueenses ministros das Colónias; o Estado Novo fez de um governador de Cabo Verde. Em ambos os períodos, a ilha forneceu profusamente funcionários da administração colonial, oficiais de alta patente do exército e da marinha, diplomatas, profissionais liberais e alguns deputados. Os cargos desempenhados, no arquipélago, noutras colónias portuguesas e na metrópole, patenteiam o investimento de pelo menos parte das famílias *brancas* da ilha na educação formal da sua descendência masculina, que haveria de permitir, em vários casos, o empenhamento social e o activismo político testemunhados pela colaboração regular em jornais insulares e metropolitanos.

Ou pelos elevados custos em que importava a frequência universitária na metrópole, ou porque a terra constituía ainda a origem e o símbolo do poder do grupo, assegurando-lhe a sobrevivência material e a reprodução das posições sociais, grande parte da descendência masculina destas famílias não prosseguia, no entanto, os seus estudos além dos níveis primário ou secundário. Recordemos que só na segunda metade do século XIX funcionou o primeiro estabelecimento de ensino liceal em Cabo Verde, o Seminário-Liceu de São Nicolau, e que, só em 1917, foi inaugurado, cheio de percalços, o Liceu Nacional de Cabo Verde, na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente (posteriormente, designado Liceu Infante D. Henrique e, mais tarde, Liceu Gil Eanes). Antes destas instituições, ainda em meados do século XIX, haviam funcionado a Escola Principal, na ilha Brava, onde se ministravam os ensinamentos primário

⁹⁴⁶ Immanuel Friedlaender, *Subsídios para o conhecimento das ilhas de Cabo Verde (...)*, op. cit., p. 28.

⁹⁴⁷ Diploma legislativo nº 2, de 12 de Junho de 1922, aprovado pelo Conselho Legislativo da Província – BO nº 28, 15/07/1922, pp. 226-227.

e secundário, e o Liceu Nacional da Província de Cabo Verde, na Praia, ambos de vida efémera. Só em 1960, será inaugurado o Liceu Adriano Moreira, na cidade da Praia. Até à abertura do Seminário-Liceu de São Nicolau, em 1866, não era possível prosseguir no arquipélago os estudos para além do ensino primário. Ora, a necessidade de enviar a descendência para a longínqua metrópole constituía certamente uma limitação. Somava-se a esta o facto de os diplomas académicos não constituírem então um recurso determinante no espaço da identidade das famílias *brancas* do Fogo, cujo suporte material e simbólico assentava essencialmente na posse da terra e no nascimento.

Em princípios do século, um elemento da família Monteiro de Macedo ainda conseguia custear os estudos de mais de uma dezena de netos e sobrinhos, em Portugal e França. O secretário da Administração do concelho, um Gomes Barbosa, podia ainda manter, na década de quarenta, três filhos a estudar em Lisboa⁹⁴⁸. Constituirá, no entanto, uma excepção, já que as famílias que não abandonaram a ilha terão cada vez mais dificuldade em assegurar aos descendentes uma formação universitária. Foi assim que, enquanto os Sacramento Monteiro que se fixaram na metrópole continuaram a prover o alto funcionalismo e sobretudo as altas patentes militares, de entre os que permaneceram no Fogo nem todos possuíam os estudos secundários. Os Barbosa Vicente asseguraram ainda na década de trinta estudos universitários a alguns dos descendentes, o mesmo se passando com os Monteiro de Macedo e os Avelino Henriques. Estes dois últimos grupos de famílias, situados no topo da hierarquia económica no interior do segmento *branco*, continuaram com relativa facilidade a garantir a prossecução dos estudos aos descendentes. Porém, nem todos os rapazes enviados para a universidade concluíam os seus cursos. A supervisão familiar era mínima ou nula, dada a distância a que o arquipélago se encontrava, e os encantamentos e sedução da vida na capital – os teatros, os botequins, os bordéis – absorviam por vezes os dias e as noites dos supostos estudantes, que se pavoneavam de capa e batina pelas ruas da cidade.

Enquanto o dinheiro dava, na paródia, na convivência com o outro, passava um ano ou depois e depois ficavam por lá... (Manuel)

Os meus tios vieram todos para Lisboa, uns estudaram, outros cabularam; [...] dançava o tango com uns preceitos!, mas foi o que menos estudou. (Susana)

Chegados a meados do século, os que não possuíam senão a escolaridade mínima, enfrentaram com muitas dificuldades a concorrência que os funcionários de carreira, *não-brancos* oriundos das várias ilhas, lhes iam movendo. As receitas das terras eram cada vez menores, as do comércio praticamente inexistentes, e na disputa pelos cargos públicos privilegiavam-se os mais escolarizados, em detrimento dos que apenas possuíam como capital o nome de família.

Eu acho (...) que falhou nessa classe a percepção da mudança dos tempos. A maior parte não estudou e cuidou sempre que poderia viver dos rendimentos, do poder, etc. (Manuel)

⁹⁴⁸ AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D3\Cx19 – Correspondência recebida da Comissão Municipal da Ilha do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1943.

A geração dos meus pais foi a que bateu no fundo. A partir daí tomaram consciência de que os filhos tinham de estudar para poder ter uma vida melhor. (António)

A instrução como canal privilegiado de mobilidade era um dado adquirido há muito noutras ilhas do arquipélago. No Fogo, porém, até ao segundo quartel do século XX, os dois grandes eixos da avaliação diferencial dos indivíduos continuavam a ser a raça e o nascimento, ambos assegurados por uma endogamia grupal zelosamente observada. Quando o aumento do volume de capital escolar pelos *não-brancos* lhes foi permitindo penetrar no que fora um importante bastião do poder *branco* na ilha – os órgãos concelhios –, os *brancos* que permaneceram na cidade revelaram-se incapazes de competir com eles.

Quanto às raparigas do grupo *branco*, eram orientadas para o casamento e para a maternidade, dos quais dependia a conservação do nome e da pureza racial, eixos em torno dos quais se definiam as posições privilegiadas que ocupavam no espaço social. Bastava-lhes, por isso, ser alfabetizadas e possuir uma instrução mínima, adquirida localmente, nas pequenas escolas que algumas familiares possuíam na cidade, em salas destinadas para o efeito na própria residência⁹⁴⁹ («As raparigas bastava que soubessem ler e escrever, depois casavam.», diz Marcelo). Algumas eram, porém, enviadas para colégios internos metropolitanos, onde se esperava que adquirissem conhecimentos que melhorassem a sua *performance* em sociedade.

As raparigas vinham para aprender bem português, saber estar, saber vestir, conhecer grandes espaços (...) (Susana)

A minha avó eu sei que frequentou - mas isso é de 1800/1900 - frequentou o Bom Sucesso, em Lisboa... era a educação que se queria para as senhoras, naquela altura, era aprender línguas, cultura geral, música, elas tiveram essa possibilidade. (Maria)

O colégio do Bom Sucesso, de freiras irlandesas, era dos mais procurados pelas famílias da elite *branca*. Nas três primeiras décadas do século passado, ainda aí se encontravam algumas raparigas do Fogo, quase todas do segmento *branco*; a partir daí, foram rareando, passando este colégio a ser frequentado por algumas descendentes das famílias de *não-brancos* abastados.

Na transição da primeira para a segunda metade do século, já num quadro de desestruturação do posicionamento tradicional destas famílias, quando as redes de sociabilidade se estenderam aos *não-brancos* e se generalizaram os casamentos inter-raciais, algumas raparigas passaram a ser enviadas para o Mindelo, para o liceu Gil Eanes, já que só posteriormente abriria o da Praia, mais acessível pela proximidade, dadas as ligações económicas e familiares entre as ilhas do Fogo e de Santiago. Porém, «a maioria não ia e era ignorante, diga-se de passagem. A maior parte não tinha muitos estudos... ia ficando, sobretudo as mulheres: o segundo ano feito na Praia, ou o curso de labores da Mocidade Portuguesa, mas pouco mais, pouco mais.» (Manuel)

⁹⁴⁹ Os ramos Vasconcelos Barbosa/Barbosa Vicente e Gomes Barbosa forneceram grande parte dos professores da cidade, quer do ensino particular quer oficial.

Até ao fim da primeira metade do século, os *brancos* não encaminhavam as filhas para cursos universitários, por descurarem a sua educação formal, considerada marginal ao objectivo central da sua formação, que era a preparação para o casamento, e por se temer os efeitos da distância sobre a reputação das raparigas: «As raparigas não vinham para não arranjam namorado. Ficava muito mal mandar uma rapariga...» (Susana); «As senhoras não precisava de ter curso (...) só para escrever aos namorados, diziam.» (Margarida)

Contrariando a rudimentaridade da educação literária a que a generalidade das mulheres locais, mesmo as da elite, eram então confinadas, uma professora primária, pertencente a um dos ramos familiares mais manifesta e precocemente empobrecidos, os Barbosa Vicente, foi um exemplo de auto-didactismo e determinação em aprender. Instruída nas matérias que então constituíam o ensino primário, em casa, onde a mãe e as tias leccionavam, aprendeu português, francês (concluiu o curso da *Alliance Française*, que tirou por correspondência) e inglês. Adulta, terminou o então quinto ano, no liceu do Mindelo, como aluna externa, e já sexagenária concluiu algumas cadeiras do sétimo ano. Leccionou quase meio século, em três ilhas: o ensino primário, no Fogo, o secundário, em São Vicente (onde foi convidada para leccionar por Baltasar Lopes), em Santiago e no Fogo⁹⁵⁰.

O investimento em capital cultural e simbólico por parte dos *brancos* de São Filipe assegurava-lhes o lugar privilegiado que o grupo ocupava no sistema de posições relativas. Afinal, as posições dos agentes e dos grupos são também posições de estilos de vida desigualmente avaliados, como vinca Bourdieu, nas correlações que estabelece entre estratificação económica e estratificação social, através da mediação das práticas culturais. As bibliotecas que sobreviveram e outras de que permaneceu a memória, as representações teatrais, as aulas de *ballet*, os recitais, os *bailes de violino*, as *bandeiras* (se bem que estas se apresentassem mais compósitas, já que aos elementos tradicionalmente europeus se foram juntando os de influência africana), o vestuário, a decoração dos interiores, o português como língua de reserva mobilizada em determinados contextos, evidenciam consumos culturais e uma vida social diversificados. Lia-se, dançava-se (nos restritos *bailes de violino*, ao som do violino, do violão e do cavaquinho), ouvia-se música gravada (destacando-se os Henriques pelas suas colecções de discos), praticava-se desporto (chegando mesmo um elemento da família Monteiro de Macedo a construir um ringue de patinagem), fundavam-se clubes desportivos e associações recreativo-culturais⁹⁵¹, criavam-se cavalos de corrida, jogava-se (sobretudo cartas, que seduziam homens e mulheres)

(...) pôs a família na bancarrota. Jogou as porcelanas, jogou as pratas e jogou propriedades. Rebentou o escândalo quando a propriedade passou para outras mãos, para outra família. (...) O meu pai proibiu-nos de jogar; dizia: 'Não quero em casa Marias de *nhô* Pedro'. (Cristina)

organizavam-se piqueniques e recepções – «o meu avô tinha uma mesa onde se sentavam trinta e duas pessoas.» (João) – e passeava-se, tal como o faziam as elites dos meios

⁹⁵⁰ Cf. Gilda Barbosa, «A Escola da D. Irene», *Terra Nova*, nº 271, Maio de 1999, p. 3; «Meio século de professora – II», *Terra Nova*, nº 366, Outubro de 2007, p. 3; «Meio século de professora – fim», *Terra Nova*, nº 367, Novembro de 2007, p. 3; e Henrique Teixeira de Sousa, «D. Irene», *Terra Nova*, nº 269, Março de 1999, p. 3.

⁹⁵¹ Fundou-se, na Vila, ainda no século XIX, uma associação recreativo-cultural, o Clube Fraternidade, que em 1894 já se extinguiu.

pequenos metropolitanos, nos numerosos tempos de lazer. O largo do Presídio e a Praça João Pais de Vasconcelos (a principal da cidade, entre a igreja matriz e o edifício da Câmara Municipal, à volta da qual grande parte das famílias tinha a sua residência e que constituía uma espécie de passeio público *nostrum* tácito) constituíam os principais espaços extramuros do convívio *branco*.

Sem que o seu conteúdo se tenha dispersado, parecem ter sobrevivido ao tempo apenas duas bibliotecas particulares, uma da família Avelino Henriques e outra do ramo Vasconcelos/Barbosa Vicente. A primeira é essencialmente composta por literatura latina e grega, ensaios sobre movimentos sócio-políticos, livros de espiritismo, várias publicações em francês (denotando, por isso, o conhecimento da língua por parte dos seus proprietários) e livros comerciais⁹⁵²; na outra, encontram-se sobretudo livros de direito, estudos ultramarinos (a família possuía vários diplomados nas duas áreas, mormente na primeira), de história (de Portugal e universal), romances (mormente do romantismo e do realismo portugueses e franceses), textos dos autores *claridosos* e obras de teor religioso e moral⁹⁵³. Existiram algumas outras bibliotecas, que não se sabe onde se encontram, mas que provavelmente acompanharam a saída dos seus proprietários da ilha; uma outra, também pertencente à família Henriques, perdeu-se parcialmente aquando de uma enxurrada. João, que herdou a pequena biblioteca paterna (cerca de cinco dezenas de livros), recorda-se de as preferências literárias do pai recaírem sobre autores oitocentistas, como Dumas ou Dostoievski.

Tratava-se de uma elite relativamente heterogénea quanto aos níveis de educação formal e quanto aos consumos literários. No interior dos vários ramos, destacavam-se alguns grupos domésticos mais orientados para a actividade intelectual, e cujos elementos falavam e liam pelo menos uma língua estrangeira, eram assinantes de publicações periódicas metropolitanas ou estrangeiras⁹⁵⁴, recebidas directamente ou via metrópole. Mantinham-se a par do que se ia publicando pela Europa e das ideias e movimentos sociais que se iam desenvolvendo. Demonstravam acompanhar de perto a evolução política nacional, tomando partido ora pelo regime monárquico ora pelo republicano. Vários elementos destas famílias eram militantes da causa republicana e alguns, filiados no Partido Republicano, tornaram-se figuras proeminentes da Primeira República, como José Barbosa (*vd.* anexo V, figuras 76 e 77, p. 605). Viveram intensamente a mudança de regime⁹⁵⁵ e participaram nas ilhas da mesma confrontação ideológica entre radicais e moderados a que se assistia na metrópole, projectando na República muitas esperanças quanto à evolução económica, social e política de Cabo Verde. Jornais entretanto surgidos na Praia pertenciam e eram dirigidos pelos elementos politicamente mais activos das famílias *brancas* e *mestiças* do Fogo, vários dos quais

⁹⁵² Não acedemos directamente ao espólio, que, segundo informação da depositária, permanece por catalogar e encaixotado, desde a venda da casa do seu proprietário. Baseámo-nos no seu testemunho e no de dois elementos da família.

⁹⁵³ Consultámos a catalogação feita pelo elemento da família na posse da qual se encontra.

⁹⁵⁴ Em 1889, receberam-se, no Fogo, 793 jornais internacionais. Cf. *Relatório do Governo Geral da Província de Cabo Verde pelo Governador Geral Conselheiro José Guedes Brandão de Melo, 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 87.

⁹⁵⁵ Apenas alguns dias após a implantação da República, já se abria na Praia uma subscrição a favor das vítimas (pelo lado republicano) dos acontecimentos de 4 e 5 de Outubro; dos seis elementos que compunham a comissão que a criara, quatro eram fogueteiros: Abílio de Macedo, Simão e Raul José Barbosa e Aníbal Barbosa Vicente. Cf. *BO*, nº 43, 22 de Outubro de 1910, p. 318.

escreviam regularmente nos jornais metropolitanos. Alguns pertenciam à Carbonária e à Maçonaria (casos de João e José Medina Barbosa Vicente e de Abílio de Macedo – *vd.* pano maçónico deste último, no anexo V, p. 82, p. 612), tendo mesmo chegado a funcionar um *triângulo* desta última na ilha, a partir de 1919⁹⁵⁶.

Eles eram maçónicos, aquela sociedade fogueense, os homens (...) todos aqueles Macedos, aqueles Avelinos, aqueles Barbosas, todos maçónicos. (...) Aqui, mesmo a Carbonária era recrutada na Maçonaria, na elite.⁹⁵⁷ O meu avô materno era maçónico. A Maçonaria cá em Cabo Verde caracterizou-se mais pelo lado assistencial, eles faziam mais assistência que o próprio Governo. (Cristina)

A presença da Maçonaria na ilha, que alcançara as principais famílias – a Barbosa Vicente, a José Barbosa, a Monteiro de Macedo, de entre elas – nas primeiras décadas do século XX, terá decrescido a partir daí, já pelo êxodo dos seus nomes mais destacados, já pela situação de clandestinidade a que a votou o Estado Novo. Abílio de Macedo, que terá sido iniciado numa loja norte-americana⁹⁵⁸, destacou-se no seu proselitismo republicano. Aderente do Partido Republicano Português, fundou e dirigiu, na Praia, um semanário filiado no Partido, *A Voz de Cabo Verde*, que se tornaria o órgão do Centro Democrático Dr. Henrique de Vilhena, também ele filiado no Partido Republicano, e fundado por um grupo de republicanos da Província, de que se destacavam, além de Abílio de Macedo, Eugénio Tavares e Sérvulo de Paula Medina e Vasconcelos.⁹⁵⁹ Apesar da actividade prosélita de Abílio de Macedo, que assumia publicamente a sua ligação à Maçonaria, vários dos elementos contactados por ele terão recusado pertencer à instituição. Ajuda talvez a explicar esta recusa, mesmo por parte de eventuais simpatizantes, o quadro legal do regime que sucedeu ao golpe de Estado de 28 de Maio, que impunha aos servidores do Estado a renúncia a pertencerem a organizações secretas. Com efeito, a Portaria 8 126, de 4 de Junho de 1935, mandava vigorar nas colónias a Lei 1 901, de 21 de Maio do mesmo ano, que, entre outras coisas, impunha aos funcionários públicos e contratados pelo Estado a declaração, sob compromisso de honra, de não pertencerem e de jamais virem a pertencer a associações ou institutos secretos definidos no

⁹⁵⁶ O Triângulo nº 233, segundo Manuel Brito-Semedo (*A Construção da Identidade Nacional – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p. 231). Sobre a escassa informação publicada acerca da presença da Maçonaria no Arquipélago, *vd.* as referências dispersas que lhe são feitas por Oliveira Marques, no *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Editorial Delta, 1986 (especialmente na p. 227 do 2º vol.).

⁹⁵⁷ A ala republicana radical na capital da província, a mais anti-clerical e a que tinha maior visibilidade, terá composto a Carbonária local. Um dos poucos testemunhos que se possuem da sua existência é o que consta do manifesto anti-marinhista de autoria anónima (atribuída ao padre Duarte Graça – *cf.* Brito-Semedo, *op. cit.*) *Cabo Verde. Abusos, violências e despotismos do governador Marinha de Campos. Fiat Lux* (s.l., s.e., Imprensa de Manuel Lucas Torres, 1911): «Pelo rumor público, e pelo diz-se que circulam de boca em boca, parece que houve, na cidade da Praia, uma sociedade secreta a que davam o nome de carbonária, para ser o sustentáculo da república nesta terra.» (p. 45; a itálico, no orig.) Informa-nos ainda que, na Praia, a Carbonária terá surgido já depois de implantada a República (p. 46) e que contava entre os seus mais destacados membros elementos da elite fogueiteira. Esta ligação da elite da ilha à actividade da Carbonária em Santiago afasta-a da sua congénere metropolitana. De entre os mais acérrimos partidários de Artur Marinha de Campos nas ilhas ter-se-ão destacado os fogueiteiros Simão e Raul Barbosa, um seu cunhado (Alberto Torres) e dois dos irmãos Monteiro de Macedo, António e Abílio. Todos eles protagonizaram, no jornal de Abílio de Macedo, *A Voz de Cabo Verde*, durante anos, a defesa do antigo governador e a oposição contra o novo governador, após o afastamento de Marinha de Campos, escassos quatro meses após a sua nomeação, pelo ministro das Colónias, na sequência de denúncias sobre o teor dos seus discursos, acusados de incentivarem a população à sublevação pela independentização do arquipélago.

⁹⁵⁸ Foi, pelo menos, o que nos afirmou o seu único filho sobrevivente, Teodoro Monteiro de Macedo. De facto, já muito antes de ter aí estado emigrado, Abílio de Macedo realizava viagens de negócios aos Estados Unidos.

⁹⁵⁹ Henrique de Vilhena publica um documento enviado por Henrique Vieira de Vasconcelos (jornalista, poeta e deputado democrático por Cabo Verde, natural do Fogo), em 1916, em que este menciona uma outra agremiação democrática à época existente no Fogo, o Centro «Almirante Reis». *Cf.* *Pelo caminho (documentos e notas de minha vida social e pública)*, Lisboa, 1939, p. 291.

art. 2.º da referida Lei.⁹⁶⁰ Perante esta imposição legal, os proponentes a vogais (efectivos e substitutos) das câmaras ou comissões municipais e aos outros cargos públicos temeriam pertencer a organizações proibidas, como a Maçonaria. Tenhamos presente que o emprego no funcionalismo público era, à medida que o século XX avançava, cada vez mais a alternativa de sobrevivência para os elementos do segmento *branco* que permaneceram na ilha e que assistiram ao agravamento das condições climáticas, à pulverização da propriedade, à crescente diminuição das receitas fundiárias e à concorrência comercial dos *não-brancos*.

Quanto aos consumos culturais (entendendo-se aqui cultura na sua acepção humanista), destacou-se a família Avelino Henriques. Os seus elementos interessavam-se pela literatura, pelo teatro, pela dança, pelo desporto. À frente de praticamente todos os eventos culturais e desportivos organizados na cidade se encontrava um dos irmãos Henriques: na dinamização dos festejos das *bandeiras*, cujo recomeço, em 1917, se deve sobretudo a Aníbal Henriques (vd. anexo V, figura 77, p. 605), que foi também autor de várias composições musicais satíricas (muitas das quais também perdidas na enxurrada que terá destruído grande parte da sua biblioteca), peças de teatro (a que assistia em Lisboa e que depois encenava na ilha) e escritos de crítica social; num grupo de *ballet*, na organização de paradas, desfiles e prática desportivos (era também um Henriques o comandante dos Falcões Portugueses de Cabo Verde⁹⁶¹ na ilha, na década de trinta – vd. anexo V, figura 87, p. 614); e, de uma forma geral, em toda a dinamização cultural a que a cidade assistiu na primeira metade do século XX. Mesmo algumas mulheres da família (as duas filhas de Aníbal Henriques) participavam na organização de alguns destes eventos (vd. anexo VIII, figura 105, p. 643).

As artes plásticas não parecem ter entusiasmado a elite são-filipense. À excepção de uma mulher que pintava a óleo, num *atelier* anexo ao seu sobrado, não conseguimos encontrar mais vestígios de pintura ou escultura, para além dos já referidos frescos encomendados por uma família para as suas casas de campo e cidade, a um alemão residente na ilha, de um tecto pintado na casa que foi da família de António Carreira e de alguns pequenos motivos pintados num friso do pátio de acesso ao sobrado de um dos primeiros *não-brancos* emergentes.

⁹⁶⁰ Tal como a Portaria 8 530, de 29 de Setembro de 1936, mandava executar nas colónias o Decreto nº 27 003, de 14 dos mesmos mês e ano, que impunha aos servidores ou candidatos a servidores do Estado a declaração de integração na ordem social da Constituição de 1933, com «activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas.» Cf. Jaime Tomé, «Compilação dos sumários da legislação aplicada às colónias ou para elas promulgada depois da RAU, exceptuada a relativa a créditos, transferência ou reforço de verbas, e às classes anexas ao Dec. 20.260, com índice alfabético», in *Reforma Administrativa e outra Legislação*, Edição da Gazeta dos Advogados da Relação de Luanda, 1940, pp. 15 e 22, respectivamente.

⁹⁶¹ Os Falcões de Cabo Verde foram uma organização cívica e desportiva, fundada em São Vicente, em 1932, e inspirada nos Sokols checos. Leia-se a descrição de Teixeira de Sousa sobre o entusiasmo que a organização suscitou na ilha de São Vicente (se bem que em menor escala, porque não havia liceu na ilha, deve ter tido um impacto considerável também em São Filipe): «Os filiados possuíam farda com divisas e galões, segundo as habilitações literárias, havia marchas e paradas (...) empolgaram a juventude do Mindelo, rapazes e raparigas. Era ver a correria para o respectivo quartel, na Salina, pelas cinco horas da tarde, para as actividades da organização, tais como ginástica de manutenção, ginástica rítmica, exercícios de parada, aulas de música, de electrotecnia, de mecânica, de matérias teóricas ministradas pelos finalistas do liceu, etc., etc.» Cf. «Luís da Silva Rendall: 1916-2003», *Terra Nova*, nº 321, 2003, p. 3. A associação falconista do Fogo foi inaugurada em 1934, sendo seu comandante-chefe o então administrador do concelho, Agnelo Avelino Henriques (cf. *O Eco de Cabo Verde*, nº 31, 22 de Dezembro de 1934, p. 1).

O português e a «língua de brancos mal ensinada a pretos»⁹⁶²

As assimetrias sociais também se expressavam nas diferenças linguísticas, desde logo pela língua usada – o português ou o crioulo. A língua falada por (quase) todos era o crioulo. Este seria o grande elemento (a par do local do nascimento – a ilha) de coesão da comunidade. O que as fronteiras ráticas, culturais e de classe separavam o crioulo unia. A criouliização linguística decorreu da necessidade de comunicação dos dois contingentes populacionais de matriz cultural tão diversa que colonizaram o arquipélago.⁹⁶³ As necessidades funcionais da comunicação imediata despiram a língua portuguesa do que se revelava acessório: o vocabulário reduziu-se, suprimiram-se as palavras de menor carga semântica e fonética (mormente artigos e preposições), simplificou-se a «componente flexional do sistema morfológico»⁹⁶⁴, ao mesmo tempo que se recebiam contribuições das línguas maternas dos escravos trazidos do continente fronteiro.

Com o tempo – e não foi preciso muito, a avaliar pelos testemunhos de sacerdotes e oficiais régios que passaram pelo arquipélago –, o crioulo tornou-se língua materna de todos os ilhéus, independentemente da proveniência geográfica dos antepassados, da raça, da classe e da posição na hierarquia do poder. A problemática língua materna/língua da colonização coloca-se de forma diferente em Cabo Verde. Aqui, não havia um povo pré-existente à colonização europeia. A língua cabo-verdiana, ou o dialecto cabo-verdiano, como se lhe queira chamar⁹⁶⁵, é absolutamente tributária(o) do português, não sendo este, em Cabo Verde, uma língua de empréstimo.

No último quartel do século XVIII, o Anónimo de 1784, que se referia ao crioulo como «corruptela tão rústica que se não pode escrever», dizia que poucos eram os brancos das ilhas que falavam correctamente português⁹⁶⁶. Um quarto de século mais tarde, João da Silva Feijó, que também qualifica de «ridículo» o crioulo cabo-verdiano, testemunhava igualmente que a crioulofonia se estendia a toda a população do arquipélago e mesmo a alguns dos portugueses ali residentes⁹⁶⁷. Em 1844, Lopes de Lima aconselhava, para as duas escolas preparatórias que propunha que fossem criadas no arquipélago, o recrutamento de professores europeus, «sem os vícios do *crioulo* Africano», que qualificava de «gíria ridícula, – composto monstruoso de antigo Português, e das Línguas de Guiné, que aquele povo tanto preza, e os mesmos brancos se comprazem a imitar»⁹⁶⁸.

⁹⁶² De uma passagem do artigo de Eugénio Tavares sobre o crioulo cabo-verdiano – «Língua de pretos» –, publicado no nº 11 d' *O Manduco*, em Janeiro de 1924, p. 1.

⁹⁶³ Como afirma Dulce Pereira, «a palavra-chave para a compreensão do que é um crioulo é (...) contacto.» Cf. *Crioulos de Base Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2006, p. 13.

⁹⁶⁴ *Ibid.*, pp. 25-26 e 87. Eugénio Tavares, num artigo publicado no quinzenário local *O Manduco*, no qual se mostrava favorável à conservação gráfica do crioulo de Cabo Verde e à elevação do seu estatuto, considerava também que o crioulo era uma simplificação da língua do colonizador pelos africanos: «a chamada língua de pretos, melhor seria dizê-lo língua de brancos mal ensinada a pretos». Cf. «Língua de pretos», op. cit., p. 1.

⁹⁶⁵ Afinal, um dialecto não será senão «uma língua sem exército e sem frota», como o designa Eco. Cf. Umberto Eco & Jean-Claude Carrière, *A obsessão do fogo*, Lisboa, DIFEL, 2009, p. 275.

⁹⁶⁶ Anónimo de 1784, *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo-Verde (...)*, op. cit., p. 21.

⁹⁶⁷ *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII) por João da Silva Feijó*, op. cit., pp. 7-8.

⁹⁶⁸ José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas no Ultramar, Livro I – Das Ilhas de Cabo Verde e suas Dependências*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, p. 81.

O português permaneceu, todavia, a língua do poder. Era em português que a legislação aplicada no arquipélago era redigida, era em português que era aplicada e era portuguesa a língua do funcionalismo e da escolarização que lhe dava acesso. O regime republicano radicalizou o que a monarquia já havia decretado – a proibição de falar crioulo nas escolas –, ao prever sanções disciplinares para os que, nas escolas e nas repartições públicas, falassem o dialecto⁹⁶⁹. As diferenças linguísticas constituíam elementos de distinção social que eram frequentemente mobilizadas de acordo com os contextos da interacção. Na intimidade e nos espaços informais não se podia, porém, obstar ao seu uso. Mesmo aqueles que accionavam o seu capital de europeidade, para efeitos identitários e de conservação do lugar no sistema de posições, como os *brancos* do Fogo, haviam contactado com o crioulo desde o nascimento, através dos pais e das amas, estas últimas raramente conhecendo outra forma de expressão. Gabriel Mariano dá uma imagem sugestiva acerca das diferentes funcionalidades do português e do crioulo: «Enquanto o português é a língua dos momentos solenes, dos salões e dos fraques, o crioulo é a língua do dia-a-dia, da cozinha, a língua que se usa em mangas de camisa.»⁹⁷⁰

Porém, conquanto generalizado o seu uso, o crioulo não era falado da mesma maneira; como em qualquer forma de expressão oral ou escrita, as diferenças estatutárias manifestavam-se: o crioulo falado por quem aprendera a ouvir, a falar e a ler português não poderia ser o mesmo crioulo de quem nunca ou só esporadicamente contactara com esta língua. A maior ou menor riqueza lexical e a qualidade da construção frásica constituíam elementos que diferenciavam os locutores.

Pelo que pudemos apurar, só em duas casas da Vila o português era imposto como língua falada. Em ambas as situações, eram os elementos femininos (as mães) a impô-la às crianças, tratando-se, num caso, de uma família de professoras e, no outro, de uma filha de professora. Nesta última família, as duas filhas estudaram em colégios metropolitanos e todos os elementos – irmãos e pai – se exprimiam em casa em português, exceptuando-se quando se dirigiam aos empregados da casa, só falantes de crioulo. Na outra família, só a mãe (professora primária e posteriormente secundária) e os filhos falavam português, expressando-se o pai em crioulo, mesmo em casa: «Eu lembro-me que nós brincávamos com isso; púnhamos o pé na escada: ‘Português!’ [com voz de comando de tropas]» (Maria). Tal como sucedia em relação ao crioulo, também no uso do português se evidenciavam diferenças de classe, mesmo no interior do grupo *branco*. A pronúncia metropolitana evidenciava elevado capital linguístico, mas também económico, já que falar um português sem sotaque e descrioulizado constituía um exclusivo de quem pudera estudar ou residir longa temporada em Portugal, o que, como vimos, já nem todas as famílias *brancas* se podiam permitir na época que estudamos.

À parte raríssimas excepções, como a das mulheres destes dois grupos domésticos, as restantes mulheres do segmento branco, cuja educação formal era geralmente mais

⁹⁶⁹ Portaria de 1921. Cf. António Carreira, «Homenagem aos colaboradores da revista “Clareza”», in *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII) por João da Silva Feijó*, op. cit., p. x.

⁹⁷⁰ *Cultura Caboverdeana – Ensaio*, op. cit., p. 87.

descurada, falavam quotidianamente crioulo, expressando-se algumas muito mal em português. Quanto aos homens, comunicavam em crioulo, reservando o português sobretudo para as ocasiões em que a sua qualidade de agentes de intermediação população/poder central assim o exigia, como aquando da visita à ilha de um dignitário da metrópole ou da capital da província, ou quando se impunha a demonstração de autoridade e de poder, já que o português, como língua europeia, era a língua do prestígio e da dominação. Alguns escreviam escoreitamente a língua portuguesa, até porque, para aceder ao funcionalismo público, teriam de demonstrar algum domínio da língua falada e escrita.

As crianças só aprendiam e falavam português na escola. Os professores – metropolitanos ou ilhéus – proibiam-lhes o uso do crioulo durante as aulas, mas, uma vez fora da sala de aula, voltava o domínio do crioulo. A ida ao médico ou a visita aos escassos metropolitanos colocados na ilha eram quase as únicas ocasiões em que falavam português. Os que prosseguiram os estudos, em São Vicente ou na metrópole, mantinham contacto regular com a língua; os que não os prosseguiram, só esporadicamente a ouviam e nela se expressavam.

Constituindo o *habitus* linguístico uma dimensão do *habitus* de classe, as características distintivas do discurso manifestam as diferentes posicionalidades no espaço social⁹⁷¹. Quanto mais raro um capital, mais se reveste de potencial distintivo e mais é mobilizado pelos que o possuem em exclusivo como mecanismo de protecção à entrada de elementos estranhos ao grupo. Tratando-se de um tipo de capital que requeria considerável tempo de aprendizagem e o acesso aos círculos relativamente restritos dos que o possuíam (no arquipélago, as escolas), a língua portuguesa era falada por uma minoria na ilha. Mesmo um dos indivíduos que melhor ilustra a emergência sócio-económica e política dos *não-brancos* e a sua integração nas redes do convívio *branco*, era frequentemente ridicularizado pelas suas incursões desastrosas na língua portuguesa, e continua a circular entre os descendentes da elite *branca* a memória de algumas das suas calinadas.

As bandeiras

A componente cultural europeia e a emulação na ostentação caracterizavam os consumos simbólicos das famílias do segmento *branco*. Os festejos associados a algumas celebrações do culto católico, como as *bandeiras*, eram as ocasiões em que estas famílias mais se superavam em demonstrações de abastança e distintividade. As *bandeiras* eram festas de cariz religioso-profano, em que se homenageavam as figuras São Filipe, São João, São Pedro e São Sebastião. Constituíam quatro momentos do calendário religioso especialmente festivos, nos quais participava toda a população da cidade de São Filipe e os que acorriam também do interior. Da matriz destas comemorações constavam vários momentos: o pilão e a matança dos animais, nos dias que antecediam a cerimónia principal; a

⁹⁷¹ Pierre Bourdieu, *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, op. cit., p. 85.

missa, a procissão, a tomada da *bandeira*, o almoço dos cavaleiros, as cavalhadas e o baile, no dia do santo. Os trabalhos preparatórios para as refeições do dia principal decorriam no pátio interior da casa do festeiro (o indivíduo que, no final das festividades do ano anterior, se havia proposto *tomá bandera*), onde se pilava o milho para a preparação do xerém do dia da festa, e onde se cantava e dançava ao som de batuques e tambores. Da varanda da casa, os *brancos* assistiam a estes preparativos e festejos, durante os quais circulava abundantemente a aguardente de cana (o *grogue* cabo-verdiano) servida pelo festeiro.

Esta era a *bandeira grande* e era organizada pelo sobrado. Paralelamente a esta, celebrava-se também a *bandeira da praia*, organizada e festejada por *não-brancos* mais ou menos remediados. Também ela era tomada por um festeiro, que oferecia o almoço, não em sua casa, mas na praia. Ao contrário do que se passava no sobrado, para este almoço contribuíam os conhecidos e familiares do festeiro, que não dispunha geralmente de meios suficientes para suportar sozinho as despesas da festa⁹⁷².

Apesar de terem programas próprios, havia alguns momentos de contacto entre as duas *bandeiras*, como seja o primeiro almoço dos cavaleiros, servido pelo festeiro da *bandeira da praia*. Após a procissão em que todos participavam, e antes do almoço na casa do festeiro da *bandeira grande*, os cavaleiros dirigiam-se à praia, onde exibiam as suas habilidades equestres e comiam e bebiam com os *mestiços*. Após este primeiro almoço, regressavam à cidade e dirigiam-se à casa do festeiro da *bandeira grande*, onde eram aguardados para um segundo almoço, em que era servida uma grande variedade de iguarias. Neste estavam presentes apenas *brancos* (exceptuando-se uma família de *mestiços* precocemente integrada na rede de sociabilidade *branca*): os familiares e amigos do festeiro e as principais figuras da cidade (administrador e outras autoridades, pároco e médico), frequentemente ainda parentes do festeiro. No quintal, era servido um almoço, também muito abundante, aos outros participantes – coladeiras⁹⁷³, tamboreiros, estribeiros e outros populares que fossem aparecendo.⁹⁷⁴

Após o almoço, decorria o momento mais alto das comemorações, as cavalhadas. Não vamos descrevê-las, porquanto o artigo de Félix Monteiro⁹⁷⁵ e a *Auto-biografia* de Abílio Monteiro de Macedo o fazem pormenorizada e apelativamente, fazendo-nos vivenciar o ambiente de emoção que as rodeava. Mencionamo-las apenas como mais um aspecto relevante para a caracterização do estilo de vida distintivo do segmento *branco* da cidade. A

⁹⁷² Abílio Monteiro de Macedo, *Auto-biografia*, p. 20.

⁹⁷³ No Fogo, *coladeiras* não são as dançarinas do *colá Sonjon* (colar São João) das ilhas do Norte; elas *colam*, apenas, ou seja, falam ou cantam ao desafio, já que *colá* significa cantar ou falar em voz alta. As umbigadas que caracterizam a dança em São Vicente e Santo Antão estão ausentes dos festejos do Fogo e da Brava. Nestas duas ilhas, é mais um canto de romaria, em que as mulheres, ao mesmo tempo que dançam, improvisam cantigas ou simplesmente sequências de palavras. É a isto que, no Fogo, se chama *colá*. Cf. Moacyr Rodrigues, *Cabo Verde: Festas de romarias. Festas juninas*, Ed. do Autor, 1997, pp. 19 e 31-32. Um dos inquiridos (Artur) precisou-nos este sentido de *colar* na ilha: «colavam, quer dizer, faziam elogio para receber uma gratificação. Colar nessas cantigas é elogiar as pessoas. Aqui no Fogo colar é elogiar.»

⁹⁷⁴ Gilda Barbosa, contrariando o distanciamento que habitualmente revela em grande parte das suas análises sobre a estratificação social insular até à geração anterior à sua, apresenta como justificação para que o almoço fosse servido no quintal a falta de espaço no interior da casa do festeiro (cf. «A Festa do Dia do Santo», *Terra Nova*, nº 288, Dezembro de 2000, p. 3). De facto, esta apresentava-se sobrelotada pelo grande número de convidados; todavia, ainda que assim não fosse, não nos parece verosímil um quadro de almoço servido a *brancos* e a serviçais descendentes de escravos, todos confraternizando à mesma mesa; mesmo que outras considerações (raciais) não se interpussem, a distância entre o 'saber estar' de uns e de outros seria desmobilizadora.

⁹⁷⁵ «Bandeiras da Ilha do Fogo: o senhor e o escravo divertem-se», *Claridade*, nº 8, Maio de 1958.

criação de cavalos de corrida no Fogo, que se exibiam durante os festejos que envolviam as cerimónias religiosas das *bandeiras*, e nos quais se apostava, manteve-se até o permitirem as posses económicas das famílias *brancas*. Além dos custos inerentes à criação de cavalos, toda a parafernália que envolvia o equipamento das montadas e dos cavaleiros (nos dias das exibições equestres, estes deveriam mudar várias vezes de roupa e acessórios, todos vindo da metrópole – vd. anexo V, figuras 83 e 84, p. 612) exigia uma disponibilidade de meios de que apenas o segmento terratenente tradicional dispunha.

Depois das cavalhadas, e caso ninguém se tivesse apresentado ainda para tomar a *bandeira* no ano seguinte, organizava-se uma espécie de cortejo fúnebre – o *enterro da bandeira* – em direcção à igreja, onde se depositava o estandarte do santo (de onde se estendeu a designação *bandeira* ao conjunto das comemorações), à espera que nos dois dias seguintes surgisse um novo *juiz* que a *desenterrasse*⁹⁷⁶.

Um outro momento importante das comemorações era o baile nocturno, que se desenrolava no salão do andar superior do sobrado, para os *brancos*, e no pátio do sobrado e nas ruas, para a restante população. Na sala do festeiro da *bandeira grande*, conversava-se, comia-se e dançava-se, ao som de violino, violão, viola e cavaquinho; em baixo, no pátio, os *não-brancos* que se quisessem associar à festa participavam num espectáculo predominantemente africano improvisado, ao qual os *brancos* assistiam da varanda do salão.

Félix Monteiro, que presenciou na ilha algumas *bandeiras*, descreve-as como celebrações eclécticas, mas nas quais os elementos africanos e europeus participavam sem se fundir. A «varanda funcional» que separava os dois espaços dos festejos – a sala e o pátio – separava igualmente dois continentes – Europa e África, que não chegavam a incorporar-se⁹⁷⁷. Esta separação, «social e não racial», de acordo com Félix Monteiro, justificava-se pela pronunciada assimetria entre os dois grupos de festejadores: «forçoso é reconhecer-se que, na chamada Bandeira Grande, a separação em compartimentos estanques era inevitável, e justifica-se plenamente se atendermos ao facto de as festas provirem de meios sociais diametralmente opostos, impenetráveis.»⁹⁷⁸ Como as fronteiras de classe e de *status* coincidiam com as fronteiras raciais, a *bandeira grande* acabava por apresentar-se racializada: *brancos* (e a mencionada família *não-branca* precocemente integrada) no salão e *mestiços* e *negros* no pátio.

As quatro *bandeiras* constituíam o ciclo festivo mais importante da ilha e, para além do móbil religioso e de recreio que lhes subjazia, eram aproveitadas pelos *brancos* para actualizarem as suas redes de convívio, para ostentarem e para celebrarem a sua distintividade grupal e para rivalizarem entre si quanto à capacidade de se excederem materialmente na organização dos festejos. Assim, as *bandeiras* não só reactualizavam as posições dos grupos no espaço de relações, como, ao mesmo tempo, expunham as fracções de classe no interior do segmento *branco*. A emulação revelava-se especialmente no desfile

⁹⁷⁶ A *bandeira* de São Filipe, por exemplo, esteve longos anos *enterrada*, até um grupo de sete jovens, na sua maioria constituído por fogueteiros *brancos* – o Sete-Estrela – a *desenterrar*, em 1917, comprometendo-se a zelar para que, a partir daí, a *bandeira* nunca mais fosse *enterrada*.

⁹⁷⁷ «Bandeiras da Ilha do Fogo: o senhor e o escravo divertem-se», *Claridade*, nº 8, Maio de 1958, p. 9.

⁹⁷⁸ *Ibid.*, pp. 10 e 22, respectivamente.

dos cavalos e cavaleiros e na proficiência e prolificidade dos pratos servidos durante o *almoço dos cavaleiros*, numa ilha recorrentemente assolada por crises famíneas, durante as quais se registava elevada mortalidade. Em 1919, Abílio Monteiro de Macedo foi *juiz da bandeira* de São João e afirma ter dispendido catorze mil escudos, quantia exorbitante para a época, mesmo para a elite, que começava a ver declinar substancialmente as suas receitas. Já então, poucas famílias além da sua e da Avelino Henriques se poderiam permitir tais gastos. Alguns anos depois, será a aquisição de carro que constituirá um marcador das diferenças de classe entre o segmento social *branco*. Daí que o primeiro a aparecer na ilha, no final da década de vinte, pertencesse ao mesmo indivíduo da família Monteiro de Macedo. Havendo ao todo cerca de catorze quilómetros de estrada, sete para Norte, outros tantos para Sul, só o divertimento e o desejo de ostentação explicam o aparecimento dos primeiros carros na cidade⁹⁷⁹.

A condição de classe dos *brancos* que se conservaram na ilha foi-lhes progressivamente vedando os consumos ostentatórios que tradicionalmente os caracterizara como grupo (os *brancos* haviam sido «perdulários», como afirma Francisco), ao mesmo tempo que a situação económica progressiva de alguns *não-brancos* os habilitava a aderir a certos estilos de vida antes privativos dos *brancos*. Tal como a construção de sobrados no centro da cidade, o poder *tomá bandera* foi uma conquista simbólica dos *não-brancos* emergentes («'Até fulano tal ganhou a bandeira!'», dizia-se dos festeiros *mestiços* (Cristina). Mas esta democratização das *bandeiras* foi acompanhada, como acontece com a generalidade dos consumos que perdem o seu carácter exclusivo de um grupo, pela perda do seu significado social, deixando de conferir um acréscimo de prestígio ao festeiro⁹⁸⁰. Daí que mesmo Artur, *não-branco*, afirme que «as bandeiras tiveram brilho até 1950.»

Apesar de espaço cultural híbrido (as *bandeiras* ilustram essa convergência de elementos culturais portugueses/europeus e africanos), o arquipélago era marcado pelo plano profundamente assimétrico em que decorriam as relações entre formas culturais tão diversas quanto o eram as de matriz europeia e as de matriz africana. A racialização no Fogo, por parte da elite *branca*, também pode (e deve, quanto a nós) ser abordada do ponto de vista das assimetrias culturais, integrando a raça numa totalidade cultural mais abrangente, a da etnia. Se entendermos que estamos perante um grupo com características étnicas, quando, como diz Eriksen⁹⁸¹, ele se sente culturalmente diferente e essa diferença é percebida como distintiva, ou seja, socialmente relevante, então o grupo constituído pelas famílias *brancas* de São Filipe pode ser considerado um grupo étnico. Assentando a lógica de dominação numa matriz referencial que era a cultura ocidental e concretamente a portuguesa metropolitana, o segmento *branco* da população, conquanto constituísse uma minoria étnica, era o melhor posicionado na escala do poder. As práticas de reprodução cultural forjadas na herança

⁹⁷⁹ Para Teixeira de Sousa, foram estes os móveis da aquisição dos primeiros carros, como já anteriormente o haviam sido da criação de cavalos de corrida. Cf. «Apontamento para um romance: ilha do Fogo dos anos 27 e 28», *op. cit.*, p. 28.

⁹⁸⁰ Se bem que, sobretudo em contextos em que o grosso da população sofria de fome endémica, como acontecia com a ilha do Fogo e Cabo Verde, em geral, até à segunda metade do século XX, a exibição de riqueza material (manifesta sobretudo pela distribuição abundante de comida, como ocorria durante as *bandeiras*), por parte de quem anteriormente não dispunha dela, constituísse um elemento de reposicionamento no espaço global de relações.

⁹⁸¹ Thomas Hylland Eriksen, *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*, *op. cit.*, *passim*.

européia constituíam também, neste sentido, estratégias de dominação do grupo. O facto de constituir um grupo minoritário reforçaria até essa auto-percepção étnica, tal como a origem comum – *branca* e reinol, alimentada por uma vigilante endogamia. A raça e a origem europeia constituíam pilares importantes da construção do património étnico (pelo menos supostamente) partilhado pelo grupo.

10.3. A evocação dos antepassados nobres

A construção do passado, pela recriação das origens, revela-se a mais recorrente estratégia de legitimação dos privilégios e prerrogativas coetâneas. Na São Filipe primi-novecentista, a actualização desse passado processava-se predominantemente pela continuidade geracional que o casamento monogâmico assegurava. Na legitimação da dominação, estavam fortemente envolvidas as representações do passado familiar, que se faziam muitas vezes recuar aos tempos da implantação demográfica na ilha. Mesmo quando a antiguidade da presença na ilha não remontava aos primeiros tempos do povoamento, ela identificava-se sempre não só com a origem reinol, mas com o desempenho de um elevado cargo de nomeação régia por parte do primeiro antepassado a fixar-se no arquipélago. Assim, (1) a presença remota no arquipélago⁹⁸² (remota, relativamente à curta história da ocupação humana do arquipélago, que, na época em estudo, não cobria ainda os cinco séculos), (2) a origem reinol dos antepassados, (3) o exercício de altos cargos por parte de alguns ascendentes, pressupondo origem aristocrática da família, (4) a preservação da raça *branca*, ou seja, a sua não *contaminação* por sangue escravo/*negro* e (5) determinado complexo de práticas sociais constituíam os vectores principais em torno dos quais este grupo de famílias foi construindo e estruturando a sua memória, ao longo dos séculos.

Só um *branco* (Paulo) e dois *não-brancos* (Afonso e Francisco) quebraram a unanimidade relativamente à crença numa ascendência exclusivamente europeia da elite fogueteira. Afonso afirmou ter tido sempre dúvidas sobre a ausência de *mistura* nos *brancos* e Francisco diz sempre ter achado que os *brancos* do Fogo eram excessivamente morenos para atestar uma ascendência estreitamente caucásica, e não considera que houvessem na primeira metade do século famílias imaculadamente *brancas*. Mesmo da que é mencionada pela quase generalidade dos entrevistados como a última descendente *branca* a residir na cidade, Francisco afirma: «Bem, se ela diz que é..., eu não sei se é...» Também referindo-se ao desagrado que o casamento de Henrique Teixeira de Sousa teria causado em pelo menos parte da família (Avelino Henriques) da mulher, revela estranheza, porquanto «mestiços também eles eram!» Quando insistimos e perguntamos se o núcleo legítimo da família Avelino

⁹⁸² Uma vez concedida a independência política ao território, será a antiguidade na ilha e menos a origem portuguesa metropolitana das respectivas famílias o recurso mobilizado. António, quando em Cabo Verde se lhe dirigem, tal como à sua família – «'Vocês, os portugueses'» –, responde: «'Não! Eu sou cabo-verdiano, mais cabo-verdiano que sê. Quando eu cheguei aqui você ainda estava em África, ponto final!'»

Henriques não era *branco*, afirma que sempre achara demasiado «morenos» alguns dos elementos da família.

O segmento *branco* do Fogo orgulhava-se (e este orgulho mantém-se ainda, entre os descendentes da diáspora) não apenas da sua europeidade – «Nós viemos todos de Portugal, há mais de duzentos anos» (João) –, como também da (pelo menos) suposta fidalguia das suas origens familiares. Abílio Monteiro de Macedo, nascido no último quartel do século XIX, na sua *Auto-biografia*, refere-se-lhes como «**representantes da fidalguia portuguesa** que, nos tempos da colonização, se estabeleceram na ilha do Fogo» e descendentes «**de colonos de sangue azul**»⁹⁸³. Carreira também menciona a representação das suas origens aristocráticas por parte da elite *branca*, e afirma-a convicta de ser a única descendente de nobres no arquipélago⁹⁸⁴. Tratava-se de uma oligarquia que se pretendia e se representava como aristocracia, independentemente da ausência de elementos de identificação associados à nobreza, como títulos nobiliárquicos e vestígios de brasões. Porém, mais relevante que serem ou não de ascendência nobre reinol (e alguns sê-lo-iam), é o terem-se representado enquanto tal, e a recorrente referência a alguns antepassados com ligações à nobreza metropolitana, que valorizavam muito e que constituíam pólos aglutinadores do orgulho familiar.

Com certeza que eles mandavam pessoas da casa real, na altura em que Portugal era um regime monárquico, para tomar conta. Pode-se dizer que houve lá aristocracia portuguesa, que são ascendentes de muita gente que vieram. (Maria)

Fogo recebe grandes levas desde as guerras liberais e miguelistas. Fogo é uma ilha que recebe imensos banidos do Reino. Por exemplo, encontra a família Fontes, mas é Fontes Pereira de Melo. São dois irmãos que chegam, caem em desgraça, e como Fontes Pereira de Melo era família aristocrática, também cortam no nome, ficam impedidos de usar o apelido. (Cristina)

Afirmam também que alguns Távora terão fugido da perseguição pombalina e ficado pela ilha «A nossa família descende da família Nozolini e dos criados dos Távora, quer dizer, nobres da casa dos Távora, que mudaram o nome e foram para a ilha inacessível.» (João)

O apelo às origens aristocráticas dos colonos de origem europeia que primeiro colonizaram a ilha foi testemunhado também por visitantes do arquipélago: Lopo Vaz de Sampaio e Melo escrevia, em 1934, em pleno período abrangido pelo nosso estudo, que os fogueteiros tinham «certas pretensões de afidalgamento, por se considerarem descendentes dos primeiros povoadores idos de Portugal e, entre os quais, alguns nobres se contariam.»⁹⁸⁵ Os influxos mais recentes de fidalguia, onde entroncam os apelidos das principais destas famílias reportam-se à segunda metade do século XVIII e são os de Marcelino José Jorge Henriques e Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos, nomeado o primeiro capitão-mor da ilha e o segundo sargento-mor comandante. Tendo-se ambos fixado no Fogo, ali casaram e deixaram descendência.

O discurso identitário destas famílias apresentava-se-lhes cheio de sentido: os seus antepassados haviam sido nobres que os monarcas enviaram para administrar a ilha, elas

⁹⁸³ *Op. cit.*, pp. 7 e 16, respectivamente.

⁹⁸⁴ *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 456.

⁹⁸⁵ Atente-se que Sampaio e Melo não discrimina qual ou quais os segmentos da população que entroncam na nobreza metropolitana a sua origem. *Esquisto Etnográfico da População de Cabo Verde*, Anuário da Escola Superior Colonial, XII.º e XIII.º anos 1931-1932, Lisboa, Escola Superior Colonial, 1934, p. 90.

seriam as continuadoras dessas estirpes, cultivando os valores da honra e do nome familiares⁹⁸⁶. Entroncando ou não nas famílias aristocráticas metropolitanas, este grupo de famílias desenvolveu ao longo dos seus pelo menos dois séculos de presença na ilha, um conjunto de práticas sociais aparentadas com uma cultura que podemos designar por linhagística. Entendemos aqui *linhagem* como sinónimo de família que se pretende de origem relativamente remota, e que é corporizada num apelido que é objecto de orgulho, e na identificação com um antepassado comum, elemento de coesão familiar⁹⁸⁷.

Estas famílias viviam absolutamente centradas na sua genealogia, o que é uma característica que comungariam com os aristocratas europeus, mesmo que empobrecidos e por isso impossibilitados de aceder a estilos de vida conformes. Como diz Bourdieu, «les individus ou les groupes en déclin réinventent éternellement le discours de toutes les noblesses, la foi essentialiste dans l'éternité des natures, la célébration du passé et de la tradition, le culte intégriste de l'histoire et de ses rituels (...)»⁹⁸⁸.

Por outro lado, algumas práticas afastavam-se do *ethos* aristocrático ibérico e, desde logo, o exercício da actividade mercantil. A parte de baixo das habitações era ocupada com a loja, ponto de venda dos mais variados artigos, e onde, no caso dos que possuíam propriedades no interior, que eram a maior parte, se fazia a ligação entre a produção agrícola e o seu escoamento urbano. Se alguns dos elementos destas famílias se dedicavam ao comércio de importação e exportação, a uma escala já inter-insular e intercontinental (geralmente outras áreas do espaço ultramarino português, como Angola ou a Guiné), outros praticavam o comércio a uma escala mais modesta, ocupando-se directamente das suas lojas e muitas vezes atendendo pessoalmente os clientes. Quando questionados sobre se a actividade comercial era considerada desprestigiante, nenhum dos informantes revelou memória de qualquer descrédito que lhe estivesse associado, mesmo ao pequeno comércio retalhista («Pelo contrário. Eram comerciantes, tinham um certo grau na vida social.» (Mónica) Estar detrás de um balcão e lidar directamente com dinheiro e com uma clientela com fraquíssimo poder de aquisição não constituía nota degradante para esta oligarquia de pequeno burgo e de pretensões aristocráticas. O facto de o comércio constituir, na maior parte das vezes (excepção, talvez, para a família Macedo), um prolongamento da sua actividade agrícola, numa ilha que não oferecia muitas outras alternativas de actividade económica, contribuiria para o apreço de que desfrutava em todos os estratos sociais.

A postura face ao pequeno comércio é certamente um dos traços que afastam estas famílias dos critérios distintivos da nobreza peninsular, o que não invalida que tivesse comungado com esta o apreço pela terratenência, a obsessão genealógica⁹⁸⁹ e a coesão

⁹⁸⁶ Neste espírito, afirmava Luís Matos, nos princípios de Cinquenta, que o Fogo era a ilha «que mais ciosamente guardou o culto da tradição, na prática do culto da honra e da família». «O caboverdiano», *Cabo Verde*, Praia, ano II, nº 18, 1 de Março de 1951, 26.

⁹⁸⁷ Trata-se de um sentido próximo do que lhe concede Nuno Gonçalo Monteiro, em «Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos Séculos XVII e XVIII», *Penélope – Fazer e Desfazer a História*, nº 12, 1993, p. 50.

⁹⁸⁸ *La distinction* (...), op. cit., p. 124.

⁹⁸⁹ Verena Stolke, «O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX», *Estudos Feministas*, 14 (1), Janeiro-Abril de 2006, p. 21.

Na actualização (reconstrução) da história familiar e na preservação das continuidades da identidade familiar, o conhecimento da genealogia reveste-se de especial importância e confere ao que o detém prestígio (logo, poder) no

grupal, mantidas através de práticas endogâmicas restritas e de uma cuidadosa gestão dos patronímicos.

10.4. O (duplo) apelido: marcador linhagístico e racial

Assentando os referentes identitários do grupo primordialmente na filiação, o sobrenome era o primeiro elemento a conferir legitimidade à inclusão/exclusão face ao grupo. Não podendo ser adquirido, somente herdado, constituía, mais ainda do que a raça – o critério rático, conquanto muito importante, não era, por si só, determinante, já que nem todos os indivíduos de ascendência e origem europeias eram plenamente ‘integráveis’ no grupo –, a primeira linha de demarcação entre os *nós* e o *eles*. O que João afirma de um terratenente escolarizado, de fenótipo marcadamente caucásico, revela esta dimensão genealógica da categoria *branco*: «mas ele não era branco! Quer dizer, ele era branco, mas não era das famílias... boas».

Da análise das listas geneológicas das famílias de topo da elite de São Filipe, quatro práticas onomásticas se evidenciam, no período que estudamos: (1) a transmissão dos sobrenomes paternos à descendência e a ausência recorrente dos maternos; (2) a transmissão do sobrenome **duplo** paterno; (3) uma considerável variedade de sobrenomes atribuídos aos vários filhos comuns de um mesmo casal; (4) a repetição frequente de nomes próprios. À excepção das terceira e quarta, todas as referidas práticas eram consideravelmente mais frequentes na transmissão dos nomes aos filhos varões.

Contrariando a tradicional bilateralidade na transmissão dos sobrenomes em Portugal e Espanha⁹⁹⁰, os Barbosa Vicente, os Gomes Barbosa, os Monteiro de Macedo, os Sacramento Monteiro e alguns Henriques criaram, a partir da segunda metade do século XIX, o que viria a constituir uma ‘tradição’ familiar, ainda respeitada por parte de alguns elementos da geração subsequente às estudadas: se bem que em vários casos também os sobrenomes maternos constassem do registo da descendência, sobretudo da feminina, eram sobretudo os apelidos paternos que se herdavam. É curioso notar que, mesmo após a generalização dos casamentos inter-raciais, muitas mulheres das famílias da antiga elite que casaram com *não-brancos* continuaram a seguir o anterior sistema de transmissão, ainda quando os sobrenomes dos cônjuges não só eram bem menos prestigiantes que os da sua própria família de origem, como quando aludiam a uma ainda relativamente recente condição servil. Preferiam privar a descendência de um recurso simbólico importante – o(s) sobrenome(s) materno(s) – que

seio da família. No que diz respeito a alguns ramos familiares dos *brancos* do Fogo, foi um elemento feminino destas famílias que desempenhou a função de guardiã da memória familiar (*kin-keeper*), a tia monárquica de vários dos entrevistados, que durante anos se entregou a pesquisas genealógicas e reuniu o grosso do material (texto escrito e retratos fotográficos) contido numa brochura sobre a genealogia de grande parte das famílias do Fogo, não editada e ainda em fase de revisão e anotações, à qual tivemos acesso através de uma familiar, Sra. D. Maria do Livramento Barbosa, a quem agradecemos.

⁹⁹⁰ João de Pina Cabral & Susana de Matos Viegas, «Nomes e ética: uma introdução ao debate», in João de Pina Cabral & Susana de Matos Viegas (orgs.), *Nomes: Género, Etnicidade e Família*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 31.

contrariar o secular sistema de referência familiar, assente (quase) exclusivamente nos apelidos paternos.⁹⁹¹

Como noutras formações sociais, o apelido constituía no Fogo um importante elemento da identidade individual⁹⁹² e de estratificação social:

Em São Filipe, o que é que referenciava a pessoa?, o apelido, primeiro, mesmo que tivesse uma aparência..., 'mas eu sou Barbosa, Sacramento Monteiro'. Não era uma questão de dinheiro, era membro de uma família ilustrada e reconhecida, não tinha nada a ver com o poder de dinheiro. O poder nem sempre estava nos mais endinheirados. Havia um status que se herdava. (...) havia muito respeito pelos apelidos sonantes. (Cristina)

Mas ele era também um referente racial. Na sociedade insular, havia a tradição de transmitir aos filhos nascidos do casamento legítimo o duplo apelido paterno: Barbosa Vivente, José Barbosa, Monteiro de Macedo, Sacramento Monteiro, Avelino Henriques. Tal como a prática que referenciámos antes, tratava-se de uma tradição relativamente recente, datada da segunda metade do século XIX. Sem que, na ausência de uma aturada pesquisa empírica sobre este período, o possamos afirmar com alguma pertinência, parece-nos, contudo, que se trata de mais um indício de uma certa orientação aristocratizante das famílias da elite são-filipense, curiosamente coetânea da aceleração das transformações que lhes cercearão o monopólio do topo da hierarquia global das posições.

O sistema de transmissão do sobrenome aos filhos *de fora* tidos de mulheres *não-brancas* que foram legitimados – nos casos em que o foram e que constituíram a menor parte – divergia, porquanto lhes era transmitido apenas um dos apelidos paternos. Foi assim que proliferaram na ilha (e pela África continental e insular ex-portuguesa, onde muitos fogueteiros se fixaram) os Barbosa e os Monteiro, *mestiços* descendentes de filhos *de fora* de *brancos*. Albino José Avelino atribuiu o duplo sobrenome Avelino Henriques aos filhos legítimos dos seus dois casamentos e apenas o sobrenome Avelino aos seus muitos filhos *de fora*; Tadeu José do Sacramento Monteiro registou os filhos do seu casamento formal com os seus dois apelidos, mas não um outro filho nascido fora dele, a quem concedeu apenas o último nome, Monteiro; Artur Barbosa Vicente transmitiu os seus dois patronímicos a pelo menos um dos seus filhos *de fora*, mas não a outros, a quem deu apenas o último sobrenome ou a quem não concedeu nenhum deles. O duplo apelido era, portanto, um elemento de diferenciação que remetia de imediato para uma filiação legítima e *branca*.

Encontram-se, no entanto, algumas exceções ao que acaba de ser dito, já que alguns homens registavam os seus filhos *de fora* com o duplo patronímico, como Cândido de Paula Medina Henriques que lhes atribuiu o mesmo duplo patronímico – Medina Henriques – que aos filhos tidos com a mulher legítima⁹⁹³; e um deles, Ricardo Barbosa Vicente (vd. anexo IX, figura

⁹⁹¹ Uma mulher de um dos ramos Barbosa quebrou esta continuidade, ao transmitir ao filho todos os sobrenomes que ela herdara, seguidos do do marido, ainda seu parente por via ilegítima, e portador de um apelido comum na ilha, mas estranho às famílias 'tradicionais'.

⁹⁹² Chiara Saraceno, *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p. 61. Esta consciência e orgulho da pertença a uma linhagem que a posse de determinados patronímicos frequentemente confere assumia-a a *kin-keeper* que mencionámos, quando nas «coisas particulares, punha todos os apelidos da família», mesmo os que, não constando do registo do seu nome, constavam da sua memória familiar: «Eram particulares, podia pôr o que quisesse.» (Maria)

⁹⁹³ *Ibid.*, pp. 132-133.

112, p. 647), atribuiu os seus dois apelidos a várias crianças que trouxe do continente africano, na segunda metade do século XIX, e que, estabelecidas na ilha, nela procriaram e transmitiram o duplo apelido. É esta a explicação para os Barbosa Vicente marcadamente negróides que se encontram na ilha: «Tem quesse qué **di** Barbosa Vicente trazide di Guiné.»⁹⁹⁴ (Isabel). Ter ou não a preposição *de* antes do duplo sobrenome distinguia as pertenças familiares: uns eram Barbosa Vicente, outros eram *de* Barbosa Vicente, no sentido de *pertencentes a* Barbosa Vicente. Também a generalização do apelido Monteiro na ilha se deve não apenas aos filhos *de fora* reconhecidos dos homens dos ramos Monteiro, mas também às crianças filhas de escravos e criados que eram baptizadas com o apelido dos donos ou patrões: «Eram pessoas que moravam lá em casa, que mandaram buscar e davam o apelido Monteiro.» (Carlos)

Outra característica da atribuição de nomes de família no Fogo é a sua diversidade entre filhos dos mesmos pais – é assim que, por exemplo, nos nove filhos do casal Bartolomeu Vieira de Vasconcelos e Maria Tavares Barbosa, encontramos vários apelidos e diversas combinações entre eles: Barbosa, Correia Barbosa, Vicente, Barros de Andrade; seguindo o exemplo dos pais, um dos filhos do casal citado, Luís Anastácio Vicente, colocou aos onze filhos do seu casamento com Francisca Correia, quatro diferentes apelidos ou combinações entre eles: Vieira de Vasconcelos, Vicente, Barbosa Vicente, Gomes Barbosa. Nos nomes dos oito filhos do casal Amaro Monteiro Rebelo e Maria Fidalga das Donas, deparamos com cinco variações: Barbosa Aranha, Monteiro Rebelo, Alfange da Costa, Brito Lagos e Correia da Silva. Já na época que estudamos, no nome dos filhos de Aníbal Avelino Henriques e de Aline Julieta Gomes Barbosa figuram Barbosa Henriques, simplesmente Henriques ou Santos Simões de Medina Barbosa Henriques⁹⁹⁵. À excepção destes últimos, porém, trata-se de uma tradição que tendeu a esbater-se a partir da segunda metade de Oitocentos, quando se estabelece a tradição onomástica de transmitir apenas os sobrenomes paternos à descendência, mormente à masculina.

Um outro aspecto que ressalta da observação das cartas genealógicas destas famílias é o sumiço recente de alguns apelidos, como Medina e Vasconcelos. Várias razões parecem explicar este desaparecimento: (1) quando a descendência era só feminina, muitas vezes perdia-se o apelido, já que os filhos recebiam com frequência apenas o nome do pai; (2) outras vezes, os filhos varões partiam para outra ilha, especialmente para Santiago, ou para a metrópole ou outras colónias, mormente a Guiné, desaparecendo do Fogo o apelido; (3) outras vezes ainda, se bem que mais raramente, os apelidos atribuídos eram os dos padrinhos e não os dos progenitores. Mas o factor que talvez tenha pesado mais no desaparecimento de alguns patronímicos foi o da patronimização de alguns nomes próprios. Em **José** Barbosa, **Sacramento** Monteiro, Barbosa **Vicente** e **Avelino** Henriques, os nomes a negrito eram nomes próprios que os descendentes quiseram transmitir aos filhos e que se converteram com o tempo em apelidos, substituindo-se aos anteriores⁹⁹⁶.

⁹⁹⁴ «Há os que são **de** Barbosa Vicente trazidos da Guiné».

⁹⁹⁵ *Ibid.*, pp. 249-250, 193 e 119, respectivamente.

⁹⁹⁶ Gilda Barbosa, «Perda de apelidos», *Terra Nova*, nº 368, ano XXXIII, Dezembro 2007, p. 3. Tradição idêntica parece ter-se verificado no Norte da ilha, onde, por exemplo, os Rodrigues juntavam ao nome da sua descendência masculina o José.

Os apelidos eram ainda elementos de ligação da individualidade ao conjunto de traços partilhados com aqueles que usavam o mesmo patronímico e que formava a identidade do ramo familiar. O facto de não ter havido propriamente linhagens no Fogo, não impedia que os indivíduos bebessem a sua identidade individual nas suas representações das especificidades familiares. Mesmo os descendentes continuam a associar as características das suas personalidades, os seus vícios e virtudes, e os dos seus familiares às características da identidade dos ramos familiares de onde provêm:

Há características que nós temos que não há em mais famílias nenhuma, e não é só maluqueira. (Rodrigo)

Barbosa Vicente é uma família calma, ponderada; Sacramento Monteiro é calada, não esquece as ofensas; José Barbosa exalta-se facilmente, é muito temperamental, mas vai também depressa para baixo; Monteiro de Macedo é muito activa, comerciante, pessoas de grande energia. (...) Pergunte!, pergunte que é que pensam da família Barbosa Vicente!... mais abertos, mais humanos. (...) É por aí que as pessoas pegam, dizendo: 'Olha, Barbosa Vicente, boa pessoa'. Nunca me dizem 'Olha, Sacramento Monteiro, boa pessoa'. É a parte da família mais humana, mais próxima das pessoas. (António)

Os Monteiro de Macedo não têm vícios; não jogam, não bebem, não fumam; têm só um vício... as mulheres. Nós adoramos mulheres. (João)

De entre os elementos onomásticos, não era apenas o patronímico o veiculador de identidade familiar. O nome próprio, desde que articulado com o patronímico, revestia-se da mesma função simbólica de continuidade de um projecto familiar⁹⁹⁷. Atribuir à descendência um número restrito de nomes próprios, repetindo ao longo das gerações os dos antepassados que mais se tivessem destacado pelas suas qualidades ou acções, foi também uma prática observada por estas famílias.

A aquisição ou conservação de um apelido ou a aquisição e/ou conservação de capital racial *branco* europeu inscrevem-se entre as práticas sociais mais marcadamente simbólicas do segmento dominante que foram muitas vezes apropriadas pelos menos capitalizados nesses tipos de recursos. Daí que, independentemente da sua maior ou menor proximidade fenotípica com o ideal *branco* europeu, as famílias *não-brancas* desenvolvessem também práticas embranquecedoras e tendessem a mimetizar os comportamentos discriminatórios dos *brancos* face aos *não-brancos*.

10.5. Casamento e reprodução social: a homogamia familiar, grupal e racial

O mais importante bloqueio por parte dos *brancos* aos canais de mobilidade social ascendente dos *não-brancos* consistiu na prossecução de uma política matrimonial de estrita endogamia. Se não podiam impedir o acesso aos recursos materiais e, a partir de certa altura,

⁹⁹⁷ Antónia Pedrosa de Lima, «Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa», in João de Pina Cabral & Susana de Matos Viegas (orgs.), *Nomes: Género, Etnicidade e Família*, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 53-54 e 60. Utilizando como material empírico as listas genealógicas de algumas famílias da elite empresarial de Lisboa e as entrevistas feitas a alguns dos seus elementos, a autora desenvolve uma interessante argumentação em torno da transmissão familiar de nomes próprios que, à semelhança dos patronímicos, constituem um importante património familiar. Transmiti-lo é um investimento estratégico de perpetuação das qualidades familiares, é um projecto intergeracional de continuidade familiar, daquilo a que, com muita pertinência, chama *fazer família*. Cf. p. 46.

o acesso aos cargos políticos municipais, podiam preservar o único tipo de capital que continuavam a possuir em carácter de (pelo menos pretensa) exclusividade, o genealógico. Mesmo depois de tudo perdido, restava o nascimento, consubstanciado no nome de família. Esse capital continuou a conferir a este segmento a distintividade pretendida, durante mais cerca de um quarto de século. Só numa fase já muito adiantada do declínio colectivo, houve uma abertura – ainda muito dolorosamente aceite – aos casamentos inter-raciais. Foi o último reduto da distintividade do grupo a ruir, e a década de sessenta apresentou-se já prenhe de uniões matrimoniais entre *brancos* e *não-brancos*.

Como o mercado matrimonial era relativamente exíguo, deu origem a uma intrincada rede de alianças (que tanto dificulta a leitura genealógica!) entre parentes matri e patrilaterais. Quando esteve na ilha na sequência da epidemia de *cholera morbus*, em meados do século XIX, o cirurgião-mor de Cabo Verde notava que São Filipe era uma cidade «onde a maior parte dos moradores são parentes»⁹⁹⁸. Os casamentos entre parentes próximos, se bem que não restritos aos *brancos*, constituíam uma estratégia de reprodução das famílias prosseguida especialmente pelo grupo dominante.

[Os Medina e Vasconcelos] chegam em 1822, quando se chega a 1844, 1845, já havia uma filharada, que eram todos priminhos. Porquê? Porque os Medina e Vasconcelos amalgamaram aquilo tudo: um que se casava com uma Gomes Barbosa, outro que se casava com uma Macedo, outro que se casava com uma José Barbosa, outro que se casava com uma Sacramento Monteiro, depois as outras gerações casavam-se outra vez tal tal... (Rodrigo)

A frequência dos enlaces entre primos, muitas vezes primos co-irmãos, de alguns entre tios e sobrinhas⁹⁹⁹ e entre tias e sobrinhos¹⁰⁰⁰, de pelo menos um caso de sororato, apesar dos impedimentos canónicos de casamento entre parentes próximos – ascendentes e descendentes colaterais até ao 3º grau –, é um indicador de como o casamento era o instrumento por excelência de resistência à entropia sócio-racial¹⁰⁰¹. Ainda na década de trinta, um observador chegado à ilha para investigar as contas da Câmara Municipal do Fogo, comentava: «Em S. Filipe são todos parentes, havendo até alguns casamentos entre tios e sobrinhos e na sua maioria entre primos.»¹⁰⁰²

Como de acordo com o direito canónico, a Santa Sé (e posteriormente também o bispo da diocese) podia contrariar essas disposições e conceder nalguns casos a dispensa de

⁹⁹⁸ José Fernandes da Silva Leão, *op. cit.*, «Parte não oficial», p. 366.

⁹⁹⁹ Mormente entre os Gomes Barbosa: Dinis Gomes Barbosa casou com a filha do irmão Pedro, Leonarda Gomes Barbosa; Luís Gomes Barbosa casou com a filha do irmão João, Margarida Gomes Barbosa. Meintel afirma que, no Fogo de 1972, se mantinha, entre os proprietários fundiários, a política de endogamia e a preferência pelos casamentos entre primos em primeiro grau. Sem a análise dos registos de casamento parece-nos arriscado sustentar esta afirmação. Desde logo, porque nos princípios da década de setenta, já eram relativamente poucos os *brancos*, quer pelo êxodo das décadas anteriores, quer pelas uniões mistas que proliferaram. Será que Meintel abarca todos os segmentos cromáticos quando fala nos «proprietários fundiários»? Se assim é, poderá indiciar que também os *não-brancos* se converteram à endogamia e ao matrimónio entre primos co-irmãos. Porém, Meintel baseia-se apenas nos testemunhos dos entrevistados, que, frequentemente, tomam o todo pela parte. Cf. *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cape Verde*, *op. cit.*, p. 75.

¹⁰⁰⁰ Registámos pelo menos um caso, o do primeiro casamento de João Baptista Vieira de Vasconcelos com sua tia, Ana Júlia Gomes Barbosa (apesar da diferença de patronímicos, João era filho de um irmão germano de Ana Júlia).

¹⁰⁰¹ T. Hylland Eriksen, «Do cultural islands exist?», *op. cit.*

¹⁰⁰² Relatório sobre as conclusões do inquérito feito à Câmara Municipal do Fogo, pelo inquiridor enviado à ilha. AHN, RPSAC, SC:A1SR:A1Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro de 1934.

parentesco, os primos pediam-na previamente para poderem casar¹⁰⁰³. Resultava que todos eram primos, quando não em primeiro, em segundo e terceiro graus: «Conheci imensos tios que eram tios dos dois lados, primos que eram primos dos dois lados.» (Cristina) A taxa de mortalidade, naturalmente superior à actual, explica que muitos homens deste segmento casassem duas ou mais vezes (três e mesmo quatro), nalguns casos com irmãs das anteriores cônjuges, e dando origem a numerosa descendência legítima várias vezes parente entre si – irmãos que também eram primos, cunhados que também eram irmãos, tios e sobrinhos que também eram primos.

A memória das malformações físicas congénitas e as deficiências mentais imputadas à consanguinidade está associada sobretudo aos Barbosa

Havia no Fogo muitas crianças, filhos dessas famílias. (...) Havia muitas famílias, lá em São Filipe... os Barbosas, tenho esta imagem de ir às casas e haver sempre um irmão que era deficiente físico, mas também eram muitos filhos, não é? (Cristina)

Os Barbosa todos tinham qualquer coisa... tiveram sempre um feitio acre, de brigões, tinham de procurar qualquer para acusar, para fazer a vida negra aos outros. Os casamentos entre primos apuravam os defeitos. (João)

Alguns deles são sonâmbulos e têm pequena deficiência mental. (Pedro)

[Acerca de uma prima que teve um filho com um sobrinho] Mas quase todos daquela família têm uma certa tara, não sei se é tara sexual, mas têm desvios. (Maria)

Não há família com mais tontinhos que o ramo Barbosa. (Rodrigo)

que são mencionados como os que praticavam mais zelosamente os casamentos intrafamiliares: «Os Barbosa. Esses é que... Eu tenho uma prima que casou com um primo, mas já mais do lado Barbosa...» (Carlos)

A circunscrição das alianças matrimoniais a um reduzido número de famílias constituía a estratégia grupal primordial do segmento *branco*. E aqui entendemos estratégia em dois sentidos, o de um conjunto articulado de procedimentos conscientemente tomados com vista a alcançar determinado fim, e um outro, que extravasa este âmbito, e que é o que Cabral e Lourenço lhe conferem, o de «práticas sociais que emergem como o resultado agregado do facto dos vários membros de um grupo particular se encontrarem todos igualmente confrontados com contextos semelhantes nas opções que fazem sobre o seu comportamento social.»¹⁰⁰⁴

Ora, a família era o lugar por excelência da constituição e da transmissão da experiência desses contextos e práticas (daí que os primos dessem «garantias», como refere Rodrigo). Era nela que as diferenças de *status*, raça e poder ganhavam foros de legitimidade,

¹⁰⁰³ Esta tradição de endogamia familiar recua pelo menos ao século passado. Na certidão de casamento (ano de 1811) de Francisco José do Sacramento Monteiro e Ana Maria Benedita Barbosa, consta que «foram dispensados em segundo com terceiro e em terceiro com quarto grau de consanguinidade»; na de Fidelis José Barbosa e Firmina Monteiro Barbosa (casados em 1827) «e no parentesco que entre eles havia de consanguinidade me apresentaram a dispensa dos Excelentíssimos Governadores deste Bispado». Ap. Armindo Barbosa, *Genealogia das famílias Araújo, Barbosa, Henriques, Macedo, Monteiro, Nozolini, Roiz, Vasconcelos*, s.l., s.e., s.d. [1998], pp. 329 e 331, respectivamente.

¹⁰⁰⁴ *Em Terra de Tufões: Dinâmicas de Etnicidade Macaense*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1993, p. 119.

naturalizando-se.¹⁰⁰⁵ Quando Álvaro refere que «havia preservação de família», é à família enquanto entidade global de costumes, memórias, antepassados de referência que se reporta. Pertencer a uma família e a um quadro genealógico era estar situado num determinado espaço de relações e igualmente comungar de um sistema de valores definido. A homogamia grupal não se subsumia, pois, a considerações de ordem racial: «(...) os princípios, a educação... por isso eu digo que era um estilo clânico. Casando entre primos sabiam pelo menos que havia aquela educação..., o mesmo respeito, não sei quantos, não sei quantos. (...) Quando digo clã, mete a cor, mas não era só a cor.» (Maria)

O cuidado na escolha dos cônjuges dos filhos era extensível aos grupos domésticos *mestiços* constituídos por indivíduos parentes por via ilegítima das famílias da elite *branca*: «a mãe do Henrique Teixeira de Sousa era mestiça, o pai branquíssimo, mas, como era da Brava, e não era muito conhecida a família, a dúvida colocava-se.» (Maria)

A valorização das características distintivas do grupo, por um lado, e a procura da manutenção da exclusividade dessas características, por outro, foram estratégias desenvolvidas pelo grupo, tendentes a estabilizar-se no topo da escala do *status* e do poder. Daí o sobreinvestimento de todas estas famílias na endogamia, independentemente da sua situação de classe. Se, por um lado, a endogamia familiar e a competição entre famílias e ramos familiares por património e poder, mais acentuada nuns que noutros, permitem pensar numa política de reprodução linhagística, por outro, a limitação do mercado matrimonial insular, ao obrigar à circulação das mulheres pelos vários ramos familiares, acabava por neutralizar a afirmação de linhagens. Podemos, pois, considerar que havia uma cultura e um comportamento linhagísticos, no sentido que atribuímos ao termo, mas não havia propriamente linhagens no Fogo.

O que João Arriscado Nunes afirma da sua intenção em analisar a família na sua dimensão processual, e não como espaço delimitado para os envolvidos¹⁰⁰⁶, aplica-se especialmente ao estudo das várias famílias *brancas* do Fogo, dada a intrincada rede de alianças matrimoniais entre elas, que lhes redelimitava o espaço doméstico e redefinia a composição. Tratava-se de ramos do que, mesmo pelos informantes, é descrito como uma só família, porquanto se encontra sempre parentes comuns na linha recta ascendente – se não avós, pelo menos bisavós ou trisavós.

A minha família é família de círculo, umas mais próximas, outras mais afastadas, mas todas ligadas entre si. Se calhar, eu abarco todos os nomes que vou citar. Dos quatro costados são todos descendentes de Medina e Vasconcelos. (António)

São várias famílias, mas, ao fim e ao cabo, todos são familiares dos outros. Eu tive uma vez curiosidade de pegar no ramo masculino do meu pai e fui bater num tal Justiniano de Vasconcelos, até mil setecentos e tal. Peguei do lado da minha mãe, o lado paterno bateu nele, o lado materno bateu nele. As famílias ramificam-se muito, não é? (Marcelo)

É tudo uma raça¹⁰⁰⁷, os apelidos é que diferem. (Susana)

¹⁰⁰⁵ «O grupo dominante é (...) aquele que pode manipular os conteúdos simbólicos, conferindo-lhes um significado universal quando eles servem para salientar as diferenças entre os grupos (...).» Vala, Lopes & Brito, «A construção social da diferença: Racialização e etnicização das minorias», *op. cit.*, p. 306.

¹⁰⁰⁶ *As teias da família: a construção interaccional das solidariedades primárias*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1992 [policopiado], p. 238.

¹⁰⁰⁷ No Fogo, o termo *raça* é frequentemente empregue como sinónimo de família.

A crença na partilha de uma mesma ancestralidade recente tendia a reforçar as afinidades e a coesão e a diluir ao mesmo tempo a percepção da linhagem, o que não obviava a que, conjunturalmente, pudessem pesar mais os laços da consanguinidade que os da afinidade, ou o inverso, como quando sucedia um elemento sentir-se lesado na partilha do património herdado, mormente do fundiário. Quando surgiam controvérsias e questiúnculas familiares (e o Fogo usou e abusou delas), instalava-se por vezes a confusão na escolha das fidelidades e acontecia haver divisões num mesmo ramo familiar, porque alguns elementos aderiam a um dos contendores e outros elementos ao outro. Como definir as pertenças, quando as alianças matrimoniais eram também alianças de ramos familiares e quando se pertencia por laços próximos de sanguinidade a uma, e se passara igualmente a pertencer a outra por casamento e pela descendência comum?

Pelo contexto colonial e escravagista em que se inscreveram, as práticas linhagísticas deste patriciado urbano converteram-se também em práticas de depuração/estratificação racial:

A minha mãe dizia sempre: "Eu não tenho mistura na minha raça; o meu pai, os parentes eram todos vindos de Portugal, portanto eu não tenho mistura. (Margarida)

Posso dizer que até à minha pessoa não houve qualquer tipo de mistura, até agora, hoje. (...) Estou a reconhecer o facto, porque eu não ligo rigorosamente nada a isso. Eu estive para casar com uma rapariga que tinha..., mista, só que não calhou. (António)

Até à minha geração, é descendência directa, não houve misturas. (Marcelo)

Nas suas memórias auto-biográficas, Abílio de Macedo alude ao peso da raça no património identitário do grupo:

o orgulho de raça dessas famílias se requintou, até exagerando-se, com a transplantação para o Arquipélago e se transformou num sentimento intransigente. Entre elas e o povo, levantara-se uma autêntica "colored bar". Constituíam dois mundos com vidas à parte entre os quais se não admitia o mais ligeiro contacto.¹⁰⁰⁸

Era uma barreira intransponível, de asfixiante intransigência. Conheci casos de famílias experimentarem tal desgosto e aflição com casamentos de representantes seus, considerados como não recomendáveis, que este desgosto e aflição só se justificariam se fossem ocasionados por ocorrências lutosíssimas. E note-se que as ligações a que me refiro, não se tinham estabelecido entre pessoas pertencentes aos dois extremos da sociedade fogueteira, porque, isso, então, seria caso para determinar suicídio colectivo de uma família de aristocratas. Não; angústia tão grave (...) nascia de um enlace de elementos saídos de troncos nobres, mas dos quais um tivesse mesclado o seu sangue, em longínqua união desonrosa. Porque, como em todas as aristocracias, aliás, a do Fogo tinha gradações: ou porque uma casa descendesse de fidalgo da mais alta linhagem, ou porque aquela não mantivera a sua árvore genealógica impoluta de ramos indesejáveis, o certo é que havia famílias que não podiam aspirar a serem tratadas em pé de igualdade com aquelas que se julgavam guardadoras de pergaminhos sem mancha.¹⁰⁰⁹

A representação do passado familiar era dos elementos mais presentes na socialização das crianças do segmento *branco*. Era ela que fornecia as referências sociais, raciais, culturais, económicas (a ligação à propriedade fundiária) à descendência e, uma vez atingida a idade adulta, as restrições à liberdade matrimonial eram geralmente aceites como legítimas e por isso não contestadas: «A minha irmã era *branca*, jamais lhe passaria pela cabeça namorar um preto.» (Rui)

¹⁰⁰⁸ *Op. cit.*, 7-8.

¹⁰⁰⁹ *Ibid.*, p. 16.

Sendo pela via da descendência legítima das mulheres *brancas* que se assegurava a transmissão do nome e do património familiares, a gestão da sexualidade feminina requeria as maiores cautelas. As famílias queriam as suas filhas, especialmente as suas filhas, casadas com filhos de família. Alguma que se desviasse desta conduta era ostracizada. À semelhança do que acontecia na metrópole, a gravidez fora do quadro do casamento constituía a maior afronta para a honra familiar. São Filipe registou o caso de uma rapariga *branca* que, depois de ter engravidado solteira, foi condenada pela família a permanecer no quarto, onde era alimentada. Após o nascimento da criança, ambas viveram durante alguns anos no quarto, de onde raramente saíam (Marcelo).

A esmagadora maioria dos entrevistados afirma, porém, que estes cuidados se revelavam geralmente supérfluos, já que no horizonte sentimental das raparigas *brancas* não se perfilava (pelo menos com recorrência) esse tipo de relacionamentos 'a-sociais'. «As mulheres eram muito esquisitas nessas coisas.» (João), ou seja, haviam internalizado a distância racial a manter, dispensando grande zelo e pressão familiares. Eram «educadas incapazes de casar com um preto», tratasse-se de um *negro* ou um *mestiço*, porquanto «era tudo gente qualquer, como dizíamos, gente de baixo nível, mesmo que fosse instruído.» (Susana)

Apesar do número de *brancos* nas primeiras décadas do século XX permitir ainda a observância da homogamia racial, com a crescente migração da população *branca*, sobretudo de homens, para outras ilhas do arquipélago, para outras colónias portuguesas ou para a metrópole, o mercado matrimonial endogâmico foi-se restringindo e muitas mulheres do grupo dominante ficaram por casar, «porque tinham aquela coisa do preto e do branco.» (Mónica). A primeira metade do século XX assistiu comumente ao celibato de ambos os sexos, mas sobretudo do feminino. A casar com um racial e socialmente inferior, antes permanecer solteira. As mulheres Barbosa registam, na memória dos inquiridos, o menor índice de nupcialidade entre as famílias *brancas* da cidade: «Tinha aquela coisa, os Barbosa, as raparigas só queriam namorar com os empregados da administração ou coisa assim, namoravam com primos e parentes.» (Bernardo) Ainda nos anos quarenta, a madrinha de uma rapariga *branca* impedira o seu casamento com uma figura de relevo no arquipélago, «branco de aspecto, mas filho de português e de senhora de cá. A [...] e a [...] não queriam, porque era filho de fora, ainda por cima mestiço.» (Susana)

O que sucedia na metrópole, em que a entrada de elementos estranhos ao grupo de famílias inter-matrimoniáveis, geralmente provindos de famílias em ascensão sócio-económica, ainda que sem o capital linhagem, era frequentemente bem aceite, por permitir reconstruir o capital económico entretanto diminuído, em espaços coloniais como o Fogo, tais uniões 'desiguais' não constavam das estratégias destas famílias, ainda que a sua situação económica fosse desesperada, com os consequentes reflexos nos volumes dos outros tipos de capital. No interior do grupo, não havia espaço para a alteridade racial. Afinal, como aceitar que a descendência do tronco legítimo da família fosse *mestiço*, quando a raça constituía desde a implantação demográfica do arquipélago o mais evidente traço distintivo e um dos suportes das

relações de dominação? Daí que o filho de um *mercano*¹⁰¹⁰ ou de um comerciante *mestiço* próspero não fosse considerado um bom partido para as meninas da família: «[Emigrantes regressados dos Estados Unidos da América] não, porque o orgulho era muito grande e manteve-se, mesmo quando se vivia já com muitas dificuldades.» (Marcelo); «Não se procurava muito o dinheiro, não, era mais a família, ser uma família da mesma... » (Maria)

Entre a descendência masculina, verificavam-se as mesmas expectativas associadas ao sistema de posições sociais e à sua estruturação pela genealogia: «Com pretas não casavam.» (Mariana); «Era uma coisa chocante! Se fosse ligeiramente, muito ligeiramente queimada..., mas sendo muito escura, não!» (João); «Deus livre que um branco namorasse uma rapariga preta!» (Susana). Na juventude, os rapazes eram induzidos a restringir as associações matrimoniais ao círculo do grupo de famílias, mesmo quando as inclinações amorosas os pudessem levar a enveredar por outras opções.

Namorar, nunca namorei uma mestiça. Podia ter relações com uma mestiça, nunca namoro. O que significa que eu ficaria envergonhado se tivesse um namoro com uma rapariga de cor e andasse a passear na praça com ela. Se fosse para avançar mais, servia, fosse mestiça ou fosse preta. Mas para namoro, não. São coisas dos cabo-verdianos... (...) Ainda na minha altura, eu não namorava uma mestiça, porque havia sempre aquela coisa de dizer 'quando o filho crescer com o cabelo carapinha...' (João)

A possibilidade de a criança nascer com traços fenotípicos negróides constituiria estigma e sinal de degradação familiar. Foram mencionados vários casos em que familiares, sobretudo mães, pediam aos filhos para não formalizarem as suas uniões com *não-brancas*, conquanto se tratasse muitas vezes de relacionamentos prolongados e com descendência (que era muitas vezes recebida em casa das avós). Na maior parte das vezes, os filhos acediam; noutras, só casavam após a morte da mãe.

Aos *brancos* desembarcados na ilha, maioritariamente metropolitanos – funcionários administrativos, engenheiros, professores ou médicos, geralmente – eram exigidos outros requisitos além da origem europeia e da cor *branca* para aceder ao mercado matrimonial do grupo. A ascendência e a condição social, enquanto critérios preferenciais de localização no espaço social, estendiam-se aos recém-chegados e revelavam-se mais importantes do que a classe para os habilitar ao mercado matrimonial *branco*: «Não eram desejados os casamentos com portugueses ou outros europeus que chegavam à ilha mas de quem não se sabia grande coisa nem tão pouco as suas origens.»¹⁰¹¹ Os candidatos ao namoro e matrimónio eram sujeitos a uma espécie de quarentena social¹⁰¹², durante a qual se observava o comportamento do pretendente e se averiguava (por exemplo, através de parentes fixados metrópole) outros dados considerados relevantes do seu passado.

¹⁰¹⁰ *Mercano* (americano) era a forma corrente como eram designados localmente (e noutras ilhas do arquipélago) os que faziam a emigração americana.

¹⁰¹¹ Gilda Barbosa, «Casamentos entre Primos», *Terra Nova*, nº 246, Fevereiro de 1997, p. 3.

¹⁰¹² Também o Anónimo de 1784 faz referência à quarentena social a que eram sujeitos os metropolitanos, quando desembarcavam na Ribeira Grande: «Estes primeiros Brancos eram tão zelosos de honra que, aos que de-novo vinham do Reino, não deixavam habitar senão em uma rua que ainda hoje chamam Calhau, enquanto não mostrassem a limpeza do seu sangue.» *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo-Verde* (...) [1784], Lisboa, Empresa da Revista Diogo-Cão, col. Inéditos Coloniais, série A, nº 3, 1937, p. 20. Wade também observa na Colômbia colonial que era uma «sociedade de castas», «en lo alto de la jerarquía, la elite política y económica se enorgullecía de su "limpieza de sangre", supuestamente libre de "mancha" de sangre negra o indígena (o judía o mora).» Cf. *Gente negra, nación mestiza* (...), op. cit., p. 39.

Porque se viesse um português todo branquinho e chegasse aqui, estivesse a residir e depois quisesse casar com alguém da família, eles diziam: 'A minha filha casar com esse portuguezinho pé-de-cholé?' (Maria)

Pobre português que fosse para lá, não era recebido, embora no Fogo houvesse tradição de tratamento especial para os recém-chegados. (João)

Não parece ter havido muitos influxos de sangue metropolitano no seio destas famílias¹⁰¹³, durante a primeira metade do século XX. Os casos de casamento que se registaram ocorreram sobretudo entre os escalões intermédios constituídos pelos *mestiços* de posses. Isto revela o restrito grau da abertura destas famílias, que não se cingia aos critérios económicos e raciais de cooptação. Todavia, os dissabores familiares devidos a casamentos menos conformes com a política identitária do grupo foram-se tornando comuns, se bem que só numa fase já muito adiantada do declínio económico colectivo, tenha havido uma abertura – ainda que por vezes muito dolorosamente aceite – aos casamentos inter-raciais: «No meu tempo, já começámos a abrir, a atender mais à educação, à maneira de estar, no meu tempo [anos sessenta].» (Marcelo)

10.6. Uma elite terratenente e comercial

Desde os primórdios do povoamento que a estrutura agrária se caracterizara por uma grande concentração qualitativa e quantitativa da propriedade – pela primitiva distribuição da terra pelos donatários e, a partir do século XVI, pela sua vinculação. A posse da terra, associada ao exercício do poder, esteve na origem da distribuição das posições entre a população de origem europeia, maioritária mas não exclusivamente portuguesa, e a de origem africana. Numa carta datada de 1 de Agosto de 1606, o padre Baltasar Barreira escrevia: «A abundância faz com que haja ali [ilha do Fogo] homens mui ricos, e de muitos escravos, com que lavram e cultivam a terra (...)»¹⁰¹⁴.

A extinção dos vínculos, em 1864 (a lei, de Maio de 1863, só no ano seguinte foi mandada aplicar no arquipélago), não impediu a reprodução das posições sociais, porque a elite *branca* continuou a concentrar a propriedade. Esta constituía o suporte da riqueza material da família, garantindo a sua independência alimentar e a dos dependentes.

A posse de terra revestia-se ainda de outras dimensões que não apenas a económica. No espaço da propriedade, desenrolavam-se relações de poder – de dispor do trabalho e do tempo dos outros –, entre os terratenentes e os fornecedores da força de trabalho, inicialmente cativos, depois homens livres. A autonomia económica trazia também implícita a liberdade de gerir o tempo a bel-prazer. A disponibilidade material e o ócio permitiam um estilo de vida

¹⁰¹³ Se bem que tendo somente em conta os relatos dos informantes – já que o adultério não se regista oficialmente – e as analogias estabelecidas com outras sociedades insulares, sempre ávidas de alienígenos, parece-nos que, conquanto nem sempre apreciados para entrar pela via legítima na família, os metropolitanos eram um objecto apetecido para relações sexuais ocorridas à margem do casamento. Quer as famílias da elite *branca* quer as de *não-brancos* em ascensão económica rivalizavam por vezes pelas atenções dos metropolitanos colocados no Fogo e, quando estes eram casados, pelas das suas mulheres.

¹⁰¹⁴ In Brásio, *MMA, África Ocidental (1600-1622)*, 2ª série, vol. IV, doc. 45, p. 162.

caracterizado por práticas ostentatórias e distintivas, desvinculadas das necessidades básicas da sobrevivência. A dimensão simbólica da posse de terra era também relevante, já que era lá que estava a casa da família, símbolo de identidade individual, grupal e social, era no seu interior que decorria o nascimento da descendência familiar e, frequentemente, a morte.

A elite terratenente explorara directamente as suas terras, através da numerosa mão-de-obra escrava que afluía às ilhas. À medida que a crescente marginalização de Santiago dos circuitos comerciais intercontinentais e a sua exposição e vulnerabilidade às investidas de piratas foram modificando o perfil económico e social das ilhas, os terratenentes foram-se depauperando. O agravamento das condições ecológicas, e sobretudo a dificuldade crescente em manter os contingentes iniciais de escravos, quer pela degradação dos termos de troca entre os produtos fornecidos pelo arquipélago e os importados, mormente as *peças de escravo* da costa africana, quer pela própria dificuldade em renovar os *stocks*, uma vez interdita a participação dos moradores de Santiago no escambo, levaram os proprietários a desfazer-se progressivamente do contingente escravo que albergavam. Como referimos atrás, as secas e as crises alimentícias sobrevenientes muito contribuíam para diminuir a capacidade de exploração directa dos terratenentes, crescentemente vulneráveis.

No final do século XVIII, Feijó observava que «possuir naquelas ilhas um terreno, não é tão dificultoso como o trabalhá-lo, pela falta que hoje há de escravatura»¹⁰¹⁵. Perante a dificuldade na contratação de mão-de-obra assalariada – os antigos escravos recusavam assalariar-se, exceptuando-se as alturas mais agudas das crises alimentícias –, a exploração directa das terras tornou-se inviável, passando a fazer-se através dos sistemas de arrendamento e parceria. Manteve-se o regime concentrado da propriedade, mas a sua exploração parcelizou-se. No Fogo, concretamente, a viabilidade da exploração das terras passou sobretudo pelo regime de parceria, à excepção de algumas propriedades de café que continuaram a ser exploradas directamente pelos proprietários, apesar da recorrente dificuldade em encontrar jornaleiros. E, no entanto, o Fogo tem sido apontado por alguns observadores externos como a ilha mais propensa ao trabalho. José António Pinto, feitor da Fazenda Real em Bissau, que servira alguns anos em Cabo Verde, no final do século XVIII, afirmava que, «de todas as ilhas este povo é o menos cheio de ócio.»¹⁰¹⁶ E no relato de um governador do último quartel do século XIX, os seus habitantes são referenciados como os mais laboriosos do arquipélago¹⁰¹⁷.

Este juízo não era, porém, partilhado por todos, mormente pelos principais proprietários da ilha, para quem a riqueza do solo e as suas potencialidades agrícolas só não eram exploradas pela indolência dos naturais, dos quais diziam que, do trabalho, «todos fogem n'estas paragens»¹⁰¹⁸. Em 1885, escassos sete anos após a abolição da escravatura, já este governador referia a dificuldade em encontrar-se mão-de-obra assalariada. Volvido meio

¹⁰¹⁵ *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)* por João da Silva Feijó, op. cit., p. 11.

¹⁰¹⁶ «Relato do feitor da Fazenda Real em Bissau José António Pinto, que serviu como subalterno em Cabo Verde de 1795 a 1797», in António Carreira, *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e "Rios de Guiné" (Séculos XVII e XVIII)*, op. cit., p. 194.

¹⁰¹⁷ *Relatório do Governo Geral da Província de Cabo Verde referido ao ano de 1882*, p. 171.

¹⁰¹⁸ Joaquim Vieira Botelho da Costa, «A ilha do Fogo de Cabo Verde e o seu vulcão», op. cit., p. 383.

século, persistia essa dificuldade. Depois de três anos consecutivos de crise alimentar e de elevada mortalidade por fome, pelo volume da precipitação entretanto ocorrida, auspiciavam-se boas colheitas, mormente de leguminosas. Porém, lamentava-se um vogal em sessão camarária, que a população se recusava a trabalhar à jorna, abandonando os serviços de que se estava ocupando, fossem na lavoura, na construção, no transporte de mercadorias do fundeadouro para o centro da cidade ou no tratamento doméstico das roupas. Pela longa exposição do vogal, ficamos a saber que até as obras do município tinham sido abandonadas, vagueando pela cidade muitos indivíduos bem nutridos, mas andrajosos, e defecando nos espaços públicos¹⁰¹⁹. Queixava-se o vogal que a sobrevivência era o objectivo único da maior parte da população e que a melhoria das condições de vida, pelo trabalho, não constava dos seus horizontes, motivo porque, aquando das crises alimentícias, muitos padeciam por não terem recursos de reserva. O vogal descrevia o que considerava como o círculo vicioso da miséria: «havendo que comer, não há necessidade de trabalhar e (...) sobrevivendo a fome, o Estado abre trabalhos públicos para socorrer os famintos e até mesmo destribui [sic] gratuitamente géneros pelos necessitados.» O vogal terminava a exposição, fazendo algumas sugestões de medidas para pôr cobro à situação: a regulamentação do trabalho, no sentido de coagir os inactivos a trabalhar, o alargamento da cobertura religiosa da ilha, para que se elevasse a educação moral da população, a proibição policial de os miseráveis circularem no interior da cidade, cobertos de andrajos sujos, parasitados e ameaçando a saúde pública. Dado que a falta de mão-de-obra impedia os proprietários de prédios na cidade de os repararem, conforme os regulamentos camarários estipulavam, na mesma sessão, a Junta decidiu suspender provisoriamente as execuções coercivas dos proprietários que tivessem sido notificados¹⁰²⁰.

O ano agrícola estava dividido em duas estações – das *brisas* e das *águas* –, que determinavam a geografia da vida quotidiana das famílias *brancas*, todas elas terratenentes e assentando na terra a origem principal dos seus rendimentos. Em Julho, quando ocorriam as primeiras precipitações, partia-se para o interior, onde principiavam os trabalhos agrícolas, e, findos estes, em Novembro/Dezembro, regressava-se à Vila. Os principais proprietários não eram absentistas, se bem que uns acompanhassem mais regularmente que outros as principais operações agrícolas (e não apenas as colheitas). Como se tratava de indivíduos que tinham também estabelecimentos comerciais na cidade, dos quais se ocupavam quotidianamente, reservavam muitas vezes os fins-de-semana para se deslocarem às suas propriedades. Teixeira de Sousa refere que nas casas rurais onde permaneciam cerca de metade do ano (Verão e Outono), para assistir às sementeiras, os *brancos* administravam as

¹⁰¹⁹ Numa ilha em que as crises alimentares contínuas geravam um *deficit* alimentar crónico (a que Teixeira de Sousa chama fome **crónica, qualitativa** ou **endémica**, por oposição à fome **catastrófica/cataclísmica, qualitativa** ou **epidémica** que periodicamente assolava o arquipélago. Cf. «Prefácio», in A. Ramires de Oliveira, Júlio Monteiro & Henrique Teixeira de Sousa, *Plano de abastecimento de Cabo Verde em época de seca*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985), as rotinas diárias de subsistência constituíam o propósito da existência quotidiana. Sobre a intersecção entre a memória e a fome em Cabo Verde, *vd.* Isabel Fêo Rodrigues, «Escassez abundante: memória e rotina alimentar em Cabo Verde», in Clara Carvalho & João de Pina Cabral (orgs.), *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, op. cit., pp. 227-249.

¹⁰²⁰ Cópia da acta da sessão ordinária da Junta Local da Ilha do Fogo, de 17 de Fevereiro de 1944, pp. 7-8. AHN, RPSAC, SC:\SR:D\SSR:D4\Cx019 – Actas das sessões da Junta Local do Concelho do Fogo, Janeiro de 1944-Dezembro de 1944.

suas propriedades, fornecendo as sementes (já vimos que, neste regime de parceria, são os proprietários quem as fornece), recebendo os feitores, supervisionando os procedimentos¹⁰²¹. Não os descreve, pois, como absentistas. Também Orlando Ribeiro sumariza os testemunhos de autores setecentistas e oitocentistas que consideravam que a decadência agrícola da ilha fora menor que a de Santiago, dado o menor absentismo dos seus terratenentes, que passavam nas suas propriedades do interior a maior parte do ano¹⁰²².

Durante as *crises*, para protegerem as produções da voracidade da população faminta, vigiavam-nas dia e noite, tal como aos locais onde armazenavam as colheitas, e, na cidade, colocavam guardas nas lojas comerciais e nos armazéns. Um elemento da família Avelino Henriques, numa carta endereçada ao BNU, referia que se encontrava «no interior da ilha defendendo as propriedades da devastação dos famintos desvairados pela miséria»¹⁰²³. Outro elemento da mesma família justificava, em 1943, em carta enviada à filial do BNU na capital da província, a impossibilidade de se deslocar à Praia, para tratar de um assunto relativo à regularização de um débito de um irmão deportado em São Tomé, com a sua «imprescindível presença na direcção dos serviços da colheita e debulha do café.»¹⁰²⁴ Este mesmo indivíduo escreveu, durante décadas, o ano agrícola da casa, constando esses registos da sua biblioteca¹⁰²⁵.

Teixeira de Sousa descreve em meados do século uma casa rural, a de Maria Chaves, residência de campo de uma das famílias da oligarquia local. Tratava-se de um edifício de dois pisos, com portas e janelas em arco abatido, envidraçadas a cores e com cobertura em telha. Envolvendo a casa, um amplo jardim, com árvores de grande porte e canteiros de flores, separado do espaço exterior por um gradeamento. Nas traseiras, a cozinha, a despensa, a arrecadação onde se guardavam alfaías e artigos relacionados com a lavoura, os armazéns onde se recolham as partes das colheitas devidas ao proprietário e as cavalariças¹⁰²⁶. Sobre o interior, Teixeira de Sousa apenas nos fala das pinturas das paredes dos quartos e das salas, encomendadas no início do século XX a um alemão estabelecido na ilha, e no que restava do recheio – peças de mobiliário, livros e jornais antigos¹⁰²⁷. À excepção do gradeamento exterior do jardim, de certos pormenores arquitectónicos e das pinturas artísticas das paredes interiores (de motivos religiosos, cenas de caça e paisagens europeias), quer a estrutura quer o recheio das outras casas de campo destas famílias não deviam diferir muito desta (vd. anexo V, figuras 36 a 41, pp. 582-584).

¹⁰²¹ «Sobrados, lojas & funcos: contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo», *Claridade*, nº 8, Maio de 1958, p. 8.

¹⁰²² *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 106.

¹⁰²³ AHCGD, 005.29/325 – «António Adolfo Avelino Henriques».

¹⁰²⁴ *Ibid.*

¹⁰²⁵ Uma das duas maiores bibliotecas pessoais a permanecerem na ilha, após a morte dos seus proprietários.

¹⁰²⁶ Henrique Teixeira de Sousa, «Sobrados, lojas & funcos: contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo», op. cit., pp. 7-8.

¹⁰²⁷ Ao contrário de outras casas rurais, desta absolutamente nada resta. Quando Françoise e Jean-Michel Massa estiveram no Fogo, em 1986, Maria Chaves estava já destelhada e sem tecto, mas mantinha algumas paredes, com os respectivos frescos. Cf. «Maria Chaves – O Sobrado de “Ilhéu de Contenda” de Teixeira de Sousa, Suporte de um projecto cultural na Ilha do Fogo», *Ponto e Vírgula*, nº 17, Dezembro de 1987, p. 53. O artista alemão dos frescos do interior de Maria Chaves, pintou também o interior do sobrado da cidade pertencente à mesma família. Ainda se conservam as pinturas originais de Koenig nas paredes da casa, que já não se encontra na posse da mesma família (vd. anexo V, figs. 42 a 45, pp. 586-587).

Todos os domingos, uma das famílias organizava o almoço e as actividades de recreio que ocupavam o resto do dia: jogava-se, recitava-se, dançava-se e conversava-se¹⁰²⁸. As famílias circulavam assim pelas residências de Verão umas das outras, mantendo as mesmas redes de sociabilidade do resto do ano na cidade, onde a proximidade das residências propiciava o convívio permanente entre irmãos, primos, tios, reforçando os laços de solidariedade (e de hostilidade, como veremos) entre a parentela.

Esta elite de ascendência europeia não dispunha apenas de bens de raiz; ela constituía simultaneamente o principal segmento comercial da ilha. Muitas das famílias possuíam lojas na cidade, no piso térreo das suas habitações ou, menos frequentemente, nas traseiras das mesmas. Estes estabelecimentos comerciais eram semelhantes, pela diversidade de mercadorias, aos dos meios rurais e das vilas e pequenas cidades metropolitanos. Não se tratava de casas especializadas na venda de um tipo específico de artigos; se bem que algumas vendessem predominantemente produtos agrícolas, a maior parte oferecia uma grande variedade de mercadorias – tecidos, vestuário, utensílios de cozinha, ferragens, vitualhas, bebidas. A variedade de produtos comercializada nestes estabelecimentos, tal como a diversidade das actividades económicas a que se dedicavam um ou outro dos elementos mais empreendedores destas famílias, constituíam estratégias compensatórias da pequenez do mercado local.

Os proprietários de bens de raiz faziam a integração das suas produções nos circuitos comerciais local, inter-ilhas e nos mercados africano e europeu. Dominavam assim todo o processo de produção e comercialização. Aliás, como referimos, a actividade comercial não parecia envilecê-los. Ao contrário do que sucedia com a elite latifundiária metropolitana, desvinculada do pequeno comércio, tradicionalmente reservado a uma pequena burguesia, o patriciado urbano de São Filipe não desdenhava esta actividade, ocupando-se directamente das suas lojas, muitas vezes atendendo eles próprios a clientela.

Mas a actividade dos elementos mais dinâmicos do segmento *branco* da ilha e, posteriormente, de alguns *não-brancos* enriquecidos, não se circunscrevia à agricultura e ao comércio insulares. Eles foram também importantes protagonistas do comércio e da economia da capital da Província. Dos sete anúncios da página de publicidade de um jornal editado na Praia, seis reportavam-se a casas comerciais do Fogo e o restante publicitava um colégio privado da Praia que era propriedade de um fogueteiro (vd. anexo XI, p. 654)¹⁰²⁹. O facto de o proprietário do jornal ser originário de São Filipe concorreu naturalmente para esta preponderância de estabelecimentos comerciais do Fogo; porém, mesmo as principais casas comerciais da capital eram, em grande parte, propriedade de fogueenses. Mesmo noutras ilhas, como São Vicente, alguns estavam envolvidos em importantes negócios de importação e exportação, de e para o arquipélago, e detinham participação em casas comerciais, por vezes entregues à responsabilidade dos filhos, legítimos ou *de fora*. Eram também empresários no sector da navegação, sendo proprietários de embarcações que faziam o circuito

¹⁰²⁸ «Sobrados, lojas & funcos: contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo», *op. cit.*, p. 8.

¹⁰²⁹ *O Eco de Cabo Verde*, nº 11, 1 de Janeiro de 1933, p. 6.

arquipélago-Estados Unidos da América¹⁰³⁰, eram agentes de empresas de seguros¹⁰³¹ e do Banco Nacional Ultramarino, detinham representações de agências de navegação, possuíam pequenas unidades industriais de conservas de peixe em salmoura (que exportavam para Lisboa) e de desfibragem de ágaves, casas de empréstimos sobre penhores, na Praia, e até pequenos negócios de aluguer de carros puxados a bois, para passeio ou carga.

Estas actividades levavam-nos a permanecer fora da ilha – em Portugal continental, Açores e Madeira, na costa ocidental de África, nos Estados Unidos –, grande parte do ano, contactando com outras realidades sociológicas, com inovações tecnológicas e com a variedade de produtos com que o capitalismo industrial de massas começava a inundar o mercado, e que muitas vezes adquiriam e transportavam para o Fogo (frigoríficos e outros electrodomésticos, gramofones, rádios, etc), sobretudo depois da introdução da electricidade na ilha, na década de trinta. A par dos emigrantes nos Estados Unidos, foram eles os responsáveis pela introdução dos novos artigos que a indústria americana ia lançando no mercado.

As frequentes viagens cosmopolitizavam estes homens e contrastavam com o isolamento da maior parte da população da ilha. Da metrópole, traziam não apenas objectos da cultura material, mas também as ideias, as ideologias políticas e as publicações que as apoiavam. Partidários dos regimes monárquico e republicano, entusiastas e críticos do Estado Novo e até pedreiros-livres encontravam-se entre os principais terratenentes e comerciantes da ilha¹⁰³². Quando falamos no relativo isolamento da ilha, reportamo-nos à maior parte dos seus habitantes, que durante a sua existência limitava os seus contactos ao espaço circundante daquele onde nascera¹⁰³³ (o que de resto acontecia com a população metropolitana do interior) e à escassez de navios que abordava a ilha; deste isolamento se excluía, naturalmente, a elite de São Filipe, cujas famílias (e mormente os homens, já que se trata de uma mobilidade sobretudo masculina), circulavam pelo continente fronteiro, no qual muitas vezes se estabeleciam, e pelo Portugal metropolitano, onde estudavam, negociavam, visitavam familiares, folgavam e adquiriam o recheio das suas casas, o enxoval das suas filhas, os tecidos, o calçado e os acessórios do seu vestuário. O Fogo da primeira metade do século XX não era, pois, uma ilha isolada, estendendo-se a área de influência dos elementos da sua elite muito para além dos limites físicos do município.

¹⁰³⁰ Na sua *Auto-biografia*, Abílio de Macedo afirma que foi seu pai, João Monteiro de Macedo e Júlio José Maria Feijó, da ilha Brava, quem iniciou o fluxo migratório para os Estados Unidos, referindo-se certamente à sua fase mais recente que foi também a mais intensa. Compraram os primeiros navios de longo curso, de dois (palhabotes) e três mastros e organizaram as primeiras viagens, criando uma carreira regular de transporte de emigrantes para aquele destino e pondo fim à «emigração de clandestinos que era a emigração americana» (Rodrigo). Escassos anos após a sua criação, a empresa chegou a possuir cinco barcos a fazer as carreiras. N'A *Voz de Cabo Verde*, publicitavam-se as viagens em embarcações a vapor da empresa Macedo & Filhos (cf., por exemplo, nº 8, de 19 de Abril de 1911, e nº 80, de 24 de Fevereiro de 1913, p. 4). Antes deles, só pequenas embarcações (*lambotes*) tocavam os mares do Fogo, ligando-a a outras ilhas do arquipélago. Cf. *Auto-biografia*, op. cit., p. 6. A barca Coriolanus, que veio a ser do próprio Abílio (constava da parte do espólio que lhe coube, aquando da dissolução da firma Carlos de Vasconcelos & Companhia, Limitada, de que era um dos sócios. Cf. *BO*, nº 25, 23/06/1928), era um dos navios que fazia esse trajecto.

¹⁰³¹ Cf., por exemplo, *A Voz de Cabo Verde*, nº 11, de 10 de Maio de 1911, e nº 78, de 10 de Fevereiro de 1913, pp. 4 e 6, respectivamente.

¹⁰³² Abílio de Macedo, além de um inflamado republicano, foi um destacado mação do arquipélago.

¹⁰³³ Se exceptuarmos as cíclicas deslocações de famintos, em direcção aos principais aglomerados populacionais.

As diferenças de classe no interior do grupo

O conjunto das famílias *brancas* constituía um grupo, mais no sentido que Weber lhe atribuiu, o de grupo de *status*, do que no definido pelo volume de riqueza material ou pelas relações no processo de produção, se bem que até princípios do século XX tenha havido uma convergência de posições nas hierarquias de classe e de *status*. Conquanto observe a «extraordinária regularidade com que a propriedade e o status caminham a par», Weber adianta que a primeira não constitui, por si só, um critério do segundo. Quando afirma que quer os desapossados quer os proprietários, portanto, indivíduos em situações muito díspares de classe, podem partilhar o mesmo grupo de *status*, acrescenta que a tendência é para a precarização dessa igualdade perante a estima social¹⁰³⁴. Quanto maior a diferenciação, maior a estabilidade da posição ocupada pelo grupo melhor situado no espaço de relações. Sem o suporte material, inviabiliza-se o estilo de vida distintivo que havia sido o sustentáculo da actualização do seu lugar na hierarquia das posições. É neste sentido que a classe, além da sua dimensão económica, se reveste também de uma dimensão cultural e social (de que a noção bourdieusiana de *habitus* dá conta).

No Fogo, onde a endogamia era intensa, colocava-se ainda com maior acuidade a questão dos limites da família. Perante os estranhos ao grupo (os *não-brancos*), o segmento *branco* mobilizava o seu capital rácico, a sua ascendência metropolitana e a rede alargada de parentesco. Já no plano das relações intragrupo, entre diferentes ramos familiares, consideravam um *nós* e um *eles*. Esta identificação facultada pelo apelido acentuava-se com as diferentes posições de classe no interior do grupo: «As famílias não eram todas iguais.» (João) A composição social tendencialmente homogénea destas famílias contrastava com a heterogeneidade dos volumes de riqueza material possuída:

Entre as famílias do mesmo nível havia ramos familiares mais abastados, outros menos, havia diferenças de habitação... Barbosa Vicente eram menos abastado; Sacramento Monteiro era muito abastado; Henriques era muito abastado; Monteiro de Macedo também eram abastados; Barbosa era menos abastado. Mesmo entre eles havia distinção. Os que eram mais abastados tinham casas mais... Vê-se que são casas melhores que as outras. (António)

O apelido era assim também um importante indicador da estratificação intragrupal. A existência de fracções de classe no seio do grupo das famílias *brancas* do Fogo não parece, no entanto, ter sido muito valorizada pelos estranhos ao grupo, que os percepcionavam como *brancos*, independentemente do capital económico possuído por cada um. Uma das famílias *brancas* de referência mais citadas pelos informantes exteriores ao segmento *branco* continua a ser o ramo Barbosa Vicente, apesar dos diminutos volumes de capital económico possuído pelo ramo legítimo da família que, já no segundo quartel do século XX, se debatia com dificuldades, mesmo ao nível da subsistência:

¹⁰³⁴ Cf. Max Weber, «Class, Status and Party», in Reinhard Bendix & Seymour Martin Lipset (orgs.), *Class, Status and Power: Social Stratification in Comparative Perspective*, 2ª ed., Nova Iorque, 1966 [1953], p. 24.

A minha mãe dava aulas todo o dia e o meu pai era empregado daquela casa e nos tempos difíceis ficavam a dever à minha mãe e nem um [aluno] foi posto na rua. Era aqui em cima [no primeiro andar onde ficava a residência da família, já que a escola funcionava no piso térreo] que se apertava o cinto. (...) Em casa, nunca fizemos vida de ricos, antes pelo contrário, era de necessidades. Os chocolates que as minhas tias mandavam de Lisboa a minha mãe guardava-os para os momentos... (Maria)

A estratificação económica no interior do segmento *branco* reflectia-se também nas escolas frequentadas pelos filhos. Os que tinham posses para isso, enviavam-nos para colégios metropolitanos e, no caso dos rapazes, podiam continuar os estudos superiores. Os menos abastados enviavam a descendência para o Seminário-Liceu de São Nicolau e, mais tarde, para o Liceu Gil Eanes, em São Vicente (e, numa fase posterior, já não abrangida pelo limite cronológico deste trabalho, para o Liceu da Praia). Mas «havia muitas famílias [de brancos] que nem para São Vicente mandavam [os filhos estudar]» (Maria)

Um outro símbolo distintivo do estilo de vida destas famílias era a ida anual a Lisboa. Mas também eram já poucas as famílias que se podiam permiti-lo: «Uma ida anual a Lisboa era um símbolo fabuloso daqueles que podiam. Os Henriques iam, podiam, era algo.» (António)

Algumas famílias podiam apenas conceder-se um estilo de vida muito modesto, e quando ocorriam maus anos agrícolas sucessivos e crises famílicas, como a dos primeiros anos da década de quarenta, apresentavam-se muito vulneráveis:

Eu posso dizer que sei o que é a fome. Quando era miúda... apanhei aquela seca de quarenta e três, tinha quatro anos, só davam-me..., o que havia era feijão-figueira, feijão-congo e davam-me água. Eu ficava com fome e dizia 'quero mais'; punha mais água até que a água ficava quase sem cor. Era a 'água de feijão-figueira'. (Maria)

Não houve mortes por inanição no segmento *branco* da cidade, mas a quantidade de comida restringia-se ao mínimo vital. Tendo pertencido, num passado que era ainda muito recente, à elite económica e política da ilha, estas famílias evitavam expor a sua extrema vulnerabilidade: «As pessoas tinham as suas dificuldades, mas mantinham em casa, as pessoas de fora não sabiam.» (Mónica) cremos que se assistiu a um relativo fechamento dos grupos domésticos que residiam na Vila-Baixo, à medida que se afastavam dos padrões de classe e de estilo de vida diferenciado e diferenciador que caracterizava as fracções mais abastadas do grupo, as da Vila-Riba. A este fechamento (menos assiduidade nas ocasiões de convívio, por exemplo) de alguns dos ramos familiares mais empobrecidos não seria estranha a impossibilidade de manter o padrão dos consumos a que haviam estado acostumados:

Tenho a impressão que, sob o aspecto financeiro, não tinham grandes posses. Tenho impressão que era mais isso. (João)

Eu lembro das minhas tias-avós do lado dos Barbosa Vicente. Não eram abastadas e elas costuravam. Eram grandes costureiras. (Mónica)

Eu tinha uma tia-avó, irmã do meu avô, ela vivia numa casinha muito pequenina (...) lá no campo (...) ela é que fazia tudo naquele quarto, fazia as suas coisinhas. (Maria)

Tratava-se na sua maior parte de famílias muito dependentes dos patrimónios herdados, sobretudo da produção das suas terras, que era cada vez mais aleatória, com a

degradação das condições ecoclimáticas. Só uma ou outra família se relevava pelo seu empreendedorismo, destacando-se a Monteiro de Macedo, que diversificava o seu investimento por várias áreas de actividade e ilhas (Boavista, Brava, Santiago, São Vicente) – desde uma iniciativa industrial de produção de telhas e tijolos, em princípios dos anos vinte do passado século (de curta duração, já que o incêndio da fábrica e a posterior morte do proprietário colocariam fim ao projecto), a representações de agências de seguros, a uma companhia de desfibragem de ágaves, a outra de conservas de peixe em salmoura, a sociedades de navegação que ligavam o arquipélago aos Estados Unidos da América¹⁰³⁵, passando pelo aluguer de carros puxados a bois¹⁰³⁶, por casas de empréstimos sobre penhores e por experiências hortícolas que a pobreza e a rotina alimentar da população, centrada nas leguminosas e no milho, condenavam ao insucesso. Trata-se de uma família que por mais de uma vez perdeu quase todo o seu património, imóvel incluído, mas que o conseguiu sempre refazer e ampliar¹⁰³⁷.

A importância económica e simbólica da propriedade fundiária convertia-a no elemento do património familiar que mais se procurava conservar. Porém, tratando-se de famílias que produziam vasta prole, a transmissão da terra a muitos herdeiros parcelizava-a continuamente até a desprover de sentido económico. A endogamia familiar, além de garantir a perpetuação da qualidade linhagística e, conseqüentemente, da pureza racial, era igualmente um elemento de conservação da propriedade: «Havia intenção de preservar o património, não sei se não seria a intenção mais forte. Por um lado, havia a ideia de clã, por outro, a ideia de não se fragilizar o património, a terra.» (Cristina) Tratava-se do critério da filiação legítima no direito à herança ou a regra do «património pelo matrimónio»¹⁰³⁸. Só uma cuidada política matrimonial permitia a estas famílias contrabalançar o efeito dispersor das partilhas sobre a propriedade fundiária e o património em geral, acentuado pela abolição do morgadio.

Algumas famílias não chegaram a vivenciar as consequências da desagregação da propriedade, dos maus anos agrícolas sucessivos e do agravamento das condições do mercado, já que estrategicamente abandonaram a ilha, procurando alternativas de vida fora dela – noutros espaços do arquipélago, noutras partes do então império português ou na metrópole – que travassem a inevitável deterioração das condições de existência que sobreviria caso tivessem permanecido na ilha. Os elementos masculinos enveredaram frequentemente pelo oficialato militar, pelas carreiras no funcionalismo público colonial e pelas profissões liberais (exercício da advocacia, da medicina, da engenharia) e as mulheres foram encaminhadas para alianças matrimoniais vantajosas.

Dos que permaneceram só muito poucos preservaram um nível de riqueza suficiente para investirem em capital cultural e simbólico consentâneo com as suas tradicionais posições no espaço de relações. Ou por possuírem terras de café (como os Avelino Henriques), o

¹⁰³⁵ Abílio Monteiro de Macedo deu continuidade à actividade do pai, João Monteiro de Macedo, que, com Júlio José Feijóo, da ilha Brava, criaram uma empresa de navegação, como dissemos.

¹⁰³⁶ Cf. *A Voz de Cabo Verde*, nº 102, de 28 de Julho de 1913, p. 4.

¹⁰³⁷ Como aconteceu nos primeiros anos do século XX com a relação comercial com um comerciante madeirense que faliu, e que, envolvendo instrumentos de fiança, levou à ruína João Monteiro de Macedo.

¹⁰³⁸ Verena Stolke, *op. cit.*, p. 34.

produto agrícola melhor cotado, ou por se terem atempadamente envolvido em actividades económicas menos contingentes que a agricultura (como os Monteiro de Macedo), alguns grupos familiares mantiveram a sua anterior condição de classe. A maior parte, porém, passou a integrar os escalões económicos intermédios da ilha, empregando-se no pequeno funcionalismo, trabalhando para elementos mais abastados da família ou sobrevivendo da ajuda de parentes, por vezes dos filhos *de fora* antes ostracizados, nuns e noutro casos, adaptando-se à frugalidade e assistindo à elevação da situação material de vários *não-brancos*, alguns dos quais antigos dependentes.

Ante a exiguidade do mercado matrimonial no interior da fracção de classe superior, constituída pelos Avelino Henriques e pelos Monteiro de Macedo, continuaram os vínculos matrimoniais entre as diferentes fracções de classe. Os dois grandes eixos da avaliação diferencial dos indivíduos no Fogo eram a raça e o nascimento, e esses tanto os mais como os menos abastados preservavam-nos: «Os brancos eram brancos, mesmo pobres, eram aceites.» (João)

10.7. Uma elite política

Se a origem social (a ‘qualidade das partes’) e a religião (a ‘limpeza de sangue’, judeu ou mouro) haviam constituído secularmente critérios de selecção dos candidatáveis ao provimento dos ofícios em contexto metropolitano, em meio colonial, ao rol dos requisitos acrescentava-se a raça. Porém, a diminuição do número de reinóis que assegurassem a sua pureza de sangue punha em causa o provimento dos cargos. Para obstar à recorrente vacância de muitos deles, o poder central maleabilizou os requisitos exigidos aos nomeáveis, permitindo, desde cedo, que homens «baços e pretos» tomassem cargos municipais¹⁰³⁹. Portanto, se para as ilhas foram transplantadas as estruturas sociais e administrativas do Reino, elas sofreram adaptações perante os desafios que quotidianamente sobrevinham dos condicionalismos ecológicos, económicos e humanos.

No Fogo, porém, a presença de um número relativamente grande de indivíduos de ascendência (total ou muito predominantemente) reinol parece ter obstado a esta penetração de *não-brancos* na administração do município, onde permaneceu a tradição do recrutamento dos homens da *governança* entre os notáveis. Esta situação não diferia muito da que se

¹⁰³⁹ Em carta datada de 26 de Maio de 1546, os moradores e vizinhos de Santiago haviam suplicado ao rei que permitisse que os «homens baços e pretos» entrassem nos órgãos concelhios, «assim como o fazem os da Ilha de S. Tomé». ANTT, CC, 1/78/17 – «Carta dos moradores e vizinhos da ilha de Santiago de Cabo Verde pedindo ao rei que fizesse a graça de admitir nos ofícios do Concelho homens negros e baços na forma que era concedido aos da ilha de S. Tomé», 26 de Maio de 1546. Pode observar-se, aliás, algum paralelismo entre a evolução da participação *não-branca* nos órgãos do poder insular, nos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé: em ambos, a crescente marginalização face aos circuitos comerciais atlânticos, desestimulando a imigração europeia, actuou como propulsora da ascensão sócio-política da população *mista*, cada vez mais necessária ao provimento dos cargos. E em ambos, as características ecoclimáticas, conquanto muito diferenciadas, se conjugaram com a descapitalização da economia para desmotivar o afluxo de europeus: no caso de Cabo Verde, a aleatoriedade das chuvas travando a rentabilização agrícola das ilhas; no de São Tomé, a temperatura e o elevado teor de humidade constituindo as condições propícias à propagação da malária, poderoso elemento de morbilidade *branca* (o «factor *anopheles*», de que fala Arlindo Caldeira. Cf. «Mestiçagem, estratégias de casamento e propriedade feminina no arquipélago de São Tomé e Príncipe nos séculos XVI, XVII e XVIII», *Arquipélago História*, 2ª série, vols. XI-XII, 2007-2008, p. 51).

observara na metrópole do Antigo Regime. O que distingue o Fogo não é tanto o carácter oligárquico da administração municipal, mas a sua perpetuação até quase meados do século XX, sem que se possa observar uma renovação da elite administrativa. Só na aproximação dos meados do século podemos considerar uma desmonopolização na distribuição dos cargos, quando a oligarquia local tradicional teve de a partilhar com elementos locais emergentes e com elementos estranhos à ilha, num e noutro casos racialmente desiguais.

Enquanto na capital do arquipélago os cargos públicos eram partilhados entre a elite terratenente e comercial local, maioritariamente constituída por elementos de ascendência ou de componente cultural predominantemente europeia (considerável parte dos quais oriunda do Fogo), e os metropolitanos destacados para o arquipélago¹⁰⁴⁰, no Fogo, a elite administrativa era praticamente toda constituída pelos notáveis locais.

Há ainda um outro factor que nos parece relevante para a compreensão da tradição vincadamente autonómica do Fogo. As nomeações para os postos – militares e civis – da oficialidade eram da responsabilidade do governador do arquipélago, sendo este de nomeação régia. Porém, o mau desempenho da oficialidade nomeada pelo então governador, aquando do saque da cidade por piratas holandeses, em 1655, justificara a nomeação régia de um comandante para a ilha que «não só que fosse soldado que soubesse a arte da guerra para a defesa da ilha, mas igualmente para os disciplinar, arbitrando-lhe de soldo 80\$00 por ano, que em razão de ser muito diminuto se lhe concederam os emolumentos das nomeações.» É o que relembra D. José, no seu alvará de 26 de Agosto de 1757, em que ordena ao governador que mantenha o *statu quo ante*, ou seja, o direito do capitão sargento-mor da ilha nomear a oficialidade, militar e civil¹⁰⁴¹. Esta disposição régia gerou vários conflitos de competências entre os governadores do arquipélago e os capitães sargentos-mores da ilha e acentuou as tendências autonómicas da administração municipal do Fogo.

O carácter insular do município, a par da perifericidade do arquipélago no contexto da administração colonial portuguesa, constituía um factor propiciatório acrescido desta autonomia. A distância do poder central e os frequentes interregnos na ocupação dos vários ofícios régios fomentaram hábitos de controle e auto-gestão por parte dos homens da *governança* locais, que, ao ascendente económico que detinham (possuíam as melhores e mais extensas terras de cultivo e dominavam o comércio inter-ilhas e com o exterior), acrescentavam a supremacia política que lhes advinha da administração dos órgãos do poder local.

A legislação régia dos séculos anteriores, ao basear-se em critérios hereditários para o preenchimento de determinados ofícios da administração concelhia, terá actuado como

¹⁰⁴⁰ Segundo José Carlos dos Anjos, na transição do século XIX para o XX, dos 780 *brancos* de fora do arquipélago, 630 residiam em Santiago, onde constituíam mais de noventa por cento da elite administrativa na ilha. Cf. «O nascimento da tradição cabo-verdiana e de sua cultura política sob enfoque sociológico», op. cit., p. 18.

¹⁰⁴¹ José António Pinto, «Ilhas de Cabo Verde», in António Carreira, *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e "Rios de Guiné" (Séculos XVII e XVIII)*, op. cit., p. 196. Sobre a descrição do saque dos piratas holandeses a São Filipe, vd. «Parecer do Conselho Ultramarino sobre o saque da ilha do Fogo perpetrado por piratas holandeses», in Daniel Pereira, op. cit., pp. 153-156.

propulsor da oligarquização do poder local¹⁰⁴². Esta tradição conjugou-se com uma outra, que recuava igualmente aos primórdios do povoamento das ilhas, e que consistia na acumulação de cargos por um indivíduo, induzida também pela falta crónica de recursos humanos. No primeiro quartel do século XIX, o governador Pusich descreve com tons negros os agentes da administração, queixando-se de que no arquipélago não havia

um só homem inteligente nos verdadeiros interesses públicos; pois que os naturais do país (ainda que a maior parte honrados) são faltos de necessárias luzes pela falta de instrução. E os poucos europeus que aí acham (à excepção de duas ou três famílias de negociantes honrados) ou são degradados ou merecem de o ser; e portanto em semelhante população não há que escolher.¹⁰⁴³

Daqui decorria que as câmaras das ilhas fossem «compostas de homens ignorantes, ou degradados; porque os que melhor podiam ocupar estes cargos, ou se escusam por serem militares, ou por quererem sem responsabilidade ter às suas ordens uma Câmara venal, ignorante ou mal intencionada». Dos juizes ordinários, afirmava que muitos nem escrever o nome sabiam¹⁰⁴⁴.

Ainda em princípios da década de trinta do século XX, se fazia sentir no Fogo a falta de capital escolar, mesmo entre os abastados produtores de café do Norte da ilha. Na sequência de uma petição para restaurar o concelho dos Mosteiros, assinada por três dezenas de moradores da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, o Governo da colónia solicitou informações à Comissão Municipal do Fogo; esta fundamentou a sua desaprovação sobre a reinstituição do referido concelho¹⁰⁴⁵ na falta de recursos humanos com que prover os cargos públicos¹⁰⁴⁶: «(...) não há, sequer, em toda a população dos Mosteiros três indivíduos cujo limite de cultura vá além das primeiras classes de qualquer liceu da Metrópole ou de qualquer outro. E, diz-se três mas há também o receio de se errar quanto à quantidade.»¹⁰⁴⁷

A rede administrativa da colónia tinha o seu epicentro na cidade da Praia. Era lá que residia o governador e que estava sediado o Governo e o Conselho de província/colónia. O governador era o representante máximo do poder metropolitano na colónia. Nomeado pela

¹⁰⁴² João Manuel Rodrigues Pereira, *Elites Locais e Liberalismo: Torres Vedras 1792-1878*, Torres Vedras, Edição do Município de Torres Vedras, 1999, p. 147.

¹⁰⁴³ António Pusich, «Esboço sobre as formas de governo administrativo das ilhas de Cabo Verde», in *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, ed. do Autor, 1987, p. 142.

¹⁰⁴⁴ *Ibid.*, p. 147.

¹⁰⁴⁵ Aparentemente, alguns dos signatários da petição ter-se-ão manifestado, em 1923, pela extinção do concelho dos Mosteiros, insistindo apenas na provisão de um médico e de uma ambulância bem apetrechada.

¹⁰⁴⁶ E também na insignificância comercial do aglomerado, economicamente importante, apenas pela produção de café. A par da alegada inviabilidade no provimento dos cargos que um município requeria e das considerações económicas, estava também presente a hostilidade latente entre as duas elites locais, a urbana de São Filipe e a rural dos Mosteiros, sobre a qual a primeira pretendia conservar o ascendente político. Em 1931, em documento endereçado pela Administração do concelho à Direcção dos Serviços de Administração Civil (Praia), mencionava-se um episódio ocorrido nos Mosteiros, em que «nove indivíduos dessa família Rodrigues, armados de punhais, boxes e revólveres, assaltaram o posto», tendo ferido dois dos quatro guardas. O comentário do administrador foi o seguinte: «Durante longos anos preponderaram nessa região, exercendo os cargos de regedores e juizes de paz, uns indivíduos Rodrigues, que no desempenho de tais cargos se impuseram com as mais inquisitoriais violências e, rudes como os outros, tendo à sombra dos seus lugares conseguido alguns meios de fortuna, se tornaram os piores elementos da região, provocando conflitos e desordens constantemente, pelo que com frequência são chamados aos tribunais a prestar contas à Justiça.» Estas observações revelam o juízo que a elite de São Filipe fazia da sua congénere do Norte, economicamente forte, mas a quem faltava urbanidade, e ao mesmo tempo a sobrerância dos habitantes do único núcleo urbano da ilha face aos rurais. AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D2\Cx016 – Correspondência recebida da Câmara Municipal do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1931.

¹⁰⁴⁷ «Informação» da Comissão Municipal do Concelho do Fogo, a 28/11/1930, pp. 1-2. AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx007 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1930.

presidência do Conselho de Ministros, a partir de proposta do Ministério das Colónias, era ele que fazia a articulação entre os poderes insulares e a metrópole. Quanto ao Fogo, na época em estudo, o poder local esteve repartido entre a Administração do concelho da ilha, sediada na Vila e a Câmara Municipal de São Filipe¹⁰⁴⁸. O Fogo constituía um dos doze concelhos do arquipélago e estava dividido em quatro freguesias – Nossa Senhora da Conceição, São Lourenço, Santa Catarina e Nossa Senhora da Ajuda. Nos Mosteiros, havia um posto administrativo, situado na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. Em meados da década de trinta, era a seguinte a relação dos funcionários e mais pessoal subordinados à Administração do concelho: administrador, secretário, amanuense, oficial de diligências, quatro regedores (das quatro freguesias) e doze polícias administrativos. O administrador do concelho pertencia ao quadro administrativo; os regedores, cabos-chefes e guardas administrativos aos quadros auxiliares. Tratava-se de cargos remunerados, à excepção das regedorias.

A Câmara/Junta/Comissão Municipal do Fogo era composta por cinco vogais, incluindo o presidente, correspondendo um pelouro a cada um: (1) administração geral e fiscalização; (2) serviços das águas municipais, fontes, arborização e regas; (3) serviços de electricidade, iluminação pública, mercados, talhos e matadouros; (4) vendas em hasta pública, coimas, multas e cemitérios; e (5) limpeza pública, administração dos edifícios municipais, melhoramentos e embelezamentos citadinos, depósitos de materiais e respectivos inventários. No mês de Novembro do último ano do triénio de exercício, realizava-se a eleição da vereação municipal seguinte. Era através do seu presidente que a Câmara estabelecia contacto com o Governo da província, via administrador do concelho.

A articulação ilha-capital da colónia fazia-se através da figura do administrador do concelho. Como delegado do Governo na ilha, este era um cargo de nomeação do governador, em que a escolha recaía preferencialmente em alguém da sua confiança. Acontecia, porém, que, provindo da metrópole, frequentemente os governadores desconheciam até as especificidades ecológicas e humanas do arquipélago, quanto mais os vários administradores de concelho. Daí que estes procurassem conquistar a confiança dos governadores, que a qualquer momento podiam exonerá-los e substituí-los.

Por intermédio da Direcção dos Serviços de Administração Civil da Praia, os administradores propunham para aprovação, por parte do governador, a nomeação, a exoneração ou a recondução nas funções de delegados administrativos das várias freguesias, de indivíduos da sua confiança. O seu poder efectivo estendia-se assim a todo o território da ilha. Quando um novo administrador pertencia a uma facção política ou familiar rival da do antecessor, de imediato procedia à substituição dos subordinados. Foi o que aconteceu no Fogo, em 1930, na sequência da exoneração do administrador (sobre as causas da exoneração, *vd. infra*, pp. 436-437). Pouco depois de nomeado, em correspondência reservada à Direcção dos Serviços de Administração Civil, o novo administrador propôs que fossem substituídos, por não merecerem a sua confiança, os delegados administrativos efectivos e

¹⁰⁴⁸ À excepção do breve período em que a ilha se viu desdobrada em dois concelhos, o de São Filipe e o de Mosteiros, este um concelho irregular, de 1917 a 1923, altura em que foi extinto pela Portaria Provincial nº 64, de 13 de Junho de 1923.

substitutos de duas das freguesias da ilha, alegando que pretendiam contrariar ou contestar as resoluções do governador da província. Tratando-se de homem da confiança do governador, com quem mantinha muito boas relações e de quem posteriormente pediria a recondução no cargo, rapidamente obteve a exoneração dos funcionários e a sua substituição pelos indivíduos que indicara¹⁰⁴⁹. Quando mudavam os governadores, desfaziam-se muitas vezes estas parcerias. Foi o que sucedeu a este administrador, que acabou por ser convidado pelo novo governador a pedir a exoneração, não por falta de confiança política, mas pela necessidade de arranjar colocação para um alto funcionário administrativo, recomendado por altas instâncias metropolitanas.

Eram os homens da elite agrária e comercial local que, através do exercício dos cargos municipais, estabeleciam as relações entre o centro metropolitano, de onde emanavam as directivas políticas e administrativas, e a periferia colonial, via governo central do arquipélago. A capital da província, onde os órgãos da administração central estavam sedeados, constituía o eixo principal da intermediação centro/periferia, e estas famílias estavam bem representadas nesses órgãos: um elemento da família José Barbosa era, à data da implantação da República em Portugal, delegado interino da comarca e tesoureiro da alfândega da Praia, um Barbosa Vicente foi director da alfândega da Praia, na mesma altura, um Sacramento Monteiro foi administrador do concelho e secretário da Câmara Municipal da Praia (nas duas primeiras décadas do século XX), um Monteiro de Macedo foi vogal do Conselho do Governo da província e presidente da Câmara Municipal da Praia (década de vinte), devendo-lhe esta grande parte das suas infraestruturas e traçado urbano actuais, outro Monteiro de Macedo foi director técnico dos serviços radiotelegráficos de Cabo Verde.

Quanto às instituições municipais, que monopolizavam, constituíam o núcleo da intermediação entre a capital e os concelhos, espalhados pelas várias ilhas. Estas famílias estavam assim presentes nos dois principais eixos da intermediação: o local, através da acumulação das funções municipais, e o da capital, onde desempenhavam cargos revestidos de poder e, nessa medida, prestigiantes. Essa capacidade intermediadora da elite local tinha um momento alto aquando das crises alimentícias. Eram os poderes concelhios que, em nome de todos os deserdados da ilha, expunham os horrores das situações decorrentes das más colheitas, quando os famintos afluíam em massa à cidade, andrajosos e sujos dos próprios dejectos, à procura do apoio que não chegava senão a alguns, mormente às crianças, que, ainda assim, morriam nas ruas, onde os seus corpos abandonados aguardavam muitas vezes dias pelo soterramento. Frequentemente, ainda antes de a *crise* deflagrar, a Câmara alertava os poderes públicos centrais para os efeitos que se anunciavam das más ou nulas colheitas dos anos agrícolas anteriores, expondo-lhes a urgência de medidas que obstassem ao desenrolar costumeiro da falta de mantimentos na ilha, pedindo autorização para a abertura de obras públicas ou o envio de alimentos.

¹⁰⁴⁹ Em sessão de Câmara, pede-se a manutenção do governador, coronel Guedes Vaz, para tal decidindo-se enviar um rádio ao presidente da República, ao presidente do Ministério e ao ministro das Colónias. AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx007 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1930.

Foi no decorrer de uma das reuniões camarárias, convocada extraordinariamente por Agnelo Henriques, administrador do concelho, em Agosto de 1941, para decidir que medidas de alerta tomar perante a gravidade da *crise*, que um dos elementos de uma das mais destacadas famílias da oligarquia local, e irmão do administrador, terá manifestado o seu desagrado perante a incúria do poder metropolitano no socorro aos famintos, a incapacidade de Portugal para administrar as suas colónias e apelado à intervenção estrangeira. Na sequência de uma denúncia, foram ambos julgados e presos, um acusado de «intuito de incitamento à rebelião contra a autoridade do Governador da Colónia e o Governo da Nação», e o outro por não ter denunciado o irmão. Ao primeiro, coube o exílio para São Tomé; ao segundo, a aposentação compulsiva¹⁰⁵⁰, não obstante tratar-se, como referimos, de duas notabilidades locais (e de um dos co-réus ser membro da União Nacional). Em plena Segunda Grande Guerra, perante as afirmações do presidente norte-americano sobre a relevância dos arquipélagos atlânticos portugueses para os Aliados, Salazar temeu uma invasão de Cabo Verde, pelas tropas aliadas ou pelas do Eixo. Perante esta ameaça, decidiu enviar para o arquipélago tropas expedicionárias portuguesas, potencialmente dissuasoras de uma invasão. Foi este contexto que sobredimensionou as afirmações dos presentes na referida reunião. Se a mencionamos é por ser demonstrativa da assumpção por parte da elite local da sua função de intermediação com o exterior (ao contrário de Agnelo, seu irmão António Henriques, o réu exilado para São Tomé, não estava sequer vinculado ao poder concelhio).

Apreciando este empenho da elite da cidade no progresso material da ilha e no que se considerava a elevação cultural da população, ou seja, a absorção dos referentes europeus de comportamento, em 1922, o governador referia a obrigação de colaboração do Governo com «os pedidos constantes de quem não recusa, antes, ostensivamente, se prontifica a auxiliá-lo materialmente»¹⁰⁵¹. A atitude paternalista do grupo fazia parte das suas representações identitárias. Num artigo escrito no boletim Cabo Verde, sobre a visita do então presidente da República, Craveiro Lopes, à ilha, em Maio de 1955, uma mulher do segmento *branco*, Irene Vicente Barbosa, afirmava: «Dos descendentes directos dos antigos colonizadores, **que sempre foram orientadores, protectores e amparo moral da população**, poucos restam»¹⁰⁵².

Os *brancos* tinham acesso simultaneamente à cultura metropolitana (à língua, à literatura e a outras expressões artísticas; muitos dos seus elementos estudaram até na metrópole, o que lhes permitiu um contacto directo com o núcleo geo-histórico da nação portuguesa) e à cultura local. Reivindicavam, por isso, uma situação privilegiada, quer em

¹⁰⁵⁰ Agnelo Henriques foi ainda julgado por um tribunal militar, mas foi absolvido do processo-crime. À data do julgamento, o acusado já não era administrador do concelho, mas secretário da Comissão Municipal. Pedira a exoneração do cargo de administrador, na sequência do aviso que recebeu da intenção de o governador o exonerar, para o substituir por um oficial metropolitano intimamente relacionado com a família de Oliveira Salazar e protegido deste, Álvaro Gouveia e Melo. Mantiveram-se, todavia, pendentes os processos disciplinares em resultado dos quais viria a ser desligado compulsivamente do serviço, a 8 de Março de 1943. *Vd. foto dos dois irmãos Avelino Henriques reclusos no Fortim d'El Rei, na ilha de São Vicente, em 1943, no anexo VII, ponto 6., p. 639. AHN, RPSAC, SC:C\SR:B\Cx388 – Processo Disciplinar instaurado ao chefe da secretaria da Comissão Municipal do Fogo, Sr. Agnelo [sic] Adolfo Avelino Henriques, Outubro de 1942-Janeiro de 1943. Também na sequência de*

¹⁰⁵¹ *BO* nº 26, de 01/07/1922, p. 212.

¹⁰⁵² «A visita Presidencial à ilha do Fogo», *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, ano VI, nº 70, 1 de Julho de 1955, p. 76. [Negrito nosso]

relação à população local em geral, com escasso acesso à escolarização, à língua e a outros elementos da cultura dos agentes administrativos metropolitanos, quer perante os titulares metropolitanos dos diversos cargos da administração civil, militar e eclesiástica. Eles podiam, assim, fazer ouvir junto dos representantes metropolitanos a voz da população, e podiam fazer chegar junto desta a voz da metrópole. Só o facto de dominarem as duas formas de expressão – o português (falado e escrito) da administração e o crioulo da população – já os colocava numa situação de mediadores entre a metrópole colonial e a população da província. Este posicionamento intermediário privilegiado conferia-lhes um carácter distintivo que fazia parte da construção da sua identidade enquanto grupo.

Quando o administrador do concelho, membro de uma das famílias da elite local, afirmava no seu relatório de 1880 sobre a ilha, que os habitantes, pela sua falta de instrução, eram supersticiosos, descrentes da medicina, mas crentes em bruxas, feiticeiros e curandeiros¹⁰⁵³, faz logo a ressalva de que se não referia «à classe abastada, nem mesmo à mediana dos habitantes que seguem os usos e costumes europeus.»¹⁰⁵⁴ Se perante a população da ilha hiperbolizavam as descontinuidades culturais, conferindo legitimidade aos diferenciais de estatuto e poder, perante o exterior (a Praia ou a metrópole), apresentavam uma ilha assimilada à cultura europeia.

Já no século XX, será a «situação especial» que a ilha ocupava no seio do arquipélago, «pelo adiantado estado de cultura de seus filhos» e «pelo seu progresso material» que servirá de fundamento ao governador da província para autorizar a Câmara Municipal a pedir um empréstimo público. A referência ao «estado de cultura» deve ler-se, cremos, à influência marcadamente europeia do modo de vida de pelo menos parte considerável da população. A alegada europeidade dos fogueteiros foi também o critério que terá norteado a elevação de São Filipe a cidade, em 1922, apesar do escasso número dos seus habitantes¹⁰⁵⁵.

Estas famílias constituíam a elite política. No Fogo, era a *auctoritas* genealógica, racial, económica e simbólica que conferiam *potestas* ao grupo de famílias que exercia e monopolizava o poder ao nível local: eram todas de ascendência europeia, *brancas*, terratenentes, algumas igualmente comerciantes, e aparentadas. A sua elevada condição sócio-económica, ainda em princípios do século XX, e o facto de vários dos seus elementos possuírem volumoso capital escolar acentuava a legitimidade do seu monopólio do poder. Nos livros de mercês do século XIX, vemos vários indivíduos pagar pelas mercês régias, pela «lotação do lugar» que ocupavam ou pretendiam ocupar. Eram eles quem podia pagar pelos cargos e eram eles a quem os monarcas os confiavam.

A partir da leitura do relatório de D. José Miguel de Noronha, um governador de meados do século XIX, Lopes Filho enumera as principais dificuldades com que se deparava a

¹⁰⁵³ Quando a já referida epidemia de *cholera morbus* assolou a Vila e depois a ilha, em meados do século XIX, o responsável interino pelo comando civil e militar da ilha, enviado da Praia em comissão, perante a fuga dos *homens da governança*, deplorava a resistência da população a cumprir as prescrições do médico entretanto desembarcado, uma vez que preferia seguir as indicações dos curandeiros locais. Relatório de António César de Vasconcelos Correia, *BO* nº 183, 16 de Fevereiro de 1856, p. 780.

¹⁰⁵⁴ Relatório sobre a ilha, pela Administração do Concelho da ilha do Fogo – *BO*, nº 51, 18 de Dezembro de 1880, p. 318.

¹⁰⁵⁵ E também, ao que parece, à influência de um notável local, o republicano Abílio de Macedo, que chegaria a exercer os cargos de presidente da Câmara Municipal da Praia e vogal do Conselho da província.

administração do arquipélago: (1) carência de recursos humanos, obrigando a que os cargos municipais fossem entregues a indivíduos com poucas ou nulas qualificações; (2) hostilidades entre grupos locais rivais; (3) utilização, por parte dos titulares dos cargos, do poder que lhes advinha das suas funções para resolver questões pessoais, de parentes e amigos; (4) pouco zelo manifestado no desempenho das funções; (5) incumprimento das instruções superiores¹⁰⁵⁶. Note-se que as queixas deste governador e o panorama que traça do estado da administração pública em Cabo Verde não diferem substancialmente nem das dos oficiais metropolitanos colocados no arquipélago nos primeiros séculos da colonização, nem do que um governador da colónia, em 1928, afirmava sobre a ilha:

com poucas excepções, todos os dali naturais que possuem um certo grau de ilustração são parentes dos Monteiros, Barbosas e Macedos, estes já parentes entre si, sendo a parte restante da população, na sua maioria constituída por iletrados e analfabetos, portanto de difícil organização, ali, uma vereação de cidadãos, com determinado grau de ilustração, sem que entre eles haja qualquer vislumbre de parentesco (...)¹⁰⁵⁷

A Administração do concelho, no século XIX, foi monopolizada por três elementos da família Vieira de Vasconcelos: dois irmãos – João Gomes Barbosa e José Joaquim Vieira de Vasconcelos¹⁰⁵⁸ – e o filho do último, João Baptista Vieira de Vasconcelos, com curtíssimos interregnos de elementos da mesma ou de outras famílias dominantes. Na primeira metade do século XX, e até à década de quarenta, a partir da qual funcionários públicos de carreira, metropolitanos ou insulares de outras ilhas, passaram a ocupar o lugar de administrador do concelho, até Quarenta, dizíamos, a Administração continuou ainda absolutamente concentrada no segmento *branco* da cidade, mas mais repartida pelos vários ramos familiares: Sacramento Monteiro (Cristiano), José Barbosa (Alfredo e Adelino), Barbosa Vicente (Marino) e Avelino Henriques (Agnelo). A partir de 1941, a exoneração deste último pôs fim à tradição secular de recrutamento dos administradores entre as famílias locais da *governança*.

Quanto à secretaria da Administração nesta primeira metade de século, ela concentrou-se sobretudo em três nomes e ramos familiares: José do Sacramento Monteiro, Agnelo Henriques e sobretudo César Ludgero Gomes Barbosa (neto de João Gomes Barbosa e genro de João Baptista Vieira de Vasconcelos, dois dos antigos administradores citados), que desempenhou o cargo de secretário da Administração do concelho desde 1920, quando tomou posse, até meados da década de quarenta, com apenas algumas pequenas intermitências.

A presidência da Câmara Municipal do Fogo, ou, na ausência desta, da Comissão Municipal ou ainda da Junta Local, dispersou-se por vários ramos familiares do segmento *branco*: Gomes Barbosa, Vasconcelos Monteiro, Sacramento Monteiro, Avelino Henriques, José Barbosa, Medina, Monteiro de Macedo. A secretaria da Câmara/Comissão Municipal permaneceu durante quase todo o segundo quartel do século XX feudo dos Gomes Barbosa, os irmãos João e César Ludgero (netos, sobrinhos-netos e primos dos três administradores do

¹⁰⁵⁶ João Lopes Filho, «Aspectos da administração pública em Cabo Verde nos meados do século XIX», *Islenha*, Funchal, nº 29, Julho-Dezembro de 1991.

¹⁰⁵⁷ «Informação», 7 de Junho de 1928, AHN, RPSAC, SC:E\SR:A\CX340 – Recurso do Senhor António de Vasconcelos Monteiro Adriano Carlos Medina e Manuel Ferreira todos comerciantes da ilha do Fogo, Março de 1928-Maio de 1930.

¹⁰⁵⁸ Trata-se de dois irmãos germanos (ou seja, filhos dos mesmos pai e mãe), a despeito da diferença de apelidos.

concelho, dos anos quarenta ao final do século XIX). Somente um Avelino Henriques (Agnelo) quebrou por algum tempo este monopólio dos Gomes Barbosa. Quanto à composição das vereações, o que ressalta da observação das actas camarárias é uma sucessão de duplos apelidos de indivíduos quase todos aparentados. Até final do primeiro quartel do século XX, as vereações eram quase integralmente extraídas destas famílias; não apenas alguns, mas todos os seus ramos estão presentes na Câmara/Comissão Municipal ou na Junta Local.

Quanto à administração judicial, no Julgado municipal do Fogo, como juizes, escrivães, sub-delegados do procurador, efectivos e substitutos, encontramos sobretudo Gomes Barbosa e Sacramento Monteiro. Dos Gomes Barbosa, temos: na década de setenta do século XIX, um juiz ordinário do Julgado da ilha, Manuel Gomes Barbosa; um subdelegado do Julgado municipal da ilha, suspenso em 1911, João Gomes Barbosa (não confundir com o parente homónimo, antigo administrador do concelho); outro subdelegado do procurador da República do Julgado municipal do Fogo, Aníbal Gomes Barbosa; um escrivão interino do Julgado, da década de vinte, que ascende a sub-delegado, substituto, do procurador, e a juiz municipal substituto, assumindo, a partir de 1934, a jurisdição do Julgado municipal, César Ludgero Gomes Barbosa. Dos Sacramento Monteiro, temos: um substituto do juiz ordinário do Julgado, na década de setenta do século XIX, Francisco do Sacramento Monteiro; um juiz ordinário do Julgado, na última década do mesmo século, José do Sacramento Monteiro; e um juiz municipal substituto (de 1898 a 1909) e efectivo (de 1909 a 1930, data em que foi exonerado¹⁰⁵⁹), ou seja, contando mais de três décadas nos dois cargos, Pedro do Sacramento Monteiro.

Seguimos as folhas de serviço e os processos individuais de alguns funcionários, que são ricos em informes sobre aqueles que exerciam os cargos. As informações extravasavam o domínio propriamente profissional (ou seja, o trajecto no funcionalismo), encontrando-se elementos relativos aos cônjuges, ao número de filhos, incluindo os filhos *de fora* legitimados, às habilitações literárias e, por vezes, referências indirectas ao estatuto social. O registo das nomeações, das promoções, das transferências e das exonerações dos funcionários dos serviços administrativos locais permitiu-nos também acompanhar o percurso profissional de alguns destes homens. Traçámos sumariamente o de dois deles – Agnelo Avelino Henriques e César Ludgero Gomes Barbosa – e o de uma dinastia de funcionários, os Vieira de Vasconcelos/Gomes Barbosa. De todas as trajectórias pelo funcionalismo estudadas, as destes dois notáveis locais e a família do último emergem como especialmente identificadas com a gestão e a concentração do poder concelhios.

Agnelo Avelino Henriques nasceu em 1886, filho de um advogado e terratenente abastado, antigo vice-presidente e presidente da Câmara Municipal da ilha, do último quartel do século XIX. Conquanto alguns outros antepassados tenham desempenhado alguns cargos municipais, Agnelo não pertencia a uma família de funcionários. Tinha como habilitações o curso colonial da Escola Académica de Lisboa e passou por praticamente todos os principais

¹⁰⁵⁹ AHN, RPSAC, SC:E\SR:A\Cx342 – Recurso em que é recorrente o Sr. Pedro do Livramento [sic] Monteiro, Julho de 1930-Fevereiro de 1933.

cargos concelhios, tendo também acumulado, por diversas vezes, alguns deles, até ser desligado do serviço, em 1943, na sequência do processo disciplinar a que já fizemos referência (p. 365): foi vogal, presidente da Comissão Municipal, presidente da tesouraria, subdelegado do procurador da República na ilha, secretário da Administração, administrador, substituto e efectivo, oficial do registo civil.

A acumulação de cargos prosseguirá, já após a profissionalização dos cargos públicos, que retirou às elites da ilha a gestão concelhia. Os administradores eram presidentes da Junta Local, eram oficiais do registo civil e presidiam aos júris dos exames de instrução primária, acontecendo com frequência acumularem ainda mais funções. Em 1945, o administrador do concelho era também juiz do Julgado municipal, presidente das comissões locais de assistência aos famintos, presidente da junta das matrizes e era o responsável pelo Serviço de Aquisição de Géneros Alimentícios (SAGA) na ilha¹⁰⁶⁰.

César Ludgero Gomes Barbosa nasceu em 1892, também no seio de uma família terratenente que estivera, pelo menos desde o segundo quartel do século XIX, profundamente vinculada à gestão concelhia. César Ludgero era neto, sobrinho-neto e primo dos três administradores do concelho, que, desde 1838 e até quase ao final do século XIX, monopolizaram a Administração da ilha. Foi ainda cunhado de Marino Barbosa Vicente, administrador do concelho entre 1927 e 1929. Possuía o curso comercial, tirado num colégio privado metropolitano, tendo feito ainda exames de português, inglês e francês, no Liceu Central de Lisboa. Regressado ao Fogo, em 1920, tomou posse como secretário da Administração do concelho, cargo que acumulou por vezes com outros (professor oficial, escrivão interino do Julgado municipal, juiz municipal substituto, oficial do registo civil, administrador substituto) e que só abandonou definitivamente em meados da década de quarenta¹⁰⁶¹.

Como referimos, César Ludgero pertencia ao ramo familiar do segmento *branco* mais vinculado à Administração do concelho. De forma a ilustrar a dimensão deste vínculo, citamos alguns dos seus membros e os cargos que exerceram nos dois últimos séculos. João Gomes Barbosa, seu irmão José Joaquim Vieira de Vasconcelos e o filho deste, João Baptista Vieira de Vasconcelos, administraram o concelho desde os anos trinta até ao final do século XIX, tendo o primeiro sido também presidente da Câmara Municipal da ilha.

Luís Gomes Barbosa foi substituto do administrador, na última década do século XIX, quando seu primo co-irmão, João Baptista Vieira de Vasconcelos, era o titular do cargo. Era filho, sobrinho e primo, respectivamente, de João Gomes Barbosa, José Vieira de Vasconcelos e João Baptista Vieira de Vasconcelos, os administradores do concelho, e irmão de Manuel Gomes Barbosa, juiz ordinário do Julgado da ilha no último quartel do século XIX.

¹⁰⁶⁰ Para evitar a oscilação do preço do milho e simultaneamente assegurar o pagamento da contribuição predial por parte dos produtores (quando se aproximava a data da liquidação do imposto, os produtores procuravam vender as suas colheitas; fazendo-o todos na mesma altura, inundavam o mercado dos mesmos produtos, desvalorizando-os; o baixo preço da venda dificultava-lhes, por sua vez, o pagamento da contribuição predial), foi criado, em 1942, este organismo de aquisição e distribuição de géneros de primeira necessidade (mormente o milho e o feijão), obrigando os produtores a declarar as suas existências e tabelando os preços.

¹⁰⁶¹ AHN, RPSAC, SC:C\SR:A\Cx368 – Processo individual de César Ludgero Gomes Barbosa, Setembro de 1913-Março de 1945.

Aníbal Gomes Barbosa, professor primário, foi tesoureiro da Comissão Municipal, na década de vinte e subdelegado do procurador da República do Julgado municipal. Era neto, sobrinho-neto e primo dos administradores do concelho do século XIX, e primo de António, João e César Ludgero Gomes Barbosa, respectivamente, recebedor do concelho, secretário da Câmara Municipal e secretário da Administração do concelho, na primeira metade do século XX.

António Gomes Barbosa foi recebedor do concelho da ilha do Fogo, nas primeira e segunda décadas do século XX. Era neto, sobrinho-neto e primo dos administradores do concelho do século XIX e pai de João e António de Medeiros Gomes Barbosa, vogais da Comissão Municipal na década seguinte.

Luís Gomes Barbosa de Matos era o chefe da delegação aduaneira da ilha, em meados de Quarenta. Na década anterior, fora secretário interino da Câmara Municipal, durante uma ausência do titular, seu primo João Gomes Barbosa. Era bisneto de João Gomes Barbosa, o administrador e presidente da Câmara Municipal do Fogo, no século XIX, e primo dos já citados irmãos César Ludgero e João Gomes Barbosa. Vários outros elementos da família foram vogais da Câmara/Comissão Municipal.

Apesar de os Gomes Barbosa constituírem o ramo das famílias *brancas* mais identificado com a gestão concelhia, um outro ramo acumulou igualmente alguns dos principais cargos, no primeiro quartel do século XX, os José Barbosa. Em princípios da década de vinte, ao tempo em que José Barbosa era ministro das Colónias da Primeira República, três dos seus irmãos desempenhavam os seguintes cargos na ilha do Fogo, onde todos nasceram: Adelino José Barbosa era administrador do concelho, Francisco José Barbosa era vogal efectivo da Câmara Municipal e João José Barbosa era vogal substituto. Um primo co-irmão de todos, Alfredo José Barbosa, que já fora administrador interino do concelho, na década anterior, era então administrador do concelho irregular dos Mosteiros.

A disputa intra-grupal pelo poder

A relevância das disputas familiares ou de grupos de famílias pelos cargos da administração, mormente os mais apetecidos, na economia do poder local, atestadas pelas fontes escritas quase desde os princípios do povoamento, perdurou até à década de quarenta do século XX. Nos anos trinta, um inquiridor enviado à ilha para averiguar eventuais irregularidades nos procedimentos camarários, sobretudo relacionados com queixas de nepotismo, esbanjamento de receitas públicas e fornecimentos ilegais de equipamentos e outras mercadorias, apresentadas por uma das facções político-familiares, verificava que

os ódios estão de tal maneira entranhados que todos os meios servem para se conseguirem os fins. Tios odeiam os sobrinhos, genros odeiam os sogros etc. etc.. Por tudo isto me parece difícil escolher entre os habitantes do Fogo autoridades, porque fatalmente se hão-de deixar arrastar pelos ódios

existentes e até serão levantadas todas as dificuldades possíveis pelos não partidários daquele que for escolhido para o desempenho de tais funções.¹⁰⁶²

Entre os informantes *brancos*, o silêncio sobre as dissensões familiares passadas é quase unanimemente preservado. Alguns – e nem sempre os menos informados sobre a história da ilha e o passado familiar – chegam mesmo a negar enfaticamente quaisquer rivalidades entre grupos de famílias. António e Marcelo confirmaram a sua existência, mas desvalorizando a sua importância e retirando-lhes o carácter de grande tensão e até de violência que o fenómeno revestiu durante muitos anos. Tudo não teria passado de pequenas atribulações motivadas pelo ócio: «Não tinham mais que fazer, era uma forma de passar o tempo. Havia uma ofensa qualquer e volta e meia uma família estava incompatibilizada com a outra. Depois, passado algum tempo, voltava à ordem primitiva.» (António); «O motivo principal era não ter nada para fazer. Partilhas aqui, partilhas acolá...» (Marcelo)

A difícil gestão familiar das afinidades foi mencionada por Maria, que recorda ainda com pesar o corte de relações com parentes muito próximos, imposto pelos antagonismos no interior do segmento *branco*: «A minha avó morreu por causa dessas coisas.» Mas mesmo ela omite as suas causas e as condutas persecutórias dos dois grupos, apesar de revelar possuir muita informação sobre as relações familiares e sociais, não apenas sobre a São Filipe da primeira metade do século XX, como a dos séculos anteriores. Há ofensas quase seculares que continuam a condicionar o quotidiano das relações entre parentes e grupos de parentes e que preferem preservar do ouvido indiscreto de um investigador. Curiosamente, parecem ignorar que o registo de vários destes acontecimentos consta da documentação que integra o espólio do AHN.

As dissensões familiares herdavam-se, juntamente com o património imobiliário e com o estatuto:

No Fogo, penso que já deu para perceber, as coisas não morrem, os agravos, as zangas, as brigas passam de geração a geração, e muitas vezes o neto ainda toma partido pelo avô como se tivesse acontecido ontem e vão-se reavivando as feridas, alimentando os ódios, como se tivesse sido ontem. (Manuel)

Apesar de alguns acontecimentos terem constituído factores de exacerbação das quezílias entre grupos de famílias *brancas* (ou mais propriamente de ramos da mesma família), estas não são criação do século XX são-filipense. Já em princípios do século XVII, o padre Baltasar Barreira afirmava numa carta ao padre João Álvares que «A abundância faz com que haja ali [ilha do Fogo] homens mui ricos, e de muitos escravos, (...) mas é mui ordinário haver entre eles discórdias e viverem em perpétuos ódios, pela qual causa há ido lá o P.^e Manuel de Barros (...).»¹⁰⁶³ Numa carta ao provincial de Portugal, o mesmo missionário jesuíta referia que essas discórdias e ódios se estendiam aos eclesiásticos¹⁰⁶⁴.

¹⁰⁶² Relatório sobre as conclusões do inquérito feito à Câmara Municipal do Fogo, pelo inquiridor enviado à ilha – AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro de 1934.

¹⁰⁶³ In Brásio, MMA, *África Ocidental (1600-1622)*, 2ª série, vol. IV, doc. 45, p. 162.

¹⁰⁶⁴ Carta do padre Baltasar Barreira ao provincial de Portugal, 9 de Março de 1607. In Brásio, MMA, *África Ocidental (1600-1622)*, 2ª série, vol. IV, doc. 59, p. 230.

Para alguns dos informantes, a grande fractura entre famílias terá sido a questão do regime político: enquanto uma das facções militava pelo regime republicano, a outra mantinha-se fiel à monarquia. Teixeira de Sousa talvez tenha contribuído para difundir esta tese, porquanto, no primeiro volume da sua trilogia, as desavenças entre o grupo de famílias da Vila-Baixo e o de Vila-Riba giram muito em torno das rivalidades entre os partidários de cada um dos regimes. Porém, se observamos um grande activismo republicano nalguns indivíduos da Vila-Riba, mormente nos Monteiro de Macedo, foi nos Vasconcelos e Barbosa da Vila-Baixo que se recrutaram alguns ministros e diplomatas do novo regime – José Barbosa e Carlos Eugénio de Vasconcelos, de entre outros (vd. anexo V, figuras 78 a 80, pp. 608-609). Em todos os ramos familiares deparamos com um forte republicanismo, da mesma maneira que em vários ramos se encontram alguns elementos que permaneceram monárquicos. Ainda que se possa encontrar uma maior concentração de homens receptivos a algumas das novas ideias e tecnologias nas famílias Henriques e Macedo, que se concentravam sobretudo na parte alta da cidade – no localmente designado Alto de São Pedro e área circundante – não seria esta maior abertura (por via da leitura nos Henriques – «a família mais progressista, mais educada, mais aberta ao mundo novo» (Manuel) –, ou das viagens de negócios nos Macedo) que viria a incompatibilizar as duas facções.

Também não podemos centrar as contendas entre grupos de famílias nas lutas entre apoiantes e críticos do Estado Novo, já que em ambas as facções se encontravam uns e outros e em ambas se praticou a delação política, nos anos trinta e quarenta. Atente-se nas insinuações e denúncias de um elemento da Vila-Riba, nomeado administrador¹⁰⁶⁵ na sequência da exoneração do anterior, acerca do conteúdo «subversivo» de um discurso feito por um elemento supostamente manipulado pela facção rival, a 5 de Outubro de 1932, quando apelidou de «monarquia encapotada» o regime saído do golpe de Estado de 1926 e quando desacreditou o exército¹⁰⁶⁶ (vd. texto do discurso no anexo VII, ponto 5., pp. 636-638). Vejam-se igualmente as já mencionadas denúncias feitas sobre os conteúdos das afirmações proferidas por alguns dos presentes numa sessão extraordinária da Câmara Municipal do Fogo, em que se discutia a crise alimentar e o surto de mortalidade que a estava acompanhando, alegadamente por parte do elemento que dez anos antes fora denunciado pelo antigo administrador por se pronunciar contra o regime. Destas delações resultariam a prisão de um e o exílio de outro de dois dos irmãos Henriques, por Henrique Galvão, à época ainda zeloso funcionário do Estado Novo¹⁰⁶⁷.

¹⁰⁶⁵ Por portaria de 22 de Abril de 1930.

¹⁰⁶⁶ O texto do discurso e o da respectiva denúncia (reservada, ao governador, quando ainda era administrador substituto) constam da documentação reunida aquando do processo de inquérito à Câmara Municipal do Fogo. AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933 – Janeiro de 1934.

¹⁰⁶⁷ AHN, RPSAC, SC:C\SR:B\Cx388 – Processo Disciplinar instaurado ao chefe da secretaria da Comissão Municipal do Fogo, Sr. Âgnelo [sic] Adolfo Avelino Henriques, Outubro de 1942-Janeiro de 1943. Henrique Galvão esteve também na origem do simulacro de julgamento de que resultou a condenação de Abílio Monteiro de Macedo e o seu envio para a colónia penal do Tarrafal, em 1942, na sequência do conflito entre alguns dos principais comerciantes insulares e a SAGA. Aliás, Galvão parece ter sempre manifestado um grande zelo na inquirição e condenação de ilhéus seus (eventuais) contrerrâneos. Decorreria este zelo apenas das suas atribuições de alto funcionário do Estado Novo ou não lhe seriam alheias as considerações que teriam estado na origem do seu (provável) falseamento da sua origem geográfica (e rática)? É que, quer um opúsculo de Abílio Monteiro de Macedo, quer o testemunho de vários informantes idosos que inquirimos sobre Galvão e a sua família, em São Filipe, indiciam-lhe uma origem são-filipense:

As recorrentes referências ao «patriótico Governo da Ditadura Militar» e àquele «punhado de homens de 28 de Maio donde nasceu a Ditadura Salvadora da Nação»¹⁰⁶⁸, feitas pelo administrador Agnelo Henriques, na década de trinta, nos textos que envia à RPSAC e/ou directamente ao governador, não evitaram, no entanto, a sua exoneração do cargo, na sequência das delações feitas pelo indivíduo que, na década anterior, ele acusara ao governador de afrontar a ditadura. Os encómios ao Estado Novo, comuns na correspondência administrativa da época, em todo o espaço então português, eram, no caso concreto do Fogo, feitas também com o intuito de associar a facção rival ao «“revirinho” ou seja a situação anterior»¹⁰⁶⁹; o grupo que detinha o poder local procurava, desta maneira, apresentar-se como garante da ordem e veiculador dos princípios ideológicos do regime na ilha, de molde a cair nas boas graças dos governadores, de quem dependia a sua perpetuação na administração.

É por isso que, não pretendendo rejeitar a importância conjuntural das militâncias político-ideológicas – entre republicanos e monárquicos ou entre as facções mais laicas e radicais dos republicanos e as mais conservadoras, ou ainda, posteriormente, entre adeptos e opositores do Estado Novo –, não cremos que tenham sido elas a despoletar as rivalidades entre os vários ramos familiares. Elas terão agido como factores potencialmente ampliadores de dissensões pré-existentes, e sido aproveitadas, por vezes apenas como pretexto, por alguns dos protagonistas das contendas. A pesquisa que empreendemos no AHN dos documentos avulsos e processos administrativos e judiciais que envolveram os elementos mais activamente empenhados nestes antagonismos – que não são apenas *brancos*, como veremos, mas os seus filhos e sobrinhos *de fora*, acolitados pelos primeiros – e os relatos de alguns informantes, tão elucidativos quanto os silêncios de outros, convergiram para que reuníssemos no mesmo eixo causal da luta política a concorrência económica, que na última década do primeiro quartel do século XX se anunciava crescentemente ameaçadora para o segmento *branco*.

Em Outubro de 1865, abriu na Praia uma filial do Banco Nacional Ultramarino¹⁰⁷⁰. Alguns dos principais proprietários e comerciantes de São Filipe insistiram com a Praia para que obtivesse autorização para um correspondente do Banco na ilha do Fogo, o que veio a acontecer na segunda década do século XX. De entre os candidatos à representação acabou por consegui-la Pedro do Sacramento Monteiro, a coberto da firma do irmão¹⁰⁷¹, A. de

Henrique Galvão seria filho de um metropolitano e de uma mulher *não-branca* local. Contudo, este é um assunto que merece alguma pesquisa empírica que não tivemos ainda oportunidade de emprender. Só ela permitirá confirmar (ou infirmar) esse (provável) falseamento da sua origem geográfica e familiar; sabemos, porém, que na primeira metade do século XX, para um alto funcionário, uma origem colonial, sobretudo se *mista*, não constituiria uma mais valia sócio-profissional. Sobre alguns dados sobre a filiação materna de Henrique Galvão, vd. Abílio de Macedo, *O Criminoso Desleixo na Organização de Medidas de Prevenção Contra as Periódicas Estiagens Cabo-Verdeanas – Anos de 1941-1942*, 1977, p. 71 [texto inédito, que nos foi facultado por Teodoro Monteiro de Macedo, filho do autor, a quem, mais uma vez, agradecemos].

¹⁰⁶⁸ «Discurso proferido por Agnelo A. A. Henriques no dia 23 de Junho de 1929 na Sessão de Inauguração da Praça João Pais da cidade de S. Filipe, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, presidida por Sua Ex.^a o Governador Coronel Guedes Vaz», p. 1. AHN, RPSAC, Cx.195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º vols. Setembro de 1933-Janeiro de 1934.

¹⁰⁶⁹ Auto de declaração de Agnelo Adolfo Avelino Henriques, 2 de Fevereiro de 1934, pp. 271-303v. AHN, RPSAC, SC:A1SR:\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro de 1934.

¹⁰⁷⁰ Autorizada pela portaria régia nº 169, de 4/10/1865. Cf. António Carreira, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, op. cit., p. 284.

¹⁰⁷¹ Pedro do Sacramento Monteiro era juiz municipal, mas também negociante e correspondente do BNU, actividades que lhe estavam legalmente vedadas, durante o período em que exercesse o cargo de juiz do Julgado da ilha.

Vasconcelos Monteiro, Lda. Tendo ou não havido motivos de altercação paralelos, e apesar de desconhecermos que procedimentos dos competidores pela representação terão conduzido, a partir daqui, ao corte de relações entre vários indivíduos e ramos familiares, foi a partir da abertura da dependência do BNU na ilha que se despoletaram e/ou agudizaram as grandes tensões familiares, comerciais e políticas que caracterizariam as décadas seguintes.

Nos documentos ainda inéditos da SGG e da RPSAC que constam do acervo do AHN – muitos dos quais referentes à correspondência confidencial trocada entre a sede do Governo provincial e a Administração da ilha –, respeitantes aos vários processos que envolveram vereações camarárias e administrações do concelho rivais, identificamos invariavelmente o mesmo rol de implicados, ora como testemunhas de acusação ora como testemunhas de defesa: de um lado, o grupo predominante, mas não exclusivamente, da Vila-Riba – os Avelino Henriques, os Monteiro de Macedo e alguns Gomes Barbosa; do outro, o grupo da Vila-Baixo, constituído pelos Vasconcelos Monteiro (a quem, durante décadas, coube a representação do Banco), pelos Barbosa Vicente, pela generalidade dos Gomes Barbosa e por alguns Sacramento Monteiro: «havia o grupo de *nhô* Marino [Barbosa Vicente], os [Sacramento] Monteiros e os Barbosas e havia o grupo rival, ódios de morte entre os Macedos e os Henriques: *nhô* Guinelo [Agnelo Henriques], *nhô* Abílio [de Macedo], *nhô* Botelho [Joaquim de Macedo].» (Artur). Foram os elementos mais proeminentes – administradores do concelho, presidentes e vogais da Câmara Municipal – destes dois grupos de famílias que, nas décadas seguintes, protagonizaram uma série de perseguições pessoais, envolvendo rixas, frequentemente violentas, e actos de delação, alguns dos quais tiveram consequências na própria evolução da estrutura do poder político na ilha. Félix Monteiro, que viveu alguns anos na cidade de São Filipe, também refere num dos seus artigos na *Claridade* que «a camada aristocrática (...) veio a ficar tristemente dividida e enfraquecida, em virtude de discórdias exacerbadas por actos de vendetta e capangismo»¹⁰⁷².

As disputas pela hegemonia administrativa da Vila prosseguiram e acentuaram-se ao longo da década de vinte, com vereações camarárias a demitirem-se em bloco, como sucedeu em 1927, outras a serem propostas pelo administrador recém-nomeado, com nomes da sua confiança, e na sua maior parte parentes próximos – em dez, seis dos homens indicados são Barbosa (três José Barbosa, dois Gomes Barbosa e um exterior aos ramos legítimos)¹⁰⁷³. Recusada pelo governador esta lista, acabaria por ser nomeada outra vereação¹⁰⁷⁴, integralmente constituída por elementos do partido local oposto, que, possuindo embora maior diversidade patronímica, não eram menos aparentados que os da anterior, o que daria origem a recursos ao Conselho Superior das Colónias e a uma troca de correspondência riquíssimos em informes sobre a composição social e familiar das vereações concelhias, e quanto às suas relações com as administrações do concelho e mesmo com os governadores da província.

¹⁰⁷² «Cantigas de Ana Procópio», *Claridade*, nº 9, Dezembro de 1966, p. 18.

¹⁰⁷³ Acta da sessão de 1 de Novembro de 1927. AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx007 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1927.

¹⁰⁷⁴ Por portaria de 5 de Dezembro de 1927. *BO* nº 50, 10 de Dezembro de 1927, p. 547.

A forma como impunham administradores e, quando o não conseguiam, como mobilizavam a população para, através de distúrbios, impedir a tomada de posse dos que lhes eram desafectos, eram práticas que recuavam no tempo. No período abrangido pela nossa investigação, isso ocorreu logo em 1911, quando o governador nomeou o capitão Vieira da Rocha para o cargo. Estranho à ilha e às famílias da elite local, viu-se impedido de tomar posse na data aprazada, pela população que, arregimentada pelos oligarcas, afluíu aos Paços do Concelho para impedir o acto e demonstrar ao administrador nomeado que o não aceitava. Afirmando sempre agir em nome dos «notáveis da ilha» e do «povo», trocaram correspondência com o governador, afirmando não poder garantir a segurança do nomeado¹⁰⁷⁵.

Tanto a nomeação de metropolitanos como a de indivíduos de outras ilhas era sentida como afronta à sua dignidade de *notáveis* capacitados para gerir os negócios insulares e como ameaça ao seu poder. O abandono da cidade ou o pretexto de uma doença que os retivesse em casa, aquando da passagem pela ilha dos governadores menos benquistos, eram expedientes a que recorriam para lhes demonstrar a sua hostilidade. Em Simão de Barros, a acção da elite política e económica de Santiago e do Fogo de até às primeiras décadas do século XX é mesmo apresentada como benéfica à governação da colónia, porquanto representava um contrabalanço a possíveis arbitrariedades dos governadores¹⁰⁷⁶. Esta capacidade de autogestão, que a posse de consideráveis recursos económicos favorecia, viria a reduzir-se, porém, com a diminuição da riqueza destas famílias, que passaram a disputar todos os cargos do funcionalismo público, mesmo os menores, mendigando-os junto dos governadores¹⁰⁷⁷.

Após a suspensão e posterior exoneração do administrador Marino Barbosa Vicente¹⁰⁷⁸, na sequência dos acontecimentos de 14 de Março de 1930, que descreveremos adiante (*infra*, pp. 435-436), praticamente todo o funcionalismo transitou de mãos para o partido antes arredado do poder: substituíram-se os juizes municipais efectivo e substituto, os delegados administrativos, os cabos chefes da polícia e a polícia administrativa, que passaram a ser os propostos pelo novo administrador. Agravaram-se as dissensões existentes e sobretudo o *modus operandi* de ambas as facções, que se radicalizou, generalizando-se a delação, os bilhetes e as cartas anónimas injuriosos, a afixação de escritos ultrajantes nas paredes das residências (*vd.*, no anexo VII, o teor de alguns dos textos anónimos, em português e em crioulo, que circulavam na cidade, entre eles, o de uma ameaça de morte – pp. 629 a 634), as trocas de injúrias na imprensa¹⁰⁷⁹ e as ofensas verbais e físicas na rua, quando

¹⁰⁷⁵ AHN, SGG, A1/D2.1/Cx.507, peça 10 – Auto de investigação sobre os acontecimentos ocorridos na ilha do Fogo em 1911 e posse do administrador nomeado para aquele concelho, capitão de artilharia, Jaime Augusto Veiga da Rocha.

¹⁰⁷⁶ Simão de Barros, *De rebus hesperitanis*, Lisboa, Edições Hesperitanas, p. 28.

¹⁰⁷⁷ Simão de Barros descreve assim a situação: «Sem poder económico e na dependência dos governadores estes homens abateram todo o seu orgulho, renunciaram a todo o seu passado de independência e altivez, pactuaram com toda a casta de arbitrios e misérias ocorridas aqui nestes últimos anos». *Ibid.*, p. 29.

¹⁰⁷⁸ Pelas portarias de 16 de Março e de 19 de Abril de 1930.

¹⁰⁷⁹ Como a que Marino Barbosa Vicente e João Gomes Barbosa trocam n'A *Mocidade Africana*, nos princípios de Trinta, a propósito da exoneração do primeiro do cargo de administrador do concelho e da nomeação do seu sucessor, Agnelo Henriques. Gomes Barbosa cita extractos da carta de Marino e transcreve uma ordem de serviço sua escrita enquanto administrador do concelho, em que se revela o fraco domínio da língua portuguesa.

se cruzavam partidários das duas hostes. Dois dos momentos altos deste clima de ódio foram as acusações, junto da Administração central, na Praia, feitas pelos partidários do administrador deposto, que não aceitaram o processo muito sumário da sua exoneração, e as denúncias de abuso de poder e fornecimentos ilícitos à Câmara sob a presidência de Joaquim Monteiro de Macedo, do partido do novo administrador.

O processo de inquérito à Câmara Municipal do Fogo, que decorreu entre 1933 e 1934, já sob a Administração de Agnelo Henriques, teve origem nas denúncias da facção antes no poder¹⁰⁸⁰. O teor, quer das acusações quer da defesa dos acusados, revela-nos as práticas de nepotismo e os fornecimentos ilegais de mercadorias para as obras públicas, de conivência com os titulares do poder, em que os concursos eram contornados e se criavam entraves à participação de comerciantes concorrentes da facção oposta. Com o intuito de desacreditar os que haviam testemunhado contra si, o antigo presidente da Câmara e o novo administrador entregaram, por sua vez, ao inquiridor, um conjunto de documentos em que demonstravam os laços familiares existentes entre os anteriores titulares dos cargos, alguns dos quais impedidos pela legislação. Acusavam de desvio de cheques e outras ilegalidades e ainda de agitação contra o Estado Novo as testemunhas da acusação, na sua maior parte comerciantes ou gerentes e ex-gerentes de firmas comerciais, filhos ou sobrinhos *de fora* dos *brancos* da facção hostil. Durante o seu depoimento, Joaquim Monteiro de Macedo, o ex-presidente da Câmara feito arguido, refere que o agente do Ministério Público era seu inimigo figadal, que um dos principais envolvidos no processo contra a sua presidência da Câmara era tio do antigo administrador (e como tal inimigo do actual administrador) e que ambos, tio e sobrinho, o perseguiram¹⁰⁸¹.

As duas facções em que se congregavam os elementos masculinos do segmento *branco* acabavam por se estender a grande parte da população da cidade e mesmo do interior da ilha, porquanto a rede de alianças era alargada aos elementos femininos dos vários ramos familiares, aos filhos *de fora* dos *brancos*, aos seus criados e empregados e àqueles que simplesmente eram aliciados, pressionados ou ameaçados de qualquer forma¹⁰⁸².

Porque sentiam que a sua dignidade de *brancos*, grandes proprietários e funcionários os impedia de coagir directamente a população, mandavam emissários pelo interior da ilha em busca de apoio e representatividade das suas reivindicações. Em 1930, Pedro do Sacramento Monteiro, seu irmão António de Vasconcelos Monteiro e o sobrinho de ambos, Marino Barbosa Vicente, que lideravam uma das facções políticas da ilha, protestando contra a exoneração do primeiro como juiz municipal, contra a suspensão do terceiro como administrador e ainda contra o novo administrador nomeado, enviam terceiros a recolher assinaturas por três das quatro freguesias da ilha (a outra dispensava estes emissários, porquanto a família oligarca local – Rodrigues – se encarregava da recolha das assinaturas): o primeiro envia um seu filho *de fora*, o segundo, um sobrinho *de fora* e o último, um servidor. No caso do emissário do

¹⁰⁸⁰ AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro de 1934.

¹⁰⁸¹ Todo o depoimento de Joaquim Monteiro de Macedo foi extraído do 3º vol. do processo. Cf. *ibid.*

¹⁰⁸² Um administrador do concelho muito envolvido nestas rivalidades acusava o correspondente do BNU de chantagear o apoio dos clientes do Banco.

primeiro, Manuel Ferreira, tratava-se de um dos grandes comerciantes e proprietários do Fogo e um dos homens mais abastados da ilha. Mas o facto de não pertencer ao núcleo legítimo da família paterna e de, por consequência, se posicionar sociológica e racialmente abaixo dos *brancos*, induzia-o, tal como a muitos outros filhos *de fora*, a procurar ampliar as suas relações com o pai e a família paterna (a parte da sua ascendência susceptível de lhe capitalizar poder), colocando-se à disposição das suas determinações. O facto de não ter sido legitimado pelo pai e de ansiar sê-lo terá acrescido o seu protagonismo nas lutas entre as duas facções insulares¹⁰⁸³.

Também nas desordens de Março de 1930, durante a procissão do Senhor dos Passos, filhos *de fora* dos contendores defenderam os pais, envolvendo-se directamente nas rixas e expondo-se a ferimentos. O mesmo aconteceu à mulher com quem um dos envolvidos, antigo presidente da Câmara Municipal, mantinha relações prolongadas de conjugalidade e possuía vários filhos, que saiu da contenda gravemente ferida na cabeça, segundo os autos de investigação, e que terá acabado por morrer em consequência desses ferimentos, já no hospital, segundo alguns inquiridos (Manuel e Artur). Esta mulher não foi, porém, a única *não-branca* a participar das tensões entre os dois grupos antagónicos. Se não era prática recorrente, aconteceu pelo menos algumas vezes *amantes* insultarem as mulheres legítimas dos da facção inimiga, nas casas destas, quando os homens não se encontravam, e ser necessária a intervenção de polícias¹⁰⁸⁴.

Não encontrámos referências ao envolvimento directo de mulheres *brancas*. Todavia, mesmo não participando activamente nas questiúnculas, achavam-se envolvidas nelas, pela política de casamentos destas famílias. O facto de o mercado matrimonial ser quantitativamente limitado obrigava-as a circular pelos vários ramos, o que as expunha a fidelidades múltiplas e com frequência dificilmente conciliáveis. Quando todos eram aparentados – tantos cônjuges simultaneamente primos, tantos primos simultaneamente cunhados, alguns tios e sobrinhas matrimoniados, tantos sobrinhos e tios por afinidade, numa época em que a mortalidade era mais elevada e em que as complicações decorrentes de partos enviuvavam precocemente os homens, que atravessavam muitas vezes vários casamentos – as relações familiares complexas originavam lealdades multipolares.

A elite terratenente do Norte também foi envolvida, pelas suas relações privilegiadas com os Sacramento Monteiro:

os Monteiros davam-se muito bem com aquela gente Rodrigues lá dos Mosteiros, os Sacramento Monteiro e os Rodrigues lá dos Mosteiros eram unha e carne, como se fossem irmãos (...) e os Monteiros lá conseguiram que os Rodrigues arranjassem um abaixo-assinado, 'que os Mosteiros é uma terrinha, muito pequenina, que não tem condições para concelho', ah, ah, ah, ah, ah, e foi assim que acabou o concelho dos Mosteiros. (Artur)

¹⁰⁸³ Agnelo Henriques afirma que o propósito era o de vir a ser finalmente reconhecido pelo pai. Cf. Exposição ao governador, por Agnelo Adolfo Avelino Henriques, 17 de Abril de 1930, p. 2. AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro de 1934.

¹⁰⁸⁴ «Discurso proferido por Agnelo A. A. Henriques no dia 23 de Junho de 1929 na Sessão de Inauguração da Praça João Pais da cidade de S. Filipe, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, presidida por Sua Ex.^a o Governador Coronel Guedes Vaz», pp. 1 e 3. AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro de 1934. Neste discurso, Agnelo Henriques expõe com algum pormenor duas situações.

Quando, pela importância económica do Norte da ilha, foi instituído o concelho irregular dos Mosteiros, que até aí dispusera apenas de um posto administrativo, e nomeado para seu administrador o cunhado de um dos elementos proeminentes de uma das facções, a outra actuou de imediato junto dos influentes do novo concelho (a família Rodrigues) para que fossem os próprios a pedir a sua supressão, a pretexto da insignificância populacional do núcleo.

A ilha teve dois concelhos apenas de 1917 a 1923, altura em que o dos Mosteiros foi extinto, pela Portaria Provincial nº 64, de 13/06/1923. Mais tarde, alguns notáveis locais, em carta endereçada ao Governo da Colónia, a 16 de Agosto de 1930, pediam a restauração do concelho e faziam acompanhar a petição da assinatura de cerca de trinta habitantes da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda (Mosteiros). Como represália pelo que sucedera sete anos antes, a então Comissão Municipal do Concelho do Fogo, enviou uma «Informação» ao Governo da Colónia, em 28 de Novembro de 1930, na qual acusava os peticionários de caírem em contradição, por terem sido eles próprios a pedir a extinção do concelho, e argumentava não haver em toda a população dos Mosteiros sequer três indivíduos com habilitações superiores aos primeiros anos liceais, nem vida económica relevante para além da produção de café¹⁰⁸⁵. Perante este parecer da Comissão Municipal, o governador não reinstituíu o concelho, alegando a impossibilidade de prover os cargos administrativos inerentes à dignidade concelhia¹⁰⁸⁶.

A comunicação com a vizinha ilha de Santiago, à qual a economia da ilha sempre estivera muito associada, era mais fácil que entre o Norte e o Sul do Fogo. Dadas as características orográficas da ilha, a ausência de estradas que ligassem directamente as duas principais localidades (distantes cerca de 40 km) impunha um transporte demorado e penoso, só possível a pé ou com montada. A vida, mesmo a da elite, era marcada pelo isolamento. Ia-se à Vila, sobretudo para tratar de assuntos nas repartições públicas. Conhecemos elementos de famílias proprietárias de terras de café, ainda na actualidade abastadas, que, tendo residido noutras ilhas de Cabo Verde, em Portugal ou nos Estados Unidos, nunca visitaram São Filipe e que só contactaram a sua elite na Praia, para onde os descendentes das duas elites – a rural-urbana de São Filipe e a rural dos Mosteiros – fluíram ao longo da passada centúria.

Realidade sociológica de características diferenciadas da sua congénere da Vila, a elite sócio-económica do Norte era frequentemente mais poderosa do ponto de vista económico, já que possuía grande parte das terras mais férteis e rentáveis, as de café. Porém, separava-a da elite de São Filipe todo um sistema de disposições distintivas: possuíam menores volumes de capital escolar, social e político, estavam muito menos integrados nas redes do poder local, onde se confinavam geralmente aos cargos de regedores (o que não obstava a que tivessem,

¹⁰⁸⁵ «Informação» da Comissão Municipal do Fogo ao Governo da Colónia, em 28 de Novembro de 1930, pp. 1-2. AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx007 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1930.

¹⁰⁸⁶ AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx007 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1930.

porém, grande influência e domínio no Norte da ilha), eram menos urbanas e olhadas com sobrançeria pelos da capital da ilha.

Para além de possuírem menor quantidade de capital cultural (no sentido bourdieusiano do termo), as famílias proprietárias do Norte tinham ainda descurado a reprodução do seu capital racial. O seu núcleo legítimo havia-se miscigenado mais precoce e intensamente que o das suas congéneres de São Filipe¹⁰⁸⁷, o que não lhes permitia ser contempladas por estas no grupo das famílias inter-matrimoniáveis: «Nos Mosteiros, não havia brancos puros, eram mestiços. Não vê o Pedro [Pedro Pires, actual presidente da República de Cabo Verde]?» (João)

Para além da pureza de raça e linhagem, outras referencialidades que faziam parte do *habitus* grupal da elite da Vila excluía as famílias dominantes do Norte: as rituais viagens anuais à metrópole, as práticas lúdicas e ostentatórias das quatro *bandeiras*, ocasiões por excelência de exteriorização de posse abundante de todos os tipos de capital, as paradas, as actividades desportivas e outros consumos simbólicos que o melhor domínio da língua portuguesa também possibilitava, mormente entre a população masculina do segmento *branco* de São Filipe.

Os da cidade usufruíam, delapidavam, havia esse sentimento. Eles gozavam, enquanto que os..., lá está!, trabalhavam a terra, estavam mais...; (...) No geral, o que se percebe é que as famílias de São Filipe tinham mais escola, eram mais cultos, as famílias dos Mosteiros eram mais rurais (...) tinham hábitos menos civilizados. (...) Havia, havia, sim senhor, havia rivalidades; havia também muito cinismo nos tratamentos: quando se encontravam, desciam do cavalo, era um abraço, muitas mãos nas costas, mas, por trás, 'ah, fulano tal, com mania de...'. (Cristina)

Veja-se como as descreve, em 1931, Agnelo Henriques, elemento de uma família *branca* de São Filipe, na altura, administrador do concelho e membro proeminente da facção rival à apoiada pela citada família Rodrigues:

Durante longos anos preponderaram nessa região, exercendo os cargos de regedores e juizes de paz, uns indivíduos Rodrigues, que no desempenho de tais cargos se impuseram com as mais inquisitoriais violências e, rudes como os outros, tendo à sombra dos seus lugares conseguido alguns meios de fortuna, se tornaram os piores elementos da região, provocando conflitos e desordens constantemente, pelo que com frequência são chamados aos tribunais a prestar contas à Justiça.¹⁰⁸⁸

Noutra ocasião, o mesmo administrador classificara esta família como «uma autêntica quadrilha de desordeiros, (...) uma espécie de legião vermelha», protegida pelo anterior grupo no poder¹⁰⁸⁹. O emprego da violência como meio de coacção, por parte dos Rodrigues dos Mosteiros, foi-nos também confirmado por um membro da própria família, que entrevistámos no arquipélago: «Havia várias histórias na família, em que se revelavam..., de protagonizarem histórias de agressividade, porque podiam e mandavam, porque tinham dinheiro.» (Cristina)

¹⁰⁸⁷ Já em 1731, na «lista de gente» computada pelo bispo D. Frei José de Santa Maria, residiam apenas três homens *brancos* nos Mosteiros, num total de 924 residentes (ou seja, 0,32% do total da população da freguesia).

¹⁰⁸⁸ AHN, RPSAC, SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx008 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1931.

¹⁰⁸⁹ Exposição ao governador, por Agnelo Henriques, 17 de Abril de 1930, p. 1. AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro de 1934.

O relato de Teixeira de Sousa no primeiro volume da sua trilogia corresponde ao que os documentos constantes dos vários processos nos revelam do ambiente de inimizades que caracterizou as décadas que se seguiram à abertura da dependência do BNU na ilha:

Em Fonte-Lexo vivia-se pobremente, é certo, mas em paz, sem invejas, sem ganâncias, sem ciúmes. Estes sentimentos não tinham morada nos funcos de palha. Ao passo que nos sobrados se murmurava, se atacavam uns aos outros com pasquins, com desenhos nas paredes, até com merda colocada nas fechaduras. E depois diziam-se educados, instruídos, civilizados, distintos, de raça europeia.¹⁰⁹⁰

A sede da firma que ganhara a competição pela dependência do BNU – A. de Vasconcelos Monteiro, Herdeiros – seria palco de um incêndio, em Fevereiro de 1929, que se suspeitou ter sido resultado de um acto intencional, por parte da facção oposta. Como grande parte dos imóveis na primeira metade do século XX, a loja e o armazém situavam-se no piso térreo, o escritório e a habitação no primeiro andar. Durante a noite de 12 de Fevereiro de 1929, o padre da ilha, que tinha como passatempo a astrologia, levantara-se para observar os astros e, na obscuridão (a electricidade só seria introduzida em 1932), apercebeu-se das chamas e deu o alerta, tendo sido resgatado o sobrinho *de fora* do comerciante, que aí residia e que também era empregado (e futuro gerente, após a morte do tio) da firma (Artur).

Ao invés de radicar apenas num factor as desavenças no interior do segmento *branco*, identificamos uma série de co-factores confluentes: (1) a luta pelo poder – «[as quezílias] eram aquilo que existe sempre e que há-de existir, é a guerra pelo poder» (Maria) –; (2) a relevância no contexto local de alguns ramos familiares melhor situados na escala de classes e as susceptibilidades reactivas a essa predominância económica

[Os Barbosa] diziam-se superiores, mas na realidade não eram. Muitos Monteiro de Macedo deram cartas, viajavam. A ilha era quase toda de Monteiro de Macedo. Veja os cargos que ocuparam fora da ilha, enquanto que Barbosa não saíram daquela... (...) Muita inveja, havia muita inveja. (João)

(3) a concorrência comercial (disputa pelo reduzido mercado interno, pelos fornecimentos à Câmara Municipal e às obras públicas e pelas representações de firmas comerciais); (4) problemas relacionados com partilhas; (5) discordâncias em torno da arrematação de terrenos do Montado Nacional; (6) questões ligadas à honra familiar, especialmente as que envolviam a moral sexual (manter relações sexuais com mulheres da casa, ainda que estas possuíssem apenas um estatuto intermédio entre pessoa da família e servidor doméstico, como o que era frequentemente concedido às filhas *de fora* dos homens da casa, era motivo para quebrar relações não apenas com os ‘infractores’, mas com todos os parentes próximos, incluindo os vindouros)¹⁰⁹¹.

Mencionámos alguns dos principais capítulos documentados do historial de hostilidades entre as duas facções do segmento *branco* rivais, para que se percebessem as causas e o alcance destas hostilidades. Quer a montante quer a jusante da questão da

¹⁰⁹⁰ Na *Ribeira de Deus*, p. 51.

¹⁰⁹¹ Daniel Pereira interroga-se ainda sobre se a montante das quezílias transmitidas de geração em geração entre os principais da ilha, reportadas desde o século XVI, envolvendo injúrias e ataques pessoais e destruição de bens, não estariam, para além de disputas de influência e poder entre senhores poderosos (as *parcialidades*), considerações religioso-políticas, entre cristãos-velhos e novos. Cf. *Apointamentos históricos sobre a ilha do Fogo*, op. cit. p. 65.

competição na escolha do correspondente do BNU, que agudizou antigas contendas entre famílias e despoletou outras, identificamos a exiguidade do espaço de oportunidades para todo um segmento (*branco*, com extensões à rede de filhos *de fora* e subordinados) dominante, com demasiados elementos (cujos excedentes foram, aliás, desde sempre exportados para o ultramar português) para um muito restrito mercado interno de cargos no funcionalismo, no quadro de uma economia muito pouco diversificada, quase inteiramente assente na agricultura – esta sempre aleatória, perante os condicionalismos naturais – e na troca dos seus excedentes por alguns géneros importados.

A outra razão que nos leva a expor os antagonismos e as lutas que dividiram durante décadas o grupo dominante prende-se com as suas projecções nas relações entre *brancos* e *não-brancos*, entre dominantes e dominados. As disputas pelo poder entre os notáveis locais nunca envolveram apenas elementos do núcleo legítimo das famílias do segmento *branco*; como vimos, elas estendiam-se aos filhos *mestiços* e algumas vezes também às mães destes filhos, que eram os elementos *não-brancos* com quem os *brancos* desenvolviam relações inter-pessoais que ultrapassavam o carácter funcional. Eram potencialmente gerados por, e geradores de, vínculos e afinidades entre *brancos* e *não-brancos*, mesmo quando a mobilização destes apoios da parentela *de fora* servia aparentemente apenas os interesses dos primeiros. A adesão dos *não-brancos* à causa dos pais ou tios paternos partiria frequentemente da sua iniciativa e, se nem sempre as expectativas de que se rodeava – a perfilhação paterna ou simplesmente a aceitação por parte da componente *branca* da família – eram concretizadas, propiciava pelo menos ocasiões favoráveis à interacção e ao reforço dos laços, ainda que caracterizados pela subalternidade de uns e pelo supremacia de outros. Nesta medida, as hostilidades intra-raciais concorreram para gerar fidelidades inter-raciais. Estas disputas terão concorrido ainda para o afrouxamento e desmobilização das solidariedades intra-raciais por parte dos *não-brancos*, na medida em que, alinhando com os *brancos* e os *não-brancos* de uma das facções, incompatibilizavam-se não apenas com os *brancos*, mas também com os *não-brancos* da outra.

Quase tudo separava o restrito segmento *branco* do resto da população: a raça – *negra* ou *branca* –, a ascendência – africana ou europeia –, o lado onde se situavam os antepassados face ao poder – escravos ou senhores –, o património cultural – à excepção da língua e parcialmente da gastronomia, que comungavam, uns possuíam e rentabilizavam todo o seu capital de europeidade, enquanto os outros o possuíam em muito menor volume. Unia-os, porém, a identidade local, feita do dialecto falado (o crioulo) e do local do nascimento (a ilha), ambos importantes patrimónios partilhados. Várias vezes pudemos constatar o quão importante é ainda este património partilhado no referencial identitário dos descendentes das famílias *brancas* que entrevistámos em Lisboa, onde a maior parte reside. Nas várias ocasiões de comunicação que surgiam (por exemplo, sempre que um empregado ou cliente de restaurante ou pastelaria parecia cabo-verdiano ou descendente de cabo-verdianos, os informantes abordavam-no de imediato e sempre em crioulo), a raça e a classe pareciam subsumir-se na origem geográfica e no dialecto comuns. Nessas ocasiões de inter-relação, a

alteridade eram os portugueses e o português (língua) europeu. O contrário sucedia quando as entrevistas decorriam em espaços fechados, onde estávamos sós, e onde os exercícios de rememoração privilegiavam o capital europeidade das famílias dos informantes, a expensas da identidade regional cabo-verdiana.

Pertencer ao grupo dos *brancos*, no Fogo, não era simplesmente uma inerência à posse de um fenótipo caucasiano. Era todo um conjunto de critérios que regulava a inclusão ou exclusão de um indivíduo no grupo: adquiríveis, como o volume da riqueza material, o grau de proximidade face ao poder e os estilos de vida; e hereditários, como a raça e a ascendência familiar.

Capítulo 11

OS NÃO-BRANCOS

11.1. Os negros

As criadas de servir dos sobrados, as mulheres que, perante a inexistência de um sistema de escoamento de esgotos, diariamente recolhiam dos quintais das casas da cidade selhas e latas com os dejectos humanos e os transportavam à cabeça e despejavam todas as madrugadas para o *Bocarrom*¹⁰⁹², os mendigos, os catraieiros, os pescadores¹⁰⁹³ e os trabalhadores braçais constituíam o segmento pior colocado na hierarquia económica, racial e social – os *negros*.

A Companhia Braçal era constituída, em 1946, por dezoito indivíduos, que se ocupavam da carga e descarga de mercadorias e pessoas do mar para terra e desta para o mar, já que «cais era costa dos homem» (Tomás). Até à segunda metade do século XX, as características do canal que separa a Brava do Fogo e a inexistência de um porto propriamente dito, mas apenas de enseadas, obrigavam a que o desembarque fosse feito às costas dos braçais. Quando o estado demasiado agitado do mar não o permitia ou quando o movimento portuário era diminuto ou inexistente, estes permaneciam junto às portas das lojas dos principais comerciantes, aguardando esmolas em géneros ou dinheiro que lhes permitissem comprar o milho e o feijão da alimentação quotidiana. Dada a sua extrema precaridade material – os preços, tabelados, do transporte de passageiros e cargas nos portos eram muito baixos – não cuidavam do vestir e apresentavam-se «indecentemente vestidos uns com calções rotos, outros com apenas um pano à volta da cintura, mostrando muitas vezes o sexo e as traseiras»¹⁰⁹⁴.

Os *negros* concentravam-se sobretudo nos arredores da cidade – no Lém (de Cima e de Baixo), em Fonte-Aleixo, em Cobom, locais de palhoças nos limites Norte e Leste da Vila –, em construções rudimentares de paredes de pedra basáltica sobreposta sem argamassa nem

¹⁰⁹² Bocarrão ou Boqueirão é o nome por que é localmente designada a embocadura da ribeira de São João, que limita a Sul/Sudeste a cidade de São Filipe.

¹⁰⁹³ Em 1949, encontravam-se registados na patronia trinta e cinco botes de pesca e cento e oito pescadores. Cf. «Relatório da Administração do Concelho do Fogo. Ano civil de 1949», p. 27. AHN, RPSAC, Cx. 13 – Processos diversos recebidos da Administração da Ilha do Fogo (...), Janeiro de 1950-Janeiro de 1951.

¹⁰⁹⁴ Perante esta exiguidade do vestuário, em 1946, a Administração do concelho negociou com uma firma comercial local (a A. de Vasconcelos Monteiro) o fornecimento dos tecidos necessários à confecção de calções e camisas para os braçais. A empresa suportaria as despesas com a confecção e os tecidos seriam pagos pelos próprios braçais, durante um período máximo de sete meses, descontando-se 20% sobre as receitas da Companhia Braçal. Cf. «Cópia do Diário de Serviço do Administrador do Concelho do Fogo, referente a Abril do ano de 1946», pp. 9-10. AHN, RPSAC, SC:\SR:D\SSR:D1\Cx011 – Diários de serviço da Administração do Concelho do Fogo, Fevereiro de 1946-Janeiro de 1947.

reboco, encimadas por uma cobertura vegetal – os funcos. O termo *funco* ou *funco-aleixo* é geralmente reservado para as construções de planta circular e cobertura cónica¹⁰⁹⁵ (vd. anexo X, figuras 114 e 115, p. 650), com algumas semelhanças com as *palhotas* africanas, mas distinguindo-se destas pelo emprego da pedra¹⁰⁹⁶. A altura da parede rondava o metro e meio e o diâmetro da construção raramente excedia os quatro metros. Os funcos eram constituídos por apenas uma divisão e o chão era de terra batida. A porta de entrada, baixa, era geralmente a única abertura, se bem que nalguns casos existisse uma outra porta no mesmo enfiamento da primeira, ambas desempenhando as funções de iluminação e ventilação, já que na maior parte dos casos os funcos não possuíam janelas¹⁰⁹⁷. Tratava-se de construções precárias que não suportavam as enxurradas características do regime de precipitação do arquipélago.

Carreira adianta que os funcos terão começado por ser habitações de carácter provisório, que mais tarde se terão convertido em habitações permanentes. As frequentes investidas de piratas e a fuga de escravos terão estado na sua origem. A população em fuga, sempre que as ilhas eram invadidas e pilhadas, e os escravos *fujões* construíam estes abrigos simples nos locais mais altos e inacessíveis. Com o tempo, muitos funcos terão dado origem às construções de planta rectangular e quadrada que constituem ainda actualmente os pequenos aglomerados dispersos pelo cimo dos montes¹⁰⁹⁸. Inicialmente habitação dos seus moradores, aos poucos, este tipo de construção passou a constituir uma dependência exterior ao corpo principal da habitação rural, destinada a arrumos ou utilizada como cozinha. É assim que, escrevendo na década de cinquenta, Orlando Ribeiro refere que as construções cónicas com cobertura de palha já só serviam de cozinha¹⁰⁹⁹ e que a designação *funco* se aplicava também às casas mais pobres¹¹⁰⁰. Com a mesma acepção, Luís Silva Rendall, administrador do concelho da ilha, definia *funco-aleixo* como «miseráveis construções de pedra constituídos por um único compartimento e cobertos de colmo.»¹¹⁰¹ Além de habitação permanente, os funcos serviam também como habitação temporária. Durante a fase mais aguda das estiagens, o Governo da Província abria obras públicas para socorrer os indigentes e estes construíam funcos para se alojarem, nas proximidades dessas obras¹¹⁰².

¹⁰⁹⁵ Cf. António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 381; Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde (...)*, op. cit., p. 254; e Luís Araújo, «Espaços arquitectónicos cabo-verdianos», 3ª parte, *Fragmentos*, ano II, nºs 5-6, 1989, p. 27.

¹⁰⁹⁶ Sobre a ascendência portuguesa ou africana do funco cabo-verdiano, vd. João Manuel Fernandes, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996, pp. 303-304. Carreira atribui origem africana quer ao vocábulo quer ao tipo de habitação, em *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 381.

¹⁰⁹⁷ Luís Araújo, op. cit., p. 27.

¹⁰⁹⁸ António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 339.

¹⁰⁹⁹ Porém, no «Documentário fotográfico» que publica como anexo de um dos seus estudos, Carreira insere algumas fotografias de funcos cónicos das ilhas do Fogo, Maio e Santiago que constituíam habitações ainda nos anos sessenta. Cf. *Cabo Verde Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit..

¹¹⁰⁰ *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 156.

¹¹⁰¹ «Relatório da Administração do Concelho do Fogo. Ano civil de 1949», p. 27. AHN, RPSAC, SC:\SR:D\SSR:D1\Cx013 – Processos diversos recebidos da Administração do Concelho da Ilha do Fogo. Inclui diários de serviço de agentes de autoridade, relatórios e outros, Janeiro de 1950-Janeiro de 1951.

¹¹⁰² Manuel Lopes, num dos seus romances, descreve os procedimentos da construção de um funco: «João Felícia limpou o terreno, levantou um muro baixo, circular, espetou as estacas na parte interior do muro, uniu-as em cima com tiras de carrapato, cruzou sobre elas galhos secos, (...) cobriu tudo com barba-de-bode trazida das ladeiras, ligando-a fortemente às estacas até formar o tecto cónico. Em poucas horas o funco ficou concluído.» *Os flagelados do vento leste*, op. cit., p. 195.

A insalubridade destas construções, onde famílias inteiras dormiam, aumentava a vulnerabilidade física dos seus moradores, frequentemente debilitados pelas várias patologias de etiologia carencial a que as sucessivas crises agrícolas os expunha. O equipamento interno destas habitações compunha-se de uma cama de esteiras, partilhada pelo agregado familiar, recipientes para o milho e o feijão e alguns, poucos, utensílios para a confecção das refeições do seu frugal e pouco variado quotidiano alimentar (vd. anexo X, figuras 116 e 117, 651). Escassos talheres, uma ou outra gamela e algumas embalagens vazias utilizadas como baixela completavam o restante recheio doméstico. A cobertura cónica permitia que se estendesse um fio onde se ‘penduravam’ as poucas roupas (frequentemente andrajos) possuídas. O pilão, latas vazias e mochos¹¹⁰³ dispunham-se ao redor do funco.

Uma descrição sugestiva deste tipo de habitação é a que deixou o citado cirurgião-mor de Cabo Verde, em meados do século XIX:

(...) tinham por quarto de cama uma pequena choça térrea, fria, húmida, feita de pedra ensossa, geralmente não rebocada, coberta de palha (...) cujo quarto servia conjuntamente de cozinha e de depósito de objectos de diversa natureza e usos; por colchão uma imunda esteira (...) por travesseiro uma pouca de palha, coberta por um pedaço de pano.¹¹⁰⁴

Apesar de datar da centúria anterior, este relato corresponde ao feito por alguns dos inquiridos sobre a habitação dos mais desvalidos, nas primeiras décadas do século XX, quando um bairro de funcos (Fonte-Aleixo) ainda ocupava uma das extremidades da Vila (mais tarde erradicar-se-á, por iniciativa da Câmara Municipal e da Administração do concelho). A falta de higiene, o abuso do álcool e as deficiências alimentares crónicas não seriam com certeza estranhas às doenças mais comuns na ilha, ainda na década de quarenta – a sífilis, o paludismo, a lepra e as úlceras dos membros inferiores¹¹⁰⁵.

Conquanto predominantemente mestiçados, os elementos deste segmento social eram os que apresentavam, globalmente, traços somáticos mais negróides, e muitos deles eram descendentes próximos de antigos escravos¹¹⁰⁶.

11.2. Os mestiços

Um grupo intermédio, com mais meios de subsistência que o anterior, que lhe permitiam uma comparativamente menor invulnerabilidade perante os maus anos agrícolas, era o composto pelos que forneciam mão-de-obra requerendo um certo grau de especialização, como guarda-livros, costureiras, bordadeiras, parteiras, caixeiros, ferreiros, marceneiros e os que se empregavam no pequeno funcionalismo público.

¹¹⁰³ Bancos feitos de tronco de árvore cortado.

¹¹⁰⁴ José Fernandes da Silva Leão, «Relatório do Cirurgião-Mor da Província de Cabo Verde sobre a cholera-morbus na ilha do Fogo em 1885», *Anais do Conselho Ultramarino*, «Parte não oficial», *op. cit.*, p. 372.

¹¹⁰⁵ Luís da Silva Rendall, Relatório Anual, Administração do Concelho da Ilha do Fogo – Ano civil de 1945, p. 34, RPSAC, Cx. 11 – Processos recebidos da Administração do Concelho do Fogo: relatórios, diários de serviço, funcionários, etc, Dezembro de 1944 – Abril de 1946.

¹¹⁰⁶ Nas suas memórias sobre as ilhas Brava e do Fogo, onde residiu na primeira metade do século XX, Américo Araújo também refere que nos funcos de Fonte-Aleixo viviam os descendentes de escravos. Cf. *Little Known: The European Side of Cape Verde Islands*, *op. cit.*, p. 79.

Moravam em habitações de um só piso e de planta rectangular, que se distinguiam da habitação rural comum pela cobertura em telha, pelas paredes geralmente rebocadas ou caiadas, pela existência frequente de janelas envidraçadas e de mais do que um compartimento. O recheio interior variava da extrema exiguidade à variedade de peças de mobiliário e utensílios que a presença nos Estados Unidos da América de um elemento do agregado familiar permitia adquirir. Possuíam vulgarmente criadas.

Este segmento foi-se heterogeneizando, quer quanto ao tipo de capital adquirido quer quanto ao seu volume global. Alguns elementos foram-se destacando pelo cabedal acumulado, alcançado no inicialmente muito pequeno comércio, que depois expandiram à escala da Vila, ou adquirido na emigração para os EUA. Muitos emigrantes, sobretudo *mercanos* de torna-viagem, investiram na compra de terras a *brancos* empobrecidos ou que abandonaram a ilha antes desse processo de empobrecimento atingir os níveis dos parentes que permaneceram, e adquiriram igualmente propriedades vendidas em hasta pública, devido a créditos mal parados. O pecúlio acumulado nos EUA permitiu também a transferência de sobrados e outros imóveis urbanos para a posse de *não-brancos*. Em 1917, o administrador do concelho da ilha considerava «notável o número de casas construídas nestes últimos 10 anos, pelos emigrantes»¹¹⁰⁷.

Na primeira década do século, o número de fogueteiros que saiu da ilha em direcção aos Estados Unidos foi sempre crescente, tendo-se registado um mínimo de dez, em 1902, e um máximo de 632, em 1908, apresentando-se apenas duas quebras, em 1907 (152 saídas) e em 1909 (293 saídas). A deflagração da Primeira Grande Guerra diminuiu o fluxo, que voltou a aumentar, a partir de 1920. A partir da década de vinte, o número de saídas terá decrescido, se bem que com relativamente grandes oscilações anuais (1929 foi o ano que registou maior número de saídas, 208)¹¹⁰⁸.

Em meados do século XX, grande parte das construções de primeiro andar estava na posse de *não-brancos* que a emigração americana ou o comércio insular havia enriquecido. Muitos haviam sido erguidos de raiz; outros, comprados aos descendentes das outrora prósperas famílias *brancas* do Fogo, que haviam saído da ilha ou que já não possuíam meios para os manter. Muitos outros continuavam, porém, a ser habitados por *brancos*, que haviam permanecido na ilha, sem que, no entanto, a maior parte estivesse em condições de reabilitar os prédios onde morava. Como afirma Augusto Casimiro em 1940, «o dinheiro da América levantou a maior parte destas habitações, construiu cisternas, plantou mais árvores, mobilou os interiores, deu conforto e maior liberdade aos que largaram nos veleiros (...) Fizeram-se comerciantes. Servem o Estado.»¹¹⁰⁹

Desde o século XIX que este destino de emigração ultrapassara a meta da simples sobrevivência (também neste aspecto se distanciando da emigração para São Tomé e

¹¹⁰⁷ Plano de fomento da Província de Cabo Verde, enviado pelo governador ao ministro das Colónias, p. 2. AHN, SGG, Cx. 121, peça 16 – Relatórios referentes aos anos de 1917 e 1918 apresentados por diversos serviços, 1918 – 1919.

¹¹⁰⁸ António Carreira, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, op. cit., pp. 118 e 121. Para Carreira, a diminuição do número de saídas a partir da década de vinte ter-se-á devido não só à legislação norte-americana de restrição à imigração como a deficiências nos registos (p. 120).

¹¹⁰⁹ *Portugal Crioulo*, op. cit., p. 36.

Príncipe). Emigrava-se para os Estados Unidos da América para amealhar pecúlio que permitisse construir uma habitação maior e melhor, aumentar o conforto doméstico, proporcionar maior capital escolar à descendência, e, de uma forma geral, adquirir independência económica.

A partir do segundo quartel do século passado, a quase extinção deste fluxo migratório reflectiu-se na actividade comercial da ilha e na desvalorização da propriedade fundiária, pela diminuição da sua procura. Foram os *não-brancos* que o comércio havia enriquecido que aproveitaram o embaratecimento da terra e que convergiram com os efeitos das crises agrícolas na expoliação quer dos *brancos*, quer dos pequeníssimos proprietários *não-brancos*, quando, perante a falta de mantimentos que sucedia aos maus anos agrícolas, adquiriam as suas terras a troco de géneros alimentícios ou como pagamento de dívidas¹¹¹⁰. Alguns comerciantes desenvolviam também uma actividade usurária, nalguns casos muito bem sucedida, fornecendo crédito de pouca duração e sujeitando-o a taxas de juro elevadas. Através destes acordos desvantajosos para o devedor, este via-se frequentemente impossibilitado de cumprir o acordado e, na sequência de execuções judiciais, perdia as suas propriedades a favor dos credores que, apoderando-se de múltiplas pequenas parcelas, acabavam por acumular um considerável capital fundiário, que muitas vezes revendiam por boa margem de lucro a emigrantes retornados às ilhas. Esta via usurária e especulativa de concentrar a terra, exercida quer contra os grandes proprietários *brancos* quer contra os donos de pequenas parcelas, contrariou o efeito desagregativo da abolição do morgadio e das partilhas por heranças.

A reconfiguração da grande propriedade pelos comerciantes e pelos emigrantes¹¹¹¹ *não-brancos* leva alguns autores a considerar que as relações de produção e o regime de exploração da terra permaneceram inalterados¹¹¹², tendo apenas mudado os seus proprietários. Porém, parece-nos que mais que uma simples mudança de proprietários, a deslocação para outro segmento sócio-racial, estranho ao terratenente de sempre, gerou uma série de dinâmicas sociais que invalidaram o esquema tradicional das relações entre as dimensões sectoriais das posições (como a raça, a classe e o poder) no (muito grosseiramente) tripartido espaço social fogueense.

Assistiu-se, progressivamente, a um alargamento do nível das aspirações dos que, não pertencendo ao segmento *branco*, adquiriram capital económico. Este alargamento manifestou-se em vários domínios, através da conversão do pecúlio amealhado em (1) capital político, traduzido especialmente no acesso à vereação camarária dos comerciantes *não-brancos* mais prósperos; (2) capital académico, com o acesso à instrução secundária e

¹¹¹⁰ Henrique Teixeira de Sousa, «A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940», *Claridade*, nº 5, Setembro de 1947, p. 44.

¹¹¹¹ Pode parecer estranho que tenha sido quando a emigração para os EUA decresceu acentuadamente que os seus efeitos na reconfiguração do espaço social insular mais se tenham começado a fazer sentir. A explicação reside no facto de, para acumularem pecúlio bastante para investir na compra de terra e de imóveis urbanos, os emigrantes terem trabalhado e poupado durante as décadas anteriores e quando começaram a dispor desse poder de aquisição, as medidas restritivas impostas pelo governo norte-americano quase terem interrompido esse fluxo.

¹¹¹² Vd., por exemplo, Cláudio Alves Furtado, *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*, op. cit., p. 58. Para este autor, só na segunda metade do século XX, e sobretudo depois da década de setenta, se foi dando a desconcentração (*ibid.*, p. 188).

universitária de um maior número de jovens exteriores ao segmento *branco*; (3) capital simbólico – a educação das filhas em colégios internos metropolitanos antes frequentados pela descendência feminina das famílias *brancas*, a aquisição ou a construção de sobrados de dimensões por vezes muito superiores às necessidades da família, e o mimetismo de outras práticas dos *brancos* que faziam parte das suas disposições enquanto grupo; e numa fase já posterior, da década de sessenta em diante, em (4) capital genealógico-racial, através das uniões matrimoniais e sobretudo da descendência **legítima** comum.

Os interiores das habitações revelam grande similitude com os das residências dos *brancos* (vd. anexo VI, figura 90, p. 615). Os róis de bens inventariados por óbito de dois dos mais abastados comerciantes e terratenentes *não-brancos* da cidade não se diferenciam dos dos *brancos*, a não ser, talvez, na maior extensão das listas, numa altura em que a situação económica dos *brancos* não lhes permitia, ou permitia a muito poucos, os novos consumos que se iam generalizando, como os automóveis¹¹¹³ (vd. anexo V, figura 85, p. 613), ou em relação às jóias de família, ainda copiosas nalguns (poucos) róis de *brancos* e inexistentes ou quase inexistentes nos de *não-brancos* (o que se explicará pela juventude de algumas das fortunas, mas também por se tratar de inventários de património de homens, sabendo-se que as jóias circulavam sobretudo pelas mulheres da família). Dos legados de Henrique Rodrigues Pires e de Fortunato Gomes de Pina, constavam as mesmas peças de mobiliário, as mesmas baixelas, os mesmos piano, gramofone e rádio (vd. relação dos bens móveis deixados pelo primeiro, de 1941, no anexo VI, pp. 618-621)¹¹¹⁴.

Apesar de, por si só, numa primeira fase, a mera posse de recursos materiais não ter garantido a mesma posicionalidade global a um e outro segmentos, ela foi habilitando os elementos estranhos ao segmento dominante, através da reconversão do capital económico adquirido, a ocupar os espaços que os *brancos* estavam deixando em acelerado processo de esvaziamento.

Da «Lista dos trinta maiores contribuintes das contribuições gerais do Estado, do grupo das ilhas de Sotavento», de 1928, publicada no *Boletim Oficial*¹¹¹⁵, do grupo de famílias *brancas* da elite de São Filipe constava somente um indivíduo, e, ainda assim, fazendo parte de uma sociedade (a firma Benoliel e Macedo). Os *não-brancos* que se tornariam os principais comerciantes e proprietários fundiários insulares não dispunham ainda, no final da década de vinte, dos volumes de capital que lhes permitisse integrar esta lista, como aconteceria posteriormente.

¹¹¹³

¹¹¹⁴ Cf. Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 321 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Henrique Rodrigues Pires, 1941, e Proc. nº 1518 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Fortunato Gomes de Pina, 1975.

¹¹¹⁵ BO nº 39, 29 de Setembro de 1928, pp. 431-432.

Capítulo 12

UM ESPAÇO SOCIAL EM MUDANÇA

12.1. O declínio económico e político dos *brancos*

As famílias da elite são-filipense desenvolveram estratégias identitárias de cariz racial, como as da europeidade *branca*. Contudo, elas recebiam o seu significado do conjunto global das assimetrias que regulava as relações entre os dois grupos situados nas extremidades da escala do poder. Foi quando perderam o suporte material e político da posição que tradicionalmente ocupavam – com a diminuição de poder aquisitivo e com a carreirização do funcionalismo público –, que a raça e o nome de família, conquanto tenham permanecido importantes recursos simbólicos, se revelaram insuficientes para continuar a assegurar ao grupo as posições privilegiadas de que desfrutara no espaço de relações, desde o povoamento inicial da ilha.

A maioria das fracções familiares que permaneceu no Fogo depauperou-se, por anos consecutivos de más colheitas, pela diminuição da cotação dos produtos agrícolas nos mercados importadores, pela pulverização da propriedade fundiária que resultou das partilhas pelos herdeiros e pela falta de diversificação de fontes de rendimento. Em 1922, o sub-director de Fazenda de Cabo Verde afirmava, na sua *Monografia* sobre a província, que «os morgados de que falamos não são, porém, indivíduos abastados. Tirante um ou outro, são todos miseráveis.»¹¹¹⁶ Já vimos como, no interior do grupo, alguns agiram no sentido de diversificar o investimento, de molde a não ficar inteiramente dependente das colheitas, sempre aleatórias no arquipélago, e do pequeno comércio na Vila. A partir do primeiro quartel do século XX, porém, esta estratégia praticamente se restringia a uma só família, a Monteiro de Macedo (o que não obstou a que, na sequência da perda do *Coriolanus*, embarcação que fazia o circuito Cabo Verde/EUA, no fim da década de vinte, também esta família tenha assistido à arrematação em hasta pública da sua casa da cidade, em 1933, e à administração directa por parte do BNU da casa de campo, as duas oferecidas como garantia hipotecária de empréstimos).

Aliás, o ramo dos Monteiro de Macedo que recebera, por doação e herança, a parte mais importante do património imobiliário da família, por mais de uma vez o perdeu na sua maior parte, chegando a família a ter de transferir-se para a ilha de Santiago e a ser acolhida junto de parentes. Porém, o seu elemento mais dinâmico, o antigo presidente da Câmara

¹¹¹⁶ João Amâncio Gracias, *Monografia*, Cabo Verde, Imprensa Nacional, 1922, p. 52.

Municipal da capital e membro do Conselho do Governo da Província, não desdenhou a emigração para os Estados Unidos da América, destino migratório dos *não-brancos* da ilha, que não constava das estratégias económicas dos *brancos*: «era os guardas, os feitores, eles é que emigravam, as viagens prestigiantes eram para a metrópole.» (Cristina). Entrevendo oportunidades de recapitalização rápida, trabalhou como *choffeur* e carregador, reconstruindo em menos de uma década o património familiar, voltando a adquirir ao BNU e à Caixa Económica Postal os imóveis que havia perdido. E na década de quarenta, vemo-lo já a abrir obras na sua propriedade do interior, de forma a poder socorrer os atingidos pela *crise* (cerca de duas centenas de pessoas das pequenas localidades próximas, segundo o filho).

Este Monteiro de Macedo não constituiu, aliás, a única excepção na emigração *não-branca* para os Estados Unidos. Um elemento da família José Barbosa, órfão de pai, já para aí emigrara na segunda década do século XX e aí permanecera durante três anos¹¹¹⁷. Ou seja, constituindo o destino migratório privilegiado da população *não-branca*, no qual se incluíam muitos filhos *de fora* da elite *branca*, os Estados Unidos não deixaram, no entanto, de aliciar também alguns elementos desta elite, porém, sempre para relativamente pequenos tempos migratórios.

A metrópole e as colónias portuguesas de África constituíram, porém, os destinos tradicionalmente eleitos pelo segmento *branco* do Fogo. Trata-se de processos migratórios que não foram induzidos pela premência da sobrevivência, mas pela manutenção de estilos de vida. Na Época Moderna como na Contemporânea, a saída de *brancos* constituiu sempre uma estratégia que não era exclusiva nem principalmente de mera subsistência, mas de aspiração a ocupar os espaços económicos, políticos e sociais que a fragilidade do Próspero português – demográfica, em considerável medida – deixava permeáveis aos ilhéus e que lhe permitiam a reprodução das posições sociais, que a ilha, acompanhando a progressiva marginalização do arquipélago nos circuitos comerciais atlânticos, não tinha capacidade de garantir. Trata-se de uma mobilidade que desde os alvares do povoamento nunca foi descontinuada, permanecendo os que saíam e se fixavam noutros territórios muitas vezes vinculados – por laços familiares e pelo património fundiário herdado – à ilha.

A montante deste processo migratório estão, por um lado, a articulação económica e a conexão administrativa das duas ilhas do sub-arquipélago com a costa da Guiné, de onde recebiam a ‘mercadoria’ que alimentava o seu comércio de exportação – os escravos – e para onde exportava alguns produtos endógenos, dos quais se destacava o algodão; e por outro, a percepção da pequenez do mercado insular para assegurar as posições privilegiadas de todo o grupo na estrutura das relações sociais (recordemos que o número de *brancos* de São Filipe era muito superior ao de meados do século, e que, actualmente, o número de descendentes das famílias *brancas*, supostamente sem mescla, a residir na cidade, se reduz a apenas uma pessoa).

Quando falamos em ‘decadência’ dos *brancos*, no âmbito deste trabalho, fazemo-lo restringindo muito mais o alcance da sua aplicação do que Teixeira de Sousa o faz (e, por

¹¹¹⁷ Gilda Barbosa, «Heranças (Fim)», *Terra Nova*, nº 301, Novembro 2001, p. 3.

arrastamento, os autores subsequentes, todos inspirados nos seus pequenos e densos ensaios¹¹¹⁸). Parece-nos importante concretizar a que *brancos* nos reportamos – não a todos os elementos e ramos das famílias da elite *branca* de São Filipe, certamente –, e a contextualizar essa decadência. Falar em decadência dos *brancos*, sem mais, sugere que todas as famílias da elite insular participaram do mesmo processo – que é espacial e cronologicamente delimitado. Este foi um processo que se circunscreveu aos núcleos familiares (e ainda assim nem a todos) que permaneceram na ilha, após a evidência do seu declínio económico, ou seja, depois do primeiro quartel do século passado, o que inclui aqueles que deixaram a ilha já na sequência da independência política do território, em meados de Setenta.

Quanto aos que saíram da ilha nas décadas anteriores, movidos pela antevisão das dificuldades que os esperavam caso permanecessem, ou simplesmente para prosseguir os estudos¹¹¹⁹, parecem ter conseguido colocações vantajosas no funcionalismo público¹¹²⁰, nas forças armadas, cuja carreira muitos seguiram e onde alcançaram elevadas patentes, nas profissões liberais, na carreira política (como deputados, governadores, ministros) e, de uma forma geral, parecem ter conseguido manter o *status* herdado dos antepassados, naturalmente que com as adaptações requeridas pela maior amplitude dos novos espaços geográficos e sociais onde se passaram a mover. A fácil integração na metrópole deveu-se ao elevado capital escolar aí obtido e às afinidades grupais que as práticas culturais adquiridas na ilha, na sua grande parte de raiz metropolitana, lhes permitiram desenvolver. Impõe-se, porém, uma pesquisa baseada na sistematicidade da recolha de dados sobre a trajectória sócio-económica destes ramos familiares saídos do Fogo, pesquisa ainda por fazer.

Se considerarmos que sair da ilha na transição do século XIX para o XX e nas duas primeiras décadas deste é já sinal de decadência, então teremos de considerar que essa decadência nasceu com o próprio povoamento da ilha, porquanto os fluxos que ininterruptamente se estabeleceram entre a ilha e o Reino e entre a ilha e a África continental, datam da sua implantação demográfica. Para além das emigrações *espontânea* (que no Fogo foi sobretudo para os Estados Unidos, na época abrangida pelo nosso estudo) e *forçada* (a que se destinava às plantações de cacau e café, sobretudo de São Tomé e Príncipe, para onde os cabo-verdianos só partiam quando se impunha como única alternativa à fome), conceptualizadas por António Carreira¹¹²¹, Gabriel Fernandes propõe uma terceira categoria

¹¹¹⁸ António exaltou-se mesmo quando inquirido sobre se se poderia falar em decadência dos *brancos* do Fogo, a partir do segundo quartel do século XX: «Eu não acho que..., isso é uma propaganda, é uma propaganda, estou-lhe a dizer, não há decadência nenhuma! A única coisa que aconteceu é que saíram daqui e foram para outros sítios, por exemplo, Portugal e Estados Unidos.» Maria, mais serena, considera ter-se tratado de um processo gradual, caracterizado pelo alargamento da base sócio-racial de cooptação da elite económica e política: «Houve uma evolução normal, para mim nunca houve aquele tipo 'decadência dos brancos'; houve uma evolução normal que fez com que também outro tipo de pessoas ficasse a tomar...».

¹¹¹⁹ Parece-nos, pois, redutora a visão de Teixeira de Sousa ao imputar a saída de muitos *brancos* da ilha à «inadaptação a uma estrutura social modificada». Cf. «Sobrados, lojas & funcos: contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo», *op. cit.*, p. 6.

¹¹²⁰ Na hierarquia da administração colonial, conseguiram produzir um governador de Cabo Verde, Leão do Sacramento Monteiro.

¹¹²¹ Correspondendo a primeira à processada pela livre iniciativa do migrante e a segunda a que decorre da ruptura entre população e recursos (pelas secas e pela elevada taxa de natalidade), que é aproveitada pelos poderes instituídos para canalizar mão-de-obra abundante a baixo custo para outras regiões tropicais ou equatoriais dela carenciadas. Cf. António Carreira, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, *op. cit.*, p. 23. No caso cabo-verdiano, essa

que se aplique à exportação de cabo-verdianos para os quadros administrativos das colónias portuguesas, a «migração burocrático-administrativa»¹¹²². As conexões administrativas entre Cabo Verde e a Guiné, sobretudo, recuam aos primeiros tempos do povoamento. O arquipélago detivera jurisdição sobre a parte da costa ocidental nomeada como Rios de Guiné e os cabo-verdianos dominaram o governo e o comércio da colónia. Entre 1920 e 1940, cerca de setenta por cento do funcionalismo público guineense seria assegurado por cabo-verdianos ou por seus descendentes¹¹²³: «Fomos nós que colonizámos a Guiné, não foram os portugueses.» (João) Assim sendo, teremos de admitir que os *brancos* do Fogo, não tendo conhecido outro estado senão o da decadência, não chegaram a declinar. Afinal, não se pode perder volumes de capitais (económico, político, simbólico, social) que não se possuíram. Ora, a articulação dos indicadores sócio-económicos, dos testemunhos escritos dos que, portugueses e estrangeiros, ao longo dos cinco séculos de presença humana na ilha, por lá passaram, e dos dados da história material, desmente este panorama de decadência.

A saída da ilha foi importante, porque se rodeou da venda de algumas propriedades¹¹²⁴ que foram adquiridas pelos *não-brancos* emergentes que o comércio e sobretudo a emigração americana capitalizaram.

Os *brancos* que permaneceram na ilha foram na sua maior parte os que, por terem menos capital escolar, dispunham de poucas alternativas para enfrentar a diminuição dos rendimentos fundiários e dos proventos do comércio, devidos ao agravamento das condições ecológicas e às partilhas, os primeiros; à concorrência dos primeiros comerciantes *não-brancos* emergentes e à decadência económica geral da ilha, os segundos. Os consumos perdulários que os caracterizaram concorreram igualmente para a sua depauperação: «Esses Barbosas era muito gastador, era muito franco, dava dinheiro a torto e a direito, esses Barbosa. (...) já não odiava os pretos, dava bem com os pretos, até muito bem. Era gente distinta.» (Bernardo) Alargando a sua justificação para o declínio económico dos Barbosa a outras famílias *brancas*, Bernardo considera que ficaram «pobres-ricos, [porque] gastavam muito. Os homens são mulhereiros, gastavam muito com mulheres.»

Contudo, nem todas as famílias sofreram do mesmo modo e ao mesmo tempo e ritmo este empobrecimento. Abílio de Macedo refere que no tempo da sua infância, decorrida nas duas últimas décadas do século XIX, as famílias *brancas* mantinham «um estilo de vida ainda faustoso.»¹¹²⁵ Como diz, a agricultura era uma actividade rentável, constituindo o café e o milho produtos de exportação bem cotados. O comércio também apresentava lucros. A articulação destas duas actividades permitia a estas famílias sustentar o referido desafogo. Já no princípio

iniciativa dos poderes públicos consistia especialmente no encaminhamento dos famintos das crises para as plantações de São Tomé e Príncipe.

¹¹²² *A diluição da África* (...), op. cit., p. 55.

¹¹²³ António Carreira, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, op. cit., p. 116. O nº 27 da *Imprensa* denunciava, em 1880, o monopólio da administração pública em Bissau por fogueteiros aparentados: «Todo o funcionalismo existe em Casa: Juiz – 1.º substituto César Carlos Medina, 2.º substituto Francisco de Paula Medina (cunhado). Administrador do concelho João Monteiro de Macedo tio de ambos, etc». Cf. João Nobre de Oliveira, *A imprensa cabo-verdiana: 1820-1875*, Macau, Fundação Macau, 1998, p. 127.

¹¹²⁴ Não de todas, assistindo-se actualmente a uma revalorização do ponto de vista económico, já não pela exploração agrícola, mas pela especulação imobiliária, que está a atrair, não para regresso definitivo, mas para temporadas e para local de residência secundária, os descendentes destas famílias, passada a fase conturbada do pós-independência.

¹¹²⁵ Op. cit., p. 16.

do século, ainda um comerciante do ramo Monteiro de Macedo, parente de grande parte dos *brancos* da cidade, sustentava a estadia de mais de uma dezena de jovens da família (netos e sobrinhos) na metrópole e em Toulouse, onde frequentavam a universidade. Tratava-se, no entanto, de alguém que não circunscrevia os seus rendimentos à produção das suas terras, mas que estava envolvido no comércio de importação e exportação de mercadorias de e para todo o arquipélago e que investira também na carreira marítima entre os Estados Unidos e Cabo Verde.

As fracções familiares mais dependentes de uma única fonte de recursos, ressentiram-se mais cedo que as outras. Os poucos elementos que mantiveram um nível de vida desafogado, permitindo-se custear a formação universitária dos descendentes e manter as viagens e as estadas prolongadas em Lisboa, conseguiram-no porque possuíam propriedades de café, produção da ilha melhor cotada no mercado (vd. anexo XI, pp. 655-656). Teixeira de Sousa tem razão quando diz que apenas «uma ou duas famílias (...) resistiram e sobreviveram à derrocada.»¹¹²⁶ Pensa com certeza na família Avelino Henriques, à qual passou a pertencer pelo casamento. Mas mesmo esta não foi toda poupada, já que só um dos seus ramos, porque possuindo propriedades de café, o produto agrícola melhor cotado nos mercados, resistiu e sobreviveu a essa derrocada. Um dos membros desta família (o já citado autor de textos de crítica social), não as possuindo, e mantendo uma loja na cidade mais para entretenimento que para lucro, porque não o tinha¹¹²⁷, morreu na década de sessenta, já em grande modéstia, ele que cinco décadas antes *desenterrara* a *bandeira* de São Filipe e que a tomara várias vezes, com uma ostentação ainda muito recordada na cidade.

Os cadastros de clientes da filial da Praia do BNU, conservados no arquivo do Banco, permitem-nos acompanhar a situação económica de vários terratenentes e comerciantes *brancos* do Fogo. Perante o inicialmente fácil acesso ao crédito, muitos endividaram-se, nem sempre conseguindo pagar os juros que se amontoavam, e, nos anos trinta e quarenta, já quase todas as famílias *brancas* de São Filipe constavam da lista de «créditos mal parados, morosos ou perdidos» do BNU. O Banco, sob pressão do Estado, a quem pedira auxílio¹¹²⁸, executou os seus devedores, vendendo em hasta pública os prédios hipotecados.

Num cadastro de 1931, um elemento do ramo Avelino Henriques ainda constava como possuindo uma boa casa comercial e se apresentava confiável para a concessão de crédito no valor de 100.000\$. Dizia-se também que até então tinha transaccionado pouco com o Banco. Liquidou então o seu negócio no Fogo para se vir estabelecer em Lisboa, onde adquiriu uma mercearia, que acabou por vender, antes de regressar à ilha, em 1939. Em princípios de Quarenta, já a filial do BNU informava a sede que um dos seus credores lhe ia mover uma acção, por falta de cumprimento das condições do empréstimo efectuado¹¹²⁹, e o correspondente do BNU no Fogo informava o Banco sobre a sua situação económica, descrevendo-o como pequeno proprietário muito endividado (só nos anos seguintes, receberia

¹¹²⁶ «A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940», *op. cit.*, p. 42.

¹¹²⁷ A. H., «Quem se lembra de nhô Aniba?», *Magma*, nº 3, ano II, Abril 1989, pp. 8-9.

¹¹²⁸ Cf. Simão de Barros, *De rebus hesperitanis*, *op. cit.*, p. 28.

¹¹²⁹ Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, pasta 005.29/325, «António Adolfo Avelino Henriques».

a herança materna). Em face destas informações, não foi autorizada pela sede o alargamento de crédito solicitado. Quanta diminuição de riqueza, em apenas uma década!

Em São Filipe, os sobrados continuavam, em 1950, a ser habitados por descendentes das outrora prósperas famílias *brancas* do Fogo, que haviam permanecido na ilha, sem que, no entanto, a maior parte estivesse em condições de reabilitar os prédios onde morava, e por *não-brancos* que haviam feito a sua trajectória económica ascendente, através do comércio ou da agricultura, mormente do primeiro, permitido, em muitos casos, pelo pecúlio acumulado nos anos de trabalho na América.

Quando descreve a cidade e as casas onde foi recebido, Orlando Ribeiro não dá informes sobre as pertenças ráticas dos seus proprietários, podendo, assim, tratar-se de *brancos* ou de *não-brancos*. Refere, no entanto, que as mulheres, «dirigindo numerosas criadas e preparando com esmero pratos e doces, servidos em profusão, em refeições que são um modelo de abundância, de variedade e de finura», tinham «maneiras herdadas de um longo passado de civilidade», de onde se pode talvez inferir que se trata de mulheres pertencentes ao segmento *branco* da ilha, na medida em que eram sobretudo essas as que cultivavam a tradição culinária de origem europeia (onde introduziam alguns ingredientes africanos), mormente a doçaria. Porém, na medida em que refere numerosas servidas e grande diversidade do cardápio, e sabendo-se que em meados do século, mesmo a um visitante de destaque como era Orlando Ribeiro, poucos *brancos* estariam em condições de poder custear tal aparato, podem colocar-se pelo menos três outras hipóteses: (1) ou se tratava de *brancos* que contrataram especificamente para a ocasião grande quantidade de mulheres, em forma de actualização pontual da antiga ostentação de que rodeavam as individualidades providas da metrópole, (2) ou o geógrafo foi recebido já em casa dos *não-brancos* mais abastados, e em que as mulheres possuíam os conhecimentos culinários e as «maneiras» recebidos das mulheres do segmento *branco*, (3) ou ainda que o foi na da família paterna (*branca*) do comerciante mais próspero da cidade, *não-branco*, mas já há muito integrado na rede do convívio *branco*, e com recursos para cobrir as despesas da recepção.

Orlando Ribeiro menciona prédios assobradados que apresentavam sinais de miséria e desleixo, reflectidos no mobiliário e na ausência de vidros nas janelas, que pertenciam a emigrantes que não vingaram e a «velhas famílias decaídas entre lembranças de uma prosperidade acabada»¹¹³⁰.

Os inventários orfanológicos, requisitados pelos serviços de Fazenda, para efeitos de determinação do imposto sucessório, foram uma das principais fontes documentais que utilizámos para determinar a evolução da situação económica das famílias *brancas* e das *não-brancas* emergentes, ao longo do período que estudamos. As suas relações de bens, nas quais estes são designados e avaliados pormenorizadamente, estavam divididas numa multiplicidade de categorias, variáveis consoante o autor ou o redactor dos inventários: bens móveis (que nos dão informações preciosas sobre o tipo de mobiliário e outro recheio domésticos e ainda sobre o vestuário, o calçado e adornos), semoventes (dão-nos a relação do

¹¹³⁰ *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 154.

gado, por espécies), ouro e prata/jóias, fazendas (tecidos), frutos e outras mercadorias, bens de raiz e outros imóveis (prédios urbanos residenciais e comerciais, escritórios), dívidas e créditos, dinheiro e acções.

Do segmento *branco* da população da cidade, destacavam-se, quanto ao acervo das respectivas heranças, António de Vasconcelos Monteiro, cujo património ascendia, em 1935, data da sua morte, a quase trezentos mil escudos¹¹³¹, Leonarda Cândida Avelino Henriques, com um acervo móvel e imóvel avaliado, em 1941, em cerca de quinhentos e setenta mil escudos¹¹³², João do Sacramento Monteiro, que na década seguinte deixava bens avaliados em duzentos e sete mil escudos¹¹³³, Amélia do Sacramento Monteiro, mulher de um dos últimos morgados da ilha, o de Pico Pires, que, quando morreu, em 1952, deixou um património parcialmente avaliado em mais de quatrocentos mil escudos em bens de raiz, cerca de sessenta mil escudos em dinheiro, jóias, semoventes e frutos e ainda obrigações depositadas no Banco Nacional Ultramarino¹¹³⁴, e César Ludgero Gomes Barbosa, cujo património ascendia, em 1967, a cerca de quinhentos mil escudos¹¹³⁵.

Os bens inventariados de outros *brancos* foram avaliados em montantes muito inferiores. Não consideramos aqui o acervo da herança de Agnelo Avelino Henriques, filho da supracitada Leonarda Cândida, que era constituído por prédios urbanos e rústicos, nos quais se incluíam bem cotadas propriedades de café, pelo facto de a sua morte ter ocorrido já na década de oitenta, quando a alteração do valor da moeda não nos permite estabelecer as mesmas medidas de grandeza. Tratou-se sem dúvida, porém, do *branco* que mais conservou o seu património, de entre os que permaneceram na ilha, na segunda metade do século XX. É pela mesma dificuldade em encontrar pontos idênticos de referência do valor da moeda, mas desta vez por se reportar à primeira década do século XX, que não mencionamos o rol de bens de Antónia do Sacramento Monteiro, inventariados em 1910, quatro décadas após a sua morte, ocorrida em 1871.

Quanto aos titulares dos órgãos do poder local, assistiu-se à mesma emergência de indivíduos *não-brancos*. A análise dos apelidos dos vogais em diferentes períodos revela-nos a evolução da composição racial das vereações, por sua vez reveladora das mudanças ocorridas no espaço das posições sociais. Entre o segmento *branco*, alguns ramos familiares estavam mais vinculados que outros ao exercício das funções camarárias. O ramo mais ligado ao desempenho dos cargos municipais foi o Gomes Barbosa; encontramos-lo ostensivamente na segunda metade do século XIX e na primeira do XX, como vimos. Mas como se tratava de famílias muito associadas entre si por práticas endogâmicas, acabavam por estar todas próximo do poder. Podemos, pois, falar de um *continuum* genealógico, que se manifestava

¹¹³¹ Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 249 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de António de Vasconcelos Monteiro, 1935.

¹¹³² Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 378 – Autos passados por título gratuito a que se procedeu por óbito de Leonarda Cândida Avelino Henriques, 1941.

¹¹³³ Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 769 – Autos para liquidação de imposto sucessório por óbito de João do Sacramento Monteiro, 1952.

¹¹³⁴ Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 777 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Amélia do Sacramento Monteiro, 1952.

¹¹³⁵ Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 1222 – Autos para liquidação de imposto sucessório por óbito de César Ludgero Gomes Barbosa, 1967.

simultaneamente como um *continuum* racial. O próprio carácter não remunerado do cargo de vereador acabava por impor o critério económico do recrutamento, excluindo os que não detinham recursos próprios e que dependiam de um salário para sobreviver. Esta continuidade foi quebrada no período que estudamos. É assim que vemos surgir na vereação municipal apelidos novos, de indivíduos *não-brancos* que empreenderam uma ascensão económica relevante, alguns com muito pouca instrução e mesmo rudimentar manejo do português metropolitano, ou de seus descendentes, já mais escolarizados e com perspectivas de prosseguir uma carreira na administração.

Em 1911, à excepção do pároco das quatro freguesias, que também compunha a vereação, todos os vogais eram *brancos*: dois Sacramento Monteiro, um Barbosa Vicente e um José Barbosa. Década e meia depois, em 1927, na sequência da demissão da Comissão anterior, o administrador do concelho propôs para vogais efectivos e suplentes da nova Comissão os seguintes indivíduos: Francisco José Barbosa (1), João Medeiros Gomes Barbosa (2), António Medeiros Gomes Barbosa (3), António Leão Medina, Quintílio José Araújo; Henrique Rodrigues Pires, António Cabral Barbosa Amado, António Silva Monteiro, João José Barbosa (4), Ricardo José Barbosa (5). Ora, (1) e (4) eram irmãos, (2) e (3) eram irmãos, (5) era sobrinho de (1) e de (4).

Porém, apesar das relações de parentesco próximo entre vários dos escolhidos, apenas metade da vereação proposta pertencia já ao segmento *branco*. Instigado pela facção política oposta, o governador recusou a lista indicada pelo administrador, alegando os graus de parentesco que os apelidos indiciavam e, por Portaria de 5 de Dezembro de 1927, nomeou outra Comissão, esta integralmente formada por *brancos*: Joaquim Monteiro de Macedo (1), Manuel do Sacramento Monteiro (2), Francisco Martiniano de Azevedo (3), António Macedo Barbosa (4) e António Adolfo Avelino Henriques. Apesar da menor coincidência de apelidos, também os novos vogais eram parentes entre si: (2) e (3) eram sobrinhos de (1), e (2) era cunhado de (4)¹¹³⁶. Foi, no entanto, a última das vereações monorraciais da ilha e o que lhe esteve na origem não foram critérios de ordem cromática ou linhagística, mas antes conflitos de poder entre grupos familiares rivais (*vd. supra*, pp. 370 e ss.). Todas as que lhe sucederam se compuseram de um número sempre crescente de *não-brancos* que o comércio e a emigração americana tornara abastados.

Se à hierarquização dos cargos municipais havia correspondido uma acentuada gradação na coloração epidérmica, ainda no segundo quartel do século passado, na transição da primeira para a última metades do século, a raça deixara já de constituir critério de selecção dos nomeáveis para o desempenho dos cargos. Observamo-lo pelos sobrenomes dos que ocupavam os cargos: à medida que os apelidos duplos das famílias da elite *branca* se rarefaziam nos cargos mais proeminentes, iam surgindo entre o pequeno funcionalismo camarário e alfandegário. Foram os elementos pior posicionados na hierarquia de classes, ou

¹¹³⁶ Pelo facto, a facção ligada ao administrador haveria de recorrer da Portaria.

seja, os que permaneceram na ilha e que não dispunham de diplomas universitários ou equivalentes, já que os que os possuíam saíram e não regressaram¹¹³⁷.

A comparação entre os cargos exercidos pelos *brancos* a partir da década de quarenta e os desempenhados pelos respectivos antepassados, apenas um quartel de século antes, revela-nos a trajectória descendente da antiga elite também no quadro do poder local. Enquanto Alfredo José Barbosa fora administrador do concelho (do Fogo e, mais tarde, do concelho irregular dos Mosteiros), os filhos, Alfredo de Macedo Barbosa e António de Macedo Barbosa, desempenharam cargos de segundo plano no funcionalismo: o primeiro foi distribuidor de água do depósito da Câmara Municipal e zelador da Comissão Municipal, e o segundo, fiscal da arborização do concelho. Manuel do Sacramento Monteiro foi fiscal guarda-freio da Câmara Municipal do Fogo e fiscal-guarda fios da Central Eléctrica, enquanto alguns antepassados haviam ocupado os lugares mais destacados da administração do Fogo e de Santiago, como seu tio José do Sacramento Monteiro, que foi secretário da Administração do concelho da Praia nas primeiras décadas do século XX, e enquanto vários outros se distinguiram na metrópole, nos campos da justiça e forças armadas, e no corpo administrativo do império, como seu primo Leão Maria do Sacramento Monteiro que, entre outros cargos, desempenhou o de governador da província de Cabo Verde, já na segunda metade do século XX. Estes provinham, contudo, de ramos da família estrategicamente transpostos para a metrópole décadas atrás.

As tradicionais famílias da *governança* foram perdendo a sua posição hegemónica no poder local, e a tendência para a transmissão familiar dos cargos (especialmente evidente no cargo de administrador, ainda no século XIX) foi-se atenuando. A alteração da composição sócio-racial dos órgãos da administração foi progressiva, remontando a renovação ainda aos finais do século XIX e princípios do XX, quando uma família *não-branca* foi conseguindo introduzir alguns dos seus membros na vereação camarária; porém, foi somente a partir do segundo quartel do século XX que se assistiu a uma aceleração neste processo. A profissionalização da actividade administrativa e política, a partir da década de quarenta, e a supressão da falta de recursos humanos, que contribuía para a anterior acumulação de funções municipais, acentuará a mudança, e um cada vez maior número de agentes metropolitanos e de outras ilhas do arquipélago deterá os cargos cimeiros na administração insular. Uma vez atingida a meia centúria, os descendentes das famílias que haviam constituído a elite política local, escassas duas ou três décadas antes, passaram a disputar apenas o pequeno funcionalismo camarário e alfandegário.

O grupo *branco* era heterogéneo do ponto de vista da classe, tendo a visibilidade desta heterogeneidade aumentado, à medida que algumas famílias perdiam toda a capacidade económica para conservar a própria fachada de relativa prosperidade que durante algum tempo ainda haviam sido capazes de preservar. As famílias, ou fracções delas que notoriamente empobreciam ficaram dependentes da protecção de outras fracções cuja

¹¹³⁷ Seria interessante acompanhar a mobilidade destes indivíduos, muitos dos quais integraram a administração colonial, seguindo a rota das suas colocações administrativas.

trajetória descendente foi menos acentuada, ou de parentes colaterais (*mestiços*) a quem a possibilidade de ajudar na própria sobrevivência dos que muitas vezes antes os tinham rejeitado, era indício de aceitação familiar e, por isso, motivo de regozijo e orgulho. A ausência destes apoios ou a recusa em aceitá-los sujeitou-os a (sobre)viver com níveis de riqueza material semelhante ao das famílias remediadas exteriores ao segmento *branco* e colocou-os na necessidade de prestar serviços remunerados – (1) no pequeno funcionalismo público, (2) no comércio, (3) no ensino, (4) confeccionando doces e confeitaria para particulares ou casas comerciais (no caso das mulheres), (5) zelando pelas propriedades de parentes mais abastados e ausentes da ilha ou pelas daqueles cujo espírito empreendedor fez recompor as fortunas (através da diversificação das fontes de rendimento, investindo no comércio de importação e exportação e/ou nos escassos nichos de indústria do arquipélago). A imposição de abdicar do ócio e adoptar rotinas de sobrevivência semelhantes àqueles que ocupavam equiparadas posições de classe, mas lugares inferiores na hierarquia da raça, ao diminuir o capital de distintividade dos *brancos*, teve efeitos diluidores sobre a raça.

12.2. A emergência económica e política dos *não-brancos*

Foi essencialmente através do comércio e da emigração que os *não-brancos* acumularam riqueza. A emigração fogueense orientou-se precocemente para os Estados Unidos da América, destino que oferecia muito mais possibilidades de sucesso económico que as plantações africanas para onde a população de Santiago foi preferencialmente encaminhada. Em meados do século, já todos os maiores comerciantes da cidade eram *não-brancos* que haviam investido os cabedais adquiridos por si ou por familiares, na emigração norte-americana. Ao contrário dos *brancos*, nem sempre bons gerentes comerciais, alguns *não-brancos* revelaram-se mais expeditos na cada vez maior concorrência pelo escasso mercado. Chegados ao final da primeira metade do século XX, o domínio comercial da cidade era notoriamente *não-branco*: das oito principais firmas estabelecidas em São Filipe, em 1948, apenas duas eram propriedade de *brancos* (A. de Vasconcelos Monteiro, Lda. e Miguel do Sacramento Monteiro) e destas uma era gerida pelo sobrinho *não-branco* dos proprietários (Augusto Rodrigues Monteiro); as restantes seis (Henrique Rodrigues Pires, H.^{os}, Eduardo Pereira Barbosa, Manuel Ferreira, Suc.^a Auda Ferreira dos Santos, Fortunato Gomes de Pina, João Lúcio de Sousa, e Ernesto Alves) eram propriedade de *não-brancos*¹¹³⁸. A comparação destes dados com os de cerca de meia centúria antes (1893), em que os principais estabelecimentos comerciais da Vila (Vasconcelos & Sobrinho, Luís Gomes Barbosa, João Monteiro de Macedo, António José Barbosa e António Gomes Barbosa¹¹³⁹) pertenciam todos a *brancos*, dá-nos indícios da evolução da concentração da riqueza na ilha em termos raciais, tal

¹¹³⁸ AHN, RPSAC, SC:A\SR:C\Cx122 – Relatórios referentes ao ano de 1948 da Administração do Concelho do Fogo, Junho de 1949.

¹¹³⁹ AHN, SGG, Cx. 141 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Março – Outubro 1893.

como no-los dá a análise dos registos de compra e venda de propriedades, desde a última década do século XIX até aos meados do XX, adiante desenvolvida.

As certidões de narrativa completa de registo de nascimento dos filhos dos mortos cujos bens se inventariavam, que frequentemente acompanhavam os processos de liquidação dos impostos sucessórios, permitem-nos acompanhar o percurso residencial e a ocupação de vários emergentes: assim, Manuel Vieira de Andrade, no final do século XIX, aparecia como «lavrador», na certidão de um dos filhos; em 1909, surge já como «comerciante», mas ainda numa localidade do interior; em 1911, é já designado como «proprietário» e residente em São Filipe; e em 1915, como «negociante». Também a ocupação da mulher com quem mantinha uma relação conjugal passou pela mesma evolução: «lavradora» e «trabalhadora», enquanto residente no interior; proprietária e doméstica, após a mudança para a Vila. Quando morreu, em 1959, deixou bens imóveis avaliados em duzentos e cinquenta mil escudos. Um pouco mais (cerca de duzentos e sessenta mil escudos) deixou Maria das Dores Avelino de Pina, em 1951¹¹⁴⁰, e um dos seus filhos, um dos comerciantes mais prósperos da cidade, deixará, juntamente com a mulher, duas décadas depois, mais do óctuplo¹¹⁴¹.

Dois outros importantes comerciantes *não-brancos*, que, na transição do século XIX para o XX e sobretudo durante a primeira metade deste, investiram na compra de terras e imóveis urbanos, tendo acumulado um importante património, foram Henrique Rodrigues Pires e Manuel Ferreira. Este foi um dos primeiros *não-brancos* a construir um sobrado na cidade, tendo nela adquirido uma série de prédios. Na sequência da morte do primeiro, em 1941, fez-se o inventário e a avaliação dos seus bens. Trata-se de um documento que ocupa várias páginas, tal a dimensão da riqueza deste comerciante, e que é muito interessante, pelo que nos revela dos consumos quotidianos da sua família. Debruçando-nos sobre ele, vemos que Henrique Rodrigues Pires possuía uma centena de prédios, entre rústicos e urbanos, em três das quatro freguesias da ilha (naturalmente, com uma dimensão que se reporta à escala insular), no valor de quase seiscentos mil escudos. No arquivo da Conservatória dos Registos e Notariado de São Filipe, encontrámos escrituras de compra de propriedades em seu nome, em 1916 (duas escrituras), em 1917, em 1928 e em 1929¹¹⁴²; ou seja, a maior parte das suas aquisições imobiliárias ter-se-á registado nas segunda e terceira décadas do século XX. O rol dos bens inventariados após a sua morte revela as existências dos seus armazéns e lojas (possuía duas, uma na cidade, outra em Tongom), em moeda, cheques e mercadorias, perfazendo o total cerca de trezentos e sessenta mil escudos; o activo em devedores, a maior parte do qual referente a depósitos em dinheiro em vários bancos¹¹⁴³, ultrapassava os mil cento e cinquenta milhões de escudos (com apenas um passivo em credores de cerca de oitenta mil

¹¹⁴⁰ Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 770 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Maria das Dores Avelino de Pina, 1952.

¹¹⁴¹ Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 1518 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Fortunato Gomes de Pina, 1975.

¹¹⁴² Respectivamente, *Livro de notas*, nº 112, 1916-1916, nº 896, fls. 1v-2v; *Livro de notas*, nº 114, 1916-1917, nº 925, fls. 19-20v; *Livro de notas*, nº 139, 1928-1928, fls. 30-33; *Livro de notas*, nº 140, 1928-1929, fls. 14-16.

¹¹⁴³ Henrique Rodrigues Pires, à semelhança de outros terratenentes e comerciantes da cidade, emprestava também dinheiro. Encontrámos registos de duas escrituras de confissão de dívida, datadas de 1934 e 1937 (*Livro de notas*, nº 149, 1934-1934, fls. 22-24 e *Livro de notas*, nº 155, 1937-1938, fls. 9-12); como só alguns empréstimos passavam pelo notário, pensamos que tenha havido muitos mais.

escudos), tendo ainda duzentos mil escudos de letras a receber; quanto aos seus bens móveis, foram avaliados em cerca de nove mil escudos; a totalidade dos bens arrolados perfazia cerca de mil e quinhentos contos¹¹⁴⁴.

Quando, em 1962, o enviado do BNU a São Filipe informa a filial da Praia sobre as maiores firmas comerciais da cidade, capazes de exercer as funções de correspondente do Banco na ilha, cita três, todas pertencentes a *não-brancos*. De uma delas diz que era a maior importadora e exportadora da ilha, sub-agente da Mobil Oil Portuguesa, da Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes, e de outras empresas insulares e metropolitanas. O seu proprietário possuía consideráveis montantes em moedas de ouro e prata, jóias, além de propriedades rústicas¹¹⁴⁵.

Entre os que emigravam para os Estados Unidos da América muitos eram filhos *de fora* de *brancos*. Examinando as fotografias que acompanhavam as declarações de identidade passadas pela Administração do concelho para requisição de passaporte (já que se naturalizavam americanos) e para renovação dos bilhetes de residência, observa-se que muitos dos emigrantes eram predominantemente caucasoídes e alguns evidenciavam os traços físicos característicos de alguns dos ramos familiares pelo qual se repartia o segmento *branco*, o que indicia uma filiação (ilegítima) *branca*.

Conquanto tivesse sido de curta duração, esta emigração teve repercussões em todos os domínios da vida insular. O seu período áureo – o primeiro quartel do século XX – coincidiu com os primeiros sinais exteriores da depauperação *branca*, ou seja, à medida que a elite terratenente e comercial tradicional se endividava e perdia as suas propriedades, alguns *não-brancos* iam-se capitalizando e adquirindo aos antigos proprietários ou já em hasta pública devido a créditos mal parados, as terras onde eles ou os seus ascendentes haviam servido. Numa época em que a purgueira e o rícino eram os produtos insulares mais valorizados no mercado exterior, os comerciantes procuravam captar toda a produção dos pequenos produtores e encaminhá-la para exportação. Um dos comerciantes *não-brancos* previamente enriquecidos pela emigração americana abriu uma loja à entrada da cidade, para ser o primeiro a interceptar os camponeses que de madrugada transportavam as oleaginosas para as vender na cidade (na década de quarenta, um dos filhos já será licenciado em medicina e administrador da ilha do Maio, enquanto muitos dos filhos dos comerciantes *brancos*, pela inferior preparação académica, podiam apenas disputar lugares subalternos na administração).

Não foram, porém, apenas os emigrantes que investiram na compra de terras aos *brancos* arruinados ou que estrategicamente deixaram o Fogo ante a evidência da degradação da sua posição de classe. Alguns proprietários de lojas no interior da ilha expandiram o seu negócio para a cidade e converteram-se em comerciantes prósperos, com cabedais para adquirir os prédios rústicos e urbanos de que os *brancos* se desfaziam. Sobre um deles, diz Artur:

¹¹⁴⁴ Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 321 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Henrique Rodrigues Pires, 1941.

¹¹⁴⁵ Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, pasta 003.34/399, Correspondência Confidencial – «Informação de Clientes».

Ele representava naquela altura a formiguinha, a formiguinha zelosa, trabalhadeira. Nos anos bons as suas coisas eram bem governadas e nos anos maus, as cigarras já tinham gasto as suas coisas em *bandeiras*, em festas de casamento e baptizado, eles é que eram os padrinhos, punham a mão no bolso e atiravam... Quando essas cigarras já não tinham com que comprar, tinham que vender as suas propriedades e o [...] comprava. Chegava um ano mau, o [...] é que tinha, ele é que vendia agora por bom preço.

Da consulta dos livros de registos dos actos notariais – escrituras de compra e venda e de empréstimo –, entre a última década do século XIX e o princípio da segunda metade do século XX, observamos um decréscimo progressivo da iniciativa económica dos *brancos*: até ao final do primeiro quartel do século XX, são os José Barbosa, os Gomes Barbosa, os Sacramento Monteiro, os Monteiro de Macedo e os Avelino Henriques os proprietários de quase todos os bens fundiários transaccionados, comprando e vendendo propriedades e emprestando dinheiro entre si. A partir do segundo quartel do mesmo século, vão partilhando o protagonismo das transacções registadas, apresentando-se cada vez mais como vendedores e cada vez menos como compradores, com ressalva para um dos Henriques, que continua a comprar e a emprestar dinheiro. À medida que avançamos pelas décadas de quarenta e cinquenta, acentua-se a rarefacção dos duplos apelidos e chegados a Sessenta, estes sobrenomes quase desaparecem, a ponto de, em três *Livros de notas* de 1963, haver apenas quatro referências a actos de compra e venda ou empréstimo protagonizados por *brancos*.

Quanto aos *não-brancos*, o panorama é inverso: inicialmente envolvidos em poucos actos, vão progressivamente assumindo protagonismo, quer na compra de imóveis, urbanos e rústicos, quer na concessão de empréstimos. Se praticamente todos os que vendem propriedades são *brancos*, de todos os ramos familiares, os grandes compradores são quase todos *não-brancos*. De entre estes, destaca-se o já citado Henrique Rodrigues Pires, comerciante que arrematou em hasta pública várias propriedades fundiárias de *brancos* hipotecadas ao BNU. Os grandes emprestadores são também *não-brancos*, destacando-se o mesmo Henrique Rodrigues Pires e Manuel Ferreira, igualmente comerciante e terratenente. Fortunato Gomes de Pina e Filipe dos Santos Silva, ex-emigrantes nos Estados Unidos da América, onde acumularam o pecúlio que investiram no comércio e na propriedade fundiária, destacam-se igualmente entre os protagonistas destes actos, tal como o capitão de longo curso bravense, matrimoniado com uma fogueteira João Lúcio de Sousa (pai de Teixeira de Sousa¹¹⁴⁶).

Mas foi António do Rosário¹¹⁴⁷ (vd. anexo VI, figura 96, p. 623) quem constituiu o grande paradigma da possibilidade de, em apenas duas gerações, a dele e a dos filhos, um indivíduo inteiramente desprovido de recursos (raciais, culturais e económicos) valorizados – António do Rosário era *negro* –, fazer um percurso ascendente, não só ao nível dos recursos económicos, porque esse fizeram-no muitos outros, mas também culturais (aqui, no sentido bourdieusiano do termo), conseguindo proporcionar formação universitária, em estudos

¹¹⁴⁶ Num dos seus primeiros contos, Teixeira de Sousa narra a perda de uma propriedade rústica, com casa e capela, por parte de um *branco* empobrecido, a favor do *não-branco* emergente junto de quem contraíra uma dívida que entretanto não pudera saldar. Cf. «A família de Aniceto Brasão», *Claridade*, nº 9, Dezembro de 1966, pp. 43-50.

¹¹⁴⁷ A personagem Antoninho Barato, o emigrante retornado de *Ilhéu de Contenda*, de HTS, é em muito tributária da biografia de António do Rosário.

coloniais e medicina, à descendência: «É uma família de ascendência negra, mas nunca aceitou... O pai era muito orgulhoso e mandou os filhos estudar lá na altura: tem dois engenheiros, tem dois médicos, os brancos não conseguiam.» (Raul)

António do Rosário iniciou esse percurso ascendente sem quaisquer vantagens de partida: era *negro*, na dupla acepção – racial e sócio-económica – que a conceptualização que fizemos de *negro* contempla. Nascido em 1907, em Ribeira da Barca, ilha de Santiago, veio com uma tia para o Fogo com apenas alguns meses, habitar um funco. Até aos dezoito anos, permaneceu analfabeto, passando a maior parte do tempo no *rôl di mar*, ou seja, a pescar, a carregar peixe e a fazer outros trabalhos esporádicos, até que o padre da cidade, Miguel Monteiro, decidiu alfabetizá-lo. Completou a escola primária num só ano e o padre arranhou-lhe colocação nos serviços de Fazenda, como ajudante de escrivão. Foi progredindo lentamente na hierarquia dos serviços: de escriturário a ajudante de fiscal de impostos e a fiscal. Nos anos trinta, decidiu deixar a Fazenda e tornar-se proprietário fundiário e comerciante, abrindo uma loja na cidade. Em 1937, emigra para os Estados Unidos da América, também para conhecer o pai, que aí estava emigrado. Foi emigrante apenas meio ano; desapontado com as condições de trabalho, regressou à ilha. Em 1950, já comerciante e terratenente, como ambicionara, mas faltando-lhe capital cultural, resolveu investir na educação superior dos filhos, vendendo terras para custear os seus estudos universitários na metrópole¹¹⁴⁸. Segundo Manuel,

na altura ele virou chacota da cidade: 'Agora té António Preto filho doutor'. (...) ele virou motivo de chacota pela classe decadente, mas ainda com arrufos de grandeza, mas acho que de admiração, estupefacção para os de sua classe que também na altura acharam que seria uma loucura, qualquer coisa de..., e mais tarde exemplo.

Para além dos filhos, António do Rosário envolveu-se na escolarização e prosseguimento dos estudos de outras crianças, por vezes aparentadas:

há muita gente que *nhô* António obrigou a..., digamos, a família, os pais a ousarem, e a mostrarem que era possível e eu acho que não deixa de ser uma forma de independência, uma forma de lutar, de vencer a mediocridade, de vencer o status quo ou de revolucionar as coisas sem pegar em armas, etc.

Além dos seus efeitos relativamente desconcentradores na estrutura da propriedade e na própria paisagem física da ilha (a construção de muitas casas e cisternas, em meio rural), a melhoria das condições materiais de existência aumentou o nível das aspirações dos que, não pertencendo ao segmento *branco*, adquiriram capital económico. Investiram a riqueza na desmonopolização do consumo de certos bens simbólicos dos *brancos*, como seja a educação das filhas em colégios internos metropolitanos, antes frequentados pela descendência feminina das famílias *brancas* (como o do Bom Sucesso, em Lisboa, de uma congregação de freiras irlandesas), ou a construção de sobrados de dimensões muito superiores às necessidades da família, ou ainda a toma da *bandeira*. Estes consumos foram perdendo assim o seu potencial

¹¹⁴⁸ No arquivo da Conservatória dos Registos e Notariado de São Filipe, encontrámos registos de escrituras de compra e venda de propriedades referentes a 1953, em que, juntamente com sua mulher, aparece como vendedor. Cf. *Livro de Notas para Actos e Contratos entre vivos*, nº 180, 1953-1953, fls. 23-26v.

distintivo, sem que os *brancos* empobrecidos pudessem renovar os seus *stocks* de distintividade, passando esta a assentar cada vez mais exclusivamente no património rático, até, por sua vez, este se ir reduzindo à medida que se generalizaram as ligações matrimoniais entre *brancos* e *não-brancos* e que a descendência dos ramos legítimos das famílias ‘tradicionais’ era já pigmentada. Tornou-se comum, a partir das últimas quatro décadas do século passado, o porte do duplo apelido por parte de *mestiços*. Eram agora eles os descendentes, pela via legítima, dos antigos sargentos e capitães-mores do Fogo.

O capital político também não ficou de fora do pacote de aspirações dos *não-brancos*. O acesso à instrução de um maior número de jovens exteriores ao segmento *branco* e o encaminhamento dos filhos dos mais abastados para prosseguirem os estudos em Lisboa¹¹⁴⁹ habilitava-os a partilhar com a oligarquia local a gestão do concelho e, posteriormente, já na segunda metade do século XX, a matrimoniarem-se com as mulheres do segmento *branco*. A abertura do Liceu do Mindelo (na ilha de São Vicente) «veio criar essa mistura de rapazes com essas raparigas [*brancas*]; tinham habilitações (...) depois empregavam na administração. Já veio diminuir aquela distância entre branco e preto.» (Bernardo)

Pela acta de uma das sessões camarárias, ficamos a conhecer a trajectória familiar de um dos vogais: Clarimundo António Rodrigues era filho de um antigo «capataz de serviço de estrada, que se fez depois lavrador e à custa do seu trabalho e esforço conseguiu uma das maiores senão a maior fortuna desta ilha»¹¹⁵⁰. O antigo capataz enviou o filho para a metrópole, para prosseguir os estudos, findos os quais partiu para a Guiné como funcionário público. Retornando à ilha, era, em 1942, vogal da Câmara. A montante do investimento na instrução, mesmo por parte de famílias de escassíssimos recursos – os alunos apresentavam-se recorrentemente andrajosos e evidenciavam carências alimentares –, terá estado o propósito de os preparar para o funcionalismo público, que proporcionava a segurança alimentar retirada pela aleatoriedade das chuvas ao cultivo das terras¹¹⁵¹. Ainda antes da abertura do Liceu do Mindelo, várias famílias enviavam a sua descendência para o Seminário-Liceu de São Nicolau. Ainda que alguns não completassem senão o segundo ou terceiro anos, regressavam com hábitos de leitura¹¹⁵² e apetrechados para ingressar no funcionalismo.

Apesar de, no Fogo, o poder se ter apresentado fortemente racializado (e classicizado), até ao final do primeiro quartel do século XX, foi ainda no século anterior que se foram abrindo algumas pequenas brechas no seu monopólio pelos *brancos*. As vereações camarárias foram o *locus* da penetração das emergências *não-brancas*. Na última década do século XIX, registamos a presença de alguns, inicialmente muito poucos, proprietários e comerciantes

¹¹⁴⁹ Tendo como referência a sua pesquisa na ilha Brava, nalguns aspectos sociologicamente muito próxima do Fogo, Deirdre Meintel revela-nos outros efeitos desta emigração – nas inter-relações familiares, no trabalho, na propriedade. Vd. «Emigração em Cabo Verde: solução ou problema?», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 2, Junho/Dezembro 1984, pp. 93-120.

¹¹⁵⁰ Cópia da acta da sessão ordinária da Comissão Municipal, de 24 de Setembro de 1942, p. 5. AHN, RPSAC, SC:ASR:ACx170 – Correspondência confidencial recebida de vários concelhos, Janeiro-Dezembro de 1942.

¹¹⁵¹ Entre outras considerações de carácter sócio-económico e racial, que se prendem com o facto de, desde a ocupação humana do arquipélago, a instrução ter constituído um dos instrumentos privilegiados de embranquecimento, pelo acesso aos ofícios religiosos, militares e civis.

¹¹⁵² A atestá-lo, o facto de a maior parte dos assinantes do *Manduco*, jornal publicado na ilha, a partir de Agosto de 1923, por Pedro Cardoso (vd. anexo VI, p. 625), seu proprietário, editor e director iniciais, ser *não-branca*.

não-brancos, frequentemente filhos *de fora* de *brancos*. A partir do momento em que outros, exteriores ao segmento *branco* dominante, começaram a partilhar as mesmas posições de classe, foram-se introduzindo na gestão local e a base social de recrutamento foi perdendo o seu pendor familiar e a sua exterioridade rática, sem que, contudo, tenha havido uma evolução sensível dos critérios de selecção. E se as descontinuidades familiares se foram acentuando, se se foram multiplicando os apelidos estranhos ao grupo tradicional das famílias que monopolizavam o poder, se a composição cromática das vereações se diversificou e escureceu, é porque a anterior sobreposição entre raça, classe e *status*, que assegurara aos que se supunham de ascendência exclusivamente europeia o monopólio da gestão concelhia, se diluiu.¹¹⁵³

Trata-se, contudo, de um processo iniciado antes do século XX: ainda nos finais do século XIX, deparamos com um elemento da família Gomes de Pina a aceder à Câmara, o que se repetirá com outros elementos desta família, logo em princípios do século XX e ao longo de toda a meia centúria seguinte. Os Gomes de Pina, pelas relações (familiares, se bem que por via ilegítima) privilegiadas que mantinham com as famílias do segmento *branco*, pela evolução da sua situação de classe e pela proximidade dos seus estilos de vida com os da elite *branca*, foram mais precocemente integrados nas redes de sociabilidade *branca* e foram das primeiras famílias *não-brancas* a participar da gestão camarária e a ascender no funcionalismo da capital da província.¹¹⁵⁴

Parece-nos pertinente a interpretação do alargamento da base social de recrutamento dos elencos camarários, ao longo do segundo quartel do século XX, a partir de duas perspectivas complementares: (1) podemos entendê-lo como manifestação do peso crescente da classe, em detrimento do da família e do *status*, no acesso aos órgãos do poder local, o que é sugerido pela presença nas vereações dos maiores comerciantes e proprietários fundiários da cidade, todos eles *não-brancos* – Fortunato Gomes de Pina, Manuel Ferreira, Henrique Rodrigues Pires, Eduardo Barbosa, Raul e Augusto Rodrigues Monteiro (não por acaso, quase

¹¹⁵³ A composição sócio-económica das vereações tendeu, no entanto, a manter-se, com o predomínio das categorias sócio-profissionais «proprietário», «negociante» e «comerciante».

¹¹⁵⁴ Acompanhemos o trajecto de um emergente, provindo desta família. Leão Gomes de Pina nasceu em 1899, filho de um comerciante e de uma filha *de fora* de *branco*, a quem o pai, conquanto a não tivesse perfilhado, não deixou de acompanhar a infância e adolescência e de lhe legar parte dos seus bens. Um dos irmãos de Leão fez o percurso da emigração americana, tendo amealhado consideráveis recursos em pouco tempo. Retornado à ilha, investiu em propriedades fundiárias e no comércio na Vila, onde construiu um grande sobrado para a família habitar e abriu uma loja, no piso térreo da casa. Tornou-se rapidamente um dos principais comerciantes locais, por grosso e a retalho, investindo também na importação e exportação de produtos. Na década de vinte, já integrava a Comissão Municipal da ilha. De acordo com alguns informantes, terá sido este irmão a custear os estudos metropolitanos de Leão e a induzi-lo a mudar de área de estudos. Leão foi estudante de engenharia mecânica no Instituto Superior Técnico, onde fez várias cadeiras, e frequentou a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (antiga Escola Politécnica) durante um ano. Pressionado pelo irmão para leccionar o curso de direito (o irmão afirmava necessitar de um advogado, segundo Artur), voltou ao liceu, onde fez, em 1921/1922, o exame do curso complementar de Letras, no Liceu Central de Bocage, para poder aceder ao curso de direito, no qual se licenciou, pela Universidade de Lisboa. Era também diplomado com o curso superior Colonial. Inscrito na Ordem dos Advogados de Lisboa e nos auditórios da Comarca de Sotavento, foi já como advogado que concorreu ao lugar vago de 3º oficial da Direcção dos Serviços de Administração Civil da Colónia, já com 34 anos. Em 1929, foi nomeado ajudante do Conservador do registo predial da 7ª Conservatória da Comarca de Lisboa. Em 1930, foi o escolhido para o lugar de sub-delegado do procurador da República no 1º Juízo de Transgressões e Execuções da Comarca de Lisboa. Foi nomeado, interinamente, director da Imprensa e dos Serviços Estatísticos e, em 1933, em comissão, director dos Serviços de Estatística e da Imprensa Nacional. Foi depois nomeado para o Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas e designado 2º sub-delegado do Juiz de Direito da Comarca de Santiago. Foi também presidente do Tribunal do Comércio e conservador do Registo Predial da Comarca de Sotavento. Era proprietário, editor e director d' *O Eco de Cabo Verde*, jornal quinzenário publicado na Praia, a partir de 1933 (vd. anexo VI, p. 627). Leão Gomes de Pina era ainda director do Colégio-Liceu Serpa Pinto, da Praia, que ministrava os ensinos primário, secundário e técnico (vd. anúncio n' *O Eco*, anexo XI, p. 655, canto inferior direito).

todos filhos *de fora* de *brancos*) –; e (2) podemos também considerar que os critérios de recrutamento não foram significativamente alterados, e que foi a repercussão da perda de capital económico nos quantitativos de capital simbólico (fim das viagens de recreio à metrópole e de outros consumos ostentatórios, como os que acompanhavam os festejos das *bandeiras*, perda de muitas propriedades, com os respectivos reflexos nas relações de poder associadas à terratenência, ruína dos sobrados, diminuição substancial da população *branca* da cidade, devida sobretudo ao êxodo de muitos *brancos* que pretendiam escapar ao declínio económico) e escolar (muitos poucos descendentes a estudarem nas universidades metropolitanas) que fez descer o segmento *branco* no espaço das posições sociais, à medida que outros indivíduos e famílias, dispendo de menor capital racial, mas de mais recursos materiais, iam podendo reconvertê-los em capital escolar e simbólico. A europeidade *branca*, em muitos casos o único capital que perdurou, a par do linhagístico, por si só, não foi capaz de assegurar aos *brancos* a manutenção do monopólio do poder na ilha.

Chegados à última década da primeira metade do século, deparemos com uma vereação camarária, em que, dos vogais efectivos e suplentes, nenhum elemento pertencia aos *brancos do Fogo*: um dos vogais era metropolitano, dois, tendo paternidade *branca*, tinham maternidade *não-branca*, logo, haviam sido gerados fora do casamento legítimo, e o último era, pelos dois progenitores, de ascendência *não-branca* (se bem que descendesse de uma família de antigos morgados).

Os principais comerciantes *não-brancos* da cidade haviam acedido à vereação camarária ainda nas primeiras décadas do século XX, quando ela era ainda um quase-feudo do segmento *branco*. Em meados do século, eram já sobretudo funcionários de carreira quem ocupava os cargos municipais, e a rarefacção dos sobrenomes duplos das famílias *brancas* nas actas das reuniões camarárias acompanhou a rarefacção progressiva da população *branca* e do seu poder na cidade.

Esta evolução podemos também acompanhá-la através dos clubes recreativos, que a partir de meados da década de vinte vão surgindo em São Filipe: o Sporting Club do Fogo¹¹⁵⁵, o Clube Floriano, fundado sob a inspiração de Francisco Xavier da Cruz (B. Leza), funcionário dos correios colocado em São Filipe, e o Clube Baiano. Apesar da inexistência, na cidade, de clubes exclusivamente para *brancos* – «Não conheci nenhum clube de brancos, agora se fizessem uma associação, faziam entre eles, ficavam só mais ou menos os da mesma cor.» (Maria) –, a existência destes três clubes, de acordo com Teixeira Sousa, «prova que a sociedade fogueense se achava então estratificada em três camadas, isto é, em sobrados, lojas e funcos»¹¹⁵⁶, ou seja, em *brancos*, *não-brancos* remediados, que conceptualizámos como *mestiços* (camada constituída pelo baixo funcionalismo público, pelos empregados comerciais,

¹¹⁵⁵ Teixeira de Sousa menciona «Clube Sporting de São Filipe» (cf. «Recordando B. Léza», *Terra Nova*, nº 321, 2003, p. 3), afirmando não se recordar bem se seria essa a designação. De facto, o que existiu foi um Sporting Club do Fogo, que, em 1927, expunha ao governador um projecto de estatutos, e um Clube Sportivo de São Filipe, que, em 1940, apresentava um requerimento pedindo a aprovação dos seus estatutos (AHN, RPSAC, SC:\SR:\A\Cx250 – Estatutos das associações desportivas de Barlavento e Sotavento, relatório de provas, fiscalização de corporações administrativas etc, 1945-1950). Num artigo anterior, Teixeira de Sousa refere que o Sporting Club do Fogo foi fundado mais ou menos na mesma altura que o Clube Baiano, o que a nossa pesquisa confirmou.

¹¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 3 e «Os falares das ilhas de CV», *op. cit.*, p. 30.

pelos trabalhadores manuais que possuíam alguma especialização, como costureiras, marceneiros, etc) e os completamente desapossados, ou seja, os *negros* (braçais, jornaleiros esporádicos, criadas de servir, relectoras dos dejectos domésticos, mendigos). O Sporting Club do Fogo estava ligado a uma das facções do segmento *branco*, que aí reunia, conspirando contra a facção rival, então no poder local. O Clube Floriano, além da classe intermédia de *mestiços*, atraía também os jovens das famílias *brancas*, que aí ensaiavam as revistas, os fados, as declamações aprendidos em Lisboa, enquanto estudantes. O Clube Baiano não tinha, naturalmente, sede e os seus membros improvisavam bailes e outros convívios. A carreira de Príncipe de Ximento (vd. nota de rodapé nº 1221, p. 440) ter-se-á iniciado neste clube¹¹⁵⁷.

Em meados dos anos cinquenta, era já o Vulcânico Clube do Fogo o mais frequentado. A composição social dos seus corpos gerentes revela as alterações ocorridas nas três décadas anteriores na hierarquia sócio-rácica. O Vulcânico tinha, em 1956, nos seus órgãos directivos, membros do antigo segmento *branco* a par de *não-brancos*, alguns dos quais filhos *de fora* de elementos desse segmento, que prosperaram graças ao comércio. É assim que vemos dois elementos das famílias Sacramento Monteiro e um da família Barbosa Vicente – os primeiros como vice-presidente da Assembleia Geral e da Direcção, o segundo como vogal efectivo –, ao lado de um Gomes de Pina – a referida família *mestiça* cujo movimento ascensional recuou à transição do século e que era socialmente tida como *branca*, por muitos *não-brancos*, e como *quase-branca* pelos *brancos*, apesar do grau variável de pigmentação dos seus membros – e de um filho ilegítimo da família Barbosa, como presidente da Direcção.

Os *não-brancos* emergentes, mormente aqueles que sempre haviam mantido grande proximidade com o lado paterno da sua ascendência, revelavam-se aprendizes expeditos das representações e dos estilos de vida dos *brancos*: «Elas puxavam pela substância. Como a *nha* [...] era branca e o [...] tinha dinheiro, e elas estudavam, elas puxavam, puxavam...» (Susana). Esta permeabilidade não se confina aos *mestiços*; o mimetismo das práticas dos que ocupam os lugares mais valorizados do espaço social parece ser um aspecto do comportamento comum aos indivíduos em mobilidade ascendente. Afinal, é essa capacidade diferencial de mimetizar que em grande medida distingue os ritmos e as velocidades do trânsito dos que, detendo capital económico, aspiram à sua conversão em capital social. Este dependente da confluência de outros tipos e volumes de capital, entre os quais, o simbólico ocupa um lugar privilegiado. É a relevância do capital simbólico que ajuda a explicar que mesmo os dominados, que interiorizam as representações veiculadas pelas elites, não reconheçam aos adventícios no topo da hierarquia de classes uma posição equiparada no espaço das relações sociais. Para um mesmo (ou superior, como passará a acontecer) nível de riqueza, uma (pelo menos inicial) diferenciação estatutária.

¹¹⁵⁷ «Os falares das ilhas de CV», *op. cit.*, pp. 29-30.

Capítulo 13

O CONTEÚDO COMPÓSITO DAS CATEGORIAS RÁDICAS E A INTERPRETAÇÃO RACIAL DAS PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS

13.1. A percepção nativa das categorias racializadas

Antes de abordarmos o teor das relações entre *brancos* e *não-brancos* e aspectos da sua evolução, parece-nos importante entender a percepção nativa das categorias e precisar o que era ser *branco* e o que era ser *não-branco* (ou seja, o que, para os fogueteiros, era ser *preto*, já que a categoria *mestiço* era pouco considerada e, quando o era, era-o sob a fórmula *mulato*) no Fogo da primeira metade do século XX.

Tendo presente o carácter sócio-económico e culturalmente determinado dos constructos racializados, parece-nos pertinente utilizá-los nos estudos onde a desigualdade social se apresenta racializada – situação que a ilha do Fogo apresentava, na época abrangida pelo nosso estudo –, mas desde que desconstruamos os conteúdos desses constructos e os reconstruamos – o que fizemos no capítulo 2 –, de molde a permitir destrinçar o seu conteúdo histórico-ideológico da sua realidade empírica¹¹⁵⁸. Conquanto o nosso propósito central não incidisse no levantamento das variáveis envolvidas nas presentes classificações raciais dos informantes, as entrevistas acabaram por permitir-nos isolar alguns critérios em que essa classificação se apoiava.

Para os *brancos* do Fogo da primeira metade do século XX, *branco* era alguém que se supunha de ascendência exclusivamente europeia, enquanto para grande parte dos *não-brancos* da mesma ilha e da mesma época, mormente para os *negros*, *branco* podia ser alguém mestiçado, ainda que relativamente escuro, desde que abastado. Ou seja, os primeiros enfatizavam a ascendência e o fenótipo, importantes elementos da sua etnicidade, em cujo monopólio assentavam a sua distintividade, ao passo que os segundos, desprovidos destes capitais socialmente muito valorizados, mas só transmitidos pelo nascimento, tendiam a considerar nas suas classificações o estatuto sócio-económico adquirido. Identificamos a persistência desta diversidade de critérios nos informantes *não-brancos*: à medida que decresce o volume dos capitais económico, social e cultural dos inquiridos, maior o apelo a considerações de riqueza e de *status* para situar alguém no espaço das relações raciais e menor a intervenção dos critérios fenotípico e genealógico.

¹¹⁵⁸ Andreas Hofbauer, *ap.* Valter Roberto Silvério, *op. cit.*

Apesar de mencionarem preferencialmente – aqui, em consonância com os inquiridos *brancos* – o nível de instrução e só mais raramente o capital económico como o grande legitimador das trajetórias sociais dos indivíduos, não hesitam em catalogar de *brancos* alguns *não-brancos* abastados, ainda que muito escuros. Mas só em entrevistados *não-brancos* o volume dos bens constitui o critério de agrupamento na categoria *branco*. Quando solicitados para citarem os principais *brancos* da cidade, alguns incluem *não-brancos* na lista, baseando-se exclusivamente na classe e negligenciando o fenótipo: «Aqui, ‘brancos’ chamavam as pessoas ricas. Não por causa da cor.» (Eduardo).

Outros, percebendo o aparente paradoxo de classificar como *brancos* indivíduos predominantemente negróides, fazem logo a seguir a auto-correcção: «O meu pai era branco, era mulato.» afirmou Rita do seu pai *mestiço* (filho de um metropolitano e de uma guineense), que, conquanto apresentasse traços somáticos de ambos os progenitores, era um comerciante e armador abastado, e por isso, segundo a filha, socialmente *branco*. O discurso dos informantes tende, porém, a fluir rapidamente do critério sócio-económico da categorização para o seu conteúdo meramente descritivo (da raça) ou vice-versa: «Muitos deles não eram brancos brancos, mas como tinham estatuto económico ficavam na prateleira dos brancos. O senhor [...] era muito mais escuro que eu, mas era *branco*, tinha dinheiro, esqueciam-se da cor», afirma José acerca de um dos muito raros *não-brancos* integrado nos círculos da convivialidade *branca*.

Outra categoria de *brancos* era a composta por «esses *mulatos ou brancos do campo*» (Pedro). Tratava-se de algumas famílias do interior, em cuja ascendência recente figurava geralmente um *branco*, e cujo capital racial (são geralmente mais claros os seus membros) e económico, reduzido embora, lhes garantia um estatuto diferenciado no campo, mas que na Vila, espaço dominado pela elite *branca* de supostamente imaculada ascendência europeia, perdiam o estatuto social de *brancas*.

A percepção social da raça pelos *não-brancos* assentava nos mesmos fundamentos que a dos *brancos* (ascendência e fenótipo), porém, acrescidos de critérios classistas e estatutários. No que se pôde reconhecer alguma uniformidade foi quanto à valoração positiva da categoria *branco* e, inversamente, quanto à depreciação da categoria *preto*, sempre objecto de estereotipia negativa. Sendo a raça uma relação desigual de poder, os conceitos racializados traduzem necessariamente essa desigualdade, ainda que utilizados apenas enquanto descritores somáticos. Os entrevistados utilizaram mais amiúde e manifestaram mais à vontade na utilização do termo *branco* do que na do termo *preto*: «Não tem ninguém... ‘é preto’... não!» (Paula); «Quase não se dizia. É como aqueles genros que não tratam a sogra nem por mãe nem pelo nome.» (Marcelo); e um ou outro informantes (*brancos*) baixou a voz pronunciando a palavra *preto*.

Raramente se classificava alguém como *preto*, a não ser quando a intenção era denegrir. Alguns informantes afirmam ter presenciado situações de conflito com ofensas verbais entre *não-brancos*, ambos escuros, em que, quando o objectivo era ofender ou humilhar o outro, para qualificar o seu baixo nível moral e social, se lhe chamava *preto*,

despindo-se assim o termo de qualquer referencialidade somática. Dois entrevistados utilizaram a fórmula *peças de cor* para designar indiscriminadamente *negros* e *mestiços*, tendo um afirmado mesmo preferi-la para contornar a carga negativa que, quanto a si, rodeava o termo *preto*: «Eu gosto, se uma pessoa é preta, gosto de dizer ‘aquela pessoa de cor’. Sinto muito melhor... ‘preto’ não gosto de dizer, tenho a impressão que tou a rebaixar a pessoa.» (Paula) As duas situações descritas reportam-se a pessoas que ainda residem ou residiram largas décadas em Portugal, tendo uma estudado num colégio interno metropolitano, ainda antes de se fixar definitivamente na ex-metrópole.

Entre os fogueteiros, agora como antes, apenas a categoria *branco* é usada regularmente e sem constrangimentos. Entre os *brancos*, quer a categoria *branco* quer a categoria *preto* eram e são categorias de conteúdo inequivocamente racial, no sentido clássico, biológico do termo. Entre os *não-brancos*, pode tratar-se tanto de categorias raciais como estatutárias, acentuando-se esta última significação à medida que se desce na hierarquia global dos recursos. Sobretudo os *não-brancos* de menor capital cultural remetem para a categoria *brancos* os indivíduos dos estratos sócio-económicos superiores e apenas alguns se corrigem, acentuando o critério económico da categorização: «era branco, não era branco, era branco de dinheiro!...» (Duarte). Independentemente das pertenças raciais e da posicionalidade sócio-económica de cada um, a categoria *preto*, em condições de extrema emotividade, podia revestir-se de conotações sócio-económicas, culturais e morais, sendo a entoação a estabelecer a passagem do conteúdo descritivo para o conotativo.

Nem sempre estaremos, pois, perante as categorias potencialmente fluidas de outros contextos – como o brasileiro e o caribenho e mesmo o de outras ilhas do arquipélago, onde «sejam os mulatos, sejam os negros passam a ser “gente branco” à medida que vão ascendendo à burguesia.»¹¹⁵⁹

Efectuando uma pesquisa na ilha Brava inspirada na que Marvin Harris efectuara no Brasil, Meintel recolheu cento e quarenta termos alusivos à caracterização racial, dos quais quatro se distinguem pela sua representatividade (67,8% do total de termos colectados). A predominância destes termos-base e das respectivas formas modificadas (por exemplo, *mulato-escuro*, *mulato-claro*) permite reduzir, segundo a autora, a paleta da terminologia racial, a ponto de, concluir, ser talvez possível que a «distinção semântica básica seja entre branco/a e outras categorias.»¹¹⁶⁰

Pronunciando-se sobre o vasto *corpus* de termos raciais inventariado por Marvin Harris no Brasil, Deirdre Meintel relativiza a sua dimensão: por um lado, Marvin inclui as duplicações de género; por outro, um pequeno número de termos é marcadamente representativo (dez termos foram citados em cerca de 85% das respostas). A partir daqui, Meintel questiona a asserção de Harris segundo a qual não existe «“uniformidade intersubjectiva”» na terminologia racial no Brasil. Apesar destas considerações, parece à autora que é incontornável a maior fluidez terminológica em Cabo Verde e no Brasil, comparativamente com os Estados Unidos da América. O que contesta é que, a partir da inexistência de uniformidade na classificação

¹¹⁵⁹ Manuel Ferreira, *A aventura crioula*, op. cit., p. 46.

¹¹⁶⁰ *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cape Verde*, op. cit., p. 160.

fenotípica, se possa inferir um conteúdo e um teor das relações raciais nos dois territórios de colonização portuguesa diferente dos anglo-saxónicos. O que mais critica a Harris é que, a partir desta fluidez terminológica – as categorias são múltiplas e não geram consensos descritivos por parte dos interrogados – ele conclua pelo diferente teor das relações raciais no Brasil, onde a discriminação não seria essencialmente racial, mas de classe¹¹⁶¹.

A característica que nos parece mais relevante da classificação racial no Fogo consiste na destriça central entre *brancos* e *não-brancos* e, aqui, as conclusões da nossa pesquisa empírica aproximam-se daquelas a que Meintel chegou para a Brava. Frequentemente, os informantes consideram espontaneamente dois grandes segmentos raciais, sendo nós a introduzir uma terceira categoria – a categoria *mestiço* –, logo a orientar as respostas seguintes. Porém, assim que o auto-controlo das respostas abranda, voltam a mencionar *brancos* e *pretos*, simplesmente. No entanto, em determinadas circunstâncias, por exemplo, ao descrever um casamento *misto*, referem se o cônjuge *não-branco* era *mulato claro* ou, pelo contrário, *escuro*. Por vezes, no caso de informantes com experiência de residência e trabalho noutras parcelas ultramarinas, mormente em Angola, a categoria *cabrito* surge também.

Este é, certamente, o tópico em que a forma da abordagem mais orienta o sentido do discurso. Quando inquiridos sobre as categorias com que os seus pais, tios, avós, e outros parentes classificavam racialmente as pessoas, a classificação surge quase unanimemente polarizada em torno do binómio *branco- preto*. Uma ou outra vez, os informantes corrigem-se – «Não, havia brancos, mulatos e pretos» (António) –, mas já influenciados ou pela forma da pergunta, quando esta intencionalmente cobria uma tripartição racial, ou pela obra de Teixeira de Sousa, profusamente lida ou pelo menos citada pelos ilhéus, e assente na consideração de três grandes grupos sócio-raciais.

No primeiro dos seus artigos de índole sociológica, HTS considerara quatro grupos – *brancos* (os de ascendência somente europeia), *mestiços* (filhos de pai *branco* e mãe *mulata*), *mulatos* «propriamente ditos» (filhos de pai e mãe *mulatos*) e *povo*. A divisão dos *mestiços* em dois sub-grupos deveu-se, segundo o escritor, ao facto de os principais agricultores e comerciantes serem *mulatos* e não *mestiços*, de serem os primeiros quem estava na posse dos sobrados dos *brancos* arruinados e de serem ainda os seus filhos e não os dos *mestiços* quem prosseguia os estudos¹¹⁶². Nos artigos que escreveu posteriormente sobre as dinâmicas a que ia assistindo na sociedade fogueense (mais concretamente na são-filipense), engloba já na mesma categoria *mulato* estes dois sub-grupos, acabando por contradizer o anteriormente afirmado: dissera no primeiro artigo que eram os *mulatos* e não os *mestiços* que haviam seguido uma trajectória sócio-económica ascendente, já que os *mestiços* se satisfaziam com o orgulho da paternidade *branca*; no segundo artigo que escreveu para a *Claridade*, em 1958, diz que afinal foi grande parte dos bastardos dos *brancos* – que anteriormente classificara como *mestiços* – quem ascendera à posição outrora ocupada pelos pais¹¹⁶³.

¹¹⁶¹ *Ibid.*, pp. 160-161.

¹¹⁶² Cf. «A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940», *op. cit.*, p. 42.

¹¹⁶³ «Sobrados, lojas & funcos: contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo», *op. cit.*, p. 7.

O sistema fogueense de racialização centrava-se no mesmo critério dominante da ascendência que o sistema norte-americano, para o qual a presença de um *não-branco* na linha de ascendência constitui condição de exclusão da categoria *branco* (a ideologia da *one-drop rule*, se bem que no Fogo sem o suporte legal em que esta se apoiou, até à segunda metade do século XX, nalguns dos Estados do Sul dos EUA). Outro aspecto que compartilhavam os dois sistemas era a consideração de dois grandes referentes raciais, o *preto* e o *branco*, ignorando-se, ou pelo menos secundarizando-se, a categoria *mestiço* e (hetero)representando-se os *mestiços* como *pretos* (mormente por parte do grupo dominante). Outro ponto eventualmente em comum será ainda o carácter depreciativo de que o termo *negro*, à semelhança do que se passa nos EUA, se revestiria também no Fogo, de acordo com José Luís Hopffer Almada¹¹⁶⁴. Para além de se reportar à cor escura – definida pelo termo *preto*, que teria um carácter meramente descritivo –, *negro* acrescentaria aos assim designados uma carga social associada à carência de todo o tipo de recursos – económicos, educacionais, políticos, sociais. Durante as estadias na ilha, detectámos a ausência desta categoria no uso quotidiano da população – «No Fogo nunca houve ‘negro’, sempre ‘preto’.» (Rita); «Não, não dizemos muito ‘negro’, *sucuro*¹¹⁶⁵ sim, mas não ‘negro’. ‘Canizade’ é alguém que é normalmente preto de baixa condição» (Manuel) –; não conseguimos, porém, detectar o seu carácter depreciativo.

Somente António, Artur e Manuel mencionaram regularmente o termo *negro* durante a entrevista, nos três casos se tratando de indivíduos com acesso privilegiado ao repertório cultural português – os dois primeiros estudaram em Portugal (um aí residindo há várias décadas, outro permanecendo na ilha, mas sendo filho de um professor metropolitano), o terceiro, ainda que residindo no arquipélago, toda a sua formação literária é portuguesa e é um cultor das literaturas de expressão portuguesa; em ambos os casos, portanto, tratando-se de pessoas que internalizaram as valorações diferenciais de *negro* e *preto* na terminologia cromática mais comumente usada entre nós.

Os sistemas fogueense e norte-americano divergiam profundamente, contudo, em relação a aspectos relevantes das inter-relações raciais: (1) quanto à prática da miscigenação, praticada até à exaustão pelos homens *brancos* da ilha, ao contrário do verificado em muitas áreas dos Estados Unidos; (2) pela assumpção de várias uniões *mistas*, passando estas ou não pela oficialização (rara, até aos meados do século passado), também contrariamente ao observado nos EUA; (3) pela perfilhação de muitas crianças nascidas das relações *mistas*; (4) pela complexidade das inter-relações, que extravasaram sempre o carácter funcional. O desconhecimento empírico da situação do Sul dos Estados Unidos não nos permite, porém, adiantar se estas diferenças são de natureza se de grau.

As representações raciais são tributárias de uma concepção das identidades (raciais e outras) como fenómenos homogéneos e estáticos e não como realidades processuais. É assim que muitos entrevistados *não-brancos* tendem a considerar todos os *brancos* como grupo ao qual associam determinados atributos. A ociosidade é um desses atributos (curiosamente, a

¹¹⁶⁴ Cf. «Homogeneidade e Heterogeneidade da Caboverdianidade», *op. cit.*, pp. 34 ss.

¹¹⁶⁵ «Escuro».

ociosidade faz parte das representações de vários informantes, quer *brancos* quer *não-brancos*, sobre o *outro* racial), afirmando com frequência que «os brancos não fazia nada, os brancos eram brancos!...» (Pedro), mesmo que na continuação da conversa acabem por rememorar contextos que neutralizam ou contrariam mesmo a orientação inicial do seu discurso. Por vezes, desdizem-se, afirmando que os terratenentes acompanhavam os trabalhos agrícolas, instruindo os feitores, vigiando as sementeiras e as colheitas – «Mesmo terra era mais bem governada, porque a senhora sabe, o povo mais pequenino não liga a nada, eles [os *brancos*] quando semeava, aquilo que apanhava guardava, guardava para servir. Mas hoje, não, eles apanham e bebem (...), rebentam com tudo.» (Afonso) – e se ocupavam dos seus escritórios e lojas, detrás do balcão das quais se recordam ainda de os ver.

Os *brancos* são também recorrentemente vinculados à riqueza («Todos os brancos eram ricos.», afirma Rita), se bem que depois os informantes sejam capazes de enumerar vários que viviam dos modestos salários pagos aos escalões inferiores do funcionalismo ou dos igualmente modestos que recebiam como caixeiros em firmas comerciais.

Também nalguns *brancos* persistem representações e expectativas de comportamento associadas à anterior ordem escravocrata de relações. Ao mínimo deslize, as essencializações assentes na naturalização dos comportamentos reemergem. Manuel cita-nos um aforisma que condensa a persistência da racialização dos comportamentos por parte de alguns *brancos*: – «'Preto mesmo na altar el tá coçá cadera'¹¹⁶⁶».

As especificidades sociológicas do Fogo, entre elas, a permanência de um número considerável de *brancos* em São Filipe (se bem que largamente minoritários entre a esmagadora maioria de 97% de *mestiços* computados no censo de 1950, os *brancos* concentravam-se na capital da ilha, onde a desproporção entre a população *branca* e a *mestiça* se via reduzida), até às primeiras décadas do século XX, podem ajudar a explicar o menor potencial *embranquecedor* do capital escolar e do capital económico na ilha. As classificações sociais subjacentes à categorização racial permanecem ainda muito vinculadas à memória da ordem social escravocrata¹¹⁶⁷: a estereotipia positiva da branquidão, da Europa, do passado de estatuto livre e de dominação, tem o seu contraponto na estereotipia negativa da negridão, da África, do passado de cativo e servidão. As dinâmicas da desigualdade que sobreviveram à abolição da escravatura não podiam deixar de manifestar-se igualmente na hierarquização estética, em que os caracteres próximos do tipo caucasóide eram os mais apreciados e os que se aproximavam do tipo negróide eram menorizados.

Forjando-se a identidade no contacto com o outro, a construção da identidade dos *não-brancos* processou-se no contacto com os *brancos*, que, além de diversos do ponto de vista somático, eram quem historicamente estivera situado nos escalões superiores da hierarquia dos recursos e, por isso, quem tinha o poder de nomear e avaliar. Também os

¹¹⁶⁶ «Preto mesmo quando está no altar coça o traseiro».

¹¹⁶⁷ Apreender os significados de determinado universo simbólico requer o acompanhamento da história da produção desse universo simbólico (Peter L. Berger & Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Editora Vozes, 1998, p.133).

estereótipos de beleza física, sobretudo da feminina, revelavam a importância da referencialidade europeia na economia dos bens simbólicos. Uma mulher bonita era aquela que era «muito branquinha, com cabelo muito fininho.» (Ana). O tipo de cabelo assumia um protagonismo no conjunto dos traços fenotípicos que não era igualado nem pela cor da pele.¹¹⁶⁸ Analisando a literatura de cordel na Baía, também Livio Sansone afirma que o traço caucasóide mais apreciado não é propriamente a cor *branca*, como seria de esperar, já que é a cor que dá o mote às categorizações raciais, mas o cabelo liso, e cita um provérbio que também ouvimos no Fogo: «cor a gente conhece pelo cabelo da nuca» (a parte do cabelo que não pode ser desfrizada)¹¹⁶⁹. Também Meintel constatou junto dos seus informantes a primordial importância do cabelo na caracterização somática das pessoas, tendo recolhido vinte e um diferentes termos só para descrever o tipo de cabelo¹¹⁷⁰. Manuel Ferreira também alude ao desprestígio do cabelo de características *negro-africanos* no arquipélago, onde uma série de qualificações depreciativas o designam – «*cabelo mafe, cabelo cuscuz, cabelo ruim, cabelo bejo, cabelo grosso, cabelo inchado*»¹¹⁷¹. No Fogo, emprega-se frequentemente o qualificativo *seco* (*cabelo seco*) para referenciar o cabelo crespo.

Sobrevalorizava-se o fenótipo caucasóide, mormente o cabelo liso e comprido, e estigmatizava-se o fenótipo negróide, sobretudo o cabelo *cuscuzinho* (Maria), e a cor muito escura da pele. A espessura dos lábios, a abertura das narinas e o nariz estreito – filado (Mafalda), referido por algumas inquiridas como constituindo o ideal de beleza de então, mas nunca mencionado por nenhum homem, porém) –, conquanto constituíssem traços somáticos indicadores da presença ou da ausência de pureza racial, eram marginalizados pelo protagonismo da cor da pele e do cabelo, sobretudo deste último, na definição dos estereótipos de beleza.

Se ele tem um cabelo bonito... pode ser bonita ou feia, mas se tem cabelo bonito... [E o que é «um cabelo bonito»?] Cabelo como o da senhora, liso, comprido. Aqui no Fogo há muitas pessoas com cabelo bonito. (Júlia)

Pode ser uma mulata, tem bom cabelo, tem traço fisionómico jeitoso, olhos pardos... [E o que é «bom cabelo»?] Cabelo loiro, cabelo preto, liso, né? Não é como o meu cabelo, pode crescer mas não estende. Se é com mulher é um pouco pior, né? (Pedro)

(...) aquele cabelo bedjo era aquele cabelo txi, txi, txi [gesticula, deslizando o polegar pelo indicador e evidencia expressão facial de desagrado]. 'Ta namora co aquele preto, ta corrê mon naquele cabelo bedjo', diziam. (Susana)

Dizem 'Ah, tem cabelo bonito, cabelo comprido'. As meninas querem-se com cabelo comprido. Nós gozamos com o badio, dizemos: 'Vocês gostam das mulheres do Fogo porque são brancas e de cabelo comprido.' *Badio* adora ter mulher do Fogo. (Manuel)

Mulher bonita, cabelo louro, cabelo grande, é mulher bonita. (...) pessoa bonita, com cabelo pelo meio di costa. (Tomás)

Não é tanto a cor como o cabelo. Eu acho que a discriminação era mais em relação ao cabelo. (...) Fulano é preto, não tem cabelo; pode ser escuro mas tem o cabelo fino... O que se ouvia muito lá era 'cabelo

¹¹⁶⁸ Carreira afirma que o tipo de cabelo, mesmo o muito frizado («carepinha», como refere), não interferia no posicionamento do indivíduo no espaço de relações. Naturalmente que a origem familiar era mais determinante que o tipo de cabelo; porém, tratando-se de um autor foguetreiro, Carreira não desconhecia certamente a importância primordial do cabelo entre o conjunto dos traços somáticos significantes para a localização social dos indivíduos.

¹¹⁶⁹ Cf. Livio Sansone, *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*, op. cit., p. 256.

¹¹⁷⁰ Cf. *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cape Verde*, op. cit., p. 27.

¹¹⁷¹ Cf. *A aventura crioula*, op. cit., p. 325.

carapinha' e 'cabelo cuscuz'. Têm cabelo 'bazado' – era assim que diziam – que cai. A cor... não se tinha muita consciência da cor, só se tem a consciência da cor quando se viaja. O cabelo é que é factor de complexo, factor de humilhação. (...) Os lábios grossos e o nariz também são marcantes, mas se tivesse bom cabelo, como eles dizem, é o bom cabelo que marca. (Cristina)

Não só a cor da pele era um factor menos importante do que o cabelo na determinação da beleza, como a cor excessivamente clara parece ter sido valorada negativamente: «'É bonita porque é muito branca'... não! até porque havia pessoas branca, branca, branca e as pessoas não gostavam muito, porque diziam 'brancos envelhece mais depressa'. Os pretos envelhecem mais devagar por causa da alimentação... comida forte.» (Júlia) A menor resistência à insolação e o colateral envelhecimento precoce depreciavam as peles muito *brancas*. As mulheres da ilha, *brancas quantum satis*, eram naturalmente as eleitas: «As mulheres do Fogo são as mulheres mais bonitas de Cabo Verde.» (Mónica) Quando dizemos que são as da Brava que, pela brancura da pele, são quase unanimemente descritas pelos visitantes dos séculos XIX e XX como as mais belas, alguns informantes discordam, porque, sendo mais *brancas*, «envelheciam mais depressa depois do primeiro parto, ficavam com rugas.» (Mónica)

Mas se o tom excessivamente claro não era muito apreciado, a pigmentação intensa também não o era: «Aquela cor preta chocava à vista.» (Susana) Durante as entrevistas e as conversas realizadas no arquipélago, algumas mulheres (*brancas* e *mestiças*) expuseram-nos partes do corpo mais protegidas do sol, como as coxas ou os ombros, para que não nos equivocássemos com a pigmentação da pele das mãos, do rosto e dos braços, afirmando que a sua morenidão se circunscrevia às partes mais expostas do corpo e se devia exclusivamente à inclemência solar. Aliás, também Meintel se deparou, na Brava, com o mesmo cuidado em justificar o tom bronzeado da pele¹¹⁷².

Em contextos de dominação em que as estruturas diferenciadoras se apresentam racializadas, a importância dos marcadores somáticos é ampliada. Os fundamentos das hierarquias estabelecidas – todos eles reportando-se à europeidade *branca* – geraram no arquipélago, mesmo por parte de *mestiços* escuros e de *negros*, uma repulsa face aos originários da África continental *negra*. Afinal, negra havia sido a cor do cativo e africana a ascendência dos cativos. As nuances epidérmicas e de outros caracteres fenotípicos, mormente do cabelo, foram e são alvo de uma gradação avaliativa, fundada no desenvolvimento de uma acuidade visual que escapa aos observadores exteriores: «Para vocês, alguns mulatos claros são brancos, mas nós conseguimos identificá-los. Como? Ah, ah, é simples! Pela nuca! É raríssimo um preto, mesmo branco, que não tenha a nuca encarapinhada. Aí, elas não conseguem desfrizá-lo.» (João).

Os *mestiços* constituíam uma como que reatualização quotidiana da memória do quadro de relações profundamente assimétrico dos dois grupos sociais situados nas extremidades da escala do poder, em contexto colonial – os senhores e os escravos¹¹⁷³. O seu complexo fenotípico, no qual coabitavam os traços de duas ou mais heranças raciais, constituía

¹¹⁷² Cf. *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cape Verde*, op. cit., p. 99.

¹¹⁷³ François Laplantine & Alexis Nouss, op. cit., p. 31.

um elemento de ultrapassagem – mas simultaneamente de estabilidade – das estruturas racializadoras. A interiorização da avaliação negativa que o segmento associado ao poder, os *brancos*, formava sobre os caracteres somáticos negróides levava os *mestiços* a recalcar tudo o que traísse a sua ascendência parcialmente africana («Há pessoas mulatas que não aceitam ser mulatas.» (Álvaro) Na primeira metade do século passado, um pastor da ilha de Santiago, no decorrer de uma cerimónia religiosa em São Filipe, terá utilizado a expressão «moreno como eu». Tratando-se de alguém de pele muito escura, à saída da igreja, ter-se-ia ouvido o remoque «'sarraçon ca tchuba'» [névoa não é chuva]. (...) o pastor que terá dito isto era badio e, como todos os badios, muito preto.» (Artur)

A distância social que separava *negros* e *mestiços*, pelo menos na percepção de alguns *mestiços*, encontrava alguma correspondência nas diferenciações quanto ao tipo e volume de capital racial possuído entre os próprios *mestiços*. Mesmo sem que se possa generalizar, por se encontrarem numerosíssimas excepções (menos, porém, no Fogo que noutras ilhas cabo-verdianas), o grau de pigmentação encontrava frequentemente correspondência nas diferentes posições no espaço social.

Os *negros*, podendo fundamentar menos a sua diferenciação face aos africanos continentais no fenótipo, assentavam-na na origem geográfica: «Mesmo um preto retinto de Santiago dizia-me «'m ca ta djunta co preto di Guiné'.¹¹⁷⁴» (Maria) A carga simbólica negativa de que se revestia a categoria *África*, de que já antes falámos, remontará aos primórdios do povoamento do arquipélago, quando os escravos já ladinizados tinham um valor de mercado superior aos boçais recém-desembarcados, e também ao facto de os cabo-verdianos terem, a par dos metropolitanos, colonizado a Guiné. A experiência da dominação enquanto agentes colonizadores ajudou a forjar uma identidade geográfica, cultural e racial fundada na diferenciação face ao continente fronteiro. O neto de uma escrava, comentando o casamento do avô, livre, com a sua avó, escrava da Guiné, só consegue encontrar fundamento para o facto na riqueza herdada pela noiva, excluindo quaisquer outras considerações (sentimentais, por exemplo): «tinha muita herança deixada pelos patrões. Tem cabedal, de modo que optou por ela.» (Pedro) Mesmo entre *brancos* havia hierarquia quanto ao volume de capital racial europeu: «nós somos louros e temos olhos azuis. Neles [outra família], não encontra um só louro, e alguns são bem escurinhos.» (João)

13.2. A representação racial da discriminação

Meintel refere que encontrou entre a elite da Brava a convicção de que a diferenciação social na ilha assentava mais em considerações culturais que raciais¹¹⁷⁵. No decorrer do trabalho de campo, nós chegámos à conclusão inversa: apesar de todos os inquiridos terem negado a prática generalizada de insultos raciais verbalizados, a representação dos informantes sobre o peso determinante da raça na estruturação do espaço social da ilha foi

¹¹⁷⁴ «Eu não sou como os pretos da Guiné/Não me comparo com os pretos da Guiné».

¹¹⁷⁵ Cf. *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cape Verde*, op. cit., p. 123.

quase consensual e transversal à sua pertença racial. Só cinco entrevistados rejeitam em absoluto a existência de racismo na ilha – três *brancos* e dois *não-brancos* –, considerando três deles a prática intensiva da mestiçagem como demonstração do a-racismo dos ilhéus:

Dizem que havia racismo, mas eu acho que não, porque os homens principalmente quase todos juntavam-se com pessoas de cor. (Leonor)

Não vejo nessa família [Barbosa] racismo. Até deixam de ter mulheres brancas, arranjam mulheres escuras ou mestiças... (...) o meu sogro deixou mais de oitenta filhos... (Bernardo)

Também Carreira radica na miscigenação generalizada e na aceitação dos filhos *mestiços* a comprovação da ausência de discriminação racial «propriamente dita». A discriminação teria sido apenas de classe¹¹⁷⁶. Quanto à recorrência de insultos raciais verbalizados, todos os inquiridos a rejeitaram.

Cerca de 90% dos informantes, *brancos* e *não-brancos*, afirma a existência de discriminação fundada na raça, na primeira metade do século, e foram vários os que prontamente a ilustraram com episódios a que assistiram ou que lhes foram narrados por familiares. Houve mesmo dois *brancos* que assumiram essas identidades discriminatórias como sendo ainda as suas e como modelando as suas condutas: «Que quer?, são duzentos anos de cultura sobre os ombros!» (João).

Alguns, sem negarem a existência de discriminação assente em considerações raciais, contextualizam-na, associando-a à própria dinâmica social das relações entre possidentes e desapossados, dominantes e dominados e sobretudo relevando a cultura linhagística das famílias do segmento *branco*:

(...) às vezes dizem que as pessoas do Fogo são racistas ou que eram, não sei já o que é que dizem, que nós todos às vezes dizemos palavras sem saber o quê. Primeiro, o que é a raça? (...) Até à geração da minha mãe ninguém na família queria um casamento com outro que fosse com outro estatuto. Mas eu vejo nisso mais um clã que só racismo puro. Vinha tudo junto. (Maria)

Outros estabelecem diferenças de conteúdo entre o racismo *branco* na África continental e o manifestado na ilha:

Não havia esse espírito, não houve aquilo que havia em Angola, Moçambique, noutros lados, não houve aqui. Houve situações com constrangimentos, claro, essa coisa de não misturar, ninguém gosta, claro. (António)

Se me perguntar se houve racismo, eu acho que sim. Se me perguntar se era um racismo agressivo, não era. (...) E era a época, era a época. (Francisco)

Questionado sobre se os *brancos* da primeira metade do século passado acreditavam na existência de raças, Manuel responde:

Não! Medir o tamanho da caixa craniana, não, de forma alguma. Mas já parou para perguntar: 'ser branco e ter cabelo fino é ser bonito', isto é raça? É raça! (...) Alguém que está bem na vida diz 'Sou branco já' e aqui é cultura, não tem a carga de ser branco, quem sobe economicamente na vida diz isso, que significa

¹¹⁷⁶ Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e "Rios de Guiné" (Séculos XVII e XVIII), op. cit., pp. 73-74.

'pronto, venci, sou como branco' (...) Nós gozamos com o badio, dizemos: 'Vocês gostam das mulheres do Fogo porque são brancas e de cabelo comprido.' Badio adora ter mulher do Fogo. Isto já é raça, não é?

Quando interpelados sobre a sua interpretação da discriminação de que a maior parte da população da ilha era alvo, todos os informantes *não-brancos* a rotularam de manifestação de racismo: «havia racismo tchéu! (...) Branco era tudo racista.», afirma Rita. Perguntando-lhe se Teixeira de Sousa, que ela havia classificado como *branco*, era racista, respondeu negativamente. Fazendo-lhe notar que afinal nem todos os *brancos* teriam sido racistas, como afirmara, a entrevistada reclassificou-o racialmente como «mulato, traçado, mistura.»

Carreira refere que o «racismo» dos *brancos* (europeus) era menor que o dos *brancos da terra* (os sociologicamente *brancos*, se bem que muitos já *mesclados*)¹¹⁷⁷. Artur recorda-se de seu pai – metropolitano colocado na ilha, onde casou com uma *não-branca*, na década de trinta, muito antes de se terem vulgarizado os casamentos *mistos* – contar como ficara «impressionado com o racismo desta ilha». Apesar de Catarina, uma informante *não-branca*, ter dito que «os [*brancos*] que eram mais educados davam-se com todos; os que tinham menos educação não», eram muitas vezes elementos das famílias mais cultivadas e mais condescendentes com as inter-relações com *não-brancos* que são referenciados como exemplos máximos de racismo. De uma mulher casada com um elemento de uma destas famílias (Avelino Henriques), que se recusava a confraternizar com *não-brancos*, dizem: «era muito grandiosa, muito coisa... Dizia 'a festa onde está fulano, fulano, fulano eu não fico'.» (Margarida); «(...) era pompona assim, bonita ela era, gorda, era racista, bastante racista.» (Rita).

As memórias que mais alimentam esta representação do racismo dos *brancos* prendem-se sobretudo com quatro aspectos do seu comportamento: 1) a extrema delimitação da sua rede de sociabilidade («só entre famílias, de lado a lado», diz Leonor; «Eu subi à capital [da ilha] como guarda-livros; nunca, nunca, mereci a honra de ser convidado para uma festa dessas. (...) As raparigas brancas só conhecia das varandas.», relembra Pedro); 2) as resistências ao casamento com elementos exteriores ao grupo («Naquele tempo, as ideias daquelas famílias, etc, o maior opróbrio que se podia ter numa família era casar com uma pessoa de cor.», afirma Artur); 3) a sobranceria que em geral evidenciavam em relação aos *não-brancos* – «brancos era pessoas soberbentos.» (Tomás), «*Branco nim falá, nim bom dia*» (Sofia) –; e 4) a relutância em tocar o corpo ou o vestuário dos *não-brancos*

Punham mão assim vão lavar logo. A minha avó era assim. Eu via. (...) Ela não recebia ninguém pobre na sua casa e deitava esmola da varanda para apanhar no chão, para não tocar. (Amália)

Ela então era tremenda, a gente não podia tossir, se tossir já vai lavar mão. (Alberto)¹¹⁷⁸

(...) normalmente, a pessoa que tem um pouco de cor eram vista... – nosso pai contava – se foi para casa de gente que é muito branco, muita vez não deixa entrar, se entra tem que tirar os sapatos para banhar e essas coisas, lavar os pés e... [ri] (Eduardo).

¹¹⁷⁷ Cf. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, op. cit., p. 284.

¹¹⁷⁸ Das atitudes discriminatórias desta mulher do segmento *branco*, disse Matilde: «*El ca ta regulaba bem, aquela cõsa di branco na corpo, ta fica co aquele poder na sangui.*» [«Ela não regulava bem; aquela coisa de branco no corpo, ficou com aquele poder no sangue.»]

Note-se que Amália alude à condição económica («pobre») e não à pertença racial. Porém, cita este aspecto do comportamento quotidiano da sua avó *branca* para ilustrar o seu racismo. Já Eduardo inscreve o comportamento descrito no diferencial de higiene entre os envolvidos, retirando assim a carga da raça presente no enunciado anterior, afirmando que «Isso é normal, porque tinham casa lavada...».

Em meados da década de quarenta, Silva Rendall, no relatório anual da Administração, dizia que «a higiene é quase desconhecida na classe popular»¹¹⁷⁹, o que contrastava com os hábitos de asseio da elite, que estranhava e desdenhava da sua falta entre os próprios metropolitanos destacados para a ilha. *Pé de cholé* era a expressão que circulava entre os *brancos* do Fogo para designar desdenhosamente os metropolitanos recém-chegados, insinuando a sua falta de limpeza e consequente mau cheiro (Maria, João, Susana). Numa época em que o banho diário estava ainda longe de ser uma rotina entre as crianças metropolitanas, independentemente do estrato sócio-económico de pertença, alguns dos mais velhos dos entrevistados do segmento *branco* recordam-se que na sua infância ele era uma imposição familiar.

Na década de quarenta, doenças contagiosas como a sífilis, a tuberculose e a lepra eram ainda comuns na ilha, sobretudo entre a população mais carenciada. O temor pelo contágio destas e de outras doenças, e mesmo de parasitoses da pele, incitaria à restrição de contactos entre os que dispunham de melhores condições de vida, mais informação e cuidados médicos e os que a privação quase absoluta de todos esses capitais expunha mais à doença. Esta restrição do contacto físico parece ter sido, porém, mais acentuada nas mulheres do segmento social superior, porquanto os homens se relacionavam sexualmente com várias mulheres *não-brancas*. O facto de o grau de pigmentação e outros marcadores somáticos coincidirem com essa maior exposição face à doença, vinha com certeza ampliar e reforçar a percepção racial das condutas discriminatórias, independentemente destas terem ou não um fundamento racial.

Trata-se de comportamentos que, a partir da sua mera exterioridade, sugeriam estar-se em presença de fenómenos associados a racismo e é assim que grande parte dos inquiridos os identificam, ainda que alguns auto-corrijam o excessivo campo de aplicação da noção de racismo. Mafalda, tendo afirmado que «Tinha racismo, sim. Festa do governador só ia... tinha baile no Bar»¹¹⁸⁰ que era só também daquelas famílias», acrescenta depois que o critério de selecção dos convidados era afinal o volume da riqueza material e não a raça ou a instrução: «gente que ia lá era por causa disto [e esboça com o polegar e o indicador o sinal de dinheiro], não era por causa de cor ou sabia mais, não, era só pessoas de quarta classe assim, não tinha muita escola.» Afonso releva sobretudo o *habitus* de classe. «Se eu não tenho comportamento eu não posso ser convidado para baile, aquilo não é racismo, é comportamento. É isso que é racismo que eles chamam.» Ou seja, tratar-se-ia mais de um *racismo de habitus* que de

¹¹⁷⁹ Luís da Silva Rendall, *Relatório Anual, Administração do Concelho da Ilha do Fogo – Ano civil de 1945*, p. 35. AHN, RPSAC, Cx. 11 – Processos recebidos da Administração do Concelho do Fogo: relatórios, diários de serviço, funcionários, etc, Dezembro de 1944-Abril de 1946.

¹¹⁸⁰ Trata-se do Vulcano Bar, um bar descrito como «chique», «de luxo», frequentado apenas pelos notáveis locais, pelos funcionários metropolitanos colocados na cidade e pelos dignitários em visita.

racismo propriamente dito, pelo menos no aproximar da década de cinquenta, quando *brancos* e *não-brancos* abastados e crescentemente instruídos partilhavam já as mesmas redes de sociabilidade.

Os informantes *brancos* tendem quase unanimemente a considerar que também entre os *não-brancos*, especialmente nos mais claros, que tinham um ascendente próximo (pai ou avô) *branco* e/ou nos que estavam melhor posicionados na escala da riqueza e do *status*, existia o mesmo cuidado posto na depuração racial e no desvio de qualquer associação familiar com ancestrais africanos: «Esta história da discriminação epidérmica na ilha do Fogo vai encontrar em todas as classes sociais, não é só nas classes altas, e muitas vezes de pessoas que não se olham ao espelho.» (Cristina) Também o poeta fogueense Pedro Cardoso (vd. anexo VI, figura 99, p. 626), a propósito de um conto onde narra a sua ascendência real africana (descenderia do filho de um régulo do litoral da Senegâmbia), faz referências ao «*colorado* que fanfa de branco, por não ter um espelho em casa» e à «filúcia dos atoleimados *café-com-leite* da Parvónia Hesperitana»¹¹⁸¹.

Os informantes *não-brancos* dividem-se: para alguns, as práticas categorizadas como racistas eram inexistentes («mulato e preto é tudo igual», considera Rita); outros, porém, recordam que as suas familiares de fenótipo mais europeu – as mulheres são as mais vezes referenciadas como mantendo «essa coisa de cor» (Bernardo) –, geralmente filhas *de fora* ou netas *de fora* de *brancos*, sendo as mais apreciadas na família e as mais pretendidas para namoro e casamento, precisamente pelas suas características físicas – cabelo mais fino, nariz mais afilado, lábios menos espessos, pele mais clara –, também se mostravam mais reservadas no convívio e na escolha dos matrimoniáveis. Bernardo afirma que a mulher «tinha uma tendência de branca. Era mais filha do pai do que da mãe: ‘Eu sou gente, eu sou gente’; quer dizer, nós os pretos não somos!»¹¹⁸², e Mafalda recorda que a mãe também «era um bocadinho... esquisita com essas coisas.»

Numa sociedade hierarquizada entre *brancos* e *não-brancos*, o lugar ocupado no sistema de distribuição dos recursos encontrava grande correspondência na gradação cromática, sendo o grau de pigmentação inversamente proporcional ao volume dos capitais. Tratava-se de formas cumulativas de discriminação, que assumiam frequentemente um carácter racial.

¹¹⁸¹ Tratar-se-ia de Ben Ali Sambé, capturado por portugueses que o terão escravizado e exportado para o Rio de Janeiro, onde terá sido adquirido por Domingos Vidal Barbosa, poeta brasileiro que, envolvido na Inconfidência Mineira, foi degredado para Cabo Verde, onde viveu cerca de um ano, até morrer, em 1793, com pouco mais de trinta anos. Vidal Barbosa terá alforriado Ben Ali Sambé e este tê-lo-á acompanhado no seu exílio cabo-verdiano. Pedro Cardoso afirma ter extraído de um livro de linhagens (não refere qual) que, na Ribeira Grande, uma viúva jovem e abastada terá casado com Ben Ali e dele tido descendência, entre ela, antepassados do próprio Pedro Cardoso. Cf. «Comentando», *O Eco de Cabo Verde*, nº 31, 22 de Dezembro de 1934, p. 2.

¹¹⁸² Curiosamente, Bernardo é neto *de fora* de um *branco*, tal como sua mulher; porém, enquanto esta se posiciona mais como *branca*, ele assume-se como *não-branco*, apesar do orgulho que revela pela parte *branca* e metropolitana da sua ascendência.

Capítulo 14

OS QUADROS DA INTERACÇÃO RACIAL E OS LIMITES IMPOSTOS À CONVIVÊNCIA

A consulta das actas das sessões camarárias, em que se identificavam todos os presentes, permitiu-nos, através do registo dos apelidos, traçar o perfil social, económico e racial da composição da administração municipal no período que estudamos e no quartel de século antecedente, e avaliar a evolução dessa composição. Desta pesquisa, dois aspectos ressaltam de imediato – um número restrito de apelidos, profusamente repetidos e em curiosa variedade de combinações, por um lado, e a acumulação de cargos pelos mesmo indivíduos, por outro. Perante este monopólio *branco* do poder, as inter-relações entre *brancos* e *não-brancos* eram também condicionadas pela arbitrariedade, por parte dos primeiros, e pelo medo, por parte dos segundos, sobretudo até às primeiras décadas do século XX.

Os autos de investigação de um crime por fogo posto, registados nos serviços da SGG, patenteiam bem a desproporção de recursos de poder entre *brancos* e *não-brancos*. Em 1903, emitem-se mandados de captura de uma mulher da família Sacramento Monteiro, baseados numa investigação que a apontou como mandatária de fogo posto numa casa no interior da ilha. Da leitura dos autos e da correspondência confidencial trocada entre as autoridades judiciais da Praia e as autoridades administrativas do Fogo, ficamos a saber da dificuldade das autoridades da capital em fazer cumprir as suas instruções, porquanto quase todos os titulares de cargos no Fogo eram parentes directos da mulher contra quem recaía o mandato: o administrador do concelho era seu tio paterno; o secretário da Administração e sub-delegado era seu marido e primo, e igualmente sobrinho do administrador; o juiz municipal era seu primo co-irmão; e, como afirma o delegado do procurador régio em correição, era ainda «parente de quase todos os funcionários desta ilha.»¹¹⁸³ Foram estas autoridades quem, inicialmente, instruiu o processo, nada tendo oficialmente apurado; só posteriormente, perante reclamação do proprietário da casa incendiada, foi enviado um delegado do procurador régio em correição à ilha. Todas as autoridades insulares actuaram de modo a impedir a prisão de Maria do Sacramento Monteiro, ora omitindo o seu paradeiro, ora organizando a sua provável fuga para fora da ilha, a bordo de um palhaborde americano, comandado por um capitão igualmente seu parente. Também os regedores, sendo de proposta do administrador, eram da sua confiança, dificilmente agindo contra as suas directivas. Para além destas relações de parentesco com as

¹¹⁸³ Correspondência do delegado do procurador régio em correição à ilha à Secretaria Geral do Governo, datada de 7 de Dezembro de 1903. AHN, SGG, A1/D2.1/Cx.507, peça 5 – Documentos relativos à fuga de D. Maria do Sacramento Monteiro, na ilha do Fogo em 1904: correspondência confidencial recebida e autos de averiguações, Dezembro de 1903-Janeiro de 1904.

principais autoridades da ilha, «a preponderância absoluta e manifesta que os indivíduos de cor branca nesta ilha exercem sobre os pretos»¹¹⁸⁴ fazia temer o novo administrador nomeado que os cabos de polícia não respeitassem a ordem de prisão de Maria do Sacramento Monteiro, caso a encontrassem, o que o levava a considerar ao secretário geral do Governo a eventual necessidade de este enviar forças armadas da capital (simplesmente para capturar uma mulher!)¹¹⁸⁵. Nos autos de investigação, uma testemunha corroborou que «toda a gente preta tem medo dos brancos».

Na abordagem das formas de relacionamento entre *brancos* e *não-brancos* observou-se alguma ambivalência, quer nos discursos dos informantes *brancos* quer no dos *não-brancos*. Nestes últimos, no princípio da entrevista, predomina a referência generalista negativa, alternando entre os *portugueses* (associando frequentemente as *crises* e a colonização portuguesa¹¹⁸⁶) e os *brancos*, assistindo-se, por vezes, no decorrer da entrevista, à frequente substituição desta versão diabolizadora dos *brancos* pela versão quase mirífica dos mesmos *brancos*.

Apesar de já terem decorrido pelo menos três quartos de século sobre a desestruturação das condições (sobretudo materiais) que ordenavam racialmente o espaço social insular, e mais de três décadas sobre a independência do arquipélago, as orientações político-ideológicas dominantes no pós-independência, que veiculavam (e veiculam) representações negativas dos *brancos*, associando-os às humilhações de raça e/ou de classe secularmente infligidas aos *não-brancos*, mormente aos escravos, mantêm-se ainda muito actuaes na ilha, sendo conjunturalmente actualizadas. Como noutros contextos políticos, também as campanhas eleitorais constituem em Cabo Verde momentos privilegiados de rememoração dos momentos do passado colectivo mais passíveis de criar adesão emotiva. Entre eles, as repetidas tragédias demográficas causadas pelos maus anos agrícolas, que se associam ao tempo da administração portuguesa e da dominação da ilha pelos *brancos*, como

¹¹⁸⁴ Correspondência do administrador do concelho, Pedro Rogério Leite, à Secretaria Geral do Governo, datada de 29 de Dezembro de 1903. AHN, SGG, A1/D2.1/Cx.507, peça 5 – Documentos relativos à fuga de D. Maria do Sacramento Monteiro, na ilha do Fogo em 1904: correspondência confidencial recebida e autos de averiguações, Dezembro de 1903-Janeiro de 1904.

¹¹⁸⁵ «Autos de averiguações sobre a saída do porto desta ilha do palhabote americano Nano Sarah & Lee», fl. 13. AHN, SGG, Cx. 507, peça 5 – Documentos relativos à fuga de D. Maria do Sacramento Monteiro, na ilha do Fogo em 1904: correspondência confidencial recebida e autos de averiguações, Dezembro de 1903-Janeiro de 1904.

¹¹⁸⁶ Excepção feita a um administrador que permanece muito vivo na memória dos ilhéus e sobre o qual se encontram juízos contraditórios: os veiculados pelos informantes *brancos* e pelos *mestiços* remediados ou abastados, que o julgam depreciativamente, e com os quais teve algumas disputas de poder nos anos quarenta, e os emitidos pelos entrevistados que mais sofreram os efeitos da *crise* dessa década, que o reverenciam como salvador («Se não fosse ele pessoal morria todo», afirma Tomás). Trata-se de um oficial metropolitano, Álvaro Gouveia e Melo, que foi protagonista de um episódio que o conservou na memória dos que mais padeceram com a fome de 1940. Durante a fase mais aguda da crise, numa altura em que não havia mantimentos na ilha e em que a conjuntura de guerra mundial dificultava a sua importação, e em que mesmo os que dispunham de numerário não encontravam mantimentos para adquirir, o administrador, não temendo o estado alteroso do mar, aventurou-se a ir com um comerciante e proprietário de embarcação (João Lúcio de Sousa, o pai de Teixeira de Sousa) à ilha Brava, de onde regressaram com um carregamento de milho, base da alimentação insular. O facto de se apresentar sempre fardado (além de jurista, Gouveia e Melo era militar) e de ter um porte autoritário contribuiu para inspirar admiração, sobretudo junto da população mais humilde da ilha, para quem permanece como o *Miliciano*. Sobre a conflituosidade durante todo o período em que Álvaro Gouveia e Melo esteve à frente da administração da ilha, *vd.*, por exemplo, o processo disciplinar instaurado ao delegado de Saúde do Fogo, o médico bravense Hermano Firmino de Pina, que teve como denunciante Henrique Galvão, então inspector superior colonial, e o referido administrador do concelho, em *O processo de Hermano de Pina: Subsídios para a história da fome, e não só, em Cabo Verde*, Mindelo, Ilhéu Editora, 1992.

pudemos testemunhar nalguns discursos durante a campanha para as últimas eleições autárquicas, realizadas em 2008.

As representações dos *brancos* que emergem do princípio dos relatos dos informantes *não-brancos* associam-nos a uma espécie de colonialistas internos que até à independência política (ou seja, mais de meio século depois do início do êxodo) exerceram a sua dominação de forma discricionária e autoritária, interagindo com o resto da população da ilha com sobrançeria, mormente com aqueles que os serviam: «Falavam um pouco alto com eles. Se estavam a trabalhar com eles tinham um mandado muito autoritário, meu pai dizia sempre isso, não gostava muito de trabalhar com essa gente, preferia a emigração.» (Eduardo)

É aliás no contexto das relações de trabalho, que eram as que implicavam geralmente maior proximidade física entre *brancos* e *não-brancos* (para além da escola e da igreja, sobre as quais falaremos adiante), geralmente entre um patrão *branco* e um empregado *não-branco*, que a caracterização das relações entre *brancos*, *mestiços* e *negros* se reveste de uma carga mais negativa. No que respeita as informantes mulheres, é entre algumas antigas empregadas domésticas, ou suas filhas ou sobrinhas, e em relação às refeições e o que as rodeava, que a memória dessas relações se apresenta mais reprovadora.

Num arquipélago frequentemente assolado por maus anos agrícolas e consequentes crises alimentícias, em que a memória da fome e da mortalidade que causava permanecem muito vivas, a questão alimentar e a crise famínea mais grave que presenciaram e viveram, a da década de quarenta, ganham especial relevância emocional e absorvem grande parte dos discursos dos informantes. Mesmo quando dirigíamos a conversa para outros tópicos, o seu exercício de rememoração acabava por se orientar para o passado de privação (passado, porque os dólares enviados regularmente pelos familiares emigrados, ou já naturalizados americanos, garantem à maior parte, no presente, segurança alimentar e relativo desafogo económico).

À semelhança do que se passava nas casas metropolitanas aparentadas pela classe, as empregadas comiam na cozinha (à excepção das amas, que por vezes partilhavam a refeição com os donos da casa, sentando-se com eles à mesa) e utilizavam para o efeito loiça mais grosseira que a servida na sala de jantar, não lhes sendo facultados copos, somente canecas («*Copo era pá branco*», diz Sofia). Os pratos levantados da mesa eram frequentemente lambidos, e com especial prazer aqueles onde tivessem sido servidas laranjas¹¹⁸⁷. Nalgumas casas, a comida servida aos empregados era também pouco variada, mesmo numa altura em que a ilha produzia frutas e legumes em variedade e quantidade, nos bons anos agrícolas: «*Comida di nós era rolão cum fava di dentro, nim pêche, nim carne, nim ovo, nim nada.*»¹¹⁸⁸ (Sofia)

¹¹⁸⁷ Em 1818, também Manuel Roiz Lucas de Senna sobre o desleixo a que se votava a alimentação dos escravos: «e se é negro, ou negra de casa, a que chamamos de portas adentro, a lambugem da louça que sai da mesa lhe basta.» *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde, 1818*, anotações e comentários de António Carreira, s.l., s.e., 1987, p. 61.

¹¹⁸⁸ «A nossa comida era rolão com fava dentro, nem peixe, nem carne, nem ovo, nem nada.» Fava é a designação local de uma das espécies de feijão produzidas e consumidas na ilha, variedade da espécie bonge (*Phaseolus lunatus* L.).

Estas experiências relatadas por informantes *não-brancas* não se cingem às casas da elite *branca*. Nalguns casos, trata-se de antigas empregadas de famílias *mestiças* abastadas. Boa parte dos informantes, sobretudo os de origem sócio-económica mais humilde, subsumindo a raça na classe, agrupa na mesma categoria *brancos* os indivíduos *não-brancos*, mas ricos, como acontece quando mencionam dois dos que foram dos mais abastados comerciantes não só de São Filipe como de toda a ilha, *mestiços* bastante pigmentados. Uma antiga *criada* de *brancos* refere igualmente o diferencial qualitativo das refeições servidas nalgumas casas de *brancos* e de *não-brancos* emergentes, onde apenas lhe era permitido comer as tradicionais papas de milho com cuscuz que constituíam a base alimentar dos que tinham menos recursos (ou seja, da grande massa da população), sendo a carne e os ovos objecto de vigilância apertada por parte das mulheres da casa, que os reservavam só ao consumo da família; adianta, porém, que noutras casas onde também trabalhou se preparava uma refeição única, servida quer aos donos da casa quer às empregadas (Luísa).

O outrora maior número de horas de trabalho – ou pelo menos de permanência em casa dos patrões, onde chegavam entre as cinco e as seis da madrugada, para preparar o milho para o pequeno-almoço da família, e de onde só saíam depois de servirem o jantar e arrumarem a respectiva loiça – é outro dos aspectos das relações de trabalho condenados (Sofia).

O testemunho de um antigo marceneiro é também muito revelador das inevitáveis susceptibilidades que assimetrias históricas muito pronunciadas produzem. Apesar de no decorrer da entrevista afirmar ter sido sempre respeitosamente cumprimentado e tratado pelos *brancos*, manifesta grande exaltação na narração de um episódio, que continua a sentir como afrontoso:

Uma vez, na qualidade de marceneiro, eu fui a casa de um branco, um tal [...]. Ele mandou-me lá no fundo de um quintal para trabalhar (...) como se fosse um desprezo. E depois eu falei para ele: 'Ó Sr. [...], aqui não trabalho. (...) Eu não sou seu criado. Mande lá na oficina.' Eu sou pobre mas tenho minha posição. Sou um marceneiro, um carpinteiro! (Duarte)

Ele, que viria a trabalhar no quintal de sua casa, onde montaria uma pequena oficina de marcenaria, recusou-se a fazê-lo no quintal de um *branco*. Ser ou não *de quintal* é uma sobrevivência da escravatura que permanece ainda muito viva¹¹⁸⁹.

Quanto a maus tratos físicos, quer os antigos trabalhadores agrícolas quer as antigas criadas de servir afirmam não os ter sofrido nem presenciado, «até porque o povo do Fogo é muito orgulhoso, a soberba apanha transversalmente todos os extractos sociais» (Margarida); «no Fogo, tanto brancos como mestiços, pretos, não importa, sempre tem uma força, tem poder, sempre..., levantado, sempre orgulhoso.» (Mafalda) O Fogo é referenciado como uma

¹¹⁸⁹ Ser ou não ser *de quintal* era a questão. Algumas das mulheres que entrevistámos, filhas *de fora* de *brancos*, quando referem ter habitado a casa da família paterna, acrescentam que dormiam «no primeiro andar, dentro de casa» (Amália). HTS também alude com frequência às escadas que separavam o quintal, espaço de *não-brancos* e serviços, do primeiro andar, domínio dos *brancos*.

ilha diferente das outras, aquela onde «havia mais limpeza e educação», e, juntamente com São Vicente, «onde o povo não tem hábitos africanos.»¹¹⁹⁰

Já Santiago é geralmente a ilha face à qual os informantes afirmam a sua distintividade, independentemente da sua situação na hierarquia sócio-económica e racial, ou seja, representam-se com o capital de europeidade reivindicado outrora pelo segmento *branco*. Somente Eduardo afirma recordar-se de ouvir o pai dizer «que tratavam os homens que tinham muito músculo como os animais, que faziam guerra, que davam pau para bater os outros», mas que, ainda assim, os castigos físicos eram aplicados por empregados (*não-brancos*) dos *brancos*. Encontrámos, contudo, referências a eventuais maus tratos perpetrados por uma *branca* aos seus criados, em princípios do século XX. Nos autos de investigação do crime por fogo posto que mencionámos, a suspeita, terratenente *branca*, é acusada de ter mandado uma criada incendiar um armazém alheio, sob ameaça de lhe bater. Pelo menos disso se queixam a respectiva criada e um adolescente também ao seu serviço. Testemunhas no processo, conquanto não tivessem presenciado a situação, afirmam ter ouvido a criada lamentar-se do facto¹¹⁹¹.

No que respeita as relações patrão (*branco*) – empregado (*mestiço* ou *negro*) e o tratamento dispensado pelos primeiros aos segundos, regista-se uma considerável conformidade entre os relatos de informantes outrora servidores de *brancos* e estes ou os seus descendentes. Afirmam na sua maior parte que o tratamento era bom:

*Branco trataba dreto.*¹¹⁹² (Luísa)

*Guentis branco di li [apontando para a casa de uma família de antigos morgados] trataba nós sim senhor. Trataba sabi. Nha [...] qui era madrinha de nha fidja – ela é nha comadre –, m' djuda cria qu'eles minino, tudo és (...), és djuda cria nha fidja. A mi, branco ca tem qui fra...*¹¹⁹³ (Cândida)

«Ele [um Henriques, antigo administrador do concelho] tinha lá gente de cor preta, mesmo preta, dentro do quintal e tratava bem tudo o mundo, melhor do que agora, agora há mais distinção que antigamente.» (Afonso)

Ês [Barbosa Vicente] trataba coitado dreto. (Isabel)

Pedro e Armando corroboram que era bom o tratamento dispensado aos empregados *não-brancos*, mas «porque precisavam deles para trabalhar», e Matilde, que inicialmente considerara bom o tratamento concedido, corrigiu-se, afirmando que «*uns trataba dreto, outros...*» O que tendem no princípio a afirmar como extensivo a todo o segmento *branco*, referem na continuação da conversa como específico de um indivíduo:

Barbosa, Sacramento Monteiro, essas raças¹¹⁹⁴ não são pessoas que não tratam bem com todas as pessoas, não. Agora... dentro de tratamentos tem... um que não trata bem com todas as pessoas. Por

¹¹⁹⁰ Na segunda década do século XX, Leonel Cardoso justificava as idiossincrasias figueteiras, no seio do arquipélago cabo-verdiano, com a provável influência da actividade eruptiva do vulcão do Fogo. Cf. *Rendimentos públicos da colónia de Cabo Verde. Anos de 1895-1896 a 1914-1915*, Praia, Imprensa Nacional, 1916, p. 150.

¹¹⁹¹ AHN, SGG, A1/D2.1/Cx.507, peça 5 – Documentos relativos à fuga de D. Maria do Sacramento Monteiro, na ilha do Fogo em 1904: correspondência confidencial recebida e autos de averiguações, Dezembro de 1903-Janeiro de 1904.

¹¹⁹² «Os brancos tratavam bem.»

¹¹⁹³ «A gente branca dali tratavam-nos sim senhor. Tratavam bem. A senhora [...] que era madrinha da minha filha – ela é minha comadre – eu ajudei a criar aqueles meninos, todos eles (...), ela ajudou a criar a minha filha. Eu dos brancos não tenho que falar...»

¹¹⁹⁴ Vd. nota de rodapé nº 1007, p. 347.

exemplo, raça Barbosa, raça Sacramento Monteiro trata com meu pai bem, porque meu pai era um homem educado. Eu também até hoje não tem nada a falar. (Tomás)

Este carácter de excepcionalidade também é opinado pelos informantes *brancos*: «Há sempre excepções, não é?, mas não... havia um certo estatuto [dos *não-brancos*] que vinha de há muito que se conservou.» (Maria)

Na medida em que as valorações não constituem conjuntos homogéneos e estáveis, caracterizando-se antes pela contradição e instabilidade¹¹⁹⁵, deparamos com dois discursos paralelos sobre as relações com o outro racial na primeira metade do século passado, de forma mais evidente entre os informantes *não-brancos*: (1) aquele que descreve as relações raciais como profundamente desiguais, marcadas pela sobrançeria e pelo autoritarismo dos *brancos* dominantes e pela sujeição mais ou menos resignada por parte dos dominados, quando se trata das relações intergrupais (*brancos/não-brancos*); e (2) o discurso que condena a profundidade das assimetrias de recursos entre *brancos* e *não-brancos* e as práticas discriminatórias que produziu, mas que salvaguarda as relações inter-individuais entre os elementos do segmento *branco* e a restante população.

Entre os inquiridos *brancos*, não sendo consensual, predomina uma representação positiva das relações raciais, quer das intergrupais quer das inter-individuais. As pertenças raciais dos inquiridos parecem, pois, não se revelar determinantes nas representações das relações raciais inter-individuais, já que mesmo os informantes *não-brancos* que descrevem mais negativamente o teor das inter-relações grupais, tendem a apresentar uma imagem benéfica das suas relações pessoais passadas com os *brancos*.

Por vezes, alguns ramos familiares foram apontados, quer por *brancos* quer por *não-brancos*, como mais permissivos na convivalidade com *não-brancos*:

[os Vasconcelos] tinham mais conforme. Tinham os seus guardas, os seus feitores eram tratados..., como é que se diz?, eram recebidos à mesa, tomavam o café. Na missa tinham lugar, nas capelas onde havia missa... hora do almoço, que havia o almoço depois da missa, tavam naquela mesa onde tavam o padre e as famílias principais. (Sandra)

Esta gente Vasconcelos Monteiro, gente simples que dava muito bem com o povo, abraçava, tinham boas relações com o povo. (Artur)

Numa ilha em que os escravos diminuíram rapidamente e em que a população livre se manifestava refractária ao trabalho assalariado, e em que recorrentemente deparámos com queixas de falta de mão-de-obra agrícola e doméstica, não parece verosímil que o tratamento dispensado aos empregados fosse de molde a afastá-los, ao invés de atraí-los e mantê-los. Contudo, a considerável sintonia que observámos nos discursos sobre as relações de trabalho, quase unanimemente adjectivadas de boas, revela possivelmente também, por um lado, o grau de internalização das representações sociais veiculadas pelo grupo dominante e expressas nas condutas de todos, e por outro, resulta da comparação com outras experiências laborais em diferentes áreas da colonização portuguesa, mormente as plantações de cacau e café de São

¹¹⁹⁵ Gunnar Myrdal, *A objectividade nas ciências sociais*, op. cit., pp. 18-19.

Tomé e Príncipe, para onde levam consecutivas de famintos cabo-verdianos foram encaminhadas.

Apesar da diversidade de situações, o grupo doméstico¹¹⁹⁶ da elite *branca* caracterizava-se por um complexo de relações, hierarquias e afectos a que estavam associados não só os parentes, mas igualmente alguns dos servidores, crianças recolhidas e criadas em casa, muitas vezes órfãs pela fome, e outras filhos *de fora* dos elementos masculinos do agregado. Maria recorda que uma das crianças trazidas por um parente, da África continental, com cicatrizes indiciadoras de muito maus tratos, viveu sempre com a família e «tinha quarto dentro de casa, não no quintal (...) era tratada como pessoa de família, de quem todos gostávamos muito. Tínhamos uma adoração à [...]!»

Era entre os servidores domésticos, especialmente entre aqueles que se conservavam mais anos em casa, que as inter-relações extravasavam mais frequentemente a funcionalidade: «duravam muito, porque eram bem tratados (...) eram de casa, eram pessoas de família, digamos assim. Depois casavam, depois saíam, depois ficavam com amizade lá em casa.» (Margarida). Era frequente, quando a idade os inutilizava para o trabalho, manterem-se os laços e conceder-se alguma protecção, numa época em que não podiam contar com a assistência da segurança social: «O meu pai e os irmãos deram a primeira reforma em Cabo Verde (...) a uma empregada da minha avó. Quando ficou muito velha, fizeram uma casa e contrataram uma vizinha para cuidar dela.» (Marcelo)

Mas de entre o conjunto dos servidores, eram as amas quem parecia ter um estatuto muito especial. Atestando a cumplicidade duradoura entre pelo menos algumas das famílias *brancas* e as amas dos seus filhos, João e Rodrigo recordam um episódio passado com um familiar, em princípios do segundo quartel do século XX: um Monteiro de Macedo, licenciado em engenharia por Toulouse, pretendeu concorrer para os quadros administrativos de Angola. Procurou sem sucesso o diploma que tinha de entregar até determinada data, porque a ama o tinha escondido até passar o prazo do concurso e só depois lho devolveu, para o impedir de ir residir longe dela. Quando soube, o tio terá aceite benevolamente a explicação. Esta senhora, que, ainda adolescente, fora ama do pai, terá permanecido ligada à família até morrer, já centenária, rodeada de afecto e deferência (vd. foto de família com a ama ao centro, no anexo IX, figura 113, p. 648). De acordo com João, inversamente à forma de tratamento habitual das amas – simplesmente pelo nome próprio ou pelo *nominho* –, as crianças da família utilizavam a fórmula de respeito *nha*, simplificação de *senhora*, seguida do nome da ama, ou seja, *nha* Cristina). No dealbar do século XX, após a falência do patriarca da família, e perante as alterações de temperamento e comportamento que este registou, a sua mulher mandava chamar recorrentemente a antiga ama («'Nhôs ba tchuma Cristina'!»¹¹⁹⁷), única com ascendente sobre ele: «dava ordens ao todo-poderoso patriarca da família, que ficava pianinho...» (Rodrigo) Outros informantes corroboram o afecto de que a antiga ama gozava no seio da família e os cuidados tidos com ela, por exemplo, com a sesta que fazia depois do

¹¹⁹⁶ No âmbito deste estudo, é a co-residência que define o grupo doméstico.

¹¹⁹⁷ «Vão chamar a Cristina!»

almoço, durante a qual os adultos impunham às crianças da casa absoluto silêncio: «(...) nem mosca zumbia lá em casa»¹¹⁹⁸.

Um descendente do referido engenheiro assenta o carácter de excepcionalidade da elevada consideração que esta mulher nascida escrava parece ter gozado no seio dos Monteiro de Macedo, junto dos quais terá atingido «um poder e uma capacidade que no final da vida tinha uma casa com criados», na tradição familiar secular de tratar bens os empregados: «Os meus tetravós tratavam os criados de uma forma extraordinária. Ninguém na ilha do Fogo tratava os criados, que eram seus escravos, como eles tratavam.», afirma Rodrigo. Esta, por sua vez, seria tributária de duas heranças: a de um antepassado alforriador e a de outro antepassado adepto do liberalismo humanista do século XIX. Um seu pentavô metropolitano, Nicolau Fonseca Monteiro, que havia partido para o Fogo com os pais, praticara com regularidade a compra de escravos para alforria (Rodrigo afirma ter tido acesso, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a várias escrituras que o comprovam); quanto à sua bisavó materna, Ana Botelho da Costa, era sobrinha do poeta Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, cuja família se fixou no Fogo, na década de vinte do século XIX, na sequência da deportação do pai, aquando das lutas entre absolutistas e constitucionalistas («Os Medina e Vasconcelos eram, digamos, os mais esquerdistas do tempo, os mais liberais, e eles de facto lutavam muito pelo povo, pelos pobres e tal.» Rodrigo). Revelou-se, aliás, recorrente entre os entrevistados *brancos* apresentarem o seu ramo familiar como o mais respeitador e humano no tratamento dos dependentes.

Também um neto de uma antiga ama de leite testemunha o mesmo tratamento diferencial de que as amas eram alvo, a meio caminho entre o dispensado aos familiares mais próximos e o concedido aos restantes servidores domésticos:

Eu frequentei a casa dos Macedo, até comi à mesa dele, porque a minha avó deu de mamar a um menino. Nasce um menino e eles procuram na vida campestre uma ama. A minha avó era muito querida e quando ia à Vila mandavam-me procurar para ir almoçar a casa dessa gente. (...) Às vezes vinha toda a família passar em casa da minha avó, pelo menos uma vez lembro. Era muita consideração. (Pedro)

Vários dos inquiridos *não-brancos* tendem a remeter para o passado, um passado raramente situado com precisão – desde o imediatamente antes da independência, à década de sessenta, ao tempo dos pais ou dos avós –, e construído por terem *ouvido dizer*, sem recordarem também muitas vezes a quem (frequentemente, afirmam não se lembrar da fonte, outras vezes, citam os pais), o tempo dos maus tratos infligidos pelos *brancos* aos *não-brancos*. Os dois *locus* por excelência da humilhação corporal são os pelourinhos, na cidade, e as calabaceiras, nos quintais das casas do interior. O facto de o local designado pelos habitantes da cidade por Pelourinho (*Pilourinho*), que corresponde ao sítio do actual mercado municipal, ter coincidido com o grande quintal da casa da Vila dos morgados de Pico Pires (os Sacramento Monteiro), não só não indicia uma utilização especificamente centrada no espancamento de escravos, como até a contraria.

¹¹⁹⁸ Cf. Amélia do Sacramento Monteiro, http://www.fotolog.com/40_amelia/8197113

A antiga ama não comia, porém, com a família. De acordo com João, «ela punha e dispunha, mas não se sentava à mesa; nem elas se sentiam à vontade...».

Pelourinho era o local público de castigo dos considerados delinquentes, independentemente da sua situação jurídica. No medievo português anterior à expansão ultramarina, portanto, anterior à escravização massiva de africanos e americanos, os pelourinhos existiam como construções que, no espaço público do município, se destinavam ao exercício da justiça e simbolizavam a autonomia concelhia. Porém, também detinham «direito de pelourinho» algumas individualidades e instituições, como mosteiros, bispos e donatários¹¹⁹⁹. Ora, tendo-se estendido a Cabo Verde o mesmo regime de colonização dos outros arquipélagos atlânticos entretanto descobertos e povoados pelos portugueses, e tendo concretamente a ilha do Fogo estado também sob o regime das capitanias-donatarias, não é inverosímil que date de antes da construção do quintalão de Francisco do Sacramento Monteiro a existência de um pelourinho onde a justiça era aplicada. Não pretendendo negar a possibilidade da prática de espancamento de escravos no referido quintal, parece-nos mais verosímil que o topónimo indicie a existência passada de um local onde se puniam os criminosos. Para mais, o lugar Pelourinho situa-se relativamente perto dos antigos Paços do Concelho, junto dos quais eram normalmente erigidos os pelourinhos. Também da grande casa construída pela mesma família Sacramento Monteiro, no outro lado da Ribeira de São João, na Achada São Filipe (vd. anexo III, figura 20, p. 570)¹²⁰⁰, se diz ter possuído um pelourinho onde os escravos eram amarrados e açoitados. Artur, conquanto nunca tenha visto a referida construção, afirma enfaticamente a sua existência, por tê-la ouvido a outros, afirmando ter desaparecido após a demolição da casa. Ora, a confirmar-se ter sido a Achada São Filipe o local de implantação inicial da Vila, não parece implausível que tivesse aí existido um pelourinho.

Quer em relação a esta família quer à de outros morgados, como os Osório Galvão, quer ainda à família Avelino Henriques, se afirma igualmente a mesma utilização funcional de árvores de grande porte – calabaceiras – ainda ou outrora existentes nas suas propriedades do interior, nos quintais das casas (vd. anexo IX, figura 111, p. 647): «Aqui no Pombal, um povoado que fica aí, havia uma calabaceira onde havia uma argola onde amarravam os negros para açoitar. Também **dizem** que filhos dos brancos aqueciam garfos e queimavam escravos.» (Raul)

A referência por vários inquiridos *não-brancos* a antigos castigos corporais infligidos aos escravos, assenta, de acordo com os mesmos, em relatos dos progenitores, que teriam pessoalmente assistido a esses maus tratos; porém, tendo a escravatura sido oficialmente abolida em 1869, e dada a precocidade do processo de desescravização do arquipélago, pelos motivos já apresentados nos capítulos 5 e 6,¹²⁰¹ é pouco plausível que os progenitores tivessem presenciado tais factos. A reconstrução histórica pelo partido que tomou o poder em 1975 é outra das fontes de informação dessas punições físicas:

¹¹⁹⁹ Torres, Ruy d'Abreu, «Pelourinho», in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p. 43.

¹²⁰⁰ Que, depois de vendida ao Estado, já em ruínas, foi destruída pela Administração do concelho em meados do século XX, para aproveitamento da pedra da construção para outras edificações!

¹²⁰¹ Na década de setenta do século XIX, vários proprietários de escravos desistiram mesmo do serviço dos seus libertos, pedindo para que estes fossem eliminados do registo. AHN, SGG, A1/A3.6/Cx.140 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo.

É uma tese trazida pelo PAIGC que mostra uma incompreensão e uma ignorância total pelo processo da formação da sociedade em Cabo Verde, e só assim se percebe porque é que aquele que é o maior historiador cabo-verdiano é ostracizado: porque é que ninguém fala no Carreira¹²⁰²? (...) Cabo Verde é isso mesmo, não há como separar; então para quê estar a dizer 'branco chicoteou, fez isso e aquilo'?, branco chegou aqui e não havia nada, todas as relações que nós temos aqui são relações que a matriz é sobretudo europeia, acabou!, se tirarmos isso não fica nada! (Manuel)

Alguns inquiridos (sobretudo, mas não exclusivamente, *brancos*) revelam-se magoados com a propaganda oficial e só depois de várias abordagens conseguimos ganhar a sua confiança para obter a entrevista e ultrapassar a reserva que se impuseram.

Eu não gosto de falar disso, porque muita gente diz que os Monteiros eram os mordomos daqui e são famílias de primeira e não sei quê. Já se sabe que isto foi colonizado pelos portugueses e que a minha gente veio para aqui e é aquela coisa, tinham criados, tinham empregados, eu não gosto de falar desse assunto. Nós dávamos bem com toda a gente (...) nós não tínhamos aquela... (Carlos)

Tratando-se de uma ordem social escravocrata, a total dependência em que o seu estatuto os colocava, sujeitava os escravos, no Fogo, como em outros espaços, à arbitrariedade dos seus proprietários. Por outro lado, as condicionantes ecológicas e as contingências económicas iniciaram cedo o processo de desescravização e, por isso mesmo, revestiram o escravo de um valor acrescido. Quanto mais difícil se tornava renovar os *stocks* de cativos, mais os que restavam se convertiam em bens preciosos para os seus proprietários, mormente num arquipélago em que o trabalho agrícola assalariado era desprezado mesmo pelos mais desapossados. Seria, por isso, mais do interesse dos terratenentes preservá-los que maltratá-los, acelerando-lhes a morte.

Consultámos os assentos de baptismo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, referentes às décadas que antecederam a abolição total da escravatura no arquipélago. Verificámos que os assentos de baptismo dos filhos de indivíduos livres e dos de escravos se faziam nos mesmos livros, sendo a mesma a sequência dos assentos, nada indicando nas anotações feitas na margem esquerda (que informam apenas sobre a legitimidade ou ilegitimidade do nascimento) a condição jurídica dos nados, sendo a dos progenitores, porém, mencionada no assento, quando se tratava de filhos de escravos.

As crianças escravas podiam ter como padrinhos dois escravos, dois não escravos e um escravo e um não escravo, acontecendo terem um padrinho ou madrinha da elite *branca* e um padrinho ou madrinha escravo. Era muito frequente os *brancos* do Fogo serem padrinhos de baptismo dos filhos dos seus escravos e dos escravos de parentes ou amigos. Foi o caso de Fidélis José Barbosa, que, em 1845, foi padrinho de uma criança filha de uma escrava de outra pessoa, o de Francisco Monteiro de Macedo que, no mesmo ano, o foi do filho de um escravo da família. Os assentos de baptismo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição registam muitos casos. Acontecia também os *brancos* baptizarem os seus filhos, aproveitando para baptizar o ou os de uma escrava da casa. O casal Tadeu do Sacramento Monteiro e

¹²⁰² António Carreira ousou afirmar, quase uma década depois da independência política do arquipélago, que «a instituição escravocrata nas ilhas teve desde sempre um carácter “doméstico” e por isso mesmo nunca assumiu os foros de *ferocidade* que se lhe aponta em outras áreas», e que os «casos (...) de maus tratos, de verdadeiro sadismo, cometidos por alguns “senhores”» foram «esporádicos». Cf. «O primeiro “censo” de população da capitania das ilhas de Cabo Verde (1931)», *Revista de História Económica e Social*, nº 13, Janeiro-Junho de 1984, p. 59.

Leonarda Júlia Gomes Barbosa baptizou no mesmo dia dois dos seus filhos, um nascido em 1853 e outro em 1855 e, a seguir (supomos que na mesma pia baptismal, porque não encontrámos referências a outra), o filho de uma escrava¹²⁰³. A instituição do apadrinhamento implicou tradicionalmente pelo menos alguma protecção dos apadrinhados. Conquanto os deveres dos padrinhos se aplicassem sobretudo quando ambos – padrinho e afilhado – detinham estatuto livre, não temos motivos para descrever que alguma protecção fosse dispensada quando o afilhado era um escravo, especialmente se filho de escravos domésticos (quanto mais não fosse, um tratamento comparativamente melhor que o destinado aos restantes escravos). Tratando-se das décadas finais da escravatura, num arquipélago em que o processo de desescravização foi muito precoce e em que a maior proximidade entre os escravos e os respectivos proprietários terão revestido, desde cedo, a escravidão de matizes particulares, mais se nos afigura verosímil que o apadrinhamento comportasse uma dimensão de maior segurança e protecção do escravo¹²⁰⁴. Estes apadrinhamentos parecem-nos revelar uma complexidade das relações (de propriedade, mas também de proximidade e até de afecto) entre escravos e proprietários de escravos no Oitocentos cabo-verdiano não consentânea com uma abordagem simplista e ortodoxa de um fenómeno caracterizado pela bipolaridade extremada das relações de poder.

No decorrer da conversa, o discurso dos informantes *não-brancos* inverte com frequência a depreciação inicial dos *brancos*, que teve nos *media* e no ensino importantes canais de veiculação. Sobretudo os *brancos* locais (frequentemente os únicos com os quais os entrevistados interagiram com regularidade) passam a ser os que «ajudaram o povo *tchéu*» (Rita)¹²⁰⁵. Se é em relação ao diferencial das relações servidas a uns e outros que a memória dos informantes é mais crítica em relação aos *brancos*, ela é mais favorável quando recai sobre o comportamento dos mesmos *brancos* aquando da falta recorrente de milho e leguminosas, base da alimentação insular. A maior parte recorda o auxílio prestado aquando do «*tempo fomi*»¹²⁰⁶ (Graça) e os *brancos* que mais prontamente socorreram os indigentes.

A *crise* de Quarenta, que no Fogo atingiu mais duramente a população nos primeiros dois anos da década¹²⁰⁷, foi vivida pela quase totalidade dos inquiridos, que, em maior ou menor medida, sofreram as consequências directas e indirectas da crise dos anos trinta e da Segunda Grande Guerra. Ante a sucessão de maus anos agrícolas e a falta de navios que abordassem a ilha para a abastecer, a população viu-se perante uma falta generalizada de alimentos, que atingiu todos os estratos sócio-económicos. Mesmo os melhor posicionados na estrutura de classes – os principais terratenentes e comerciantes da cidade – dispondo de numerário, não tinham o que comprar. O grosso da população, não dispondo sequer das

¹²⁰³ AHN, Registo Civil do Fogo, Cx. 02, peça 9 – Assentos de baptismo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, 5 de Maio de 1852-26 de Abril de 1862, pp. 61v-62.

¹²⁰⁴ Também Gilberto Freyre vê na instituição do apadrinhamento de baptismo «uma forma activa, dinamicamente, protectora, de solidariedade do europeu com o não-europeu (uma vez convertido este à fé cristã) e de amparo da pessoa socialmente fraca pela socialmente forte». Cf. *O Luso e o Trópico*(...), op. cit., p. 264.

¹²⁰⁵ «Ajudaram muito o povo».

¹²⁰⁶ «Tempo da fome».

¹²⁰⁷ Em 1941, o total de óbitos (incluindo os nado-mortos) foi de 2 952, num total de 13 965 para todo o arquipélago; em 1942, os óbitos atingiram os 4 785, num total de 17 503 para todas as ilhas, ou seja, pouco menos de um terço da mortalidade geral registada no arquipélago. Cf. António Carreira, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, op. cit., pp. 105-106.

reservas de mantimentos que aqueles possuíam, debandou em direcção aos principais centros populacionais, São Filipe e Igreja, por onde deambulava faminta durante o dia, acoitando-se junto das lojas e sobrados das duas localidades, durante a noite.

Tardando a ajuda da metrópole, a elite local, já então não composta exclusivamente por *brancos*, utilizou os meios de que dispunha – telegramas, artigos na imprensa, cartas – para alertar as autoridades para a hecatombe anunciada. Quando os cadáveres eram tantos que ficavam expostos nas ruas, o então administrador do concelho ajudava ele próprio a transportá-los, exortando os habitantes da cidade a fazer o mesmo. A sua imagem a percorrer as ruas em direcção ao cemitério, segurando uma padiola, é outra presença recorrente da memória dos entrevistados.

Estes recordam os principais comerciantes (*brancos* e *não-brancos*) que cediam fazendas para vestir os andrajosos que deambulavam nus ou semi-nus pela cidade (citam sobretudo *Henrique Tongom* e *Doutor di Tchuma*, respectivamente, Henrique Rodrigues Pires e Manuel Ferreira, ambos *não-brancos*), que, aquando das fomes periódicas, preparavam comida para os famintos – «Na fome de 41, Henrique Tongom dava comida lá. Uma bicha! Mandava fazer alimento.» (Afonso) –, que permitiam que os empregados das suas lojas levassem delas mantimentos, que distribuíam bolachas pelas crianças indigentes (mencionam *nhô Aniba* – Aníbal Henriques, *branco*), que abriam obras em prédios rurais e urbanos para pretextar remuneração aos indigentes – «O meu pai fez obras no Cerrado só para dar trabalho às pessoas (...) ele socorreu cerca de duzentas pessoas que estavam a morrer.» (João) –, nos casos em que a ideologia da apologia do trabalho lhes não permitia simplesmente esmolar e ainda que o estado de debilidade dos socorridos mais não lhes permitisse que carregar pequenas quantidades de brita – «Ó filho, eu não dou esmolos, ensino a trabalhar. Como têm fome e estão fracos, eles vêm com uma pedrinha; quando tiverem comida, vão trabalhar mais, vais ver...» (João). A conjuntura internacional de guerra agravou os efeitos do já habitualmente tardio e insuficiente socorro metropolitano. A população pôde assim contar apenas com a (naturalmente insuficiente) ajuda dos ilhéus mais abastados: «Ricos explorava pobre, mas ao mesmo tempo ajudava pobre.» (Tomás)

Entre os comerciantes mais prósperos citados pelos entrevistados por os terem ajudado e às suas famílias durante esses anos, incluíam-se já muito poucos *brancos*. Na aproximação da metade do século, já só alguns, muito poucos, Avelino Henriques, Monteiro de Macedo e Sacramento Monteiro estavam em condições de fazer assistência particular. Em 1946, Abílio de Macedo, proprietário de uma pequena exploração industrial de peixe em salmoura, punha à disposição do recém-nomeado administrador do concelho quatro mil escudos, metade dos quais destinados à aquisição de vestuário para as famílias dos pescadores e a outra metade a ser empregue na aquisição de roupa para a população mais carenciada da cidade¹²⁰⁸. De Amélia do Sacramento Monteiro, viúva de um dos dois últimos morgados da ilha, diz Afonso: «Aquela coisa que ela tinha lá [a sua propriedade de Cancela], era daquela gente. Como aquela gente era muito honesta não roubavam nada. Ela não

¹²⁰⁸ Cópia do Diário de Serviço do Administrador do Concelho do Fogo, referente a Dezembro de 1946 – AHN, RPSAC, Cx. 11 – Diários de Serviço da Administração do Concelho do Fogo, Fevereiro de 1946-Janeiro de 1947.

explorava, não é como agora. (...) mas aquela capela não era deles, era do povo, toda a gente comia. Hoje...! (Afonso)¹²⁰⁹

A reprodução quotidiana das assimetrias passava também pela ocupação diferencial dos lugares frequentados por indivíduos de diferentes pertenças raciais e situações de classe. A igreja e a escola, sobretudo esta última, eram outros contextos relacionais privilegiados entre *brancos* e *não-brancos* dos quais alguns recordam práticas discriminatórias e outros as rejeitam. Apenas Raul admitiu haver um tratamento diferencial destinado a alunos *brancos* e *não-brancos* no interior da sala de aula, mormente na distribuição dos lugares:

Nas carteiras faziam com que nós outros não podíamos passar à frente de...; havia três filas, nas primeiras carteiras das filas sentavam-se filho do administrador, filho de Ubaldo e outro que era filho de Eduardo Barbosa. Faziam que esses três alunos, filhos das pessoas que mandavam, ficavam à nossa frente, mesmo que não sabiam mais. (Raul)

Eram também estes os alunos seleccionados para as sessões de récitas, aquando da visita de dignitários à ilha. Porém, observando as suas pertenças raciais e as posições dos respectivos progenitores nas hierarquias social, económica e política, dificilmente se pode interpretar como racial a discriminação de que os restantes alunos teriam sido alvo. As três crianças citadas eram filhas do administrador do concelho, de um professor e de um dos principais comerciantes da cidade, os dois últimos também vogais camarários, e nenhuma se pode incluir na categoria *branco*, porquanto todas tinham ascendência *mista* – mãe *branca* e pai *não-branco*, no caso dos primeiro e terceiro alunos, pai *branco* e mãe *não-branca*, o segundo. Apesar de Raul ter admitido a existência de discriminação fundada na raça por parte dos professores, fê-lo afinal atribuindo um conteúdo apenas classista e estatutário à categoria *branco*, desprovendo-a de qualquer sentido racial.

As posições de classe eram evidentes, não só pelas diferenças manifestas no vestuário e no calçado, como pelo facto de as crianças das famílias de mais recursos – *brancas* e *não-brancas* – serem muitas vezes acompanhadas à escola por uma empregada da casa, que também as ia buscar, quando as aulas terminavam. Quanto às relações entre as próprias crianças no espaço da escola, durante as aulas e nos recreios, alguns informantes recordam-se de atitudes excludentes que interpretam como fundamentadas no preconceito racial, e que se manifestavam sobretudo na selecção dos colegas para as brincadeiras nos intervalos das aulas e na renitência que algumas alunas *brancas* evidenciavam em tocar no corpo das colegas *não-brancas*. A professora, ela própria *não-branca*, reprovava estas atitudes, afirmando que «*tudo é di carne cu pele e cum ossos*». (Matilde) É impossível determinar aqui também em que medida é que as considerações de classe não se

¹²⁰⁹ Teixeira de Sousa também alude à peculiaridade do sistema de exploração das terras no Fogo, através do diálogo entre duas personagens de *Ilhéu de Contenda*, dois irmãos de uma família de terratenentes *brancos* da ilha. Apercebendo-se de que uma parte considerável das colheitas das propriedades familiares se destina ao sustento do feitor e respectiva família, Alberto Medina da Veiga escandaliza-se perante uma situação muito distante daquela a que assistia em Angola, onde residia há muito. O irmão Eusébio, que permanecera na ilha, diz-lhe: «– lá [em Angola] vocês os obrigam a trabalhar debaixo do chicote, aqui experimenta só ameaçar alguém com chicote.» Alberto desabafa então: «– O que estou a ver é que estes gajos aqui são mais donos das terras do que os verdadeiros donos. Que raio de sistema é este de possuir propriedades?» Cf. *Ilhéu de Contenda*, Mira-Sintra – Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d., p. 163.

sobrepuham às de raça na repugnância pelo corpo do outro, mormente as questões ligadas com a higiene corporal e com o vestuário, numa população muito carenciada e numa ilha onde a água doce era um recurso raro e, por isso, de utilização muito selectiva, especialmente para os que não possuíam cisternas próprias. À excepção de Raul, que citámos, todos os inquiridos negaram qualquer tipo de tratamento distinto em função da raça: «Na escola, nós éramos todos iguais. Podia haver qualquer diferença, mas nós não notávamos nada, não era ‘vocês são desprezados’, não.» (Duarte)

Já no que diz respeito ao contexto da igreja, tanto sobre a participação nas actividades religiosas (missas, procissões) quanto em relação à gestão do espaço no interior e exterior do edifício, os testemunhos caracterizam-se por grande dissonância. Quando questionados sobre se na igreja havia separação do espaço destinado a *brancos* e a *não-brancos*, alguns informantes afirmam não ter assistido nem tido conhecimento de qualquer racialização ou classificação do espaço («A igreja nunca separou branco nem preto nem pobre nem rico» (Amália), enquanto outros atestam o oposto:

Principalmente no tempo de Padre Simões (...) Padre Simões era amigo dos pobres, mas na igreja tinha separação, não era ele, era aquelas pessoas que exigiam cada cadeira tem o seu dono, e nas procissões as pessoas mais importantes ficavam sempre à frente e os coitados ficavam atrás. (Duarte)

[Durante os festejos da Semana Santa] «*Quês anjo era só mininos branco cabelo encaracolado; preto cobre nenhum.*»¹²¹⁰ (Mafalda)

Alguns dos mais velhos dos inquiridos afirmam lembrar-se ainda dos vestígios da balaustrada junto do altar, que em tempos dividira a área reservada aos *brancos*, e onde havia assentos, da zona de trás, onde a restante população permanecia de pé («*Bedjo, branco tinha sês cadera*»¹²¹¹ (Sofia). Apesar da inexistência de imposições sobre a estratificação dos lugares de acordo com a raça ou a classe, os lugares mais próximos do altar reservavam-se aos notáveis da cidade e às suas famílias: «os brancos tinham cadeira e essas coisa ficava lá na frente. Os pobres, mais coitado, estava lá atrás.» (Rita). Porque uma importante consequência da interiorização do discurso do grupo dominante é a própria legitimação da dominação aos olhos dos dominados, dispensando a imposição sob coerção, por vezes os *não-brancos* erguiam-se para ceder o seu lugar a algum *branco* retardatário, em dias de grande afluência à igreja, quando os lugares sentados estavam todos ocupados (João).

António Carreira considera que quando os *mestiços* e os *negros* emigravam, carregando consigo séculos de humilhações, «talvez tivessem no subconsciente a ideia de amealhar o suficiente para, no retorno, se imporem à classe dominante, e vingarem-se da “guerra” implacável que esta lhes moveu sempre.»¹²¹² A perspectiva do Teixeira de Sousa ensaísta (que não tanto a do Teixeira de Sousa romancista, que várias décadas separam do primeiro, se bem que se sirva da técnica da caricatura para conferir um carácter tipo a algumas

¹²¹⁰ «Aqueles anjos eram só meninos brancos de cabelo encaracolado; preto cobre nenhum.»

¹²¹¹ «Antigamente, os brancos tinham as suas cadeiras».

¹²¹² *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, op. cit., pp. 111-112.

das suas personagens) assenta igualmente numa análise da sociedade insular na perspectiva do conflito *brancos/não-brancos*.

Eventuais ressentimentos perante a concorrência comercial, num meio saturado do ponto de vista da oferta comercial, face ao muito reduzido mercado, terão gerado alguma tensão entre alguns *brancos* e alguns *não-brancos*, tal como antes a haviam gerado entre *brancos*, sobretudo a disputa dos comerciantes pelas divisas dos *mercanos* de torna-viagem ou enviadas dos Estados Unidos da América pelos que lá se encontravam ainda.

E não era só no comércio que *brancos* e *mestiços* concorriam; o funcionalismo público constituía outro mercado aspirado por todos e tanto mais disputado quanto mais rarefeito pela crescente ocupação dos órgãos do concelho por funcionários públicos de carreira, frequentemente de fora da ilha (de outras ilhas do arquipélago ou da metrópole). Se bem que limitado, sobretudo nos escalões inferiores, o funcionalismo público era a garantia de um rendimento seguro numa das ilhas mais afectadas pelas condições ecológicas desfavoráveis para a prática da agricultura e que, no entanto, tinha nela a principal e quase exclusiva actividade produtiva. A obtenção de graus académicos pelos *não-brancos* habilitava-os, tanto como aos *brancos*, ao ingresso na carreira administrativa.

Os diplomas liceais e sobretudo os universitários, que cada vez menos *brancos* iam podendo proporcionar à sua descendência, e que um número crescente de *não-brancos* foi alcançando, vieram introduzir uma série de dinâmicas de ruptura no quadro da estratificação insular. Em 1949, foi pela primeira vez colocado na ilha um médico local aparentado por via transversal com as famílias da elite, e portanto por elas considerado *não-branco*, se bem que de fenótipo europeu – o futuro escritor Henrique Teixeira de Sousa. Quase simultaneamente, um negro

(...) ousou enviar os filhos para estudar em Portugal, e formou dois médicos, para além de outros formados na Escola de Altos Estudos Ultramarinos, (...) quando ele começou a fazer isso, a maior parte da classe, aqui, começaram a dizer: 'Vejam lá o [...] a querer ter um filho 'doutor'.' Isso na altura foi considerado motivo de chacota, uma coisa escandalosa, do outro mundo. (...) Ele, de facto, passou mal. Foi visto durante muito tempo como uma espécie de atrevido, alguém que ousava disputar a primazia, e usando uma arma que era a arma da instrução. (Manuel)

Foi, porém, este aumento do volume de capital escolar pelos *não-brancos* que lhes permitiu franquear os últimos bastiões da dominância *branca* da ilha – «a partir do momento em que as pessoas estudaram, ascenderam à sociedade aqui de São Filipe (...) eram convidados para a *bandeira*, para bailes, para tudo.» (António): (1) pelo acesso a todos os escalões do poder local e pela inerente intermediação com o centro político, administrativo, cultural e simbólico, por um lado (quando interrogada sobre se os *brancos* resistiram a esta tomada do poder local, Rita responde: «Não, não; já estudou já tem o seu direito.»); e (2) pela implosão do património racial dos *brancos*, através do casamento legítimo, por outro.

Houve, naturalmente, uma consciência crescente por parte dos *não-brancos* do desfasamento entre as expectativas alimentadas pela posse de determinados tipos e volumes de capital e a percepção da desigualdade de oportunidades, em função da raça. E houve também um questionamento e uma contestação, por vezes abertos, da legitimidade das

assimetrias de poder, mas em contextos muito específicos de interacção, não tendo nunca chegado a assumir uma atitude frontal de desafio por parte dos *não-brancos* em processo de mobilidade ascendente e muito menos o de uma guerra declarada ou latente entre *brancos* e *não-brancos*. Terão sido situações concretas de disputas quotidianas – (1) pela preferência das atenções de uma mulher (*não-branca*, porque o espaço de convívio das mulheres *brancas* permaneceu até meados do século quase absolutamente circunscrito aos rapazes do grupo de famílias afins), (2) pelo direito a dançar, quando convidado para um baile, mas sem ter com quem («Havia briga às vezes: ele está bem vestido, está no baile, entende que deve dançar. Mas não é bem assim.», diz Pedro), (3) pelo direito a ocupar um lugar de destaque numa celebração religiosa, ou (4) a construir um sobrado no centro da cidade¹²¹³ – que terão gerado conflitos em que as solidariedades, por se terem procurado na rede de relações dos envolvidos, acabaram por assumir um carácter exterior de confronto racial.

Interpretar estas ocorrências episódicas como actos de mobilização grupal parece-nos excessivo, por dois grupos de razões. O facto do relacionamento sexual livre dos homens *brancos* com mulheres *não-brancas* fazer parte das práticas quotidianas gerou um universo de laços que extravasava o grupo de famílias da elite *branca*. As mulheres *não-brancas* com quem mantinham relações de conjugalidade não oficializadas e os filhos havidos dessas relações alargavam o horizonte das relações dos homens *brancos*, criando desta forma muitas vezes consideráveis afinidades com o *outro* racial; acontecia também, por amizade ou sobretudo para atingir um *outro branco* de uma facção familiar rival, associarem-se *brancos* e *não-brancos* ainda aparentados, se bem que por via ilegítima. Nos registos dos acontecimentos de Março de 1930, que adiante descrevemos, deparamos com vários indivíduos *não-brancos* que se colocaram do lado de contendores *brancos* contra outros *não-brancos*. A miscigenação secular aparentara, em grau mais ou menos afastado, quase todos os habitantes da ilha, sendo recorrente a oscilação entre o parentesco, ainda que remoto e ostracizado pelo lado *branco*, e a afinidade de condição sócio-racial.

As interacções decorriam em contextos de pertenças sociais dos envolvidos e os dominados respeitavam as expectativas dos *brancos* face ao seu comportamento, mantendo a deferência pelos *brancos*, o reconhecimento social da sua *auctoritas*, a que os inquiridos, *brancos* e *não-brancos*, chamam frequentemente ‘respeito’. Tanto nas cerimónias familiares (casamentos, baptizados) como nas solenidades religiosas e nas recepções a dignitários em que toda a população da cidade podia participar, estavam «todos colocados nos seus devidos lugares»¹²¹⁴.

Houve, porém, um episódio de confronto violento, ocorrido em 1930, que alguns informantes têm ainda muito presente, que Teixeira de Sousa descreve num dos artigos da *Claridade* e também romanceia no primeiro volume da sua trilogia, usando-o como demonstração da supremacia dos *mestiços* face aos *brancos* em processo de declínio

¹²¹³ Henrique Teixeira de Sousa faz referência a uma rixa entre um «mulato» que pretendia construir um sobrado perto do de determinada família branca e um elemento desta família, que procurava impedi-lo («A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940», *op. cit.*, p. 43). Em São Filipe, não permanece senão uma lembrança muito vaga do episódio, e não conseguimos apurar com toda a certeza nem a data concreta nem os intervenientes.

¹²¹⁴ Abílio Monteiro de Macedo, *op. cit.*, p. 17.

económico¹²¹⁵. Narramo-lo, pelo que nos revela da dificuldade de alguns elementos do grupo declinante em aceitar as mudanças na hierarquia económica que paulatinamente se vinham operando desde as décadas anteriores, com a transferência crescente do imobiliário rural e urbano para os *não-brancos*, e os efeitos desagregadores desta transferência na sua secular proeminência social. Curiosamente, teve como protagonista, do lado dos *não-brancos*, um elemento que a emigração americana havia permitido fincar sobrado e abrir loja num dos largos centrais da cidade, e que já estava integrado nas redes de sociabilidade do segmento social *branco*. Tratou-se de um comerciante que

(...) regressa [dos EUA] e regressa rico, rico mesmo (...) e ele compra meia cidade, ele assina as letras, resgata as letras, compra meia cidade, compra praticamente Chã das Caldeiras inteira e transforma-se num homem rico da ilha. (...) Muitas vezes ele nem sequer foi falar com as famílias, ele resgatou simplesmente. A dívida estava aí, já havia penhora sobre a propriedade e ele foi lá buscar. (...) De repente, transformou-se também em motivo de inveja, sobretudo para aqueles que se viram desapossados de tudo o que tinham. (Manuel)

Revelamos estes aspectos contextuais e outros omitidos por Teixeira de Sousa, que ilustram quer o clima de rivalidade inter-famílias *brancas* pela disputa do poder político ao nível concelhio quer as diferentes percepções que *brancos* e *não-brancos* tinham da mobilidade social bipolar que viviam e a que assistiam – descendente para os primeiros, ascendente para os segundos. Se para uns, o dinheiro e o capital escolar embranqueciam e legitimavam as mudanças no espaço de relações, para outros, o carácter eminentemente hereditário do *status* sobrepunha-se aos tipos e volumes de capital adquirido, e o nascimento, ao assegurar a pureza e integridade da raça e a continuidade da transmissão do (duplo) apelido no interior do grupo, permanecia o critério da avaliação e localização social do indivíduo.

A 14 de Março de 1930, durante a procissão do Senhor dos Passos, em torno da praça principal, um elemento da família José Barbosa (aquele que alguns informantes apresentam como protótipo do racismo insular), ou directamente ou através da mulher *não-branca* com quem mantinha uma relação conjugal paralela à oficializada (variam as versões), terá por várias vezes lançado chistes ao referido *não-branco* abastado, escarnecendo do facto de até já ele transportar o andor, o que até então fora um privilégio dos notáveis (*brancos*) da cidade. Sentindo-se injustiçado, a dada altura, o alvo das ofensas elevou o bastão em que se apoiava (tal como os outros três elementos, já que o andor era especialmente pesado, porque representava Jesus em tamanho natural) e lançou-o contra quem o humilhava. A referida mulher, ou pela violência da paulada ou pela queda que esta provocou, teria ficado ferida e vindo posteriormente a morrer. Desencadeou-se então uma briga entre os apoiantes do ofendido e os do ofensor, finda a qual se retomou a procissão. Deste episódio, teriam resultado não apenas ferimentos nalguns contendores e a morte da mulher, como também, e esse é um aspecto relevante para nós, a substituição do administrador do concelho, que procurara acalmar os ânimos e abafar o sucedido, sem ter instaurado nenhum processo de averiguação de responsabilidades. A facção rival da do administrador, terá, porém, feito chegar o relato dos

¹²¹⁵ Em 1988, HTS já não integra o acontecimento no conflito entre *brancos* decadentes e *mestiços* emergentes, mas no ambiente de hostilidade entre as duas fracções rivais da elite *branca* da cidade, o que se aproxima muito mais do ocorrido. Cf. «Apontamento para um romance: ilha do Fogo dos anos 27 e 28», *op. cit.*, p. 29.

acontecimentos à capital da província e ao conhecimento do governador que, mal-grado as boas relações com o administrador do concelho, o substituiu pelo líder da facção inimiga, que se prolongaria por mais de uma década no cargo¹²¹⁶.

A esta distância dos acontecimentos, é difícil avaliar o peso relativo da ofensa e da reacção à ofensa racial, por um lado, e o das inimizades entre as duas facções político-familiares, por outro, no desenrolar dos acontecimentos. É possível que ele não tenha sido o mesmo para todos os intervenientes e que, concretamente para os dois principais protagonistas, ele tenha sido predominantemente racial. Porém, o facto de alguns ramos familiares *brancos* envolvidos se terem, mais de uma década antes, incompatibilizado duradouramente com outros¹²¹⁷ (*vd. supra*, pp. 370 e ss.) e aproveitado todas as oportunidades para actualizar essa hostilidade, não permite interpretar todas as ocorrências do dia 14 de Março de 1930, que excederam o episódio da procissão, como meras manifestações de conflito racial.

Outro aspecto que importa realçar neste episódio é ele ter sido despoletado pelo mesmo indivíduo do segmento *branco* considerado por vários informantes, *brancos* e *não-brancos*, especialmente racista e conflituoso (segundo Artur, já em criança teria sido expulso da igreja da Vila, por um padre *não-branco* saturado dos seus chistes acerca da sua cor). Foi ele quem protagonizou as ocorrências que alguns entrevistados e também Teixeira de Sousa referenciam como de confronto entre *brancos* e *não-brancos* ou como demonstração do racismo *branco* existente na ilha. Trata-se de um antigo presidente da Câmara da Vila, a quem repugnava o trajecto ascendente dos *não-brancos* que a emigração americana e o comércio haviam capitalizado: «perseguiu todos os que, como pessoas de cor, não podiam ter essas finezas.» (Artur). Há um outro episódio frequentemente relatado que revela a sua prepotência: como administrador¹²¹⁸, terá mandado chamar a polícia, quando um emigrante recém-desembarcado da América, portanto, um *não-branco*, passou por si sem tirar o chapéu (Pedro). Numa outra versão do mesmo incidente, a cena ter-se-ia passado igualmente com um *não-branco*, mas não um emigrante, antes com o encarregado do posto telegráfico, e frente à loja do administrador: segundo Artur, o administrador do concelho, franzino, terá esbofetado o telegrafista, robusto, sem que este tivesse ripostado, já que, tratando-se do administrador, temia represálias. Independentemente da versão que mais se aproxime do ocorrido, o sentido permanece o mesmo, porquanto ambas revelam a mesma tensão sócio-racial gerada por alguns *brancos* perante a tendência para a inversão de posições na hierarquia económica.

Mais de duas décadas depois deste episódio, uma sucessão de outros, tendo como protagonistas duas irmãs e um irmão deste antigo presidente da Câmara (todos, aliás, irmãos de José Barbosa, ministro das Colónias), são descritos pelo administrador Silva Rendall, em 1946, no Diário de Serviço da Administração. Nele se revela a dimensão e o impacto das mudanças na estrutura de distribuição dos lugares e a difícil adaptação de pelo menos parte do

¹²¹⁶ AHN, RPSAC, SC:E\SR:A\Cx342 – Recurso em que é recorrente o Sr. Mário [*sic*] Barbosa Vicente, proprietário na ilha do Fogo, Agosto de 1930-Janeiro de 1931.

¹²¹⁷ Mantendo ainda actualmente alguns descendentes de ambos uma 'indiferença' recíproca activa reveladora.

¹²¹⁸ É assim que é recordado na ilha, se bem que apenas o tenhamos identificado como presidente da Câmara.

segmento ex-dominante perante as crescentes brechas no processo de internalização por parte dos *não-brancos* da legitimidade dos diferenciais de poder entre *brancos* e *não-brancos*.

Na sequência de uma discussão entre duas raparigas, uma *branca* e outra *não-branca*, a tutora (*branca*) da primeira injuriou a segunda, chamando-lhe «atrevida, negra e filha de criada», ao que esta retorquiu, afirmando «que atrevida era ela e que não era sua negra pois nunca servira no seu quintal.» As envolvidas e ainda uma irmã e um irmão da tutora (também um antigo administrador do concelho) e a mãe da rapariga *não-branca* procuraram a Administração do concelho para apresentar queixa. Os respectivos discursos revelam-nos, por um lado, a postura de quem ainda não se adaptara às transformações ocorridas no sistema de relações, e por outro, a de quem já não aceitava os antigos fundamentos desse sistema. Afirmou a mulher *branca* que «se fosse noutros tempos, dos irmãos, elas [a rapariga *não-branca* e a mãe desta] já teriam sido chicoteadas e metidas na cadeia», ao que a vizinha e mãe da rapariga retorquiu, dizendo «que esses tempos tinham já passados [*sic*] e que hoje a justiça era para todos». As duas mulheres *brancas* exigiram a Silva Rendall que prendesse mãe e filha e as expulsasse da casa onde moravam, para a qual dava a varanda do seu (das duas irmãs) sobrado, alegando que «elas “filhas de nho Antóne de nho Simon” não poderiam continuar a tê-las como vizinhas»¹²¹⁹.

Outro pormenor igualmente relevante foi que, perante a recusa do administrador em satisfazer as exigências das duas irmãs, uma delas foi procurar um sobrinho *de fora*, um dos grandes comerciantes locais, filho *de fora* de um seu irmão, que referenciámos como tendo sido a partir de certa altura protegido pela família paterna (ou seja, por estas duas mulheres, suas tias). Ou seja, foi já a um emergente *não-branco*, mas muito bem situado na hierarquia sócio-económica da cidade, que as duas mulheres *brancas* recorreram, tendo uma delas ajoelhado perante ele, suplicando-lhe que esbofeteasse a mãe da rapariga *não-branca*.

O relatório do administrador revela-nos também a sua própria postura crítica perante as sobrevivências do antigo sistema sócio-racial, ele que não era fogueteiro, que estudara em São Vicente, onde o peso da raça e da linhagem na estruturação das relações sociais nunca fora tão determinante quanto no sub-arquipélago do Sul. Silva Rendall começou por afirmar no seu relatório a sua «tristeza pela ignorância e falta de senso que revela, por parte de algumas pessoas» (naturalmente, os três *brancos* queixosos – a rapariga, a sua tutora e o irmão desta) a sucessão dos acontecimentos que ia descrever, e referiu que estes eram muito elucidativos do «que teria sido esta ilha e a mentalidade de muito da sua gente, considerada “graúde” [*sic*], noutros tempos»¹²²⁰.

Este relatório de Silva Rendall é, pois, muito rico de informes: (1) quanto ao saudosismo revelado pela antiga elite de São Filipe de um tempo passado de poder quase discricionário por parte dos *brancos* da ilha, através dos cargos que ocupavam na

¹²¹⁹ Diário de Serviço da Administração do Concelho da Ilha do Fogo, referente ao mês de Agosto de 1946. AHN, RPSAC, SC:\SR:D\SSR:D1\Cx011 – Diários de Serviço da Administração do Concelho do Fogo, Fevereiro de 1946-Janeiro de 1947, pp. 7-8. *Nho Antone nhô Simom* era o hipocorístico (*nominho*, em crioulo) de António José Barbosa, filho de Simão José Barbosa. No Fogo, como nas restantes ilhas de Cabo Verde, os diminutivos e as alcunhas eram, e permanecem ainda, os processos mais comuns da nomeação quotidiana.

¹²²⁰ *Ibid.*, p. 6.

administração do município, e quanto à pouca percepção da irreversibilidade da orientação das mudanças ocorridas nas estruturas da estratificação social, em que a ascendência e a raça diminuíram a sua importância relativa no conjunto das dimensões significativas dessa estruturação; (2) quanto à percepção dos *não-brancos* das transformações ocorridas na distribuição das posições, pela reivindicação do direito a serem escutados, em igualdade de circunstâncias com os *brancos*, pelos representantes do poder; e (3) quanto ao facto de ser a um *não-branco* que duas mulheres do grupo de famílias que haviam ocupado o topo da hierarquia global dos recursos recorrem para actualizar momentaneamente as posições ocupadas pelos contendores no anterior sistema de relações.

Houve outros incidentes envolvendo *brancos* e *não-brancos*, alguns na sequência de insultos de pendor racial já não acatados pelos *não-brancos*, outros dissimulando divergências políticas e disputas pelo acesso aos principais cargos públicos, outros ainda fruto da concorrência comercial. Porém, apesar dos episódios de violência verbal e física entre alguns *brancos* e alguns *não-brancos*, quando estes iam quebrando o até aí monopólio simbólico dos primeiros (como seja transportar o andor durante uma procissão, convidar uma rapariga *branca* para dançar, num baile a que tivessem tido acesso, construir um sobrado na cidade, enviar os filhos para a metrópole para prosseguir os estudos), não cremos que tenha havido uma consciência de grupo ou uma identidade *mestiça* e muito menos *negra* entre os *não-brancos*. Constituindo a quase totalidade da população da ilha, eram forçosamente muito heterogêneos, do ponto de vista sócio-económico e somático. Terá havido, sim, ressentimentos perante afrontas que, mesmo sob a aparência em contrário das práticas, permaneceram inscritos nos que haviam sido objecto de humilhações. Revelador disto mesmo é o episódio relatado por Artur, que se recorda de o ter ouvido ao pai, e que teve como protagonista um filho *de fora* de uma das famílias proeminentes, aquele que a todos parece o melhor integrado nesse grupo de famílias e o mais «descomplexado» (Maria) pelo seu fenótipo (um *mestiço* que, conquanto bastante pigmentado, é descrito encomiasticamente por todos os informantes – *vd. infra*, p. 445):

por um lado, a [...], descendente da maior família da ilha, do outro, o [...], um coitadinho quase analfabeto, que deixou a escola muito cedo para ajudar a mãe em negócios, venda de cuscuz, etc e tal, e descendente de antigos, por sinal, antigos escravos do quintal da família da [...]. Começou a festa, o [...] tirou a [...] para dançar. A [...] [uma parente da rapariga] achou isto de uma insolência tão grande que desmaiou. Trinta anos depois, 1970, veio cá de visita o Silva Cunha, ministro do Ultramar. O Silva Cunha, aqui não havia hotéis nem nada, o Silva Cunha era recebido em casa do [...] (...) Aproveitaram aquele ringue de patinagem para fazer lá um pôr-do-sol, uma coisa assim do género, (...) e claro, a [...] [a mulher que desmaiara no baile] foi convidada. Naquele tempo não havia cá táxis e os carros que havia contava pelos dedos de uma mão. A [...] [parente da rapariga] foi à festa, mas foi a pé. Quando chegava ali naquela esquina do hospital, veio então o [...], que na altura já se tinha casado com uma prima em primeiro grau da [...] [parente da rapariga], no seu carro grande, a esposa, *nha* [...] atrás, o Silva Cunha, iam para a festa. Quando o carro se avistou, a *nha* [...] [sogra do protagonista] viu a [...] [parente da rapariga] e fez um sinal ao [...] para parar, e o [...] fingiu não ver, passou. Quando chegou lá a cima, o [...] contou então ao Silva Cunha o que se tinha passado. Contou aquilo da festa e disse: 'agora ela, para ir montar o meu carro?!' (Artur)

Uma grande proximidade espacial – muitas das habitações dos *mestiços* localizavam-se nas traseiras das dos *brancos*, outras ao lado – e frequentes situações de interacção, funcional, na sua maior parte, coexistiam com uma grande distância social. A porta

da residência dos *brancos*, no caso das casas térreas, ou o pátio ou as escadas de acesso ao piso de cima, no caso dos sobrados, constituíam a demarcação da zona *branca* de convívio, para além da qual os *não-brancos* só penetravam enquanto prestadores de serviços ou nos casos em que os filhos *de fora* dos *brancos* eram recebidos pela família do pai.

Mais uma vez, este quadro predominante não era homogêneo. A família Avelino Henriques, sobretudo, parece ter-se permitido quadros mais alargados de interação, em que os marcos físicos deste *limes* racial doméstico eram mais recorrentemente violados. Tratava-se de uma família em que um dos ramos colaterais, *mestiço*, mas participando dos mesmos consumos simbólicos distintivos do grupo, terá mesmo sido integrado na rede de relações familiares.

Mas mesmo estas cambiantes dos processos de inclusão/exclusão constituíam apenas variantes do mesmo modelo relacional que subjazia às interações entre *brancos* e *não-brancos*. Mais ou menos conformes com a ortodoxia do modelo, todas as famílias da elite *branca* revelavam a observância dos mesmos critérios racionais no mais importante instrumento do recrutamento familiar, a selecção dos matrimoniáveis. Num sistema de diferenciação social em que a raça constituía uma componente fundamental, e em que *negra* era a cor do estigma e *branca* a cor do prestígio e da dominação, a homogamia racial surgia como imperativo ao grupo melhor posicionado.

Foi assim que uma das mais carismáticas figuras da elite são-filipense, membro da família supracitada, pôde ser contestatária do sistema de representações que enformava as relações entre *brancos* e *não-brancos* e, simultaneamente, participar nele. Aníbal Avelino Henriques, opositor do Estado Novo, que encabeçou as listas locais de apoio a Norton de Matos e a Humberto Delgado, crítico de governadores e administradores metropolitanos, censurava também a rigidez da estratificação sócio-racial na ilha («O meu pai era muito liberal, não tinha racismo nenhum.», afirma Madalena). Zelou pela admissão de *não-brancos* no grupo Sete Estrelo, apoiou a formação do Luso, grupo desportivo constituído por *não-brancos*, promoveu a criação de um grupo feminino de animação, liderado por uma das suas filhas, mas formado por raparigas *não-brancas* e que ombreava com outro grupo de animação feminino, liderado pela sua outra filha, mas composto apenas por raparigas *brancas*. Transpôs a funcionalidade das relações inter-raciais, sendo amigo de vários *não-brancos*, como Príncipe de Ximento e Colan¹²²¹. Manuel diz ter tomado conhecimento de Ana Procópio, a *repentista* ou poetisa popular *não-branca* a que já fizemos referência, no dia do seu enterro, onde deparou com Aníbal Henriques «muito sensibilizado, era um grande apaixonado de *bandeiras* e *nha* Ana era uma grande coladeira de *bandeiras*, portanto *nhô* Aníbal ficou bastante contristado com a morte de *nha* Ana.» (Artur) Porém, não terá renunciado aos privilégios que a sua situação de elemento da elite lhe conferia. Ou seja, parece ter sido mais um crítico das

¹²²¹ Príncipe de Ximento foi um trovador popular, de cariz satírico, muito apreciado em São Filipe. Alguns dos textos das suas canções eram de crítica social, como, por exemplo, aquele em que satiriza o envio de serviços cabo-verdianos para as plantações de São Tomé e Príncipe (vd. nota de rodapé nº 1234, p. 445). Tratando-se de um braçal pouco instruído (não terá completado a instrução primária), suspeita-se que alguns dos textos das suas canções tenham sido escritos por Aníbal Henriques. Colan foi um dos referidos guineenses *negros* trazidos ainda crianças para o arquipélago, na segunda metade do século XIX, por um elemento da família Barbosa Vicente, de quem herdou o duplo apelido. Trabalhava no matadouro municipal.

manifestações exacerbadas da diferença estatutária, a tal *colored bar*, de que falava o seu conterrâneo e contemporâneo Abílio de Macedo, que propriamente das prerrogativas de que usufruía pela existência desse mesmo sistema de estratificação. Ilustração disto mesmo foi o desagrado que lhe terá causado o casamento de uma das filhas com o próprio Teixeira de Sousa que, conquanto leucodérmico e médico, era um elemento exterior ao reduzido núcleo de famílias inter-matrimoniáveis, por registar entre os ascendentes elementos *não-brancos*¹²²². O casamento era sempre o último reduto de resistência à dissolução das assimetrias de ordem racial: «Essa coisa de ‘mais liberal’ é como eu disse: da convivência, era tudo muito bem, havia uns mais liberais na convivência, levar para casa e não sei quê, mas quando se tratava de casamentos, já a coisa mudava de...» (Maria)

E o que pode ser entendido como práticas contraditórias mais não seria que efeitos colaterais do modo de produção e dominação escravocratas, formalmente instituídos até ao quarto de século anterior, sobre as condutas. Era a ascendência escrava que era verberada: «Eu lembro-me de pessoas que diziam ‘era filho de escrava’ e não sei quê.» (Margarida) Até as crianças na escola fustigavam os colegas: «‘Ah, és neto de escravo!’» (Mónica). E como *negros* eram os escravos, também a ascendência *negra* era estigmatizada. Um episódio recordado por António revela como se mantém o desdém face aos originários da África continental *negra*, mesmo por parte dos insulares mais pigmentados. Um homem do interior a quem António dera boleia, a dada altura, avistando uma casa, informou-o que era de uma mulher do Fogo que tinha casado com um «manjaco» (categoria que na ilha designa genericamente alguém oriundo da costa de África), comentando, com indignação: «*Mudjer tem coragem!*»

Na década de trinta do passado século, João de Almeida afirmava, reportando-se ao arquipélago e não especificamente à ilha do Fogo, que «na escolha da noiva, há certas restrições, limitando-se ao grupo de famílias da sua convivência e tendo sempre em atenção os avós. Assim, um preto, por exemplo, não vai tomar por esposa uma menina de família que na sua ascendência conte escravos da Guiné.»¹²²³ A mesma fronteira racial e cultural que erigem em relação ao continente fronteiro estabelecem-na face aos ilhéus de Santiago e do Maio, mais negróides e culturalmente menos europeizados: «Antigamente, no Fogo, não tínhamos preto; era mestiço e branco. Alguns pretos vieram de longe.» (Duarte); «Negro tinha muito pouco.» (Amália); «Pretos temos só no Santiago e Maio.» (Bernardo).

Os dois estigmas caminharam a par, reforçando-se mutuamente. A emergência de uma população crescentemente mestiçada, porém, dificultava as classificações e ameaçava abalar a ordem racial. Afinal, onde encaixar os descendentes *mistos* que herdaram e foram ‘limpando’ a sua ascendência parcialmente escrava e *negra*? Como interroga Zygmunt Bauman a

¹²²² Os testemunhos dos familiares contradizem-se: alguns afirmam que a entrada de Teixeira de Sousa na família Henriques foi bem aceite, outros dizem que, apesar de publicamente omitido, o desagrado era patente e confidenciado pelo próprio Teixeira de Sousa. Uma fotografia do casamento (vd. anexo VIII, figura 106, p. 645) abona em favor dos segundos; porém, parece que a expressão facial de Aníbal Henriques era habitualmente circunspecta. A verdade é que não encontramos ninguém que se recordasse de ter visto o escritor em casa do sogro, apesar deste receber com frequência. Segundo Marcelo, Aníbal Henriques terá reagido com um «‘A minha filha casada com um preto!’» e depois, ter-se-á resignado.

¹²²³ João de Almeida, «A população de Cabo Verde», *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, *op. cit.*, p. 60.

propósito do estranho – e o *mestiço* é um absoluto estranho, no sentido que lhe atribui –, onde encaixar este *estranho*? Ele era a um tempo o estranho, no sentido do que escapava à ordem e, simultaneamente, o que unia ou, pelo menos, comprovava a possibilidade da aproximação, o símbolo do derrube da estranheza e das fronteiras entre dois estranhos fenotípicos e culturais. Bauman considera os judeus o «protótipo dos estranhos na Europa»¹²²⁴. Seguindo a mesma lógica, podemos considerar os *mestiços* como o protótipo dos estranhos nos trópicos colonizados pela Europa.

Era sobretudo nesta capacidade superadora de antinomias que residia a ambivalência constituinte do *mestiço*: «Havia meia-tijela, ora pendia para nós [os *brancos*], ora pendiam para eles [os *não-brancos*].» (Susana) Havia que erigir uma muralha que imunizasse a estrutura de relações da acção corrosiva dessa ambivalência. E essa muralha foi erguida sob a forma do casamento endorrácico.

Igualmente crítico da análise talvez demasiado monocentrada que Teixeira de Sousa faz da evolução social da ilha, pela óptica quase exclusiva da raça, André afirma que

nem a cor da pele ou a raça, nem o poder económico... [importante é] o que as pessoas realmente são, se são de relações ou se não são de relações. Explicar as coisas assim pela cor da pele, eu acho que é simples demais. Pelo lado económico é simples demais. É uma mistura de tudo.

Era este «tudo» – raça, recursos materiais, capital social, poder – que estava consubstanciado na família e na linhagem. Eram elas que asseguravam a reprodução social das assimetrias; franqueá-las a elementos estranhos ao grupo era renunciar às diferenciações que haviam secularmente legitimado a distribuição desigual dos lugares no espaço social. Infundir *sangue negro* no ramo legítimo destas famílias era também abdicar do capital de europeidade, seu referente identitário por excelência.

Em princípios do século XX, da rede de sociabilidade do grupo dominante fazia parte uma família *não-branca* abastada («A gente tinha uma data de empregados: cozinheira, lavadeira, engomadeira, rapariga para recados, duas amas que dormiam em casa.», afirma Margarida). Ela era convidada para todas as festas e situações de convívio e, a um observador exterior, parecia plenamente integrada. Tratava-se de descendentes, por via ilegítima, de um ancestral de uma das famílias de topo. Porque gozaria essa descendência de um tratamento diferencial, se sabemos que a componente *mestiça* estava presente, pela via colateral, em todas as famílias, sem que esse parentesco tenha constituído um factor de inclusividade?

Procurando acompanhar o percurso social desta família, deparamos, ainda no último quartel do século XIX, com um núcleo familiar assente numa união conjugal não legalizada, constituída por um *branco* viúvo e uma *não-branca* e a respectiva descendência comum. Das filhas deste casal se diz que «foram cuidadas, foram educadas, usavam chapéu quando saíam» (Rui) e herdaram do pai. No final do século XIX, uma delas casará com um *não-branco*, caixeiro na principal firma grossista e retalhista da Vila, que posteriormente adquirirá meios próprios de subsistência. Em 1901, vemo-lo já participando nos órgãos concelhios do poder

¹²²⁴ *Op. cit.*, p. 94.

como vogal suplente do senado camarário. A posterior emigração de um dos filhos do casal para os Estados Unidos da América, já no primeiro quartel do século XX, se bem que de curta duração, veio reforçar o capital económico do ramo familiar que permaneceu na ilha, e que foi investido em terra, num estabelecimento comercial em São Filipe, onde também foi construído um grande sobrado. A situação económica desafogada e a conversão de parte da riqueza material em capital escolar, que a posse de diplomas em direito e em engenharia atesta, facilitou a integração desta família na rede de sociabilidade *branca*. Este trajecto foi idêntico ao que depois as outras famílias *não-brancas* em processo de ascensão económica percorreriam. Específica terá sido apenas a sua antecipação em uma geração¹²²⁵.

A memória dos descendentes deste ramo colateral converge com a dos descendentes dos ramos legítimos das famílias da elite, no que respeita à proximidade e fácil convivialidade entre ambos; porém, os segundos realçam que

o casamento era outra coisa. Eu notava que [...] era atiradiço, mas eu nunca dei importância, eu achava que não devia ter namoro com um rapaz preto, com um rapaz escuro, porque ele era mestiço. Agora com as irmãs, dávamo-nos lindamente, porque elas não eram daqueles pretos que nós chamávamos 'gente qualquer'. (Susana)

Ela era belíssima, jeitosa como há poucas, mas nunca fui capaz de a namorar, havia aquela coisa... e os filhos? (João)

O limite era, pois, o casamento, motivo por que evitavam grandes contactos entre raparigas *brancas* e rapazes *não-brancos*. As formas de convivência social entre *brancos* e *não-brancos*, mesmo aquelas que extravasavam o contexto da mera funcionalidade, eram ambíguas. Em ambientes exteriores ao espaço doméstico, sobretudo em cenários abertos, os homens, muito especialmente, interagiam com cordialidade (vd. imagens de convívio entre *brancos* e *não-brancos*, anexo VIII, ponto 3., pp. 641-646). Era a porta de casa que marcava o território vedado ao exogrupo racial. Em São Filipe, a convivência entre as crianças *brancas* e as outras confinava-se, na esmagadora maioria dos casos, ao tempo que permaneciam na escola, frequentada por *brancos* e *não-brancos*, onde parece que a interacção decorria sem impedimentos e censuras.

Durante a primeira infância, os contactos das crianças restringiam-se aos irmãos e aos primos. Mesmo durante os passeios quotidianos, em companhia das amas, estas zelavam para evitar proximidade física com crianças exteriores ao grupo, tal como, de resto, se fazia no Portugal metropolitano, aqui como ali, pretextando-se a falta de higiene do corpo e das roupas das outras crianças. Fora da cidade, durante os meses que permaneciam nas suas casas de campo, parece que as famílias *brancas* afrouxavam os limites ao convívio e que as crianças brincavam livremente com os filhos dos serviçais.

Porque a condição racial não era vivida independentemente de outras dimensões socialmente relevantes, como o capital cultural (no sentido bourdieusiano do termo) e a

¹²²⁵ Note-se que Silva Leão, que esteve no Fogo em meados do século XIX, já afirmava que em São Filipe «residem as principais famílias, **quase** todas descendentes de europeus». Ou seja, os fenotipicamente europeus, conquanto constituíssem o grosso da elite local, não a esgotavam, integrando esta famílias de ascendência não inteiramente europeia, ou seja, *mestiças*. José Fernandes da Silva Leão, «Relatório do Cirurgião-Mor da Província de Cabo Verde sobre a cholera-morbus na ilha do Fogo em 1885» *op. cit.*, p. 359. [Negrito nosso]

condição de classe, os critérios e os graus de inclusão dos *mestiços* nas famílias da elite variavam em função de vários vectores: a proximidade familiar (se bem que por via ilegítima), a existência de laços de amizade, o nível de instrução, as 'boas maneiras', a própria personalidade do indivíduo em questão e o lugar na hierarquia de classes. Enquanto os *brancos*, mesmo sem educação formal e economicamente dependentes, estavam, pelo nascimento, incluídos no grupo, os *não-brancos* que conseguiram penetrar as suas muralhas exteriores possuíam todos consideráveis (à escala insular) níveis de riqueza. Contudo, o potencial de inclusividade da classe só em condições muito particulares e quando associado a características individuais excepcionais, excedia o potencial de exclusividade da raça e da linhagem.

Para Teixeira de Sousa é a partir dos anos vinte que alguns *mulatos* começaram a interagir com os *brancos* em contextos extra-funcionais, porquanto havia «um ambiente ávido de distensão em matéria de convívio»¹²²⁶. Estas duas primeiras décadas do alargamento da comunicação e do convívio teriam sido ainda muito marcadas pelo cuidado em circunscrevê-los ao quadro assimétrico que os caracterizara até aí. Convidava-se, por exemplo, alguns *mestiços* para assistir às festas dos sobrados, mas condicionava-se-lhes o acesso à residência (ficavam-se pela varanda, segundo Teixeira de Sousa) e continuava-se a interditar-lhes a participação. Teixeira de Sousa, que já antes afirmara que o facto de alguns *brancos* receberem ajuda económica dos seus parentes *mestiços* trazia implícito o reconhecimento tácito dos laços de parentesco, o que constituía para o ramo ilegítimo da família recompensa bastante¹²²⁷, acrescenta ainda que os *mestiços* aceitavam com orgulho esta convivialidade restritiva¹²²⁸.

Esta maleabilização das fronteiras do grupo, que acompanhou o seu declínio económico, manifestou-se inicialmente pelo reduzido alargamento das redes de amizade a alguns, muito poucos, *não-brancos*. Os que paulatinamente foram entrando dentro do círculo mais restrito do convívio eram geralmente os aparentados pela via masculina destas famílias, os filhos *de fora*, *mestiços* prósperos e/ou escolarizados. As considerações raciais, porém, mais ou menos dissimuladas sob o discurso da 'educação', prevaleciam ainda. O casamento permaneceu vedado aos elementos exteriores ao grupo, já que bastava um passo em falso para que ruísse o património racial que durante séculos tinham conseguido conservar. Afinal, «sangui câ tâ labâ»¹²²⁹.

O Fogo de finais da década de cinquenta era já, de acordo com Teixeira de Sousa, uma «perfeita democracia racial»¹²³⁰. Mafalda afirma não ter sentido nunca qualquer desfavorecimento de cor: «*Mistiço nunca sinti. [Ad]Ministrador tratava cum papá bem.*» Registe-se, porém, que nasceu já em meados do século e que o pai, conquanto de pele escura, fora formado expressamente para assistir, como mecânico, aos inicialmente muito poucos proprietários de carros, tendo ganho a consideração de todos por ser um excelente

¹²²⁶ «Apontamento para um romance: ilha do Fogo dos anos 27 e 28», *op. cit.*, p. 28.

¹²²⁷ Cf. «A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940», *op. cit.*, p. 43.

¹²²⁸ Cf. «Sobrados, lojas & funcos: contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo», *op. cit.*, p. 8.

¹²²⁹ «O sangue não se lava». Cf. Miguel Alves, *op. cit.*, p. 9.

¹²³⁰ «Sobrados, lojas & funcos: contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo», *op. cit.*, pp. 6-7.

técnico¹²³¹, e que a família ocupava uma posição intermédia no espaço de classes. O facto de a mãe ser neta (*de fora*) de um *branco*, e do estilo de vida da família ser predominantemente europeizado, também não será alheio a esta percepção de ausência de discriminação racial.

As relações entre os poucos *brancos* que haviam permanecido na ilha e os *não-brancos* que iam tomando a dianteira, sobretudo no comércio, era já de «coexistência pacífica» e não marcadas pela tensão, como nas décadas anteriores. Um dos pioneiros deste desanuviamento das relações entre *brancos* e *não-brancos* foi um filho *de fora* de um *branco*. Ele personificará na ilha a ascensão económica, social e política dos *mestiços*. Partindo de um pequeno negócio de venda de bebidas ao balcão, semelhante a uma pequena taberna metropolitana coetânea, expandiu-o, investindo os dólares enviados por um familiar emigrado nos Estados Unidos da América na actividade comercial, até se converter num dos maiores comerciantes da ilha. A atenção que uma tia paterna solteira lhe dispensou, introduzindo-o na rede de sociabilidade *branca*, e a sua aparência e trato tornaram-no muito popular também entre as famílias da elite local, sendo presença indispensável nas festas e bailes por elas organizados (o que não evitou que passasse por algumas humilhações, como a descrita na p. 439). Todos os inquiridos, independentemente do sexo, da raça e da classe, mencionaram a sua grande beleza física – «um homem bonito, muito bem parecido» (Manuel); «era um preto branco. Era um menino bonito.» (André) – e encanto «ele sempre foi um *gentleman*, não sei se isso tem algumas linhas genéticas ou não, mas o que é certo é que ele tinha esse ar de *gentleman*.» (Cristina); «era um indivíduo cativante.» (Manuel); «conquistador era ele... conquistava muitas pequenas aqui.» (Rita); «era uma pessoa descomplexada em qualquer meio.» (Maria)

Este indivíduo acabaria por desposar uma *branca*, se bem que a contragosto de parte da família desta. Os seus dois filhos comuns estudaram em Lisboa, ao passo que a maior parte dos descendentes das famílias *brancas* o fez em São Vicente ou na Praia, onde entretanto abria o liceu Adriano Moreira. Participou na gestão política local (na década de trinta encontramo-lo já como vogal da Câmara), outro símbolo da elevação de *status*. Partidário fervoroso do Estado Novo¹²³², era ele quem transportava no seu carro os representantes do governo central metropolitano, em visita à ilha, e foi a ele que foi concedida a contratação de mão-de-obra para São Tomé¹²³³ (este é, aliás, o aspecto potencialmente mais controverso do seu percurso social, pelo menos à distância de sete décadas, e talvez por isso seja omitido por alguns dos entrevistados¹²³⁴).

¹²³¹ As licenças de condução eram passadas por um júri composto por si, por seu filho e pelo administrador.

¹²³² No final do regime, terá colaborado secretamente, porém, com um dos filhos, independentista, na sabotagem de algumas iniciativas dos poderes locais (Raul).

¹²³³ O governo criou agências de engajamento e contratação de mão-de-obra com destino às plantações de outras colónias portuguesas de África. Para os cabo-verdianos recrutados, tratou-se sempre de uma emigração 'forçada' (António Carreira, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, op. cit.), já que imposta pela falta de alternativas, quando as crises alimentícias sobrevinham.

¹²³⁴ Provavelmente escrita ou pelo menos inspirada por Aníbal Henriques, Príncipe de Ximento dedicar-lhe-á uma canção: «*Ó Príncipe de Ximento/Ó rapaz di Memento/Ó Príncipe, ca bu bai pá San Tomé e Príncipe/nha burro cu nha besta ta ba cumê banana/Sabidu na scritório ta ba cume cacau (...)*». «*Ó Príncipe de Ximento/Ó Rapaz de Memento [Memento era o pai]/Ó Príncipe, não vás para São Tomé e Príncipe/O meu burro e a minha besta irão comer banana/enquanto o esperto [referência ao engajador de serviços] fica no escritório e vai comer cacau (...)*» [Tradução de Fausto do Rosário].

Para os informantes *não-brancos* de extracção sócio-económica mais baixa, a rápida trajectória social ascendente deste comerciante é motivo de orgulho, pelo que revela da possibilidade de qualquer *não-branco embranquecer*, isto é, de poder adquirir os recursos materiais e reproduzir os estilos de vida dos *brancos*, de casar com uma *branca* e fazer parte da sua rede de amigos. Referem que este relativamente rápido trajecto ascensional não o levou a quebrar os vínculos com os *não-brancos* com quem partilhara a sua infância de filho *de fora* e que auxiliou os indigentes na década terrível de quarenta. Somente o facto de ter sido o engajador (directamente ou via empregados seus) de serviçais para São Tomé perturba o quadro idílico do retratado: «[...] vendia cabo-verdiano. Eu fui escolhido mas não aceitou.» (Tomás) O que o separava dos *brancos* era sobretudo o reduzido volume de capital escolar (que não ultrapassaria os dois ou três primeiros anos da instrução primária) e o rudimentar conhecimento da língua portuguesa, que frequentemente o envolvia em situações constrangedoras (que, aliás, rapidamente contornava).

Capítulo 15

A INTERACÇÃO SEXUAL E A RAÇA

Hyam chama a atenção para a importância de que se revestiu a sexualidade na estruturação quotidiana dos impérios coloniais europeus. Sem o importante recurso das relações sexuais com as mulheres nativas ou com as escravas importadas, os impérios europeus não teriam sido o que foram. Elas constituíram um importante instrumento de fixação dos colonos, que nos primeiros séculos do empreendimento colonial demandavam os novos espaços desacompanhados das respectivas famílias. Hyam cita um extracto da Circular de Crewe sobre a concubinação, datada de 1909, em que esta é representada como uma ameaça à consolidação da distância entre a elite colonizadora e as massas colonizadas, entre os agentes do poder imperial e os objectos sobre os quais recaía esse poder, tão fundamental à estruturação e manutenção do império: «it is not possible for any member of the administration to countenance such practices without lowering himself in the eyes of the natives, and diminishing his authority to an extent which will seriously impair his capacity for useful work in the Service (...)»¹²³⁵. Tão intimidante para o império britânico se revelava a prática de concubinação com as nativas, que se advertiam os agentes coloniais dos riscos que isso constituiria para as suas carreiras administrativas. E Hyam contrapõe esta directiva sexual dirigida aos funcionários coloniais britânicos com a orientação contrária seguida pelo império francês na África Ocidental, em que se estimulavam os contactos sexuais do oficialato francês com as nativas, como importante instrumento de assimilação¹²³⁵. Mas mesmo nos espaços coloniais britânicos, e apesar das directivas metropolitanas dissuasoras, o sexo inter-racial acompanhou o processo de colonização. No caso das colónias britânicas da Ásia, ele teria sido mesmo estimulado pelo asseio, a educação e o treino para um bom desempenho que distinguiam favoravelmente as prostitutas asiáticas das suas congéneres de ocupação britânicas, sujas e miseráveis¹²³⁶.

Boaventura de Sousa Santos, seguindo neste ponto a teorização freyriana, considera que também (e sobretudo) no caso português, «a cama sexista e inter racial pôde ser a unidade de base da administração do Império», suprimindo as lacunas de um Próspero desorganizado e inconsequente¹²³⁷. Mesmo quando, no primeiro quartel de Seiscentos, o monarca filipino, ao contrário do que fora até então a orientação dos monarcas portugueses,

¹²³⁵ Ronald Hyam, *Empire and sexuality: the British experience*, Manchester e Nova Iorque, Manchester University Press, 1990, p. 157.

¹²³⁶ *Ibid.*, p. 88.

¹²³⁷ «Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade», *op. cit.*, p. 43.

legislou no sentido de canalizar para as ilhas de Cabo Verde as mulheres (brancas) habitualmente degredadas para o Brasil, a fim de que “se extingam, quanto for possível, as castas de mulatos, que nelas há”¹²³⁸, a carta régia não pressupunha a imposição de quaisquer limites à convivência. Limitava-se à exposição de desagrado face à (des)proporção dos quantitativos demográficos mestiçados no conjunto da população. Apesar de frequentemente citado como revelador da restrição ao intercâmbio sexual inter-racial, este documento não é representativo da orientação do poder central português acerca das uniões *mistas* nas áreas coloniais, tal como o não é a política contrária de casamentos *mistos* no Estado Português da Índia, onde se previa a concessão de privilégios aos colonos que desposassem mulheres indianas, como estratégias de fixação de europeus.

As discontinuidades das configurações sociais nos vários espaços coloniais portugueses e no próprio interior do espaço cabo-verdiano (quanta exiguidade física conjugada com tamanha diversidade do espaço social construído!) não nos devem permitir tecer considerações de conjunto, sejam elas diabolizadoras ou hagiográficas, sobre o que se convencionou chamar *colonização portuguesa*. O cenário é colonial, independentemente das especificidades instrumentais de que se revista a dominação – seja pela assimilação cultural, que, subtil e partindo da premissa do consentimento, constitui um importante dispositivo de veiculação das representações/ideologias do colonizador (importante, porque subtil e aparentemente não coactor), seja pelo fomento de uniões *mistas*, seja através da imposição de uma estrutura administrativa e militar.

Sem pretendermos enveredar por considerações culturalistas sobre o ‘carácter nacional’ dos portugueses, em grande medida informadas pela leitura freyriana¹²³⁹, que fez da apetência portuguesa pela alteridade – física e cultural –, em geral, e da capacidade miscigenadora, em particular, um dos traços distintivos da presença lusitana nos trópicos, parece-nos igualmente redutor radicar a mais ou menos consensualmente aceite diferente atitude racial dos portugueses **apenas** na fragilidade numérica dos colonos. A demonstrá-lo, a comparação entre os quantitativos populacionais metropolitanos em Angola e Moçambique, por um lado, e as manifestações de discriminação racial nas práticas sociais em ambos os territórios. Moçambique recebeu menos metropolitanos e, todavia, considera-se que aqui a dimensão racial era mais estruturante das relações sociais que em Angola, onde a percentagem da população de origem europeia era superior.

Também Boaventura de Sousa Santos se interroga sobre as razões a que se pode imputar a adaptabilidade dos Portugueses aos trópicos, se à «facilidade» ou à «necessidade»¹²⁴⁰. Esta problemática presta-se a interpretações preñhes de implicações ideológicas: a leitura da *facilidade* está associada aos recursos histórico-culturais de abertura ao *outro* e de maleabilidade que os Portugueses teriam desenvolvido em contexto peninsular e

¹²³⁸ Lv. 9 da Suplicação, fls. 97v. AHU, AHULR-331, *Colecção Cronológica de leis extravagantes, posteriores à nova compilação das Ordenações do Reino, publicada em 1603*, Tomo I de Decretos, Cartas, etc., Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819, p. 37.

¹²³⁹ Que todavia o faz radicar mais no processo histórico anterior que em características de teor providencial e essencialista.

¹²⁴⁰ «Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade», *op. cit.*, p. 59.

que teriam naturalmente aplicado no seu contacto com a ecologia e a humanidade dos territórios ultramarinos onde se estabeleceram; a leitura da *necessidade* prende-se com a manifesta incompetência de Portugal em se assumir como um Próspero à britânica, impondo uma soberania estruturada em torno das polarizações colonizado-colonizador, selvagem-civilizado, com menos espaços para a interacção – mestiçagem biológica e hibridação cultural – e para a negociação. A primeira leitura reporta-se a considerações de pendor mais culturalista, que tiveram um ponto alto na teorização de Gilberto Freyre e na recepção à sua obra em Portugal, a partir de meados do século XX, e que se expressa numa visão globalmente positiva dos Portugueses e da sua acção colonial. A leitura da *necessidade*, pelo contrário, rejeita qualquer pendor culturalista na análise das especificidades das experiências coloniais portuguesas (ou aceita-o, mas só quando associado às características negativas dos portugueses, também naturalmente repercutidas nas suas práticas coloniais) e remete-as para a debilidade estrutural do próprio núcleo metropolitano e para o seu crescente afastamento dos centros do poder hegemónico. Parece-nos mais fértil uma matriz interpretativa que intrique ambas as leituras, onde confluam os dados da antropologia e da economia política, de forma a dar conta não só das especificidades de que se revestiu o colonialismo português, como da própria diversidade espaço-temporal das experiências que o constituíram – afinal, o Próspero português na África continental não constituiu uma réplica do Próspero português em Cabo Verde, no Brasil, na Índia ou em Macau; e mesmo no interior destes espaços, ele não foi uniforme ao longo do tempo.

Antonio Risério, ao reconhecer a existência de racismo no Brasil, porém de um racismo diverso do norte-americano, endossa essa disparidade (1) à diferença dos projectos colonizadores, (2) à especificidade da trajectória social de cada um dos povos e (3) à «formação cultural diversa dos colonizadores de cada um desses países».¹²⁴¹

Aludindo à proverbial atracção sexual por *mulatas* por parte do «homem médio luso-brasileiro», Boxer cita o assombro do circum-navegador francês Gentil de La Barbinais perante o entusiasmo dos homens da Baía (onde permaneceu durante algum tempo, entre 1718 e 1719) por mulheres *não-brancas*, a favor das quais preteriam as de ascendência europeia. La Barbinais só encontrava justificação para esse «gosto tão extraordinário» no vínculo estabelecido desde o nascimento pelo leite das escravas que os amamentaram!¹²⁴²

Igualmente no Brasil, Bastide encontrou durante o trabalho empírico que desenvolveu junto de portugueses e habitantes *negros* de bairros pobres, sobretudo em indivíduos que ocupavam os escalões inferiores da hierarquia sócio-económica, a apetência dos portugueses pelas mulheres *não-brancas* e pelo fácil convívio social com *não-brancos*. Detectou um comportamento diferencial nos imigrantes de outras nacionalidades, partilhando a mesma situação de classe dos imigrantes portugueses: «Se os portugueses amam os pretos, o caso é bem diferente com os italianos.» Já entre os filhos de imigrantes portugueses e sobretudo entre indivíduos em processo de mobilidade social ascendente, deparou com a reacção contrária. Especialmente a estes últimos repugnava o estereótipo do português copulador com

¹²⁴¹ Cf. «Dicotomia racial e riqueza cromática», *op. cit.*

¹²⁴² Charles Boxer, *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*, *op. cit.*, p. 113.

não-brancas. Eram também estes os que mais procuravam omitir a presença de ancestrais *negros* na família. E concluía, afirmando que, no caso dos portugueses, o preconceito «é menos uma tendência étnica natural do que uma luta contra uma *tendência que o impele, atualmente como dantes, a ligar-se afetivamente aos negros*, sem levar em conta a côr da pele.»¹²⁴³ Bastide identifica, portanto, nos portugueses, a secundarização da raça nas inclinações afectivas.

A dissolução das estruturas familiares de origem – ocorrida sempre no caso da população escrava, e frequentemente, no caso da de origem europeia – e a distância dos referentes morais, rapidamente maleabilizados e aclimatizados (compulsivamente, no que respeita os escravos), perante os novos desafios sócio-económicos e ecológicos, criaram condições favoráveis à sexualidade inter-racial. Como diz Lobban, «“The simple bipolar system may have lasted as little as nine months before it began to be ambiguous”»¹²⁴⁴.

Em Cabo Verde, quer as relações sexuais esporádicas inter-raciais, quer as uniões duradouras à margem do casamento, quer as famílias informais, por vezes numerosas, parecem ter acompanhado todo o processo de ocupação e colonização do arquipélago, desde os primórdios. O sexo e o concubinato entre *brancos* e *não-brancos* não se circunscreveram a relações sexuais pontuais e esporádicas. A demonstrá-lo, o facto dos vários escalões do oficialato régio, incluindo capitães-mores e governadores, e os próprios sacerdotes, terem activamente participado da prática da concubinação com *negras*, *mestiças* e *brancas*, com quem tiveram frequentemente considerável prole.

O Anónimo de 1784 apresenta-nos, para os séculos XVII e XVIII, uma série destas situações de uniões à margem do casamento, vividas pelos principais dignitários e representantes do rei nas ilhas. Ficamos a saber que, ainda no final do século XVI, princípios do XVII, o bispo Frei José de Santa Maria mandou admoestar o ouvidor Sebastião Bravo Botelho, pelos actos de seu irmão e tio, «investindo as casas de noute para tirarem à força as mulheres que queriam, e violentá-las com o favor do dito Ministro, que também vivia amancebado escandalosamente, de portas a dentro, com uma mulher branca, chamada Maria Moniz...». Já o governador José Pinheiro da Câmara, que tomara posse em Agosto de 1711, «viviu em ocasião próxima de concubinato de portas a dentro com uma mulher chamada Maria Santiago e com tão grande escândalo que a mandava acompanhar de um sargento a diante e soldados atrás, quando ia à Igreja.» Acerca de José da Costa Ribeiro, ouvidor entre 1729 e 1740, diz-se que «Ajuntou grande cabedal, porém era muito gastador, muito principalmente com mulheres, em cujo vício era desatinado; e de tal forma que lhe chamavam vulgarmente o Rei-de-Guiné; tinha seis Raparigas suas escravas, a quem mandou ensinar música e instrumentos, porque eram o seu ídolo.» Ficamos também a saber que, no seu regresso a Lisboa, as transporta consigo, mesmo tendo aí deixado antes da partida para o arquipélago mulher e filho¹²⁴⁵. Quanto ao governador João Zuzarte de Santa Maria, diz o Anónimo que

¹²⁴³ «Manifestações do preconceito de côr», in Roger Bastide & Florestan Fernandes, *Branco e negro em São Paulo* (...), op. cit., 1959, p. 174.

¹²⁴⁴ Richard Lobban, Jr., op. cit., p. 54.

¹²⁴⁵ *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo-Verde* (...), op. cit., pp. 78, 86, 99 e 100, respectivamente.

era de consciência tão relaxada e tão pouco temente a Deus, que sendo de idade já avançada, viveu sempre em um continuado concubinato com uma sua escrava, por nome Maria Sábado, de quem teve 2 filhos, que tratava como legítimos, e até levando o mais velho à Igreja e dando-lhe nessa assento dentro do sítial, junto a ele¹²⁴⁶.

Se nos dois últimos casos citados, há referência explícita ao estatuto das mulheres com quem os dignitários coabitavam – tratava-se de mulheres escravas –, no caso da concubina do governador José Pinheiro da Câmara e no das mulheres raptadas e violentadas pelos parentes do ouvidor Sebastião Bravo Botelho, não se indica se se tratava de mulheres escravas ou livres. Já deste último, se diz que vivia em mancebia com uma mulher branca.

Na ilha do Fogo, o povoamento ter-se-á processado essencialmente com o elemento masculino do segmento social superior (*branco*) a ligar-se sexualmente, em uniões mais ou menos precárias, ao elemento feminino dos segmentos *não-brancos*, que ocupavam os escalões extremo e intermédio da escala da estratificação. Mesmo no quadro de relações posterior ao fim da escravatura, os terratenentes tiravam proveito sexual do seu ascendente económico e social. Félix Monteiro cita um extracto de uma cantiga de Ana Procópio, segundo a qual «dois patronímicos entre si disputavam a glória do epíteto de povoador: «*Montêro é dóci/Barbosa é sabi/Dóci é pa chupa/Sábi é pa comê*»¹²⁴⁷. Esta tradição de manter um agregado familiar legítimo e outro ou outros agregados paralelos, sem passagem pelo casamento religioso ou civil, estendeu-se à população *mestiça*, que tinha como referência as práticas do segmento *branco* dominante¹²⁴⁸.

Para Roger Bastide, a miscigenação, desde que produto de uniões à margem do casamento legítimo, exprimia «menos a fraternidade das cores que a concorrência sexual»¹²⁴⁹. Parece-nos dever ser revista a representação das escravas e das mulheres livres *não-brancas* como mero objecto passivo fortuito e descartável de prazer para os colonos europeus. No caso cabo-verdiano, muito em particular, elas ultrapassaram esta dimensão, dadas as especificidades da colonização do arquipélago. Sendo a dimensão das propriedades agrárias muito reduzida na maior parte das ilhas, e estando a propriedade dividida em relativamente pequenas parcelas, nas do Fogo e Santiago, a escravatura foi essencialmente doméstica, o que aproximou fisicamente, de forma continuada, senhores e escravas. Essa proximidade física continuada teria frequentemente contribuído para o esbatimento da distância entre uns e outras. Por outro lado, a falta de mulheres de origem europeia contribuiu também muitas vezes para fazer «da escrava/amante não um ancoradouro dos impulsos sexuais do senhor branco, mas sim uma legítima parceira»¹²⁵⁰. De acordo com Gabriel Fernandes, a escrava foi o grande agente da erosão «dos fundamentos económico-culturais da lógica colonial» e da diluição da europeidade do colono *branco*. E foi-o à mesa, tropicalizando-lhe o paladar, e na cama, enfraquecendo a sua moral sexual, produzindo-lhe filhos *mistos*, que por vezes alforriou e

¹²⁴⁶ *Ibid.*, p. 89. O concubinato não terá sido tão continuado assim, porquanto, João Zuzarte de Santa Maria tomou posse em Maio de 1748 e morreu em Janeiro de 1752, sabendo-se que, por esta altura, já tinha uma filha da nova concubina, de nome Brásia.

¹²⁴⁷ «Cantigas de Ana Procópio», *op. cit.*, p. 20. «Monteiro é doce/Barbosa é gostoso/Doce é para chupar/gostoso é para comer».

¹²⁴⁸ António Carreira, *Cabo Verde – Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*, *op. cit.*, p. 28.

¹²⁴⁹ Roger Bastide, «Manifestações de preconceito de cor», in Roger Bastide & Florestan Fernandes, *Brancos e negros em São Paulo* (...), *op. cit.*, p. 210.

¹²⁵⁰ Gabriel Fernandes, *A diluição da África* (...), *op. cit.*, p. 37.

assumiu, e levando-o a relativizar padrões de comportamento herdados. Fernandes fala mesmo em «ruptura civilizacional»¹²⁵¹, o que, pelo menos no que diz respeito ao Fogo, nos parece exagerado. Um dos traços distintivos do segmento *branco* desta ilha foi, justamente, o seu restrito resguardar dos códigos de honra e conduta metropolitanos, e mesmo a população *não-branca* da ilha, que constituía a sua quase totalidade (cerca de 97%, em 1950), era frequentemente mencionada como a que no arquipélago possuía mais capital cultural português.

Mesmo quando o reconhecimento dos filhos ilegítimos não passava pelo registo oficial da paternidade, era muitas vezes corroborado pelas práticas quotidianas, mesmo entre as mais elevadas esferas da administração do arquipélago, como quando o governador João Zuzarte de Santa Maria levava à igreja e sentava junto de si um dos filhos que tivera com a escrava com quem vivia maritalmente¹²⁵².

Parece-nos, pois, que deve ser desconstruída a imagem estritamente dicotómica, a preto e branco, do monopólio absoluto do poder e da dominação pelos *brancos*, por um lado, e da privação igualmente absoluta de poder, pelos *não-brancos*. Decorrente da assimetria de poder entre os dois grupos em presença, estabeleceram-se, naturalmente, relações de força, que a mestiçagem e a interpenetração cultural não excluíram. Mas terão estes contactos ocorrido sempre num contexto de força? Terão sido todos violentos? Cremos que a esfera sexual terá sido um potencial foco privilegiado de corrosão dessa assimetria absoluta. Nas sociedades firmadas em sistemas de plantação escravocrata, como a do Sotavento cabo-verdiano dos primeiros séculos de povoamento, havia uma hierarquia interna no seio dos contingentes escravos. Já vimos como os ladinizados eram melhor cotados e como os escravos empregues nos serviços domésticos, fisicamente mais próximos dos senhores, e desempenhando frequentemente funções especializadas, por vezes de comando face aos outros escravos, eram comparativamente menos destituídos de poder que os utilizados na agricultura.

A escrava não usaria muitas vezes a sua sexualidade como forma de poder, para corroer a distância abissal que a separava do seu proprietário? Parece-nos que além do poder de sedução propriamente dito, de eficácia mais ou menos efémera, o facto da escrava ou mulher livre *não-branca* ser mãe dos frutos dessa relação concorreria para, em muitas situações, fazer perdurar esse efeito de corrosão na estrutura hierárquica, maleabilizando-a¹²⁵³. É também o que pensa Carolle Charles que, à semelhança do que, no mundo lusófono, fez Gilberto Freyre há sete décadas, não se limita a ver a relação sexual escrava/senhor somente enquanto relação desigual de poder, mas também como meio natural de subversão, pelo menos potencial e parcial, das relações bipolares entre ambos, e mesmo como estratégia sexual por parte da escrava, com vista a minar a rigidez dos fundamentos nos quais essas relações estavam alicerçadas. É mais uma faceta das dinâmicas da mestiçagem. O que Carolle

¹²⁵¹ *Ibid.*, p. 39.

¹²⁵² Cf. Anónimo de 1784, *op. cit.*, p. 89.

¹²⁵³ Cf. «Sexual politics and the mediation of class, gender and race in power slave plantation societies: the case of Haiti», in Georges Bond & Angela Gilliam (coords.), *Social Construction of the Past: Representation as power*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997, *passim*.

Charles afirma a propósito da sociedade haitiana pode aplicar-se a outras de extracção escravocrata colonial, como a cabo-verdiana: «(...) black slave women and free mullato women used sexual politics as a form of survival, accomodation, resistance and empowerment.»¹²⁵⁴ A relação sexual senhor-escrava, mesmo no contexto muito assimétrico de poder e de violência em que recorrentemente decorreria, deve, pois, quanto a nós, ser entendida como origem de novos matizes nas relações entre senhores e escravas e respectivos filhos. Além de que, para lá do senhor e do escravo, havia elementos *brancos* numa escala intermediária de poder.

Assim, se a escrava, na sua absoluta dependência e fragilidade, teria libertado o senhor em matéria de moral e costumes, fragilizou-o também, fluidificando a polarização dominador/dominado, inerente à relação colonial. Uma vez abolida a escravatura, o concubinato relativamente generalizado entre *brancos* e *não-brancas*¹²⁵⁵ continuou a repercutir-se na estratificação económica, política e racial nas ilhas, onde a descendência destas uniões ilegítimas foi gradualmente herdando práticas culturais e recursos económicos e políticos – manifestados no acesso à propriedade e aos órgãos do poder local – dos seus progenitores *brancos*, mesmo na ilha do Fogo, onde o processo se revestiu de tempos e modos específicos, no contexto do arquipélago.

Afinal, decorria da condição da escravatura a privação quase total de recursos, e, conseqüentemente, a necessidade de «reinventar uma nova defesa contra as agressões da natureza e do poder», de «organizar o caos que ficava para além da programação imperativa da estrutura de submissão»¹²⁵⁶. Cremos pertinente considerar a hipótese de uma política sexual por parte das escravas, procurando potenciar os seus atractivos físicos para captar a atenção do senhor ou do feitor/capataz, e desta forma eximir-se a maus tratos e suavizar o quotidiano, através de um tratamento diferencial face aos outros escravos¹²⁵⁷. Procriando, podiam apenas engrossar o contingente de escravos, mas, insinuando-se junto do senhor, e engravidando dele, almejavam também, se não libertar-se da condição cativa, pelo menos escapar às tarefas mais agrestes e às formas de tratamento mais rudes e violentas. Nesta medida, o sexo teria sido origem de novos matizes nas relações senhor-escravo ou, pelo menos, senhor-escrava e respectivos filhos. O colono *branco* teria sido muitas vezes impelido a alforriá-la, para não transmitir aos filhos *mestiços* de ambos a sua condição escrava¹²⁵⁸. Arlette Gautier alude igualmente à utilização do atractivo sexual por parte das escravas e às situações em que relações de concubinato acabaram por conduzir à sua alforria e à dos filhos comuns e à herança por parte da antiga escrava dos bens do seu ex-senhor *branco*, tendo-se tornado,

¹²⁵⁴ *Ibid.*, p. 54.

¹²⁵⁵ Como afirma Arlette Gautier, «le concubinage était la véritable institution des rapports sexuels sous le colonialisme». Cf. «Femmes et colonialisme», in Marc Ferro (org.), *Le livre noir du colonialisme. XVI-XXI siècle: de l'extermination à la repentance*, Paris, Éditions Robert Laffont, 2003, p. 802.

¹²⁵⁶ Adriano Moreira, «O regresso de Gilberto Freyre», Recife, Fundação Gilberto Freyre, 2004 [em linha]. Disponível em: http://prossiga.bvqf.fgf.org.br/portugues/critica/palestras/o_regresso_gf.htm

¹²⁵⁷ Veja-se, a título de exemplo, o caso do ouvidor José da Costa Ribeiro, que exerceu o cargo entre 1729 e 1740, e de quem o Anónimo diz que mandara estudar «música e instrumentos» a seis suas escravas. Cf. Anónimo de 1784, *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo-Verde (...)*, op. cit., p. 99.

¹²⁵⁸ Gabriel Fernandes, *A diluição da África (...)*, op. cit., p. 37.

ela própria, proprietária de escravos. Quanto a ela, é o concubinato que explica que tenham sido mais numerosas as alforrias de escravas que de escravos¹²⁵⁹.

Outro possível efeito da rentabilização da sua sexualidade por parte da escrava, insinuando-se junto do senhor ou dos seus representantes, perante os quais mantinha as mesmas relações de dependência, seria o do diferencial de poder no interior do próprio grupo escravo. O processo de diferenciação social entre os escravos não se teria manifestado somente após a abolição. Os escravos domésticos, e, de entre estes, os que desempenhavam as tarefas mais delicadas e coabitavam com a família (como as escravas que amamentavam e cuidavam das crianças da casa, por exemplo), imporiam o seu ascendente sobre os outros escravos. A beleza e os atractivos sexuais fariam com certeza parte dos muito limitados recursos de poder numa situação de profunda assimetria e privação como é a escravatura. Naturalmente, tratava-se de um foco de poder muito contingente, já que limitado pela idade e correspondente perda de recursos de sedução da escrava e pelo sempre eminente enfatiamento por parte do senhor. A disponibilidade de mulheres escravas, a exposição da sua nudez e o poder de dispor dos seus corpos estimularia o senhor a alternar com frequência as suas preferências¹²⁶⁰. Porém, é de crer, também, que o estatuto de mãe de um filho do senhor pesasse, pelo menos nalguns casos, para aliviar o peso da condição escrava e constituísse um elemento de poder no seio do grupo escravo.

Subscrevemos a importância que Miguel Vale de Almeida e outros autores atribuem ao *como*, *com quem* e *em que circunstâncias* se praticou a mestiçagem. Como afirma Bhabha, «the body is always simultaneously (if conflictually) inscribed in both the economy of pleasure and desire and the economy of discourse, domination and power.»¹²⁶¹ Porém, independentemente do contexto mais ou menos violento em que os contactos sexuais ocorreram, a verdade é que deram origem a sociedades *mestiças*, e é com este dado histórico que deparamos. A mestiçagem, mesmo que praticada à margem do casamento, foi inerentemente um elemento de perturbação e de transposição das linhas de separação raciais. Era a própria enunciação colonial da diferença *essencial* entre colonizados e colonizadores que se precarizava com os frutos dos cruzamentos entre *brancos* e *não-brancos*¹²⁶².

Porém, se a sexualidade foi a ponta-de-lança¹²⁶³ da abordagem inter-racial e, nessa medida, da miscigenação, ela teria contribuído igualmente para consolidar a discriminação racial por parte das mulheres de ascendência europeia. Freyre descortina nas mulheres *brancas* «ciúme ou inveja sexual» das concorrentes *negras* e *mestiças*, sobretudo destas últimas, na competição pelo desejo masculino¹²⁶⁴.

¹²⁵⁹ Cf. «Femmes et colonialisme», *op. cit.*, p. 805.

¹²⁶⁰ Como sentenciou a cantadeira fogueense Ana Procópio, «amor di branco/ê chuba na mar». Cf. Félix Monteiro, «Cantigas de Ana Procópio», *op. cit.*, p. 21. Num arquipélago em que as chuvas rareiam, assiste-se frequentemente à sua ocorrência no mar, a escassa distância da costa, sem utilidade, pois, para a prática agrícola e para a fertilização da terra. Com esta metáfora caracteriza Ana Procópio a inconsequência dos amores fátuos dos *brancos*.

¹²⁶¹ *The Location of Culture*, *op. cit.*, p. 67.

¹²⁶² Se bem que, como já vimos, a mestiçagem também se possa revelar um elemento conservador, na medida em que apela à identificação com o *branco*, diminuindo a consciência, a cooperação e a coesão grupais dos *mestiços*, logo, a sua capacidade de mobilização para a luta e a mudança, como defendem alguns activistas *negros*.

¹²⁶³ Na expressão de Ronald Hyam, *ap.* Robert Young, *op. cit.*, p. 5.

¹²⁶⁴ Cf. *Casa-Grande & Senzala*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 2001, p. 60.

Também Jorge Dias releva as disputas sexuais a montante das tensões raciais que observa em Moçambique e considera as mulheres *brancas* especialmente permeáveis e veiculadoras de preconceito racial. A sua influência negativa far-se-ia sentir a vários níveis: (1) faziam diminuir a procura de *negras* e *mestiças* no mercado matrimonial; (2) actuavam de forma dissuasora sobre o reconhecimento dos filhos das ligações extra-matrimoniais dos homens da família; (c) eram especialmente preconceituosas contra a miscigenação, desvalorizando os seus frutos e isolando socialmente os casais *mistos*; (4) menorizavam os traços culturais das populações autóctones e (5), na competição sexual (com as *negras* e as *mestiças*) pelos homens *brancos*, lançavam «o anátema sobre a sua raça.» O corolário de toda esta influência perniciosa era o aumento dos casos de tensão racial¹²⁶⁵.

Manuel Ferreira também sentiu em Cabo Verde «(...) um sentimento, por vezes definido, de aristocratização em relação à cor branca *quicá mais acentuado nas mulheres do que nos homens*»¹²⁶⁶. Félix Monteiro considera que «talvez não seja totalmente descabido atribuir-se às mulheres, ou a certas mulheres, (...) parte da responsabilidade pelo atear de ódios de raça (não é bem o caso de Cabo Verde)»; porém, em última instância, é à conduta masculina, à «actividade dos padreadores semi-profissionais», geradora de «sentimentos hostis», que quanto a si se deve a maior exposição das mulheres brancas ao preconceito racial¹²⁶⁷.

15.1. A raça e o género, objectos de uma moral sexual diferencial

A *Notícia* do Anónimo de 1784 é, a vários níveis, muito rica de informes: é-o, não apenas pelo que transmite da visão de um sacerdote sobre a sexualidade (a «sensualidade» como «vício horrendo»), como pelo que nos transmite da sua representação dos quadros mentais cabo-verdianos acerca da vivência diferencial da sexualidade consoante a ‘qualidade’ dos agentes. Ficamos a saber que, se entre as mulheres *negras*, concubinato e prostituição eram actividades distintas diferentemente valoradas, para o Anónimo elas se sobrepunham; e também que, para as primeiras, o concubinato só era reprovável nas mulheres *brancas* e nas *mestiças* descendentes dos *brancos* de maior estatuto, motivo por que não se coíbiavam de o praticar. A *Notícia* informa-nos também de que não só as uniões à margem do casamento constituíam a regra e eram toleradas, como o era igualmente a descendência ilegítima: «E nem por isso os pais desta gente da plebe cuidam em casa suas filhas, antes as desculpam que não têm com que as dotar; nem quando chegam a ver o fruto do seu ventre, se envergonham desta

¹²⁶⁵ Jorge Dias, «Contactos de cultura», *op. cit.*, pp. 73-76.

¹²⁶⁶ *A aventura crioula*, *op. cit.*, p. 325. [Itálico nosso]

¹²⁶⁷ «Cantigas de Ana Procópio», *op. cit.*, p. 21. Félix Monteiro viveu alguns anos no Fogo, onde desempenhou funções na administração pública (nos serviços de Fazenda e Contabilidade), e conviveu com elementos dos vários segmentos sociais, tendo podido aperceber-se das especificidades sociológicas desta ilha. Monteiro refere mesmo o caso de uma escrava (Maria do Livramento) a quem a sua proprietária branca (*nha* Chiam) teria cegado, com o intuito de a impedir de seduzir o marido. Vd. nota de rodapé nº 1289, p. 463.

infâmia, nem têm isso por injúria, porque, sem fazerem caso de tal, lhes ajudam a criar os filhos.»¹²⁶⁸

Na segunda década do século XX, Friedlaender deparou no Fogo com o mesmo quadro de poliginia de facto e de ilegitimidade da descendência, mesmo entre os menos abastados – «a grande prole é principalmente ilegítima e mesmo os indivíduos pouco ricos gostam de ter mais de uma mulher» – e associou a inexistência de vínculo oficial na generalidade das relações maritais ao preço excessivo dos emolumentos no tempo da monarquia e ao desejo por parte dos homens de conservar a sua liberdade¹²⁶⁹.

Três décadas mais tarde, o então administrador do concelho, Luís Silva Rendall, comentava no seu relatório anual ao governo da Província, que a percentagem da população casada era pouca e que a mancebia era generalizada e de curta duração. De acordo com os quadros mentais predominantes da época, responsabilizava a ausência, «principalmente entre o povo», da «noção de honra ou castidade» e o que considerava a precoce iniciação sexual das raparigas, entre os treze e os quinze anos¹²⁷⁰ –, mas não, naturalmente, a dos rapazes, à qual não faz qualquer referência. A elevada taxa de ilegitimidade¹²⁷¹, por sua vez, imputava-a à «inadmissível condição de vida inferior da mulher que aqui continua sendo, na classe popular, pouco menos que a escrava do homem.»¹²⁷²

O grupo doméstico era (e é) predominantemente constituído pela mãe e pelos filhos, se bem que muitas vezes também por (1) outros familiares da mãe, (2) ambos os progenitores ou (3) apenas a mãe da mãe ou (4) a irmã da mãe e respectiva descendência. Os filhos eram (e são) também frequentemente irmãos uterinos. A mãe era, pois, o elemento de ligação entre todos os elementos do grupo doméstico e era com a família materna que se estabelecia ou a totalidade – nos casos de absoluta ostracização paterna dos filhos ilegítimos – ou a grande maioria dos contactos familiares. Encontram-se pontos de convergência entre a matrifocalidade dos lares dos que ocupavam os lugares inferiores na hierarquia sócio-económica da ilha com os sistemas de relações associados ao modo de produção escravocrata. Mas se é possível identificar alguns nexos causais entre a escravatura e a matrifocalidade destes grupos domésticos, eles não esgotam a explicação causal do fenómeno, já que em diversos outros contextos geo-históricos e sócio-económicos, também se registaram e registam situações de matrifocalidade.

¹²⁶⁸ Anónimo de 1784, *op. cit.*

¹²⁶⁹ Immanuel Friedlaender, *op. cit.*, p. 28. Em Novembro de 1940, de acordo com a tabela de emolumentos da Repartição do Registo Civil do Fogo, cobrava-se na ilha 24\$30 por casamento, quantia elevada para a maior parte a população. Na ilha do Maio, por exemplo, em Dezembro do mesmo ano, cobrava-se apenas metade desta quantia (12\$00). Cf. «Mapa de emolumentos cobrados na Repartição do Registo Civil durante o mês de Novembro de 1940». AHN, RPSAC, SC:\U\SSR:A2\Cx517 – Emolumentos cobrados na Conservatória e repartições do Registo Civil da Comarca de Sotavento, Dezembro de 1940-Dezembro de 1941.

¹²⁷⁰ Luís Silva Rendall, Diário de Serviço, Dezembro de 1944, Administração do Concelho do Fogo, Janeiro de 1945, fl. 2. AHN, RPSAC, SC:\SR:D\SSR:D1\Cx011 – Processos recebidos da Administração do Concelho do Fogo: relatórios, diários de serviço, funcionários, etc, Dezembro de 1944-Abril de 1946.

¹²⁷¹ Em 1948, por exemplo, nasceram 439 pessoas, das quais, 153 legítimas e 286 ilegítimas. Destas, 83 obtiveram apenas o reconhecimento paterno; 94 apenas o materno; 70 de ambos; e 39 das crianças morreram antes do fim período legal para o registo. AHN, RPSAC, SC:\SR:C\Cx122 – Relatórios referentes ao ano de 1948 da Administração do Concelho do Fogo.

¹²⁷² Luís Silva Rendall, Relatório Anual, Administração do Concelho da Ilha do Fogo – Ano civil de 1949», p. 27. AHN, RPSAC, SC:\SR:D\SSR:D1\Cx013 – Processos diversos recebidos da Administração da Ilha do Fogo (...), Janeiro de 1950-Janeiro de 1951.

Mesmo no Fogo nem todos os grupos domésticos de baixo capital económico se caracterizaram pela matrifocalidade. Em muitos casos, o elemento masculino do casal dispersava-se ao longo da vida por relações sexuais mais ou menos fortuitas com outras mulheres, das quais sobreviviam frequentemente filhos. Mantinha-se, contudo, vinculado, duradouramente ou mesmo toda a vida, oficialmente ou não, a uma mulher, à respectiva descendência comum, sobre a qual exercia autoridade, e ao local da residência do agregado. Esta relação conjugal prolongada escapa ao quadro matrifocal, o mesmo já não acontecendo com outros grupos domésticos constituídos pelas mulheres com as quais o mesmo homem se relacionava sexualmente e de cujas relações nasciam filhos, sem que ele estivesse presente ou colaborasse na gestão doméstica. À semelhança do que acontecia com os filhos *de fora* dos *brancos*, também os filhos de *não-brancos* nascidos destas uniões temporárias eram geralmente registados apenas com o sobrenome materno¹²⁷³, ao contrário dos filhos da relação principal, em cujo registo constava o apelido do pai, e que se interrelacionavam quer com a família materna quer com a família paterna.

A figura da mãe solteira – *mãe di fidjo*¹²⁷⁴ – não se revestia no arquipélago da mesma carga estigmatizante a que se assistia na metrópole, se bem que, pelo menos no caso da ilha que estudamos, essa aceitação excluísse o segmento *branco*. Um dos traços distintivos dos elementos femininos das famílias *brancas* (tal como das famílias *mestiças* mais prósperas) era justamente a associação entre maternidade e casamento canónico. A maternidade fora deste revestia-se do mesmo carácter de desonra familiar que assumia na Europa. Por isso, concordamos com António Carreira quando diz que a «mãe solteira, em Cabo Verde, «ficou consagrada como realidade sociológica», mas divergimos, quando afirma que «aceita sem qualquer sentido discriminatório»¹²⁷⁵. Nascido e criado no Fogo, Carreira sabia como, pelo menos nesta ilha, a moral sexual e familiar diferia consoante os segmentos sociais em causa: de uma mulher *branca* esperava-se (e esperavam-no dominantes e dominados, *brancos* e *não-brancos*) que casasse e só depois sobreviesse a descendência. O carácter insultuoso dos bilhetes anónimos recebidos por um elemento das famílias *brancas* proeminentes da cidade, aquando do conhecimento público da gravidez pré-matrimonial de uma filha (vd. anexo VII, ponto 2., p. 632) revela quer o alcance dos ódios pessoais e familiares que se alimentavam de tudo o que pudesse desacreditar publicamente os elementos da facção rival, quer a moral sexual da comunidade sobre as mulheres do segmento *branco*, de acordo com a qual a gravidez fora do quadro conjugal constituía importante atentado à honra masculina e familiar (nisso se assemelhando à metropolitana).

Em relação à liberdade sexual, e comparando *brancas* e *não-brancas*, globalmente, tê-la-iam mais estas últimas, e, entre estas, ela seria directamente proporcional ao grau de

¹²⁷³ Antes do estabelecimento do registo civil, pelo decreto de 11/5/1911, nos assentos de baptismo, quando o indivíduo baptizado fosse filho ilegítimo, não poderia constar o nome do pai, a não ser que este desse o seu expresso consentimento, daí que conste geralmente apenas o nome da mãe nos livros paroquiais de assentos de baptismo que consultámos. Cf. *Código Civil Português*, actualizado e anotado por João Nunes Cardoso, Lisboa, Edição da «Procural» Enciclopédia Jurídica, 1940, p. 85.

¹²⁷⁴ João Lopes Filho, *Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, vol. II, s.l., Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1ª ed., 1996, p. 118.

¹²⁷⁵ *Cabo Verde: Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*, op. cit., p. 28.

pigmentação, pelo menos tanto quanto este espelhasse a importância social do progenitor (geralmente, o) masculino. O Anónimo de 1784 escandaliza-se com o facto de às mulheres *negras* não repugnar o «vício» da «sensualidade» e o concubinato, «porque este só está mal às mulheres brancas, e também a algumas mestiças que descendem dos brancos principais»¹²⁷⁶. Vários factores explicam este diferencial. As duas grandes coordenadas a determinarem a posição de um indivíduo eram a raça e o nascimento, aos quais estava associado a posse de todo um conjunto de outros capitais. Ora, num meio em que as relações sexuais ilegítimas entre *brancos* e *não-brancas* eram a regra, eram as mulheres *brancas* que, pela sua fidelidade conjugal, constituíam o garante da conservação do capital raça no grupo de famílias. A estrita vigilância dos elementos femininos da família, uma vez atingida a capacidade reprodutora, fazia-se também no sentido de evitar eventuais deslizes, comprometedores não só da honra familiar como da própria legitimidade da distribuição diferencial das posições entre *brancos* e *não-brancos*. Sendo os atributos herdados mais valorizados que os adquiridos – «Branco é quel qui bem de família», «Rico é quel qui bem di tronco»¹²⁷⁷ –, a transmissão da diferença fazia-se por via hereditária, daí que franquear o casamento à mestiçagem constituísse um impedimento da continuidade da diferenciação física, como vimos, um dos suportes simbólicos da estrutura do poder na ilha. Como referem Laplantine e Nouss, «pour l'antimétissage, qui a l'obsession de la filiation pure et de la reproduction de l'identique, le métissage apparaît comme le danger de la désaffiliation et de la délégitimation par rapport à l'absolu du mythe d'origine.»¹²⁷⁸

Os 'deslizes' das raparigas eram uma questão de honra familiar, assente em grande medida na castidade da descendência feminina – virgindade pré-nupcial e estrita fidelidade conjugal –, fenómeno a que também se assistia em contexto metropolitano, e podiam ser também deslizes linhagísticos, no sentido que atribuímos aqui ao termo. Porém, em contexto colonial, estes 'deslizes' podiam adquirir ainda uma outra dimensão: podiam constituir também 'deslizes' rácicos, quando ocorridos com elementos estranhos ao segmento *branco*. Nesta medida, eram irreparáveis, ocorresse ou não gravidez. No primeiro caso, porque o casamento não vinha repor a honra familiar, na medida em que, sendo a linhagem um importante alicerce da arquitectura identitária deste grupo, que cultivava a representação de uma ascendência aristocrática, europeia e *branca*, qualquer elemento que não reunisse a totalidade dos requisitos não era um candidato a considerar. Ora, um *misto*, pelo seu fenótipo, traía a pretensa continuidade da pureza original da linhagem.

A ocorrência de gravidez agravava o panorama. Enquanto em sociedades essencialmente monorrácicas, como o eram as europeias da fase ante-colonial, as gravidezes das raparigas solteiras *brancas* se 'remediavam' muitas vezes casando-as com celeridade (o que sucedeu também na ilha, no período que estudamos, quando se tratava de relacionamentos no interior do segmento *branco*), mesmo que não com o pai biológico da criança, em formações sociais coloniais, a cor, a textura do cabelo ou qualquer outro traço

¹²⁷⁶ *Op. cit.*, p. 23.

¹²⁷⁷ Extracto de cantiga da repentista Ana Procópio, in Félix Monteiro, «Cantigas de Ana Procópio», *op. cit.*, p. 18.

¹²⁷⁸ *Op. cit.*, p. 87.

fenotípico distintivo, evidenciavam não só uma outra paternidade, como uma paternidade estigmatizada pela inferioridade rática. Daí a importância primordial de que se revestia o controlo da sexualidade feminina. Era nela que residia a garantia de continuidade da pureza genealógica de uma família. Tratava-se, afinal, de uma velha ideia em novos mundos¹²⁷⁹, porém, revestida aqui de um poder adicional de estruturação social – o que contempla a continuidade da hierarquização racial e das interconexões com as dimensões económica, social e política.

A montante do perfil e do elevado grau da estratificação estava, pois, a definição do muito delimitado e restrito espaço da sexualidade da parte feminina do grupo¹²⁸⁰. A vigilância da conduta sexual das mulheres assumia assim uma importância ainda mais determinante que nas metrópoles europeias: nas sociedades coloniais, ela não só garantia a permanência da pureza genealógica, importante factor de definição dos lugares no espaço económico, político e social, como assegurava a perpetuação da proeminência de uma raça (a *branca/europeia*) sobre as demais.

O casamento legítimo homogâmico, sendo o espaço privilegiado de construção das identidades grupais das famílias do segmento *branco* dominante, fundadas essencialmente na linhagem, na suposta pureza racial herdada dos antepassados europeus e na propriedade, assegurava às mulheres *brancas* – via da sua proeminência reprodutiva –, pelo menos alguma margem de negociação no interior de um quadro assimétrico de poder. Afinal, era através da sua capacidade de gerar herdeiros – do património racial, genealógico e fundiário da família – que se reproduziam as hierarquias de raça, classe e prestígio. O próprio facto dos cônjuges estarem unidos por relações de parentesco, frequentemente muito próximas, constituiria uma protecção para as mulheres, já que maltratá-las ou desrespeitá-las era atingir a própria família.

Era na área da sexualidade que os níveis diferenciais de poder entre os géneros mais se evidenciavam, com (1) o confinamento absoluto das mulheres à esfera doméstica constituindo a regra (se bem que algumas – poucas – tivessem transposto os limites deste espaço, revelando-se auto-didactas, empreendedoras e sustentáculos económicos da família, quando a doença, a ausência da ilha ou a falta de iniciativa dos maridos a isso as induzia) e (2) a grande liberdade sexual dos homens, cuja promiscuidade gozava de grande tolerância.

Félix Monteiro transcreve extractos de uma carta inédita, redigida em 15 de Julho de 1871, por alguém de nome Cristiano, que, de Santiago, escrevera a um cunhado (Júlio) no Fogo, condenando o que considerava o tempo excessivo das ligações sexuais que seu

¹²⁷⁹ «Velhas idéias no Novo Mundo» é o sub-título de um artigo de Verena Stolke, no qual a autora afirma a importância da contextualização histórica das ideias, doutrinas e procedimentos que, aplicados nas novas sociedades coloniais, não nasceram aí de geração espontânea, tendo sido transplantados das respectivas metrópoles e, eventualmente, sofrido adaptações ao meio local. Stolke debruça-se concretamente sobre a doutrina da limpeza de sangue e os seus antecedentes metropolitanos. Nos dois primeiros séculos da colonização ibérica do Novo Mundo, a limpeza de sangue consistia numa «forma cultural-religiosa de posicionamento social e de discriminação», ainda sem as conotações raciais que só mais tarde assumiu, acompanhando a onda racializadora europeia. Cf. «O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. (...)», *op. cit.*, pp. 25 e 32-33.

¹²⁸⁰ Como refere Stolke, «sempre que o *status* social tem por base o "nascimento", o "sangue", ou seja, a descendência, em vez de méritos ou aquisições sócioeconómicas individuais, o que se torna decisivo para os homens em suas disputas por honrarias sociais são as mulheres e o controle de sua sexualidade. Só as mulheres, afinal, poderiam, nessas circunstâncias, certificar que o nascimento era legítimo. Como diz o velho adágio, *mater semper certa est.*». *Ibid.*, p. 26.

cunhado mantinha com mulheres *não-brancas*. Trata-se de um documento muito rico (que pena, não nos ser revelada a fonte!), quer quanto às representações das relações sexuais inter-raciais no seio do segmento *branco* quer quanto à postura perante os filhos *de fora*. Toda uma moral sexual masculina perpassa esta carta: as mulheres não convenientes para o matrimónio, ou seja, as *não-brancas*, «a gente (...) goza-as» durante alguns dias; manter ligações duradouras com elas é que não, já que «é feio e o mundo critica». Não é a promiscuidade, mas a ligação afectiva e a coabitação entre homens *brancos* e mulheres *não-brancas* que é censurada. Quanto aos filhos *de fora*, revela a inexistência de pressão social no sentido de zelar pelo sustento e educação das crianças nascidas fora do matrimónio legítimo: «se são teus, tens que os ver mal por esse mundo e dói-te»; ou seja, a preocupação é com a dor eventualmente sentida perante a miséria material dos filhos e não com a obrigação moral de a evitar¹²⁸¹.

Vários informantes se recordam da enorme dificuldade de, ainda na sua adolescência, encontrar raparigas, na ilha, entre as *não-brancas*, naturalmente, já que as outras estavam reservadas para o matrimónio, com quem se iniciar sexualmente. Os que não partiam para estudar ou trabalhar na metrópole ou em São Vicente, ilha portuária e de serviços, onde o grande número de forasteiros desembarcados, os estudantes liceais, os funcionários administrativos e os soldados constituíam clientela bastante para atrair considerável número de meretrizes, tinham dificuldade em manter relações sexuais antes do casamento, ou antes que a sua situação de independência económica permitisse sustentar as suas parceiras sexuais. «Os rapazes da minha idade [saiu do Fogo no final da adolescência] ou mais velhos não tinham relações com mulheres», afirma João e, perante a nossa estranheza, uma vez que era tradição um *branco* casado estar envolvido num ou mais relacionamentos paralelos, acrescenta: «Tinham tinham, mas como amantes, amantes com casa posta, compreende?».

A inexperiência sexual e o correlativo pânico por vezes sentido aquando do casamento, sobretudo quando este ocorria em idade precoce, estendia-se também aos rapazes, sobretudo àqueles que não haviam antes saído da ilha, e que muitas vezes haviam limitado as suas experiências sexuais aos animais, de resto, situação paralela à vivida no mundo rural metropolitano.

O mercado de mulheres *não-brancas* sexualmente disponível reservava-se, pois, fundamentalmente, aos adultos com recursos para as sustentar – «se bem que nem todos tinham amantes com casa montada, percebe? Alguns, iam lá às vezes e vinham embora.» (Margarida) – a elas e aos filhos que sobreviessem, quando a relação se aproximava dos moldes familiares tradicionais, baseados nalgum acompanhamento dos filhos, ou seja, nalguma escolarização e dotação de meios de subsistência¹²⁸².

¹²⁸¹ «Cantigas de Ana Procópio», *op. cit.*, p. 21.

¹²⁸² Havia sido prática frequente no arquipélago que mesmo os filhos *de fora* herdassem de seus pais, a crer no Regimento de 1793, versão possivelmente revista e actualizada do de 1753, ainda não encontrado, que resultou da sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às ilhas de Cabo Verde, em 1753, e com o qual se procurava, entre outras coisas, corrigir o que se entendia serem os inconvenientes da política de heranças praticada no arquipélago, que contribuía para o parcelamento excessivo da propriedade fundiária. Segundo este Regimento, toda a sorte de filhos herdava: «Não só os filhos naturais herdavam, como devem; senão os que são de coito danado e punível; assim como os sacrilégos (filhos de clérigos), adúlteros e incestuosos, todos aqui herdavam; ainda quando há herdeiros

Pela proximidade física, as filhas dos feitores constituíam alvos especialmente acessíveis aos homens das famílias terratenentes, «porque sabe, tem terras (...) um guarda tem mulher, uma filha bonita, de maneira que sabe... dificilmente pode... [não] ceder ao encosto do patrão...» (Pedro). Um elemento de uma das famílias da elite da cidade viveu mesmo os seus últimos vinte anos com a filha do seu feitor. Também estas jovens mulheres procuravam tirar proveito de uma relação que lhes podia assegurar segurança alimentar e apoio para os filhos.

Acerca da prostituição na ilha, nas suas várias modalidades, apurámos o seguinte junto dos informantes: nos seus moldes convencionais de aluguer do corpo a clientes múltiplos, ela não existia: «Antigamente, não havia propriamente daquela [prostituição] como há agora, na rua; havia mais as pessoas que se entregavam para poderem beneficiar de qualquer coisa. (...) Nunca houve casas próprias, nem nos arredores da cidade¹²⁸³, podia haver pessoas que iam lá.» (António); «Estava dispersa. Na parte baixa da cidade, não, nas palhoças.» (Artur); porém, enquanto estratégia feminina para assegurar a sobrevivência associando-se a um homem *branco*, ela era prática generalizada. Este panorama é corroborado pelo relatório sobre a ilha, apresentado pela Administração do Concelho, e publicado no *Boletim Oficial*, em 1880, que informava que «a prostituição tolerada não se encontra aqui; a clandestina é enorme»¹²⁸⁴:

Só em São Vicente é que houve prostitutas carteadas, que eu não soube senão quando fui para a tropa. (...) No Fogo, houve mulheres de vida fácil que nós, sem combinarmos, atrevíamos a bater, se tão ocupada, fomos embora, fechávamos a porta. (...) Ainda hoje há escassez na área. (Pedro)

Acontecia também serem as mães, elas próprias prostitutas, a negociar a virgindade das filhas, sobretudo com os elementos mais abastados da comunidade, dispostos a pagar por ela. Por vezes, estas raparigas mantinham longos anos relações de concubinato com estes homens, geralmente muito mais velhos¹²⁸⁵.

Como refere Meintel, a fronteira entre a sedução e a prostituição forçada pela necessidade era ambígua¹²⁸⁶. As crises famíneas, como a dos anos quarenta, das mais graves no arquipélago e a maior pela qual os informantes passaram, terão gerado várias situações de intercâmbio sexual a troco de algum alimento.

A prostituição no Fogo sempre esteve ligada... nas épocas de fome, as populações desciam às cidades, e desciam mulheres, que depois acabavam por encontrar esse meio de ganhar a vida. Quando a crise

legítimos.» Ap. António Carreira, «Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII», sep. do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 105, 1972, p. 152. No caso do sub-arquipélago do Sul, pelos motivos antes expostos, a dispersão da propriedade foi consideravelmente menor, até porque apoiada na instituição vincular. No Fogo, no final do século XIX, ela ainda se encontrava consideravelmente concentrada no agregado familiar legítimo e mesmo quando começa a dispersar-se, não foi tanto pelo facto dos pais *brancos* terem passado a constituir herdeiros os seus filhos *de fora*, mas pelas divisões resultantes das partilhas entre os filhos legítimos e pela deterioração da sua situação económica que os obrigava a vender as propriedades aos *não-brancos* recentemente capitalizados pela emigração para os Estados Unidos ou pelo comércio.

¹²⁸³ De acordo com alguns informantes, foi já nos anos sessenta que surgiu um núcleo restrito de casas, onde mulheres recém-chegadas do interior se prostituíam. Tratava-se de «duas ou três casas, a que passam a chamar Casa d'Água que, no fundo, é como dizer Casa da Luz Vermelha.» (Manuel)

¹²⁸⁴ *Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo-Verde*, ano de 1880, nº 50, 11 de Dezembro de 1880, p. 318.

¹²⁸⁵ Cf. «Discurso proferido por Agnelo A. A. Henriques no dia 23 de Junho de 1929 na Sessão de Inauguração da Praça João Pais da cidade de S. Filipe, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, presidida por Sua Ex.^a o Governador Coronel Guedes Vaz», p. 4. AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro de 1934.

¹²⁸⁶ *Op. cit.*, p. 113.

passava, muitas voltavam, mas algumas acabavam por ficar, porque então mantidas por um ou outro proprietário, um ou outro funcionário, etc, etc, etc. Havia portanto acima da Aguadinha esta zona chamada Fonti-Aleixo, que albergava essas – como dizia Jorge Amado – essas amázias dos notáveis, dos importantes da cidade. De facto, os principais funcionários tinham as suas teúdas e manteúdas que, quando caíam em desgraça, caíam nas mãos de um emergente, ou não tendo caído nas mãos de ninguém, lá caíam sobretudo para os jovens. Esta é a prostituição do Fogo. Nunca houve grande número de prostitutas no Fogo. (Manuel)

Os entrevistados ou rejeitam a existência de prostituição na ilha, reportando-a aos moldes convencionais, ou caracterizam a sua especificidade, associando-a a um meio desesperado das mulheres, sobretudo as do interior, assegurarem a sobrevivência, aquando das crises alimentares que se sucediam aos maus anos agrícolas. Porém, há testemunhos contraditórios. Enquanto a maioria dos homens entrevistados, mormente os mais idosos, menciona a dificuldade de os rapazes se iniciarem sexualmente na ilha, antes do casamento, alguns dos mais jovens afirmam que as mulheres «caídas em desgraça» (Manuel) não tinham outro remédio senão recorrer aos jovens filhos de proprietários ou funcionários, menos abonados que os pais, mas ainda assim capazes de lhes assegurar o mínimo vital. Como algumas décadas de idade separam estes informantes, cremos estar em face de duas diferentes memórias: no primeiro caso, a das primeiras décadas do século XX, no segundo, a da segunda metade do mesmo século.

As raparigas *brancas* eram, naturalmente, intocáveis; os códigos de honra não diferiam muito dos metropolitanos, mormente quanto à escrupulosa selecção das raparigas cuja 'virtude' devia ser respeitada, a bem da 'honra' da família e, porque todos eram aparentados, da coesão do grupo¹²⁸⁷. As *não-brancas*, ou por pretenderem seguir o modelo da moral sexual dos *brancos* ou pelo almejado embranquecimento – «Acredito que para as mulatas seria sempre melhor ter um filho branco que um filho negro. O estigma do negro, do preto, funcionou forte.» (Manuel) – ou por anteverem possibilidades de casa montada e sobrevivência assegurada, procuravam reservar-se¹²⁸⁸: «Até 1950, *mudjer* era sempre *mudjer*, mas não era colher. Era sempre *mudjer*, com pé firme.» (Tomás); «Para elas era uma desonra, enquanto que em São Vicente era só escolher.» (João) Porém, mesmo as 'amantes' tinham de resguardar a sua castidade no interior destas uniões informais. Também a elas era exigida estrita fidelidade, sob pena de abandono masculino. As relações de concubinato tendiam não só a reproduzir as mesmas assimetrias de poder entre géneros, características dos casamentos endogâmicos, como a acentuá-las, porque reforçadas pelas pertenças raciais assimétricas. Nestas uniões entre *brancos* e *não-brancas*, a raça perpassava todos os quadros do relacionamento sexual e familiar.

Quanto às reacções das mulheres legítimas perante a liberdade sexual dos maridos, elas variavam, desde a mais absoluta intolerância, à mais passiva das condescendências,

¹²⁸⁷ Dois entrevistados mencionaram o caso excepcional de uma mulher *branca* proveniente destas famílias, que, já na década de cinquenta, e ainda que completamente ostracizada pela família, recebia, para escândalo de todos, os homens que a procuravam, tendo continuado a morar no centro da cidade.

¹²⁸⁸ João Lopes Filho cita um aforisma em Cabo Verde, de acordo com o qual «quem tiver paciência acaba por ter um filho branco» (*Ilha de São Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, vol. II, op. cit., p. 69). Não conseguimos, porém, confirmar a existência deste aforisma no Fogo. Deirdre Meintel também regista que das mulheres *não-brancas* que concebem de homens *brancos* se diz que «melhoram a raça (*compo-raça*, em crioulo).». «Emigração em Cabo Verde: solução ou problema?», op. cit., p. 111.

passando pela revolta¹²⁸⁹ ou sofrimento impotentes. Temos apenas registos de duas mulheres, e ambas das fracções de topo deste grupo de famílias, que se destacaram, em épocas diferentes, pela sua recusa peremptória em aceitar relacionamentos paralelos por parte dos maridos. Uma, ainda no último quartel do século XIX e princípio do XX, cujo carácter assertivo, espírito empreendedor e imposição da sua vontade no casamento, terão actuado profilacticamente para evitar o adultério do marido, pelo menos no espaço da ilha (já que, tratando-se de um homem com vários negócios associados à sua actividade de comerciante, se ausentava frequentemente do Fogo e até do arquipélago). O outro caso foi o de uma mulher, também referenciada como tendo «uma personalidade forte» (Paulo), que terá expulsado de casa o marido, por não aceitar o relacionamento público marital e parental paralelo que este mantinha com outra mulher (não sociologicamente *branca*, mas clara de pele e de traços caucasóides, ligada às famílias brancas por via transversal) e com os filhos de ambos. De realçar que o ineditismo desta medida e da sua aceitação por parte do homem poderá ter decorrido do facto da casa morada do casal pertencer à família da mulher, cujo pai, além de ser um dos principais terratenentes da ilha, de ter ocupado vários cargos municipais e de ter exercido o de administrador do concelho, ser uma das mais respeitadas individualidades da cidade, do ponto de vista intelectual e moral (o que não o impediu de ter tido também relacionamentos paralelos e filhos *particulares*, alguns muito tardiamente legitimados).

O quadro predominante, porém, parece ter sido o da aceitação mais ou menos resignada perante a tradição secular de um núcleo familiar legítimo endorrácico e de um concubinato generalizado inter-rácico. As desavenças conjugais em torno da infidelidade sexual masculina e da consequente paternidade extra-conjugal faziam parte do quotidiano de muitos casais legítimos:

Ah, brigavam, brigavam! O *nhô* [...] tinha mulher, tinham brigas homéricas! (...) a mulher atirava tudo quanto via e o *nhô* [...], que não era por menos, atirava tudo quanto via; depois, comprava e levava outra vez à mulher, não é, oferecia. As brigas deles tornaram-se célebres, não é, ouviam-se em toda a cidade. (Manuel)

Choques, mais choques, sempre choques (...) Agora já estamos melhor, porque ela já quebrou um pouco e eu também já quebrei um pouco por causa da idade. (Bernardo)

Outras situações apresentariam quadros menos tumultuosos, sobretudo quando as relações extra-matrimoniais dos homens eram mantidas com alguma discrição, o que parecia revelar-se possível, já que a exiguidade da superfície da ilha era contrabalançada pelo seu relevo íngreme e pela muito difícil acessibilidade à maior parte dos lugares e ainda pela relativa dispersão do povoamento. Em muitos casos, parece ter feito parte do *statu quo* conjugal fingir ignorar os relacionamentos extra-conjugais dos homens:

¹²⁸⁹ Félix Monteiro cita um caso de uma proprietária de escravos, *nhã* Chiam, que teria cegado, às garfadas, uma sua escrava, por despeito pelo interesse que esta suscitava ao marido. (Cf. «Cantigas de Ana Procópio», *op. cit.*, p. 21.) Alguns dos informantes (entre os quais a mais idosa dos inquiridos) confirmaram o episódio; outros, afirmaram desconhecer-lo. Um, porém, recorda-se de ter ouvido contar um relato mais detalhado do episódio, afirmando, porém, desconhecer se a montante esteve o ciúme: «Segundo ouvi dizer, a senhora mandou-lhe lavar um tacho – usava-se um tacho de cobre para fazer marmeladas e goiabadas e doce de maçãs – e a senhora mandou a escrava lavar o tacho e ordenou-lhe depois do tacho lavado ir-lhe trazer para ela ver se estava bem limpo e a escrava lavou o tacho todo e pôs aqui no lume até aquilo queimar bem e trouxe para a patroa ver. Quando a patroa pôs a mão para verificar, ficou toda queimada. Perdeu a cabeça, pegou numa coisa e furou-lhe os olhos. No fundo, o início, devia ser essa coisa [os ciúmes, a disputa pelo senhor].» (Artur)

Há histórias que dizem que as mulheres quando os maridos chegavam tarde se atravessavam nas camas, não deixavam, isso era muito comum no Fogo, havia portanto a questão dos ciúmes, mas eu tenho a impressão que havia algumas que aceitavam isso como uma espécie de libertação das tarefas sexuais e então fechavam os olhos. (Cristina)

As mulheres, até certo ponto, toleravam, fingiam que não sabiam. (Susana)

demonstrando assim, se bem que a contragosto, grande permissividade face à muito pouco restrita moral sexual masculina.

Houve também situações de aparentemente fácil aceitação da poliginia de facto. Entrevistámos um antigo vizinho e duas das filhas das duas mulheres com quem um mesmo homem manteve laços conjugais duradouros em simultâneo, se bem que mantendo-as, e à respectiva prole, em casas de morada distintas, e ambas afirmaram ter testemunhado uma grande paz doméstica, grande amizade e cumplicidade entre as duas progenitoras e os respectivos filhos, de quem as duas mulheres cuidavam «sem distinção» (Duarte, Amália, Inês). Três factores terão, porém, confluído para esta aparentemente positiva reacção das duas mulheres: (1) eram ambas *não-brancas*, (2) tratava-se de um homem que não chegou a formalizar a união com nenhuma delas, permanecendo oficialmente solteiro, e 3) pertencente a um ramo familiar do segmento *branco* da cidade já então muito empobrecido. Sabemos como a propriedade fundiária tinha uma grande importância, não só económica como simbólica. Tendo herdado um património já muito diminuído por sucessivas heranças e vendas, que aliás se viu forçado a continuar a alienar, não havia lugar para grandes disputas de terras entre as duas mulheres com quem coabitava e a respectiva descendência. O facto de as duas mulheres serem *não-brancas* e de nenhuma possuir com o homem vínculo oficializado (as uniões legítimas predominavam apenas entre a elite *branca*) terá igualmente constituído factor atenuante de tensão não só entre cada uma das mulheres e o homem, como também entre ambas.

A moral sexual era quase escrupulosamente respeitada por ambos os sexos; simplesmente, ela era muito mais restritiva para as mulheres. Enquanto que aos homens se pedia somente que não casassem com desiguais (entendendo-se por desiguais as exteriores ao núcleo restrito de famílias do segmento *branco*), permitindo-se-lhe relações extra-matrimoniais, apesar da descendência *maculada* que originavam – os filhos *mestiços* –, às mulheres exigia-se-lhes a mais absoluta castidade pré e extra-conjugal. A permissividade face aos relacionamentos mantidos pelos homens à margem do casamento era paralela à intolerância perante qualquer comportamento ‘irreflectido’ das mulheres: «Oi, era um escândalo que bradava aos céus!» (Susana) Terá havido, contudo, quem revelasse uma menor observância da fidelidade conjugal; porém, ter-se-á tratado de adultério feminino praticado (quase) exclusivamente com homens *brancos*: «Havia muito relacionamento escondido, subterrâneo, entre primos e primas dessas famílias, e muitas vezes acabavam por procriar entre si, mesmo estando casados.» (Manuel) Os eventuais filhos adulterinos eram integrados no agregado familiar legítimo, até porque as suspeitas sobre a paternidade destas crianças não podiam ser comprovadas: «Quer dizer, as coisas eram bem feitas... só quando havia gravidez

é que era um problema, porque às vezes os miúdos eram parecidos com os verdadeiros pais. Mas não havia provas, ainda não se faziam análises de ADN...» (João).

O absoluto horror, mais ou menos dissimulado, manifestado pela quase totalidade dos informantes descendentes do núcleo de famílias *brancas* (sobretudo pelos homens) perante a hipótese – e só perante a mera hipótese a questão foi colocada – da interação sexual de uma sua ancestral com um elemento *não-branco*, revela como a raça permanece incorporada na construção do património identitário ancestral (pelo menos supostamente) partilhado pelo grupo. Esta repulsa manifestou-se abertamente quando interrogávamos os informantes sobre as causas do enterro fora do recinto do cemitério de uma mulher fini-oitocentista que, quer pelo nascimento quer pelo casamento, pertencia à fracção superior da elite fogueense. Pelas reacções que ainda suscita nos entrevistados e pelo que pode revelar das representações sobre o passado familiar e sobre a importância da referencialidade racial na identidade do grupo, pareceu-nos importante elaborar um apenso com as informações que reunimos sobre o assunto e tecer sobre elas algumas considerações, para o que remetemos para o anexo XII, pp. 657-671. Curiosamente, mesmo os descendentes que romperam com a endogamia tradicional e casaram com mulheres exteriores ao núcleo tradicional de famílias *brancas* (já nos anos sessenta), representam os elementos femininos da sua ascendência como observadores atentos da pureza genealógica, e muito especialmente na sua dimensão racial. Como vimos, via da sua sexualidade controlada, a mulher constituía o principal elemento conservador, na medida em que reproduzia, perpetuando-as, as fronteiras raciais.

[A política da não *mescla*] era mais tácita, não acredito que houvesse uma espécie de apartheid e que de facto o cabelo cuscuz ou o negro não podia entrar na família. Mas em todo o caso criou-se uma cultura, uma mentalidade, uma atitude de quase... seria chocante que alguém assim pudesse entrar na família. (Manuel)

Quanto aos homens, conquanto observassem uma cuidadosa gestão genealógica, não se coíbam de se relacionar sexualmente e de se reproduzir com *impuras*. O quadro que se desenhava era o de uniões hipergâmicas entre homens *brancos* e mulheres *não-brancas* tão generalizadas quanto os casamentos homogâmicos, com a ressalva de que as primeiras existiam à margem de qualquer legalização. Tratava-se de uniões sexuais, ou envolvendo a esfera sexual, mas sem que se tenham confinado a meros contactos sexuais mais ou menos fortuitos. Terão concorrido para a quase generalização desta poliginia de facto a toda a população masculina da ilha a prática do segmento dominante, cujo ascendente económico, social e político se manifestava naturalmente também no cultural, e a poliginia tradicional em muitas formações sociais africanas, que muitos escravos trariam na memória. Orlando Ribeiro considera «o pendor para a poligamia» tributário de ambas as tradições, negro-africana e colonial portuguesa¹²⁹⁰.

Este pendor ter-se-ia manifestado mais intensamente no interior, onde elementos *não-brancos* penetraram mais cedo no seio do núcleo legítimo das principais famílias terratenentes.

¹²⁹⁰ Cf. *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., pp. 168 e 172.

Quando chega aos anos vinte, trinta, de facto, as famílias ditas aristocráticas da vida rural têm uma forte componente mestiça (...) alguns filhos era um constrangimento quando tinham que vir à cidade, afinal já não é tão branco como o pai ou como a avó, 'mas como é este...?!', afinal, onde é que foste buscar...?' (Manuel)

Também Carreira considera que a liberdade sexual dos homens era maior no meio rural¹²⁹¹. Contudo, atendendo à dimensão da prole ilegítima da população masculina de São Filipe, parece-nos que a presença da família e a vizinhança próxima devem ter actuado mais como factor de cuidados acrescidos com a descrição que como elemento coarctor dessa liberdade sexual.

Mesmo sem o casamento canónico ou civil, estabeleceram-se relações de conjugalidade duradouras entre homens *brancos* e mulheres *não-brancas*, com filhos assumidos, se bem que nem sempre oficialmente reconhecidos. Um dos presidentes da Câmara Municipal da ilha, na década de vinte, para além da sua união oficializada com uma mulher *branca*, mantinha pública e assumidamente uma relação marital com outra mulher, com a qual teve mais de uma dezena de filhos, aos quais concedeu o seu último apelido, Barbosa (mas não o José Barbosa atribuído apenas aos filhos varões do casamento legítimo).

Estamos, pois, em presença de situações muito variadas, que não cabem na representação redutora das mulheres *não-brancas* enquanto meros objectos do desejo masculino *branco* accidental. Conquanto este tivesse sido um esquema recorrente até às décadas de sessenta e setenta do século XX, o panorama da conjugalidade assumiu vários outros cambiantes:

- o casamento legítimo de elementos da fracção superior destas famílias com mulheres *não-brancas*;
- o abandono da casa da família legítima já constituída, por parte de elementos masculinos de famílias pertencentes à fracção de topo e casados com mulheres da mesma condição, para coabitar com uma mulher *não-branca*;
- elementos de famílias destacadas da ilha, que, não tendo abandonado definitivamente a família legítima, mantinham relações conjugais duradouras com mulheres *não-brancas* e que com elas residiam;
- a união de elementos de famílias proeminentes com mulheres *não-brancas*, cuja união foi formalizada mais tarde e em que a (muito relativa) aceitação da mulher por parte das famílias *brancas* foi subsequente ao nascimento dos filhos de ambos e em que a escolha do local da residência do casal – fora da cidade de São Filipe – se terá prendido com o constrangimento familiar e social que a união suscitava no elemento masculino do casal;
- elementos masculinos das famílias 'tradicionais' que não se vincularam oficialmente a nenhuma mulher, mas que viveram maritalmente com mulheres *não-brancas*, não tendo assumido social e familiarmente a situação e procurando preferencialmente

¹²⁹¹ Cabo Verde (*Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*), op. cit, p. 155.

locais periféricos da cidade ou o interior para residir, de forma a evitar os constrangimentos em que incorreriam com a exposição pública da sua situação conjugal.

Em relação às três primeiras situações, identificámos apenas uma ocorrência para cada uma delas. No primeiro caso, tratou-se de um diplomado por uma universidade francesa (numa época em que era difícil, mesmo para a maior parte destas famílias, enviar os seus filhos para a prossecução dos estudos nas universidades metropolitanas e, por maioria de razão, estrangeiras), que casou com uma mulher analfabeta ou muito rudimentarmente alfabetizada e bastante pigmentada: «O tio [...] apaixonou-se, mas não casaram. Foram viver os dois. Amancebaram-se, como se costumava dizer. Só depois, com os filhos crescidos, quando o nivelamento começou a..., então o tio [...] casou-se. (...) Moravam para além do Lém.» (Susana) (O Lém era uma zona menos nobre da cidade, relativamente afastada do centro, sede do núcleo residencial *branco*). Dada a disparidade de recursos dos nubentes, efectuaram uma escritura pré-matrimonial de separação de bens¹²⁹². A aceitação familiar deste relacionamento e depois casamento parece ter-se devido às qualidades da mulher: «Nós assumimos a tia [...], porque ela era muito boa. (...) Nós fugimos à regra pela bondade dela.» (Susana); «Era a minha tia querida.» (João)

Também só detectámos um caso de abandono da casa de residência da família legítima – se bem que por alegada expulsão por parte da mulher legítima –, por parte de elementos masculinos destas famílias. Tratou-se de um elemento de uma família proeminente, cujos membros, na sua maior parte, haviam deixado a ilha décadas atrás, que iniciou uma união conjugal duradoura com uma mulher *não-branca*, mas de pele clara e de fenótipo caucasóide, e pertencente, conquanto que por via transversal, a uma das fracções das famílias da oligarquia local. Esta relação foi publicamente assumida e o casal residia no centro da cidade, portanto, a grande proximidade física da casa de morada da família legítima («Que me lembre, foi o caso mais escandaloso da família da minha época.», conta Mariana).

Quanto à terceira situação, registámos igualmente apenas uma ocorrência. Teve como protagonista uma das figuras de maior destaque da ilha, tendo ocupado, entre outros, os cargos de presidente das Câmaras Municipais do Fogo e da Praia, que, depois de ter mantido relações ocasionais com várias mulheres *não-brancas* da ilha, posteriormente, passou a residir na capital do arquipélago, com a filha (*não-branca*) de um seu feitor do Fogo, de quem teve filhos oficialmente reconhecidos e que herdaram parte do seu património, não tendo, porém, quebrado completamente os laços com a mulher (*branca*) do casamento legítimo, de quem não se separou oficialmente e a quem visitava nas suas deslocações ao Fogo.

A quarta situação mencionada, apesar de escassamente ilustrada, não constituiu caso exclusivo. Contudo, a situação mais recorrente no quadro das uniões conjugais entre *brancos* e *não-brancas* parece ter sido a última descrita: os *casamentos-solteiro* (Paula) com mulheres de estatuto social inferior ao do homem, frequentemente analfabetas e mais jovens, que, não

¹²⁹² «Escritura de separação de bens que entre si fazem [...] e [...] (...)», *Livro de notas*, nº 156, 1938 – 1938, fls. 8-10. Arquivo da Conservatória dos Registos e Notariado de São Filipe.

sendo assumidos socialmente pelo elemento masculino, dominaram o aspecto geral da conjugalidade inter-racial na primeira metade do século XX.

Antes do período abrangido pelo nosso trabalho, ainda em plena segunda metade do século XIX, um elemento masculino de uma das mais proeminentes famílias deixara de residir com a mulher legítima, em São Filipe, para morar com uma outra mulher, *não-branca*, no Norte da ilha (vd. anexo XII, figuras 122 e 123, p. 663). Curiosamente, trata-se de um antepassado directo (era avô) do indivíduo que assinalámos como tendo, já no século XX, deixado a casa de morada da família legítima para coabitar com uma outra senhora, *não-branca*.

Seria importante determinar o grau de excepcionalidade destas relações heterodoxas. Porém, o facto de muitas vezes se tratar de situações vividas mais ou menos clandestinamente e de nem sempre os inquiridos manifestarem grande disponibilidade para as mencionar, sobretudo quando envolvem pessoas de parentesco próximo, permite-nos apenas uma avaliação aproximada da sua dimensão, contrariamente aos matrimónios oficializados, atestados pelas respectivas certidões.

Se os casamentos e as uniões conjugais não oficializadas entre *brancos* e *não-brancas* foram claramente minoritários durante todo o período em estudo, mais excepcionais terão sido os que uniram *brancas* a *não-brancos*. Conseguimos identificar, ainda assim, algumas ocorrências: um filho *de fora* de *branco*, mas coabitando a partir de certa altura com uma tia paterna, que casou com uma *branca* e que será aceite pelo segmento *branco*, não sem grande resistência inicial por parte da mãe da mulher (não só pela diferença racial e de estatuto entre ambos, como pela existência de filhos *naturais*), que conseguiu impedir o casamento até à maioridade da filha (vinte e um anos). Pelo carácter de excepcionalidade da elevada aceitação deste indivíduo – que conseguiu até franquear as fronteiras homogâmicas do segmento *branco* –, pusemos em evidência os traços da personalidade do próprio e os aspectos do seu percurso de vida que mais terão contribuído para a sua (quase) completa integração (vd. *supra*, p. 445). Apesar de se tratar de um *não-branco* emergente, cujos negócios lhe granjearam uma das principais fortunas da cidade, e de a família da mulher pertencer à fracção mais empobrecida dos *brancos* da cidade – «Os pais não tinham meios, ela leccionava para sobreviver... já se sabe...» (Álvaro) –, o casamento não era desejado, porque o «senhor [...] faz parte do mulato», enquanto a noiva «era branca, pessoa bonita» e a mãe «era pessoa soberbentos. Mas *dinero*...» (Tomás)

Um outro casamento ‘desigual’ foi o de uma mulher do mesmo ramo familiar *branco* – curiosamente, a sua *kin-keeper*, monárquica e muito zelosa dos sobrenomes de família –, com um seu aparentado *não-branco*, emigrante nos EUA, filho *de fora* não perfilhado. Esta união mereceu o seguinte comentário de Pedro: «esse negro tinha boa vida, cor mais trigueira que ela, mas bom cabelo, e ela já tinha passado dos trinta ou quarenta.» Atente-se como, mesmo aos olhos de um *não-branco*, como Pedro, um casamento entre desiguais pela raça e pelo estatuto social só poderia explicar-se por condições extraordinárias, neste caso, pela idade da noiva, que lhe diminuía a cotação no restrito mercado matrimonial *branco*, pelo fenótipo não demasiado africano do noivo (tinha «bom cabelo») e pela sua prosperidade económica,

contrastante com a dela. Pedro recorda-se de ter sido a própria, pouco antes do casamento, a anunciar-lho: «'Nhô ôbi m' ta ba casa cu negro?!'»¹²⁹³

Outro caso foi o do casamento do próprio Henrique Teixeira de Sousa (vd. anexo VIII, figura 106, p. 644). Se o nomeamos explicitamente é por se tratar de uma figura que assumiu publicamente que, não obstante o seu fenótipo caucasóide, viveu a indefinição do seu estatuto sócio-racial na ilha¹²⁹⁴. Apesar de contar com ascendentes *brancos* ainda no século XIX, a sua ascendência mais próxima incluía já elementos exteriores ao segmento *branco* da ilha, quer pela parte paterna (o pai é da Brava) quer pela materna, motivo por que Teixeira de Sousa não integrava o rol dos matrimoniáveis das famílias da elite local. Porém, acabou por casar com uma Avelino Henriques. Sobre as resistências familiares a este casamento, por parte da família da mulher, os testemunhos são contraditórios. O facto de se tratar de um médico, numa época em que só esse facto constituía critério de peso na definição da posição no espaço social, terá atenuado a oposição – «Nhô Aníbal [pai da noiva] levou aquilo em bem, já era médico, ele era nosso aparentado.» (Susana) –, sem que, contudo, a entrada na família da mulher tenha sido alguma vez completamente aceite, de acordo com um familiar:

Eles não queriam o casamento, independentemente de ele ser médico e ser uma figura destacada, como profissional e tudo, porque não consideravam a parte materna, não teria o estatuto social suficiente para... (...) Ele não frequentava as casas da elite de São Filipe, nem do próprio sogro. Ele ia lá às vezes, raramente, quase que por obrigação, porque sabia que não era querido lá. (Paulo)

Antes dos anos cinquenta do passado século, a formação universitária ou o volume de riqueza material não convertiam um *não-branco* num bom candidato a desposar um elemento feminino das famílias do grupo dominante: «Não, *branco ca ta casaba com ês!*»¹²⁹⁵ (Sofia) Os emigrantes retornados dos Estados Unidos, por vezes com um considerável pecúlio amealhado, investido geralmente em terras e/ou lojas de comércio, não constituíam potenciais partidos para as raparigas do segmento *branco*, apesar da excepção acima mencionada. O facto de se ter tratado de uma mulher menos jovem, e por isso menos bem cotada no restrito mercado matrimonial *branco*, na época já muito limitado, ajudará a explicar o enlace.

Já para os *não-brancos*, um *mercato* enriquecido, conquanto idoso, era um elemento apetecido que as famílias procuravam atrair. O facto de a oferta ser maior do que a procura permitia aos retornados dos Estados Unidos seleccionar as mulheres, preterindo as da sua própria faixa etária e optando pelas muito mais jovens, frequentemente adolescentes ainda sem filhos. Por vezes, a diferença de idades entre os filhos do primeiro casamento, ou simplesmente os filhos mais velhos do emigrante e os tidos ou supostamente tidos, já que paternidade biológica e paternidade oficial frequentemente descoincidiavam, era de meio século (a diferença de idade de Eduardo face ao irmão consanguíneo mais velho ultrapassa as cinco décadas). Este desencontro entre paternidade legal e paternidade biológica teria sido

¹²⁹³ «Não ouviu que vou casar com um negro?!»

¹²⁹⁴ «Entre gente de sobrado, de loja e de funco, nasci e vivi. Nunca cheguei a perceber bem qual o lugar me coube nessa sociedade.» Epígrafe a *Ilhéu de Contenda*, op. cit., p. 11.

¹²⁹⁵ «Não, branco não casava com eles!»

relativamente frequente nestes casamentos entre raparigas muito jovens e *mercanos* que regressavam dos EUA «já velho, véspera de morrer» (Mafalda):

A mulher que admite, digamos, ser conquistada, eu diria mesmo, entre aspas, ser comprada pelo americano, não é? – porque muitas vezes é um arranjo familiar, não é? – e que vai morar com o americano, que é mulher dele, e que por um lado dá ao americano o prazer de ter uma mulher bonita, uma casa, que cuida dele, e que o americano retribui dando-lhe apoio material e segurança que ela não tem, e inclusivamente à sua família, do outro lado fica a carência afectiva e sexual, que muitas vezes é suprida por um dos membros da casa, o filho mais velho que não pertence à mulher, mas que depois fica tudo em família e no maior silêncio, não é? Há muitos filhos que não são filhos, a gente sabe que não são, e o próprio homem sabe, não é? (Manuel)

Já vimos como as ligações afectivas entre *brancos* e *não-brancos* se foram generalizando apenas na segunda metade do século XX, porque até então eram cerceadas pela auto-disciplina que os próprios se impunham e pela estruturação, por parte das famílias *brancas*, de uma rede de sociabilidade circunscrita ao endogrupo racial. Mesmo nos anos cinquenta, quando os *brancos* já não dispunham, com muito poucas excepções, senão de capital racial, e quando se multiplicaram as ocasiões de convívio inter-racial propiciadoras de ligações afectivas entre *brancos* e *não-brancos*, perante as contrariedades familiares adivinhadas, a grande parte dos jovens, sobretudo das raparigas, recuava perante os seus intentos matrimoniais. Foi o que aconteceu com a irmã – *não-branca* – de Mafalda, que recusou namorar com um *branco*, conquanto o amasse, por recear o peso da distância sócio-racial. Havia também, como vimos, os que coabitavam, prescindindo, contudo, da oficialização da relação, por temerem igualmente as represálias familiares.

Porém, além das citadas, várias outras situações ocorridas vêm contrariar o quadro dominante, mas não uniforme, das práticas matrimoniais endogâmicas. Quando um par constituído por *branco* e *não-branca* ou por *branca* e *não-branco*, ‘desigual’ pela raça e pela origem familiar, persistia na intenção de casar, a família do elemento *branco* recorria a várias estratégias dissuasoras, desde enviar temporariamente para fora da cidade, para casa de familiares noutra ilha ou na metrópole, o filho ou a filha ‘desviados’, sobretudo tratando-se de raparigas, a ameaçá-los com a proscrição do convívio e do património familiares. Nalguns casos, cediam perante a pressão familiar e «não casavam. Raramente. Muito raramente. Tinham filhos, viviam juntos, mas não casavam.» (Marcelo); noutros, resistiam-lhe, muitas vezes praticando ou ameaçando praticar a fuga, como uma forma de pressão sobre os pais – «Tinha amor contrário, tinha, mãe e pai não gostava. Fugi, fugi [fugiam].» (Rita) As fugas de casa para casar, porém, faziam-se ou ameaçavam fazer-se geralmente depois de atingida a maioridade, aos vinte e um anos, sob pena de os pais apresentarem queixa contra os fugitivos. Uma vez consumada a saída de casa da filha, os pais deparavam-se com a eminência de a ver definitivamente excluída das redes de sociabilidade da elite local.

À semelhança do que ocorria na metrópole, as ‘fugitivas’ expunham-se a deixar de ser procuradas e recebidas pelas famílias congéneres, de estar presentes nas celebrações de casamentos, baptizados e outros momentos importantes da vida destas famílias, enfim, de participar em todo um conjunto de práticas conviviais restringidas ao grupo. Registámos apenas um caso de um elemento feminino de uma família de notáveis que deixou a casa

paterna para habitar conjugalmente com um *não-branco* nos arredores da cidade, sem ter vindo a ser aceite posteriormente pela família, pela qual foi ostracizada, a ponto de nenhum familiar afirmar recordar-se dela – o que nos faz questionar se não se tratará antes de práticas mnemónicas tendentes ao ‘esquecimento’ voluntário de um facto vivido com grande mágoa e indignação pela família (e eventualmente aproveitado com brado pela facção oligárquica rival). Há, porém, alguns casos relatados – ou por informantes que afirmam tê-los testemunhado, mas não se recordar dos protagonistas (o que, mais uma vez, nos faz duvidar ou da existência desses casos ou da selectividade intencional da memória de alguns inquiridos), ou, com mais frequência, que apenas se lembram de ouvir falar deles aos já desaparecidos – e que não pudemos, por isso, confirmar. Exceptuando uma ou outra mulher metropolitana que eventualmente se tenha envolvido sexualmente com o referido comerciante local *não-branco*, mencionado por todos como especialmente atraente e sedutor, e um ou outro caso (registámos apenas um) de uma *branca* local também alegadamente envolvida em relações extra-conjugais com alguns homens *não-brancos* (já próximo da transição da primeira para a segunda metade do século XX), não registámos outras situações corroboradas por vários testemunhos. A maior parte dos inquiridos – *brancos* e *não-brancos* –, pelo contrário, rejeita a mera consideração de relações sexuais entre *brancas* e homens *mestiços* ou *negros*. Somente Bernardo afirma enfaticamente que

As mulheres branca também era apaixonada, arranjava amores, contava-me a minha tia: ‘essa mulher aqui é branca, mas teve filho com fulano’; contavam muitas histórias. Essas brancas gostavam dos pretos – já que estou a dizer branca, posso dizer preto, hoje já não é ofensa – gostavam dos homens pretos, quer dizer, nós os pretos somos mais vivo que os brancos. E os Barbosa branco gostavam das pretas. Os brancos gostavam das mulheres pretas. As mulheres brancas gostavam dos homens pretos e os pretos gostavam das mulheres brancas. Já viu?!

De suicídios por amores contrariados por imposições familiares parece não haver registos na memória dos entrevistados, à excepção do caso de um elemento masculino destas famílias, antigo secretário da Câmara Municipal do Fogo, que, no final da primeira década do século, se suicidou alegadamente por se sentir impotente para continuar a suportar a hostilidade familiar pelo seu relacionamento conjugal prolongado com a mãe dos filhos, uma mulher *mestiça*, filha natural de um homem solteiro muito abastado, cuja fortuna foi incluída entre as quarenta mais avultadas do arquipélago, na década de trinta.

Casar com uma mulata, isso era a maior ofensa que podia haver na família, embora aquela senhora, uma senhora da maior categoria moral, (...) a *nha* [...] era uma excelente pessoa, todos eles reconheciam isso, mas não era branca e por conseguinte, era uma pessoa que não servia para casar com um branco. E ele teimou em casar com a senhora e habilitar os filhos, e a família tanto lhe chateou a vida, tanto chateou, tanto chateou – esses Monteiros são todos raiventos – um dia de madrugada, ele saiu, atravessou a rua e foi atravessar-se da rocha abaixo. Tratava-se de uma senhora de bem, uma senhora educada, todos os governadores, bispos, eram hóspedes em casa dela, mas é claro, não era branca, tal era a força do racismo que existia nesta terra. (Artur)

Apesar de não termos conseguido confirmar todos os dados do relato (entre eles, o da formalização da união), o que nos parece relevante é o facto de o suicídio ser reportado à pressão da família *branca* para impedir um casamento racialmente desigual e/ou a perfilhação e consequente habilitação dos filhos nascidos da relação. Esta mulher e os filhos tidos com o

referido homem *branco* acabaram por herdar o seu património, porquanto, sentindo-se doente, ele acabou por dispor em testamento que

não tendo descendentes ou ascendentes legítimos, que por força de direito me devam suceder, deixo a [...], *minha amante*, (...) a terça de todos os meus bens havidos e por haver a as duas terças restantes a seus filhos (...) *filhos estes que também são meus e como tais os perfilho e reconheço*.¹²⁹⁶

Nem sempre as coisas descambavam no ostracismo ou em tragédias, como a relatada. Acontecia também que, depois de formalizada, a união, com o tempo, e sobretudo com o nascimento dos filhos, era mais ou menos aceite: «Houve cá um caso, que eu saiba, de uma senhora Avelino que casou com um irmão desse Pedro Cardoso poeta. A família fez o diabo, mas casaram-se e a família reconciliou-se.» (Artur); «*Sê mãe briga tchéu, tchéu, mas depois [do nascimento dos filhos] aceita.*»¹²⁹⁷ (Mafalda)

Na transição da primeira para a segunda metades do século XX, quando sucederam os primeiros enlances entre *brancos* e *não-brancos*, assistiu-se às duas situações – à da completa ostracização do casal por parte da família do elemento *branco*, que nunca aceitou a união desigual, e à aceitação gradual, mais ou menos completa, e geralmente só após o nascimento dos primeiros filhos, de um genro ou nora *não-brancos*.

A importância do critério rácico na selecção dos candidatos às alianças matrimoniais não era exclusiva dos *brancos*. Também os *mestiços*, pelo menos aqueles em ascensão económica e social, procuravam embranquecer as suas famílias, casando a descendência preferencialmente com *brancos* ou com *mestiços* claros: «Os mestiços também eram atrevidotes, também não gostavam muito dos pretos. Se pudessem casar com um branco, desprezavam o mestiço.» (Susana) Tal como nas famílias brancas, alguns membros femininos das famílias de comerciantes e proprietários rurais *mestiços* relativamente abastados ficaram por casar, supostamente por não terem encontrado candidatos à altura das expectativas familiares. E quando contrariavam esta orientação embranquecedora, também eram alvo do julgamento depreciativo geral: «Minha avó [*mestiça*] casou-se com um negro retinto [em 1928] e sempre foi vista um pouco à parte.» (Manuel)

As características que as relações de género assumiram na ilha – que, de resto, não se afastavam das prevalentes no espaço metropolitano, caracterizadas por uma moral sexual profundamente diferenciada consoante o sexo – constituíram um dos alicerces em que assentou a estruturação do espaço social insular. Simplesmente, esta mesma moral sexual – que, simplificada, se pode caracterizar como de uma total liberdade para os homens e de um rígido controle do espaço da interacção sexual das mulheres *brancas*, circunscrito ao casamento, logo, aos socialmente iguais – não definiu apenas o perfil da estratificação económica, política e social, como nas metrópoles coloniais, mas também o perfil da estratificação racial: de um lado, o segmento *branco*, minoritário, mas dominante, detendo a riqueza, a estima social e o poder; do outro lado da escala, os *não-brancos*, sobretudo os

¹²⁹⁶ Conservatória dos Registos e Notariado de São Filipe – Transcrição do testamento cerrado de João Vasconcelos Monteiro, *Registo de reconhecimentos e perfilhações*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Livro nº 1 – 1914-1949, registo nº 4, 1928 (data da transcrição). [Itálicos nossos]

¹²⁹⁷ «A mãe dela brigou muito, muito, mas depois aceitou.»

menos miscigenados, descendentes dos escravos desembarcados na ilha, frequentemente desprovidos de quaisquer outros recursos que não o corpo. Este quadro dicotómico foi-se progressivamente complexificando, à medida que a população *mestiça* maioritária foi passando a ocupar os escalões intermédios e, posteriormente, os cimeiros.

15.2. Pais *brancos e fidjo di fora*¹²⁹⁸: a impossível padronização das relações

O *Código Civil Português* foi aprovado por Carta de lei de 1/71867 e mandado aplicar às províncias ultramarinas pelo Decreto de 18/11//1869, tendo sido actualizado pelo Decreto-Lei 19 126 de 16/12/1930. De acordo com as suas disposições, e até à *Constituição da República Portuguesa* de 1976, a legitimidade de um indivíduo era conferida pelo seu nascimento na vigência de um casamento legitimamente contraído (*Código Civil*, art. 101.º), considerando-se assim filhos *ilegítimos* os nascidos fora do casamento dos pais. Filhos *naturais* eram os nascidos de pais solteiros, mas hábeis para o casamento. Filhos *adulterinos* eram os filhos nascidos de pais que não só não eram casados entre si, como pelo menos um deles o era com outra pessoa, e por isso inábil para o casamento com o outro progenitor do filho¹²⁹⁹.

Em Cabo Verde, o número de filhos legítimos fora sempre muito inferior ao dos ilegítimos, localmente designados como filhos *de fora*. Carreira define filho *de fora* como «o nascido de homem casado à face da Igreja e de sua concubina»¹³⁰⁰ ou o «nascido fora do lar e na vigência de matrimónio canónico ou civil»¹³⁰¹. Também João Lopes Filho considera que filhos *de fora* são os nascidos da relação de um homem casado e de outra mulher que não a legítima¹³⁰². Ambos distinguem, assim, filho *bastardo* – categoria mais abrangente, reportando-se simplesmente ao gerado fora do casamento, independentemente do estado civil dos progenitores – do *adulterino*, este sinónimo de filho *de fora*, ou filho *particular*, como na ilha também se designavam. Ora, ambos os autores, depois de apresentarem esta definição menos inclusiva de filho *de fora*, acabam por, noutros pontos das mesmas obras, mencionar os filhos *de fora* como genericamente os *bastardos* e não como especificamente os *adulterinos*¹³⁰³. No decurso do nosso trabalho, o conteúdo semântico de filho *de fora* será sempre o de concebido fora do casamento legítimo, ou seja, abrangerá os gerados por pai ou mãe solteiros ou casados que não entre si, aproximando-se do significado de filho *natural* ou *bastardo* e não apenas do de filho *adulterino*. A própria qualificação endógena *de fora* (tal como a designação jurídica de *ilegítimo*) sugere já exterioridade face a um espaço, o da união legalizada pelo casamento, e diferenciação de estatuto – familiar, social e simbólico.

¹²⁹⁸ Filhos *de fora* é a forma como são designados no arquipélago os filhos nascidos fora do casamento.

¹²⁹⁹ Fernando Ferreira-Pinto, *Dicionário de Direito da Família e de Direito das Sucessões*, Lisboa, Livraria Petrony Editores, 2004, pp. 239-240.

¹³⁰⁰ Cabo Verde (*Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*), op. cit., p. 147.

¹³⁰¹ Cabo Verde. *Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 457.

¹³⁰² Cf. Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. *Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, op. cit., p. 74.

¹³⁰³ *Ibid.*, p. 153.

Tínhamos como objectivo estabelecer um quadro de referência aproximado, no que respeita ao teor das relações entre os *brancos* e os filhos *de fora* tidos com mulheres *não-brancas*. Não pudemos, no entanto, delinear um protótipo único para estas relações, não só porque as várias famílias tinham políticas distintas relativamente a estes elementos, como no seio da mesma família encontrámos práticas muito diferenciadas, (1) quer quanto à atribuição do(s) nome(s) de família, (2) quer quanto à prestação de alimentos e outros recursos, (3) quer quanto ao cuidado com a alfabetização, (4) quer, posteriormente, já enquanto força de trabalho, quanto à sua inclusão no geralmente pequeno comércio familiar ou noutras actividades económicas, em torno das propriedades da família, e, genericamente, (5) quanto ao seu grau de inserção familiar. Esta vista de conjunto complica-se ainda mais pelo facto de as práticas de um mesmo elemento *branco* para com os seus filhos ilegítimos chegarem a variar, não apenas em função da mãe dos filhos e da relação que com ela estabeleciam, mas também consoante os filhos tidos com a mesma mulher, podendo perfilhar, ou conceder o apelido familiar ou facultar o acesso à escolaridade, selectivamente a um e não a outros filhos, em função do sexo ou da afectividade dispensada.

Cabral e Lourenço identificaram no contexto macaense a mesma impossibilidade de identificar um modelo de relações, quer entre pais e filhos «de atrás da porta» quer entre irmãos consanguíneos (filhos do mesmo pai, mas de outra ou outras mulheres) – em que um foi concebido fora do casamento. Os dois autores atribuem tanto à influência da cultura chinesa – que aceita a coexistência de uma família principal e de outra ou outras geradas em contexto de concubinato e a legitimação dos filhos desta ou destas – quanto ao «que parece ter caracterizado as relações interétnicas em quase todos os contextos coloniais portugueses»¹³⁰⁴, a situação, ainda comum nas décadas de quarenta e cinquenta do passado século, de homens macaenses casados legitimarem os filhos havidos de outros relacionamentos paralelos. Os laços entre irmãos germanos e consanguíneos e entre estes e o pai variavam consoante a estabilidade da relação do homem com as mães destes filhos e variavam igualmente em função do estatuto sócio-económico da família paterna; quanto mais elevado, mais o reconhecimento da legitimidade ameaçava o património familiar¹³⁰⁵.

No Fogo, também a duração do concubinato entre o pai *branco* e a mãe *não-branca* parece ter sido um factor importante para o grau de aceitação da criança no seio da família *branca*. Mas mesmo aqui não identificamos um padrão uniforme. Se bem que a prole resultante de um convívio prolongado tendesse a ser mais facilmente (se bem que informalmente, em grande parte dos casos) reconhecida pela família *branca* do que a originada em contextos de ligações eventuais, deparámos com situações de relações muito duradouras cuja descendência nunca foi reconhecida e cuja integração na família paterna jamais ocorreu. Quanto às relações entre os filhos da família legítima e os seus irmãos unilaterais¹³⁰⁶, elas variavam, desde uma ostensiva incomunicação ao contacto e convívio condicionados. Como

¹³⁰⁴ João de Pina Cabral & Nelson Lourenço, *op. cit.*, pp. 64 e 67.

¹³⁰⁵ *Ibid.*, pp. 64-65.

¹³⁰⁶ Falamos de irmãos unilaterais ou de meio-irmãos quando o parentesco na linha colateral tinha origem num único progenitor, o pai *branco*.

referimos atrás, a maneira como a mulher legítima encarava as relações extra-conjugais do marido e sobretudo os filhos *de fora* deste condicionava em grande medida o grau de proximidade entre os meio-irmãos.

Como afirma Carreira, a instituição filho *de fora* ganhou «foros de “legitimidade”» no arquipélago¹³⁰⁷. Lopes de Lima, em 1844, afirmava que «poucos Brancos prescindem de ter filhos a um tempo de diferentes Mães, e de diversas cores.»¹³⁰⁸ No século seguinte, este pendor procriativo perdurou:

Era uma instituição mesmo. Sempre houve famílias paralelas. Eu tinha um tio-avô que tinha tantas amantes que o próprio cavalo já parava à porta. Fazia parte de um certo status. (Cristina)

Isso não constituía escândalo, porque a mentalidade machista, o machismo reinante na ilha acaba por transformar o homem: 'vinte filhos, é, pá, grande homem!' (Manuel)

O meu tio [...] povoou a Praia. [ter-se-ão contabilizado pelo menos quarenta e oito filhos, de várias mulheres, sem que tenha formalizado a relação com qualquer delas.] (Susana)

Quem é que não tem [irmãos *de fora*]? (Catarina)

A paternidade parece ter sido geralmente revelada pelas mulheres aos seus filhos, até porque muitas vezes as próprias parecenças físicas impediam a sua ocultação: «Não, não escondiam os filhos, os filhos eram filhos com nome, mas também não se... Respeitavam o casamento. E portanto havia um statu quo, que era um equilíbrio. Mas não, não escondiam.» (António) De entre os inquiridos, só Rita afirmou que nem sempre as mães dos filhos *de fora* dos *brancos* os punham a par da sua paternidade: «Não. Os pais que manda. As mães guardavam segredo.»

O reconhecimento da paternidade, conquanto no Fogo da primeira metade do século XX não se tenha revestido de carácter excepcional, não constituía prática recorrente e raramente ocorria imediatamente após o nascimento ou mesmo durante a infância:

Às vezes sim, às vezes não. Depende da forma como a própria mãe se comportava. Se ela aceitava a gravidez de uma forma pacífica, paciente, resignada, ou até às vezes orgulhosa porque é filho de branco, aí o homem acabava por cuidar do miúdo, dar-lhe atenção, de vez em quando passava nas hortas, 'olha, este é o meu filho', abraçando, etc, mas se a mulher começava a levantar um pouco a crista, passo o termo, era posto de lado e pronto. (Manuel)

Desde sempre reconheciam, mas não formalmente. Reconheciam informalmente. E mais, havia um aspecto interessante, é que não eram reconhecidos formalmente, mas sabiam o nome. Portanto, não foram reconhecidos formalmente, mas tiveram nome, foram tratados. (António)

Acontecia também, mas muito mais raramente, só em adultos ou já mesmo depois de os pais terem falecido, os filhos *de fora* tomarem conhecimento da sua ascendência paterna.

O reconhecimento voluntário oficial, ou seja, a perfilhação¹³⁰⁹, era ainda mais raro: «Os pais antigamente era... não sei o que é... essa maneira deles. Não, que filho é filho!» (Rita). Nos direitos que os filhos perfilhados adquiriam (serem alimentados pelos pais,

¹³⁰⁷ *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, op. cit., p. 153.

¹³⁰⁸ José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas no Ultramar(...)*, op. cit., p.

112.

¹³⁰⁹ Perfilhação é o acto jurídico pelo qual um pai reconhece voluntariamente ter gerado um filho. Cf. Fernando Ferreira-Pinto, *Dicionário de Direito da Família e de Direito das Sucessões*, Lisboa, Livraria Petrony Editores, 2004, pp. 338-339.

sucedem-lhes e deles herdarem¹³¹⁰), encontrava-se o de usar os apelidos paternos¹³¹¹. A imensa importância dos nomes de família requeria a sua gestão criteriosa. A concessão do patronímico aos filhos *de fora* perfilhados restringia-se, como dissemos, geralmente a um único sobrenome, tendendo a reservar-se aos filhos das uniões legítimas o sobrenome duplo (José Barbosa, Monteiro de Macedo, Sacramento Monteiro, Barbosa Vicente, ...): «Meu bisavô teve muitos filhos fora do casamento. Os filhos fora do casamento dele eram Monteiro só, não era Sacramento Monteiro.» (António); «aos filhos desses que se juntavam não punham lá o nome completo do avô.» (Marcelo). É assim que os apelidos Barbosa e Monteiro se apresentavam profusamente disseminados pela ilha (e por todo o arquipélago, pela Guiné e outros espaços ultramarinos portugueses de então), em indivíduos de várias gradações cromáticas, desde *mestiços* claros a outros muito escuros. Encontram-se, porém, indivíduos de traços fenotípicos marcadamente negróides a usar o duplo sobrenome Barbosa Vicente. Trata-se nalguns casos de descendentes de crianças da Guiné que, na segunda metade do século XIX, foram trazidas para o Fogo por um elemento desta família, que não teve filhos, e que as registou com os seus dois apelidos (trata-se de Ricardo Barbosa Vicente, ao qual já antes fizemos referência)¹³¹². No livro de *Registo de reconhecimentos e perfilhações* da repartição do registo civil da ilha do Fogo, deparamos profusamente com a atribuição de um só apelido paterno aos filhos nascidos fora do casamento que foram reconhecidos pelo pai¹³¹³.

As mesmas práticas face aos filhos *de fora* eram extensíveis à restante população. Apesar de os *não-brancos* solteiros perfilharem com muito mais frequência que os *brancos*, que eram maioritariamente casados, também os *não-brancos* abastados (comerciantes e/ou terratenentes) só perfilhavam

às vezes, às vezes, nem sempre. Como o meu pai [ele próprio um filho ilegítimo de um branco metropolitano e de uma mulher da Guiné], era casado e eu vivia com a minha mãe. O meu pai andava atrás de mim para perfilhar. Não havia registo, havia só baptismo, só na igreja. O padre andava atrás de mim, não é?, eu recusava, negava¹³¹⁴. Mas um dia, eu fui lá fazer o registo de um afilhado e ele chegou lá no registo civil, falou assim com o empregado e foi logo registar. (Rita)

Antes da perfilhação, o pai de Rita, armador *não-branco* abastado, descurara-a; fora a avó paterna, «que gostava muito de mim, mais que dos netos casados» (ou seja, dos da mulher legítima do filho) que a recolhera, quando a mãe, por absoluta falta de meios de subsistência, partira para a Guiné, para aí trabalhar. Ainda assim, afirma ter sofrido muito com a diferença de

¹³¹⁰ *Código Civil*, art. 129.º, nºs 1.º, 2.º e 3.º.

¹³¹¹ HTS retrata a importância de que se revestia a aquisição do apelido paterno por parte dos filhos ilegítimos, sobretudo através da sua personagem Chiquinho, de *Ilhéu de Contenda*. Filho *de fora* de um terratenente e comerciante *branco*, Chiquinho, conquanto habite com a família paterna (pai solteiro e avó paterna viúva) e trabalhe como caixeiro na loja que a família paterna possui em São Filipe, não foi perfilhado e continua a dirigir-se ao pai como '*nhô Eusébio*'. A sua grande mágoa é continuar a usar apenas o sobrenome materno, sem poder juntar-lhe o paterno, sinal de reconhecimento da sua filiação.

¹³¹² Conhecemos em São Filipe uma descendente de uma dessas crianças. Trata-se de uma mulher entre os setenta e os oitenta anos, de quem se diz correntemente ser filha do último escravo da ilha, convicção que o seu fenótipo negróide ajuda a reforçar, mas que não tem fundamento. A origem do seu pai foi de facto a Guiné, mas foi de lá transportado para o Fogo não com estatuto de cativo, mas livre, até porque a escravatura fora abolida havia décadas. Só fazemos referência a esta mulher, pelo facto de se ter recusado a ser entrevistada. A mágoa que continua a causar-lhe ser erradamente considerada filha de escravo leva-a a evitar falar com estranhos, temendo alusões ao falso estatuto cativo do pai. O estigma da ascendência escrava permanece muito vívido na ilha.

¹³¹³ Conservatória dos Registos e Notariado de São Filipe, *Registo de reconhecimentos e perfilhações*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Livro nº 1 – 1914-1949, e Livro nº 2 – 1949-1962.

¹³¹⁴ De acordo com o *Código Civil*, os filhos maiores não podiam ser perfilhados sem o seu consentimento.

estatuto e tratamento entre os meio-irmãos e ela e acabado por partir, com cerca de dezasseis anos, para a companhia da mãe. Foi já depois de regressar e ter sido reconhecida pelo pai que passou a frequentar a casa paterna, a ser aceite pela mulher legítima do pai e a conviver com os irmãos consanguíneos, de quem ajudou a cuidar. Perfilhada propriamente só o foi em 1959, quando já tinha cinquenta e seis anos, altura em que acrescentou o apelido paterno ao seu nome. Nessa altura, o pai pôde fazê-lo, por se encontrar já divorciado¹³¹⁵. Note-se que a recusa de Rita em ver oficialmente registada a sua filiação paterna se deve ao facto de já então ser adulta e ter sofrido durante toda a infância desse estatuto de ilegitimidade. Esta recusa constituía apenas desaprovação face a um pai que a descurara na infância e que só tardiamente pretendia assumi-la.

Outro *não-branco* que só muito tardiamente perfilhou alguns dos filhos, um dos quais *post mortem*, foi o cabo-chefe da cidade, que era também comerciante e proprietário fundiário, e que viveu conjugalmente com uma mulher, *não-branca* como ele, até à morte desta, sem que alguma vez tenham casado, e sem também se abster de manter relações sexuais com outras mulheres com as quais teve filhos. Alguns destes foram criados em casa do casal, juntamente com os filhos comuns: «A minha avó criava filhos de fora. (...) Lá em casa não havia distinção», afirma André.

Também um outro grande comerciante da cidade, ele próprio filho *de fora*, reconheceu alguns dos seus filhos, um dos quais apenas mais de três décadas depois do nascimento. E apesar de o ter feito já durante a vigência do seu casamento tardio, com uma mulher que não a mãe destes filhos, esta perfilhação não se conservou secreta, porquanto o casamento ocorreu em data posterior ao nascimento dos perfilhados¹³¹⁶.

O que chegou a ser o maior comerciante e proprietário da ilha (*não-branco*), conquanto casado, estando a sua mulher legítima grandes temporadas em Lisboa, manteve uma relação conjugal prolongada com a mãe de alguns dos seus filhos, não os tendo perfilhado. Afonso, um destes filhos, afirma que, apesar de o pai não o ter perfilhado – a legislação então em vigor impedia a perfilhação de filhos gerados na constância do casamento com outra mulher que não a mãe dos filhos –, «deixou no papel herança para mim, quem que ficou com o papel é que não me deu.» Afirma ainda que se não prosseguiu os estudos (completou somente a escola primária), foi porque o pai morreu precocemente, quando ele tinha apenas cinco anos, e por isso sem acautelar a situação económica da mulher com quem vivia e dos filhos comuns. Recorda que a casa onde moravam, propriedade paterna, foi vendida e que tiveram de abandoná-la, tendo sua mãe passado a lavar roupa fora e a fazer toda uma série de outros serviços para o sustentar e aos irmãos.

À semelhança do que se passou com a paternidade *branca* ilegítima, também entre os *não-brancos* se verificou a mesma impossibilidade de delinear um perfil comum: alguns não perfilharam nenhum dos filhos *de fora*, outros perfilharam-nos todos, independentemente das

¹³¹⁵ *Registos de Perfilhação*, Livro nº 2, assento nº 11, 1959, fls. 4 e 5.

¹³¹⁶ *Registos de Perfilhação*, Livro nº 3, assento nº 1, 1964.

respectivas mães, outros apenas os filhos de uma ou algumas mulheres, outros ainda somente os seus *fidjo matcho*¹³¹⁷ (como o fez o pai de Matilde).

A aceitação e o acolhimento por parte das famílias *brancas* da descendência *mista* dos seus elementos masculinos, quando aconteciam, eram processos que decorriam à margem do reconhecimento oficial da paternidade. Isabel afirma ter sido sempre bem tratada em casa dos Barbosa Vicente («*ês tratava dreto*¹³¹⁸»), com os quais não coabitava, mas que visitava com alguma frequência. Contudo, o facto de não partilhar as refeições com a família paterna (eram-lhe servidas num quarto) ilustra o tratamento intermédio que lhe reservavam: nem à mesa da sala de jantar, com a componente legítima da família, nem à mesa da cozinha, entre os empregados da casa.

Os netos eram muitas vezes recebidos em casa dos avós, onde, nalguns casos, «eram bem tratados. Fazia-se que se desconhecia, mas acabava-se por tratar bem, ficavam em casa [ou seja, não no quintal] e tudo! Nós, crianças, é que procurávamos descobrir. Tínhamos um pacto entre os primos e quando se descobria um, dizia.» (Maria)

Acontecia também os filhos *de fora* integrarem o grupo doméstico legítimo do progenitor, sobretudo quando este não era casado. Pela consulta de um processo de habilitação de herdeiros, ficámos a saber que um comerciante de São Filipe, filho ilegítimo de um Barbosa Vicente, intentou uma acção de paternidade ilegítima, já após a morte do pai, cujos réus eram os herdeiros deste. O pai do investigador era solteiro, mantivera no período da sua concepção «concubinato público e notório» com a sua mãe e sempre o assumira e tratara publicamente como filho, tendo cuidado da sua subsistência e instrução e coabitado com ele e com uma sua (do pai) irmã legítima, desde o fim do período do aleitamento. Também esta tia o havia tratado como se fora sobrinho legítimo. Confirmados todos estes factos, o autor da acção foi reconhecido como filho ilegítimo do investigado e como tal declarado seu herdeiro legal¹³¹⁹.

Havia igualmente situações em que eram as próprias mulheres legítimas a acolher voluntariamente os filhos do marido. Apesar de frequentemente fingirem ignorar a sua paternidade, permitiam que coabitassem com a família legítima, por vezes afeiçoando-se-lhes e favorecendo a aproximação com os irmãos consanguíneos. Alda teve vários irmãos *de fora*, tendo estabelecido relações com alguns, mas só depois de obter a anuência da mãe:

Mandei pedir licença à minha mãe. Eu escrevi uma carta se ela autoriza para eu tomar aqueles meninos [os três irmãos mais novos, filhos de uma rapariga *não-branca*, que o pai viria a perfilhar]. A minha mãe fazia guerra, fazia muitas coisa, mas depois acaba de ver os meninos mandava trazer os meninos. Tem um (...) que ela criou de nascido. As pessoas diziam: 'Vai ver aquele menino, parece do [...]!' Quando ela foi ver o menino mal tratado...! Mas o menino até ela morrer ela é que foi a mãe dele, a mãe dele ele não gostava. Ele vem sempre na minha casa.

Duarte, filho de fora, também frequentava a casa paterna: «Eu ia a casa da mulher do meu pai [que entretanto morrera]. Todos os filhos eram meus amigos e somos. Todos me tratam bem até ainda.» Acontecia também estas crianças serem pelo menos parcialmente

¹³¹⁷ Filhos varões.

¹³¹⁸ «Eles tratavam bem».

¹³¹⁹ Consultámos a certidão dos autos da acção, na Câmara Municipal de São Filipe, entre a *Correspondência dos Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo*, Proc. nº 966, 1958.

aceites por alguns dos irmãos consanguíneos, mas não por outros; registámos um caso em que essa situação ainda perdura, várias décadas passadas sobre o nascimento dos irmãos *de fora* e depois de estes serem recebidos pela própria mulher legítima.

O grupo doméstico era constituído, muitas vezes, para além do casal, dos filhos comuns e dos empregados que vivessem na casa, por sobrinhos, filhos *naturais* dos irmãos dos cônjuges, filhos de um casamento anterior ou por filhos *de fora* do elemento masculino do casal, por afilhados, por crianças recolhidas e sustentadas por caridade (filhos de empregados que morriam, crianças órfãs pela mortalidade causada pelas crises famélicas). Tratando-se de raparigas, as filhas ou sobrinhas *de fora* participavam muitas vezes nas tarefas domésticas, ao lado das empregadas, acabando muitas vezes por converter-se elas próprias em empregadas da casa, ajudando a criar os filhos mais novos do casal legítimo ou cuidando dos velhos da família, seus avós paternos. Os rapazes também prestavam serviços à família, ocupando-se como caixeiros nas casas comerciais paternas ou desempenhando a função de guardas das propriedades rurais da família.

Nas situações em que os filhos *de fora* cresciam na casa paterna, juntamente com os *filho casado*¹³²⁰, ou seja, com os seus irmãos consanguíneos, eram geralmente alvo de tratamento diferencial, constituindo uma espécie de empregados com estatuto especial, mas ambíguo, no seio da família paterna: mais próximos dela, por vezes partilhando as refeições à mesa e participando de determinados eventos, mas excluídos de outros, como bailes e outras ocasiões de convívio intragrupal, nos quais, mesmo quando deles não eram excluídos, se lhes impunha limites à interacção. Já próximo da transição da primeira para a segunda metade do século XX, a sua presença em festas era por vezes aceite, mas desde que se abstivessem de dançar, por exemplo. É ainda muito lembrado na ilha o episódio que já citámos, ocorrido ainda nos anos quarenta, em que um filho *de fora*, que se viria a converter num dos comerciantes mais prósperos da cidade, num baile, se ‘atreveu’ a convidar uma rapariga *branca* para dançar. Esta (ou uma sua parente, as versões variam), perante a ‘insolência’, teria desmaiado.

O respeito por estes limites actualizava as pertenças familiares e sociais dos envolvidos e as assimetrias das relações, se bem que no ambiente doméstico informal eles pudessem aparecer mais diluídos. Como referiu um informante, mesmo quando eram tolerados pela família, eram alvo de um tratamento muito diverso do reservado aos seus membros legítimos. Entre alguns *não-brancos*, os procedimentos não divergiam: «Eu tinha um tio do ramo dos Avelino Henriques e que tinha suas prosápias de branco, etc, e que dizia de vez em quando: ‘Sabes, há familiar e parente.’ Com isso, ele queria dizer de facto que familiar era aquele que era visto através da linhagem.» (Manuel)

Frequentemente, os filhos *de fora* dos *brancos* eram completamente rejeitados pela família paterna que só os recebia «muito dificilmente, muito dificilmente. Mesmo no meu tempo [anos cinquenta/sessenta] era difícil. Não eram apreciados, não faziam parte da sociedade.» (Marcelo) e não eram considerados bons companheiros de brincadeira das crianças do núcleo das famílias ‘tradicionais’, seus meio-irmãos ou primos.

¹³²⁰ Os filhos da união legitimada.

O irmão de um antigo administrador da ilha, tendo embora formalizado a situação conjugal com a mãe *não-branca* de alguns dos seus filhos e perfilhado um filho comum nascido antes do casamento (se bem que quando este era já adolescente), e apesar de sempre o ter assumido como filho, mandando-o inclusivamente estudar na metrópole, não conseguiu fazê-lo aceitar pela família: «Uma vez o meu pai mandou-me lá, [e o tio paterno] nem me mandou entrar.» (Álvaro). Apesar desta se encontrar já em profundas dificuldades económicas, e de receber a sua ajuda regular, evitava todo o contacto com a sua mulher e filhos. O facto de não ter quebrado os laços com a família e continuar a frequentá-la e a ajudá-la monetariamente, indicia a sua aceitação dos valores de pureza linhagística firmemente preservados pela família.

Quanto aos cuidados com o sustento dos filhos, mesmo relevando a diferença no tratamento de legítimos e ilegítimos, a generalidade dos informantes afirmou que de uma forma geral os pais contribuíam pelo menos minimamente para a subsistência dos filhos, ainda que muitas vezes sem o conhecimento ou o acordo da família legítima.

Penso que tratavam do essencial. São pessoas que não passavam fome, não passavam por dificuldades destas. Havia diferença, claro. E não é pouca, não é pouca. Visto com os olhos de hoje é injusto, não é? (António)

Os pais davam qualquer coisa, mas os filhos casado [do casamento legítimo] é que tinham mais direitos, mais força. (Rita)

No que respeita a escolarização, e à parte uma ou outra excepção em que foram encaminhados para a metrópole para aí prosseguirem os estudos, estes limitavam-se à frequência do ensino primário, único então existente na ilha («O que faziam e agora não se faz é que transmitiam e estudavam, a quarta classe que era na altura, e transmitiam a cultura que tinham, davam meios de trabalho, não ficavam largados.» Maria). Mesmo sem dispor de apelido e do reconhecimento paternos, vários filhos *de fora* eram protegidos pelos pais. A comprová-lo, o facto de, pelas fotografias que acompanhavam as folhas de registo biográfico dos funcionários públicos, exigida pela Direcção dos Serviços da Administração Civil, observarmos que muitos funcionários médios ou subalternos da ilha tinham filiação *branca*, apesar de só constar na sua identificação o nome materno. Muitos eram filhos *de fora* de *brancos* e, pelos seus traços fisionómicos, consegue-se mesmo, por vezes, identificar o ramo familiar de pertença dos pais¹³²¹. Numa época (primeiro quartel do século XX e princípios do segundo) em que a nomeação para estes cargos dependia exclusivamente do arbítrio do segmento *branco*, a escolha destes filhos *de fora* para os ocupar não era com certeza estranha à vontade dos respectivos pais.

A transmissão do património era, porém, o elemento por excelência a demarcar os diferentes estatutos familiares entre os filhos do casamento e os filhos *de fora* no seio da família. A partir do primeiro quartel do século XX, pelo menos por parte dos homens *brancos*

¹³²¹ Isto aconteceu-nos sobretudo com alguns dos ramos Barbosa, que, talvez por terem observado maior homogamia familiar, mantiveram características fisionómicas que facilmente os identificavam. É o caso do que foi durante décadas o amanuense da Câmara Municipal do Fogo. Apesar de da sua folha de registo biográfico constar somente o nome da mãe, não foi difícil adivinhá-lo filho de um Barbosa, o que viemos posteriormente a confirmar.

solteiros, a recusa da perfilhação terá estado muito associada à procura de preservação da propriedade, já muito dispersa pelas partilhas entre os filhos do núcleo familiar legítimo, desde a abolição do morgadio. O facto de a legislação que regulava a transmissão de valores patrimoniais por morte dispor que os filhos perfilhados pudessem herdar dos perfilhantes (*Código Civil*, art. 129.º, nº 3.º), convertia-os numa ameaça ao património familiar *branco*. Às mulheres, especialmente zelosas na conservação das terras na família, repugnava imaginá-las dispersas pelos filhos adulterinos dos maridos: «Sobretudo na nossa classe, as mulheres eram capazes de subir o vulcão a pé.» (Susana) De acordo com Cristina, as mulheres chegavam a receber estas crianças, permitindo-lhes que coabitassem com a família legítima, por «uma questão de segurança, para não ter inimigos mais tarde, não é, as tais demandas de tribunal; no fundo, foi criado dentro de casa, para não ter razões de queixa.»

À medida que se avança pela segunda metade do século, foram-se vulgarizando as demandas judiciais pelo reconhecimento legal da ascendência paterna e pelo direito à herança do património paterno, por parte dos filhos ilegítimos, de *brancos* e de *não-brancos*. Cristina ainda recorda as reacções, na década de cinquenta, à chegada de um telegrama (aos Mosteiros, segundo núcleo populacional da ilha) que dava conta de que um filho bastardo de um importante terratenente *branco*, e também ele terratenente, tinha ganho judicialmente uma acção de investigação de paternidade ilegítima: «(...) foi uma bomba. Disseram: 'Vai para casa, vai, fecha as janelas!' Luto, porque um filho natural tinha ganho. Foi um escândalo! Depois foi a moda, não é, a partir daí, todos os filhos...» Susana comenta com contundência uma situação similar, em que filhos ilegítimos requereram o direito à herança paterna: «Aconteceu uma coisa horrível! Os filhos que ele tinha que não eram da [...] fizeram uma partilha com uma certa maldade.»

Tal como os *brancos*, também os proprietários fundiários e comerciantes prósperos *não-brancos* se viram alvo de acções judiciais movidas por pretendentes ao reconhecimento oficial da paternidade. Em princípios dos anos cinquenta do século XX, um dos filhos *de fora* de um comerciante abastado intentou uma acção contra os filhos legítimos herdeiros do pai fundamentada na *posse de estado*. Este era um dos fundamentos de admissibilidade de uma acção de investigação de paternidade ilegítima e consistia «no facto de alguém haver sido reputado e tratado como filho pelos pais, e de haver sido reputado como filho destes também pelo público.» (*Código Civil*, art. 115.º). No caso de o pai já ter morrido, a acção de investigação de paternidade devia ser proposta contra os seus herdeiros ou seus representantes.

Outro fundamento para as acções de investigação de paternidade ilegítima era o concubinato dos pais durante o período legal da concepção, desde que em presença de garantias de fidelidade sexual da mulher durante esse período. Claro que nas situações em que os pais não pretendessem perfilhar os filhos podiam sempre alegar a «má conduta» da mãe, ou seja, que ela havia tido relações sexuais com outro ou outros homens, produzindo, para isso, provas (por exemplo, conseguindo testemunhas que afirmassem esse 'mau comportamento').

Acontecia também os pais, *brancos e não-brancos*, privilegiarem os filhos de uma das mulheres com quem se relacionavam, reconhecendo-os e responsabilizando-se pela sua escolarização e habilitando-os a herdarem, em detrimento dos filhos de outras mulheres, que, vendo-se excluídos da perfilhação e herança paternas, levantavam acções de investigação de paternidade. Foi o que fizeram alguns irmãos de Graça, filha *de fora* de um homem não casado, por quem foi reconhecida e de quem herdou, tal como os restantes irmãos germanos. Alguns dos seus irmãos consanguíneos, estando-lhes vedado o acesso ao sobrenome e património paternos, reivindicaram-nos após a morte do pai.

Quer no que diz respeito ao reconhecimento – oficial e informal – do filho *misto* por parte do pai *branco*, quer em relação ao grau de aceitação por parte da família paterna, a disparidade, e, muitas vezes, a contradição dos testemunhos evidencia experiências individuais e memórias muito diversas. Não parece, porém, registar-se uma grande mediação da pertença racial nas representações das práticas da paternidade *branca* em relação à descendência *mestiça* extra-conjugal (a imagem mais positiva surgiu mesmo de uma informante *não-branca*).

Factor de grande relevo terá sido o estado civil do pai: o reconhecimento (com ou sem perfilhação) e a prestação de cuidados parecem ter sido mais frequentes quando o progenitor era solteiro. A existência de uma família legítima e, portanto, de sucessores e herdeiros, parece ter constituído o principal factor de desmotivação para a perfilhação e habilitação dos filhos *de fora*. Já tinham quem assegurasse a continuidade do património e do nome de família; distribuí-los profusamente pelos frequentemente numerosos filhos bastardos *mestiços* não se coadunava com a afirmação distintiva dos referentes identitários do grupo, que assentavam primordialmente na filiação legítima, no fenótipo e na propriedade fundiária.

Nos livros de registos de perfilhação, os perfilhantes são sobretudo homens solteiros. Foi o caso de Caetano José Nozolini, fixado na então Guiné portuguesa, que, aproveitando uma estadia em São Filipe, de onde era oriundo, perfilhou duas filhas, uma (nascida em 1894), no final de 1922, e outra (entretanto falecida) em Janeiro de 1923¹³²². Caetano José Barbosa, divorciado, também funcionário administrativo na Guiné e igualmente de passagem pela cidade, perfilhou quatro filhos, em 1926: duas mulheres, nascidas em 1905 e 1906, naturais de São Filipe e aí residentes, um homem e um rapaz, ambos morando em Bissau, o mais velho já com vinte e quatro anos e o outro, com apenas dois e coabitando com o pai¹³²³. Contrariando a tradição de atribuir apenas um dos nomes de família aos filhos nascidos fora do casamento, Caetano José Barbosa registou os dois filhos do sexo masculino com ambos os apelidos. Outro elemento da oligarquia *branca*, solteiro, mas mantendo uma relação conjugal duradoura com uma *não-branca*, posteriormente oficializada, que perfilhou os filhos nascidos desta relação, foi Joaquim Monteiro de Macedo, presidente da Câmara Municipal da ilha. As crianças já eram Monteiro pelo lado materno; após o registo paterno, em 1928, passaram a poder usar igualmente o sobrenome Macedo, dispondo a partir daí do duplo apelido Monteiro de Macedo. O que constatamos é que, além do estado civil – solteiro – do pai (ainda que mais tarde viesse a oficializar a sua relação com a mãe dos filhos), um outro factor muito associado ao

¹³²² Registos de Perfilhação, Livro nº 1, assentos nº 3, 1922, e nº 1, 1923, respectivamente.

¹³²³ Registos de Perfilhação, Livro nº 1, assento nº 1, 1926.

reconhecimento oficial voluntário da paternidade era a domiciliação dos perfilhados em companhia dos perfilhantes, o que ocorria geralmente quando ambos os progenitores coabitavam.

Muito excepcionais eram as perfilhações quando o pai se encontrava no estado civil de casado. Até meados da década de cinquenta, encontrámos apenas dois assentos envolvendo perfilhantes *brancos* casados: o de Abílio Monteiro de Macedo, que reconheceu, em 1951, dois dos muitos filhos ilegítimos que teve: um nascido quase três décadas antes, em 1925, e a outra em 1949, esta última, filha da mulher com quem então coabitava¹³²⁴; e um Sacramento Monteiro, que, em 1965, reconheceu um filho, nascido cinco anos antes, da mulher com quem também mantinha uma relação marital. Tratando-se, todavia, de homens casados, ambas as perfilhações se conservaram secretas, «nos termos do artigo oitenta e nove do Regulamento do Registo Civil.»¹³²⁵ Trata-se, contudo, de perfilhações ocorridas já na segunda metade do século XX. No primeiro e segundo quartéis do século, não deparámos com nenhuma escritura de perfilhação em que o perfilhante fosse casado.

A percepção de alguns dos inquiridos filhos *de fora* é que antes da independência política do arquipélago não era permitida a perfilhação dos filhos nascidos fora do casamento legítimo, durante a vigência deste: «Noutro tempo, os pais casados não podiam registar os filhos doutra mulher. Era proibido na lei. Só depois da independência tudo mudou.» (Duarte). Esta percepção não corresponde às disposições legais então em vigor. De acordo com o *Código Civil*, todos os filhos ilegítimos podiam ser perfilhados¹³²⁶, à excepção dos «incestuosos» (ou seja, os «filhos de parentes por consanguinidade ou afinidade em qualquer grau de linha recta» e os «filhos de parentes por consanguinidade no segundo grau da linha transversal» (art. 122.º, nº 1.º e 2.º) e mesmo os pais casados podiam perfilhar os filhos adulterinos, desde que a perfilhação feita pelo pai, durante a vigência do casamento deste, se mantivesse secreta, até à morte ou divórcio do pai¹³²⁷.

Houve, porém, situações em que os pais, sobretudo quando solteiros, legavam aos seus filhos *de fora* um património considerável, por vezes, todo o que possuíam. Foi o caso de João Vasconcelos Monteiro, que, declarando-se enfermo, em testamento cerrado, afirma que, não tendo descendentes ou ascendentes legítimos que lhe sucedessem, deixava à sua «amante» (é o termo que utiliza) e aos seis filhos comuns todos os seus bens. Ou seja, num só acto notarial, o testamenteiro legou o seu património à mulher com quem mantinha relações prolongadas de conjugalidade e simultaneamente reconhecia oficialmente, perfilhando-os, os seis filhos comuns¹³²⁸. E isto sucedeu no dealbar do segundo quartel do século XX, tendo como protagonista um elemento de uma das mais destacadas famílias de antigos morgados da ilha. O panorama das relações duradouras, ainda que não ou só posteriormente oficializadas,

¹³²⁴ *Registos de Perfilhação*, Livro nº 2, assento nº 2, 1951, fls. 22 e 23.

¹³²⁵ *Registos de Perfilhação*, Livro nº 3, assento nº 5, 1965, fl. 50.

¹³²⁶ Podendo a perfilhação ser feita no registo de nascimento, em escritura, testamento ou auto público (*Código Civil*, art. 123.º);

¹³²⁷ A perfilhação perdia este carácter secreto, nos casos em que «o perfilhante fosse hábil para contrair matrimónio nos primeiros cento e vinte dias dos trezentos, que precederam o nascimento do filho.» (*Código Civil*, art. 123.º, nº 1.º e art. 125.º)

¹³²⁸ *Registos de Perfilhação*, Livro nº 1, assento nº 4, 1928.

parece-nos, pois, ter sido o mais favorável à perfilhação e habilitação dos filhos *de fora*, na minoria dos casos em que estas ocorreram.

O posicionamento sócio-económico intermédio de muitas famílias de filhos *de fora* de *brancos* destrói assim quer a tese estereotipada do completo abandono destas crianças por parte da família paterna, ou pelo pai, simplesmente, quer a tese contrária da sua completa integração (que, aliás, ninguém arvora). Eram os filhos *de fora* e não os filhos do casamento que emigravam para os Estados Unidos, destino que mais facilitava a acumulação de capital, que posteriormente muitos investiram na ilha, em imóveis rurais e urbanos, e abrindo estabelecimentos comerciais na cidade: «Eu não conheço daquela gente antiga um único que possa estar na miséria.» (Maria) A paternidade *branca* constituía frequentemente uma mais-valia, muito especialmente, quer-nos parecer, quando o pai era (formalmente) solteiro e mantinha com a mãe uma relação continuada (os *casamentos-solteiro*, como se designavam na ilha). Acerca da mãe (*não-branca*) de um comerciante abastado da cidade, filha do avô de um administrador do concelho, conquanto não perfilhada, diz Artur: «claro, o pai deixou-lhe propriedades. Quem diz *nha* [...] diz *nha* [...], *nha* [...] e outros. *Nhô* [...] teve esses filhos com uma escrava, não sei se é a mesma, não os perfilhou, mas deixou-os..., quer dizer, bens.» Como refere Pedro, «mulatos foram sempre mulatos. O pai deu instrução, o pai deu um cavalo; (...) de maneira que não herdou só a cor mulata como o património. O preto, claro, o preto não conseguiu nada, o preto trabalhou como braçal.»

O que concluímos é que é possível identificar algumas recorrências na conduta dos *brancos* face aos filhos ilegítimos tidos com *não-brancas*, mas que não se pode esboçar um quadro geral comum aos muitos casos em presença, já que as características individuais, quer do pai quer dos filhos, o tipo de relação e grau de afectividade mantido com as mães, o próprio comportamento destas, tanto mais apreciado quanto excluísse outros parceiros sexuais, o estado civil do pai, o grau de aceitação da criança por parte da avó paterna, todos estes aspectos condicionavam o teor das relação pai *branco* – filho *de fora*. O mesmo se pode afirmar das relações entre os *não-brancos* abastados e os respectivos filhos ilegítimos: umas vezes eram perfilhados na infância, outras só em adultos, outras só depois da sua própria morte e outras nem chegavam a ser oficialmente reconhecidos pelos pais.

Não pretendendo fazer considerações generalistas e descontextualizadas de constantes culturais portuguesas manifestadas numa singularidade portuguesa em meio colonial, não nos parece despropositado referir as percepções sobre a postura dos homens portugueses face aos seus filhos biológicos com mulheres nativas (ou, no caso cabo-verdiano, em que não havia uma população indígena, com as escravas da costa ocidental africana), por parte de um britânico, David Livingstone, e de um português, Jorge Dias, e, mais recentemente, as considerações de Pina Cabral e Nelson Lourenço. Livingstone estabelece a seguinte comparação entre o comportamento dos homens portugueses e o dos ingleses e holandeses, em relação aos filhos *mistos* tidos fora do contexto do casamento:

(...) the liberality with which people of colour were treated by the Portuguese. Instances, so common in the south [na África do Sul, já que o missionário-explorador fala do que observou em Angola], in which half-

cast children are abandoned, are here extremely rare. They are acknowledged at table, and provided for by their fathers, as if European.¹³²⁹

Jorge Dias, demarcando-se aqui um pouco de Gilberto Freyre, considera que não era o cruzamento fácil com mulheres não europeias que distinguia a prática colonial portuguesa das outras; era antes a postura face aos filhos havidos dessas relações: enquanto os filhos *mistos* dos ingleses e dos holandeses da União Sul-Africana eram considerados pelos pais «filhos do pecado, ou do amor maldito», os filhos dos portugueses eram olhados como «filhos de Deus, como os outros.»¹³³⁰

Não ignorando a existência de discriminação nos espaços coloniais portugueses face aos filhos *mistos*, caracterizada pelo que consideram uma maior subtilidade das práticas discriminatórias, Cabral e Lourenço distinguem estas das anglo-saxónicas, considerando que as primeiras tendiam «a integrar marginalmente estas pessoas e não a expulsá-las para as margens», como era característico das segundas¹³³¹.

Os conteúdos das representações sobre os grupos racializados acompanharam, no Fogo, as transformações das condições estruturais, e os quadros do relacionamento entre *brancos* e *não-brancos* foram apresentando diferentes configurações, que, por comodidade de análise, talvez possamos, sem correr grande risco de excessiva simplificação, circunscrever a duas: a que vindo do século anterior se estendeu até aos finais da terceira década do século XX, que se caracterizou pelo teor marcadamente funcional e assimétrico das relações; e a das duas décadas seguintes, de trinta e quarenta, que, como é característico das épocas de transição, contemplou elementos do anterior padrão de relações e do que viria a caracterizar o da segunda metade do século.

As relações entre *brancos* e *não-brancos* extravasaram cada vez mais a índole funcional e a multiplicação das ocasiões de convívio – em clubes recreativos, em bailes, em piqueniques, em actividades desportivas (vd. anexo VIII, figuras 104-105 e 108-110, respectivamente, pp. 643 e 646-647) –, ao propiciar o (re)conhecimento da dimensão individual dos interactuantes, contribuiu (1) para uma maior ambivalência das representações sobre o *outro* racial (sobretudo, por parte dos *brancos*), (2) para reduzir o protagonismo da raça no elenco das categorizações sociais, (3) para esbater a centralidade das pertenças raciais nas inter-relações. Estas duas décadas são caracterizadas pela dúvida, de *brancos* e de *não-brancos*, quanto às expectativas recíprocas, mas também quanto às redefinições das suas próprias posições no sistema de relações. Que espaço social reservar aos médicos, aos engenheiros, aos funcionários coloniais *não-brancos*? A simples instalação da dúvida revela como o anterior sistema de posições (e representações) se apresentava desadaptado para as novas realidades sociológicas – o *não-branco* terratenente, o *não-branco* vizinho no centro (espaço nobre) da cidade e sobretudo o *não-branco* instruído – frequentemente mais instruído e diplomado que o *branco*.

¹³²⁹ David Livingstone, 1857, cit. por Pina Cabral & Nelson Lourenço, *op. cit.*, p. 67.

¹³³⁰ «Contactos de cultura», *op. cit.*, p. 76.

¹³³¹ Pina Cabral & Nelson Lourenço, *op. cit.*, pp. 67-68.

A indefinição sobre as novas posições sociais dos que protagonizaram estes 'desvios' à anterior ordem gerou perturbação e ocasionou vários episódios que revelavam a tensão gerada pelas diferentes perspectivas e interesses: por um lado, as expectativas promocionais dos emergentes, que, encontrando-se portadores de capitais acrescidos e socialmente valorizados, contestavam crescentemente a distribuição tradicional dos lugares, ao não aceitarem os mesmos espaços ocupados pelos antepassados e, em geral, pelos seus iguais raciais; por outro, as resistências dos que tradicionalmente detinham o monopólio desses lugares e fruía dos respectivos privilégios, a pretenderem conservá-los, mas hesitantes já quanto à localização destes emergentes. Continuando a agarrar-se ao único capital que ainda possuíam em regime de exclusividade – o racial-linhagístico – os *brancos* erigiram-no, já não em capital de referência entre outros (económico, político, cultural), mas no capital de referência por excelência, desenvolvendo estratégias identitárias cada vez mais centradas na memória da bem-aventurança passada e procurando coerentemente conservar a mesma observância da endogamia familiar.

CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS

Propusemo-nos construir um modelo teórico de interpretação das relações sociais que permitisse contextualizar a importância relativa da raça na hierarquização das posições e nas estratégias de diferenciação e de distintividade grupal dos *brancos* de São Filipe, ilha do Fogo, Cabo Verde. Delineámos uma problemática centrada na díade conceptual *brancos/não-brancos* que nos permitisse dar resposta a questões como: o que era a raça na ilha do Fogo? Era a raça o principal princípio estruturador ou apenas uma das dimensões relevantes da identidade social? Ocupava a raça um lugar de relevo nos processos de representação do grupo dominante? Como se articulava ela com as restantes dimensões? E em que medida era explicada pelas assimetrias globais?

Começámos por fazer uma abordagem dos processos históricos que, desde o início do povoamento mais condicionaram a evolução posterior dos sistemas de relações racializados do sub-arquipélago do Sul, individualizando-os. Prosseguimos com a descrição ecológica da ilha do Fogo e do seu ordenamento económico e institucional, acompanhando a evolução da ocupação humana desde os seus primórdios até à época abrangida pela investigação, marcada por uma intensa periferização da ilha no contexto do arquipélago e dos circuitos comerciais intercontinentais. Caracterizámos o espaço social da vila e depois cidade de São Filipe, delineando o perfil da estratificação sócio-racial. Acompanhámos a evolução das estruturas sócio-económicas e políticas da primeira metade do século XX e procurámos determinar em que medida constituíram dinâmicas de ruptura no sistema racializado de relações. Aqui, entrámos no âmbito mais específico do nosso trabalho, que era acompanhar o percurso da raça no conjunto dos critérios definidores da distribuição dos indivíduos e dos grupos (racializados) pelo espaço de relações, ao longo de uma meia centúria caracterizada por processos acelerados de mudança.

A relevância deste estudo centra-se no seu propósito de contribuir para o estado actual do conhecimento sobre as relações raciais no antigo espaço da colonização portuguesa, que apresenta evidentes lacunas monográficas e no qual as elaborações teóricas de modelos de relações assentam muitas vezes mais em pressupostos e em generalizações do que em fundamentos, que só a investigação empírica e a escala de observação mais localizada permitem obter.

A temática trabalhada pretende igualmente contribuir para o debate sobre os conteúdos da narrativa identitária cabo-verdiana, quase hegemonicamente assente na mestiçagem e no seu potencial de transgressão das polaridades sócio-raciais. A juventude do Estado e o contexto colonial e pós-colonial da construção da nação revestem-na de grande pertinência na actualidade, tanto no arquipélago como na diáspora.

A revisão da bibliografia sobre a temática permitiu-nos identificar duas grandes perspectivas teóricas, vinculadas a diferentes posicionamentos político-ideológicos: 1) a que revela a influência académica anglo-saxónica, caracterizada pela grande ponderação atribuída à raça (por vezes, como um nível isolado ou quase isolado) na economia da explicação da desigualdade e da dominação, e pela concomitante omissão ou pouca consideração de outros critérios da estratificação social; 2) a que assenta em premissas consubstanciadas num qualquer modo português de relacionamento com a alteridade – racial e cultural –, que enformam as teses do luso-tropicalismo, que, conquanto teoria dotada de recursos de interpretação e análise pertinentes, também não satisfaz, pela sua falta de consistência empírica, quando extrapolada para contextos coloniais que não o nordestino brasileiro.

A perspectiva adoptada defende uma maior confrontação contínua entre modelo teórico e factos, dadas as especificidades das diferentes configurações das estruturas sociais pelo vasto espaço da colonização portuguesa; propõe também alternativas analíticas ao modelo que radica na raça a medida de todas as desigualdades. Se há campo que só muito superficialmente possa ser analisado *a preto e branco* é o das relações raciais, mormente nas comunidades humanas nascidas do expansionismo português de Quatrocentos e Quinhentos, como as do arquipélago de Cabo Verde.

A reconstrução do quadro de relações raciais que propusemos assenta na articulação entre as várias dimensões da estratificação, sem que se isole ou privilegie *a priori* qualquer delas. A realidade é pluridimensional; o recurso a um só nível explicativo dá-nos apenas uma significação parcial de um fenómeno que pretendemos apreender na sua totalidade. Entendemos os processos de racialização simultaneamente como causa e efeito do acesso diferencial – em termos quantitativos e qualitativos – aos vários tipos de capital.

O capital racial sozinho não explica a conformação da desigualdade, na ilha, mesmo que esta se tivesse manifestado racializada; o capital económico também não, mesmo que os recursos materiais tivessem estado concentrados na posse de um grupo e condicionado as condições de reprodução de todos; outrossim, o capital escolar, ainda que detido quase em exclusivo por um grupo, ou, mais precisamente, por franjas desse grupo. Foi a composição e recomposição, no tempo, da relação entre estes tipos e respectivos volumes de capital que produziu identidades, capazes de ser auto e hetero percebidas como grupais e definidas sob o signo da raça. As estratégias de diferenciação e de distintividade grupal dos *brancos* de São Filipe não sobreviviam num vácuo social. Como qualquer sistema racial, o são-filipense era parte de outros sistemas de relações numa determinada formação sócio-cultural. Mesmo quando a raça estruturava as interacções quotidianas, eram as suas dimensões cultural, linhagística, política, económica e simbólica – e sabemos como o capital simbólico é uma espécie de capital especialmente qualificado, pelo carácter cumulativo das relações entre a posse de outros capitais e a sua legitimação – que eram actantes.

A problematização das relações raciais em São Filipe em torno dos conceitos nucleares de *branco* e de *não-branco*, tal como os operacionalizámos, patenteia a grelha de interpretação das relações sociais que propomos. Ela permitiu-nos confirmar a hipótese que foi

ganhando centralidade, à medida que avançávamos na pesquisa de terreno e na leitura da bibliografia de referência. Era em torno da distinção básica entre *brancos* e *não-brancos* que se operavam as outras: era ela que cunhava as representações endo e exgrupais e estruturava as práticas dos indivíduos. Mas a raça era o símbolo da diferença/diferenciação – o significante de uma quase radical descontinuidade económica, cultural, social e política. A construção de si, do grupo e da alteridade era mediada por este espaço de identidade, historicamente forjado pelas assimetrias globais que separavam os que asseguravam a reprodução local dos modelos somáticos, culturais e sociais metropolitanos e que constituíam o relativamente restrito grupo dominante local, e os que o processo de construção racial excluía deste grupo.

Interessava-nos, por um lado, captar os vectores estruturais que vinham secularmente constituindo recursos, mas também limites/impedimentos à acção, de *brancos* e *não-brancos* e delimitavam as práticas do relacionamento entre os dois segmentos; e por outro, apreender as dinâmicas estruturais que, sobretudo a partir da terceira década do século XX, haviam confluído para a aceleração das transformações nas posições objectivas dos indivíduos e dos grupos: a degradação das condições ecológicas, reflectida na sucessão de maus anos agrícolas, logo, nas receitas providas da agricultura, quase única fonte de rendimento para a maior parte das famílias do segmento *branco*; a dispersão da propriedade, empobrecendo cada um dos proprietários; a emigração americana, aumentando o capital económico dos *não-brancos*, que passaram a aceder à propriedade fundiária, ao comércio na cidade e aos consumos simbólicos antes exclusivos do segmento *branco*, com destaque para o capital escolar, componente do *status* crescentemente valorizada e à qual cada vez mais elementos exteriores ao grupo dominante foram acedendo. Todas estas dinâmicas foram acompanhadas por transformações na construção das identidades sociais, nas práticas de reprodução grupal, nas posições relativas dos indivíduos e dos grupos, nas interacções raciais.

Empreendemos uma prolongada pesquisa de arquivo, assente na diversidade dos materiais analisados: estatísticas demográficas e de indicadores económicos, relatórios de entidades oficiais, *Boletim Oficial*, livros paroquiais de registo de baptismos, casamentos e óbitos, livros de registos prediais e de serviços de notariado, como escrituras de compra, venda e empréstimo, testamentos e perfilhações, inventários por morte e informações sobre contas bancárias, registos da correspondência entrada e saída, ao nível dos serviços administrativos locais, artigos de periódicos coetâneos. Para além dos documentos escritos, impuseram-se a observação e análise das fontes da cultura material: o edificado urbano, sobretudo os principais tipos de construções residenciais, e o que subsiste dos respectivos interiores (mobiliário, baixelas, peças decorativas); o vestuário e os acessórios, que o material iconográfico da época, mormente fotográfico, testemunha.

Interessava-nos igualmente apreender as percepções do sistema de relações por parte dos que o vivenciaram e dos descendentes que lhes ouviram quotidianamente os conteúdos, *brancos* e *não-brancos*, ou seja, captar as suas posições subjectivas na estrutura das relações sociais. Procurávamos também compreender os modos como a desigualdade e a discriminação eram percebidas e o peso relativo da raça na sua fundamentação e na de

práticas grupais do segmento dominante *branco*, como a delimitação da rede de relações e a endogamia. Evidenciavam-se diferentes percepções dessas práticas familiares e grupais exclusoras, consoante a pertença racial dos inquiridos, ou elas variaram apenas em grau?

Esta busca dos sentidos, sabendo-se do seu carácter social e do que revelam das estruturas que os forjaram e na construção das quais eles participaram, prosseguimo-la, com o recurso a técnicas qualitativas de investigação, mormente a entrevista semi-directiva. Procurámos fios de inteligibilidade na multiplicidade das narrações das vivências individuais, pelos próprios, enquanto fazem parte do mundo dos vivos e podem dar testemunho das suas representações do passado, ou pelos que quotidianamente as ouviram aos ascendentes, isolando os níveis de singularidade dos de possível generalização. Os encadeamentos de ideias que os materiais das entrevistas e os documentos escritos e iconográficos proporcionaram levaram-nos a reestruturar o modelo de análise que inicialmente esboçáramos, muito enformado pelas representações de Henrique Teixeira de Sousa sobre os sistemas de relações são-filipenses da primeira metade do século XX.

Alguns comentários em torno do material das entrevistas e dos entrevistados

O facto de o acto do relato se inscrever num tempo posterior à história das ocorrências narradas converte as representações do passado num produto das vivências coevas desse passado, mas igualmente das percepções do e sobre o presente, e, nessa medida, numa recriação identitária por parte dos inquiridos. Muitos destes, mormente os do segmento *branco* da ilha, revelaram-se apreensivos com os possíveis conteúdos dos discursos dos outros inquiridos: «Aviso-a que vai lidar com algumas pessoas com complexos, que distorcem a coisa...» (António); «A minha gente é efabuladora...!» (Cristina); «Há muita gente a vender gado por lebre, aqui. Toma cuidado com isso! (...) fogueense tem algumas marcas, não é?, é teimoso, é valente, é impulsivo, tem um grande poder de iniciativa, mas é um exagerado, efabulador de todo o tamanho.» (Manuel); «Sabe que eu, o esforço da minha vida foi retirar a carga de romance da história da família e introduzir o rigor.» (Rodrigo); «[...] e [...] podem informá-la, viveram até tarde no Fogo, *mas* são mulatas, podem puxar a brasa para a sardinha dos mulatos.» (Susana); «É preciso ter cuidado, muito cuidado, exageram muito.» (Marcelo)

A construção do passado pelos entrevistados é, em maior ou menor medida, reflexo das suas pertenças raciais, quanto mais não fosse pelo que estas condicionaram as suas trajectórias sociais. Muitos manifestavam mesmo consciência desse condicionamento, chegando alguns a afirmar de determinado indivíduo que sabiam potencial informante que ‘diz assim, porque está do lado dos brancos’ (quando se tratava de um interlocutor *não-branco*) ou ‘pensa assim, porque está do lado deles’ (quando o entrevistado era um *branco*). Os informantes *brancos* foram os que revelaram maior susceptibilidade em relação à imagem exterior do endogrupo, o que se entende facilmente por ter sido este segmento da população aquele que possuía maior identidade étnica e grupal (‘vai ouvir coisas terríveis sobre os

brancos', diziam-nos por vezes). O discurso de validação do espaço social tal como o vivenciaram na ilha também se revelou mais presente nos *brancos*, o que também já esperávamos. Para alguns, o momento da entrevista constituiu a oportunidade de 'repôr a (sua) 'verdade'', que sentem muito abalada desde a mudança de soberania. Da parte de alguns informantes *não-brancos*, evidenciou-se a procura inicial em debitar as 'verdades' veiculadas após a independência do território, por vezes com citações de Amílcar Cabral, e nas fases seguintes da entrevista, o afastamento desta linha debitadora para as suas próprias interpretações dos fenómenos.

Só numa situação deparámos com um pensamento ainda assumidamente estruturado em torno da essencialização, imutabilidade e inevitabilidade das características raciais – propiciadoras do desenvolvimento pessoal e social, no caso dos *brancos*, e favorecendo a inactividade e a estagnação nos *pretos*. Trata-se de um informante que foi funcionário colonial em Angola, mas que ainda assim estabelece uma diferenciação entre «os pretos de lá [Angola] e o cabo-verdiano» (João).

Assim como se observou uma focagem monocentrada na raça, por parte de alguns entrevistados *não-brancos*, também alguns – muito poucos, no entanto – *brancos* dissimularam a relevância da raça na exclusão grupal, relevando a ausência de 'educação', 'cultura', 'maneiras' por parte dos excluídos. Porém, os que ocupavam as posições superiores na hierarquia do prestígio e os seus descendentes tenderam quase unanimemente a considerar que essa hierarquia assentava na raça, mas igualmente na classe e em todo o diferencial de tempo e recursos materiais que esta contempla para o acesso à formação literária e aos códigos de boa educação. Já as interpretações dos *não-brancos* revelaram menos conformidade, mas sem que essa desconformidade surgisse associada a diferenças de escolaridade ou riqueza: para uns, era a raça (enquanto conjunto de traços biológicos) o fundamento único da desigualdade; outros partilharam com os *brancos* uma compreensão do sistema de relações insulares menos centrada na raça.

Evidenciou-se, nalguns casos, a manifestação de alguma ambiguidade identitária por parte de alguns entrevistados *não-brancos*, mormente entre os oriundos de famílias desde há mais tempo integradas na rede de sociabilidade *branca* (sendo variável o grau dessa integração), sobretudo na fase inicial da entrevista. O seu próprio estatuto ambíguo – de *pretos* para os *brancos*, de *brancos* para muitos *não-brancos* – e o facto de estarem divididos entre essas duas pertenças, simultaneamente vinculados (pela via então ilegítima) a famílias *brancas* e a *não-brancas*, terão gerado essa ambiguidade e fidelidades múltiplas, manifestas no maior comedimento e controlo dos respectivos discursos.

Sobretudo entre os informantes *brancos* foi notória a procura da coerência dos relatos, omitindo ou contornando, ou procurando ocultar o sentido contraditório com o anteriormente afirmado, ou seja, aquilo que se pudesse apresentar como podendo infirmar o dito. De entre as situações em que as omissões e as distorções, intencionais ou não, foram mais frequentes, destacam-se as referentes a factos com fortes probabilidades de denegrir a parentela. O relevo dos sobrenomes de família (do duplo patronímico, como vimos) e da linhagem é tão

determinante no património identitário dos informantes, sobretudo dos *brancos*, que algumas partes dos relatos sobre os antepassados foram de índole quase hagiográfica. Sobretudo nos momentos iniciais das entrevistas, alguns rememoravam episódios que evidenciavam as qualidades morais ou os feitos louváveis dos antepassados, mormente dos ascendentes directos mais próximos. Mesmo entre os que revelavam maior pendor analítico, oscilavam entre a (pretendida) objectividade e as afinidades e solidariedades familiares ou de grupo. Sobretudo os que possuíam mais habilitações literárias, procuravam frequentemente a racionalização das acções¹³³² relatadas e um distanciamento analítico face ao que narravam, mas não deixavam de ser membros de uma família e de um grupo racializado sobre o qual discursavam.

Temos a convicção de ter posto vários entrevistados a pensar sobre a sua experiência passada na ilha, sobre o teor das relações raciais, sobre os comportamentos do grupo, e a olhá-los/interpretá-los de forma diferente, a questionar e a questionar-se sobre atitudes e práticas. Entre o saudosismo de grande parte dos *brancos* e as lembranças dolorosas dos tempos idos, por parte de muitos *não-brancos*, os informantes foram profundamente tocados pela temática e pelas rememorações/reconstruções de factos com ela relacionados. Esforçaram-se, em muitos casos, por accionar um distanciamento e uma postura de 'objectividade' de investigadores sociais. O vasculhar de fotos e de outros materiais que revelassem o quotidiano da primeira metade do século XX fê-los viver muito intensamente o passado que iam reconstruindo. Tratou-se, pois, de uma vivência muito rica, não apenas para nós como também para os informantes.

Tentativa de síntese

1. As narrativas identitárias dos cabo-verdianos tendem a apresentar o arquipélago uniformemente crioulo e *mestiço* desde os primórdios do povoamento. Esta uniformidade não pode, porém, fazer-se recuar senão ao segundo quartel do século XX, porquanto o Fogo possuiu até então um segmento populacional racialmente *branco* e culturalmente identificado exclusivamente com a Europa. A individualidade local desta ilha no contexto nacional do arquipélago residiu no facto de a elite não ter incorporado *mistos*, ao contrário do que vinha sucedendo de há séculos na maior parte das outras ilhas do arquipélago. Nestas, a importância da raça na estruturação das diferenças sociais diluiu-se precocemente sob o efeito da igualmente muito precoce desescravização das sociedades insulares, da mestiçagem e da pressão horizontalizadora das condições ecológicas desfavoráveis à acumulação e aos grandes desníveis de capital económico.

Na ilha do Fogo, porém, esse processo foi tardio e só na primeira metade do século XX se assistiu, não ao fim da raça enquanto capital social, que perdurou, mas ao seu poder de estruturação e legitimação da desigualdade. Somente a partir do segundo quartel de Novecentos, o estatuto social, sem ter deixado de ser indiferente à raça, passou a basear-se

¹³³² Nigel Gilbert (org.), *Researching Social Life*, Londres/Thousand Oaks/Nova Deli, Sage Publications, 5ª ed., 1995, p. 138.

fundamentalmente na conjugação de critérios como a classe, o nível de instrução, a actividade profissional, o grau de proximidade face ao poder político, todos, naturalmente, associados a determinados estilos de vida.

Se desde os primeiros séculos do povoamento do arquipélago, a metrópole e as outras então possessões ultramarinas portuguesas fizeram parte dos trajectos migratórios da elite do Fogo, a saída dos *brancos* em direcção a esses destinos intensificou-se quando deixaram de conseguir assegurar a reprodução da sua posição no espaço social insular, tendo os que permaneceram na ilha sido obrigados a uma negociação quotidiana das inter-relações com os *não-brancos* emergentes.

Propusemo-nos, assim, neste trabalho, abordar o peso relativo da raça na economia das relações sociais e na distribuição dos indivíduos na hierarquia global dos recursos, no único burgo da ilha do Fogo, nas cinco primeiras décadas do século XX. Começámos por considerar pertinente o recurso ao conceito analítico de raça, quando esta constitui um elemento da auto e da hetero categorização grupais, mobilizado pelos actores no decurso das interacções individuais e grupais. Ora, no Fogo, a raça detinha uma considerável autonomia. Havia uma condição racial, determinada pelo nascimento, que identificámos quando cruzámos indicadores económicos, sociais e políticos com categorizações raciais. Sendo difícil erradicar todo o idioma racializado da produção académica, pareceu-nos mais profícuo precisar os contornos semânticos dos conceitos.

2. É em torno do conceito de *branco* e do conceito correlato de *não-branco* que gravita todo o esquema teórico de inteligibilidade que construímos. Da forma como o operacionalizámos, o alcance simultaneamente racial, sócio-económico e linhagístico deste conceito extravasa o âmbito fenotípico que correntemente lhe está associado, e implica uma prévia ponderação das relações entre os níveis sócio-económico, cultural e político, por um lado, e a raça, por outro.

As colectividades rurais, como a ilhéu, mantinham uma acentuada correlação entre as várias componentes da estratificação. A centralidade do capital raça na reprodução das posições sociais era actuante, se coexistente com outros tipos de capital, mormente o genealógico, o cultural e o económico. A cor da pele era automaticamente um indicador da posição ocupada no espaço social e, nessa medida, um critério visível de estratificação. Fosse a mesma a raça de todos, e o que tem sido percepcionado como mediação da raça na assimetria das relações sociais na ilha, talvez fosse simplesmente percebido como mediado pela origem familiar, pelo volume de capital escolar ou pela classe. Noutros contextos sócio-económico-políticos igualmente caracterizados por grandes assimetrias, mas em que aos grupos dominantes e aos dominados são atribuídas as mesmas pertenças rácicas, a interpretação socorre-se de outros instrumentos analíticos, identificando outros critérios definidores das posições sociais. Quando estamos em presença de colectividades onde há uma acentuada sobreposição entre hierarquias de estatuto e hierarquias cromáticas, tende-se por vezes a sobrevalorizar o factor raça na explicação do ordenamento hierárquico dos grupos, em detrimento dos dados da economia política.

Assitia-se a uma certa circularidade, ou melhor, espiralidade, na correlação entre as várias espécies e volumes de capital e a distribuição dos indivíduos no espaço de relações: os recursos geravam capitais que, por sua vez, constituíam recursos capitalizáveis. A elite local era a elite fundiária, numa sociedade não industrial, onde a terra constituía a principal forma de riqueza. A terratenência possuía associado um poder político sobre os camponeses – meeiros e arrendatários. A posse de terra e a sua gestão familiar, através de alianças matrimoniais que garantiam a sua conservação, uma vez abolido o sistema jurídico que zelara pela sua integridade, eram elementos determinantes na constituição de um *habitus* grupal, que, por sua vez, definia os contornos desta elite. A condição de classe condicionava e estimulava a adesão a certos estilos de vida, que, por seu turno, operavam na permanência da condição de classe.

A forte correlação entre a classe e a posição manteve-se até ao primeiro quartel do XX. A acentuada perda de poder aquisitivo e de consumo de certos bens simbólicos por parte do grupo dominante e o progressivo acesso a esses bens por parte de alguns *não-brancos* emergentes, quebraram a exclusividade de determinados traços culturais-simbólicos que haviam secularmente identificado (a partir de dentro e pelos de fora) o segmento *branco*. Foram as crescentes descoincidências entre a superioridade sócio-racial dos *brancos* e a sua inferioridade económica face a vários *não-brancos* que complexificaram o quadro das relações e das posições relativas de cada um, mais do que uma mobilização política dos *mestiços* enriquecidos pelo comércio e/ou pela emigração americana.

A gradação variável da consciência da contradição entre as diferentes posições nas hierarquias económica, política e social (ou da *incongruência* de *status*, de acordo com a designação de Lenski, retomada por Andrzej Malewski¹³³³) conduziu estes emergentes a momentos ora de consenso, ora de conflito. Ambas as disposições – conflituais e consensuais – estiveram presentes na vida social e foram frequentemente vivenciadas pelos mesmos actores, em contextos situacionais diversos: as primeiras – latentes e efectivas – na disputa pelos bens e símbolos socialmente valorizados; as segundas – igualmente latentes e efectivas – geradas pelo mimetismo dos emergentes face aos referentes e às práticas dos *brancos*, e pelo desejo de reconhecimento por parte destes das suas aquisições, consubstanciado na aceitação de alguns na rede de sociabilidade *branca*.

Registou-se uma grande tensão social, a partir da segunda década do século XX; não se tratou, porém, de uma conflitualidade meramente ou até eminentemente racial, mas da imbricação de uma série de factores, de que se destacaram as contendas entre indivíduos e grupos domésticos do segmento *branco* dominante, tendo a montante a concorrência económica e a competição pelos órgãos do poder local. A política de alianças inter-individuais e inter-familiares conferiu um carácter supra-racial a estas disputas, porquanto as hostes das duas facções em contenda envolviam elementos de todas as pertenças raciais, frequentemente aparentados, pela via ilegítima, com os caudilhos.

¹³³³ Cf. "The degree of status incongruence and its effects", in Reinhard Bendix & Seymour Martin Lipset (orgs.), *op. cit.*, pp. 303-308.

3. Desde os alvares do povoamento, os *brancos* do Fogo haviam detido o monopólio dos cargos da *governança* e constituído uma classe, na tradição do pensamento político marxista, definida pelas relações no processo de produção, mas constituíam também um grupo de *status*, identificado sobretudo pelos estilos de vida, como pretendia Weber. A demonstrar que a desigualdade de tratamento entre *brancos* e *não-brancos* não era somente tributária do fenótipo ou directamente da classe, o facto de indivíduos de posses e de aparência inquestionavelmente caucasiana – pele muito clara, cabelo liso, nariz aquilino, lábios finos –, mas categorizados como *não-brancos*, serem sujeitos a um tratamento inferiorizante por parte de outros, igualmente leucodérmicos, mas consideravelmente mais escuros e já empobrecidos, como o estavam os membros de alguns ramos familiares do segmento *branco*.

Outra evidência do carácter compósito da raça no Fogo é o período de reserva a que os metropolitanos e outros europeus eram sujeitos quando se fixavam em São Filipe, durante o qual o segmento *branco* dominante averiguava a ascendência e aguardava a demonstração da posse de suficiente capital cultural (na acepção bourdieusiana) pelos recém-chegados. Ou seja, não bastavam nem a procedência metropolitana nem a alvura da pele nem o volume de riqueza para a sua cooptação pela elite sócio-racial local.

As diferenciações eram raciais, mas eram também culturais. A invocação da ‘educação’, das ‘maneiras’, do ‘saber estar’, sobretudo por parte das mulheres do segmento *branco* inquiridas, traduz a percepção da dimensão cultural da diferença que demarcava o seu grupo de pertença do resto da população da cidade e da ilha (e até do arquipélago). Interrogámo-nos continuamente se, e em que medida, a identidade cultural também estaria a ser utilizada pelos inquiridos para dissimular ou diminuir o peso das considerações raciais nas suas (e nas dos seus antepassados) práticas excludentes de há mais de meio século. O facto de os entrevistados não terem (à excepção de dois, um dos quais tendo abandonado a ilha ainda na adolescência, e fundando, por isso, a sua percepção das relações sociais insulares quase exclusivamente no discurso paterno) negado a importância da raça na diferenciação e hierarquização sociais dos indivíduos, assumindo que constituía um elemento suficiente de exclusão – se bem que não constituísse um elemento suficiente de inclusão no grupo –, leva-nos a rejeitar que as práticas culturais tenham constituído um mero artifício discursivo – a cultura em vez da raça – para camuflar o peso das considerações raciais nos processos de diferenciação grupal.

As práticas culturais contribuem para legitimar a conservação da posição relativa dos indivíduos e, concomitantemente, o prestígio de cada cultura está intimamente associado à relação de forças dos que a corporizam no interior de uma formação social. No Fogo, o sistema de referências matricial, face ao qual todos eram comparados e avaliados, era o da europeidade cultural. Como a socialização familiar dos *brancos* decorria num ambiente de capital cultural *incorporado* (utilizando a noção bourdieusiana) de europeidade, mesmo as crianças deste segmento que não eram enviadas para colégios metropolitanos ou de outros arquipélagos atlânticos, eram instruídas localmente nos modelos culturais e sociais metropolitanos, ou seja, nos conteúdos simbólicos que legitimavam as assimetrias.

As pertenças raciais constituíam para os *brancos* do Fogo elementos relevantes de identidade/alteridade. Esta relevância constitui, aliás, uma das continuidades a atravessar todo o período que estudamos. O que não se deve, quanto a nós, é isolar a importância incontornável da identidade racial, da totalidade do património identitário do segmento *branco* insular, assente no que designámos por capital de *européidade*. Era desta totalidade e dos sistemas de desigualdade global a que esta totalidade estava vinculada que advinha o sentido e o relevo da raça.

Parece-nos que não se deve qualificar generalizada e descontextualizadamente de eufemismo a substituição do léxico racial por outro¹³³⁴. Nem sempre o móbil dos investigadores que optam por não utilizar todo um idioma racializado será eufemizar fenómenos. O mesmo se pode afirmar dos que se propõem articular a raça com outras determinantes da desigualdade, como fizemos, abordando fenómenos a partir de um ângulo menos fechado e necessariamente mais abrangente, fazendo intervir outros factores explicativos que, a montante, geram representações e comportamentos que, a jusante, são superficialmente identificados como assentando em considerações meramente raciais *tout court*.

Os *brancos* do Fogo constituíam um grupo de pendor fortemente racializado, na medida em que incorporavam a raça no património ancestral partilhado ou supostamente partilhado. Esta percepção racial extravasava, porém, a diferenciação fenotípica; as dimensões classe, linhagem, cultura, conquanto não raciais, eram igualmente estruturantes da raça e confluíam para conferir aos *brancos* o topo da hierarquia das posições. Indicadores de raça como a cor e o tipo de cabelo faziam parte da mesma lógica de diferenciação que a ostentação de riqueza material, das normas de ‘etiqueta’ e da preservação de um (duplo) apelido. Eles eram sociologicamente *brancos* (pelo menos) tanto quanto somaticamente *brancos*.

Esta branquitude sócio-cultural e racial era o grande fundamento da identidade, individual e grupal, dos *brancos* e era conferida pela filiação. Como aconteceu e acontece noutras sociedades tradicionais, a posição dos indivíduos e dos grupos era conferida essencialmente pelo nascimento, já que este assegurava a raça e o nome, dois dos mais importantes instrumentos de poder na sociedade insular. Pertencer a um quadro genealógico era como garantir a inclusão num determinado sistema de valores. O que Bourdieu afirma da importância do *habitus* de classe ajusta-se especialmente ao casamento endogâmico praticado por estas famílias: «Deux personnes ne peuvent se donner une meilleure preuve de l’affinité de leurs goûts que le goût qu’elles ont l’une pour l’autre.»¹³³⁵

A alteração do peso relativo da raça no quadro identitário do grupo ex-dominante e na estruturação das relações entre este e a restante população, à medida que se aproximava o fim da primeira metade do século XX, também se pode compreender pelo encurtamento da distância cultural entre *brancos* e *não-brancos*. A raça não sobreviveu incólume ao embate das dinâmicas estruturais, como aquelas que atravessaram a ilha na primeira metade do século XX. À medida que as assimetrias de classe e de poder se reduziam e que um número

¹³³⁴ Como o fazem recorrentemente os autores mais vinculados ao acticismo negro ou como o faz, por exemplo, Peter Wade, em *Gente negra, nación mestiza (...)*, op. cit., p. 18.

¹³³⁵ *La distinction: critique sociale du jugement*, op. cit., p. 266.

crescente de *não-brancos* acediam à instrução média e superior, canal privilegiado de acesso ao capital *europiedade*, assistiu-se à abertura de frechas nos baluartes da endogamia secular e depois, já na segunda metade do século, à generalização dos casamentos inter-raciais¹³³⁶.

4. A termos de hierarquizar os critérios para a inclusão no segmento *branco*, parece-nos que o património genealógico – que naturalmente incorporava já o rácico – se revelava o mais importante. À importância concedida ao nascimento não é estranho o facto de se tratar de famílias cuja representação das origens linhagísticas as fazia entroncar na nobreza metropolitana. Eventual reflexo do estatuto de *pureza de sangue* por que se procurava referenciar a nobreza metropolitana e ibérica, em geral, os marcadores genealógicos – em especial, o património onomástico –, constituíam dispositivos hierarquizadores face aos que os não possuíam e demarcavam o universo da sociabilidade dos que os desfrutavam.

O nascimento delimitava os constrangimentos de que os *não-brancos* – e as possibilidades de que os *brancos* – dispunham à partida. Ele assegurava a permanência das linhas de separação (1) de classe, na medida em que conservava o património fundiário no núcleo das famílias brancas; (2) de *status*, porque a família era o agente privilegiado de aprendizagem de representações e práticas e, nessa medida, a principal unidade de transmissão de lugares no espaço social; (3) de raça, porquanto só a ascendência assegurava a *pureza* do património racial. A endogamia familiar assegurava, desde logo, a endogamia racial. Daqui a importância da legitimidade do nascimento e da capacidade reprodutiva das mulheres: eram elas quem atravessava as linhas de parentesco e assegurava a depuração racial deste núcleo de famílias. A extrema permissividade face aos relacionamentos sexuais ‘desiguais’ dos elementos masculinos do segmento *branco* com mulheres *não-brancas* era contrabalançada pela mais rigorosa observância da endogamia grupal.

A família constituía o principal elemento de identidade. Nela assentavam as estratégias de reprodução cultural e social do grupo – as alianças matrimoniais, os colégios, a orientação restritiva das redes de sociabilidade. A raça participava de quadros simbólicos **de conjunto** que conferiam sentido às práticas endogâmicas: «preservar a família» (Álvaro) era simultaneamente zelar pela *pureza* racial e garantir a concentração do património fundiário, que assegurava a reprodução das posições no espaço de relações.

A lógica subjacente às práticas dos indivíduos e das famílias, mormente o seu instrumento privilegiado de reprodução social que era o casamento endogâmico, era o da legitimação para consumo interno do grupo, mas também para consumo dos que lhe eram estranhos, revestindo-se de uma faceta estratégica: se os capitais económico e cultural (se bem que este requerendo maior investimento em tempo) podiam ser partilhados por dominantes e dominados, o capital rácico e linhagístico, se cuidadosamente zelado, constituía recurso inato e exclusivo do grupo, que a riqueza material ou o diploma universitário não podiam alcançar. A gestão da *pureza de sangue* ajudava assim a legitimar e a perpetuar o

¹³³⁶ Se bem que reportando-se a um contexto muito dispar – a da minoria constituída pelos imigrantes guineenses em Portugal –, Machado também lhe encontra a mesma associação entre continuidades sócio-culturais e exogamia e descontinuidades sócio-culturais e endogamia. Cf. *Contrastes e Continuidades (...)*, op. cit., p. 51 *passim*.

sistema de desigualdade. Daí que toda uma semântica da *pureza* racial atravessasse a memória dos inquiridos.

5. Entre os *brancos*, o campo de relações estava fortemente estruturado em torno do universo familiar legítimo. Este incorporava uma rede de sociabilidade relativamente alargada, sempre no interior do segmento *branco*, na medida em que os vários ramos destas famílias entroncavam em ascendentes comuns, o que se explica pela tradição de rígida homogamia que enformou as estratégias matrimoniais do grupo. A raça, não constituindo um impedimento à interação e ao convívio dentro de determinados limites situacionais, constituía um dispositivo mobilizado sempre que estava em causa a reprodução da identidade racial do grupo, ou seja, aquando do casamento dos jovens. A política matrimonial do grupo e um controle muito apertado da sexualidade pré-nupcial feminina eram os instrumentos mais relevantes da reprodução simbólica das famílias da elite *branca* do Fogo.

Tal como noutros âmbitos das interações, também no sexual as relações eram marcadamente racializadas, reservando-se o casamento e a procriação legítima às mulheres *brancas* e a satisfação do prazer sensual às *não-brancas*. Independentemente do contexto profundamente assimétrico e muitas vezes violento em que decorreram os contactos sexuais inter-raciais durante a vigência da escravatura, a população *mista* a que deram origem e que formava muitas vezes uma categoria intermédia, constituiu um elemento de atenuação da polarização racial, sócio-económica e política. À medida que a desescravização prosseguiu (e o seu início no arquipélago foi coetâneo da implantação do próprio regime escravocrata) e que o relacionamento sexual livre com mulheres *não-brancas* continuou a fazer parte das práticas quotidianas dos homens do segmento dominante, foi-se gerando um universo de relações que extravasava o funcional.

As relações de dominação são complexas; revestem-se de muitos matizes, variando em natureza e em grau. No quadro de colonizações como a portuguesa, em que a ausência de um sistema em que a própria orientação legal as simplifica, ao impor os limites da interação racial, tendem talvez a uma maior complexidade. O sexo era um domínio em que essa complexidade extravasava, se bem que integrando-o, o quadro das assimetrias profundas de poder. A subordinação dos corpos das mulheres *não-brancas* – das escravas, inteiramente vulneráveis ao domínio dos senhores, mas também das mulheres livres, cuja crónica situação de insegurança alimentar as colocava numa dependência quase absoluta face aos homens que as sustentavam e aos filhos comuns – seria muitas vezes acompanhada pela utilização da sedução como instrumento de poder. Manter relações de concubinato com homens *brancos*, sobretudo quando estas eram prolongadas e resultavam em descendência comum, seria uma estratégia de sobrevivência (e, no caso de algumas, também de acréscimo de prestígio) prosseguida pelas mulheres da ilha.

Neste sentido, a libido masculina, *malgré elle*, constituiu um factor de maleabilização das fronteiras raciais. Mormente as situações de conjugalidade duradoura produziram efeitos heterogeneizadores nas relações inter-raciais, ao introduzirem matizes e gradação na distância sócio-cultural entre *brancos* e *não-brancos*. Se era o nascimento a fazer a distribuição

diferencial do poder e a legitimá-la, se a posição dos grupos na ordem social e política local estava claramente definida, se as relações de dominação estavam associadas à discriminação *racial*, se a raça permeava a experiência quotidiana das relações intergrupais, o quadro de generalizados cruzamentos de homens *brancos* com mulheres *não-brancas* continuou, durante todo o período estudado, a originar uma complexidade nas relações inter-raciais, caracterizadas pela dominação, mas também pela ambiguidade das fidelidades, que mesmo a estrita endogamia grupal praticada pelo segmento dominante não contrariou.

Pode-se estabelecer um certo paralelismo entre a diversidade de vínculos e reconhecimento social das uniões entre homens *brancos* e mulheres *não-brancas* e os vários matizes das relações entre homens *brancos* e os seus filhos *mistos*. Se bem que não se possa apresentar um perfil generalizado destas práticas de relacionamento, não duvidamos de que tenham constituído espaços potencialmente privilegiados de negociação e de diluição das fronteiras raciais. O facto de os emergentes mais abastados serem filhos ou netos *de fora* de *brancos* revela que, conquanto as relações de paternidade permanecessem na generalidade dos casos aquarteladas na periferia da família legítima, elas constituíam frequentemente uma mais-valia para os *mestiços*, até porque a condição de filho *de fora*, pelo seu carácter endémico no arquipélago, não constituía verdadeiramente um estigma.

A miscigenação constituiu um elemento muito dinâmico de mobilidade social. Eram sobretudo os seus filhos *mestiços* e as respectivas mães que os senhores *brancos* haviam alforriado no passado e eram eles que muitas vezes eram alimentados e (minimamente) escolarizados a expensas dos pais. Apesar de interacção individual e interacção grupal não constituírem o mesmo fenómeno, o aumento das inter-relações extra-funcionais entre indivíduos a quem se atribuíam diferentes pertenças raciais não podia deixar de se reflectir nas representações raciais e nas inter-relações entre *brancos* e *não-brancos*.

Porém, a coexistência na ilha, ainda na primeira metade do século XX, entre a prática generalizada (ou quase) da mestiçagem e as formas de discriminação fundadas em considerável medida no fenótipo, correspondendo à gradação da cor uma gradação no lugar ocupado na hierarquia económica e social, vem comprovar que a mestiçagem, por si só, não abole a relevância do capital racial na conformação da desigualdade. O facto de a maior proximidade familiar (via ligações ilegítimas) e contiguidade somática e muitas vezes cultural dos *mistos* com o grupo dominante *branco* poder induzi-los à absorção e participação dos valores deste, permite, eventualmente e em certa medida, considerar o *misto* também um elemento estabilizador do peso da raça na estruturação das relações sociais¹³³⁷.

As práticas sociais mais marcadamente simbólicas que a elite *branca* geria (também) com intenção excludente eram mimetizadas pelos *não-brancos* em processo de mobilidade económica e social ascendente. Os estilos de vida distintivos, a aquisição ou a conservação de um apelido, a aquisição e/ou conservação de capital racial europeu e os comportamentos

¹³³⁷ É desta perspectiva que os activistas *negros* partem quando frequentemente denunciam os *mestiços* como obstáculo a uma mobilização de todos os *não-brancos* contra os fundamentos raciais dos sistemas de discriminação e desigualdade.

discriminatórios dos *brancos* face aos *não-brancos* inscrevem-se nestas práticas *embranquecedoras*.

Não era a intimidade sexual – ocasional ou duradoura – com o outro racial, nem a descendência *mista* que eram rejeitadas; recusava-se, sim, o casamento. As relações de conjugalidade entre homens *brancos* e mulheres *não-brancas* só muito excepcionalmente foram oficializadas, até ao final da primeira metade do século XX. Identificámos apenas um caso, cuja oficialização foi antecedida pelo concubinato de vários anos e pelo nascimento de filhos. Quanto aos casamentos entre mulheres *brancas* e homens *não-brancos*, aquele que registámos não foi precedido de relações concubiniais.

A articulação entre a raça, por um lado, e o *status* e a classe, por outro, fez-se com base numa política sexual caracterizada por um enorme diferencial de espaço de exercício baseado no género, caracterizado por uma apertada vigilância da sexualidade feminina no interior do estrato social superior. A reprodução social do segmento *branco* dependia do controle da sexualidade das mulheres, numa época em que a fecundidade e a sexualidade se encontravam absolutamente vinculadas. Foi sobretudo nesta medida que as mulheres constituíram o elo conservador por excelência da representação da origem reinol imaculada e do orgulho familiar e racial, bases simbólicas em que assentava o poder dos *brancos*, na ilha.

6. A posição relativa das várias dimensões do alinhamento hierárquico dos lugares não é estática. Enquanto suportadas por um volume de riqueza material que permitia a reprodução de determinados estilos de vida, a raça, a linhagem, a ‘educação’, as ‘maneiras’, a ‘cultura’ foram as grandes medidas do prestígio, no Fogo. Quando o controlo das actividades económicas e das instituições locais (e extra-locais) do poder escaparam ao grupo dominante *branco*, e paralelamente aumentou o de elementos exteriores ao grupo, os capitais rácico e linhagístico, conquanto tenham permanecido medidas do prestígio, perderam o seu carácter hegemónico, senão no discurso dos *brancos* em declínio económico e político, pelo menos no conjunto dos atributos que passaram a definir a estruturação das hierarquias.

Sendo uma construção que assentava na exterioridade fenotípica, a raça envolvia, no Fogo, outros conteúdos, como a condição de classe, a capacidade de exercício do poder, o capital escolar, a origem geográfica dos antepassados, o património genealógico. Este carácter compósito da raça não obsteu a que o espaço social fogueteiro se tivesse caracterizado por uma hierarquização marcadamente etno-racial, no sentido em que as discontinuidades fenotípicas e culturais iniciais dos dois grandes contingentes em presença eram significativas para a construção das respectivas identidades (mormente para o grupo dominante) e para a estruturação das desigualdades no espaço das relações sócio-económicas e políticas.

As relações inter-raciais integram-se em sistemas de dominação específicos, no caso do arquipélago, os da escravatura e da colonização. Como diz Toumson das sociedades crioulas, elas nasceram sob «l’impératif catégorique de la différence raciale»¹³³⁸. Os sistemas de representação que enformam as, e são enformados pelas, práticas estão

¹³³⁸ *Op. cit.*, p. 122.

indissociavelmente articulados. Em Cabo Verde, como noutras formações sociais de implantação demográfica análoga, as representações sociais das raças fundam-se, em grande medida, na polarização racial que caracterizou o modo de produção escravocrata. Ainda que este se tenha revestido no arquipélago de algumas especificidades e ainda que parte da população *negra* tivesse estatuto livre e fosse possidente (inclusive de escravos), em sociedades nascidas da colonização europeia, não poderia ser estranha a correlação entre raça *branca* – a do colonizador, logo, a do poder – e pertença a estratos sociais elevados, mesmo quando muitos dos *brancos* eram simples trabalhadores agrícolas ou oficiais mecânicos. Afinal, decorria das próprias necessidades de afirmação e legitimação da soberania sobre um território a enfatização da radical e incontornável diferença entre colonizados e colonizadores, entre *não-brancos* e *brancos*¹³³⁹.

A raça não tinha, porém, para os *brancos*, apenas um carácter instrumental de conservação das posições relativas. A delimitação das fronteiras do grupo dominante impunha uma valoração diferencial – passe-se o pleonasmo – entre identidade e alteridade. A celebração das afinidades no seio do endogrupo era concomitante à ampliação das dissemelhanças face ao exogrupo, e a raça, como elemento constituinte da sua identidade grupal, era, a par do património linhagístico e do capital *européidade*, um elemento de demarcação face ao resto da população e à sua origem escrava estigmatizada.

Branca era a raça do poder e *branca* era a raça do estatuto livre. O repúdio pela ancestralidade africana e escrava era transversal às raças. A taxonomia racial dos censos populacionais da época colonial em Cabo Verde gerava frequentemente situações de incompatibilidade entre as adscrições feitas pelos agentes censores e pelos recenseados, que tendiam a embranquecer-se, reivindicando uma branquitude ou mulatidade nem sempre condicente com a ascendência e o fenótipo. Esta situação, que parece ter continuidade nalgumas sociedades pós-coloniais e cosmopolitas contemporâneas, explica-se à luz do automatismo da associação fenótipo caucasóide/origem europeia/lugar da dominação *versus* fenótipo negróide/origem africana/lugar da subordinação. Havia e há todo um conjunto de representações em torno de considerações raciais implicado nos comportamentos discriminatórios, de que os alvos procuram distanciar-se, rejeitando a sua ancestralidade escrava ou simplesmente a localização africana da sua ancestralidade.

7. A perda da popularidade dos grandes projectos de engenharia social universais, que acompanhou o fim do Euromundo, a falência dos programas desenvolvimentistas no Terceiro-Mundo e das utopias comunistas a Leste, orientou também a produção académica para a pequena escala, para a interpretação dos particularismos e das identidades. A perspectiva comparada das relações raciais no seio do colonialismo português face às de outros colonialismos coetâneos só é possível depois de supridas as lacunas na produção de monografias sobre o teor dessas relações nos vários antigos espaços e tempos da colonização portuguesa. Trata-se de experiências históricas com pontos em comum, mas igualmente com

¹³³⁹ John H. Stanfield II, «Epistemological Considerations», in John H. Stanfield II & Rutledge M. Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity in Research Methods*, Newbury Park, Sage Publications, 1993, p. 142.

especificidades individualizadoras, como vimos, e que exigem pesquisas empíricas aprofundadas, elas próprias de registo necessariamente local.

O Fogo era de há muito uma ilha periférica num arquipélago periférico, no contexto da colonização portuguesa, também ela relativamente periférica. Foi, porém, a segunda ilha a ser povoada e foi, durante os primeiros séculos do povoamento, a segunda em importância económica, o que lhe traçou indelevelmente as características estruturais que a individualizaram. Para apreendermos as singularidades das configurações que as relações raciais assumiram na ilha do Fogo, no período abarcado pelas primeiras cinco décadas do século passado, é importante identificar as tensões que constituíram factores de precipitação das transformações, mas também captar a regularidade das práticas, os factores de estabilidade, a reprodução. Trata-se de religar fenómenos pertencentes a diferentes níveis da vida social. A delineação de totalidades epocais só é compatível com um estudo em profundidade, mormente quando as dinâmicas aceleradas das transformações geram grande complexidade na tessitura das relações sociais, como aquela que se viveu no meio século abrangido pelo nosso estudo. Os processos de mudança que convergiram a partir do segundo quartel do século XX, estavam ainda impregnados de heranças do passado, sobretudo ao nível dos sistemas de significações e das representações (o nível que os historiadores dos *Annales* recobriram com o termo *mentalidades*). Ora, a escala de observação que permite uma análise aprofundada destes fenómenos e a sua articulação com os condicionalismos estruturais, com a necessária consistência empírica, é a local. A historicidade das estruturas – sociais, económicas, raciais – e as dinâmicas de mudança que as atravessam, mesmo quando estas são globais, são vividas localmente a diferentes tempos e ritmos, o que faz com que, em última análise, os processos sejam sempre locais.

Porque o real é silencioso e não toma nunca a iniciativa¹³⁴⁰, resta-nos desejar que esta investigação abra portas a novas pesquisas empíricas sobre as várias ilhas do arquipélago e a análises diferentemente perspectivadas. Esquemas universal e atemporalmente válidos são quimeras que pertencem mais ao domínio do dogma que da ciência, já que os contextos sociológicos, espaciais e temporais são sempre únicos. A própria ciência vive de, e em, paradigmas que se revelam de validade temporal limitada, deixando transparecer, quer a axiologia a montante da investigação quer a procura da relativização dos absolutos anteriores, desde sempre presente no homem.

Os resultados desta pesquisa poderão constituir um ponto de partida para ulteriores monografias sobre a importância da dimensão da raça na estruturação das inter-relações no Fogo e noutras ilhas do arquipélago, de forma a constituir-se um banco monográfico de base empírica sobre as relações raciais no espaço da colonização portuguesa.

Neste estudo, abordámos essencialmente os factores convergentes de mudança, analisando as décadas de transição entre o sistema sócio-racial que sobreviveu até à primeiras décadas do século XX, com origem nas profundas discontinuidades – culturais, rácicas, económicas, jurídicas e políticas – entre os dois contingentes povoadores iniciais, e o

¹³⁴⁰ Cf. João Ferreira de Almeida & José Madureira Pinto, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 4ª ed., 1990, p. 10; e Pierre Bourdieu *et al.*, *Le métier de sociologue*, op. cit., p. 54.

superveniente, que podemos situar a partir do segundo quartel do século. Como as configurações sócio-raciais se processam pela articulação entre permanências e transformações, seria igualmente pertinente averiguar o alcance de ambas no espaço das relações sócio-raciais de São Filipe na segunda metade de Novecentos e na primeira década do século XXI. As rupturas políticas que atravessaram o arquipélago, na segunda metade do século passado, constituíram factores de mudança e de aceleração dos ritmos da mudança. A transferência da soberania, as novas orientações ideológicas veiculadas pelo partido a quem foi entregue o poder, a transição para o sistema pluripartidário e a bipolarização partidária em torno do PAICV e do MpD geraram novas tensões sociais e políticas que, conquanto exteriorizadas como fenómenos de teor meramente ideológico e partidário, parecem envolver outros conteúdos dos quais a raça poderá não estar ausente.

Outro assunto que continua por aflorar e que nos parece igualmente interessante é o das trajectórias escolares, profissionais e conjugais dos primo-migrantes dos principais ramos familiares do segmento *branco* do Fogo em Portugal. Seria interessante saber qual a natureza das relações que mantêm – se é que as mantêm –, os descendentes destas famílias que vieram no princípio do século para a metrópole e os parentes que só no final da primeira metade do século XX ou já na sua segunda metade o fizeram. Estabeleceram-se hierarquias fundadas nos percursos muito diferenciados dos dois grupos de migrantes? Reconhecem-se vestígios das antigas práticas da sociabilidade restrita ao interior da parentela alargada? Fomenta-se ainda a homogamia familiar ou privilegiam-se, no novo contexto, as redes de relações extra-familiares na definição das estratégias de integração destas famílias?

Chegados ao termo desta jornada, centrada na análise dos processos de construção racial da *branquitude* e da *não-branquitude*, e do seu carácter estruturante das relações sociais na ilha do Fogo, resta-nos (1) congratular com a comprovação do que já era nossa convicção: não só as identidades raciais não são estáticas, como não têm apenas – e por vezes nem principalmente – um suporte fenotípico, conquanto a diversidade somática permaneça um importante referente de adscrição rática; (2) aspirar a que a raça, como outros critérios diferenciadores, seja percebida como uma artimanha das derivas fronteiriças da identidade; (3) e desejar que sintamos, como António Jacinto, que

*o meu poema sou eu-branco
montado em mim-preto
a cavalgar pela vida.*¹³⁴¹

ou, inversamente, que

¹³⁴¹ António Jacinto, «Poema da Alienação», *Poemas*, 1961, in Manuel Ferreira (org.), *No Reino de Caliban II, Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, 2º vol., Lisboa, Plátano Editora, 3ª ed., 1997, pp. 138.

*o meu poema sou eu-preto
montado em mim-branco
a cavalgar pela vida.*

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. RELAÇÃO DE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS INSTITUCIONAIS CONSULTADOS

■ ARQUIVOS

- **Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos** – Lisboa
- **Arquivo Histórico Nacional** (de Cabo Verde) – Praia
- **Arquivo Histórico Ultramarino** – Lisboa
- **Arquivo Nacional da Torre do Tombo** – Lisboa

■ BIBLIOTECAS

- **Biblioteca da Faculdade de Letras** da Universidade de Lisboa – Lisboa
- **Biblioteca da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação** da Universidade de Lisboa – Lisboa
- **Biblioteca François Mitterand** (Bibliothèque nationale de France) – Paris
- **Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais** da Universidade de Lisboa – Lisboa
- **Biblioteca do Instituto Nacional de Estatística** – Lisboa
- **Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas** da Universidade Técnica de Lisboa – Lisboa
- **Biblioteca do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa** da Universidade Técnica de Lisboa – Lisboa
- **Biblioteca João Paulo II** da Universidade Católica Portuguesa – Lisboa
- **Biblioteca Mário Sottomayor Cardia** (Biblioteca Geral da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) – Lisboa
- **Biblioteca do Museu Nacional de Etnologia** – Lisboa
- **Biblioteca Nacional de Cabo Verde** – Praia
- **Biblioteca Nacional de Portugal** – Lisboa
- **Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa** – Lisboa
- **Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral** – Lisboa

2. FONTES E BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SOBRE CABO VERDE / ILHA DO FOGO

2.1. FONTES ESCRITAS INÉDITAS

■ ARQUIVO HISTÓRICO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

▪ BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

003.14/188 – «Abílio Monteiro de Macedo»

003.21/255 – «Francisco José Barbosa»

003.29/344 – «Créditos Mal Parados, Morosos ou Perdidos»

003.33/381 – «Abílio Monteiro de Macedo»

003.34/399 – Correspondência Confidencial – «Informação de Clientes».

005.03/20 – «Transacções no Fogo»

005.29/325 – «António Adolfo Avelino Henriques».

004.07/27 – «João Monteiro de Macedo»

004.08/32 – «Caetano Monteiro de Macedo»

004.16A/119A – «Imóveis. Prédio nº 30».

004.16B/119B – «Imóveis. Prédio nº 28. Fogo»

■ ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL (de Cabo Verde) – Praia

▪ REGISTO CIVIL

Registo Civil do Fogo, Cx. 02, peça 9 – Assentos de baptismo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, 5 de Maio de 1852-6 de Abril de 1862.

Registo Civil do Fogo, Cx. 07, peça 47 – Assentos de óbito da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, 24 de Novembro de 1891-27 de Dezembro de 1897.

▪ **SECRETARIA GERAL DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DE CABO VERDE***

Lv. 741 – *Livro do Tombo da Matriz de São Filipe da ilha do Fogo*, Títulos de ónus de missa dos tombos das capelas da ilha do Fogo impostos a várias pessoas, 31 de Dezembro de 1764-7 de Julho de 1779.

Lv. 742 – Contas de todos os morgados, capelas e ónus pios da ilha do Fogo, 29 de Novembro de 1825-12 de Fevereiro de 1837.

Lvs. 866 e 867 – *Livros 1º e 2º de Registo dos Escravos*, Lisboa, Imprensa Nacional, Março de 1856.

A1/A2.8/Cx.121, peça 2 – Relatórios referentes aos anos de 1910, 1911 e 1912 apresentados pela Capitania dos Portos de Cabo Verde, 1911-1914.

A1/A3.6/Cx.140 – Correspondência recebida da Administração do Concelho da ilha do Fogo.

A1/A3.6/Cx.141 – Correspondência recebida da Administração do Concelho da ilha do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1893.

A1/A3.6/Cx.141 – Correspondência recebida da Administração do Concelho da ilha do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1893.

A1/A3.6/Cx.141 – Correspondência recebida da Administração do Concelho da ilha do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1895.

A1/D2.1/Cx.507, peça 5 – Documentos relativos à fuga de D. Maria do Sacramento Monteiro, na ilha do Fogo em 1904: correspondência confidencial recebida e autos de averiguações, Dezembro de 1903-Janeiro de 1904.

A1/D2.1/Cx.507, peça 10 – Auto de investigação sobre os acontecimentos ocorridos na ilha do Fogo em 1911 e posse do administrador nomeado para aquele concelho, capitão de artilharia, Jaime Augusto Veiga da Rocha, 1911.

▪ **REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL***

SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx007 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1927.

* Os códigos de referência e títulos das caixas, pastas e peças são os que constam dos Repertórios Numéricos Simples dos Fundos Arquivísticos da Secretaria Geral do Governo da Província de Cabo Verde e da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil.

SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx007 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1930.

SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx008 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1931.

SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx008 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1936.

SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx009 – Correspondência recebida da Administração do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1938.

SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx011 – Processos recebidos da Administração do Concelho do Fogo: relatórios, diários de serviço, funcionários, etc, Dezembro de 1944-Abril de 1946.

SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx011 – Diários de serviço da Administração do Concelho do Fogo, Fevereiro de 1946-Janeiro de 1947.

SC:A\SR:D\SSR:D1\Cx013 – Processos diversos recebidos da Administração do Concelho da Ilha do Fogo. Inclui diários de serviço de agentes de autoridade, relatórios e outros, Janeiro de 1950-Janeiro de 1951.

SC:A\SR:D\SSR:D2\Cx016 – Correspondência recebida da Câmara Municipal do Concelho do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1931.

SC:A\SR:D\SSR:D2\Cx016 – Correspondência recebida da Câmara Municipal do Concelho do Fogo, Janeiro de 1932-Janeiro de 1933.

SC:A\SR:D\SSR:D3\Cx019 – Correspondência recebida da Comissão Municipal da Ilha do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1943.

SC:A\SR:D\SSR:D4\Cx019 – Actas das sessões da Junta Local do Concelho do Fogo, Janeiro de 1944-Dezembro de 1944.

SC:A\SR:C\Cx122 – Relatórios referentes ao ano de 1948 da Administração do Concelho do Fogo, Junho de 1949.

SC:A\SR:A\Cx170 – Correspondência confidencial recebida de vários concelhos, Janeiro-Dezembro de 1942.

SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro 1933-Janeiro 1934.

SC:\SR:A\Cx250 – Estatutos das associações desportivas de Barlavento e Sotavento, relatório de provas, fiscalização de corporações administrativas etc, 1945-1950.

SC:E\SR:A\Cx340 – Recurso do Senhor António de Vasconcelos Monteiro, Adriano Carlos Medina e Manuel Ferreira todos comerciantes da ilha do Fogo, Março 1928-Maio 1930.

SC:E\SR:A\Cx342 – Recurso em que é recorrente o Sr. Pedro do Livramento [sic] Monteiro, Julho de 1930-Fevereiro de 1933.

SC:E\SR:A\Cx342 – Recurso em que é recorrente o Sr. Mário [sic] Barbosa Vicente, proprietário na ilha do Fogo, Agosto de 1930-Janeiro de 1931.

SC:C\SR:A\Cx368 – Processo individual de Ângelo [sic] Adolfo Avelino Henrique [sic], Administrador do Concelho do Fogo.

SC:C\SR:A\Cx368 – Processo individual de César Ludgero Gomes Barbosa, Setembro de 1913-Março de 1945.

SC:C\SR:B\Cx388 – Processo Disciplinar instaurado ao chefe da secretaria da Comissão Municipal do Fogo, Sr. Ângelo [sic] Adolfo Avelino Henriques, Outubro de 1942-Janeiro de 1943.

SC:U\SSR:A2\Cx517 – Emolumentos cobrados na Conservatória e repartições do Registo Civil da Comarca de Sotavento, Dezembro de 1940-Dezembro de 1941.

■ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 33 – Carta de D. Frei José de Santa Maria de Jesus ao rei, datada de 10 de Maio de 1731, e acompanhada de um mapa estatístico («Lista do Bispado de Cabo Verde, assim da Ilha de S. Tiago como das outras ilhas e terra firme de Guiné»).

■ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Lisboa

PP/TT/C/1/78/17 – «Carta dos moradores e vizinhos da ilha de Santiago de Cabo Verde pedindo ao rei que fizesse a graça de admitir nos ofícios do Concelho homens negros e baços na forma que era concedido aos da ilha de S. Tomé», de 26 de Maio de 1546.

■ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FILIPE

Plano de Desenvolvimento Urbano de São Filipe: Informação, Diagnóstico e Cenários de Desenvolvimento, 1991.

■ CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E NOTARIADO DE SÃO FILIPE (Cabo Verde)

Livro de notas, nº 112, 1916-1916.

Livro de notas, nº 114, 1916-1917.

Livro de notas, nº 139, 1928-1928.

Livro de notas, nº 149, 1934-1934.

Livro de notas, nº 155, 1937-1938.

Livro de notas, nº 156, 1938-1938.

Livro de Notas para Actos e Contratos entre vivos, nº 180, 1953-1953.

Livros de registos de nascimentos, casamentos e óbitos.¹³⁴²

Registo de reconhecimentos e perfilhações, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Livro nº 1 – 1914-1949.

Registo de reconhecimentos e perfilhações, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Livro nº 2 – 1949-1962.

Registos de Perfilhação, Livro nº 3, 1964.

■ SERVIÇOS DE FAZENDA E CONTABILIDADE DO CONCELHO DO FOGO

Proc. nº 249 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de António de Vasconcelos Monteiro, 1935.

Proc. nº 321 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Henrique Rodrigues Pires, 1941.

¹³⁴² Os que permanecem na Conservatória dos Registos e Notariado de São Filipe; a maior parte, porém, passou a integrar o espólio do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.

Proc. nº 378 – Autos passados por título gratuito a que se procedeu por óbito de Leonarda Cândida Avelino Henriques, 1941.

Proc. nº 769 – Autos para liquidação de imposto sucessório por óbito de João do Sacramento Monteiro, 1952.

Proc. nº 770 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Maria das Dores Avelino de Pina, 1952.

Proc. nº 777 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Amélia do Sacramento Monteiro, 1952.

Proc. nº 1222 – Autos para liquidação de imposto sucessório por óbito de César Ludgero Gomes Barbosa, 1967.

Proc. nº 1518 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Fortunato Gomes de Pina, 1975.

■ RELATOS AUTO-BIOGRÁFICOS

MACEDO, Abílio Monteiro de, *Auto-biografia*, s.d.. [Texto publicado pela revista *Magma*, nº 3, 1989, pp. 11-17, e nº 4, 1989, pp. 18-24. O original foi-nos facultado por Teodoro Monteiro de Macedo.]

–, *O Criminoso Desleixo na Organização de Medidas de Prevenção Contra as Periódicas Estiagens Cabo-Verdeanas – Anos de 1941-1942*, s.d.. [Texto inédito, facultado por Teodoro Monteiro de Macedo.]

2.2. FONTES ESCRITAS PUBLICADAS

■ ESTATÍSTICAS

▪ SECÇÃO/SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA DO GOVERNO DA PROVÍNCIA/COLÓNIA

Anuário Estatístico: 1940, Praia.

Anuário Estatístico: 1949, Praia, 1951.

Estatística Geral da Província de Cabo Verde: ano de 1912, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1913.

Estatística Geral da Colónia de Cabo Verde: ano de 1930, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.

«Mapa estatístico da população da província de Cabo Verde, relativo a 31 de Dezembro de 1878», Praia, 30 de Setembro de 1879, *Boletim Oficial*, nº 8, 21 de Fevereiro de 1880.

VII Recenseamento Geral da População da Província de Cabo Verde: 1940, vols. II e III, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1948.

VIII Recenseamento Geral da População da Província de Cabo Verde em 1950, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1953.

■ RELATÓRIOS DO GOVERNO/DE GOVERNADORES

Relatórios do Governador Geral da Província de Cabo Verde sobre o estado da mesma Província, e em especial do Distrito da Guiné Portuguesa referidos ao ano de 1878, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

Relatório do Governo Geral da Província de Cabo referido ao ano de 1881, Lisboa, Imprensa Nacional.

Relatório do Governo Geral da Província de Cabo Verde referido ao ano de 1882, Lisboa, Imprensa Nacional.

■ PERIÓDICOS

▪ IMPRENSA INSULAR

Oficial

Boletim oficial do Governo Geral de Cabo Verde, nºs 1-82, Boavista (Cabo Verde), Imprensa Nacional, 1842-1860.

Boletim oficial do Governo da Província de Cabo Verde, nºs 1-48, Praia, Imprensa Nacional, 1861-1897.

Boletim oficial do Governo da Província de Cabo Verde, nºs 49-, Praia, Imprensa Nacional, 1897-1929.

Boletim oficial do Governo da Colónia de Cabo Verde, nºs 1-25, Praia, Imprensa Nacional, 1930-1951.

Não oficial

Claridade: revista de arte e letras (Mindelo)

A Defesa (São Filipe)

O Eco de Cabo Verde (Praia)

O Manduco (São Filipe)

A Voz de Cabo Verde: Semanário democrático dedicado aos interesses da província de Cabo Verde (Praia)

▪ IMPRENSA METROPOLITANA

A mocidade africana (Lisboa)

■ OBRAS LITERÁRIAS

SOUSA, Henrique Teixeira de, «A família de Aniceto Brasão», *Claridade*, nº 9, Dezembro de 1966, pp. 43-50.

–, *Ilhéu de Contenda*, Mira-Sintra–Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d..

–, *Na Ribeira de Deus*, Mira-Sintra–Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.

–, *Xaguate*, Mira-Sintra–Mem Martins, Publicações Europa-América, 1987.

2.3. FONTES NÃO ESCRITAS

■ ORAIS

■ ICONOGRÁFICAS

▪ Arquivos fotográficos particulares

- de Agnelo Vieira de Andrade, São Filipe
- de Amélia do Sacramento Monteiro, Lisboa
- de Antero Barbosa, Lisboa
- de Gilda Barbosa, São Filipe
- de Luís Nunes, São Filipe

▪ Arquivos fotográficos partilhados em linha

«40_amelia's Fotolog Page». Disponível em:

http://www.fotolog.com/40_amelia

■ MATERIAIS

▪ Cemitérios

- Cemitério de Baixo (Achada São Filipe, São Filipe)
- Cemitério de Riba (Achada Forca, São Filipe)
- Cemitério de São Lourenço (São Lourenço)

▪ Traçado urbanístico e arquitectónico de São Filipe

▪ Interiores domésticos

- Mobiliário, ornamentos e utensílios domésticos
- Bibliotecas privadas
- Objectos pessoais

▪ Acervos dos dois núcleos museológicos da cidade

- Casa da Memória
- Museu Municipal

2.4. ESTUDOS, OBRAS DE REFERÊNCIA E OUTRAS FONTES PUBLICADAS

A. H., «Quem se lembra de nhô Aniba?», *Magma*, nº 3, ano II, Abril 1989, pp. 8-10.

ALBUQUERQUE, Luís de, «O descobrimento das ilhas de Cabo Verde», in Luís de Albuquerque & Maria Emília Madeira Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 23-39.

–, & Maria Emília Madeira SANTOS (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

–, & Maria Emília Madeira SANTOS – *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, vols. I e II, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988.

–, & Maria Emília Madeira SANTOS, «Introdução», in Luís de Albuquerque & Maria Emília Madeira Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. xv-xviii.

ALCÂNTARA, Osvaldo [pseudónimo poético de Baltasar Lopes], «Presença», *Claridade*, nº 2, p. 6.

ALMADA, David Hopffer, «Cabo Verde e o século XXI», Actas do Colóquio *O Humanismo Latino e o Humanismo Africano*, 6-7-8 de Janeiro 2000, Praia. Disponível em linha, em: http://www.fondazioneecassamarca.it/eng/05_emigrazione/convegni/con_africa.html

ALMADA, José Luís Hopffer, «Homogeneidade e Heterogeneidade da Caboverdianidade», *Fragmentos – Revista de Letras, Artes e Cultura*, nºs 11-15, Dezembro de 1997, pp. 28-37.

–, «Indagação identitária, síndromas de orfandade continental nos discursos caboverdianos da criouldade e novos desafios de desenvolvimento», *Liberal Online*, 29 de Abril de 2007 [em linha]. Disponível em: <http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=13185&idSeccao=533&Action=noticia>

- ALMEIDA, João de, «A população de Cabo Verde», *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, pp. 51-75.
- Alvará (secreto) da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, de 28 de Novembro de 1757, in António Carreira, «Cabo Verde e Guiné e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (Um documento inédito para a sua história)», sep. do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XXII, nºs 87-88, Julho-Outubro de 1967, pp. 322-324.
- ALVES, Miguel, *Cabo Verde, Ilha do Fogo: São Filipe, sua evolução até à categoria de cidade*, s.l., edição do Autor, 1992.
- AMARAL, Ilídio do, «Cidades Coloniais Portuguesas (Notas preliminares para uma geografia histórica)», *Povos e Culturas*, nº 2, 1987, pp. 193-214.
- , *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, nº 48, 2ª série, 1964.
- ANDRADE, Elisa, *As ilhas de Cabo Verde «da descoberta» à independência nacional (1460-1975)*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1996.
- ANDRADE, *Relação* [1582], in António Brásio, *Monumenta Missionaria Africana. África ocidental (1570-1600)*, 2ª série, vol. III, doc. 42, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1964, pp. 97-107.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos, «A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional», *Etnográfica*, vol. VIII, nº 2, 2004, pp. 273-295.
- , «O nascimento da tradição cabo-verdiana e de sua cultura política sob enfoque sociológico», *Revista Científica de Estudos Cabo-Verdianos*, nº 0, 2005, pp. 17-32.
- , «Representações sobre a Nação Cabo-Verdiana: Definição mestiça da identidade nacional como ideologia do clientelismo em contexto de dominação racial», *Fragmentos – Revista de Letras, Artes e Cultura*, nºs 11-15, Praia, Movimento Pró-Cultura, 1997.
- , «Se as Raças Não Existem, É Inegável que Insistem!» [em linha]. Disponível em: prticasdejustiaediversidadecultural.blogspot.com/2007/06/se-as-raas-no-existem-inegvel-que.html

- ANÓNIMO DE 1784, *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo-Verde (...)*, Lisboa, Empresa da Revista Diogo-Cão, col. Inéditos Coloniais, série A, nº 3, 1937.
- ARAÚJO, Américo C., *Little Known: The European Side of Cape Verde Islands*, New Bedford, 2000.
- ARAÚJO, Luís «Espaços arquitectónicos cabo-verdianos», 3ª parte, *Fragmentos – Revista de Letras, Artes e Cultura*, ano II, nºs 5-6, 1989, pp. 27-29.
- ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL, *Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico: Secretaria Geral do Governo (1803-1927)*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1994.
- ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL, *Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico: Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (1907-1979)*, Praia, Instituto do Arquivo Histórico Nacional, 2004.
- ASSUNÇÃO, C. F. Torre de, *Expedição científica à ilha do Fogo: estudos petrográficos (1952-1953)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1954.
- BALENO, Ilídio, «Povoamento e formação da sociedade», in Luís de Albuquerque & Maria Emília Madeira Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 125-177.
- , «Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão», in Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. III, Lisboa e Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002, pp. 157-233.
- BARBOSA, Armindo, *Genealogia das famílias Araújo, Barbosa, Henriques, Macedo, Monteiro, Nozolini, Roiz, Vasconcelos*, s.l., s.e., s.d. [1998].
- BARBOSA, Gilda, «Casamentos entre Primos», *Terra Nova*, nº 246, Fevereiro de 1997, p. 3.
- , «A Escola da D. Irene», *Terra Nova*, nº 271, Maio de 1999, p. 3; «Meio século de professora – II», *Terra Nova*, nº 366, Outubro de 2007, p. 3; «Meio século de professora – fim», *Terra Nova*, nº 367, Novembro de 2007, p. 3.
- , «A Festa do Dia do Santo», *Terra Nova*, nº 288, Dezembro de 2000, p. 3.

- , «Heranças (Fim)», *Terra Nova*, nº 301, Novembro 2001, p. 3.
- , «Perda de apelidos», *Terra Nova*, nº 368, ano XXXIII, Dezembro 2007, p. 3.
- BARBOSA, Irene Vicente, «A visita Presidencial à ilha do Fogo», *Cabo Verde*, ano VI, nº 70, 1 de Julho de 1955, pp. 75-76.
- BARCELOS, Cristiano José de Sena, *Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1904.
- , *Roteiro do arquipélago de Cabo Verde*, Lisboa, Tipografia do Jornal *As Colónias Portuguesas*, 1892.
- , *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, 4 vols., Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2ª ed., 2003.
- BARROS, Simão de, *De rebus hesperitanis*, Lisboa, Edições Hesperitanas, s.d..
- BATALHA, Luís, *The Cape Verdean Diaspora in Portugal: Colonial Subjects in a Postcolonial World*, Lanham, Lexington Books, 2004.
- , «A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário», in Clara Carvalho e João de Pina Cabral (coords.), *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 191-225.
- BRÁSIO, António, *Monumenta Missionaria Africana. África ocidental (1500-1569)*, 2ª série, vol. II, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1963; *Monumenta Missionaria Africana. África ocidental (1570-1600)*, 2ª série, vol. III, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1964; *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1600-1622)*, 2ª série, vol. IV, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968.
- BRITO-SEMEDO, Manuel, *A Construção da Identidade Nacional – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.
- CABRAL, Iva, «Dos povoadores aos “filhos da terra”: a dinâmica da sociedade caboverdiana», *STVDIA*, nºs 56/57, 2000, pp. 279-310.

CALDAS, Maria de Lurdes, *A realidade ecológica santantonense e a crise de 1941-1943, a partir da narrativa de um claridoso – Manuel Lopes*, dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 1997 [policopiado].

CARDOSO, Leonel, *Rendimentos públicos da colónia de Cabo Verde. Anos de 1895-1896 a 1914-1915*, Praia, Imprensa Nacional, 1916.

CARDOSO, Pedro, «Conferência» [Praia, teatro Virgínia Vitorino, 30 de Dezembro de 1933], Porto, 1934.

–, *Folclore Caboverdeano*, Porto, Edição Maranus, 1933.

CARREIRA, António «Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII», sep. do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 105, 1972, pp. 123-204.

–, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, 2ª ed., 1984.

–, *Cabo Verde – Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*, Lisboa, Ulmeiro, s.d..

–, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, s.l., Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972.

–, «Cabo Verde e Guiné e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (Um documento inédito para a sua história)», sep. do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nºs 87-88, vol. XXII, Julho-Outubro de 1967, pp. 309-324.

–, *As Companhias Pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.

–, *Demografia caboverdeana (subsídios para o seu estudo) (1807/1983)*, Praia, Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, 1ª ed., 1985.

–, *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, ed. do Autor, 1987.

–, *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné” (Séculos XVII e XVIII)*, Lisboa, 1983.

- , *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII) por João da Silva Feijó*, apresentação e comentários de António Carreira, Praia, Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, 1986 [As citações e referências à obra são as que constam da edição «Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde, em 1797», *Memórias Económicas* da Academia das Ciências de Lisboa, Tomo V, 1815]

- , «Homenagem aos colaboradores da revista “Claridade”», in *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII) por João da Silva Feijó*, apresentação e comentários de António Carreira, Praia, Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, 1986.

- , *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, s.d..

- , *Notas sobre o tráfico português de escravos*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1ª ed., 1978.

- , *Panaria caboverdeana-guineense (Aspectos históricos e sócio-económicos)*, s.l., Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.

- , «O primeiro “censo” de população da capitania das ilhas de Cabo Verde (1931)», *Revista de História Económica e Social*, nº 13, Janeiro-Junho de 1984, pp. 51-66.

- , *O tráfico de escravos nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850): (subsídios para o seu estudo)*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, col. Estudos de Antropologia Cultural, nº 14, 1981.

- CARVALHO, Jerónimo Paiva de, *Alma Negra! Depoimento sobre a questão dos serviçais de São Tomé*, s.l. [Porto], s.e. [Tipografia Progresso], 1912.

- CHELMICKI, José Conrado de, *Corografia cabo-verdiana ou descrição geográfico-histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, tomo I, Lisboa, Tipografia de L. C. da Cunha, 1841.

- CHEVALIER, Auguste, «Les Îles du Cap Vert. Flore de l' Archipel», in *Revue de Botanique Appliquée*, tomo XV, 1935, pp. 733-1090.

- Código de Posturas da Câmara Municipal do Concelho do Fogo*, *Boletim Oficial*, nº 30, Suplemento nº 7, 1931.

COHEN, Zelinda, «A Administração das ilhas de Cabo Verde Pós-União Ibérica: Continuidades e Rupturas», in Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. III, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2002, pp. 67-156.

–, «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu distrito no segundo século de colonização (1560-1640)», in Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, Lisboa e Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 189-224.

–, «Algumas reflexões sobre a colonização da ilha do Fogo», *Magma*, nºs 5-6, 1990, pp. 27-30.

–, «Cabo Verde – Da criouliização do homem à criouliização do aparelho de Estado», *Revista de Estudos-Cabo-Verdianos*, nº 2, Janeiro de 2006, pp. 7-15.

–, «Entre os proscritos e os seleccionáveis: contribuição para o estudo do perfil do funcionalismo régio insular (Cabo Verde: do século XV a meados do século XVIII)», *Africana*, nº 6 especial, 2001, pp. 79-91.

CORREIA, António A. Mendes, *Ultramar Português II – Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

CORREIA, António César de Vasconcelos, Relatório sobre as medidas que tomou enquanto comandante militar e civil da ilha do Fogo, *Boletim Oficial*, nº 183, 16 de Fevereiro de 1856, pp. 779-781 e *Boletim Oficial*, nº 184, 29 de Fevereiro de 1856, pp. 789-790.

CORREIA, Cláudia, «Historial», in *Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico: Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (1907-1979)*, Praia, Instituto do Arquivo Histórico Nacional, 2004, pp. 3-55.

–, «Historial», in *Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico: Secretaria Geral do Governo (1803-1927)*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1994, pp. 3-87.

CORREIA, Ezequiel & Fernando COSTA, «Breve notícia da recente erupção na ilha do Fogo e as suas consequências», *Finisterra*, vol. 30, nºs 59-60, 1995.

COSTA, Abel Fontoura da, *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939.

COSTA, Joaquim Vieira Botelho da, «A ilha do Fogo de Cabo Verde e o seu vulcão», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 5ª, nº 6, 1885, pp. 376-398.

Diário da Viagem Presidencial às Províncias de Guiné e Cabo Verde 1955, 2º vol., Agência Geral das Colónias, 1956.

DINIZ, A. Castanheira & G. Cardoso de MATOS, *Carta de Zonagem Agro-Ecológica e da Vegetação de Cabo Verde. II – Ilha do Fogo*, sep. de Garcia de Orta, série Botânica, 9 (1-2), 1987.

DOMINGUES, Ângela, «Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in Luís de Albuquerque & Maria Emília Madeira Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 41-123.

Família Henriques da Ilha do Fogo [em linha]. Disponível em:

<http://henriques.4t.com/>

Família Monteiro Rebelo da Ilha do Fogo [em linha]. Disponível em:

<http://monteiro.hostoi.com/>

Estatísticas da Alfândega da Província de Cabo Verde: Janeiro, Fevereiro e Março de 1912, Lisboa, Papelaria/Tipografia Casa Portuguesa, 1912.

FÊO, Isabel, «Escassez abundante: memória e rotina alimentar em Cabo Verde», in Clara Carvalho e João Pina Cabral (orgs.), *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 227-249.

FERNANDES, Gabriel, *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

–, *A diluição da África: Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

–, «O Lugar como Não-Lugar: Expatriação, Hibridização e Aventuras Cosmopolitas Cabo-Verdianas», *Estratégia*, nº 20, 2004. Disponível em linha, em:

<http://www.ieei.pt/files/lugarnaolugarGabrielFernandes.pdf>

FERNANDES, João Manuel, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.

FERREIRA, Manuel, *A aventura crioula*, Lisboa, Plátano Editora, 3ª ed. revista, s.d..

–, «Consciência Literária Cabo-Verdiana. Quatro gerações: Claridade – Certeza – Suplemento Literário – Boletim do Liceu Gil Eanes», *Estudos Ultramarinos*, nº 3, 1959, pp. 31-53.

–, «Do Regionalismo Cabo-Verdiano», *Ocidente*, vol. LXIII, nº 294, 1962, p. 165-183.

–, *No reino de Caliban I: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Lisboa, Plátano, 4ª ed., 1997 [1969]; *No reino de Caliban II: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Lisboa, Plátano Editora, 3ª ed., 1997.

–, «O Texto Brasileiro na Literatura Caboverdiana», *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 81-105.

FIGUEIREDO, Jaime de, «Distribuição somática nos censos de Cabo Verde», *Cabo Verde: Boletim de Informação e Propaganda*, ano V, nº 55, 1 de Abril de 1954, pp. 22-24.

FONSECA, Cláudio, «Chã das Caldeiras nos finais do século XIX e princípios do século XX» [em linha]. Disponível em:
<http://www.manduco.net/cha.htm>

FREYRE, Gilberto, «Onde Gilberto Freyre fala de Cabo Verde», *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, nº 36, 1 de Setembro de 1952, pp. 16-19. [Entrevista de Manuel Ferreira a Gilberto Freyre, em Goa, em 1951, publicada inicialmente no *Boletim da Emissora de Goa*.]

FRIEDLAENDER, Immanuel, *Subsídios para o conhecimento das ilhas de Cabo Verde. Resultados de uma viagem de estudo no verão de 1912*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1914.

FURTADO, Cláudio Alves, *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1993.

Genealogia da Família Barbosa da Ilha do Fogo [em linha]. Disponível em:
<http://www.barbosa.acthus.com/>

GRACIAS, João Amâncio, *Monografia*, Cabo Verde, Imprensa Nacional, 1922.

GRUPO DE REPUBLICANOS DA PRAIA, *Cabo Verde. Abusos, violências e despotismos do governador Marinha de Campos. Fiat Lux*, s.l., s.e. (Imprensa de Manuel Lucas Torres), 1911. [Este documento teve uma outra edição, atribuída ao cónego António Duarte da Graça: *Quatro meses e meio de uma administração ultramarina a pontapés ou a administração do sr. Marinha de Campos*, Cidade da Praia, 1911.]

IGNIS, «As Matrizes Prediais na Ilha do Fogo», *O Eco de Cabo Verde*, nº 6, 15/07/1933, p. 2.

N., J. C. D., *Genealogia da família Medina da ilha da Madeira*, Lisboa, Solução Editora, 1930.

LABAN, Michel, *Encontro com escritores*, vol. I, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1992.

LEÃO, João Fernandes da Silva, «Relatório do Cirurgião-Mor da Província de Cabo Verde sobre a cholera-morbus na ilha do Fogo em 1855», Praia, 15 de Janeiro de 1856, *Anais do Conselho Ultramarino*, pp. 358-364; *Anais do Conselho Ultramarino*, «Parte não oficial», série I, Setembro 1857, pp. 365-372 e 373-385.

LESSA, Almerindo e Jacques RUFFIÉ (orgs.), *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde e Mesa redonda sobre o homem caboverdiano*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1957.

LIMA, António Germano de, «A Cultura Material como fonte histórica: o caso do património construído da Praia», *Revista Científica de Estudos Cabo-Verdianos*, nº 2, 2006.

LIMA, José Joaquim Lopes de, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas no Ultramar, Livro I – Das Ilhas de Cabo Verde e suas Dependências*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

LOBBAN, JR., Richard, *Cape Verde: Crioulo Colony to Independent Nation*, Boulder/São Francisco, Westview Press, 1995.

LOPES, Baltasar, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, Apontamentos lidos ao microfone de Rádio Barlavento, Praia, Imprensa Nacional, 1956.

–, «Depoimento», *Clairidade: revista de arte e letras*, org., coord. e dir. de Manuel Ferreira, Linda-a-Velha, ALAC, 2ª ed. (fac-similada), s.d., pp. xiii-xv.

–, «Uma experiência românica nos trópicos – I», *Claridade*, nº 4, Janeiro de 1947, pp. 13-22.

–, «Uma experiência românica nos trópicos – II», *Claridade*, nº 5, Setembro de 1947, pp. 1-10.

–, «Nota», *Claridade*, nº 6, Julho 1948, pp. 36-37.

LOPES, Manuel, *Os flagelados do vento leste*, Lisboa, Vega, 3ª ed., 1991.

–, «Temas cabo-verdianos», *Estudos Ultramarinos*, Lisboa, nº 3, 1959, pp. 81-88.

LOPES FILHO, João, «Aspectos da administração pública em Cabo Verde nos meados do século XIX», *Islenha*, nº 29, Julho-Dezembro de 1991, pp. 34-43.

–, *A Capela do Pico Vermelho em Santiago*, Praia, Instituto Camões-Centro Cultural Português, 2003.

–, *Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, vol. II, s.l., Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1ª ed., 1996.

LYALL, Archibald, *Black and White Make Brown: An Account of a Journey to the Cape Verde Islands and Portuguese Guinea*, Londres/Toronto, William Heinemann LTD, 1938.

MARGARIDO, Alfredo, «O arquipélago de Cabo Verde e as ilhas atlânticas», *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, ano XI, nº 127, 1 de Abril de 1960, pp. 28-30.

MARIANO, Gabriel, *Cultura Caboverdeana – Ensaaios*, Lisboa, Vega, 1991.

–, «Do funco ao sobrado ou o “mundo” que o mulato criou», in *Colóquios cabo-verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, nº 22, 1959, pp. 23-49.

MARQUES, António de Oliveira, «Gaspar Frutuoso e a colonização de Cabo Verde», *Garcia de Orta*, vol. 9, nº 1, 1961, pp. 27-29.

MASSA, Françoise e Jean-Michel MASSA, «Maria Chaves – O Sobrado de “Ilhéu de Contenda” de Teixeira de Sousa, Suporte de um projecto cultural na Ilha do Fogo», *Ponto & Vírgula*, nº 17, Dezembro de 1987, pp. 53-54.

MATOS, Luís, «O caboverdiano», *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, Praia, ano II, nº 18, 1 de Março de 1951, pp. 26-27.

- MEINTEL, Deirdre, «Emigração em Cabo Verde: solução ou problema?» *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 2, Junho/Dezembro 1984, pp. 93-120.
- , *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cape Verde*, Nova Iorque, Syracuse University, 1984.
- MELO, Lopo Vaz de Sampaio e, *Esquisso Etnográfico da População de Cabo Verde*, Lisboa, Escola Superior Colonial, 1934.
- MONTEIRO JR., Júlio, *Os rebelados da ilha de Santiago, de Cabo Verde*, Praia, Centro de Estudos de Cabo Verde, 1974.
- MONTEIRO, Félix, «Bandeiras da Ilha do Fogo: o senhor e o escravo divertem-se», *Claridade*, nº 8, Maio de 1958, pp. 9-22.
- , «Cantigas de Ana Procópio», *Claridade*, nº 9, Dezembro de 1966, pp. 15-23.
- OLIVEIRA, Arménio Ramires de; Júlio MONTEIRO JR. & Henrique Teixeira de SOUSA, *Plano de Abastecimento do Arquipélago de Cabo Verde em Época de Seca*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.
- OLIVEIRA, João Nobre de, *A imprensa cabo-verdiana: 1820-1875*, Macau, Fundação Macau, 1998.
- PEREIRA, Daniel, *Apointamentos históricos sobre a ilha do Fogo*, Praia, Alfa-Comunicações, s.d..
- PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de situ orbis*, ed. crítica de Augusto Epifânio da S. Dias, 1905.
- PINA, Hermano Firmino de, *O processo de Hermano de Pina: Subsídios para a história da fome, e não só, em Cabo Verde*, Mindelo, Ilhéu Editora, 1992.
- PUSICH, António, «Esboço sobre as formas de governo administrativo das ilhas de Cabo Verde», in *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, recolha, anotações e apresentação de António Carreira, Lisboa, ed. do Autor, 1987.
- RENDALL, John, *Guide des Iles du Cap Vert* [1856], Rennes, Université de Haute-Bretagne-Rennes 2, s.d..

- RIBEIRO, Orlando, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, 2ª ed., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 2ª ed., 1960.
- , «Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde», *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, nº 59, 1962.
- ROBERTS, George, *As Ilhas de Cabo Verde nos anos 1720. Quatro anos de viagens do capitão George Roberts*, Sarcelles, 1980 [policopiado]. [Trata-se da tradução portuguesa, por Désiré Bonnafloux, da parte respeitante a Cabo Verde do texto *The Four Years Voyagers of Captain George Roberts*, Londres, 1726.]
- RODRIGUES, Moacyr, *Cabo Verde: Festas de romarias. Festas juninas*, ed. do Autor, 1997.
- SAINT-MAURICE, Ana de, *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- SANTOS, Isabel Calmeiro dos, *A ilha do Fogo, séculos XV-XVIII: Sistematização de informações históricas*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008 [policopiado].
- SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001; vol. III, Lisboa e Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002.
- , «Mulatos, sua legitimação pela Chancelaria Régia no século XVI», *STVDIA*, nº 53, 1994, pp. 237-246.
- SANTOS, Maria Emília M. & Iva CABRAL, «O nascer de um sociedade através do morador-armador», in Luís de Albuquerque & Maria Emília Madeira Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 371-430.
- & Maria João SOARES, «Igreja, missionação e sociedade», in Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 359-508.
- et al., «Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI –XVII)», *Africana*, 6 Especial, 2001, pp. 49-78.

SENA, Manuel Roiz Lucas de, *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde, 1818*, anotações e comentários de António Carreira, s.l., s.e., 1987.

SILVA, António Correia e, «Espaço, ecologia e economia interna», in Luís de Albuquerque & Maria Emília Madeira Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 179-236.

–, *Histórias de um Sahel insular*, Praia, Edições Spleen, 2ª ed., 1996.

–, «Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. As secas e as fomes nos séculos XVII e XVIII», *STVDIA*, nº 53, 1994, pp. 365-382.

–, «A tributação nos primórdios da História de Cabo Verde (1460-1516)», in Luís de Albuquerque & Maria Emília Madeira Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 347-369.

SILVA, Tomé Varela da, «Humanismo Cabo-verdiano: Edificação duma Encruzilhada numa Encruzilhada», Actas do Colóquio *O Humanismo Latino e o Humanismo Africano*, 6-7-8 de Janeiro 2000, Praia. Disponível em linha, em: http://www.fondazioneecassamarca.it/eng/05emigrazione/convegni/con_africa.html

SILVEIRA, Onésimo, *Concienzialização na literatura caboverdiana*, Lisboa, Edição da Casa dos Estudantes do Império, 1963.

–, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Edições Colibri, 2005.

SOUSA, Henrique Teixeira de, «Apontamento para um romance: ilha do Fogo dos anos 27 e 28», *Magma*, ano I, nº 2, Novembro de 1988, pp. 27-30.

–, «D. Irene», *Terra Nova*, nº 269, Março de 1999, p. 3.

–, «A emigração para S. Tomé», *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, nº 65, 1 de Fevereiro de 1955, pp. 3-4.

–, «A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940», *Claridade*, nº 5, Setembro de 1947, pp. 42-44.

–, «Os falares das ilhas de Cabo Verde», *Islenha*, nº 25, Julho-Dezembro de 1999, pp. 13-17.

- , «A ilha do Fogo e a sua cidade», *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, ano VIII, nº 96, 1957, pp. 7-10.
- , «Luís da Silva Rendall: 1916-2003», *Terra Nova*, nº 321, 2003, p. 3.
- , «Prefácio», in A. Ramires de Oliveira, Júlio Monteiro & Henrique Teixeira de Sousa, *Plano de abastecimento de Cabo Verde em época de seca*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 19-34.
- , «Recordando B. Léza», *Terra Nova*, nº 321, 2003, p. 3.
- , «Sobrados, lojas & funcos: contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo», *Claridade*, nº 8, Maio de 1958, pp. 2-8.
- SOUSA, Luís de Saldanha Oliveira e, *Cartas de Cabo Verde*, sep. da revista *O Rosário*, 1946.
- TAVARES, Eugénio, «Língua de pretos», *O Manduco*, nº 11, Janeiro de 1924, p. 1.
- , «O perigo branco», *O Eco de Cabo Verde*, nº 3, 1 de Janeiro de 1933, p. 4. [Artigo previamente publicado no periódico *Alvorada*.]
- TENREIRO, Francisco José, «Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta», *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, nº 76, 1 de Janeiro de 1956, pp. 12-17.
- , «Canção do mestiço», in Manuel Ferreira, *No reino de Caliban II: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Lisboa, Plátano Editora, 3ª ed., 1997, p. 437.
- TORRÃO, Maria Manuel, «Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. O algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufactura africana», *STVDIA*, nº 50, 1991, pp. 157-176.
- VASCONCELOS, João, «Filhos da terra, ou Lamarck em Cabo Verde», 2006 [em linha]. Disponível em:
www.ics.ulpt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_7pdf
- VIEIRA, Agostinho, *Ilhas de Cabo Verde parcelas do Império (Impressões de viagem, notas históricas e apontamentos folclóricos)*, Lisboa, s.e., 1940.

VIEIRA, Francine, «Pour une nouvelle lecture des phénomènes identitaires dans les Etats post-coloniaux: le cas du Cap Vert», *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, nº 0, 2005, pp. 33-44.

VIEIRA, Padre António, *Sermão da Epifania*, 1662, in NUPILL, *Literatura Brasileira, Textos literários em meio eletrônico* [em linha]. Disponível em:
<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/BT2803065.html>

VIEIRA, Henrique de Santa Rita *História da Medicina em Cabo Verde*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1989.

–, *Sermão da Epifania* [1662], in Rui Miguel da Costa Pinto, «O escravagismo negro no pensamento de Vieira e a sua passagem por Cabo Verde», in *Actas do Congresso Internacional Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira*, vol. I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1999.

VILHENA, Henrique de, *Pelo caminho (documentos e notas de minha vida social e pública)*, Lisboa, s.e. (Tip. Imp. Libânio da Silva), 1939.

3. BIBLIOGRAFIA GERAL

AA. VV., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, 1ª ed., 1997.

AA. VV., *O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, Lisboa, Espaço Oikos, 1997.

ABDELAL, Rawi *et al.*, «Identity as a Variable», *Perspectives on Politics*, vol. 4, nº 4, Dezembro de 2006, pp. 695-711.

ABREU, Torres, Ruy d', «Pelourinho», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p. 43-44.

ALMEIDA, João Ferreira de & José Madureira PINTO, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 4ª ed., 1990.

ALMEIDA, Miguel Vale de, «Crioulização e Fantasmagoria», Brasília, 2004 [em linha]. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie365empdf.pdf>

–, *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política de Identidade*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

–, «Misto, crioulo e cidadão: notas para um humanismo radical», in AA. VV., *O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, Lisboa, Espaço Oikos, 1997, pp. 19-28.

AMSELLE, Jean-Loup, *Logiques métisses. Anthropologies de l'identité en Afrique et ailleurs*, Paris, Éditions Payot, 1990.

ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*, ed. rev., Londres e Nova Iorque, Verso, 1991.

ANTHIAS, Floya, «New hybridities, old concepts: the limits of 'culture'», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, nº 4, Julho 2001, pp. 619-641.

ANTÓNIO, Mário, *Luanda, "ilha crioula"*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968.

ASHCROFT, Bill; Gareth GRIFFITHS & Helen TIFFIN, *Key Concepts in Post-Colonial Studies*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1998.

BALANDIER, Georges, *Anthropo-logiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

BALIBAR, Etienne, «Le 'racisme de classe'», in Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein, *Race, nation, classe. Les identités ambigües*, Paris, Éditions La Découverte, 1990, pp. 272-288.

BALIBAR, Etienne & Immanuel Wallerstein, *Race, nation, classe. Les identités ambigües*, Paris, Éditions La Découverte, 1990.

BANTON, Michael, «Eugenics», in Ellis Cashmore (org.), *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, Londres, Routledge, 4ª ed., 1996, pp. 125-126.

–, «Progress in ethnic and racial studies», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, nº 2, Março de 2001, pp. 173-194.

–, *Racial Theories*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 1998.

BARBER, Bernard, *Estratificación social. Análisis comparativo de estructura y proceso*, Madrid, Ediciones de Fondo de Cultura Económica, 1974.

BAROT, Rohit & John BIRD, «Racialization: the genealogy and critique of a concept», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, nº 4, Julho 2001, pp. 601-618.

BARROS, Simão de, *De rebus hesperitanis*, Lisboa, Edições Hesperitanas, s.d..

BASHI, Vilna, «Racial categories matter because racial hierarchies matter: a commentary», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21, nº 5, Setembro 1998, pp. 959-968.

BASTIDE, Roger, *Anthropologie Appliquée*, Paris, Payot, 1971.

–, «Manifestações do preconceito de cor», in Roger Bastide & Florestan Fernandes, *Branços e negros em São Paulo, Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª ed. (revista e ampliada), 1959.

BASTIDE, Roger & Florestan FERNANDES, *Branços e negros em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª ed. (revista e ampliada), 1959.

- BAUDOUIN, Jean, *Introdução à sociologia política*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt, *Modernidade e Ambivalência*, Lisboa, Relógio D' Água Editores, 2007.
- BENDIX, Reinhard & Seymour LIPSET (orgs.), *Class, Status and Power. Sociological Stratification in Comparative Perspective*, Nova Iorque, The Free Press, 2ª ed., 1966 [1953].
- BERGER Peter L. & Thomas LUCKMANN, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Editora Vozes, 1998 [1966].
- BERGHE, Pierre van den, «Race – as synonym», in Ellis Cashmore (org.), *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, Londres, Routledge, 4ª ed., 1996, pp. 296-298.
- BERTAUX, Daniel, *Destinos pessoais e estrutura de classe*, Lisboa, Moraes Editores, 1ª ed., 1978.
- BESSA, António Marques, *Quem governa? Uma análise histórico-social do tema da elite*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1992.
- BÉTEILLE, André, «The Decline of Social Inequality?», in André Béteille (org.), *Social Inequality*, Middlesex, Penguin Books, 1969, pp. 362-380.
- BHABHA, Homi, *The Location of Culture*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 2ª ed., 1995.
- BITTERLI, Urs, *Cultures in Conflict: Encounters Between European and Non-European Cultures, 1492-1800*, Cambridge, Polity Press, s.d. [1986].
- BLANCHARD, Pascal & Nicolas BANCEL, *Culture post-coloniale 1961-2006: Traces et mémoires coloniales en France*, Paris, Éditions Autrement, 2005.
- BLUTEAU, Raphael *Vocabulário português e latino*, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo [em linha]. Disponível em:
<http://143.107.31-9/ieb/dicionarios/bluteau/Brasiliana/formBuscaDicionarioPLChave.asp>
- BOND, Georges & Angela Gilliam (orgs.), *Social Construction of the Past: Representation as power*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997.
- BOURDIEU, Pierre, *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, s.l., Fayard, s.d. [1982].

- , *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979.
- , *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- , & Loïc WACQUANT, «Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista», *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº 1, 2002, pp. 15-33. [Artigo inicialmente publicado no periódico *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, em 1998, ano em que foi pela primeira vez publicado também no Brasil, pela Editora Vozes.]
- , et al., *Le métier de sociologue*, Paris, Mouton Éditeur, 4ª ed., 1983.
- BOXER, Charles, *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*, Porto, Edições Afrontamento, 2ª ed., 1988 [1963].
- BRACE, C. Loring, «Foreword to the Sixth Edition by C. Loring Brace», in Ashley Montagu, *Man's Most Dangerous Mith: The Falacy of Race*, Walnut Creek, AltaMira Press, 6ª ed., 1997, pp. 13-23.
- BURNS, Alan, *Colour prejudice with particular reference to the relationship between whites and negros*, Londres, George Allen & Unwin, 1948.
- CABRAL, João de Pina, «Cisma e continuidade em Moçambique», in Clara Carvalho & João de Pina Cabral (orgs.), *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 375-393.
- , & Nelson LOURENÇO, *Em Terra de Tufões: Dinâmicas de Etnicidade Macaense*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1993.
- , & Susana de Matos VIEGAS, «Nomes e ética: uma introdução ao debate», in João de Pina Cabral & Susana de Matos Viegas (orgs.), *Nomes: Género, Etnicidade e Família*, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 13-37.
- , & Susana de Matos VIEGAS (orgs.), *Nomes: Género, Etnicidade e Família*, Coimbra, Almedina, 2007.
- CAETANO, Marcelo, «Comunicação à Colónia, por intermédio do Rádio Clube de Moçambique, em 7 de Setembro de 1945», in *Alguns discursos e relatórios: viagem ministerial a África em 1945*, Agência Geral das Colónias, 1946.

- CALDEIRA, Arlindo, «Mestiçagem, estratégias de casamento e propriedade feminina no arquipélago de São Tomé e Príncipe nos séculos XVI, XVII e XVIII», *Arquipélago História*, 2ª série, vols. XI-XII, 2007-2008, pp. 49-72.
- CAMPBELL, Mary & Lisa TROYER, «The Implications of Racial Misclassification by Observers», *American Sociological Review*, vol. 72, Outubro de 2007, pp. 750-765.
- CANTARINO, Carol, «Nova genética desestabiliza idéia de “raça” e coloca dilemas políticos», *Com Ciência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico* [em linha]. Disponível em: <http://paterlex.com.br/Jornais-revistas/2006/Desestabiliza.pdf>
- CARRILHO, Maria, *Sociologia da Negritude*, Lisboa, Edições 70, 1975.
- CHARLES, Carolle, «Sexual politics and the mediation of class, gender and race in power slave plantation societies: the case of Haiti», in Georges Bond & Angela Gilliam (orgs.), *Social Construction of the Past: Representation as power*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1997, pp. 44-58.
- CARVALHO, A. Pinto de, «O mito racista», sep. da revista *Brotéria*, vol. XXVI, nº 6, Lisboa, Junho de 1938.
- CARVALHO, Clara & João de Pina CABRAL (orgs.), *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- CASHMORE, Ellis (coord.), *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, Londres, Routledge, 4ª ed., 1996.
- , «Power», in Ellis Cashmore, *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, Londres, Routledge, 4ª ed., 1996, pp. 286-288.
- CASIMIRO, Augusto, *Portugal Crioulo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1940.
- CASTELO, Cláudia, «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, 1998.
- CASTRO, Armando, «Morgado», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 345-348.

CÉSAIRE, Aimé, «Culture et Colonisation», *Présence Africaine*, número especial – *Le 1^{er} Congrès International des Écrivains et Artistes Noirs (Paris-Sorbonne-19-22 Setembro 1956* –, nºs 8-9-10, Junho-Novembro de 1956, pp. 190-205.

–, *Discurso sobre o colonialismo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa editora, 1ª ed., 1978.

CIPRUT, Marie-Andrée, *Outre-mère: essai sur le métissage*, Paris, L' Harmattan, 2004.

Código Civil Português, actualizado e anotado por João Nunes Cardoso, Lisboa, Edição da «Procural» Enciclopédia Jurídica, 1940.

COHEN, Robin, «Creolization and Cultural Globalization: The Soft Sound of Fugitive Power», *Globalizations*, vol. 4 (3), 2007, pp. 369-384. A versão que citamos, porém, é a que o autor publicou previamente, em:

[www2.warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/rsw/current/cscs/working_paperscreolization_and_cultural_globalization -- the sof.pdf](http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/rsw/current/cscs/working_paperscreolization_and_cultural_globalization_-_the_sof.pdf)

Colecção Cronológica de leis extravagantes, posteriores à nova compilação das Ordenações do Reino, publicada em 1603, tomo I de Decretos, Cartas, etc., Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819.

CORREIA, António A. Mendes, *Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate*, comunicação apresentada ao Congresso Nacional de Ciências da População, Porto, 1940.

–, *O mestiçamento nas colónias portuguesas*, Comunicação apresentada ao Congresso Colonial, Lisboa, 1940.

COSTA, Sérgio, «A Construção Sociológica da Raça no Brasil», *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 1, 2002, p. 35-61.

CRUZ, Abel dos Santos, «Francisco Correia da Silva: Capitão e Governador de Cabo Verde. O Regimento de 9 de Novembro de 1605», *Africana*, nº 6 (especial), 2001, pp. 195-209.

CUCHE, Denys, *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século Edições, 2ª ed., s.d..

CUNHA, Eugénia, «O esqueleto humano e a “raça”: breve apontamento sobre uma relação sem sentido», in AA. VV., *O que é a raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, Lisboa, Espaço Oikos, 1ª ed., 1997, pp. 51-63.

- CUNHA, Manuela Pereira da, «A natureza da “raça”», *Sociedade e Cultura*, nº 2, *Cadernos do Noroeste*, série Sociologia, vol. 13, nº 2, 2000, pp. 191-203.
- DANIEL, E. Valentine & Jeffrey M. PECK (orgs.), *Culture/Contexture: Explorations in Anthropology and Literary Studies*, Berkeley, University of California Press, 1996.
- DAVIS, Kingsey & Wilbert E. MOORE, «Some Principles of Stratification», in Reinhard Bendix & Seymour Martin Lipset (orgs.), *Class, Status and Power: Social Stratification in Comparative Perspective*, Nova Iorque, The Free Press, 2ª ed., 1966 [1953], pp. 47-53.
- DEGENNE, Alain, *Les réseaux sociaux. Une analyse structurale en sociologie*, Paris, Armand Colin, 1994.
- DESCHAMPS, Jean-Claude, «Social identity and relations of power between groups», in Henri Tajfel (org.), *Social identity and intergroup relations*, Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1ª ed., 1982, pp. 85-98.
- DESMARAIS, Danielle, «Introduction», in Danielle Desmarais e Paul Grell (orgs.), *Les Récits de vie: théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Éditions Saint-Martin, 1986, pp. 11-17.
- , & Paul GRELL (orgs.), *Les Récits de vie: théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Éditions Saint-Martin, 1986.
- DIAS, Jorge, «Contactos de cultura», in *Colóquios de política ultramarina internacionalmente relevante*, *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, VII, pp. 55-82.
- Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vols. I, II, III, IV e V, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d..
- DIRKS, Nicholas B., «Introduction: Colonialism and Culture», in Nicholas B. Dirks (org.), *Colonialism and Culture*, Michigan, The University of Michigan Press, 2000, pp. 1-25.
- (org.), *Colonialism and Culture*, Michigan, The University of Michigan Press, 2000.
- ECO, Umberto & Jean-Claude CARRIÈRE, *A obsessão do fogo*, Lisboa, DIFEL, 2009.

ERIKSEN, Thomas Hylland, «Confessions of a useful idiot, or Why culture should be brought back in», *LBC Newsletter*, Uppsala University, Outubro 2002.

–, «Do cultural islands exist?, *Social Anthropology*, nº 1, 1993. Disponível em linha, em: <http://folk.uio.no/geirthe/Culturalislands.html>

–, *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*, Londres, Pluto Press, 2002 [1993].

–, «Tu dimunn pu vini kreol: The Mauritian creole and the concept of creolization», 1999 [em linha]. Disponível em: <http://www.transcomm.ox.ac.uk/workingpapers/eriksen.pdf>

FALLERS, Lloyd, «Social Stratification and Economic Processes in Africa», in Reinhard Bendix & Seymour Martin Lipset (orgs.), *Class, Status and Power: Sociological Stratification in Comparative Perspective*, Nova Iorque, The Free Press, 2ª ed., 1966 [1953], pp. 141-147.

FANON, Frantz, *Pele negra, máscaras brancas*, Porto, Paisagem, s. d..

FEARON, James D., *What is Identity (As We Now Use the Word)?*, Stanford, Stanford University, Novembro 1999. Disponível em linha, em: <http://www.stanford.edu/~jfearon/papers/iden1v2.pdf>

FERNANDES, António José, *O Social em Construção. A Teorização nas Ciências Sociais*, Porto, Figueirinhas, s.d..

FERNANDES, Florestan, «Côr e estrutura social em mudança», in Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branços e negros em São Paulo. Ensaio sociológico sôbre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de côr na sociedade paulistana*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª ed. revista e ampliada, 1959.

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, «Capitão-donatário», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 472-477.

FERREIRA, Vicente, *Colonização étnica da África portuguesa*, Lisboa, 1944.

FERREIRA-PINTO, Fernando, *Dicionário de Direito da Família e de Direito das Sucessões*, Lisboa, Livraria Petrony Editores, 2004.

FERRO, Marc (org.), *Le livre noir du colonialisme. XVI-XXI siècle: de l'extermination à la repentance*, Paris, Éditions Robert Laffont, 2003.

FERRONHA, António Luís (org.), *O Confronto do Olhar: O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas, Séculos XV e XVI*, Lisboa, Caminho, 1991.

FONSECA, Maria Manuel, *Educar herdeiros: práticas educativas da classe dominante lisboeta nas últimas décadas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

FONTAINE, Pierre-Michel, «Blacks and the Search for Power in Brazil», in Pierre-Michel Fontaine (org.), *Race and Power in Brazil*, Los Angeles, Universidade da Califórnia, Centro para Estudos Afro-Americanos, 3ª ed., 1995, pp. 56-72.

FONTAINE, Pierre-Michel, *Race and Power in Brazil*, Los Angeles, Universidade da Califórnia, Centro para Estudos Afro-Americanos, 3ª ed., 1995.

FREYRE, Gilberto, *Aventura e Rotina – Sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1953.

–, *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*, Conferência proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, a 10 de Outubro de 1962.

–, *Casa-Grande & Senzala*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 2001.

–, *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1942.

–, *O Luso e o Trópico: Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num contexto novo de civilização: o luso-tropical*, Lisboa, Comissão Executiva do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

–, *O mundo que o Português criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940.

FRIEDMAN, Jonathan, *Cultural Identity and Global Process*, Londres, Sage Publications, 1994.

FRY, Peter, «A democracia racial infelizmente virou vilã», entrevista de Peter Fry a Luciano Trigo, *O Globo – Prosa & Verso*, parcialmente disponível em linha, em *Jornal da Ciência*, 20 de Junho 2005:

<http://paginas.unisul.br/fiori/noticias/2005/peterfry.pdf>

- , «“Raça” e saber no Brasil contemporâneo», in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Novos Olhares*, Actas das sessões plenárias do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, pp. 119-124.
- FURET, François, *A Oficina da História*, Lisboa, Gradiva, s.d..
- GAUER, Ruth M. Chittó, «A contribuição portuguesa para a construção da sociedade brasileira», *Revista de História das Ideias*, vol. 19, 1997, pp. 567-591.
- GAUTIER, Arlette, «Femmes et colonialisme», in Marc Ferro (coord.), *Le livre noir du colonialisme. XVI-XXI siècle: de l'extermination à la repentance*, Paris, Éditions Robert Laffont, 2003, pp. 759-811.
- GEERTZ, Clifford, *The Interpretation of Cultures*, Londres, Fontana Press, 1993 [1973].
- GIDDENS, Anthony, *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta, 2000.
- , *Novas Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Gradiva, 1ª ed., 1996.
- GILBERT, Nigel (org.), *Researching Social Life*, Londres/Thousand Oaks/Nova Deli, Sage Publications, 5ª ed., 1995.
- GILROY, Paul, *The Black Atlantic Modernity and Double Consciousness*, Londres, Verso, 2ª ed., 1995.
- GIRAUD, Michel, «La créolité: une rupture en trompe-l'oeil», *Cahiers d'Études Africaines, La Caraïbe: Des îles au continent*, vol. XXXVII (4), nº 148, 1997, pp. 796-797.
- GONÇALVES, Iria, «Fintas», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, Porto, Figueirinhas, s.d., pp. 40-41.
- GRÁCIO, Sérgio, «A mobilidade social revisitada», *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 24, Junho de 1997, pp. 45-59.
- GRAFMEYER, Yves, *Sociologia urbana*, Mem Martins, s.d. [1994].
- Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa*, 5º vol. São Paulo, Editora Lisa, 1988.

- GREGORY, Derek & John Urry (orgs.), *Social Relations and Spatial Structures*, Houndmills etc, Macmillan Education, 2ª ed., 1987.
- GRELL, Paul, «Les récits de vie: une méthodologie pour dépasser les réalités partielles», in Danielle Desmarais & Paul Grell (orgs.), *Les Récits de vie: théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Éditions Saint-Martin, 1986, pp. 151-176.
- GUIBERNAU, Monserrat & John REX (orgs.), *The Ethnicity reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, 1997.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio, «Preconceito de cor e racismo no Brasil», *Revista de Antropologia*, vol. 47, nº 1, São Paulo, 2004, pp. 9-43.
- GURVITCH, Georges, *Classes Sociais*, Paris, Editions Gonthier, 1966.
- HANCHARD, Michael, «Política Transnacional Negra, Antiimperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loic Wacquant: Exemplos de Interpretação Equivocada», *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 1, 2002, pp. 63-96.
- HANNERZ, Ulf, «Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional», *Maná*, nº 3 (1), 1997, pp. 7-39.
- , «Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização», *Maná*, vol. 5, nº 1, 1999, pp. 149-155.
- HASENBALG, Carlos A., «Race and Socioeconomic Inequalities in Brazil», in Pierre-Fontaine, Michel (org.), *Race and Power in Brazil*, Los Angeles, Universidade da Califórnia, 3ª ed., 1995, pp. 25-41.
- HAYDARA, Abou, *L'envers de l'épopée portugaise en afrique (XV^e-XX^e siècles)*, Paris, L'Harmattan, 2007.
- HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.
- História de Portugal*, vol. X – *Portugal Liberal (I)*, dir. por João Medina, Amadora, Edita Ediclube, 2004.
- HOFBAUER, Andreas, «Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil», *Lua Nova*, São Paulo, nº 68, 2006, pp. 9-56. Disponível em linha, em:

<http://www.scielo.br/pdf/ln/468/a02n68.pdf>

HYAM, Ronald, *Empire and sexuality: the British experience*, Manchester/Nova Iorque, Manchester University Press, 1990.

IKERTZER, David & Dominique AREL, «Census, identity formation and the struggle for political power», in David Ikertzer e Dominique Arel (orgs.), *Census and Identity: the Politics of Race, Ethnicity, and Language in Natural Censuses*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, pp. 1-42.

– (orgs.), *Census and Identity: the Politics of Race, Ethnicity, and Language in Natural Censuses*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

JACINTO, António, «Poema da Alienação», in Manuel Ferreira (org.), *No Reino de Caliban II, Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, 2º vol., Lisboa, Plátano Editora, 3ª ed., 1997, pp. 136-138.

JANNE, Henri, *Le système social*, Bruxelas, Editions de l'Institut de Sociologie de l'Université de Bruxelles, 1968.

JOLIVET, Marie-José, «La créolisation en Guyane. Un paradigme pour une anthropologie de la modernité créole», *Cahiers d' Études Africaines (La Caraïbe: Des îles au continent)*, XXXVII (4), 148, 1997, pp. 813-837.

JONES, Russel A., *Méthodes de recherche en sciences humaines*, Paris/Bruxelas, De Boeck & Larcier, 2000.

KAUFMANN, Jean-Claude, *L'entretien compréhensif*, Paris, Éditions Nathan, 1996.

KLAGES, Mary, «Race and Postcolonialism, 3» [em linha]. Disponível em:

<http://www.webpages.uidaho.edu/~flores/KlagesBhaba>, p. 1.

KNIPPENBERG, Ad F. M. van, «Intergroup differences in group perceptions», in Henri Tajfel (org.), *The Social Dimension*, vol. 2, Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1ª ed., 1984, pp. 560-578.

KVALE, Steiner, *InterViews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing*, Thousand Oaks/Londres/Nova Deli, Sage Publications, 1996.

- LAPLANTINE, François & Alexis NOUSS, *Le métissage: un exposé pour comprendre, un essai pour réfléchir*, Paris, Flammarion, 1997.
- LEARY, David, «Naming and Knowing: Giving Forms to Things Unknown», *Social Research*, vol. 62, nº 2, 1995, pp. 267-298.
- LÉONARD, Yves, «Salazarisme et lusotropicalisme, histoire d'une appropriation», *Lusotopie*, 1997, p. 211-226.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Edição Tempo Brasileiro, 4ª ed., 1991.
- *O Olhar Distanciado*, Lisboa, Edições 70, s.d. [1983].
- LIMA, Antónia de, «Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa», in João de Pina Cabral e Susana de Matos Viegas (orgs.), *Nomes: Género, Etnicidade e Família*, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 39-61.
- LIPSET, Seymour Martin, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, 1ª ed., 1992.
- LITTLEJOHN, James, *Social Stratification: An Introduction*, Londres, George Allen & Unwin LTD, 1972.
- LLOYD, David, «Race under Representation», in E. Valentine Daniel & Jeffrey M. Peck (orgs.), *Culture/Contexture: Explorations in Anthropology and Literary Studies*, Berkeley, University of California Press, 1996, pp. 249-272.
- MAALOUF, Amin, *As identidades assassinas*, Lisboa, DIFEL, 1999.
- , *Origens*, Lisboa, DIFEL, 2004.
- MACHADO, Fernando Luís, *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2002.
- , «Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?», *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, 2000, pp. 9-44.
- MACHADO, Igor, «Mestiçagem Arqueológica», *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº 2, Rio de Janeiro, 2002, pp. 385-408.

- MADUREIRA, Nuno Luís, «A estatística do corpo: antropologia física e antropometria na alvorada do século XX», *Etnográfica*, vol. VII, nº 2, 2003, pp. 283-303.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Editorial Delta, 1986.
- (coord.), *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1986.
- , «Senhorial, regime», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 531-532.
- MARQUES, João Filipe, «Ainda podemos falar de “raças”? A “raça” enquanto conceito sociológico», in AA. VV., *O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, Lisboa, Espaço Oikos, 1997, pp. 65-70.
- MARTIN, Denis-Constant, «A creolizing South Africa? Mixing, hybridity and creolization: (re)Imagining the South African experience?», *International Social Science Journal*, vol. 58, nº 187, 165-176. Inicialmente disponível em linha, em: http://www.uct_cmc.co.za/conferences/2005/races/pdf/dc_martin.pdf
- MARX, Karl, *Para a Crítica da Economia Política*, in Marx e Engels, *Obras Escolhidas*, Tomo I, Lisboa/Moscovo, Edições “Avante!”/Edições Progresso, 1982.
- & Friedrich ENGELS, *O Manifesto do Partido Comunista* [1948], Lisboa, Editorial Estampa, s.d..
- MATOS, Artur Teodoro de (coord.), *A Colonização Atlântica*, vol. III da *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. por Joel Serrão e Oliveira Marques, Lisboa, Editoria Estampa, 1ª ed., 2005.
- MATTOSO, José, *Identificação de um País*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1985.
- , “Prefácio”, in Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 13-15.
- MEDEA, Laurent, «Identity formation in La Réunion». [Texto inicialmente disponível em linha e entretanto retirado.]
- MELO, Alexandre, *Globalização Cultural*, s.d., Quimera Editores, 1ª ed., 2002.

- MEMMI, Albert, *O Racismo: Descrição, definição, tratamento*, Lisboa, Editorial Caminho, 1993.
- , *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*, Lisboa, Mondar, Editores, 1974.
- MENDES, José Amado, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», *Análise Social*, 4ª série, vol. XXVII, nºs 116-117, 1992 (2º-3º), pp. 357-365.
- MILES, Robert, *Racism after 'race relations'*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1993.
- MONTAGU, Ashley, *Man's Most Dangerous Mith: The Falacy of Race*, Walnut Creek, AltaMira Press, 6ª ed., 1997.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos Séculos XVII e XVIII», *Penélope – Fazer e Desfazer a História*, nº 12, 1993, pp. 43-63.
- MOREIRA, Adriano, «Metodologia gilbertiana», *Estudos Políticos e Sociais*, vol. XII, nºs 1-2, 1984, pp. 75-85.
- , *Política Ultramarina*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1956.
- , «O regresso de Gilberto Freyre», Recife, Fundação Gilberto Freyre, 2004 [em linha].
Disponível em:
http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/critica/palestras/o_regresso_gf.htm
- MORIN, Edgar, *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa, Edições Piaget, 3ª ed., 2001.
- MOTA, Paulo Gama, «A essência da raça: variações sobre o conceito de raça», in AA. VV., *O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, Lisboa, Espaço Oikos, 1997, pp. 29-41.
- MOTTA, Roberto, «Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil», *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 38, Rio de Janeiro, Dezembro de 2000, pp. 113-133.
- MOURA, Jean-Marc, «Les influences et permanences coloniales dans le domaine littéraire», in Pascal Blanchard e Nicolas Bancel, *Culture post-coloniale 1961-2006: Traces et mémoires coloniales en France*, Paris, Éditions Autrement, 2005, pp. 166-175.

MOUSNIER, Roland, *As Hierarquias Sociais – De 1450 aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d..

MUNANGA, Kabengele, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

MYRDAL, Gunnar, *A objectividade nas ciências sociais*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976.

–, *O valor em teoria social*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1965.

NASCIMENTO, Jorge & Tessaleno DEVEZAS, *Portugal: O Pioneiro da Globalização*, Lisboa/Famalicão, Centro Atlântico, 1ª ed., 2007.

NG, Sik Hung, «Power and intergroup discrimination», in Henri Tajfel (org.), *Social identity and intergroup relations*, Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1ª ed., 1982, pp. 179-206.

NORONHA, Jovita Maria, «Da criouldade à crioulição: os ensaios autobiográficos de Patrick Chamoiseau», *Ipotesi, revista de estudos literários Juiz de Fora*, vol. 8, nºs 1 e 2, Janeiro/Junho e Julho/Dezembro de 2004 [em linha]. Disponível em:
<http://www.revistaipotesi.ufjf.br/volumes/14/cap07.pdf>

NUNES, João Arriscado, *As teias da família: a construção interaccional das solidariedades primárias*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1992 [policopiado].

O'SULLIVAN, Katherine, See & William Julius WILSON, «Race and Ethnicity», in Neil Smelser (org.), *Handbook of Sociology*, Newbury Park, Sage Publications, 2ª ed., 1989, pp. 223-242.

Ordenações Manuelinas. Disponível em linha, em:
<http://www.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/ordenamanu.htm>

Ordenações Filipinas. Disponível em linha, em:
<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/>

PARSONS, Talcott, *El Sistema Social*, Madrid, Editorial Revista de Occidente, 2ª ed., 1976.

PEREIRA, Dulce, *Crioulos de Base Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2006.

- PEREIRA, João Manuel Rodrigues, *Elites Locais e Liberalismo: Torres Vedras 1792-1878*, Torres Vedras, Edição do Município de Torres Vedras, 1999.
- PERES, Damião, *Descobrimentos Portugueses*, 2ª ed. actualizada, Coimbra, edição do Autor, 1960.
- PIERRE-FONTAINE, Michel (org.), *Race and Power in Brazil*, Los Angeles, Universidade da Califórnia, Centro para Estudos Afro-Americanos, 3ª ed., 1995.
- PINTO, José Madureira, *Ideologias: Inventário Crítico dum Conceito*, Lisboa, Editorial Presença, s.d..
- , *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- POIRIER, Jean; Simone CLAPIER-VALLADON & Paul RAYBAUT, *Histórias de Vida. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora, 1995.
- PRED, Allan, «The Social Becomes the Spatial, the Spatial Becomes the Social: Enclosures, Social Change and the Becoming of Places in Skoane», in Derek Gregory e John Urry (orgs.), *Social Relations and Spatial Structures*, Houndmills etc, Macmillan Education, 2ª ed., 1987, pp. 337-365.
- RAMALHO, Maria Irene & António Sousa RIBEIRO (orgs.), *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Afrontamento, 2001.
- ROQUE, Ricardo, «O fio da navalha: vulnerabilidade imperial na ocupação do Moxico, Angola», in Clara Carvalho e João de Pina Cabral (orgs.), *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 61-89.
- QUINTINO, Maria Celeste Rogado, *Revisão de Agendas Etnográficas – Convés, Varandas, Aldeias e Cidades*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.
- REISS JR., Albert & Harold L. WILENSKY, *Social Differentiation & Stratification*, Illinois, Scott, Foresman and Company, 1971.
- REX, John, *Raça e Etnia*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.
- RISÉRIO, Antonio, «Dicotomia racial e riqueza cromática», Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Cultura [em linha]. Disponível em:

<http://www.cultura.gov.br/site/2003/09/08/dicotomia-racial-e-riqueza-cromatica-por-antonio-riserio>

ROCHA, Enilce Albergaria, «A noção de Relação em Édouard Glissant», *Ipotesi, revista de estudos literários Juiz de Fora*, vol. 6, nº 2, pp. 34-39. Disponível em linha, em:

<http://www.revistaipotesi.ufjf.br/volumes/11/cap03.pdf>

ROCHER, Guy, *Introduction à la sociologie*, vol. 3 – *Le changement social*, s.l., Éditions HMH, 1968.

SAID, Edward, *Orientalism*, Londres, Penguin Books, 1995 [1978].

SANSONE, Lívio, «Um Campo Saturado de tensões: O Estudo das Relações Raciais e das Culturas Negras no Brasil», *Estudos afro-asiáticos*, vol. 24, nº 1, 2002, pp.5-14.

–, *Negritude sem Etnicidade*, Salvador/Rio de Janeiro, EDUFBA/PALLAS, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da ciência*, vol. I, Porto, Edições Afrontamento, 2000.

–, *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Edições Afrontamento, 6ª ed., 1993.

–, «Um discurso sobre as ciências na transição pós-moderna», *Estudos Avançados*, vol. 2, nº 2, São Paulo, Maio/Agosto 1988.

–, «Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade», in Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Afrontamento, 2001, pp. 23-85.

–, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 3ª ed., 1993.

SARACENO, Chiara, *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

SARTRE, Jean-Paul, «Orphée noir», in Léopold Sedar Senghor, *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*, Paris, Presses Universitaires de France, 1948.

–, *Reflexões sobre o Racismo*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª ed., 1960.

SCHWARCZ, Lília Moritz, *O espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

- SCHWARTZMAN, Luisa Farah, «Does Money Whiten? Intergenerational Changes in Racial Classification in Brazil», *American Sociological Review*, nº 6, vol. 72, Dezembro de 2007, pp. 940-963.
- SCOTT, John, *Stratification and Power: Structures of Class, Status and Command*, Cambridge, Polity Press, 2ª ed., 2004.
- SENGHOR, Léopold Sédar, *Lusitanidade e negritude*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1975.
- SILVA, Augusto Santos, «A ruptura com o senso comum nas ciências sociais», in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986, pp. 29-53.
- , *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, tese de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1991 [policopiado].
- , & José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986.
- SILVÉRIO, Valter Roberto, «O movimento negro e os novos contornos do debate brasileiro sobre raça, etnia e democracia», *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 2004. Disponível em linha, em: [www.ces.ucpt/lab2004/inscricao/pdfs/painel 25/ValterSilverio/pdf](http://www.ces.ucpt/lab2004/inscricao/pdfs/painel%2025/ValterSilverio/pdf)
- SKIDMORE, Thomas E., «Race and Class in Brazil: Historical Perspectives», in Pierre-Michel Fontaine (org.), *Race and Power in Brazil*, Los Angeles, Universidade da Califórnia, 3ª ed., 1995, pp. 11-24.
- SMELSER, Neil (org.), *Handbook of Sociology*, Newbury Park, Sage Publications, 2ª ed., 1989.
- SOARES Torquato de Sousa, «Feudalismo em Portugal», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 572-574.
- SOJA, Edward, «The Spatiality of Social Life: Towards a Transformative Retheorisation», in Derek Gregory e John Urry (orgs.), *Social Relations and Spatial Structures*, Houndmills etc, Macmillan Education, 2ª ed., 1987, pp. 90-127.

- SOUZA, António Teixeira de, *Propostas de Lei e Documentos relativos às possessões ultramarinas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902. (Do relatório apresentado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar constam quadros estatísticos referentes ao recenseamento populacional de final de 1900)
- SOUTA, Luís, «Da raça ao racismo», in AA. VV., *O que é a Raça? Um debate entre a Antropologia e a Biologia*, Lisboa, Espaço Oikos, 1ª ed., 1997, pp. 43-50.
- STANFIELD II, John H., «Epistemological Considerations», in John H. Stanfield II & Rutledge M. Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity in Research Methods*, Newbury Park, Sage Publications, 1993, pp. 16-36.
- , «In the Archives», in John H. Stanfield II & Rutledge Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity in Research Methods*, Newbury Park/Londres/Nova Deli, Sage Publications, 1993, pp. 273-283.
- & Rutledge M. DENNIS (orgs.), *Race and Ethnicity in Research Methods*, Newbury Park, Sage Publications, 1993, p. 16-36.
- SOUZA, Jessé de, «Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira», *Lua Nova*, nº 65, Maio-Agosto 2005, pp. 43-69.
- STOLKE, Verena, «O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX», *Estudos Feministas*, vol. 14, nº 1, Janeiro-Abril de 2006, pp. 15-42.
- TAGUIEFF, Pierre-André, *La force du préjugé: Essai sur le racisme et ses doubles*, s.l., Éditions La Découverte, 1987.
- TAJFEL, Henri (org.), *The Social Dimension*, vol. 2, Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1ª ed., 1984.
- TAMAGNINI, Eusébio, «Os problemas da mestiçagem», in *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, Porto – Setembro de 1934*, Porto, Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.
- TELLES, Edward, «As Fundações Norte-Americanas e o Debate Racial no Brasil», *Estudos afro-asiáticos*, vol. 24, nº 1, 2002, pp. 141-165.

- , «Racial ambiguity among the Brazilian population», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 25, nº 3, Maio de 2002, pp. 415-441.
- TIZARD, Barbara e Ann PHOENIX, *Black, white or mixed race? Race and racism in the lives of young people of mixed parentage*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1993.
- TOMÉ, Jaime, «Compilação dos sumários da legislação aplicada às colónias ou para elas promulgada depois da RAU, exceptuada a relativa a créditos, transferência ou reforço de verbas, e às classes anexas ao Dec. 20.260, com índice alfabético», in *Reforma Administrativa e outra Legislação*, edição da Gazeta dos Advogados da Relação de Luanda, 1940.
- TOUMSON, Roger, *Mythologie du métissage*, Paris, Presses Universitaires de France, 1ª ed., 1998.
- TUMIN, Melvin, *La stratification sociale: Les formes et les fonctions de l' inégalité*, Gembloux, Editions J. Duculot, 1971.
- , «Reply to Kingsley Davis», in Reinhard Bendix & Seymour Martin Lipset (orgs.), *Class, Status and Power: Social Stratification in Comparative Perspective*, Nova Iorque, The Free Press, 2ª ed., 1966 [1953], pp. 62-63.
- TURNER, Bryan, *Status*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989.
- VALA, Jorge, Diniz LOPES & Rodrigo BRITO, «A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias», in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta Editora, 1999, pp. 145-167.
- , «O racismo flagrante e o racismo subtil», in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta, 1999, pp. 31-59.
- (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta Editora, 1999.
- VARGAS, João Costa, «Hyperconsciousness of Race and Its Negation: The Dialectic of White Supremacy in Brazil», *Identities: Global Studies in Culture and Power*, vol. 11, nº 4, Outubro-Dezembro 2004, pp. 443-470.
- VENÂNCIO, José Carlos, *A Dominação Colonial. Protagonismos e Heranças*, Lisboa, Editorial Estampa, 2005.

- , *Literatura e poder na África Lusófona*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- WADE, Peter, *Gente negra, nación mestiza: dinâmicas de las identidades raciales en Colombia*, Santafé de Bogotá, Ediciones Uniandes, 1997.
- WEBER, Max, «Class, Status and Party», in Reinhard Bendix & Seymour Martin Lipset (orgs.), *Class, Status and Power: Social Stratification in Comparative Perspective*, 2ª ed., Nova Iorque, 1966 [1953], pp. 21-28.
- , *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, Lisboa, Edições 70, s.d.. [Trata-se do primeiro capítulo de *Economia e Sociedade*, publicado separadamente.]
- , *Ensaio de Sociologia*, org. e introd. de H. H. Gerth e C. Wright Mills, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963 [1946].
- , «What is an ethnic group?», in Monserrat Guibernau & John Rex (orgs.), *The Ethnicity reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, 1997, pp. 1815-26.
- WESOLOVSKI, Włodzinaierz, «Some Notes on the Functional Theory of Stratification», in Reinhard Bendix & Seymour Martin Lipset (orgs.), *Class, Status and Power: Social Stratification in Comparative Perspective*, Nova Iorque, The Free Press, 2ª ed., 1966 [1953], pp. 64-69.
- WIEVIORKA, Michel, *A diferença*, Lisboa, Fenda Edições, 2002.
- , *L'espace du racisme*, Paris, Éditions du Seuil, 1991.
- WILLIAMS, Patrick & Laura CHRISMAN (orgs.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory*, Bodmin, MPG Books, 1994.
- WILSON, William Julius, *The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institutions*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 2ª ed., 1980.
- WRIGHT, Erik Olin, *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1ª ed., 1997.

YOUNG, Robert, *Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture and Race*, Londres, Routledge, 1^a ed., 1995.

YOW, Valerie Raleigh, *Recording Oral History: a Practical Guide for Social Scientists*, Thousand Oaks/Londres/Nova Deli, Sage Publications, 1994.

ANEXOS

ANEXO I – Guião de entrevista

I – Perfil sociológico

- . idade, sexo e local do nascimento
- . genealogia familiar (identificação dos pais e avós maternos e paternos)
- . origem geográfica dos pais e avós
- . nível de escolaridade e ocupação profissional
- . língua (português, crioulo, ambas)
- . país de residência

II – Caracterização do espaço sócio-racial de São Filipe, na primeira metade do século XX

1. Repartição dos recursos e distribuição das posições no espaço social

- . dimensões da estratificação social
- . importância relativa da raça nos processos de diferenciação social
- . manifestações espaciais da desigualdade – cartografia residencial

2. Identificação/construção das categorias raciais

- . categorias identificadas
- . critérios da categorização

3. Práticas de reprodução grupal dos *brancos*

- . práticas de reprodução sócio-cultural
- . práticas de reprodução racial
- . práticas de reprodução política

4. Quadros da interacção racial

- . espaços e tempos da interacção
- . limites à interacção
- . caracterização da interacção (dominação/subordinação, consenso/conflito – ocorrências inter-individuais episódicas/actos de mobilização grupal)

5. Percepção de racismo

- . descrição de práticas discriminatórias inscritas na diferença racial
- . descrição de manifestações de resistência a práticas discriminatórias inscritas na diferença racial

6. Percepção das dinâmicas de mudança

- . identificação das dinâmicas sectoriais de mudança
- . tempos e ritmos das mudanças
- . causas das mudanças
- . mobilidade individual e grupal
- . adaptações (individuais e grupais) às mudanças

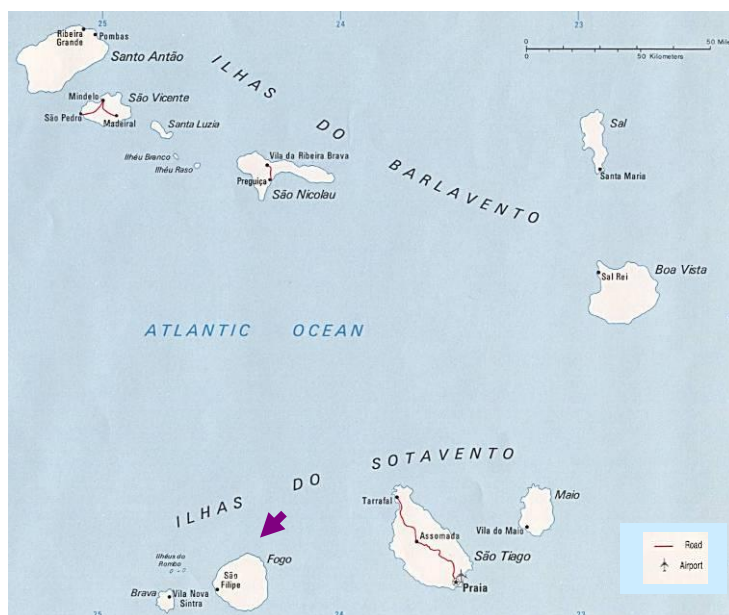
ANEXO II – Ilha do Fogo: localização geográfica e zonagem agro-ecológica

1. Localização geográfica e fotografia aérea do arquipélago de Cabo Verde e da ilha do Fogo



Universidade de Chicago, 2002

http://translate.googleusercontent.com/translate_c?hl=pt-PT&sl=en&tl=pt&u=http://fathom.lib.uchicago.edu/1/777777122619/3604_africapol.html



University of Texas Libraries

<http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=223&lq=pt>

Figuras 1 e 2 – Arquipélago de Cabo Verde: localização geográfica

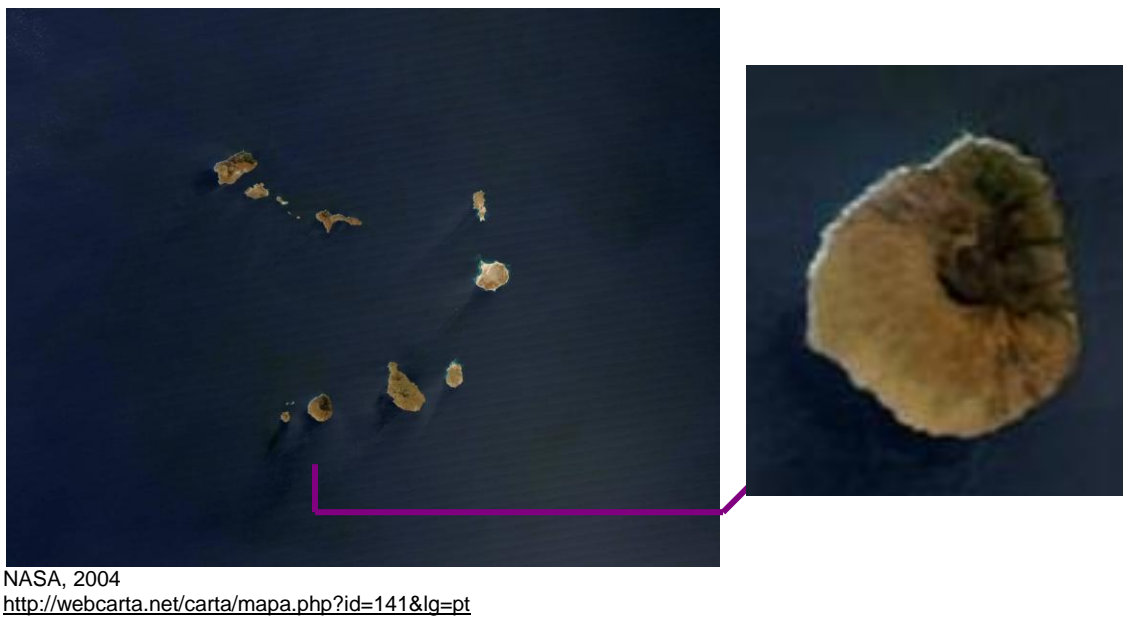
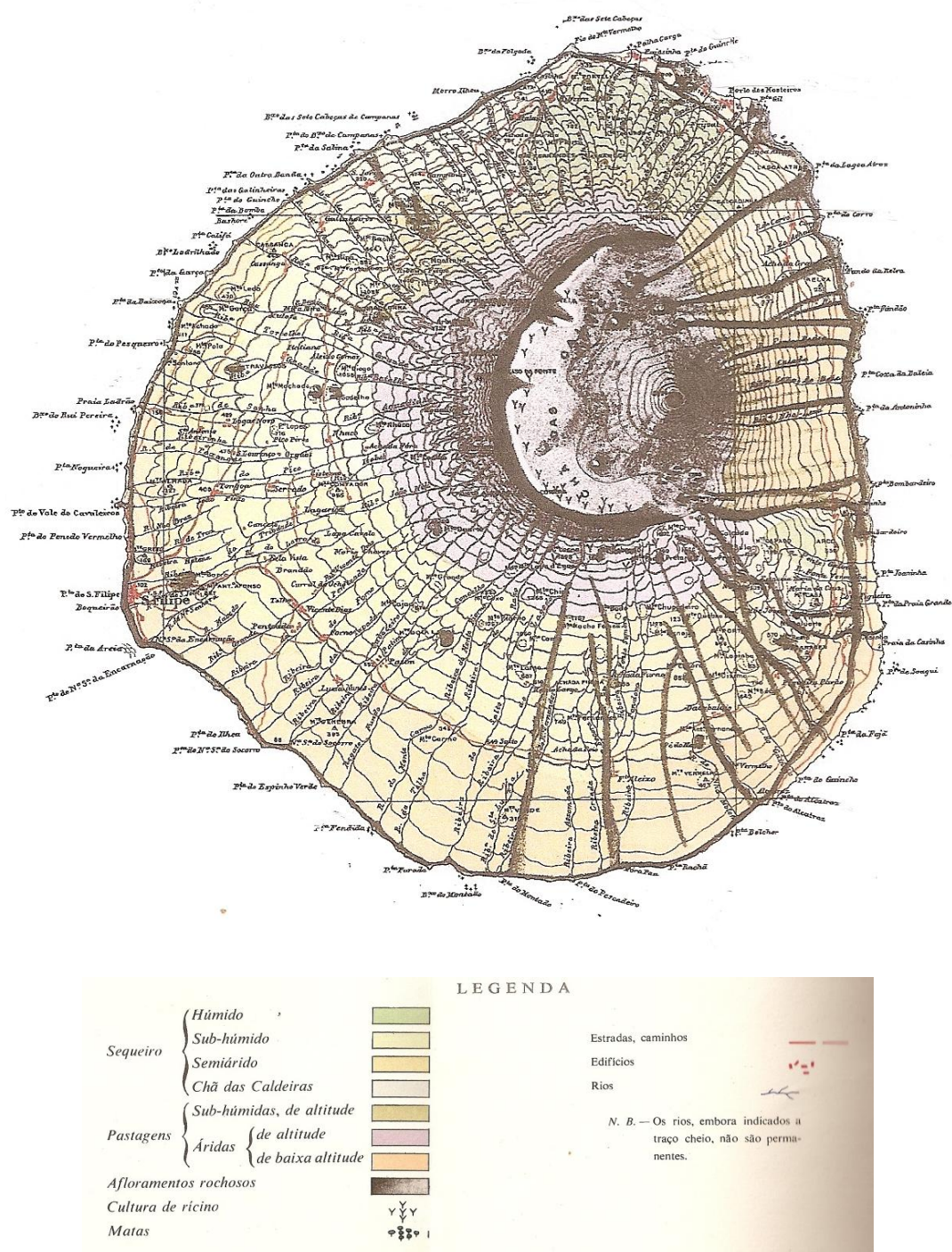


Figura 3 – Arquipélago de Cabo Verde e ilha do Fogo: imagem de satélite



Figura 4 – Cone principal e Bordeira
 2. Carta agrícola, de Silva Teixeira & Grandvaux Barbosa (1957)



A. J. da Silva Teixeira & L. Grandvaux Barbosa, *A agricultura do arquipélago de Cabo Verde*, Lisboa, sep. de *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar*, nº 2, 1958.

ANEXO III – São Filipe: vistas panorâmicas, vistas parciais, planta oitocentista e cartografia das edificações

1. Vistas panorâmicas e planta oitocentista do núcleo mais antigo de São Filipe



Foto facultada por Monique Widmer (Casa da Memória, São Filipe)

Figura 5 – Vista aérea da cidade (1983)



Orlando Ribeiro, *A Ilha do Fogo e as suas erupções*, 2ª ed., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, Est. XI-A

Figura 6 – São Filipe fotografada do mar (princípios de Cinquenta)



Foto facultada por Luís Nunes

Figura 7 – São Filipe (meados do século XX)

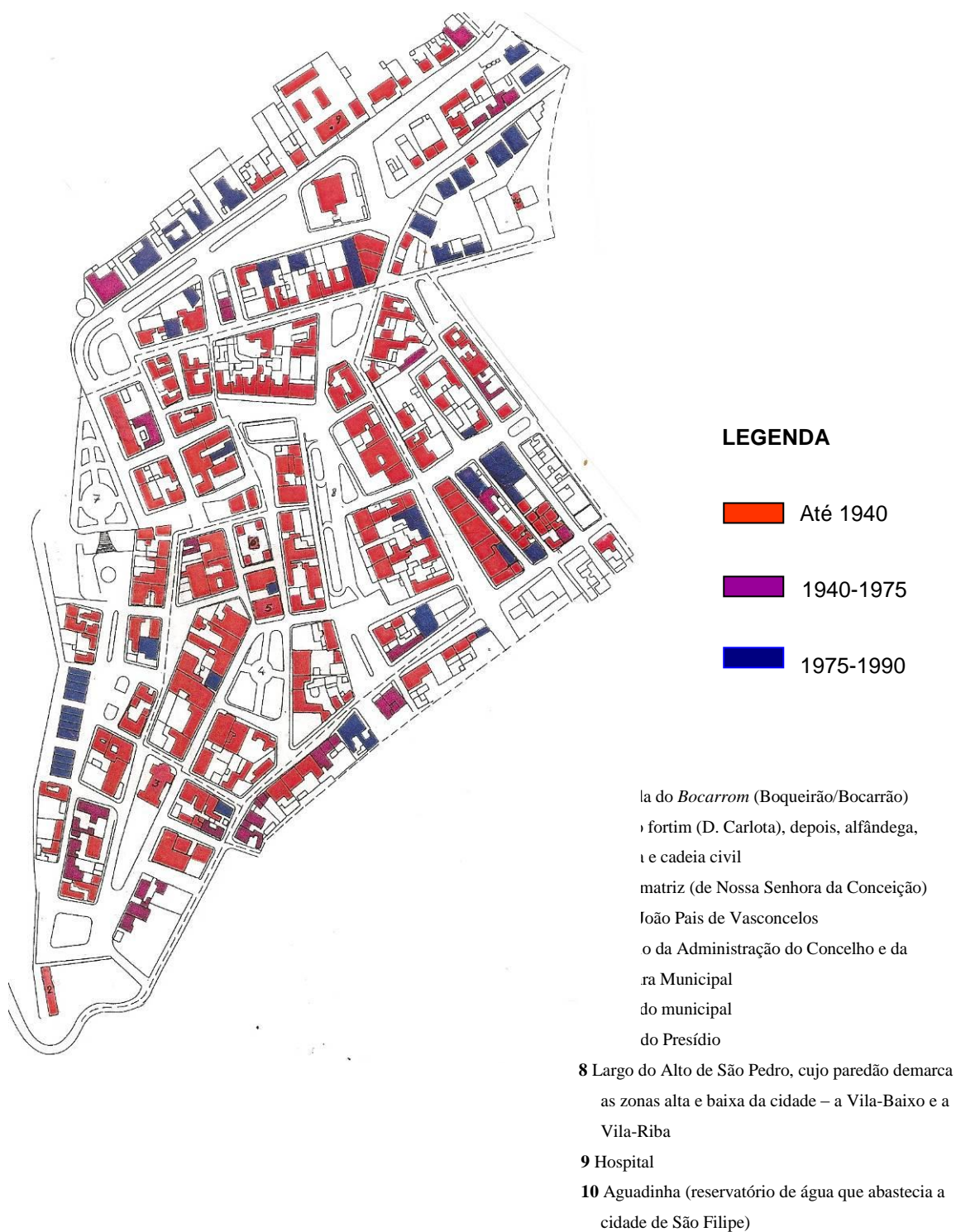


Figura 8 – Planta da vila de São Filipe (1888)

Vila de São Filipe povoação principal da ilha do Fogo, [Lisboa], Sociedade de Geografia de Lisboa, 1888.

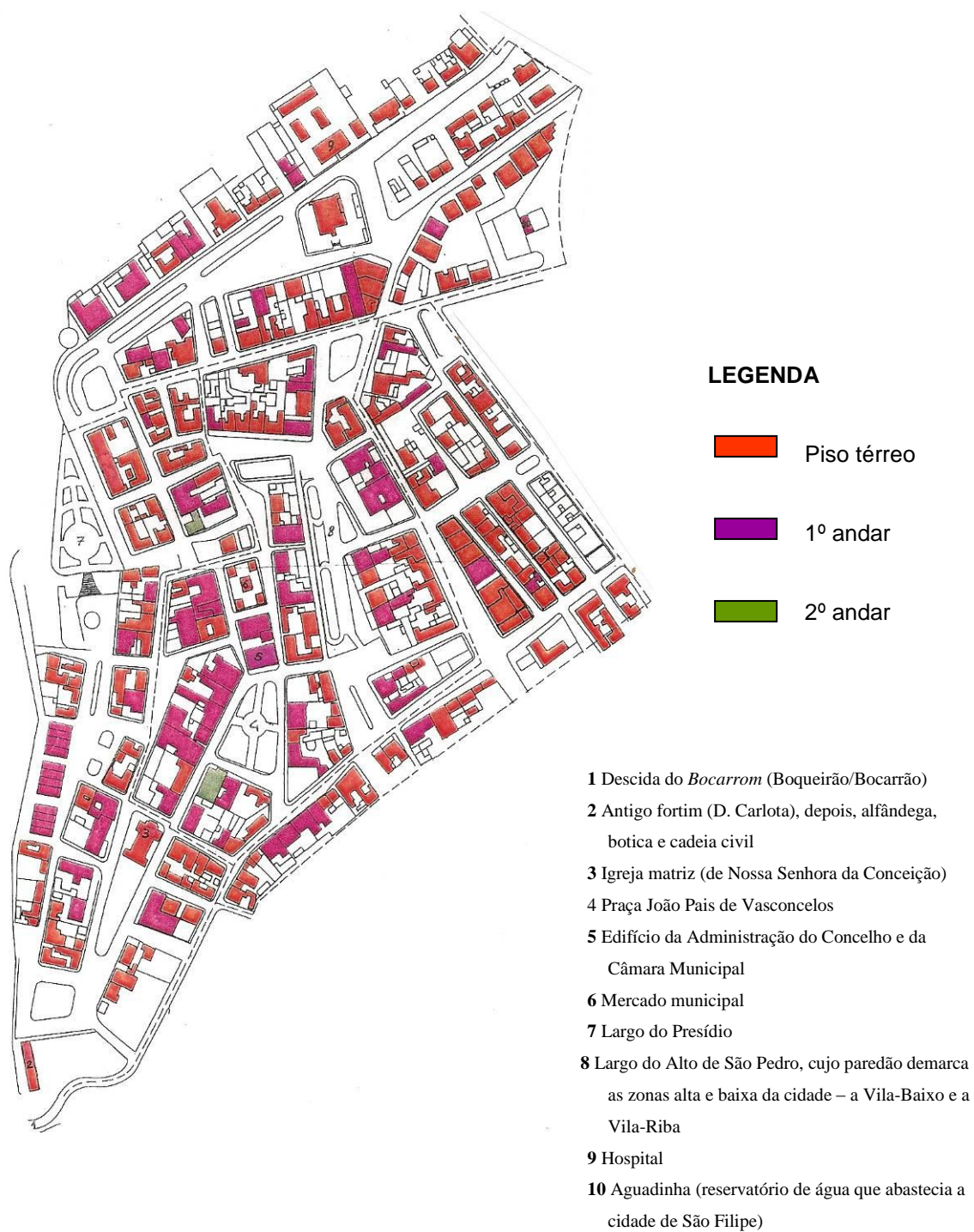
(Biblioteca Nacional de Portugal, núcleo de Cartografia, C.C. 403 V.)

2. Cartografia das edificações de São Filipe, segundo o período da sua construção



Adaptado de: *Plano de Desenvolvimento Urbano de São Filipe: Informação, Diagnóstico e Cenários de Desenvolvimento*, Ministério das Obras Públicas, 1991.

3. Cartografia das edificações de São Filipe, segundo a respectiva altura



Adaptado de: *Plano de Desenvolvimento Urbano de São Filipe: Informação, Diagnóstico e Cenários de Desenvolvimento*, Ministério das Obras Públicas, 1991.

4. Vistas parciais do núcleo antigo de São Filipe e da zona de expansão de Achada

Pato

http://www.fotolog.com/40_amelia/8563971

Figura 9 – Praça João Pais de Vasconcelos (último quartel do século XIX/primeiro do XX)



Figura 10 – Praça João de Pais Vasconcelos (final dos anos vinte/anos trinta)



Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, 2ª ed., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, Est. XVIII-C

Figura 11 – Praça João Pais de Vasconcelos (princípios de Cinquenta)



Foto facultada por Luís Nunes

Figura 12 – Praça João Pais de Vasconcelos: edifício da Câmara Municipal e da Administração (meados do século XX)



Foto facultada por Luís Nunes

Figura 13 – Rua Júdice Biker, uma das de maior concentração de sobrados, com o edifício dos Paços do Concelho ao fundo (meados do século XX)



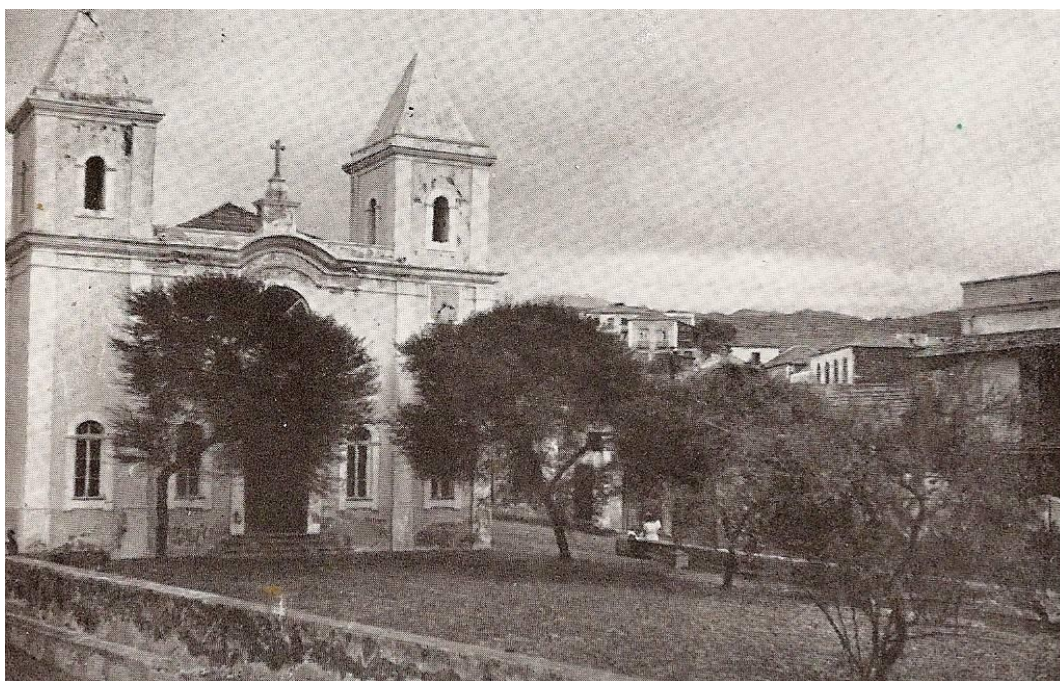
Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, 2ª ed., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, Est. XVIII-A

Figura 14 – Largo da Igreja: um dos sobrados dos Sacramento Monteiro (princípios de Cinquenta)



Foto facultada por Luís Nunes

Figura 15 – Largo da Igreja: igreja de Nossa Senhora da Conceição e sobrado de João Vasconcelos Monteiro e de Martina Rodrigues (segundo quartel do século XX)



Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, 2ª ed., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, Est. XVIII-B

Figura 16 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição: fachada principal e adro (princípios de Cinquenta)



Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, 2ª ed., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, Est. XXVI-B

Figura 17 – Pelourinho: mercado de verduras (princípios de Cinquenta)



Exposição *Herança* (São Filipe, 2008)

Figura 18 – Largo (Alto) de São Pedro



Exposição *Herança* (São Filipe, 2008)

Figura 19 – Alto de São Pedro: um dos sobrados dos Avelino Henriques (à esquerda) e sobrados dos Monteiro de Macedo (à direita)



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 20 – Alto de São Pedro e ruínas da residência dos Sacramento Monteiro, na Achada São Filipe (meados do século XX)



Foto facultada por Luís Nunes

Figura 21 – Largo da República, com sobrado de João Lúcio de Sousa, pai de Henrique Teixeira de Sousa (década de quarenta ou de cinquenta)



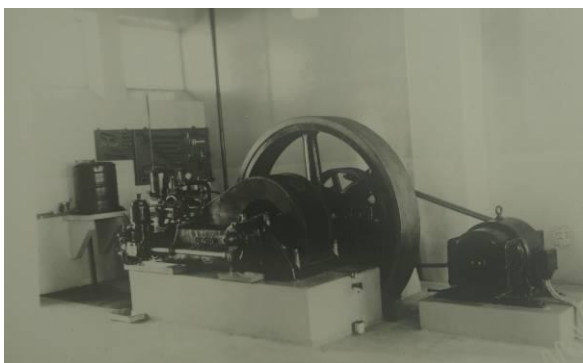
Exposição *Herança* (São Filipe, 2008)

Figura 22 – Aguadinha: depósito de água que abastecia a Vila (foto da década de vinte)



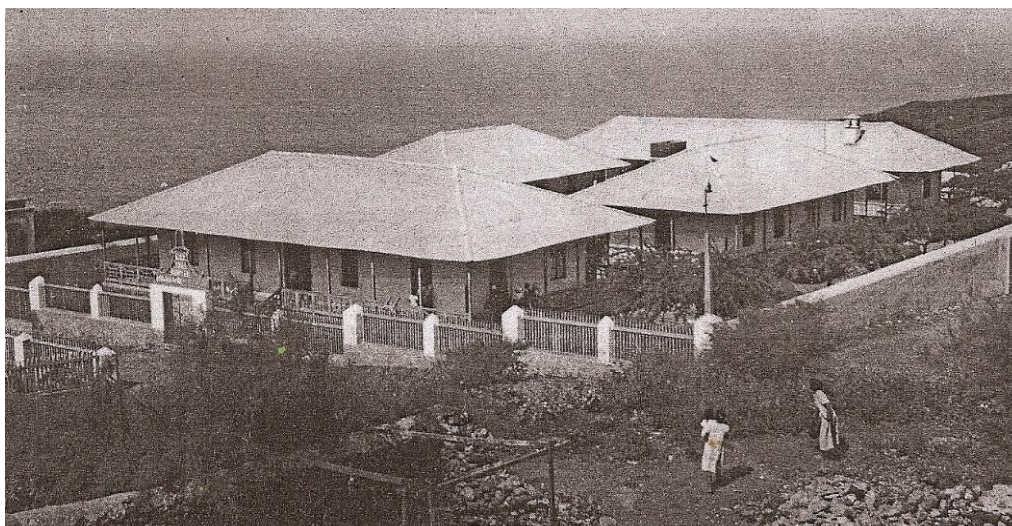
Foto facultada por Luís Nunes

Figura 23 – Achada Pato: primeira central eléctrica, construída na década de trinta (foto de meados do século XX)



Fotos facultadas por Luís Nunes

Figura 24 – Interior da central eléctrica



Henrique de Santa Rita Vieira, *História da Medicina em Cabo Verde*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1989, estampa LXIII

Figura 25 – Achada Pato: Hospital Amadeu Gomes de Figueiredo, construído nos anos trinta (foto posterior)



Exposição *Herança* (São Filipe, 2008)

Figura 26 – Achada Pato: Maternidade Governador Roçadas (inauguração, com a presença do governador Alves Roçadas – 1953)



Foto facultada por Luís Nunes

Figura 27 – Aglomerado de funcos no limite da cidade (meados do século XX)



Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, 2ª ed., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, Est. XX-C

Figura 28 – Aglomerado de funcos na zona de Funco Aleixo¹³⁴³, nos arredores de São Filipe (princípios de Cinquenta)

¹³⁴³ Orlando Ribeiro menciona-a assim; cremos tratar-se de Fonte Aleixo, bairro de funcos na periferia da cidade, uma das zonas de concentração da população pior posicionada no espaço das relações sócio-raciais, que conceptualizámos como *negra*.

ANEXO IV – Apropriação sócio-racial do espaço urbano de São Filipe na primeira metade do século XX

Observações prévias à cartografia residencial proposta nos pontos 1. e 2. deste anexo

Várias das edificações assinaladas como propriedade e/ou residência de determinados ramos familiares foram, ao longo do meio século estudado, propriedade e residência de outros: por vezes, foram doadas a filhos e sobrinhos, após o anúncio dos respectivos noivados; outras vezes, as partilhas dispersaram-nas por elementos femininos da família matrimoniados com elementos de outros ramos, passando depois para a respectiva descendência comum, usando os sobrenomes paternos; outras vezes ainda, foram vendidas a parentes muito próximos, mas registados com outro(s) sobrenome(s) (recorde-se que todos os ramos familiares eram estreitamente aparentados pela política endogâmica seguida). A partir do segundo quartel do século XX, contudo, perante a acentuada pauperização do segmento *branco*, a venda a *não-brancos* adventícios foi a situação largamente predominante.

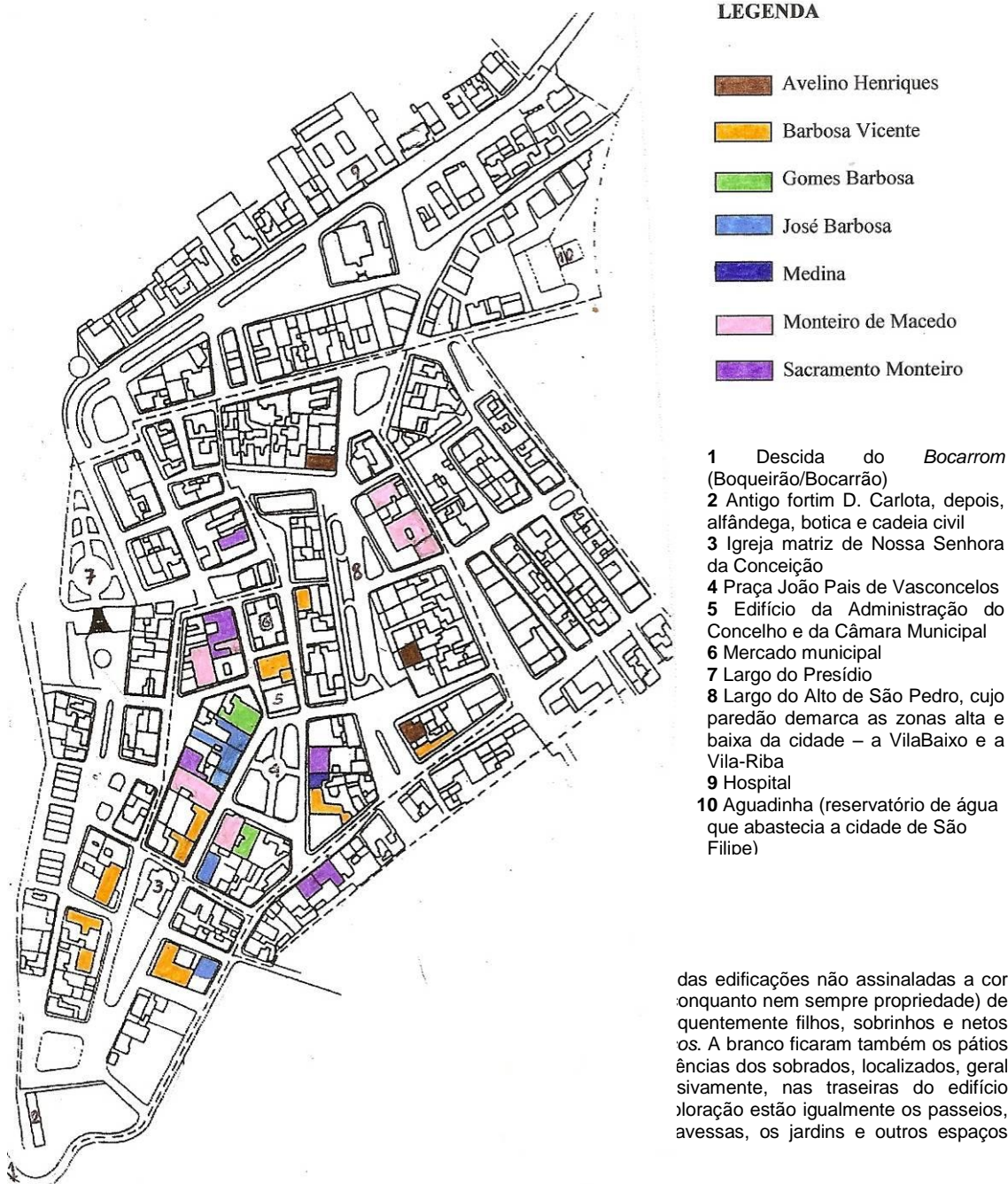
O facto de a homogamia grupal tornar todos aparentados, num mercado matrimonial que do ponto de vista racial era restrito, dificulta a cartografia das residências segundo os ramos familiares em que se desdobrava o segmento *branco* da Vila. Vejamos, por exemplo: a que ramo familiar devemos atribuir um sobrado de uma mulher Gomes Barbosa casada com um Avelino Henriques, sabendo que à descendência que o herdava se transmitiam sobretudo os apelidos paternos? Devemos considerar que se trata de uma residência dos Gomes Barbosa ou dos Avelino Henriques?

A transmissão de apelidos diferentes aos filhos de um mesmo casal – vimos como a diversidade de sobrenomes e de combinações entre eles foi recorrente ainda na primeira metade do século XX – amplia as dificuldades: a que ramos familiares atribuir as edificações herdadas por dois irmãos germanos aos quais foram transmitidos diferentes apelidos, e que, por sua vez, legarão à descendência os respectivos patronímicos? A grande diversidade de situações impede-nos de seguir uma orientação única e impossibilita uma esquematização sólida e facilmente apreensível da cartografia residencial por ramos familiares.

Cartografar as dinâmicas residenciais segundo a raça não é tarefa isenta de escolhos: por um lado, nem sempre sobreviveram os cadastros prediais; por outro, as fontes orais são lacunares e, por vezes, contraditórias. O facto de, nalguns casos, e contrariando a tendência manifestada pelas famílias *brancas* para reservar o duplo patronímico à descendência legítima, terem sido transmitidos a alguns filhos *de fora* os dois sobrenomes paternos dificulta a identificação da pertença racial dos proprietários de alguns imóveis. A ausência de determinados indivíduos portadores dos nomes de família nas listas genealógicas disponíveis pode sugerir uma filiação ilegítima (as listas que consultámos contêm apenas uma minoria dos muitos filhos ilegítimos das famílias *brancas* do Fogo). Só uma consulta aturada dos registos

de nascimento e uma pesquisa sistemática dos registos prediais permitiria maior segurança na catalogação das residências por raças. Esta catalogação permanece por fazer e está para além do que nos propomos nos pontos 1. e 2. deste anexo, que é facilitar, pela apresentação gráfica, uma leitura aproximada da realidade sócio-racial do espaço urbano de São Filipe e os principais tipos de construções residenciais – sobrados ou casas térreas –, no meio século abrangido pelo estudo.

1. Cartografia residencial do segmento *branco* de São Filipe, segundo os ramos familiares, na primeira metade do século XX



Fontes: 1. Orais locais. 2. Ministério das Obras Públicas, *Plano de Desenvolvimento Urbano de São Filipe: Informação, Diagnóstico e Cenários de Desenvolvimento*, 1991. 3. Miguel Alves, *Cabo Verde, Ilha do Fogo: São Filipe, sua evolução até à categoria de cidade*, op. cit., *passim*. 4. Gilda Barbosa: «Casa de Nhô Bino – o armazém», *TN*, nº 266, Dezembro de 1998, p. 3; «Casa Nhô Djedje», *TN*, nº 267, Janeiro de 1999, p. 3; «Casa Nhô Ché», *TN*, nº 268, Fevereiro de 1999, p. 3; «O Nosso Quarteirão», *TN*, nº 269, Março de 1999, p. 3; «Casa de Nhô D. Juan», *TN*, nº 270, Abril de 1999, p. 3.

os apenas uma residência pertencente aos Medina, isso deve-se, entre outros factores, ao facto da transmissão deste sobrenome, à semelhança de outros (e.g., Vasconcelos, Nosolini), ainda no século XIX muito contemplados no interior do segmento *branco*, se ter progressivamente rarefeito, em proveito de outros.

• Utilizámos uma das plantas da cidade que integra o *Plano de Desenvolvimento Urbano de São Filipe*, de 1991.

2. Casas assobradadas de mais de um piso, possuídas por *não-brancos*, na São Filipe da primeira metade do século XX



NOTAS

Fontes: 1. Orais locais. 2. Ministério das Obras Públicas, *Plano de Desenvolvimento Urbano de São Filipe: Informação, Diagnóstico e Cenários de Desenvolvimento*, 1991. 3. Miguel Alves, *Cabo Verde, Ilha do Fogo: São Filipe, sua evolução até à categoria de cidade*, op. cit., *passim*. 4. Gilda Barbosa: «Casa de Nhô Bino – o armazém», *TN*, nº 266, Dezembro de 1998, p. 3; «Casa Nhô Djedje», *TN*, nº 267, Janeiro de 1999, p. 3; «Casa Nhô Ché», *TN*, nº 268, Fevereiro de 1999, p. 3; «O Nosso Quarteirão», *TN*, nº 269, Março de 1999, p. 3; «Casa de Nhô D. Juan», *TN*, nº 270, Abril de 1999, p. 3.

- Os sobrados assinalados foram construídos ou adquiridos pelos proprietários referenciados, ao longo da primeira metade do século XX, tendo tido, nalguns casos, mais do que um proprietário, ao longo deste período.
- Alguns dos proprietários referenciados (é pelo menos o caso de Manuel Ferreira) terão possuído mais um ou outro imóvel assobradado em São Filipe; não o(s) assinalamos, por não o(s) termos conseguido localizar com segurança na planta da cidade.
- Utilizamos uma das plantas da cidade que integram o *Plano de Desenvolvimento Urbano de São Filipe*, de 1991.

3. Zonas de concentração de funcos, a Norte e Leste da vila/cidade de São Filipe, na primeira metade do século XX



Fonte: 1. Orais locais. 2. Ministério das Obras Públicas, Plano de Desenvolvimento Urbano de São Filipe: Informação, Diagnóstico e Cenários de Desenvolvimento, 1991. 3. Miguel Alves, *Cabo Verde, Ilha do Fogo: São Filipe, sua evolução até à categoria de cidade*, op. cit..

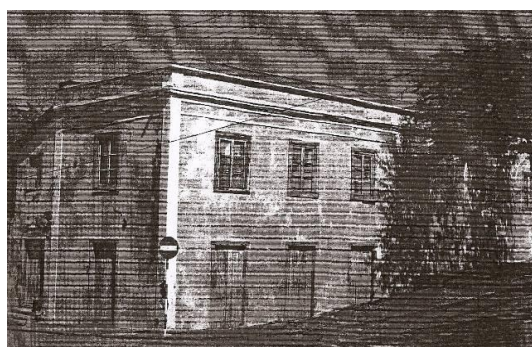
ANEXO V – A referencialidade europeia do segmento *branco*

1. No edificado

1.1. Urbano



Figura 29 – Edifícios do núcleo antigo de São Filipe e jardim da Praça João Pais de Vasconcelos (foto recente)



Ministério das Obras Públicas, *Plano de Desenvolvimento Urbano de São Filipe: Informação, Diagnóstico e Cenários de Desenvolvimento*, 1991

Figura 30 – Largo da igreja: um dos sobrados dos Sacramento Monteiro (foto de 1991)

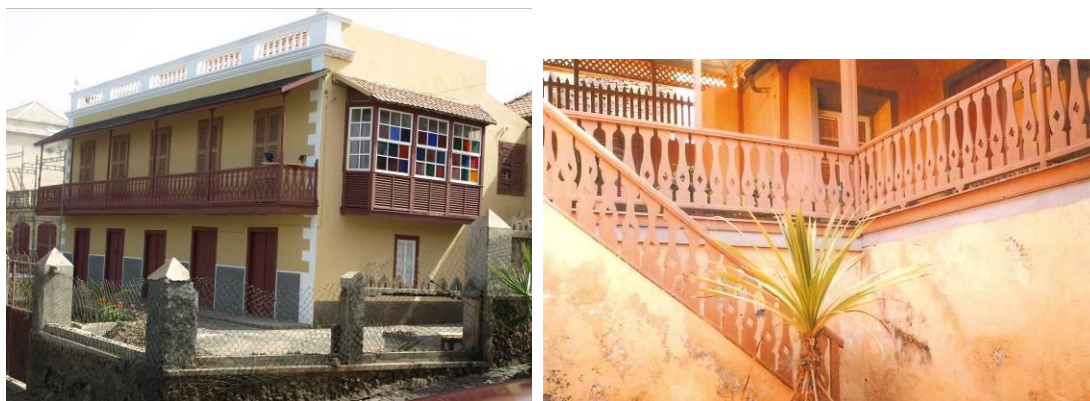


Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figuras 31 e 32 – Alto de São Pedro: sobrado dos Monteiro de Macedo – exterior do edifício principal e pormenor do pátio interior e escadas de acesso ao 1º andar (fotos recentes)



Fotos facultadas por Anita Gomes de Pina

Figuras 33 e 34 – Alto de São Pedro: sobrados dos Avelino Henriques (de 1920 a primeira foto; do segundo quartel do século XX, a segunda)



Figura 35 – Sobrado dos Avelino Henriques e outros edifícios residenciais (foto recente)

1.2. Rural



Figuras 36 e 37 – Pico Pires: casa de campo dos Sacramento Monteiro – edifício principal e capela (fotos recentes)



Foto facultada por Teodoro Monteiro de Macedo

Figura 38 – Cerrado: casa rural dos Monteiro de Macedo (foto recente)



Fotos facultadas por Teodoro Monteiro de Macedo

Figura 39 – Cerrado: pormenor de uma das cisternas (fotos recentes)



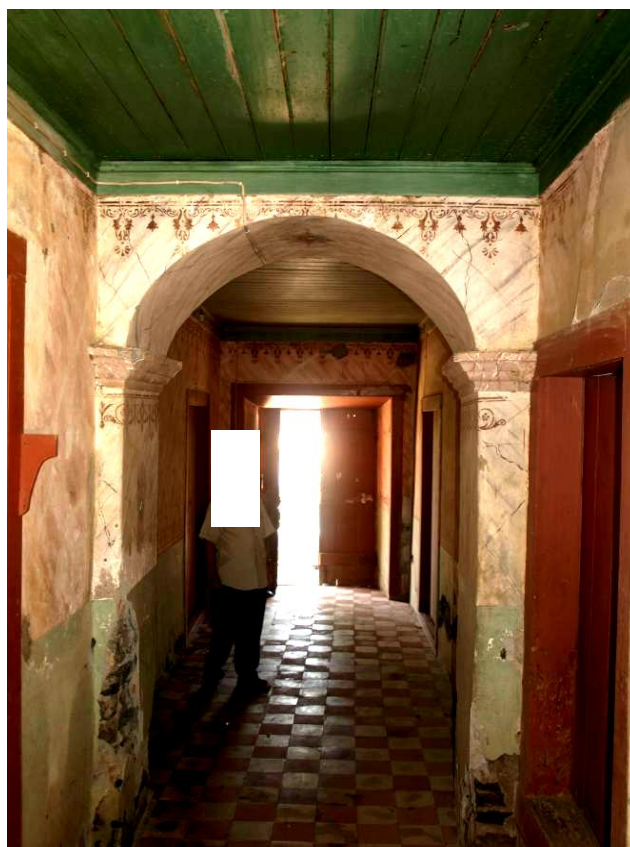
Figura 40 – Brandão: casa rural dos Avelino Henriques (foto recente)



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 41 – Espinho: casa rural dos Avelino Henriques (foto recente)

2. Na decoração dos interiores



Figuras 42 e 43 – Vestíbulo de um dos sobrados dos Avelino Henriques: pinturas parietais de princípios do século XX (fotos recentes)



Exposição *Herança*, São Filipe, 2008



Figuras 44 e 45 – Sala de jantar de um sobrado dos Avelino Henriques e pormenor da pintura da janela de um quarto: pinturas de princípios do século XX (fotos recentes)



Fotos facultadas por Teodoro Monteiro de Macedo

**Figura 46 – Sala de estar do Cerrado, casa de campo dos Monteiro de Macedo
(fotos recentes)**



Casa da Memória, São Filipe

Figura 47 – Reconstituição de quarto de dormir, com peças providas de residências do segmento *branco* de São Filipe



Museu Municipal de São Filipe



Foto facultada por Agnelo de Andrade

Figuras 48 e 49 – Telefone do sobrado dos Monteiro de Macedo e cadeira do escritório de elemento do ramo Avelino Henriques



Museu Municipal de São Filipe



Foto facultada por Agnelo de Andrade

Figuras 50 e 51 – Exemplos de grafonolas, objectos frequentemente presentes nos róis de bens inventariados por morte dos indivíduos mais abastados (os *brancos* que conservaram algum capital económico e os *não-brancos* que o adquiriram)

3. Na indumentária

Observação prévia sobre a identificação dos retratados

A identificação dos retratados fez-se com base nas informações dos inquiridos e/ou das inscrições constantes no verso das fotos e/ou das listas genealógicas consultadas que incluem fotos de alguns dos indivíduos listados.

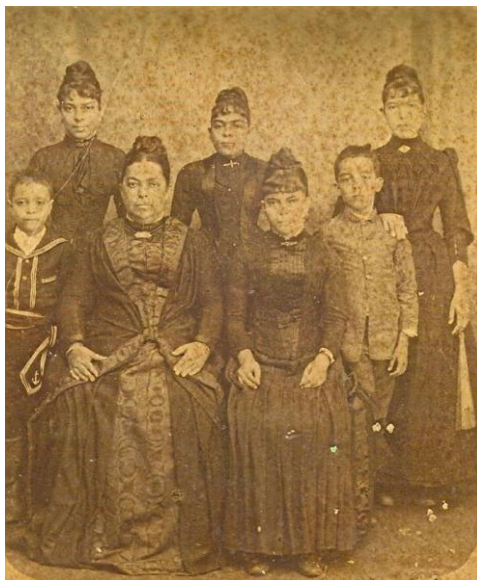


Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 52 – Elementos dos ramos Medina Henriques/Barbosa Vicente (década de 1880)



<http://www.barbosa.acthus.com/sebastiao.html>

Figura 53 – Elementos do ramo José Barbosa (c. 1890)



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 54 – Elementos dos ramos Sousa Macedo e Barbosa Vicente (Lisboa, década de 1890)



Figura 55 – João Baptista Vieira de Vasconcelos, administrador do concelho na

segunda metade do século XIX, e mulher (c. 1890)



http://www.fotolog.com/40_amelia/8483421

Figura 56 – Elemento do ramo Monteiro de Macedo (1894)



Foto facultada por Amélia do Sacramento Monteiro

Figura 57 – Mulheres dos ramos Monteiro de Macedo (esquerda) e José Barbosa

(direita), em Lisboa, na transição do século XIX para o XX



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 58 – Elementos do ramo Avelino Henriques (princípios do século XX)



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 59 – Elementos dos ramos Barbosa Vicente e Sousa Macedo (c. 1901)



Foto facultada por Gilda Barbosa

Figura 60 – Marino Barbosa Vicente, administrador do concelho nos anos vinte, e mulher (princípios do século XX)



Foto facultada por Antero José Barbosa

Figura 61 – Elementos dos ramos Barbosa Vicente/José Barbosa (década de 1910)



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 62 – Elementos do ramo Gomes Barbosa (primeiro quartel do século XX)



http://www.fotolog.com.br/40_amelia/8575201

Figura 63 – Elementos de vários ramos do segmento *branco* (1928)



Foto facultada por Amélia do Sacramento Monteiro

Figura 64 – Elementos do ramo José Barbosa (década de 1920)



Foto facultada por Teodoro Monteiro de Macedo

Figura 65 – Elementos de vários ramos familiares do segmento *branco*, no alpendre do Cerrado, casa rural dos Monteiro de Macedo (c. 1930)



http://www.fotolog.com/40_amelia/8548738

Figura 66 – Elementos dos ramos Sousa Macedo, Avelino Henriques, Sacramento Monteiro e Macedo Barbosa (1933)

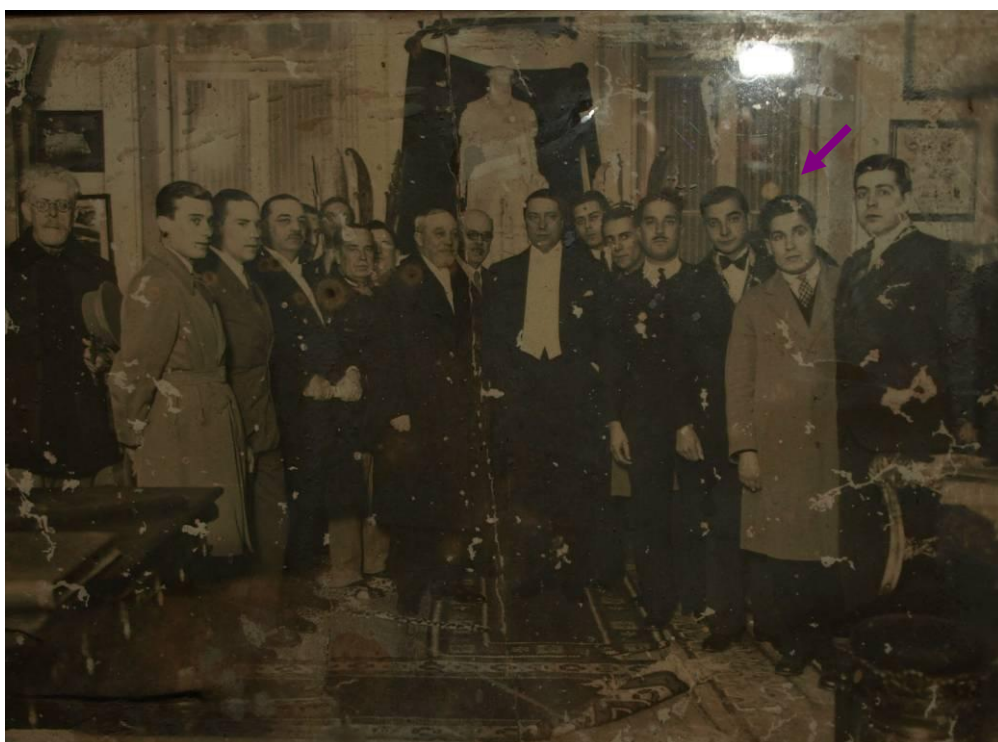


Foto facultada por Gilda Barbosa

Figura 67 – Um elemento do ramo Barbosa Vicente, enquanto estudante universitário, na então metrópole (princípios de Trinta)



http://www.barbosa.acthus.com/macedo_barbosa/macedo_barbosa.html

Figura 68 – Elementos do ramo Macedo Barbosa (1947)

4. Noutros actividades e consumos

4.1. Na cerimónias de casamento



Fotos facultadas por Arnaldo de Macedo Santos

Figura 69 – Casamento de elementos dos ramos Monteiro Macedo e José Barbosa (igreja de Nossa Senhora da Conceição, 1897)



Fotos facultadas por Amélia do Sacramento Monteiro

Figura 70 – Baixela usada no copo-d'água do casamento supracitado: manteigueira de cristal, com base e tampa em prata, monogramada; parte de serviço de copos; argola de guardanapo, em prata, monogramada



Fotos facultadas por Amélia do Sacramento Monteiro

Figura 71 – Salva de prata para alianças, monogramada, e brinde de casamento (alfinete de prata)



Foto facultada por Gilda Barbosa

Figura 72 – Casamento de Marino Barbosa Vicente, administrador do concelho nos anos vinte (1902)



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 73 – Casamento de um elemento do ramo Gomes Barbosa com uma mulher metropolitana (c. 1930)

4.2. Nos espaços e objectos de culto



Figura 74 – Interior da capela privada de uma casa de campo



Foto facultada por Teodoro M. de Macedo



Foto facultada por Amélia S. Monteiro

Figura 75 – Oratório e imagem devota

4.3. Na literatura



Museu Nacional de Arte Contemporânea, Lisboa

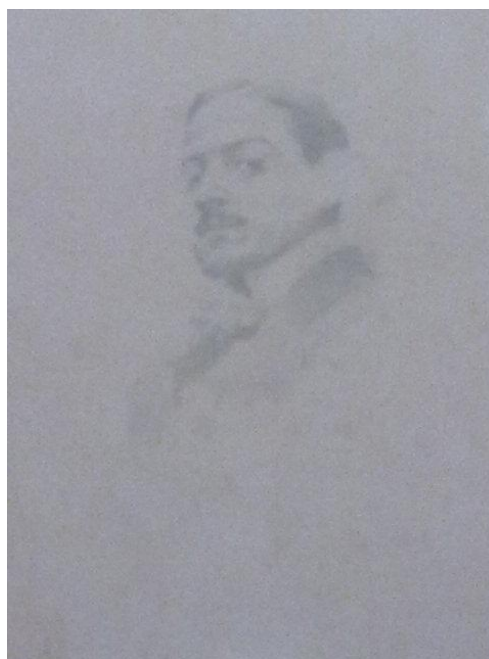


Figura 76 – O deputado, jornalista e escritor fogueense Henrique de Vasconcelos, retratado por Columbano

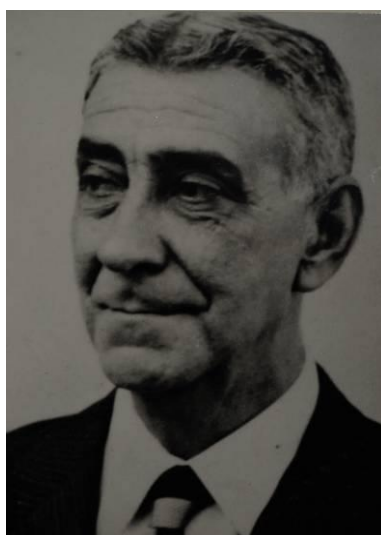


Foto facultada por Maria Antónia do Rosário

Figura 77 – Aníbal Avelino Henriques, autor de peças de teatro, de textos satíricos de crítica social e grande dinamizador cultural de São Filipe (foto do terceiro quartel do século XX)

4.4. No jornalismo

Semanário republicano da Praia, de que era proprietário, director e editor

Abílio Monteiro de Macedo, elemento do segmento *branco* de São Filipe



Semanário republicano da Praia, dirigido por José do Sacramento Monteiro, elemento do segmento branco de São Filipe

N.º 1 QUINTA FEIRA, 1 DE MAIO DE 1913 Ano I

O FUTURO DE CABO VERDE

SEMANÁRIO INDEPENDENTE, DEFENSOR DOS INTERESSES DO ARQUIPÉLAGO

EDITOR E ADMINISTRADOR — Sebastião M. Moreira

Toda a correspondência deve ser enviada a sede da Redacção e Administração ou a Caixa Postal n.º 16 — PRAIA

Não se publicam artigos que contêm ataques pessoais ou particulares ou relacionados a vida privada

Não se resiliem em artigos ou não publicados

DIRECTOR
JOSÉ DO SACRAMENTO MONTEIRO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA MIGUEL BOMBARDA, 3 — PRAIA

Propriedade da Empresa O FUTURO DE CABO VERDE

ASSINATURAS (Pagamento adiantado)

CABO VERDE: 1 ano, 2\$000 — 6 meses, 1\$200 — 3 meses, 600 réis

PORTUGAL E COLÓNIAS: 1 ano, 2\$000 — 6 meses, 1\$200 — 3 meses, 600 réis

Venda avulso — 50 réis

ANÚNCIOS — 30 réis cada linha

Mais de 4 publicações, contrato especial

Compõe e imprime na Imprensa Nacional de Cabo Verde

A que vimos

Começa hoje a publicar-se nesta cidade um novo semanário — O Futuro de Cabo Verde.

O seu programa concretiza-se em duas palavras — ser útil. Honestidade e desinteressadamente vem de trazer o seu devotado e patriótico concurso ao estudo dos problemas vitais da Província. São estes múltiplos e complexos, e sem o seu exame e resolução ponderada e firme, serão inanes o resurgimento e o progresso económico-social do arquipélago. Quasi todos se conservam ainda embrionários ou, o que é pior, não existem, embora se presinta por maneira iniludível a sua falta.

Neste trabalho que o Futuro aparece como um modesto mas devotado cooperador, sem se deixar prender nos liames da política partidária, que não terá.

Encontrar-se há deste modo livre na apreciação das leis ou providências dimanadas de qualquer dos agrupamentos políticos da metrópole, quando no poder, sobre Cabo Verde. Já mais, porém, perdê de vista a defesa acérrima dos interesses caboverdianos e a necessidade de, por uma propaganda intensamente patriótica, estreitar mais e mais, intensificando-os, os laços que unem a Província à Mãe-Pátria. O Futuro procurará por conseguinte, sempre e quanto em si caiba, combater, pela exposição serena da verdade e pelo exame criterioso dos factos, todos os motivos de antagonismo entre a Metrópole e o Arquipélago.

Ele fará todo o possível para que se insinúe no espírito público a convicção, profunda, de que o Portugal-europeu e o Portugal-colonial constituem um mesmo e único organismo, indissoluvelmente unido pelos mesmos interesses, por muitos e indefectíveis laços de sangue e, o que é incomparavelmente mais, pela mesma comunhão de língua, esta harmoniosa, opulenta e bellissima lingua portuguesa.

Essencialmente organizador, exclusivo e sinceramente devotado à defesa e progresso de Cabo Verde, o Futuro afastar-se há sistematicamente das discussões irritantes, muitas vezes perigosas e sempre estereis. Apenas entrará em qualquer controvérsia quando absolutamente convencido de que dela algum benefício resultará para a colectividade, mas fito-lhe há sempre com a maior correcção e lealdade, respeitando as pessoas e pondo-as fora dos debates, não só porque julga que a maior energia na exposição de uma doutrina ou na defesa de uma ideia não excluem nem é incompatível com as normas da boa cortezia e da polidez, como também, e especialmente, porque é convicção sua, sincera e intimamente arraigada, de que, embora numa esfera modesta, que a mais não permite a sua fraca competência, lhe cabe o dever de ser um instrumento educativo deste nosso bom povo caboverdiano, e, como tal, deseja ensinar-lhe a discutir com serenidade (que não exclui a energia e antes é sintoma de força), fazendo-o respeitar-se a si próprio respeitando o adversário e as suas opiniões, mórmente quando sinceras e lealmente expostas.

Al ficam, nestas desafiadas linhas — ditadas pela maior sinceridade — o nosso modesto programa e as linhas da nossa atitude. Cumprimos o nosso dever tal como o deixamos exposto? Assim o esperamos, assim no-lo indica e diz a consciência, e, da pureza e da sinceridade das nossas intenções, a ninguém de boa fé é lícito duvidar.

Aos nossos confrades da imprensa portuguesa, e em especial, aos da imprensa caboverdiana, apresentamos deste lugar as nossas tam cordiais como sinceras saudações.

Cabo Verde

1460-1913

No decorrer dos anos completa-se hoje o 453.º que, por uma doce manhã de Maio, velejando Diogo Gomes, Vicente Lopes e António da Noli, o António Gonçalves, viram esbater-se no horizonte, a NO, uma sombrasilha indicativa de terra. Desfiladas festivamente as bandeiras e forçando as velas, procurou cada um chegar primeiro do que o companheiro àquela terra nova.

E, desde logo, como que a profetisa o que seria por longos anos a vida do arquipélago — uma série ininterrupta de validades e de malquerenças — se levantaram as disputas para saber quem fizera o descobrimento, se Diogo Gomes, se António da Noli...

Numa manuscrito existente na biblioteca de Muiçol, em que se relata o descobrimento de Cabo Verde, assim se queixa Diogo Gomes do cabulo que a sua glória e interesses materiais fizera o António Gonçalves.

Eu e António da Noli deixamos aquele porto de Zaza e navegamos dois dias e uma noite para Portugal e vimos algumas ilhas no mar, e como a rainha caravela era mais veloz do que a outra, abordei eu primeiro a uma daquelas ilhas, e vi a aréa branca e parecesse-me um bom porto, e ali fundei e o nome fez António. Disse-lhe eu que deixava ser o primeiro a desembarcar e assim fez; não vimos rastros de homem e chamamos a ilha de Sant'Iago por ser descoberta no dia do santo; aí pescamos grande abundância de peixe, etc., etc. Depois vimos a ilha Canário, que se chama Palmas, e depois fomos à ilha da Madeira, e querendo ir para Portugal, por causa do vento contrário, fui para as ilhas do Agorez. António da Noli esperou na ilha da Madeira e com melhor tempo chegou antes de mim a Portugal e pediu ao rei a capitania da ilha de Sant'Iago, que eu tinha descoberto e o rei lhe deu, e ele a conservou até à sua morte e eu como grande trabalho cheguei a Lisboa.

Na mesma data — dezesseis dias depois

da sua partida de Lisboa — descobriram tres das ilhas mais meridionais do arquipélago, a uma das quais deu o nome de ilha de São Filipe. E a igreja fez-lhe nesse dia — Sant'Iago e S. Filipe.

Recordar esta ilha, consubstanciando no mesmo grande e acrisolado amor os nomes dos illustres navegadores e o da nossa glória Mãe-Pátria, é dever a que nenhum de nós, os caboverdianos, nos devemos eximir.

Viva Portugal! Viva Cabo Verde!

Aos nossos colaboradores

Ao publicar-se o primeiro número do nosso semanário, assistem-nos a inclinações de agradecer, muito reconhecidos, aqueles que nos concederam a honra da sua crítica e brilhante colaboração, entre os quais especializaremos os srs. A. Nuno de Oliveira, redactor da Real Lucta; Albino Forjaz de Sampaio, publicista; o nosso illustre correspondente, dr. Henrique de Vasconcelos, da Pátria; ao nosso querido amigo dr. Hermano Neres, da Capital, que da

melhor boa-vontade adquiriu na publicação no nosso hebdomadário do seu sensacional livro — Como triunfou a República — e prometeu enviar-nos outras produções suas; ao nosso amigo e distinto publicista Rafael Ferreira, do Jornal do Comércio, nosso illustre correspondente em Lisboa; os distintos publicistas caboverdianos Augusto de Miranda e Corsino Lopes. Enfim, a todos aqueles que nos cooperaram no testemem em que fundamos este semanário, apresentamos, profundamente reconhecidos, o testemem indelel do nosso agradecimento.

OS GRANDES VULTOS DA REPÚBLICA

Dr. António José de Almeida

É esta uma das mais prestigiosas e elevadas figuras da República Portuguesa. A sua bondade iguala o seu talento, e é por isso que na vida nacional lhe está especialmente destinado o papel de conciliador. De que a sua eloquência e o seu tacto conseguiram conciliar os membros tão lamentavelmente mal-avindos da família portuguesa — é coisa de que ninguém, razoavelmente, pode duvidar. As altas qualidades do dr. António José de Almeida, em justas, desse género, ficaram admiravelmente demonstradas quando, no seu regresso de África, veio animar, com a sua voz de inspirador, os elementos, desunidos e pouco esperançosos, do velho partido republicano, gritando-lhes que era preciso avançar, que o ideal maravilhoso que havia feito correr nas ruas do Porto o sangue dos heróis do 31 de Janeiro, era a única garantia do nosso futuro e independência.

E durante alguns anos, insatável a fadiga e caçoiras, percorreu o país,



de norte a sul, acordando a alma adormecida da Pátria. Foi-se a revolução. E o homem que abraçara os pontos dos revolucionários, animados para a luta, surge-nos a pregar a paz e a tolerância, o respeito e até a amor pelos vencidos.

E então que a sua máscula figura de patriota e de republicano atinge o máximo esplendor. Feito Ministro do Interior do Governo Provisório, esforçou-se por dar, no poder, realismo às aspirações democráticas de toda a sua vida. A lei da Instrução Primária, arrejada por um amplo espírito descentralizador, é a prova irrefutável do que afirmou.

O dr. António José de Almeida é hoje o chefe de um dos mais poderosos partidos republicanos, tendo a sua volta, entusiastas e confiantes, alguns dos mais belos vultos da democracia. Da sua acção muito tem, pois, a esperar ainda o país e a República.

A. Nuno de Oliveira.

Dr. Afonso Costa

Afonso Costa é uma individualidade tão poderosa, tão tão complexa e variada, que a sua vida não se manifesta, que se torna completamente impossível, nos estreitos limites que me é concedido esboçar, sequer, a sua psicologia, julgar a intensidade das suas apalões e fazer a história da sua vida de homem de estado e de homem de ciência.



Na Europa contemporânea, não será fácil encontrar um político da envergadura de Afonso Costa, que de uma forma tão completa abraça os complexos fenómenos da vida social, e que tenha uma tão firme orientação.

Patriota ardente, que cre na República, porque por meio dela espera o resurgimento do País; democrata sincero que tende à realização de todas as conquistas do espirito moderno, quer como Ministro da Justiça do Governo Provisório, em que em tabuas de bronze inextinguível inscreveu os artigos de um direito novo redactor, quer como projectista lançando, através das mais encarniçadas lutas, a semente da Ideia Nova, quer como Presidente do Ministério e Ministro das Finanças, tem cumprido as suas promessas, tem sido, logicamente, o que dele esperávamos.

Afonso Costa não precisa de elogios; Tem uma obra. Quem quiser achar o seu elogio, abra as coleções de livros, estude-lhe o estuando labor, indague do trabalho honrado e fecundo do Ministro das Finanças, e verá que o monumento da sua glória vai ele edificando o por suas mãos, sem desanimos, sem retrocessos, firme no seu propósito, em prol da Pátria e da Liberdade.

Orador fluente, que na frase grava, como no seio, um pensamento, com a carreira elegante das paredes mestras do discurso, claro no pensamento, reduzindo os mais complexos problemas a formas cristalinas e irreduzíveis, para mim, que de longos anos o admiro, é, sem dúvida, um dos vultos mais grandiosos do mundo politico português, de todos os tempos.

Henrique de Vasconcelos.

Dr. Brito Camacho

Eu não conheço homem público de mais acrisolada fé, nem artista de uma intensidade mais eclética. E, apaixonado de desobediência para dele dizer algo, eu não tenho palavras, não tenho ideias e não consigo pôr método no turbilhão de coisas a dizer. É que o dr. Brito Camacho é na politica e na literatura portuguesa uma figura complexa sobre a qual se não pode dizer em quatro linhas. É um homem de ideias e um homem de acção. Sabe conceber, sabe traçar a execução. É de uma independência de caracter como raro se encontra.

Nun meio onde a chicana agriçolla os caracteres, o seu pária mais alto e nada tem com ela. A sua obra jornalística o mostra. É dos raros politicos em que a obra executada é maior do que a obra prometida. A sua vida tem-se gasto trabalhando, agindo em contrário do vulgar que se gasta parolando.



Como Ministro do Fomento é ver o que o seu esforço realizou. Como artista pode aferir-se do seu temperamento pelas páginas que tem publicado, onde a ironia e o sentimento, a acurada análise e a precisão do termo se encontram numa opulência que deslumbram.

Confesso que não escrevi sobre o dr. Brito Camacho. Limitei-me a dizer o seu nome e a confessar por ele a minha admiração. E não posso, nunca possuir a admiração pronta. É um caso de insuficiência que raras vezes me desgosta e muitas vezes me contenta. Agora, por exemplo, ¿Pois não é consolador saber que não é pequena a Pátria, nem desigual a politica, nem agreste a literatura quando a gente recorda nomes como este? E que os leitores deste jornal acreditem: ¿Como não há de ser difícil admitir alguém se olhando em volta poucos vultos se toparam como ele?

Albino Forjaz de Sampaio.

A Acção, periódico republicano da Praia, do qual era director e editor Carlos Eugénio de Vasconcelos, elemento do segmento *branco* de São Filipe

[illegible]

4.5. Na actividade política



Foto facultada por Antero José Barbosa

Figura 78 – O fogueteiro republicano, deputado e ministro das Colónias José Barbosa (à direita) e família



Figura 79 – José Barbosa com outros elementos do directório republicano (1910)



Foto facultada por Gilda Barbosa

Figura 80 – O fogueteiro republicano, presidente da Câmara Municipal do Fogo, deputado e ministro das Colónias, Carlos Eugénio de Vasconcelos

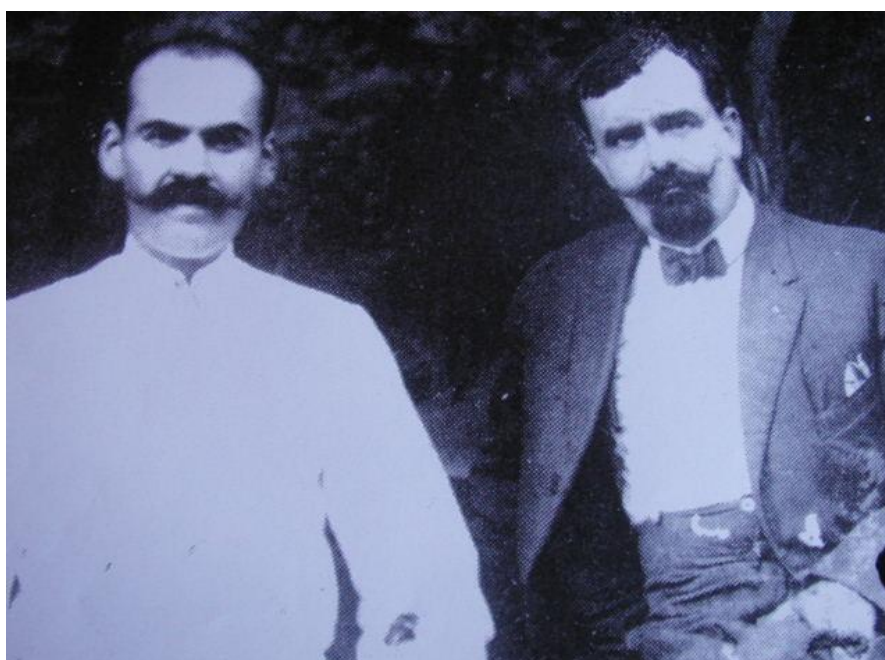


Foto facultada por Teodoro Monteiro de Macedo

Figura 81 – O fogueteiro mação, republicano, presidente da Câmara Municipal da Praia e opositor ao Estado Novo, Abílio Monteiro de Macedo (à esquerda), com Eugénio Tavares (Praia, década de 1910)

Carta de Abílio Monteiro de Macedo a António de Oliveira Salazar, datada de 1933

Abílio Monteiro de Macedo
Cidade da Praia
Cabo Verde

Praia, 15 de Junho de 1933

Exm^a Senhor

Dr. OLIVEIRA SALAZAR,
Santa Comba Dão

Excelentissimo Senhor:

Permita-me V.Ex^a que, antes de tudo, lhe faça a apresentação: Fui um politico e homem de acção em Cabo Verde - Presidente do Municipio da capital da Provincia, Membro do Conselho do Governo por escolha de Governadores e por eleição, grande comerciante; é meu irmão o engenheiro Director tecnico dos Serviços Radiotelegraficos da Colonia (Mario Monteiro de Macedo, actualmente destacado na 2^a Repartição do Ministerio das Colonias; dois tios altas patentes da marinha de guerra portuguesa, um ainda em serviço e outro falecido ha poucos anos, etc.etc.

Os meus negocios não correram bem a partir de 1928 e alem disso foram constantemente agravados pela má vontade de um homem que, abusando da sua situação de gerente, aqui, do Banco Nacional Ultramarino, manhosa e arteiramente preparou e conseguiu a minha completa ruina material. Não contente com isso, ainda por ultimo, abusando mais uma vez da sua situação de gerente do referido Banco tentou - tentou e conseguiu - desfazer uma operação lucrativa para mim que tinha realisado na America do Norte, servindo-se para isso de falsissimas informações que para ali prestou em nome do mesmo Banco.

É este o assunto que trato na carta que, com data de 10 do corrente, dirigi ao Governador do Banco Nacional Ultramarino carta essa que junto por copia para elucidação de V.Ex^a e poder, assim avaliar a quem por vezes são confiados os destinos de um organismo estreitamente ligado ao Estado.

Cabe por ultimo uma declaração franca e leal: Sou em politica ideologicamente oposito a V.Ex^a. É essa opposição que me anima a dirigir-me a V.Ex^a com a certeza antecipada de que o assunto lhe vai merecer o tratamento justo e merecido, depois de bem ponderadas as razões expostas na copia da carta acima referida.

Desculpe-me V.Ex^a o tempo que lhe tomei e creia me, com subida consideração,

De V.Ex^a
Mt^a At^a e Mt^a Obgd^a,

Abílio M. de M.



Foto facultada por Teodoro Monteiro de Macedo

Figura 82 – Pano maçônico de Abílio Monteiro de Macedo

4.6. No desporto e noutras actividades lúdicas



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade



Foto facultada por Antero J. Barbosa

Figuras 83 e 84 – Cavalhadas (1914 e cerca de meados do século XX, respectivamente)



http://www.fotolog.com/40_amelia/8486214

Figura 85 – Um dos primeiros carros a desembarcar na ilha



Exposição *Herança* (São Filipe, 2008)

Figura 86 – Parada dos Falcões (organização cívica e desportiva, inspirada nos Sokols checos), no Alto de São Pedro (segundo quartel do século XX)

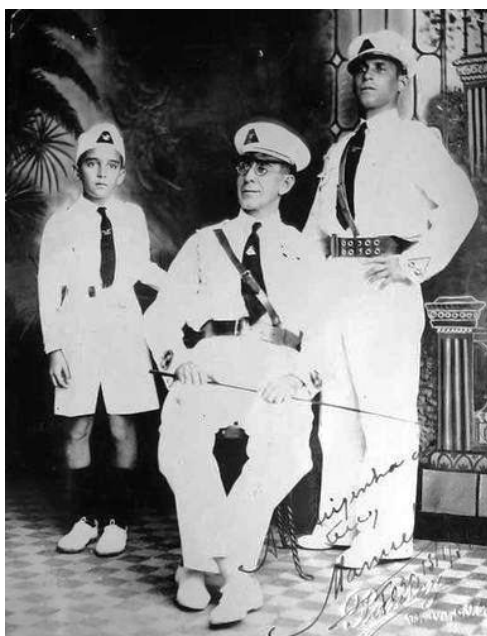


Foto facultada por Amélia do S. Monteiro

Figura 87 – Elementos dos Falcões. Ao centro, Agnelo Avelino Henriques, administrador do concelho na década de trinta e comandante dos Falcões de Cabo Verde na ilha do Fogo (foto de 1930)

ANEXO VI – A referencialidade europeia dos *não-brancos* emergentes

1. Na habitação



Foto facultada por Anita Gomes de Pina

Figura 88 – Sobrado dos Gomes de Pina, construído na primeira metade do século XX (foto do terceiro quartel do século XX)



Figura 89 – Sobrado de Manuel Ferreira, construído na primeira metade do século XX (foto recente)



Fotos autorizadas por Ubaldo Ferreira Vaz Bravo

Figura 90 – Sobrado de Manuel Ferreira: sala de jantar (peças de mobiliário e louça do primeiro quartel do século XX)



Exposição *Herança*, 2008

Figura 91 – Sobrado de Manuel Vieira de Andrade, construído na primeira metade do século XX



Figura 92 – Casa de António do Rosário, construída na primeira metade do século XX (foto recente)

Relação de bens deixados por óbito de Henrique Rodrigues Pires (1941)

COLÔNIA DE CABO VERDE COMARCA DE SOTAVENTO		
la forme seguinte: BENS MÓVEIS		
Verba nº. 1		
Quatro mesas de madeira usadas, avaliadas por duzentos escudos	200\$	
Verba nº. 2		
Três camas usadas, avaliadas por trezentos escudos	300\$	
Verba nº. 3		
Uma cama de madeira usada e uma banca de cabeceira usada, avaliadas em noventa escudos	90\$	
Verba nº. 4		
Uma guarda-louça usada avaliada em duzentos escudos	200\$	
Verba nº. 5		
Um aparador usado, avaliado em duzentos escudos	200\$	
Verba nº. 6		
Uma toilette usada, avaliada em cento e cinquenta escudos	150\$	
Verba nº. 7		
Um guarda-vestido muito usado, avaliado em cento e cinquenta escudos	150\$	
Verba nº. 8		
Dezasseis cadeiras usadas, avaliadas por duzentos e quarenta escudos	240\$	
Verba nº. 9		
Três candieiros de vidro e um lavatório de madeira muito usado, avaliados por setenta e cinco escudos	75\$	
Verba nº. 10		

120\$ Um fogão de ferro, avaliado por cento e vinte escudos

Verba nº. 11

240\$ Um serviço de jantar para doze pessoas, avaliado por duzentos e quarenta escudos

Verba nº. 12

75\$ Um serviço de café para doze pessoas, avaliado por setenta e cinco escudos

Verba nº. 13

300\$ Três camas de madeira usadas, avaliadas em trezentos e trinta escudos

Verba nº. 14

400\$ Dois guarda-fatos usados, avaliados em quatrocentos e quarenta escudos

Verba nº. 15

400\$ Duas toiletes usadas, avaliadas em quatrocentos e quarenta escudos

Verba nº. 16

200\$ Um aparador usado, avaliado em duzentos escudos

Verba nº. 17

200\$ Uma guarda-loiça, usada, avaliada em duzentos escudos

Verba nº. 18

200\$ Um trichante, madeira usada, avaliado em duzentos escudos

Verba nº. 19

120\$ Vinte e quatro cadeiras usadas, avaliadas em cento e vinte escudos

Verba nº. 20

COLÓNIA DE CABO VERDE
COMARCA DE SOTAVENTO

Fh. 4 57

Uma mesa de sala de jantar usada, avaliada em oitenta es-	
cudos	80\$
Verba nº. 21	
Duas mesas de cozinha, avaliadas em cinquenta escudos	50\$
Verba nº. 22	
Uma mesa-secretária usada, avaliada em cem escudos	100\$
Verba nº. 23	
Um armário para livros, usado, avaliado em cento e vinte	
escudos	120\$
Verba nº. 24	
Um piano usado marca Wilhelm Menzel, avaliado em mil escu-	
dos	1.000\$
Verba nº. 25	
Um aparelho rádio, marca Philips, avaliado em oitocentos es-	
cudos	800\$
Verba nº. 26	
Quatro bancas de cabeceira usadas, avaliadas em oitenta	
escudos	80\$
Verba nº. 27	
Um fogão de gás, avaliado em cem escudos	100\$
Verba nº. 28	
Um fogão de carvão, avaliado em cinquenta escudos	50\$
Verba nº. 29	
Duas máquinas de costura, uma "Singer" usada e outra "Mun-	
alos" em bom estado, avaliadas em mil escudos	1.000\$

	Verba nº. 30
200\$	Uma banheira de ferro esmaltado, avaliada em duzentos es- cudos
	Verba nº. 31
110\$	Um lavatório de ferro com bacia de louça e oito abajours reflectores, avaliados em cento e dez escudos

Serviços de Fazenda e Contabilidade do Concelho do Fogo, Proc. nº 321 – Autos de liquidação do imposto de sucessões e doações por óbito de Henrique Rodrigues Pires, 1941

2. Na indumentária



Fotos facultadas por Anita Gomes de Pina

O Eco de Cabo Verde, nº 14, 1 de Janeiro de 1934

Figura 93 – Elementos da família Gomes de Pina



Fotos facultadas por Anita Gomes de Pina

Figura 94 – Elementos da família Avelino/Gomes de Pina (primeira metade do século XX)



Foto facultada por Maria Amado Cardoso



Exposição *Herança*, 2008

Figuras 95 e 96 – Berardo Souto Amado e António José do Rosário, comerciantes na Vila



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 97 – Elementos da família Martins Teixeira/Mira Godinho (meados da década de quarenta)



Museu Municipal de São Filipe



Casa da Memória, São Filipe

Figura 98 – Malas-saquedo¹³⁴⁴, onde os emigrantes da ilha guardavam os seus haveres, durante a longa travessia do Atlântico, em veleiros (atente-se nos cabides e gavetas)

¹³⁴⁴ À letra, malas-em-pé ou malas de pé.

3. No jornalismo, na literatura, na história

O *Manduco*, periódico publicado em São Filipe (1923-1925), do qual era proprietário, director, editor e redactor Pedro Monteiro Cardoso*

ANO I — N.º 1 PREÇO: CADA NÚMERO, \$25 Agosto, 1.º 1923

Proprietário, director e editor
PEDRO MONTEIRO CARDOSO
CABO DO FOGO

O MANDUCO

Completo e impresso
NA
IMPRESSA NACIONAL
CABO VERDE

Da Constituição Política da República Portuguesa (artigo 3.º, n.º 13).
«A expressão do pensamento, seja qual for a sua forma, é completamente livre, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia, mas o abuso deste direito é punível nos casos e pela forma que a lei determinar.»

APRESENTANDO-SE

Em nome de Deus...

Em prazo dar-se, no 1.º número de qualquer folha política ou literária, a seu do seu aparecimento.
... pois, aborrecem-nos as
... Mais, este mensário é propriedade exclusivamente nossa.
... nos consideramos, pois, obrigados a dizer os motivos d'terminação sua publicação.
... o comprem, que o assinem o paguem adiantadamente, aqueles parvontara-os desejem conhecer do respectivo contexto se informando expressamente se não
...
... Esta lista não será niud: progredir?
... favez. No entanto, assinar e pagar adiantadamente é o que convém.

Publica-se mensalmente e assim sempre poderá manter até onde nos permitirem os nossos limitados recursos.
Pode, contudo passar, do golpe, do bomadário. Basta um pequeno esforço por parte dos nossos comitantes.
Custa cada tiragem de 1.000 exemplares 200.000 escudos. A cada esta 4.000 o vanda-se toda, logo se atinge a desiderata.
Cada qual gasta o seu dinheiro quanto o gesto o feito próprios. Não há quem lhe mal por isso.
... na tavolagem, aquele nas tavernas e bordéis, aquele outro em funerais que não dispensam o grogue e foguetório: uns por vício, outros por vaidade e todos sem utilidade, sem proveito, para si, para a família, para a comunidade. Se uma contenda de toda essa dinheirama atirada da janela fora, pudesse ser recolhida ao cofre do *Manduco*, transformaria-lhe este por encanto em ...
... do grande formato.
... como é doce o sonhar!
... para a Deus que vos tome, cabotagens, o vício de o ler, não por desestimo mas somente pagando-o.
...
... Assim!

EXPEDIENTE

Este número enviado a todas as pessoas do cujo nome e morada tenhamos conhecimento.
Não o devolvendo até à publicação do 2.º número, serão consideradas assinantes; e, se depois recusarem pagar, publicados para oscurecimento os seus nomes na lista negra dos caloteiros.
Mas estamos convencidos de que não haverá necessidade de recorrer a tão extremos meios.
Primeiro, porque só enviamos o nosso jornal a homens de bem; segundo, porque, sendo esses tais, bons patriotas, se não aproveitar do ensejo que se lhes oferece para promover o bem da terra que os viu nascer.
Por isso já corre como axioma:
Ler e propagar o «Manduco» é dever de todos os bons caboverdianos.
Esta folha surge à luz, contando com o auxílio de todos e em particular com o da nossa esporádica mocidade.
Não o mendiga, porém; e, dispensado, aceita-lo há como o cumprimento de um dever.
Nestes termos, alicam as suas colunas à disposição de quem quer que queira, ao interesse da Colónia, expender as suas opiniões, ainda que absolutamente antagónicas às do seu director o proprietário.
Excluam-se apenas as diatribes, vorrinas, insinuações e outros produtos fúmbilantes da filácia humana.
O *Manduco* saúda efusivamente os seus colegas luso-africanos e declara que deseja manter com todos a mais estreita solidariedade.

EGOS & NOTÍCIAS

Inquiritos

Inquiritos, sindicâncias, inspecções, nunca deram resultado algum em terras que cobre a salubre bandeira lusitana.
Porque, toda a gente o sabe, porque toda a gente falta à verdade: o que inquirir e os que depõem.
Antes tudo falava, berrava, protestava. Ordenado o inquirido, já ninguém sabe cousas suas algúmas.
O ladrão do hontem transformou-se hoje, magicamente, em um inocente, um personguido.
Se não scubéssemos isso, ouáramos requerer em papel selado um inquirido mais: — a todos os serviços e repartições da *Tartarímlândia*.
Na verdade, é um cúmulo de... poucas vergonhas.

Águas turvas

Pescadores, das águas turvas quantos se vão por aí afanando, ganhando a vida desavergonhadamente.
Us seus nomes? Estampa-os-homos com o relato de suas proezas.
Os ladrões e facinorosos que saem dos seus fujos a saciar os seus ruins instintos nas ocasiões de grandes catástrofes ou porturhações, quando apanhados em flagrante; e lá natural, sancionada mais de uma vez pela prática, executa-os no próprio local do crime.
Sujeitos à mesma lei quantos não vão aproveitando da actual desorganização da sociedade e serviços provinciais para se abatarem.
Fa-los hemos executar com exoravelamento.

Da América

Vindas de New Bedford, Mass., chegaram os navios *Jeffrey Mathews* e *Volant*, trazendo encomendas e passageiros.
O primeiro chegou a S. Vicente há já alguns dias, seguido para o Fogo com escala por S. Nicolau e Maio.
Os dois últimos já estão na Ilava tendo trazido uma bela viagem e a agradável notícia de se haver tornado franca a entrada nos Estados Unidos para todos os emigrantes não analfabetos.
E caso ara parabens.

Instrução pública

Desorganizada, um caos em toda a provincia, nomeadamente no Fogo.
Houve excepção feita as Ex.ªs Professoras e a um ou outro professor do campo.
O resto é isto:
Professores, professoras
Ou! que farça, que entenda!
Não existem mais alunos
As folhas ao fim do mês.
E' que não falta (nem faltou) o affectivo todo o mês d'itado e assinado por quem compete.
Acude-nos, no lance, esta exclamação portuguesissima de E. Navarro:
Arre, malandros!

Governador da Província

Corre com insistência ter sido nomeado governador desta Colónia, devendo partir brevemente, o Ex.º Sr. Dr. João de Abreu, ex juiz de Direito da Comarca do São Vicente.
Neste confuso momento historico que a provincia atravessa, cheia de pavor pelo dia de amanhã, nesta desenfreada urgia em que se afundam tantas consciências, e para se aplaudir a investidura de Sua Ex.ª no mando supremo.
Carácter justo e enérgico, afoitamente garantimos que essas ditas primicias qualidades de administrador se não de fazer sentir notável e proveitamento ao seu governo.
Damos-lhe as boas vindas.

* O empenho de Pedro Cardoso no reconhecimento da dignidade do dialecto e do homem crioulo e as suas críticas às insuficiências e aos erros da administração colonial portuguesa (estas últimas, aliás, partilhadas com conterrâneos brancos, como Abílio de Macedo, no jornal do qual colaborou), temas recorrentes nas suas crónicas e nas conferências que proferiu, não obstam a que o incluamos, e ao seu *Manduco*, num anexo (o VI) em que se pretende ilustrar a referencialidade europeia dos não-brancos do Fogo. Era servindo-se das conquistas civilizacionais ocidentais que Pedro Cardoso fazia a sua intervenção cívica e política em prol do arquipélago. Aliás, tendo estudado no Seminário-Liceu de São Nicolau, recebeu sólida formação em humanidades clássicas, que cultivava.



Manuel Brito-Semedo e Joaquim Morais (orgs.),
Pedro Cardoso – Textos Jornalísticos e Literários,
 Praia, IBNL, 2008, foto da capa

Figura 99 – Pedro Cardoso, poeta e publicista fogueense (foto do primeiro quartel do século XX)

Poema de Pedro Cardoso sobre as crises recorrentes na ilha e a incúria dos poderes públicos

ODE À MOCIDADE FOGUENSE

Na enxérga fria tremem asas,
 No lar extinto faltam brasas,
 Nas arcas negras não há pão!
 (G. JUNQUEIRO)

O' Fogo de altiva fronte,
 Pátrio ninho idolatrado!
 Em versos venho cantar
 O teu viver desgraçado!
 Como o trovão,
 Vibrem meus cantos
 De indignação!
 A vós, Irmãos, os consagro,
 A esperança e a garantia
 De outra mais feliz idade!
 Jovens, à liça
 Pelo Direito
 Pela Justiça!
 Contra a Sorte infensa, ó Fogo,
 Quem acode ao teu clamor?
 Lá, quem deve, faz ouvidos
 De sopito mercador!
 E outros teu sangue
 Avidos sugam...
 Morres exangue!
 Insulto que Deus castigue
 Só porque feito a desgraça,
 Eis-te, ó Pátria, condenada
 Sem defesa à morte em massa!
 E viva a vária
 Burocracia
 Parasitária!

De sol a sol mourejando
 Teus filhos só logram fome;
 Nas suas pobres mansardas
 Que longo sofrer sem nome!
 Tudo venderam,
 Té a cabana
 Em que nasceram!
 Passou Setembro em negações
 E em calma fervendo Outubro.
 A adustão tudo calcina...
 E ignea a terra, o céu rubro!
 Foi sempre assim:
 Eis se declara
 A crise em-fim!
 Esqueletos semoventes,
 Teus Filhos entre os horrores
 Da miséria, já desfalecem...
 Ninguém ouve os seus clamores!
 O' Pátria amada,
 Que sina a tua
 Tão malfadada!
 A vós, nobre Mocidade,
 Meus pobres cantos consagro!
 Escutai-os, que vos contam
 Da Pátria o viver tão agro!
 Jovens à liça
 Pelo direito,
 Pela Justiça!

Fogo, 1934

Pedro CARDOSO.

O Eco de Cabo Verde, quinzenário da Praia, cujo proprietário e director era o fogueteiro Leão Gomes de Pina

O ECO DE CABO VERDE

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Pela valorização do IMPÉRIO

Fundador e antigo director Dr. LEÃO GOMES DE PINA
ASSINATURA

Pagamento adiantado.—Série de: 12 números (trimestre) 11\$50 — 24 números (semestre) 23\$00 — 48 números (ano) 45\$00
Para o interior e para fora desta ilha acresce o porte

ECOS E FACTOS

FUNDOU-SE recentemente nesta cidade a Associação dos Falcões da Praia, a que o *Eco* fez já referência, a qual tem, muito justamente, despertado fortes entusiasmos entre a rapaziada da cidade.

Aí se está tudo muito bem e todos concordam com a feliz ideia dos «Falcões» e dão-lhe o seu apoio; mas o que não está certo é o facto de terem feito má escolha do local para os seus exercícios matutinos, pois logo de manhãzinha, às 8 horas, começam a fazer tanta barulheira com os tambores, martelando os ouvidos dos moradores do largo do Montegarro, que estes não podem conciliar o sono, razão por que lançam o seu veemente protesto, que se «ndamos, contra tal estado de coisas. Testemunho, aqueles moradores tem toda «razão e ninguém — absolutamente ninguém — poderá arrogar-se o direito de os perturbar no seu sono, que tem de ser respeitado. Os «Falcões» deverão escolher, por isso, outro campo de acção para os seus indispensáveis exercícios físicos, podendo ser o de foot-ball, que fica afastado da cidade, onde poderão «rular» e tambor, à vontade, sem causar incómodo do maior.

Ao sr. Director da associação falcionista, antes do que a qualquer outra entidade ou pessoa, ponderamos o caso, na certeza de que fará cessar imediatamente o mal que se está causando — e que não é tão pequeno como isso, aos habitantes do largo do Montegarro.

II = II = II

AS ruas da cidade continuam em péssimo estado de apresentação e conservação. Quando se pensa na sua reparação?

III = III = III

JANUÁRIO FILIPE DE SOUSA
PADARIA BUJOU

Cumprimenta afectuosamente os seus estimados fregueses e amigos, desejando a todos «muito BOAS FESTAS» e as maiores prosperidades no NOVO ANO

AGRADECIMENTO

Nailia de Macedo Braga, e família, na impossibilidade de agradecerem pessoalmente a todas as pessoas que se dignaram inquirir do estado de saúde da sua querida filha Maria Adelaide, que os acompanharam e enviaram cartões de pesar, vêm por este meio testemunhar a sua eterna gratidão a todos, especializando o Ex.^{ma} Dr. Nírada pelo desvelo com que procurou debelar o mal de que inelutavelmente succumbiu.

Ilha do Fogo, Dezembro de 1934.

II = II = II

RECITA MILITAR

Por se encontrar incomodado de saúde Sua Ex.^a o Governador, fica adiada para o próximo sábado a recita militar que devia realizar-se, hoje, no Cine Teatro Virginia Victorino.

A comissão organizadora previne o público que os bilhetes de camarotes, frisas e balcões se encontram á venda na Casa Heirão e os de plateia na Casa Serra.

VISADO PELA CENSURA

Comandante JOÃO GOMES DE PINA

Fazem hoje precisamente 15 anos que o Comandante João Gomes de Pina, tendo partido de New-York para o Porto, a bordo do lugre «Madrugada» de que era capitão, com uma tripulação constituída por verdadeiros «lobos do mar», naturais todos de Ilhavo, não mais chegou ao seu destino, envolvendo-se o paradeiro de todos em denso e espesso véu de mistério que nunca mais se desvenda...

Tão trágico desaparecimento causou na Ilha do Fogo, terra do Comandante Pina, e em Ilhavo, donde era toda a tripulação, a mais pungente e acerba dor, fazendo derramar lágrimas de angústia e desespero aos pais, às mães, às esposas e aos filhos que não tornavam a ver e estreitar nos seus braços, aquelas que lhes eram queridos e idolatrados!

O Comandante João Gomes de Pina nasceu na antiga vila, hoje, cidade de S. Filipe da Ilha do Fogo, em 26 de Fevereiro de 1897, contando, portanto, ao tempo do seu desaparecimento, 22 anos; era filho de Fidelis Gomes de Pina, antigo e conceituado comerciante, já falecido e de D. Maria das Dóres Avelino de Pina e irmão do conhecido Comandante José Gomes de Pina que, infelizmente teve idêntico fim, desaparecido, em igual viagem, na imensidade do Atlântico, há 9 anos, do D. Palmira Gomes de Pina, D. Alice Gomes de Pina, já falecida e do nosso antigo Director,

Dr. Leão Gomes de Pina. Com 21 anos apenas completava o Curso Complementar de Pilotagem (Curso de Capitão) na Escola Auxiliar de Marinha, anexa à Escola Naval, sendo o primeiro que tal fizera com aquela idade. Foi durante a Grande Guerra imediato do vapor «Lagos», empregado no transporte de carvão entre os portos da Inglaterra e Lisboa, e da galera «Helena» que fazia viagens entre os portos de Portugal, Inglaterra e América. Comandou o lugre «Santa Maria» da praça de Viana do Castelo e o «Oceano» em que naufragou, em Novembro de 1919, em viagem da América para Lisboa, tendo sido milagrosamente salvo, com a sua «companha» composta de caboverdeanos experimentados nas lides do mar, por um providencial vapor — O «Atlantic City», que fora da linha normal de navegação, seguia rota em direcção a Norfolk (E. U. A.). O Comandante Pina que era de uma constituição forte, tinha um verdadeiro amor e uma arrojada dedicação à vida marítima, nada para ele constituindo perigo ou receio. Transcrevemos algumas linhas despretensivas e simples da sua última carta dirigida ao Comandante José Gomes da Pina, e datada de 22 de Novembro de 1919, de New York, na qual fazia sinteticamente, o relato do sinistro de que fora vítima:

«....., calcule que saímos de Saint John (N. B.) para Lisboa com um completo carregamento de madeira e 4 dias após a partida, apanhamos uma terrível tempestade que fez com que o navio abrisse água e o abandonássemos, ficando sobre as ondas do Atlântico durante 9 dias, sem água, comida e roupa. Padeci como nunca julgava, mas como a vida é esta, temos que nos resignarmos e para a frente é que é o caminho!

Calcule que perdi tudo quanto possuía, salvando-nos — eu e a minha tripulação — a nado para bordo de um vapor da praça de Cardiff, chamado «Atlantic City» que ia para Norfolk carregar carvão, para S. Vicente. A bordo trataram-nos admiravelmente.....»

Assim falava o destemido e enérgico capitão que, dias depois do naufrágio em que tanto sofrera, havia de partir para a sua derradeira viagem, com 22 anos apenas, cheio de vigor e de amor pela sua santa mãe — a sua inconsolável velhinha!

O «Eco» presta, no 15.º aniversário do seu desaparecimento, as suas sentidas e sinceras homenagens ao valoroso capitão que em vida foi um grande lutador e ineffectível patriota.

CASAMENTO

No dia 15 do corrente mês, realizou-se, nos Picos, o enlace matrimonial da sr.^a D. Sílvia Pinto de Brito, gentil filha da sr.^a D. Amélia Loff Pinto de Brito e do nosso presado amigo e correspondente sr. Tomé José de Brito, com o advogado Dr. Honório Costa.

Foram padrinhos, por parte da noiva, sua irmã D. Carman Pinto de Brito e o Dr. Jálmo Monteiro Junior e por parte do noivo a sr.^a D. Germana Freiria e o coronel Fernando Freiria.

Ao casamento que foi civil e se efectuou em casa dos pais da noiva, assistiram vários convidados, entre os quais as sr.^{as} D. Rita Sousa Monteiro, D. Mariana Barros, D. Filomena Aguiar e os sr.^s Appio d'Almeida, ajudante de campo de Sua Ex.^a o Governador, Machado Saldanha, Bismark, Correia Osório, Lopes Soares, Madeira Rolão, Carlos Serra, Morais Pequeno, Carlos Ribeiro, Gil Sacramento Monteiro e Esposa, Manuel Vieira, Clarence A. Mendes, Acácio Osório, Lima Pereira, José Leite, João Baptista Freire, Juvêncio Alves, etc.

Finda a cerimónia, foi servido um magnífico «copo de água» tendo sido, ao «champagne», levantados brindes.

Aos simpáticos noivos que receberam muitas e valiosas prendas, deseja o *Eco* uma próspera lua de mel.

II = II = II

Padre ANTONIO P. SOARES NOGUEIRA

Por provisão de 25 de Outubro findo, foi nomeado pároco-missionário das freguesias de S. Nicolau Tolentino e Nossa Senhora da Luz, desta ilha, o Reverendo Padre Soares Nogueira, que já, ha anos vinha pastoreando as freguesias de S. João Batista e Nossa Senhora do Monte, da ilha Brava.

Ao Reverendo Soares Nogueira, amigo do nosso jornal, apresentamos os nossos melhores cumprimentos, com os votos de muita saúde.

III = III = III

EXPOSIÇÃO DE LAVORES

Com a comparação de Sua Excelência o governador e de muitas pessoas, realizou-se na tarde de 25 do corrente, no salão dos Paços do Concelho, o leilão dos trabalhos da Escola de Lavores, da digna direcção da professora D. Olimpia Nogueira que haviam sido expostos no passado domingo, sendo os mesmos que se apresentavam primorosamente executados muito disputados, travando-se lutas renhidas entre os licitantes, na sua conquista.

Mais um triunfo para a ilustre professora que o *Eco* afectuosamente cumprimenta e felicita.



Figura 100 – O fogueense António Carreira, a figura de referência da historiografia cabo-verdiana



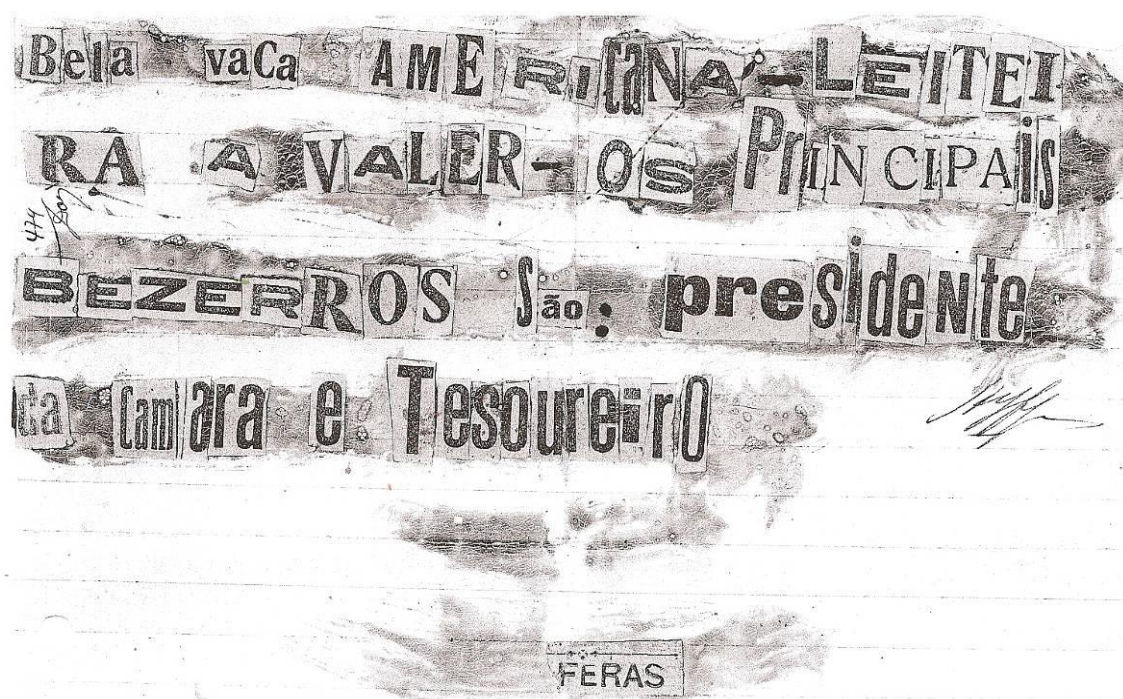
Figura 101 – O escritor fogueense Henrique Teixeira de Sousa

Epígrafe a *Ilhéu de Contenda* que sintetiza as condições de produção do discurso sociológico de Henrique Teixeira de Sousa sobre a ilha e do seu itinerário biográfico

Entre gente de sobrado, de loja e de funco, nasci e vivi. Nunca cheguei a perceber bem qual o lugar me coube nessa sociedade.

ANEXO VII – A disputa pelo controle institucional da ilha

1. Textos anônimos que circulavam na cidade, nos quais se acusava a facção político-familiar então no poder de desvio de verbas (primeira metade da década de trinta)

1.1. Em português

AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro 1934.

Reclamações locais

ATENÇÃO

A **Amara** EM FALÊNCIA

O PRESIDENTE da Câmara para conseguir os seus fins CONFESSAVELMENTE a **Camara**
Como? EMPREGANDO TODA CASTA BANDIDOS para ARRANJAR ADPTOS A SUA CAUSA.
 GRATIFICA O IMOPAL E DESONESTO ADMINISTRADOR DESTE CONCELHO para COM O PRESIDENTE
 TE da Camara conseguirem TODA CASTA DE CALUNIA, ENFAMIA, POUCA VERGONHA E PAI PA
 RIAS. A HONESTIDADE DOS DOIS INSEPARAVEIS AMIGOS ADMINISTRADOR HENRI
 QUES E JOAQUIM MACEBO PRESIDENTE DA Camara E Juiz Municipal. CUMPRIU A **Camara** com
 mobilia AO ADMINISTRADOR POR ENTERPOSTO Pessoa. Quem foi CEU OS MATERIA
 es PARA MONTAGEM DA RED. ELECTRICA? **misterio** MAS O ADMENIS
 TRADOR A H MAMOU E BEM E UM TO B. Fato que se APERTEU **GRATONOLA**
 ONDE SE sempre ouve NO GRANDE LAZEN AG O PRESIDENTE DA Camara RECE
 COLO Genico DA MESMA. que **Beate** não ESTANIS SATISFITO MAMOU TAMBEM n
 CRIOSA montagem de luz electrica que DUS ADMINISTRADORES que BELA VACA
 transFORMOU A Camara TO FIM e QUE Bons BERRROS DEU A LUZ A No
 de **RAÇA** **TEBDA** **ASS-REFAS**

AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro 1934.


1.2. Em crioulo

em 13/1/34

FLOCORE VERDADEIRO
DE CABO VEDÉ

A meu irmão José Policarpo que mintoz

XPI
Jocely


 BODONA ROBERA TOTONE DE NHA CANDA
 QUE TENÉ MARÇALINO PERTADO CU CATA QUEBÉ UM GRANDE AROZ
 A BODONA QUE SABE MURTA HOME SÓ NA CONTO DE RÉS ALIEM DE
 MEZES DE GAIOLA. A CHALINO CUDADO CA SARE DONIA
 NHO DIA PATIPATI TO QUI HNO DIA CAI TOTOME NA
 MN. WHO TEN CORAJE NA LO HOME 6 MEZ
 DE MURTA A DINHERU CU 3 MEZ DE GAIOLA TA
 CAI TODO HOME CORAÇOM. CHALINO AMI N'TEN
 SÓ UM CUZAPAN FRA DE BÓ HOME QUI FRA
 MÀ EL TA CASTIGABO CU MÓN EL CONTA
 MINTIDA. MI N' CABO AMIGO MIA É N'
 TAFRA. FICJO DA PUTA DÉS BÉS DIA
 BU CAGA EMPREGADO BU CATA DINHERO
 BU CA TENÉ. NUN BU AMIGO CATENÉL
 QEN QUI TÊ E É BECJO MONTEIRO NA
 BILZATOR ÉC TA RUSPETABO PAMU BÓ
 É DISGRACIAO LADRÃO BAXPIDO
 FICJO DE PUTANHOS É CHEU JONI ALERE-
 DO JOZÉ A MARÇALINO SE BU MORRE
 DE WHO BUTEDJO LEBANACU AMI N'CATA
 DAL LIÉ PAMU BU ERA MA SI ARGEM
 DAI NEN MEL PODE CONTO PÉ. NHOS
 CATEN ARGEM HOME É SÓ BOMA BÓ
 E LADRÃO. DIA BU FAZE AGINEL ISCRITURA
 DE CAZA BU TA DEBE MUTO CHEU. CÉGO

S' TA ~~di~~ JOBE BU LETRA NA ARGEM PEI
 CUMPRY TA MI UM LETRA DE ~~NA~~ NÓS
 AMIGO S' TA NA NHÓS ITOM. ATENCA
 QUE ~~NA~~ NHÓS SCREBE NA NA UNDE
 NHO TA CINTA E ATENÇÃO de CRICA NHÓS
 MAI.

AMICA piOR
 BARALHA

2/134 7.000,00 DE JANEIRO
 7.000,00

2. Textos anónimos que circulavam na Vila, por alegada iniciativa da facção político-familiar afastada da gestão municipal da ilha, com referências à vida privada de familiares dos elementos da facção então no poder

Segunda

Senhor Porco

Quem coisava em casa uma filha
puta quasi a paiar não pode
continuar a ser administrador.
Até que enfim. Se não
sais agora uma bala
debaixo o senhor de vez.
Agora o senhor está como
um corvo de casleira quebrado
Cagou de vez

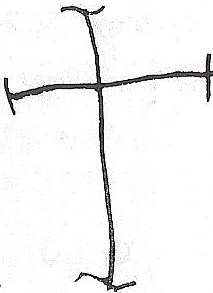
Primeira

Caro Senhor

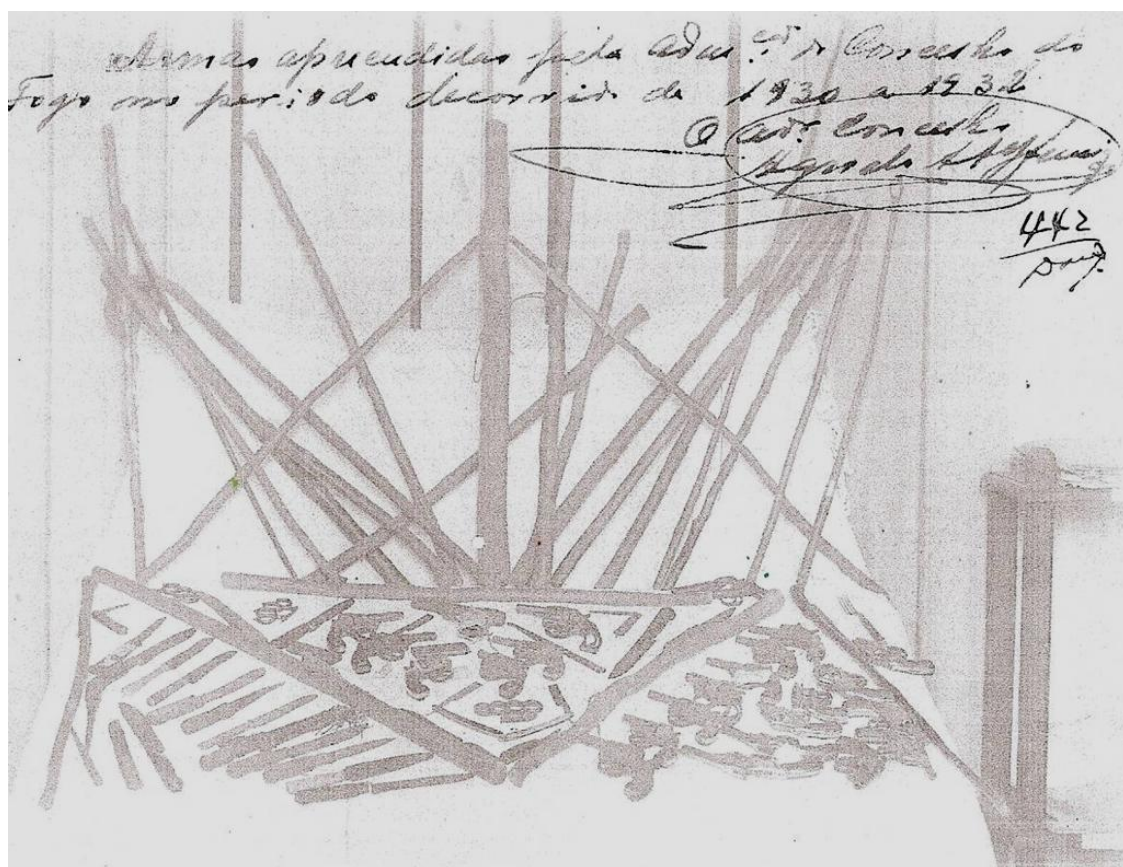
É destemido e valente dissonão duvidamos
e faremos lhe justiça. Mas resolvemos não
empregar violência porque o Presidente Porco
já deu ponta pé no senhor e vai entregar
a Câmara e o Senhor quer ir para
Lisboa. Esperamos
Quando é o casamento?
Está a demorar?
Não nos convida?
O menino que está para nascer já
tem padrinho?

3. Ameaça anônima de morte a um elemento da facção político-familiar então no poder, de alegada autoria da facção arredada da gestão municipal

Primeira
 Caro Senhor
 aconselhamo-lo a passar
 uma cadueta a sua be-
 zantina e pedir agora sem
 falta a sua demissão por
 que senão
 sum



4. Armas apreendidas na ilha, entre 1930 e 1932



AHN, RPSAC, SC:A1SR:A\Cx195 – Processo de Inquérito da Câmara Municipal do Fogo, 3º e 4º volumes, Dezembro de 1933-Janeiro 1934.

5. Discurso proferido por Rui Carlos de Vasconcelos em 5^o Out.^o 1931 na praça "João Paes" da cidade de S. Filipe do Togo e que originou a sua prisão.

Discurso proferido por Rui Carlos de Vasconcelos em 5^o Out.^o 1931 na praça "João Paes" da cidade de S. Filipe do Togo e que originou a sua prisão.

Doc. K ⁴⁴⁷ *Sauv.*

Cópia

Minha senhoras, meus senhores.

Pela primeira vez na minha vida ousei levantar a minha voz por um dos mais sagrados ideais: A Democracia.

Pela primeira vez na minha vida ousei levantar a minha voz, que despi- do de eloquência prima pela sincerida- de... e gostaria nesta ocasião, que ela se assemelhasse ao som estridente d'um cla- rin... para que todos os portugueses de verdade, os verdadeiros democratas me ouvissem... ouvissem a voz d'um inex- periente... que desconhecendo os segredos da política... fala com alma e coração...

Não sou filiado, absolutamente, em nenhum partido da República Portuguesa...

Tenho somente a guiar-me o culto saudoso do meu falecido pai, que pela Democracia, pelo seu ideal, fez alguma coisa.

Sigo os seus princípios de verdadeiro repub-
blicano... a liberdade acima de tudo...

Noravante seguirei os seus exemplos...
as suas pisadas e ha de se ouvir a mi-
nha voz vibrar aqui... em toda a parte
combatendo intransigentemente a Ditadura
dura...

Que é a Ditadura?

Que o diga o Dr. Oliveira Salazar e
seus acólitos...

Monarquia encapotada...

Que tem feito o grande regime
ditatorial?

Liquidando a nossa divida externa
valorizando a moeda?

É um facto.

Mas em prejuizo de quem?

Do povo... Do sempre leal povo... que
na mais negra miseria veem os filhos
morrerem á minigua... de fome... sem
pão e sem água... pois que não po-
dem pagar os impostos exorbitantes que
o governo lança...

Sentem-se sufocados... exaustos...
dia a dia mais contribuições...

[Signature]
 448
[Signature]

Não podem peroltar-se... tem em cima
o jugo férreo da Ditadura... com os
soldados... com o exercito... que prefe
rem as conveniencias proprias, ao ideal
que não conhecem.

Tenho esperanças, fe' inquebrantavel,
 que dentro de breves dias, terei a su-
 prema alegria, de ver a debandada
 dos monarquicos encapotados, ante o
 exercito victorioso das forcas republica-
 nas...

O povo portuguez é excessivamente
democrata...

Não pode tolerar as deportações con-
secutivas...

Milhares e milhares de portuguezes
 sofrem... jazem no clima seco e doen-
 tio da Africa... depauperando as
 forcas... É estímulo para os que
 ficam...

A Ditadura não pode continuar...

Viva a Democracia
Abaixo a Ditadura

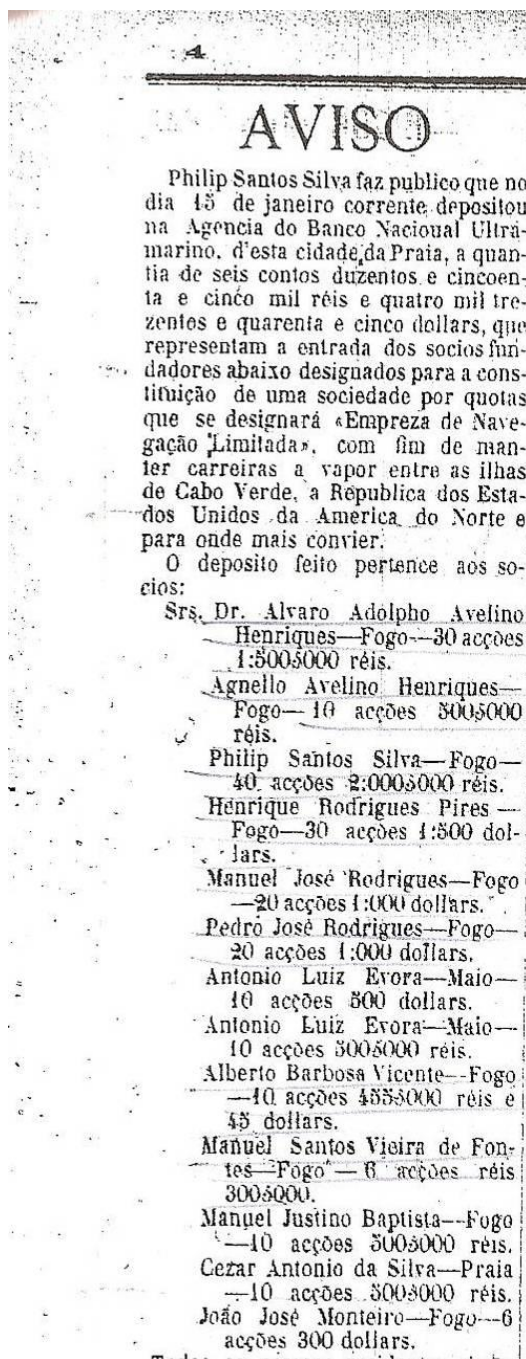
6. Os irmãos Agnelo e António Avelino Henriques durante a sua permanência como reclusos no Fortim d'El Rei, na ilha de São Vicente (1943), antes do afastamento compulsivo do primeiro do funcionalismo público, e da deportação do segundo para o arquipélago de São Tomé e Príncipe. Em princípios de Quarenta, inverter-se-iam as posições: numa conjuntura de crise económica e de guerra mundial, foi o antigo administrador do concelho a ser denunciado, alegadamente, por quem, na década anterior, ele havia denunciado por 'subversividade' (vd. ponto 5. deste Anexo).



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

ANEXO VIII – O alargamento dos quadros da interacção entre *brancos* e *não-brancos*

1. Excerto de um aviso/anúncio publicado num periódico da Praia, em 1912, tendo como assunto a constituição de uma sociedade de navegação transatlântica, em que, dos doze sócios fundadores, dez são fogueteiros, *brancos* e *não-brancos*



2. A Defesa, mensário publicado em São Filipe (1913-1915) por brancos e não-brancos

S. FILIPE, ILHA DO FOGO, 15 OUTUBRO DE 1913

Ano I

A DEFESA

PUBLICAÇÃO MENSAL

ADMINISTRADOR: ANIBAL HENRIQUES

REDACTOR: MANUEL DIAS DA CUNHA RIBEIRO
Relação e administração — Vila de S. Filipe

EDITOR: GUILHERME M. CARDOSO

Vida Municipal

Interessante com o secretário da Comissão Municipal da ilha do Fogo

Venho ao sr. secretário que fura de toda a dúvida é um rapaz inteligente, bastante, muito capaz de desenvolver uma opinião acerca da capacidade económica deste município, das suas receitas, em suma de tudo quanto ele conta e dispõe para a sua existência. É certo que tenho já o meu juízo formado e esse respeito; contudo desejo ouvi-lo.

— Mas ventos o trouxeram, ale mim para colher impressões de tal natureza, pois não desconhece que outros lá que lhe saciariam a curiosidade com mais estudo, com mais interesse, e vindo até porto de mim concluirá por fim, que o trabalho resultou estoril; toure, o melhor, outras indagações.

— Mas é que eu queria ouvi-lo.

— Já que insiste lhe direi o que sinto e penso a esse respeito.

As receitas desta Câmara desde 1909 a 1912 foram de réis 7.762.512,67 — 8.023.617,9 — 7.768.510,00, não entrando os saldos; e a despesa nesse mesmo período foi de réis 6.970.938,38 — 6.225.517,00 — 10.301.668,40 — 8.602.389,00.

A bruxa subida da despesa, nesses dois últimos anos, foi determinada pela razão de se ter dispendido para a cidade oito contos de réis, com o fim de se acudir a crise alimentícia que tão horrorosamente se fez sentir nesta ilha de 1911 e 1912. Neste ano dispensei-me com ela réis 4.015.157 e no anterior por cima do quatro contos e 2 réis.

A receita de 1912 teria sido um pouco superior à de 1911, se os fundos municipais cobrados sobre a contribuição predial tivessem entrado mais ou menos na totalidade orçada; ora isto não se poderia dar, porque, como sabe, houve sensível redução na contribuição predial em benefício dos proprietários; e também se o rendimento da venda de água da *Aquedinho* não descesse bastante em consequência das estiagens de 1911 e 1912. Os saldos que tem transitado de ano para ano, a sua razão reside nas entradas do imposto municipal de 3 %, *ad-valorem*, pois, como sabe, os outros impostos são directos como os indirectos e a parte dos rendimentos próprios e obrigações desta Câmara; e para se fazer face a elas, tem de se lançar ainda de parte do imposto de 3 %, *ad-valorem* reforço. As outras receitas não tem estacionado, não tem perdido de forma a fazer-se nota. O mais importante receita desta Câmara é o imposto de 3 %, *ad-valorem*; é de que a coloca em condições frágeis de resistir a todos os seus encargos. Em escala decedente há uma certa receita de bastante valia — a que sobre licenças de lojas; a seguir os fundos municipais cobrados sobre as contribuições do Estado e na ordem decedente há o rendimento da venda da água da *Aquedinho*. Esta, como as outras verbas a

que me estou referindo, são verbas representativas. As restantes para aviar bem da sua insignificância lhe direi, o que já sabe — que são muitas reunidas é que formarão importância que se veja.

(1) imposto sobre a aguardente não deixava de ser um dos seus belos rendimentos. Mas ele sofreu golpes violentíssimos. Pouco se deve esperar desse rendimento atendendo o que há legislado sobre o imposto de consumo da aguardente da produção desta província, — regulamento criado por decreto com força de lei de 20 de julho de 1912.

— E o que foi a receita dos quatro anos anteriores, isto é desde 1905 a 1908?

— Em nenhum desses anos ela atingiu a cifra de réis 6.000.000; oscilou entre 5.200.000 e 5.800.000.

— E porque?

— Porque o imposto municipal de 3 %, nunca foi superior a 700.000 réis em nenhum desses anos.

— Então isto corrobora a sua afirmativa de que é esse rendimento que coloca este município em condições de suportar todos os seus encargos e de deixar saldos finais, uma vez que as despesas foram moderadas.

— E positivamente isto.

— E a despesa nesse mesmo período?

— Oscilou sempre entre 5.500.000 réis e 5.700.000 réis.

Este Município não tem uma vida perfeita. A sua vida, do que lhe dá, os bens que possui são bem insignificantes, sendo for em valor é o com certeza pelo que produz. Basta que lhe diga que o comércio é o que lhe dá a sua principal razão de vida, o que necessariamente se conclui pelo que disse já.

Evidentemente, os encargos desta Câmara cabem perfeitamente dentro do que ela recebe. Mas também o que é certo é que as suas forças económicas não permitem largas despesas dum *cul comp.* com o fim de se introduzirem melhoramentos como estes a que se procedeu dentro deste ano.

Se se enveredar por este caminho prosa-la-ão em uma situação monetária fútil. A ideia dos melhoramentos não deve ser banida, não, antes devem ter por ela o maior desvelo, devem cultivá-la com o mais arrojado ardor, mas convém que elas se façam com mais distancia uns dos outros e também com menos grandezas na razão directa das suas forças pecuniárias; não sendo assim, terão que arrostar com dificuldades que de alguma maneira vos colocará em embarracos, sem embargo de dificultar mesmo a execução de qualquer plano ou medida de carácter urgente, inadivável, tornando assim a vossa acção administrativa.

Ao passo que se refræarem um pouco essa ambição de conseguirem rápidos melhoramentos e em prazos curtos, tudo então conseguirão, pois como venho de dizer, moderando as despesas terão sempre saldos positivos finais, o que então lhes permitirá, sem dúvida, obterem muito do que desejam, mas, note bem, com prazos mais largos.

— Então condena pelo que oigo a nossa acção administrativa?

— Eu lhe digo; discordo dela em pontos bem ligeiros. Sei que foi de encontro à opinião mais ou menos geral e para ser coerente com ela deu largas a melhoramentos. Introduziu-se a luz sistema Kition, fez-se a encomenda de bancos para os passeios e em seguida concluiu-se os dois passeios situados no Largo da República desta vila. Sei também que tudo isto constituiu desejos ardentes da nossa gente; obedeceu-se assim a uma imposição do sua forte maioria, que avida e sedenta de inovações — de coisas novas — queriam ver lá dentro de sua terra o que viam em outras ilhas; ora aqui tem a minha discordância.

De todos esses melhoramentos, um só a escolhi, deveria ser executado: ou a luz, ou os bancos ou os passeios. Tudo junto só teria razão de ser se de dentro do cofre deste Município não fosse retirada para acudir à crise nos anos de 1911 e 1912, importância superior a oito contos de réis.

Com o que não concordo é terem sido levados a efeito todos esses melhoramentos, a um tempo. De resto, ninguém haverá revestido de bôa fé que não louve o vosso sistema administrativo, que tem sido de molde a agradar a expectativa a mais escrupulosa.

Houve, é verdade, um trop de zelo no tocante a embelezamentos e melhoramentos na sede do concelho.

E que todos estão agora eivados de uma modernização de ideias, muito agora em voga: o progresso e para o progresso; porém é preciso que alguma coisa os detenha. Ora uma municipalidade que dispõe de recursos para eventuais, assim afirmar por que multíssimo pouco vem de coisa sua, e o que conta com duas ou três receitas grossas: 3 %, *ad-valorem* uns três contos de réis, taxas sobre licenças de lojas réis 2.100.000 mais os impostos, e de muitas mais, mas que estão a quem de produzirem a soma destas parcelas, e com encargos obrigatórios que excedem a importância de réis 450.000 mensais, tem necessariamente de ser mais modesta na execução de quaisquer projectos, relativamente a construções e menos generosa nos seus planos de melhoramentos ou embelezamentos.

— Tem em mente qualquer ideia tendente à fomentação da sua riqueza?

— Lance os olhos sobre tudo quanto ela dispõe e que poderia ser aplicado para esse fim e concluirá, de certo, que quaisquer esforços nesse sentido não trariam resultados de valor.

— E porque?

— Porque qualquer plano de fomento cuja base fosse a agricultura não passaria de uma ideia pueril. A falta de chuvas, esse flagelo masossalógica consequência das agudas e continuas crises que tanto tem martirizado este povo, faria abortar toda e qualquer iniciativa que se tomasse no sentido de se obter resultados favoráveis que corresponsassem aos intuitos que se tivessem em mira.

— Falando desta maneira é porque necessariamente a sua acção incide neste momento directa e imediatamente

sobre os terrenos que a Câmara possui e que dela poderia tirar algum proveito.

— Nem mais nem menos. Retirei-me imediatamente à grande facha de terreno — região notavelmente arida — que a Câmara pertence e que está situada nas proximidades desta vila, pela disposição fêste. Que resultados daria o aproveitamento pelos meios agrícolas toda essa extensão do terreno se é certo que a zona adjacente se pode dizer, fica quasi inculta mesmo pela própria vontade de seus donos, quasi pela certeza da falta de chuvas? Quando se cultiva, a actividade e energia empregadas é coisa desperdiçada. Em anos excepcionaes, dizem-me que a produção nessas paragens é bôa. Não direi que uma cuidadosa plantação de purgueira aí nessa região, como a que foi procedida pela comissão transata.

Sobre a materia Fóros, esse assunto cuidadosamente regularizado e estudado, faria com que a receita aumentasse um pouco.

— Acha-se o sr. Secretário habilitado a dizer-me o que pensa sobre este assunto?

— Poderia dizer-lhe alguma coisa, sim.

— Ouvi-o ei, mas por hoje estou satisfeito.

Serviço do Correio

Voltamos novamente ao assunto.

A estação postal desta vila, continua cometendo irregularidades e nós também pela nossa parte continuaremos a dar-lhe publicidade.

Agua mole em pedra dura... De tanto gritar e clamar as estações superiores não do se resolver a pôr cobro a tudo isso.

Narremos pois os factos:

A 15 do mês passado o vapor *Holanda* (por especial favor) chegou ao porto desta vila pelas 17 horas e meia e como não podesse desembarcar de forma a sair no dia 16 pela manhã, como é de costume, só saiu nesse mesmo dia 16 às 15 horas ou sejam 3 horas da tarde; mas o que é certo é que a *Podrovisima Estação Postal* encerrava a mala para a Brava, Guiné e Lisboa às 11 horas da manhã, isto é 6 horas antes da saída do vapor. Isso admitto-se? Não, mil vezes não.

Mas, vamos ao resto.

Semanalmente, a estação postal, fere-nos os timpanos com o toque agudo de uma corneta desatinada, para prevenir o público que o portador do mala para os Mosteiros e Cova Figueira acaba de partir.

Se a estação quisesse, com o toque dessa desatinada corneta, avisar o público com antecedência de algumas horas, que há mala para os Mosteiros e Cova Figueira, parcer-nos-ia mesmo suave, o som dessa corneta.

Mas, assim como faz esse toque, dispensamo-lo o pedimos-lhe, em nome dos habitantes desta vila que deixam em paz os nossos pobres timpanos.

A corneta não tem, pois, utilidade alguma, e o melhor será rufal-a. Assimamos a rifa se assim se fizer.

3. A extensão da rede de convivialidade do segmento *branco* a *não-brancos*



http://www.fotolog.com.br/40_amelia/8530848

Figura 102 – Dois fogueteiros, um *branco* e um *não-branco*, frequentado o mesmo colégio metropolitano (princípios de Trinta)



Foto facultada por Amélia do Sacramento Monteiro

Figura 103 – Convívio inter-racial. Ao centro, sentado e de fato claro, Joaquim Monteiro de Macedo, presidente da Câmara Municipal do Fogo, nos anos vinte; à direita deste, sentado, Agnelo Avelino Henriques, administrador do concelho na década de trinta (foto de meados dos anos trinta)



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 104 – Exibições desportivas dos Falcões de Cabo Verde (Alto de São Pedro, segundo quartel do século XX)



A. H., «Quem se lembra de nhô Aniba?», *Magma*, nº 3, Abril de 1989, p. 9

Figura 105 – Grupo desportivo e cultural feminino composto por *brancas* e *não-brancas*, em que se destacavam, como dinamizadoras, as filhas de Aníbal Avelino Henriques (década de 1940)

Proposta de António Avelino Henriques para criação de grupo de *ballet* integrando meninas *brancas* e *não-brancas*

Para a organização e constituição de um "balet infantil" que actuará sob a minha direcção, tenho a honra de solicitar dos Exmos. Pais das meninas abaixo mencionadas consentimento para em dia e hora a combinar comparecerem em minha casa aonde se efectuarão os respectivos ensaios.

Ilha do Fogo, 28 de Agosto de 1940

António Avelino Henriques

Ignês de Mira Godinho

Lucilia de Mira Godinho

Stela de Mira Godinho

Clarinda de Mira Godinho

Irene Benrós

Gerogina Benrós

Maria Helena de Pina

Lygia Azevedo

Magna Azevedo

Zinha Correia Barbosa

Julia G. da Silva

Niquinha Barbosa

Helena Barbosa Henriques

Ausenda Barbosa Henriques.

Visto
Visto
Francisco Martiniano de Azevedo

REGO - C. 11.01.01

Azevedo

Visto
Visto



http://www.barrosbrito.com/pictures/casamento_teixeira_de_sousa.jpg

Figura 106 – Casamento de Henrique Teixeira de Sousa e Hermengarda Barbosa Henriques (década de quarenta)



http://www.barrosbrito.com/pictures/laura_com_familia_do_filho_teixeira_de_sousa.jpg

Figura 107 – Henrique Teixeira de Sousa, a mãe, a mulher e os filhos (década de cinquenta)



http://www.fotolog.com/40_amelia/8524824



http://www.fotolog.com/40_amelia/8293917

**Figuras 108 e 109 – Piqueniques na Praia Ladrão, reunindo brancos e não-brancos
(final dos anos quarenta)**



http://www.fotolog.com/40_amelia/8542353

Figura 110 – Piquenique na Praia de Nossa Senhora (princípios de Cinquenta)

ANEXO IX – A complexidade e a ambiguidade das relações com os servidores

Figura 111 – Exemplar de calabaceira (Pico Pires), árvore presente nas proximidades de algumas antigas casas rurais de terratenentes do segmento *branco*, erigida por alguns inquiridos como símbolo das humilhações da escravatura na ilha, por, alegadamente, terem sido amarrados e espancados escravos no seu tronco

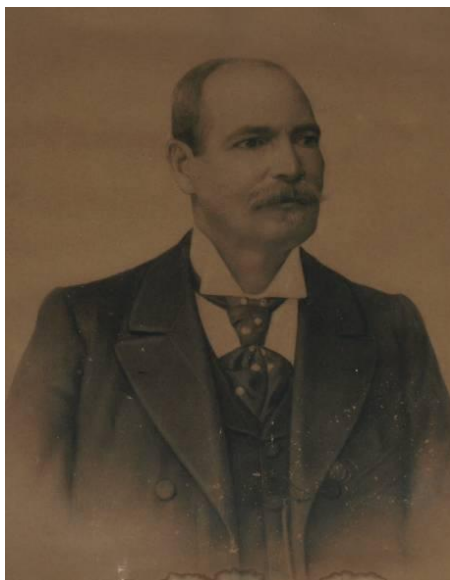


Foto facultada por Gilda Barbosa

Figura 112 – Ricardo Barbosa Vicente, responsável pelo porte do seu duplo apelido por parte da descendência das crianças que transportou (já sem o estatuto de escravas) do continente africano para a ilha do Fogo, na segunda metade do século XIX



http://www.fotolog.com/40_amelia/8197113

Figura 113 – Cristina, ama dos Monteiro de Macedo (ao centro, sentada, de lenço) e elementos de vários ramos do segmento *branco*. Também ao centro, de fato claro, Joaquim Monteiro de Macedo, presidente da Câmara Municipal do Fogo, na década de vinte

ANEXO X – Exterior e interior de funco

Figura 114 – Exemplar de funco circular com cobertura cónica (interior da ilha, 2010)



Museu Municipal de São Filipe

Figura 115 – Reconstituição do interior de um funco. Pormenor do vértice da cobertura cónica



Museu Municipal de São Filipe

Figuras 116 e 117 – Utensílios domésticos

ANEXO XI – O empreendedorismo de alguns fogueteiros, *brancos* e *não-brancos*

1. Na primeira metade do século XX, muitos dos principais empresários (comerciantes, armadores, agentes de empresas metropolitanas ou de outras origens, proprietários de colégios) a investir em publicidade nos periódicos da capital do arquipélago eram fogueteiros – *brancos* e *não-brancos* –, estabelecidos no Fogo ou em Santiago ou em ambas as ilhas.

276 N.º 36 – 3 DE SETEMBRO DE 1910.

o direito de nomeação ao exequente que é o Magistrado do Ministério Público e a respectiva execução seguir também pelos accrescidos e a revelia dos interessados.

Praia, 27 de agosto de 1910.—O escrivão, *Antonio Gomes Correia*.

Verifiquei a exactidão.—O substituto do juiz de direito, *H. O. da Costa Andrade*. (M. P.) (292)

(Preço d'este annuncio 280 réis).

ARREMATACÃO
(1.ª publicação)

Pelo meio dia de 29 do mez de setembro proximo, á porta do tribunal judicial, na cidade da Praia, e nos autos d'execução hypothecaria que o Padre Joaquim Pereira Furtado move á Henrique Lopes Tavares, da freguezia de S. Miguel, vae pela primeira vez á praça para ser vendido em hasta publica, a quem maior lance offerecer sobre o seu valor, o direito a metade de um predio rustico de sequeiro e regadio denominado «Chão de Lima», na ribeira de S. Miguel, freguezia do mesmo nome, descripto na conservatoria sob o n.º 7494, no valor de réis 250.000, e d'elle é depositário Boaventura Lopes Furtado, da mesma freguezia.

Pelo presente são citados para usarem de seus direitos todos os individuos a que se refere o artigo 844.º do código do processo civil.

Praia, 29 de agosto de 1910.—O escrivão, *Antonio Gomes Correia*.

Verifiquei a exactidão.—O juiz substituto, *Sá Nogueira César*. (M. P.) (293)

(Preço d'este annuncio 630 réis)

Julgado Municipal da ilha Brava
EDITOS DE 30 DIAS
(2.ª publicação)

No juizo municipal da ilha Brava, e no inventario orphanologico a que se procede por obito de João José Camillo, que foi do sitio de «Clara Gonçalves», correm editos de trinta dias, contados da 2.ª publicação d'este annuncio no *Boletim Official* da provincia, citando o interessado João Spinoia, ausente em parte incerta, para assistir a todos os actos e termos do mesmo inventario, sob pena de revelia.

Brava, 4 de julho de 1910.—O escrivão, *Augusto Dantas*.

Verifiquei.—O juiz municipal, *Pinheiro*. (M. P.) (294)

(Preço d'este annuncio 195 réis)

EDITOS DE 30 DIAS
(2.ª publicação)

Pelo juizo municipal do julgado da ilha Brava, e no inventario orphanologico a que se procede por obito de Christiano Garcia, que foi do sitio de «Cutello Covada» d'esta ilha, e em que é cabeça de casal Maria Garcia da Silva, do mesmo sitio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Boletim Official* da provincia, citando os interessados Anna, Domingas, José e Antonio Santos Silva, filhos e genro do mesmo fallecido, ausentes em parte incerta, para assistirem aos termos do mesmo inventario, até final, sob pena de revelia, e sem prejuizo do seu andamento.

Brava, 18 de julho de 1910.—O escrivão, *Augusto Dantas*.

Verifiquei a exactidão.—O juiz municipal, *Pinheiro*. (M. P.) (295)

(Preço d'este annuncio 240 réis)

EDITOS DE 30 DIAS
(2.ª publicação)

No juizo municipal do julgado da ilha Brava, correm editos de trinta dias, depois da segunda publicação d'este annuncio no *Boletim Official* da provincia, citando Antonio de Burgo, solteiro, maior, ausente em parte incerta, para assistir a todos os actos e termos do inventario de Ana da Lomba Braz, que foi do sitio de «Clara Gonçalves», em que é inventariante a tercenaria Carlota de Burgo, de «Pedra Mollars», sob pena de revelia.

Brava, 21 de julho de 1910.—O escrivão, *Augusto Dantas*.

Verifiquei.—O juiz municipal, *Pinheiro*. (M. P.) (296)

(Preço d'este annuncio 195 réis)

Julgado Municipal do Concelho de Santa Catharina
EDITOS DE 30 DIAS
(2.ª publicação)

Pelo juizo municipal do julgado de Santa Catharina e cartorio do escrivão abaixo assignado, correm editos de trinta dias, a contar da data da segunda publicação d'este annuncio, citando o legatario João Coelho Pereira, solteiro, de dezenove annos de idade, ausente em parte incerta, em S. Thomé, para todos os termos até final do inventario a que se procede por obito de Luiza Coelho Teixeira, fallecida no estado de viuva, moradora que foi do sitio de «Pau de Pijão», da freguezia de Santa Catharina, e no qual é inventariante Antonio Coelho Semedo, morador no referido logar e freguezia, sem prejuizo o andamento do mesmo inventario.

Villa D. Maria 2.ª, 11 de agosto de 1910.—O escrivão *Aureliano Lopes da Costa*.

Verifiquei.—O juiz municipal, *Francisco Carvalho*. (M. P.) (297)

(Preço d'este annuncio 250 réis)

ANNUNCIOS DIVERSOS

LISBOA NA PRAIA
DE
José Cerbino & Castro

Com deposito de fazendas por atacado e a retalho, taes como: rendas, lenços de seda, meias, colchas, bordados, fantasias para vestidos, fitas de seda, camisas e muitos outros artigos.

Convidamos o respeitavel publico a visitar o nosso estabelecimento, onde encontrará um variadissimo sortimento de todos estes artigos e por preços convencionaes.

Rua D. Luiz, 82 e 84
(Preço d'este annuncio 165 réis). (298)

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
AVISO

Faz-se publico que estão sendo retiradas da circulação as notas de emissões anteriores a 1 de março de 1909 e que a troca d'essas notas pelas do typo actual se realisa até ao dia 15 de novembro proximo futuro, em todos os dias uteis, das 10 da manhã ás 3 da tarde, na thesauraria d'esta Filial.

Praia, S. Thiago de Cabo Verde, 12 de agosto de 1910. Filial do Banco Nacional Ultramarino.—O gerente, *L. Marinho Alves*. (Preço d'este annuncio 165 réis). (299)

PORTUGAL PREVIDENTE
COMPANHIA DE SEGUROS

Maritimos, Terrestres, Agrícolas, Postaes e de Vida

Auctorizada pelas portarias regias de 8 de junho e 24 de outubro de 1908.

Sede—Rua do Alecrim n.º 10, 1.º—LISBOA

Agentes em S. Thiago

MACEDO & FILHOS 

Rua de SÁ DA BANDEIRA, n.º 95 a 101

CIDADE DA PRAIA
(Preço d'este annuncio 165 réis) (300)

Preço do presente numero do Boletim—60 réis
Preço de cada folha—40 réis
CIDADE DA PRAIA—IMPRESSA NACIONAL

Calcular de letras, rendas e dividendos

Seques sobre todas as principais localidades de Portugal, Ilhas Adjacentes, Colónias e estrangeiras. Ordens de Lisboa

Transferências telegráficas

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

(BANCO COLONIAL PORTUGUÊS)

Filial na Praia

Endereço telegrafico: — COLONIAL—PRAIA

A sede deste Banco, em Lisboa, recebe depósitos, vencendo juro ás taxas seguintes:

A ordem..... 2% A prazo de 3 meses 3% A prazo de 6 meses..... 3 1/2% A prazo de 1 ano..... 4%

Descontos e todas as operações bancárias e cambiais

Cartas de crédito sobre todos os países do mundo. Abertura de créditos e o que quer prazos nacionais ou estrangeiros

Cintas correntes cancionadas.

CAETANO M. DE MACEDO

132-RUA DA PALMA-132

Lisboa

Fôla-se crioulo do Cabo Verde

Comissões e consignações

ARMAZENS DE MOVEIS E ESTOFOS

Aos seus patrícios do Cabo Verde que da América se destinam, via Lisboa, á sua pátria. Podem, por pequena remuneração, conseguir, sem trabalho: Transferir fundos, trocar moedas e câmbiais, fazer compras, embarques, despachos, tirar passaporte, passagens, escolher hotel, obter informações sobre quanto desejarem, emfim poupar trabalhos e prejuizos que é natural á todos que chegam a uma terra estranha. Encarrega-se de mandar fazer compras de propriedades em Cabo Verde e facilita todas as transações.

Endereço telegrafico: ILHAFOGO Telefone: 1:253

CAETANO M. DE MACEDO

Comissões e consignações

Armazens de moveis e estofos, etc.

End. tel. — ILHAFOGO Telefone — 1253

RUA DA PALMA-132

LISBOA

Encarrega-se da venda de generos coloniais, tais como: Café, couros, aguardente, mostarda, legumes, purgueira, frutas verdes, doces e outros. Fornece generos alimentícios, fazendas e lodo e qualquer outro artigo tanto nacional como estrangeiro.

Manuel V. Ferreira

COM OFFICINA DE marcenaria, carpintaria e torneiro

Encarrega-se de todos os trabalhos concernentes á sua arte

GARANTE SOLIDEZ E PERFEIÇÃO

PREÇOS CONVENÇIONAIS

Compra moveis usados

Rua do Corvo, 39-43

PRAIA

PIROLITOS: de groseile, limão, laranja, banana, ananás, etc.

AGUA DE SELTZ

Vende-se nas principais mercearias desta cidade Para os revendedores fazem-se abatimentos

Pedidos a João Spencer Santos

PRAIA

JOAQUIM DE SAINT MAURICE

S. VICENTE

Agente geral das casas:

J. B. de Lima Junior & C.^a
Ferreiras nacionais
Rua D. Pedro, 66 — PORTO

Lopes Coelho Dias & C.^a, Limitada
Fabrica de conservas em Matosinhos

GILMAN & COM.^{TA}
Fabrica de louça em Sacavem

ATHEN & HAUPT
Artigos estrangeiros, arroz á assucar
HAMBURGO

COSTA BRAGA & FILHOS
Chapelaria — PORTO

PALHA & FILHO
Fabrica de calçado e correias — BRAGA

Emilio Ribeiro Pereira & Cunha, L.^{da}
Papellaria e merceria — LISBOA

The Argus Clothing Co.
LONDRES

COMPANHIA VINICOLA PORTUGUESA
Matosinhos

Fabrica Portuense de Guarda-sóis, L.^{da}
PORTO

JOSÉ NUNO PEREIRA & C.^a, SUCESSORES
Cabedais — PORTO

F. F. FERRAZ
Vinhos da Madeira
FUNCHAL

Companhia de seguros GARANTIA
Seguros e resseguros contra fogo e maritimos entre qualquer porto, compreendendo as das ilhas do archipelago
PORTO

FABRICAS DE CONSERVAS Indianas

B. C. DA COSTA & COMPANHIA

India Portuguesa, Margão

Mangas, ananás etc., em calda fina, Geleas, Orais, Chouricos Acepices, Peixe tamarindo, (farinha de nachimim), etc., etc.

Envia-se lista de preços a pedido

Deseja-se agentes activos e honestos

Para quaisquer informações dirijam-se á fabrica

ALFAIATARIA

JOSE SEQUEIRA DE MIRANDA

R. da Bandeira, 77

Participa ao publico e aos seus frequentes que regressam de S. Tomé e que se acha estabelecido na sua antiga alfaiataria da Rua Sá da Bandeira, onde se põe á disposição de todos.

Executa com perfeição e bom gosto todos os serviços concernentes á sua arte.

PREÇOS RESUMIDOS

MACEDO & FILHOS

Endereço telegrafico: MACEDO—PRAIA. Usa o código telegrafico Ribeiro

Com lojas e armazens de fazendas nacionais e estrangeiras, mercearias, ferragens, generos de exportação, etc.

PARINHAS da fabrica João de Brito Limitada

Telhas do tipo marselhês e cimento PORTLAND

PREÇOS CONVINDATIVOS

SUCURSAL NA ILHA DO FOGO

Compram e vendem generos da provincia: milho, feijão, café, açúcar, fava, etc.

Rua Sá da Bandeira, n.º 96 a 101 e 105 a 113 — PRAIA

PORTUGAL

COMPANHIA DE SEGUROS

CAPITAL 1.600.000\$000

Seguros terrestres contra fogo, incluindo o proveniente de raio ou explosão, sobre moveis, propriedades e estabelecimentos.

Seguros maritimos contra avaria grossa ou particular

Agente geral em Cabo Verde

RAUL BARBOSA

Rua Sá da Bandeira, n.º 52 e 54 — PRAIA

Sede: Rua Aurea, n.º 100, 2.º — LISBOA

Admittam-se sub-agentes nas ilhas. Dirigir-se ao agente na Praia

ANTONIO LUIS EVORA

ILHA DO MAIO

CASA FUNDADA EM 1905

LOJA DE FAZENDAS E MERCEARIA

Forneca sal posto a bordo e por preço sem competencia. Embarques rapidos.

Vende gado de todas as especies, queijo, manteiga, peixe seco, etc., etc.

A VOZ DE CABO VERDE

Semanario democratico dedicado aos interesses da provincia de Cabo Verde

N.º 102 — 28 de julho de 1913

Ex.º Sr.

HONRA AOS MORTOS

No dia 22 do corrente, celebrou-se na Igreja Matriz desta cidade, uma missa resada em memória do Dr. António Manuel da Costa Lerenó.

Tomou parte nesta piedosa homenagem grande número de senhoras e cavalheiros de todas as classes sociais, admiradores do ilustre morto. Muito lhe devem Cabo Verde e Guiné, como médico e como chefe de Serviço de Saúde.

Foi um hábil organizador, dotando a instalação hospitalar da Praia e Mindelo com boas enfermarias, mobiliário, instrumentos cirúrgicos, uma escola de enfermagem e a criação de inúmeras ambulâncias em todas as ilhas.

Espírito de eleição, coração de ouro, foi um elemento de progresso nesta terra castigada e pobre e a sua memória saúdosa perdurará entre a gente caboverdeana enquanto a acção desgastadora do tempo não extinguir o rasto de luz que ele deixou.

Tempo virá em que no jardim do Hospital desta cidade lhe seja erigida uma memória comemorativa do seu trabalho fecundo e do seu carácter carinhoso e bom.

EUNICE

JOÃO PEREIRA DA COSTA

Nomeado director da Alfândega da capital do Norte, como soem os barlaventenses chamar à nobre cidade do Mindelo, seguiu este nosso prezado amigo ao seu destino em 19 de Setembro último.

No dia anterior, haviam-lhe oferecido os seus camaradas em serviço na Alfândega da Praia, um almôço de despedida que se realizou na propriedade da Trindade e decorreu com a maior cordialidade e animação.

Gentilmente se associaram, comparando, àquela manifestação dois antigos chefes de serviço aposentados Srs. João Bento de Abreu Fernandes e João Gomes Barbosa, este de passagem nesta cidade.

O ECO não pôde tomar parte na homenagem prestada ao Sr. Pereira da Costa, por não pertencer à seita; todavia, a ela se associa, enviando efusivas saudações ao homenageado.

Cais do Alcatraz

(FOGO)

Toda a vasta extensão povoada, compreendida entre Fonte Aleixo e Cova Figueira, é servida pelo Porto do Alcatraz, na costa Sul, onde em 1914 foi construído um cais que, até 1928, funcionou sem ter sofrido avaria alguma.

Porém, durante anos, a acção destruidora do mar, foi executando um verdadeiro trabalho de sapa, sob o pavimento do cais, e, num dia de marésia, a pressão hidráulica, atirou ao ar com quasi toda a superfície destinada ao arrumamento de mercadorias e cargas, ficando aberta uma cratera perfeita.

Então quaisquer 5.000 escudos seriam suficientes para sua reparação. Nada se fez, se bem que o povo da Cova Figueira tivesse instantemente pedido o seu conserto.

Hoje, decorridos 19 anos, o mar completou sua obra de destruição. Do cais restam algumas cantarias, únicos vestígios d'uma obra que tão bons serviços prestou.

Interpretando o desejo dos habitantes daquela região, cumpre lembrar ao Governo a conveniência da reconstrução do cais do Alcatraz.

O Governo levando a efeito esta obra, concluindo o porto do Vale de Cavaleiros e dotando a estrada do Sul com pontes, terá rompido os liames que vinham tolhendo os movimentos, para o progresso, a esta ilha, tão importante sob todos os pontos de vista.

C.

ADRIANO CARLOS MEDINA

COMÉRCIO GERAL

Cereais; Legumes; Café; Sementes oleaginosas; Fazendas e artigos de novidades

CIDADE DE S. FILIPE—ILHA DO FOGO

(38)

HENRIQUE JOSÉ MENDES

Comerciante e armador

COMPRAS E VENDAS POR GROS-

SO E A RETALHO

Endereço telegráfico: «Hermendes» — SAN FILIPE

ILHA DO FOGO

(39)

Carimbos de borracha

Executam-se com rapidez, perfeição e economia.— Os pedidos devem ser feitos à «Minerva de Cabo Verde»—Praia.

(40)

FORTUNATO GOMES DE PINA

IMPORTADOR E EXPORTADOR

Escritório e estabelecimento comercial em edificio próprio na

CIDADE DE S. FILIPE DA ILHA DO FOGO

Venda de produtos oleaginosos, (ricino e purgueira), café, cereais, legumes, artigos de mercearia, fazendas novidades, a preços módicos

Construção de prédios e cisternas

(41)

MANUEL FERREIRA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Comércio em grande e pequena escala

Agente da «United States Lines»

N.ª ILHA DO FOGO

Passagens para a América

Endereço telegráfico: FERREIRA

(42)

HENRIQUE RODRIGUES PIRES

COMÉRCIO GERAL

Importação das melhores casas nacionais e estrangeiras

CIDADE DE S. FILIPE—ILHA DO FOGO

(43)

António de Vasconcelos Monteiro

IMPORTADOR E EXPORTADOR

Correspondente do Banco Nacional Ultramarino—Câmbios e operações bancárias gerais

Endereço telegráfico: BEJU—FOGO

ILHA DO FOGO

(44)

Semi-internato

Internato

e externato

PARA AMBOS OS SEXOS

PRAIA—CABO VERDE

Rua Sá da Bandeira

N.ºs 83, 85, 87, 89, 91

e 93

Colégio-Liceu 'Serpa Pinto'

Director Dr. LEÃO GOMES DE PINA

Este Colégio—o único existente em toda a Colónia—possui amplas instalações, material didáctico adequado, sendo os seus alunos escrupulosamente instruídos e educados

ENSINO PRIMÁRIO
ENSINO SECUNDÁRIO
ENSINO TÉCNICO
ENSINO ESPECIAL

EDUCAÇÃO MORAL
EDUCAÇÃO CÍVICA
EDUCAÇÃO FÍSICA
PINTURA E LÁVORES

(45)

2. Artigo de jornal metropolitano sobre a produção cafezeira dos Avelino Henriques, no Fogo



DIÁRIO POPULAR

27-4-1954

CABO VERDE

MONTE QUEIMADO

A MAIOR PROPRIEDADE UNIFICADA DA ILHA DO FOGO PRODUZ O MELHOR CAFÉ DO IMPÉRIO



Dr. Alvaro Adolfo Avelino Henriques, a quem se devem as primeiras grandes medidas da valorização da propriedade de Monte Queimado

HISTÓRIA DE UMA «FAZENDA» QUE A INICIATIVA E UMA INTELIGENTE ADMINISTRAÇÃO TÊM VALORIZADO SOBREMODO

instrução dos seus bens, especialmente desta magnífica propriedade que herdara dos seus antepassados. Em vez de cuidar do que era seu, ia dissipando avultadas somas, que o levaram a contrair dívidas que, mais tarde, não pôde satisfazer. Do contínuo arruinar-se assim, pouco após veio a ser alvo de uma execução judicial.

Penhorada e vendida em hasta pública a grande propriedade de Monte Queimado foi arrematada, em 1874, pelo abastado proprietário Albino José Avelino (Henriques), neto do antigo capitão-mor da ilha do Fogo, Marcelino José Jorge Henriques.

Já idoso e doente, Albino Avelino, que não chegou a poder tirar grande proveito de Monte Queimado, morreu em 1883 deixando, entre filhos e netos, 22 herdeiros.

Dado o grande número dos interessados, por inventário judicial foi a propriedade de Monte Queimado partilhada em 80 partes, distribuídas nos herdeiros, tendo assumido a administração do conjunto, a pedido de todos, o dr. Alvaro Adolfo Avelino Henriques bacharel formado

vario Adolfo Avelino Henriques, deu-se início ao conveniente aproveitamento da propriedade, intensificando-se a cultura do café e outras, como, por exemplo, a da cana sacarina, arvores de lúrio, cereais, batata, etc.

Assim inteligentemente aproveitada e cuidada, a terra de Monte Queimado ia de novo prosperando e, ao mesmo tempo, o seu habi- e inteiro administrador ia gradualmente adquirindo para si o direito de muitos dos co-herdeiros.

Simultaneamente com o incremento dado à cultura do café, o dr. Alvaro Henriques ia cuidando, também do seu tratamento e da sua melhor apresentação no mercado. Inteligente e culto, a propriedade de Monte Queimado deve à sua larga iniciativa e esclarecida visão a introdução das primeiras máquinas apropriadas, embora manuais, para o tratamento do café, adquiridas primeiro em França e, depois, na América do Norte.

Interessando-se directamente e estudando quasi dia a dia respeito à terra e às culturas, era o próprio dr. Alvaro Henriques quem presidia à administração da propriedade, que, assim, de ano para ano ia-se ia desenvolvendo e prosperando.

Não admira, por isso mesmo, que, a pouco e pouco, o café de Monte Queimado fosse adquirindo justa e grande fama, não só na Província como, também, na Metrópole.

Vitimado por uma sangria pectoral, o dr. Alvaro Henriques morreu, na cidade de S. Filipe, em 1922, quando já era proprietário de 47,80 de Monte Queimado.

O café de Monte Queimado obtém a «Medalha de Ouro» da Exposição Colonial Portuguesa de 1934

Por sua morte, assumiram a administração da propriedade seus filhos, sr. Agnelo e António Henriques que, guiados e estimulados pelo salutar exemplo de seu pai, não só mantêm as suas directrizes de administração de Monte Queimado, como têm procurado dar maior impulso no seu progresso — o que conseguiram logo pouco após — por aumento das suas culturas, especialmente de café, e introduzindo na propriedade novas máquinas, já movidas a força motriz, para o

mais perfeito tratamento deste produto, cuja fama continuava aumentando constantemente.

Como dissemos já, concorreram, com merecido êxito, as Exposições Americanas realizadas na cidade da Praia em 1917 e 1918, tendo o café que apresentaram obtido os 1.º e 2.º prêmios de ambos os certames.



Agnelo A. A. Henriques, proprietário e administrador de Monte Queimado

— o café de Monte Queimado, desde há meio século, devido a inteligente iniciativa do seu principal interessado na propriedade, dr. Alvaro Adolfo Avelino Henriques, deu-se início ao conveniente aproveitamento da propriedade, intensificando-se a cultura do café e outras, como, por exemplo, a da cana sacarina, arvores de lúrio, cereais, batata, etc.

O ano de 1934 trouxe para o café de Monte Queimado a «Medalha de Ouro» da Exposição Colonial efectuada na cidade do Porto, Fieira, assim, definitivamente consagrando um produto ultramarino português da máxima categoria e de grande influência na balança económica do Arquipélago.

No entanto, os irmãos Henriques, adquiriram, ano após ano, os direitos dos demais interessados na fazenda de Monte Queimado, hoje a maior propriedade unificada da ilha, com uma vasta área de 191 hectares e totalmente pertença dos três irmãos — Agnelo, António e António.

Em 1952, a convite do Governo da Província, concorreram à Grande Exposição Industrial realizada em Cos, quando do Centenário da Independência, apresentando os dois tipos do seu altíssimo café, que, graças, pela sua alta qualidade, como o melhor do Império português.



Propriedade de Monte Queimado — local da «Casa do Monte», vendo-se um café em plena produção



Outro aspecto de Monte Queimado

Da ruína e venda em hasta pública, a administração séria e inteligente

Inicialmente, a fazenda de Monte Queimado constituiu propriedade vinculada, tendo sido seu último possuidor Manuel Barboza de Andrade, cuja venda desvendada o dr. Avelino não deixava pensar na boa administração dos seus bens, especialmente desta magnífica propriedade que herdara dos seus antepassados. Em vez de cuidar do que era seu, ia dissipando avultadas somas, que o levaram a contrair dívidas que, mais tarde, não pôde satisfazer. Do contínuo arruinar-se assim, pouco após veio a ser alvo de uma execução judicial.

Penhorada e vendida em hasta pública a grande propriedade de Monte Queimado foi arrematada, em 1874, pelo abastado proprietário Albino José Avelino (Henriques), neto do antigo capitão-mor da ilha do Fogo, Marcelino José Jorge Henriques.

Já idoso e doente, Albino Avelino, que não chegou a poder tirar grande proveito de Monte Queimado, morreu em 1883 deixando, entre filhos e netos, 22 herdeiros.

Dado o grande número dos interessados, por inventário judicial foi a propriedade de Monte Queimado partilhada em 80 partes, distribuídas nos herdeiros, tendo assumido a administração do conjunto, a pedido de todos, o dr. Alvaro Adolfo Avelino Henriques bacharel formado

vario Adolfo Avelino Henriques, deu-se início ao conveniente aproveitamento da propriedade, intensificando-se a cultura do café e outras, como, por exemplo, a da cana sacarina, arvores de lúrio, cereais, batata, etc.

Assim inteligentemente aproveitada e cuidada, a terra de Monte Queimado ia de novo prosperando e, ao mesmo tempo, o seu habi- e inteiro administrador ia gradualmente adquirindo para si o direito de muitos dos co-herdeiros.

Simultaneamente com o incremento dado à cultura do café, o dr. Alvaro Henriques ia cuidando, também do seu tratamento e da sua melhor apresentação no mercado. Inteligente e culto, a propriedade de Monte Queimado deve à sua larga iniciativa e esclarecida visão a introdução das primeiras máquinas apropriadas, embora manuais, para o tratamento do café, adquiridas primeiro em França e, depois, na América do Norte.

Interessando-se directamente e estudando quasi dia a dia respeito à terra e às culturas, era o próprio dr. Alvaro Henriques quem presidia à administração da propriedade, que, assim, de ano para ano ia-se ia desenvolvendo e prosperando.

Não admira, por isso mesmo, que, a pouco e pouco, o café de Monte Queimado fosse adquirindo justa e grande fama, não só na Província como, também, na Metrópole.

Vitimado por uma sangria pectoral, o dr. Alvaro Henriques morreu, na cidade de S. Filipe, em 1922, quando já era proprietário de 47,80 de Monte Queimado.

O café de Monte Queimado obtém a «Medalha de Ouro» da Exposição Colonial Portuguesa de 1934

Por sua morte, assumiram a administração da propriedade seus filhos, sr. Agnelo e António Henriques que, guiados e estimulados pelo salutar exemplo de seu pai, não só mantêm as suas directrizes de administração de Monte Queimado, como têm procurado dar maior impulso no seu progresso — o que conseguiram logo pouco após — por aumento das suas culturas, especialmente de café, e introduzindo na propriedade novas máquinas, já movidas a força motriz, para o

mais perfeito tratamento deste produto, cuja fama continuava aumentando constantemente.

Como dissemos já, concorreram, com merecido êxito, as Exposições Americanas realizadas na cidade da Praia em 1917 e 1918, tendo o café que apresentaram obtido os 1.º e 2.º prêmios de ambos os certames.

Cópia facultada por Agnelo Vieira de Andrade



Foto facultada por Agnelo Vieira de Andrade

Figura 118 – Agnelo Avelino Henriques supervisionando a produção e o empacotamento de café das suas propriedades (cerca de meados do século)

ANEXO XII – Algumas reflexões sobre a campa no exterior do Cemitério de Baixo¹³⁴⁵ de São Filipe

Ao descer a Achada São Filipe em direcção ao Cemitério de Baixo, no sentido Este-Oeste, deparamos com um mausoléu isolado, a escassos metros do muro que cerca o recinto destinado aos mortos (vd. figuras 119 e 120). No referido mausoléu, a inscrição revela-nos apenas o nome da sepultada (Leonarda Barbosa Monteiro¹³⁴⁶), as datas do seu



Figura 119 – Cemitério de Baixo e sepultura fora de muros



Figura 120 – Sepultura fora de muros

¹³⁴⁵ *Cemitério di Baxo* é a designação local do cemitério mais antigo da Vila.

¹³⁴⁶ Registada Leonarda Júlia Gomes Barbosa, o seu casamento com Tadeu do Sacramento Monteiro acrescentou ao seu nome o apelido Monteiro.

nascimento (18 de Dezembro de 1825) e morte (7 de Março de 1893) e o nome da filha que o mandou erigir (Amélia do Sacramento Monteiro). Nada mais. A imensa solidão daquele túmulo faz-nos interrogar porque teria sido uma mulher das famílias de topo da elite insular sepultada fora do cemitério, e bastante distante dos parentes em linha directa, colateral e por afinidade, quando a proximidade familiar era o critério mais observado na distribuição espacial das sepulturas no interior do cemitério.

Desde a nossa segunda estadia em São Filipe que se nos foi revelando pertinente a inclusão de um apêndice um pouco alargado com alguns dados e reflexões sobre a campa situada no exterior do Cemitério de Baixo de São Filipe, não apenas pelas efabulações em torno da vida sexual da sepultada, onde, aliás, malgrado a diversidade das versões, se identifica um fundo comum – Leonarda, mulher do segmento *branco* de São Filipe, casada com Tadeu, um seu ‘igual’ sócio-racial, ter-se-ia relacionado sexualmente, depois de matrimoniada, com um indivíduo *não-branco* (nalgumas versões, tratar-se-ia de um escravo, noutras de um antigo escravo, noutras ainda de um descendente de escravos) –, como pelo que pode revelar do teor das relações entre *brancos* e *não-brancos* em São Filipe, e das representações sobre essas relações, desde o último quartel do século XIX até ao presente.

Apesar de no assento de óbito de Leonarda se mencionar que morreu «de morte natural» (vd. *infra*, pp. 672-673), a hipótese de o suicídio ter sido a causa do enterro no exterior do recinto do cemitério foi a primeira a surgir-nos, por dois grupos de razões: a elevada taxa de suicídios que a ilha sempre registara e o facto de constar no registo de óbito de Leonarda a menção «não tendo recebido os sacramentos da Santa Madre Igreja». Em relação ao primeiro, ele perdeu rapidamente pertinência, na medida em que, conquanto condenado pela Igreja, o suicídio não constituiu causa de enterro extra-muros nos cemitérios da Vila; tanto *brancos* quanto *não-brancos* se suicidaram, incluindo familiares próximos de Leonarda e do marido, sem que se lhes tenha recusado sepultura no interior dos cemitérios da ilha. Também o facto de os suicídios conhecidos terem sido perpetrados por homens e não por mulheres tirou peso a esta primeira hipótese. Como confidenciou uma mulher idosa de São Filipe a André, quando este a inquiriu sobre a pertinência da tese do suicídio, «[em São Filipe] ‘mudjer ca ta mata cabeça’»¹³⁴⁷. O segundo argumento em abono desta tese também caiu por terra, ao avançarmos na consulta dos livros de registo dos óbitos, já que a referida menção à ausência de sacramentos consta da maior parte dos assentos, sugerindo apenas que a morte ocorreu mais ou menos imprevistamente, sem que tivesse havido tempo (ou vontade) de recorrer aos serviços do sacerdote local.

Outra hipótese que nos surgiu (e que também Artur avançou) foi a do enterro ter sido feito fora do local a isso destinado, a pedido da própria Leonarda, como acto de expiação ou atitude de penitência. A ausência do mausoléu habitual entre as famílias *brancas* da ilha, até a filha Amélia o mandar erigir, acrescenta peso à hipótese de um pedido pio: ser modestamente enterrada em campa rasa, no exterior do recinto consagrado.

¹³⁴⁷ À letra, «As mulheres não matam a cabeça», ou seja, as mulheres não se suicidam.

A explicação mais propagada em São Filipe para este enterro fora de muros é, porém, a do relacionamento sexual de Leonarda Júlia, senão com um escravo ou seu descendente directo, pelo menos com alguém exterior ao núcleo de famílias incorporáveis no tronco central dos Gomes Barbosa e dos Sacramento Monteiro.

Foi uma senhora que teve a infelicidade de ficar grávida de um negro da casa e foi desprezada pela família e foi enterrada fora do cemitério, mas *eles* negam essa realidade, mas aconteceu, porque a minha mãe já perdeu a memória – tem noventa e três anos – mas conhecia isso muito bem. Mas *eles* [alguns dos descendentes de Leonarda] negam isso, mas é verdade. Tanto orgulho da família que mandaram enterrar essa senhora fora do cemitério, porque o cemitério era deles. (Raul)

Também a mãe de Paulo Ihe revelou desconhecer pormenores, mas ter ouvido **sempre** dizer que se tratara de relações de Leonarda com um homem *não-branco*. O advérbio **sempre** tem aqui especial relevância, porquanto se confronta com o discurso da infância desta «invenção», reportada por alguns dos inquiridos apenas às últimas décadas e ao pós-independência (António, Marcelo, Maria). Ou porque magoados com o que entendem como tentativa de deslustração da sua família (mais uma vez, residindo na castidade feminina a honra familiar) ou por quererem preservar a memória dos mortos do que consideram efabulações *a posteriori*, alguns descendentes de Leonarda procuram desconstruir a tese do adultério com um *não-branco*, tomando uma das suas versões mais inverosímeis e ridicularizando-a. Referimo-nos à versão que afirma ter Leonarda morrido de parto; ora, morrer-se de parto quase septuagenária não é, de facto, verosímil!

Para Maria, é improvável o relacionamento com um antigo escravo ou dependente, porquanto, «pelo que os mais velhos diziam, ela não era das pessoas que melhor tratava» os servidores. No dealbar da segunda metade do século XIX, escassa década e meia antes da proclamação da abolição da escravatura em todo o Ultramar português, a maior parte da população da Vila era ainda escrava (sobre os quantitativos da população segundo o estatuto jurídico, *vd.* capítulo 9, p. 298). Tratava-se, contudo, de uma escravatura essencialmente doméstica, com tudo o que uma maior proximidade física e, naturalmente, cultural, entre senhores e escravos, acarreia para o esbatimento (relativo) de um sistema de relações que, no seu registo ideal típico, se caracteriza pela posse e pela privação absolutas de poder.

Como no decurso das entrevistas, o silêncio tem por vezes tanto ou mais valor heurístico que o dito, mormente no que diz respeito a factos de natureza sexual, retivemos das nossas notas de campo a impressão que Rita, informante idosa, recorrentemente consultada pelos são-filipenses, por jornalistas de outras ilhas e por forasteiros sobre aspectos do passado da Vila, nos causou, no decurso da primeira entrevista que Ihe fizemos, em 2008. Demonstrando estar de posse de vasta informação sobre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX, Rita, quando abordada sobre a campa no exterior do cemitério e a vida da sepultada, afirmou nada saber sobre o assunto – tão-pouco a localização da referida campa! –, nem nada ter alguma vez ouvido falar sobre ele, justificando a sua (tão repentina e selectiva) desmemória com a hipertensão arterial, que Ihe retirava, dizia, a capacidade de rememorar pessoas e eventos recuados no tempo. Abonará esta tão completa e

inusitada deslembração de Rita a tese da relação extra-conjugal de Leonarda com um *não-branco*?

Em contrapartida, alguns outros factos e argumentos desabonam-na e, entre eles, o carácter recorrente da atribuição do nome Leonarda à prole dos vários ramos familiares *brancos*. O carácter de exemplaridade associado aos nomes manifesta-se frequentemente nas práticas nominativas, sobretudo entre as famílias melhor posicionadas na hierarquia do prestígio. Não são somente os laços afectivos e as preferências pessoais que orientam as famílias nas suas escolhas nominativas. Porque os nomes também reconstroem percursos que se desejam edificantes, são muitas vezes os nomes dos antepassados que mais se destacaram pelo tipo e quantidade de capitais possuídos ou pela índole exemplar da sua conduta que são transmitidos à descendência.

A homonímia também era uma prática das famílias do segmento *branco* da ilha do Fogo, tanto em relação à descendência masculina quanto à feminina. O ramo familiar de origem de Leonarda, o Gomes Barbosa, foi o que registou maior incidência da repetição dos nomes próprios durante toda a segunda metade do século XIX e princípios do XX. Pelo menos dois dos filhos de Leonarda e Tadeu – João e Manuel – transmitiram não apenas o nome paterno aos filhos, como também o materno. Ora, se a mãe, Leonarda, tivesse tido um comportamento muito distante dos padrões morais de então – e o adultério feminino, para mais praticado com um *não-branco*, inscreve-se seguramente no que então se consideraria um grande desvio – constituiria, cremos, factor desmotivante para a escolha do nome próprio para a descendência feminina do grupo de famílias da elite da Vila. Desconheceriam os filhos os rumores sobre uma eventual conduta menos ortodoxa, por parte de Leonarda, em matéria sexual ou outra? Não nos parece verosímil, dada a pequenez do meio e as práticas difamatórias das facções familiares em luta pelos principais cargos administrativos, que não excluía a alusão a aspectos relacionados com a conduta sexual das mulheres da facção rival socialmente reprovados (vd. anexo VII, 2., p. 633). Ou será que, tratando-se da mãe, pretendiam, ao atribuir o seu nome às filhas, retirar crédito a esses rumores e ‘reabilitar’ Leonarda?

Cientes de como a ‘honra’ de uma família girava em grande medida em torno da ‘reputação’ sexual das suas mulheres, não nos parece que a transmissão recorrente do nome de uma adúltera se inscrevesse nas estratégias simbólicas destas famílias. A não ser que, pela sua gravidade, a ocorrência tenha suscitado uma espécie de pacto de silêncio entre todos os ramos familiares do segmento *branco*, como vimos, estreitamente aparentados. Afinal, o património rácico secularmente gerido e acumulado pelos principais ramos familiares era um capital de elevado potencial distintivo face à maior parte da população da ilha e, como tal, mobilizado na legitimação das disparidades de poder. A gestação eventual de um *misto*, no interior do núcleo legítimo de dois dos principais ramos familiares da cidade – os Gomes Barbosa e os Sacramento Monteiro – poderia apresentar-se, pelo menos aos olhos de quem detinha o poder, como factor de vulnerabilização desse poder perante os dominados.

Alguns dados que colectámos nos últimos anos, no Arquivo Histórico de Cabo Verde, suscitam-nos algumas reflexões. O marido de Leonarda, Tadeu do Sacramento Monteiro (figura 119), surge-nos, no último quartel do século XIX, como importante negociante dos Mosteiros, onde fixara residência depois de deixar a casa que partilhava com Leonarda, na



Figura 121 – Tadeu do Sacramento Monteiro

Vila. Sabemos que nos Mosteiros viveu em concubinato com pelo menos uma mulher *não-branca*, da qual teve descendência (vd. figuras 122 e 123, p. 663). São estes os poucos dados de que dispomos. Ao abandonar a mulher legítima e a residência comum, Tadeu desviou-se dos códigos morais da época, muito permissivos para com as relações sexuais extra-matrimoniais dos homens, mas desde que estas não vulnerabilizassem o casamento enquanto instituição de preservação, no interior de um ramo familiar, do património fundiário, onomástico e racial do segmento *branco* da Vila. Vimos como não era a diversidade de parceiras sexuais que era deplorada, mas antes o abandono da residência do núcleo legítimo da família. Ora, Tadeu surge-nos nas suas últimas décadas de vida a residir, sem a mulher legítima, na região de Mosteiros.

Quanto ao abandono da casa de morada da família, por parte de Tadeu (só três quartos de século mais tarde, deparámos com um facto semelhante no seio do segmento *branco* da Vila, e, coincidentemente, com um neto de Tadeu), podemos interrogar-nos sobre as causas que terão estado na origem desse comportamento incomum: ter-se-ia tratado (1) do «mau feitio» de Leonarda, de que fala Maria («tinha um feitio um bocado difícil (...) tinha mau génio, isso é que eu ouvi, e ele [Tadeu] se tinha enfastiado e foi para ... [Mosteiros]»), (2) de um eventual «mau passo», mencionado por Cristina («Só sei que a própria família não pôs dentro do cemitério porque ela deu um mau passo, saiu fora do seu reduto»), (3) da paixão de Tadeu por Henriqueta Andrade (mulher *não-branca* com quem viveu e procriou, no norte da ilha)?

Incomum na época e no meio, a saída definitiva de casa por parte de Tadeu do Sacramento Monteiro e o seu estabelecimento bem longe da Vila, na zona de Mosteiros, muito antes da morte da mulher legítima, abona a hipótese de que algo considerado muito grave na

Conquanto na Vila tenha sido mencionada por alguns informantes a *Lapa Nhô Tadeu* (figura 122) como o lugar onde Tadeu do Sacramento Monteiro teria vivido com uma mulher com quem coabitou e procriou, nas vizinhanças da referida *Lapa*, a memória que perdura, confirmando embora a residência local de Tadeu durante as últimas décadas da sua vida, reporta-a à casa fronteira à *Lapa* (figura 123), da qual não deve distar mais do que duas centenas de metros. Tratando-se de um homem abastado do segmento *branco*, de elevado capital de europeidade, é pouco verosímil que habitasse uma lapa; se tinha aí alguns encontros amorosos, a residência seria, com toda a probabilidade, na casa situada em frente.



Figura 122 – *Lapa Nhô Tadeu*: plano de fundo e pormenor



Figura 123 – Casa e anexos onde terá residido Tadeu do Sacramento Monteiro, nas últimas décadas de vida (Mosteiros)

vida do casal a tenha induzido. Ora, de acordo com os códigos morais do final do século XIX, que se haveriam de prolongar por muitas décadas mais, nada era sentido como mais danoso da honra de um homem e de uma família que os desvios aos padrões do comportamento sexual, por parte dos elementos femininos da família mais próximos – cônjuge, filhas, irmãs ou mãe. Se observarmos novamente o ponto 2. do anexo VII, p. 633, vemos como, ainda no princípio do segundo quartel do século XX, uma das armas de combate entre as duas facções político-familiares em disputa pela hegemonia administrativa da ilha foram as referências insultuosas às relações sexuais e à gravidez pré-matrimonial (ainda que com um ‘igual’ sócio-racial) de uma familiar do chefe de uma das facções.

Perante uma eventual ou eventuais ligações amorosas extra-maritais de Leonarda, a família de Tadeu, de quem o cemitério fora propriedade, poderia ter procurado impedir que Leonarda lá fosse sepultada, como afirma Raul. A (recorrente, noutras circunstâncias) estratégia familiar de ocultação do adultério feminino seria muito difícil num meio tão pequeno, onde o espaço da sexualidade feminina era cerceado por uma apertadíssima vigilância. Assim, o enterramento fora do espaço consagrado aos mortos poderia ter-se inscrito numa estratégia de demarcação ostensiva, por parte das famílias *brancas* envolvidas, face a práticas carregadas de grande censura social, como o era o adultério feminino, para mais se praticado com ‘desiguais’ raciais. A punição exemplar da ‘desviada’, pela perpetuação *post mortem* da sua exclusão, asseguraria a estas famílias a sobrevivência da legitimidade de um sistema de relações sócio-raciais momentaneamente questionado e eventualmente abalado, ao mesmo tempo que teria um efeito profundamente dissuasor sobre as mulheres – coetâneas e vindouras – do segmento *branco*.

Outra questão a suscitar alguma reflexão é a seguinte: por que é que, tendo sido Leonarda tão fecunda, consta apenas o nome da filha Amélia na lápide da mãe, quando nas outras inscrições lapidares está contemplada a totalidade da descendência (legítima) dos sepultados? Observando o retrato de Amélia (figura 124), vemos trata-se de uma mulher com um fenótipo a que, superficialmente analisado, dificilmente atribuiríamos uma origem exclusivamente caucasóide. De facto, além do tom pouco claro da pele, Amélia possuía cabelo e lábios cuja textura e perfil se afastam do que se consagrou como o perfil racial europeu. Se compararmos o seu retrato com os dos irmãos (figuras 125 a 128) e com o do marido de Leonarda e presumível pai de todos (figura 121), deparemos com um fenótipo marcadamente mais negróide que o de qualquer um dos outros. Abonará este distanciamento do seu fenótipo da norma racial europeia a tese da paternidade *não-branca* de Amélia?¹³⁴⁸

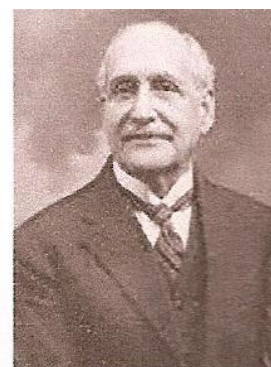
Se exclusivamente assente nalguns dos seus traços fenotípicos aparentemente negróides, a hipótese não nos parece muito sustentável, se tivermos em linha de conta que (1) mesmo a população portuguesa metropolitana, de que os Sacramento Monteiro são originários, é profundamente mestiçada, mormente desde o desembarque massivo de escravos africanos, durante o período áureo da expansão ultramarina, e que (2) alguns ramos familiares do

¹³⁴⁸ Somente a mãe de Paulo lhe mencionou ter ouvido dizer na família que só Amélia tivera a iniciativa do mausoléu, o custeara e nele inscrevera o seu nome, por ser a única filha do relacionamento sexual de Leonarda com um homem *não-branco*.

segmento *branco* da Vila eram notoriamente mais escuros que outros (é o caso dos Sacramento Monteiro, de pele muito menos clara que, por exemplo, os Barbosa Vicente).



Figura 124 – Amélia do Sacramento Monteiro



Figuras 125 a 128 – Alguns dos filhos de Leonarda e Tadeu do Sacramento Monteiro: António, João, José Miguel e Miguel

Um outro argumento em desfavor da tese da paternidade *não-branca* de Amélia é o seu casamento com o primo Francisco do Sacramento Monteiro: casaria o último morgado de Pico Pires com Amélia, se houvesse dúvidas sobre a sobreposição entre paternidade biológica e oficial e sobretudo se a primeira se reportasse a um *não-branco*? E se Amélia fosse filha de uma ligação da mãe com um homem *não-branco*, continuaria o casal Leonarda e Tadeu a procriar em conjunto, como (supostamente) o fez, na medida em que, depois de Amélia, outros irmãos (supostamente) germanos nasceram?

Apesar destes argumentos em desabono da filiação só parcialmente *branca* de Amélia, não deixa de se apresentar como motivo para reflexão o facto de ter sido apenas esta filha de Leonarda a erigir o mausoléu da mãe e a fazê-lo cercar de um murete. António avança com a hipótese de Amélia ter sido a única dos filhos a deter os recursos materiais necessários para a erecção do pequeno mausoléu, uma vez que herdou também todos os bens do seu marido (morto na segunda década do século XX), já que o casal não teve descendência comum.

Porém, apesar do empobrecimento global da elite *branca* da ilha, os Sacramento Monteiro que a abandonaram atempadamente conseguiram sustentar o declínio económico que ameaçava as famílias de terratenentes *brancos*. O percurso sócio-profissional metropolitano e africano-continental de muitos elementos da família demole o argumento da falta de recursos.

Entre os descendentes de Leonarda e Tadeu que entrevistámos, a explicação mais partilhada é a que inscreve a localização extra-muros da campa num plano de alargamento do cemitério. Para Gilda Barbosa, a inclusão da habitual menção «foi sepultada no cemitério d'esta freguesia» no registo de óbito de Leonarda Júlia, não o tendo ela sido, reforça a tese da intenção de alargamento do cemitério no sentido Leste¹³⁴⁹. Sabemos, porém, que nem sempre o que se registava nos assentos de óbito tinha ou pretendia ter suporte factual: a omissão da causa da morte nos registos de óbito de suicidas no-lo demonstra.

Quanto à organização espacial do cemitério, parece poder identificar-se duas áreas diferenciadas: (1) a que parte do portão de entrada e se estende paralelamente ao muro fronteiro ao mar, que está muito mais densamente povoada e não chega a ocupar metade do recinto murado do cemitério, onde as sepulturas estão alinhadas e orientadas para Oeste, e que constituiria uma espécie de zona 'nobre' do cemitério; e (2) uma parte por detrás da linha dos mausoléus, apenas ocupada por apenas escassos mausoléus, dispersos e desalinhados, e algumas campas rasas igualmente dispersas e pedras; tudo o mais, terra e calhaus. Teria sido esta segunda linha mais recuada destinada às pessoas de menor condição, ou seja, aos indivíduos exteriores ao segmento *branco* da Vila, estreitamente aparentado? A ter sido assim, estaríamos perante uma divisão familiar e sócio-económica do espaço destinado aos mortos, que, dada a política de endogamia grupal, coincidia com uma demarcação que era também rática (daí que o Cemitério de Baixo surja nalguma literatura de vincado teor ideológico como um cemitério de *brancos*¹³⁵⁰). Mas esta distribuição das sepulturas, criando duas zonas relativamente demarcadas no cemitério, pode dever-se apenas à sua relativamente pequena área e ao facto desta dever ter sido parcialmente ocupada pela capela de São Filipe, outrora Matriz da ilha.

Sem que se possa afirmar o seu carácter intencional, parece denotar-se uma certa hierarquização do espaço, com as principais famílias próximo da entrada. O facto de ter sido inicialmente um cemitério particular de uma família ajudará a compreender essa hierarquização. Será porque, outrora, o cemitério era mais pequeno, como parece ter sido? Mas nesse caso, a sepultura de Leonarda estava ainda mais distante das outras. Se assim era, se o muro que o cerca não tinha as dimensões do actual, então, porque é que quando se deu o alargamento do muro, não se fez de modo a albergar a campa de Leonarda, deixando-a imediatamente por detrás? E porque teria sido Leonarda tão distanciada da família? Na tão vasta área com apenas algumas campas rasas dispersas que se segue à zona da entrada, não haveria um pequeno espaço para sepultá-la, mesmo que alguma crise alimentícia recente

¹³⁴⁹ Cf. «A Sepultura fora dos muros», *Terra Nova*, nº 274, Agosto/Setembro de 1999, p. 6.

¹³⁵⁰ Num sítio da Câmara Municipal de São Filipe, observa-se uma fotografia do cemitério e da campa de Leonarda com a seguinte inscrição: «Cemitério de Branco/Rico. A descriminação [sic] era tão forte que uma moça branca que se envolveu com um escravo, teve de ser sepultada no exterior do Cemitério.» Cf. <http://www.caboverde.com/ilhas/fogo/fogo-0.htm>.

tivesse sobrepovoado os dois cemitérios da cidade com cadáveres de famintos¹³⁵¹ (e sabemos que não era o segmento *branco* que engrossava as taxas de mortalidade por inanição, conquanto também se ressentisse das *crises*)? São questões a que é difícil dar resposta sem escavações arqueológicas no local.

Por razões de saúde pública, em Setembro de 1835, decretara-se a proibição dos enterramentos nas igrejas, logo, a obrigatoriedade dos mesmos se fazerem em espaços destinados a esse fim, os cemitérios (cuja construção foi regulamentada em Outubro de 1835)¹³⁵². Foi provavelmente nos quatro anos que medeiam entre 1845 (data da promulgação das «leis de saúde», por Costa Cabral) e 1849 (data do mais antigo registo de óbito da ilha do Fogo a constar do espólio do AHN, no qual se afirma que o enterro se deu no cemitério da igreja Matriz de São Filipe), que o primeiro cemitério da Vila foi ‘construído’¹³⁵³. Terá, pois, tido curta existência enquanto cemitério privado dos Sacramento Monteiro, porquanto seria, pouco depois, convertido em cemitério público.

No BO nº 18, de 6 de Maio de 1893, anunciava-se a licitação a realizar em breve para arrematação da empreitada da construção do cemitério de Achada Forca (*Cimitério di Riba*). Ou seja, conquanto se viessem fazendo inumações no sítio de Achada Forca, pelo menos desde 1855¹³⁵⁴, data em que já se encontram registos de enterros, o espaço doado por João Baptista Vieira de Vasconcelos (sobrinho de Leonarda) para o cemitério não estaria ainda cercado¹³⁵⁵. O facto de se tratar do mesmo ano da morte de Leonarda Júlia tanto pode parecer reforçar a tese do enterramento fora de muros por falta de espaço no cemitério da Achada São Filipe (*Cimitério di Baxo*) e da intenção em alargá-lo, como, pelo contrário, demonstrar a pouca plausibilidade da intenção dos poderes públicos nesse alargamento, na medida em que, se o objectivo era construir um novo cemitério – entendendo-se por construir um cemitério cercar, murando-o, o espaço onde, como dissemos, há muito se faziam inumações, no sítio de Achada Forca – não se justificaria alargar o já existente. Se tivermos em conta as características do relevo – e ainda que a acção erosiva do mar não tivesse feito a falésia recuar ao nível actual –, ainda mais frágil se revela a tese da expansão do cemitério para Leste. O cemitério está implantado num terreno acidentado, estando o portão da entrada a escassa distância do limite da falésia sobre a praia de Fonte da Vila (vd. figura 127). A periculosidade do acesso dissuade a visita ao cemitério (pelo menos no que respeita os humanos, porque as cabras deambulam por ele frequentemente).

¹³⁵¹ Se bem que nos princípios da década de noventa não se tenha registado nenhuma grande *crise*, em meados da década anterior, o Fogo sofrera uma especialmente grave. Cf. Orlando Ribeiro, *A ilha do Fogo e as suas erupções*, op. cit., p. 203.

¹³⁵² *História de Portugal*, vol. X, *Portugal Liberal (I)*, dir. por João Medina, Amadora, Edita Ediclube, 2004, p. 387.

¹³⁵³ É também esta a linha de raciocínio seguida por Gilda Barbosa. Cf. «Cemitérios de S. Filipe», *Terra Nova*, nº 272, Junho de 1999, p. 3.

¹³⁵⁴ BO, nº 18, 6 de Maio de 1893, p. 119.

¹³⁵⁵ AHN, A1/A3.6/Cx.141 – Correspondência recebida da Administração do Concelho da ilha do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1895.

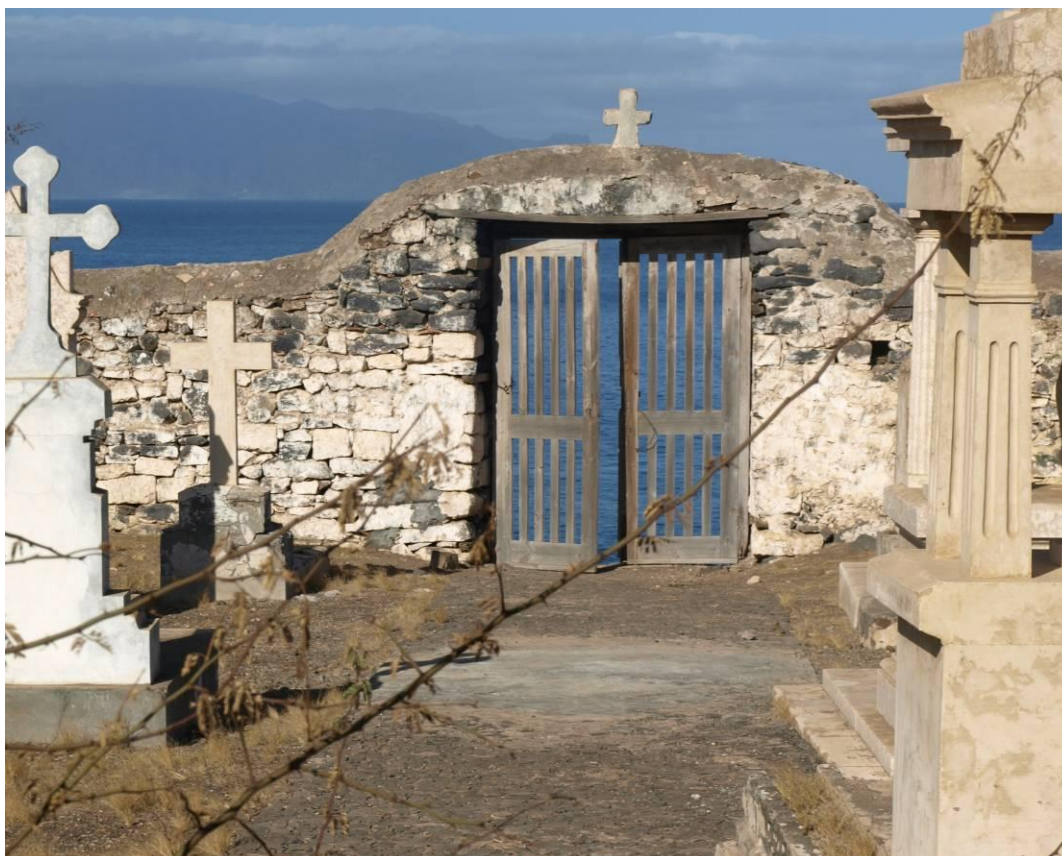


Figura 129 – Portão de entrada do Cemitério de Baixo, quase no limite da extremidade da falésia

O cemitério, cercado por um muro de forma grosseiramente rectangular (vd. figura 129), alarga-se repentinamente no extremo Oeste do alçado Sul, cerca de um metro e quarenta centímetros, no sentido Norte/Sul, formando um ângulo quase recto (figura 132). É na extremidade direita deste prolongamento de cerca de quatro metros no sentido Leste/Oeste – no canto inferior direito do cemitério, quando se está de costas para o mar, junto do portão de entrada – que está instalado o mausoléu do casal João Monteiro de Macedo e Ana Botelho da Costa. Contrariamente à orientação para Oeste das outras sepulturas, em linhas paralelas ao mar, este mausoléu, que avança sobre a mencionada saliência cerca de trinta centímetros, está orientado para Norte. Não sabemos se o muro foi aberto e deslocado para Sul expressamente para que o cemitério pudesse albergar este túmulo, um dos maiores do cemitério (vd. figura 131). Assim parece, no entanto.

Este desvio do muro do cemitério levanta a seguinte questão: se a capacidade de enterros do cemitério estava ultrapassada, em 1893, na altura do óbito de Leonarda, porque não fazer um pequeno desvio, semelhante àquele em que está implantado o de João de Macedo e Ana Botelho da Costa, que permitisse albergar a sepultura? As excelentes relações – familiares e políticas – entre as famílias de Leonarda e Tadeu, respectivamente, os Gomes Barbosa e os Sacramento Monteiro, de onde foram recrutados vários dos detentores dos



Pormenor de foto facultada por Monique Widmer (Casa da Memória, São Filipe)

Figura 130 – Vista aérea do Cemitério de Baixo e do limite sul do núcleo antigo da cidade de São Filipe, do qual está separado pela ribeira São João (*Bocarrom*) (foto de 1983)



Figuras 131 e 132 – Mausoléu de João Monteiro de Macedo e de Ana Botelho da Costa de Macedo, e pormenor do desvio brusco no alinhamento do muro de vedação no alçado Sul do Cemitério de Baixo

principais órgãos do poder concelhio, destroem a tese da falta de autorização (sugerida por Maria) para alargamento da parede Sul do cemitério. Leonarda era:

- nora do antigo proprietário do cemitério, Francisco José do Sacramento Monteiro;
- filha, sobrinha e prima dos três homens que, na segunda metade do século XIX, praticamente monopolizaram a administração do concelho da ilha, respectivamente, João Gomes Barbosa, José Joaquim Vieira de Vasconcelos e João Baptista Vieira de Vasconcelos;
- irmã de um dos presidentes da Câmara Municipal, Manuel Gomes Barbosa;
- tia de dois dos secretários da mesma Câmara, João e César Ludgero Gomes Barbosa.

Era, pois, parente muito próxima dos homens que, até aos anos trinta do século XX e à funcionalização dos cargos municipais, detiveram na cidade e na ilha um poder quase discricionário. Se tivesse havido a intenção de alargar o cemitério ou mesmo de deslocar apenas escassos metros algumas das pedras que constituem o muro, de forma a que a sepultura de Leonarda Júlia ficasse no interior do espaço murado/consagrado, não seriam impedimentos administrativos que obstariam à sua concretização.

Económicos, também não, dada a exiguidade e rudimentaridade das obras requeridas e a situação material, ainda muito desafogada, das duas famílias – no ano da morte de Leonarda, Tadeu José constava da lista dos principais negociantes dos Mosteiros¹³⁵⁶. Se tivesse sido a sobrelocação do espaço a determinar a implantação da sepultura de Leonarda no exterior do cemitério, porque não se teria avançado o muro que cerca este, de forma a albergar a nova área de expansão? E porque não teriam prosseguido os enterros nessa nova área, em vez das inumações terem prosseguido no interior do cemitério pelas décadas seguintes?

Se em 1893 o cemitério estava lotado, porque não foi sepultada Leonarda em São Lourenço, onde jaziam muitos familiares do marido (os morgados de Pico Pires eram sepultados no cemitério de São Lourenço, o mais antigo dos cemitérios hoje existentes na ilha), sendo que era habitual a proximidade entre as sepulturas de elementos da mesma família, mormente de cônjuges? Conjecturamos que o que os afastara em vida – já vimos como Tadeu abandonou a residência da família, em São Filipe, e foi residir, sem a mulher legítima, no Norte da ilha – fora suficientemente relevante para os manter definitivamente apartados depois da morte.

Perante os factos e os argumentos que indiciam uma conduta – em matéria sexual ou não – incomum por parte de uma mulher do segmento *branco* de São Filipe – e perante outros tantos factos e argumentos que contrariam pelo menos alguns desses indícios, não nos resta senão esperar por mais suportes empíricos de reforço a estas ou a outras conjecturas. O que fizemos foi, a partir (1) dos dados arquivísticos que colectámos, (2) da observação do espaço físico do cemitério, (3) do levantamento (possível) da distribuição das sepulturas, e (4) dos relatos dos informantes, colocar algumas questões e abrir algumas pistas de reflexão que contribuam para esclarecer a implantação fora de muros da sepultura de uma mulher que, pelo nascimento e pelo casamento, se esperaria que ocupasse o espaço mais ‘nobre’ do cemitério.

¹³⁵⁶ AHN, SGG, A1/A3.6/Cx.141 – Correspondência recebida da Administração do Concelho da ilha do Fogo, Janeiro-Dezembro de 1893.

Só uma investigação arqueológica e uma pesquisa arquivística sistemáticas permitirão elucidar sobre a situação e a gestão dos cemitérios de São Filipe e datar as fases de construção e alargamento dos muros de vedação. Informar-nos-ão sobre as épocas de sobreocupação do espaço destinado ao cemitério, sobre hipotéticas valas comuns, nos anos das crises alimentícias, nos quais as taxas de mortalidade eram muito elevadas. Além dos materiais osteológicos, outros – como os metais dos acessórios/jóias, crucifixos e outros artefactos pios – fornecer-nos-ão certamente informações sobre a organização espacial do cemitério, sobre as capelas ainda aí existentes no século XX (a primeira Matriz do Fogo, tal como outras capelas, situavam-se na Achada São Filipe, numa época em que os cadáveres se inumavam no interior e nos adros destes edifícios), sobre a reutilização das sepulturas.

Até levantamento arqueológico de toda a área do cemitério e a envolvente, resta-nos pouco mais do que exercícios criativos, assentes, como dissemos, nalguns, poucos, dados de arquivo e de fontes orais, muito dispersos, sobre a sepultada e o marido. O facto de a vida privada, mormente da sexual, pertencer ao domínio do pouco dito e do ainda menos escrito, remete a localização da sepultura de Leonarda Júlia, pelo menos por ora, para o terreno do enigma; o que, sendo penoso para o espírito historiográfico, constitui um manancial de elevado potencial literário-artístico.

Assento de óbito de Leonarda Júlia Gomes Barbosa

	<p>trabalhadora, natural desta ilha e residente no dito sítio de Lúcia e Vunes, filha natural de Trabel Lopes, trabalhador, natural desta ilha e residente no mesmo sítio de Lúcia e Vunes, a qual foi sepultada no Cemitério público. E para constar lavrei em duplicado este termo que assinamos. Era ut utis.</p> <p>P. Luiz Figueira de Silva Pároco</p>
<p>cf. 14 Passo de 19 anos. Mente</p>	<p>Em seis dias do mês de março de 1911, aos vinte e sete dias do mês de março de 1911, faleceu a Sra. Leonarda Júlia Gomes Barbosa, filha natural de Trabel Lopes, trabalhador, natural desta ilha e residente no mesmo sítio de Lúcia e Vunes, a qual foi sepultada no Cemitério público. E para constar lavrei em duplicado este termo que assinamos. Era ut supra.</p> <p>P. Luiz Figueira de Silva Pároco</p>
<p>cf. 15 Barbosa Mente</p>	<p>Em sete dias do mês de março de 1911, aos vinte e oito dias do mês de março de 1911, faleceu a Sra. Leonarda Júlia Gomes Barbosa, filha natural de Trabel Lopes, trabalhador, natural desta ilha e residente no mesmo sítio de Lúcia e Vunes, a qual foi sepultada no Cemitério público. E para constar lavrei em duplicado este termo que assinamos. Era ut supra.</p> <p>P. Luiz Figueira de Silva Pároco</p>

intimidade do Sr. feminino foi nome Teo-
da Barboza Monteiro, de idade sessenta e
nove, casada que foi com Thadeu foi de e
eram de Monteiro, proprietária, natural
d'esta ilha e residente nesta ilha, filha e
netuna de D. José Gomes Barboza e D. Felícia
Julia Barboza, já fallecidos, a quem
tinha sete, alguns filhos e foi sepultada no
Cemiterio d'esta freguesia. E para certificar
viri em duplicado este termo que assigno
Eu o notario.

P. Aug. Figueroa de Soler
Narciso

[illegible]

Reinhold Sigismund de Lilius
Par. 18.

2.ª 11) e for durante o dia de meço de março de 1864
 Officiada de seis cento e noventa e tres, M. de
 Luiz tenente. Ailla de S. Filizze, Concelho da ilha de Foz
 das. Civece de Faltado, pelas onze horas de
 conta muito seicem de muito noventa e tres de